

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Escola de Arquitetura

Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Samantha de Oliveira Nery

Psicossociologia das cidades:

mudanças, seres humanos e sustentabilidade ampla nas cidades contemporâneas

Belo Horizonte

2022

Samantha de Oliveira Nery

Psicossociologia das cidades:

mudanças, seres humanos e sustentabilidade ampla nas cidades contemporâneas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Áreas de Concentração: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Linha de Pesquisa: Paisagem e Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota

Belo Horizonte

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

N456p

Nery, Samantha de Oliveira.

Psicossociologia das cidades [manuscrito] : mudanças, seres humanos e sustentabilidade ampla nas cidades contemporâneas / Samantha de Oliveira Nery. - 2022.
670 f. : il.

Orientador: Leonardo Barci Castriota.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Cidades e vilas - Teses. 2. Sustentabilidade - Teses. 3. Desenvolvimento sustentável - Teses. 4. Complexidade (Filosofia) - Teses. 5. Identidade social - Teses. 6. Educação - Teses. I. Castriota, Leonardo Barci. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 155.942



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Psicossociologia das cidades: mudanças, seres humanos e sustentabilidade ampla nas cidades contemporâneas"

SAMANTHA DE OLIVEIRA NERY

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia vinte de maio de dois mil e vinte e dois, pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Beatriz Alencar D'Araújo Couto
Escola de Arquitetura/UFMG

Profa. Dra. Graciela Aurora Mota Botello
Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)

Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa
Instituto de Geociências/UFMG

Profa. Dra. Maria Cristina Villefort Teixeira
Escola de Arquitetura/UFMG

Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota - Orientador
PPG-ACPS/UFMG

Belo Horizonte, 20 de maio de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Helôisa Soares de Moura Costa**, Professora do Magistério Superior, em 06/07/2023, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Barci Castriota**, Coordenador(a), em 25/08/2023, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Graciela Aurora Mota Botello**, Usuária Externa, em 14/09/2023, às 21:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Alencar D Araujo Couto**, Professora do Magistério Superior, em 15/09/2023, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Villefort Teixeira**, Professora Magistério Superior - Voluntária, em 20/09/2023, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1939917 e o código CRC D17DA1D5.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho à minha mãe e a meu pai,
Fontes de luz,
Amor primeiro;
Do amor vim,
Do amor serei –
As pregas do meu coração,
Gratidão por existir; pai, mãe.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente expresso minha gratidão ao Professor Leonardo Barci Castriota, pelo acolhimento e por sua confiança e disponibilidade para compreender meus pensamentos e trilhar juntos esse processo, me orientando de maneira precisa e calma, justamente como eu gostaria. Agradeço também à Professora Maria Cristina Villefort Teixeira, que foi a primeira a me *escutar* após um período de hibernação, realmente valorizando meu trabalho, algo que naquele momento era fundamental para que eu avançasse, e depois trazendo perguntas preciosas na qualificação. À Professora Beatriz Couto, que também foi certeira na qualificação e possibilitou que meu trabalho avançasse a partir de suas observações, meu muito obrigada.

Da minha vida em Barcelona, agradeço a meu grupo de amigos que iniciou comigo esta caminhada e fez mais leve nossa vida de estudantes: Inés, Dhara, Cristóbal, Jorge e Yino, pela força, carinho e por nossa união, para vivermos juntos um cotidiano bem desafiador e divertido.

Um grande agradecimento a Professora Maria Cristina Quiñónez-Gauggel por sua revisão detalhada do texto em castelhano, dedicando-se como se fosse o seu projeto e me acompanhando em um momento difícil do trabalho.

Todo amor a minha mãe, uma mulher especial e inesquecível, que sempre está comigo, em meu coração e em meus sonhos. A meu pai, amor eterno por sua companhia, sua confiança e maravilhosa visão utópica de um mundo melhor, inclusive me inspirando em momentos decisivos para a continuidade desse projeto.

Ao Raul, que com sua presença me fez acreditar mais na bondade humana e me surpreendeu com seu amor incondicional: gratidão por tudo que você me presenteou em sua existência.

Obrigada às minhas irmãs queridas, Carol e Daphne, por estarem ao meu lado, amadas com todo o meu coração. Carol incondicional e companheira de segredos, do dia a dia, união acima de tudo; e Daphne, um desafio contínuo de amor e muita aprendizagem, forte, corajosa e criativa, cercada de belezas e imaginação.

Agradeço à minha tia do coração, grande modelo, grande amor, Dina incrível, repleta de delicadeza, firmeza e alegria de viver. Às minhas duas princesas preciosas Nina e Lara lindas, e ao Samuel, nosso menino de suspensórios e antenas ligadas, e a mais nova princesinha, linda e falante, Olívia. E a minhas avós, Vó (Yo)Landa e Vó Juraci, ambas donas de palavras mágicas, uma artista de alma, pintora, escritora e a maior mestra de português que já conheci e a outra poetisa; sempre presentes comigo. Obrigada às minhas tias incríveis, diretoras de escola, professoras, mães e mulheres sábias, queridas e donas de grande coração, e à Tia Coroa(ci), que me confiou um presente lindo, refletindo sua grande confiança em mim: eis aqui parte do meu trabalho, tia!!

A André, pela nossa aventura de vivermos juntos uma grande história de amor ... muitas sacas de sal!! E obrigada pelas mil e uma diagramações valiosas da tese, traduções, escutas e, acima de tudo, por sua paciência, quando em incalculáveis ocasiões desapareci do mundo para escrevê-la. Você merece parte dessa conquista!

Luca, luz, todo o amor que existe nessa vida para você, indubitavelmente meu melhor, meu mais amado e especial, fonte de sonhos e aprendizado infinito: Te amo todo, muito, muito, todo! E meu amor incondicional ao Joaquim e a Bia, alminhas lindas que só me trazem felicidade.

Um grande abraço de muito amor ao Zé Luis e a Sílvia pelas nossas décadas de amizade e amor, ao compartilharmos a vida em inumeráveis domingos (e segundas, terças...) e tantos momentos significativos e cotidianos que, ao final, são o que mais importam, e me ensinaram tanto, tanto! Saudades!

Um agradecimento a todos os meus amigos brasileiros, que fazem contraponto aos desafios vividos. Sua companhia, risadas, brincadeiras e escutas me ensinam a leveza e a alegria da vida. Agradeço a minha amiga

Inês, por nossa cumplicidade duradoura sobre as coisas mais importantes. À minha amiga Natércia, também por estar junto comigo, sempre. À Paola querida, divertida e companhia maravilhosa para papos intermináveis. E aos meus amigos da universidade, Luciana Féres e Guilherme Araújo, e à Cláudia Andrade e ao João Pedro Otoni (Dream Team!!), por nossa caminhada juntos, com muito respeito e aprendizados - companheiros de confiança, trocas, escritas, e todos na torcida um pelo outro; assim seguimos bem!

A todos os que me auxiliaram na organização das minhas ideias, ensinando-me, minha gratidão: ao Professor Radamés e ao Professor Joany Machado, por suas visões críticas do urbanismo e pelas bibliografias; ao Rogério Coutinho, que se debruçou em seus livros de direito para me orientar, à Fabiana Araújo, por sua arquitetura de ideias, à Nildred Martins, que me ensinou com atenção e desprendimento sobre economia urbana, à Maria José Esteves de Vasconcellos, que leu com dedicação a base epistemológica e me inspira desde sempre com seus conhecimentos preciosos e à Juliana Aun, que contribuiu com seus profundos conhecimentos sistêmicos e de redes e por sua leitura cuidadosa – saudades, querida! De tempos mais recentes, sou grata a meu grupo de amigas da Horta Comunitária Esperança, pela nossa proposta compartilhada em melhorar a vida das pessoas: Ediméia, desde sempre juntas em uma relação de confiança, e Rosângela – as três mosqueteiras - por nossa rica troca de ideias, além do meu obrigado aos horticultores, nos desafiando e ensinando continuamente. Obrigada também aos funcionários da Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG, me auxiliando pacientemente na normalização do trabalho, especialmente à Jane e ao Marco.

Meu obrigada de coração à querida Rosângela Milagres, que tanto me auxiliou no tratamento dos muitos dados estatísticos e suas revisões, e decifrou meus rabiscos de correções quase ilegíveis, ainda que ela o tenha feito com todo o bom humor, paciência e carinho, torcendo por mim. À Zeca, carinho pela nossa cumplicidade e por cuidar tão bem de mim e da família! E à Geane Flor, muita gratidão por nossa amizade e pelos seus cuidados maravilhosos, sempre sonhando juntas com o melhor. Ao Dr. Tasso, que bom você me escutar tão bem e entender das mágicas gotas homeopáticas e à Camila; maravilhosos seus ensinamentos de confiança e perseverança!

Ao Armando Fantini, minha eterna gratidão pela maravilhosa jornada, pelas trocas de experiências e por ser um companheiro intelectual contínuo nos últimos tantos anos, interlocutor que me desafia, reflete junto e com o qual trabalho buscando sempre a expansão de nossos paradigmas - e ainda leu meus rascunhos da tese várias vezes!!!

Por fim, e não menos importante, a todos os participantes dos estudos de caso: muito grata pela acolhida em suas cidades, por tantas conversas esclarecedoras, pela confiança em mim depositada e companhia nas visitas de campo, compartilhando seus conhecimentos, perspectivas de vida e pela sua intenção de, assim como eu, acreditar em um mundo mais bem vivido, mais justo.

Gratidão!

Samantha Nery

Belo Horizonte, maio de 2022.

- As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem o outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade não aproveitamos suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas as respostas que dá a nossas perguntas.

- Ou as perguntas que nos colocamos para nos obrigar a responder [...]

Ítalo Calvino (1990, p. 44)

RESUMO

Esta tese pretende estudar e analisar, através de teorias e práticas, dinâmicas das cidades contemporâneas, buscando identificar modos de funcionamento e variáveis que possam estimular o alcance de níveis mais elevados de sustentabilidade ampla, a partir de uma visão sistêmica, incluindo a relação que os cidadãos constroem com suas respectivas cidades. Se questionam quais são as perspectivas atuais de desenvolvimento em direção a uma vida mais justa para as populações, considerando o quadro mundial repleto de enormes inequidades sociais, destruição ambiental, crise climática, entre tantos outros problemas. Um dos eixos centrais da pesquisa é a noção de sustentabilidade ampla, que foi um parâmetro para avaliar as cidades e a qualidade de vida de seus habitantes. Inicialmente será apresentada sua base epistemológica, que abarca os pressupostos da instabilidade, complexidade e objetividade entre parêntesis. Os mecanismos de retroalimentação positiva e negativa são especificados como processos de regulação significativos que poderão auxiliar em processos de transformação desejados. Se discutem então as noções de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, traçando-se uma evolução histórica, incluindo os grandes encontros mundiais nesse tema e algumas práticas sustentáveis recentes. Desde uma perspectiva complementar, se apresentam características fundamentais dos seres humanos, a partir de sua natureza social, como a construção da identidade e da identidade social urbana, a apropriação do espaço e a constituição das representações sociais, trazendo reflexões sobre a relação entre as pessoas e entre elas e o entorno. Pretende-se, então, tratar de temas urbanos contemporâneos, que auxiliam na compreensão do contexto atual, como os processos de globalização, recursos utilizados nas cidades para seu desenvolvimento, e aspectos comuns e vitais da vida urbana como a geografia, o urbanismo e a arquitetura, a economia, o marco legal. Na parte empírica do trabalho, serão realizados três estudos de caso, buscando avaliar os graus de desenvolvimento sustentável alcançado por cada cidade, observando-se as condições de seus constituintes – educação, saúde, habitação, economia, esportes e cultura, patrimônio, urbanismo e arquitetura, diferentes graus de participação cidadã, representação social e identidade social urbana, entre outros, a partir da triangulação, com indicadores qualitativos e quantitativos. Ao estudar e refletir sobre características das cidades de maneira integrada, são descritos alguns padrões de êxito encontrados, que as tornam mais sustentáveis e humanas. Como conclusão, propõe-se o estudo e prática da Psicossociologia das Cidades, na compreensão ampla das cidades e dos seres humanos com suas múltiplas interrelações, e no acompanhamento e promoção de mecanismos de funcionamento, para constituir processos de permanência e mudança pensados conforme as direções almejadas. Destaca-se também o papel fundamental da educação crítica e da participação cidadã na constituição de um mundo mais sustentável, bem como o envolvimento de todos, nesse processo imperativo de mudanças.

Palavras-chave: complexidade; desenvolvimento sustentável; sustentabilidade ampla; educação e participação cidadã; padrões urbanos de êxito

ABSTRACT

This thesis aims to study and analyze, through theories and practices, dynamics of contemporary cities, seeking to identify modes of operation and variables that can stimulate the achievement of higher levels of broad sustainability, from a systemic view, including the relationship that citizens build with their respective cities. The current prospects for development towards a fairer life for the population are questioned, considering the world scenario full of enormous social inequalities, environmental destruction, among many other problems. One of the core axes of the research is the notion of broad sustainability, which has become a parameter for assessing cities and their living standards. Initially it will be presented its epistemological basis, which encompasses the assumptions of the systems: instability, complexity and intersubjectivity. Positive and negative feedback mechanisms are specified as significant regulation processes that may assist in desirable transformation processes. The notions of sustainability and sustainable development are then discussed, starting from a historical evolution, including the major world summits around those themes and some recent sustainable practices. From a complementary perspective, fundamental features of the human beings are presented, considering their social nature, such as the construction of identity and urban social identity, the appropriation of space and the constitution of social representations, bringing reflections on the relationship between people and between them and the environment. It also aims to address contemporary urban themes that describe the current context and help in its understanding, such as the processes of globalization, resources used in cities for their development, and common and vital aspects of urban life such as geography, urbanism and architecture, the economy, the legal framework, among others. In the empirical part of the work, three case studies will be developed, seeking to assess the levels of sustainable development achieved by each city, observing the conditions of its components - education, health, housing, economy, sports and culture, heritage, urbanism and architecture, different degrees of citizen participation, social representation and urban social identity, among others, based on triangulation, with qualitative and quantitative indicators. By reflecting on and studying the characteristics of the cities in an interconnected way, some patterns of success found in this environment are described, which make them more sustainable and humanized. As a conclusion, it is proposed the study and practice of the Psychosociology of Cities, in the broad understanding of cities and human beings with their multiple interrelationships, and by the monitoring and promotion of functioning mechanisms it can be constituted processes of permanence and change according to the chosen directions. The fundamental role of critical education and citizen participation in the constitution of a more sustainable world is also highlighted, as well as the involvement of all in this imperative processes of changes.

Key words: complexity; sustainable development; broad sustainability; education and citizen participation; urban patterns of success

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: <i>Las Ramblas</i> , Barcelona	32
Figura 2: Complexidade Urbana	36
Figura 3: Paraisópolis, maior favela de São Paulo, com o bairro Morumbi ao fundo, zona oeste	39
Figura 4: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ODM, ONU, 2000.....	41
Figura 5: Outro olhar para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Os 5 Ps.....	42
Figura 6: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	42
Figura 7: A Termodinâmica do “não equilíbrio”: saltos qualitativos nos pontos de bifurcação	52
Figura 8: Pressupostos da ciência novo paradigmática.....	53
Figura 9: <i>Smaller and Smaller</i>	53
Figura 10: A retroalimentação (<i>feedback</i>) negativa, representação esquemática	56
Figura 11: Termostato	56
Figura 12: A retroalimentação positiva, representação esquemática	57
Figura 13: Quantas patas tem este elefante?	60
Figura 14: Ontogenia de um sistema e suas interações com o meio	61
Figura 15: Manifestação na Venezuela, junho de 2018.....	67
Figura 16: A metodologia Toolkit, sete passos	68
Figura 17: 9/11, Nova York, Estados Unidos da América.....	70
Figura 18: Desenho de uma rede fechada: os círculos são elementos do sistema e as retas suas interações, como uma cidade, instituições, pessoas, células	73
Figura 19: Sistema de Redes.....	74
Figura 20: <i>Systemic Problems’s View</i>	74
Figura 21: Tipologias tradicionais de rede: centralizada, descentralizada e distribuída (da esq. para a direita)	76
Figura 22: Rede Sistêmica	77
Figura 23: Protestos em Seattle, 1999 e em Praga, em 2000	80
Figura 24: Cortejo do canário (em referência à região do centro corporativo de Londres, <i>Canary Wharf</i> , em Londres, 2009	81
Figura 25: Mapa do Estado de Minas Gerais com os três municípios estudados	85
Figura 26: Fotos de Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba	86
Figura 27: Interface do site <i>Global Cities Institute</i>	98
Figura 28: Cidade militar do Renascimento, Palmanova	107
Figura 29: Desenho “planta do burgo medieval”	108
Figura 30: <i>Petronotis Acropolis Parthenon</i>	109
Figura 31: Fábricas em Asnières vista del Casi de Clichy, Paris, Verão de 1887, Vicent Van Gogh	111
Figura 32: Indústria em São Paulo.....	112
Figura 33: Fotos do Porto de São Francisco, EUA, em dois momentos.....	113
Figura 34: Avenida Paulista, São Paulo, em velocidade	118
Figura 35: Revitalização do centro de Belo Horizonte, Brasil	119
Figura 36: “Nem mais, nem menos: iguais”. Tema central na formação de professores municipais de São Paulo: respeitar e conviver com a diversidade humana	122
Figura 37: Família abandonando o sertão brasileiro.....	124
Figura 38: Pobreza patente em Calcutá, Índia.....	125
Figura 39: Teatro <i>Alla Scala Opera House</i> , em Milão e o <i>Cirque du Soleil</i> , Canadá.....	127
Figura 40: Idoso utilizando o computador e casal dançando.....	128
Figura 41: Fábrica na China.....	129

Figura 42: <i>Tel Aviv</i> , Israel e <i>Montevideo</i> , Uruguai	130
Figura 43: Telefone antigo no Museu de Barbacena, Brasil e modelo de celular, iPhone	133
Figura 44: Classe de informática em uma das escolas de São Paulo	133
Figura 45: Votação em Porto Alegre	136
Figura 46: Fábrica na China e uma grande indústria da Hyundai	139
Figura 47: Charge “Globalização”, de Mineu	141
Figura 48: Globalização	142
Figura 49: Crianças trabalhando em um lixão na Nicarágua, América Central	145
Figura 50: <i>Ginger Coca Cola</i> na China	147
Figura 51: Laboratório de análises clínicas, Janaúba e pesquisadora italiana	148
Figura 52: Vale do Silício, Califórnia e Parque Tecnológico em São Sebastião, País Vasco	155
Figura 53: Artesã no atelier do artista Domingos Tótora e um de seus pratos feitos com fibra da folha de bananeira, em Maria da Fé	157
Figura 54: Recursos locais como a culinária e o artesanato	158
Figura 55: Vitória, Espírito Santo	162
Figura 56: Dois tipos diferentes de organogramas, em pirâmide e em rede	163
Figura 57: Sidney, capital da província de <i>New South Wales</i> , Austrália	164
Figura 58: Vista área da cidade do Rio de Janeiro	167
Figura 59: Maquete da Roma antiga, do arqueólogo italiano Italo Gismond	171
Figura 60: Diagramas gerais do modelo de Cidade Jardim, de Ebenezer Howard	174
Figura 61: Vista panorâmica da <i>Ville Radieuse</i> e seus blocos de habitação, de Le Corbusier	175
Figura 62: Cidade vertical, 1925, perspectiva, de Ludwig Hilberseimer	176
Figura 63: Times Square	178
Figura 64: Centro Urbano: <i>Plaza Catalunya</i> , em Barcelona	178
Figura 65: Projetos de Oscar Niemeyer: o Senado Brasileiro e interior da Catedral de Brasília	180
Figura 66: Fator de Produção	183
Figura 67: Fluxo circular da renda	184
Figura 68: Atividades produtivas: pesca e indústria	184
Figura 69: Oficina do Carpinteiro, vista do estúdio do artista, Haia, maio de 1882, Vincent Van Gogh	186
Figura 70: Agricultores negociam regionalmente sua produção, em Barbacena e vendedora de queijos na feria de Taiobeiras, norte de Minas Gerais	188
Figura 72: Símbolo do <i>e-commerce</i> , uma diferenciação mundial	191
Figura 73: Frutas e legumes, e cachaças brasileiras	193
Figura 74: Engarrafamento em uma cidade norte-americana	194
Figura 75: Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo em Belo Horizonte, Brasil	197
Figura 76: Favela de Belo Horizonte, Minas Gerais	201
Figura 77: Monges budistas atravessando a cascata Pongou, chamada “Paraíso”, Vietnam	206
Figura 78: Propaganda “Recicle Papéis. Salve Árvores”	209
Figura 79: Chaminés de uma usina de petróleo em Utah, Estados Unidos, 2018	210
Figura 80: “A Baixa do Rio”, baixa do Rio Amazonas em dois metros, 2005 e baixa do Rio Amazonas, 2010	211
Figura 81: “Solo que Arde”, Seca na Etiópia	212
Figura 82: Evolução da diminuição da camada de gelo na Groelândia, 1992 a 2012	212
Figura 83: Protesto na Casa Branca, Washington, contra comida modificada geneticamente, 2013 e experimento com energia à lazer	214

Figura 84: A Floresta Amazônica perdia em um ano superfície equivalente à Comunidade de Madrid	220
Figura 85: Protesto em Seattle, 1999, contra a Organização Mundial do Comércio, com a frase “Defenda nossas florestas”	224
Figura 86: Energias limpas: placas para a captação de energia solar e energia eólica	228
Figura 87: Fábrica de reciclagem e jovem participante do Projeto Papel Social, Porto Alegre	228
Figura 88: A etiqueta ecológica europeia.....	230
Figura 89: Solidariedade e cuidado com o planeta Terra	232
Figura 90: A Pirâmide do Louvre, Paris e o Big Ben, Londres.....	234
Figura 91: Desenho realizado a partir da dedução dos elementos visuais centrais: “a forma de Boston vista no campo” e desenho “a imagem de Boston derivada das entrevistas verbais”	236
Figura 92: Desenhos da “imagem de Boston derivada dos mapas esquemáticos” e desenho dos “elementos distintivos de Boston”, ambos desde a visão dos entrevistados	236
Figura 93: Crianças em uma creche em São Paulo e crianças escutando uma história em escola de Glasgow, em momentos de socialização	239
Figura 94: Marcha dos “sem terra” no Brasil, anos 1980 e um casamento hippie, anos 1970	242
Figura 95: Representação da Identidade Social Individual e Grupal.	242
Figura 96: Encontro de família e celebração de um grupo de executivos ingleses	243
Figura 97: Comportamentos culturais: cozinhando <i>paella</i> , Espanha e praticando esqui, Suíça	244
Figura 98: Grupo de crianças em escola primária em Leicester, uma das cidades com maior diversidade étnica da Europa.....	245
Figura 99: Relação entre espaço simbólico urbano e identidade social urbana.....	246
Figura 100: Folclore da Escócia; de Portugal (<i>Rusga Típica da Corelha</i>); e do Brasil (Alagoas)	248
Figura 101: Queda do muro de Berlim, em 1989.....	248
Figura 102: “ <i>Votes for Women</i> ”, no início do século XX e grupo de senhoras brasileiras, <i>Abuelas</i> , em favor dos direitos das mulheres	250
Figura 103: Colagem de imagens de George Floyd e de símbolos do <i>Black People Matter</i> pintados ao redor do mundo	253
Figura 104: Dois quartos personalizados.....	256
Figura 105: Desenhos de crianças do jardim de infância de Serpa, Portugal, mostrando representações iniciais de sua realidade	259
Figura 106: Criança assistindo televisão e senhor lendo um jornal, na Itália	263
Figura 107: Felicidade.....	266
Figura 108: Recreio no jardim de infância, São Paulo e criança na pediatria, Porto Alegre	269
Figura 109: Museu Guggenheim em Bilbao, Espanha	273
Figura 110: Alunos trabalhando na rádio comunitária, escola Cidade de Osaka, São Paulo	275
Figura 111: Participação cidadã em diversos momentos	278
Figura 112: Escada de Participação de Hart	280
Figura 113: Grupos discutindo sobre seu trabalho em Janaúba	281
Figura 114: Sede da Bituca - Universidade de Música Popular Ponto de Partida, Barbacena	287
Figura 115: Centro de Lisboa.....	291
Figura 116: Foto da região de <i>Canary Wharf</i> , em Londres.....	293
Figura 117: FERIA popular em Taiobeiras, Minas Gerais e espaço público em Toronto, Canadá	297
Figura 118: <i>Puerto Viejo</i> em Barcelona	298

Figura 119: O <i>Gammel torv</i> , no centro urbano e o rio, em Copenhague	298
Figura 120: <i>Forma y Espacio</i> , de Eudald Serra, 1992, e <i>Julia, (Homenaje a los inmigrantes)</i> , Sergi Aguilar, 1986, em Vía Julia, Barcelona.....	300
Figura 121: Edifícios mantidos ao redor do Museu de Arte Contemporânea de Barcelona (MACBA), no <i>Raval</i> , centro urbano.....	301
Figura 122: Vista de Sevilha e Museu da Ciência, Valencia.....	307
Figura 123: Pirâmide Etária de Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000 e 2010	316
Figura 124: Mapa IDH 2010	319
Figura 125: Mapa do IMRS regional de Santa Rita do Sapucaí e entorno, 2010	321
Figura 126: Pirâmide Etária de Maria da Fé, 1991, 2000 e 2010	326
Figura 127: Mapa IDH de Maria da Fé e microrregião, 2010.....	329
Figura 128: Mapa IMRS de Maria da Fé e microrregião, 2010.....	330
Figura 129: Pirâmide etária de Janaúba, 1991, 2000, 2010	335
Figura 130: Mapa IDH de Janaúba e microrregião, 2010	338
Figura 131: Mapa IMRS de Janaúba e microrregião, 2010	339
Figura 132: Vista aérea de Santa Rita do Sapucaí	341
Figura 133: O rio Sapucaí e foto parcial do centro urbano	342
Figura 134: Patrimônios locais: antiga edificação e o Cinema	344
Figura 135: Sinhá Moreira de quimono, depois de conhecer o Japão.....	345
Figura 136: A ETE, Escola Técnica de Eletrônica	346
Figura 137: Vista do prédio do INATEL, em seus primórdios	347
Figura 138: Circuitos eletrônicos de alarme feitos por alunos, incubadora de empresas Inatel	351
Figura 139: Mapa do Brasil destacando Minas Gerais e desenho da Rota 459, do Vale da Eletrônica (em cor cinza), que vai de Lorena até Poços de Caldas (fora desse mapa)	355
Figura 140: Mapa GINI de Santa Rita do Sapucaí e microrregião, 2010.....	358
Figura 141: Vista de uma plantação de café localizada no limite do centro urbano	363
Figura 142: Foto de rede de recarga inteligente para veículos elétricos, parceria <i>BMW</i> e <i>startup</i> do Vale da Eletrônica	368
Figura 143: Crianças de uma escola rural e o recreio	370
Figura 144: Circuitos eletrônicos feitos pelos alunos da ETE.....	371
Figura 145: FAI	373
Figura 146: Vista aérea do INATEL, com seu edifício central e espaços desportivos ao fundo	374
Figura 147: A Incubadora de Empresas INATEL e propaganda dos projetos do Instituto ..	376
Figura 148: A sede do Projeto Cas@ Viva e seu Centro de Idiomas	378
Figura 149: Sala de uma escola rural e Escola Rural.....	380
Figura 150: Desenho que é parte do exercício “A cara do meu sonho...”	381
Figura 151: Carta-resposta	382
Figura 152: Outra carta-resposta	382
Figura 153: Estádio de futebol na sede	388
Figura 154: Consultório odontológico na zona rural e o Hospital central.....	388
Figura 155: Vista da área rural.....	397
Figura 156: A coleta seletiva em uma escola municipal infantil.....	398
Figura 157: Rua central com um meio de transporte ainda utilizado, a carroça e estacionamento de bicicletas em uma das escolas locais.....	399
Figura 158: Praça central e a Igreja Católica.....	401
Figura 159: Praça no centro e uma de suas ruas, com casas de arquitetura simples e pavimentação antiga	403
Figura 160: Produção de circuitos eletrônicos por um grupo de alunos na Incubadora do INATEL, para comercialização.....	403
Figura 161: Detalhe de um prato do artista Domingos Tótora, feito com fibra de banana ..	410

Figura 162: Tenda Com Arte, com diversos produtos locais, Maria da Fé	412
Figura 163: Mares de morros em Maria da Fé, e geada em julho	413
Figura 164: A Pedra do Pedrão e desportistas saltando de asa delta do Pico da Bandeira.....	416
Figura 165: Peças artesanais na Tenda Com Arte	420
Figura 166: Peças novas no atelier de Domingos Tótora, 2005, 2006	421
Figura 167: Artesãos que trabalham com Tótora em seu novo atelier e preparação das peças para a inauguração, em 2005	423
Figura 168: Foto do <i>site</i> de Tótora, 2020	424
Figura 169: Peças de Leonardo Bueno e reportagem dele na Revista Kaza	425
Figura 170: Centro Villarte	426
Figura 171: Mapa do Índice Gini de Maria da Fé e microrregião, 2010	427
Figura 172: Lojas tradicionais de Maria da Fé, área central	431
Figura 173: Fábrica do Sr. Mauro Keppler, com sacos de milho e maquinário (à esquerda) e pequena fábrica de batatas fritas	433
Figura 174: Vidros e baldes para curtir os diferentes tipos de azeitonas produzidas na Fazenda Experimental da EPAMIG, Maria da Fé	438
Figura 175: Cachaça de frutas Musa	439
Figura 176: Azeites produzidos em Maria da Fé e região	440
Figura 177: Rua central, com casas coloridas, jardins com oliveiras e detalhe do leiteiro a cavalo, entregando jarros de leite para os habitantes	449
Figura 178: A antiga Estação Ferroviária de Maria da Fé	451
Figura 179: Desportistas saltando do Pico da Bandeira, com o centro urbano de Maria da Fé ao fundo	452
Figura 180: Turistas em passeio ao Pico da Bandeira, de bicicleta, o “ <i>aquaride</i> ” praticado na Central Hidroelétrica Luiz Dias e passeio a cavalo	454
Figura 181: Edificações da Central Luiz Dias e sua queda d’água.....	455
Figura 182: O antigo Banco de Itajubá (posterior Banco da Lavoura) e a Igreja Matriz Nossa Senhora de Lourdes – exterior e interior.....	458
Figura 183: Stand dos produtos de Maria da Fé, em evento em Belo Horizonte	459
Figura 184: Turistas de bicicleta visitando a Cachoeira Vêu da Noiva	460
Figura 185: Senhores aposentados na Praça da Igreja.....	467
Figura 186: Mandala de João Paulo Raimundo e ateliê do artista	469
Figura 187: Geofoto do município de Janaúba	470
Figura 188: Processos participativos em Janaúba, sob moderação da pesquisadora	471
Figura 189: Mosaico na parede da Escola Américo Soares e duas de suas alunas	472
Figura 190: Transporte de água em <i>Quem-Quem</i> , uma prática ainda comum ao povo de Janaúba, demonstrando a precariedade do sistema de abastecimento.....	474
Figura 191: Localização de Janaúba em Minas Gerais e no mapa de estradas	474
Figura 192: Janaúba, suas localidades e principais estradas de acesso	475
Figura 193: Bairros urbanos de Janaúba	475
Figura 194: Equipamentos Urbanos de Janaúba.....	476
Figura 195: Caixa de mangas recém colhidas, da Brasnica	478
Figura 196: Duas formas de utilização do Rio Gorutuba: as lavadeiras e tanque rede da CODEVASF	478
Figura 197: A Barragem do Bico da Pedra, Janaúba	479
Figura 198: Rua do bairro Novo Paraíso, um dos mais carentes da sede	480
Figura 199: Classificação dos elementos urbanos e das classes sociais nos bairros de Janaúba	480
Figura 200: Senhora que trabalha há décadas no Mercado Central de Janaúba, no espaço herdado de seu pai; e vista externa do Mercado	484
Figura 201: Precariedade das moradias	486
Figura 202: A Barragem de Bico da Pedra e o late Clube de Janaúba	487

Figura 203: Folder do Pedra do Sonho Residencial Resort Hotel	487
Figura 204: Pedra do Sonho Residencial Hotel	488
Figura 205: Praia em Barreiro da Raiz, que atrai moradores e visitantes de outros municípios	488
Figura 206: Agricultores no campo	490
Figura 207: Mapa Índice de Gini de Janaúba e microrregião, 2010	492
Figura 208: Biblioteca Pública Municipal de Janaúba.....	499
Figura 209: Escola Estadual Augusto de Azevedo, seu pátio interno e trabalhos feitos pelos alunos após estudarem sobre pintores de diversas épocas	500
Figura 210: CAIC e alunos apresentando um teatro.....	501
Figura 211: JIJA I, da educação infantil e uma de suas turmas da tarde	501
Figura 212: Crianças voltando da escola na sede	503
Figura 213: Roda de capoeira no CAIC	506
Figura 214: Estação Ferroviária em Quem-Quem, a última do município	507
Figura 215: Catedral Sagrado Coração de Jesus e Jardim de Infância Josefina Azevedo ..	508
Figura 216: 3ª EXPOJAN de 1970, Parque de Exposições de Janaúba, e EXPOJAN recente	509
Figura 217: Temperos locais vendidos no Mercado Central.....	511
Figura 218: Parque de Exposições, uma adolescente em aula de cestaria, a lojinha do Espaço, grupo de bordadeiras na aula e meninas aprendendo a lidar com a fibra da bananeira	512
Figura 219: Igreja do Bom Jesus (1939), patrimônio imaterial, “Praia do Copo Sujo, ritual das lavadeiras” e Praça Central Dr. Rockert (1966), ambas do início da formação do distrito ..	514
Figura 220: Hospital Sagrado Coração de Jesus e seu laboratório, reformado	517
Figura 221: Hospital Regional de Janaúba e um de seus consultórios	518
Figura 222: Mapas das equipes do PSF referenciadas na Unidade de Saúde Herlinda S. Dias Brito: território atendido e enfermidades das famílias	519
Figura 223: CAPS	522
Figura 224: Teatro do Agente Jovem sobre drogas e ginástica no CRAS Sul	529
Figura 225: Prédio residencial e comercial situado à Rua Belizário	532
Figura 226: Mapa Segurança Pública: Total de Ocorrências, Janaúba, março 2006.....	533
Figura 227: Praça do Cristo Redentor, na sede.....	535
Figura 228: Planta que se chama janaúba, ou Flor de Seda.....	535
Figura 229. Norte municipal: moradia e pequenos sanitários no distrito de Vila Nova das Poções, que não possuía rede de esgoto, e agricultor que arrendava a terra irrigada para trabalhar	537
Figuras 230: Sul municipal: late Clube Bico da Pedra, vista da Barragem e um de seus hotéis, com padrão construtivo similar a outras construções dessa área	538
Figura 231: Aula em Janaúba e crianças indo para a escola, em São Paulo.....	548
Figura 232: Vista aérea de Santa Rita do Sapucaí	557
Figura 233: O futuro em nossas mãos	563
Figura 234: O planeta vivo	574
Figura 235: Um quadro de referência para as teorias sistêmicas.....	603
Figura 236: Espetáculo patrocinado pela Telemig Celular, “Palhaços”	604
Figura 237: Ilustração do modelo da Rede CIS.	607
Figura 238: Curitiba.....	611
Figura 239: Dibujo del Plan Director de Curitiba, de 1966	612
Figura 240: Calle 24 horas y <i>La Opera de Arame</i> , en Curitiba	615
Figura 241: Calle preparada con un piso en alto relieve, aplicado a las aceras, con semáforos especiales para los deficientes visuales	616
Figura 242: Mapa de los equipos municipales para la población	616
Figura 243: Parque Barigui, en Curitiba.....	617
Figura 244: Autobuses biarticulados con paradas especiales	618

Figura 245: Una de las estaciones de autobús más grandes de la ciudad, 1993.....	619
Figura 246: Curitiba – División en Regionales, 2000	620
Figura 247: El recién construido Museo de la Ciudad de Curitiba, de Oscar Niemeyer	622
Figura 248: Panorámica de Belo Horizonte	623
Figura 249: “Programa Abastecer”, con comida más barata	624
Figura 250: Restaurante Popular de Belo Horizonte, con menú balanceado y desayuno servido a los habitantes	625
Figura 251: Fiesta tradicional con el “Ritual del Fuego” y el Teatro Municipal	626
Figura 252: Praia Grande, en São Paulo	628
Figura 253: Portal de la Ciudad y carriles de bici en la costa	629
Figura 254: Vista aérea de la Playa de Guilhermina.....	630
Figura 255: Verdulería con producción local y el complejo de General Motors, en Rosario.....	632
Figura 256: Moscú en diferentes épocas del año	633
Figura 257: Panorámica de Barcelona.....	635
Figura 258: El <i>Port Vell</i> regenerado, con vistas a la ciudad y al mar.....	639
Figura 259: Foto del Anillo Olímpico de Montjuic, para las Olimpiadas del 92, con el Estadio a la izquierda y el Palau Sant Jordi a la derecha	640
Figura 260: Proyectos de las plazas de la Unificación y del Diamant, desde el plan general de reestructuración de las plazas de Gracia.....	641
Figura 261: Músicos en la Calle Ferrer y la danza Sardana, frente a la Catedral de Barcelona	642
Figura 262: Fotos de las playas de Barcelona.....	643
Figura 263: Los dos edificios más altos de Barcelona, con esculturas en primer plan.....	645
Figura 264: <i>El Pez</i> , 1992, de Franz Gehry, en el Puerto Olímpico y <i>Mujer y Pájaro</i> , 1983, de Joan Miró, en el Parc del Escorxador, Barcelona	646
Figura 265: La actuación urbanística. Frente litoral Bésos-Barcelona 2004.....	649
Figura 266: Cantante de ópera en un espectáculo detrás de la Catedral de Barcelona y vista parcial de su fachada	651
Figura 267: Materiales utilizados por Gaudí: azulejos en El Capricho, Porta de Hierro de la Casa Vicens, Vitral de la Sagrada Familia y Mosaico de azulejos del Parque Güell.....	652
Figura 268: Fotos del Edificio la Pedrera, detalle de la Casa Batlló y fotos de la Sagrada Familia.....	653
Figura 269: Conjunto de edificios que han sido mantenidos en el antiguo Raval, al lado de otros derribados para dar lugar a nuevas construcciones	656
Figura 270: Espacio olímpico remodelado en Montjuic, con vista para la ciudad.....	658
Figura 271: Bordado de una señora que complementa la renta familiar y jóvenes separando la fibra de plátano como materia bruta para la artesanía, ambas en Janaúba	662
Figura 272: Londres	664
Figura 273: Dos ejemplos de viviendas en el centro de Salvador, Brasil	664

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores de população total, IDH-M, IMRS e Renda per capita (em R\$) de Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba, Minas Gerais e Brasil, 2010	309
Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano nas cidades, com seus componentes, número de habitantes e dados de Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba, Minas Gerais e Brasil, 2010	310
Tabela 3: Índice Mineiro de Responsabilidade Social em Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba, com referência à Extrema, 2010	311
Tabela 4: Renda per capita média de Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba, 2010	312
Tabela 5: Indicadores Gerais de Santa Rita do Sapucaí, 2000	313
Tabela 6: Indicadores Gerais de Santa Rita do Sapucaí, 2010	314
Tabela 7: Faixa etária de Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000 e 2010	316
Tabela 8: Comparação entre os indicadores do IDH, Santa Rita do Sapucaí e Poços de Caldas	317
Tabela 9: Comparação entre os Indicadores do IDH, Santa Rita do Sapucaí e Nova Lima	318
Tabela 10: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Santa Rita do Sapucaí e Ouro Branco, 2000	319
Tabela 11: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Santa Rita do Sapucaí e Extrema, 2010	320
Tabela 12: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Santa Rita do Sapucaí 2000, 2010, 2016	321
Tabela 13: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Santa Rita do Sapucaí e Uberlândia, 2016	322
Tabela 14: Indicadores Gerais de Maria da Fé, 2000	323
Tabela 15: Indicadores Gerais de Maria da Fé, 2010	323
Tabela 16: Faixa Etária de Maria da Fé, 1991, 2000 e 2010	325
Tabela 17: Comparação entre os Indicadores do IDH de Maria da Fé e Poços de Caldas	327
Tabela 18: Comparação entre os Indicadores do IDH de Maria da Fé e Nova Lima	328
Tabela 19: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Maria da Fé e Ouro Branco, 2000	329
Tabela 20: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Maria da Fé e Extrema, 2010	330
Tabela 21: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Maria da Fé, 2000, 2010 e 2016	331
Tabela 22: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Maria da Fé e Uberlândia, 2016	331
Tabela 23: Indicadores Gerais, Janaúba, 2000	332
Tabela 24: Indicadores Gerais, Janaúba, 2010	333
Tabela 25: Faixa etária de Janaúba, 1991, 2000, 2010	335
Tabela 26: Comparação entre os indicadores do IDH de Janaúba e Poços de Caldas, 2000	336
Tabela 27: Comparação entre os Indicadores do IDH de Janaúba e Nova Lima	337
Tabela 28: Índice Mineiro de Responsabilidade Social, Janaúba e Ouro Branco	338
Tabela 29: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Janaúba e Extrema, 2010	339
Tabela 30: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Janaúba, 2000, 2010 e 2016	340
Tabela 31: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Janaúba e Uberlândia, 2016	340
Tabela 32: Indicadores de renda, pobreza e desigualdade, Santa Rita do Sapucaí, 1991-2000-2010	358
Tabela 33: Indicadores de Renda e Pobreza, 1991, 2000 e 2010, Santa Rita do Sapucaí e Nova Lima	359
Tabela 34: Nível educacional da população jovem, Santa Rita do Sapucaí, 1991 e 2000	385

Tabela 35: Índices de analfabetismo por faixa etária, Santa Rita do Sapucaí e Poços de Caldas, 2000	385
Tabela 36: Nível educacional da população jovem, Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000 e 2010	386
Tabela 37: Nível educacional da população entre 18 e 24 anos, Santa Rita do Sapucaí, 1991-2000	386
Tabela 38: Nível educacional da população de 25 anos ou mais, Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000	387
Tabela 39: Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade, Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000 e 2010	390
Tabela 40: Indicadores de Habitação, Santa Rita do Sapucaí, Nova Lima, 1991, 2000 e 2010	393
Tabela 41: Dados de vulnerabilidade social, Santa Rita do Sapucaí, 1991-2000	394
Tabela 42: Dados de vulnerabilidade social, Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000 e 2010 ..	395
Tabela 43: Acesso a bens de consumo, Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000 e 2010	396
Tabela 44: Indicadores de renda, pobreza e desigualdade, Maria da Fé, 1991, 2000 e 2010	426
Tabela 45: Indicadores de Renda e Pobreza, Maria da Fé, Nova Lima, 1991, 2000 e 2010	428
Tabela 46: Nível Educacional da População Jovem, Maria da Fé, 1991 e 2000.....	442
Tabela 47: Índices de Analfabetismo por Faixa Etária, Maria da Fé, Poços de Caldas, 2000	442
Tabela 48: Nível Educacional da População Jovem, Maria da Fé, 1991, 2000 e 2010.....	443
Tabela 49: Nível Educacional da População entre 18 e 24 anos, Maria da Fé, 1991 e 2000	443
Tabela 50: Nível Educacional da População Adulta, Maria da Fé, 1991 e 2000	444
Tabela 51: Indicadores de Vulnerabilidade Familiar, Maria da Fé, 1991-2000.....	462
Tabela 52: Dados de vulnerabilidade social, Maria da Fé, 1991, 2000 e 2010	463
Tabela 53: Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade, Janaúba, 1991, 2000, 2010.	491
Tabela 54: Indicadores de Renda e Pobreza, 1991, 2000, 2010, Janaúba e Nova Lima....	494
Tabela 55: Nível Educacional da População Jovem, Janaúba, 1991, 2000	503
Tabela 56: Índice percentual de Analfabetismo em diferentes faixas etárias populacionais, 2000, Janaúba e Poços de Caldas	504
Tabela 57: Nível educacional da população entre 18 e 24 anos, Janaúba	505
Tabela 58: Nível educacional da população de 25 anos ou mais, Janaúba, 1991, 2000....	505
Tabela 59: Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade, Janaúba, 1991, 2000 e 2010	521
Tabela 60: Indicadores de Demografia, Janaúba, 1991-2000	527
Tabela 61: Dados de vulnerabilidade social, Janaúba, 1991, 2000 e 2010.....	527
Tabela 62: Acesso a Bens de Consumo, Janaúba, 1991, 2000, 2010	528
Tabela 63: Indicadores de população total, IDH-M, IMRS e Renda per capita (em R\$) de Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba, Minas Gerais e Brasil, 2010	542
Tabela 64: Indicadores de população total, IDH-M, IMRS e Renda per capita (em R\$) de Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba, Minas Gerais e Brasil, 2010	543
Tabela 65: PIB Total Janaúba, Maria da Fé e Santa Rita do Sapucaí, a preços constantes, 2010	544
Tabela 66: PIB Total 2010, Janaúba, Maria da Fé e Santa Rita do Sapucaí, a preços constantes, 2010.....	544
Tabela 67: Nível Educacional da População, Janaúba, Maria da Fé e Santa Rita do Sapucaí, 2010	545
Tabela 68: Mortalidade até 1 ano de idade, no leitos/habitantes, Esperança de vida ao nascer, Janaúba, Maria da Fé e Santa Rita do Sapucaí, 2010	546

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Desenho representativo da tese	47
Quadro 2: Entrevistas e documentos utilizados nos estudos de caso	92
Quadro 3: Eixos analíticos dos estudos de caso	101
Quadro 4: Quadro de densidade populacional em algumas cidades, 1800, 1880 e 1910 ..	112
Quadro 5: Felicidade, bem-estar e qualidade de vida	266
Quadro 6: Estabelecimentos em Janaúba, 2006	482
Quadro 7: Rendimento por Gênero, Janaúba, 2004	493
Quadro 8: Número de Estabelecimentos de Ensino, por Dependência Administrativa segundo a etapa/modalidade ministrada, Janaúba	497
Quadro 9: Padrões de êxito presentes, parcialmente presentes ou ausentes em Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba	562

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Série histórica do IDH do Brasil, 1990-2018	95
Gráfico 2: Desigualdade de renda, 2015-2019	96
Gráfico 3: “Desde seu ponto de vista, as grandes empresas deveriam...”	285
Gráfico 4: Os investimentos da UNICEF no Brasil, 1998.....	286
Gráfico 5: Comparação do IDH total e seus indicadores de Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba, Minas Gerais e Brasil, 2010	310
Gráfico 6: Comparação do IMRS total e seus componentes em Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba, e Extrema, 2010.....	312
Gráfico 7: População Urbana e Rural de Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000 e 2010	314
Gráfico 8: Crescimento Populacional de Santa Rita do Sapucaí, 1991-2010.....	315
Gráfico 9: Crescimento Populacional de Santa Rita do Sapucaí, 2006-2020.....	315
Gráfico 10: Composição do IDH de Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000, 2010	316
Gráfico 11: Composição do IDH, Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000 e 2010	318
Gráfico 12: População Urbana e Rural de Maria da Fé, 1991, 2000 e 2010	324
Gráfico 13: População total de Maria da Fé, 1991-2006	324
Gráfico 14: População total de Maria da Fé, 1991 – 2010.....	325
Gráfico 15: População total de Maria da Fé, 2006 – 2020.....	325
Gráfico 16: Composição do IDH de Maria da Fé, 1991, 2000, 2010	326
Gráfico 17: Composição do IDH, Maria da Fé, 1991, 2000 e 2010	328
Gráfico 18: População Urbana e Rural de Janaúba, 1991, 2000, 2010	333
Gráfico 19: População total de Janaúba, 1991-2010	334
Gráfico 20: População total de Janaúba, 2006-2020	334
Gráfico 21: Composição do IDH de Janaúba, 1991, 2000, 2010.....	336
Gráfico 22: Composição do IDH, Janaúba 1991, 2000 e 2010.....	337
Gráfico 23: Porcentagem de renda apropriada por grupos de população, Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000 e 2010	359
Gráfico 24: PIB a Preços Constantes, Santa Rita do Sapucaí, 2005	361
Gráfico 25: PIB a Preços Constantes, Santa Rita do Sapucaí, 2014	361
Gráfico 26: PIB a Preços Constantes, Santa Rita do Sapucaí, 2014	362
Gráfico 27: População ocupada por setores econômicos, Santa Rita do Sapucaí, 2000, 2010	363
Gráfico 28: PIB per capita, a preços correntes, Santa Rita do Sapucaí, 2014	364
Gráfico 29: PIB per capita, a preços constantes, Santa Rita do Sapucaí, 2014.....	365
Gráfico 30: Evolução dos orçamentos anuais com educação e saúde, Santa Rita do Sapucaí, 2000 a 2010 (a preços constantes, 2014).....	389
Gráfico 31: Evolução dos orçamentos anuais com Educação e Saúde, Santa Rita do Sapucaí, 1996, 2000, 2010 (a preços constantes, 2014).....	390
Gráfico 32: Receita Total, a preços constantes, Santa Rita do Sapucaí, 2014	392
Gráfico 33: Porcentagem de renda apropriada por grupos de população, Maria da Fé, 1991, 2000 e 2010	427
Gráfico 34: Evolução do PIB de Maria da Fé, 1999-2002, a preços constantes 2005	429
Gráfico 35: Evolução do PIB de Maria da Fé, 2009 – 2012, a preços constantes, 2014.....	429
Gráfico 36: Evolução do PIB de Maria da Fé, 1995, 2000 e 2010, a preços constantes, 2014	430
Gráfico 37: População ocupada por setores econômicos, Maria da Fé, 2000 – 2010	430
Gráfico 38: PIB per capita a preços correntes, Maria da Fé, 1995-2010	434
Gráfico 39 - PIB per capita a preços constantes, Maria da Fé, 1995-2014	435

Gráfico 40: Evolução dos orçamentos anuais com educação e saúde, 2000 a 2010, Maria da Fé (a preços constantes, 2014)	445
Gráfico 41: Receita Total, a preços constantes, Maria da Fé, 1996-2010	449
Gráfico 42: Respostas da População ao “que o deixa feliz de viver em Janaúba’	482
Gráfico 43: Respostas da População sobre “o que falta em Janaúba para deixá-lo feliz” ..	483
Gráfico 44: Respostas da população sobre “o maior problema que o incomoda para nela viver”	483
Gráfico 45: Porcentagem de Renda Apropriada pela população, Janaúba, 1991, 2000, 2010	492
Gráfico 46: Evolução do PIB de Janaúba, 1999-2002, a preços constantes	494
Gráfico 47: Evolução do PIB de Janaúba, 2009 – 2012, a preços constantes	495
Gráfico 48: Evolução do PIB de Janaúba, 1995, 2000 e 2010, a preços constantes	495
Gráfico 49: PIB per capita a Preços Constantes, Janaúba, 1995, 2000, 2010	496
Gráfico 50: PIB per capita a Preços Correntes, Janaúba, 1995, 2000, 2010	496
Gráfico 51: População Ocupada por Setores Econômicos, Janaúba, 2000, 2010	497
Gráfico 52: Resposta dos moradores com relação ao simbolismo do município, 2006	509
Gráfico 53: Respostas dos moradores com relação as principais imagens e acontecimentos de Janaúba, 2006	510
Gráfico 54: Evolução das Despesas com Saúde e Educação, a preços constantes, Janaúba, 2014	515
Gráfico 55: Evolução das Despesas com Saúde e Educação, a preços constantes, Janaúba, 2014	516
Gráfico 56: Problemas de Saúde mais frequentes em Janaúba, 2006.....	521
Gráfico 57: Evolução das despesas por Órgãos e Funções, Janaúba, 2005	524
Gráfico 58: Receita Total, a preços constantes, Janaúba, 1996, 2000, 2010	525
Gráfico 59: Violações e Violência Sexual, Janaúba, 2006.....	531
Gráfico 60: Violência Sexual, Janaúba, 2006	531
Gráfico 61: Localização dos barracos por bairros em Janaúba, 2006	533
Gráfico 62: Número de Visitantes/año, en Barcelona	650

LISTA DE SIGLAS

ABRAIC	Associação Brasileira dos Analistas de Inteligência Competitiva
ACV	Análise do Ciclo de Vida
ANPROTEC	Centro de Incubação de Atividades Empreendedoras
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APL	Arranjo Produtivo Local
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEEF	Comunidade Econômica Europeia
CEI	Centro de Estatísticas e Informações
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CIAM	Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
COI	Comitê Olímpico Internacional
COP	Conferência das Partes
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
COPIS	Coordenação de População e Indicadores Sociais
COVID-19	Corona Virus Disease, 2019
CUFA	Central Única das Favelas
DAFO	Debilidades, Ameaças, Fortalezas, Oportunidades
DEL	Desenvolvimento Econômico Local
DNA	Ácido desoxirribonucleico
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EAD	Educação à Distância
EFEI	Universidade Federal de Itajubá
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
ETE	Escola Técnica de Itajubá
FAI	Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação
FAO	Food and Agricultural Organization of the United Nations
FAOP	Fundação de Arte de Ouro Preto
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FAVA	Faculdade Vale do Gortuba

FAVB	Federació d'Asociaciones de Vecinos Barcelona
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FINBRA	Finanças do Brasil
FOFA	Fragilidades, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GATPAC	Grupo de Artistas Catalanes y Técnicos Españoles para la Arquitectura Contemporánea
GEE	Gases de Efeito Estufa
GTC	Grupo Técnico Comunitário de Janaúba
GTZ	Agência de Cooperação Técnica Alemã
GUO	Global Urban Observatories UN-Habitat, Observatório Urbano Global
IAPS	International Association People-Environment Studies
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICLEI	International Council for Local Environmental Initiatives
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICV	Índice de Condição de Vida
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IEP	Institute for Economics & Peace
IMRS	Índice Mineiro de Responsabilidade Social
INATEL	Instituto Nacional de Telecomunicações
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDI	Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais
IoT	Internet das coisas
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IQV	Índice de Qualidade de Vida
ISO	International Organization for Standardization, Organização Internacional de Normalização
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NAFTA	North American Free Trade Agreement
NAU	Nova Agenda Urbana
NIP	Núcleo de Intervenção Participativa
ODCE	Organização Econômica para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PEA	População Economicamente Ativa
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNI	Programa Nacional de Imunizações
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPC	Paridade de Compra Constante
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PSF	Programa de Saúde da Família
RIPSA	Rede Interagencial de Informações para a Saúde
RMI	Rede Mineira de Inovação
RNB	Renda Nacional Bruta
SCT	Social Categorization Theory
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SINDIVEL	Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Vale da Eletrônica
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TRS	Teoria das Representações Sociais
UBS	Unidade Básica de Saúde
UCCI	União de Cidades Capitais Ibero-americanas

UCLA	University of California
UFLA	Unidade Federal de Lavras
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNCED	United Nations Conference on Environment and Development, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
UNCSD	Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UNIPAC	Faculdade Presidente Antônio Carlos
UNWTO	World Tourism Organization, Organização Mundial do Turismo
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
USF	Unidade de Saúde da Família
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo
WCCD	Conselho Mundial em Dados Urbanos
WEF	Fórum Econômico Mundial
WWF	World Wildlife Fund

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	35
2	BASES EPISTEMOLÓGICAS DA PESQUISA	48
2.1	Da simplicidade à complexidade	48
2.2	Pressupostos contemporâneos aplicados às cidades	66
2.3	Os níveis de mudança	68
2.4	As redes sociais.....	72
3	METODOLOGIA	84
3.1	A pesquisa qualitativa.....	87
3.1.1	Os estudos de caso como estratégia metodológica.....	88
3.1.2	O trabalho de campo	89
3.2	A pesquisa quantitativa	92
3.2.1	Indicadores do Instituto de Cidades Globais.....	96
3.3	Eixos analíticos	99
3.4	Análise.....	101
3.5	Validação e limites metodológicos	104
4	AS CIDADES E OS SERES HUMANOS	106
4.1	Breve história das cidades.....	106
4.2	Cidades contemporâneas.....	113
4.2.1	Avanços tecnológicos.....	131
4.2.2	A globalização	135
4.2.3	O local e o global.....	151
4.2.4	Descentralização ou centralização.....	159
5	DIFERENTES OLHARES PARA A CIDADE	164
5.1	A geografia	164
5.2	Urbanismo e arquitetura das cidades.....	170
5.3	A Economia urbana.....	183
5.3.1	A Economia e o espaço	185
5.3.2	O tamanho das cidades desde uma perspectiva económica	187
5.3.3	O pensamento económico de Jane Jacobs	190
5.4	O marco legal: outro aspecto do quadro	195
6	SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO	204
6.1	Grandes encontros mundiais.....	215
6.2	Ideias atuais sobre a sustentabilidade.....	222
6.3	Práticas sustentáveis	227
7	OS SERES HUMANOS E AS CIDADES	233
7.1	Simbolismo espacial.....	233
7.2	Identidade social.....	238

7.2.1	Identidade social urbana.....	244
7.2.2	A identidade cultural e nacional contemporânea.....	247
7.3	Apropriação do espaço	256
7.4	Representações sociais	259
7.5	Qualidade de vida significa felicidade?.....	265
8	RECURSOS DAS CIDADES E DAS PESSOAS: EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO CIDADÃ, NOVAS CENTRALIDADES, ESPAÇO E ARTE PÚBLICA	272
8.1	A educação	273
8.2	A participação cidadã.....	276
8.2.1	O processo participativo	279
8.2.2	A participação das empresas	284
8.3	A revitalização de áreas urbanas	287
8.4	Novas centralidades, arte e espaço público.....	295
8.5	O marketing urbano.....	301
8.6	O turismo.....	302
8.7	Planos e Projetos de Desenvolvimento	305
9	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DE CASO	309
9.1	Santa Rita do Sapucaí.....	313
9.2	Maria da Fé.....	322
9.3	Janaúba	331
10	SANTA RITA DO SAPUCAÍ, CIDADE EMPREENDEDORA	341
10.1	Introdução.....	341
10.2	Sua história.....	342
10.3	Décadas recentes.....	352
10.4	Uma visão dos sistemas urbanos: economia, educação, saúde, gestão pública, habitação, meio ambiente e assistência social.....	357
10.5	Valorações do caso	402
11	MARIA DA FÉ: ARTESANATO, DESIGN E TURISMO EM MINAS GERAIS.....	410
11.1	O artesanato em Minas Gerais	411
11.2	A chegada	412
11.3	História recente	414
11.4	A atualidade	415
11.4.1	Artesanato e Design.....	417
11.5	Uma visão dos sistemas urbanos: economia, educação, saúde, gestão pública, habitação, meio ambiente e assistência social.....	426
11.6	Valorações do caso	465
12	JANAÚBA	470
12.1	Pequena história do povo gorutubano	471
12.2	Anos recentes	473
12.3	Visitas de campo.....	475
12.4	Trabalhos do GTC Social	481
12.5	Reuniões comunitárias.....	483
12.5.1	O turismo	486
12.6	Uma visão dos sistemas urbanos: economia, educação, saúde, gestão pública, habitação, meio ambiente e assistência social.....	489
12.7	Identidade Social Urbana	534

12.8	Valorações do caso	535
13	DISCUSSÃO/ REFLEXÕES COMPARATIVAS	541
13.1	Avaliação comparativa sobre os critérios utilizados	547
13.1.1	As vocações econômicas das cidades	547
13.1.2	Processos endógenos ou exógenos e a participação cidadã.....	551
13.1.3	Identidade social urbana, apropriação do espaço e representações sociais	553
13.1.4	Níveis de mudanças e as dimensões do desenvolvimento sustentável amplo.....	556
13.2	Padrões de êxito das cidades	557
14	CONFLUÊNCIAS	563
	REFERÊNCIAS	575
	APÊNDICE A - A TEORIA SISTÊMICA E A CIBERNÉTICA: COMPREENDENDO A VIDA DESDE NOVAS PERSPECTIVAS	601
	APÊNDICE B: O SIGNIFICADO DA FELICIDADE.....	604
	APÊNDICE C - A REDE DE PESQUISA CIS E ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DA SUSTENTABILIDADE 606	606
	APÊNDICE D: ENTREVISTAS E DOCUMENTOS UTILIZADOS NOS ESTUDOS DE CASO	609
	APÊNDICE E - PRÁTICAS URBANAS EXITOSAS	611
	Curitiba	611
	El Sistema de Transportes Públicos	617
	Belo Horizonte.....	622
	Campo Mourão	625
	Praia Grande	627
	Rosario	631
	Moscú632	
	Barcelona	635
	Las Olimpíadas del 1992.....	639
	Villa Olímpica, una transformación en el waterfront de Barcelona	642
	Los años pós olimpíadas.....	648
	El Turismo 650	
	Habitación653	
	Evaluaciones de Barcelona	657
	TENDENCIAS ACTUALES EN EL DESARROLLO URBANO	661
	ANEXO A: QUESTIONÁRIO DO GTC SOCIAL, REALIZADO EM JUNHO/JULHO DE 2006 JUNTO À COMUNIDADE, APLICADO PELOS AGENTES DO PSF EM TODO O TERRITÓRIO	667

“Dir-se-ia que a teoria e a produção do conhecimento só são possíveis através da existência e da prática cotidiana. A teoria não é um dado a priori do mundo ou, ainda, um ente distanciado dele: ela é composta pelo mundo em movimento e pelo sujeito; por isto toda teoria é carregada do momento histórico que a influencia”

Brito, 2006, p.105

“É nesse sentido que cada reflexão teórica torna-se, também, uma forma genuína de prática”

Adorno, 1969 apud Brito, 2006, p.105

INSPIRAÇÃO

Sem as utopias de outros tempos, os homens ainda viveriam nas cavernas, miseráveis e nus. Foram os utópicos quem desenharam o traçado da primeira cidade [...] Os sonhos generosos iluminam realidades proveitosas. A Utopia é o principio de todo progresso e o ensaio de um futuro melhor

Anatole France apud (BAUMAN, 2007, p. 137)

O presente trabalho é resultado de alguns anos de práticas e pesquisas sobre as cidades, repletos de curiosidade e perplexidade crescente diante de tantos acontecimentos contrários à igualdade, aos direitos humanos, à liberdade de expressão, entre tantas outras perdas, assimetrias e injustiças vividas cotidianamente no Brasil e no mundo. A inspiração utópica se refletiu no anseio em compreender como as cidades funcionam, evoluem ou estagnam, porque mudam ou permanecem iguais, buscando encontrar características, dinâmicas ou padrões com potencial para transformá-las em um lugar melhor para seus habitantes.

Para mim, as cidades são ambientes fascinantes. Caminhar por uma cidade e buscar compreender sua organização é como se dedicar a um quebra-cabeça de nível avançado. A cidade é viva e intrigante, cruel e generosa, espaço de lutas e conciliações, de expressões culturais, de memória e história, de promessas futuras, sonhos e desilusões, imagem de sua geografia e de suas construções, cada qual com seus limites, particularidades e desafios.

Figura 1: *Las Ramblas*, Barcelona



Fonte: Foto André Paoliello, 2010.

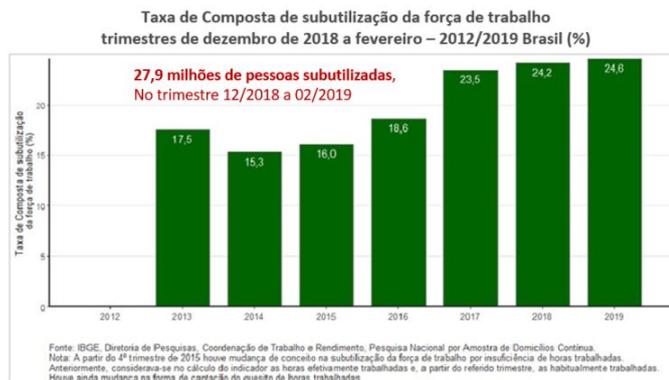
Porém, o último século evidenciou simultaneamente amplos avanços como acentuados problemas urbanos, disseminados por todo o mundo. Pobreza, fome, desemprego, migrações forçadas, destruição ambiental continuada, condições insalubres de vida, guerras, terrorismo, corrupção estão entre os grandes desafios do século XXI. Estudos demonstram, por exemplo, que há capacidade de se produzirem alimentos suficientes para toda a população mundial, mas milhões de pessoas continuam sofrendo de desnutrição crônica. A cada ano, 36 milhões de pessoas morriam em consequência de fome no mundo, o que o Relator Especial da ONU, Jean Siegler, caracterizou como um “genocídio silencioso” (DIREITOS HUMANOS NO BRASIL, 2001), alertando também que mais de um bilhão de pessoas no mundo não tinham

acesso ao abastecimento de água e 2,4 bilhões de pessoas não possuíam saneamento básico. Em 2018 o número de pessoas passando fome no mundo aumentou pelo terceiro ano consecutivo, passando de 815 milhões em 2016 para 821 milhões em 2017, segundo registro da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que apontou como principais causas para este avanço da subnutrição os conflitos armados, as crises econômicas, as variações climáticas e os fenômenos naturais extremos (FOOD..., 2018).

Estes dados também compreendem a realidade brasileira, que vem apresentando indicadores sociais e ambientais entre os piores do mundo. Na pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA) e publicada pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IPC-IG/PNUD) em 2018, o Brasil ocupava o quinto lugar em termos de desigualdade social - muito acima dos padrões internacionais - considerando um grupo que analisou 29 países em desenvolvimento e desenvolvidos (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2018), e apresentava outros problemas com níveis tão elevados como a desigualdade. Entre 2012 a 2017, o número de desempregados no Brasil dobrou de 6,7 milhões para 13,7 milhões, apesar de ter apresentado pequena melhora em 2016, especialmente devido à geração de vagas informais (SALATI, 2018).

Continuando a análise, a “PNAD contínua (PNADC) do IBGE mostra que o desemprego e a subutilização da força de trabalho no Brasil bateram recorde no trimestre que vai de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019” (ALVES, 2019), conforme o gráfico a seguir. Mais ainda, a taxa composta, que significa a subutilização da força de trabalho (percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho potencial) somou 24,6% de desemprego e subemprego, no trimestre entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019, revelando alta de 0,8% em relação ao trimestre anterior, e 0,4% maior considerando o trimestre dezembro de 2017 a fevereiro de 2018 o que, conforme Alves (2019), significou que nesse primeiro trimestre havia aproximadamente 27,9 milhões de pessoas subutilizadas no país, o maior nível medido desde que o início dessa série histórica, em 2012, refletindo um enorme grupo sem trabalho decente e grande desperdício da força de trabalho.

Tabela 1: Taxa composta de subutilização da força de trabalho, trimestres de dez 2018 a fev. 2019, Brasil (%)



Fonte: IBGE *apud* Alves, 2019.

No entanto, no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial realizado pelo Banco Mundial, que mede os vinte maiores Produto Interno Bruto, PIB do mundo, em 1994 o Brasil ocupava a 10ª posição, passando para a 11ª posição, em 2002. Em 2010, o Brasil ocupou o 8º lugar e em 2013 ganhou mais uma posição, ficando em 7º lugar em termos do PIB, o que não se relaciona diretamente à qualidade de vida da população, apesar de estar entre as nações que mais produzem rendimentos financeiros no mundo (BRESSAN, 2013).

Neste sentido, indicadores tão díspares como a taxa de desemprego ou subemprego, que levam ao empobrecimento crescente da população e a enorme quantidade de riquezas geradas no país em favor de poucos grupos abastados, revelam uma distribuição fortemente desigual de renda. Em 2018 a situação se mantinha: um estudo realizado pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IPC-IG/PNUD) analisou 29 países desenvolvidos e em desenvolvimento e revelou que o Brasil segue no grupo das cinco nações no qual a parcela mais rica da população recebe mais de 15% de sua renda total, enquanto o grupo dos 1% mais ricos concentrava aproximadamente 22% do total da renda nacional, nível muito acima da média internacional (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2018).

Este pequeno conjunto de indicadores é uma amostra que corrobora com a gravidade dos problemas contemporâneos, em inúmeros países, revelando a necessidade de se criarem soluções diante dos problemas que se acentuam invariavelmente e geram injustiças, assimetrias e insatisfação no viver de grande parte da população, o que reforça sobremaneira a motivação para esta pesquisa, que pretende focar como se ampliar a sustentabilidade ampla nas cidades e seus processos de mudança, considerando a integração de múltiplos temas e seus habitantes.

1 INTRODUÇÃO

Nada é tão poderoso no mundo como uma ideia cujo tempo chegou

Vitor Hugo

Grande parcela dos estudos urbanos tem privilegiado uma ou poucas variáveis como objeto de pesquisa, o que, se por um lado permite a ampliação do conhecimento em determinadas áreas, por outro dificulta ou impede a articulação dessas áreas, resultado da tradição cartesiana que preconiza a separação do “todo em partes menores” como forma primordial de raciocínio, e que se impôs com grande força nos meios acadêmicos, influenciando teorias e práticas do mundo acadêmico, incluindo o processo educacional de crianças e jovens.

Considerando a impossibilidade desse paradigma lidar com a complexidade das últimas décadas, se defendeu nesse trabalho a prática contínua do pensamento sistêmico, que aborda o funcionamento dos sistemas vivos, suas interconexões e interdependências estruturais. Assim, pretendeu realizar-se a interconexão entre temas essenciais na constituição da cidade e da paisagem cultural, envolvendo economia, educação, cultura, direito urbanístico e outros presentes no processo de desenvolvimento, somando-se à essa visão aspectos significativos envolvendo a relação dos habitantes com seu espaço de vida.

Há um duplo sentido nesta proposta: o primeiro foi constituir novas formas de pensamento crítico e multidisciplinar na construção do espaço das cidades e o segundo foi incluir os seres humanos e características inerentes à sua natureza social nesta análise, o que também vinha sendo sistematicamente pouco considerado por planejadores e gestores, que tendem a enfatizar aspectos concretos e pragmáticos do desenvolvimento urbano, colocando em segundo plano ou mesmo ignorando as subjetividades, o simbolismo, comportamentos, as dimensões humanas e as relações entre as pessoas e entre estas pessoas e o território que, no entanto, atuam diretamente na produção e reprodução das cidades, espaço vital para a maioria da população mundial.

As cidades são o resultado de muitos séculos de atividades e representam o conjunto de intervenções humanas e eventos naturais sobre o território geográfico, conformando sua paisagem, como resultado de interseções naturais, sociais, econômicas e culturais sucedidas ao longo da história. Como aponta Johnson, salvo raras exceções, as cidades são

mais uma marca do comportamento coletivo do que o resultado de planejadores. Elas são a soma de milhares de interações locais: ajuntamento, compartilhamento, comercialização – todas as atividades díspares que se misturam na totalidade da vida urbana (JOHNSON, 2003, p. 80).

Além disso, ressalta-se que sua conceitualização é complexa e não há uma definição padrão, mas múltiplas definições para a cidade, conforme a visão de distintos autores e períodos históricos. A palavra cidade vem do latim *civitate*, próxima à *civitas*, que originou as palavras cidadão e civilização, enquanto a palavra urbano vem do latim *urbis*, que também significa

cidade; e em grego, a palavra grega *polis*, cidade e *politikos*, da cidade, deram origem a palavra política. (LACOSTE *apud* Vasconcelos, 2015, p.18).

Figura 2: Complexidade Urbana



Fonte: Institute for Advanced Study, s.d.

Nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, as cidades têm recebido um afluxo de população sem precedentes e em pouco tempo serão o habitat da maioria dos seres humanos, revertendo sua concentração predominante em áreas rurais, característica que perdurou por muitos milênios. Importante citar também as migrações expressivas e os fenômenos crescentes de deslocamentos de refugiados, em virtude principalmente das guerras nacionais e transnacionais e outros graves problemas enfrentados em seus países de origem. A cidade contemporânea é, portanto, o cenário central para as ações mundiais, protagonizando um papel decisivo nas grandes transformações dos paradigmas atuais, como defendem Harvey (1982, 1992, 2004, 2014) e Touraine (2005).

O geógrafo inglês David Harvey (2004) afirma que o capitalismo constrói espaços à sua maneira, e produz paisagens distintas de acordo com interesses relativos ao transporte, infraestrutura, informação e produção do conhecimento, entre outros, com o objetivo de acelerar o processo cumulativo. Estas diferenças resultam em alterações geográficas profundas e desenvolvimentos desiguais.

Na análise de Alain Touraine, (2005, p. 257), a globalização promoveu a mundialização da produção e dos intercâmbios e representa, acima de tudo, uma forma extrema de capitalismo, “como separação completa da economia e das demais instituições, em particular sociais e políticas, que já não podem controlar”, que fragmentou o que se chamava sociedade. No início da modernização os fatos sociais eram pensados em termos políticos, como ordem e desordem, autoridade, nação, e foi somente após a Revolução Industrial que essas categorias políticas foram substituídas pelas categorias econômicas e sociais como classes, benefício, competência, negociações coletivas - mudanças tão profundas que sugerem o surgimento de

um novo paradigma, em substituição ao paradigma social, assim como este substituiu em determinado momento o paradigma político.

Outra mudança primordial neste panorama é o desenvolvimento muito acelerado das tecnologias, gerando enormes mudanças nos processos de comunicação que, por sua vez propiciaram a base material para a “impregnação” de uma “lógica de redes” em toda a estrutura social, determinante para a emergência de uma sociedade em rede, que conecta pessoas e cidades e resulta em um aumento exponencial de seus fluxos, conforme descrevem Jordi Borja e Manuel Castells (1997) e Castells (1995, 2000, 2015). O espaço dos fluxos é uma articulação espacial de riqueza e poder desconectada de referências culturais ou nacionais, contrapondo-se ao espaço dos lugares, das identidades locais. Esta “abertura” vem propiciando novas formas de ação e intervenção social, econômica e política, pois

Uma estrutura social com base nas redes é um sistema aberto altamente dinâmico, suscetível de inovação, sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas baseadas na flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas [...] (CASTELLS, 2000, p. 497).

Assim, os seres humanos têm enfrentando reconstruções e reconfigurações, incluindo uma ruptura em seus conceitos de mundo e de si mesmos. Além dos grandes desafios já citados, a própria concepção tradicional da cidade se “desmanchou” - estabelecendo um estado de vida líquido, na visão de Bauman (2007) e, como espaço de produção e reprodução capitalista, forjada como meio ideal para o crescimento do capital, não tem encontrado mais sentido nesse objetivo, uma vez que as novas tecnologias e o poder das grandes corporações traçaram um novo panorama mundial, demandando dos espaços geográficos novas funções. Bauman (2007) entende que

A permanência da transitoriedade; a durabilidade do efêmero; a determinação objetiva que não se reflete no carácter consequencial e subjetivo das ações; o papel social definido sempre de maneira inadequada ou, para ser mais exatos, uma inserção no fluxo da vida sem a ancora de um papel social são características da moderna vida líquida [...] (BAUMAN, 2007, p. 71).

Logo, critérios de acessibilidade às redes eletrônicas substituem a distância física; observam-se mudanças profundas nas concepções e vivências de tempo e espaço, o conhecimento é reconhecido como condição *sine qua non* de desenvolvimento, há mudanças nas formas de trabalho, bem como novas maneiras de conservação das memórias coletivas e do patrimônio cultural, fenômenos migratórios resultam em grandes reconfigurações sociais, enquanto o processo globalizador segue produzindo impactos intensos. As cidades nos países em desenvolvimento crescem de maneira exponencial, sendo que as cidades que mais crescem se localizam em países de baixa renda na Ásia e na África, com populações jovens

Dez anos atrás [2008, inclusão do autor] aproximadamente 40% da população do mundo em desenvolvimento – ou 2 bilhões de pessoas – vivia em áreas urbanas. Desde então, seus números se expandiram a quase o dobro da rapidez do crescimento da população total, para mais de 2.5 bilhões. Isso equivale a quase cinco novas cidades do tamanho de Beijing a cada 12 meses. Até 2025 mais da metade da população mundial em desenvolvimento – 3,5 bilhões de pessoas – será urbana, segundo estudo realizado pelo Banco Mundial (FOOD..., 2018).

Estas populações crescentes possivelmente vão aumentar a quantidade dos problemas urbanos, tais como condições precárias ou muito precárias de alimentação, pobreza¹, dificuldade de acesso aos serviços básicos, desemprego, exclusões

No mundo todo, aproximadamente um bilhão de pessoas vive em favelas lotadas, sem acesso a saúde básica, água ou serviços de saneamento. Cerca de 30% da população urbana do mundo em desenvolvimento – 770 milhões de pessoas – estão desempregadas ou em “trabalho precário”, com renda abaixo das linhas de pobreza oficiais. [...] Até 2020, a proporção da população urbana vivendo na pobreza pode atingir 45%, ou 1,4 bilhões de pessoas. Até lá, 85% das pessoas pobres na América Latina, e quase a metade destas na África e na Ásia estarão concentradas em vilas e cidades. Esta probabilidade tem sido descrita como ‘a nova bomba populacional’ e um pesadelo para a governança: cidades espalhadas, degradadas e empobrecidas, com enormes populações vulneráveis que são socialmente excluídas, jovens e desempregadas. (FOOD..., 2018).²

Não obstante, “a decisão de se antecipar aos problemas ambientais, de renda, moradia, educação e saúde que se avizinham às cidades do futuro requer esforços consideráveis, além da disponibilidade política e financeira”, como observou o sociólogo Fausto Brito, em reportagem à Vieira, constatando também que o fenômeno da segregação impôs desafios adicionais para a gestão das metrópoles, uma vez que pobres e ricos sobem muros visíveis e invisíveis ao redor das favelas e condomínios de luxo, reduz possibilidades de uma convivência plural sugerindo, na realidade, “ser necessário restaurar a cidade” (VIEIRA, 2009, p. 50).

¹ Como Souza (1995) pontua, “pobreza” é uma “categoria relativa”, que “depende do momento histórico, das condições culturais, do ponto de referência para as comparações, de formas que qualquer aferição de graus de pobreza far-se-á sempre a partir de fatores comparativos” e sua definição também pode incorporar componentes subjetivos e variar conforme o método de medição utilizado (CONSEJO DE LA TIERRA, 1993, *apud* Souza, 1995, p.31). O *Consejo de la Tierra*, observa Souza, 1995, p.32), apresentou dois enfoques para essa medição: “um enfoque relativo, onde a linha de pobreza (global ou de cada componente) é definida em termos de uma porção de valor médio que cada indicador possui na população total; e um enfoque absoluto, que “trata de estabelecer médias de satisfação, a um grau suficiente das necessidades básicas ou de insumos necessários para atingir esse objetivo”. Apesar das diferenças entre os conceitos de pobreza, existem algumas características mínimas referentes às necessidades que devem ser satisfeitas: acesso a saúde, educação, cultura, esportes, alimentação, entre outras.

² Nesta mesma linha, o livro de Mike Davis, “Planeta Favela”, de 2006, faz uma análise da favelização que vem ocorrendo em várias cidades do Terceiro Mundo, mostrando estudos, causas e soluções para esse fenômeno atual. Segundo Selene Herculano (2008), “Davis mostra o capitalismo neoliberal como o responsável por uma urbanização da população mundial que se caracteriza pela sua concentração nas favelas (um terço da população urbana total)”, a partir de suas pesquisas e do Relatório do Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas UN-Habitat, de 2003, chamado “*The Challenge of Slums*”. O Relatório aponta que a população favelada mundial deve crescer aproximadamente 25 milhões de pessoas ao ano, mostrando que uma parcela expressiva dos problemas urbanos advém das fragilidades vivenciadas nas favelas – e suas inúmeras causas entrelaçadas - da relação não raro conflituosa e tensa entre os enclaves e territórios de interseção que separam pobres e ricos e da expectativa de crescimento desses espaços, com conseqüente aprofundamento das fragilidades.

O jurista brasileiro Edésio Fernandes complementa que a exclusão social tem correspondido frequentemente a um processo de segregação territorial, pois

[...] os indivíduos e grupos excluídos da economia urbana formal são forçados a viver nas precárias periferias das grandes cidades, ou mesmo em áreas centrais que não são devidamente urbanizadas. Dentre outros indicadores da poderosa combinação entre exclusão social e segregação territorial – mortalidade infantil; incidência de doenças; grau de escolaridade; acesso a serviços, infraestrutura urbana e equipamentos coletivos; existência de áreas verdes, etc. -, dados recentes indicam que cerca de 600 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento vivem atualmente em situações insalubres e perigosas. Exclusão social e segregação territorial têm determinado a baixa qualidade de vida nas cidades, bem como contribuído diretamente para a degradação ambiental e para o aumento da pobreza na sociedade urbana. (FERNANDES, 2009 *apud* Prestes, 2009).

Figura 3: Paraisópolis, maior favela de São Paulo, com o bairro Morumbi ao fundo, zona oeste



Fonte: SOUZA, 2018.

Dados sobre as diferenças entre os salários comprovam os fenômenos de desigualdade e exclusão, visto que nos primórdios do século XIX a proporção de salários reais *per capita* entre os países mais ricos e os mais pobres do mundo era de três para um, enquanto em 2000 havia aumentado de sessenta para um, segundo o ex-secretário norte americano Robert Rubin (2000). Em um Relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) lançado em 2015, a desigualdade nos países ricos subiu de maneira ininterrupta nos últimos 30 anos: “nos países da OCDE, os 10% mais ricos da população ganham 9,6 vezes a renda dos 10% mais pobres. Essa relação era de 7:1 nos anos 80, subiu para 8:1 nos anos 90 e para 9:1 nos anos 2000” (CALEIRO, 2015). Ainda, conforme o índice Gini, que mede a desigualdade de renda - em uma escala de 0 a 1, sendo que quanto maior o valor, mais desigualdade há - nos países ricos o Gini era de 0,29 nos anos 1980, subindo para 0,32 em 2015. No Brasil, apesar de sua diminuição de 0,60 nos anos 90, para 0,55 em 2015, ainda estava muito acima do valor dos países ricos (CALEIRO, 2015).

Neste sentido, as cidades têm sua própria essência transformada e se agravam expressivamente seus problemas, alguns em nível mundial, como as crises econômicas recentes; questões políticas que refletem nações polarizadas em extremos; atos terroristas e

guerras bárbaras; além dos déficits ambientais determinantes, acentuando-se as desigualdades e exclusões entre povos e países, somados a perspectivas desalentadoras de futuro, se não ocorrerem alterações sistêmicas profundas. Nas palavras de Sevckenko (2001, p.43), o “aumento da desigualdade social é sem dúvida o legado mais perverso do século XX para o século XXI”.

Por outro lado, historicamente a cidade sempre foi um lugar de oportunidades, com economias de escala, oportunidades de trabalho, oferta de serviços básicos e promessa de uma vida mais confortável do que nos espaços rurais, *locus* responsável pela fixação de novos *standards* referentes à qualidade de vida. Durante as últimas décadas surgem também oportunidades inéditas a partir do advento das novas tecnologias e dos fluxos de serviços, produtos e comunicações em rede. As previsões reforçam que diante de todos os desafios recentes, se torna imperativo encontrar soluções para os problemas em progressão no mundo, e respostas e ações serão bem-vindas de todas as áreas.

Com esta perspectiva construtiva, Hazel Handerson³ e outros pesquisadores e estudiosos apontaram diversos desafios para a humanidade no novo milênio, reforçando em seus textos os oito “*top challenges*”, de acordo com as metas estabelecidas pela ONU, em 2000, apoiadas por 191 nações – a partir de discussões com sociedade civil e governos, que se tornaram parâmetros para as mudanças mundiais almeçadas entre 2000 a 2015: erradicar a pobreza e a fome extremas, reduzindo ao menos pela metade a proporção de pessoas que vivem com menos de um dólar/dia; ativar a educação primária universal para as crianças; promover a igualdade de gênero e dotar as mulheres de poder, preferencialmente eliminando a disparidade na educação primária e secundária; reduzir a mortalidade infantil em pelo menos dois terços do total para crianças menores de cinco anos de idade; melhorar a saúde materna, reduzindo em três quartos a mortalidade materna; combater e reverter o aumento de AIDS, malária e outras enfermidades significativas; garantir sustentabilidade ambiental, integrando seus princípios com outras políticas existentes nos países, revertendo as perdas de recursos ambientais, reduzindo para a metade a proporção de pessoas sem acesso a água potável, melhorando significativamente as vidas de 100 milhões de habitantes em favelas ao redor do mundo, até 2020; e desenvolver uma aliança global para o desenvolvimento, implementando um comércio aberto e um sistema financeiro baseado em regras conhecidas e não discriminatórias, incluindo o compromisso de um bom governo e redução da pobreza⁴.

³ www.hazelhenderson.com, www.un.org

⁴ Essa meta envolvia endereçar aos países menos desenvolvidos algumas ações, como definir tarifas e cotas livres para suas exportações, diminuir as dívidas através de ações que lhes permitissem ser sustentáveis no longo prazo, endereçar as necessidades especiais de pequenas ilhas, proporcionar trabalhos para os jovens, providenciar medicamentos a preços justos e lhes oferecer os benefícios das novas tecnologias.

Figura 4: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ODM, ONU, 2000



Fonte: PENA, s.d.

Muitas dessas metas foram alcançadas parcialmente e outras não⁵, mas além de direcionarem ações para graves déficits, há o mérito de proporem uma busca compartilhada global para solucionar os problemas, algo incomum até aquele momento⁶. Na avaliação de Ban Ki-Moon, secretário-geral das Nações Unidas

[...] apesar de todos os êxitos excepcionais, estou perfeitamente consciente de que persistem desigualdades e que o progresso foi irregular. Os pobres do mundo continuam preponderantemente concentrados em algumas partes do globo. Em 2011, quase 60% do um mil milhão de pessoas extremamente pobres do mundo vivia em apenas 5 países [...] O progresso tem tendência a não chegar às mulheres e àqueles que se encontram nos patamares econômicos inferiores ou são desfavorecidos devido à sua idade, deficiência ou etnia. As disparidades entre as zonas rurais e urbanas continuam a ser consideráveis (UNITED NATIONS, 2015, p.3).

No final de 2015, na 70ª Assembleia das Nações Unidas, líderes globais se uniram novamente no combate aos problemas como pobreza, desigualdade, clima, degradação ambiental, em prol de prosperidade, paz e justiça. Assim, foi lançada em Nova York a chamada Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, ratificada pelos 193 países-membros, que se comprometeram com a implementação de um plano de ação global em favor da sustentabilidade (UNITED NATIONS, 2015). A Agenda 2030 apresenta os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ODS⁷, com 17 objetivos e 169 metas, constituídos a partir do legado dos ODM, enfatizando temas de importância crucial para o futuro: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria, constituindo-se os 5 Ps, complementares e interconectados.

⁵ Uma compilação dos resultados alcançados pelos ODM se encontra no Relatório sobre os Objetivos do Milênio 2015 (UNITED NATIONS, 2015).

⁶ O documento das Nações Unidas que apresenta os Objetivos do Milênio constituiu-se durante sua Assembleia Geral, ocorrida em setembro de 2000, e consolidou várias metas estabelecidas pelos encontros mundiais anteriores, durante a década de 1990.

⁷ Enquanto os Objetivos do Milênio eram direcionados apenas para países em desenvolvimento, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são e aplicáveis a todos os estados membro da ONU e são mais amplos e ambiciosos que os ODM, apesar de incluírem a mesma temática, destinada à redução da extrema pobreza, em suas múltiplas dimensões. As metas foram mantidas e novas incluídas, considerando como “sistemas imbricados” o meio ambiente, a economia e a sociedade (ICLEI, 2015).

Figura 5: Outro olhar para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Os 5 Ps



Fonte: MESICEK, 2017.

Os 17 ODS, que constam da próxima figura, foram constituídos com ampla participação “a partir das ações de grupos de trabalhos compostos por estados-membros e um amplo processo de consultas com diversos públicos: sociedade civil, indústrias e organizações empresariais, universidades, lideranças políticas, instituições ligadas às Nações Unidas” (GUIA..., 2017, p.11).

Figura 6: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: OBJETIVOS, s.d.

Contudo, como aponta José Eli da Veiga (2016), apesar da Agenda 2030 exprimir um dos mais nobres desejos coletivos – a busca pelo desenvolvimento sustentável - há grandes dificuldades em se entender e transmitir esse conceito, juntamente com o da sustentabilidade, e ele considera de difícil apreensão os 169 enunciados da Agenda, advindos de seus 17 objetivos centrais, faltando “um objetivo abrangente que integre o conjunto e acelere a

superação do PIB e do IDH como verdadeiras bússolas do progresso”, no geral demandando a construção de ferramentas para a explicação dos conceitos e mesmo o uso dos ODS⁸.

De acordo com a crítica do antropologista Jason Hickel (2015), os ODSs “são ativamente perigosos: eles travam a agenda global de desenvolvimento pelos próximos 15 anos em torno de um modelo econômico falho, que requer mudanças estruturais urgentes e profundas”, deixando o desafio mais difícil da transformação real para a próxima geração, além de não trazerem algo novo.

Avaliando os Objetivos em detalhes, ele cita cinco razões para repensá-los: o *Zero Draft* (Rascunho Preliminar, *tradução nossa*) afirmava a necessidade de se alcançar “harmonia com a natureza, manter o aquecimento global abaixo do limite de 2° Celsius” e praticar “padrões sustentáveis de produção e consumo”, enquanto o cerne do programa dos ODSs para o desenvolvimento e a redução da pobreza ainda se baseia no antigo modelo de crescimento industrial, com níveis crescentes de produção e consumo, como descrito na meta 8, que demanda um crescimento anual de 8% do PIB nos países menos desenvolvidos, e níveis mais elevados de produção. Ou seja, em suas raízes há uma contradição profunda, pois pedem “menos e mais ao mesmo tempo”, oferecendo apenas respostas superficiais, ao invés de proporem a única solução real, “que é reduzir o excesso de consumo entre os ricos do mundo”. A segunda razão é que o programa sugere a promoção de riqueza como principal solução para a redução da pobreza, o que não vem funcionando: os 60% mais pobres da humanidade recebem apenas 5% de toda a renda gerada pelo crescimento global. Este objetivo poderia se alcançar através da distribuição de recursos feita de forma equitativa, o que levaria 207 anos, mas necessitaria de um crescimento da economia global em 175 vezes o seu tamanho atual, ocasionando mudanças climáticas catastróficas. Em terceiro lugar, se o crescimento econômico não soluciona a pobreza, o recurso seria reduzir a desigualdade atual, onde os 1% mais ricos detêm metade da riqueza total privada mundial o que, todavia, não é tratado pelos ODSs.⁹

Em quarto, os Objetivos não abordam o regime comercial injusto da Organização Mundial de Comércio, OMC, ou os vários acordos bilaterais de comércio e investimentos que “liberalizam os mercados globais às custas dos pobres”. Ao contrário, a Meta 17.10 exige “mais

⁸ Outra crítica que vem sendo feita referente à implementação dos ODSs é que, apesar de buscarem fortalecer a paz e os direitos universais sob o slogan “*leaving no one behind*”, seus objetivos podem ser entendidos de maneira diferente ao serem implementados em diferentes países, e os indicadores gerados para medir o progresso alcançado em busca desses objetivos podem simplificar questões muito complexas. Por exemplo, o indicador 6.1.1 “proporção de população utilizando serviços de água de beber gerenciada de maneira segura”, pode gerar várias interpretações do que seria “água gerenciada de maneira segura”, cujos critérios variam muito em diferentes países (JAMALI, 2018).

⁹ Os ODS inicialmente teriam duas metas de compartilhamento equitativo de recursos globais mas, segundo Hickel (2015, s.p.), os negociadores americanos as retiraram em agosto de 2015, “em uma decisão de bastidores de última hora”, traição esta que motivou a entrega de uma carta aberta à ONU, assinada por Noam Chomsky, Naomi Klein, Thomas Pogge, Chris Hedges, Eve Ensler e “outras vozes poderosas”, em protesto à decisão.

liberalização do comércio e mais poder para a OMC”, o que Hickel (2015) entende como podendo ser interpretado como mais liberalização, ao invés de requerer o fim da especulação financeira que causou a crise alimentar desde 2007, devido ao aumento do preço dos alimentos, “empurrando 150 milhões de pessoas para a fome”. E os ODS também evitaram tratar a questão da dívida, que tem “drenado” dos países em desenvolvimento mais de U\$ 700 bilhões/ano, que poderiam ser direcionados para a redução da pobreza.

Por fim, a quinta razão pela qual Hickel (2015) questiona os ODSs se relaciona com a medida questionável da pobreza, utilizada como parâmetro, que foi considerar apenas U\$1,25/dia/por pessoa suficiente para manter uma vida digna, enquanto um número crescente de estudiosos tem apontado que este valor é inadequado para a subsistência e deveria ser de aproximadamente U\$5/dia, considerando-se as atividades básicas descritas na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Segundo o autor, a razão pela qual os ODSs mantêm este valor inferior é porque esta seria a única forma de alcançar a meta de “erradicar a pobreza até 2030”, pois se esse valor fosse de U\$5/dia, o número de pobres aumentaria para 4.3 bilhões, perfazendo mais de 60% da humanidade e requereria ultrapassar as “margens” do problema e mudar as regras da economia global, para torná-la mais justa para a maioria. Apesar das críticas, os ODS têm direcionado inumeráveis ações em vários países e seus objetivos nobres perduram e se expandem.

Em seu início, a tese teve como inspiração os Objetivos do Milênio que, ao serem ampliados para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ODS, integraram metas de desenvolvimento das cidades que foram estudadas, considerando-se o contexto global, que tem promovido mudanças inexoráveis para a humanidade e os diversos grupos e instituições que buscam alternativas para os problemas mundiais.

No Fórum Econômico Mundial (WEF) de 2021, foi lançada a nova edição do Relatório sobre Riscos Globais (*Global Risks Report*) (THE GLOBAL..., 2021), que destacou a pandemia e a intensificação da crise climática dentre os principais impactos negativos para o crescimento econômico mundial neste ano e nas próximas décadas, *que serão decisivas para a existência ou não da vida humana no planeta. Um dos colaboradores da pesquisa, realizada com base em dados e entrevistas com mais de 650 lideranças políticas, econômicas e sociais do Fórum, Peter Giger, do Zurich Insurance Group explicitou que*

O maior risco a longo prazo continua a ser a incapacidade de agir sobre as alterações climáticas. Não havendo vacina contra os riscos climáticos, os planos de recuperação pós-pandemia devem se focar no alinhamento entre crescimento e as agendas de sustentabilidade para se reconstruir um mundo melhor (PANDEMIA... 2021)

Esse relatório elencou um conjunto de riscos de curto (dois anos), médio (cinco anos) e longo (dez anos) prazos para a economia global. Doenças infecciosas (como a COVID-19) e

eventos climáticos extremos estão no top 3 no curto prazo. No médio prazo, destacam-se cenários como o estouro de “bolha” de ativos financeiros e falhas nos sistemas globais de tecnologia da informação. Já os riscos de longo prazo mais relevantes são a proliferação de armas de destruição em massa, o colapso dos estados e crises ambientais associadas à perda de biodiversidade e a escassez de recursos naturais. (PANDEMIA... 2021)

Diante de tamanhos desafios, incluindo-se o próprio sistema econômico mundial em falência e constatando-se a “urgência” em se encontrar soluções inéditas para esses problemas, imersos no cenário de mudanças contínuas, as perguntas centrais da pesquisa foram: Como construir cidades sustentáveis? Existem soluções plausíveis e que já estejam sendo realizadas em diversos países do mundo, visando esse objetivo? Há influências significativas de diferentes graus de participação cidadã e de diferentes atividades produtivas no alcance de maiores graus de desenvolvimento sustentável nas cidades?

Um dos objetivos do trabalho foi, portanto, buscar um marco conceitual coerente, que permitisse às cidades construir soluções que propiciassem uma vida com mais qualidade para seus habitantes¹⁰, abarcando indiscutivelmente a proteção ambiental e cultural, equidade econômica e outros parâmetros que reflitam graus mais elevados de sustentabilidade ampla, constituindo “cidades sustentáveis”, com flexibilidade para efetivar mudanças, de acordo com as demandas inerentes à contemporaneidade. Se desejou compreender tanto particularidades das cidades como algumas condições comuns que comparecessem nas soluções praticadas, o que “implicará na análise de uma singularidade na totalidade” (PESAVENTO, 1990, p.69 *apud* Rotta, 1999, p.18), buscando-se avanço na sustentabilidade ampla ou, como tem sido apontado recentemente, na constituição de “cidades sustentáveis”, melhor capacitadas para responder aos desafios do século XXI.

Após a Introdução, que apresenta as principais inquietações da pesquisadora, junto à justificativa e aos objetivos do trabalho, vem o capítulo Bases Epistemológicas, que delimita as perspectivas epistemológicas da pesquisa, conforme a ciência novo paradigmática, baseada em três pressupostos: a instabilidade, a complexidade e a objetividade entre parêntesis (ou intersubjetividade), explicitando o “lugar” de fala da pesquisadora, além de abordar um dos eixos analíticos da tese, que são os níveis de mudança aplicados aos sistemas urbanos, e a noção das redes sociais. Segue o capítulo a Cidade e os Seres Humanos, apresentando-se um breve histórico das cidades até os dias atuais, com algumas características da contemporaneidade: avanços tecnológicos, a globalização, questões do

¹⁰ Durante a pesquisa foram observados parâmetros que indicam qualidade de vida e respeito à dignidade humana, segundo propostas de muitos órgãos internacionais, quais sejam, a existência de um espaço adequado para se viver, alimentação básica cotidiana, cuidados com a saúde, acesso à educação e cultura e o respeito às diferenças de cada ser humano, como pertencente e participante da sociedade onde vive. Outros, além desses tradicionais incluem maior grau de participação cidadã na vida pública, acesso a serviços como educação cultural e educação ambiental, refletindo um refinamento das políticas públicas tradicionais.

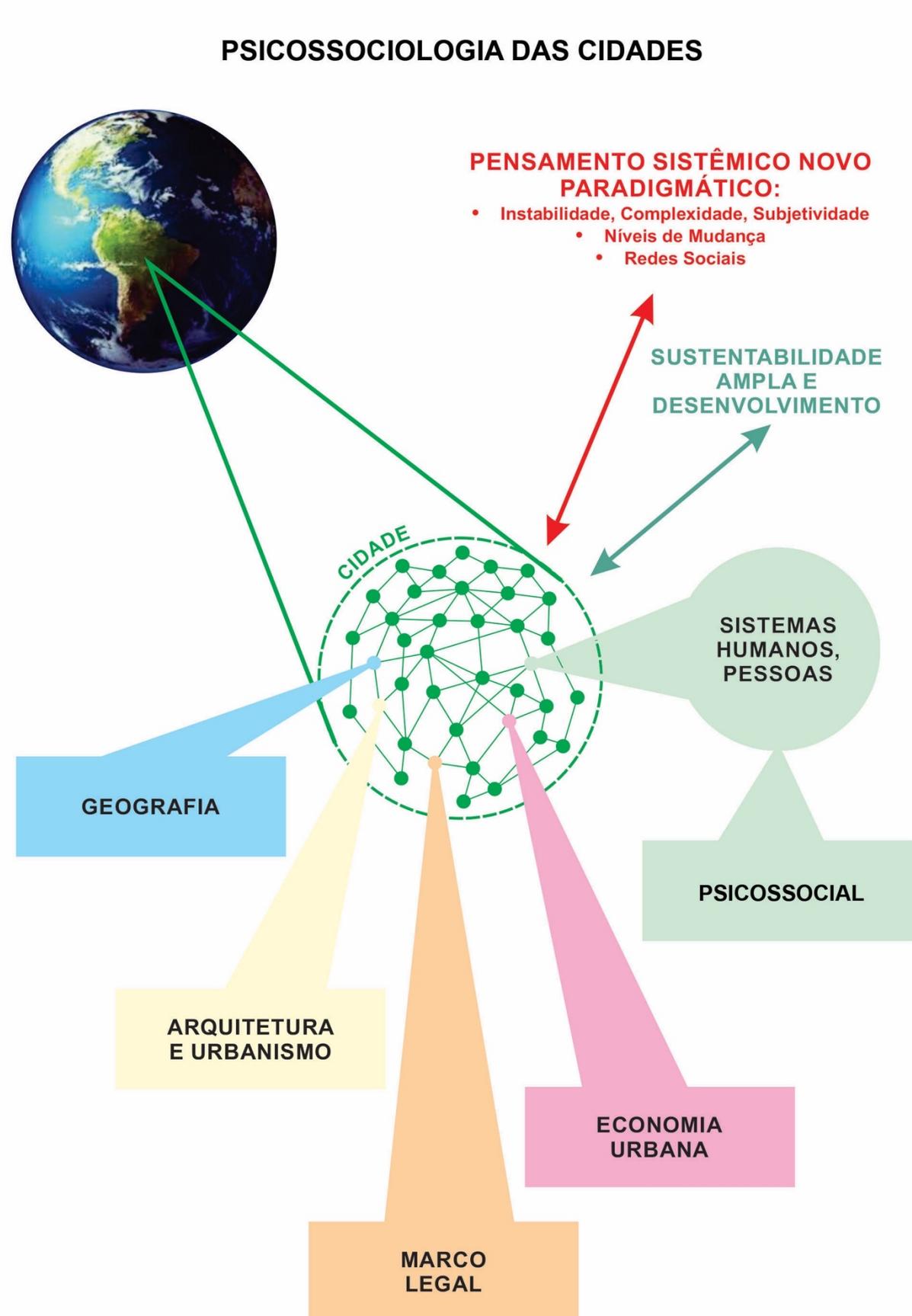
local e do global, e da descentralização ou centralização territorial. Esse capítulo se complementa com o estudo de temas fundamentais para a compreensão das cidades: a geografia, o urbanismo e a arquitetura, a economia e o marco legal. O próximo capítulo, Sustentabilidade e Desenvolvimento, discorre sobre a evolução desses dois conceitos, sob a influência de grandes encontros mundiais, expondo-se algumas práticas sustentáveis, resultando finalmente no conceito de sustentabilidade ampla - esse se tornou o segundo eixo transversal analítico, devido à sua relevância mundial nas últimas décadas.

No capítulo seguinte, Os Seres Humanos e as Cidades, a prioridade se desloca para a relação dos seres humanos *com* as cidades, abordando-se aspectos do simbolismo espacial, da identidade e de suas representações sociais. Discutiu-se em seguida um tema relacionado a um dos objetivos centrais da tese: buscando entender como melhorar a vida das pessoas nas cidades, de forma que estas sejam mais sustentáveis, isto significaria que elas serão mais felizes? Para encerrar a parte teórica do trabalho são revelados alguns recursos que podem propiciar a melhorias das cidades e da vida de seus habitantes.

Na parte instrumental da tese, o capítulo Introdução aos Estudos de Caso traz algumas informações básicas quantitativas dos três municípios estudados. Depois são relatados os estudos de caso, nos capítulos Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba. Nestes, observou-se as teorias aplicadas às dinâmicas das cidades e a capacidade que estas apresentaram de mudança, buscando entender a existência de fatores favoráveis ou desfavoráveis em cada uma, em direção à sustentabilidade ampla. A análise individual dos municípios se complementa com sua análise conjunta, quantitativa e qualitativa, que aborda os critérios para a sua seleção resultando, por fim, em alguns padrões de êxito das cidades. No capítulo conclusivo, Confluências, busca-se fazer um entrelaçamento entre as teorias, os casos e as questões centrais constatadas durante o processo de elaboração da tese.

Concluindo esse resumo, apresenta-se um quadro (quadro 1) esquemático e sintético que mostra uma cidade do planeta, com seus elementos estruturados em rede, sejam pessoas, grupos, instituições e sistemas, sob o título Psicossociologia das Cidades, termo que será explicado detalhadamente na conclusão, pois foi necessária toda a caminhada da pesquisa para compreender-se claramente o que se desejava constituir. Alguns dos principais sistemas discutidos no processo são representados como componentes integrantes da cidade: a geografia, a arquitetura e urbanismo, o sistema legal e o sistema dos seres humanos, do qual derivam suas características psicossociais. Ao redor das cidades, como contexto da tese, têm-se a sua base epistemológica, a sustentabilidade ampla e o desenvolvimento, aspectos transversais aos outros temas discutidos.

Quadro 1: Desenho representativo da tese



2 BASES EPISTEMOLÓGICAS DA PESQUISA

[...] as teorias e as explicações não são necessárias para o fazer e o pensar se se conserva uma determinada prática. Mas não se deve esquecer que as teorias e as explicações, ainda que desnecessárias, são fundamentais quando as aceitamos, porque ao fazê-lo mudam a prática, o pensar e o refletir

MATURANA, 1997, p.11.

Este capítulo expõe os princípios epistemológicos utilizados na pesquisa, subjacentes ao estudo das cidades contemporâneas, na análise de seus processos e dos comportamentos de seus habitantes em relação às cidades.

Uma base epistemológica se constitui por paradigmas, que etimologicamente têm sua origem no grego *paradeigma*, significando modelo ou padrão que serve de orientação na vida de indivíduos, instituições ou na própria ciência. Segundo definição clássica de Thomas Kuhn (1991, p.13), paradigma “são as realizações científicas que geram modelos que, por um período mais ou menos longo e de modo mais ou menos explícito orientam o desenvolvimento posterior das pesquisas, exclusivamente na busca da solução para os problemas por elas suscitados”, o que significa que são base para os modelos e teorias utilizados nas ciências e que norteiam inclusive pragmaticamente soluções para os problemas enfrentados.

Neste sentido, inspirada na visão de Kuhn, Esteves de Vasconcellos (2002, p.39) sintetiza que “para sabermos as coisas que estão sendo vistas, temos que nos perguntar pelos paradigmas daqueles que estão vendo”, o que justifica expor os pressupostos científicos da presente pesquisa, pois as crenças e valores subjacentes às teorias trarão luz à compreensão das escolhas temáticas, caminhos explicativos e suas conclusões. Assim, concordando com Morin (1990, p.15) os paradigmas “são princípios *supralógicos* de organização do pensamento [...]”, que governam nossa visão de mundo e comandam a seleção, de forma não consciente, de quais dados são ou não significativos. Além disso, como aponta Rifkin

O aspecto mais interessante da visão de mundo de uma sociedade é que os indivíduos que aderem a ela, na maior parte, são inconscientes de como ela afeta o seu modo de fazerem as coisas, de perceberem a realidade em torno deles. Uma visão de mundo funciona na medida em que é tão internalizada, desde a infância, que permanece não questionada [...] Somos tão presos ao nosso paradigma que todos os outros modos de organizar nossos pensamentos parecem totalmente inaceitáveis. (RIFKIN, 1980, p.56 *apud* Esteves de Vasconcellos, 2002, p.34)

Complementando os princípios epistemológicos, são apresentadas outras noções centrais da pesquisa, que incluem os “níveis de cambio” e as “redes sociais”.

2.1 Da simplicidade à complexidade

A concepção do mundo e de seus fenômenos vem sofrendo transformações ao longo da história. Os povos antigos e medievais entendiam o universo como composto de uma matéria uniforme e suscetível à finitude, um sistema fechado. No entanto, desde o século XVI

aconteceu, inicialmente na Europa, uma revolução que questionou a visão dominante, devido à uma série de descobertas, à construção de instrumentos e intercâmbio de ideias ocorridos durante o Renascimento Cultural. O universo passou a ser visto como infinito e a ciência como um todo se modificou, começando a empregar o método da observação e da experimentação, com a utilização de instrumentos técnicos em seus estudos (FERNANDES, s.d.).

Para que o mundo fosse compreendido sob essa nova perspectiva, foi proposta uma visão parcelada e simplificada dos processos, através da qual o observador deveria alcançar uma objetividade “pura”, característica da ciência moderna – também chamada de clássica por alguns autores, - desenvolvida entre os séculos XVII e XIX. Nesse modelo, foram determinados três pressupostos epistemológicos básicos: a simplicidade, a estabilidade e a objetividade, segundo análise de Esteves de Vasconcellos (1997; 2002; 2020). A simplicidade implica na crença de que para compreender o mundo complexo é necessário separá-lo em partes, permitindo analisá-las, o que justificaria uma atitude de disjunção “ou isto ou aquilo”. Essa estratégia reduz o universo pesquisado e o estudo dos saberes se divide em compartimentos, demandando trabalhar-se apenas com situações em equilíbrio ou próximas do equilíbrio – os sistemas simples – e que envolve somente as relações causais lineares.

O segundo pressuposto reflete a noção da estabilidade dos objetos de estudo e os resultados dos fenômenos devem ser previsíveis e/ou reversíveis, conforme o preceito de determinismo dos fatos. Assim, o mundo é visto como ordenado, funcionando de acordo com leis de funcionamento simples e imutáveis. Consequentemente, grande parte dos fenômenos estudados podem ser controlados. O papel do pesquisador seria, então, conhecer as relações funcionais entre as diferentes variáveis de um fenômeno, para prevê-lo e controlá-lo, o que já foi um dos objetivos centrais da ciência tradicional. A partir dessas ideias, surgiram os experimentos e as simulações, em um período de grande valorização dos laboratórios de pesquisa, acreditando-se que as relações entre os diferentes objetos seriam estudadas de maneira inequívoca ao se observar as variáveis com um grau alto de controle. Isso traria a vantagem de permitir a quantificação dos resultados, processo que é extremamente valorizado até hoje. Além disso, a partir da condição de estabilidade foi possível testar a reversibilidade de alguns fenômenos quando o pesquisador assim desejasse, retornando o sistema ao seu estado inicial, aumentando assim o controle sobre o processo.

A objetividade, o terceiro pressuposto, é a crença de que existe um mundo objetivo, que se pode captar desde que sejam obedecidos alguns critérios de cientificidade. Isso coloca o pesquisador em uma posição de destaque, reforçada por seus saberes especializados, como se houvesse um espaço separado entre ele e seu (s) objeto (s) de estudo. Logo, a distância do observador e sua atitude impessoal ou “neutra” garantem uma observação objetiva, “pura”, ou seja, a subjetividade do observador deve ser “colocada entre aspas”. Consequentemente,

o universo existia independente de quem o descrevia e a descrição seria mais objetiva desde que possível reduzir ao máximo, ou mesmo eliminar a influência do observador e mantê-lo neutro, resultando em uma versão da realidade mais criteriosa do que outras, aquela que se tornou objeto das buscas científicas.

Como notado, grande parte destas proposições foram difundidas e defendidas pela Física, que até recentemente trabalhava quase exclusivamente com sistemas “perto do equilíbrio”. Suas crenças centrais eram a noção do mecanicismo, a determinação dos sistemas e a previsibilidade e reversibilidade dos fenômenos. As leis físicas básicas e as tecnologias bem-sucedidas modificaram a relação do ser humano com a natureza, e seus êxitos influenciaram fortemente a adoção de seu paradigma por várias disciplinas científicas.

No entanto, muitas áreas da ciência enfrentaram dificuldades para “adequar” estes pressupostos a seus fenômenos e pesquisas. Para as ciências humanas, por exemplo, tem sido desafiante verificar a simplicidade e a estabilidade de seus objetos de estudo, tais como indivíduos, populações ou a própria sociedade. A busca por uma possível objetividade do pesquisador com relação ao seu objeto também é tarefa desafiadora. Para que estes “critérios” funcionassem, foi imprescindível ainda separar o homem da natureza e fracioná-lo, de um lado em ser biológico e de outro em ser social e cultural, promovendo-se outras rupturas que distinguiram os estudos das áreas humanas, especialmente no século XX.

Essas separações acarretaram uma série de dificuldades e gradualmente revelaram as incoerências desta postura disjuntiva com a própria natureza dos elementos estudados. Por conseguinte, estudiosos de diversos países e áreas de conhecimento começaram a conceber novas ideias, emergindo formas inéditas de pensamento.

As mudanças nas ciências trazem o que filósofo francês Michel Foucault chamou de descontinuidade, como aquelas constatadas no percurso da História, que antes considerava a descontinuidade como um empecilho em seus estudos e, recentemente, a tem valorizado como uma operação deliberada do historiador, que busca descobrir “os limites de um processo, o ponto de inflexão de uma curva, a inversão de um movimento regulador, os limites de uma oscilação, o umbral de um funcionamento, a emergência de um mecanismo, o instante de desregulação de uma causalidade circular” (FOUCAULT, 2015, p.88), ou seja, vem sendo realizada na História uma releitura de seu objeto de estudo central. A descontinuidade, diz Foucault (2015, p.89) é mais do que “um conceito presente no discurso do historiador, mas aquilo que, em segredo, ele supõe; donde poderia ele falar, de fato, senão a partir dessa ruptura que lhe oferece como objeto a história - e sua própria história”. Enquanto no passado se buscava a linearidade dos fatos, agora se entende estas inflexões como essenciais para a própria narrativa histórica. As condições socioeconômicas e culturais contemporâneas

também propiciaram um contexto adequado para esse novo olhar em torno da “descontinuidade”. Assim, as disciplinas históricas

deixaram de ser a reconstituição dos encadeamentos para mais além das sucessões aparentes; elas praticam desde então a sistemática introdução do descontínuo [...] É, antes, a transformação do descontínuo: sua passagem de obstáculo à prática” (FOUCAULT, 2015, p.88).

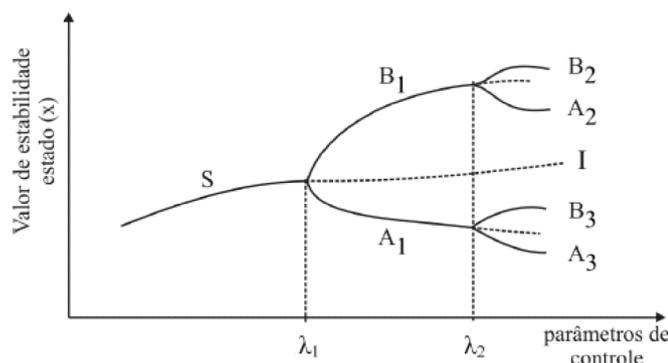
Bem como essa mudança na História, novos pensamentos têm se estabelecido em outras áreas e, reunidos, representam a emergência de um novo paradigma¹¹ da ciência, usualmente chamado de “paradigma sistêmico da complexidade” e, nomeado por Esteves de Vasconcellos (2020) como “pensamento sistêmico novo paradigmático”, base para a Nova Teoria Geral dos Sistemas, dentre outras nomenclaturas utilizadas – como resposta à essas dificuldades de aplicação dos pressupostos da ciência moderna às novas condições contemporâneas.

A terminologia paradigma “sistêmico” tem sua origem no próprio conceito de sistema que, do grego *σύστημα*, *systema* e do latim *systema* significa “combinar”, ajustar, “formar um conjunto” e representa um conjunto de elementos interconectados, de maneira a constituir um todo organizado que mantém relações entre si, por meio de diferentes formas de comunicação, como fluxo de informações, de matéria, de sangue, de energia.

Ilya Prigogine (1980), pesquisador russo naturalizado belga e ganhador do Prêmio Nobel de Química, em 1977, foi um dos estudiosos que colaborou para que essa mudança. Ele concentrou suas pesquisas em sistemas que funcionam longe do equilíbrio, a termodinâmica do *não equilíbrio* e constatou que, nesses sistemas, às vezes um pequeno desvio pode se amplificar e mudar sua direção inicial. Esse desvio ou flutuação é gerado dentro do próprio sistema e a mudança pode provocar um salto qualitativo em determinado ponto de bifurcação, dando origem a uma nova organização. A “escolha” de qual caminho será seguido também é algo significativo: a mudança não acontece por acaso, mas se relaciona com as escolhas anteriores que o sistema já havia realizado previamente (PRIGOGINE, 1980 *apud* Esteves de Vasconcellos, 2002, p.125).

¹¹ “Paradigma” foi utilizado como “a forma como percebemos e atuamos no mundo, ou seja, nossas regras de ver o mundo” (ESTEVES DE VASCONCELLOS, 2002, p.29).

Figura 7: A Termodinâmica do “não equilíbrio”: saltos qualitativos nos pontos de bifurcação



Fonte: PRIGOGINE (1984) *apud* CÂMARA (2008).

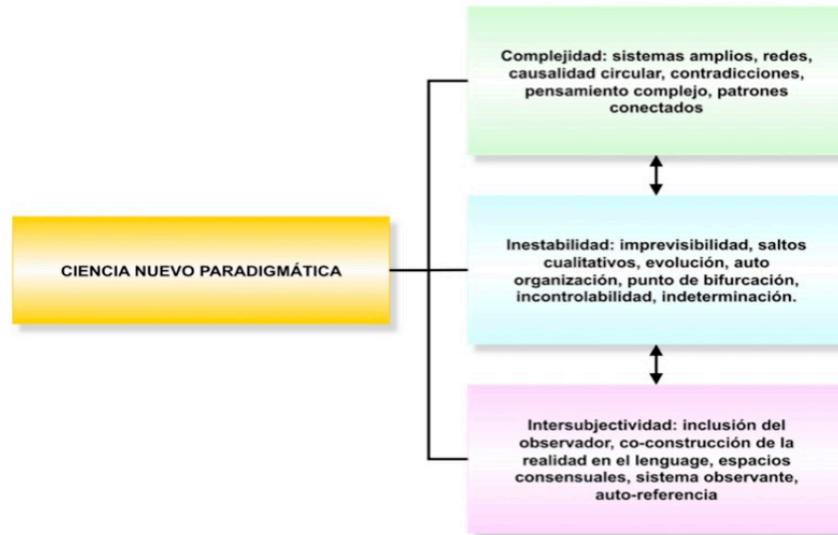
Nesta mesma linha de raciocínio, quando Heisenberg *apud* Esteves de Vasconcellos (2002) postulou o “princípio da incerteza”, o pressuposto da objetividade precisou ser repensado. Ele constatou a impossibilidade de se realizar uma observação objetiva das partículas atômicas, pois o próprio fato de se lançar uma luz sobre o elétron para vê-lo era suficiente para promover uma mudança em seu trajeto e afetava sua velocidade e posição, comprovando que o pesquisador promovia uma intervenção determinante e inevitável sobre seu objeto de estudo, ou seja, neste caso era impossível praticar-se a objetividade pura. Surgiram, então, alguns questionamentos: E se o fato *per se* de estudarmos determinado elemento já alterá-lo enquanto objeto? Seria possível “renunciar” às nossas crenças centrais ao observarmos algum objeto de estudo ou interagirmos com ele?

A partir desses e de muitos outros questionamentos e estudos foi se constituindo a chamada “ciência contemporânea”, acumulando um conjunto expressivo de estudos, descobertas e experiências inovadoras nas últimas décadas e que, segundo Esteves de Vasconcellos (2002) revelam os pressupostos centrais da ciência da complexidade, ou *novo paradigmática*: a complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade, chamada por Maturana de “objetividade entre parêntesis”, dimensões que estabelecem entre si uma relação de recursividade: entre as três “se estabelece uma conexão não-trivial, quer dizer, uma relação triádica fechada, em que se necessita das três para se ter cada uma das três” (ESTEVES DE VASCONCELLOS, 1997, p.6).

Incluindo-se a dimensão da *complexidade* nas ciências podem ser balizados os estudos dos sistemas abertos e amplos, a causalidade circular, padrões interconectados de funcionamento e contradições, entre outros. O pressuposto da *instabilidade* também engloba características dos sistemas antes negadas, como a imprevisibilidade, incontrollabilidade e a indeterminação dos fenômenos, a possibilidade de saltos qualitativos e de evolução – como visto nas pesquisas de Prigogine (1980), enquanto o pressuposto da *intersubjetividade* admite a inclusão do observador em seus sistemas, propondo a co-construção da realidade através da

linguagem, das trocas, na criação de espaços consensuais e sistemas observantes (ESTEVE DE VASCONCELLOS, 2002).

Figura 8: Pressupostos da ciência novo paradigmática.



Fonte: Adaptado pelo autor com base em ESTEVES DE VASCONCELLOS, 2002.

Ressalta-se que estes pressupostos ultrapassam os antigos, mas sem excluí-los. Ao contrário, uma vez que cada pressuposto é validado de acordo com os fenômenos que estão sendo estudados, se pode articular os paradigmas clássico e contemporâneo. Em seu conjunto os novos pressupostos são a base epistemológica para os estudos da Teoria Geral Sistemática, TGS, Cibernética, Autopoiese (ver apêndice A), entre outros, possuindo em comum uma visão de que os sistemas vivos e não vivos são parte de um todo e se influenciam continuamente, enfocando a relação entre os elementos de um ou mais sistemas e suas formas de interação.

Figura 9: *Smaller and Smaller*



Fonte: ESCHER, 2006, p. 26.

Um dos pressupostos mais discutidos na atualidade é o da complexidade. O filósofo e sociólogo francês Edgar Morin tem sido um dos grandes defensores da “complexidade” que, em suas palavras, “refere-se a um conjunto, cujos constituintes heterogêneos estão inseparavelmente associados e integrados, sendo ao mesmo tempo uno e múltiplo” (MORIN, 1990), o que pode descrever, por exemplo, os diferentes elementos dos sistemas constituintes de uma sociedade ou cidade.

O pensamento da complexidade é antigo, mas seu reconhecimento recente foi responsável por promover uma nova articulação entre a diversidade e as unidades, mantendo-se a dualidade na essência dos fenômenos: ainda que existam sistemas autônomos e cada qual tenha suas características próprias, é importante compreender seus funcionamentos e suas inter-relações. Este processo, de acordo com Morin (1998)¹², funciona segundo o “princípio dialógico”, através do qual se qualifica a articulação de diferentes elementos que co-existem juntos sem se eliminarem as diferenças, pois o “todo” apresenta qualidades únicas, não existentes em seus elementos isoladas. Assim, a inclusão da complexidade nos estudos permite a compreensão dos sistemas amplos, da organização em forma de redes, de fenômenos contraditórios, padrões conectados e da causalidade circular.

No século XVII, o filósofo Pascal já formulava que “tenho por impossível conhecer as partes se não conheço o todo, como conhecer o todo se não conheço particularmente as partes”, compreendendo que o conhecimento era um ir e vir do todo às partes e das partes ao todo, realizando uma ligação fundamental entre partes-todo que representa a capacidade de contextualizar, de situar conhecimentos e informações em seu contexto, para adquirirem sentido, como defende também Morin (PASCAL, 2001, p. 72 *apud* Morin, 2010, p.127). Segundo sua percepção (MORIN, 2010), os problemas globais são multidimensionais e, conseqüentemente, ele preconiza uma reforma no pensamento disjuntivo, através da educação, tendo como base o pensamento complexo: “é preciso reagrupar os saberes para se buscar a compreensão do universo” e gerar um pensamento do contexto e do complexo, a complexificação do conhecimento, defendendo a interconexão entre as ciências

¹² Apresentação de Edgar Morin na Universidade Federal de Belo Horizonte, UFMG, em 15 de setembro de 1998.

Há concepções científicas que mantêm sua vitalidade porque se recusam a um enclausuramento disciplinar. Gostaria de enfatizar a surpreendente variedade de circunstâncias que fazem avançar as ciências, quebrando o isolamento das disciplinas, seja através da circulação de conceitos ou de esquemas cognitivos, seja por interferências e intromissões, seja por aumento de complexidade de disciplinas em campos de múltiplas competências, seja pelo surgimento de novos esquemas cognitivos e novas hipóteses explicativas, seja, finalmente, pela constituição de concepções organizadoras que permitem articular áreas disciplinares em um campo teórico comum. [...] As disciplinas são totalmente justificadas intelectualmente desde de que mantenham um campo de visão que reconheça e conceba a existência de laços e de solidariedades. Além disso, elas são totalmente justificadas apenas se não ocultarem as realidades globais. Por exemplo, a noção de homem está fragmentada entre diferentes disciplinas biológicas e todas as disciplinas das ciências humanas: uma estuda a psique, outra o cérebro, outra o organismo, os genes, a cultura etc. Trata-se, de fato, de múltiplos aspectos de uma realidade complexa, mas que só fazem sentido se forem relacionados a essa realidade complexa, em vez de ignorá-la (MORIN, 1995 *apud* Jodelet, 2018, p. 426).

Domenico De Masi (2000), sociólogo italiano, também respalda a tese segundo a qual é necessário educar a população para a complexidade, que se encontra em plena consonância com a natureza humana. A mudança está em perceber os elementos do contexto, poder ver de maneira a distingui-los e perceber as “redes de padrões interconectados”¹³, a complexidade. Como aponta a psicóloga social Juliana Aun (2001), o contexto não representa somente o ambiente de um determinado sistema, mas um conjunto de regras explícitas ou não, que definem as relações de todos os envolvidos em determinado processo.

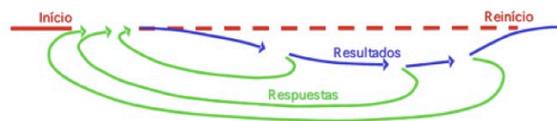
De maneira complementar, Bateson (1972) ressalta que o contexto, através da interação humana, se torna a característica básica que promove a aprendizagem na linguagem. Através da interação ou da coordenação de contextos adequados se cria a possibilidade de aprendizagem para a estruturação das relações. O contexto ensina e dá significado ao mundo: um contexto bem desenvolvido é como um “fertilizante” para que os seres humanos experimentem interações entre si e com o meio podendo, desse modo, aprenderem e se transformarem através da linguagem. Por sua vez, a aprendizagem é um processo que impulsiona mudanças expressivas. A capacidade crítica de somar, de se criarem opções e inovações a partir da obtenção de conhecimentos é fundamental para promover saltos estruturais admiráveis na história da humanidade.

Dessa forma, a epistemologia tradicional, diz Morin (1998) vê o conhecimento externo ao pensador que a estuda, mas a “complexidade é uma pragmática da relação de quem a estuda [...]” demandando, assim, criar-se um contexto para o seu desenvolvimento.

¹³ Esteves de Vasconcellos (2002) utiliza essa expressão “redes de padrões interconectados” de maneira similar ao autor Steven Johnson (2003), entendendo que existem padrões perceptíveis em diversas relações e que esse reconhecimento dos padrões é significativo para a compreensão dos sistemas complexos. Possivelmente essa compreensão auxilie em processos nos quais se enseja uma transformação, visto que ao entender melhor a conexão entre os sistemas e seu *modus operandi* se torna possível atuar nesses padrões para buscar mudanças.

Assim, começaram a acontecer inúmeras pesquisas sobre interações que não funcionam de maneira linear, como apontado por Esteves de Vasconcellos (1997; 2002; 2020). A causalidade linear se tornou insuficiente e demandou modificações, apontadas inicialmente pela Cibernética, ciência concebida por Wiener e outros pesquisadores. A Cibernética reconheceu a noção de *feedback*, ou retroalimentação do sistema, pois os sistemas orientados na direção de uma meta mantêm mecanismos de regulação que visam a sobrevivência do mesmo. Nesse processo não linear, mas circular, uma parte do efeito ou resultado do comportamento do sistema volta à sua entrada como informação, o que influirá em seu comportamento subsequente, se formando assim um círculo representativo, e não mais uma linha de causa-efeito. Logo, o modelo linear se torna insuficiente em várias circunstâncias, quando a informação adicional possibilita a auto regulação do sistema, através do mecanismo de *feedback* negativo que funciona em círculos.

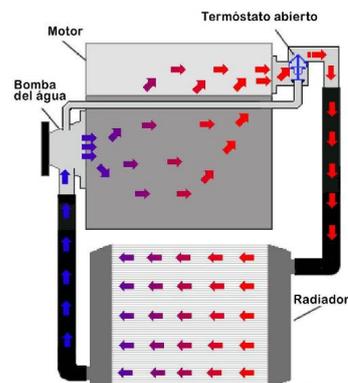
Figura 10: A retroalimentação (*feedback*) negativa, representação esquemática



Fonte: Adaptado pelo autor com base em ESTEVES DE VASCONCELLOS, 2002, p.222.

Um exemplo de mecanismo auto regulador de feedback negativo são os aquecedores que, para manterem a temperatura ambiente estável devem, primeiro, medir a temperatura ambiente, como informação para regular seu processo e, posteriormente, esquentam o ar na quantidade de graus que faltam para o alcance da temperatura desejada, refletindo uma causalidade circular retroativa.

Figura 11: Termostato

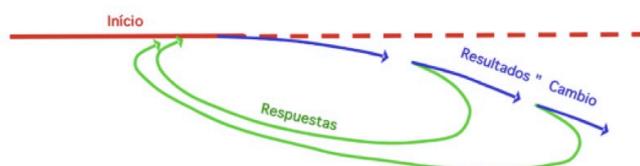


Fonte: Foto http://www.samarins.com/glossary/thermostat_open.gif, s.d.

Posteriormente, outros autores ampliaram a compreensão dos processos com a noção de *feedback* positivo, que significa uma amplificação dos sinais recebidos por um sistema, até que uma mudança seja provocada, e não mais a manutenção de suas características originais. Neste caso, as respostas dos elementos são fortes o bastante para mudar a direção seguida, promovendo uma transformação. Este é o caso, por exemplo, das revoluções e movimentos sociais, que são gerados a partir de um volume considerável de protestos e podem, em alguns casos, trazer mudanças permanentes para as sociedades, sejam de caráter positivo ou negativo.

Segundo Morin (2010), no mundo físico um *feedback* positivo conduziria infalivelmente à desintegração ou destruição do sistema mas, no mundo humano, como destacou Magoroh Maruyama, “o *feedback* positivo, ao desintegrar antigas estruturas esclerotizadas, pode provocar a aparição de forças de transformação e de regeneração” (MARUYAMA *apud* Morin, 2010, p.15, *tradução nossa*) e, nesse sentido, promover mudança.

Figura 12: A retroalimentação positiva, representação esquemática



Fonte: Adaptado pelo autor com base em ESTEVES DE VASCONCELLOS, 2002, p.223.

A causalidade circular recursiva é outra forma de *feedback*, que acontece de maneira um pouco mais complexa que a retroalimentação negativa, e sua representação seria uma espiral. Isto se constata frequentemente em fenômenos de sistemas urbanos, como a espiral inflacionária: quando os índices de inflação aumentam os especialistas preveem mais inflação, os agentes econômicos aumentam suas taxas e o processo segue se intensificando em um contínuo, reforçando a própria inflação (ESTEVES DE VASCONCELLOS, 1997, 2002).

A instabilidade, diz Esteves de Vasconcellos (1997; 2002) outro dos pressupostos epistemológicos da ciência contemporânea tem refletido um mundo em transformação e, portanto, constituído por fenômenos que são em grande parte imprevisíveis, incontroláveis e irreversíveis. A experiência realizada por Prigogine sobre os saltos qualitativos de um sistema químico ensinou que nesse sistema se avança por uma sequência de mudanças estruturais, apontando para uma alternância entre estados de estabilidade e instabilidade. O comportamento do sistema nos chamados pontos de bifurcação é determinado por uma flutuação que pode “invadi-lo” – representando um processo de auto-organização, no qual a

cada momento se incorpora sua história prévia e as interações em curso, podendo resultar em modificações imprevisíveis e difíceis de controlar.

O biólogo chileno Humberto Maturana (1999) complementa esta perspectiva defendendo que somente podem ocorrer mudanças que sejam permitidas pela estrutura de um elemento, considerando cada sistema como portador de uma unidade de organização. Assim, não se pode, conhecendo a unidade de sua organização – ou identidade – e o estado inicial deste sistema, definir seu trajeto ou suas eleições futuras, que são indeterminadas *a priori*, apesar destas serem definidas por uma estrutura mutável. Outros sistemas que funcionam “longe do equilíbrio” também apresentam mudanças em pontos de bifurcação (PRIGOGINE, 1980), como é o caso das formigas, que se comunicam através de sinais químicos, chamados ferormônios, e inclusive famílias ou grupos sociais mais amplos (JOHNSON, 2003). A instabilidade, anteriormente rechaçada nos moldes da ciência tradicional, se tornou uma possível condição para que a desordem seja reconhecida, validada e possa ser compreendida, através de novos estudos.

Se considerando aqueles sistemas complexos que apresentam muita instabilidade, é possível observar outra noção importante para a pesquisa que é a *aleatoriedade* dos fatos. O cientista austro-americano Von Foester¹⁴ descreveu a aleatoriedade como uma característica integrante da formação dos contextos. Ele demonstrou como a introdução de uma variável em determinado sistema social, feita de maneira imprevisível e fortuita, pode transformá-lo e provocar uma mudança completa. Às vezes, a ideia inovadora de um indivíduo ou grupo causava um desvio tão profundo que o sistema se transformava em outro diferente, apresentando qualidades e propriedades de outra natureza.

Nesta mesma linha, Morin (*apud* Saraiva, 2000, p.2) salientou a presença da “desordem, do caos e da incerteza, convivendo em intimidade com a ordem e a certeza, propostas da ciência moderna”¹⁵, passando a lidar com “elementos e resultados nem sempre previstos e estimados”. Sua concepção, assim como a de Von Foester, relativizou o enfoque da ciência clássica, ao qualificar em seu cerne o “elemento surpresa”, o inesperado, mesmo integrando uma ciência *strictu sensu*. Com isso, se abre espaço também para a causalidade, que promove desafios e oportunidades distintos daqueles que surgem a partir do controle de variáveis, em um ambiente relativamente controlado.

O terceiro pressuposto da ciência clássica, a objetividade, começou a ser questionado há bastante tempo, introduzindo-se gradualmente a noção de intersubjetividade, que significa a

¹⁴ Uma síntese das ideias significativas de Von Foester foi apresentada no IV Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, 2000, em Brasília, e está no texto de Ada Pellegrini Lemos, sob o título “Contexto Social, Contexto Familiar e Individualidade na Contemporaneidade”. Brasília, 06 a 08 ago. 2000.

¹⁵ A teoria do caos tem aparecido em estudos que abordam o tráfego, a economia urbana e outros fenômenos atuais complexos.

construção conjunta da realidade. Entende-se que a realidade não existe por si mesma, é uma construção que ocorre desde a perspectiva dos observadores: “a visão construtivista sustenta que todo o conhecimento, inclusive a realidade científica, é uma construção mental dentro do campo social” (GOLLISHIAN; WINDERMAN, 1989, p.20), ou seja, o conhecimento se constrói nas relações, e essa visão “questiona nossa noção de um mundo composto por propriedades estáveis, que existem independentemente da observação” (VON FOESTER, 1981 *apud* Goolishian; Winderman, 1989, p. 20).

Logo, a realidade seria uma construção social influenciada por fatores e fatos concretos e subjetivos. A intersubjetividade admite muitas percepções diferentes da realidade, ou realidades, de acordo com as relações do observador e com sua própria visão

Quando começamos a buscar entender o mundo [...] é a nós mesmos que encontramos, é a nós mesmos que descobrimos e é conosco que contamos. (PAKMAN, 1993, p.18).

Nesse sentido, Von Foester enfatiza a importância do pesquisador em suas elaborações, para que este reconheça sua participação e se observe enquanto observa, influenciando, assim, o próprio processo de investigação, ao se criar um *sistema observante*: o mundo se torna um conjunto de sistemas observantes no qual o modo de observação modifica o que é observado.

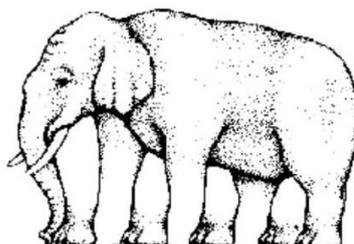
Paralelamente, Humberto Maturana e Francisco Varela, dois biólogos chilenos contemporâneos propuseram a Teoria da Autopoiese, na década de 1980, modificando a visão sobre o observador e sua maneira de se relacionar com o mundo, o que apresentou uma inovação, visto que grande parte das teorias abordava os objetos de estudos. A teoria da autopoiese - que significa conservação do viver - discorre sobre o estudo dos sistemas que se auto produzem para o viver, concepção aplicável aos sistemas biológicos organizados¹⁶, como no caso do ser humano - e de outros sistemas vivos - no qual seus sistemas regularmente se re-produzem, recriando os componentes necessários para manter sua organização. Quando o sistema perde sua capacidade de se auto produzir, este não pode mais preservar sua organização e morre.

Seguindo esse entendimento, eles constataram que a realidade se constitui através de conexões que dependem da nossa biologia, através da linguagem, trazendo uma nova proposta de unidade entre o ser biológico e o ser cultural, como elementos inextricavelmente interconectados: “somos sociais enquanto somos biologicamente humanos”. (MATURANA, 1997, *s.p.*). Esta conclusão adveio das primeiras pesquisas de Maturana (2001) sobre a percepção de cor e imagem, nas quais ele comprovou que o mundo não está fora de nós e

¹⁶ Em 2013, Matheus Esteves de Vasconcellos apresentou “a nova Teoria Geral dos Sistemas”, em seu livro de mesmo título, discorrendo sobre a impossibilidade de se aplicar o conceito da autopoiese aos sistemas sociais, pois, diferentemente dos sistemas vivos, como os seres humanos, eles não produzem seus próprios componentes para a sua conservação, mas produzem as relações sociais. (ESTEVEES DE VASCONCELLOS, 2013).

nem o percebemos igual, mas que as percepções resultam de uma interação entre a extensão da onda e a estrutura do organismo, provocando diferentes percepções em diferentes pessoas e impossibilitando a diferenciação entre ilusão e percepção, pois o sistema nervoso funciona com correlações internas, promovendo uma “co-construção da realidade”.

Figura 13: Quantas patas tem este elefante?



Quantas pernas tem este elefante?

Fonte: A ilusão do elefante” é uma adaptação do original, criada por SHEPARD, Roger. *Mind Sights*. San Francisco: WH Freeman&Co, 1990.

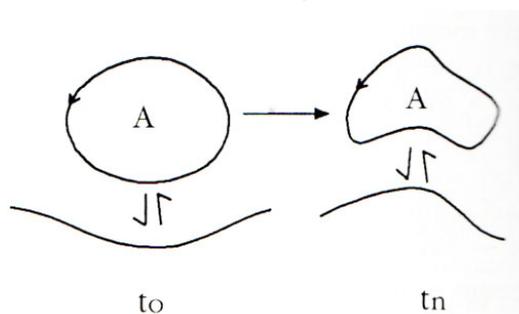
Com a evidência dessa raiz biológica, a objetividade não é mais pura, mas se relaciona com as experiências e interações, por meio da linguagem. O que se conhece emerge das distinções que cada um faz, conforme suas estruturas, como seres estruturalmente determinados, defendeu Maturana (ESTEVES DE VASCONCELLOS, 2002, p.251). O determinismo da ciência tradicional, que defendia o ambiente determinando o comportamento do sistema não é o que, de fato, determina o se percebe. Neste sentido, Maturana (1997) propõe o conceito de *determinismo estrutural*: o sistema se relaciona com o ambiente de acordo com sua estrutura naquele momento, ou seja, o ser vivo funciona em *acoplamento estrutural* com o ambiente, representando a coerência estrutural dinâmica que acontece entre um sistema e o meio, na conservação de sua organização e em sua adaptação a este: “um agente externo que interage com um sistema determinado estruturalmente somente pode “disparar” nele mudanças estruturalmente determinadas nele” (MATURANA, 1997, p.34, tradução nossa).

Para Maturana (1997, 2001), a organização é descrita como a configuração de relações entre os componentes do sistema, que definem sua identidade de classe. Por exemplo, todas as peças juntas em funcionamento definem um computador mas, se ele perder sua central, não será mais computador. Já a estrutura é a configuração das relações concretas que caracteriza aquele sistema como um caso particular daquela classe, com sua organização. A estrutura do sistema, devido ao seu acoplamento estrutural com o ambiente, pode alterar-se sem perder a organização distinguida pelo observador; assim ela pode passar por sucessivas modificações

Se a organização define a identidade de classe de uma unidade composta ou de um sistema, no momento em que mudar a organização, muda a identidade de classe – o sistema passa a ser outra coisa [...] De modo que a organização se perde se houver mudanças estruturais nas quais ela não se conserva. Por quê? Porque a organização se realiza na estrutura. (MATURANA, 2001, p.77)

As interações recorrentes como desencadeamentos de mudanças estruturais mútuas entre o meio e o ser humano, e vice-versa são descritas no quadro a seguir, através da representação da “ontogenia como uma história de mudanças estruturais”: “A” está no domínio da fisiologia; as setas significam o domínio da conduta ou do comportamento e *to* e *tn* são os diferentes momentos dos sistemas.

Figura 14: Ontogenia de um sistema e suas interações com o meio



Fonte: MATURANA, 2001, p. 76.

Richard Lewontin aponta, então, que “a noção mesma do que é um meio ambiente não pode ser separada do que são e fazem os organismos”, pois

[...] o meio ambiente não é uma estrutura imposta sobre os seres vivos desde o exterior, mas é uma criação destes seres. O meio ambiente não é um processo autônomo, mas um reflexo da biologia da espécie. Assim como não existe organismo sem meio ambiente, não existe meio ambiente sem organismo. (LEWONTIN, 1992, *apud* Varela, Thompson; Roschim, 2003, p. 231).

Para que ocorram interações recorrentes deve haver na convivência uma disposição estrutural que aceite o outro. O meio especifica e desencadeia no ser vivo mudanças estruturais mútuas e vice-versa; o meio ambiente muda de maneira contingente com as interações do organismo, explica Maturana (1999; 2001). Através das interações, organismo e meio ambiente se transformam, porque ambos criam um espaço de congruência, através da linguagem. O significado é construído pela ação social e pelo diálogo: “as palavras que usamos não somente revelam nosso pensar, como também projetam o curso do nosso fazer” (MATURANA, 1999, p. 90). Essa concepção se assemelha à visão de Bateson (1972), ao entender que o contexto, através da interação humana, é um “fertilizante” para que as pessoas possam se transformar, através da linguagem. Ou seja, para Maturana e Varela (2001), a linguagem também é fundamental

Todo ato humano ocorre na linguagem. Toda ação na linguagem produz o mundo que se cria com os outros, no ato de convivência que dá origem ao humano, por isso toda ação humana tem sentido ético. Essa ligação do humano ao humano é, em última instância, o fundamento de toda ética como reflexão sobre a legitimidade da presença do outro. (MATURANA; VARELA, 2001, p. 269).

Embora a construção de significados seja social, as mudanças estruturais não existem como consequência de um agente externo, mas como uma história conjunta de co-determinações, descrita por Lewotín quando ele diz que o organismo é tanto sujeito como objeto da evolução.

Esta concepção justifica outra propriedade indicada por Maturana (2001), que é o *fechamento estrutural* do sistema autopoietico: desde fora não é possível determinar o que o sistema fará, pois sua forma de organização vem de si mesmo, é uma auto-organização. Para existir ou continuar existindo, o sistema deve conservar sua organização e sua capacidade de auto-produção. Ou seja, os sistemas determinados estruturalmente são aqueles nos quais as interações desencadeiam mudanças que estão determinadas neles mesmos. O meio e os sistemas que ele contém estão em mudanças estruturais contínuas, cada qual conforme sua própria dinâmica estrutural que são desencadeadas através de seus encontros recursivos.

Assim, os seres humanos conhecem o meio e aos outros a partir de sua estrutura, que possui o fechamento estrutural e está em acoplamento com o sistema, incluindo o sujeito na constituição de sua realidade. Os objetos ou relações não existem independentes dele; a existência se constitui a partir do que o observador faz, através de suas operações de distinção dos objetos, na linguagem

A explicação se dá na linguagem. O discurso que explica algo dá-se na linguagem [...] nós, seres humanos, existimos na linguagem. Mas esta é nossa condição inicial: somos observadores no observar, no suceder do viver cotidiano na linguagem, na experiência na linguagem (MATURANA, 2001, p.27, 28).

Importante destacar que as emoções também são fundamentais nesse processo, pondera Maturana (1999). Elas são o “transfundo corporal” que torna possível as ações e a mudança de um domínio racional a outro se dá emocionalmente. As emoções são um fenômeno do reino animal, incluindo os seres humanos, e são diferentes dos sentimentos¹⁷. Do ponto de vista biológico, as emoções são disposições corporais dinâmicas, que definem diferentes domínios de ação nos quais as pessoas se movem; as condutas não são racionais. Utilizamos os sistemas racionais para explicar e justificar ações ao mesmo tempo que, frequentemente,

¹⁷ O neurocientista português António Damásio distingue o sentimento da emoção: “a emoção é um programa de ações, portanto, é uma coisa que se desenrola com ações sucessivas. É uma espécie de concerto de ações [...] Sentimentos são, por definição, a experiência mental que nós temos do que se passa no corpo. É o mundo que se segue (à emoção). [...] você pode-me ver tendo uma emoção, não vê tudo, mas vê uma parte. Pode se ver o que se passa na minha cara, a pele pode mudar, os movimentos que eu faço etc., enquanto o sentimento você não pode ver”. (DAMÁSIO, 2015).

neste processo o ser humano se cega sobre o fundamento emocional, exacerbando o valor dado à racionalidade. É somente quando

operamos no caminho explicativo da objetividade entre parêntesis, que nos damos conta de que cada sistema racional no qual operamos se baseia em premissas adotadas através do nosso emocionar [...] os seres humanos são seres emocionais e racionais em um viver cultural, no qual emoção e razão se entrelaçam de maneira inseparável (MATURANA, 1997, p.124).

Dessa forma, “todas as ações humanas acontecem num espaço de ação especificado estruturalmente como emoção [...] se eu quero me perguntar qual é a emoção que tem a ver com o social, tenho que me perguntar qual é a emoção que funda o social” o que explica a conexão entre comportamentos e emoções e linguagem: “o entrecruzar consensual de linguagem e emoções resulta na conversação” (MATURANA, 2001, p.46). Com isso, o observador distingue a realidade não de maneira solipsista¹⁸, mas cria espaços consensuais para a validação das experiências subjetivas, ou seja, constrói a realidade através do espaço da intersubjetividade, ou da “objetividade entre parêntesis”, termo cunhado por Maturana (2001).

Varela acredita que “faríamos melhor em aceitar, em sua inteireza, a situação notoriamente diferente e difícil, de que habitamos um mundo em que ninguém pode adotar a pretensão de compreender as coisas – no sentido amplo – melhor do que os outros” (VARELA, 1994 *apud* Watzlawick, 1994, p. 315). Se sabemos que não sabemos tanto pode surgir, na coerência, o respeito pelos outros e por suas escolhas, porque as realidades são *multi* e dependem da práxis do viver de cada pessoa.

No entanto, existem critérios para evitar-se uma postura solipsista. Os cientistas naturais modernos aceitam determinada proposição como sendo a explicação científica de uma situação particular da práxis do viver somente se esta descrever um mecanismo como consciência de uma operação que apresente certas condições operacionais conjuntamente como critério de validação das explicações científicas. Para Maturana, existem quatro condições operacionais para validar-se as experiências científicas, quais sejam

- a) a especificação do fenômeno que deve ser explicado como uma característica da práxis do viver do observador através da descrição do que ele ou ela deve fazer para experimentá-lo;
- b) a proposição de um mecanismo na práxis do viver do observador que, como uma consequência de sua operação, produzirá nele ou nela a experiência do fenômeno a ser explicado;

¹⁸ Anteriormente, a escolha filosófica referente à visão pessoal de mundo apontava para o solipsismo, ou seja, cada indivíduo defendia suas próprias referências desde que fosse racional. A proposta atual, distinta, é que sujeito e objeto existem apenas na relação, ainda que possam escolher diferentes domínios da realidade na objetividade com ou sem parêntesis, de acordo com o fluxo das nossas emoções (MATURANA, 1997). Além disso, nas ciências naturais modernas existem critérios, condições operacionais para que uma proposição seja aceita como uma explicação científica de uma situação particular, da práxis do viver do pesquisador, defende Maturana (1997).

c) a dedução desde o mecanismo proposto em B e em todas as coerências operacionais que este supõe na práxis do viver do observador de outro fenômeno, assim como das operações que o observador deve fazer em sua práxis do viver para experimentá-lo;

d) a experimentação por parte do observador daqueles fenômenos adicionais deduzidos em C, na medida em que ele ou ela executa, em sua práxis do viver, aquelas operações que, de acordo com o que também foram deduzidas em C, seriam geradas nela quando ele ou ela as realiza (MATURANA, 1997, p.31-32, tradução nossa).

Assim, a consideração de que as realidades são *multi* compõe a perspectiva da objetividade entre parêntesis. Maturana (1997; 2001) entende que existem dois caminhos explicativos distintos, modos de se relacionar com o outro(s): o da objetividade e o da objetividade entre parêntesis. No caminho da objetividade chamada “pura”, já comentada, a pretensão do conhecimento é uma demanda de obediência, pois se busca convencer o outro de suas escolhas desejando-se, na realidade, obediência. No caminho da objetividade entre parêntesis cada configuração de operações que o observador executa especifica um domínio de realidade como um domínio de coerências de suas práxis do viver, que depende de sua preferência - de sua emoção de aceitação, e diferentes domínios de realidade são legítimos como domínios de existência. Como também aponta Foucault (2014), falo de onde estou, com minhas referências e a partir de um deslocamento, da descontinuidade

Analiso o espaço em que falo. Exponho-me a desfazer e a recompor esse lugar que me indica as balizas primeiras do meu discurso [...] arrisco suscitar a cada instante, sob cada uma de minhas preposições, a questão de saber de onde ele pode nascer: pois tudo isso que digo poderia ter como efeito deslocar o lugar de onde eu digo. Embora aí esteja a questão: de onde você pretende falar, você que quer descrever – de tão alto e de tão longe – os discursos dos outros? [...] mas devo agora reconhecê-lo: de onde mostrei que eles falavam sem dizê-lo, eu mesmo só posso falar a partir dessa diferença, dessa ínfima descontinuidade deixada, já detrás dele, por meu discurso (FOUCAULT, 2014, p.100).

Segundo Esteves de Vasconcellos (2002), este é o pressuposto mais desafiador porque, apesar dos indivíduos aceitarem a complexidade e a instabilidade do sistema, implicar-se em sua percepção de mundo é algo que transforma a noção do indivíduo, suas relações e o espaço, conseqüentemente reforçando a noção de responsabilidade pessoal no desenvolvimento de uma visão particular nos seus domínios da realidade e suas explicações na práxis do viver, suscitando reflexões e mudanças, inclusive diante de discordâncias

[...] o observador que segue este caminho explicativo se dá conta de que ele ou ela vive em um multiverso, isto é, em muitos distintos, igualmente legítimo, mas não igualmente desejáveis realidades explicativas e que neste, um desacordo explicativo é um convite para uma reflexão responsável em co-existência e não uma negação irresponsável do outro (MATURANA, 1997, p.26, tradução nossa).

Logo, o que cada pessoa faz e escolhe é “sempre uma expressão” de seus “valores, desejos, ideais e aspirações” e isso tem implicações profundas, como destaca Maturana, pois

transforma a posição do “expert”, visto que suas ideias sobre a realidade nem sempre são as melhores ou mais adequadas, suscitando uma atitude auto reflexiva do observador/pesquisador. A posição privilegiada do pesquisador é a de estar em relação privilegiada com outros pesquisadores, ainda que cada um esteja focado em sua disciplina, constituindo “encontros conversacionais transdisciplinares (ESTEVES DE VASCONCELLOS, 2002, p.181). A própria ciência se converte gradualmente neste espaço consensual de co-construção - uma construção realizada conjuntamente com outro (s) indivíduo(s) ou grupo(s), ou seja, se abre um campo fértil para a interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade, com condições instituídas pelos próprios pesquisadores. Com isso, “as explicações científicas não se referem à “verdade”, mas *configuram* um domínio de verdade ou vários domínios de verdade” (MATURANA, 2001, p.57) e seus objetivos são explicações sobre princípios e valores, não necessariamente voltados à defesa de algum resultado em particular.

Nesse viés o que se transforma, sobretudo, é o pesquisador. Sua postura depende de escolhas e preferências por certas premissas, a partir das quais ele tece seu trabalho. Os caminhos explicativos adotados dependem do domínio emocional no qual cada pessoa se encontra naquele momento: “a vida humana está envolvida sobre si mesma no fluxo do acoplamento recursivo dinâmico do linguajar, do emocionar e do corpo” (MATURANA, 1997, p.116). Assim, a escolha pelo domínio da objetividade entre parêntesis cria a possibilidade de reconhecer-se a implicação do observador/pesquisador em sua experiência, em diferentes campos científicos e pragmáticos, aproximando-se dessa experiência à medida que sua percepção de mundo muda e ele próprio tem a oportunidade de se transformar¹⁹.

Essa base epistemológica, que considera os pressupostos da instabilidade, da complexidade e da objetividade entre parêntesis oferece a perspectiva para a observação na tese das pessoas e das cidades, estas últimas como sistemas de sistemas onde acontecem uma série de fenômenos conectados e complexos, de maneira dinâmica e em evolução contínua, incluindo também seus processos instáveis, imprevisíveis, validando-se diferentes maneiras de se compreender a realidade. Os indivíduos e grupos também se implicam nos sistemas desde uma perspectiva relacional e em constituição, na linguagem, o que reforça a noção de

¹⁹ Na tese me senti profundamente implicada com as questões investigadas que foram, de fato, uma derivação natural de aproximadamente quinze anos de trabalho com cidades e pessoas. Minha primeira formação foi em psicologia clínica, para depois fazer um mestrado em psicologia social e aprender especialmente sobre questões simbólicas dos indivíduos. Posteriormente, iniciei um doutorado que tratava do espaço público nas cidades, enfocando arte e sociedade, em Barcelona. Paralelamente, trabalhei com a elaboração de planos diretores e projetos de desenvolvimento com foco em cidades e, em alguns casos, em regiões, junto à uma equipe multidisciplinar. Constituímos uma forma singular de trabalho participativo, somado ao desenvolvimento de saberes técnicos – observando ao longo dessa caminhada processos políticos e de poder, processos micro e macro econômicos - cuja metodologia foi se constituindo no saber-fazer, de maneira orgânica, conectada às demandas de cada cidade. Chegou então o momento em que ingressei esse programa de doutorado, no Brasil, para responder à um conjunto de questionamentos, buscar responder a algumas questões da minha trajetória de estudos e práticas e dar um salto qualitativo no meu próprio modelo explicativo das cidades e das pessoas.

responsabilidade ética de cada um dos atores diante de seu espaço de vida, seus domínios da realidade, sempre com relação ao contexto histórico do momento.

2.2 Pressupostos contemporâneos aplicados às cidades

Os três pressupostos apresentados constituem o domínio da realidade, como diria Maturana, que perpassa essa pesquisa, no sentido de entender os processos urbanos incluindo a causalidade circular, a incontabilidade, imprevisibilidade e complexidade de vários fenômenos, além de considerar a possibilidade da ocorrência de saltos qualitativos em um sistema, entre outras características que refletem com propriedade o momento atual. Como observado, estas características refletem a amplitude própria das realidades urbanas complexas, multifacetadas, instáveis, vivas e dinâmicas.

Além do trabalho da tese acontecer a partir da epistemologia das ciências contemporâneas, a própria tese poderia ser vista como uma “prática”, que pretende avaliar se é possível realizar essas múltiplas conexões entre as diferentes disciplinas, para constituir um quadro de elementos e relações complexo e aprofundado sobre os sistemas urbanos e os seres humanos, buscando mais que uma síntese, mas a *articulação* entre os diferentes temas que co-existem nas cidades.

Desde sempre a sociedade é, para Morin (2010), complexa: a construção do social não acontece de maneira harmoniosa e ordenada, mas é um conjunto de inter-relações que assume diferentes formas, sejam conflitos, alianças, arranjos, entre outras. A complexidade não é exatamente um valor intrínseco às coisas; aparece em especial através da escolha do observador em considerar as conexões e relações entre seus elementos, revelando uma atitude de conjunção, em vez da disjunção defendida anteriormente. São considerados muitos elementos em múltiplas interações, em rede, como acontece nas cidades, e é este movimento complexo que constrói o social, na dialética entre a objetividade concreta e a subjetividade, na ação de indivíduos, grupos e instituições.

Conforme Johnson (2003), essa complexidade urbana possui dois significados: em primeiro plano, significa a própria experiência sensorial de uma sobrecarga, exemplificada pela visão de uma multidão caminhando. Em segundo, é representada por um sistema de auto-organização, que descreve seu funcionamento: “a cidade é complexa porque surpreende, sim, mas também porque tem uma personalidade coerente, uma personalidade que se auto organiza a partir de milhões de decisões individuais, uma ordem global construída a partir das interações locais” (JOHNSON, 2003). O local atua e constrói a ordem global, o global influencia as decisões individuais, e assim inter-generativamente.

Figura 15: Manifestação na Venezuela, junho de 2018

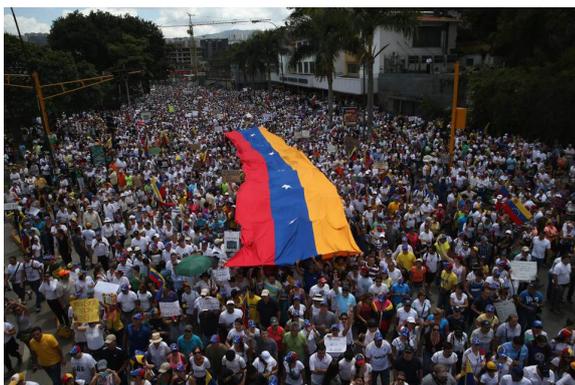


Foto: MOORE, John; *Getty Images*, 2018.

Existe, a partir dessa mudança de paradigma, a possibilidade legítima de se estudarem inúmeras relações ocorrendo simultaneamente, entre indivíduos, instituições e meio ambiente, que se comunicam e se transformam no cotidiano e mantêm ou modificam o indivíduo, grupos e a própria história. Os novos pressupostos promovem também novas maneiras de se compreender a regulação dos fenômenos, através dos processos de *feedback* positivo, negativo ou da causalidade circular recursiva. Como explanado, o *feedback* negativo acontece em situações que se mantém indefinidamente, porque as respostas recebidas são incorporadas em determinado sistema como reforço e o conserva sem mudanças. Por outro lado, quando a regulação é realizada por meio do *feedback* positivo, em certos momentos se observa um excesso de pressão ou ruptura e o sistema se torna “inviável” e, assim, “mutável”. São quando ocorrem, por exemplo, greves e revoluções, ou casos em que reiteradas situações de violência transformam uma sociedade antes segura em intimidante, e os habitantes mudam seus comportamentos como resposta. Com isso, ao se compreender os mecanismos atuantes em diferentes contextos e situações, é possível modificá-los. Esse é o princípio de transformação, que levaria à “morte” daquele sistema ou à uma vida modificada.

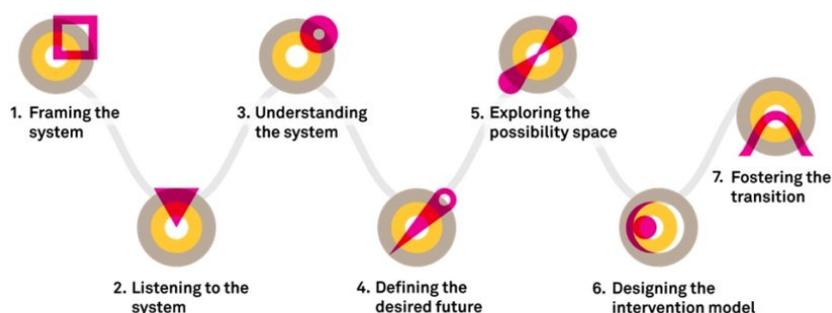
Além disto, há fenômenos urbanos que ocorrem a partir da causalidade, influenciando significativamente na vida de seus habitantes, nas quais só é possível um pequeno grau de controle (ou nenhum), como em eventos nos quais uma pequena “flutuação” introduzida gera uma mudança “desproporcional” em seu funcionamento global, de maneira inesperada, semelhante a proposta de Prigogine (1980).

Neste sentido, a simplicidade de algumas teorias e experiências convivem lado a lado com a complexidade de questões e sistemas que funcionam de modos intrincados, como pessoas e cidades e esses mecanismos permitem compreender como o sistema se mantém ou se transforma ao longo do tempo. Diversos autores desenvolveram propostas de trabalho a partir do pensamento sistêmico. Para Denise Jodelet

As mutações observadas nas ciências sociais e humanas, nos últimos 40 anos, resultaram numa reconfiguração da relação entre as disciplinas (WIEVIORKA, 2007). Haveria um declínio das especializações ou da pretensão de domínio de determinadas disciplinas, com a ascensão das múltiplas relações que operam com base no “empréstimo”, na “infusão”, na “colaboração” e na “coordenação” em torno de novos temas, quando a noção de sujeito passa a ocupar um lugar central (JODELET, 2018, p.425).

Essa conexão entre os diferentes domínios inclui a construção de metodologias que possam ser utilizadas como base para pesquisas ou em intervenções. O grupo holandês *Systemic Design*, por exemplo, constituiu um “kit” de ferramentas cognitivas (SYSTEMIC... 2018) para abordar problemas complexos, através de algumas técnicas. Estas são categorizadas de acordo com diferentes fases do processo de desenho, buscando ampliar a compreensão de determinado problema e encontrar soluções coletivamente. A metodologia possui sete passos, com o objetivo de favorecer um processo transformador: definindo o sistema, ouvindo o sistema, o entendendo, definindo o futuro desejado, explorando o espaço possível, desenhando o modelo de intervenção e favorecendo a transição. Cada um desses momentos possui um instrumento para facilitar a análise, e os autores esperam que esta reflexão “seja o gatilho para iniciar uma conversão criativa e catalisar um processo de mudança [...] de transformação sistêmica” (SYSTEMIC... 2018).

Figura 16: A metodologia Toolkit, sete passos



Fonte: SYSTEMIC, 2018.

Dentro desta perspectiva, que apresenta conceitos, reflexões e ferramentas, a presente pesquisa busca reconhecer diferentes variáveis dos sistemas urbanos e dos sistemas humanos, das relações, e compreender como criar novos contextos, mais resolutivos e também abordar mudanças das pessoas e grupos. A possibilidade de se incluir nos estudos os pressupostos da complexidade, instabilidade e objetividade entre parêntesis amplia a compreensão de mundo, das pessoas e dos recursos nas cidades contemporâneas.

2.3 Os níveis de mudança

O conceito de diferentes níveis de mudança também se mostrou fundamental para a pesquisa, pois ao observar e estudar uma cidade acontecem incontáveis processos de repetições e

mudanças ao longo do tempo. As mudanças são necessárias? Porque as mudanças são importantes? Como acontecem e para quê?

As mudanças são inerentes à vida humana e ao sistema vivo da Terra. Indicam direções, revelam intenções, vontades, dando sentido à existência humana. São parte da própria história, direcionando novas ações, frequentemente motivadas pela busca por uma vida mais satisfatória e/ou um sentido maior do universo, motivação eterna para os filósofos, outros estudiosos e mesmo para as sociedades. A “mudança”, seja de objetivos, tipos de estratégias, comportamentos, métodos e outros, pode representar a iniciativa de diferentes atores sociais - indivíduos, grupos, instituições e organizações, governos - buscando alteração em um processo e/ou o modo de realizá-lo ou a descoberta de um novo caminho.

E em alguns contextos, as mudanças passaram a ser aceitas e desejadas. Como comentado, Foucault observou que até recentemente na história, em sua forma clássica, o descontínuo “era o que devia ser contornado, reduzido, apagado pelo discurso da história, para que aparecesse a continuidade dos encadeamentos”; tinha que ser suprimido, pois o valor estava nas grandes unidades de acontecimentos e não nas rupturas. “A descontinuidade era esse estigma da dispersão temporal que o historiador tinha o encargo de suprimir da história” (FOUCAULT, 2015, p.87), mas se tornou um dos elementos fundamentais de sua análise, uma “operação deliberada do historiador”. Esse fenômeno está intrinsecamente justificado pelas transformações recentes nas disciplinas históricas, repleta de rupturas que devem ser apreendidas, de mudanças que se tornaram seu “conceito” (FOUCAULT, 2015).

O mesmo vem acontecendo com as cidades, repletas de diversidade, imersas em redes de comunicação globais, vivenciando essas descontinuidades e rupturas que produzem ações transformadoras e podem ocorrer de maneiras singulares, de acordo com os contextos. Por exemplo, os eventos de *11 de setembro de 2001*, em Nova Iorque, ou o *11 de março de 2004* em Madri, suscitaram, de maneira traumática, uma mudança de perspectiva para seus habitantes e indivíduos de outros países, uma mudança simbólica, individual e grupal, emblemática. Esses e outros eventos violentos ocorridos, como o atentado em *Las Ramblas*, em Barcelona, 2018, colocaram em pauta questões relativas à segurança mundial e vêm modificando e afetando a relação das pessoas com os espaços, particularmente nas cidades vítimas dos “ataques”. Sua fragilidade e, de fato, a de todos foi exposta, refletindo uma mudança dramática. Giddens e Dahrendorf (2001, p.4) apontaram que, além de afetar o senso de segurança cotidiano das pessoas, esse evento também está produzindo mudanças na estrutura das relações internacionais e sinaliza “um novo padrão de violência para este século, envolvendo redes transnacionais.” De acordo com Morin

As duas torres orgulhosas eram, ao mesmo tempo, hiper-reais e hipersimbólicas; eram a encarnação e o símbolo da riqueza, da potência americana, de seu capitalismo e sua democracia, de sua dominação [...] Sua derrubada cavou um buraco negro incomensurável em nossa visão não apenas de Manhattan, mas também do mundo. Para alguns é uma ferida infligida ao imperialismo americano e ao capitalismo; para outros, que se angustiam, é uma brecha aberta na democracia e na civilização; estas duas verdades antagônicas são complementares (MORIN, 2010, p.102).

Logo, fatos dessa magnitude têm promovido impactos profundos e globais, com poder de induzir mudanças de paradigma e acionar novas direções em toda uma estrutura coletiva existente. Frequentemente esse é o tema central dos meios de comunicação nacionais e internacionais, à medida em que caracteriza uma condição diferencial em uma generalidade instituída há muitos séculos.

Figura 17: 9/11, Nova York, Estados Unidos da América



Foto: KHAN, Noor; 2001.

Entendendo-se a relevância das discontinuidades nas cidades, “mudanças” serão tratadas nesta pesquisa tendo como parâmetro a concepção de Paul Watzlawick (1967; 1977), adaptadas às realidades urbanas. O autor foi pioneiro ao compreender as interações humanas desde uma visão sistêmica e destacou como se formam as crenças ou premissas dos indivíduos, a partir de suas experiências. O contato com o mundo promove um conhecimento direto das coisas, que ele chamou de primeira ordem. Ao vivenciarem o mundo são experimentadas consequências no modo de viver, que adquirem significados e se tornam conhecimentos de segunda ordem, construindo-se regras ou princípios para estar no mundo, cujo conjunto representa a visão de mundo pessoal, síntese das vivências de cada indivíduo.

Nessa pesquisa, a visão de Watzlawick (1967, 1977) sobre os conhecimentos de primeira e segunda ordem foi aplicada à noção de mudanças, conforme os diferentes níveis de transformação que um sistema tem capacidade de efetivar. No entanto, a autora entendia, a partir de sua prática, que essa divisão poderia ser amplificada ao se acrescentar mais um nível ao conceito, propondo, então, uma premissa de terceira ordem, subsequente às duas primeiras.

A partir dessa ideia, mudanças são classificadas de primeira ordem quando ocorrem algumas alterações, ainda se mantendo as mesmas premissas e princípios em determinado sistema; não há mudanças de pressupostos nem das estruturas de pensamento nesse ambiente. Diz-se que nesse caso “o sistema muda – *mudança de primeira ordem* – para não mudar, para se manter o mesmo” (ESTEVES DE VASCONCELLOS, 2003, p.230). Na realidade, uma mudança de primeira ordem representa um circuito simples de re-alimentação, ou *feedback* de aprendizagem. Estas mudanças se detêm exclusivamente sobre o que se produz e não sobre todo o sistema. As mudanças de segunda ordem são quando as modificações resultam simultaneamente em mudanças de princípios ou pressupostos e /ou de estruturas de pensamento e ações sobre o sistema. Nos sistemas naturais, abertos, esta característica “é uma condição para a evolução, o desenvolvimento, o progresso” (ESTEVES DE VASCONCELLOS, 2003, p.231), e, nesse caso, os sistemas avançam em direção à uma maior complexidade. Conseqüentemente, há uma mudança gerada por um circuito em dupla retroalimentação de aprendizagem, que promove uma nova capacidade, baseada em novas regras, através de um salto qualitativo ou da compreensão original de como as ações devem ocorrer no ambiente, refletindo um nível de mudança mais elaborada e menos freqüente do que a de primeira ordem.

As mudanças de terceira ordem, sugeridas pela autora, se estabelecem quando a aplicação da mudança de segunda ordem desperta uma compreensão ou cognição que suscita a criação de significados inovadores para um indivíduo ou grupo, comunidades, instituições, implicando um mecanismo de retroalimentação diferente e ainda mais complexo do que o aprendido sobre o qual se construiu a mudança de segunda ordem. Neste último nível de mudança, a passagem de uma configuração à outra se efetua através de uma recomposição inédita, inovadora, estabelecida sobre elementos já presentes ou, ainda, com a introdução de um novo elemento no sistema, segundo uma lógica prescritiva, desde que essa ação preserve a integridade dos atores envolvidos e do próprio sistema, ontogenia, e/ou de sua linhagem, filogenia.

Em um sistema humano todos estes níveis de mudança ocorrem dos movimentos mais simples aos mais complexos. As mudanças de primeira ordem no meio urbano acontecem continuamente com as pessoas, grupos e instituições, sempre que decidem transformar algo ou lhes é imposta uma transformação externa e o fazem sem alterar suas premissas básicas, ainda que de maneira funcional e evolutiva, enquanto nas mudanças de segunda ordem se mudam princípios, regras, comportamentos e processos no ambiente, trazendo inovações.

Já a mudança de terceira ordem pressupõe uma ampliação na visão de mundo de indivíduos ou grupos e a percepção de que novas experiências são fruto das escolhas e seleções de conhecimentos que acontecem nas dinâmicas das relações, de maneira flexível e em

sistemas abertos. Desta forma, com as mudanças de terceira ordem não preexistem princípios e pressupostos fixos; ao contrário, o que se conhece e o que não se conhece devem ser habitualmente testados, assumindo-se com rigor a evolução como deriva natural em que somente uma experiência valida outra experiência, quer dizer, o processo ocorre com uma pequena (ou nenhuma) planificação *a priori* e se baseia especialmente em princípios e conhecimentos intrínsecos às experiências anteriormente vividas, ainda que sem a necessidade de se ter um “roteiro” prévio.

Para promover o desenvolvimento necessário e que tenha a potência para modificar a realidade atual e ultrapassar problemas de tamanha magnitude são necessárias todas as mudanças possíveis, dos três níveis, e esses níveis de mudança serão avaliados nas cidades estudadas na pesquisa, buscando compreender os processos empreendidos em cada uma e sua capacidade para evoluir diante de circunstâncias inusitadas e problemas persistentes.

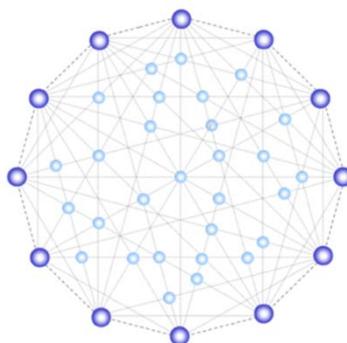
2.4 As redes sociais

Considerando-se a visão sistêmica, a maneira como a sociedade se estrutura também vem enfrentando mudanças profundas. Recentemente tem se assistido à passagem de uma forma hierarquizada de organização para uma forma inédita de grupos, instituições e pessoas se relacionarem, em redes, e essa concepção em “rede” reflete em sua essência a complexidade do mundo em mutação, o que vai ao encontro da própria realidade urbana, que Fucks (1995) chamou de *espaços sociais complexos*.

O tema das redes tem sido parte dos estudos da Biologia, Física e começou a ser considerado na área social a partir dos anos 1950, com a teoria de campo, de Kurt Lewin (1978), que naquele momento já ressaltava o valor das relações sociais informais, constituindo as redes. Em 1954, John Barnes, antropólogo inglês, foi o primeiro a utilizar a expressão “rede social”

Cada pessoa está, por assim dizer, em contato com certo número de pessoas, algumas das quais estão em contato direto entre si e outras não [...] Creio que é conveniente denominar de rede a um campo social deste tipo. A imagem que tenho é de uma rede de pontos, dos quais alguns estão unidos por segmentos de retas. As pessoas, ou às vezes os grupos, seriam os pontos ou nódulos desta imagem e os segmentos de reta indicariam que eles interatuam entre si (BARNES, 1954 *apud* Aun, 1999, p.1)

Figura 18: Desenho de uma rede fechada: os círculos são elementos do sistema e as retas suas interações, como uma cidade, instituições, pessoas, células



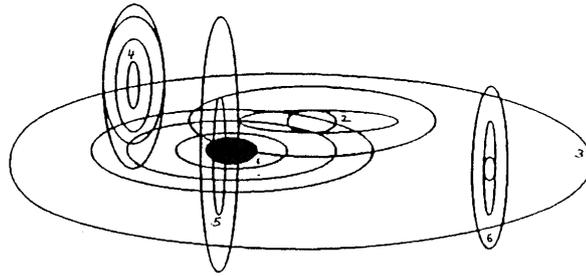
Fonte: Adaptação da autora, 2021.

Na década de 1970, o tema recebeu grande visibilidade nos Estados Unidos, chamando a atenção em trabalhos de saúde mental e em terapia de família, mas reduzindo sua utilização com a involução dos projetos em psiquiatria comunitária (AUN, 1999). No final dos anos 1980 houve uma nova expansão mundial do trabalho com redes, que continua a ser utilizado e valorizado nas ciências sociais, adquirindo uma centralidade recente devido à expansão das redes nas sociedades.

A noção de “redes sociais” inclui desde um pequeno grupo até a própria sociedade e mesmo um conjunto de sociedades organizadas em rede. Desde uma perspectiva individual, Sluzki (1997, p.41) aponta que os contextos culturais, históricos, políticos, econômicos, religiosos, do meio ambiente e as idiosincrasias de cada país e do hemisfério apoiam e fazem parte do universo relacional individual: a rede social pessoal é a “soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou define como diferenciadas da massa anônima da sociedade”. Essa rede, chamada por Pierre Levy de “rede em hipertexto” (1993, p.21), “corresponde ao nicho interpessoal do indivíduo e contribui substancialmente para seu reconhecimento como indivíduo e para sua autoimagem, ou seja, constitui uma das chaves da experiência individual de identidade, bem-estar, competência e agenciamento ou autoria [...] e a capacidade de adaptação em uma crise” (SLUZKI, 1997, p.41).

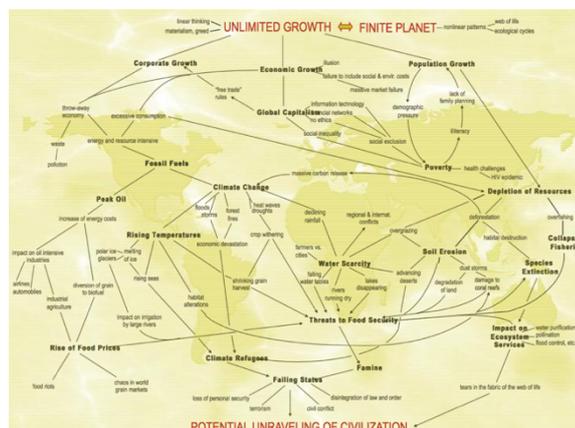
Conforme o desenho abaixo, considerando que o indivíduo seja o elemento um, cada círculo representa sistemas dos quais ele faz parte, como família, escola, igreja, trabalho que, ao mesmo tempo, são constituídos por outros sistemas que se cruzam, e assim sucessivamente. Existem sistemas mais próximos do indivíduo e outros menos como, por exemplo, o sistema gerencial de sua cidade que, apesar de mais distante, influencia sua vida.

Figura 19: Sistema de Redes



Fonte: SLUZKI, 1997, p. 39.

Logo, as redes são um padrão básico de organização dos sistemas vivos, uma de suas características centrais, como o físico Fritjof Capra (2004)²⁰ preconizava há muitas décadas, entendendo que todas as formas de vida, das células mais primitivas até as sociedades, empresas e os Estados Nacionais se configuram seguindo um único princípio básico, da organização em redes, com unidades e sistemas interconectados que, a partir das relações de interdependência constituem a complexa “teia da vida” (CAPRA, 1982, 2002). Este padrão é encontrado desde as membranas, que são auto-geradoras do DNA, construídas pelas redes dos processos celulares, onde cada componente substitui ou ajuda a recriar ou criar a si mesmos até as redes de comércio internacionais, que se relacionam e se auto-regulam. Capra²¹ segue desenvolvendo estudos e pesquisas a partir do pensamento sistêmico (*systemic thinking*), qualificando “as relações, padrões e contextos”, e a noção de redes, ao entender que “o mundo material é uma rede de padrões inseparáveis de relações” (CAPRA, 2020, s.p.), aplicados às redes vivas, biológicas e às redes sociais, reforçando a visão sistêmica dos sistemas, de seus problemas e, conseqüentemente, das respectivas soluções.

Figura 20: *Systemic Problems's View*

Fonte: Fritjof Capra (2020, s.p.).

²⁰ Fritjof Capra apresentou essas ideias na Conferência do Minastec, em Belo Horizonte, MG, com o título “A Ciência para uma Vida Sustentável”, no dia 27 de outubro de 2004.

²¹ Apresentação de Fritjof Capra no *The Economy of Francesco International Event*, sob o título “*The Systems View of Life*”, em 12 jun. 2020.

O sociólogo espanhol Manuel Castells (1995; 2000; 2015)²² foi pioneiro ao estudar a “sociedade em rede” na economia e os impactos das novas tecnologias nas sociedades, e suas ideias vêm acompanhando as mudanças mundiais nas últimas décadas. Na leitura de Anttiroiko (2015, p.17), para Castells redes são um conjunto de nós interconectados, são estruturas complexas de poder e comunicação que se caracterizam por uma lógica binária (inclusão/exclusão), com estruturas e padrões de decisão descentralizados, sendo que a existência das redes é determinada pela utilidade dos nós da rede. Neste caso, indivíduos, grupos, comunidades e mesmo nações são incluídas ou excluídas da rede de poder econômico, dependendo de sua utilidade para as redes que participam, processando “fluxos de valores em busca da acumulação de capital”.

Ao longo de seus estudos a importância das “redes” foi se ampliando e ele concluiu que a marca da nova sociedade, nesse início do século XXI, seria a construção, por completo “da estrutura social que eu conceituei como sociedade global em rede e que, ainda que de forma desigual, estende sua lógica pelo conjunto do planeta” e “cujo funcionamento depende de tecnologias digitais de informação e comunicação”. (CASTELLS, 2015, s.p.). Dessa forma

[...] redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de rede modifica substancialmente a operação e os resultados nos processos de produção, experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em rede tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão generalizada em toda a estrutura social (CASTELLS, 1996, p.469 *apud* Anttiroiko, 2015, p.10).

Para que ocorresse essa “emergência das redes como uma forma eficiente de organização social” observam-se três características que refletem a sua capacidade de auto renovação, quais sejam a flexibilidade, a escalabilidade e sua capacidade de sobrevivência, o que as mantêm atuantes ininterruptamente no “ambiente tecnoeconômico emergente” (CASTELLS, 2009, p.23 *apud* Anttiroiko, 2015, p.8).

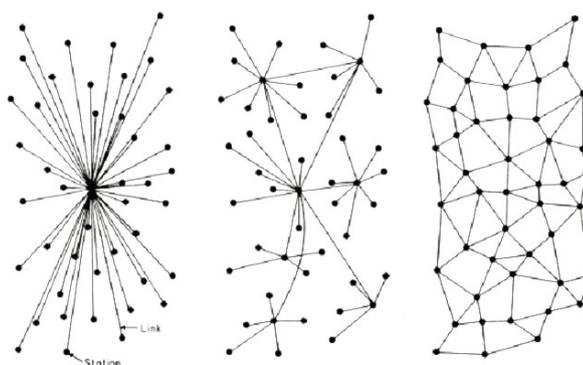
Assim, constata-se os sistemas sociais contemporâneos possuem redes de comunicação que atuam e se renovam em grande parte do planeta, compondo a essência de uma comunidade viva. Estas redes são auto-geradoras, formando grupos de *feedback* através da comunicação, compartilhando e modificando crenças, normas e criando identidades próprias para os grupos,

²² Na leitura de Anttiroiko, Castells inicialmente enfocou seus trabalhos em uma análise estrutural do capitalismo e dos movimentos sociais, em resposta às contradições da sociedade capitalista. O conceito de rede surgiu gradualmente em seus trabalhos ao longo da década de 1980, quando ele se interessou pela conexão entre tecnologia, economia e sociedade, buscando compreender como a relação entre estas esferas influencia a estrutura urbana. O autor publicou então sua trilogia *The Information Age*, nos anos 1990, introduzindo o conceito de “rede” como central em seu pensamento, conforme relata Anttiroiko. No entanto, Anttiroiko constata que o conceito de redes, para Castells, mais do que instrumental, funciona como uma metáfora, apresentando uma narrativa central em seu pensamento que expõe a “contradição estrutural entre a Rede e o Self” que caracteriza o mundo atual, a qual ele considera uma “excelente cristalização da morfologia social do capitalismo informacional” (2015, p.5,17).

em contínuo processo constitutivo. As redes sociais permitem, portanto, modelos de ação e conversação para a co-construção das práticas vividas.

Conforme De Masi (2000, p. 273) a atual sociedade pós-industrial também se estrutura em forma de rede, com um número potencialmente infinito de nodos que, a partir da promoção de uma mudança em sua organização, pode se expandir como um rizoma, formando-se relações mais paritárias do que hierárquicas. Logo, é possível conjecturar redes de formatos diferentes, variando de acordo com a representação dos elementos de um sistema e suas relações, como mostram as figuras abaixo.

Figura 21: Tipologias tradicionais de rede: centralizada, descentralizada e distribuída (da esq. para a direita)



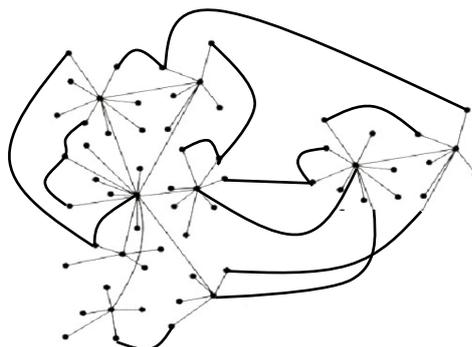
Fonte: BARAN, 1964.

O engenheiro polaco-americano Paul Baran (1964) propôs três tipologias de rede de comunicação: as centralizadas, as descentralizadas e as distribuídas, que representam como os grupos podem se organizar. Na rede centralizada, uma pessoa ou instituição concentra o poder e as decisões, e o restante dos participantes se conecta a este elemento centralizador; na rede descentralizada ainda é mantido um centro de tomada de decisões e poder, mas já há uma quantidade maior de relações entre os outros elementos, que se organizam em pequenas redes ao redor do elemento central; e na rede distribuída as decisões e o poder são distribuídos entre seus elementos, sem existir um centralizador, e sim uma relação entre todos. Outra tipologia concebida recentemente é a rede sistêmica, onde

os papéis e relacionamentos são entendidos de modo holístico – uma visão global de todos os elementos, atividades e estratégias envolvidas que resulta em um tratamento como um todo único, buscando a prosperidade, não apenas de um negócio, mas de toda a rede (MENDONÇA, 2017, p. 33)

Assim, na rede sistêmica não se pratica a noção de hierarquia e os relacionamentos próximos são valorizados. Os elementos se relacionam formando redes menores e se conectando com outras redes em diversos pontos de encontro, mantendo a descentralização do poder e das decisões. Diferente das redes descentralizadas, onde os elementos periféricos ficam desconectados, neste caso há relações entre as redes menores e não há um centro predominante, mas a distribuição de poderes, como representado na figura seguinte.

Figura 22: Rede Sistêmica



Fonte: MENDONÇA, 2014; 2017.

Nos estudos envolvendo “redes”, muitos autores ressaltam a importância da linguagem na construção desse tipo de organização (FUCKS, 1995; AUN, 1996, 1998, 1999, 2001; ESTEVES DE VASCONCELLOS, 1997, 2002, 2019, 2020)

Os sistemas sociais [...] são redes comunicacionais caracterizadas por, e através da linguagem, significando a linguagem como o significado linguisticamente mediado e contextualmente importante, formado na interação [...] Os humanos constituem sistemas significantes; o significado está construído por ação social e diálogo; e a inter-relação humana é produto da interação em um campo linguístico [...] Vivemos e atuamos em um mundo que definimos por meio da nossa linguagem descritiva [...] desenvolvemos complexas tramas de significados dentro das quais atuamos *como se* nossos significados adscritos fossem ontologicamente verdadeiros (GOLISHIAN; WINDERMAN, 1989, p. 22-23).

Neste sentido, a linguagem atua diretamente na construção das realidades, através das interações nas redes, possibilitando intervir em suas representações e práticas linguísticas, de maneira a promover mudanças: “a desnaturalização e o questionamento do óbvio se voltam um poderoso instrumento de exploração, desapego, co-construção” (da realidade), realça Fucks (1995, p. 6-7).

O conceito de rede traz consigo também o “contexto” e a “cultura” como indissociáveis nos estudos científicos, devido à sua essência estar intimamente conectada à cultura de cada lugar e às relações que ali se constituem, com variações conforme cada conjuntura, na qual se inclui a noção da rede em sistemas mais amplos, como uma cidade ou região. Esse panorama permite a compreensão de práticas, relações entre instituições, execução de políticas públicas e outros aspectos da planificação urbana. O modelo das redes como um sistema aberto pode ser aproveitado para promover mudanças a partir, por exemplo, da formação de grupos voltados para solucionar um ou mais problemas, constituindo-se uma metodologia específica para esse trabalho²³.

²³ Para mais informações sobre a metodologia de trabalho em redes, ver a Dissertação de Mestrado de Juliana Gontijo Aun (1996).

Nesta metodologia, faz-se inicialmente o desenho da rede de pessoas e instituições relacionadas a certo problema. Depois são convidados os atores envolvidos para um ou mais encontros e o tema é discutido abertamente, em um diálogo baseado na igualdade de direitos, apresentando-se os pontos de vista que costumam co-existir em realidades complexas. Como constata Aun (1999, p.10), “trabalhar com as redes sociais é constatar a potência do homem comum, da cultura, das comunidades marginalizadas”, pois nas redes ocorre a possibilidade de distribuição (ou redistribuição) do poder social, através de um processo de co-construção no qual existem princípios condutores, e não etapas definidas *a priori*: novas forças que existem dentro da trama social podem surgir através da rede; cada pessoa pode focar sua energia e talento para auxiliar de alguma maneira os que necessitam (AUN, 1999).

Além disso, a partir dos “encontros de rede” novas relações se iniciam, outras se fortalecem e energias latentes podem surgir e a rede, que em geral é invisível aos olhos dos participantes, vai se tornando visível, muitas vezes restaurando sua função construtiva e de suporte. Consequentemente, eles podem se tornar mais ativos e acreditarem em seu potencial para mudar tanto o seu lugar de saber como o seu lugar de ação no mundo.

Desde um viés complementar, Castells (1995, 2000, 2015) analisa essa nova configuração da sociedade a partir do uso das novas tecnologias da informação e da comunicação, que incrementaram os processos da globalização capitalista. Estas tecnologias proporcionam a base material para a impregnação de uma “lógica de redes” em toda a estrutura social, determinante para a emergência da “sociedade em rede”. Segundo o autor

uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico, suscetível de inovações, sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltados para a flexibilidade e a adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e a invalidação do tempo (CASTELLS, 2000, p.497)

Estas mudanças afetam, portanto, a vida cotidiana, dos espaços individuais aos grupais e nacionais, pois a “nova” lógica de redes modifica como as pessoas se relacionam entre si, em diferentes contextos, e como os próprios ambientes se estruturam, demandando capacidades que, para muitos autores, ainda não foram assimiladas e bem introjetadas nesse cenário inédito. A nova configuração social não é exatamente otimista, na visão de Castells (2000) pois, apesar de possibilitar para muitas pessoas melhores condições de vida, “ignora as funções não essenciais, os grupos subordinados e os territórios desvalorizados”, ou seja, ainda mantêm as desigualdades mais marcantes em seus lugares costumeiros. Todavia, o autor vislumbra algumas saídas para a crise, a partir da crítica que faz ao *status quo* e de sua valorização aos movimentos sociais

[...] (que) são um sintoma da crise da democracia representativa atual, dominada por partidos a serviço deles mesmos e não dos cidadãos, eleições controladas por dinheiro e meios de comunicação, corrupção sistêmica de todos os partidos políticos e em quase todos os países [...] a sociedade se expressa através de suas formas autônomas de debate, organização e manifestação, online e nas ruas. Nesse sentido, a comunicação em rede está revitalizando a democracia mediante a crítica aos partidos burocratizados e aos partidos corruptos. (CASTELLS, 2015).

A estruturação em redes tem permitido e impulsionado inúmeros movimentos organizados em várias partes do mundo, como descreveu Castells (2015), em geral voltados para objetivos específicos, como foi o caso dos protestos ocorridos em Seattle (1999), Washington (2000), São Paulo (2008) e tantos outros, o que recentemente têm sido chamados de “movimentos insurgentes”, no qual se podem observar mecanismos de feedback positivo em ação, no sentido da promoção de mudanças. Para Pereira e Cunha (2019, p.2) “as insurgências são práticas sociais que exercem algum tipo de contrapoder, e que subvertem espaços em que se constituem”, podendo produzir rupturas “no sistema econômico e modelo político” e que, através da junção de várias forças têm potencial para provocar “verdadeiras ‘inundações’”. Os movimentos constituem também, como já estudado, um processo de organização característico de uma rede sistêmica descentralizada.

De fato, é possível constatar uma mudança entre os movimentos sociais que ocorreram a partir da década de 1960 para aqueles recentes. O professor Robert Ponge (2009 *apud* Moreira, 2018, p.9) analisou que os movimentos anteriores surgiram como resposta a um estado totalitário, como a Primavera de Praga, de 1968, o Maio de 1968, em Paris, entre outros, concebido (s) “a partir de medidas econômicas e sociais insuficientes” e que abordam

exemplos bastante ilustrativos de revoltas oriundas das camadas mais jovens da sociedade que, a partir de 1968 eclodiram, sinalizando em grande parte o desejo de liberdade de uma geração o que, apesar do significado, fez com que faltasse à tais iniciativas uma causa concreta de luta, aliada a um resultado também preciso (PONGE, 2009 *apud* Moreira, 2018, p. 9)

Já os movimentos recentes apresentam modelos híbridos e, diferente de seus antecessores, possuem em comum uma forma de organização difusa, tendo as redes sociais como alicerce para que sucedam. Conforme Ricci e Arley (2014 *apud* Moreira, 2018, p. 21)

As redes não estiveram apenas no processo de convocação, mas no próprio conceito de organização e mobilização. Forjaram uma comunidade e, como toda comunidade, entrelaçada pela identidade e afeto. Mas aqui já se apresentava uma novidade. A convocação não se deu por uma organização central ou lideranças. Ocorreu de maneira horizontalizada, pela identidade e confiança entre aquele que convidava (e não se tratava de convocatória) e o que recebia o convite. Eram conhecidos e o que recebia tinha garantias que não seria um número no meio da multidão, não estaria dando consistência a uma pauta que teria sido montada alhures, em algum local não conhecido. (MOREIRA, 2018 p. 21).

Sociedade civil, ONG's e instituições diversas vêm se organizando através de diferentes redes sociais para protestarem no espaço virtual ou concreto e se reúnem em torno de pautas

concretas, políticas, econômicas, sociais e culturais, contra a globalização, o neoliberalismo, decisões governamentais, poderes hegemônicos, entre outras, e têm tido grande repercussão em nível local e, às vezes, mundial, se tornando uma alternativa para protestos, um símbolo de ascensão do terceiro setor e reflexo de articulações entre diferentes atores em torno de um objetivo comum. Estes movimentos têm como característica se contraporem principalmente às perdas e injustiças que o capitalismo exacerbado tem promovido nas últimas décadas, transformando as cidades em espaços crescentemente desordenados, com graves consequências, como delinea Harvey

A cidade tradicional foi morta pelo desenvolvimento capitalista descontrolado, vitimada por sua interminável necessidade de dispor da acumulação desenfreada de capital capaz de financiar a expansão interminável e desordenada do crescimento urbano, sejam quais forem suas consequências sociais, ambientais ou políticas. Nossa tarefa política, sugere Lefebvre, consiste em imaginar e reconstruir um tipo totalmente novo de cidade a partir do repulsivo caos de um desenfreado capital globalizante e urbanizador. Contudo, isso não pode ocorrer sem a criação de um vigoroso movimento anticapitalista cujo objetivo central seja a transformação da vida urbana no nosso cotidiano. (HARVEY, 2014, p. 20)

Em novembro de 1999, o movimento dos anti-Seattle contra a Organização Mundial do Comércio, OMC, marcou o início de um movimento anti-globalização, uma força internacional que reuniu cerca de 100 mil pessoas nas ruas e foi forte o bastante para impedir algumas decisões e provocar o cancelamento de encontros, além de colocar na ordem do dia o problema do trabalho infantil (BACCOCINA, 2002). Esse protesto contra a mundialização tecnoeconômica, através do lema "O mundo não é uma mercadoria", reflete a tomada de consciência diante da necessidade de se enviar uma resposta em escala planetária para problemas urgentes (MORIN, 2010). Consequentemente, em 2000 foram feitas novas manifestações em Washington, durante a reunião do Grupo Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio, OMC, em maio, seguidas por protestos contra essas mesmas organizações em setembro, em Praga.

Figura 23: Protestos em Seattle, 1999 e em Praga, em 2000



Fonte: Compilação do autor, 2021.²⁴

²⁴ www.rgbrat.org e www.seattletimes.nwsources.com

Em 2001 manifestantes se reuniram na Cúpula das Américas, em Quebec, onde o próprio governo canadense organizou “um evento com as organizações não governamentais e os grupos anti-globalização, a Conferência dos Povos da América, que elaborou um documento contrário à criação da Alca” (BACCOCINA, 2002). A partir desta onda de protestos, a cidade de Porto Alegre se converteu em um fórum da sociedade civil mundial nascente, como apontou Morin (2010), realizando-se ali um conjunto de discussões sobre o futuro desejado.

Uma década depois, em 2009, movimento similar ocorreu nas ruas de Londres, onde cerca de 35 mil britânicos protestaram durante o encontro da cúpula do G20 – grupo de países desenvolvidos e em desenvolvimento – com o objetivo de discutir sobre a crise financeira mundial. O lema do protesto foi “Ponham as pessoas primeiro” (*Put people first*), pedindo que os grupos hegemônicos priorizem a qualidade de vida dos cidadãos ao discutirem saídas para a crise, e não os lucros acima de “tudo e todos” (VIEIRA, 2009). Isso incluía a criação de empregos, justiça social (ou melhor, distribuição justa de riquezas) e medidas contra o aquecimento global, defendendo que o atual modelo econômico vem promovendo a destruição da natureza (UCHOA, 2009).

Figura 24: Cortejo do canário (em referência à região do centro corporativo de Londres, *Canary Wharf*, em Londres, 2009



Fonte: SAVASTANO, 2009.

Holston (2016 *apud* Pereira; Cunha, 2019) observou que, no geral, esses movimentos têm priorizado a legitimação dos direitos dos participantes dentro do “processo de produzir a cidade”, expressando sua abertura para mudanças

Por movimentos insurgentes, refiro-me àqueles que contestam as condições atuais por meio da articulação de propostas alternativas surgidas das próprias assembleias autoempoderadas de cidadãos que investigam, decidem e agem, sacudindo as autoridades públicas com essas mesmas alternativas. As demandas desse tipo de movimento não são para que o Estado amplie os direitos e os recursos já existentes. Ao contrário, são para que o Estado aceite a legitimidade dos direitos desenvolvidos a partir dos recursos provenientes das lutas vividas pelos próprios participantes no processo de produzir a cidade, articulados nas suas próprias assembleias políticas e abertos a uma cidade/sociedade diferente (HOLSTON, 2016, p.201 *apud* Pereira; Cunha, 2019, p.2).

A população brasileira também tem protagonizado seus movimentos. Inaugurando os protestos, em junho de 2013 uma multidão foi às ruas, motivada inicialmente pelo anúncio do aumento das tarifas de transporte coletivo em algumas capitais brasileiras. (ALMEIDA, 2013). Esse grupo, crescente, seguiu questionando a escolha do Brasil para sediar dois grandes eventos desportivos mundiais, em detrimento dos investimentos básicos direcionados às diversas mazelas perenes do país. O protagonismo juvenil e sua organização como um sistema aberto se acoplou ao uso da internet, permitindo organizar as pautas de luta contra as desigualdades sociais, como apontou Castells (2013) *apud* Moreira (2018, p. 34) “através das redes sociais, foi construída uma cadeia de apoio, a formação de grupos de discussão em tempo real e ainda a convocação para a ocupação de ruas e demais espaços públicos”.

Estes movimentos sociais insurgentes, que se organizam de maneira pouco centralizada ou descentralizada, através da constituição de redes virtuais e/ou concretas, possibilitam a ruptura com políticas públicas paternalistas, contra as hegemonias: “ao contrário do ativismo do século XX, que se dava sobre relações hierárquicas, as manifestações contemporâneas têm caráter horizontal, algo diretamente ligado ao fato de serem articuladas utilizando ferramentas *online*” (ALMEIDA, 2013, p.3). Nesse sentido se propõe a criação de contextos que permitam a autonomia dos cidadãos, “contexto nos quais os atores co-participem, permitindo que as pessoas definam o que é real para si própria e que, na condição de seres humanos sociais, possam atuar de acordo com estas definições e assumir responsabilidade por estas ações, através de acordos consensuais” (AUN, 2001, p.2).

Há também movimentos organizados por aspirantes à classe média conectada, que se reuniu em várias praças do mundo, do Cairo a Kiev, de Istambul a Teerã, de Túnis a Moscou, exigindo o direito de manifestarem sobre seu futuro e demandar um governo melhor, o que Friedman (2014) chamou de nova política e geopolítica, promovida a partir da fusão da globalização e da revolução tecnológica da informação, através das redes sociais que organizam os cidadãos, chamados de “povo da praça”, que desejam ser tratados com direitos e responsabilidades, uma espécie de terceiro partido político.

Como o autor ressalta, essas mudanças deram ao povo a capacidade de ver o que antes ele não via, e os instrumentos para colaborar e agir de maneira *bottom-up*. No entanto, ele constata que o fenômeno mais importante para se acompanhar de agora “em diante é quais serão os povos da praça que conseguirão fazer a transição da revolução para a construção – ou seja, reunir a energia e as aspirações frustradas dos seus seguidores e transformá-las em partidos, eleições e melhor governança” (FRIEDMAN, 2014, s.p.), ou seja, o povo terá capacidade de traduzir suas aspirações em partidos que concorram a eleições e deem seguimento às suas reivindicações, governando de maneira a constituírem uma verdadeira mudança? Observando-se estes eventos, a turismóloga Liliane Moreira (2018) entende que

[...] compreendemos então as ocupações como prática insurgente que se ressignificou ao longo do tempo e cuja singularidade serviu como uma tentativa de apontar a decadência de políticas econômicas e sociais no mundo, ao mesmo tempo em que despertou um forte sentido de coletividade (MOREIRA, 2018, p. 7)

A partir destes conceitos, esta pesquisa considera que as cidades têm se organizado crescentemente com seus sistemas constituindo diferentes formatos de rede, incluindo os movimentos sociais insurgentes, continuamente atuando sob fortes influências dos fenômenos contemporâneos, como a globalização, a busca pela sustentabilidade ambiental, o advento de novas tecnologias, entre outros.

De fato, o conceito de redes permite solucionar determinados problemas e entender como as mudanças e ideias acontecem de forma interconectada entre diferentes elementos dos sistemas e também reitera as relações que ocorrem entre pessoas, instituições e países, com diferentes graus de vinculação, com características variadas, incluindo a distribuição desigual de poderes e recursos mas, acima de tudo, influenciando-se mutuamente e potencialmente apresentando condições de promover mudanças necessárias na atualidade, inclusive de modificarem visões arraigadas que mantêm as supremacias econômicas, sociais, políticas e culturais, além de incrementar o protagonismo dos habitantes.

3 METODOLOGIA

Jane Jacobs (2000, p. 490), em seu livro clássico *“Morte e Vida de Grandes Cidades”* destacava que para compreender as cidades é necessário pensar sobre processos, e não sobre fatos isolados - que prescindiriam de uma contextualização adequada - além de trabalhar por indução, raciocinando do particular para o geral e, por fim, guiar-se por pistas “fora da média”, envolvendo quantidades pequenas, para que posteriormente se possa entender como funcionam quantidades maiores e mais sistemáticas do que essa “média”. Essas ideias inspiradoras vêm ao encontro do *modus operandi* desse trabalho. Em primeiro lugar, serão abordados os *processos urbanos* e suas *inter-relações*, realizando-se estudos de caso de três cidades, para sistematizar conhecimentos desses universos particulares e, posteriormente, traçar um panorama mais geral e, assim, estabelecer conexões entre diferentes dimensões urbanas, em lugar de considerar estas questões de maneira isolada.

Esta aspiração de entender diversos aspectos e particularidades das cidades e, ao mesmo tempo, sua universalidade, pretende ser realizada através desses estudos de caso, esperando-se que tragam conhecimentos sobre o conjunto urbano e que permitam a prática do pensamento complexo e sistêmico em ação.

A metodologia escolhida como marco de trabalho, o “estudo de caso”, admite que se trabalhe com o pressuposto da complexidade, coerente com a natureza do fenômeno urbano, compreendendo-se o todo a partir de seus elementos interconectados. Assim, os estudos de caso permitem abordar as cidades como sistemas abertos, acompanhar seus fluxos e dinâmicas internas e externas, além de possibilitar a inclusão contínua dos habitantes do decorrer da pesquisa e abarcar um aspecto transversal que será observado em cada cidade: seu nível de desenvolvimento sustentável. Como já mencionado, algumas das perguntas centrais foram: “como as cidades podem ser mais bem sucedidas?”, e “quais fatores podem influenciar seu processo de desenvolvimento sustentável amplo?”

Como critérios de seleção para os casos, buscaram-se cidades que estivessem enfrentando processos de transformação em suas realidades e com esse objetivo foram realizadas leituras e troca de experiências com outros pesquisadores da área, no Caderno da Prefeitura e em outros documentos (SANTA RITA, 2001; PINTO, 1991; POLO DO DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO NORTE DE MINAS, 2003), escolhendo-se três cidades mineiras. As duas hipóteses centrais que embasaram essa seleção questionam se diferentes atividades econômicas predominantes e se o grau de participação dos diferentes atores sociais em cada cidade poderia influenciar de maneira decisiva o alcance de diferentes graus de sustentabilidade ampla. Logo, se investigou se estas características teriam potencial para auxiliar ou prejudicar o processo de desenvolvimento sustentável, acreditando que distintas

atividades produtivas centrais de determinado município e diferentes graus de envolvimento dos atores sociais possam gerar diferentes resultados socioeconômicos e ambientais. Nessa perspectiva, as cidades escolhidas possuem, *a priori*, algumas características estruturais distintas pois, segundo Stake (2003, p. 243) “os casos são oportunidades de estudar os fenômenos”, considerando-se seus atributos mais relevantes.

As cidades estudadas são Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba, localizadas no estado de Minas Gerais e com população de até 100 mil habitantes. Entre suas diferenças estão sua atividade econômica predominante, ou a mais característica (agropecuária, turismo-artesanato, tecnologia e educação, respectivamente); e agentes à frente da dinamização do desenvolvimento, ou seja, as mudanças centrais observadas na sociedade se originam a partir de ações de diferentes grupos (da população, dos governantes, *bottom-up* e/ou *top-down*, ou com a participação de ambos os grupos).

Figura 25: Mapa do Estado de Minas Gerais com os três municípios estudados



Fonte: Adaptado pelo autor baseado no mapa de Minas Gerais, 2019.

De acordo com esta classificação, se apresentam algumas de suas características. Em 2010 Santa Rita do Sapucaí possuía população de aproximadamente 38.000 habitantes (IBGE, 2010). Seu processo de crescimento foi sobretudo indutivo, motivado pela própria população, com ênfase nos avanços tecnológicos e investimentos afins, iniciado com o desenvolvimento da educação contínua de seus habitantes, predominando iniciativas *bottom-up*. Nesse mesmo ano, Maria da Fé possuía cerca de 15.000 habitantes (IBGE, 2010). Sua economia era predominantemente agrícola, mas nas últimas décadas alguns grupos começaram a desenvolver o artesanato para incremento da economia, através de iniciativas tanto da população como do governo, em uma combinação de processos *bottom-up* e *top-down*. Janaúba tinha cerca de 67.000 habitantes (IBGE, 2010), também apresentando vocação agrícola e há algumas décadas vem recebendo investimentos tecnológicos na área, em um processo conduzido pela administração pública, com predomínio de processos *top-down*. A seguir, tem-se um mapa com a localização dos municípios.

Figura 26: Fotos de Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba



Fonte: Compilado pelo autor, 2021.²⁵

O processo da investigação *per se* se realizou conforme a estratégia da triangulação (DENZIN, 1978; DENZIN; LINCOLN, 2003; PATTON, 1990), que é uma espécie de “controle” para as “inclinações” teóricas do pesquisador e uma forma de “validação” da pesquisa (PATTON, 1990; TAYLOR; BOGDAN, 1984, FLICK, 2013) sendo, portanto

Um modo de se proteger das tendências do investigador e de confrontar e submeter ao controle recíproco relatos de diferentes informantes. “Bebendo” em outros tipos e fontes de dados, os observadores podem também obter uma compreensão mais profunda e clara do cenário e das pessoas estudadas (TAYLOR; BOGDAN, 1984, p.92).

Glasser e Strauss (1967 *apud* Goetz; Lecompte, 1998, p.36) concordam que “a triangulação impede que se aceite muito facilmente a validade de suas impressões iniciais (e) amplia o âmbito, densidade e clareza dos constructos desenvolvidos no curso da pesquisa”. Denzin (1978), por sua vez, identifica quatro classes de triangulação: triangulação de dados (uso em um mesmo estudo desde diferentes fontes de dados); triangulação do pesquisador (presença de vários pesquisadores); triangulação da teoria (uso de diferentes perspectivas para interpretar um conjunto de dados); e triangulação metodológica (uso de múltiplos métodos em uma investigação). Na prática, segundo Patton (1990), isso pode se traduzir em diferentes procedimentos, os quais incluem alterar as fontes de informação e as teorias, multiplicar o

²⁵ www.altinformatica.com.br, <http://uniaodaserrageral.mg.gov.br/pagina-exemplo/janauba/>

número de pesquisadores, trabalhando em equipe, e combinar métodos. Considerando a triangulação, foram utilizadas nessa pesquisa diferentes abordagens teóricas e múltiplas fontes de dados, além de se combinarem dados qualitativos e quantitativos.

Para o trabalho de campo e de acordo com os princípios da triangulação, os municípios foram visitados para a coleta de dados, incluindo a realização de entrevistas, aplicadas de acordo com os diferentes eixos temáticos, resultando na obtenção de dados qualitativos, em seguida complementados com dados quantitativos de cada um desses eixos.

3.1 A pesquisa qualitativa

A proposta dessa etapa da pesquisa foi desenvolver uma escuta cuidadosa dos habitantes nas três cidades, buscando conhecer suas perspectivas, acreditando que eles são os que melhor conhecem sua realidade – incluindo os potenciais, fragilidades, demandas e sonhos, resultando na escolha da pesquisa qualitativa como ponto de partida para a análise.

Alves (1991) aponta que o foco e o desenho dos estudos qualitativos devem emergir de um processo de indução do conhecimento do contexto e das múltiplas realidades constituídas pelos participantes, relacionando-se com o objetivo da tese de conhecer e avaliar perspectivas das várias experiências subjetivas e práticas cotidianas, a partir do estabelecimento de uma relação empática com os habitantes.

Logo, o processo qualitativo se destaca como “privilegiado” quando se pesquisam temas que possuem uma “linguagem” sobretudo de significados compartilhados coletivamente, como a construção da identidade social urbana, a maneira através da qual os habitantes se apropriam do espaço e constroem as representações sociais da cidade. Este permite entender ainda seu grau de satisfação nesse espaço e relações estabelecidas na comunidade, além de manter uma relação aberta e interativa entre teoria e prática, ou seja, a pesquisa qualitativa é “de relevância específica para o estudo das relações sociais, devido ao fato da pluralização dos mundos de vida” (FLICK, 2006, p.11 *apud* Di Masso, 2009, p.158).

Para Gaskell (2010), o objetivo da pesquisa qualitativa é proporcionar uma compreensão profunda dos valores, motivações e comportamentos de determinados grupos e indivíduos. Suas vantagens, segundo o autor, são que o pesquisador não conduz a investigação com uma série de questões predeterminadas e não impõe sua realidade aos participantes; os participantes podem falar à vontade, sem restrição de tempo sobre temas que lhe são caros, e em seus próprios termos; os temas surgem espontaneamente e o pesquisador pode obter clareza e amplitude sobre os pontos significativos do estudo. A noção de significado, desta forma, se revela central a partir da abordagem das diferentes perspectivas dos participantes, no processo de exploração de um entendimento profundo de sua esfera privada, contendo suas ideias e representações simbólicas. Bodgan e Biklen também enfatizam que

na pesquisa qualitativa os dados [...] incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotos, vídeos e outros registros oficiais [...] Os pesquisadores analisam os dados em toda a sua riqueza [...] (pois) a abordagem qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir um rastro que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo (BODGAN; BIKLEN, 1994, p.18-19)

Nesta mesma linha de raciocínio, Erikson (1986 *apud* Bodgan e Biklen, 1994, p.20) diz que “os pesquisadores estão interessados em como diferentes pessoas dão sentido a suas vidas [...] (e) se preocupam com aquilo que se designa por perspectivas participantes [...]”.

Igualmente, essa postura interpretativa buscou a construção de uma narrativa ampla, capaz de dar conta das formas simbólicas nas quais as ações sociais façam sentido, como o exame das produções significativas dos sujeitos (discursos, imagens, representações, práticas, etc.), em seus próprios contextos situacionais, sociais e históricos Alonso (1998 *apud* Di Masso, 2009). Cabe observar que os dados qualitativos se complementaram com um conjunto de dados quantitativos, para ampliar as informações obtidas em cada município, a partir de um conjunto de indicadores que posteriormente permitisse comparar as três cidades.

3.1.1 Os estudos de caso como estratégia metodológica

Como comentado, a realização dos estudos de caso se justifica por sua própria natureza, que permite uma avaliação aprofundada de determinado contexto. Segundo Denker e Da Vía (2011, p.188), nesses estudos se enfatiza a “interpretação do contexto” para análise da realidade de forma expandida, no quais podem ser utilizadas uma variedade de fontes para compreender pontos de vista díspares e mesmo conflitivos, empregando uma linguagem mais direta e reverenciando a subjetividade dos participantes.

Para Yin (2014, p.14), o estudo de caso é uma “estratégia abrangente de investigação, acertada para responder à perguntas do tipo “como” e “porque”, caracterizada como “uma estratégia de pesquisa que compreende todos os métodos, com a lógica da incorporação no desenho de aproximações específicas para a coleta de dados e suas análises” (YIN, 2014, p.13), apropriada para examinar acontecimentos contemporâneos em contextos complexos, de grande incerteza e que apresentam novas formas de funcionamento. Além disso, Di Masso sugere que

Os estudos de caso podem ter um valor *intrínseco*, *instrumental* ou *coletivo*. Um estudo de caso intrínseco está estritamente focado interiormente, não necessariamente orientado a generalizar ou enriquecer desenvolvimentos teóricos; o caso de estudo coletivo envolve um grupo de casos que são pesquisados com um propósito comum e enfocam sobre um mesmo fenômeno; e o estudo de caso instrumental é examinado principalmente para promover *insight* em algum assunto ou revisar uma generalização (DI MASSO, 2009, p.164)

De acordo com essa classificação, os estudos de caso da tese se classificam como coletivos e instrumentais, pois constituem um conjunto de pesquisas que possui o propósito de focar processos e significados, destacando-se seu caráter coletivo, para avaliar as dinâmicas urbanas e buscar compreendê-las sob a perspectiva da sustentabilidade ampla.

3.1.2 O trabalho de campo

Em cada cidade²⁶ foram realizadas “observação participante”, entrevistas, conversas informais e coleta de documentos significativos. A *observação participante* é uma técnica utilizada nas ciências sociais na qual o pesquisador compartilha com o indivíduo ou grupo pesquisado seu contexto, de forma consciente e sistemática, conhecendo de forma direta as informações que os sujeitos possuem sobre a situação social estudada, o que permite a compreensão de suas características com proximidade e profundidade, apesar do pesquisador ser um agente externo (MENDEZ, 2013).

Conforme Magalhães (2018, p.20), “a observação participante torna-se relevante por auxiliar o pesquisador a orientar seu foco de interesse e objetivos de estudo”. Durante o processo investigativo, para coletar informações o pesquisador, além de observar e interagir com os informantes, pode realizar entrevistas, gravações, fotos, revisão de documentos e fazer um diário de campo ou caderno de notas no qual escreve as impressões do vivido e observado, para organizá-las posteriormente. (MENDEZ, 2013). Assim, as visitas tiveram semelhança com o modelo etnográfico, apesar de terem sido realizadas em períodos mais curtos, mantendo-se uma atitude investigativa, baseada na imersão do pesquisador nas cidades, interagindo com seus habitantes, observando o contexto e coletando materiais, sem haver um “script” preliminar fechado.

Antes da chegada às cidades, foram registradas em um “diário de campo” algumas expectativas relativas ao trabalho. O “diário de campo, como explica Magalhães, é composto por fatos e reflexões do pesquisador, como pensamentos e impressões sobre os envolvidos e sobre o contexto, que possibilitarão o aprofundamento da investigação” (MAGALHÃES, 2018, p.20). Em seu cotidiano, buscou-se familiarizar com suas condições de vida, incluindo as políticas públicas, ofertas de lazer, cultura, alimentação, comércio, acessibilidade, entre outras, e compreender aspectos subjetivos, como as representações sociais dos habitantes, seu grau de satisfação em viver ali e particularidades que fizessem daquela população e cidade únicas.

A observação participante foi intencionalmente pensada, portanto, para captar a cultura local e seus referenciais sócio espaciais, comparando-se a realidade observada com as

²⁶ O trabalho de campo se constituiu de duas a três visitas a cada cidade, com duração aproximada de quatro dias cada, que ocorreram ao longo de três anos: em Santa Rita do Sapucaí, 2003, 2004 em Maria da Fé e 2006 em Janaúba.

apreciações subjetivas dos habitantes sobre seu bairro, cidade, trabalho, e outros aspectos. Buscou-se percorrer parte expressiva do território, incluindo caminhadas diárias, visitas às áreas rurais e espaços culturais e simbólicos de significância, indicados inicialmente pelos próprios habitantes. Dessa forma, notou-se a dinâmica própria da comunidade, os consensos e contradições vigentes, suas construções sociais, fazendo do pesquisador um espectador ativo na produção e reprodução dos significados cotidianos.

Na realização das *entrevistas qualitativas, semiestruturadas*, foram selecionados inicialmente interlocutores que possuíam conhecimentos sobre determinada área (s) da cidade, a partir de contato prévio com algumas secretarias das administrações públicas. Foi esclarecido o motivo da visita, agendando-se poucas entrevistas, nas quais os participantes indicaram novos contatos, permitindo a realização de mais entrevistas. A amostragem de entrevistados se constituiu por pessoas que detinham informações sobre os eixos analíticos, incluindo funcionários públicos, líderes comunitários e de associações diversas, empresários, educadores, alunos, entre outros. (ver a relação completa no Apêndice D)²⁷.

Segundo Flick (2013, p.77), uma amostra “deve ser uma representação minimizada da população em termos da heterogeneidade dos elementos e da representatividade das variáveis, e os seus elementos têm de ser definidos”. Nesse sentido, as particularidades de cada caso também influenciaram a escolha dos entrevistados, visando assegurar essa representatividade. Por exemplo, em uma cidade na qual o artesanato possuía grande significado, grupos de artesãos, artistas e suas associações foram contatados e na cidade onde a agricultura era significativa foram entrevistados agricultores e cooperativas agrícolas, ou seja, pretendeu-se compreender as dinâmicas específicas de cada lugar. Esse procedimento corresponde à uma *amostragem qualitativa intencional* que, conforme Andréu (2001, p.25), “não obedece a umas regras fixas, nem especifica de antemão o número de unidades a serem selecionadas”, ao contrário, se altera ao longo da pesquisa, de maneira que unidades da amostragem não previstas possam ser escolhidas para melhorar a qualidade e riqueza da informação.

As entrevistas semiestruturadas foram concebidas a partir de alguns temas, e de perguntas abertas pensadas previamente, referentes aos eixos analíticos. Como Gaskell explica, “as perguntas são quase que um convite ao entrevistado para falar longamente, com suas próprias palavras e com tempo para refletir”, porque o objetivo não é apenas conhecer suas percepções, mas entender também “as motivações, os significados e os valores que sustentam tais percepções” (GASKELL, 2007 *apud* Magalhães, 2018, p.23). Complementarmente, as entrevistas informais feitas trouxeram oportunidade de conversar

²⁷ As entrevistas aconteceram nas Prefeituras e em vários espaços de trabalho dos profissionais, como hospitais, escolas, empresas, produções rurais, comércios, entre outros.

livremente com os habitantes sobre demandas e expectativas com relação à cidade, ocorridas em hotéis, restaurantes, no comércio, enfim, no desenrolar da vida cotidiana.

Em Santa Rita do Sapucaí se realizaram aproximadamente 15 conversas informais, algumas em grupo, e 18 entrevistas semiestruturadas, somando-se cerca de 70 participantes. Em Maria da Fé foram 30 conversas informais e 20 entrevistas, que totalizaram cerca de 80 participantes e em Janaúba muitas das 35 entrevistas semiestruturadas foram feitas em grupos amplos, realizando-se 20 conversas informais com os habitantes, somando aproximadamente 250 participantes.

Na *pesquisa documental* o objetivo foi recolher o máximo de dados, permitindo estabelecer conexões entre esses e as entrevistas e conversas realizadas. De acordo com Valles (2000, p.109), “o uso de informação disponível (qualquer que seja seu caráter documental: numérico ou não numérico, elaborado ou bruto) constitui um passo obrigatório na pesquisa social em geral”. Além da revisão da literatura e das estatísticas existentes – em estudos qualitativos e quantitativos, a expressão mais característica da pesquisa documental, segundo o autor, se encontra em documentos coletados em arquivos, oficiais ou privados. A rica variedade documental é descrita por Mc Donald e Tipton

Os documentos são coisas que podemos ler e que se referem a algum aspecto do mundo social. Claramente isto inclui aquelas coisas feitas com a intenção de registrar o mundo social – os informes oficiais, por exemplo, mas também os registros privados e pessoais como cartas, diários e fotografias, os quais podem não haver sido feitos para mostrar à luz pública. No entanto, além do registro intencionado, podem existir coisas que abertamente tratem de provocar diversão, admiração, orgulho ou gozo estético – canções, edificações, estátuas, novelas – e que, no entanto, nos dizem algo sobre os valores, interesses e propósitos daqueles que as encomendaram ou o produziram. Tais criações podem ser consideradas “documentos” de uma sociedade ou grupo [...] (MC DONALD; TIPTON, 1993, p.188).

Portanto, a coleta dos documentos foi realizada a partir de inúmeras fontes, como sugere Cellard (2008, p. 298) *apud* Fávero e Centenaro (2019, p.172): “uma pessoa que deseje empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de construir um *corpus* satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes”. Foram coletados textos institucionais (informes das administrações, secretarias municipais, como planos decenais ou diretores); informes de pesquisa ou do governo (IBGE, Censo, Fundação João Pinheiro, *sites* de dados oficiais); relatórios de universidades, empresas; artigos de jornais; relatórios, informativos e *folders* de associações locais; teses; publicações científicas; vídeos, cartas, desenhos, como descrito no quadro abaixo (onde não estão incluídos os documentos oficiais do Governo, como o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, o Atlas da Educação e dados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, também utilizados nas análises dos casos).

Quadro 2: Entrevistas e documentos utilizados nos estudos de caso

Municípios	Total de entrevistas estruturadas, semi estruturadas	Total de Entrevistas Informais	Documentos Analisados
Santa Rita do Sapucaí	25	15	Textos Institucionais: 06 Publicações Científicas: 08 Desenhos e cartas: 25 Vídeo: 01 Tese: 02 Imprensa oficial: 03 Imprensa Alternativa: 02
Maria da Fé	20	30	Textos institucionais: 04 Imprensa Alternativa: 04 Outros materiais: 02
Janaúba	35 (várias realizadas em grupo)	20	Textos institucionais: 14 Imprensa Oficial: 02 Imprensa Alternativa: 03 Outros materiais: 03

Fonte: Elaborado pela autora, 2008.

Obs.: Dados quantitativos da tipologia de informações utilizada em cada estudo de caso (o quadro detalhado se encontra no apêndice D).

Outra questão importante se refere ao momento no qual se deve finalizar a pesquisa de campo. De acordo com Gaskell (2010, p.71), em uma pesquisa qualitativa há um *ponto de saturação* que se alcança quando os entrevistados começam a contar histórias, narrativas e a realizar análises similares àquelas que já foram escutadas anteriormente pelo pesquisador, o que ele chama de “saturação do sentido”, refletindo “uma confiança crescente na compreensão emergente do fenômeno, por parte do pesquisador”. Flick (2013, p.79) também aponta que “a amostragem e integração de material novo se acaba quando a ‘saturação teórica’ de uma nova categoria ou grupo de casos se alcança”, quando já não surgem temas novos. Strauss e Corbin (1998) destacam que o único critério que assegura a riqueza e a densidade explicativa e de relações teóricas entre categorias é essa saturação teórica, que finaliza o processo de coleta de dados, o que explicará a variabilidade das categorias. Essas ideias foram consideradas nos estudos, encerrados quando já se havia adquirido uma variação significativa sobre os temas estabelecidos, uma saturação dos sentidos.

Além disso, durante os trabalhos de campo, as entrevistas e encontros resultaram em cadernos de campo, posteriormente lidos e analisados, junto com os documentos coletados, sistematizando-os de acordo com os eixos analíticos.

3.2 A pesquisa quantitativa

Já os dados quantitativos, também utilizados, apresentam algumas vantagens em uma pesquisa: permitem acesso a um grande número de dados e uma leitura rápida dos fenômenos; estabelecem critérios de validação e confiabilidade mais simples e facilitam a

generalização de conclusões, caracterizando um quadro mais genérico. A partir desse enfoque, foram verificadas nos casos questões ainda em aberto ou menos estruturadas, especialmente dada a complexidade dos objetos de estudo, que trazem significados de sistematização desafiadora. Isso permitiu acessar também volumes maiores de informação e comparar sistematicamente resultados estatísticos dos casos, buscando-se resultados que posteriormente poderiam ser generalizados para outros contextos.

Por outro lado, em sua possibilidade de “ler” a realidade, envolvendo algum fator ou característica(s) do objeto que se deseja pesquisar, o indicador reduz parcialmente a realidade, perdendo-se amplitude e podendo excluir aspectos importantes da análise, o que, no entanto, é minimizado ao se utilizar conjuntamente o enfoque qualitativo e quantitativo, como já explicado sobre a triangulação. Logo, nessa pesquisa utilizou-se um conjunto de indicadores oficiais, constituindo-se uma validação complementar para os aportes da leitura. Foram escolhidos indicadores²⁸ que oferecem uma visão ampla da situação municipal²⁹:

- O IDH-M é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, divulgado pelo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, publicado a cada década;
- O IMRS, Índice Mineiro de Responsabilidade Social, é divulgado pela Fundação João Pinheiro, publicado a cada dois anos;
- O PIB, Produto Interno Bruto, divulgado pelo IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas, é publicado anualmente;
- O Índice Gini, divulgado pelo PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;
- Índices específicos, como o nível educacional da população, o percentual de nascidos vivos e outros, a partir de dados do Censo Demográfico brasileiro.

O Censo Demográfico, realizado no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, resultou em uma série desses indicadores – IDHM, IMRS, PIB, Índice GINI e outros – que são “processados” por instituições como o próprio IBGE, a Fundação João Pinheiro ou o IPEA. O Censo é realizado sempre no primeiro ano de cada década, pesquisando

²⁸ Apesar de esses serem indicadores oficiais de alto grau de confiabilidade, já existem outros que ampliam a compreensão, como aqueles utilizados para classificar as melhores cidades do mundo para se viver, da Revista *Monocle*, (BRÛLÉ; DAVIES, 2010), que inclui a avaliação de quilômetros de ciclovias disponíveis em uma cidade, qualidade do ar, vida cultural, entre outros. Já Hazel Handerson *apud* Villasante (1974), que trabalhou de maneira aprofundada sobre a questão, aponta que os índices mais comuns são exclusivamente monetários, como o PIB, a renda per capita e similares, “com o que deformam qualquer apreciação produtiva, ecológica, social”, como concorda Villasante (1974). Consequentemente, Handerson propõe indicadores de investimentos em recursos humanos para compor o “Índice de Desenvolvimento Social”: recursos humanos e produtividade (pagos ou não pagos); auto-emprego; cooperativas, etc.; comparação entre negócios civis frente aos militares; depreciação das infraestruturas construídas; qualidade ambiental, eficiência energética e outros (HANDERSON *apud* Villasante, 1974, p.58-59).

características das habitações, famílias e habitantes, no território nacional. São cadastrados todos os residentes com data de referência 31 de agosto e os dados são transmitidos por unidades da Federação e, daí, desagregados no nível das mesorregiões, microrregiões e municípios (IBGE, 2010). O IDH³⁰ e o IMRS são indicadores que dão uma visão geral da qualidade de vida da população, enquanto os outros são leituras específicas de condições de vida e eficácia dos serviços públicos ofertados. O conceito do IDH

[...] nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas [...] Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades (PNUD Brasil, 2020).

O IDH se compõe por três dimensões e, desde 2010, novas metodologias foram utilizadas para seu cálculo, sendo que cada dimensão possui subdivisões: a longevidade da população é medida pela expectativa de vida; o acesso ao conhecimento é medido pela média de anos de educação de adultos e pela expectativa de anos de escolaridade para crianças quando iniciam a vida escolar; e o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta, RNB, per capita, expressa pela paridade de compra constante (PPC), em dólar (PNUD Brasil, 2020). A combinação dessas variáveis resulta em números que variam do 0 (nenhum desenvolvimento humano) ao 1 (desenvolvimento humano total). Quanto mais perto de 1, melhor será o nível de desenvolvimento humano da localidade, que é classificada de baixo desenvolvimento com o IDH até 0,499; de médio desenvolvimento com valores entre 0,5 a 0,799 e como alto desenvolvimento com o valor acima de 0,8.

Assim, o IDH mescla indicadores de capacidade aquisitiva real, educação e saúde, buscando superar os limites do desenvolvimento dominante, apesar da força da ideologia neoliberal e dos interesses de mercado dominante (ACSERALD; LEROY, 1999), ou seja, considera o desenvolvimento econômico, mas acrescenta avaliações de educação e saúde da população, e “pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento” (PNUD Brasil, 2020).

Mesmo diante dessa perspectiva, muitas são as críticas a esse conceito. Alguns autores entendem que o IDH se torna menos representativo em países marcados pela desigualdade social, porque diante de tantas oscilações, seus valores se tornam tendenciosos e questões representativas podem ser desconsideradas. Ao mesmo tempo, como o conceito é composto

³⁰ Em 1998, Brasil foi um dos países pioneiros ao adaptar e calcular o IDH para todos os seus 5.565 municípios, com dados do Censo Demográfico, criando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em 2003 foi realizada uma nova edição, que apresentou a série histórica 1991-2000, e em 2012 o PNUD Brasil, o IPEA e a Fundação João Pinheiro passaram a adaptar a metodologia do IDH global para calcular o IDH Municipal (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro, 2013).

por muitas variáveis, torna-se um desafio para a interpretação de contextos muito desiguais, nos quais cada variável pode apresentar valores extremos e sua média inviabilizaria a visão desses extremos.

Apesar das críticas, o IDH distingue um panorama de situações socioeconômicas e pode criar efeitos positivos na mobilização de recursos, pois a partir de seus resultados se planejam políticas públicas e oferta de serviços, em especial para populações mais desprovidas de recursos. Além disso, esse é um “índice chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e, no Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal e por administrações regionais através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal”, IDH-M (PNUD Brasil, 2020), que é um ajuste metodológico do IDH Global, publicado pelo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, trazendo informações de seus municípios e estados.

A progressão do IDH brasileiro pode ser observada no gráfico abaixo, apresentando entre 1990 e 2008 um aumento considerado “consistente”, de 24%, de acordo com o relatório do PNUD, acima da média da América Latina e do Caribe, de 21% e da média global, de 22%. (BERMÚDEZ; REZENDE; MADERO, 2019). O período de 1990 a 2015 se destaca por apresentar um aumento continuado de seu valor ressaltando, no entanto, que o indicador praticamente estagnou entre os anos de 2015 a 2018, quando o IDH brasileiro foi de 0,76. Em 2017 o Brasil ocupou o 68º lugar no ranking mundial do IDH, perdendo três posições nessa lista entre 2013 e 2018. (BERMÚDEZ; REZENDE; MADERO, 2019).

Gráfico 1: Série histórica do IDH do Brasil, 1990-2018



Fonte: PNUD Brasil, 2020.

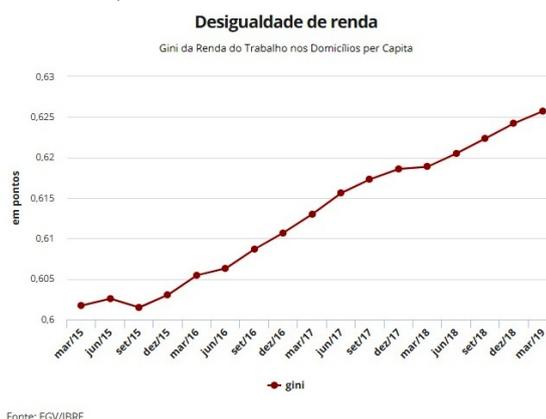
Um indicador que complementa o IDH é o Índice Mineiro de Responsabilidade Social, concebido em Minas Gerais, variando também de 0 a 1. Ele utiliza um número maior de variáveis do que o IDH, avaliando Renda e Emprego; Saúde; Educação; Habitação e Meio Ambiente; Segurança Pública; Cultura; Esportes e Lazer, Gestão (fiscal). Avaliando mais dados do que o IDH, ocorre frequentemente a diminuição do desempenho numérico do IMRS nos mesmos municípios. Em 2010, o município mineiro que apresentou maior IMRS foi Extrema, com 0,701, e o valor mais baixo foi medido em Água Boa, 0,443.

Outro índice empregado na pesquisa, o PIB municipal, é calculado pelo IPEA, bem como os ganhos totais de cada um dos seus três componentes setoriais: Indústria, Agropecuária, Comércio e Serviços, calculados com base nas estimativas dos PIBs estaduais. Os valores representam as melhores aproximações dos PIBs municipais, ainda que sejam aproximações, especialmente devido às inevitáveis deficiências apresentadas por algumas bases primárias de dados. No ano de 2010, o PIB municipal médio no Brasil foi de R\$ 780,85, enquanto o PIB médio de Minas Gerais foi de R\$ 360,40, onde o PIB mais alto foi o de Belo Horizonte, R\$ 59.229,63 e o mais baixo de Cedro do Abaeté, no valor de R\$ 9,64.

O índice concebido pelo matemático italiano GINI também foi utilizado, e mede o grau de desigualdade social de indivíduos ou grupos de população, a partir da *renda per capita* recebida, variando de 0 a 1, e quanto maior o índice, maior a desigualdade. Se calcula o percentual total de ingressos de uma região e se divide pelo percentual total de pessoas. Esse índice em países com menor desigualdade se situa perto de 0,25%, o índice em países com desigualdade média é de 0,35%, enquanto em países com desigualdade acentuada é superior ou próximo à 0,50 (INSTITUTO..., 2004).

Na série histórica iniciada em 2012, no Brasil, o Índice Gini subiu sem interrupções desde 2015 e atingiu seu maior patamar em março de 2019, 0,625, segundo o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (DESIGUALDADE..., 2019), como se observa no gráfico abaixo, sendo que em 2018 o país foi considerado o 7º mais desigual do mundo (elaborado com dados de 2017) (BERMÚDEZ; REZENDE; MADERO, 2019).

Gráfico 2: Desigualdade de renda, 2015-2019



Fonte: DESIGUALDADE..., 2019

Além desses, foram analisados outros indicadores de áreas específicas, complementando o grupo de dados quantitativos.

3.2.1 Indicadores do Instituto de Cidades Globais

Na elaboração dos eixos analíticos, temáticos, foi interessante observar que esses indicadores já citados encontram analogias com o conjunto de indicadores lançado em 2008

pelo Conselho Mundial em Dados Urbanos (WCCD), concebido para visualizar as cidades de maneira ampliada, segundo o relatório “Desenvolvimento Sustentável das Comunidades: Indicadores para Serviços Urbanos e Qualidade” (TILLIE, 2015). Em 2015, 255 cidades de 82 países integravam o grupo, constituindo o Instituto de Cidades Globais, incluindo o Brasil. Estas cidades estabelecem parcerias para a aprendizagem criativa com organizações internacionais, sócios corporativos e universidades, buscando inovações e alternativas para construir cidades melhores.

A constituição desses indicadores pelo WCCD está em seu quarto período: de 2008 a 2012 construiu-se um modelo global de dados; de 2012 a 2014 fixou-se um padrão global para os mesmos, em busca da ISO 37 120 em 20 países, através de encontros internacionais que resultaram em seu primeiro informe. Assim, a ISO 37120, Desenvolvimento Sustentável de Comunidades: Indicadores para Serviços Urbanos e Qualidade “estabeleceu um conjunto de indicadores estandardizados que trazem uma abordagem uniforme sobre o que é medido e como essa medição deve ser realizada” (TILLIE, 2015), sendo inclusivos para possibilitarem conhecimento extenso das cidades. No processo avaliativo são utilizados 100 indicadores, 46 nucleares³¹ e 54 que têm papel de “apoio”. Em 2020 eram pesquisados 17 temas em cada cidade, abrangendo os serviços e a qualidade de vida: Economia, Educação, Energia, Meio Ambiente, Finanças, Resposta à Emergências e Incêndios, Governança, Saúde, Recreação, Segurança, Habitação, Resíduos Sólidos, Inovação e Telecomunicação, Transportes, Planejamento Urbano, Águas Residuais, Água e Saneamento.

A partir de 2014 foi feita uma revisão no processo e a inclusão de novos indicadores, enfocando o “Desenvolvimento Sustentável e Resiliência nas Cidades”, a partir do aprendizado advindo de suas práticas. Em 2017 o grupo de trabalho realizou nova revisão da ISO, com o *feedback* recebido das cidades membro, baseado na fase inicial de implementação dos parâmetros, conforme a missão central de padronizar uma ferramenta de dados construídos “pelas cidades, para as cidades” e foram introduzidos dois novos standards: a ISO 37122, Indicadores para *Smart Cities* e a ISO 37123, Indicadores para Cidades Resilientes, testando-se esses novos indicadores, e contando com parcerias de organizações internacionais, empresas e academia, como a UN-Habitat, Unesco e Universidade de Toronto (GLOBAL CITIES INSTITUTE, 2018).

³¹ O tema Economia, por exemplo, se subdivide em indicadores nucleares, que são a taxa de desemprego urbano; valores de taxação das propriedades comerciais e industriais, considerando o percentual do total de valores das propriedades e porcentagem de população vivendo em condições de pobreza. Por sua vez, cada um destes três indicadores nucleares que compõem a “Economia” possuem um indicador “suporte”, como o caso da taxa de desemprego, que se complementa com o percentual de pessoas que possuem trabalho *full time*, e assim em diante. Alguns desses indicadores “secundários” têm mais de um indicador de suporte.

Figura 27: Interface do site *Global Cities Institute*



Fonte: Global Cities Institute, 2018.

Tillie (2015) defende que essa estandardização de dados, através da medida da *performance* de diferentes áreas em várias cidades do mundo, permitirá a medição comparativa entre elas e, conseqüentemente, facilitará o aprendizado sobre seus processos, além de promover a transparência desses processos e diminuir a lacuna frequente que há entre sociedade civil e governo, podendo incrementar a governança. Além disso, pode permitir aumento da eficiência orçamentária, proporcionar material analítico para Agências Internacionais e sócios corporativos, e destinar fundos para projetos e melhorias infra estruturais. Desde outro viés, a estandardização facilita a compreensão do mapa urbano, onde podem ser incluídos conjuntamente os resultados dos indicadores avaliados e possíveis soluções, projetadas em diferentes camadas, criando-se uma interface entre dados, mapas e agentes interessados.

O trabalho do WCCD serviu como inspiração para a tese e como uma espécie de validação, ao comparar-se os 17 temas centrais do *Global Cities Institute* com os eixos analíticos propostos e sua capacidade de espelhamento dos processos urbanos. Entretanto, parte desses temas ainda não é mensurada no Brasil, ou está disponível apenas para cidades de grande porte, entendendo-se ainda que alguns desses não são replicáveis a outros locais.³²

Considerando os estudos citados e os parâmetros de equidade e participação cidadã apontados pelas Nações Unidas como fundamentais para o desenvolvimento sustentável; as dimensões de sustentabilidade de Sachs (1993, 2010) discutidas a seguir, e os 17 temas nucleares apontados pelo WCCD, foram definidos os eixos analíticos mais apropriados para a análise, observando ainda as especificidades locais.

Ressalta-se também que foi analisada a evolução das três cidades entre 1991-2010, utilizando-se os dados secundários disponíveis nos anos base do Censo do IBGE e outros

³² Por exemplo, nesse conjunto há o indicador “*shelter*”, significando o número de pessoas que habitam em favelas, o que frequentemente não se aplica às cidades brasileiras de pequeno porte; o mesmo ocorrendo com o indicador “Resposta a Emergências e Incêndios”, que inexistente em cidades onde não há risco eminente desses desastres. Assim, a utilização desses dados demandaria adaptação às culturas locais. De qualquer forma, valoriza-se a amplitude do conjunto, especialmente para cidades médias e grandes, ao permitir a comparação e fácil visualização de suas fragilidades e potencialidades a partir das representações visuais dos indicadores.

indicadores, resultando em um estudo longitudinal para a compreensão dos graus de desenvolvimento sustentável urbano e, analogamente, perdas de oportunidades e entraves ao desenvolvimento. Os resultados finais foram alcançados a partir do cruzamento triangulado dos resultados adquiridos através dos métodos qualitativos e quantitativos, aproveitando-se as vantagens de ambos para a compreensão do ambiente urbano.

3.3 Eixos analíticos

Os eixos analíticos, enumerados abaixo, funcionaram como categorias para a compreensão, interpretação e comparação entre as cidades e possuem conexão direta com o quadro teórico do estudo:

- História de cidade: dados municipais e histórias orais dos habitantes, abordando também mitos, lendas e valores da cultura;
- Descrição atual da cidade: dados demográficos; crescimento populacional e outras características do contexto;
- Base física e territorial: tamanho de população; número de domicílios; porcentagem de população urbana e rural; estrutura etária;
- Visão geral do desenvolvimento, com enfoque quantitativo: análise do IDH-M e IMRS;
- Sistema econômico: atividades produtivas existentes e ocupação da mão de obra; dados da arrecadação dos impostos municipais; porcentagem de população ocupada por setores produtivos; indicadores de renda, pobreza e desigualdade; índice GINI; porcentagem de renda apropriada por grupos de população; indicadores de pobreza e indigência; acesso da população à serviços básicos e a bens de consumo;
- Sistema educacional: instituições de educação nos diferentes níveis; níveis de escolaridade; níveis de analfabetismo; projetos na área;
- Sistema desportivo, cultural e turístico: equipamentos existentes em cada área e sua organização interna; práticas desportivas ofertadas; projetos e práticas culturais; patrimônio cultural e propostas de preservação do patrimônio; ofertas de lazer;
- Sistema de saúde: estrutura ofertada; gestão; níveis de complexidade existentes; dados básicos; equipamentos e programas de saúde disponíveis; principais dificuldades; orçamentos da área;
- Sistema de transportes: meios de transportes disponíveis; fluxos da população;
- Sistema habitacional: oferta na área, déficits e programas habitacionais existentes;
- Sistema de ação social e participação cidadã: áreas de atuação; programas e bolsas ofertadas e graus de participação popular;
- Sistema ambiental: recursos naturais locais; ações e projetos desenvolvidos na área;

- Sistema de segurança pública: descrição da estrutura disponível (militar e/ou civil), projetos e principais ocorrências;
- Identidade social urbana, apropriação do espaço e representações sociais da cidade: constatadas a partir dos significados que os habitantes constroem sobre esses temas.

Destaca-se que foram acrescentados a esses eixos analíticos mais dois, estruturantes e transversais, a partir de conceitos que serão discutidos nos primeiros capítulos e pesquisados ao longo da investigação. O primeiro eixo trata dos níveis de mudança alcançados em cada caso, inspirados nas ideias de Watzlawick (1977; 1994) e medido através dos investimentos em novas atividades econômicas, do PIB per capita e de percepções subjetivas dos entrevistados e do pesquisador. Abordou-se também as singularidades das cidades, buscando entender se elas apresentam variáveis que influenciam níveis de mudança mais ou menos elaborados, de primeira, segunda ou terceira ordem. O segundo eixo é o conceito de sustentabilidade ampla, como descrito por Sachs (2010) e pela autora, observado no funcionamento dessas cidades, avaliado a partir do conjunto de variáveis pesquisado.

Quadro 3: Eixos analíticos dos estudos de caso

Eixos de Análise			
Dados demográficos, base física e indicadores de desenvolvimento	Área total urbana e rural, quantidade de habitações	Tamanho de população, população urbana e rural, estrutura de idade da população	IDH + IMRS
Sistema Econômico	Principais atividades produtivas, empresas e indústrias locais, população ocupada por setores econômicos, indicadores de renda, pobreza e desigualdade	Renda per capita, proporção de pobreza e indigência, porcentagem de renda apropriada por grupos de população, acesso a serviços básicos	Acesso a serviços básicos, acesso a bens de consumo PIB + IDH + IMRS
Sistema Educacional	Instituições de educação: ensino básico, médio e superior, programas educacionais	Níveis de escolaridade por grupos de idade de população	Índices de analfabetismo IDH + IMRS
Esportes, Cultura e Lazer	Infraestrutura, práticas desportivas ofertadas	Projetos, práticas culturais existentes, patrimônio cultural e costumes	Ofertas de lazer para a população e visitantes IMRS
Sistema de Saúde	Níveis de complexidade existentes, equipamentos de saúde locais	Indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade; evolução dos orçamentos	Oferta de serviços complementares, programas implantados IDH + IMRS
Transportes	Meios de transporte utilizados	Fluxos de população	
Sistema Habitacional	Oferta local e <i>déficits</i>	Programas habitacionais ofertados	IMRS
Sistema de Ação Social e Participação Cidadã	Áreas de atuação, programas e auxílios ofertados, associações de assistência	Dados de vulnerabilidade social, níveis de participação cidadã	Acesso a bens de consumo, capacidade de auto-organização da cidade
Sistema Ambiental	Recursos naturais	Projetos ambientais implantados	IMRS
Sistema de Segurança Pública	Graus de segurança, projetos e principais ocorrências	Ações e projetos na área	IMRS
Identidade Social Urbana, Apropriação do Espaço e Representações Sociais	Significados locais de cada conceito, segundo os habitantes		

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

3.4 Análise

Como mencionado, as abordagens teóricas foram a base para a análise dos resultados, sendo esta última realizada em duas etapas: primeiro, as três cidades foram avaliadas a partir dos

eixos temáticos e suas interseções ³³ e na segunda etapa foram feitas comparações entre elas, a partir do cruzamento dos dados e das análises individuais.

A etapa inicial foi chamada de “análise dos casos”. Em cada cidade, as entrevistas realizadas foram redatadas pelo pesquisador, em geral no momento em que ocorriam. Posteriormente as transcrições foram lidas e relidas várias vezes para adquirirem significados e traçar conexões entre elas, em um procedimento contínuo pois, segundo Alves (1991, p.60), a coleta de dados qualitativos “é um processo complexo, não linear, que implica um trabalho de redução, organização e interpretação de dados, e que já começa na fase exploratória, acompanhando toda a pesquisa em uma relação interativa com os dados empíricos”. De fato, à medida que os dados são coletados, o pesquisador identifica e relaciona temas, gerando e/ou aperfeiçoando questões, buscando novos dados que desafiem ou complementem suas interpretações, em um processo de “sintonia fina” até a análise final. Isto reflete o que foi praticado, pois as experiências vividas geraram novas hipóteses e questões. Logo, foram realizadas aproximações sucessivas no processo interativo, em que a interpretação e o foco da observação se ajustaram mutuamente.

Para a análise propriamente dita foi utilizada a técnica da “análise do conteúdo qualitativa” ³⁴, separando-se os materiais qualitativos e quantitativos em categorias, agrupando-os de acordo com os eixos analíticos. Essa análise, seguindo Olabuénaga (1996 *apud* Andréu, 2001, p.24) “se orienta a descobrir, captar e compreender uma teoria, uma explicação, um significado”, utilizada para a compreensão dos processos urbanos. Krippendorff se refere a análise de conteúdo como o

[...] conjunto de métodos e técnicas de pesquisa destinados a facilitar a descrição e interpretação sistemática dos componentes semânticos e formais de todo tipo de mensagem, e a formulação de inferências válidas acerca dos dados reunidos [...] (e essa) aparece como uma técnica adequada no campo e nas pesquisas sociais quando a pesquisa tem por objetivo a análise de símbolos, significados e mensagens, as funções que estes têm no âmbito em que se encontram, e seus efeitos (KRIPPENDORFF, 2004, s.p.).

Adicionalmente, Bardin define que a análise de conteúdo é

O conjunto de técnicas de análise das comunicações com tendência a obter indicadores (quantitativos ou não), por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, permitindo a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (contexto social) destas mensagens (BARDIN, 1996, p.32).

³³ Sempre que possível, os dados quantitativos de cada cidade analisaram temas similares, com datas e fontes iguais, buscando estabelecer-se comparações.

³⁴ Por outro lado, diz Andréu (2001), a estratégia da pesquisa quantitativa está mais orientada a contrastar, comprovar, demonstrar a existência de uma teoria previamente formulada, o que não foi o objetivo central desse trabalho. Ou seja, enquanto Krippendorff havia definido (1969, p.103 *apud* Andréu, 2001), “a análise de conteúdo quantitativa como um método válido e replicável através de inferências estatísticas a partir do texto a suas fontes e propriedades”, a análise qualitativa é “um método de análise controlado do processo de comunicação entre o texto e o contexto”.

Essa análise, então, se aplica a discursos, mensagens, textos, imagens, e se adapta à uma modalidade de métodos quali-quantitativos. As mensagens e outros conteúdos utilizados são codificados e se classificam em explícitos/manifestos ou latentes, proporcionando novos conhecimentos e uma representação dos fatos estudados. A técnica, como explica Andréu (2001, p.9) “trata de estabelecer inferências ou explicações em uma realidade dada através das mensagens comunicativas”, sendo que as inferências são deduções sobre o que existe em um texto/discurso, ou seja, o analista busca algumas conclusões “contidas” no próprio texto. Dentre as vantagens da técnica (ANDRÉU, 2001, p.23), vê-se que a análise do material é feita dentro de um *modelo de comunicação* onde se pode determinar que parte da comunicação infere sobre ambos o comunicador e o contexto, seus aspectos socioculturais, etc.; e o material é analisado passo a passo, criando *regras e procedimentos* que permitem dividi-lo em unidades de análise mais interpretáveis. Mais ainda, pesquisa e interpretação contínua do texto criam *categorias centrais de análise*, tão próximas como possível do material a ser analisado, cuidadosamente revisadas mediante os processos de “*feedback*” e triangulação, que permitem comparar os resultados com outros estudos, sob os critérios de confiabilidade e validação. Além disso, os controles sobre a qualidade da codificação permitem melhor conhecimento entre texto e contexto, e o que é mais importante, a redução de códigos na busca por teorias interpretativas.

Tratando-se da categorização analítica, Andréu (2001) propõe três formas básicas: a indutiva, que seria codificar “mergulhando-se em um documento ou situação para identificar temas ou dimensões que pareçam relevantes”; a dedutiva, na qual o pesquisador recorre à uma teoria e busca aplicar seus elementos a dimensões, variáveis, categorias; e a mista: em que se pode realizar as duas estratégias. Neste caso, a forma mista de codificação foi realizada, pois o pesquisador tanto leu várias vezes os materiais até chegar a dimensões consideradas representativas, como utilizou teorias estudadas previamente para avançar na análise.

Portanto, através das leituras cuidadosas dos cadernos de campo, documentos impressos e principais indicadores secundários, os dados foram organizados em categorias, aqui chamadas “eixos temáticos” – como macro-categorias que representaram os sistemas urbanos amplos - lidos e estudados até adquirirem coerência e significados. Paralelo à interpretação do conjunto de dados qualitativos foram padronizados os dados quantitativos, com a elaboração de gráficos e tabelas. Em seguida ocorreu uma nova rodada, que incluiu o aperfeiçoamento da análise e a busca por dados inexistentes, inclusive realizando-se novas visitas aos municípios em questão. Ressalta-se que o processo de interpretar conjuntamente dados qualitativos e quantitativos, de acordo com os princípios centrais e as vantagens da triangulação, gerou em alguns momentos versões opostas da realidade ou “vazios” informativos, e questões significativas as vezes apareciam apenas em um ou outro tipo de

visão (quali-quantitativa), incentivando novas investigações. Essa circularidade de ideais foi essencial, permitindo ao pesquisador construir suas interpretações junto com os habitantes.

Além disso, as facetas observadas se guiam pelas perspectivas do pesquisador, ou seja, sua subjetividade fica exposta na escolha das teorias, dos entrevistados e do material a ser analisado e em suas análises, demandando um exercício auto reflexivo. Sobre essa questão, poetiza Sousa Santos (2000, p. 84 *apud* Saraiva, 2000, p. 16), nossas trajetórias e valores “correm subterrânea e clandestinamente nos pressupostos não-ditos do nosso discurso científico”, ou seja, a realidade de cada um se projeta sobre o mundo, através da “objetividade entre parêntesis”, promovendo uma co-construção da realidade.

Na segunda etapa da análise fez-se leitura conjunta dos estudos de caso, permitindo a comparação de dados como tamanho de população, PIB *per capita*, remuneração média da população, esperança de vida ao nascer, analfabetismo e outros, como referências para inferir os diferentes níveis de desenvolvimento sustentável de cada cidade. Registraram-se também outras especificidades que influem no desenvolvimento, analisando a influência das variáveis que participaram da escolha dos municípios: os graus de participação dos diferentes atores no processo e os setores econômicos predominantes em cada localidade. Segundo Potter e Wetherell (1987, p.171 *apud* Di Masso, 2009, p.174), a “fecundidade” da atividade analítica encontra-se no “âmbito de aplicação de um regime analítico que serve para dar sentido a novos tipos de discurso e gerar explicações inovadoras”, buscado no processo comparativo.

3.5 Validação e limites metodológicos

Complementando, faz-se pertinente abordar questões de confiabilidade, validação e limites metodológicos, especialmente nos estudos de caso, que revelam realidades complexas e repletas de cargas simbólicas e subjetivas.

A fiabilidade/confiabilidade representa a consistência na medição; significa que um instrumento deve medir sempre o mesmo, ao ser utilizado em condições similares. De acordo com Goetz e LeCompte (1988), a confiabilidade representa o nível de concordância interpretativa entre diferentes observações, avaliadores ou juízes do mesmo fenômeno e pode se dividir em dois tipos: a confiabilidade externa, entendendo se um pesquisador independente descobriria os mesmos fenômenos ou constructos em um cenário igual ou outro similar, alcançando-se resultados próximos. Segundo, a confiabilidade interna se evidencia quando vários pesquisadores, estudando a mesma situação ou objeto, alcançam conclusões similares, pois o consenso eleva a credibilidade dos fenômenos estudados. Por sua vez, Arrelano (1998 *apud* Arzaluz, 2005) explica os conceitos de validação para um estudo de caso. A validação interna se assemelha à credibilidade, no sentido de haver uma semelhança entre as ideias construídas pelos participantes do processo e as reconstruções do

pesquisador atribuídas à essa visão. Na tese, alguns entrevistados reconheceram as observações do pesquisador como autênticas, como representações legítimas de suas próprias perspectivas. A validação externa é equivalente à transferibilidade, significando a possibilidade de extensão dos resultados a outros grupos e populações, pois estes devem ser suficientes para estabelecer paralelos entre diferentes cenários e aplicar os resultados à realidades análogas.

Entre as medidas para incrementar a confiabilidade das fontes, Stake (2003, p. 241) e outros autores recomendam o uso da triangulação, “considerada um processo de uso de múltiplas percepções para clarificar significados, verificando a repetição de observações ou interpretações”, como realizado nessa pesquisa. Além disso, Yin (2014) entende que para validar-se um estudo de caso devem ser utilizadas múltiplas fontes de evidência e a utilização de interlocutores que revisem o relatório de pesquisa, enquanto para a construção da confiabilidade ele sugere desenvolver uma base de dados do estudo. Essas sugestões foram seguidas na tese, buscando-se uma amplitude de fontes de informação, a constituição de uma base de dados para cada município, após as visitas, e o envio das interpretações preliminares para alguns entrevistados, permitindo possíveis mudanças e comentários adicionais.

Ressalta-se que os estudos ocorreram em determinados momentos, “congelando” realidades que, de fato, estão em constante transformação. As “fotos” tiradas em geral não apreendem o fluxo dos acontecimentos e, como diz Arzaluz (2005), são o resultado apenas de “um momento conjuntural”, o que pretende ser minimizado com o caráter longitudinal do processo.

Por fim, entende-se que a tese apresenta dois níveis de proposições: um no qual os conteúdos teórico-práticos são estudados e formam parte sistemática da análise, com o objetivo de traçar novos paralelos e descobertas relativas às mudanças e as cidades sustentáveis e os seres humanos; e outro nível, que reflete a própria prática da elaboração da tese, buscando comprovar a possibilidade de se trabalhar com um volume expressivo de disciplinas e variáveis interconectadas.

4 AS CIDADES E OS SERES HUMANOS

4.1 Breve história das cidades

Será a cidade uma habitação natural, como uma concha do caracol, ou um artefato humano deliberado, ou uma invenção específica que surgiu em um ou mais lugares sob a influência de convicções ideológicas urbanas e pressões econômicas?

Lewis Mumford apud Johnson (2003, p.197)

A cidade em seus primórdios era primitiva e sem organização definida, e sua configuração foi se transformando com a passagem dos séculos, mas “desde suas origens o homem buscou no agrupamento coletivo o modo mais propício de buscar sustento, segurança e alojamento” (BLANCHANT, 1986 *apud* ARÍS, 2000, p.7), ou seja, ela sempre teve uma ou mais funções que serviam aos interesses dos habitantes de cada época, apresentando diferenças em suas estruturas construtivas e espaciais.

Para se compreender melhor essa trajetória, é importante observar a história, começada a cerca de 3.500 a.C., na Mesopotâmia, a partir dos grupos de indivíduos que trabalhavam na agricultura e viviam em comunidade. O território das cidades não era muito grande e nem havia grande densidade populacional (BENÉVOLO, 1999). Houve também as cidades egípcias, da Grécia antiga e aquelas romanas, cada qual com suas particularidades e ocupação territorial conforme suas características socioculturais, políticas e econômicas³⁵. Vários descobrimentos fundamentais aconteceram a partir desse período, como a roda, a astronomia, a matemática, a criação da escola e a concepção das primeiras leis. A antiguidade trouxe contribuições importantes, como as influências egípcias, as cidades retilíneas do norte da África, *Kairouan*, as cidades sagradas da Índia, as cidades romanas do Império e outros vestígios ou unidades históricas intactas [...] (BENÉVOLO, 1999).

Segundo Le Corbusier (1961, p.84), a estrutura antiga revelava duas espécies de acontecimentos na formação das cidades: o agrupamento progressivo, aleatório, a partir de um fenômeno de estratificação lenta e, posteriormente, uma força de atração adquirida, crescente, força centrífuga, como ocorreu com Roma, Paris, Londres ou Berlim; e a construção de uma cidade que nasceu de um programa, uma vontade ou de uma ciência adquirida, como Pequim, as cidades forte antes do Renascimento ou as cidades colonizadoras romanas, que foram erigidas nos países bárbaros.

³⁵ Para informações aprofundadas, consultar o livro de Leonardo Benévolo, *História da Cidade* (1999).

Figura 28: Cidade militar do Renascimento, Palmanova

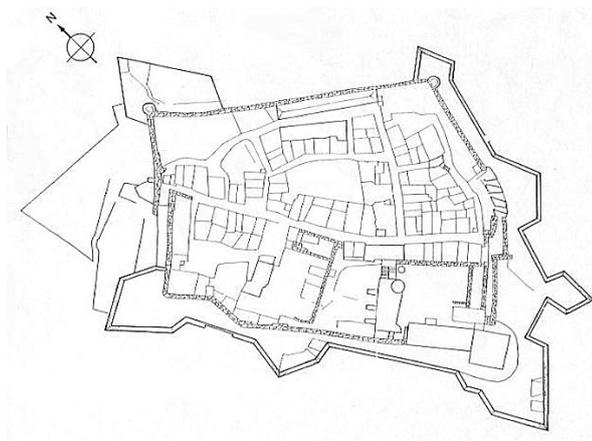


Fonte: Le Corbusier, 1961, p.83.

Assim, algumas surgiram através de um crescimento lento e aleatório até adquirirem uma força atrativa e outras foram pensadas e planejadas. Iberall (JOHNSON, 2003, p.194), em vez de conceber as transições dos agrupamentos – de caçadores para agricultores e depois para habitantes das cidades, representando um avanço linear de progresso, entende o processo como o cruzamento de bifurcações críticas não lineares. As mudanças de estágio apenas ocorrem, segundo ele, quando o agrupamento alcança uma massa crítica em termos de densidade de assentamento, quantidade de energia consumida ou, ainda, em intensidade de interações. Portanto, possivelmente as cidades que prosperaram tiveram maior concentração de energia ou interações, mas desde o início sua criação apresentava algumas características inéditas, pois os habitantes das aldeias se uniam para resolver problemas.

A destruição do corporativismo e a afluência de mão de obra do campo à cidade e sua consequente concentração em determinados centros constituíram condições favoráveis para o crescimento urbano. (ANDRÉS, 1932). Outro fato significativo foi a intensificação no fluxo de energia, promovendo transformações: “quando as comunidades intensificaram sua produção até o ponto de colher, armazenar e redistribuir o excesso, a humanidade alcançou um estado de cristalização [...] de seus conhecimentos e práticas” (ANDRÉS, 1932). Desta forma, o burgo medieval se converteu no centro das relações comerciais amplas e dos grandes grupos de população, que viviam principalmente da atividade comercial e industrial. Outras premissas para o desenvolvimento das cidades foram a emergência de um mercado, a monetização da economia, as facilidades de mobilidade social e a adequação entre a oferta e demanda de pessoal qualificado, além da concentração de volume de produções artesanais e industriais, estabelecendo-se relações com as regiões circundantes (ANDRÉS, 1932).

Figura 29: Desenho “planta do burgo medieval”



Fonte: Desenho³⁶.

O modelo da cidade que tem similaridade com sua forma moderna, surgiu na Idade Média, nas origens do próprio capitalismo produtivo, quando a divisão social do trabalho criou premissas necessárias para seu surgimento, resultado do progresso da produtividade agrícola. Esse foi também espaço para as inovações e difusões tecnológicas, como a emergência da bússola, dos óculos, da pólvora, entre inúmeras outras. Essa nova forma de vida foi o que permitiu haver a competitividade de produtos e não ao contrário, ou seja, a premissa de acumulação como base para “novos valores” trouxe importância aos produtos, promovendo uma competitividade crescente. Durante o período medieval, alguns agrupamentos que existiam perderam população e desapareceram. Depois da queda do Império Romano, foram quase mil anos nos quais as cidades europeias se retraíram para os castelos e fortalezas, com grande parte de sua população disseminada no campo, até que aconteceu um novo despertar, progressivo, no século XII. A princípios do novo milênio, em 1.000 d.C., surgiram várias cidades com populações de aproximadamente 10 mil habitantes, como Veneza ou Trieste³⁷ que, com o tempo, formaram uma rede de cidades com estrutura estável (JOHNSON, 2003).

Posteriormente, as rotas marítimas – mais importantes que as terrestres naquele momento, cruzavam a futura Europa³⁸, se estendendo pelos mares Adriático e Tirreno, sob o poder veneziano e a hegemonia genovesa e expandindo as ocupações dos territórios. Como ressaltaram Teixeira e Amorim (2000, s.p.) ocorreu “uma relação visceral entre as fases de

³⁶ www.alentejodigital.pt/arqueologiacv.mapas.htm.

³⁷ Johnson (2003) observou que essas cidades europeias tradicionais do século XII e XIII aconteceram sem um objetivo aparente, à exceção de cidades planejadas conforme a imagem do Estado, como Washington, D.C. nos Estados Unidos da América.

³⁸ Para se constatar as diferenças alcançadas em um período muito curto, na época de Luís XIV, no século XIV, uma entre cada quatro crianças não chegava aos cinco anos de idade e a mortalidade de adultos também era enorme. A união entre duas pessoas durava cerca de 15 anos. A isso se somava as altas taxas de mortalidade devido as pestes frequentes naquele momento. Se estima que em período de três anos (1348-1350) a peste negra eliminou um quarto, ou talvez um terço da população europeia. Consequentemente, as populações eram muito fatalistas e se preocupavam muito com essas epidemias (DELUMEAU, 2004, p.108).

esplendor de sucessivas civilizações do passado e o adequado uso de tipos de transportes predominantes nas respectivas eras”, refletindo a constatação de que desde a antiguidade a intensa navegação do Mediterrâneo impulsionou o desenvolvimento das civilizações fenícias, gregas e romanas em suas respectivas épocas.

No final do século XVII o absolutismo trouxe novas mudanças: nas cidades europeias se construíram grandes palácios, vastos jardins e praças. Como relatou Le Corbusier (1961), “as épocas semearam sucessivamente os marcos da arquitetura: a Santa Maria del Fiori, em Florença, as ornamentações de mármore, em Veneza, os Partenons, as Catedrais”, monumentos que representavam a evolução arquitetônica e das próprias cidades.

Figura 30: *Petronotis Acropolis Parthenon*



Fonte: Foto, 2004³⁹.

Nos séculos XVII e XVIII, o chamado “século das luzes” – Iluminismo foi um movimento cultural e intelectual que defendeu o uso da razão contra o antigo regime, e maior liberdade econômica e política, trazendo progressos nos campos científicos, na física, na filosofia, na biologia e nas artes. Por sua vez, os intelectuais desejavam aprender e transmitir seus conhecimentos. Esse período significou também o rompimento com o modelo urbano tradicional e a cidade industrial oitocentista terminou com a separação entre vivenda e trabalho, a partir de suas vivendas multifamiliares, separação da cidade do espaço livre natural e piora das condições de habitabilidade, apontou Arís (2000). As atividades produtivas de transformação passaram a ocupar parte importante do território e a requererem grande número de operários, atraindo uma parcela dos agricultores para as cidades. Conseqüentemente, os sistemas de transporte e as vias de acesso tiveram que ser pensadas e planejadas como aporte da estrutura urbana. Surgiu, assim, uma rede de cidades que se manteve até que aconteceu uma grande transformação no século XIX, com o surgimento da cidade industrial, relacionada à uma intensificação do fluxo de energia, que já vinha impulsionando o crescimento urbano a partir de 1800 (JOHNSON, 2003, p.82).

39 http://www.fulbright.org/conference/2004/photos/Petronotis_Acropolis_Parthenon

Pode-se notar, portanto, que apesar das primeiras formas de cidade datarem de aproximadamente 3.500 a.C. e começarem a se estruturar na Idade Média, o fenômeno urbano expressivo somente se manifestou a partir da primeira metade do século XIX, reforçando que a urbanização é um fenômeno recente, sendo que a maioria da população urbana no Ocidente despontou depois de 1950 (SJOBORG, 1972, p.55-56), e a vivência do modelo de cidade similar ao atual é muito recente, tem apenas uns 250 anos.

Antes militares, as cidades se converteram em centros de atividades artesanais e comerciais, devido ao crescimento econômico que resultou, ainda, na ampliação territorial. Nesse momento ainda não havia separação entre as casas e as ruas. As cidades surgiam, em geral, em espaços vazios, sem uma lógica interna, ou seja, formando um sistema frequentemente caótico e desprovido de planejamento. Assim, salvo raras exceções, as cidades são “mais a marca do comportamento coletivo que o resultado de planejadores. Elas são a soma de milhares de interações locais: agrupamento, participação, comercialização – todas as atividades díspares que se misturam na totalidade da vida urbana” (JOHNSON, 2003, p.80).

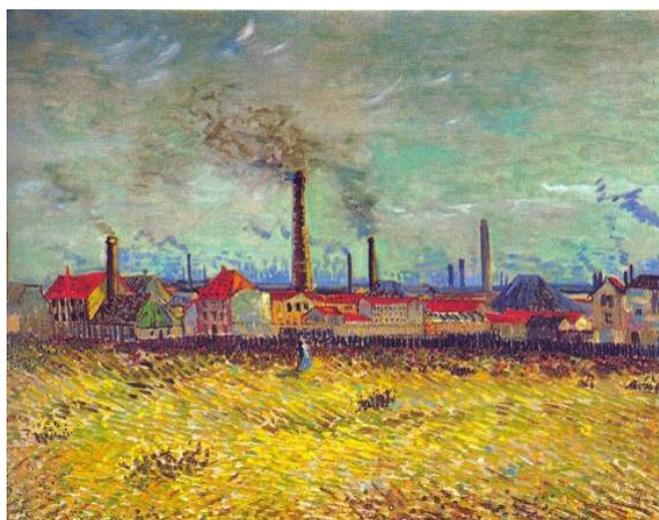
Desde outra perspectiva, observa-se que até o ano de 1.500 o poder da religião dominava, resultando que as questões de “cunho terreno” deveriam se submeter à avaliação e julgamento dos poderes divinos, incluindo as formulações legais. A partir desse período, no entanto, o poder da Igreja começou a diminuir gradualmente e emergiu, em seu lugar, o estado-nação, acontecendo um deslocamento da esfera de poder para si. Novos conceitos e julgamentos fundamentais, antes inibidos sob o jugo das religiões, despontaram e se tornaram novas “verdades”. Se afirmaram as línguas nacionais, a ciência moderna baseada no empirismo, a medição do tempo, o conceito de “indivíduo”, ou seja, uma série de formas inéditas de vivências no mundo e de organização social marcaram a vida até os anos 1950. Considerando uma visão macroeconômica, o colonialismo forneceu grandes quantidades de matéria-prima e ouro aos países hegemônicos como Espanha, Portugal, Inglaterra e Holanda, promovendo a acumulação primária de bens.

Além disso, a Revolução Francesa (1789-1799) e a Revolução Americana (1765-1783) promoveram a emergência das novas classes sociais, antes oprimidas, e a burguesia ascendeu, passando a liderar diversas nações. Houve aumento crescente da oposição campo-cidade, aumentando-se a população urbana de maneira inédita. Ao lado dos bairros burgueses surgiram bairros da classe trabalhadora, sem infraestrutura e espaço suficientes. (ANDRÉS, 1932). Esse aumento populacional impulsionou a produção em diversos setores, para atender às demandas crescentes de um grupo exigente de consumidores, os burgueses. Assim surgiram novas formas de organização da vida ao redor das fábricas, destacando-se a exploração de novos potenciais energéticos e o surgimento de um grande conjunto de

invenções, como as novas tecnologias que fizeram parte da Segunda Revolução Industrial, iniciada no século XIX.

Nesse período surgiu o movimento modernista na arquitetura, buscando reestabelecer “uma relação equilibrada entre edificação e espaço livre”, para restaurar algumas condições da vida urbana que haviam se degradado com a cidade industrial (ARÍS, 2000, p.20), o que se discutirá mais no tema Arquitetura e Urbanismo.

Figura 31: Fábricas em Asnières vista del Casi de Clichy, Paris, Verão de 1887, Vicent Van Gogh



Fonte: WALTHER; METZGER, 2006, p.253.

Simultaneamente, iniciou-se a primazia da razão, inspirada nas ideias racionalistas, que tiveram René Descartes como seu principal defensor, que formulou o clássico pensamento filosófico *cogito, ergo sum*, em latim, significando “penso, logo existo”. Dessa forma, o ser humano, antes dedicado a uma vida religiosa de cunho fatalista, passou a acreditar na razão como central no desenvolvimento de sua existência, confiando em sua capacidade de pensar como superior à outras formas de relação. Além dessa forte ruptura no pensamento dominante, o período da Revolução Industrial acarretou transformações fundamentais em muitas características sociais, responsável por transformações cotidianas sem precedentes. No século XIX, surgiu uma extensa rede ferroviária na Europa e em outros continentes, promovendo crescimento e valorização das cidades. Naquele momento, notava-se que

uma grande maioria das cidades cumpria sua função dentro do modo produtivo industrial capitalista [...] pois consegue reunir, em pontos reduzidos do espaço, as fábricas, os trabalhadores, o comércio, os consumidores, etc. permitindo que, em curtos espaços de tempo, se completem e se realizem todas as etapas do processo produtivo. (PEREIRA, 1988 *apud* Rotta, 1999, p.113).

Esse fato transformou a vida dos trabalhadores em geral que, antes acostumados a trabalhar na agricultura e em oficinas domésticas, precisaram reorganizar sua vida ao redor da fábrica, onde passavam horas do dia sem contato com o mundo exterior ou com sua família.

Figura 32: Indústria em São Paulo



Fonte: SEBRAE SP, s.d., p.6.

Com a standardização e a especialização crescente das sociedades industriais, a cidade também se especializou, estruturando-se em bairros residenciais, zonas industriais produtivas, um centro comercial, estabelecendo-se uma cidade funcional, ainda que fortemente estratificada. A expansão populacional foi outro fenômeno expressivo na passagem do século XIX, como visto no quadro abaixo, no qual as populações cresceram exponencialmente, impulsionando as grandes urbanizações europeias. Em cento e dez anos, as populações de Paris, Londres, Berlim e Nova York apresentaram elevações singulares, como Londres, que passou de 800.000 habitantes, em 1800 para 7.200.00, em 1910.

Quadro 4: Quadro de densidade populacional em algumas cidades, 1800, 1880 e 1910

	1800	1880	1910
Paris	647.000	2.200.000	3.000.000
Londres	800.000	3.800.000	7.200.000
Berlim	182.000	1.840.000	3.400.000
Nova York	60.000	2.800.000	4.500.000

Fonte: Le Corbusier, 1961, p.86.

Ainda que tenham sido realizadas algumas urbanizações anteriores nos países europeus, grande parcela do seu território foi ocupada, em sua maioria, de maneira desordenada, uma preocupação em geral recente do mundo ocidental. Logo, o planejamento urbano começou a ocorrer nos países mais antigos, enquanto em boa parte dos países jovens e colonizados a ocupação foi realizada pelos colonizadores de forma casual, priorizando-se os ganhos econômicos, o que promoveu graves problemas estruturais⁴⁰. As cidades continuaram crescendo ininterruptamente, de acordo com as premissas capitalistas de acúmulo de bens e geração de receitas através do consumo e com afluxo crescente de populações rurais, se afirmando como um novo espaço de vida. (ANDRÉS, 1932). Houve algumas particularidades

⁴⁰ Na maioria das cidades brasileiras fenômenos como o êxodo rural – em especial entre os anos 40 e 70 – a especulação imobiliária, a verticalização exacerbada, a ausência de sistemas efetivos de transportes e o trânsito desordenado são alguns dos problemas historicamente constituídos. A falta de planejamento pode ser interpretada especialmente como herança do processo colonizador, a partir do imediatismo para alcance do crescimento econômico, ignorando-se um processo racional de ocupação do território.

nesse processo como, por exemplo, as civilizações litorâneas constituídas na América, formadas em função da navegação marítima, como Nova York, Salvador, Buenos Aires e São Francisco; e aquelas “melhor localizadas como ‘nós’ de penetração foram as que mais floresceram no período” (TEIXEIRA; AMORIM, 2000, s.p.).

Figura 33: Fotos do Porto de São Francisco, EUA, em dois momentos



Fonte: Compilação do autor, 2021.⁴¹

No final do século XIX, o crescimento urbano se acentuou especialmente em países industriais jovens, ao mesmo tempo estabilizando-se nos países antigos. (ANDRÉS, 1932). A maioria da população mundial ainda vivia no campo, substituição que passou a ocorrer em vários países a partir da segunda metade do século XX: em 1950, mais de dois terços da população mundial vivia nas áreas rurais mas, “pela primeira vez na história, nesse ano, a população urbana a nível mundial excederá em número a que vive nas áreas rurais (Nações Unidas Brasil, 2018).

4.2 Cidades contemporâneas

Potencialmente, a cidade é em si o símbolo poderoso de uma sociedade complexa
Kevin Lynch (1997, p.5)

Passagem de século: o século XX trouxe para a humanidade inovações permanentes, promovendo um ritmo de mudanças nunca vivido até aquele período. Na leitura do historiador britânico Eric Hobsbawn (1995), o “curto século XX” pode ser separado em três fases: a primeira vai de 1914 até antes da Segunda Guerra Mundial, denominada por ele como a “Idade da Catástrofe”, caracterizada por muitas calamidades. Se seguiu então um período de aproximadamente vinte ou trinta anos que ele chamou de a “Era Dourada”: “pela primeira vez na história foi criada uma economia mundial singular, crescentemente integrada e universal, operando além das fronteiras do estado (‘transnacionalmente’) e, conseqüentemente, também crescentemente através das fronteiras ideológicas do estado” (HOBSBAWN, 1995, p.11-12). As transformações econômicas, sociais e culturais são descritas por ele como as mais rápidas e fundamentais na história humana, tão profundas como irreversíveis,

⁴¹ www.pbs.org; www.judah.webanalyticsdemystified.com

provocando rupturas entre passado e presente e a perda de tradições e valores fundamentais para os seres humanos. (HOBBSAWN, 1995).

Assim, na leitura de vários estudiosos, a humanidade se encontra no período da pós-modernidade, como defendido pelo sociólogo italiano Domenico De Masi, Alain Touraine, David Harvey, Alvin Tofler, Daniel Bell, entre outros, que enfocam, cada qual a seu modo, temas diversos como o protagonismo adquirido pelo setor terciário em vários países, representando uma mudança da produção de bens para a produção de serviços.

O sociólogo inglês Anthony Giddens (1990) enfatizou que o século XX promoveu as transformações mais marcantes da humanidade, chamando-lhe de “era da violência”, devido às guerras travadas internamente e entre países, e à própria violência mundial cotidiana. Considerando esse contexto, De Masi (2000) defende que vivemos um momento marcado por uma mudança de paradigma. Segundo o autor (DE MASI, 2000), isso ocorre quando três inovações coincidem: o surgimento de novas fontes energética, novas divisões de trabalho e novas divisões de poder caracterizando, simultaneamente, um salto de época, como poucos na história humana. Ele entende que isso acontece precisamente quando as mudanças incidem sobre todos os aspectos de cada sistema social. Esses sistemas são compostos pelos “elementos de base”, representados pela população, pelo território e suas respectivas mudanças, que constituem uma nação; os elementos estruturais, que são como um esqueleto, e representam a destruição do trabalho e da riqueza, como os empregados ou desempregados, os pobres e ricos, junto aos setores econômicos predominantes; e os elementos super estruturais, que se relacionam como a distribuição de poder, os sistemas eleitorais, o poder das elites formais e informais (composta por artistas, líderes religiosos, professores universitários e outros); os elementos culturais, divididos entre a cultura ideal de um povo (língua, ideologias), a cultura material (bens em geral) e a cultura social (costumes, tradições, inovações, modas, usos); e o elemento que é uma integração entre os fatores de solidariedade ou conflito, como as religiões, as disputas de sexos, gerações, entre outras.

Para De Masi (2000), esse salto ocorrido revela mudanças como as recentes preocupações ecológicas, à uma valorização do tempo livre e à primazia do “conhecimento”, além do surgimento da noção de uma “aldeia global”⁴², a partir dos desenvolvimentos tecnológicos recentes, entre outros fatos relevantes do século XXI. O cientista social português Boaventura de Souza Santos (2005)⁴³ também utiliza da mesma denominação que De Masi para denominar o momento atual como pós moderno, e anseia para a construção de uma prática

⁴² O termo “aldeia global” foi cunhado na década de 1960 pelo filósofo canadense Herbert Marshall McLuhan, para expressar que as novas tecnologias podem encurtar distâncias e o progresso tecnológico tende a reduzir o planeta a uma situação similar à uma aldeia, onde todos estariam interligados, de alguma maneira. (SOPRANA, 2017)

⁴³ Entrevista do sociólogo português Boaventura de Souza Santos no Programa Milênio, Globo News, exibido em fev. 2005.

política comprometida, na qual as pessoas saibam lutar por seus ideais, similar ao acontecido durante a Revolução Francesa, para a retomada dos ideais de fraternidade, igualdade e liberdade que seguem sendo necessidades atuais da humanidade.

Essa visão é compartilhada pelo sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman (1999, 2007, 2015⁴⁴, 2016, 2017), entendendo que o século XXI, da sociedade pós industrial, vem apresentando características bastante distintas do século XIX, onde a modernidade "sólida" era caracterizada por grande otimismo, pois em função do desenvolvimento da ciência e das tecnologias era possível "refazer o mundo", em uma relação despreocupada com a realidade, que estava ali para ser "reciclada, melhorada". Enquanto no período da Revolução Industrial o sonho era ver os trabalhadores satisfeitos, trabalhando nas fábricas, o século XXI traz a sociedade do consumismo, a cultura do imediatismo e da individualização, na identificação da visão de felicidade com o aumento do consumo, e em termos das sociedades, com o uso indefinido dos recursos para interesses próprios, como proferiu Bauman (MILÊNIO, 2017).

Nesse sentido, Bauman (2009, 2015) constatou uma série de "novidades" que se conectam nos tempos recentes, especialmente na parte dita "desenvolvida" do planeta, trazendo uma série de desafios inéditos, "em condições de incerteza endêmica". Primeiro Bauman descreveu uma mudança fundamental, que é a passagem da fase "sólida" da modernidade para a fase "líquida", ou seja, se passa "à uma condição em que as formas sociais [...] já não podem (nem se espera que possam) manter sua forma por mais tempo, porque se decompõem e se derretem antes que haja o tempo necessário para assumi-las e, uma vez assumidas, ocupar o lugar designado a elas" (BAUMAN, 2007, p.7). Outra novidade é a separação entre poder e política, que estavam juntos desde o início do estado moderno, acontecendo um deslocamento recente de poder para o espaço global, tornando-se "politicamente incontrolável". Em terceiro lugar, ocorre uma supressão gradual ou diminuição dos seguros públicos, garantidos anteriormente pelo Estado e que, atualmente, vem "minando os fundamentos da solidariedade social", ou seja, houve uma diminuição do poder do estado, deixando nas "mãos de indivíduos a busca, a detecção e a prática de soluções individuais a problemas originados pela sociedade [...]" (BAUMAN, 2007, p.25). A quarta novidade seria o "colapso do pensamento, da planificação e da ação a longo prazo", gerando fragmentação entre as experiências passadas e futuras e, em quinto lugar, ocorre uma responsabilização dos indivíduos sobre as dúvidas que se constituem devido à circunstâncias constantemente cambiantes, transformando a relevância da virtude anterior de conformidade às normas para a valorização da flexibilidade, que agora deve ser contínua, apesar de ter o potencial para gerar abandonos de compromissos e lealdades (BAUMAN, 2007, p.8-10).

⁴⁴ Entrevista Milênio, Globo News: Zygmunt Bauman, A Modernidade Líquida, exibida em 17 jan. 2015 (MILÊNIO, 2015).

Dessa forma, estamos em um estado que ele chamou de "interregno", "entre o não mais e o ainda não, numa inter-relação sem fim" (BAUMAN, 2016, p.129), representando um período de transição ainda indefinido: deixamos para trás os modelos anteriores, mas ainda não houve a definição de um novo modelo, e os que existem se mostram insuficientes diante dos problemas, ampliando-se a incerteza nas cidades com relação ao futuro, "fragilidade da posição social e insegurança existencial" característica da vida no mundo da modernidade líquida (BAUMAN, 2009, p.111), como explicita Bauman

[...] todas as maneiras como nós aprendemos a lidar com os desafios da realidade, elas não funcionam mais adequadamente. As instituições de ações coletivas, nosso sistema político, nosso sistema partidário, a forma de organizar a vida de cada um, as relações com outras pessoas, todas essas formas aprendidas de sobreviver no mundo não funcionam mais adequadamente. Mas as novas formas que poderiam substituí-las ainda estão na fase do desenho. Nós não temos visão de longo prazo e nossas ações consistem principalmente em reagir à crise mais recente. Mas as crises também estão mudando, também são líquidas, elas vêm e vão, uma é substituída por outra, as manchetes de hoje são toda história amanhã, as próximas manchetes estão enfrentando as velhas manchetes a partir da memória, então ... turbulência, turbulência, turbulência (MILÊNIO, 2017⁴⁵)

Logo, o estado de *interregno* traz uma série de desafios e incertezas para os indivíduos. No livro *Babel*, Bauman e o jornalista e escritor italiano Ezio Mauro abordam a crise econômica, política e da democracia, apontando que as duas primeiras crises afetam todos os aspectos da condição humana e promovem um processo de segurança e liberdade sempre incompletos. Como uma das possibilidades de resgate à democracia está à capacidade de olhar, pensar e agir de maneira coletiva (BAUMAN; MAURO, 2016, p.24). Além disso, diante dessa torre de Babel em que a sociedade se encontra, fragmentada, que à despeito da hiperconectividade tem trazido solidão para as pessoas, em uma espécie de "vazio social", o que resta, segundo os autores, é o diálogo, aquele que lhes permitem saírem enriquecidas. (BAUMAN; MAURO, 2016).

Levando em conta o momento da pós modernidade e, especificamente, o estado de interregno nomeado por Bauman, o meio urbano cresce de forma ininterrupta, recebendo afluxo crescente de populações rurais no qual, desde 2017, vive mais da metade da população mundial⁴⁶, o que converte as cidades em centros de poder e decisões sobre o futuro comum. Aguilar (2007) sugere alguns elementos característicos desse ambiente urbano. Inicialmente, ele é definido amiúde como sendo oposto ao ambiente rural, com várias dimensões contrastantes, como refletido na oposição da produção agrícola à produção industrial, que possuem diferentes formas de organização do trabalho e racionalidades distintas. A própria

⁴⁵ Entrevista de Zigmunt Bauman no Programa Millenium, Globo News, exibido em 02 jul. 2017 (MILÊNIO, 2017).

⁴⁶ Segundo projeção do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos, UN-Habitat, em 2030 os cidadãos urbanos serão dois terços da população mundial. Na América Latina e Caribe se projeta para 2025 o índice de habitantes nas cidades ao redor de 83% do total, diante dos atuais 78% (VIEIRA, 2009).

relação campo-cidade é também uma relação de desigualdade-dependência e os modos de vida em ambas se contrastam, ainda que essa aparente

[...] dualidade modo de vida urbano/modo de vida rural seja difícil de se manter em estado puro diante de uma sociedade predominantemente urbana; a uniformidade ditada pelos meios de comunicação, a homogeneização diante do consumo possível ou real, o domínio de certas formas de controle político, tendem a diminuir a distância entre ambos os polos (AGUILAR, 2007, p.406)

Ainda assim, através da preservação de certas práticas é possível manter o rural como um momento de alteridade do urbano, o que talvez seja desejável. Outra característica do urbano, diz Aguilar (2007), é a concentração de múltiplas atividades em um mesmo espaço, ainda que não todas sejam dependentes da díade produção-reprodução, como Castells (1999 *apud* Aguilar, 2007, p. 406) sugere, com quatro atividades interdependentes: a própria produção de bens e serviços, o consumo coletivo desses bens e serviços, o intercâmbio (comércio) e a gestão (regulação das relações sociais surgidas nas atividades anteriores).

A grande densidade seria outro indicador particular do urbano, continua Aguilar. Para os membros da Escola de Chicago, por exemplo, a magnitude da população residente nas cidades gera formas próprias de relação social. Segundo afirmação do sociólogo urbano Robert E. Park, fundador dessa escola, “a cidade é, acima de tudo, um estado de espírito, um conjunto de costumes e tradições, de atitudes e de sentimentos organizados, inerentes a esses costumes e que são transmitidos com essas tradições” (PARK, 1950 *apud* Aguilar, 2007, p. 407). Outra característica pontuada é o uso diferencial do espaço – pois paralelo à heterogeneidade urbana se encontra a segregação de classes e grupos sociais, tanto no nível físico como em relação às diferentes formas de vida sociais, culturais e políticas. Nesse cenário, adquirem protagonismo os deslocamentos espaciais-temporais redefinindo, por exemplo, a importância dos meios de transporte, a valorização social do tempo e uma mudança nas relações de seus habitantes, resultantes de novas formas de organização produtiva e deslocamentos intraurbanos. Por fim, Aguilar (2007) aborda a imagem de poder que emana da cidade, como um lugar de tomada de decisões, de propagação de certas formas culturais de dominação e promoções sociais esperadas, onde aparece o controle social que se reflete, afinal, na segregação espacial.

Figura 34: Avenida Paulista, São Paulo, em velocidade



Fonte: RI, Revista da Secretaria de Relações Internacionais, 2004, p.29.

Assim, seja como contraste ao rural, espaços que concentram múltiplas atividades e usos diferenciais, alta densidade, costumes e tradições próprias, formas únicas de organização produtiva, lugares de poder e, frequentemente, de dominação, as cidades são o resultado de séculos de atividades, que representam o conjunto das intervenções humanas, suas relações e as mudanças físicas ocorridas sobre o território geográfico. No entanto, observa-se que não existe um modelo único de cidade, mas diferentes maneiras de organização, em decorrência de interseções sociais, econômicas e culturais que vêm transcorrendo ao longo da história.

Segundo o italiano Giandomenico Améndola (2000), “a civilização humana, depois de ter triunfado e ter transformado todo o mundo em cidade, parecia próxima a seu fim devido às possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias, mas encontrou sua antiga capacidade de se reinventar e renascer como cidade pós-moderna”: atualmente os critérios de acessibilidade e conexão substituem os de distância e ocorrem processos simultâneos de desurbanização e relocação, que não por isso perderam sua importância. Nasce então a “cidade periférica”, *edge city*, ou *exópolis*, sugere o autor (AMÉNDOLA, 2000), à margem da cidade tradicional, surgida pelo impulso da especulação imobiliária, garantindo uma “comunidade socialmente homogênea à imagem e semelhança” de seus moradores, o que cria condições para a construção da nova cidade, que cresce por cima e na “carapaça” física da cidade tradicional. Os velhos edifícios e áreas de interesse são reabilitados e lançados no mercado. Se constrói um novo entorno – as velhas tipologias se convertem em ícones do novo estilo de vila - e o centro urbano frequentemente se torna o ponto de partida “na conformação de sua imagem”.

A cidade, diz Améndola (2000), vive das transações e intercâmbios simbólicos mais do que da produção de bens, e é nesse ambiente que se condensa, se precipita e se faz visível a grande transformação contemporânea - tudo misturado, indeterminado, fragmentado, como uma cidade colagem, pois já não há mais agentes considerados capazes de ordenar hierarquicamente símbolos e valores.

Figura 35: Revitalização do centro de Belo Horizonte, Brasil



Fonte: BH..., 2003, p.20.

De acordo com essa perspectiva, as *edgy cities*, desenvolvidas a partir dos anos 1960, se tornam subcentros das cidades policêntricas – com múltiplos centros, em oposição às monocêntricas, que historicamente são mais frequentes. Nessas cidades de fronteira há uma grande concentração de espaços comerciais, incluindo áreas residenciais construídas em territórios de confluência das grandes rodovias, nos chamados “corredores” urbanos, que podem tanto ser substitutos perfeitos para os grandes centros como complementares e, ainda, dependentes desses, elucida Rodrigues (2008), ao diferenciar as configurações desse modelo de cidade. Logo, esses podem ser espaços satélites ao redor de um centro principal ou podem haver subcentros conectados por corredores, no geral, apresentando alta densidade habitacional, ao oferecerem mais oportunidades de trabalho, ainda que com salários menores do que aqueles do centro urbano. Na visão empresarial, além de salários menores, as vantagens de uma *edgy city* são o baixo custo do solo e boa acessibilidade às rodovias, destinadas ao fluxo da população e de produtos.

No âmbito da economia urbana, esse modelo traz o princípio de uma organização regional ao redor de vários centros políticos, sociais ou financeiros. Um dos principais exemplos mundiais de policentrismo se encontrava na Região de Ruhr, na Alemanha, onde doze cidades pequenas confluíram umas sobre as outras, através do planejamento econômico conjunto. Ali existe um centro histórico de negócios e subcentros a seu redor - mais ou menos dependentes do centro - com baixo nível de amenidades, moradias mais baratas e grande porcentagem de carros particulares (RODRIGUES, 2008, p. 107).

Por outro lado, nas cidades monocêntricas, densas, em geral há mais concorrência no mercado de trabalho, serviços mais eficazes e menos onerosos, especialmente no caso dos transportes, que utilizam menos material ao conectarem espaços menores, minimizando custos e impactos ambientais.

Outro aspecto relevante diz respeito à homogeneidade social de uma *edge city*, como sugerido por Améndola (2000) que constata nesse território um nível sócio econômico e

referências culturais similares. No entanto, alguns autores entendem que essa noção seja ilusória, porque atrás de aparentes semelhanças convivem indivíduos com diferenças significativas, em um espaço com diversidade étnica e de estilos de vida. Essas diferenças podem ser geridas tanto internamente, nos grupos homogêneos, como a partir da mescla, *mixité*, que ocorre nessas áreas, que atualmente possui forte base nos processos migratórios⁴⁷, como pesquisado por Pol (2006). Ao descrever as semelhanças e diferenças na construção do *chez soi* entre as migrações de curta e longa distância, o autor buscou compreender se seria preferível a mescla de costumes ou bairros étnicos homogêneos (POL, 2006). O *chez soi* representa um lugar que, antes alheio e desconhecido, passa a ser considerado *próprio*, permitindo estruturar uma ordem pessoal e nas relações familiares e sociais, proporcionando “possibilidades de intimidade, segurança e acolhimento”, o que facilita a construção de uma identidade integrada, ao mesmo tempo diferenciada do contexto em que se insere (RATI, 2003 *apud* Pol, 2006, p.201).

Nas palavras de Pol (2006, p.200) “sentir *chez-soi* está condicionado pelas motivações, o *status* social e profissional, a situação familiar e sobretudo aos projetos do indivíduo”, a partir das oportunidades da sociedade de acolhimento e das capacidades pessoais, em um contexto complexo e plural, no qual o enraizamento ao lugar a partir desse processo adquire importância capital para o bem-estar e para a paz social a curto e médio prazo.

Em suas conclusões, diz Pol (2006), a forte homogeneização social das urbanizações escolhidas para viver entre “iguais” (sejam de classe média, alta ou de imigração), com nível socioeconômico, referências socioculturais, hábitos e estilos de vida parecidos (que os residentes, a princípio, esperam que lhes aporte segurança, tranquilidade e *status*), apesar de parecer facilitar as relações entre seus habitantes, na verdade costuma reduzir o contato e a convivência com coletivos de nível social, características e modos de fazer diferentes, tornando difícil para eles a constituição do *chez-soi*. Além disso, o aumento das distâncias e tempos de transporte, no geral privado, limita progressivamente o círculo relacional aos companheiros de trabalho, à família e a um pequeno círculo selecionado de pessoas, também catalogável como “iguais”. Ambos os fatores convergem para limitar o contato e o conhecimento do que é diferente, especialmente das pessoas (POL, 2006). O desconhecido ou diferente, como raça, cor, estética, entre outros, pode facilmente ser percebido como ameaça à própria integridade e à identidade, inclusive sem que haja uma razão objetiva fundamentada, refletindo um argumento crítico do sociólogo Richard Sennet, em que os

⁴⁷ Segundo Serfaty-Garzon (2006 *apud* Pol, 2006, p.199), “a migração põe a prova nossa capacidade de afrontar o desconhecido, de nos projetar no país de acolhida [...] em outro espaço de cidadania, de direito e de legitimidade social. [...] Ao mesmo tempo que apela a um dos valores fundamentais da humanidade, a hospitalidade, o imigrante renuncia a aquele que tinha intimamente apropriado, ‘feito seu’: as qualidades essenciais e particulares de seu lugar de nascimento, qualidade que constituem uma parte fundamental de sua ‘identidade espacial’ e fundam seu bem-estar”.

bairros homogêneos favorecem apenas as relações entre iguais e o desconhecimento daquilo que é diferente, atribuindo periculosidade às pessoas que sejam diferentes. Conseqüentemente, isso dificulta o amadurecimento da sociedade e aumentam a percepção de insegurança. (SENNET, 1993).

Outro fenômeno urbano que se complexifica quando se somam a ele elementos de etnia é o surgimento de autênticos guetos - às vezes quase marginais, acolhendo pessoas com menos recursos (sejam esses econômicos, psicológicos e sociais) e que, como mecanismo de auto defesa, tendem à exacerbação de signos de identidade, as vezes supérfluos, mas muito emblemáticos e eficazes para cobrir as necessidades de afiliação e manutenção de uma coesão de grupo baseada na defesa de sua identidade (POL, 2006).

A opção à homogeneização é a mescla, que supõe a convivência com a vizinhança e com a diferença. Os bairros mistos apresentam um nível de tolerância racial e cultural superior aos homogêneos, explica Pol (2006), e as pessoas provavelmente desenvolvem mais recursos de adaptação para superar as adversidades. Assim, a construção real do *chez soi* em outro lugar somado ao *chez soi* de seu lugar original pode enriquecer suas possibilidades de bem-estar. Logo, para Sennet (1993) e outros partidários dos bairros “mistos”, a convivência com os “diferentes” traz aprendizagem, tolerância e respeito mútuo (POL, 2006).

No entanto, para os defensores dos bairros homogêneos, as políticas de *mixité* aceleram a “centrifugação” da população para as novas periferias da população acomodada que fica nos bairros mais antigos ou tradicionais da cidade, para evitar contatos não desejados e com medo de que suas propriedades percam valor econômico, ainda que esse seja um processo próprio da cidade, independente de processos migratórios, relacionando-se à estrutura do mercado habitacional, responsável pelo preço exacerbado das habitações em áreas mais ou menos centrais e aos imaginários sociais “de moda”, como é o caso do desejo em viver-se em casa unifamiliar, com jardim, conforme “estereótipos da ‘modernidade.’” (POL, 2006).

A construção do *chez soi*, portanto, costuma ser um processo complexo que requer tempo, como conclui Pol (2006), entendendo que a homogeneidade de bairro permite melhor construção desse sentimento no começo, no entanto implica exclusão social, dificuldade de adaptação à sociedade de recepção, impossibilitando a mestiçagem. Ressalta-se ainda que a mescla defendida não é um modelo excludente em relação ao apoio entre semelhantes - ainda que possa ser mais difícil para os imigrantes - e, a longo prazo, facilita a integração e a criação de uma identidade e de uma cultura de síntese. No geral, se observa que a materialização do processo de “arraigamento” a partir das ondas de migrações se relacionam às características macrossociais e estruturais da sociedade de acolhida: requer inevitavelmente programas sociais articulados com programas de habitação e outros,

coordenados com uma política pública de gestão da imigração, que pode potenciar a mescla ou a homogeneização de seus bairros.

Figura 36: “Nem mais, nem menos: iguais”. Tema central na formação de professores municipais de São Paulo: respeitar e conviver com a diversidade humana



Fonte: Foto Gerardo Lazzari, Revista Fórum, 2004, p.22.

Na conjuntura atual, portanto, destaca-se o fenômeno das migrações, em parte porque alguns países vem atraindo população estrangeira para compensar seus déficits populacionais e laborais, tais como realizar tarefas menos qualificadas ou mau remuneradas, ou seja, “os fluxos migratórios da África para a Europa, assim como da Ásia e América Latina para a América do Norte tendem a constituir uma regulação demográfica” (MORIN, 2010, p.151) que, devido a seu aumento aparentemente exponencial, foi considerada por alguns, durante muito tempo, o maior problema planetário, gerador de superpopulação, fome e guerra.

Como ressaltado por Pol (2006), as migrações são anteriores à “era da globalização”, ainda que atualmente apresentem novos elementos, como a rapidez dos deslocamentos de longa distância provocando, por sua vez, desequilíbrios ecológicos graves. Segundo Sassen-Koob (1989 *apud* Pereda; Actís; Prada, 2006, p.7), nas últimas décadas foram identificadas certas tendências que incidem nos fluxos migratórios, como a redistribuição de capital a partir de investimentos em países do Sul, que cria vínculos materiais e ideológicos com o país investidor, estabelecendo novos canais de comunicação pelos quais os fluxos humanos podem circular. Além disso, algumas cidades grandes se tornaram nós coordenadores do capital transnacional por meio do desenvolvimento de serviços, especialmente financeiros. Esta situação, acredita a autora, diminui o trabalho assalariado tradicional e o crescimento do setor de serviços, altamente polarizado, demandando mão de obra imigrante. À essas tendências do capital transnacional somam-se o final da Guerra Fria e a crise do ex-bloco do Leste, que aumentou os impactos da reestruturação mundial e os fluxos migratórios.

Silvia Marcu (2011) também observa que vêm sendo conectadas disparidades demográficas, promovendo consequências geopolíticas, como a migração da população de regiões pobres para aquelas desenvolvidas, e diferenças de crescimento natural de habitantes de várias etnias e religiões, inclusive em um mesmo estado, o que pode promover tensões e conflitos internos. Isto ocorreu, por exemplo, na província iugoslava de Kosovo, onde as diferenças entre o ritmo natural de aumento das populações fizeram com que os albaneses foram majoritários no local de nascimento do povo sérvio, ressaltando que uma das “características nefastas do final do século XX”, gerada precisamente pela estrutura étnica e religiosa da população, foi a proliferação dos conflitos inter-étnicos ao redor do mundo. Esses ritmos desiguais de crescimento afetam sobretudo estados com populações minoritárias significativas que, se apresentarem alta taxa de natalidade, mudam as relações com a população majoritária, afetando a estabilidade e podendo desencadear, inclusive, a redefinição das fronteiras.

Outro desafio é que o território das cidades que recebe esses migrantes experimenta divisões crescentemente aprofundadas entre o grupo que detém poder e capital e esse imenso grupo de excluídos, relativo a seus diferentes graus de acesso ao conhecimento e às redes, como explicou Castells

No nível mais alto da escala social existe uma conexão comum com a comunicação universal às redes mundiais de comunicação e a um imenso circuito de trocas, aberto para receber mensagens e experiências que abarcam o mundo inteiro. No outro extremo, as redes locais fragmentadas, frequentemente definidas etnicamente, usam sua identidade como o recurso mais precioso para defender seus interesses e até sua própria existência (CASTELLS, 1999 *apud* BAUMAN, 2009, p.107).

Nesse sentido, Bauman (2009) constata que, no geral, as elites, hiperconectadas com o restante do mundo e com flexibilidade para transitarem pelo globo, não se preocupam com os problemas locais — apresentando frágil vinculação com seu lugar de moradia, enquanto os demais habitantes se preocupam com os “assuntos do lugar”, provocando uma dissociação entre a atenção e as ações desenvolvidas para benefício local, na melhoria das condições de vida da maioria da população mundial, pois as elites que possuem meios e recursos financeiros suficientes para efetivar amplas ações benéficas se afastam desse objetivo. Como observou Amèndola (2000), estamos com os pés na cidade habitual, e com a cabeça na cidade mediática da hiperealidade e do imaginário.

Vários países tentam, então, conter as migrações crescentes. Todavia, o endurecimento do controle de imigração não é uma solução: o fechamento fronteiriço nos últimos anos aumentou o número de clandestinos e surgem novas formas de tráfico, abusos, histórias de dor e perdas humanas nas travessias ilegais. Segundo Bauman (2009) “redes mafiosas transnacionais”, se assemelham à uma “forma moderna de escravidão” e, assim, fazem prosperar a miséria

de “trabalhadores clandestinos, escravos brancos”, pois as regiões desenvolvidas são consideradas “zonas escassas demograficamente”, ainda que a população do mundo não possa viver por muito tempo desgarrada em virtude desse desequilíbrio demográfico. Como sintetizam Pereda, Actís e Prada

[...] do ponto de vista quantitativo a migração internacional é a exceção, não a regra, entre os grupos humanos. No entanto, sua significação é muito maior do que indicam as cifras: estamos diante de uma revolução transnacional que está reestruturando a sociedade a escala planetária e as migrações internacionais são parte desse processo [...] uma intervenção nas causas estruturais das migrações Sul-Norte deveria questionar tanto o recorte dos direitos humanos por parte dos Estados, como a lógica neoliberal-individualista do capitalismo global. Nessa direção, haveria que potenciar um novo conceito de cidadania universal ligado à defesa dos direitos sociais e políticos de todos e todas, mais além do espartilho imposto pelos nacionalismos e apoiar os movimentos sociais que respondem a essas abordagens e tratam de promover novas formas de coesão, participação e equilíbrio político e econômico a nível mundial (Pereda, Actís e Prada, 2006, p.8-10)

Desde outra perspectiva, Morin (2010, p.152) entende que a integração de imigrantes em inúmeros países traz uma “solução demográfica para a baixa natalidade” e também uma “mestiçagem étnica-cultural que se torna um componente de desenvolvimento da era planetária como era de superação das etnias fechadas”. O geógrafo brasileiro Milton Santos (1997, p.330) também defendia uma visão mais otimista desses processos, acreditando que os migrantes trazem suas heranças e suas memórias e, ao contrário do esperado, não se sentem “desterritorializados” na cidade, em seu novo lugar que, não envolvendo seu necessariamente seu passado, lhes permite “encarar” o futuro, entendendo que “nesse lugar eles estão condenados a conhecer o mundo pelo que ele é e, também, pelo que ele ainda não é. O futuro – e não o passado – torna-se a âncora para a mudança. A noção de espaço desconhecido perde a conotação negativa e ganha um acento positivo que vem de seu papel na produção da nova história” desses indivíduos.

Figura 37: Família abandonando o sertão brasileiro



Fonte: Foto Sebastião Salgado, 1997, p.74.

Tantas mudanças promovem acúmulo de problemas e impasses globais, envolvendo a crise climática, a produção de alimentos, o poder das empresas transnacionais, entre muitos outros. O meio urbano e rural se apresentam em situação de desequilíbrio, devido ao fluxo migratório rural em massa, gerando infindáveis problemas urbanos, em territórios empobrecidos ou desordenados, que Santos (1997) chamou de “zonas opacas”, lugares onde vivem as populações pobres, onde o “tempo da modernidade chega mais devagar”. Logo, essa cidade contemporânea caracteriza-se, em grande maioria, por desigualdades e demandas urgentes. Como um

Lugar privilegiado do desenvolvimento capitalista e do acesso à cidadania moderna, as grandes cidades mostram aos poucos suas limitações. [...] Mostram-se como ‘cidades partidas’, em que uma parte é cidade para cidadãos e outra, soma de aglomerações de excluídos e semi-excluídos; parte é cidade do capital e do trabalho e outra, terra de ninguém, do desemprego e da marginalidade; parte em que subsiste uma certa qualidade de vida e outra, excluída cultural e ambientalmente (PÁDUA; LEROY; SCHLESINGER, 1999, p.64).

Figura 38: Pobreza patente em Calcutá, Índia



Fonte: Foto, 2003⁴⁸.

Há uma “crescente visibilidade dos sintomas de ruptura dos laços de sociabilidade, de segregação socioespacial e de violência social” (ACSERALD, 2002, p.39). A maioria das populações dos países em desenvolvimento vive em situação de pobreza ou miséria, o que gera ou agrava outros problemas, como a violência, devido à circularidade inerente à essas questões. Nas observações de Pakman (1993), a pobreza frequentemente se associa à diversas formas de violência cotidiana, violência social e política. “Pobreza e violência são, por sua vez, um contexto cotidiano de setores de população que se encontram em dissonância étnica com os outros setores, aqueles que hegemonizaram as instituições sociais e políticas responsáveis por exercer as práticas de poder ao longo da América espanhola e anglo saxã” (PAKMAN, 1993, p.8). Nas palavras de Gilberto Velho, ao descrever a realidade do Rio de Janeiro, sua origem não está apenas na pobreza, mas nas disparidades sociais severas, que desencadeiam uma grave crise de valores

⁴⁸ http://www.focus.it/images/20031016164518_5.jpg

Na ausência de um sistema de reciprocidade minimamente eficaz, se expressa uma desigualdade associada e produtora de violência. A impossibilidade de acessos da grande maioria das camadas populares, a bem de valores largamente publicizados, através da mídia e da cultura de massas, em geral, acirra a tensão e o ódio sociais. A inadequação de meios legítimos para realizar essas aspirações fortalece o mundo do crime. Esboroam-se as escalas de valores tradicionais que, de algum modo, legitimavam certas diferenças e, até certo ponto, a própria desigualdade. [...] a natureza do individualismo na sociedade brasileira vem assumindo características tais que a tornam palco de um capitalismo voraz com uma dimensão selvagem, relegando a segundo plano as referidas preocupações com equidade e reforma social. (VELHO, 2003, p.17 *apud* Catão, 2015, p.1037).

Mais ainda, a “violência urbana” “territorializa uma crise social cujos princípios estão fora do local, na desigualdade social e nos processos globais” (ACESRALD, 2002, p.39), significando que os poderes locais e globais influem nessa condição. Consequentemente, como visto por Améndola (2000), o habitante metropolitano desenvolveu uma nova capacidade de reconhecer sinais de perigo, reais ou presumíveis, criando estratégias adaptativas para diminuir a sensação de insegurança na cidade. Há várias explicações políticas imputadas à crise de segurança, diz o autor: nos Estados Unidos se atribui ao enfraquecimento dos valores tradicionais e o direito do cidadão à autodefesa, com grande difusão de bairros privatizados e fortificados. Na Europa, o problema é entendido como parte da crise do estado ou como ruptura do pacto social devido à migração dos estrangeiros, igualmente privatizando-se o espaço para aumento de proteção.

A partir de um olhar subjetivo, constata-se a despersonalização e a perda de solidariedade que vêm ocorrendo, de maneira geral, nas cidades grandes - ocasionando isolamento e solidão para pessoas e grupos – enquanto em cidades pequenas ainda resiste o grande valor cultural da coletividade.

Vemos ali (nas comunidades urbanas), uma crescente sensação de isolamento e alienação em um número crescente de pessoas. Não apenas estão desconectados os grupos etnoculturais de outros grupos; também muitas pessoas estão separadas de outras pessoas, inclusive dentro de suas famílias (ACESRALD; LEROY, 1999, p.29).

De acordo com Morin e Kern (1995) a lógica da máquina artificial” se impôs primeiro na indústria, depois no mundo administrativo e, por fim, se apoderou de numerosos domínios da atividade social e da vida cotidiana. Valores como a palavra, conversas nos espaços públicos e outros modelos de relação mais informais, e não por isso menos significativos, vem desaparecendo da vida contemporânea. Nesse contexto são constantes a ambiguidade, crises de identidade e o aumento de doenças psíquicas, que demandam um conjunto de tratamentos para sua superação.

Por outro lado, ocorre também o resgate ao valor estético, não apenas destinado a elite, mas para todos. Segundo De Masi (2000, p.121), “o coração dessa sociedade é a informação, o

tempo livre e a criatividade, não apenas a científica, mas também a estética”, uma estética nas casas, nos espaços públicos e que se diversifica na arte, na música, no desenho, no que é belo e faz sentido para as pessoas em diferentes culturas.

Figura 39: Teatro *Alla Scala Opera House*, em Milão e o *Cirque du Soleil*, Canadá



Fonte: Revista Milan, 2003., p. 21; cirquedusoleil Canadá.

No entanto, essa revalorização da beleza e do bem-estar pode incentivar a noção da “cidade espetáculo”, onde o espetáculo se torna o princípio organizador da vida e o que se vende não é o lugar, mas a experiência, projetada para criar experiências prazerosas (AMÉNDOLA, 2000), que tem como base o individualismo. Logo, esse “novo” indivíduo adquire uma nova identidade, temporal, limitada e superficial, pois a própria efemeridade do cenário exige que ele possa se transformar com rapidez, promovendo o individualismo das massas: a experiência urbana se torna repleta de recursos culturais, uma “cultura do excesso”, da “superabundância de significados”, conclui Améndola (2000), substituindo a supremacia anterior da família e dos grupos sociais.

Nesse cenário predominam também as inovações tecnológicas e o consumismo, a busca exasperada por ganhos financeiros, o incentivo e aumento da competitividade individual – incluindo a competição entre homens e mulheres por igualdade nas condições de trabalho. No entanto, existem contrapontos a esse modelo, a partir de ações cotidianas de pessoas e grupos que vêm praticando sistematicamente valores como a fraternidade, a cooperação e a solidariedade, resgatadas, por exemplo, em resposta à pandemia do Covid-19, através das doações de equipamentos médicos, medicamentos, refeições e outras, realizadas durante os anos de 2020 e 2021 (PINHEIRO, 2020)⁴⁹, somando-se à milhares de outras atitudes solidárias que estabelecem novos padrões relacionais, baseados em valores coletivos.

⁴⁹ Nessa reportagem Pinheiro (2020) descreve um conjunto de iniciativas contra o Covid-19 que dependem de doações, organizadas por instituições públicas, privadas, ONG, entre outras, como o Hospital das Clínicas SP, a UFMG, a UNICEF, a Central Única de Favela (CUFA), a Articulação para os Povos Indígenas do Brasil e outras.

A passagem de século também trouxe mudanças relativas à valorização crescente da qualidade de vida e do bem-estar físico, mental e espiritual, revalorizando-se o lazer e as atividades culturais.

Figura 40: Idoso utilizando o computador e casal dançando



Fonte: Compilação do autor, 2021⁵⁰

De Masi já escrevia nos anos 2000 que o trabalho vinha perdendo sua centralidade, adquirida desde o final do século XVII, com a Revolução Industrial, quando os expedientes de quinze horas nas fábricas estruturavam a vida. Entre os efeitos da globalização, o autor ressaltou que as sociedades enfrentaram uma mudança em sua organização temporal, incluindo melhor e maior aproveitamento do tempo livre, enquanto as sociedades caminham para outro tipo de organização, passando da atividade repetitiva para a criativa. O trabalho remunerado do futuro é aquele intelectual criativo, outra virtude da sociedade pós-industrial, com a substituição progressiva dos trabalhos executivos por máquinas: “o futuro pertence a aqueles que serão capazes de utilizar mais as próprias cabeças que as próprias mãos (DE MASI, 2000, p.101).

Manuel Bestratén (2002) reiterou que inovação, criatividade e aprendizagem contínua são essenciais para garantir a sobrevivência empresarial, que “repousa inescapavelmente na potencialização de seu capital intelectual.” Assim, a passagem da sociedade industrial para a pós-industrial, da cultura moderna para a pós-moderna, amplia a valorização do conhecimento e da criatividade, essenciais para o universo laboral. Petitjean (2002) concordou que, com a desintegração do trabalho assalariado e novos modos de funcionamento das empresas, convertidas à “nova economia”, a população trabalhadora, especialmente os jovens e grupos como artistas, pedem um novo paradigma de trabalho, caracterizado pela maior integração com a vida em geral; mais flexibilidade relativa ao seu local e às suas áreas de intervenção; um caráter intermitente da atividade, com sucessão de períodos mais ou menos produtivos; e novos modos de cooperação, incluindo atividades coletivas de produção e criação em redes.

Os trabalhos vêm se diversificando e existe uma tendência ao aumento da informalidade, possibilidade de horários mais flexíveis, baseados em tarefas e não apenas no tempo trabalhado. Nos anos de 2020 e 2021 essas mudanças forçosamente se tornaram realidade,

⁵⁰ Revista Porto Alegre, 2003, p.44; www.jornaldafacom.ufba.br

devido à pandemia do Coronavírus, com grandes grupos de população em inúmeros países trabalhando e estudando *on-line*, desde suas casas, o que permitiu para muitos uma organização pessoal de seus períodos de trabalho e lazer⁵¹. As mudanças na área laboral possuem vantagens e desvantagens para todos os envolvidos. Por exemplo, com as inovações é possível que a taxa de desemprego aumente e que muitos tenham dificuldade para se adaptarem aos novos formatos. Além disso, a despeito das mudanças anunciadas por De Masi, muitas realidades revelam aumento das horas trabalhadas, seja pela necessidade de sobrevivência, pelo aumento da desigualdade social ou aquisição de novas tecnologias, que permitem trabalhar a qualquer hora e todos os dias.

Figura 41: Fábrica na China



Fonte: Foto www.time.com, s.d.

De qualquer forma, os novos arranjos alteram o modelo laboral clássico e empresas minimizam custos com transporte, espaços e pessoal, ainda que o trabalho mantenha seu protagonismo. A redistribuição de renda e trabalho, a partir de novos critérios, já havia se iniciado no final do século XX: na Holanda, 36% da população ativa trabalhava meia jornada, na Inglaterra 22% e nos Estados Unidos 20%, coincidindo, não por acaso, com as taxas mais baixas de desemprego nesses países (DE MASI, 2000, p.96-100), pois essa forma de trabalho *part time* pode redistribuir funções e evitar demissões de funcionários.

Esse processo envolvendo adaptações tem sido contínuo. Há poucas décadas grupos de cidadãos decidiram reagir contra problemas coletivos e as cidades do século XXI trazem surpresas: “as grandes cidades mostram que grandes contingentes de população criam alternativas originais de trabalho, renda e espaços de convívio e cultura diversificados, independente das tendências dominantes” (PÁDUA; LEROY; SCHLESINGER, 1999, p.64) e esses movimentos serão apresentados posteriormente.

⁵¹ O autor distingue o ócio alienante, que provoca uma sensação de vazio, do ócio criativo, no qual a mente é ativa, promovendo uma sensação de enriquecimento, sob estímulos ideáticos: as intuições surgem exatamente da hibridização de mundos diversos. Além disso, uma das diferenças entre o trabalho executivo e o criativo é que no primeiro, as regras são apenas um limite, enquanto no segundo são um desafio. Assim, o ócio também não significa “não pensar”, apenas não pensar sob regras rígidas (DE MASI, 2000, p.224).

Além disso, sua população segue aumentando: segundo o Relatório *World Urbanization Prospects*, da Divisão das Nações Unidas para a População do Departamento para Assuntos Econômicos e Sociais (UNITED NATIONS..., 2019), em 1950, a população urbana mundial equivalia a 746 milhões de pessoas, sendo 7.7 bilhões em 2019 e estima-se que pode chegar a 8,5 bilhões em 2030 e chegará a 9,7 bilhões de pessoas até 2050 - atualmente, 59 países já contam com mais de 80% da população vivendo em cidades. Mais da metade do aumento projetado dessa população até 2050 deverá ocorrer em apenas nove países, República Democrática do Congo, Egito, Etiópia, Índia, Indonésia, Nigéria, Paquistão, República Unida da Tanzânia e Estados Unidos da América, ou seja, a maioria do crescimento se centra na Ásia e na África (ONU, 2019). Esse aumento contínuo, apesar de com menor ritmo desde 1950, vem diminuindo em alguns países, especialmente nos industrializados e, junto ao aumento da expectativa de vida, vem mudando a pirâmide etária de muitos países.

Em 2004, durante a Conferência internacional das Cidades, em São Paulo, uma enorme quantidade de palestras reforçou a ideia de que o mundo está cada vez mais próximo em suas semelhanças e capacidades, com muitos gestores públicos trabalhando em prol do bem comum. Prefeitos, vice-prefeitos, secretários de planejamento e desenvolvimento, conselheiros de grandes instituições mundiais apresentaram suas cidades e concepções de desenvolvimento de diversas partes do mundo, como *Tel Aviv*, Montevideo, Cidade do México, Calcutá, Santiago do Chile, Boston, Milão, Bangkok, Jericó, Lisboa, entre outras, aportando grande diversidade cultural.

Figura 42: *Tel Aviv*, Israel e *Montevideo*, Uruguai



Fonte: Compilação do autor, 2021.⁵²

Ao final da Conferência se pôde observar o trabalho e pensamento de gestores comprometidos com melhorias para as populações e, apesar de particularidades e diferentes contextos, houve similaridade entre conceitos e práticas, que revelaram ganhos inquestionáveis em muitas áreas recorrentes, como transportes públicos, educação, lazer, criação de mais postos de trabalho, articulação entre o local e global, economia. Talvez a

⁵² MOREIRA, Gustavo. 2000. Disponível em: <http://therealIsrael.blogspot.com/>; www.evolucion.fcien.edu.uy

partir dessas mudanças as pessoas estejam mais conectadas através de ideias e conhecimentos compartilhados. É possível que comece a se desenvolver a percepção de que a raça humana é um enorme e complexo sistema de pessoas que busca responder às necessidades bastante comuns. Ainda assim, Morin (2010), um defensor da criação de uma “sociedade civil planetária” observa que essa incipiente internacionalidade é bastante frágil e a consciência de uma comunidade com objetivos em escala terrestre está muito dispersa.

Para uma maior compreensão dos diversos matizes dessa cidade contemporânea repleta de fatos e conhecimentos novos, velhos padrões e problemas e muitos eventos inesperados, se apresentam na sequência alguns temas específicos, como a geografia, a arquitetura e o urbanismo, a economia e o marco legal.

4.2.1 Avanços tecnológicos

O impacto das novas tecnologias nas últimas décadas é tão profundo que vem modificando a vida dos seres humanos de maneira inequívoca e definitiva. Observa-se a automação de diversos serviços, passando pela difusão e acesso crescente a computadores, popularização da internet, surgimento dos *smartphones* e outras invenções, repercutindo em avanços em múltiplas áreas. Na medicina surgem novos equipamentos e ferramentas de precisão, são realizadas vídeo cirurgias à distância. Na educação, os computadores e as ferramentas *online* têm sido crescentemente incluídos na aprendizagem e, no contexto da pandemia, se tornaram imprescindíveis para uma parcela expressiva de estudantes e trabalhadores de diferentes idades. Na economia, nas artes, na esfera governamental, na vida pessoal e na comunicação entre amigos e familiares - todas as áreas são atravessadas pelas tecnologias.

Esse “modelo informacional” – que tem como elemento fundamental a determinação da produtividade a partir da qualidade do conhecimento -, organizado em redes (CASTELLS, 1995) vem apresentando novidades contínuas. Vislumbra-se o crescimento do uso de inteligência artificial, *big data* (uso massivo de dados), internet das coisas, plataformas tecnológicas para diferentes modelos de negócio (Empresa de Pesquisa Energética, 2020). Despontam termos como “cidades inteligentes”⁵³ e Indústria 4.0, fenômenos marcados pelo uso intensivo de dados, sensores e digitalização. De fato, os ambientes 4.0 se referem a uma expansão da noção da Indústria 4.0, levando automatização, robotização e inteligência artificial para além da indústria e aplicando-os a serviços, agricultura, entre outros. Paralelamente, o movimento em direção à uma sociedade mais tecnológica se amplia, em um

⁵³ Uma “cidade inteligente” “usa informação e tecnologia da comunicação (TIC) para melhorar eficiência operacional, compartilhar informação com o público e promover uma melhor qualidade do serviço público e o bem-estar cidadão”, destacando-se que o foco não está apenas na tecnologia, pois “o valor está em como essa tecnologia é usada, e não simplesmente em quanta tecnologia está disponível”. Então são consideradas *smart cities* aquelas que buscam utilizar as tecnologias em favor do crescimento econômico e da qualidade de vida de seus habitantes. Dentre suas características estão iniciativas ambientais, transporte público altamente funcional e a capacidade das pessoas viverem e trabalharem dentro da cidade, utilizando seus recursos (TWI, s. a.)

ambiente 5.0, cujas premissas envolvem tecnologias de ponta, qualidade de vida, sustentabilidade e inclusão social (FIA, 2019). Algumas das tecnologias da sociedade 5.0 incluem inteligência artificial, internet das coisas, computação em nuvem, energias renováveis, robótica, telemedicina e veículos autônomos.

Na década de 1920, Le Corbusier anteviu os impactos das mudanças tecnológicas, ao descrever sobre sua cidade radial

Cidade Ideal! Centro de negócios modelo! Brinquedo fútil de um enfermo sonhador de velocidade! A velocidade não está mais além de um sonho, é uma necessidade brutal. Julgo por isso: a cidade que tem velocidade tem sucesso - a verdade dos tempos. Para que serve sentir saudades da era dos pastores! O trabalho se concentra, acelera seu ritmo. De fato, se trata exatamente de realizar todos os dias as mudanças de opinião que fixarão o estado dos mercados e determinarão as condições de trabalho. Quanto mais rápidos forem os meios mecânicos de mudança de opiniões, maior se realizará a transação cotidiana. Se pode admitir que as horas de trabalho diminuiram nos arranha-céus graças aos arranha-céus (Le CORBUSIER, 1961, p.180-181).⁵⁴

Já nos anos 2000, vários estudiosos, entre eles De Masi (2000) anunciou a imprevisibilidade do grau de avanços tecnológicos que seria alcançado no futuro: somente no século XX ocorreram três etapas muito velozes de evolução, o rádio, a televisão e a internet, gerando novas maneiras de comunicação que conduzem a níveis progressivos de trocas e possível homogeneização de culturas. (DE MASI, 2000). Paralelamente aconteceram grandes transformações em produtos e serviços, mudando radicalmente a vida, com o desenvolvimento de novos combustíveis e formas energéticas, meios de comunicação, materiais construtivos, logística, entre muitos outros.

⁵⁴ O autor ilustra sua percepção com uma fala de Girardet, diretor da Peugeot no início do século XX: “Com efeito, a conquista da velocidade sempre foi o sonho dos homens a conquista da velocidade sempre foi o sonho dos homens e esse sonho só ganhou corpo há apenas cem anos. Antes, as etapas dessa conquista foram de uma lentidão extraordinária na passagem das épocas. Por um tempo imemorial, o homem só soube transportar-se por suas próprias forças e todos seus progressos, além da navegação, consistiram sobretudo em utilizar a rapidez de locomoção dos animais. O homem é, de fato, um dos animais mais lentos da criação [...] A maioria dos seres são mais “rápidos” que esse bípede mal construído para a corrida e em uma competição esportiva que reunisse um exemplar de cada um dos animais do globo, o homem provavelmente estaria entre os últimos e ao máximo na posição de um carneiro” (GIRARDET, 1923 *apud* Le Corbusier, 1961, p.180)

Figura 43: Telefone antigo no Museu de Barbacena, Brasil e modelo de celular, iPhone 13



Fonte: Foto da autora, Museu de Barbacena, 2007, KAUFMAN, 2020.

Conforme um estudo de Castells e Hall (1994), essas inovações se iniciaram contando com poucos usuários de computadores em algumas universidades e organizações públicas, que se conectavam via telefone. Os autores constataram que cada modo de desenvolvimento social se define pelo elemento fundamental do processo produtivo. Assim, no período industrial, o conhecimento foi utilizado para organizar a produção nas fábricas e nesse período informacional, iniciado nos anos 1970, o conhecimento tem como meta o desenvolvimento tecnológico, a inovação, baseado na capacidade de armazenar, extrair e analisar informações. Hoje as novas tecnologias se concentram no processamento da informação, constituindo tanto matérias-primas como produtos, alterando radicalmente os modos de produção, consumo e de vida, promovendo impactos globais. Segundo os autores, os componentes organizativos do modelo informacional são a concentração dos processos de geração, conhecimento e tomada de decisões, tanto relacionados à informação como a seu processamento; flexibilidade do sistema e das relações entre suas unidades; e passagem de grandes empresas centralizadas a redes descentralizadas.

Figura 44: Classe de informática em uma das escolas de São Paulo



Fonte: Revista Fórum, 2004, p.17.

Existem também problemas que advêm do uso das tecnologias, como o vício e a alienação que aumentam devido ao uso excessivo de vários aparelhos eletrônicos e a diminuição das relações interpessoais. Além disso, a incorporação da revolução tecnológica impactou

expressivamente o processo produtivo a finais do século XX, e “milhões de trabalhadores e consumidores” se tornaram “descartáveis”, deslegitimando a cidadania burguesa já garantida em sua expressão política (MARICATO, 2002, p.185). Alguns autores mais radicais preconizaram inclusive o fim das cidades, já que as comunicações integram compradores e fornecedores ao redor do mundo, mesmo em cidades pequenas, descentralizando esses processos.

Figueiredo Ferraz (1991) observou que, apesar dos efeitos tecnológicos alcançarem a todos, havia grandes diferenças qualitativas e quantitativas no uso dessas tecnologias entre os habitantes dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os que têm acesso às tecnologias, teoricamente, têm mais oportunidades e, nesse sentido, a desigualdade social se acentua em certos lugares, criando-se um abismo informacional entre informatizados e não informatizados, ainda que esses recursos tenham o potencial de democratizar o ensino em qualquer país do globo.

Como aponta o professor e pesquisador de tecnologias da UCLA, o indiano Ramesh Srinivasan, em entrevista à *Época*, as tecnologias não são neutras, mas exprimem os valores humanos, compreendendo que a "aldeia global" não é, na verdade, global, já que as "redes de comunicação digitais pertencem, dão dinheiro a, são vigiadas e classificadas" por muito poucos, principalmente "homens brancos do Vale do Silício": "no início, a Internet parecia ser um espaço de contracultura e anticorporativo, agora é um lugar para a produção econômica de corporações". De um espaço horizontal, descentralizado, a internet passou a ser um lugar de plataformas controladas por determinadas companhias (SOPRANA, 2017). Assim, Srinivasan (SOPRANA, 2017) constata que, em termos de melhorias, não seria suficiente criar novas tecnologias dentro de um laboratório, sem considerar os valores, sistemas de crenças e realidades vividas pelas pessoas, e sim criar as tecnologias "com elas", ressaltando também questões de privacidade e respeito às comunidades. Ele acredita no desenvolvimento de tecnologias melhores para "servir à humanidade", para "servir às pessoas", defendendo maior transparência em termos dos serviços da internet e "a urgência da criação de ferramentas tecnológicas que respeitem valores culturais e a voz de comunidades locais" (SOPRANA, 2017).

Por sua vez, Mitchell (1995), professor de arquitetura e tecnologias do *Massachusetts Institute of Technology, MIT*, constata uma disposição nova e inevitável na estrutura urbana e defende mudanças que acompanhem as maneiras de organização do mundo tecnológico. Segundo ele, arquitetos e urbanistas necessitam imaginar novos protótipos de organização espacial e do *habitat*, considerando as relações conectadas às novas estruturas de trabalho e consumo: aqueles que antes se deslocavam para trabalhar podem fazê-lo em casa. Assim, modificam-se os usos espaciais, diminuindo o número de deslocamentos, o tráfego e a

qualidade do ar. A introdução de operações virtuais de instituições bancárias, entre outras, reforça essas modificações e as áreas residenciais ampliam seus equipamentos, para que as pessoas desenvolvam as atividades cotidianas perto de casa. Logo, Mitchell (1995) entende que esses locais podem retratar a valorização de aspectos culturais e imagina que a arquitetura possa evoluir, ao conectar diversos espaços virtuais e reais em conformidade com os interesses dos habitantes. De Masi (2000) também previu essas mudanças derivadas do tele trabalho, com aumento das trocas de informações e mercadorias, diminuição dos deslocamentos e do próprio caos urbano.

4.2.2 A globalização

[...] Não é talvez o propósito último de uma convivência democrática, o de recuperar a sabedoria como fonte de ação em um viver cotidiano centrado no respeito mútuo e a colaboração na construção de um mundo humano desejável no estético, material e espiritual para todos?

Maturana, 1997

Como ressaltado, o mundo mudou muito nas últimas décadas e a análise das mudanças é extremamente complexa, co-existindo múltiplas perspectivas. Mesmo no senso comum existem visões opostas: para muitos o mundo piorou, trouxe confusão, insegurança, informações em excesso. No entanto, um olhar sobre os avanços tecnológicos, o aumento considerável da longevidade, os descobrimentos científicos, a crença em um mundo melhor também reflete a visão de outros grupos. Ambas as perspectivas inspiram estudos e pesquisas buscando justifica-las, dependendo de qual domínio cada um “escolhe estar”, como diria Maturana. Há, todavia, consenso com relação à complexidade, o pluralismo e a rapidez das mudanças, reveladas através da visão da diversidade de raças, religiões, crenças, saberes, realidades. Segundo Papaioannou

*Todas as civilizações, até agora, souberam apenas disfrutar de si mesmas sem ir mais longe, sem pensar em confrontar seus valores com os de outras civilizações contemporâneas ou passadas, sem ousar se submeter a prova de alteridade. A civilização da modernidade foi a primeira a ir além do círculo de giz reivindicando a totalidade da herança humana [...] o passado como um todo foi se incorporando progressivamente na experiência do presente, se transformando em um poderoso instrumento de prospecção. (PAPAIOANNOU, 1989 *apud* Faria; García, 2002, p. 35).*

Os sistemas capitalista e socialista, em sua forma corrente, são insuficientes diante das demandas. Depois da queda do muro de Berlim, o capitalismo absoluto e o neoliberalismo passaram a reinar no mercado livre, sob a competência feroz entre os países. De acordo com a análise de Naredo

Após haver apresentado ao ‘socialismo soviético’ como projeto de sociedade alternativa, o novo projeto se empenhou em perseguir, com graves danos sociais e ambientais, as mesmas metas desenvolvimentistas que o capitalismo havia proposto. Como é sabido, o modelo soviético se revelou menos eficaz que o capitalismo no alcance desses fins e acabou colapsando. Com o que o fracasso do projeto soviético se ofereceu como prova da inexistência de alternativas do capitalismo, quando o que de verdade demonstrou é que não cabe construir sociedades que se pretendam alternativas ao capitalismo seguindo as mesmas metas e o mesmo caminho de desenvolvimento econômico que esse sistema havia proposto. Ou também, que enquanto se mantiver a fé nas promessas do discurso econômico dominante como única face de progresso (com toda a mitologia da salvação pelo crescimento e a competitividade, agora chamadas de ‘sustentáveis e solidárias’) se estará cortando qualquer possibilidade alternativa: o ‘pensamento único’ aponta assim, logicamente, o ‘fim da história’ e ‘das outras ideologias’” (NAREDO, 2001, p.18).

De Masi, (2000, p. 235) acrescenta que, desde seu início, “há séculos, os estados democráticos funcionam ‘pessimamente’, porque dentro de um involucro igualitário se mantêm grupos autoritários” como o são as empresas hierárquicas, conduzidas de maneira ditatorial. Por sua vez, Castells⁵⁵ (2004) entende que a democracia *per se* não é um sistema fracassado, ainda que sua prática seja insuficiente e oscile demasiado entre os países. Sem dúvida, a acumulação de riquezas como valor máximo dos sistemas capitalistas nos últimos séculos não trouxe desenvolvimento, ao contrário, provocou situações díspares no mundo.

Figura 45: Votação em Porto Alegre



Fonte: Revista Porto Alegre, 2003, p.18.

Assim, o momento é de uma crise social profunda, como “consequência do esgotamento ou saturação dos padrões dominantes que não mais apresentam respostas aos problemas gerados pela própria estrutura social em seu desenvolvimento ‘normal’” (COSTA PINTO, 1986 *apud* Rotta, 1999, p.122). Para Lipietz (1991), nos períodos de crise o modelo vigente, seus objetivos, regras e promessas parecem superados, abrindo-se a possibilidade para uma nova definição de projetos e para o realinhamento das forças sociais. Portanto, o momento representa uma oportunidade para mudanças significativas, com a introdução de um novo paradigma. Uma dessas mudanças é a incipiente redistribuição de poderes em diversas sociedades, manifesta através da participação civil, assim como de instituições e empresas

⁵⁵ Entrevista de Manuel Castells no Programa Millênio, exibido pela TV Rede Globo News, Brasil, jun., 2004.

na promoção de melhores condições de vida, já que governos, isolados, não são capazes de solucionar a imensa quantidade de problemas urbanos. À ideia do estado de bem-estar se sobrepõe essa nova visão de cooperação e tomada de responsabilidades, que inclui a própria população.

Lipietz (1991) reconhece que duas posições diferentes marcaram a situação do Ocidente depois da década de 1970: países como Grã-Bretanha e Estados Unidos e, a partir de 1983, França, Espanha e Itália enfatizaram que como o Estado não era mais capaz de organizar o crescimento industrial e o consumo, deixemos que o mercado o faça, em uma espécie de liberalismo. Por outro lado, países como Alemanha, a Península Escandinava e Japão preferiram sair da crise através de mais organização interna com menor poder do mercado, se mantendo o papel do Estado. A finais dos anos 1980, o segundo grupo se encontrava em melhores condições, mais fortalecido. Por outro lado, nos anos 1940/1950, os países em desenvolvimento que haviam realizado construções sob a proteção do mercado, com as estratégias chamadas de substituição de importações, percorrendo caminho similar aos países do Leste - quando as economias abandonam brutalmente as proteções estatais - se desmoronam. Consequentemente, o autor descreve um embate fundamental entre se buscar mais apoio do mercado ou do Estado, questionando: Quais são os objetivos dos países – o crescimento material exclusivo ou a introdução de novas ideias de convivência, de solidariedade? Isso aponta para outra questão: Como reestabelecer o sentido coletivo sem retornar a hierarquia existente anteriormente?

Logo, questões e valores econômicos se transformam e induzem mudanças, pois atuam diretamente no *modus vivendi* das populações: do capital advém grande parcela do poder, não apenas como um valor intrínseco, mas através de ideologias de controle, aplicadas pelas economias hegemônicas⁵⁶ (GRAMSCI *apud* Rotta, 1999). Nas últimas décadas despontou, então, o fenômeno da globalização, redistribuindo poderes e capital e, como Hobsbawn proferiu, “talvez a característica mais chocante do final do século XX seja a tensão entre o acelerado processo de globalização e a inabilidade de ambas as instituições públicas e comportamentos coletivos dos seres humanos em lidar com isso (HOBSBAWN, 1995, p.15). Algumas décadas se passaram desde essas palavras e pôde-se notar a fixação de novos padrões econômicos e relações inéditas entre os países, a partir da globalização, que teve sua raiz nos anos 1970, segundo diversos autores (SEVCENKO, 2001, BORJA, 2005; CASTELLS, 1997), configurando novos costumes e ações no mundo capitalista. A

⁵⁶ Na concepção de Gramsci *apud* Rotta (1999), a hegemonia é “o domínio” e a conquista da “direção intelectual e moral da sociedade”, no sentido de se obter o consenso – por via de parceria ou de submissão – e de formar uma base social que garanta sua reprodução. Uma classe conquista a hegemonia quando controla a estrutura econômica e realiza o consenso, através de uma rede articulada de instituições culturais. A classe deve conseguir convencer que seus interesses são aqueles de toda uma sociedade.

globalização iniciou-se com a união de inovações tecnológicas, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, somada ao crescimento do setor de serviços, à troca incessante de informações e o consequente aumento do contato entre diferentes civilizações. Influíram ainda acontecimentos políticos, econômicos e sociais de países do leste europeu, a reunificação da Alemanha, a criação da União Europeia, eventos de política interna e externa, e acordos entre os Estados Unidos, Canadá e México, e os países do Cone Sul (KALLÁS, 1991, s.p.).

Para Furtado (1998, p.26 *apud* Saraiva, 2000, p.19), o cenário foi engendrado a partir de um processo histórico constituído por três aspectos principais: a intensificação de um esforço cumulativo, diante da elevação da poupança de algumas sociedades; a ampliação das possibilidades técnicas; e aumento de parcela da população com acesso a novos padrões de consumo. Outro evento significativo para o estabelecimento da globalização foi a estabilidade dos mercados e redução das barreiras aduaneiras, patrocinadas especialmente pelos Estados Unidos, no processo de reconstrução dos sistemas físicos (*hardware*) e dos sistemas de inteligência (*software*) do pós-guerra, provocando um crescimento econômico sem precedentes entre os anos 1950 até 1970, seguido pela liberação dos controles cambiais, promovendo o gatilho final para o começo da globalização - internacionalização, evoluindo depois para os fluxos de transações comerciais eletrônicas ininterruptas (SEVCENKO, 2001).

Dessa forma, a partir dos câmbios tecnológicos, das formas modernas de comunicação e dos novos meios de transportes, se somou a abertura econômica dos mercados “ampliados”, que passaram de locais para globais, com liberação e desregulação das economias locais, aumentando o poder das grandes corporações e gerando enorme fluxo de capital. A iniciativa privada, principalmente, cresceu em nível mundial, internacionalizando os mercados financeiros e expandindo as empresas transnacionais de forma inédita, conforme Bauman (1996 *apud* SCHERER, 1997). Essas empresas apresentam enorme mobilidade e têm o desafio de sobreviverem em um mercado aberto, com novas perspectivas nas relações internacionais e atividades econômicas, a partir dos mercados livres e estados mínimos. Para Lamounier, a globalização remete “à reorganização das estruturas produtivas e ao aumento de fluxos comerciais mundiais, no presente contexto de aceleração do desenvolvimento tecnológico” (LAMOUNIER, 1996 *apud* SCHERER, 1997).

No entanto, os avanços da ciência, da técnica, a indústria e a economia não estão sendo regulados pela política, pela ética nem pelo pensamento, acredita Morin (2010, p.9), pois a “amplificação e aceleração desses processos sem controle podem ser considerados *feedbacks* (retroações) positivos que constituem uma ruptura das regulações diante da amplificação a aceleração dos próprios avanços desenfreados”. Observa-se, então, que o capital trabalha sem a dimensão anterior do tempo, e as regras do mercado são manipuladas

e transformadas pelas tecnologias, eventos políticos e turbulências, se distanciando crescentemente das economias locais originárias. Por sua vez, o comércio à distância aumentou e superou a característica histórica de produção e consumo simultâneos no mesmo local, frequentemente produzindo-se riquezas sem a geração de novos empregos (DINIZ, 1999). Por isso, se o efeito da liberalização dos fluxos financeiros permitiu a ampliação dos investimentos mundiais, provocou uma separação entre as práticas financeiras propriamente ditas e os empreendimentos econômicos (SEVCENKO, 2001).

As mudanças quantitativas e, sobretudo, qualitativas provocam uma reestruturação no conjunto institucional e nas orientações econômicas, não mais baseadas apenas nos espaços dos lugares, mas nos espaços dos fluxos, colocando em primeiro plano as atividades em rede, através do espaço cibernético. A acessibilidade proporcionada pelos satélites constituiu essa rede mundial, descentralizando as companhias e modificando a noção de territorialidade e de fronteiras. Conseqüentemente, o centro do capitalismo se deslocou dos bancos para os grandes fundos de investimentos transnacionais, gerando uma dimensão virtual que rompeu com os mecanismos de regulação nacionais (SARAIVA, 2000).

Borja e Castells (1997) enfatizam a ampliação da acessibilidade, pois as empresas escolhem diferentes territórios para serem centros de produção, centros de decisão e planificação e centros financeiros. Com a descentralização das atividades, as empresas se instalam onde as vantagens fiscais forem maiores, com os menores impostos e salários, provocando mudanças nos sistemas produtivos locais; desejam aproveitar a força de trabalho e os recursos naturais dos países em desenvolvimento⁵⁷.

Figura 46: Fábrica na China e uma grande indústria da Hyundai



Fonte: Compilação do autor, 2021⁵⁸

Além disso, como constatado por Mandela (2000, p.7), “em nosso mundo moderno interdependente, o que acontece em um país impacta em muitos outros”, revelando a conexão

⁵⁷ De Masi (2000) exemplifica que hoje, a construção de um carro Fiat é assim: o carro possui pelo menos doze mil peças e somente duas mil são produzidas pela Fiat, outras duas mil são compradas na Itália e o restante compradas em outros países da Europa e do mundo. O autor cita que a globalização fez com que o planeta fosse como um pequeno lago, onde cada onda alcança e envolve rapidamente outros rincões do planeta. Se um avião sofre atraso em Milão gerará repercussões nos outros aeroportos do mundo. Se ações sofrem uma inflexão, influenciarão Wall Street e assim sucessivamente.

⁵⁸ www.britannica.com; www.furman.edu

inerente entre as regiões e os países, o que implica profundas transformações. Seja qual for a situação local, a produção de capital segue sendo o valor mais importante, acima de outros. Essa mobilidade provoca assimetrias globais, porque os estados oferecem melhores condições para as empresas, se preocupando menos com a oferta de empregos, ou seja, dividem seu interesse nos investimentos e na melhoria das condições sociais locais.

Continuarão os países a aceitar essa liberação dos mercados? Como se adaptarão a esse novo modelo? As respostas virão com o tempo, pois a expansão dos mercados inclui a possibilidade de criar-se contextos com regras mais rígidas. Existem autores que defendem inclusive que a globalização econômica neoliberal dominante não seja o problema. Sally, professor em economia e política internacional, destaca que independência e prosperidade estão intimamente relacionadas à capacidade de se realizarem transações internacionais. O autor argumenta que, nos últimos séculos, os países que se mantiveram mais abertos para o mundo econômico se tornaram mais ricos do que aqueles que se mantiveram fechados. A abertura é, de fato, condição para que um país tenha crescimento sustentável nos padrões de vida da população (SALLY, 2000, p.12-13). Qualificando o desenvolvimento de diversos países depois da Segunda Guerra, os que liberalizaram menos sofrem mais, ainda que sejam influenciados também por problemas internos como o clima e geografia difíceis, guerras civis e governos cronicamente corruptos. Assim, raciocina Sally (2000), a globalização pode contribuir indiretamente para a redução da pobreza, promovendo desenvolvimento.

Essa visão, explica Sally (2000), não significa que a globalização vai resolver todos os problemas, pois existem reformas institucionais vitais, como garantir estabilidade econômica e política, melhorar a proteção e o reforço aos direitos da propriedade privada, expandir as infraestruturas de transportes e comunicação, fatores que, em interação com a abertura dos mercados, podem trazer abundância. De maneira controversa, ele sintetiza que “a crítica antiliberal está equivocada: a marginalização é em grande parte causada por uma globalização insuficiente, ao invés de por muita globalização” (SALLY, 2000, p.13).

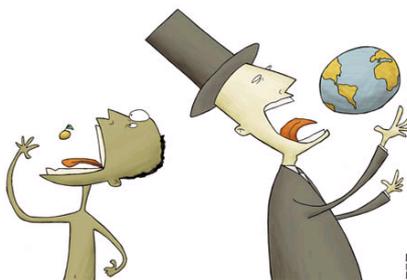
Como já comentado, Bauman (MILÊNIO, 2015) destacou a diminuição do poder de atuação do estado do bem-estar, *Welfare State*⁵⁹, pressionado a atender as demandas corporativas, não apenas nos países em desenvolvimento, mas também nas grandes potências, transferindo frequentemente a responsabilidade do sucesso para a esfera privada⁶⁰. A concepção que sustentou o compromisso do estado, baseada nos princípios administrativos fordistas e tayloristas, perdeu espaço para a flexibilidade, os processos contínuos de

⁵⁹ Morin critica os estados como “demasiado pequenos para pensarem globalmente e demasiado grandes para atuarem localmente” (MORIN *apud* Ribeiro, 2003, p.185).

⁶⁰ Da mesma maneira que os estados diminuem sua participação ao defenderem aumento da iniciativa privada e a privatização de empreendimentos antes sob sua responsabilidade, as agências financeiras desempenham um papel central, porque atuam conforme os novos pressupostos globais.

produção, participação, cooperação, que apoiaram as “novas práticas”. Perdeu-se controle sobre situações antes regulamentadas, sem discussões econômicas ou sociais sobre os novos padrões de relação, ignorando-se os custos sociais do “novo capitalismo”. Arantes (2000, p.69) ressalta que parece haver se instaurado no mundo globalizado uma “armadilha clássica do subdesenvolvimento”, isso é, uma grande modernização *desacompanhada* de desenvolvimento ou uma almejada “homogeneização social”.

Figura 47: Charge “Globalização”, de Mineu



Fonte: MINEU, s.d.

Dessa forma, são encontradas práticas protecionistas fortes nas nações mais ricas, mas que, ao mesmo tempo, defendem o livre comércio, gerando grande contradição no núcleo do discurso e das práticas globalizadas. A consolidação dessa nova referência de crescimento se dirige a um estado competitivo, eficaz e produtivo– na disputa por espaço, trabalho e produto, a partir de uma competição desigual onde a hierarquia continua clara e injusta. Mais que as diferenças patentes entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, novas imposições se tornam diferentes para os dois blocos. As ações a serem cumpridas pelos países para se alcançar um equilíbrio, promulgadas no Consenso de Washington (1989), não são as que foram seguidas até então pelos países desenvolvidos. (SARAIVA, 2000)

Os países do Norte insistem na divisão compartilhada dos riscos ambientais com os outros países e desejam tratá-los de maneira igualitária, o que seria ilógico, pois seus gastos de energia, matéria prima e consumo, incluindo o desperdício, são todos muito maiores. Logo, a globalização aumenta a propensão de super exploração de alguns países e continuidade do uso inadequado dos recursos, transmitindo uma ideia equivocada de liberdade de ações ou de liberalidade, visto que “os direitos conquistados e os projetos nacionais são submetidos às conveniências da especulação financeira internacional” (ACSERALD; LEROY, 1999, p.13), ou seja, a competitividade na gestão das cadeias produtivas de cidades e regiões se contrapõe a propostas de iniciativas solidárias (FISCHER, 2002).

Fiori reforça que a globalização traz um “processo de polarização crescente entre regiões, países e grupos sociais, com a aceleração das desigualdades inter e intra-nacionais, distanciando a promessa ‘do mundo sem fronteiras’ com equidade” (FIORI *apud* SCHERER,

1997, p.48), gerando nova hierarquia dos países e uma acumulação de riquezas inédita, com decisões concentradas na tríade Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão.

Figura 48: Globalização



Fonte: UNC, 2006.⁶¹

Emergiu, assim, a criação de grandes blocos de comércio internacionais, a partir de forças simultâneas e contraditórias, produtos de um mesmo processo – a globalização e a regionalização -, resultando em acordos como o NAFTA, envolvendo Estados Unidos, Canadá e México; o MERCOSUL, unindo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai; e o CEEF, a Comunidade Econômica Europeia (DINIZ, 1999, p.5), com plataformas produtivas comuns e distribuição de investimentos para potencializar o perfil de renda das populações, em uma estratégia para buscar seu “aplainamento” frente às desigualdades. Esses blocos econômicos, dizem Vieira e Vieira (2002, p.52) “resgatam à cena socioeconômica a regionalização”, o papel do lugar.

Dentro desse contexto de responsabilidade social que compromete a maioria das sociedades modernas, diante do problema de seus habitantes mais vulneráveis, em regiões da África, em áreas rurais e outras localidades, em realidades de desenvolvimento incipiente ou embrionário, a globalização exerce um efeito sistêmico e profundo, pois “os ganhos são privilégio de poucos, mas as perdas são amplamente socializadas”, observam Pádua, Leroy e Schlesinger (1999, p.61). Assim, a globalização é uma geografia desigual de poder, que traz um desenvolvimento econômico desequilibrado, desintegrando mais do que distribuindo riquezas, que se destinam à uma minoria de pessoas genuinamente globalizadas

Não existe país, nem que seja em um ponto mínimo, que deixe de estar ligado à essa modernidade global e nesse novo subsistema hegemônico a lei da ganância, que se transforma na lei internacional do lucro, passa a ser o motor único de mudança do mundo (SANTOS, 1988, p. 59-60).

Para Santos, com o agravamento dos problemas ambientais e dos conflitos étnicos e religiosos, se testemunha a contradição do sistema atual

⁶¹ http://www.unc.edu/world-College%20Updates%202006-global_economy590.jpg.

Somente as grandes empresas e os agentes financeiros (bancos) se beneficiam desse mercado dito homogêneo, pois a compreensão tempo-espaço, a unidade da técnica, a convergência dos momentos e o motor único (representado pela mais valia universal) acabam reafirmando e até mesmo aumentando as desigualdades sociais e territoriais. Na verdade, a globalização abre caminho para o monopólio da informação (Microsoft), para a guerra fiscal entre lugares, para o consumo desenfreado, para a ausência de política, para a falta de perspectiva emancipatória e para a sobreposição da competição à solidariedade (SANTOS, 2003 *apud* Brito, 2006, p.98).

Esse cenário propiciou a crise econômica iniciada na metade dos anos 2008, considerada a maior do capitalismo desde a grande crise de 1929. Na análise do engenheiro Eduardo Nery (2011), historicamente, a medida que os mercados de capitais evoluem para um sistema mundial, associado ao comércio de bens, serviços e tecnologia em amplitude planetária, alimentados pelos sistemas de produção e consumo de todos os países, a vulnerabilidade e o nivelamento do risco do sistema global aumentam com a constituição e operação da rede ou redes: quanto maior a integração e os graus de conexão entre as economias, maiores os interrelacionamentos e interdependências, menores as regulações e supervisões, contribuindo para distender as tensões e riscos locais ou regionais, desde que os princípios possam ser manipulados ou subvertidos sem que se perceba ou, mesmo que percebidos, sem que se disponham de mecanismos para promover as intervenções exigidas para evitar sua propagação e efeito sobre todo o sistema. (NERY, 2011)⁶².

Entre 1997 e 1999 os sinais de desequilíbrio da economia mundial e dos mercados financeiros permitiram ataques especulativos contra economias de vários países, a partir do Japão, seguido por Malásia, Argentina e Brasil, entre outros, e pela Rússia, que não puderam se defender e entraram em recessão. Os principais fatores causantes das crises são os altos preços das matérias primas, a sobrevalorização do produto, uma crise alimentar mundial e energética, elevada inflação planetária bem como uma crise creditícia, hipotecária e de confiança nos mercados. Com a globalização econômica e os mercados financeiros em rede, diversas de suas características que atribuem ao sistema condições de intangibilidade e volatilidade desapareceram e os riscos sistêmicos alcançaram proporções poucos mensuráveis, a medida que poucos atores podem levá-lo a destruição, segundo Nery (2011).

A partir dos balanços anuais deficitários dos Estados Unidos há mais de uma década, se formou uma grande dívida externa, afetando o mundo inteiro. Um dos primeiros impactos foi sentido na China, que vinha acelerando seu processo de desenvolvimento, conseqüentemente induzindo países produtores de *commodities* – bens primários, matérias primas – a expandir sua produção para sustentar o processo, acompanhado do aumento simultâneo dos preços. A retração dos mercados internacionais diminuiu a geração de

⁶² Ideias baseadas no texto de Eduardo M.T. Nery. Ensaio: Alternativas de “*Funding*” para o desenvolvimento da energia elétrica brasileira em tempos de crise e potencial recessão mundial. Apresentado no I SINREM: Simpósio Nacional de Regulação, Economia e Mercados de Energia Elétrica. 2011.

receitas da China e sua capacidade de compra, bem como a manutenção de suas taxas projetadas de desenvolvimento e crescimento econômico-social (NERY, 2011). Assim, a depressão econômica se caracterizou por insuficiência de despesas da população e de instituições consumidoras em absorver a capacidade produtiva. O agravamento da crise acompanhou a diminuição dos investimentos próprios e externos, com menor fluxo de capital estrangeiro, intensificando a retração produtiva, de consumo e as desigualdades internacionais. Logo, diferentes governos lançaram mão de uma série de estratégias para equilibrar as perdas internas, como a aplicação de recursos financeiros bilionários nas instituições dominantes dos mercados de países ditos desenvolvidos, para aumentar o nível de emprego e manter os níveis de seu consumo interno, ainda que nenhuma tenha tido efetividade com relação a origem dos movimentos que colapsaram o sistema. Constata-se, então, o mecanismo de *feedback* negativo atuando sobre o sistema econômico mundial, onde se perpetuou um ciclo negativo de produção de bens e de consumo, afetando o funcionamento geral dos sistemas. (NERY, 2011).

Como Nery (2011) constatou, apesar de previsões otimistas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE, em 2009, surgiram novas crises, como o da Grécia, em 2011, revelando que nenhum país estava liberado da situação e que suas causas centrais seguiam atuando. O câmbio, as exportações, a entrada do capital internacional, o funcionamento do mercado interno e externo são fatores que exercem influências no funcionamento econômico de cada país, que necessita rever seus posicionamentos, prevenindo o capital especulativo tanto como possível, fortalecendo seu mercado interno com a aplicação de parte de suas reservas em investimentos produtivos e distributivos, corte nos gastos públicos, buscando outras maneiras de aumentar seus ganhos, junto à necessidade de haver novas regulações no mercado mundial.

Nesse panorama, Cassiolato (1999 *apud* Saraiva, 2000) identificou que o novo paradigma econômico e tecnológico internacional se caracteriza pela substituição de tecnologias intensivas em capital e energia, e de produção em massa pelas tecnologias da informação; um papel primordial da competição a partir do conhecimento; a formação de redes de trabalho entre as empresas e as instituições de pesquisa e ensino, promovendo novas formas de organização; o controle da maioria das áreas de progresso tecnológico pelas grandes corporações, definindo a estratégia de competitividade global através das redes corporativas; uma nova organização espacial da atividade econômica e hierarquização dos centros de decisão; a polarização do mundo em blocos e regiões; a incorporação de mercados nacionais que geram vantagens competitivas, com normas e leis mais atrativas e flexíveis que outros.

Na análise de Touraine (2005, p. 257), a globalização promoveu a mundialização da produção e dos intercâmbios e representa, acima de tudo, uma forma extrema de capitalismo, “como

separação completa da economia e das demais instituições, em particular sociais e políticas, que já não podem controlar”, fragmentando o que se chamava sociedade. No início da modernização, os fatos sociais eram pensados em termos políticos, como ordem e desordem, autoridade, nação, e apenas depois da Revolução Industrial essas categorias políticas foram substituídas pelas categorias econômicas e sociais, como classes, benefício, competência, negociações coletivas. As mudanças que incluem a “derrubada das categorias sociais de análise e de ação” (TOURAINÉ, 2005) são tão profundas que, segundo o autor, um novo paradigma está substituindo o paradigma social, bem como este ocupou o lugar do paradigma político, instalando um paradigma cultural que enfatiza a reivindicação dos direitos culturais, em substituição à luta pelos direitos sociais, característica do momento anterior, marcado pelo individualismo.

Touraine (2005) entende que família e escola estão na base dessas batalhas e sugere que se crie um novo dinamismo para “recompor” o que o modelo ocidental separou, como as grandes polarizações entre a sociedade de elite e as categorias consideradas inferiores, a partir de tensões e conflitos contínuos. Esse “novo capitalismo”, diz Touraine (2005), encabeçado pela globalização econômica, é insustentável, pois não está de acordo com os valores centrais da dignidade e da validação ecológica, demandando novas saídas.

Figura 49: Crianças trabalhando em um lixão na Nicarágua, América Central



Fonte: Foto G. Martin, Garbage⁶³.

Para o economista Dani Rodrik, de Harvard, a globalização afeta mais o tecido social nacional, com conflitos emergindo sobre “normas e instituições domésticas”, demandando uma compensação entre os ganhos da globalização e a “estabilidade social doméstica”. Por isso Rodrik (*apud* Sally, 2002, p.12) indica a restrição de importações nos países em desenvolvimento e valorização de suas próprias políticas industriais, sugerindo a constituição de uma cláusula na Organização Mundial do Comércio, OMC, em defesa do desenvolvimento social, para a proteção do comércio local em países desenvolvidos e em desenvolvimento.

⁶³ <http://www.radford.edu/~gmartin-Garbage%20seekers%20community.jpg>

Por outro lado, o administrador do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas na década de 2000, Mark Brown, apontou que “soluções globais são necessárias para prover bens públicos globais”; e essa governança global deve estabelecer parcerias que envolvam governos, organizações e negócios internacionais e ONGs para atuarem conjuntamente em um espectro muito amplo de políticas públicas (BROWN *apud* Sally, 2002, p.12). Morin (2010) também defende a busca por soluções globais, compreendendo que a partir da globalização tecnoeconômica nasceram as infraestruturas de um novo tipo de sociedade, a “sociedade mundo”, que tem inimigos comuns e deve buscar soluções comuns para os problemas, pois

a mundialização tecnoeconômica apresenta uma dupla face: ao mesmo tempo em que desenvolve a supremacia dominadora do Ocidente, provoca o surgimento de novas potências asiáticas – China e Índica, ou latino-americanas – Brasil – e tende a desenvolver, ao mesmo tempo e contraditoriamente, um mundo multipolar. Uma vez que as dependências se agravam, seu processo contribuiu para a interdependência da espécie humana e para uma comunidade de destino *de facto* para toda a humanidade. (MORIN, 2010, p.146).

O paradoxo, explica Morin (2010), é que essa comunidade se faz realidade sobretudo a partir da expansão das ameaças planetárias mortais, como a proliferação de armas de destruição massiva e a degradação ininterrupta da biosfera. Na verdade, a comunidade global deve refletir a unificação de potenciais que solucionem problemas comuns, com troca de experiências e recursos, potencializando as ações. O professor de história israelense Yuval Harari (2021)⁶⁴ apresenta uma visão semelhante, entendendo que como é impossível retornar ao passado, podemos ter uma “melhor globalização”, o que pode, potencialmente, ser a solução real, por exemplo, para as pandemias. Assim, ele sugere a cooperação entre as pessoas e o compartilhamento de informação entre os países, “colocando suas mentes juntas” como a melhor proteção contra as pandemias, inclusive futuras, a partir da construção de uma “rede global, de um sistema global de monitoramento e prevenção” que “cubra” o acompanhamento de todos os países. Ele percebe que algumas instituições são o início desse sistema, como a OMS, mas estas precisam ter maior apoio financeiro e poder político na ampliação de sua efetividade, embora não necessariamente para tomar decisões, que é dever dos políticos, eleitos pelos cidadãos.

Além disso, Featherstone (*apud* Scherer, 1997) realça uma uniformização internacional de hábitos e convenções na esfera cultural como, por exemplo, a generalização crescente de conceitos standardizados de cidadania. De Masi (2000) ressalta que são globalizados os meios de comunicação em massa, a ciência, o dinheiro e a cultura, diminuindo-se a diversidade, pois se hierarquizaram alimentos, línguas, canções e filmes, exibidos ao redor do mundo. Sobre essa globalização informacional-cultural, Sevcenko diz que de maneira

⁶⁴ Apresentação de Yuval Noah Harari, na Expert XP, 02 de mar. 2021, sob o título “Lições para o mundo pós-Coronavírus”.

conjunta às questões econômicas, sociais e ambientais, existem outras que são impactadas pela globalização. São uniformizados hábitos e pautas de comportamento, valores estéticos, o consumo de produtos iguais ou similares em diferentes partes do mundo, homogeneizando mais as sociedades. Na atualidade, “por essa densa conectividade de toda a rede de comunicações e informações envolvendo o conjunto do planeta, tudo se converteu em uma só coisa (SEVCENKO, 2001, p.21).

Figura 50: *Ginger Coca Cola* na China



Fonte: *What's on Weibo*, abril 2017.

Bem como em outras áreas, costumes e valores locais podem ser perdidos e empobrecidos, devido aos intercâmbios e à influência excessiva, o que, no entanto, pode influir em sua revalorização, para que se mantenham. Morin (2010, p. 90) constatou que no século XX foi construída “uma esfera cultural verdadeiramente universal” pois

os meios de comunicação produziram, difundiram e mesclaram o folclore mundial a partir de temas originais surgidos de culturas diferentes, ora regeneradas, ora sincretizadas”. (A mundialização cultural) está constituída por grandes ondas transculturais que favorecem a expressão, em seu cerne, das originalidades nacionais (MORIN, 2010, p.90).

De tal modo, culturas ricas são aquelas que protegem sua essência e, ao mesmo tempo, integram novas influências, sem perder sua identidade. É nesse contexto que as informações, incluindo as culturais, se tornaram bens tão valiosos como mutáveis. Enquanto na sociedade industrial o poder dependia da propriedade dos meios de produção, localizado principalmente nas fábricas, o poder da sociedade pós industrial depende dos meios de idealização, dos laboratórios, universidades e meios de informação, representados pela comunicação em massa, estudos e pesquisas. Países mais poderosos são os que produzem ideias, desenvolvem pesquisas e, por conseguinte, decidem sobre o futuro da maioria - enquanto alguns países produzem bens materiais, outros consomem e trocam produtos por matéria prima, mão de obra, ou oferecem sua subordinação política. De Masi (2000) nota que os países consumidores que desejam reverter sua situação devem passar do consumo para a

fase da idealização, sem cruzar a fase de produção, investindo em pesquisas científicas, promoção artística e educação⁶⁵, fatores essenciais no desenvolvimento de uma sociedade.

Essa situação se explicitou sobremaneira no ano de 2020, a partir da pandemia do Covid-19, observando-se um conjunto de países que pesquisavam a vacina com a maior urgência possível, revelando sua capacidade e recursos na organização, somado à mão de obra e materiais disponíveis, enquanto o restante do mundo aguardava a vacina. Como observado por Harari (2021) sinteticamente, o ano pandêmico de 2020 pode ser resumido por “sucesso científico acoplado com fracasso político”, porque em um ano os cientistas isolaram o vírus, desenvolveram testes e criaram várias vacinas, através de um processo colaborativo mas, ao mesmo tempo, em termos políticos ocorreu enorme falha relativa à organização de ações de combate à pandemia e, a despeito do sucesso de alguns governos, não houve a emergência de líderes ou de um grupo de líderes que prevenissem a disseminação do vírus e protegessem a humanidade como um todo, apesar de terem o conhecimento e as ferramentas necessárias, mas não “a sabedoria política” para fazê-lo. Por exemplo, não foram compartilhados os insumos e as vacinas para que todos fossem vacinados, sem que os governos compreendessem que enquanto isso não ocorra todos estão em risco, devido à proliferação do vírus; ou seja, ainda não há a cooperação global imprescindível para solucionar um conjunto de problemas globais muito complexos.

Figura 51: Laboratório de análises clínicas, Janaúba e pesquisadora italiana



Fonte: Compilação do autor, 2001⁶⁶.

Existe, então, uma estreita relação entre conhecimento, inovações e produção, elementos esses proporcionais ao grau de modernidade das sociedades, nos tempos atuais. Conseqüentemente, as relações espaço e tempo mudaram, através de processos que cruzam fronteiras e conectam comunidades e organizações rapidamente, unindo territórios longínquos. Para aqueles que possuem internet, ficou simples acessar qualquer parte do

⁶⁵ Como exemplo de um salto no degrau evolutivo De Masi (2000) menciona o *Silicon Valey*, Califórnia, que apresentava condições típicas de uma área economicamente deprimida, ainda que estivesse próximo de grandes centros universitários, como os de San Diego ou Santa Bárbara e passou, em poucos anos, de rural a pós-industrial – sem ser industrial - tornando-se mundialmente reconhecido por sua alta capacidade de gerar conhecimentos e riqueza.

⁶⁶ Foto da autora e Revista Milan, 2003, p. 18.

mundo, fazendo com que espaço e tempo pareçam encurtados. O espaço não representa apenas uma área concreta, mas também uma área socialmente produzida a partir do uso, das práticas e costumes, ou seja, o espaço organiza o tempo. Assim, por um lado o espaço se “encurtou”, se “alcançando” o outro lado do mundo em um *clíc* no computador. As distâncias estão mais curtas, em termos perceptivos, e um evento em qualquer cidade do mundo pode repercutir imediatamente em pessoas e lugares distantes.

As mudanças afetam a vida de todos e suas identidades, pois o conceito de tempo, conectado às experiências pessoais, sociais e coletivas tem grande significado: cada um pode valorizar mais passado, presente ou futuro, e essa estruturação temporal é um desafio. “A globalização promete agora o sincronismo planetário e a adoção de um novo cronômetro histórico, uma mesma duração e uma mesma linguagem. Abolir as fronteiras do tempo, depois de ter derrubado as fronteiras geográficas”, sugere Jean Claire (1983 *apud* Echegaray, 2002, p.39).

Essa questão complexa motiva muitos estudos. Vários autores ressaltam que se comprimiu a visão do espaço e do tempo, como Bofill (2001)⁶⁷ e também Doreen Massey, que enfatizam a aceleração do tempo via troca de informações em rede, comprimindo o espaço e encurtando distâncias – não para todos ou em todos os lugares, trazendo vantagens econômicas e de poder para poucos proprietários de multinacionais ou agentes financeiros internacionais localizados nas grandes metrópoles, mais ainda, “[...] a mobilidade e o controle de alguns podem ativamente enfraquecer outras pessoas [...] A compressão de tempo-espaço de alguns pode solapar o poder de outros” (MASSEY, 2000, p.180 *apud* Brito, 2006, p. 95-96), sob a lógica perversa já comentada. A convergência de momentos ocorre em parte “pela convergência de mundos vividos”, promovendo uma “unicidade dos tempos”, ao se reconhecer acontecimentos em qualquer parte do globo, mas o mundo não está ao alcance de todos, apenas de alguns privilegiados, reforça Santos (2003). Desde outra perspectiva, se pode dizer que o espaço se “alargou”, diante de suas múltiplas possibilidades de uso, a partir de um mundo com menos fronteiras. Com a intensificação das relações em escala mundial, acontecimentos em várias partes do mundo se influenciam mutuamente, constituindo essa visão espacial ampla.

Albagli *apud* Saraiva (2000, p.44) também ressaltou, baseada na ideia de Giddens, que nas sociedades anteriores havia plena coincidência entre o tempo e o espaço, enquanto agora existe um “desencaixe” entre os dois, devido a dois fatores centrais, a uniformização da medida do tempo e a universalização do dinheiro, o que proporciona a instantaneidade das transações comerciais. Giddens aponta que o “desalojamento do sistema social” representa a descontinuidade em respeito à ordem social anterior, onde espaço e lugar eram coincidentes

⁶⁷ Apresentação de Ricardo Bofill, sobre Cidades Contemporâneas, em Barcelona, MACBA, 17 dez. 2001.

A modernidade separa, cada vez mais, o espaço do lugar, ao reforçar relações entre outros que estão ‘ausentes’, distantes (em termos de local), de qualquer interação face-a-face. [...] O que estrutura o local não é simplesmente aquilo que está presente na cena; a ‘forma visível’ do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza (GIDDENS, 1990, p.18).

Logo, a desterritorialização do espaço, na leitura de Mitchell (1995), está acompanhada da desmaterialização do território, ou seja, o espaço apropriado por cada um não é mais contínuo ou limitado pela díade “proximidade e distância”: existem relações de redes e não apenas de vecindário imediato, promovendo trocas internacionais, bancos e trabalhos acessados desde casa. Consequentemente, as relações sociais são extraídas dos contextos de interação e reestruturadas ao longo de escalas indefinidas de tempo-espaço (GIDDENS, 1990). Assim, o tempo “diminuiu” e o espaço adquiriu novas configurações. Além disso, há um excesso de informações impossível de se apreender. Com essa aceleração mundial generalizada “em tempos de rotação do capital” uma primeira consequência importante foi, segundo Harvey, a acentuação da volatilidade e transitoriedade “das modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, ideias e ideologias, valores e práticas estabelecidas. A sensação de que ‘tudo que é sólido se desmancha no ar’ raramente foi mais pervasiva” (HARVEY, 1992, p.258), ou seja, ao mesmo tempo que os processos transmitem uma ideia maior de flexibilidade, revelam as dificuldades de fixação de padrões estáveis e, no “reino da produção de mercadorias”, o efeito principal foi a acentuação de valores da “instantaneidade” e do “descartável”, completou Harvey (1992). Esse pensamento se assemelha à metáfora da modernidade líquida, nomeada por Bauman (2009), para qualificar a fluidez dos tempos. Essa nova concepção do tempo e do espaço, com a “anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais” tende a polarizar a condição humana

Para alguns, é o augúrio de uma liberdade sem precedentes face aos obstáculos físicos e uma capacidade desconhecida para se mover e agir à distância. Para outros, pressagia a impossibilidade de se apropriar e domesticar a realidade, uma localidade da qual têm poucas possibilidades de se libertar para mudar-se a outro lugar. ‘Quando as distâncias já não significam mais nada’, as localidades, separadas precisamente por distâncias, também perdem seu significado (BAUMAN, 2009, p.24)

Todavia, Morin (2010) aponta uma “solução” para esses conflitos contemporâneos, indicando que “a vitória será para aqueles que saibam fazer a síntese entre identidade cultural e cidadania planetária”, desde que se mude de caminho e se comece novamente, porque quando o sistema é incapaz de tratar seus problemas vitais, ou se desintegra, ou é capaz, em sua desintegração, de se metaforsear em um metasistema mais rico, capaz de resolver seus problemas. Essa situação se ajusta à noção do *feedback* positivo, quando certo funcionamento no mundo humano desintegra as antigas estruturas esclerotizadas e pode provocar a aparição de forças de transformação e de regeneração, conforme destacou o professor universitário japonês Magoroh Maruyama (*apud* Morin, 2010, p.15). Esses são

desafios enormes, trazendo alterações estruturais profundas, ainda que uma leitura crítica e sua própria influência venha passando despercebida pela grande maioria das pessoas.

4.2.3 O local e o global

Na “era da informação”, como a chamaram Borja e Castells (1997), forças globais e locais atuam conjuntamente nas cidades: como diz o jargão, “é necessário pensar globalmente e atuar localmente” diante dos problemas do mundo pós-moderno. As cidades geram ao mesmo tempo riqueza e pobreza, unicidade e diversidade, como uma célula composta por muitas outras células menores em que se manejam contrastes difíceis de se equacionar. Foram essas cidades que os autores chamaram de duais, resultado de uma fragmentação social profunda, onde o conjunto dos indivíduos melhor informados se conecta através de acessos privilegiados e, no outro extremo, indivíduos menos informados se apoiam sobre seus recursos escassos para defender sua sobrevivência.

A discussão sobre a relação global-local existe há muito, e cada cidade está envolvida por diferentes níveis administrativos, convivendo com instâncias de poder que se superpõem. No entanto, recentemente, essa relação vem recebendo protagonismo, devido às mudanças advindas da globalização, como as articulações de poder das corporações transnacionais, o desenvolvimento das economias em rede, uma reestruturação do aparato institucional e das práticas do estado. O desenvolvimento produtivo capitalista visualiza as cidades como plataformas de produção e o habitante como um consumidor em potencial. Nesse sentido, o contexto pede uma redefinição de modelos e políticas, trazendo um desafio inédito: Como promover o avanço simultâneo na economia local e alcançar a desejada inserção urbana internacional? Diante dessa dualidade, Albagli enumera três noções recorrentes (ALBAGLI, 1999 *apud* SARAIVA, 2000, p.43)⁶⁸: uma que aposta na diminuição da importância espacial; outra que preconiza o processo de revalorização do local, a medida em que se acentua a diferenciação concreta nos lugares; e uma terceira que defende a permanência da particularidade do nível local, ainda que sob influência da força universal do capital.

Segundo Castells (2000), desde essa lógica dupla dos espaços – a dos fluxos e a dos lugares – nos espaços dos fluxos ocorre a maioria dos processos dominantes, que concentram poder, riqueza e informação, enquanto nos espaços de lugares se constrói o sentido social, como base da interação e da organização institucional, para a aquisição do sentido humano. Santos (1996, p.272) também destacou que “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”, e tanto se associam como se

⁶⁸ Se pode traçar um paralelo entre estas noções territoriais e as três posturas das identidades culturais identificadas por Hall (2003): primeiro, as identidades culturais estão se desintegrando; segundo, as identidades nacionais e locais são reforçadas como resistência à globalização; e há uma hipótese mista: as identidades nacionais mudam para identidades novas e híbridas, mesclando identificações locais com elementos globais.

dissociam, seguindo objetivos de uma lógica global, o que inclui as funcionalidades do todo e, ao mesmo tempo, a lógica local. Assim, o “lugar-local é a base de sustentação do território organizado”, enquanto “o lugar global é a definição do espaço em função do processo de globalização da economia. [...] A intensidade das forças está na razão imediata do poder que emana dos interesses em jogo” (VIEIRA; VIEIRA, 2002, p.45-46).

A clássica divisão das escalas territoriais - local, urbana, regional, nacional e internacional - passam a se sobrepor e interpenetrar-se, simultaneamente, com relevância dada aos extremos - local e global, resultando no termo “glocalização” (SWYNGEDOUW *apud* Diniz, 1999, p. 6), um neologismo advindo das palavras globalização e localização, concebida na década de 1980 a partir das práticas comerciais japonesas, cunhado pelo sociólogo britânico Roland Robertson (ECHEGARAY, 2002).

Robertson e Giulianotti (2006, p.3) ressaltam a completa interdependência básica entre o local e o global, onde as culturais locais têm maior capacidade para adaptar, moldar e redefinir o sentido de qualquer fenômeno global para satisfazer suas necessidades, crenças e costumes particulares, imaginando um mundo de culturas “glocais, que receberam influências de forças culturais diversas, com origens cada vez mais indeterminadas”. A *glocalização* pode ser definida, então, desde uma perspectiva econômica ou cultural, primeiro como termo econômico relativo à pessoa, grupo, divisão, unidade, organização ou comunidade que está disposta e é capaz de “pensar globalmente e atuar localmente”. O conceito implica que a empresa (ou o ator social) se adapte às peculiaridades de cada entorno (que representa o glocal), diferenciando suas produções em função das demandas. A segunda definição da glocalização é a nível cultural, com a combinação dos elementos locais e particulares com aqueles mundializados, segundo Antonio Bolívar (2001), supondo que em um mundo global, com a progressiva supressão das fronteiras em nível econômico, político e social, se incrementa a existência de barreiras culturais, geradas pelas pessoas para defenderem suas tradições da globalização cultural.

Logo, Robertson e Giulianotti (2006) abordam a “glocalidade” propondo a interação entre local e global: o local é um aspecto do global: a globalização significa aproximação e mútuo encontro de culturas, se definindo através dessa interdependência de localidades, em um anseio da modernidade em conectar harmoniosamente o universal e o particular. Como aponta Acserald (2002, p.33), “a reestruturação das geografias da circulação e da acumulação do capital altera as configurações espaciais e as escalas de governo existentes, inaugurando novas e contraditórias formas de produção do espaço”, sendo que o local as vezes é espaço para uma “política alternativa de resistência” ora é para “assimilação e adaptação ao discurso econômico dominante.” Para Santos, na busca pelo lucro máximo são utilizados

conhecimentos para propiciar escolhas acertadas dos locais produtivos, em um movimento contínuo, pois

as complementaridades territoriais, como a necessidade de produção, implicam a exacerbação da necessidade do movimento. Estaremos, portanto, diante de um movimento circular, ao qual chamaremos talvez de um círculo virtuoso: quanto mais circulação mais especialização territorial, quanto mais especialização territorial mais divisão de trabalho, quanto mais divisão de trabalho mais especializações, mais circulação. Conseqüentemente, temos diante de nós um movimento sem fim que acelera as mudanças da sociedade ainda que, sobretudo, vai contribuir para acelerar as mudanças do território. (SANTOS, 1988, p 52.)

A esses movimentos Santos (1988) chamou de “circuitos espaciais amplos de produção”, não se limitando apenas ao âmbito regional e demandando mais controle e regulação, a partir da recém instaurada divisão geográfica do trabalho. A cidade (grande) se torna o *locus* do que se faz no campo (não mais uma cidade pequena, mas local).

Nessa conjuntura, um dos fenômenos mais comuns tem sido o movimento de regionalização, com a valorização do local como chave para a economia, pensando-se e atuando de forma local e produzindo-se um comportamento global (JOHNSON, 2001). Destacam-se, portanto, o lugar, a região e a macrorregião, onde os lugares passam a ter importância fundamental nas estratégias econômicas globais, especialmente devido aos “novos condicionamentos geoestratégicos regionais” (VIEIRA; VIEIRA, 2002, p.47). Conseqüentemente, se reforçam estratégias nacionais e locais de desenvolvimento para evitar a perda de identidade e a submissão estrita às leis internacionais e globalizadas. Desde o final de 1980, políticas de desenvolvimento investem na desconcentração de atividades e em reformas institucionais, em movimentos de descentralização política e/ou econômica em países, regiões ou cidades, transferindo poder decisório para as esferas locais.

Parte importante desse processo - talvez a essencial – é a inserção produtiva e inclusiva de uma população educada no mercado de trabalho, ou seja, se devem promover localmente investimentos e gerar trabalho para impulsionar a expansão econômica e garantir a capacidade produtiva das comunidades, o chamado “desenvolvimento local econômico”, (DEL), pois se faz necessária a adequação entre as demandas e as potencialidades locais, que permitam aos habitantes produzir internamente e, quando possível, expandir sua produção para mercados externos. Algumas tendências produtivas econômicas são os investimentos em parques tecnológicos ou Arranjos Produtivos Locais, APL⁶⁹, incubadoras de empresas, *smart cities*, *hubs* de conhecimento, *startups*, unificando potenciais em um espaço comum de criação e produção, de integração entre conhecimentos e práticas.

⁶⁹ Os temas dos APLs, incubadoras, *startups* e afins serão discutidos no estudo de caso do município de Santa Rita do Sapucaí, que tem implementado alguns desses modelos produtivos em seu desenvolvimento.

A literatura sobre o caráter local do desenvolvimento data de finais do século XIX, quando Alfred Marshall (1890) introduziu o conceito dos distritos industriais, na Inglaterra e, a partir do sucesso da Terceira Itália (região dos distritos industriais da *Emilia-Romagna*), nos anos 1980, foram realizados estudos sobre os APL, compostos por pequenas e média empresas, PMEs, em setores específicos (SARAIVA, 2000). Existem muitos exemplos de APL bem sucedidos como o Vale do Silício, na Califórnia e a Rota 128, próxima a Boston (idealizados nos anos 1950 e precursores dos polos tecnológicos atuais), a região de Baden-Württemberg, na Alemanha, Cambrigde, na Inglaterra e Ile-de-France, na França, constituídos por cidades pequenas onde se concentram processos de inovação. Os objetivos dos APLs são a criação de uma rede de empresas, com estímulo à cooperação, desenvolvimento de qualificação profissional conjunta, aumento da competitividade, formação de novas lideranças, fortalecimento das entidades de classe, conquista de clientes, inovação tecnológica e, por fim, promoção do desenvolvimento regional (SARAIVA, 2000)⁷⁰, pois o APL foca em um certo conjunto “de atividades econômicas que possibilita e privilegia a análise de *interações, particularmente aquelas que levam à introdução de novos produtos e processos*” (VIEIRA; VIEIRA, 2002, p. 65).

A proximidade das empresas e profissionais propicia o compartilhamento de clientes, conhecimento e logística, para aumentar seus fluxos, criando-se uma atmosfera benéfica de relações não transmissível através de códigos formais, mas dos contatos presenciais. Os arranjos são realizados, então, na constituição de redes que envolvem pequenas e médias empresas ou, ainda, que trabalham ao redor de uma grande empresa⁷¹, envolvendo universidades e outras instituições de pesquisa.

Outra opção de desenvolvimento urbano é a instalação de um parque tecnológico que, como detalham Cunha e Santos, representa

um sistema institucional planejado em área geográfica construída e delimitada, baseado na concentração de empreendimentos intensivos em conhecimento e tecnologia que se beneficiam da proximidade física com universidades, centros de pesquisa, empresas e instituições para gerar um ambiente de ‘fertilização cruzada’ e sinergias para a disseminação e aprofundamentos de conhecimentos (CUNHA; SANTOS, 2009, p. 27).

⁷⁰ Apresentação de Christian Souza na Conferência Minatec, em Belo Horizonte, sob o título “Arranjos Produtivos Locais”, em out. 2004.

⁷¹ No entanto, a tese de que a participação no mercado internacional geraria o desenvolvimento almejado é questionável, devido à abertura sem controle das importações e à crescente saturação do mercado mundial que, além disso, se torna cada dia mais especializado. Tudo compromete esta jogada, considerando-se então que o mercado local segue fundamental para o crescimento nacional (ACSERALD; LEROY, 1999).

Figura 52: Vale do Silício, Califórnia e Parque Tecnológico em São Sebastião, País Vasco



Fonte: Compilação do autor, 2021.⁷²

Essa tem sido uma estratégia importante no Japão, através do estímulo ao desenvolvimento tecnológico com a implantação de algumas *tecnópolis*, cidades tecnológicas que buscam aportar seu dinamismo para áreas rurais, revitalizando espaços, trazendo facilidades de transporte e moradia, e resultando em uma reconversão produtiva da área (SARAIVA, 2000, p. 42). Isto demanda alta capacidade de organização e novas pautas de poder, de estruturação ao redor de realidades as vezes díspares, reflete Saraiva (2000). A existência de vontade, projetos políticos e de uma visão inovadora devem considerar as iniciativas externas e internas: “as iniciativas que tomamos no âmbito local constroem as metrópoles”, disse Jacqueline Fraysse (2004)⁷³, prefeita da cidade de Nanterre, França, defendendo o poder do local e das periferias que, em geral, são maiores e possuem mais habitantes que o centro urbano, devendo receber um grau de atenção similar e incentivo às discussões comunitárias sobre suas demandas: a participação sem precedentes dos cidadãos já é um movimento mundial da democracia, diz, defendendo a necessidade de se manter o orgulho da cidade.

Outra estratégia utilizada para minimizar a tensão global-local é aumentar a diversificação produtiva local, defendida por muitos estudiosos⁷⁴. As empresas e o sistema gestor se transformam, desde a divisão de competências até seus modos operativos, trazendo novas concepções de trabalho ao passarem de “um aglomerado industrial monoprodutor para um sistema produtivo industrial local organizado ao longo de uma *filiière*”, conforme Cassiolato e Lastres (2002, p. 74). Nesse caso, dizem os autores, as conexões entre empresas se intensificam para gerar um sistema mais complexo, demandando coordenação multiorganizacional na oferta de capacitações, somada ao papel decisivo das políticas públicas e privadas para promoverem sua eficácia. Essa *globalização* pode trazer respostas criativas, valorizando a vocação local, seu conjunto de condições diferenciais existentes ou

⁷² www.smartmtgs.com/california e www.vicontech.es

⁷³ Apresentação da prefeita de *Nanterre*, Jacqueline Fraysse, na URBIS 2004, sob o título “Regiões Metropolitanas: Marco Regulatório”, 16 jun. 2004.

⁷⁴ Investir-se em apenas uma vocação econômica costuma trazer riscos elevados, pois quando uma cidade ou região estão nessa situação e a atividade apresenta resultados negativos ou se esgota - como no caso da exploração de recursos naturais finitos, ou quando o mercado já não demanda aquele produto, o quadro geral é de difícil reversão, em parte pela dificuldade da população de aceitar a mudança e ampliar suas capacidades.

mesmo a criação de novos potenciais, com aumento da capacidade produtiva e exportadora e, assim, a criação de novos postos de trabalho sob forte interdependência entre empresas e os demais agentes, essencial para os negócios, serviços e atenção à população, podendo inclusive ampliar a coesão comunitária e a identidade local ou regional.

Muitas cidades vêm investindo nessa diversificação, com esforços concentrados no nível formativo, em estudos de mercado, marketing, aperfeiçoamento de produtos, estratégias de venda e logística, destacando-se as Pequenas e Médias Empresas, PMEs, devido à sua alta capacidade de geração de empregos e aproveitamento dos recursos. Elas atraem negócios e sustentam uma dinâmica de crescimento e sua inserção em espaços econômicos e culturais, dependendo da oferta de facilidades do cenário urbano e regional (como instituições de ensino, infraestrutura, acesso à TI, lazer), da atuação do poder público e própria população. Assim, ressalta-se que investimentos científicos e tecnológicos são muito importantes, pois se demanda continuamente uma sociedade qualificada, com pessoas inovadoras. O processo de aprendizagem deve ser predominantemente interativo e socialmente imerso no ambiente institucional e cultural local, na criação de uma economia de aprendizagem, destacando-se a inovação e respeito às especificidades. A aprendizagem se refere à construção de competências, com o estabelecimento de novas especializações e infraestruturas que facilitem o fluxo do conhecimento. Assim, uma vez que o processo de inovação possui vários componentes tácitos, cumulativos e localizados, os atributos regionais são decisivos.

Entretanto, essa busca pode acentuar problemas sociais, ao provocar uma polarização no espaço pois, como ressaltou Castells (1995), vem ocorrendo um declínio geral da força de trabalho, produzindo um grupo de população excluída, o que ocasiona uma estrutura social profundamente estratificada e segmentada entre força de trabalho avançada e outra desqualificada, que apesar de funcionalmente articulada, é socialmente segmentada. A isso se soma o baixo nível de comunicação entre certos grupos sociais, reforçado pela fragmentação territorial dos governos locais e de outras instituições, piorando a conexão entre as práticas. Logo, essa descentralização não significa necessariamente aumento da eficácia, aprendizagem e democracia, porque as vezes o local não possui qualificação suficiente para tratar questões complexas (MARES GUIA, 2003).

Além disso, mais do que a diversificação econômica é necessário reforçar ou resgatar a identidade urbana local, incluindo o patrimônio, a história e a memória, que se constituem por novas identificações, pois a globalização não provocou uma homogeneização identitária, mas sim rupturas e diversificações nas identidades culturais. Conseqüentemente, Castells (1995) traz como um desafio equilibrar o espaço dos fluxos com o poder dos lugares, pois “a globalização dos fluxos e a tribalização das comunidades formam parte da mesma reestruturação histórica”. Assim, as sociedades, territorialmente definidas, devem manter sua

identidade e sua cultura e se reconstruírem sobre suas raízes, estabelecendo códigos de comunicação com outras identidades (CASTELLS, 1995).

Figura 53: Artesã no atelier do artista Domingos Tótoro e um de seus pratos feitos com fibra da folha de bananeira, em Maria da Fé



Fonte: Fotos da autora, 2004

Esses aspectos são parte dos processos praticados nas últimas décadas, como os novos arranjos produtivos, a valorização das PMEs e das identidades locais, que devem se articular com o valor da sustentabilidade, discutido posteriormente, entendendo-se que não é suficiente apenas gerar lucros sem se valorizar as populações e proteger o meio ambiente. Diante desse conjunto de ideias, Asheim, Cooke e Martin (2006, p.14) sintetizaram a importância do local, qualificando alguns de seus aspectos: presença do capital humano; interações entre firmas, escolas e universidades; relevância das redes formais e informais de compra e venda para a realização de negócios e troca de informações; sinergias ou “excedente” inovador gerado a partir da cultura compartilhada; existência legítima de poderes estratégicos administrativos, em áreas como educação, inovação e suporte empresarial.

Mesmo com os desafios, a descentralização tem sido a maneira mais buscada para inovar a administração pública e desenvolver a sociedade, segundo Friedmann *apud* Fernandes (2000), acreditando que as especificidades do lugar conduzirão ao processo de planejamento, devido a alguns motivos: não existem soluções iguais para todos os problemas do domínio público; pode-se aumentar a participação social; e as regiões e localidades são o espaço do fazer cotidiano e, logo, têm uma importância suprema.

Figura 54: Recursos locais como a culinária e o artesanato



Fonte: Compilação do autor, 2021⁷⁵

Também não se deve transformar os recursos locais em fórmula mágica para a resolução de todos os problemas, porque o local dependerá sempre e crescentemente de sua inserção regional, das políticas nacionais e internacionais, que influem na tomada de decisões, especialmente em momentos de crise ou nos quais se escolhem novas diretrizes. Assim, a abordagem regional também apresenta forte relevância. Diversos autores defendem que a região é uma unidade de produção integrada fundamental, apresentando como vantagens proximidade geográfica, especialização setorial, estreita colaboração entre empresas, competição baseada na inovação, uma identidade social comum, organização conjunta de prestadores de serviços e o apoio de governos locais e regionais (SARAIVA, 2000).

Portanto, seguem-se estudos e práticas que buscam as melhores maneiras de promover o “encaixe” entre o global e o local, com respeito às identidades e suas condições particulares. Muitos defendem que projetos com esses desafios de articulação necessitam de gestores líderes, conceito identificado com a ideia de governança, entendida “não apenas como a substância da gestão, mas como a relação entre os agentes envolvidos, a construção de espaços de negociação e os vários papéis desempenhados pelos agentes no processo” (FISCHER, 2002, p.19). Com esse propósito, a ONU Habitat⁷⁶ defendeu a boa governabilidade como essencial para se desenvolver uma cidade integradora, onde todos possam participar produtiva e positivamente das oportunidades, apoiando os processos de descentralização e suas capacidades em prol da erradicação da pobreza. Assim, o Habitat lançou a “Campanha Mundial da Boa Governabilidade: por uma cidade integradora” (CAMPAÑA..., 2004), recomendando a promoção, em todos os níveis de governo, de políticas de inclusão. Logo, governança ou governabilidade e liderança são motores na construção das cidades, através de sua atuação ampla. Os líderes transitam entre o local e o global, criando uma ponte fundamental com as instituições ao priorizarem e pactuarem pautas consensuais de trabalho.

⁷⁵ www.italiancountrycooking.com; Folder Sebrae, SP (SEBRAE, s.d., p.4).

⁷⁶ O Banco Mundial e a ONU criaram uma estrutura de suporte para as alianças globais, fundando a *Cities Alliance*, destinada à realização de intervenções em larga escala na urbanização de assentamentos precários, para assegurar melhor qualidade de vida, investindo em infraestrutura, garantia de propriedade e habitação.

4.2.4 *Descentralização ou centralização*

Outra questão relevante é que cidades e regiões podem implementar lógicas diferentes em seu território: descentralização ou centralização, conforme suas estratégias de crescimento e/ou suas necessidades. Mitchell (1995) ressalta que, todavia, a centralização ocorre espontaneamente em algumas cidades, devido à excelência de suas infraestruturas eletrônicas, como visto em Nova York ou Londres. Na tese da economista Saskia Sassen

a combinação da dispersão espacial e da integração mundial – sob a condição de continuidade da concentração do domínio e do controle econômicos – contribuíram no desempenho de um papel estratégico das cidades maiores na fase atual da economia mundial (SASSEN, 1991, p.188)

Essas grandes cidades, que mantêm controle econômico, com longa experiência em negócios e transações bancárias, funcionam hoje como postos de direção na organização da economia mundial, o que Sassen (1991) chamou de “cidade global”. David Harvey (1992, p.266), complementarmente, aborda as cidades mundiais do sistema financeiro e corporativo como “centros altamente equipados, formando núcleos-chave de um sistema urbano global”, onde sua dotação estética e infraestrutural têm papel crescentemente relevante na competitividade urbana. Essas cidades globais - onde muitos recursos se encontram concentrados - funcionam como lugares-chave e praças de mercado, fundamentais para as indústrias líderes, as financeiras e serviços especializados, como campos para a produção de inovação e criação de mercados, ambos essenciais à sua expansão e internacionalização. Por sua vez, as indústrias líderes exercem uma influência tão pesada na ordem econômica e social que criam a possibilidade de um novo tipo de urbanização. Essa cidade global, escreveu Ianni

pode ser considerada um momento excepcional da realidade social, uma síntese privilegiada do encontro entre a geografia e a história, uma formação sócio-cultural na qual grande parte da vida social se apresenta de forma especialmente desenvolvida, acentuada, exacerbada. Pode-se encontrar na cidade as manifestações mais avançadas e extremas das possibilidades sociais, políticas, econômicas e culturais do indivíduo e da coletividade. (IANNI, 1999, p.47).

Cidades como Nova York, Tóquio e Londres se constituíram a partir da concentração de usuários ao redor de seus avançados centros de telecomunicações pois, como explica Castells (2000), concentram os custos de implementação dos sistemas tecnológicos, a partir de iniciativas de grandes empresas envolvidas em mercados nacionais e mundiais. Existe, segundo o autor (CASTELLS, 2000), uma simultaneidade entre a centralização das atividades de alto nível nesses distritos financeiros e a descentralização dos processos de dados em áreas menores, refletindo que a divisão espacial de trabalho permanecerá como um traço diferencial das indústrias de tecnologia da informação. Conforme Sassen (2001), nesses mercados segmentados ocorre a concentração de decisões, automatização do sistema organizativo e atividades à medida do cliente, enquanto há uma dispersão geográfica de

fábricas e empresas terceirizadas, cujos processos se sobrepõem. Assim, a tomada de decisões centralizadas somente é possível baseando-se no fornecimento de serviços ao cliente, através da gestão da informação. Sasken (2001) entende que quanto mais a economia se globaliza, maior será a convergência das funções centrais em cidades globais, porque necessitam de um vasto campo de atividades econômicas para a produção e reprodução desse poder. O processo resulta em trabalhos técnicos complexos e outros não especializados, já que a expansão da força de trabalho de alta renda depende da disponibilidade de um amplo grupo de trabalhadores de baixa renda; e determinados trabalhos se desvalorizam e outros se tornam prioritários, resultando em uma reorganização da relação capital-emprego.

As circunstâncias confirmam a emergência de uma rede de cidades estabelecendo uma hierarquia global, sugerindo que “a combinação de elevados níveis de especulação e a multiplicidade de pequenas firmas como elementos centrais do complexo financeiro e prestação de serviços ao produtor suscita uma questão relativa à durabilidade desse modelo de crescimento” (SASSEN, 1991, p. 201), tornando-se crucial estabelecer relações funcionais entre os processos de centralização e descentralização, sem um modelo sobrepor o outro.

Um estudo realizado por professores brasileiros indicou uma série de bons exemplos de governabilidade, frequentemente envolvendo a descentralização, praticados por prefeitos que escolheram caminhos além do tradicional. Fortes hierarquias, problemas aparentemente insolúveis ou a falta de recursos não os desencorajou com respeito ao seu objetivo de melhorar as cidades que governavam (FIGUEIREDO; LAMOUNIER, 1997)⁷⁷. São exemplos ainda escassos diante do grande número de cidades subdesenvolvidas, mas significativos para vislumbrar possibilidades concretas de mudanças. Por exemplo, em Campinas um novo modelo de gestão melhorou sobremaneira a administração urbana para benefício dos habitantes. O município está a 99 km de São Paulo e era o terceiro polo industrial brasileiro e um dos maiores da América Latina e, em 1997, 32,5% de seus habitantes apresentava bom nível educacional, com renda per capita elevada, inserção no mercado de trabalho e condições habitacionais adequadas para a maioria, contrastando com o restante do país. Possuía duas grandes universidades brasileiras, a UNICAMP e a PUCAMP (FIGUEIREDO; LAMOUNIER, 1997). Era também uma cidade tranquila, ao mesmo tempo que ofertava facilidades de uma metrópole apresentando, no entanto, grande desigualdade social.

A gestão municipal decidiu realizar, então, desde 1994, um amplo processo de descentralização, elaborando um projeto de lei, aprovado pelo prefeito José Roberto M.

⁷⁷ Os textos sobre o processo de transformação das cidades se encontram no livro “As Cidades que Dão Certo” (1997), de Figueiredo e Lamounier. Esses exemplos foram complementados com pesquisas e leituras em outras fontes e, em alguns casos, com visitas ao local.

Teixeira (1992-1996). Baseado nas experiências de Barcelona e São Paulo, ele determinou que as administrações regionais, distribuídas territorialmente, fossem responsáveis pela definição, execução, gerenciamento e operacionalização de suas metas. Foi criado um núcleo de poder, formado por um Conselho de Governo, três Conselhos Setoriais – Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Urbano e Meios Administrativos – e quatro Secretarias Setoriais. Com isso, a atenção ao cidadão adquiriu protagonismo e as Secretarias ganharam agilidade, atuando como uma “micro prefeitura”, com recursos e autonomia. A proximidade com a população fez com que os próprios funcionários começassem a buscar soluções para os problemas, revelando uma nova cultura na esfera pública, favorecendo especialmente os habitantes de baixa renda.

Em Vitória, capital do Espírito Santo, o prefeito Paulo Hartung (1993-1996) também aplicou a ideia da descentralização na gestão dividindo, junto à sua equipe, a cidade em sete regiões administrativas, criando quatro instrumentos gerenciais para evitar a burocracia: o Comitê Administrativo, Financeiro e Orçamentário, a Comissão de Intervenções Urbanas; a Coordenação da Área Social e a Comissão Gerencial, esta última articuladora das ações prioritárias, evitando superposição de tarefas. Esses instrumentos conseguiram a integração de ações, economizando-se dinheiro, tempo e trabalho. Os ganhos foram imediatamente percebidos: por exemplo, o Laboratório Médico Central, que antes realizava 20 mil exames mensais e entregava os resultados em cerca de 20 dias, passou a realizar 60 mil exames nesse mesmo período e entregar os resultados em três dias. Na área social, a prioridade foi implementar uma política dirigida a todos os segmentos urbanos, em interação com os agentes comunitários, sob os princípios de articulação setorial, complementaridade e solidariedade. Logo, enquanto em outros estados as Secretarias de Ação Social costumam ter um orçamento reduzido, em Vitória seu orçamento variava de acordo com as demandas, pois englobava demandas das outras Secretarias. (FIGUEIREDO; LAMOUNIER, 1997).

A secretária de Ação Social percorreu a cidade durante seis meses antes de assumir o trabalho, constatando problemas e recursos cuidadosamente. As estratégias foram definidas junto à sua equipe multidisciplinar e uma das propostas foram as parcerias feitas com ONG's, promovendo a escola de futebol para crianças carentes, o Projeto de Prevenção Odontológica, que atendeu a 25 mil crianças em um ano, a Fábrica Escola de Alimentos e outros 17 projetos. Sintetizando a mudança, o Secretário da Saúde, Anselmo Tose, declarou “existe por todo o país uma dificuldade muito grande de se realizar um trabalho intersetorial, pois se manejam geografias e organogramas diferentes. O grande desafio metodológico de hoje é a integração administrativa. É descentralizar a administração, de forma integrada” (FIGUEIREDO; LAMOUNIER, 1997, p.241).

Figura 55: Vitória, Espírito Santo



Fonte: Compilação do autor, 2021.⁷⁸

Nesse cenário, as políticas públicas são essenciais para o bem-estar dos habitantes ao responderem a múltiplos problemas, ressaltando-se que o aumento de participação social vem modificando a noção paternalista do Estado como provedor das soluções, o que é uma ideia equivocada e quiçá inviável diante da complexidade urbana.

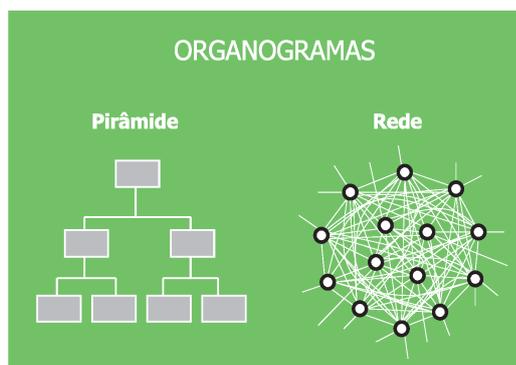
A psicóloga social brasileira Juliana Aun (1996) estudou propostas de políticas públicas do país na atenção aos deficientes, considerando as relações envolvidas nessas políticas, buscando compreender suas fragilidades e adequá-las às demandas, classificando. A autora classificou essas propostas segundo quem participa de sua elaboração e execução; e a quem se dirigem: direção governantes-sociedade; direção comunidade e técnicos profissionais para governantes; e direção comunidade de profissionais técnicos e governantes. Segundo sua pesquisa (AUN, 1996), muitas tentativas para instaurar melhoras se equivocaram, pois mantiveram o mesmo padrão de participação competitiva e uma organização hierarquizada, promovendo mudanças de primeira ordem. Nesse caso, o poder se mantinha “do lado mais forte”, frequentemente porque um dos sistemas acreditava conhecer suas leis de funcionamento, manipulando e controlando sua evolução e causando o fracasso involuntário do projeto. Além disso, as políticas aplicadas não costumavam considerar a complexidade desses sistemas.

Nas propostas alternativas ao *status quo*, Aun (1996) defendeu a utilização do poder como crucial para a realização das políticas públicas e força motriz nas mudanças de uma cidade, região e país, propondo a criação de um contexto de autonomia que permita um processo de co-construção ou participação conjunta dos elementos do sistema, de forma que todos se coloquem nas diferentes posições existentes, sem preconceitos. Essa co-construção pode ser de significados, relações e/ou formas de atuação propiciando, conseqüentemente, a constituição de um sistema que permita mudanças de segunda ordem nas relações governo-comunidade, criando-se uma nova organização, onde o poder é melhor distribuído. Assim,

⁷⁸ www.rentacarinternacional.com.br/; www.moodle.mec.gov.br

alguns governos modificam suas condutas e articulam interesses entre os diferentes atores, como sociedades, empresas e o mercado, ou seja, uma transformação é possível quando se propicia espaço para participação menos estratificada e com hierarquias flexíveis, onde os envolvidos atuam desde diferentes posições, formando-se as redes sociais (AUN, 1996).

Figura 56: Dois tipos diferentes de organogramas, em pirâmide e em rede



Fonte: MARTINHO, 2003, p.45

Maricato (2000, 2002) também apontou a necessidade de se criar um caminho de planejamento e gestão que contrarie o rumo depredatório que as cidades brasileiras vinham seguindo, sugerindo outro modelo de políticas públicas. Segundo suas propostas, é importante promover consciência da cidade real e considerar indicadores de qualidade de vida reais, “iluminando sua face oculta e ilegal”; criar um espaço de saber democrático, dando visibilidade aos conflitos e propiciando situações onde o cidadão seja interlocutor dos problemas; realizar uma reforma que integre os departamentos administrativos; aperfeiçoar e democratizar as informações; elaborar um programa especial para as regiões metropolitanas que ainda não possuem política institucional própria, em consonância com a gestão federal; tratar a bacia hidrográfica como referência para a gestão, pois esta revela as relações de cunho econômico na ocupação territorial; e formular políticas de curto, médio e longo prazo, organizando as práticas ao longo do tempo. O poder legislativo complementa essas ações, pois deve avaliar e conciliar os interesses urbanos e implementar as regras afins, enfocando as prioridades municipais. Além dessas questões, são discutidos em seguida outros temas específicos presentes da dinâmica urbana, como a geográfica, a arquitetura e urbanismo, a economia e o próprio sistema legislativo.

5 DIFERENTES OLHARES PARA A CIDADE

5.1 A geografia

Sendo a história da humanidade a história da transformação da natureza pelo trabalho humano podemos, a grosso modo, admitir que houve três grandes momentos nesta relação sociedade e meio: o primeiro momento é aquele em que o homem se encontra com o meio natural; o segundo momento aquele no qual ele cria o meio técnico; e o terceiro momento aquele no qual vivemos hoje e não se trata mais simplesmente de um meio técnico e o que constitui o meio geográfico é o que podemos chamar o meio técnico-científico

Milton Santos, 1988.

Figura 57: Sidney, capital da província de *New South Wales*, Austrália



Fonte: Foto *site* geocities, s.d.

A geografia - as delimitações físicas de uma cidade, com suas formas físicas e contornos, somados às conjunturas culturais particulares, resultam em um conjunto de construções e usos que constituem a paisagem: “o espaço é composto pela superposição dos múltiplos territórios concebidos, desenhados e experimentados pela diversidade de projetos e atores que compõem a trama social” e que o transformam com diferentes propósitos (ACSERALD; LEROY, 1999, p.29). Justamente, diz Milton Santos, o espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através de seu trabalho e da história social, e a geografia estuda as relações do homem com o meio no qual vive (SANTOS, 1988), ou seja, a maneira única com que cada sociedade concebe sua realidade, incluindo o modo de produção, a divisão do trabalho e as relações sociais se refletem na forma com que ela constrói o espaço, ocupa o meio ambiente. Nesse sentido, a perspectiva do geógrafo inclui aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, conectando-os com disciplinas complementares.

O espaço construído é, portanto, testemunho de uma história escrita ao longo dos tempos. Até o século XVIII, a natureza constituía a base material da vida, sem grandes modificações. No final desse século e, sobretudo no século XIX, começou o processo de mecanização do território, quando surgiu o que Santos (1988) chamou do meio técnico, que evoluiu para o meio técnico-científico, a partir da modificação do território, que crescentemente apresentou novas informações e tecnologias, resultando que

a cidade constitui, em si mesma, o lugar de um processo de valorização seletiva. Sua materialidade está formada pela justaposição de áreas diferentemente equipadas, desde as realizações mais recentes, aptas aos usos mais eficazes de atividades modernas, até o que resta do passado mais remoto, onde se instalam usos menos rentáveis, portadores de técnicas e de capitais menos exigentes (SANTOS, 1994, p.129-130).

Ao mesmo tempo que o espaço é resultado de uma estrutura social global, ele impõe e condiciona, de certa forma, a reprodução social e a evolução de outros espaços, através de sua inércia

se concluímos que a organização do espaço é também uma forma, um resultado objetivo de uma multiplicidade de variáveis atuando através da história, sua inércia passa a ser dinâmica. Por inércia dinâmica entendemos que a forma é tanto resultado como condição do processo. As formas espaciais não são passivas, mas ativas (SANTOS, 1996, p.53).

Assim, a geografia é o que possibilita e delimita a construção urbana, sendo fundamental na compreensão das cidades. Nesse sentido, uma cidade pode ser interpretada a partir de suas preexistências, persistências e desígnios. As preexistências podem ser do tipo morfológico, determinando parcialmente a estrutura da composição territorial. Oceanos, montanhas, planícies, cachoeiras, fauna e flora, clima, todos estes fatores conformam o espaço e são condições que se apresentam *a priori* à ocupação humana e seguem sua influência no transcurso da história. Elas são determinantes na ocupação espacial, podendo definir inicialmente as formas construtivas, seus elementos e usos junto às estruturas naturais presentes. As persistências, ao contrário das preexistências, se constituem com a construção humana no espaço; não formam parte do território, mas passam a existir no *a posteriori*. Representam condições mantidas no espaço durante um longo período, o suficiente para serem consideradas parte da sociedade, de forma similar aos hábitos. Esses traços aparecem e depois se conservam, integrando o território. Podem ser características culturais como crenças e tradições, determinadas formas construtivas típicas, um conjunto de práticas e ideias, que se estabelecem a partir de sua continuidade, envolvendo a construção coletiva.

Por sua vez, os desígnios ocorrem como consequência de algum acontecimento, seja este inesperado, casual ou planejado, e também se tornam elementos constitutivos de uma sociedade, como elementos culturais, desastres, ou algo que seja considerado marcante e se torne influente nas maneiras de viver em um espaço. Estes três componentes, preexistências, persistências e desígnios co-existem simultaneamente na ocupação territorial, constituindo a formação histórica espacial, enquanto a geografia se especializa na compreensão dessa ocupação, buscando criar espaços favoráveis à ocupação humana. O território, portanto, é suporte e expressão da sócio biodiversidade que emana dos projetos de vida de uma sociedade complexa. (ACSERALD; LEROY, 1999).

O interesse sobre a ocupação do espaço existe há muito na literatura. Na história, os escritos marxistas ortodoxos, dos estruturalistas do século XX e da geografia tradicional se baseavam, majoritariamente, em concepções do espaço como um “ente natural”, uma base para as relações sociais de produção e reprodução, como sendo uma superfície sem características próprias (GOTTDIENER, 1993). As mudanças no mundo do capital, para muitos teóricos, são parte de um processo temporal, sem considerações espaciais o que, de acordo com Gottdiener (1993), se modificou devido ao ressurgimento do “espaço” na teoria social crítica, especialmente a partir das ideias do filósofo francês Henri Lefebvre, do sociólogo espanhol Manuel Castells, entre outros, traçando uma crítica profunda contra a ação excludente do estado e o planejamento urbano generalista, burocrático, que vinham sendo praticados em processos de urbanização.

Lefebvre (1974), conforme a síntese de Gottdiener (1993) escreveu inúmeros textos sobre a condição urbana, defendendo que a transformação da sociedade moderna em sociedade humanista deveria ocorrer através de uma “revolução urbana”, com um desenho espacial organizado ao redor de uma vida cotidiana desalienada, algo considerado por muitos um avanço do pensamento marxista. Sua concepção ampla ressalta que o espaço possui uma natureza multifacetada e não pode ser reduzido à uma localização ou às relações de propriedade; o espaço não é neutro, pois resulta da soma das questões sociais e materiais. Logo, Lefebvre (1974) considerou três conceitos de espaço (que se assemelham à proposta das preexistências, persistências e desígnios): o espaço natural, que é a natureza propriamente dita, o ponto original do espaço social; o espaço mental, que é a produção teórica, o ponto de referência central do conhecimento; e o espaço social, o espaço da sociedade, da vida em comum das pessoas.

A natureza é, assim, o material com o qual as forças produtivas e a variedade de sistemas sociais moldam seus espaços particulares. O espaço, segundo reflexão de Gottdiener (1993, p.127) sobre a obra de Lefebvre, é um elemento muito significativo, “é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de se implicar na ação”, que se fortalece através da atuação do desenho espacial que é, ele próprio, um aspecto das forças produtivas da sociedade o que, junto à tecnologia, ao conhecimento humano e à força de trabalho, contribuem para nosso potencial de produção.

Figura 58: Vista área da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Foto, s.d.⁷⁹

Conseqüentemente, o espaço social é determinado pelas relações sociais de reprodução biológica e pelas relações de produção, representadas pela divisão de trabalho e pela organização das formas hierárquicas das funções sociais, que possuem suas qualidades e atributos próprios. A sociedade se reproduz parcialmente por meio do espaço e, segundo Lefebvre (1974), as coerências da ordem espacial controlam as contradições inerentes ao capitalismo, em benefício dos interesses dominantes, observando-se que a principal contradição espacial da sociedade é a confrontação entre o espaço abstrato ou a exteriorização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o estado, e o espaço social ou o espaço de valores de uso produzidos pela complexa interação de todas as classes na vivência diária (LEFEBVRE, 1974, p.241).

Dessa maneira, para Lefebvre (1974, 1999), como cada sociedade possui seu próprio modo de produção e reprodução, seu espaço particular resulta de uma forma específica de concebê-lo, retratando a prática social somada à representação do espaço e ao espaço representacional, que é envolvido em simbolismos complexos. Mais ainda, as relações que o regem devem se adequar à utilização do espaço para adquirir riqueza. A questão do controle sobre essas relações espaciais, portanto, tem para a sociedade igual importância revolucionária que a luta pelo controle de outros meios de produção, porque as relações de posse e as de exteriorização material se unem nas relações de propriedade, que formam a essência do modo capitalista de produção, diz o autor. O capitalismo se mantém, em parte, através do uso espacial, reforçando as relações necessárias à sua sobrevivência, o que significa que o espaço pode ser visto tanto como área para o consumo coletivo ou como pode-se ter o consumo do espaço, quando ele próprio se torna um objeto de consumo (LEFEBVRE,

⁷⁹ http://www.samarins.com/glossary/thermostat_open.gif

1974). Seu modelo não surge das estruturas econômicas objetivas, mas do uso cotidiano da cidade

o espaço, a terra, o solo não desaparecem, absorvidos pela produção industrial; ao contrário, integrados ao capitalismo, eles se afirmaram como elementos em sua extensão, uma extensão ativa. O capitalismo não apenas apreendeu o espaço preexistente, a terra, mas tende a produzir seu próprio espaço, através da urbanização, sob pressão do mercado mundial. Sob a lei do reprodutivo e do repetitivo, elimina as diferenças no espaço e no tempo, destrói a natureza e o tempo natural. (LEFEBVRE, 1974 *apud* Gottdiener, 1993, p.134)

Do mesmo modo, Castells (1977 *apud* Gottdiener, 1993, p.134) entende que a análise do espaço é “uma expressão da estrutura social” e não um elemento independente das relações, vinculando-se diretamente à acumulação de capital e à luta de classes. Para Harvey (1992, p.207), “nas economias monetárias em geral e na sociedade capitalista em particular, a interseção do domínio sobre o dinheiro, o tempo e o espaço forma um nexos substancial de poder social que não podemos nos dar ao luxo de ignorar.”

Também atual nos estudos da geografia é a valorização e análise do espaço a partir de diferentes escalas: global, territorial e local. O geógrafo Thiago Brito (2006, p.93) privilegia uma abordagem escalar para o estudo de problemas atuais e defende que, em uma análise, as escalas devem ser associadas. Para ele, essas três escalas são compreendidas como processos sociais de apropriação e dominação do espaço. O global é o espaço das transformações mundiais, da profusão das técnicas respaldadas pela ciência, da mais valia feita mundial. O lugar “é visto como o espaço da convergência e da divergência de duas racionalidades: uma vinda de fora, do global, que impõe uma lógica padronizada da circulação de mercadorias; outra que emerge do local”, buscando-se uma racionalidade propiciada pela proximidade, vizinhança e pela solidariedade. O território, por sua vez, “é visto como espaço de apropriação simbólica e de dominação política e econômica, mediação necessária entre o global e o local”.

Assim, considerando-se as mudanças nas sociedades contemporâneas, “o lugar é um híbrido, palco de transformação constante [...]”; o lugar se concebe como o espaço relacional da política, da economia, da sociedade e da cultura, “onde se encontra e entrelaça-se uma multiplicidade particular de relações sócioespaciais.” (BRITO, 2006, p.99).

Para Hissa e Corgosinho (2006, p.7,17) os lugares também são centrais na análise, como manifestação das identidades e, acima de tudo, por concederem a sua existência. Apesar das interpretações que enfatizam a padronização dos lugares, efeito de uma globalização unificadora, “a vida é feita dos lugares” e compreendê-los é considerar as possíveis e necessárias leituras da vida cotidiana: “o mundo existe nos lugares, porque a vida existe nos lugares”. Isto fala da dicotomia já discutida entre local-global, em conexão com as análises

geográficas. Se valoriza, portanto, a reflexão sobre a vida cotidiana como importante instrumento para interpretações, a despeito da suposta supressão dos lugares, que alcançam protagonismo a partir do mundo vivido e da vida cultural, da comunicação, diz Santos

[...] o processo de construção do lugar envolve o desenvolvimento de espaços simbólicos, singulares, resultados de um movimento de cooperação em espaços contíguos, de relações intensas entre os *sujeitos da vida social*. Nos lugares [...] encontra-se o sentido do mundo, compreendido como o *espaço comum* que se estrutura, simultaneamente, a partir do encontro e da alteridade (SANTOS, 2002 *apud* Hissa; Corgosinho, 2006, p.18).

Hissa e Corgosinho (2006) defendem que essa reflexão sobre o lugar pondera sobre as identidades, afetadas pelos movimentos contemporâneos. Isso revela seu dinamismo e a proeminência dos lugares como “*locus*” da existência. Complementando, “é do lugar que se percebe o mundo e do mundo que se retorna ao lugar para a realização prática e cotidiana das transformações sociais” (SANTOS, 1996).

Mesmo com a relevância do lugar e a suposta perda de poder do Estado Nacional, é na escala e compreensão do território que se pode compreender a perspectiva nacional e a própria dinâmica global-local, conforme Santos (1994). Para Brito, “a análise sobre o território envolve uma abordagem de dimensão mais ‘concreta’, objetiva, de caráter político-econômico”, remetendo ao domínio do território, controle de fluxos e acessibilidade de pessoas e mercadorias, de demarcações de fronteiras e de limites de poder. Respectivamente, continua, trata também de outra abordagem, “mais ‘imaterial’, subjetiva, de caráter simbólico e cultural, constituída por grupos sociais como forma de referência e representação, no processo de apropriação do espaço em que vivem”. (BRITO, 2006, p.101-102). Ou seja, no território acontece o movimento amplo da sociedade e aquele do espaço particular, o que aponta para a sua importância.

Nesse cenário, Vainer (2002) considera que apenas mudanças estruturais profundas transescalares serão capazes de possibilitar uma reviravolta no quadro de desigualdades e miséria social que aflige o mundo atualmente, permitindo uma visão integrada dos fenômenos e uma transformação sócio espacial. No cotidiano estão expressas e impressas todas as escalas espaciais e não é necessário que uma se sobreponha às outras; todas são importantes para a compreensão do mundo contemporâneo e cada uma guarda um aspecto da realidade ou ‘uma significação do movimento de totalidade’”, explica Brito (2006, p.103). Nesse sentido, conclui o autor, as escalas são também processos, e os próprios processos apresentam “suas dimensões transescalares porque, nos dias atuais, parecem não existir mais fenômenos de origem uniescalar”. Assim, “as escalas não são neutras” [...], “carregam consigo todo um conteúdo estratégico e político” e parece mais relevante uma perspectiva que inter-relacione as escalas envolvidas em cada processo. Acima de tudo, a partir dessa perspectiva transescalar, que consegue alcançar a complexidade e os matizes presentes no

universo urbano, Vainer vê a cidade como o lugar ou ponto de partida para a transformação social, o espaço para a redefinição de propostas ambiciosas e realistas, e Brito complementa que “a cidade é, portanto, o grande lugar da mistura de interpretações e ações no mundo” (BRITO, 2006, p.100).

Considerando essas e muitas outras ideias, a Geografia vem trazendo compreensões essenciais sobre as cidades, especialmente quando amplia sua visão para os significados e práticas ali construídas - com sentidos concretos e simbólicos - para a vida cotidiana em suas diferentes perspectivas escalares e para os usos do espaço como formas de poder, controle, resistência, mantendo também uma forte conexão com outras áreas de saber.

5.2 Urbanismo e arquitetura das cidades

Construir é um conceito que pode ser diretamente associado à história do ser humano em toda a sua intensidade evolutiva. A edificação das cidades foi considerada desde sempre um fato civilizador [...]

Josep Blanchant, 1986 apud Arís, 2000, prólogo.

Os conceitos e práticas da arquitetura e do urbanismo são igualmente fundamentais na construção e compreensão do espaço urbano: “as manifestações urbanísticas e arquitetônicas são a espacialização e a materialização de práticas culturais e político-econômicas de uma época” (MOURA, 1993, p.43), ou seja, assim como a geografia, o contexto dá o tom às suas práticas, técnicas e valores de cada época. Citando o engenheiro Figueredo Ferraz (1991, p.2), “a Arquitetura, como definição de um campo de atividade, remonta ao limiar da civilização”, tendo o arquiteto da Roma antiga uma posição profissional das mais respeitadas. Muitos trabalhos eram realizados sem separação entre a arquitetura e a engenharia e os arquitetos dominavam conhecimentos sobre os materiais de construção e possuíam “um sentido artístico e estético apurados”, empregando alguns métodos construtivos ainda correntes na atualidade. Na Grécia, os arquitetos traziam conhecimentos sobre a “espontaneidade de formas”, proporções geométricas e trabalhavam com técnicas construtivas singulares. “Os arquitetos romanos, herdeiros do acervo grego e etrusco”, trouxeram também novos métodos construtivos (FIGUEREDO FERRAZ, 1991, p.3).

Figura 59: Maquete da Roma antiga, do arqueólogo italiano Italo Gismond



Fonte: Foto Jean-Pierre Dalbera/Flickr, 2019.

O caminho até os dias de hoje é muito extenso: houve o desenvolvimento de uma série de estilos, expressos na arquitetura gótica, na barroca, caracterizada por suas formas vivas e rebuscadas, na neoclássica, que apesar de não trazer progresso nos métodos construtivos, fez incursões sobre o campo empírico, até o aparecimento de novos materiais, com a eclosão da Revolução Industrial⁸⁰ no século XVIII (FIGUEREDO FERRAZ, 1991), conformando um novo modelo de cidade. Nesse período a ideia foi a eliminação do supérfluo, onde “a construção buscava a forma singela para o pleno desempenho de sua função.” (FIGUEREDO FERRAZ, 1991, p.7). Como comentado, a cidade industrial representou grande degradação em relação às condições anteriores e o Movimento Moderno - modernismo, surgiu em reação à essa cidade oitocentista, trazendo alternativas como a cidade jardim e a cidade concentrada (ARÍS, 2000), apresentadas posteriormente.

Um das práticas surgidas no modernismo, no final do século XIX, na Alemanha, foi o zoneamento funcional, que refletia valores para possibilitar à cidade expressar os ideais da sociedade, trazendo mudanças profundas para a arquitetura. Como instrumento da política urbana, se firmou nos Estados Unidos a partir da década de 1920, apresentando duas origens: primeiro, tentou evitar a proximidade de atividades consideradas incompatíveis com princípios básicos de bem-estar, através da organização dos usos do solo. Buscou-se evitar também uma “congestão” urbana, a partir do controle das densidades e da instituição de parâmetros que limitavam a ocupação e construção dos terrenos. Por outro lado, na periferia das grandes cidades americanas, onde viviam as classes médias e superiores, o zoneamento buscou evitar que essas zonas fossem invadidas pelas indústrias e pelas camadas populares, a partir de fluxos crescentes devido às migrações, enquanto no centro o zoneamento visava proteger os espaços de negócios e o comércio de luxo dos mesmos.

⁸⁰ Como conhecido, a Revolução Industrial ocorreu em três etapas. A primeira foi a mecanização, criando o sistema industrial e separando a mão de obra da administração; a segunda resultou na produção em massa, com a linha de montagem e implantação de maquinarias caras que levaram à separação entre propriedade industrial e administração, com o surgimento dos acionistas; e a terceira etapa foi a automação, instituindo a direção manual da máquina por comandos eletrônicos (FIGUEIREDO FERRAZ, 1991).

Assim, o sistema de zoneamento foi inicialmente pensado segundo o princípio dominante da segmentação espacial, com áreas que segregam ou reúnem diferentes tipos de atividades, a partir de dois aspectos: a segregação social e a especialização funcional, levando diferentes grupos, atividades e facilidades à uma separação espacial (MOSER; RATIU; FLEURY-BAHI, 2002). Os bairros pobres deveriam ficar afastados do centro e a área de trabalho separada da área de lazer, ou vice-versa.

No livro clássico *Urbanism as a Way of Life* (1938), Wirth ressaltou que o urbanismo, como estilo de vida, deveria focar-se “desde três aspectos estreitamente inter-relacionados: como estrutura física; como sistema de organização social, e como conjunto de atitudes e constelação de personalidades em formas de comportamento coletivo e sujeitas a controle social” (*apud* Jiménez, 1998 *apud* Valera, 2000, p.5).

O Modernismo⁸¹ também recebeu grande impulso com a divulgação de manifestos no período das duas grandes guerras, disseminando suas ideias em escala mundial. As consequências da Segunda Guerra Mundial, principalmente, impulsionaram a necessidade de reconstrução material e ideológica de muitos países, e o crescimento urbano explosivo demandou a recuperação das cidades e a produção de habitações populares em larga escala, incorporando os progressos advindos da era da máquina (MOURA, 1993, p.43). Observou-se, ademais, uma conexão clara entre a política de zoneamento e a proteção dos interesses imobiliários, a partir do risco que o crescimento urbano acelerado pudesse causar aos investimentos. Ainda hoje, esse instrumento viabiliza em grande medida e, as vezes independente da intenção dos planejadores, diferentes formas de segregação social espacial, pois estabelece uma base para a diferenciação não apenas em termos físicos, mas principalmente socioeconômicos, o que passou a se chamar “economia das cidades”.

Como observaram Ribeiro e Cardoso (2003, p.106), a questão urbana foi objeto de atenção principalmente a partir do século XX, nos países desenvolvidos, porque a organização preexistente trazia obstáculos ao capitalismo da grande empresa industrial

⁸¹ O Modernismo na arquitetura e no urbanismo foi um movimento, como vários outros, que recebe múltiplas leituras e apresentou regionalizações marcantes, dependendo do país no qual ocorreu. Todavia, este movimento, segundo Frampton (1997), tem suas origens na modernidade, enquanto experiência humana, iniciada em meados do século XVIII. No campo ampliado da arquitetura, o movimento em si se fez presente no final do século XIX, coadunando com os avanços técnicos da área, com os modelos de vida, as organizações sociais e do trabalho. As características gerais do Modernismo, embora não restritas a ele, são o pensamento racionalizado sobre os modos de habitar e circular, a exacerbação da técnica, o funcionalismo das propostas e projetos arquitetônicos e urbanos, todos estes relacionados à divisão do trabalho, às realidades da produção e da urbanização industrial e à cultura burguesa da época.

Por um lado, ela permitia aos trabalhadores resistirem à generalização do salário requerido pela ordem industrial nascente e, ao mesmo tempo, às necessidades de acumulação do capital requeriam a cidade como força produtiva. Reorganizar a ordem sócio espacial foi, portanto, uma necessidade de acumulação do capital: reorganizar o modo de vida dos trabalhadores para impor o assalariamento e reorganizar o território para que surgisse uma economia de aglomeração (RIBEIRO; CARDOSO, 2003, p.106).

Assim, os padrões de urbanização vêm se traduzindo na forma urbana, que se materializa sob condições específicas da população, da organização social, política e da reinterpretação do espaço geográfico, conforme defendido por Milton Santos. As leis de zoneamento constituem uma das mais fortes expressões do urbanismo modernista, segundo sua utopia em conduzir ordenadamente o uso do solo conforme regras universais e genéricas, como separação de usos, níveis de circulação, tipologias dos edifícios, padrões de ocupação do solo. Essa divisão funcional-racional demandou a estruturação de um sistema de mobilidade e manejo dos fluxos, permitindo aos habitantes a acessibilidade de um espaço ao outro, em especial do trabalho para o lazer. Além disso, a separação entre

os espaços de habitação⁸² e trabalho naquele momento (a modernidade) substituiu a afetividade difusa da cidade antiga pela intimidade familiar, elevando, ao mesmo tempo, a fábrica ao local da sociabilidade cotidiana, em substituição à rua e ao mercado (SECCHI *apud* Wisnik, 2007, p.163).

Conseqüentemente, “a urbanização teve que combinar duas mudanças: a concentração econômica, social e territorial e a fluidez de expansão de suas fronteiras” (RIBEIRO; CARDOSO, 2003, p.21), inclusive porque a criação de um polo moderno implicava a manutenção e expansão de polos menos desenvolvidos, para acomodar grupos mais pobres, que foram se deslocando para as periferias ou favelas.

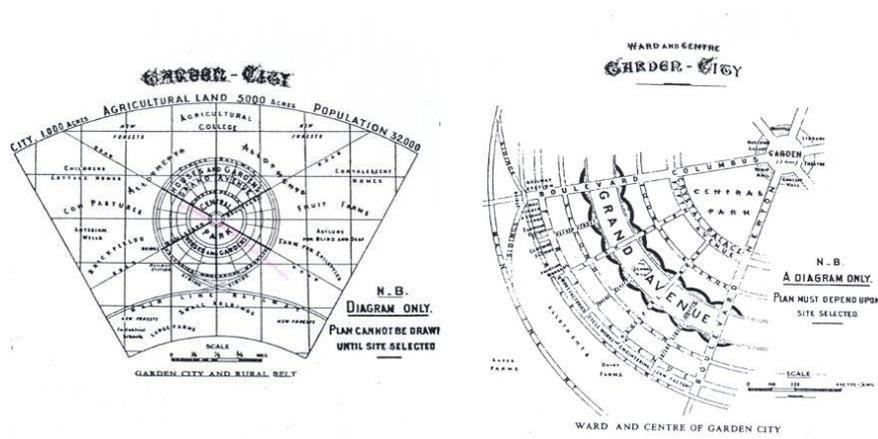
Solá-Morales complementa, explicitando que o desenvolvimento urbano é um processo com ritmo próprio de operações no solo e nas edificações, constituindo sua forma material através de vários momentos construtivos ao longo do tempo. Ele descreve três etapas fundamentais na construção de uma cidade: parcelamento, urbanização e edificação, que se conjugam de maneiras distintas durante a história e resultam em diferentes organizações territoriais, garantindo assim sua diversidade e riqueza urbanística. (SOLÁ-MORALES, 1974, p.18,19)

Uma das tendências precursoras da planificação urbana foi a “cidade jardim”, proposta por Ebenezer Howard em seu livro de 1898, *Tomorrow, a Peaceful Path to Real Reform* (2010), que setorizava os diferentes usos da cidade, separados por cinturões verdes, estabelecendo uma relação entre cidade e campo, com a implantação de áreas residenciais de baixa densidade e deslocamentos que obedeciam à uma estrutura hierárquica de trânsito. Suas

⁸² A arquitetura e o urbanismo também se fazem presentes na concepção das formas residenciais e como os habitantes vivem seu mundo privado. Boa parte do desenvolvimento arquitetônico ocidental começou no continente europeu, apresentando-se grandes variações nas formas residenciais entre a cidade tradicional, a cidade oitocentista e a cidade moderna. (ARÍS, 2000, p.38).

teorias se difundiram rapidamente e foram fundados grupos em diferentes países para o fomento desse modelo. O desenho seguinte representa a concepção de Howard: há um grande parque no centro, seguido de avenidas largas, habitações e jardins. Fora dos círculos centrais estão as áreas destinadas à agricultura, florestas e espaços para pequenos negócios. O desenho ao lado especifica o conteúdo dos círculos, com traçados das ruas e avenidas. (ARÍS, 2000).

Figura 60: Diagramas gerais do modelo de Cidade Jardim, de Ebenezer Howard



Fonte: Howard, 1902 *apud* Arís, 2000, p.20

Entre os arquitetos e urbanistas que defenderam as ideias de Howard estão Lewis Mumford, Patrick Geddes, Henry Wright, chamados por Catherine Bauer de “os descentralizadores”, defensores desse modelo para as grandes cidades, buscando reduzi-las e dispersar a população e as empresas para cidades menores. Segundo críticas tecidas por Jane Jacobs (2000), esses descentralizadores não tinham nenhuma relação com a compreensão ou manutenção de metrópoles bem-sucedidas, ainda que suas ideias predominaram em muitas escolas.

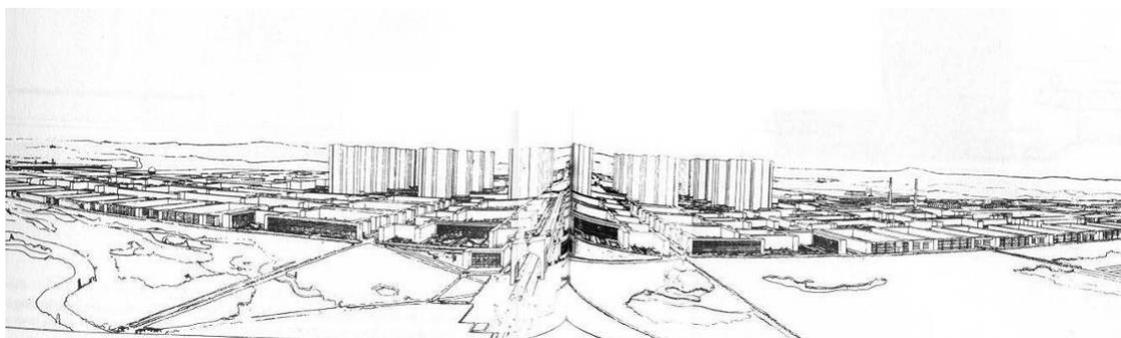
No entanto, algumas décadas antes, em 1859, o engenheiro Ildefonso Cerdá, autor do plano de expansão de Barcelona já havia realizado uma revolução ao introduzir a noção de urbanização e apresentar um Plano Topográfico para a cidade, anterior à noção da “cidade jardim”, “marcando de maneira inequívoca a forma urbana”. Seu projeto se constituía por 550 *manzanas* desenhadas como uma quadrícula matematicamente concebida, com chanfros e pátios interiores, constituindo o bairro chamado *Eixample* (GUÍA DE BARCELONA, 1992). Esse grande projeto de urbanização, realizado através do processo de parcelamento do solo, ordenou o crescimento para o exterior da Barcelona antiga, conforme as características daquele espaço. Em sua concepção, os cursos de águas torrenciais orientaram o traçado das ruas e da quadrícula - algo aparentemente contrário à lógica social das conexões, mas que conseguiu estruturar uma cidade de densidade média contemplando todos os serviços, desde jardins contínuos entre os edifícios de meia altura aos “futuristas” transportes públicos. As

quadrículas eram abertas em seu interior criando-se espaços ajardinados o que, com os desvios praticados nas edificações ao longo dos anos, se tornaram quase inexistentes ou de uso privado, a partir de interesses pessoais e ações especulativas, resultando em um modelo bastante afastado do seu ideal, ainda que sua concepção original tenha sido marcante para a estruturação da cidade.

Posteriormente, o arquiteto e designer franco-suíço Le Corbusier, um dos mentores do modernismo, idealizou a concepção prática da cidade jardim, chamando-a de *Ville Radieuse*, destinada a até três milhões de habitantes. Composto por 24 arranha-céus em seu centro, a Villa era cercada por uma grande área com edifícios municipais, seguido pelos edifícios universitários e museus. O núcleo deveria alcançar grande densidade, incluindo um centro de negócios concentrado, espaços para cafés, restaurantes, hotéis, centros administrativos, educativos e culturais. Na “camada” seguinte se encontravam as habitações, distribuídas em uma espécie de cidade jardim e, ao redor dos círculos de edifícios altos e baixos se localizava um cinturão verde, um bosque que seria visível de qualquer ponto de dentro do círculo, formando-se assim as reservas de ar. Sua cidade também incluía hortas, espaços para práticas desportivas e lazer, oferecendo comodidades para seus habitantes e contato constante com a natureza, em uma densidade elevada de 296 habitantes/mil metros quadrados, conservando solo livre e vias expressas para os carros, pois a noção básica da cidade jardim aplicada envolvia a circulação de veículos, sua organização e a diminuição do número de ruas (Le CORBUSIER, 1961).

Le Corbusier e outros estudiosos acreditavam que os conceitos preconizados pela cidade jardim promoveriam um urbanismo socialmente responsável, chamando sua utopia de “liberdade individual máxima”. Isso “deu enorme impulso aos ‘progressistas’ do zoneamento, que redigiram normas elaboradas para encorajar os construtores a reproduzir, ainda que parcialmente, esse sonho” (JACOBS, 2000, p.23).

Figura 61: Vista panorâmica da *Ville Radieuse* e seus blocos de habitação, de Le Corbusier



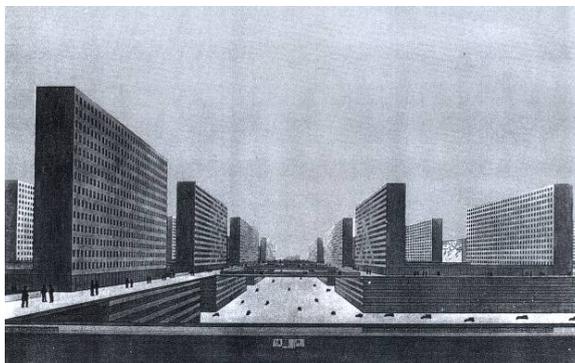
Fonte: Le Corbusier, 1961, p.180-181

Na visão de Le Corbusier, consagrada na Carta de Atenas, de 1933 – principal referência para as práticas urbanas da modernidade – era importante adequar crescimento urbano às

“necessidades humanas”, definidas a partir de quatro funções básicas e universais: habitar, trabalhar, divertir-se e circular), baseadas na racionalidade e no zoneamento funcional, conforme um “novo espírito trazido pela era da máquina” para um “homem-padrão”, refletindo a necessidade de se definir um bom padrão que permitisse a reprodução em série das habitações, através de projeto, construção e habitação (Le CORBUSIER, 1961, p.91; MOURA, 1993, p.44). Além disso, segundo o arquiteto, o urbanismo moderno se baseava em quatro “postulados concisos”, que fundavam um Plano de Cidade: descongestionar o centro urbano para responder às exigências do trânsito; aumentar a densidade do centro, para realizar o contato exigidos pelos negócios; aumentar os meios de circulação, ou seja, modificar completamente a concepção corrente da rua, diante dos novos meios de transportes; e aumentar as superfícies arborizadas para garantir a higiene necessária e a calma aos indivíduos que trabalham em um ritmo acelerado. (Le CORBUSIER, 1961).

Por outro lado, havia defensores da *cidade concentrada* que buscavam alta densidade e a construção de edifícios coletivos de qualidade, em atenção ao crescimento populacional, ainda que incorporando alguns aspectos da cidade tradicional. (ARÍS, 2000). O trabalho do arquiteto e planejador urbano alemão Ludwig Hilberseimer é um exemplo, defendendo a cidade vertical e buscando racionalização do desenvolvimento, representado por uma trama homogênea de crescimento linear, com a superposição de usos industriais e comerciais em edificações de cinco andares, e o espaço residencial formado por blocos de quinze andares, visto a seguir. Hilberseimer criticou o modelo de Le Corbusier porque apenas um milhão de habitantes poderia viver no centro urbano, enquanto os outros deveriam ficar na coroa suburbana, uma das censuras já feitas à cidade oitocentista. Outra de suas críticas se referia ao problema do trânsito, que seria grande devido ao seu “exacerbado monocentrismo e sua dependência dos movimentos pendulares centro-periferia” (ARÍS, 2000, p.25)

Figura 62: Cidade vertical, 1925, perspectiva, de Ludwig Hilberseimer



Fonte: ARÍS, 2000, p.27.

Em meio a essas diferentes concepções, ressalta-se que o desenvolvimento urbanístico arquitetônico foi muito influenciado pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, CIAM, ocorridos na Europa desde 1929, ano de em que foi discutida a cidade funcional,

resultando na Carta de Atenas, que estabeleceu princípios norteadores na área (TYRWHITT; ROGERS; SERT, 1952). Em 1933 os integrantes do Congresso elaboraram um quadro sobre a Planificação Urbana, continuado em 1937, propondo setores residenciais onde habitações, serviços e infraestruturas destinadas ao lazer fossem integrados em um Plano.

Em consequência da Segunda Guerra Mundial, os membros do CIAM se encontraram novamente apenas em 1947, quando o grupo constatou que suas diretrizes estavam sendo seguidas em países remotos, a partir da influência de alguns de seus membros que ali viviam, desafiando-lhes a ampliar seu propósito (TYRWHITT; ROGERS; SERT, 1952). Na década de 1950, seus integrantes já se preocupavam com o crescimento urbano caótico em diversas cidades do mundo, defendendo a necessidade de integração no planejamento. No encontro de 1952, eles se concentraram na defesa do centro urbano como seu “coração”, um espaço que deve ser preenchido com vida, atividades culturais, espaços ao ar livre, em resposta à desintegração que vinha ocorrendo. Vários arquitetos urbanistas participaram, entre eles Le Corbusier e Walter Gropius, que defendeu a utilização da escala humana nos espaços e a conexão entre arte e arquitetura, especialmente nos centros. O presidente do CIAM naquele momento, J.J. Sert, em sua fala defendeu a “recentralização urbana”, para reverter a tendência de descentralização nas periferias, demandando espaços destinados aos encontros, como ele destacou em seu discurso de abertura: “a cada nível de criação de um ambiente físico espacial se requer tanto um espaço para a expressão desse sentido de comunidade, como sua expressão atual. Esse é o coração físico da comunidade, o núcleo, o CENTRO” (SERT, 1952, p.3-4).

Ele propôs, então, a criação de centros nos diferentes setores da cidade (o que será discutido adiante como “novas centralidades”), atuando como elementos catalizadores da vida coletiva. Com isso, defendeu uma harmonia entre a forma e o espaço dos edifícios, dando preferência aos cidadãos: “a função social dos novos centros comunitários ou CENTROS é primeiro aquela de unir às pessoas e facilitar os contatos diretos e a troca de ideias que irão estimular as discussões livres”, citando como exemplos *Picadilly Circus*, em Londres, os cafés nos *boulevards* parisienses, as *Ramblas* em Barcelona, a *Times Square*, em Nova York, a *Avenida de Mayo* em Buenos Aires, referências para encontros cotidianos e especiais.

Figura 63: Times Square



Fonte: www.carlheilman.com

Sert (1952, p.3,4) se pronunciou também em favor da reunificação entre a arquitetura contemporânea e a arte, no enriquecimento da linguagem arquitetônica, através de uma qualidade escultural “para os centros vivos de nossas comunidades, [...] para o estímulo visual as pessoas, para sua satisfação, para sua educação [...]”. Outro membro do Encontro, o arquiteto Giedion (1952) sintetizou as falas dizendo que durante o século XX eles haviam percebido dois importantes degraus, sendo que o primeiro trazia novas soluções. e havia começado no século XIX, que era uma purificação do ambiente humano incluindo as habitações unifamiliares, proposta por Frank Loyd Wright em 1900, e depois, em 1920, os edifícios de apartamentos, ainda em processo de implantação. O segundo era um esforço para abordar a humanização da vida urbana, com a restauração do equilíbrio entre as esferas coletivas e individuais, resultando no revigoramento do Centro Urbano. Logo, no CIAM se defendeu a existência desse centro, a primazia do pedestre e, sempre que viável, a integração do processo arquitetônico com a arte. O centro é um ambiente planejado para proporcionar espontaneidade, troca de ideias e a redescoberta da consciência civil, que dá vitalidade à sociedade moderna.

Figura 64: Centro Urbano: *Plaza Catalunya*, em Barcelona

Fonte: Foto André Paoliello, 2010

Em paralelo, novas conquistas tecnológicas surgiam e influenciavam a arquitetura, como os arranha céus construídos nos Estados Unidos e em outros países. O panorama mundial revelava naquele momento quatro mestres: Le Corbusier, Mies Van der Hohe, Groupius e Wright, cada qual com seu estilo. (FIGUEREDO FERRAZ, 2001). Outra visão significativa,

cujo expoente foi Daniel Burnham, de Chicago, foi a chamada *City Beautiful*, refletindo a criação da Cidade Monumental, que influenciou a construção de centros administrativos ou culturais agrupados, buscando criar um efeito grandioso e suas ideias repercutiram profundamente na arquitetura da Europa e dos Estados Unidos. Com o crescimento dos processos de planejamento como disciplina e prática importantes, surgiram também críticas ao zoneamento discriminatório, como as diferidas por Jane Jacobs e pelo Team X, grupo inglês que se manifestou contra a cidade funcional defendida no IV CIAM. Jacobs apontou que os planejadores trabalhavam sem observar a realidade e, conseqüentemente, problemas concretos seguiam insolúveis. Ela defendeu que o planejamento deve partir “da compreensão da ordem inata e funcional de uma cidade”, deixando de lado conceitos pré-concebidos e fórmulas imutáveis, pois

[...] zonas mau sucedidas são as que carecem desse tipo de sustentação mútua complexa e a ciência do planejamento urbano e da arte do desenho urbano, na vida real e em cidades reais, devem se voltar para a ciência e a arte de catalisar e nutrir essas relações funcionais densas (JACOBS, 2000, p.13).

Em sua concepção, a pergunta fundamental para os planejadores era: “como podem gerar nas cidades uma mistura suficiente de usos que resulte em diversidade – em uma extensão de áreas urbanas capaz de preservar a própria civilização?” Sua resposta contempla quatro condições indispensáveis na geração dessa “diversidade exuberante nas ruas, e em seus respectivos distritos”: o distrito e seus componentes devem atender a mais de uma função principal, que garantam a presença de pessoas que saiam de casa por diferentes razões e em horários diferentes, utilizando parte de sua infraestrutura; a maioria dos quarteirões deve ser curto, com ruas mais curtas; o distrito deve ter uma combinação de edifícios com idades e estados variados, gerando rendas econômicas variadas; deve haver densidade suficientemente alta de pessoas, sejam quais forem seus propósitos, inclusive habitando o espaço (JACOBS, 2000). Associadas, dizia Jacobs (2000, p.421), essas condições criam combinações de usos economicamente eficazes: “a estrutura real das cidades consiste na combinação de usos e nós nos aproximamos de seus segredos estruturais quando tratamos com condições que geram a diversidade”. Sua meta era que essa mescla de usos fosse suficientemente complexa para prover segurança, contato do público e a interação dos usos. Na leitura de Silva e Romero, sobre a perspectiva de Jacobs

A multiplicidade formal arquitetônica atribui identidade aos espaços [...] favorece-se o contato humano e a circulação de maior número de pedestres. O ambiente multifuncional é atrativo às pessoas, que são estimuladas pela diversidade, curiosidade e necessidade de reconhecer o que é novo, e desse vínculo espacial nasce o sentimento de pertença e se estimula a expressão cultural do lugar. (ROMERO; MARTA, 2010, p. 4-5).

Assim, diferentes cidades no mundo se inspiraram nesses modelos, combinando-os e adaptando-os a seus preceitos, objetivos e necessidades. Segundo Arís, a soma

[...] de reflexões e experiências, desenvolvidas tanto no âmbito da cidade jardim como da cidade concentrada, convergem para um canal operacional comum e conduzem a um modelo intermediário que, partindo das formas de implantação linear, traz da cidade jardim a demanda por uma relação imediata com o espaço livre e da cidade concentrada a preferência pela vivenda moradias plurifamiliar organizadas em quarteirões (ARÍS, 2000, p.37)

Os modelos europeus se tornaram herança para outros países, apesar de observar-se outros modelos de organização coletiva e construtiva tradicionais em inúmeros países, variando enormemente conforme seus elementos culturais, com o clima, a geografia e heranças patrimoniais transmitidas entre gerações.

A partir de inúmeras mudanças⁸³ e novas concepções, veio o período da pós modernidade, que começou nos meios urbanísticos e arquitetônicos como crítica ao momento anterior, “contra o racionalismo e a utilização de valores subjetivos”, propondo estudos de percepção ambiental e a consideração desses valores, contra a setorização funcional em favor da mescla de usos especiais (MOURA, 1993), como já havia defendido Jacobs (2000). Para Moura (1993, p.45), as propostas generalistas da modernidade são criticadas na pós modernidade porque sua base positivista defende “as verdades absolutas, a padronização e os discursos totalizantes, as leis universais que definem generalizações”. Assim, se encontram destituídas de valores subjetivos locais e poderiam levar à opressão e à falta de identidade entre os usuários e seu espaço vivencial. Além disso, a estratificação proposta promove cada vez mais deslocamentos, com uma série de consequências antiecológicas, como perda de espaços verdes, maior consumo de combustíveis fósseis, entre outras.

Figura 65: Projetos de Oscar Niemeyer: o Senado Brasileiro e interior da Catedral de Brasília



Fonte: Compilação do autor, 2021⁸⁴

Buscando ampliar a perspectiva anterior, o pós-modernismo busca valorizar o caráter especial do espaço com seus elementos naturais, expressões culturais e interações entre cultura e meio ambiente, o que lhes dá unicidade. A cidade é vista não de maneira homogênea, “mas

⁸³ Por exemplo, há algumas décadas que, com o desmonte do Estado de bem-estar, a cidade expressa o pragmatismo da racionalidade de mercado, investindo na ocupação espacial segundo os interesses dominantes.

⁸⁴ www.aspirinalight.com e www.veja.abril.com.br, foto de Augusto Areal.

como um conjunto complexo de variáveis inter-relacionadas. O urbanismo pós moderno ou “novo urbanismo” privilegia, portanto, a heterogeneidade, o convívio entre diferentes forças, como o efêmero e o caótico, contra as verdades absolutas, traduzida no seu extremo pelo funcionalismo e a massificação das proporções espaciais (MOURA, 1993, p.46).

Os planejadores vêm mudando, gradualmente, seu modo de trabalhar para constituir equipes multi ou transdisciplinares, traçando correlações analíticas e o cruzamento de diferentes enfoques. Surgem como resultado dessa visão termos como “cidade colagem” que, na visão de Harvey, advém do pós modernismo no campo da arquitetura e do desenho urbano, ao cultivar “um conceito de tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um ‘palimpsesto’ de formas passadas sobrepostas umas à outras, e uma ‘colagem’ de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros”, onde o projeto urbano é sensível “às tradições vernáculas, às histórias locais, aos desejos, necessidades e fantasias particulares, gerando formas arquitetônicas especializadas, e até altamente sob medida [...]” (HARVEY, 1992, p.85). Conjuntamente, são propostos o “desenho urbano” ou o “projeto urbano”, onde essas intervenções se realizam em escalas menores, compondo o pluralismo, pois “enquanto os modernistas pressupunham uma relação rígida e identificável entre o que era dito (o significado ou “mensagem”) e o modo como estava sendo dito (o “significante ou meio”), o pensamento pós estruturalista os vê separando-se e reunindo-se continuamente em novas combinações” (HARVEY, 1992, p.53). Conforme Moura

dentro do pensamento pós moderno de intervenção urbana, além da valorização das ações espontâneas, das imagens coletivas e da participação comunitária, o desenvolvimento sustentável prioriza a atuação em pequenas escalas, esperando os efeitos de irradiação de resultados. As ações não são mais marcadas por planos de larga escala, que esperavam resolver os problemas de forma totalizante [...] (MOURA, 1993, p.50).

Com isso, a valorização da riqueza simbólica, da identidade e dos valores coletivos busca inserir o ser humano como indivíduo em seu espaço vivencial, considerando-se um contexto em mutação, indeterminado e em constante mudanças, diz Moura (1993). Isso se relaciona com as bases epistemológicas da tese, que defendem a práticas do pensamento complexo, a aceitação da casualidade e o protagonismo tanto do contexto como dos habitantes, com a presença de múltiplas variáveis na composição urbana. Consequentemente, o “novo” zoneamento mudou e, conforme Maricato (2002, p.114), apresenta o objetivo de servir ao controle do uso do solo, mantendo determinados padrões de vida e proporcionando a gestão democrática, com uma distribuição mais equitativa dos custos e benefício da urbanização, ou seja, deve regular apenas o essencial, como a restrição de usos incômodos. Deve proteger os aspectos valorizados desde os anos 1960, como a cultura e história, o meio ambiente, o saneamento, enfim, respeitar a esfera da natureza, da sociedade e do ambiente construído, ao organizar problemas e potencialidade, diante da realidade existente. Pode contribuir

também para a expansão do mercado de habitações, diminuir seu custo e definir áreas de usos mistos, complementou Jacobs (2000).

Essa proposta reconhece a mescla de pessoas e atividades em um mesmo espaço e a importância espacial simbólica, que se conecta com a proposta de “fazer cidade” sob um enfoque respeitoso com os habitantes, distinguindo os componentes cognitivos e simbólicos da construção urbana e a compreensão de que suas formas naturais e construídas influem diretamente em sua vida: a existência ou não de espaços verdes, as formas habitacionais, comércios nos bairros, sistemas eficazes de transportes, entre tantos aspectos, são vitais para os habitantes e podem mudar profundamente sua percepção e sua qualidade de vida. Isso impulsionou diversos estudos, como a constituição dos mapas cognitivos, de Kevin Lynch (1997), pesquisas sobre a cidade como cenários de oportunidades e dificuldades, a identidade social dos habitantes entremeadas com seu entorno, temas do próximo capítulo. Também se pode incluir nesse paradigma elementos urbanos que melhor se adaptem aos requisitos e necessidades de flexibilidade e competência, promovendo a volta da monumentalização e o embelezamento como padrão de intervenção urbanística (RIBEIRO; CARDOSO, 2003, p.19).

Um exemplo dessa perspectiva é o trabalho de Oriol Bohigas, um dos arquitetos urbanistas mais influentes da história recente de Barcelona, transformando a cidade sob o lema “funcionalizar o centro e monumentalizar a periferia”. Bohigas (1986) propôs incrementar os centros urbanos, melhorar a qualidade de vida nas periferias, dando-lhes novos significados e favorecendo os encontros sociais; somando-se à abertura de novos espaços livres (ver apêndice E). Conseqüentemente, bairros barceloneses foram remodelados, construindo-se praças com a incorporação de arte pública, projetos de paisagismo (GONZÁLEZ; LACUESTA, 1999) impulsionando a valorização do solo, junto a melhorias infraestruturais, promovendo uma reação em cadeia.

Nota-se, portanto, que o planejamento urbano⁸⁵ nesse período pós-industrial inclui a revitalização de áreas de habitação, trabalho e espaços de lazer, buscando-se a reorganização do espaço físico em vários países. Diante dessas configurações, a arquitetura e o urbanismo dão às cidades contribuições imprescindíveis, criando espaços de vida, com

⁸⁵ Junto às mudanças conceituais e pragmáticas, foram desenvolvidos novos instrumentos para desenvolver as análises urbanas. Um dos mais respeitados é a cartografia que, conforme Rigamonti (1988, p.253 *apud* Moura, 1993, p.52), é “uma forma de expressão do conhecimento territorial que, melhor que outras, consegue compensar a heterogeneidade das linguagens e dos níveis de aprofundamento, consentindo enfocar, de forma sintética, os fenômenos e suas inter-relações.” O uso da cartografia é descrito por Moura: “a dinâmica inerente ao espaço urbano impõe a necessidade de trabalhar com uma visão sistêmica do conjunto. A representação de elementos espaciais que se interligam e, ao mesmo tempo, são identificáveis individualmente, traz consigo a valorização da cartografia temática como elemento de comunicação visual das análises e das propostas para as questões urbanas [...] Os temas cartográficos são retratos de certos aspectos da realidade, [...] (possibilitando) o gerencialmente e a análise de bancos de dados complexos e dinâmicos” (MOURA, 1993, p. 51-52).

potencial para valorizar o conforto e bem-estar para seus habitantes através de usos espaciais compatíveis às suas necessidades, além de apresentar soluções para problemas.

5.3 A Economia urbana

O desenvolvimento humano tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de que as pessoas vivam o tipo de vida que escolheram – e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazer suas escolhas. Não existe liberdade cultural sem liberdade econômica!

Autor desconhecido, folder da exposição “Vale: Vozes e Visões, a Arte Universal do Jequitinhonha” (PALÁCIO..., 2006).

Bem como os outros sistemas estudados, o econômico é parte de uma complexa rede de fenômenos conectados em âmbito mundial; é um eixo fundamental da vida humana. Sendo uma ciência social, a economia estuda como o indivíduo e a sociedade decidem empregar recursos produtivos escassos, quais sejam, terra, trabalho e capital - os “fatores de produção” - para a produção de bens e serviços, distribuídos entre pessoas e grupos sociais, com o objetivo de satisfazer as necessidades humanas (TROSTER; MOCHÓN, 1999).

Figura 66: Fator de Produção



Fonte: Adaptado pelo autor com base em TROSTER; MOCHÓN, 1999.

Os recursos são considerados escassos porque as necessidades humanas são ininterruptas e nem todas podem ser satisfeitas, e esse recursos são parte do fluxo da renda: as famílias, consumidores ou proprietários dos fatores de produção (como bancos e instituições) oferecem terra, trabalho e/ou capital (equipamentos e infraestruturas), produzindo para as empresas que, por sua vez, oferecem bens e serviços para as famílias que, ao adquirirem esses bens, promovem a circulação contínua da renda. A “terra” como recurso significa não apenas aquela cultivável, mas os recursos naturais que contêm, como seus minerais. O fator “trabalho” representa as faculdades físicas e intelectuais dos indivíduos, que intervém diretamente no processo produtivo; o trabalho é o fator de produção básico e, junto às matérias-primas naturais e ao auxílio das máquinas, lhes transformam até convertê-las em bens de consumo ou em matérias básicas para outros processos. Já o “capital” são as edificações, fábricas, máquinas e equipamentos, somado aos meios elaborados e utilizados no processo produtivo, em geral sob controle capitalista. Cada fator de produção gera algo: da terra se recebe a renda pela utilização da terra e de seus recursos afins, do trabalho se recebe o pagamento – geralmente o salário - e do capital se recebem os lucros advindos de sua utilização.

Figura 67: Fluxo circular da renda



Fonte: Adaptado pelo autor com base em TROSTER; MOCHÓN, 1999.

No sentido inverso do fluxo, as famílias despendem capital/dinheiro obtendo os bens e serviços oferecidos pelas empresas, que seguem produzindo e pagando pelos fatores de produção *utilizados*, o que constitui, em sua totalidade, o fluxo circular da renda. Esse fluxo apresenta uma situação de equilíbrio quando todos os envolvidos ganham com a circulação da renda. No entanto, quando as empresas se utilizam de processos que excluem o trabalho, ganhando com a especulação imobiliária, que utiliza apenas o capital, perde-se parte fundamental do fluxo, pois as famílias não mais oferecem o que possuem e recebem por isso, promovendo seu empobrecimento. Conseqüentemente, diminui-se a circulação de renda, porque elas também perdem seu poder de compra, e as empresas que dependem da compra de seus bens e serviços perdem, mantendo-se a concentração de renda nas mãos de poucos.

Figura 68: Atividades produtivas: pesca e indústria



Fonte: Revista Porto Alegre, 2003, p. 39; Revista Milán, 2003, p.7.

Além disso, o equilíbrio é representado pela alta produtividade, elevado poder de compra por parte da população e ganhos econômicos, significando um crescimento em todos os níveis do fluxo circular da renda, ao alcançar-se a máxima do capitalismo produtivo, que tem em sua base o consumismo. O que ocorre, contudo, é que frequentemente um ou mais desses níveis está desequilibrado, como o poder de compra ou os lucros concentrados para apenas um pequeno grupo e, conjuntamente, a super exploração dos bens escassos da terra, frequentemente finitos, resultando em fortes desigualdades sociais e perdas ambientais. Considerando essa concepção, surgem três problemas ou questões econômicas referentes

às cidades, regiões, estados e países: “o que produzir e quanto produzir?”, sendo que a primeira pergunta é decidida pelas preferências do consumidor e a segunda se relaciona com o encontro entre oferta e demanda do mercado. O segundo seria “como produzir?”, que se decide no âmbito das empresas e aborda a eficácia produtiva, e o terceiro trata do “para quem produzir?”, que se soluciona encontrando-se a demanda e a oferta dos serviços nos fatores produtivos, abordando a questão distributiva (TROSTER; MOCHÓN, 1999). Assim, para se alcançar a eficácia econômica de cada cidade, deve-se escolher uma ou mais áreas produtivas dentro de suas possibilidades, entendendo que se produz para alguém e deve-se produzir buscando otimizar recursos, através dos melhores processos possíveis.

Em termos amplos, o modelo econômico adotado por regiões e países influi na organização local, conectando-se à fatores e condicionantes de caráter amplo da macroeconomia mundial, que deve atuar junto à microeconomia para criar sinergias. Nesse sentido, a partir dos anos 1960, observaram-se mudanças no sistema econômico ocidental, devido à diminuição crescente das barreiras, promovendo novas formas de organização monetária que segue em processo, como já discutido. Além disso, como observado, as mudanças nos padrões tecnológicos demandaram mais agilidade e inovação pois, de acordo com Galliano (2004)⁸⁶, a nova economia se caracteriza pelo papel central do conhecimento e da internet, pela competição global, junto à busca pelo desenvolvimento sustentável, a relevância do capital social e dos valores intangíveis, ainda que todos estejam envolvidos em novas configurações.

5.3.1 A Economia e o espaço

A urbanização intensiva iniciada no final do século XIX possibilitou a consolidação e expansão do processo de industrialização internacional e foi um dos fenômenos mais relevantes do século XX. Ao mesmo tempo que o crescimento urbano trouxe desenvolvimentos, também aumentou a exclusão social e econômica formal, forçando grupos a viverem em periferias ou em áreas centrais indevidamente urbanizadas, o que chamou a atenção para a relação entre as condições econômicas e o espaço. Os precursores da economia já haviam considerado a importância do tema em suas formulações mas, posteriormente, essa noção desapareceu quase por completo, voltando a despontar somente depois do pós guerra (SMOLKA, 1982).

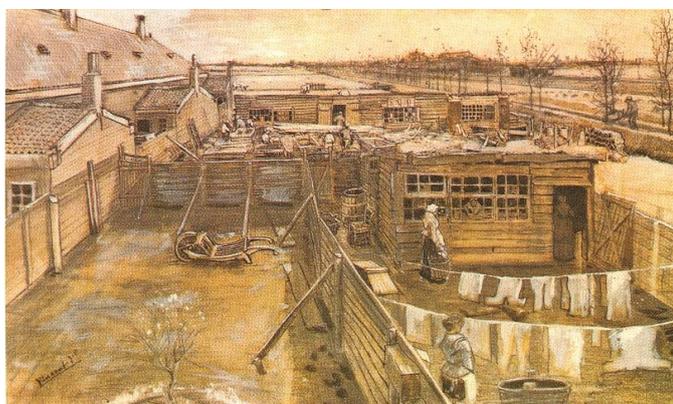
A dimensão espacial, apesar de trazer complicações conceituais e técnicas às teorias, amiúde muda substancialmente os resultados da análise e enriquece a visão exposta. Nas últimas décadas, vários autores discutiram essa relação, destacando o meio como espaço produtivo de riquezas e pobreza, a partir dos conflitos de classe vividos aí. Para Santos, “o espaço, que ‘por causa’ do processo produtivo une os homens é o espaço que, ‘através’ desse mesmo

⁸⁶ Renato Galliano, diretor da Agência de *Svillupo Nord Milano* e vice presidente da Associação das Agências Europeias de Desenvolvimento, EURADA, apresentou suas ideias na URBIS 2004, em São Paulo, sob o título “Políticas Metropolitanas: desenvolvimento local para a geração de emprego e renda”, em 17 jun. 2004.

processo produtivo, lhes separa”. Os significados do lugar se alternam no decorrer das ações sociais exercidas aí, associadas às condições de inserção econômica na rede urbana e sua importância estratégica como meta ou não de investimentos (PALLAMIN, 2000). A produção do espaço urbano se explica em dois níveis: por um lado é “o estudo das funções urbanas e sua redistribuição, em um dado momento, como resultado da divisão social do trabalho e da divisão territorial do trabalho e, [por] outro lado’..., (o) reconhecimento das condições preexistentes [...] que incluem o espaço construído” (SANTOS, 1994, p.125). Assim, a divisão do trabalho se constitui sob as condições estabelecidas no espaço, sejam inatas ou construídas. David Harvey também desenvolveu uma estrutura para compreender os conflitos de classe relacionados à produção e uso do ambiente construído, que inclui a totalidade de suas estruturas físicas

talvez o fato mais importante a ser considerado é que o capitalismo industrial, pela reorganização do processo de trabalho e pelo advento do sistema fabril, forçou a separação entre o local de trabalho e o local de reprodução e consumo. A necessidade de reprodução da força de trabalho é assim traduzida em um conjunto específico de atividades de produção e consumo dentro da unidade familiar, em uma economia doméstica que, se deseja funcionar bem, requer valores sob a forma do ambiente construído (HARVEY, 1982, p.16)

Figura 69: Oficina do Carpinteiro, vista do estúdio do artista, Haia, maio de 1882, Vincent Van Gogh



Fonte: WALTHER; METZGER, 2006, p.14.

Logo, a sociedade capitalista necessita de uma paisagem física apropriada às finalidades da produção e do consumo, e nesse processo de criação espacial surgem contradições e tensões inevitáveis, advindos dos fortes conflitos gerados nas relações de classe. A separação entre os locais de trabalho e vivenda gera uma dicotomia, que implica duas lutas para o trabalhador, nesses espaços, ou seja, ele deve se preocupar com a apropriação da renda e com aspectos relacionados à criação, administração e uso do ambiente construído. Essa segunda luta, diz Pallamim (2000) na qual o trabalhador se compromete em seu ambiente de vida, é contra o poder monopolístico da propriedade privada. Os grupos que produzem o ambiente construído procuram demarcar a qualidade de vida do trabalhador

segundo as mercadorias que eles devem produzir lucrativamente, oferecendo-lhes limites para sua vida como, por exemplo, construindo vivendas precárias. Sob essa perspectiva, as intervenções buscam conciliar objetivos econômicos, sociais, ambientais e urbanos, resultando nas condições de vida concretas de cada um.

5.3.2 O tamanho das cidades desde uma perspectiva econômica

Avaliando-se a dinâmica urbana e as perspectivas de crescimento econômico, a dissertação da economista Nildred Martins (2003) apresentou algumas das principais teorias econômicas sob a enfoque da relação entre economia e espaço. Segundo a autora, o processo de formação das cidades é resultante da tensão entre forças centrípetas (aglomerativas) e forças centrífugas (desaglomerativas). Os fatores aglomerativos podem ser divididos em dois: “economias de especialização”, que apresentam vantagens de proximidade geográfica entre empresas e refletem as vantagens chamadas de “triade marshalliana” (do economista Marshall), como os transbordamentos de conhecimento, “encadeamentos” (rede local de fornecedores) e especialização do mercado de trabalho; e as “economias de urbanização”, que representam o ambiente econômico local com vantagens de escala do processo de urbanização e oferta de serviços produtivos, de serviços sociais relacionados à capacitação de capital humano e desenvolvimento tecnológico, com demanda dos consumidores finais. Além das economias externas de aglomeração, também atuam na formação urbana os fatores weberianos (do economista Weber) de localização: vantagens representadas pela proximidade das plantas industriais em relação às fontes de matéria prima.

A partir do crescimento das cidades, destaca a autora, as vantagens aglomerativas expressas por uma rede urbana maior e mais diversificada se transformam em renda fundiária, elevando-se os preços dos serviços e salários; constituindo esses mesmos os fatores desaglomerativos, como consequência da descentralização das atividades. O tamanho urbano resulta, assim, dessa interação: por um lado, o crescimento é impulsionado pelas economias de escala e pelo aumento da produtividade e, por outro, se limita devido ao aumento dos custos promovidos pela aglomeração. Logo, o tamanho da cidade, segundo Henderson (1974, *apud* Martins, 2003, p.7,8) relaciona-se com sua atividade produtiva, que gera economias externas diferenciadas. Para que exista aglomeração é necessário que as economias externas superem os fatores anti-econômicos. Por conseguinte, a cidade alcança seu “ponto ótimo” quando essas forças se igualam.

Na prática, uma vez que as cidades apresentam tamanhos diferentes, se forma uma hierarquia entre elas, constituindo-se uma rede complexa. As cidades onde a especialização produtiva requer e permite o desenvolvimento de mais serviços e tecnologias tendem a ser os centros que provêm esses bens para as cidades circunvizinhas menores. Os bens e

serviços centrais, por sua vez, são aqueles que requerem uma escala mínima para serem ofertados, pois a demanda justifica sua oferta, devendo alcançar abastecimento superior aos outros, determinado principalmente pela distância econômica, que seria a distância geografia convertida em custos de frete e outros, relativos ao transporte. A combinação entre as economias de escala e o alcance do fornecimento de bens e serviços determina fatores que afetam as dimensões do lugar central que oferece determinado serviço. Conseqüentemente, os centros menores possuem áreas decrescentes de mercado; são as aglomerações médias, seguidas de cidades pequenas que, frequentemente, possuem economias de subsistência e serviços locais suficientes apenas para sua população (MARTINS, 2003).

Figura 70: Agricultores negociam regionalmente sua produção, em Barbacena e vendedora de queijos na feria de Taiobeiras, norte de Minas Gerais



Fonte: Fotos da autora, 2007.

Outros economistas constituíram teorias conexas, a partir de diferentes óticas, para explicar o surgimento da hierarquia das cidades. Christaller (1966) *apud* Martins, (2003, p.8,9), por exemplo, considerada que no limite de uma hierarquia urbana está o sistema onde existem mais bens fornecidos para si e para muitos outros centros. Esse lugar central necessita de uma área maior de mercado e existirão tantos centros quantos sejam os níveis de limite crítico de venda, ou seja, o nível mínimo necessário para estimular o fornecimento de determinado serviço e para garantir a demanda dos bens. Esses conceitos, além de explicarem a centralidade urbana, definem o desenvolvimento desigual dos centros, promovendo repercussões diretas e indiretas nas cidades dependentes. Martins (2003, p. 21) sintetiza que “a expansão da produção, dos ingressos, do mercado de trabalho, da arrecadação fiscal provocada por uma atividade econômica dependerá das estruturas de demanda final e de produção de economia regional, assim como da legislação tributária em vigor no país.”

Nesse contexto, a teoria de base de exportação, proposta por Douglas North, relaciona o desenvolvimento da economia local ao desempenho da exportação, explicando o crescimento regional em relação à localização espacial (MARTINS, 2003, p.11-13). North ressalta que a teoria da localização seria insuficiente para indicar as causas do crescimento e as mudanças

regionais, estudando o processo de desenvolvimento de regiões jovens, cujo incentivo para o crescimento é a capacidade de criar uma base exportadora. Segundo o autor, o desempenho da economia local e inclusive as atividades para o mercado dependem dessa base, relevante na determinação do nível de ingressos de uma localidade, supondo-se que as exportações têm um efeito multiplicador na região, podendo gerar desenvolvimento a partir de efeitos diretos, que são compras efetuadas pela base das indústrias da região; efeitos indiretos, que são compras efetuadas pelas indústrias que vendem para a base; e efeitos induzidos, que são compras efetuadas por receptores, mais a renda gerada por cada setor econômico. (NORTH, 1974, *apud* Martins, 2003).

A magnitude do efeito multiplicador e sua incidência dependerá da capacidade de difusão dos benefícios para a região, partindo de fatores como a diversidade dos recursos naturais e as características do produto de exportação. Por sua vez, essas características influem no número de encadeamentos com outros setores e no padrão de distribuição de ingressos; no dinamismo do produto através de sua demanda e na capacidade regional para aumentar sua participação no mercado nacional. Isso também depende das condições internas regionais, como custos de processamento do produto, sua localização referente aos mercados consumidores e fontes de insumos necessários à produção. No entanto, a existência de uma base exportadora por si só não é suficiente para o desenvolvimento; ela deve provocar efeitos sobre os outros setores e distribuir renda, algo possível quando a região mantém e aumenta suas exportações durante um longo período de tempo, e surgem novas atividades locais. Com o tempo, novas bases “também influenciam, notavelmente, o tipo de indústria subsidiária, a distribuição da população e o padrão de urbanização, o tipo da força de trabalho, as atitudes sociais e políticas da região e sua sensibilidade às flutuações de renda e emprego” (NORTH *apud* Martins, 2003, p.11), reforçando que a base exportadora é o fator chave do crescimento da renda regional.

A teoria de base motivou muitos outros estudos como os de Fujita *et al.* (1999) *apud* Martins (2003, p.15-18), considerando que a determinação da renda tem como variável o desempenho da economia local, somada ao desempenho da base exportadora, promovendo um efeito multiplicador. Assim, se existe uma demanda exógena por algum bem ou produto primário na região, essa exerce um impulso para se criar uma base exportadora, e se a região consegue atender a essas buscas externas em termos de qualidade, quantidade e preço, aumenta sua renda e incentiva o surgimento de outras atividades econômicas. Conforme seu raciocínio, ainda que uma atividade exportadora cresça, a princípio seu ingresso só aumentará com maior propensão para outras atividades ou para consumir o ingresso da exportação. Há outras alternativas, quando as atividades internas multiplicadas suprem as necessidades regionais, criando-se uma rede de serviços e infraestruturas que, ao longo do tempo, diminui sua

dependência em relação à base exportadora, promovendo-se ambientes propícios para novas atividades, ainda que essa auto-suficiência regional seja relativa, especialmente diante das configurações globais atuais, pois “o desenvolvimento econômico e o crescimento de um município são determinados por sua capacidade de percepção das transformações que acontecem no entorno” (MARTINS, 2003, p. 16), importante para a geração de oportunidades.

Sintetizando, Martins (2003) aponta para alguns fatores importantes no crescimento econômico urbano: capacidade de atrair recursos nacionais e internacionais, públicos e privados; impacto local das políticas macroeconômicas, capacidade de organização social na tomada de decisões; capacidade de reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo processo de crescimento local; processo de inclusão social e processo permanente de preservação do meio ambiente microrregional.

5.3.3 O pensamento econômico de Jane Jacobs

Assumindo uma posição original em relação ao pensamento econômico tradicional, Jane Jacobs escreveu o livro *A Natureza das Economias* (2001) traça um paralelo entre a economia e os ecossistemas, defendendo que os princípios naturais universais podem condicionar termos econômicos, sob uma perspectiva que privilegia seus processos comuns.⁸⁷

Como ela explica, enquanto economia (*oiko+ nomy*) significa “a administração da casa”, ecologia (*oiko+ logy*) é “o conhecimento da casa”, que estuda a economia da natureza. Inspirada nessas significações, Jacobs (2001) entende que a vida econômica é regulada por processos e princípios naturais de desenvolvimento, expansão, sustentabilidade e ajuste, com potencial para criar economias prósperas e em harmonia com a natureza. O desenvolvimento é definido, nesse caso, como um processo cumulativo, que acontece a partir de três princípios universais: primeiro, desenvolvimentos são “diferenciações que emergem de generalidades”, embasado no conceito de desenvolvimento dos embriologistas do século XIX; segundo, “as diferenciações se tornam generalidades a partir das quais emergem novas diferenciações”, ou seja, o desenvolvimento é um processo que cria complexidade e diversidade, já que múltiplas generalidades são fontes de múltiplas diversificações, como é o caso de um embrião humano que se duplica e se diferencia crescentemente, produzindo os órgãos e tecidos do bebê; terceiro, desenvolvimento depende de co-desenvolvimentos, significando que não se pode pensar o desenvolvimento linearmente, pois ele funciona através de uma rede, com relações entrelaçadas e eventos repetitivos, e não isolados. Por exemplo, as células necessitam das mitocôndrias, que necessitam de seu material genético e de assim em diante. Esses co-desenvolvimentos são processos antigos e se tornam mais complexos e

⁸⁷ A proposta econômica de Jacobs (2001) é utilizada nos estudos de caso como parâmetro de análise, na compreensão de fenômenos econômicos e sua relação com processos de auto-organização, como os feedbacks positivo e negativo - também citados em sua “teoria econômica” como mecanismos de regulação do sistema.

interdependentes ao longo do tempo. Geralmente, mais diferenciações levam a mais generalidades e estas possibilitam desenvolvimentos posteriores, e assim continuamente. A economia reflete esses princípios e consiste em relações de interdependência que competem entre si. (JACOBS, 2001).

Possivelmente a generalidade econômica mais antiga tenha sido a partilha, cuja maior diferenciação foi a “troca”. O comércio foi fonte das diferenciações econômicas posteriores em áreas como transportes, comunicação e finanças e segue criando novos formatos, como o *e-commerce*, lojas de artigos usados, entre outros (as diferenciações estão também nos códigos legais que envolvem contratos e responsabilidades; nos códigos sociais que representam cooperação à distância e relações internacionais). Assim, o desenvolvimento econômico como expansão e mudança qualitativa representa o processo produtivo.

Figura 71: Símbolo do *e-commerce*, uma diferenciação mundial



Fonte: Foto, s.d.⁸⁸

Por exemplo, no caso de um ecossistema acontecem muitas infusões contínuas de energia e descargas, que são transformadas em outras formas. A energia pode se armazenar e todos os sistemas vivos necessitam dela, contínua ou esporadicamente. Um ecossistema parece um conduto, através do qual a energia passa. É como nas florestas, em que a luz do Sol é não apenas transformada, mas retransformada, passando de organismo em organismo sob múltiplas formas, nas complexas redes da vida. Então, pensando como esse processo se aplicaria à expansão econômica, Jacobs (2001) entendeu-a como produção competitiva para a exportação doméstica ou externa. Por exemplo, se uma fábrica aumentar seus funcionários, aumentará a demanda por médicos, professores e outros, além do consumo de produtos básicos. Consequentemente, serão gerados empregos indiretos, que são “multiplicadores”, diferente dos empregos surgidos diretamente da produção exportadora, congruente com a “internalização local dos efeitos”, ilustrado por Martins (2003). Na maioria das cidades com um grande número de pequenos exportadores, mais habitantes são contratados do que se houvesse grandes empresas. Assim, as cidades médias costumam ter taxas de multiplicação

⁸⁸ www.directtraffic.org.

maiores do que as metrópoles e pequenas vilas, induzidas pela exportação, impulsionando ou conduzindo sua expansão econômica.

A autora imaginou que as exportações, como resultados de produções locais, são como descargas, e o fluxo de energia que lhes alimenta são as importações, e para adquiri-las é necessário realizar exportações. A princípio, cada comunidade possui ao menos um recurso natural, como animais, matérias primas naturais ou localização, como as cidades de Osaka, Chicago, Paris e São Francisco, que tiveram como patrimônio inicial sua excelente localização comercial, somada ao trabalho humano (JACOBS, 2001, p.67). Assim, o processo conecta o trabalho às importações e seu cerne é o capital humano. Se houvesse um conduto, o trabalho e o capital humano seriam os transformadores das importações, isolando-as, reorganizando e reciclando-as, similar a um pintor que faz uma obra de arte, utilizando pincéis e tintas de pouco valor e, combinando-as, adiciona valor ao produto inicial. Ao mesmo tempo, os serviços, tão relevantes, são um esgotamento das importações, pois não refletem a produção em si, mas a soma de capital humano às matérias importadas⁸⁹.

Logo, “uma economia pode ser considerada quantitativamente como o resultado do uso prolongado e diversificado das importações que entram no conduto” (JACOBS, 2001, p.71). Uma comunidade economicamente estéril é aquela em que a maior parte das importações se transformam imediatamente em exportações, perdendo-se a oportunidade de que sejam recicladas e reutilizadas pois, do contrário, serão multiplicadoras se as comunidades souberem aproveitá-las. Isso explica porque as economias rurais frequentemente são pobres, independente do quanto produzam, e porque as economias ricas são diversificadas, pois se expandem pela utilização diversificada da energia recebida, sofrendo irrupções repetidas de substituição e mudanças em sua pauta de importações. Para Rubin (2000, p.14), os benefícios do comércio derivam não apenas das exportações, mas também das importações, que resultam em “preços mais baixos ao consumidor, maior produtividade por meio de maior competição, menor inflação, menores taxas de juros e padrões de vida mais elevados [...]”.

⁸⁹ Nessa visão, um índice de importação serve para calcular o grau de esgotamento de uma economia, que seria a soma do valor dos bens e serviços importados por uma comunidade, o valor total de sua produção de bens e serviços por igual período de tempo e o valor dos recursos naturais utilizados. Isso é aproximado e subestima a atividade econômica total, não considerando o valioso trabalho não remunerado, o mercado negro e informal. Ainda assim, o índice informa a tendência do valor a ser agregado no interior da comunidade, a partir de um percentual de energia recebida, apropriado ou não pela sociedade, assinalando a tendência de sua direção.

Figura 72: Frutas e legumes, e cachaças brasileiras



Fonte: Compilação do autor, 2021.⁹⁰

A diversidade promove novas generalidades para a emergência de novas diferenciações, como exportações que comandam e expandem as economias, semelhante a proposta de North. Os lucros das exportações arcam com as importações, e parte da energia importada se gasta para conseguir energia suplementar, em uma sequência contínua. Em certo momento, a economia em expansão adquire a capacidade de substituir parte de suas importações por um conjunto de produções locais e, com seu aperfeiçoamento, algumas podem ser exportadas. Portanto, para manter o crescimento, as cidades necessitam substituir antigas importações e gerar exportações em benefício próprio: “a essência da estabilidade dinâmica é a auto correção permanente”, valendo também para outros sistemas vivos como as coletividades, nações, governos (JACOBS, 2001, p.102). Essa “auto correção” se refere ao sistema de *feedbacks*, incluídos em quatro categorias de recursos que podem promover nos sistemas: bifurcações; ciclos de realimentação positiva, ou *feedback* positivo; controles de realimentação negativa, ou *feedback* negativo; e adaptações de emergência.

As bifurcações são desenvolvimentos e representam a descontinuidade em um sistema, quando não é mais possível continuar operando como antes. A história evolutiva está repleta de bifurcações, que surgem como um desenvolvimento em situações insustentáveis, como foi a agricultura na evolução humana. As bifurcações têm consequências complexas e sua acumulação reflete a própria mudança das civilizações - no caso da Segunda Revolução Industrial ou da ascensão do setor dos serviços. Além disso, tendem a começar discretamente e são testadas lentamente, validadas apenas antes do colapso do sistema, ou a instabilidade provocada se tornaria irreversível.

Os ciclos de realimentação positiva, ou *feedback* positivo significa que o sistema emite informações, reforçando-as ou intensificando-as até provocar uma mudança. Na economia, podem ser os ciclos de importação-exportação que mantêm provedores, até quando passam a ser exportadoras. O problema surge com respostas de reforço instáveis ou destrutivas, criando-se um ciclo vicioso. Por exemplo, uma pessoa (ou empresa) constata que os valores

⁹⁰ www.acervosaber.com.br e www.balaio.com.br

de uma operação desejada são insuficientes para o que ela precisa, então faz um empréstimo e aumenta seu déficit, incentivando novo empréstimo, até a insustentabilidade da situação. Outro exemplo ocorre nas horas do *rush*. Com algumas ruas congestionadas, o mecanismo de *feedback* positivo consiste em informar aos motoristas sobre o tráfego pesado, para que mudem seu trajeto. Por outro lado, existe grande dependência com relação aos carros e caminhões, podendo não existir alternativas de transporte, trabalho perto de casa ou ruas bem cuidadas. No entanto, se os planejadores fizerem estradas melhores e maiores, podem motivar o uso mais intenso de carros, promovendo mais engarrafamentos. Uma das maneiras de se romper os ciclos viciosos são as bifurcações. Já os ciclos benéficos operam para levar a estabilidade dinâmica até o seu limite ou, do contrário, se extinguirão.

Figura 73: Engarrafamento em uma cidade norte-americana



Fonte: Compilação do autor, 2021.⁹¹

Os ciclos de realimentação negativa mantêm a direção do sistema a partir das informações recebidas, que surgem para corrigir algum desvio. Na economia, o *feedback* negativo permite sua expansão, sem a perda da estabilidade dinâmica. Por exemplo, os dados sobre o desequilíbrio entre oferta e demanda põe em marcha respostas corretoras. Foi dessa maneira que Jacobs (2001) observou a teoria de Adam Smith, que em 1775 havia identificado o mecanismo dos preços se reajustando à oferta e à demanda. Os altos preços das mercadorias estimulavam a produção, enquanto os preços baixos a reduziam; os salários aumentavam quando a procura por mão de obra era alta e diminuía quando a demanda diminuía. Sem lhes nomear *feedback* negativo, ele constatou que ajustes contínuos da indústria, mão de obra, consumidores e capital criavam uma ordem auto organizada, a partir de um aglomerado volátil e confuso dos indivíduos e empresas, considerando-lhes um sistema dinâmico e não hierárquico (JACOBS, 2001, p.124). No entanto, segundo a autora, ele pode ter se equivocado apenas ao defender a especialização econômica de regiões e nações, valorizando demasiado a lógica da oferta e da procura.

⁹¹ <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=401948&page=2>

O quarto mecanismo, as adaptações de emergência, surgem a partir de uma ameaça para a resolução de instabilidades temporárias, ainda que possam ser devastadoras. Visam evitar ameaças muito negativas que aparecem ocasionalmente, como são tempestades, incêndios e outros. Na economia, os ciclos de negócios preparam proteções como os seguros desemprego, medidas protetoras de aposentadoria, o financiamento do governo em *déficits* orçamentários. São medidas funcionais em períodos de crise que, exceto nessa época seriam prejudiciais, pois as adaptações se manteriam desnecessariamente, como ocorrem com os monopólios ou os financiamentos governamentais permanentes, que se tornam impagáveis.

Esses quatro mecanismos de regulação são fundamentais nos processos econômicos e funcionam em paralelo, inclusive porque a imprevisibilidade dos fatos pode produzir consequências amplas e inesperadas. Não obstante as surpresas e redundâncias, Jacobs evidenciou que a economia e os ecossistemas podem ser uma auto-organização criativa e organizada, enquanto os participantes do sistema devem permanecer atentos e, como dependentes dos co-desenvolvimentos de outros participantes, precisam manter o sistema suficientemente estável e em expansão, assimilando as correções necessárias. Ou seja, as economias “precisam de diversidade para se expandir, de auto reabastecimento para se manter e co desenvolvimento para se desenvolver” (JACOBS, 2001, p.173).

Segundo as ideias mencionadas na esfera econômica, se mostra necessária a ampliação das diversificações econômicas urbanas, preferencialmente com produtos de qualidade e/ou diferenciações que, preferencialmente, alcancem escala produtiva, capacidade de absorção de mão de obra e acoplamento a um mercado consumidor. Esse processo inclui a substituição das importações por produtos locais, possibilidade de ampliar as exportações, formação e capacitação da mão de obra, respeito as diferenciações de cada cidade, conforme seus recursos naturais, capacidades produtivas e expectativas dos atores sociais, criando-se ao mesmo tempo economias que saibam aproveitar e se adaptar às variações do mercado e do contexto, considerando as formas inéditas de funcionamento advindas da globalização.

5.4 O marco legal: outro aspecto do quadro

Os etnólogos verificaram que qualquer grupamento humano, por mais rudimentar que seja, possui, a regular a vida grupal, um conjunto de normas que seus membros encaram como obrigatórias e que disciplinam o comportamento dos indivíduos que o compõem. Não se pode conceber, assim, a vida social sem pressupor a existência de determinado número de normas reguladoras das relações, ou entre estas e determinadas coisas, julgadas pelos seus membros mesmos como necessárias ou obrigatórias. Maturana (2001, p.112) complementou que os sistemas jurídicos são necessários para estabelecer pontes entre sistemas, não dentro de um mesmo sistema, mas entre sistemas sociais distintos, criando-se um conjunto de leis

que instituem suas relações. Mais ainda, as mudanças contemporâneas incidem sobre a concepção de direito, tornando imprescindível o estabelecimento de uma legislação que acompanhe as necessidades correntes e aponte direções admissíveis na vida social; o próprio direito se atualiza, sobressaindo novas as áreas como o direito urbanístico, ambiental, do consumidor, entre outros.

Com a intenção de destacar o sentido social e imperativo do direito, Ruggiero e Maroi (1955, p.5) sustentam que “o direito é a norma das ações humanas na vida social, estabelecida por uma organização soberana e imposta coativamente à observância de todos.” Ao regular as ações humanas, o sistema legislativo possui diferentes fontes e hierarquias e constitui um conjunto normativo complexo que muda de país para país, de acordo com cada cultura: o marco legal deve ser complementar e regular tanto as questões práticas e hábitos cotidianos como a postura filosófica das nações.

No estudo das cidades o direito urbanístico se destaca como norteador dessas novas áreas e, sobretudo, reflete a necessidade de regulação jurídica de determinadas matérias no alcance de uma co-existência minimamente humana e igualitária. Conforme observado, o conceito de urbanismo se revela estreitamente conectado à cidade e às necessidades dos habitantes nesse ambiente (DI LORENZO, 1973). Assim, o conjunto de normas urbanísticas visa assegurar os interesses da comunidade, disciplinar o uso do solo, regular o sistema viário, dispor sobre a planificação urbana, impor limites e comportamentos para o exercício do direito de propriedade e construir e instituir os instrumentos de intervenção urbana, conforme o Art. 182 e seguintes da Constituição Brasileira de 1988.

Reflete, portanto, a edição de normas e a adoção de medidas diretivas para o desenvolvimento, junto à defesa das funções sociais da cidade, em dependência inata com o que modernamente se nomeia “função social da propriedade urbana”. Assim, o direito urbanístico é “um instrumento normativo, a partir do qual o poder público atua no meio social e no domínio privado para ordenar o espaço sob interesse coletivo” (NEGREIROS; SANTOS, 2001, p.130), através de uma política que ordene as funções sociais. Conforme a arquiteta e planificadora urbana Raquel Rolnik, a legislação também define fronteiras de poder

[...] uma urdidura invisível e silenciosa se expande sobre o território da cidade: a legislação urbana, coleção de leis, decretos e normas que regulam o uso e a ocupação da terra urbana. Mais que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais que efetivamente regular o desenvolvimento da cidade, a legislação urbana atua como linha demarcatória, estabelecendo fronteiras de poder. Na verdade, a legalidade urbana organiza e classifica territórios urbanos, conferindo significados e legitimidade para o modo de vida e a micropolítica dos grupos mais envolvidos na formulação de instrumentos legais (ROLNIK, 1998, p.176).

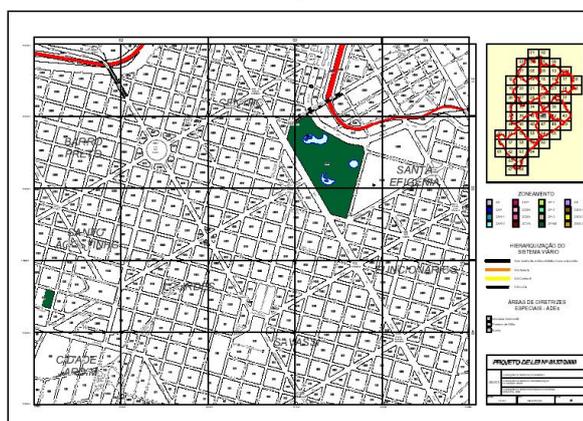
Além disso, determinadas legislações urbanísticas, criadas apenas formalmente, não contam com o aparato indispensável para sua aplicação e com uma nova direção das políticas

públicas e, por si só, não têm força para cumprir sua função. Nesses casos, onde a legislação não contribui para produzir uma qualidade ambiental, social e econômica satisfatória, ocorre uma articulação contraditória entre a norma e a infração no espaço urbano, criando-se “a cidade oculta, disfarçada e dissimulada, em contraponto com o que se reconhece como cidade formal.” (ROLNIK, 1998).

É nessa conjuntura que se observam profundas transformações nas cidades, que hoje não são meramente uma versão maior da cidade tradicional, mas novas formas de assentamento, chamadas “conurbação”, “região metropolitana” ou “megalópole”, apresentando problemas jurídico-urbanísticos específicos, originados frequentemente devido à ocupação caótica do solo, ao loteamento ilegal combinado à autoconstrução parcelada, redundando em um processo histórico de ocupação excludente. Assim, o espaço urbano é “como uma arena onde se apresentam interesses diferenciados na luta pela apropriação de benefícios em termos da obtenção de ganhos de origem produtiva ou comercial, por um lado, e em termos de melhores condições materiais e simbólicas de vida, por outro.” (RIBEIRO; CARDOSO, 2003, p.109).

Seguindo esse raciocínio, se considera que a atividade urbanística é a ação para concretizar os fins do urbanismo e aplicar seus princípios compreendendo, conforme Joseff Wolff (1973), quatro momentos diferentes que se encontram interligados e em dependência recíproca: planejamento, política do solo, urbanização, ordenamento das edificações.

Figura 74: Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo em Belo Horizonte, Brasil



Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, s.d.

O planejamento é o princípio de toda a atividade urbanística e, em geral, é um processo técnico instrumentado para transformar a realidade conforme os objetivos estabelecidos. Enrique Jardí (1966, p.49) declarou que “o planejamento é um conjunto de operações encaminhadas como fim último ao traçado de um projeto, um programa ou um esquema no qual fica predeterminada uma atuação futura, relativa à convivência humana, a reorganização da vida coletiva [...]”. O processo de planejamento urbanístico adquire sentido jurídico quando se traduz em planos, instrumentos formais que consubstanciam e materializam suas

determinações e objetivos. Enquanto não traduzidas em planos, aprovados por lei - onde se exige o ordenamento jurídico – as ideias não passam de propostas técnicas e/ou administrativas, passível de incumprimentos. Conseqüentemente, devem ser aprovados marcos legais, configurando-se um conjunto das diretrizes normativas do plano.

Em momento histórico recente, o processo de planejamento trazia uma série de dificuldades no Brasil, principalmente aos administradores e governantes, frequentemente sendo interrogados sobre a constitucionalidade e legalidade do mesmo. A questão foi parcialmente solucionada através de um mecanismo jurídico: após a promulgação da Constituição Federal de 1988, se organizou um movimento através do Fórum Nacional de Reforma Urbana, que participou ativamente, ao longo de doze anos, na elaboração e discussão da regulamentação dos Arts. 182 e 183 da Constituição. (GUIMARÃES, 2018). Aprovou-se, então, a Lei Federal n.10257, de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, no qual a “noção política e cultural do direito a cidade transformou-se em marco legal e institucional para as experiências existentes nas cidades brasileiras, e como centralidade da pauta da reforma urbana” (GUIMARÃES, 2018, s.p.). Segundo Guimarães (2018, s.p.), o novo instituto passou a ocupar “o mesmo patamar dos demais direitos difusos e coletivos” e Nelson Saule Junior ressalta que essa experiência brasileira inovadora permite, em seu sistema jurídico, o reconhecimento da proteção jurídica do direito à cidade, com objetivos e elementos próprios.

De tal modo, enfocando o planejamento local, instituiu-se no Brasil as legislações municipais, o Plano Diretor Municipal, a partir do Estatuto da Cidade (BRASIL..., 2008), a Lei Orgânica do Município e leis correlatas; havendo outros modelos no mundo, como o *Plano Regolatore Generale*, na Itália; o *Plan General de Ordenación*, na Espanha; *Schéma Directeur D'aménagement et d'urbanisme*, na França, e o *Plan de utilización de Superficie*, na Alemanha (WOLFF, 1973). No Brasil, o município tem a função de legislar sobre a estruturação e ordenação do espaço urbano, através de

zoneamento, loteamento, controle de construções, paisagismo, uso e ocupação do solo, código de posturas [...] (contendo) as diretrizes das mais diversas, desde as relacionadas às condições de acesso dos cidadãos aos seus direitos fundamentais (emprego, habitação, serviços de água e saneamento básico, entre outros); perpassando pela proteção ao meio ambiente e patrimônio natural, incluindo, também, aqueles direitos relacionados com o respeito aos aspectos sociais e econômicos (CATÃO, 2015, p. 1005).

Ainda assim, é comum surgirem obstáculos legais no processo, quando as regras atendem à apenas uma parcela da população ou as regulamentações se tornam tão complexas que dificultam sua compreensão e surgem espaços para esquemas de corrupção. Logo, como explica Catão (2015, p.1017), a elaboração da legislação urbana brasileira acontece “a partir de interesses compatíveis com o fenômeno de acumulação de capital sem controle nas

idades, com graves consequências na vida cotidiana daquelas pessoas que têm sido tradicionalmente excluídas dessa realidade.”

Além disso, como desdobramento e complemento do plano urbanístico, o ordenamento do solo revela o conteúdo fundamental da planificação referente à disciplina de uso e ocupação dos espaços habitáveis. Nas palavras de Ribeiro e Cardoso

a sobrevivência das populações na cidade depende fundamentalmente de um bem-estar cujo acesso é regulado pelo exercício do ‘direito de propriedade’ que, como um importante pilar da cultura capitalista atual é muito estudado. Se trata do solo urbano, que não se restringe a um pedaço de terra, mas a um conjunto de equipes (infraestrutura) e serviços que lhe são próximos, física e socialmente (RIBEIRO; CARDOSO, 2003, p.109)

Logo, não são apenas o espaço e a terra *per se* que são apreciados, mas o que lhes acompanha, demandando a formulação de uma política do solo. Problemas surgem porque na maioria dos processos de planificação são necessárias certas instalações e áreas para construções especiais e é comum que os respectivos proprietários não queiram a abrir mão de suas ideias a favor do que se previu no plano. Consequentemente, a legislação urbanística de vários países prevê alguns procedimentos para permitir o desenvolvimento de sua política, como controle de mercado de lotes, direito especial de transferência, reparcelamento de terrenos ou a constituição de reserva municipal de terrenos.

Em um terceiro momento da atividade urbanística, a urbanização deve preservar o meio ambiente natural e cultural, assegurando, por um lado, as condições de vida e, por outro, a sobrevivência de legados históricos e a salvaguarda do patrimônio. Além disso, deve endereçar cuidadosamente as áreas de interesse social especial, especialmente para a população de baixa renda, ressaltando funções elementares do habitar, trabalhar, entreter e circular. Complementarmente, cumpre examinar todos os projetos concretos de edificação, para verificar se estes se encontram em harmonia com o plano e suas respectivas regras de uso e ocupação do solo. Assim, o poder público institui instrumentos de controle urbanístico, que podem ocorrer em três momentos: antes da atuação do interessado, que é o mais importante, o chamado “controle prévio”, realizado na aprovação de projetos construtivos; durante a atuação do interessado, chamado “controle concomitante”, que se efetiva pelas inspeções e fiscalizações; e depois da atuação do interessado, acontecendo pelo “controle sucessivo ou *a posteriori*”, por meio de inquérito, conclusão da obra, entre outros.

Portanto, as leis funcionam como um “molde” da cidade ideal ou desejável, ainda que em muitos casos regulem apenas uma pequena parcela do espaço construído, delimitando os territórios dentro e fora da lei. Conforme Rolnik (1998, p.172): “a consequência inevitável da posição extra-legal é uma espécie de imagem de temporalidade que, ao contrário do que a própria noção de temporalidade supõe, é permanente”, funcionando como justificativa política

para os “não investimentos públicos”, reforçando a precariedade urbanística e, mais ainda, acentuando as diferenças de investimentos efetivados nos diversos setores da cidade.

As cidades nos países de desenvolvimentos são, então, um mosaico de espaços legais e ilegais, repletas de desequilíbrios, além de apresentarem inúmeros pactos entre os habitantes, conectados às suas interpretações particulares do direito. São dessa maneira que as favelas e os espaços informais seguem crescendo e ocupando uma parcela expressiva do território, processo indiretamente promovido e reforçado pela própria legislação, pois quando se descrevem as margens da zona urbana se define, ao mesmo tempo, o espaço periférico ou a zona rural que, sistematicamente, recebem menos investimentos públicos, caracterizando-se pelo “acesso à cidade” deficitário, com ausência ou baixa qualidade dos serviços básicos (RODRIGUES; LAGE, 2009). “Do ponto de vista da ocupação, na favela predomina uma forma espacial particular, com alta densidade de casas, arruamentos irregulares, padrões de edificação derivados da chamada autoconstrução (RODRIGUES; LAGE, 2009, p. 30). Do ponto de vista social, esta “se caracteriza por uma coesão social reduzida ou menos eficiente”, ainda que estudos recentes discordem, sugerindo que a solidariedade nas favelas costuma ser maior que em bairros de classe média ou alta. Dados do IBGE (2020) apontaram que o Brasil tinha 5.12 milhões de domicílios em favelas (LIMA, 2020) com cerca de 13,6 milhões de moradores, um pouco mais de 6% da população do país, segundo pesquisa de dezembro de 2019 (JUCÁ, 2019). Em geral, as favelas

São uma reação à concentração de propriedade no Brasil, onde milhares de brasileiros, diante da necessidade de morar, encontram uma solução alternativa aos caros aluguéis da cidade 'legal', de modo que possam também trabalhar, em função da boa localização que uma favela oferece (MARES GUIA, 2003, p.190).

Além das favelas, existem os bairros populares como alternativa de moradia mais barata que, contudo, também são espaços “sem leis”, com infraestrutura insuficiente e segregados socialmente, criando-se uma tensão em relação à “outra” cidade. Estudando essas áreas na cidade de São Paulo, Rolnik observou que

a história dos bairros populares é a história dos quintais coletivos, dos cômodos mínimos alugados para famílias inteiras, de situação eternamente cambiante, de progressão lenta feita dos pequenos investimentos familiares. Esse padrão, esses ritmos, essa lógica comercial, espacial e financeira, sempre ausentes das normas urbanísticas, nada tem que ver com as inversões massivas e em bloco que criaram a cidade formal. (ROLNIK, 1998, p.194).

Dessa forma, Rolnik (1998) destaca que a condição de irregularidade na cidade não se refere a uma configuração espacial, mas a múltiplas. Sob a ótica da ordem jurídico-urbanística há muitos tipos de irregularidade, inclusive porque as normas podem apresentar, na prática, diferentes significados para os atores sociais, referentes às condições políticas e culturais prevalentes

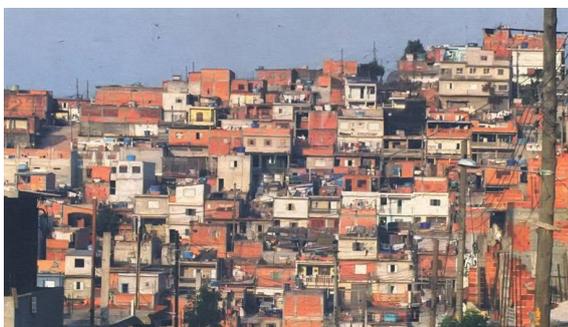
Nossas cidades são máquinas produtoras de irregularidades. No centro dessa problemática está o nó da valorização agrícola e imobiliária que ajuda a definir quem se apropria dos ganhos imobiliários e ajuda a definir também quem não tem o direito à cidade ou o exílio urbano na 'não cidade' (MARICATO, 2002, p.94).

Por sua vez, a população de alta renda vive nos espaços legalizados, nutrindo o mercado imobiliário, cuja rentabilidade e ritmo se definem por uma lógica dupla: por um lado, são mais lucrativos espaços capazes de gerar demandas maiores e mais intensas, por outro, se valorizam mais os espaços altamente diferenciados e exclusivos, destaca Rolnik (1998). Com essa última característica

as tendências de auto segregação das camadas superiores vem se firmando como um novo modelo de organização sócio espacial de nossas cidades, que incentiva sua desresponsabilização quanto a busca de saídas coletivas para os problemas [...] (pois esses habitantes) [...] buscam manter ou melhorar as condições de seu habitat, de maneira a reproduzir ou ampliar a distância social com relação às camadas populares (RIBEIRO; CARDOSO, 2003, p. 24; p.109).

Segundo Fernandes (2006), a divisão entre as ordens formal e informal, entre a cidade legal e ilegal se aprofunda crescentemente. Em 1998, ele acreditava que, considerando-se as condições habitacionais e de acessibilidade do solo, mais de 60% da população brasileira vivia em condições irregulares. Em 2001, números informais destacavam que cerca de 20% da população brasileira vivia em favelas. Seus habitantes não são plenamente reconhecidos como cidadãos, sob condição de vulnerabilidade política, impossibilitados de obter crédito formal, reforçando que as práticas ilegais substituem as regras oficiais. Recentemente, apesar do aumento da quantidade de habitantes vivendo em favelas em várias partes do mundo, no Brasil ocorreu o contrário: segundo dados da ONU, em 1990 36,7% da população urbana vivia em favelas, e em 2010 essa taxa caiu para 26,9%, e para 15,2% em 2018. Os números absolutos também revelaram queda, mesmo com o aumento da população brasileira: em 1990 havia 40 milhões de habitantes nas favelas, sendo 27 milhões em 2018 (CHADE, 2020).

Figura 75: Favela de Belo Horizonte, Minas Gerais



Fonte: Folder Rede 10, Luta Contra a Pobreza Urbana, capa.

Esses pactos territoriais se tornam permanentes, construindo redes de sustentação política a partir de investimentos públicos em territórios irregulares. Também não se são bem

compreendidas as implicações das ações do Estado no processo de urbanização, através da aprovação de legislação e formulação de decisões jurídicas, especialmente em países nos quais a ordem jurídica existente não expressa a ordem urbano-social real, diz Fernandes (2006). Frequentemente o aparato político oficial se relaciona ao chamado “*shadow state*”, constituído pelos donos do poder, proprietários de terra, promotores imobiliários, investidores. Conseqüentemente, grande parte do processo acontece na esfera fundamental da especulação de imóveis: “entre a lei e sua aplicação existe um abismo, que é mediado pelas relações de poder da sociedade [...] mais que qualquer formulação legal, o poder econômico e político influi sobre quando e como a lei se aplica” (MARICATO, 2002, p. 42, p51).

Mais ainda, parte dos problemas sobrevém devido à uma organização técnica incipiente do poder público para efetivar as regras urbanísticas estabelecidas, resultando em compreensão insuficiente de seus objetivos, pouco monitoramento e fiscalização em sua aplicação cotidiana - realizados geralmente por pouco fiscais, mau remunerados. Esse estado de ineficácia corrobora situações de ilegalidade diante das normas urbanísticas, fazendo as prefeituras implantarem sistemas de regularização, anistias e instrumentos corretivos (NEGREIROS; SANTOS, 2001, p.132-133). Fernandes⁹² (2006) defende a aproximação dos instrumentos jurídicos aos das políticas públicas e ações sociais, já que não existe reforma urbana sem a reforma do direito. Essa última pode ser sintetizada em um sistema de planejamento urbanístico estrutural, variando desde os planos de ordenação territorial maiores, como os planos nacionais, até os planos microrregionais e locais

A reforma do Direito é uma função direta da governança urbana: requer novas relações entre o Estado (especialmente no âmbito local) e a sociedade; relações intergovernamentais renovadas e a adoção de novas formas de parcerias entre os setores públicos e privados, de acordo com um marco político e legal claramente definido (FERNANDES, 2000, p.35)

Além de se firmarem instrumentos de regulação quanto à proteção dos interesses comuns – de preservação ambiental, tributos e regulações nas políticas fiscais e outros – é importante divulgar os instrumentos urbanísticos às sociedades. A educação pode transmitir à população melhor compreensão de seus direitos e deveres, constituindo um processo de conscientização que aumente sua capacidade crítica e participativa. Assim, segundo Álvaro Lima (2004)⁹³, um aspecto fundamental do processo urbano é o desenvolvimento de um

⁹² Conferência de Edésio Fernandes realizada na Escola de Arquitetura de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, abril de 2006.

⁹³ Álvaro Lima, representante da Prefeitura de Boston, falou na Urbis 2004, em São Paulo, sob o título “Requalificação dos Centros Urbanos”, em 17 jul. 2004. Ele discorreu sobre a requalificação dos centros urbanos e contou que o plano da cidade foi realizado durante um ano, com grande participação popular. Os vereadores são eleitos localmente por bairros, mantendo interesse direto em realizar propostas para o desenvolvimento local, o que gera um mecanismo de feedback a partir da fiscalização dos habitantes, criando-se uma importante estrutura de poder local.

aparato legal e fiscal que acompanhe os objetivos de cada coletividade, protegendo seus ideais atuais e futuros.

Enfim, havendo tratado sobre as motivações da tese, sua epistemologia, realizado um breve histórico das cidades e discutido sobre temas centrais em seu funcionamento, o próximo capítulo abordará um dos eixos centrais do trabalho, as questões envolvidas na busca pela sustentabilidade ampla.

6 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO

“[...] na busca por seu desenvolvimento material, o homem esbarrou violentamente com seus limites. A consciência da catástrofe ecológica está calando fundo e o medo da irreversibilidade do processo em curso está se transformando no fantasma deste final de século: aquilo que distingue a crise meio ambiental de outras crises que também nos ocupam é que apenas esta compromete definitivamente a sobrevivência mesma do gênero”

Oriol Pibernat (1994, p.62)

Em sua história recente, a sustentabilidade tem sido reconhecida como um valor essencial para as sociedades e como um construto teórico expressivo, aplicado a muitos estudos que defendem a continuidade da vida no planeta, através da conservação do meio ambiente e da concretização de ações correspondentes.

A sustentabilidade em si não é um conhecimento novo. Há séculos é parte da filosofia dos povos originários, que cultivam em seu cerne a máxima da preservação da vida, a reverência e conexão entre todas as espécies. Para eles, seres humanos, animais e natureza são "uno", integrantes do sistema vivo do planeta. Suas formas de viver, ainda que variem entre os povos de diferentes continentes, têm em comum a perspectiva de sua continuidade e do meio ambiente, preservando ininterruptamente a natureza. Qualquer ação que não viabilize seu futuro não deve ser efetuada. Assim, a cultura indígena tem internalizada um sentido de valor e respeito ao meio ambiente⁹⁴.

A Terra, portanto, é viva e seus constituintes estão interconectados de tal modo que as atividades antrópicas impactam o meio ambiente e os eventos ambientais naturais ou provocados também impactam a vida humana: a natureza não se dissocia da humanidade, e esse sistema interligado vinha funcionando em equilíbrio dinâmico por milhares de anos. De acordo com o naturalista David Attenborough (A LIFE..., 2020) "nós contamos inteiramente com esta máquina de suporte de vida finamente ajustada e ela conta com a sua biodiversidade para funcionar suavemente". No entanto, esse equilíbrio foi rompido devido às ações predatórias dos seres humanos, que há apenas poucas décadas vêm reconhecendo esses impactos.

Assim, o surgimento do conceito moderno de sustentabilidade, responsável por chamar a atenção de cientistas, intelectuais e cidadãos aconteceu a partir da década de 1970 - ainda que na década anterior o economista polonês (naturalizado francês) Ignacy Sachs já

⁹⁴ Em um fórum realizado na Nicarágua, em 2019, organizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e seus parceiros, com a participação de representantes de organismos internacionais e de povos indígenas da América Central e Caribe, foi defendido que os conhecimentos desses povos podem auxiliar no combate às mudanças climáticas e na minimização dos problemas ambientais, uma vez que a prática da preservação está em sua cultura, promovendo o equilíbrio entre o que consomem e o que produzem. Com essa proposta, durante o evento foi lançada a Rede de Especialistas Indígenas em Finanças do Clima, que reuniu 17 lideranças "com o intuito de promover a participação dos povos indígenas em programas de financiamento nacionais e internacionais", e traçando ideias concretas para o Fundo Verde climático, criado em 2010, pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). (ECYCLE, 2019)

sugerisse que a produção de bens precisava poupar os ecossistemas da Terra - devido à percepção de um extenso conjunto de práticas não sustentáveis, sob a égide dos modelos ocidentais de desenvolvimento, como apontam Acserald e Leroy (1999), pois a utilização de recursos renováveis se fez de maneiras muito mais rápida do que sua própria renovação, especialmente a partir da Revolução Industrial, com o uso intensivo de combustíveis fósseis.

Segundo Brüseke (1993, p.5-6), em 1973 o canadense Maurice Strong usou pela primeira vez o termo “ecodesenvolvimento”, “para caracterizar uma concepção alternativa de política de desenvolvimento”, enquanto Sachs foi responsável por estabelecer os princípios básicos desta visão, para garantir a satisfação das necessidades básicas; a necessidade de auxiliar as populações a se educarem e se organizarem; a solidariedade com as gerações futuras a partir da população envolvida; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito às outras culturas; e promover programas de educação (Maciel, 1998, p.29). Em seu documentário, o naturalista britânico David Attenborough (A LIFE..., 2020) constatou que no final dos anos 1970, à medida que a sociedade civil passou a conhecer o mundo natural e entender sobre o processo de extinção das espécies, foi surgindo uma consciência coletiva poderosa.

Assim, nos últimos anos da década de 1970 “ficou estabelecida uma dicotomia que parecia irreconciliável: alta tecnologia como expressão do poder da sociedade moderna e da tecnociência, e alternativas ecológicas, como busca rebelde de outros modelos”⁹⁵ (MONTANER, 1994, p.61-62). Buscando minimizar os problemas, “porta-vozes das elites industriais dos países capitalistas centrais pensaram os problemas ambientais como razão para que fossem estabelecidos limites ao crescimento”, em virtude das perdas ambientais provocadas (ACSERALD; LEROY, 1999, p.23).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi utilizado inicialmente na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1979, e apenas em 1987 foi assumido pelos governos e organismos multilaterais, quando elaborou-se o Relatório Brundtand⁹⁶, que enfatizou a noção de sustentabilidade a partir da relação entre meio ambiente e desenvolvimento econômico. Conforme a definição clássica da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável significa a capacidade de satisfazer as necessidades das

⁹⁵ O termo Ecologia foi cunhado em 1866 pelo biólogo Ernest Haeckel, a partir de duas raízes gregas: *oikos* e *logos*, a “ciência do habitat”. Ele definiu a ecologia como “o estudo das relações entre os seres vivos e o meio natural que lhes circunda”, enfocando as interações entre seres vivos e meio ambiente (MACIEL, 1998, p. 23).

⁹⁶ Após quase três anos de reuniões com especialistas, sob a coordenação da primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, se publicou o documento “Nosso Futuro Comum” (1987) que se tornou um marco para o tema e foi utilizado como preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em 1992.

gerações atuais sem comprometer a capacidade e os recursos das gerações futuras, assim declarando que

O desenvolvimento sustentável não é um estado de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração de recursos, a orientação de investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras (BRUNDTLAND, 1987).

Além disso, desde a Eco 92, ocorrida no Rio de Janeiro, têm sido realizados inúmeros encontros para abordar os temas conectados à sustentabilidade, discutindo-se características do mundo contemporâneo e buscando disseminar a filosofia humanista que defende o respeito entre os seres vivos e a natureza.

Figura 76: Monges budistas atravessando a cascata Pongou, chamada “Paraíso”, Vietnam



Fonte: Foto, s.d.⁹⁷

Nota-se que o conceito de desenvolvimento vem sendo empregado frequentemente junto à sustentabilidade e, nesse sentido, parece importante compreendê-lo, especialmente porque “desenvolvimento” não é um termo neutro e apresenta diferentes conotações, de acordo com o contexto socioeconômico de cada época e com os atores que o utilizam.

Ao realizar uma retrospectiva, Almeida mostrou que o conceito surgiu com os enciclopedistas franceses no século XVIII e foi reforçado pelo pensamento positivista do século XIX, admitindo muitos sinônimos, inclusive sendo confundido com “progresso”, o que criou o “mito do progresso”, onde desenvolvimento se vincula necessariamente ao crescimento econômico (ALMEIDA, 1997, p.33-35 *apud* Rotta, 1999, p.144). Baseado nessa noção parcial, os países em vias de desenvolvimento canalizaram seus esforços em seguir o modelo hegemônico das “sociedades industriais modernas”, defendendo que os sacrifícios vividos para seguir este ao modelo seriam compensados pelo bem-estar conquistado posteriormente, pois “as promessas de *inserção competitiva* no futuro justificam *tudo* no presente” (ACSERALD; LEROY, 1999, p.13). No entanto, como explica Naredo (2006, p.17)

⁹⁷ www.calmadigital.info.

o fracasso das “teorias de desenvolvimento” para erradicar a pobreza no mundo devia abrir os olhos para o fato de que este “desenvolvimento” não interveio melhorando de entrada as condições de vida das sociedades “periféricas” ao capitalismo, mas provocando sua crise, sem garantir alternativas solventes para a maioria da população envolvida e originando, em ocasiões, situações de sofrimento e desapego maiores do que as que se pretendiam corrigir *ab initio*.

Logo, o imperativo dessa modernização encobre as verdadeiras causas do subdesenvolvimento e aponta para as diferenças culturais, justificando ditaduras e sacrifício de culturas, bem como intervenções econômicas abusivas, exclusão social e o esgotamento de recursos naturais, tudo em nome do “desenvolvimento” (ROTTA, 1999), pois

a reflexão econômica *standard* se situa assim em um campo meramente instrumental, sujeito ao instinto cego de promoção competitiva e ao mecanismo desatado de crescimento econômico, fechando os olhos para os danos sociais e ambientais que tal modelo ocasiona ou ajudando a assumilos como algo normal ou inevitável (NAREDO, 2006, p.19).

Então os países em desenvolvimento vêm importando o modelo cultural dos chamados “desenvolvidos” ainda que, para viabilizar a modernização seja necessário delinear e manter uma estrutura de desigualdade com forte concentração de renda e riqueza, sob o papel significativo do Estado e, “como produto deste modelo está a industrialização com a geração de uma ‘massa marginal’” (RIBEIRO; CARDOSO, 2003, p.20) de pessoas. O modelo se completa com uma dimensão política, “uma instância na qual se manifestam vontades relativas aos projetos de uma sociedade, expressando as escolhas que vão se produzir, para que e para quem produzir” (ACSERLAD; LEROY, 1999, p.13), contígua à dimensão econômica, que referencia as receitas geradas. Desta forma

na presente conjuntura mundial, dois tipos de *miopia* comprometem a capacidade criativa da sociedade. De um lado, a *miopia do curto prazo*, ditando as ações pela urgência e pelo lucro imediato; de outro, a do anonimato, em que o mundo é governado por redes mundiais impessoais de empresas financeiras e industriais gigantes sem nenhuma responsabilidade social [...] (ACSERALD; LEROY, 1999, p.13).

Mais ainda, como observam Acserald e Leroy (1999, p.41-42), “há uma permanente contradição entre a necessidade de rentabilidade imediata e o tempo exigido para o tratamento dos largos ciclos da natureza”, que precisam ser integrados à lógica de acumulação capitalista, a qual reforça uma postura individualista pois, segundo Bauman (2007, p.145), “nos sonhos contemporâneos a imagem do ‘progresso’ parece haver se distanciado da noção de *melhoras compartilhadas* para começar a significar *sobrevivência individual*”. Assim, a implementação de posturas sustentáveis é frequentemente obstruída pela existência de interesses contraditórios, desconhecimento e individualismo exacerbado. Contam também fatores econômicos: para manter os padrões de conservação e proteção das espécies, da biodiversidade, os custos imediatos se elevam. Isso, todavia, é provisório pois,

avistando-se o longo prazo, os benefícios econômicos e sociais ultrapassam as perdas⁹⁸, e essa compreensão demanda conscientização, comenta Naredo (2001, p.2)

cabe pensar que conhecer e discutir as causas de nossos males é o primeiro passo para resolvê-los e que, enquanto se sigam ignorando certos aspectos essenciais que caracterizam o comportamento da civilização industrial, dificilmente se poderá reverter esta para padrões de comportamento mais respeitosos ao entorno (tanto local como global).

No entanto, as últimas décadas apresentaram uma concepção inédita: o conceito de desenvolvimento está se modificando em várias instâncias de poder, incorporando no mundo contemporâneo “o debate sobre as finalidades legítimas da apropriação do mundo material” (ACSELRAD; LEROY, 1999, p. 24) e questionando os objetivos deste crescimento financeiro desenfreado, que demonstrou privilegiar uma parcela ínfima da população. Ou seja, o desenvolvimento econômico sozinho está longe de abarcar a maioria das necessidades de uma sociedade. Com poucos recursos disponíveis, em contextos de escassez, a prioridade se torna a sobrevivência dos cidadãos e a garantia dos serviços básicos.

Nesse sentido, a concepção de Ribeiro (2003) e de muitos outros estudiosos aponta que o verdadeiro desenvolvimento está baseado na promoção da justiça social, equidade, qualidade de vida, incluindo a participação popular na vida pública, quer dizer, qualificando a democratização dos processos de decisão. Esta é a perspectiva que inspirou a defesa do termo “desenvolvimento sustentável”, incluindo-se novas dimensões. A proposta em conectar os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade surgiu, então, como crítica aos modelos aceitos até aquele momento

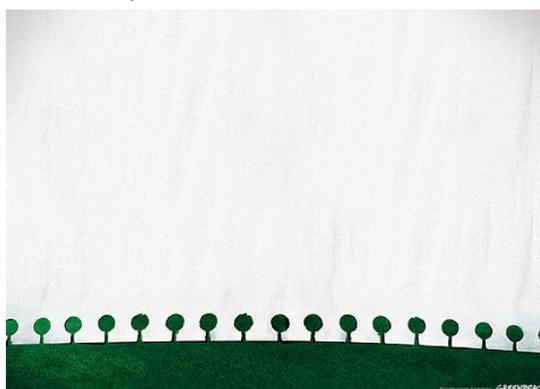
Está claro que o futuro de nosso planeta e com este o de todas as espécies, está diante de uma situação delicada. A forma na qual apreciarmos esta oportunidade vai determinar se nos alinhamos ou não com as potencialidades geradoras de vida no universo. Ou desenvolvemos uma comunidade ecologicamente harmoniosa de diferenças sobre nosso planeta, ou o jogo termina (ACSERALD, 1999, p. 28).

Apesar dessa nova perspectiva ter sido integrada com o termo “desenvolvimento sustentável”, este foi facilmente incorporado por economistas e muitos outros porque, ao acoplar “desenvolvimento” e “sustentável” foi possível manter a principal motivação do sistema capitalista, conservando-se o objetivo do “progresso”, promovendo uma batalha constante para se manter em voga as reais motivações do termo.

⁹⁸ Um dos trabalhos realizados pela pesquisadora acompanhou a instalação de uma nova indústria em uma pequena cidade do Estado de Minas Gerais. A empresa se comprometia a seguir as leis ambientais, mas se recusava a custear a limpeza do rio, devido ao aumento dos custos do projeto. O prefeito não insistiu nesta ação, que poderia representar a saída da empresa do município e ele almejava o crescimento econômico prometido. No entanto, “quanto custará limpar o rio dentro de vinte anos, ou como quantificar o valor das perdas e extinções de espécies animais e vegetais que vão ocorrer no entorno do rio poluído? Como quantificar o custo para tratar as enfermidades da população e outros problemas indiretos provocados pelo rio contaminado? Estas são algumas questões que precisam ser discutidas em situações nas quais o desenvolvimento econômico frequentemente tem primazia sobre todos os outros aspectos, ambientais, culturais e sociais.

Parte dessa mudança vem sendo defendida pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, PNUD (FUNDO..., 2001, p.58), desde a década de 1990, promovendo o paradigma do desenvolvimento sustentável humano, fundamentado em três atributos centrais, como descrito por Kappel (2007): o desenvolvimento das pessoas, para ampliar suas oportunidades, potencialidades e direitos de escolha; o desenvolvimento para as pessoas, visando garantir a apropriação equitativa dos resultados obtidos pela população; o desenvolvimento pelas pessoas, para aumentar seu poder e o das comunidades, como partícipes ativos do processo de desenvolvimento do qual são, ao mesmo tempo, sujeitos e beneficiários. No Informe brasileiro do Fundo das Nações Unidas sobre a situação infantil (FUNDO..., 2001)⁹⁹, desse Programa, são descritos dois princípios indissociáveis em prol desse desenvolvimento: a equidade – expressa na construção e distribuição dos benefícios entre os seres humanos – e a sustentabilidade, em todas as suas dimensões – econômica, social, ambiental, cultural e política.

Figura 77: Propaganda “Recicle Papéis. Salve Árvores”



Fonte: Desenho, s.d.¹⁰⁰

De acordo com Acserald e Leroy (1999, p.32), três atores centrais são desafiados pela questão da sustentabilidade: pesquisadores, movimentos sociais e formuladores de políticas, permitindo “superar os pontos de estrangulamento dos modelos de desenvolvimento que vigoraram desde o pós-guerra”, como altos índices de desigualdade social e de degradação das bases materiais do desenvolvimento. Devem somar-se a esses atores a participação de todos¹⁰¹, diante das disparidades inaceitáveis em termos de extermínio ambiental. Os autores defendem ainda a pluralidade do conhecimento no debate ambiental – valorando a interação de conhecimento científico e saber popular - buscando novos modelos de desenvolvimento.

⁹⁹ Se constata que à medida em que “se avança na compreensão, apropriação e operacionalização deste paradigma, se sente a necessidade de apoio legal em uma abordagem de direitos humanos que proteja e realize os direitos violados e os que se devem realizar. Os conceitos de direitos humanos e de desenvolvimento humano são coerentes, já que ambos se orientam pelos princípios de bem-estar e dignidade de todas as pessoas” (FUNDO..., 2001, p.58).

¹⁰⁰ www.brainstorm9.com.br.

¹⁰¹ Enquanto as indústrias lidam frequentemente com o uso de materiais tóxicos, petróleo e derivados, as atividades domésticas se utilizam de muita matéria orgânica, como papel, metal e madeira, não tóxicos ainda que, para além da reciclagem, o uso de todos os recursos deva ser drasticamente diminuído.

Esse consumo desmesurado – dentro de uma visão utilitária e imediatista dos recursos – acarretou o segundo problema que torna a situação insustentável, a degradação ambiental nos âmbitos social, econômico e ecológico (ACSERALD; LEROY, 1999). Tem ocorrido a perda contínua da biodiversidade, desmatamento, aquecimento global, escassez de água, elevada geração de resíduos sólidos, poluição marinha, como lamenta Attenborough (A LIFE..., 2020), “a verdadeira tragédia do nosso tempo ainda está se desenrolando ao longo do globo, quase imperceptível no dia a dia. Estou falando sobre a perda dos lugares selvagens do nosso planeta, sua biodiversidade [...] nosso maior erro”.

Figura 78: Chaminés de uma usina de petróleo em Utah, Estados Unidos, 2018



Fonte: BOWNER, 10 dez., 2018.

Dentre esses problemas, despontou como essencial a manutenção da temperatura do planeta para assegurar a existência humana e manter a biodiversidade, sendo considerada por muitos como o maior problema atual. O uso crescente de combustíveis fósseis, o desmatamento, a decomposição da matéria orgânica em aterros e lixões e o uso de fertilizantes (LEGNAIOLI, *s.d.*) provocou forte aumento das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) para a atmosfera, intensificando o efeito estufa, que ficou conhecido como aquecimento global.

O efeito estufa é um fenômeno natural no qual esses gases da atmosfera absorvem parte da radiação solar que atinge o planeta, absorvendo essa radiação e emitindo-a de volta para a superfície, fazendo com que a Terra seja habitável. Sem o efeito estufa, a temperatura da Terra seria, aproximadamente, 30° C menor. Em 2020, a temperatura média da Terra já estava 1°C maior do que no início do século XX: “uma velocidade de mudança que excede qualquer uma, nos últimos dez mil anos”, relatou Attenborough (A LIFE..., 2020).

Ressalta-se uma diferença importante entre aquecimento global e mudanças climáticas. Enquanto o aquecimento global se refere especificamente à temperatura média do planeta, as mudanças climáticas (hoje chamadas de crise climática) também englobam inúmeras consequências negativas, elencadas por Legnaioli (*s.d.*): a temperatura média do ar e dos oceanos — que são grandes reguladores da temperatura planetária — tem sofrido aumento crescente, promovendo a elevação do nível do mar, secas severas, inundações e vendavais,

mudanças na distribuição dos habitats de diferentes espécies, extinção de espécies animais e vegetais, e perda de reservas de água em várias partes do mundo.

A Floresta Amazônica é um dos grandes habitats do planeta e palco de diversas desses danos. É a maior floresta tropical do mundo, com maior biodiversidade e responsável pelos chamados “rios aéreos” que garantem chuva em grande parte do Brasil. Em seu estudo, Gomes *et. al* (2019) ressaltam que o desmatamento é a maior ameaça às espécies de árvores da Amazônia, mas a combinação do desmatamento com as mudanças climáticas tende a amplificar muito as perdas. Juntos, esses fatores podem causar um declínio de até 58% na riqueza dessas espécies de árvores, enquanto separadamente esse declínio seria de 19% a 36% devido ao desmatamento, e de 31% a 37% decorrente das mudanças climáticas, até 2050. Anteriormente, em 2005 a baixa do Rio Amazonas provocou a maior seca dos últimos quarenta anos. Mais de 35 municípios do Amazonas e do Acre ficaram isolados, sem alimentação, água limpa e transportes, consequência do aumento de 0,5° C na temperatura do Oceano Atlântico. Este valor alterou o padrão geral de circulação dos ventos, causando a escassez de chuvas naquele momento. Em 2010, vários rios da Amazônia baixaram seu nível novamente, como o próprio Rio Negro, impactando as populações locais com a seca.

Figura 79: “A Baixa do Rio”, baixa do Rio Amazonas em dois metros, 2005 e baixa do Rio Amazonas, 2010



Fonte: KLINTOWITZ, 2006, p.72-73.

Entre 1992 a 2002, o total de terras afetadas por secas severas dobrou, consequência do aquecimento global. Na China, segundo estudo da ONU, a cada ano aproximadamente 10 mil Km² se desertificaram. Na Turquia, 160.000 Km² de terras cultiváveis sofriram com desertificação gradual e consequente erosão do solo. A seca na Etiópia condenava anualmente seis milhões de pessoas à fome, desde 2002, segundo o primeiro ministro do país naquele momento, Meles Zenawi (REVISTA VEJA, 2007). Ele relatou que grande parte da população vivia abaixo da linha da pobreza e havia enfrentado um grave período de fome em 1984. Parte das dificuldades dessa crise se relacionou à falta de reservatórios de água para enfrentar a seca, à destinação de grande parte dos recursos financeiros para pagamento da dívida externa do país e à diminuição da ajuda internacional. (ETIÓPIA..., 2002).

Figura 80: “Solo que Arde”, Seca na Etiópia



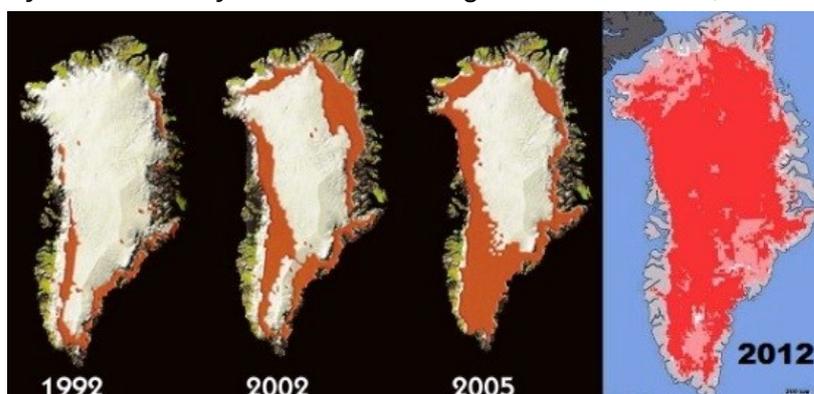
Fonte: KLINTOWITZ, 2006, p. 70-71.

As catástrofes resultantes do aquecimento global eram esperadas para daqui a uns trinta ou quarenta anos, no entanto têm ocorrido amiúde. A calota polar ártica diminuiu aproximadamente 20% entre 1992-2002 e segue se reduzindo, com fortes danos recentes, restringindo o território de caça dos ursos polares, que estão destinados a desaparecer (KLINTOWITZ, 2006).

O gelo marinho de verão no Ártico foi reduzido em quarenta por cento em quarenta anos. Nosso planeta está perdendo seu gelo (DESGELO..., 2012). O mais primitivo e distante dos ecossistemas está fadado ao desastre. Nossa marca agora é verdadeiramente global. Nosso impacto agora é verdadeiramente profundo. Nosso ataque cego ao planeta finalmente veio para alterar os próprios fundamentos do mundo vivo

O gelo marinho de verão no Ártico foi reduzido em quarenta por cento em quarenta anos. Nosso planeta está perdendo seu gelo. O mais intocado e distante dos ecossistemas está fadado ao desastre. Nosso impacto agora verdadeiramente profundo. Nosso ataque cego ao planeta finalmente veio alterar os próprios fundamentos no mundo vivo (A LIFE..., 2020).

Figura 81: Evolução da diminuição da camada de gelo na Groelândia, 1992 a 2012



Fonte: Compilação do autor, 2019.¹⁰²

Conforme o *Institute for Economics & Peace*, IEP (2019), estima-se que cerca de 971 milhões de pessoas já vivem em áreas de alta ou muito alta exposição às mudanças climáticas no

¹⁰² <https://thoth3126.com.br/mudancas-climaticas-groenlandia-descongela>, 2019.

mundo o que, por sua vez, atua como "multiplicador de riscos", intensificando a escassez de recursos e a segurança dos meios de subsistência podendo, inclusive, aumentar riscos de futuros conflitos violentos resultantes de disputas por água, comida e moradia. Para exemplificar, ao traçar um paralelo entre a pandemia de COVID-19 e a crise climática, a consultoria McKinsey (EMPRESA..., 2020) aponta que ambas representam choques físicos com potencial para se multiplicarem em uma série de impactos socioeconômicos

A atual pandemia nos fornece, talvez, uma amostra em menor escala que uma crise climática completa poderia acarretar em termos de choques exógenos simultâneos à oferta e demanda, interrupção das cadeias de suprimentos e mecanismos globais de transmissão e amplificação. Pandemias e riscos climáticos também são sistêmicos, na medida em que suas manifestações diretas e seus efeitos indiretos se propagam rapidamente em um mundo interconectado (EMPRESA..., 2020).

Caso o planeta atinja a marca de 2°C de aquecimento - máximo aceitável pelo Acordo de Paris (2015), estima-se que cerca de 100 a 400 milhões de novas pessoas sofrerão risco de fome, e de 1 a 2 bilhões estarão sem garantia adequada de acesso à água. Complementando, entre 2030 e 2050 o colapso do clima poderá causar aproximadamente 250.000 mortes adicionais por ano, decorrentes de desnutrição, malária, diarreia e estresse por calor. De fato, sem a realização de ações imediatas, acredita-se que a crise climática pode levar mais de 120 milhões de pessoas à pobreza até 2030, tendendo a aumentar nos anos subsequentes. Portanto, a crise climática talvez seja o principal desafio do século XXI, devido a seu caráter transversal em relação às demais áreas da vida.

A escassez crescente de água é outra protagonista da crise, diante de seu valor incomensurável, resultando no ressurgimento ou reestruturação em muitos países dos comitês e agências de bacias hidrográficas em defesa dos mananciais de água e nascentes dos rios, e em uma série de projetos para sua proteção. A poluição marinha também tem ganhado destaque, principalmente com a sociedade civil, que pressiona empresas a reverem seus produtos, embalagens e condições pós consumo, como logística reversa e reciclagem.

Assim, a dimensão ambiental da sustentabilidade abarca questões interconectadas, concernentes ao consumo, a produção e utilização dos recursos, temperatura do planeta, tratamento de lixo, saúde, preservação da biodiversidade, qualidade da água, do ar e do solo, entre outras, e se conecta às outras dimensões sustentáveis.

As questões éticas também se associam à sustentabilidade, trazendo reflexões sobre as ações humanas, reconhecendo que "tais ações e juízos que sobre elas se aplicam dão-se em condições de acentuada desigualdade jurídica, econômica e política de acesso ao espaço ambiental pelos distintos agentes sociais" (ACSERALD, 2000, p.66). A isso se soma o desconhecimento de grande parcela da população com relação ao alcance dos impactos ou a amplitude dos avanços tecnológicos de cunho sustentável como, por exemplo, o uso dos

produtos químicos sintéticos ou de novas formas energéticas. Como destaca Sevcenko (2001), é fundamental a consideração dos limites necessários na produção de conhecimentos, de maneira que as políticas científicas se submetam à uma ética de máxima responsabilidade, na qual a primazia da vida ultrapasse os interesses econômicos. Nesta mesma linha de raciocínio, Acserald pontua que

A ética na contenção racional dos desejos conduz assim à introdução, na fonte das escolhas, de uma sabedoria fundada na prudência. [...] Mas as preocupações de ordem ética afloram, em particular, frente à amplitude das consequências potenciais associadas ao risco técnico em sistemas industriais avançados, ao uso da energia nuclear e à manipulação de materiais genéticos pelas novas biotecnologias. Ainda que frequentemente subordinada aos discursos da equidade e da limitação responsável das escalas de crescimento, a proposta ética associa, assim, à sustentabilidade um discurso atualizado sobre deveres e obrigações morais relativos às condições de existência da vida. (ACSERALD, 2000, p.67),

Figura 82: Protesto na Casa Branca, Washington, contra comida modificada geneticamente, 2013 e experimento com energia à lazer



Foto: Nicolas Kamm, maio de 2013.

A realidade revela, portanto, que com a manutenção dos níveis de acumulação excessiva de riqueza não restarão mais recursos no planeta, ou seja, se calcula a “capacidade de carga” do ecossistema como um limite que seria preciso de respeitar (POL, 2006). Todas essas experiências e dados refletem os maus tratos que a natureza vem sofrendo incessantemente, desequilibrando os ciclos naturais de milênios e causando múltiplos problemas acoplados. Em 2003, Hazel Henderson¹⁰³ já apresentava dados que confirmavam esta perspectiva calamitosa. O produto interno bruto, PIB corrente era de U\$ 31 trilhões de dólares/ano, com crescimento estimado de 3%/ano, percentual esse que se fosse mantido resultaria em um PIB estimado de U\$ 158 trilhões/ano, em 2050, exigindo muito mais recursos do que planeta possui: seriam necessários dois ou três planetas para se alcançar este nível de consumo. Estendendo as estatísticas, Sachs enfatizou o panorama de desigualdade, declarando que

¹⁰³ Entrevista realizada pela TV Cultura, Brasil, com a economista e futurista Hazel Henderson (HAZEL..., 2003), no Programa *Roda Viva*, 17 março de 2003, ocasião em que Henderson trabalhava nos EUA e em outros países no Projeto Milênio, voltado para a proteção do meio ambiente. Para minimizar o problema, ela propôs que as empresas terceirizem serviços, reciclem seus produtos e que o consumismo seja diminuído radicalmente em todo o mundo.

o abismo entre o Norte e o resto do mundo se evidencia no fato de os países da Organização Econômica para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento – OCDE, com 16% da população do mundo e 24% da área terrestre, concentrarem 72% do produto bruto global, 73% do comércio internacional, 78% de todos os automóveis e 50% do consumo de energia. Ao mesmo tempo, respondem por 45% das emissões totais de óxido de carbono, 40% das de óxido sulfúrico, 50% das de óxido de nitrogênio e 60% da emissão de resíduos industriais (SACHS, 1993, p.15).

Observa-se que todos esses problemas, desequilíbrios e as mudanças necessárias e urgentes estão despertando a humanidade, tardiamente, para uma consciência ambiental inédita, incluindo a circularidade dos sistemas vivos e para a necessidade transformar as práticas cotidianas e sua própria filosofia de vida.

6.1 Grandes encontros mundiais

Nesse extenso movimento a favor da sustentabilidade têm sido realizados inumeráveis estudos e encontros ao redor do mundo. Pouco a pouco, organizações, comunidades e países começam a modificar seus comportamentos.

Historicamente, a preocupação com o meio ambiente e com uma educação ambiental surgiu a partir da segunda metade do século XIX (ARAÚJO, 2007). Em 1866 o zoólogo alemão Ernst Haeckel propôs o vocábulo “ecologia” para definir os estudos sobre as relações entre as espécies e seu ambiente, e nos anos seguintes criaram-se alguns parques nacionais, sendo o primeiro o Parque Yellowstone (1872), nos Estados Unidos. Destaca-se ainda a publicação do “Estudo de Proteção da Natureza no Mundo”, em 1951, organizado pela União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN¹⁰⁴, a partir da Conferência Internacional de Fontainebleau, na França, em 1948 (IUCN, 2019), com apoio da UNESCO, representando a primeira união global ambiental estabelecida para a proteção da natureza.

Em 1971 ocorreu um encontro em Founex, na Suíça, que reuniu 27 especialistas no Painel de Peritos em Ecologia e Desenvolvimento, a pedido da ONU, para apoiar os países pobres na discussão sobre a perspectiva ambiental, e serviu como preparatório para o encontro de Estocolmo, tendo como mérito ampliar a visão de desenvolvimento e reconcentualizar o ambiente, como assinalou Vieira (1992, p.2)

O primeiro grande encontro ambiental foi promovido pela ONU e aconteceu em Estocolmo, Suécia, em 1972, semeando as bases para novos encontros. Seu fundamento adveio das ideias divulgadas pelo Clube de Roma – fundado em 1968, destacando-se o estudo intitulado “Os Limites do Crescimento”¹⁰⁵, coordenado por Dennis L. Meadows e por outros

¹⁰⁴ A União Internacional para a Conservação da Natureza é uma associação composta por aproximadamente 1.300 membros de organizações governamentais e da sociedade civil, e se tornou a rede ambiental maior e mais diversa do mundo. Ela proporciona a seus membros conhecimentos e ferramentas “que possibilitam progresso humano, desenvolvimento econômico e conservação da natureza, que acontecem juntos”. (UICN, 2019).

¹⁰⁵ Esse estudo descreveu o que foram consideradas as cinco grandes tendências de interesse global: “o ritmo acelerado da urbanização, o rápido crescimento demográfico, a desnutrição generalizada, o esgotamento dos

pesquisadores do *Massachusetts Institute of Technology*, que constituiu o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (ARAÚJO, 2007; GUIA, 2017), cuja constituição foi inspirada pela UICN. Esse Encontro é considerado por muitos como um marco nas discussões sobre “desenvolvimento sustentável” e, apesar do termo não ter aflorado nos debates ocorridos ali, “o caráter pluridimensional e interdisciplinar do tema é reconhecido, ao mesmo tempo em que é identificada uma estreita correlação entre desenvolvimento e qualidade de vida, portanto entre questões socioeconômicas e ambientais” (VIEIRA, 1992, p.2). Constatou-se ainda um choque de posições entre os interesses dos países industrializados, que defendiam a tese do “crescimento zero”, a partir do congelamento do crescimento da população global e do capital industrial; e os interesses dos países pobres, que defendiam o direito ao desenvolvimento e melhores condições de vida (VIEIRA, 1992).

Como mencionado, na mesma época, em 1973, Strong propôs o termo “ecodesenvolvimento” e Sachs estabeleceu os princípios para sua utilização. Brūzeke (1993) entende que os debates sobre o ecodesenvolvimento realizados por Sachs e outros autores foram uma preparação para a adoção posterior do termo “desenvolvimento sustentável”.

Já em 1987 foi concebido o livro “Nosso Futuro Comum”, também chamado Relatório Brundtland, que inaugurou o termo “desenvolvimento sustentável”. Seu texto partiu da relação complexa entre as causas dos problemas socioeconômicos e ecológicos e sublinhou a relação entre economia, tecnologia, sociedade e política, apresentando uma “lista de medidas a serem tomadas no nível do estado nacional” (BRÜSEKE, 1993, p.8). Apontou que os problemas ambientais eram “resultantes das desigualdades e estilos não apropriados de desenvolvimento” (VIEIRA, 1992, p.3), criticando a distribuição de renda desigual entre os países ricos e pobres e argumentando que o desenvolvimento sustentável só seria

[...] alcançado com a mudança do sistema econômico internacional, com a eliminação da pobreza, com a satisfação das necessidades básicas de alimentação, saúde e habitação, com a definição de uma nova matriz energética que privilegie as fontes renováveis e, por fim, através da inovação tecnológica (VIEIRA, 1992, p.3).

Vinte anos após a Conferência de Estocolmo realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO 1992, no Rio de Janeiro, que trouxe à luz a importância da proteção ambiental em escala mundial e do compromisso de cada país nesse processo. Os limites para o consumo predatório das sociedades abastadas foram explicitados e muitas propostas elaboradas, para incentivar a sustentabilidade e mudanças de atitudes globais relativas aos problemas constatados. A Conferência foi marcada pela participação

recursos naturais não renováveis e a deterioração ambiental”, propondo um desenvolvimento que garantisse o equilíbrio global através da preservação dos recursos naturais, da sustentação do capital e das necessidades fundamentais de toda a população, o que dependeria, nesse caso, de conter “seu espiral demográfico” (MIRANDA; PORTO, 2012, p.70).

significativa de setores não governamentais¹⁰⁶ e temas frequentes ao longo do encontro foram descentralização e fortalecimento do poder local, co-gestão ou alianças com entidades locais, participação da sociedade civil, sustentabilidade ambiental e combate à pobreza e ao desemprego (MARICATO, 2002). Outra constatação de Roberto Guimarães e Yuna Fontoura (2012, p.21) é que na Conferência “foram lançadas as bases para uma nova concepção de desenvolvimento, com um novo clima de cooperação internacional”.

Ao lado da Convenção Quadro das Mudanças Climáticas e da Convenção de Diversidade Biológica, outro documento fundamental aprovado na Eco 92 foi a Agenda 21 que, na mesma linha do Informe Brundtland, propôs soluções locais para problemas globais. Produzida por diplomatas, técnicos de agências internacionais, membros de ONGs e outras instituições, a Agenda¹⁰⁷ foi firmada por 197 países e manifestou a necessidade de se combater a pobreza e promover a consciência ambiental, reforçando atitudes protetivas através do desenvolvimento sustentável. Apesar de sua grande aceitação e ineditismo por assinalar a responsabilidade das nações industrializadas na crise ambiental, alguns críticos registraram que a Agenda ainda mantinha como categorias centrais o mercado e a economia, defendendo que economias saudáveis são aquelas lucrativas, ou seja, a noção de desenvolvimento sustentável seria apenas mais um recurso utilizado para apoiar a própria ideologia do desenvolvimento (ACSERALD; LEROY, 1999, p.18).

Em evento paralelo à conferência oficial, a Cúpula da Terra elaborou a Carta da Terra, que começou a partir de uma ação das Nações Unidas, mas foi finalizada somente nos anos 2000, como uma iniciativa global da sociedade civil, tendo sido publicada como a Carta dos Povos: “uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século XXI, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica” (GUIA, 2017, p.6).

Nesse mesmo ano, conforme Acserald e Leroy (1999) o encontro social da ONU, a UNCED 92 (*United Nations Conference on Environment and Development*) propôs uma nova cultura de desenvolvimento, reforçando a questão social a partir de três eixos básicos de ação: promoção da equidade através de processos distributivos; consolidação e construção dos direitos; e garantia de reprodução das bases ecológicas de desenvolvimento social. Especialmente após a UNCED 92, o conceito de sustentabilidade passou a ocupar espaço crescente “nos debates sobre desenvolvimento”, impulsionando mudanças

¹⁰⁶ Guimarães e Fontoura (2012) ressaltam que nessa Conferência novos atores sociais “foram incorporados aos circuitos de decisão”, atores não-estatais, privados, e diferentes movimentos da sociedade civil, destacando a relevância da participação da comunidade científica para a adoção da Convenção sobre Mudanças Climáticas.

¹⁰⁷ No Brasil, frequentemente a Prefeitura é a promotora central da Agenda 21 local, ainda que a própria comunidade também possa gerenciar o processo e ser partícipe do mesmo.

De um lado, no interior do discurso desenvolvimentista – produzido por agências multilaterais, consultores técnicos e ideólogos do desenvolvimento -, verificou-se um investimento na correção de rumos, no esverdeamento dos projetos, na readequação dos processos decisórios. Com ajustes – acreditam estes atores – a proposta do desenvolvimento poderia ser resgatada, suas dimensões autofágicas superadas, sua durabilidade assegurada, sua vigência sustentada. Por outro lado, no campo das ONGs, em meio à crítica dos limites do conteúdo que governos e instituições oficiais vêm atribuindo ao desenvolvimento que pretendem sustentável, alguns veem na sustentabilidade uma nova crença destinada a substituir a ideia de progresso (ACSERALD, 2000, p.61).

Outros manifestos de alcance mundial vêm propondo a defesa ao meio ambiente, como o Quinto Programa Europeu, de 1993, que expôs a necessidade de intensas mudanças nos padrões de consumo das sociedades e a Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, na Dinamarca, que promulgou a Carta de Aalborg, em 1994, refletindo sobre a sustentabilidade urbana e aspectos necessários para seu alcance. As autoridades signatárias de muitos países se comprometeram a preparar planos e avaliar o impacto de suas atividades, analisando seus programas a partir da aplicação das Agendas 21 locais.¹⁰⁸

Em 1994 também foi instituída a Conferência das Partes (COP)¹⁰⁹, um foro internacional de negociação das regras e políticas relativas à Convenção sobre Mudanças do Clima, que tem discutido a aplicação e o funcionamento das diretrizes referentes ao clima, acompanhado o cumprimento das metas firmadas e promovido revisões de suas normativas. Uma de suas ações significativas foi o estabelecimento do Protocolo de Quioto (COP 3), em 1997, para a redução das emissões globais dos gases causadores do efeito estufa até 2012. Estados Unidos e China, responsáveis por 40% das emissões globais naquele momento não ratificaram o acordo e o tratado obteve poucos resultados, e as emissões seguiram aumentando. No entanto, as discussões avançaram e em dezembro de 2015 foi firmado o maior acordo da história para a diminuição das emissões desses gases, na plenária da COP 21, a Cúpula do Clima de Paris (GUIA, 2017). O Acordo de Paris determinou que as nações signatárias devem manter o aquecimento global bem abaixo de 2°C, preferencialmente abaixo de 1,5°C, com relação aos níveis pré-industriais (UNITED NATIONS..., s.d.).

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Urbanos, a Habitar II, realizada em Istambul, em 1996, a comunidade internacional produziu um plano de ação global. De acordo com Maricato (1997), a Habitat II “constituiu um golpe duro nas concepções do urbanismo vigentes durante o século XX”, propondo ações contrárias ao “planejamento tecnocrático, burocrático e autoritário” e sugerindo a ação do Estado no processo de

¹⁰⁸ Hacia un perfil de la sostenibilidad local. Indicadores comunes europeos. Informe técnico, Comisión Europea, Luxemburgo: Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas, 2000, p.5.

¹⁰⁹ Em todas as COP já realizadas vêm ocorrendo encontros paralelos aos oficiais, com ampla participação de ONGs, movimentos sociais e ambientalistas. (MIRANDA; PORTO, 2012).

regulação do solo. Enfatizou também um novo padrão para as cidades e seus habitantes, defendendo o poder local e o estabelecimento de parcerias e da participação cidadã.

Em 2000 o Secretário Geral da ONU, o ganhês Kofi Annan, propôs o lançamento do Pacto Global, voltado para as empresas e corporações

com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, refletidos em dez princípios (GUIA, 2017, p.10).

Assim, o Pacto (GUIA, 2017) propôs o respeito à proteção dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente; apoio a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva; eliminar todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; abolir efetivamente o trabalho infantil e eliminar a discriminação no emprego. As empresas deveriam promover uma abordagem preventiva aos desafios ambientais, iniciativas para aumentar a responsabilidade ambiental, incentivar desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis e combater todas as formas de corrupção. Em 2017, o Pacto Global já contava com a participação de mais de 12 mil organizações signatárias, articuladas em cerca de 150 redes ao redor do mundo.

Acompanhando os eventos, depois de uma década da Eco 92, aconteceu a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, em Johannesburgo, no ano de 2002, com a participação de representantes de 189 países. Segundo a análise de Kofi Annan, nesse período “pouco se avançou na proteção do meio ambiente e no caminho para o desenvolvimento sustentável, porque as nações industrializadas não têm cumprido os acordos internacionais que assinaram na conferência do Rio.

Nessa mesma perspectiva, Guimarães e Fontoura (2012) sugeriram que o período apresentou como resultado “uma conta desigual”, pois o crescimento da economia global seguia alienado, superando os cuidados ambientais. De fato, as sociedades mantinham seu foco nos ganhos econômicos, sendo que três aspectos já aceitos internacionalmente foram fortemente ameaçados na Cúpula, apesar de se manterem após longas discussões: o “Princípio da Precaução”, pilar da Rio 92; o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”; e o compromisso de se destinar 0,7% do PIB dos países industrializados para o desenvolvimento, firmado por vários países desenvolvidos em 1972, mas que foi diminuindo significativamente ao longo dos anos (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012, p.23-24). Guimarães e Fontoura (2012) destacaram ainda dois motivos centrais para o fracasso em Johannesburgo: o excesso de otimismo, ao acreditarem “que o mundo já estaria maduro para definir um plano de ação comum”, o que se mostrou equivocado, e um excesso de

pessimismo, “ao não se apostar na definição prévia de uma agenda de decisões específicas”, dificultando a tomada de decisões diante de uma agenda muito ampla e ambígua.

Duas décadas após a Eco 92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), a Rio+20, realizada no Rio de Janeiro buscou nova agenda para as próximas décadas, a partir de dois temas centrais: a economia verde junto à erradicação da pobreza, e a estrutura institucional. No entanto, os problemas seguiram se arraigando sob a égide da “economia verde” perpetuando-se, na verdade, os modelos hegemônicos

a economia verde funcionaria como uma espécie de panaceia contra todas as crises, aprofundando a mercantilização da natureza através da constituição de novos mercados – como o do carbono –, mantendo a aposta no aprofundamento do capitalismo como remédio para a crise civilizatória criada pelo próprio capital. (MIRANDA; PORTO, 2012)

Ou seja, se por um lado se constata avanços significativos nos acordos globais, por outro, pragmaticamente as mudanças ainda são insuficientes, sintetizou Ricardo Vieira

Se a Rio-92 mostrou que a segurança econômica e o bem-estar humano dependem umbilicalmente de ecossistemas saudáveis e fortaleceu a noção da necessidade de acordos políticos globais para promover a transição rumo ao desenvolvimento sustentável, de outro lado o progresso tem sido lento e insuficiente na materialização de tais acordos em ações concretas de proteção ao ambiente planetário nos últimos vinte anos (VIEIRA, 2012, p.65)

Figura 83: A Floresta Amazônica perdia em um ano superfície equivalente à Comunidade de Madrid



Foto: Carl de Souza, AFP, 2018.

Guimarães e Fontoura (2012) também teceram críticas a Rio +20, chamando-a de Rio -20, entendendo que a Conferência “fracassou”, revelando um “decisivo divórcio entre discursos e compromissos concretos por parte dos governos”. Uma vez que ela não foi concebida como uma Reunião de Cúpula, e sim como uma “conferência de revisão” (UNCSD, 2012), era dispensável a presença de Chefes de Estado e de Governo, o que resultou em menor participação dos mesmos. Estabeleceu-se somente a renovação dos compromissos políticos já firmados, sem antever decisões na forma de tratados, convenções ou acordos ambientais multilaterais, reafirmando os valores econômicos vigentes. Em segundo lugar, o processo preparatório para a Conferência foi considerado por muitos como aquém do esperado e por fim, o “Zero Draft”, resultado da declaração política “O Futuro que Queremos”, “terminou

desprovido de conteúdo”, pois vários aspectos fundamentais do texto foram excluídos ou rejeitados, diante da oposição de alguns governos, fazendo com que algumas “decisões arduamente conquistadas em conferências anteriores [...] (fossem) objeto de intenso ataque e boicote por parte das grandes potências” (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012, p.27)

Diante de avanços e retrocessos, em 2015 a ONU publicou os resultados alcançados em relação às oito metas delimitadas pelos ODM, como descrito antes e propôs, de maneira inédita, um plano global para acabar com a pobreza: promover prosperidade, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas. Governos, sociedade civil e outros parceiros constituíram, assim, a Agenda 2030 (UNITED NATIONS, 2015), ratificada pelos 193 países-membros da ONU, propondo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas

Os ODS são integrados e indivisíveis e equilibram as dimensões do desenvolvimento sustentável. Isso significa que nenhum objetivo é mais importante que outro, não sendo aceitável que um país atue no alcance de um objetivo em detrimento de outro...” (GUIA, 2017, p.10).

Os governos dos países signatários devem traçar o plano de definição de suas políticas públicas para o alcance das metas no nível local, e sugere-se a participação dos diferentes atores sociais e o estabelecimento de parcerias entre poder público, empresas privadas, instituições, ONGs e sociedade civil, pois

[...] cerca de 65% das metas da Agenda 2030 não poderiam ser plenamente alcançadas sem a contribuição dos governos regionais e locais. Todos os ODS têm metas diretamente relacionadas às responsabilidades dos governos locais e regionais e, portanto, seu alcance depende, acima de tudo, da capacidade destes governos de promover um desenvolvimento territorial integrado, inclusivo e sustentável (EMPRESA..., 2020).

Outro encontro importante é a Conferência Europeia de Cidades Sustentáveis, reunindo governos locais e regionais, instituições europeias e internacionais, organizações multilaterais, comunidades de pesquisa, líderes empresariais e sociedade civil, pactuando ações ambiciosas para o combate às mudanças climáticas (NAÇÕES.... 2016). Recentemente, no final de 2016 foi elaborada a Nova Agenda Urbana, NAU, na Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, a Habitat III, realizada em Quito, no Equador, com a participação de 167 países, visando orientar a “urbanização sustentável” pelos próximos 20 anos, propondo

a promoção da igualdade de oportunidades para todos; o fim da discriminação; a importância das cidades mais limpas; a redução das emissões de carbono; o respeito pleno aos direitos dos refugiados e migrantes; a implementação de melhores iniciativas verdes e de conectividade. (NAÇÕES, 2016).

Segundo Joan Clos, diretor executivo da ONU-Habitat, a agenda é ambiciosa e “visa preparar o caminho para tornar as cidades e assentamentos mais inclusivos”, através de um compromisso coletivo, ainda que não vincule os Estados membros às metas específicas, mas

proponha uma “visão compartilhada” para transformar as áreas urbanas em “mais seguras, mais resistentes e mais sustentáveis, com base em um melhor planejamento e desenvolvimento”. (NAÇÕES, 2016). Portanto, embora seja fundamental a multiplicação de mudanças diárias de grande impacto diante dos desafios, esses encontros mundiais e seus tratados vêm fixando parâmetros de atuação e novos domínios de pensamento, além de motivar a implementação das ações pactuadas em diversos países, revelando a abertura para uma “nova” visão, como ressalta Costa

Sem dúvida, após o debate desencadeado, em grande medida, pelos organismos internacionais, houve um avanço significativo ao se afirmar que não há desenvolvimento que não seja sustentável. Isso significa sepultar, ou pelo menos condenar, a opção de crescimento econômico a qualquer custo, principalmente aos elevados custos socioambientais, que vêm caracterizando, há séculos, grande parte da expansão capitalista e, particularmente, o modelo de desenvolvimento brasileiro (e latino-americano). Nesse contexto, a noção de sustentabilidade ambiental corresponde a uma dimensão a ser incorporada à própria noção de desenvolvimento e não a um conceito fundamentalmente diferente do anterior (COSTA, 1999, p. 62).

6.2 Ideias atuais sobre a sustentabilidade

Nos anos 1990, Acserald (1999, p.80) já constatava que o conceito de sustentabilidade possuía grande imprecisão e reconhecia inúmeros discursos explicativos do conceito, mais submetidos à lógica das práticas, articulando-se “a efeitos sociais desejados, a funções práticas que o discurso pretende tornar realidade objetiva”, enunciando basicamente que “a luta em torno a tal representação exprime a disputa entre diferentes práticas e formas sociais que se pretendem compatíveis ou portadoras da sustentabilidade”, ensejando uma “luta simbólica pelo reconhecimento da autoridade para falar em sustentabilidade”.

Dessa forma, Acserald (1999) constatou a existência de algumas matrizes discursivas da sustentabilidade urbana¹¹⁰, que variam de acordo com os atores sociais e apontam para práticas sociais de construção do espaço das cidades, enfatizando que o seu futuro dependerá em grande parte dos conceitos constituintes desse projeto de futuro, proposto pelos agentes relevantes em sua produção. Assim foi-se constituindo uma série de conceitos referentes ao tema nas últimas décadas, predominando atualmente a compreensão da sustentabilidade como um conceito amplo, não restrito apenas às questões ambientais.

Também vêm sendo objeto de discussão parâmetros que possam indicar graus maiores ou menores de sustentabilidade. Já foram concebidos alguns indicadores de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, que reflitam as melhorias concretizadas, não obstante as

¹¹⁰ Estas matrizes, ou representações do que seria a sustentabilidade apontavam para “a reprodução adaptativa das estruturas urbanas com foco alternativamente colocado no reajustamento da base técnica das cidades, nos princípios que fundam a cidadania das populações urbanas ou na redefinição das bases de legitimidade das políticas urbanas” (ACSERALD, 1999, p.87).

inúmeras lacunas existentes, devido principalmente à natureza múltipla e diversa dos fenômenos. Acima de tudo, como aponta Veiga (2007, p.27) mesmo que não haja “uma medida mais consensual de sustentabilidade ambiental”, estes índices e indicadores apresentam um “papel fundamental nas relações de fiscalização e pressão que as entidades ambientalistas devem exercer sobre governos e organizações internacionais”. O diretor geral do *World Wildlife Fund (WWF International)*, Dr. Claude Martin *apud* Veiga (2007) também reconhece a importância destes índices, pois

[...] é a primeira vez que cidadãos podem monitorar, controlar e cobrar seus líderes por sucessos, vacilações ou desastres usando medidas objetivas e quantificáveis sobre as várias dimensões da sustentabilidade ambiental (VEIGA, 2007, p.27).

A título de ilustração, a Comissão Europeia de Meio Ambiente propôs “indicadores comuns europeus”, em 2000, que refletem as interações entre os aspectos ambientais, sociais e econômicos, permitindo por primeira vez a coleta de informações comparáveis, relativas à sustentabilidade, em diversos pontos da Europa (COMISIÓN EUROPEA, 2000). O Relatório foi concretizado por um grupo de especialistas para a Campanha Europeia de Cidades Sustentáveis e para a Terceira Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, em Hannover, Alemanha, 2000¹¹¹, e pretendeu ser um instrumento prático, base de dados sobre boas práticas de gestão urbana sustentável.

Por outro lado, o conceito da sustentabilidade tem recebido algumas críticas. Cavalcanti (1994 *apud* Souza, 1995, p.18) ressalva que “qualquer melhoria econômica, sob a égide do que o homem procura, significa acumulação de capital e o esgotamento de alguma categoria de recursos não renováveis [...]”, o que apresenta uma contradição, porquanto o desenvolvimento seguir a lógica capitalista, implicando necessariamente na utilização não sustentável dos recursos naturais não renováveis. Acserald e Leroy (1999) questionam se as quantidades de recursos que são utilizados ou poupados não seriam fator secundário em relação às qualidades praticadas pelas sociedades, tais como a cultura, o modo de apropriação do território, a significação e o uso do meio ambiental material que são, de fato, a base do processo que determina a relação dos sujeitos com o ambiente, questões que, se bem conduzidas, serão capazes de transformar a quantidade dos recursos consumidos.

Complementarmente, Guimarães e Fontoura (2012) constatarem que nos âmbitos público e privados “os princípios de proteção ambiental e de desenvolvimento sustentável ainda são tidos como uma restrição para o crescimento econômico”, entendendo que a transição para a sustentabilidade “requer transformações profundas no arquétipo dominante de civilização e a

¹¹¹ Estas Conferências aconteceram em Aalborg (Dinamarca, 1994 e 2004), Lisboa (Portugal, 1996), Hannover (Alemanha, 2000), Sevilha (Espanha, 2007), Dunkerque (França, 2010), Genebra (Suíça, 2013) e no País Basco (Espanha, 2016).

construção de um novo estilo de desenvolvimento, que seja sustentável nos aspectos ambientais, sociais, culturais e políticos”.

Já Liszt Vieira¹¹²(1997 *apud* Rotta, 1999, p.154) pontuou que o Informe Brundtland¹¹³ ignorou as correlações de forças e relações desiguais no plano internacional em favor dos países industrializados, bem como as contradições dos países em vias de desenvolvimento e manteve a crença nas forças do mercado para solucionar problemas ambientais. Mais ainda, no viés político vêm sendo reforçadas as desigualdades, pois

no campo da relação entre nações é bastante improvável o estabelecimento do princípio da equidade. Ao contrário, o que se tem observado é um esforço cada vez maior das nações desenvolvidas em manter e reforçar as relações de hegemonia das mais variadas formas, como por exemplo, impondo todo tipo de condicionalidades à inserção de produtos dos países pobres no mercado internacional ou buscando vantagens comparativas, aproveitando-se das condições de fragilidade de suas economias (SOUZA, 1995, p.38).

Figura 84: Protesto em Seattle, 1999, contra a Organização Mundial do Comércio, com a frase “Defenda nossas florestas”



Fonte: www.brittanica.com, 1999.

Assiste-se também à negação de países em participarem dos acordos globais, ou de acatá-los apenas parcialmente, como a recusa dos Estados Unidos em assinar o Protocolo de Quioto (1997), sugerindo sua aspiração em sustentar uma posição de superioridade diante de outros países e/ou a manutenção de seu crescimento a todo custo. Logo, as formas de enriquecimento dos países industrializados revelam relações de dominação e perda de divisas dos países em desenvolvimento para os países de economia forte. Todavia, existem ações para minimizar os impactos, como sintetiza Souza, baseado nas ideias de Kitamura e Batista.

¹¹² Como contraponto, a autora defende que cada sociedade deve definir padrões sustentáveis de produção, consumo e distribuição, assim como deliberar sobre o nível de vida local almejado, de acordo com sua história, ambiente natural, enfim, atendendo a seu contexto específico.

¹¹³ Brüseke (1993, p.8) também o criticou, pois, apesar de ele descrever o nível mínimo de consumo a partir das necessidades básicas, o Relatório não tece uma discussão detalhada sobre o nível máximo de consumo e o uso de energia nos países industrializados, além de “fazer a superação do subdesenvolvimento no hemisfério sul dependente do crescimento contínuo nos países industrializados”, o que fica difícil de conciliar, considerando as críticas realizadas à situação do ponto de vista ecológico.

Uma agenda internacional de cooperação norte-sul no atual contexto deve incorporar iniciativas que busquem a partilha proporcional de responsabilidades entre nações pobres e ricas, envolvendo comércio internacional, assistência ao desenvolvimento, manejo da dívida externa, fontes de energia, transferência de tecnologia, reorientação de processos produtivos e até de estilo de desenvolvimento, o que significa focalizar o meio ambiente sob uma ótica global e associação às condições do processo de desenvolvimento (KITAMURA; BATISTA, 1994 *apud* SOUZA, 1995, p.21).

Apesar das inúmeras críticas, a discussão contínua sobre “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” é prerrogativa para o avanço, estimulando propostas de mudança através da ampliação da conscientização sócio, ambiental e cultural por grupos crescentes de população e a constituição de um valor cultural inexistente há algumas décadas atrás, refletido em ações cotidianas.

Em um cenário geral, entende-se que o anseio pela sustentabilidade envolve um processo complexo na busca pelo equilíbrio que se dissemine para todas as áreas da planificação humana. Apenas mudanças tecnológicas ou mecanismos de controle de mercado são insuficientes; como comentado, é preciso reestruturar padrões de produção e consumo e redistribuir equilibradamente os recursos entre as populações, desconstruindo o “pseudo” sonho de vida fundamentado na acumulação infundável de bens e recursos. Os diversos coletivos, instituições, governos e mesmo as pesquisas podem exercitar o pensamento de uma economia ecológica - ou verde -, na qual a qualidade de vida coletiva se sobreponha aos interesses próprios, com base na desafiadora mudança de valores, que envolve a diminuição do consumismo, individualismo, a ampliação da ética e da solidariedade entre as nações.

Neste sentido, sintetiza Capra, é necessário um “*shift*”, ou seja, uma mudança na perspectiva de extrairmos *ad eternum* os recursos naturais, defendendo que “nas próximas décadas, a sobrevivência da humanidade dependerá da nossa alfabetização ecológica” para compreender os princípios básicos da ecologia, desenvolvidos pelos ecossistemas para ativar a “teia da vida” (CAPRA, 2016).

Logo, considerando o conjunto de pensamentos apresentados, os avanços e obstáculos observados nas realidades interconectadas, na presente pesquisa escolheu compreender-se a sustentabilidade desde uma perspectiva complexa, capaz de incorporar diferentes processos de mudança, no sentido do ecodesenvolvimento, como defendido por Ignacy Sachs (SOUZA, 1995, p.15), e constituída por cinco dimensões centrais. A *dimensão social* propõe o estabelecimento de um processo de desenvolvimento condizente com um modelo de crescimento com uma distribuição mais equitativa de renda e bens (necessidades materiais e imateriais), reduzindo o abismo entre os padrões de vida de ricos e pobres; a *econômica* seria possibilitada pelo manejo eficiente dos recursos naturais e por um fluxo constante de investimentos públicos e privados, que devem ser avaliados em termos macrossociais, e não

apenas pelo critério de rentabilidade empresarial de caráter macroeconômico. Uma de suas condições seria ultrapassar as configurações externas que resultam no ônus do serviço da dívida e da saída líquida de recursos financeiros do Sul, qualificando as trocas desfavoráveis e as barreiras protecionistas existentes no Norte, além do acesso limitado à ciência e tecnologia. A *dimensão ecológica* pode ser ampliada mediante a utilização dos recursos potenciais existentes nos ecossistemas, mantendo a capacidade de carga do planeta compatível com o nível mínimo de deterioração dos sistemas de sustentação da vida. Isto deve ser alcançado limitando-se o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos finitos ou danosos ao meio ambiente, redução do volume de resíduos e poluição, através da conservação da energia e de recursos da reciclagem, intensificando as pesquisas na obtenção de novas tecnologia em prol da eficiência no uso dos recursos e definindo normas para a proteção ambiental, em termos da máquina institucional e dos instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários ao seu cumprimento (SACHS, 1993).

A dimensão espacial deve se alcançar mediante a busca por “uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos urbanos e atividades econômicas” (SACHS, 1993). Deve buscar-se reduzir a concentração excessiva nas áreas metropolitanas, promover a agricultura e a exploração agrícola das florestas através de técnicas modernas, regenerativas, por pequenos agricultores, com uso de pacotes tecnológicos, crédito e acesso a mercados, exploração do potencial da industrialização descentralizada, acoplada à geração de novas tecnologias, especialmente às indústrias de biomassa e seu papel na criação de oportunidades de emprego não-agrícolas nas áreas rurais, com a necessidade ainda de estabelecer uma reserva da biosfera que proteja a diversidade biológica. Por fim, a *dimensão cultural* supõe que o processo de modernização deve ter raízes endógenas, em sintonia com a “continuidade cultural e que traduza o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema e a cultura e a área” de cada contexto (SACHS, 1993).

Posteriormente, o autor acrescentou à sua concepção primária as dimensões política e a sustentabilidade do sistema internacional, esta última englobando a manutenção da paz e propondo um sistema de administração do patrimônio comum da humanidade, o que inclui os seres humanos e seu meio - como uma meta categoria, transversal, que atravessa as outras dimensões. Sachs (1993) propôs também às populações uma estratégia de desenvolvimento, na qual as riquezas são utilizadas sem destruir o meio, com equilíbrio, defendendo sua educação e organização para satisfazer às necessidades fundamentais, através do desenvolvimento que, como preconizado na Agenda 21 e inspirado em Sachs (1993), concilie “eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social” (MACIEL, 1998).

Mais recentemente Sachs (2010) abordou novamente mudanças que criem um novo ciclo de desenvolvimento rural baseado no trinômio biodiversidade-biomassa-biotecnologia, especialmente em países tropicais, com grande biodiversidade e climas propícios para a produção da biomassa, ressaltando que é necessário remediar a crise social em paralelo, ou seja, constituir o desenvolvimento socialmente incluyente e harmônico com o meio ambiente. Para isso, ele propõe pesquisas de biotecnologia aplicadas de agricultura, agroenergia e química verde, substituindo-se combustíveis à base de petróleo por biocombustíveis como, por exemplo, através da transformação de detritos vegetais em etanol celulósico, sem ameaçar “o objetivo da segurança alimentar e sem provocar o desmatamento maciço das florestas naturais”, ao contrário, buscando expandir as florestas existentes (SACHS, 2010, p.27). Ademais, para Sachs (2010, p.29), esta transformação não deve ser uma panaceia ou tornar-se tema exclusivo de pesquisa e provocar o refluxo das populações urbanas para os campos, mas é útil para desacelerar o êxodo rural e, ao mesmo tempo, humanizar os campos, buscando novos equilíbrios “entre os diferentes pontos do *continuum* cidade-campo”.

Uma vez que esta noção de sustentabilidade envolve inúmeras dimensões fundamentais que abrangem a perspectiva múltipla e complexa da realidade, foi chamada nesta pesquisa de “sustentabilidade ampla” e é utilizada como um elemento estruturante, como parâmetro de análise para os estudos de caso, observando-se quais são as condições de cada cidade para enfrentar seus desafios, de maneira respeitosa com a natureza e com seus habitantes, proporcionando perspectivas de continuidade através da passagem do tempo.

6.3 Práticas sustentáveis

Diante de inúmeros desafios, novas soluções ambientais e perspectivas têm sido constituídas em todo o mundo. Além de maior conscientização e cuidados com o meio ambiente, existem mudanças operacionais em curso pois, como constata Acserald

ao contrário dos conceitos analíticos voltados para a explicação do real, a noção de sustentabilidade está submetida à lógica das práticas: articula-se a efeitos sociais desejados, a funções práticas que o discurso pretende tornar realidade objetiva. [...] Resta que a luta em torno da representação exprime a luta entre diferentes práticas e formas sociais que se pretendem compatíveis ou portadoras da sustentabilidade. (ACSERALD, 2000, p.62).

As novas práticas incluem o reaproveitamento de materiais, a utilização de matérias primas menos contaminantes, avanços do processo produtivo e melhor aproveitamento de recursos e energia, entre outras. Isto implica o desenvolvimento de produtos e serviços que minimizem ao máximo os impactos socioambientais.

Figura 85: Energias limpas: placas para a captação de energia solar e energia eólica



Fonte: Compilação do autor, 2021. ¹¹⁴

Na União Europeia e em alguns países industrializados, por exemplo, buscou-se disseminar a política dos três “R”: redução do uso dos produtos, sua reutilização e reciclagem dos resíduos; posteriormente ampliados para a maioria dos países ocidentais. Um exemplo significativo acontece na Suécia, uma das lideranças na gestão de resíduos sólidos do mundo. Em 2016, o lixo era incinerado em 32 instalações que produziam vapor, usado então para mover turbinas geradoras de eletricidade, que era transferida para a rede de energia elétrica, para aquecimento das residências. Os metais eram retirados e reciclados, porcelana e azulejo – que não queimam - eram utilizadas na pavimentação de estradas e apenas 1% das cinzas da incineração iam para os aterros sanitários. O volume de resíduos produzido por habitante também era menor que em outros países europeus e a Suécia começou a exportar lixo de outros países para o pleno funcionamento de suas usinas. Assim, o país reduzia as toxinas produzidas nos aterros e, ao mesmo tempo, os cidadãos separavam os resíduos para serem reciclados e levados aos centros de coleta, enquanto o governo incentiva-os a consertarem objetos ao invés de substituí-los, o que tem gerado muitos postos de trabalho (BLUME, 2016).

Figura 86: Fábrica de reciclagem e jovem participante do Projeto Papel Social, Porto Alegre



Fonte: Revista Porto Alegre, 2003, p. 23-22.

Em termos de proteção ambiental foram concebidas uma série de ferramentas, entre as quais estão a Avaliação de Impacto Ambiental, os Estudos de Impacto Ambiental, as Auditorias e as Análises do Ciclo de Vida, ACV¹¹⁵, esta última responsável por embasar o estudo de

¹¹⁴ www.ambientequalvida.blogs.sapo.pt e www.prontogeometra.it

¹¹⁵ A ACV é uma técnica que contribui para a redução de impactos ambientais: ela considera todos os insumos e saídas de um sistema produtivo, seja de um produto, processo, serviço ou organização, incluindo avaliação de

materiais e formas de utilização de um produto, resultando no ecodesenho¹¹⁶. Este último foi concebido para minimizar os impactos de produção, prevendo ações orientadas à eficácia ambiental de um produto para otimização de sua função, transporte e/ou embalagem, seleção de materiais menos impactantes, aplicando processos alternativos de produção. Ou seja, representa “a aplicação prática de requisitos ambientais de projeto desde o início, substituindo então a matéria prima, materiais, tecnologia, processos, manufatura por outros menos nocivos ao meio ambiente”, como descreve Roberto Naime (2019). Posteriormente concebeu-se o “ecodesenho sustentável”, que deve respeitar os três “e”¹¹⁷: parâmetros ecológicos, econômicos e de equidade, concebendo os produtos a partir da observação do seu ciclo de vida completo, metas de custo, qualidade e rendimento. Para Pibernat (1994, p.63) “o que o ecodesenho se propõe é domesticar a tecnologia [...] a favor de uma maior tolerância meio ambiental dos produtos”. Mais ainda

[...] a substituição da opulência material do Ocidente por outra “mais ecológica” não é uma resposta suficiente diante da escala do problema ambiental. Mas, a medida em que mitiga os efeitos nocivos, a substituição de produtos por ecoprodutos nos permite ganhar tempo, imprescindível para entender e fazer entender que o tipo de reduções e renúncias que o Ocidente deve enfrentar-se são de natureza mais radical que as que foram propostas até o momento” (PIBERNAT, 1994, p.63)

Neste sentido, a substituição radical para produtos de *ecodesign* sustentável “ainda não é possível. [...], (e seria insuficiente) pois implica uma mudança de todos os sistemas de produção, manufatura, consumo e pós-consumo”, pressupondo uma mudança de paradigma, um “novo sistema de pensamento, de inovação, num novo sistema civilizacional [...]” (NAIME, 2019, s.p.), até então perpetrado por poucos.

Outra forma indireta de proteção socioambiental são as concessões de certificações e etiquetas, que incentivam os produtores a melhorarem seus processos produtivo e distributivo, como as etiquetas concedidas pela Comissão Europeia, para promover produtos e serviços que ofereçam “excelência ambiental”, reduzindo efeitos ambientais adversos ao longo de seu ciclo de vida e proporcionar aos consumidores orientação e informação exata dos mesmos.

matérias primas, efluentes, emissões e resíduos. Em seguida, quantifica os impactos causados pelo sistema e auxilia na identificação de processos menos impactantes em cada caso.

¹¹⁶ Informações de Joan Rieradevall, *Ecodiseño*, janeiro de 2002, Aula de pós-graduação *Gestión Ambiental en la Empresa y en la Administración Pública*, Bienio 2001-2002. *Universidad de Barcelona e Universidad Autónoma de Barcelona, Les Heures, Fundación Bosch i Gimpera*.

¹¹⁷ Aula de J. Pallisé, em janeiro de 2002, Pós-graduação *Gestión Ambiental en la Empresa y en la Administración Pública*, Bienio 2001-2002. *Universidad de Barcelona e Universidad Autónoma de Barcelona, Les Heures, Fundación Bosch i Gimpera*.

Figura 87: A etiqueta ecológica europeia



Fonte: Desenho, 2003¹¹⁸.

Atualmente acredita-se que existam poucos produtos “eco” no mundo, mas há várias maneiras de motivar seu desenvolvimento, como as Agenda 21, a Agenda 2030 e as políticas internas de desenvolvimento de produtos, e muitas empresas tem ampliado seus investimentos englobando uma filosofia ecológica. Desta maneira, ainda que desafiador, é fundamental para o incremento da sustentabilidade a mudança de valores e práticas de todos.

Nas palavras de Alvin Toffler

No próximo milênio sobreviverão com sucesso somente aquelas empresas que disponham de dois fatores decisivos; o primeiro, pessoas que estejam convencidas da correção de seu fazer e sua legitimação social, e segundo, uma compatibilidade ecológica entre a produção e o produto (TOFFLER *apud* Pibernat, 1994, p.62).

É crescente também o número de programas de Educação e Comunicação Ambiental, ainda que eles tenham frequentemente um caráter mais pontual, na resolução de determinados problemas e precisem implementar-se em vários âmbitos, incluindo a dimensão psicossocial, de maneira contínua, porque

Uma intervenção ambiental pode modificar a estrutura física do entorno mas, junto com ela, também se modifica a estrutura simbólica que está na base dos processos de identificação social relacionados a esse entorno [...] sendo que o impacto ambiental adquire uma dimensão psicossocial impossível de ignorar ou se deslindar do impacto centrado nos aspectos meramente físicos (POL; MORENO; VALERA, 1993, p.5).

Outra alternativa com relação à minimização das perdas ambientais foi concebida pelo economista inglês Nicholas Stern *apud* Martin (2006), a partir de uma análise econômica ambiental. Ele sugeriu ações baseadas no custo-benefício, concebendo esquemas que internalizem os custos do efeito estufa na produção, descritas no *Stern Review on the Economics of Climate Change*, apontando como requerimentos os acordos internacionais para a diminuição das emissões dos GEE, que resultariam no aumento dos preços das atividades contaminantes, buscando estabelecer uma economia com tecnologias de “baixo carbono”. Assim, os contaminantes devem pagar um preço por agravarem a mudança climática, a partir de suas decisões em conduzirem atividades contaminantes¹¹⁹ e,

¹¹⁸ http://ec.europa.eu/environment/ecolabel/index_en.htm.

¹¹⁹ No entanto, um dos riscos dessa estratégia seria que aqueles que possuem “direitos” de contaminar sintam-se desobrigados a praticar ações para reduzir a contaminação.

complementarmente, Stern sugere que seja feito um aumento considerável de investimentos públicos em pesquisa, desenvolvimento e educação para mitigar as mudanças climáticas.

Green (2011, p.176)¹²⁰ apresentou outra contribuição significativa, destinada principalmente para os déficits ambientais globais, propondo a possibilidade de criação de regimes de governança globais, chegando a recomendar o estabelecimento de instituições formais, constitucionalmente implementadas ou, mesmo, o desenvolvimento de mecanismos de governança que funcionem através da ONU ou de outras organizações internacionais políticas, na implementação de estratégias concretas, democráticas em seus princípios e efetivas na resolução desses problemas. Nessa direção, assiste-se gradualmente à uma busca crescente de soluções para um consumo adequado e a diminuição dos impactos ambientais (RIBEIRO, 2003). Este pensamento traz novas concepções aos significados de riqueza e pobreza a partir de novos parâmetros, que incluam a valorização da qualidade do ar, da água e das florestas, das culturas, da memória e da história, enfim, valores que são caros às populações e permitem uma legítima qualidade de vida. Além disso, dizem Acserald e Leroy (1999, p.29), “um desenvolvimento democrático e sustentável será a expressão da diversidade de leituras e projetos em confronto ao processo de homogeneização social [...]”

Em sintonia com estas ideias, Sri Aurobindo *apud* Ribeiro (2003, p.187), um sábio hindu preconiza que “a união da liberdade com a igualdade somente pode ser alcançada através do poder da fraternidade humana [...]”, traduzindo valores como auxílio recíproco, respeito e solidariedade, conectados à sustentabilidade. De maneira complementar, Mandela (2000, p.7) aponta que crescimento e desenvolvimento sustentável “requer paz, segurança e estabilidade. [...] Paz é a grande arma para o desenvolvimento.” E se pode compreender que a sustentabilidade é, como especificou Acserald (2000), um conceito em evolução e que só fará sentido respeitando-se as diferentes significações dos territórios e de suas práticas sociais, integrada aos outros temas e processos que se desenrolam em uma cidade.

¹²⁰ Apresentação de GREEN, Brian E. Global Governance for Resource Dispute Resolution: Connections between Energy Scarcity, Ecological Conflict, and the Future of International Regimes for Addressing Environmental Crises. In: WORLD CONGRESS OF SOCIOLOGY, LA SOCIOLOGÍA, 17. *Book of Abstracts...* Gothenburg, Sweden: International Sociological Association, 2011. p. 176.

Figura 88: Solidariedade e cuidado com o planeta Terra



Fonte: Desenho, s.d.¹²¹

A sustentabilidade pode ser considerada uma utopia, um sonho, devido à filosofia imposta pelo modelo econômico capitalista vigente com seus mecanismos de funcionamento, que se encontra em desacordo agudo com a filosofia sustentável ampla; esta pressupõe uma vida respeitosa consigo mesmo, com os semelhantes e com o resto da natureza. Apesar dos entraves, é importante ampliar os conhecimentos diante desta realidade e estabelecer os objetivos desejados, ainda que seja um caminho complexo, que vai depender da ruptura do paradigma vigente e, por conseguinte, de uma mudança radical de rumos, para que o planeta sobreviva.

¹²¹ www.spdparentshare.com-images-bigstockphoto_Global_Kids_80409.jpg.

7 OS SERES HUMANOS E AS CIDADES

Os entramados urbanos são signos que falam das inquietudes, convicções e valores das sociedades de determinada época

BLANCHANT, 1986 apud Arís, 2000.

7.1 Simbolismo espacial

Novos desenvolvimentos, movimentos incessantes, gente caminhando pelas ruas, carros passando, vendedores, o canto dos pássaros. Observar uma cidade mostra suas construções e sua ocupação territorial, a geografia, sua paisagem cultural. Para um observador essas características seriam como “pistas” para compreendê-la. No entanto, nesse “cenário” existem também outros aspectos, invisíveis mesmo aos olhos mais atentos, que envolvem as complexas relações entre as pessoas e entre as pessoas e as cidades: o concreto de suas ruas e construções se combina com uma rede de constituintes intangíveis, trazendo o sentido de comunidade, cultura, história, de seus poderes e significados. O que se vê nesse espaço é o “conjunto múltiplo de ação coletiva, elaborada em muitas dimensões, repleta de significados, construtora de identidades e identificações; a cidade é uma mega organização – real e virtual, concreta e simbólica” (FISCHER, 1996, p.14).

Logo, o espaço se constitui de acordo com as pessoas que ali vivem; é mais que o meio concreto, é o que desejam seus habitantes, o que eles pensam sobre si e sobre o mundo, como observou o geógrafo Milton Santos: o espaço é “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (1997, p.18). Nessa mesma linha de pensamento, há muitas décadas Halbwachs (1958) *apud* Jimenez-Domingues e Aguilar (2002) já sinalizava que a representação das cidades, suas pedras, ruas e geografia possuem um significado social. Como Valera relata, o trabalho de Stoetzel (1966 *apud* Valera, 1996, p.77) foi, naquele momento, um dos poucos que, sob o título de “Psicologia Social”, fazia “referência explícita aos aspectos simbólicos do espaço”, analisando o trabalho de Halbwachs no qual ele analisou como os lugares sagrados para o cristianismo foram mudando de localização através da história, ainda que sem detrimento de seu valor simbólico. Isto sugere que o valor simbólico associado a um lugar pode resistir ao seu desaparecimento ou localização geográfica, “sobretudo quando a função principal consiste em retratar e fortalecer a memória coletiva e a identidade de um grupo social” (VALERA, 1996, p.77).

O espaço supera a dimensão física a partir dessa dimensão social e simbólica, através da atribuição de significados elaborados e compartilhados por grupos, comunidades, nações. A organização do ambiente através de histórias e memórias oferece material para a constituição de símbolos comuns que unem as pessoas: “a estrutura física e o significado simbólico se complementam e se determinam mutuamente.” (VALERA, 1996, p.77). A título de exemplo, Lynch (1997, p.143) citou um estudo de Halbwachs, onde ele conectou aspectos físicos e

subjetivos, ao observar que o cenário físico estável de Paris e a memória comum de seus habitantes promoviam uma força poderosa, que lhes permitia se comunicarem.

O filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (1974, 1999), ao estudar as cidades também enfatizou a “construção social do espaço”, abordando maneiras através das quais os espaços de convivência são geralmente construídos com base em acordos sociais, envolvendo algum nível de participação de seus habitantes nessa criação espacial, o que pode redundar em forte identificação das pessoas com o entorno, independente de sua estrutura.

Figura 89: A Pirâmide do Louvre, Paris e o Big Ben, Londres



Fonte: Compilação do autor, 2020¹²².

Essas ideias assinalam que os indivíduos constroem suas próprias percepções do mundo e desenvolvem criativamente representações e imagens do mesmo. A maneira como a atenção é direcionada para determinados aspectos e as interpretações daí derivadas têm relação com o quadro de referências pessoal, grupal e cultural, bem como com aspectos concretos, visto que qualidades da paisagem a transformam em espaços capazes de atrair ou repelir atenção, provocar sensações, sentimentos e influenciar na constituição de imagens simbólicas e comportamentos, como foi comprovado pelo urbanista norte americano Kevin Lynch (1997).

Na década de 1960, Lynch estudou a imagem da cidade¹²³, resultando no livro “A Imagem da Cidade”, sugerindo que essa imagem, quando associada ao espaço urbano, conecta o cidadão ao lugar, melhorando o significado de sua vida cotidiana e reforçando a identidade do grupo de *self*, que se constrói através das relações entre os cidadãos (LYNCH, 1997). Cada cidadão comparte esse palco com outros indivíduos e possui amplas associações com algumas partes de sua cidade, formando uma imagem impregnada de significados e memórias. Lynch (1997) abordou, então, a “legibilidade” aparente da paisagem urbana, ou seja, como bairros, marcos ou vias são reconhecíveis e agrupados em um modelo geral, legíveis para seus habitantes, em diferentes graus. Segundo o autor, essa estruturação e

¹²² www.spdparentshare.com-images-bigstockphoto_Global_Kids_80409.jpg.

¹²³ Uma cidade será melhor compreendida ao se considerar a necessidade de identidade e estrutura no mundo perceptual do indivíduo, pois o desenvolvimento da imagem é um processo ativo entre observador e objeto observado.

identificação do ambiente seria uma capacidade inata dos animais móveis, como os humanos, que se utilizam de indicadores como as sensações de cor, forma, movimento, o olfato e o tato.

Com esse propósito, ele buscou definir as qualidades físicas relacionadas à identidade e à estrutura, responsáveis por conformar a imagem mental das cidades. Lynch (1997) dividiu essa imagem em três componentes, identidade, estrutura e significado, sendo que primeiro se identifica o objeto, diferenciando-o. Posteriormente, a imagem deve se relacionar espacialmente com outros objetos e, por fim, o objeto poderá adquirir algum significado para o observador. Essas ideias resultaram no conceito de “imaginabilidade”, a característica de um objeto físico que lhe dá “alta probabilidade de evocar uma imagem” visível, coerente e clara no observador; um ambiente que “deve falar dos indivíduos e de sua complexa sociedade, de suas aspirações e suas tradições históricas, do cenário natural, dos complexos movimentos e funções do mundo urbano” (LYNCH, 1997, p.134). Assim, a forma urbana deve ser legível e adaptável aos objetivos e percepções dos cidadãos, expressando funções fundamentais como circulação e uso do espaço, e apresentar pontos chave para que o cidadão possa impregnar o ambiente com seus significados e relações, tornando esse “um verdadeiro lugar, notável e inconfundível”. (LYNCH, 1997, p.102).

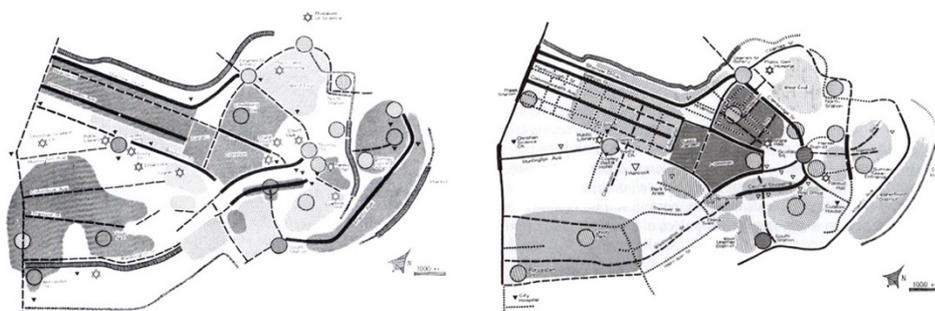
Lynch (1997) estudou as áreas centrais de três cidades norte americanas, Boston, Jersey City e Los Angeles. A imagem exposta se dividiu em cinco elementos constituintes: vias, marcos, limites, pontos nodais e bairros. Em cada uma das cidades foram realizadas duas análises básicas: um exame sistemático da imagem ambiental, através do reconhecimento da área feito a pé por um observador experiente, que desenhou mapas com os elementos existentes, suas forças ou fragilidades, conexões e vantagens ou dificuldades na estrutura da imagem potencial, baseado na aparência imediata do espaço; e entrevistas amostrais com habitantes, pedindo-lhes para evocar as imagens do meio físico onde viviam. Eles descreveram o espaço, o desenharam e fizeram caminhadas imaginárias por alguns lugares.

As análises de campo resultaram em hipóteses acerca dos principais elementos de cada cidade; como esses se reuniam e o que favorecia a criação de uma identidade naquele espaço. Posteriormente, nas entrevistas, as hipóteses foram testadas e aprofundadas. Os resultados revelaram um vislumbre confiável do composto da imagem urbana, com indicações de imagens fortes de grupo, mais consistentes nas descrições de trajetos regulares e locais de trabalho. Além disso, a forma concreta do ambiente teve papel decisivo na configuração das imagens produzidas. Em Boston, por exemplo, Lynch (1997) constatou que a estrutura urbana era compreendida pela maioria dos participantes, com limites nítidos. Por outro lado, eles não compreendiam a relação visual entre o rio e o porto da cidade e, à medida que se afastavam do rio não a entendiam bem, deixando áreas em branco e sem descrição em seus desenhos. As vias foram de grande importância, dominantes na imagem total, mas sua

irregularidade e confusão predominaram. Algumas foram percebidas como obstáculos, pouco conectadas à cidade. Foi verificada boa correlação entre o conjunto dos mapas esquemáticos e o das entrevistas verbais, com os elementos principais se repetindo em várias fontes.

Os mapas, no entanto, tendiam a ser menos representados, ou seja, os elementos menos destacados nas entrevistas desapareciam nos desenhos e, em geral, todos os elementos eram frequentemente menos desenhados do que mencionados verbalmente. Com relação à identificação dos elementos, o mapa desenhado se assemelhou muito à entrevista verbal. A percepção do observador na análise de campo em Boston foi semelhante ao resultado das entrevistas verbais, mostrando uma hierarquia consistente dos elementos, como se vê nas duas figuras a seguir.

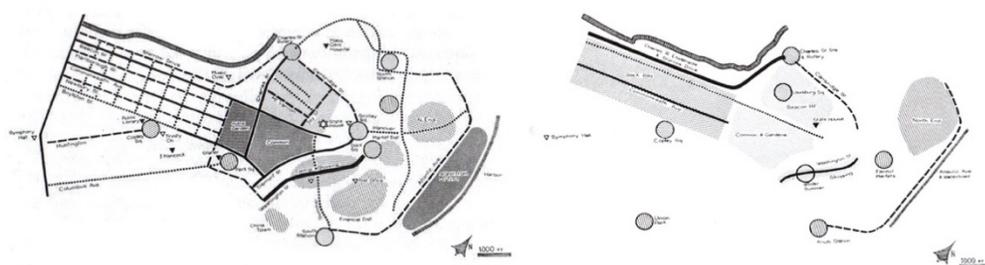
Figura 90: Desenho realizado a partir da dedução dos elementos visuais centrais: “a forma de Boston vista no campo” e desenho “a imagem de Boston derivada das entrevistas verbais”



Fonte: LYNCH, 1997, p. 21 e p. 168.

Nos desenhos foram perdidas especialmente as conexões e a organização geral, pois os participantes colocavam apenas as conexões importantes, e dificuldades de ajustar o todo de maneira simultânea resultaram em mapas fragmentados. A enumeração dos elementos distintos foi o limite mais alto de todas as medidas, excluindo muitos dos elementos que apareciam nos desenhos, e destacando as menções mais fortes da análise de campo e das entrevistas verbais, revelando a essência visual da cidade, como enfatizou Lynch (1997).

Figura 91: Desenhos da “imagem de Boston derivada dos mapas esquemáticos” e desenho dos “elementos distintos de Boston”, ambos desde a visão dos entrevistados



Fonte: LYNCH, 1997, p. 168-169.

O predomínio visual do sistema viário e sua proeminência como uma rede foi confirmado nos estudos de Jersey City e Los Angeles: “as vias com origem e destino claros e bem conhecidos tinham identidades mais fortes, ajudavam a unir a cidade e davam ao observador um senso de direção sempre que ele passava por elas” (LYNCH, 1997, p.60).

Os entrevistados fizeram também referência constante à posição socioeconômica dos lugares, refletida espacialmente, e comumente as respostas refletiam como o cenário físico simbolizava a passagem do tempo (novo mercado, igreja velha, novo edifício) revelando que as descrições apresentavam contrastes e comparações. Percebeu-se ainda o prazer emocional provocado nos entrevistados diante da visão de um espaço amplo. Muitos relataram mudar seu trajeto para cruzarem um parque ou uma área arborizada, valorizados como prazerosos e marcantes em seus referenciais visuais e de localização.

A partir desses estudos, Lynch (1997) concluiu que as pessoas se ajustam ao seu entorno e extraem a estrutura e a identidade do “material” que está a seu alcance, inclusive quando esse é muito escasso. Ao contrário, o espaço aberto, a vegetação, o sentido de movimento na rede viária e alguns contrastes visuais eram fundamentais na paisagem. A partir das conclusões, o autor (LYNCH, 1997) sugeriu algumas opções para o desenho urbano, buscando a qualidade das formas, como a simplicidade, clareza entre figura e plano de fundo, continuidade de limites e superfícies. A potencialização de uma imagem acontece utilizando-se os cinco elementos constitutivos sugeridos por ele, seja reforçando a identidade dos bairros (com indicadores ou sinais distintivos), ou instalando marcos que promovam identidade, estrutura, e definam o ambiente. Consequentemente, os habitantes ganhariam muito se for possível dar aos bairros mais clareza, reforçando lhes características distintivas.

Sua pesquisa revelou ainda diversidade nas maneiras de organizar a cidade, de modo que cada indivíduo pode construir sua própria imagem, mesmo que maleável e integrada às suas necessidades

Se é desejável que um ambiente evoque imagens ricas e vívidas, também é desejável que elas sejam comunicáveis e adaptáveis às necessidades práticas em permanente mutação e que possam desenvolver-se novos agrupamentos, novos significados, uma nova poesia (LYNCH, 1997, p.160).

Assim, a forma deve ser utilizada para reforçar o significado desejado. As qualidades urbanas produzem imagens que proporcionam as representações espaciais de seus habitantes, como parte de sua identidade, podendo ser incluídos elementos significativos como recursos para a reversão de problemas e aumento de satisfação, pois a sensação de conhecer o ambiente oferece segurança emocional, e a imagem espacial funciona como um mapa de orientação para os indivíduos no território. É através da esfera da significação do espaço que se constrói socialmente o real, diz Aguilar

[...] de forma que assignando um significado dado a um espaço, esse adquire um matiz de existência particular. Por outro lado, a construção de significados sociais é realizada em um processo no qual uma determinada experiência consegue se tornar consensual e se tornar comum aos membros de um grupo ou mesmo à sociedade em seu conjunto. (AGUILAR, 2007, p.14).

Conhecendo esses significados construídos se pode potencializar sua imagem, para que a cidade possa ser vivida e desfrutada, expressando a variedade e a articulação da heterogeneidade da riqueza urbana (ARÍS, 2000, p.48), para indivíduos e grupos, além de facilitar a constituição da identidade social urbana e a apropriação do espaço, temas que serão discutidos posteriormente.

No final dos anos 1960, Barker e Hawley (1968 *apud* Aguilar, 2007), ao analisarem a relação do indivíduo com o meio, apresentaram a noção de sistema equilibrado em interação, batizando seu trabalho de psicologia ecológica. Em 1974 apareceram textos importantes utilizando-se o termo “psicologia ambiental” que, segundo Aguilar (2007, p. 398), “mais do que referir-se a uma disciplina consolidada, agrupa um conjunto de tendências, preocupações, buscas relacionadas com o papel que desempenha o espaço frente ao comportamento”, e que deram corpo ao desenvolvimento posterior da disciplina.

Como se pode notar, nas últimas décadas o urbanismo, a psicologia, a arquitetura e outras disciplinas têm buscado estudar a inter-relação entre pessoas-ambiente e as questões concretas e simbólicas do espaço. A abordagem sobre temas urbanos não poderia, portanto, prescindir de estudos sobre os indivíduos que habitam as cidades, atores essenciais em seus processos, incluindo a constituição do simbolismo espacial como fundamental para a identidade dos habitantes. O simbolismo aponta para uma relação dialética, à medida que o habitante tanto se identifica como pode modificar seu espaço, enquanto a configuração do espaço e suas características materiais e simbólicas são parte de sua identidade, se modificando com a passagem temporal, promovendo entre esses elementos influências mútuas e contínuas, em um processo de circularidade.

7.2 Identidade social

A vida cotidiana dos lugares é uma fábrica de aproximações, estranhamentos, emoções, afetividades, subjetividades [...] (que), por sua vez, faz emergir o que é comum, desenvolvido pela comunicação entre os sujeitos da vida, fortalecido pelos laços de identidade [...]. Os lugares contêm o mundo e, por isso, são a sua expressão.

Hissa; Corgosinho, 2006, p.17.

A rua da cidade é a rua do mundo. Nela os indivíduos podem se encontrar, mas também podem não se reconhecer.”

Santos, 2005 apud Hissa; Corgosinho, 2006, p.17.

Tendo como ponto de partida a reflexão sobre a essência social dos seres humanos e o conceito de simbolismo espacial, são tratadas agora as teorias da identidade, da apropriação do espaço e as representações sociais. Como fechamento, se apresenta uma discussão

sobre a relação entre qualidade de vida e felicidade, integrada com o objetivo da tese de compreender como os habitantes podem melhorar seu bem viver cotidiano.

Como bastante estudado, os seres humanos nascem inseridos em uma cultura - guardião dos costumes, códigos de relação, da história e memória dos antepassados, e são seres sociais pois seus sentimentos, pensamentos e ações se constituem no encontro com outros humanos: “o sujeito é sempre social por sua inscrição no espaço das relações sociais e das comunicações, bem como por seus laços com o outro” (JODELET, 2018, p.431). O processo de aprendizado cultural se inicia na infância e na adolescência com a socialização, através da qual o indivíduo introjeta as normas sociais, desenvolve planos de vida e constrói parte expressiva da identidade, tornando-o capaz de se ajustar ao seu meio e viver em sociedade.

Figura 92: Crianças em uma creche em São Paulo e crianças escutando uma história em escola de Glasgow, em momentos de socialização



Fonte: Compilação do autor, 2021.¹²⁴

O processo de socialização ocorre ao longo de toda a vida e é universal, ainda que apresente variações de acordo com os espaços e culturas onde sucede e influencie na construção da identidade humana, no sentido de “eu”, “self”. Logo, a identidade reflete a estrutura social, cultural e da época na qual se forma, ao mesmo tempo em que pode reagir e criar nesse ambiente. As identificações e aprendizados dos indivíduos são constantes, possibilitando que ocorram mudanças na sua identidade, pensamentos, sentimentos e ações.

A noção de identidade vem recebendo várias interpretações ao longo do tempo. Nos povos primitivos, o conceito de “eu” apresentava um caráter difuso. Na antiguidade clássica ganhou mais relevância, acompanhado de uma valorização da vida individual, acontecendo em seguida um declínio da noção de indivíduo, decorrência da concepção cristã do homem e do corporativismo feudal. Os historiadores entendem que o reconhecimento da individualidade se deu verdadeiramente nos séculos XI, XII e XIII, refletindo-se na linguagem, na literatura e nas artes. O movimento romântico dessa época representou o ápice ao culto egocêntrico e à

¹²⁴ RI, Revista da Secretaria de Relações Internacionais, 2004; www.weegarden.co.uk.

introspecção, influenciado pelo protestantismo e pelas formas de produção, começando então os primeiros estudos sobre a identidade (JACQUES, 1998).

As ideias iniciais apresentavam a identidade refletindo a noção de “quem sou”, a partir do desenvolvimento de estágios crescentes de autonomia como resultado da socialização, e garantida pela individualização. Uma visão parcialmente distinta é que o ser humano se constitui a partir do suporte biológico, que promove condições de existência e condições particulares advindas de sua carga genética Séve *apud* Jacques (1998), desenvolvendo as características humanas a partir dessa base biológica, historicamente colocadas e objetivadas nas relações sociais, e apropriadas desde a sua existência junto aos outros.

Já no início do século XX, o sociólogo inglês George H. Mead (1934) desenvolveu uma teoria social sobre a formação do ser humano, que se constrói e se estabelece através da interação com o *outro significativo*, constituindo o *self*. O processo se dá quando um indivíduo se comunica e escuta o outro, adquirindo a possibilidade de se tornar consciente de próprios atos e permitindo que, nesse processo reflexivo, se constitua o “eu” de sua própria personalidade: *eu e o outro se interconstituem*¹²⁵. Nessa construção do *self*, o autor enfatizou a importância do que ele chamou de “gestos significativos”, através dos quais um indivíduo se conecta e aprende a se colocar no lugar do outro. Dessa forma, a autoconsciência e a humanidade surgem como fenômenos sociais, na comunicação.

O sociólogo Norbert Elias (1991) abordou as relações desde uma perspectiva complementar àquela de Mead, não dualista

Cada individuo está constituído de tal maneira, por sua natureza, que necessita de outras pessoas que existam antes deles, para que possa se desenvolver. Uma das condições fundamentais da existência humana é a presença simultânea de diversas pessoas interagindo. [...]. Parece ser o momento para revermos o mito tradicional de origem: no começo, podemos dizer, havia não apenas uma única pessoa, mas muitas pessoas que viviam juntas, que causavam às outras alegria e dor, assim como fazemos hoje, que vieram a existir através dos outros e constituíam umas com outras, como nós fazemos, uma unidade social, grande ou pequena. (ELIAS, 1991, p.21).

A identidade é esse diálogo constante entre a essência do indivíduo e os outros, oferecendo a possibilidade de segurança e estabilidade, e cada um compõem suas singularidades e diferenças¹²⁶. “Ao longo do tempo, a identidade é uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, no entanto, una”, sendo uma “unidade de contrários”, una na multiplicidade e na mudança (CIAMPA, 1984), pois em diferentes momentos se manifestam elementos distintos

¹²⁵ As teorias da formação da identidade e da apropriação do espaço discutidas a seguir têm como base essa dimensão social constitutiva dos seres humanos. Além disso, inúmeros estudos desde a psicologia, a psicologia social e a sociologia abordam a constituição social do ser humano, como a Psicanálise, a Psicologia Sistêmica e o Interacionismo Simbólico, da Escola de Chicago.

¹²⁶ Como descreve Bateson (1972, p. 344): “as crenças (em geral inconscientes) sobre que classe de mundo é a que o ser humano vive determinarão a maneira como o vê e atua nele, e suas maneiras de perceber e atuar determinarão as crenças sobre sua natureza.”

do indivíduo, como desdobramentos das múltiplas determinações vividas e da conjuntura. Pode-se ser pai e filho, marido e profissional, apresentando múltiplos “personagens que se conservam ou se sucedem e co-existem ou se alternam”, sem serem excludentes, como integrantes de um único indivíduo (LANE; CODO, 1985).

Logo, se sucede temporalmente uma reposição da identidade promovendo, conforme Ciampa (1984), uma metamorfose, nessa articulação entre estabilidade e transformação. Cada um se reconhece através dos grupos aos quais pertence e, a partir das diferenças, constata também sua unicidade. Ressalta-se que os indivíduos não são passivos nesse processo; ao contrário, possuem uma subjetividade própria e constroem suas vidas conforme as racionalidades e emoções constituídas nas relações. A subjetividade humana seria a individualidade de cada um, formada com suas idiossincrasias, personalidade e sensibilidades, que conduzem à escolhas diferenciadas e à constituição de indivíduos únicos.

Mesmo com essa possibilidade de diferenciações e mudanças, uma maioria de indivíduos segue a vida repetindo o que os “outros” fazem, escolhendo o modelo prevalente em seu contexto; levam assim uma vida de repetições, traçando um caminho tradicional. No entanto, existem outras formas de viver que compreendem uma atitude mais ativa, onde os indivíduos escolhem ser inovadores e realizar mudanças em seus lugares de vida: conduzem a vida com maior autonomia, sendo verdadeiramente responsáveis por si e se reconhecendo pertencentes à uma comunidade, enquanto se percebem responsáveis por ela. Independente dessas escolhas, todo indivíduo possui momentos em que experimenta maiores graus de autonomia, ainda que os mais inovadores sejam mais flexíveis para questionar e refletir sobre o mundo, sobre si mesmos e os outros. No contexto social, eles podem mudar questões que não estão bem realizadas, inclusive quando não têm consciência do “melhor” caminho.

Na Psicologia Social o tema da identidade inspirou, portanto, vários estudos, como propostos por Henri Tajfel (1978) e James Turner (1985, 1987), que constituíram a Teoria da Identidade Social. Em sua definição clássica, a identidade social é “aquela parcela do autoconceito de um indivíduo que se deriva do seu conhecimento de pertinência a um grupo (ou grupos) social, juntamente ao significado valorativo e emocional associado àquela pertinência” (TAJFEL, 1978, p.290). Para Tajfel (1978), o sentido de pertencimento aos grupos sociais e seus valores formam o conceito individual, relacionado à manutenção da autoestima como uma das necessidades fundamentais do ser humano.

Turner (1982, 1987) ampliou a noção de Tajfel, a partir da teoria de autocategorização, *Social Categorization Theory*, SCT, esclarecendo que o indivíduo se percebe integrante de diferentes grupos sociais a partir de uma avaliação que realiza, comparando-se com os “*ingroups*” (endogrupo) e os “*outgroups*” (exogrupo), como maneira para se auto definir.

Através desse mecanismo comparativo o indivíduo se qualifica e se reconhece, e os grupos também se qualificam ao identificarem determinadas características suas. Para o autor, um grupo significa “duas ou mais pessoas que têm uma identificação social comum de si mesmas com membros de uma mesma categoria social”, ou seja, grupos se comparam e se definem segundo categorias próprias, favorecendo a coesão e o cooperativismo entre seus membros. (TURNER, 1985; TURNER *et al.*, 1987).

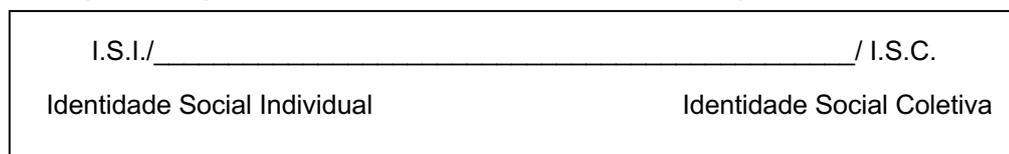
Figura 93: Marcha dos “sem terra” no Brasil, anos 1980 e um casamento hippie, anos 1970



Fonte: Compilação do autor, 2007¹²⁷.

Segundo esse conceito, a Identidade Social pode ser representada por um *continuum*, composto por diferentes tipos de identificação e pertencimento, como revela a figura a seguir. No início dessa linha estão os grupos de referência menos amplos, e na outra extremidade os grupos de referência mais amplos. O contínuo pode ser a representação, por exemplo, da identidade de um indivíduo, primeiro junto à família, a um grupo de vizinhos, seguida pela representação de sua identidade vinculada ao nacionalismo, até a identidade do grupo de seres humanos, entre muitas outras preferências de identificação e representação.

Figura 94: Representação da Identidade Social Individual e Grupal.



Fonte: Adaptado pelo autor com base em TURNER, 1987.

Como cada indivíduo pertence a muitos grupos, Turner (1982, 1987) esclarece que esse processo acontece por meio do princípio do “meta contraste”: os indivíduos se agrupam em categorias distintas, sempre que as diferenças percebidas internamente sejam menores do que aquelas percebidas externamente, através da categorização. Por exemplo, um indivíduo se sente pertencente à sua família porque, apesar das diferenças internas, ainda é mais parecido com ela do que com outras famílias. Para que sejam traçadas essas comparações, as semelhanças e as diferenças são categorizadas continuamente, nos diversos grupos dos

¹²⁷ www.galizacig.com/actualidade/200401/correio; projects.brg-schoren.ac.at/1968/mode.htm.

quais o indivíduo se considera ou não integrante. Assim, as comparações constroem diferentes categorias, que se tornam mais ou menos “salientes” conforme as situações vividas nos períodos de vida do indivíduo ou grupo; são categorias constitutivas da identidade. Através da afiliação à determinadas categorias, do sentido de pertencimento ao entorno e das percepções dos outros, o indivíduo define quem é e se redefine ao longo do tempo.

Um sistema social amplo, por sua vez – seja uma instituição, cidade, país - se constitui de forma semelhante, construindo esse sentido de pertencimento e identificação dos indivíduos com ele, diferenciando-se de outros sistemas e influenciando no sentido identitário.

Figura 95: Encontro de família e celebração de um grupo de executivos ingleses



Fonte: Compilação do autor, 2006¹²⁸.

Os humanos se constituem, portanto, sempre inseridos na sociedade, em um entorno cultural que lhes influencia

Os valores culturais afetam a aquisição de conhecimentos e habilidades. As preferências e juízos estéticos, morais e acadêmicos são afetados por estes. Também as práticas de poder e exclusão, regras de expressão e consenso e tipos de comunicação dependem da sociedade/cultura onde os indivíduos foram educados” (STREY *et al.*, 1998, p.70).

George Simmel *apud* Maciel (1998) ressaltou que a sociedade não é nem a soma, nem a globalidade de indivíduos, mas um conjunto de relações e interações recíprocas” entre eles. Ao mesmo tempo, Fucks (1995, p.17) utilizou a metáfora da “trama social” para descrever as relações como um tecido complexo “de fios entrelaçados que se sustentam entre si através da maneira que estão interconectados”. Consequentemente, dependendo da estrutura, a mudança de uma parte do tecido pode afetar às outras partes e a própria configuração global.

Essa visão remete ao tema do “poder”, que pode ser visto como potência - a capacidade de atuar e se relacionar a partir de um poder legítimo. Por outro lado, há o abuso de poder, quando indivíduos/grupos exercem o autoritarismo ou, em casos extremos, o despotismo ou as ditaduras que marcaram muitos países no século XX e ainda permanecem em alguns locais no século XXI. O “poder”, com suas configurações e usos representam uma força que

¹²⁸ www.zomblog.com; www.berkshirescouts.org.uk

influencia profundamente o cotidiano da humanidade. Entre os autores que estudaram o tema merecem destaque Marx, Engels e seus seguidores, que discutiram amplamente as questões de poder a partir da desigualdade entre as classes trabalhadoras e as classes dominantes, e as questões econômicas e sociais que acompanham essa disparidade, abordando formas de abuso e coerção nas sociedades.

No âmbito investigativo de caráter antropológico sobre a cultura urbana, o questionamento sobre as relações de dominação recebeu muita ênfase nos anos 1970, relacionando-se diretamente com os movimentos sociais em destaque naquela década (PALLAMIN, 2000, p.27), como o movimento feminista, a luta antirracista, entre outros, confirmando que o contexto, os valores culturais e as questões de poder frequentemente especificam, influenciam ou determinam a identidade dos indivíduos, Isso traz uma compreensão importante quando se pretende promover mudanças coletivas, pois ao modificar-se o contexto podem ser geradas mudanças para seus habitantes, como sugeria Bateson (1972).

Figura 96: Comportamentos culturais: cozinhando *paella*, Espanha e praticando esqui, Suíça



Fonte: Compilação da autora, 2006¹²⁹.

Assim, considerando a natureza social e cultural do ser humano, o estudo da identidade individual ou grupal habitualmente é acompanhado do estudo da sociedade, pois as diferentes configurações possíveis se relacionam às diferentes configurações da ordem social (CIAMPA, 1984, p.72).

7.2.1 Identidade social urbana

Nas cidades, como mencionado, os indivíduos se agrupam, tecem redes sociais e participam de grupos que constituem suas fontes de identificação. Durante a vida, cada um vivencia papéis simultâneos e variados que, em conjunto, conformam sua identidade, como uma construção dinâmica envolvendo transformações, em seu contexto sociocultural. Observa-se um processo de reconstrução de significados sobre si e sobre o mundo, ao mesmo tempo em que a manutenção daquilo que é o sentido vital de cada indivíduo para si mesmo. O ambiente faz parte dessa identidade individual e, como Lynch (1997) constatou, as características materiais urbanas promovem impactos nas percepções, sensações e imagens que o ambiente

¹²⁹ www.inforincon.com; www.skiing.about.com.

suscita: graus de planejamento do bairro, das relações interpessoais, a percepção de segurança nas ruas, espaços de lazer e encontro disponíveis são alguns dos fatores que influenciam a vida cotidiana e diferentes graus de bem-estar.

Figura 97: Grupo de crianças em escola primária em Leicester, uma das cidades com maior diversidade étnica da Europa¹³⁰



Fonte: LSE Magazine, 2007, p.9.

Nesse sentido, os psicólogos sociais abordam em seus estudos a formação, manutenção e transformação da identidade, considerando as relações de um indivíduo ou grupo com o contexto, apesar de não terem enfatizado suas características físicas e influências. Surgiram, assim, estudos desde a Psicologia Ambiental, complementando essa noção de identidade social¹³¹. Proshansky (1976, 1998) foi pioneiro ao propor a relação do desenvolvimento da identidade com o entorno físico, identificado como um de seus constituintes, como detalhado por Korosec-Serfaty

para cada pessoa a definição de self ou o que muito teóricos se referem como “self-image” ou “self identity”, necessariamente inclui dimensões de lugar e espaço que, consideradas juntas, constituem o que nós chamamos de “place identity” [...] Assim como a identidade de self é um processo refletindo elementos estáveis e em transformação no ciclo de vida da pessoa, os elementos da identidade de lugar são caracterizados por essa mesma estabilidade e mudança contínua (KOROSEC-SERFATY, 1976, p.38).

Posteriormente, Lalli (1988) *apud* Valera e Pol (1994, p.18), ao delinear a “identidade urbana”, constatou que “sentir-se morador de um povo confere um número de qualidades quase-psicológicas às pessoas associadas a ele”. Valera e Pol (1994), por sua vez, trouxeram a noção de “identidade social urbana”¹³², ao incluírem a dimensão física específica do “urbano” ao conceito anterior, considerando que o sentido de pertencimento ou apego a espaços significativos é mais do que uma categoria espacial, é uma categoria social (VALERA, 1996; MORENO; POL, 1999). O espaço evoca significados específicos para cada grupo, que se utiliza e se adapta a ele, acontecendo uma espécie de “diálogo” entre ambos. Esta identidade,

¹³⁰ Esse artigo aborda a interferência de diferentes culturas na formação da identidade dos imigrantes na Inglaterra, constatando que, em alguns casos, eles passam a sentir como se fossem ingleses. (MANNING; ROY, 2007).

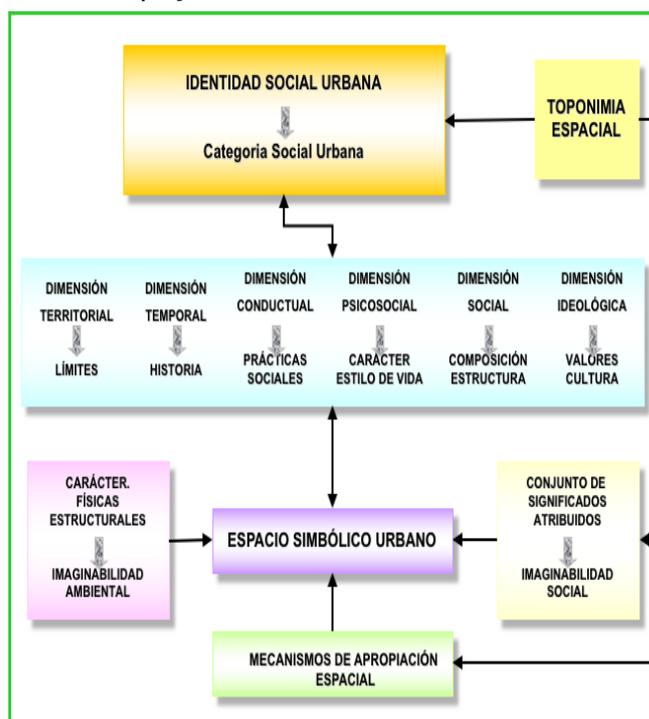
¹³¹ A psicologia social e a psicologia ambiental são muito complementares com relação a esse tema, demonstrando a capacidade de integração de ambas disciplinas, trazendo contribuições significativas e distintas.

¹³² Nesse caso, existe uma diferença entre a noção de Proshansky (1976, 1998), de *place identity*, pois essa se compõe apenas da relação entre o indivíduo e seu entorno e não de um grupo com seu entorno.

pois, é um produto social, fruto da interação simbólica entre pessoas que compartilham o ambiente urbano. Os habitantes se percebem similares aos seus vizinhos e diferentes de habitantes de outros locais - bairro, cidade ou país, baseado no sentimento de pertinência de Turner, atuando na constituição identitária (VALERA; GUÀRDIA, 2002).

O quadro abaixo aponta as dimensões que contribuem na formação da identidade social urbana, relacionando-se ao espaço simbólico e apresentando seis dimensões e dois componentes: as características físicas estruturais e o conjunto de significados atribuídos a elas, somados à toponímia espacial. As dimensões que atuam na formação da identidade social urbana são geográficas, temporais, sociais e ideológicas, de conduta e a psicossocial, esta última que “oferece” um certo tipo de “personalidade” às pessoas de determinado grupo, dando-lhes uma característica diferencial em relação a outros grupos (LALLI, 1988). Já a dimensão da conduta representa os comportamentos distintivos dos indivíduos, de acordo com seus grupos de pertinência. Ressalta-se que todas essas categorias sofrem transformações no tempo e no espaço, de acordo com suas experiências.

Figura 98: Relação entre espaço simbólico urbano e identidade social urbana



Fonte: VALERA, 1996, p.84.

Esse conceito pode ser observado em uma pesquisa realizada sobre a representação e apropriação em bairros parisienses, no final dos anos de 1990 (MOSER; RATIU; FLEURY-BAHI, 2002). Os resultados mostraram que sentir-se “em casa”, em seu próprio bairro, mudava significativamente de acordo com as conexões estabelecidas entre os vizinhos. Quanto mais as relações interpessoais aumentavam em intensidade e intimidade, maior era

a proporção de pessoas que se sentia completamente em casa, proporcionando bem-estar, refletindo diretamente à existência de uma identidade de lugar conectada ao espaço físico. Identidade social urbana é, portanto, uma categoria onde os grupos se reconhecem e podem exercer seu poder de construção espacial¹³³. Isto permite a integração de características tanto físicas como sociais do meio e “coloca” o *self* no ambiente, ou seja, gera avaliações e atitudes do indivíduo com relação a ele (POL, 1996). Como Valera descreveu

Aparece assim uma relação de dupla direcionalidade, de forma que as dimensões sobre as quais se fundamenta a identidade social urbana determinam a atribuição de significados a um espaço enquanto que, uma vez carregado simbolicamente, este espaço representa as dimensões mais relevantes com base nas quais um grupo ou comunidade se identifica como tal e se diferencia dos outros grupos e comunidades a partir do próprio espaço, ou das dimensões simbolizadas por este. (VALERA, 1996, p.73).

Valera (1996, 2000) complementa que a noção de simbolismo do espaço apresenta aspectos subjacentes à identidade social urbana na caracterização do espaço simbólico urbano, que deve ter uma imagem ambiental nítida e bem estruturada como sendo

[...] aquele elemento de uma determinada estrutura urbana, entendida como uma categoria social que identifica a um determinado grupo associado a esse entorno, capaz de simbolizar alguma ou algumas das dimensões relevantes dessa categoria, e que permite aos indivíduos que configuram o grupo se perceberem como iguais em tanto quanto se identificam com este espaço assim como diferentes dos outros grupos, com base no próprio espaço, ou nas dimensões categoriais simbolizadas por este. (VALERA, 1996, p.69)

A carga de significados de um espaço simbólico pode vir tanto de instâncias de poder dominantes como da própria comunidade, resultado de uma construção social coletiva, para que um espaço se torne “lugar”, integrando-se como elemento de sua identidade (VALERA, 1996, 2000). Nessa concepção, reitera Valera (2000), as características físicas e estruturais do espaço simbólico urbano devem ser capazes de proporcionar aos sujeitos uma imagem mental vigorosa, vividamente identificada e poderosamente estruturada, similar à “imaginabilidade”, sugerida por Lynch (1997).

7.2.2 A identidade cultural e nacional contemporânea

A conexão da identidade com os espaços se reflete também na identidade cultural e nacional, representando níveis de pertinência dos indivíduos a grupos mais amplos, no contínuo proposto por Turner (1987). Enquanto a identidade social urbana tem potencial para manter os indivíduos conectados a seus espaços cotidianos, a identidade cultural se relaciona com tradições, costumes e valores constituintes de um conjunto cultural, como fonte primária de

¹³³ As identidades do habitante e do grupo também se revelam através de seus comportamentos: Os habitantes mantêm ou não as ruas limpas? Participam da coleta seletiva de lixo, das reuniões de bairro? Saem às ruas e interagem com os vizinhos? Observar essas questões pode apontar para questões relevantes sobre a cidade, seus habitantes e a conexão da identidade com o entorno.

identificação: o pertencimento dos indivíduos à determinada nacionalidade, em geral, tem forte significado na formação identitária, mesmo que não seja introjetado por todos.

Figura 99: Folclores da Escócia; de Portugal (*Rusga Típica da Corelha*); e do Brasil (Alagoas)



Fonte: Compilação do autor, 2010¹³⁴.

Apesar de fundamental, o conceito de “identidade cultural” corre o risco de se tornar genérico e não descrever a heterogeneidade das culturas nacionais, pondera Steven Hall (2003). Para ele, a unificação cultural é uma conceitualização que sintetiza e reduz as diferenças internas, contradições e jogos de poder constitutivos de “híbridos culturais” - uma forma coerente e simplificada para facilitar a identificação popular. Ainda que a identidade cultural seja capital, foi parcialmente perdida devido a inúmeros câmbios. Os quadros de referência foram estremecidos e o sujeito, “antes integrado”, há algumas décadas tem-se sentido deslocado ou descentrado com relação às questões de gênero, sexualidade, nacionalidade e outros aportes, provocando uma crise identitária contemporânea (HALL, 2003).

Figura 100: Queda do muro de Berlim, em 1989



Fonte: Foto, 1989¹³⁵.

Historicamente, há muitos séculos, a identidade dos indivíduos vinha se conectando com a ordem secular e divina, ainda que transformações romperam com essa noção relativamente

¹³⁴ www.rampantscotland.com; www.pontelima.blogspot.com; www.turismo.al.gov.br

¹³⁵ www.espaco academico.com.br/019/19cferreira.htm.

homogênea. De acordo com a leitura de Hall (2003), a transformação se deu devido a um conjunto de mudanças, como a Reforma Protestante, que liberou a consciência individual das instituições religiosas, com a proposição de uma relação direta do ser humano com Deus; o Humanismo Renascentista do século XVI, que colocou o homem no centro do universo; as revoluções científicas, que propiciaram ao indivíduo capacidades crescentes de investigar e entender os mistérios da natureza; e o Iluminismo do século XVIII, centrado no homem racional, propiciando o nascimento do indivíduo soberano.

Essa concepção de um sujeito racional e consciente, localizado no centro do conhecimento, encontra sua síntese em Descartes e seu racionalismo cartesiano. Mudanças nos sistemas econômicos e sociais trouxeram uma noção mais complexa da vida coletiva e demandaram uma visão mais social do sujeito. A noção de identidade descrita anteriormente, que tem Mead (1934) como um de seus precursores, aquela do sujeito sociológico constituído na relação com outros que validavam seus valores, sentidos e símbolos culturais, já refletia a crescente complexidade do mundo (HALL, 2003).

Os modelos sociológicos de sujeito passaram a se desenvolver no princípio do século XX e os movimentos estéticos e intelectuais do modernismo influenciaram o surgimento de um sujeito isolado ou alienado nas multidões das metrópoles anônimas, enquanto o capitalismo crescente influenciou o surgimento de uma noção mais individualista do sujeito (HALL, 2003). Nessa direção, Hall (2003) constatou cinco grandes avanços nas teorias sociais que provocaram o “descentramento” final do sujeito cartesiano, nesse século. Primeiro, uma releitura do pensamento marxista, em que os indivíduos não são atores da história, pois agem apenas baseados nas condições históricas criadas pelas gerações anteriores, deslocando assim a noção de agente individual e colocando no centro desse sistema teórico as relações sociais, em vez de uma noção abstrata de homem. De acordo com essa visão desenvolvida por Althusser (1918-1989), Marx deslocou duas proposições chave da filosofia moderna: de que existe uma essência universal do homem; e que essa essência é o atributo de “cada indivíduo singular”, o sujeito real. O segundo foi a “descoberta” do inconsciente, por Sigmund Freud. O sujeito não é mais unicamente consciente, racional e provido de uma identidade fixa, mas a identidade, a sexualidade e sua estrutura estão formadas com base em processos simbólicos e inconscientes, que possuem uma lógica distinta. A identidade, para Freud, é constituída ao longo do tempo e carrega uma incompletude eterna, sendo a “unidade” dessa identidade algo no campo do imaginário, que deseja continuamente a plenitude. Ainda que críticas sejam tecidas à teoria freudiana, o pensamento pós-moderno aceita amplamente a existência do inconsciente e de uma vida psíquica.

O trabalho de linguística de Saussure é considerado por Hall (2003) como o terceiro descentramento do sujeito, decorrente da noção de que não somos atores da língua, apenas

nos colocamos no sistema de significados de nossa cultura. A língua é um sistema social e, quando nos expressamos, estamos não apenas ativando pensamentos originais, mas ativando a gama de significados embutidos na língua. Além disso, os significados das palavras não são fixos: o que falamos possui um antes e um depois, se insere em uma cadeia de significados instáveis, impossibilitando a criação de mundos estáveis. A quarta mudança foi influenciada pelo trabalho do filósofo e historiador francês Michael Foucault, que destaca o surgimento de novos tipos de poder na passagem para o século XX: primeiro há o poder disciplinar preocupado com a regulação enquanto vigilância dos seres humanos e, segundo, com a regulação do indivíduo e do corpo. Baseando-se no poder dos especialistas, as novas instituições controlam o trabalho, a saúde, os prazeres. Logo, quanto mais coletiva a natureza das instituições da modernidade tardia, maior tem sido o isolamento e a individualização do sujeito. Por fim, o feminismo aparece como o quinto responsável por mudanças na posição do sujeito moderno. Os movimentos sociais de 1968 constituíram identidades próprias, destacando-se o feminismo, que abriu espaço para uma contestação política inovadora em novas arenas da vida, envolvendo o trabalho, o cuidado com os filhos, entre outras. Contestou-se a posição social das mulheres, politizando a subjetividade, a identidade e os processos de identificação, que não são neutros mas, ao contrário, contêm uma esfera de poder inegável. (HALL, 2003)

Figura 101: “Votes for Women”, no início do século XX e grupo de senhoras brasileiras, *Abuelas*, em favor dos direitos das mulheres



Fonte: Compilação do autor, 2010¹³⁶.

Outros autores também destacam essa mudança profunda como sendo característica das sociedades contemporâneas, promovendo a entrada na modernidade (chamada de tardia, pós modernidade, nova modernidade, entre outras denominações), sem que eles concordem precisamente com suas principais causas¹³⁷. Mesmo desenvolvendo perspectivas

¹³⁶ www.projetomemoria.art.br; www.mulher-500.org.br.O

¹³⁷ Um pouco diferente das rupturas apontadas por Hall (2003), De Masi (2000, p.65) enumerou outros processos que significaram as primeiras fissuras na filosofia industrial, a princípios do século XX. Para ele, Freud revolucionou a psicologia clássica, assim como os escritos de Einstein sobre a relatividade, de 1905, resultaram em revisões na Física; o cubismo de Picasso destruiu o equilíbrio da composição e da unidade perceptiva de simetria; o Modelo Dominó de Le Corbusier, em 1919, eliminou os critérios construtivos da arquitetura tradicional, a obra clássica de

particulares, os autores concordam amiúde que o sujeito pós-moderno surge sem uma identidade fixa ou um “eu” coerente, devido à diversidade de sistemas possíveis de identificação cultural. Soma-se a isso a pluralidade de centros de poder, a inexistência de único princípio articulador (como havia antes com o domínio da Igreja e do Estado), e as identidades refletem os múltiplos antagonismos sociais: “a continuidade e a historicidade da identidade são questionadas pela imediatez e pela intensidade das confrontações culturais globais”, conclui Hall (2003, p.84).

Em vários países se perdeu a identidade conectada primordialmente à classe social, unificadora dos indivíduos, se multiplicando as possibilidades de identificação sob novas bases. O poder de uma infinidade de relações, segundo entrevista com o pensador crítico da educação e poder, Michael Apple (Linhares; Garcia, 1996), não se baseia apenas em posições de classe, mas em outras classificações como raça, sexualidade, gênero. Contudo, não se pode desconsiderar a importância da classe na conformação da identidade, mantida como categoria fundamental que preserva diferentes posições de poder nas múltiplas relações que a compõem.

Giddens (1990, p.38) sugere que o ataque final para a unificação cultural foi a globalização, trazendo a construção da identidade a partir de uma forma reflexiva da vida social moderna, pois “as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre essas mesmas práticas alterando, assim, constitutivamente, seu caráter”. Essas mudanças trazem de forma inédita influências e reflexões, promovendo fragmentação nos códigos sociais e a multiplicidade de estilos. Como observa Hall (2003, p.75), a própria identidade pode ser composta de elementos mistos a partir do amplo acesso a muitos códigos, constituindo-se um efeito de “supermercado cultural”, o que tem promovido a “homogeneização cultural”, tornando as identidades mais deslocadas de tempos, lugares e histórias particulares, permitindo ao indivíduo “mover-se” facilmente pelo mundo devido à uma identidade “fluida”. Essas mudanças, disse Lipovetsky (1994), causaram a ruptura de vínculos, na moção de um “presente exasperado”, pois valores hegemônicos são pulverizados em um individualismo competitivo, refletindo o narcisismo característico desta fase pós-moderna, a qual o autor chamou de “a era do vazio”.

Assim, há poucas décadas aconteceu um desinteresse pelos espaços públicos (contrário ao protagonismo atual defendido para esses espaços, conforme vários autores e planejadores urbanos), como uma das consequências perversas da erosão da vida pública e ausência de participação social nesses lugares, destacou o sociólogo Richard Sennet (1993). Essa

Joyce, “Ulisses”, introduziu na literatura a obra aberta; a era nuclear iniciada por Enrico Fermi, em 1934, apresentou a fissura do átomo de urânio e, por fim, a descoberta, em 1953, da estrutura do DNA, por Watson e Crick, abriu espaço para a biologia molecular.

desinversão no domínio público e, por conseguinte, o esvaziamento da cultura - promovendo um “espaço público morto” - são, para ele relacionados à “ideologia da intimidade”, através da qual “se transmutam categorias políticas em categorias psicológicas”, provocando uma supervalorização do espaço individual e a culpabilização dos indivíduos por problemas antes considerados de ordem coletiva ou social, principalmente como consequência do capitalismo e da modernidade. Segundo Sennet (1993, p.17), “multidões de pessoas estão agora preocupadas, mais do que nunca, apenas com as histórias de suas próprias vidas e com suas emoções particulares; esta preocupação tem demonstrado ser mais uma armadilha do que uma libertação”. Nessa perspectiva, conclui, o homem moderno é aquele sujeito que não deve ser perturbado e, ao mesmo tempo

[...] está aprendendo que os seus códigos para interpretar a expressão emocional são também códigos de isolamento em relação aos outros; aqui, ele está aprendendo uma verdade fundamental da cultura moderna: que a busca pela percepção pessoal e pelos sentimentos pessoais é uma defesa contra a experiência das relações sociais (SENNET, 1993, p. 263).

Frei Betto analisou de forma similar esse período – “o nebuloso mundo pós-moderno”, constatando a “ânsia de eternizar o presente”, em uma cultura do vazio, onde o que importa é o desfrute da vida

Privatiza-se o existir, encerra-se num individualismo que se gaba de sua indiferença frente aos dramas alheios, e predomina a insensibilidade às questões coletivas. A ética cede lugar à estética. A política é encarada com nojo e a vida, como um videoclipe anabolizado por dinheiro, fama e beleza. Surge a primeira geração sem culpa, despoliticada de compromissos, repleta de jovens entendiados, céticos, insatisfeitos, fragmentados. (FREI BETTO, 2007, p.8).

Logo, a concepção de subordinação ao coletivo foi suplantada pelo ideal da realização pessoal, sob a glorificação do consumo, diz Lipovestsky (1994). Entretanto, o “preço” pela exacerbação do individual é demasiado alto: relações e condutas sociais estão fadadas ao enfraquecimento, gerando solidão, insegurança, enfermidades, acentuando conflitos étnicos, de raça, gênero e culturais - alguns desses arraigados nas sociedades e outros de surgimento recente.

Um dos conflitos que ocorreu em 2020 ressoou em diversos países do mundo: o assassinato de George Floyd, em 25 de maio, em Minneapolis, nos Estados Unidos, por um dos quatro policiais envolvidos na ação, que apresentou um comportamento truculento e desumano, matando-o sem motivo, justificado por uma atitude racista. A tragédia gerou inumeráveis protestos no país e no mundo, em defesa dos direitos humanos, da vida e da população negra, simbolizado pelo movimento “*Black Lives Matter*” (*vidas negras importam*). Em agosto de 2020 os protestos seguiam intensos. No centro de Washington, às portas da Casa Branca, vinham ocorrendo manifestações em duas quadras, rebatizadas pela prefeita Muriel Bowser com o nome do movimento, *Black Lives Matter Plaza*. No dia em que foi realizada uma reportagem

individualismo, espaços de encontro inéditos, em sua maioria virtuais, onde se constroem novos vínculos e outros se recuperam. Nesses espaços ocorre uma vertebração social maior, em um processo de proteção que minimiza as perdas recém vividas. Mais políticos, plurais e diversos, alguns aceitam essas interconexões e mudanças culturais, inerentes às mudanças históricas vividas na passagem de século, ao mesmo tempo que outros tentam recuperar uma “pureza” anterior e a “unidade” percebida como perdida, no fortalecimento das características locais, com poder para produzir e manter identidades fortes e definidas.

Não é possível prever os caminhos futuros diante do individualismo exacerbado. Pode-se supor que essa característica se reforce, através do mecanismo de *feedback* negativo, em sistemas que tentem conservar seu *modus operandi*, enquanto em outros sistemas podem surgir novos arranjos entre o individualismo e a cooperação, através de rupturas resultantes do mecanismo de *feedback* positivo. Acredita-se que especialmente quando tal fato alcançar um extremo, a tendência será buscar novo equilíbrio. Acima de tudo, defende-se que as sociedades devem aprender a conviver com as diferenças que demarcam suas identidades urbanas e nacionais, a resgatar o significado do ser “humano” como condição comum, valorizando sua universalidade e a possibilidade de construir um mundo mais solidário; do contrário, o individualismo, a solidão e a perda de sentidos deverão resultar em indivíduos e grupos crescentemente perdidos.

Um adendo que se faz é uma reflexão incipiente sobre a situação vivida pela humanidade no ano de 2020, 2021, iniciada pela pandemia do vírus SARS COVID-19, que assolou praticamente todos os países em todos os continentes, instituindo uma crise global sem precedentes, por sua simultaneidade e amplitude dos impactos. Talvez essa seja, seguindo o modelo analítico de autores como Hall (2003), De Masi (2000) e outros, uma nova ruptura global nas noções de sujeito, nas formas de viver, representando um novo período que concluiria a pós-modernidade ou mudaria radicalmente seus predicados. A propagação do vírus conseguiu interromper processos sociais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, “condenando” as pessoas a permanecerem em suas casas e desafiando a continuidade do *modus operandi* da maioria das sociedades, independente de suas características, costumes, cultura. Desde março de 2020, no Brasil, e em alguns países poucos meses antes, praticamente toda a população iniciou um confinamento coletivo, demandando transformações nas formas de encontro, comunicação, comércio, atividades culturais, educativas e desportivas, entre outras, que significaram, em síntese, encontros virtuais, sempre que possível, paralelo ao cancelamento de atividades que demandassem sair das residências. Apesar do sofrimento, vem ocorrendo inúmeros atos de solidariedade individual, grupal e institucional– empresas doando equipamentos de saúde, roupas, alimentos, entre outros; populações cuidando dos seus familiares; médicos e suas respectivas equipes

trabalhando sem interrupção para salvar vidas; músicos tocando para seus vizinhos. Cisnes e peixes voltaram à Veneza, animais selvagens foram avistados pela primeira vez em décadas em seus *habitats* naturais, a poluição se dissipou em várias cidades onde o ar era irrespirável, as pessoas puderam se reorganizar e ficarem com a família próxima.

Por outro lado, o número de mortos seguia muito elevado em vários países, provocando dor e tristeza para os entes próximos e, mesmo em países que já haviam suspenso o isolamento social houve, a partir do final de setembro de 2020, outra onda de contaminação que lhes obrigou a retomar a quarentena e convocar novo fechamento das atividades. Em meio a essa situação excepcional ocorrem ainda fortes disputas políticas e econômicas entre países, envolvendo manipulação de informações, especialmente conectadas às questões sanitárias e econômicas, polarizando-as de forma irracional e cruel, em virtude dos interesses de pequenos grupos.

O secretário geral da ONU, Sr. António Guterres (UN NEWS, 2020) declarou que 90% dos casos de COVID-19 estavam concentrados em áreas urbanas; no entanto a densidade não tem correlação inevitável com alta transmissibilidade do vírus, pois as vulnerabilidades são mais o resultado de como as pessoas trabalham e se movimentam. Ele entende que, em resposta à pandemia, é preciso primeiro cuidar dos mais vulneráveis nas cidades e preservar a coesão social, ressaltando “a importância de cooperação aprofundada entre as autoridades local e nacional” e a busca por uma “recuperação econômica inclusiva e resiliente”.

Esse momento inspira um processo reflexivo profundo e perguntas ainda sem respostas, para todos: Quais serão as mudanças permanentes para a humanidade no período pós pandemia? O quanto a população mundial realmente mudou no período? Foram aprendidas algumas lições que há muito deveriam ser escutadas? Será que a humanidade já está preparada para uma nova era, de menos consumo, menos individualismo e maior solidariedade?

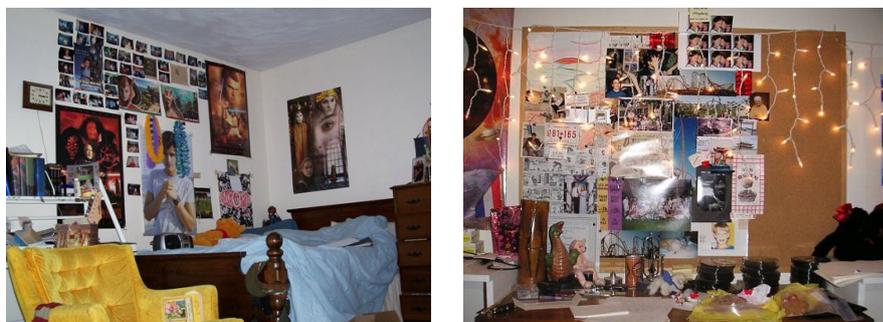
A equipe do Centro para Estudos Estratégicos e Internacionais, Samuel Brannen *et al.* (2020) desenvolveu estudos e análises buscando pensar sistematicamente sobre como a pandemia mudou grandes tendências globais até o ano de 2050, concluindo que “a Covid-19 é altamente prejudicial a curto prazo e altamente imprevisível a longo prazo em todas as áreas de macrotendências”¹³⁸ [...] avaliadas, e seus efeitos vão diminuir “e atingir nações e populações de diferentes maneiras e em diferentes escalas de tempo. É essa irregularidade e imprevisibilidade que definem os desafios que temos pela frente”.

¹³⁸ As macrotendências estudadas se relacionam à População, Recursos, Tecnologia, Informação, Economia, Segurança e Governança.

7.3 Apropriação do espaço

Os estudos sobre identidade e simbolismo espacial se complementam com o tema da apropriação. Segundo Werner *et al.* (1985, p.5), apropriação, apego (*attachment*) e identidade se referem coletivamente à ideia de que os indivíduos investem nos lugares dando-lhes sentidos, de maneira que o resultado reflita sua conexão com eles, pois ordená-los é essencial. Logo, o ato de modificar o espaço, ocupá-lo, delimitar seus usos e defendê-lo é uma forma de expressar o *self* no mundo, de manifestar as características individuais e se relacionar com os outros. Durante esse processo, cada indivíduo se identifica com o espaço de maneira única, até se sentir à vontade, e essa construção psicossocial de seu meio provê significados simbólicos que, de maneira dialética, passam a reforçar sua própria identidade, em um processo duplo de exteriorização e interiorização, como explica Toméu Vidal (2001).

Figura 103: Dois quartos personalizados



Fonte: Compilação do autor, 2006¹³⁹.

Graumann (1976, p.117) observou que antes do conceito ser utilizado pela psicologia, a “apropriação”, em sua forma antropológica significaria “transformar alguma coisa em sua”, foi desenvolvida inicialmente nos trabalhos de Karl Marx¹⁴⁰. Posteriormente, o conceito figurou em trabalhos da psicologia russa com Vigotski, Leontiev e outros, defendendo que “a apropriação individual é essencialmente a interiorização de significados sociais definidos, algo que é equivalente ao processo de humanização” (LEONTIEV *apud* Korosec-Serfaty, 1976, p.119). Chombart de Lauwe (1976) complementa que a apropriação espacial associa práticas, processos cognitivos e afetivos. Não é apenas um ato individual, mas “um ato social em sua essência”; é comunicação profundamente marcada pelas estruturas ideológicas de cada um e pelas relações.

¹³⁹ www.blogsexperienceodu.com; www.glosk.com. *Forms Vas*.

¹⁴⁰ A teoria marxista enfocou o “trabalho” como impulso primário dos indivíduos. Se pode dizer que, de maneira simplificada, existem dois aspectos básicos em sua noção de “apropriação”: a apropriação descreve a relação entre homem e natureza, pois é por meio do trabalho que o homem faz uso da natureza e desenvolve as capacidades humanas e se auto realiza, através da apropriação de sua produção; e o objeto real da apropriação não é, na realidade, o homem, mas a sociedade que, em contrapartida, preserva e transmite a apropriação através das gerações. Assim, a história é uma contínua apropriação da natureza pelo homem (GRAUMAN, *apud* Korosec-Serfaty, 1976).

Em 1976, na Conferência da *International Association People-Environment Studies*, IAPS, organizada por Perla Korosec-Serfaty, consolidou-se o uso do termo “apropriação do espaço”, dando visibilidade ao conceito para a comunidade científica, como próprio da Psicologia Ambiental (VIDAL; POL, 2005). Korosec-Serfaty definiu a apropriação como o “sentimento de possuir e gerenciar um espaço – independente da propriedade legal – por uso habitual e por identificação”, ou seja, um sentimento que significa controlar, se familiarizar com algo, dar-lhe sentido, construir a identidade e o senso de pertinência a um lugar ou a um objeto. Para ela (KOROSEC-SERFATY, 1976, p. 49), a apropriação é uma dinâmica que objetiva o domínio do espaço, de maneira a se constituir uma congruência com o indivíduo. A partir de uma ação ativa sobre o entorno, “a pessoa e a coletividade transformam o espaço”, deixam sua marca e “o incorpora em seus processos afetivos e cognitivos” de maneira atualizada, identificando-se com ele a partir dessas ações (POL; VALERA, 1999). De forma complementar, Lauwe propõe que

A apropriação do espaço consiste na possibilidade de se mover, se deter, possuir, atuar, ressentir, admirar, sonhar, aprender; criar de acordo com os desejos, aspirações, projetos. Corresponde a um conjunto de processos psicossociais que se situam em uma relação sujeito-objeto, entre o sujeito (indivíduo ou grupo) que se apropria do espaço e objetos dispostos ao redor dele na vida cotidiana (LAUWE, 1982 *apud* Aguilar, 2007, p.416)

Inspirado nas ideias de Korosec-Serfaty (1976), ressaltou que o indivíduo assegura familiaridade com um ambiente físico particular através da apropriação que promove, ocorrendo uma identificação pessoal para manter autoridade sobre o entorno. Suas cognições, afetos e atitudes no meio resultarão em aspectos fundamentais de sua própria definição como indivíduo, “identidade de *self*”. Logo, através do processo de apropriação de um ambiente específico, o indivíduo assume os valores simbólicos do grupo social conectado aquele ambiente, gerando uma identidade social com relação a ele (POL, 1996, p.9).

O indivíduo se afirma através da manipulação do espaço, articulando uma “sintaxe espacial própria” que, segundo Vilela Petit (1976), é inseparável de sua tomada de posição no entorno, ou seja, o espaço apropriado expressa algo do próprio indivíduo, ainda que a personalização intencional do espaço não seja perceptível. Conforme Pol (1996, 2006), a apropriação é um processo complexo, em que atuam dois componentes complementares, não simultâneos, ainda que se retroalimentem mutuamente ao longo da vida: a ação-transformação – que se constitui pela territorialidade e o apego, e a identificação simbólica.

Em um primeiro momento acontece a ação-transformação de um espaço por um indivíduo ou grupo, constituída pela dimensão do comportamento no processo de apropriação. Através de sua intervenção sobre o entorno, o indivíduo ou o grupo o transforma, deixa sua marca e, de alguma maneira, esse entorno passa a ser seu (SANSOT, 1976) e adquire qualidades psicológicas resultantes dessa ação. A ação-transformação pode ser vista, então, como uma

conduta territorial adaptativa e funcional inevitável, que não se processa unicamente no âmbito instintivo, mas há uma vontade, uma intencionalidade de reivindicar o espaço, ou de compartilhar o território (KOROSEC-SERFATY, 1976). Para Pol (1996) a territorialidade se apresenta como um dos processos complexos do componente ação-transformação, e seu propósito principal seria regular, manter a interação social e diminuir o risco de interações não controladas. O segundo processo da ação-transformação é o “apego” (*attachment*). Brower (1980) considera o apego como uma vertente da territorialidade. Apego é, segundo ele, o sentimento de posse do indivíduo com relação a determinado espaço, pelas associações que faz com sua própria imagem ou com sua identidade social. O sentimento de apego, diz Brower (1980), se relaciona às qualidades espaciais simbólicas, às relações entre os objetos dispostos e experiências, aspirações e condições de seus habitantes. O indivíduo se apega aos espaços que gosta por razões pessoais, subjetivas e emocionais, mais do que motivado por questões racionais.

Em um momento posterior da apropriação ocorre a identificação simbólica. Após a transformação do espaço por um indivíduo ou grupo, a partir da integração de processos afetivos e cognitivos, esse espaço se reverte em objeto para novos investimentos e vai interferir nas representações pessoais, tornando-se elemento de estabilidade da identidade (POL, 1996). Com o passar do tempo, o peso relativo desses dois componentes da ação-transformação varia, ainda que ambos estejam sempre presentes.

Logo, os espaços possuem um valor de referência cotidiana, à margem do “meramente funcional” ou comportamental, pois a identificação auxilia na redução da angústia diante de um ambiente desconhecido; é um processo que, se não garante, produz um sentido de segurança e familiaridade para o indivíduo ou grupo, que se auto atribui as qualidades do entorno como definitórias de sua identidade (VALERA, 1996, VALERA; POL, 1994; VIDAL; POL, 2005).

Um bairro ou cidade podem revelar, então, fortes sinais de identidade e oferecer permanentemente a cada indivíduo as dimensões de sua temporalidade (PETIT, 1976). Por um lado, esses sinais se associam ao passado, propiciando um sentido de continuidade; por outro, a partir da manutenção dessas marcas passadas, o espaço cotidiano deixa abertas hipóteses de futuro mas, de alguma forma, também traz resistências ao “novo”. Consequentemente, ao longo da vida é frequente ficar mais desafiador para os indivíduos realizarem mudanças de casa, cidade ou país.

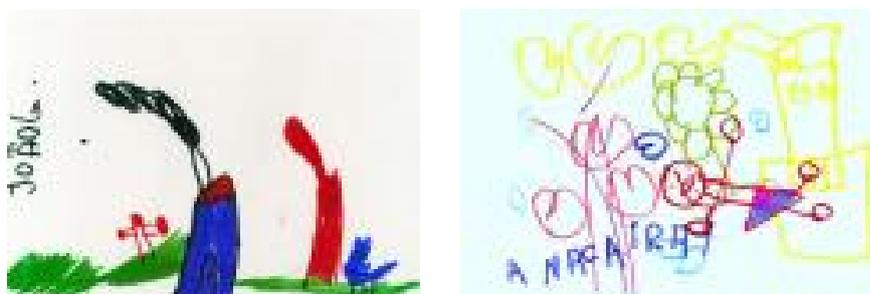
Portanto, os mecanismos de apropriação são importantes nos processos de desenvolvimento do simbolismo espacial e manutenção da identidade social. No espaço da cidade ocorrem continuamente esses processos de apropriação espacial, imbuídos de investimentos afetivos

e projeções das identidades. Grandes cidades como Nova York, Paris ou Londres estão repletas de imagens e simbolismos, criados com as vivências e memórias entrecruzadas de seus habitantes e visitantes, com suas histórias e identificações. Espaços são e se tornam simbólicos à medida em que contam histórias e tecem significados sobre eles, transmitem imagens e representam algo particular, se tornando parte do imaginário das pessoas. Assim, a paisagem urbana revela muito sobre seus habitantes, costumes e cultura local, e são especialmente eles que possuem o poder de efetivar mudanças e marcar esse espaço com uma linguagem própria, incluindo as ações dos profissionais como arquitetos, urbanistas, geógrafos, artistas e muitos outros.

7.4 Representações sociais

A teoria das representações sociais (TRS), complementa o tema que trata da relação entre indivíduos e ambiente - incluindo os objetos sociais - elucidando como eles dão sentido ao mundo através do ato de representar, o que lhes promovem ideias, ações e motivações. As representações que os indivíduos constroem de seu bairro ou cidade, por exemplo, frequentemente determinam os usos e as formas de apropriação do espaço, a partir do seu processo de identificação com o entorno e do grau de coesão social local, como integrante também da identidade social, revelando que todos esses temas estão entrelaçados.

Figura 104: Desenhos de crianças do jardim de infância de Serpa, Portugal, mostrando representações iniciais de sua realidade



Fonte: www.cm-sepa.pt/artigo.aspx?ID=6

Vários autores se interessaram pelo estudo das “representações”. O francês Émile Durkheim (1858-1917), considerado o “pai” da sociologia – também antropólogo e psicólogo social, desenvolveu uma teoria sobre as representações coletivas (1967) que, segundo ele, são construídas de maneira estável e duradoura na sociedade, em relação aos objetos de importância comum, exercendo um poder de persuasão e controle nos sujeitos sociais. Durkheim entendeu que essas representações coletivas eram construídas a partir de um grande conjunto de conhecimentos adquiridos e reproduzidos na sociedade, como as “produções sociais mentais” que são as religiões, os mitos, as ciências, as categorias de apreensão do tempo e do espaço e até mesmo as formas correntes de pensamento e saber” (JODELET, 2018, p.427). No entanto

Diferente do que acontecia nas sociedades tradicionais, em que as representações coletivas eram fatos sociais coercitivos e partilhados por praticamente todos os integrantes de uma civilização, na era moderna houve uma descentralização dos detentores de poder, agentes sociais responsáveis pela legitimação e produção do conhecimento social. O conhecimento científico constitui um exemplo de empreendimento que surge para contestar representações fundadas em sistemas feudais ou religiosos. Aliada ao advento dos meios de comunicação de massa, essa alteração viabilizou a emergência de novos núcleos sociopsicológicos de produção de conhecimento do senso comum e uma conseqüente diversificação das representações, bem como a redução de sua estabilidade (DUVEEN, 2003, p.11).

Foi nesse sentido que, algumas décadas depois, nos anos 1950, o psicólogo social francês Serge Moscovici, inspirado nos estudos de Durkheim, introduziu uma inovação ao considerar as representações como flexíveis e mutáveis, capazes de acompanhar as mudanças do mundo moderno (FARR; MOSCOVICI, 1984). Sua obra seminal, “A Psicanálise, sua Imagem e seu Público” (1974) investigou como grupos sociais representavam a difusão da psicanálise na França, um objeto social até aquele momento pouco conhecido, com a finalidade de entender como diferentes grupos se apropriam e dão sentido à uma nova teoria científica. Os resultados mostraram que cada grupo construía noções diferentes da psicanálise, de acordo com sua própria visão de mundo, a partir de seus quadros de referência prévios e investimentos emocionais. Por exemplo, os sacerdotes a consideraram semelhante à confissão, enquanto os médicos a entendiam como similar a um medicamento para a cura de uma enfermidade. Essa pesquisa deu início à teoria desenvolvida por Moscovici (1973), que descreveu como elementos básicos de todas as representações sociais o conteúdo, o objeto da representação e o sujeito coletivo que as constrói, entendendo que elas são

Um sistema de valores, ideias e práticas com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará aos indivíduos se orientarem em seu mundo material e social e dominá-lo e, segundo, possibilitar a comunicação entre os membros de uma comunidade, lhes dando um código para as mudanças sociais, para nomear e classificar sem ambigüidade os vários aspectos de seu mundo e de sua história individual e grupal (MOSCOVICI, 1973, p.14)

Nesse processo, Moscovici (1973) observou que os conteúdos das experiências e ideias dos indivíduos com relação aos objetos sociais são desenvolvidos a partir de uma visão coletiva, através do ato de comunicação. Assim, as representações são fundamentalmente uma teoria centrada na relação entre indivíduos ou grupos e a sociedade. São a expressão de uma visão construída ou compartilhada por um grupo de duas ou mais pessoas. A socióloga Denise Jodelet (1984, 2016, 2018), uma de suas principais colaboradoras, define as representações sociais como “uma forma específica de conhecimento, o saber do sendo comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados” entendendo que “a marca social dos conteúdos ou dos processos se refere às condições e aos contextos nos quais emergem as representações, às comunicações pelas

quais elas circulam e às funções que elas servem na interação do sujeito com o mundo e com os outros” (JODELET, 1984, p. 361-362). Complementarmente, diz Ibañez (1988), a representação social se estruturada por categorias de linguagem da própria cultura, que é materializada em crenças compartilhadas, valores básicos, representações históricas, memória coletiva, identidade, entre outros.

Posteriormente, Moscovici (1993, p.161) afirmou que “a TRS é uma teoria particular das formas coletivas de pensamento e crenças das comunicações produzidas sob a ação construtiva da sociedade”. Ou seja

A teoria das representações sociais constitui tão somente uma maneira particular de focar a construção social da realidade. Mas esse enfoque apresenta a grande vantagem de se situar em um ponto que conjuga por igual a tomada em consideração das dimensões cognitivas e das dimensões sociais da construção da realidade, fazendo patente dessa forma sua perfeita sintonia com a evolução histórica da psicologia social. (IBAÑEZ, 1988. p.25).

Sua natureza social também é comentada por Harré *apud* FARR (1990, p.4)

[...] alguma coisa pode ser social porque é construída coletivamente em um grupo. Por exemplo, cada membro pode deter a parte do que é necessário para tal, mas o “isto” não passa a existir até que o grupo fique junto, intercomunique, designe papéis e direitos, e assim sucessivamente.

O papel central das representações sociais é tornar o “não familiar” em familiar. Quando um indivíduo se depara com um objeto novo, seja simbólico ou concreto, ele vai construir uma representação do mesmo, a partir de suas relações com outros indivíduos, representando-o também conforme suas referências. Através dessa função simbólica, um objeto desconhecido se “adapta” às referências anteriores, atenuando o processo de reconhecimento e apreensão do “novo” que costuma, *a priori*, provocar alguma resistência. Para tal, existem dois mecanismos de formação das representações sociais, a objetivação e a ancoragem.

A objetivação acontece primeiro; é o processo pelo qual o indivíduo percebe o novo e o compara com algo conhecido, dando sentido a esse objeto, ou seja, o indivíduo acomodará novas ideias e categorias às imagens e categorias já existentes em sua perspectiva. Em seguida ocorre a ancoragem, processo que transforma algo ainda abstrato em concreto, constituindo uma rede de significados, reproduzida entre as coisas que se podem ver e controlar, ou seja, relacionada com os valores e as práticas sociais (FARR; MOSCOVICI, 1984). Essa etapa é mais ativa, porque a representação assume uma forma “quase concreta” e se torna um “guia” para as experiências do indivíduo, para lhe dar segurança e orientação. Como Alves-Mazzotti comenta, baseada nas ideias de Moscovici (2018, p.29), a ancoragem é o “enraizamento social da representação à integração cognitiva do objeto representado no sistema de pensamento preexistente e às transformações que, em consequência, ocorrem num e noutro”, como sua “inserção orgânica em um pensamento constituído”.

Logo, as representações, como maneira de decifrar o mundo, são referências, construções simbólicas para que indivíduos e grupos atuem em seu cotidiano. Apesar do significativo viés cognitivo que envolve o ato de representar, existem ainda seus componentes emocionais e inconscientes. Seria equivocado considerar as representações como um produto meramente cognitivo, porque os fenômenos sociais possuem uma natureza essencialmente simbólica (MOSCOVICI, 1982 *apud* Codol; Leyens, 1982; IBAÑEZ, 1988). Nesse sentido, a TRS considera o conteúdo das construções simbólicas e reconhece a criatividade humana. À distinção de outras teorias, o chamado “senso comum” é considerado livre de juízos, valorizando-se a expressão da própria sociedade, constituída por uma multiplicidade de visões. De acordo com a diferenciação de Farr, a representação social “não é fundamentalmente um empobrecimento, mas uma transformação” de alguma coisa (FARR; MOSCOVICI, 1984, p.130), eliminando o preconceito comum com o saber popular.

É como defende Jodelet (2018, p. 426): “somente o estudo dos processos e dos produtos, pelos quais os indivíduos e os grupos constroem e interpretam “seu mundo de vida”, permite a integração da subjetividade com as dimensões social, cultural e histórica”. Conseqüentemente, as representações são frequentemente heterogêneas e incluem a coexistência das diferenças intrínsecas à cada sociedade e são, segundo Farr (1994) uma forma sociológica de Psicologia Social. Jodelet (2016) aponta que esse caráter transversal das representações sociais se coaduna com a perspectiva transdisciplinar, que reivindica a complexidade dos fenômenos enfocados pelas ciências sociais, tal como proposto por Morin (1986, 1990, 1998, 2010). Logo, os fenômenos das representações e o modelo de representações sociais são “um elemento de articulação entre a psicologia social e as ciências vizinhas [...] (são) um espaço de encontro privilegiado entre as ciências sociais, a psicologia, a psicanálise, as ciências cognitivas e a filosofia” (JODELET, 2018, p. 425-426). Na mesma direção, para Arruda, o fato da TRS ser uma teoria de interface ou aliança entre a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia indica que, de maneira geral

não se trata de um encontro fortuito ou complementar de disciplinas, mas de áreas cujo íntimo parentesco é incontornável para entender a produção de conhecimento tal como Moscovici propõe: deslindar a construção do pensamento cotidiano pelos seus múltiplos autores, encontrar os processos que estão na base da mudança do pensamento e das práticas sociais. (ARRUDA, 2009, p.746).

Além das características fundamentais da TRS, existe outra igualmente apropriada para o presente estudo, que é a conexão intrínseca entre as representações sociais e a cultura, pois estas assumem formas diferentes de acordo com culturas, espaços e tempos específicos. Segundo Moscovici *apud* Allansdottir; Jovchelovitch; Stathoupoulou (1993, p.4), o conceito “postula que as sociedades possuem uma história que está nas raízes dos fenômenos sociais, psicológicos, lhes instituindo, lhes construindo e moldando seu significado”. Essas

representações se reconstróem desde a infância até a velhice, com base nas interações, e se relacionam com a identidade, ou seja, “as representações permitem expressar a identidade dos sujeitos” (JODELET, 2018, p. 436), seus contextos, condições de vida e épocas. Outros meios influentes para sua construção são as ideias que circulam na sociedade, com forte influência da esfera pública, destacando-se os meios de comunicação, as tecnologias e seu poder de difusão de ideias e conhecimentos.

Considerando o conjunto das práticas que se relaciona às diversas modalidades de comunicação social e que é parte do processo constitutivo das representações, Ibañez (1988) identifica três modalidades que influem nessa construção: a) comunicações provenientes de meios de alcance geral, como TV, rádio e imprensa; b) comunicações dirigidas à categorias sociais específicas, como revistas de divulgação científica; e c) a comunicação interpessoal, ou conversas nas quais as pessoas participam em sua vida cotidiana, todas essas constituindo literalmente as representações sociais, segundo o autor.

Figura 105: Criança assistindo televisão e senhor lendo um jornal, na Itália



Fonte: Compilação do autor, 2010¹⁴¹.

Além disso, conforme Jodelet (1984), a percepção e a utilização do espaço também são âmbitos de aplicação da TRS o que a aproxima do entorno, devido a duas razões

[...] toda relação com o mundo que nos rodeia (tanto o material, como o social, como o das ideias) está mediatizada no plano da percepção, da interpretação e da ação por representações sociais. Estas representações informam sobre o estado do mundo e dos objetos que o constituem, intervindo como teorias da realidade e como “prateleiras” de interpretação e guias da ação [...] as representações possuem um caráter social, e/ou apresentam sua pertinência a determinado coletivo, contribuindo para a construção de uma realidade consensuada (IÑIGUEZ, 1996, p.184).

Portanto, como essa pesquisa observa o “presente” em plena mudança, envolvendo a inovação e maneiras através das quais as pessoas encontram para se adaptarem ao desconhecido (JOVCHELOVITCH, 1995), a TRS pode auxiliar na compreensão desse processo de interação e adaptação das pessoas com seu entorno, pois representações “concernem não apenas às modalidades de elaboração dessas produções mentais sociais, mas também a forma pela qual elas intervêm na linguagem e nas práticas sociais para gerar

¹⁴¹ www.msnbc.msn.com; www.carto.net

efeitos sociais” (JODELET, 2018, p.430). Nesse sentido, as representações do entorno urbano não se limitam aos elementos físicos ou geográficos, ou mesmo às categorias sociais, “interpretando-as como pontos de significado”. (MILLGRAM, 1984, p. 293). Ressalta-se ainda que as representações sociais não são o mesmo que a realidade concreta; são construções simbólicas reverenciadas na realidade, significando que o indivíduo ou os grupos constroem a realidade desde sua intersubjetividade (MOSCOVICI; JODELET, 2018), ou seja, desde sua objetividade entre parêntesis, como diria Maturana.

Um exemplo clássico de utilização da TRS foi a pesquisa realizada por Millgram e Jodelet (1976), que analisou as representações sociais de Paris e Nova York, a partir da realização de mapas cognitivos - como havia realizado Lynch (1997) - por seus habitantes, na década de 1980, revelando expressões de seu estilo de vida e de seus sentimentos com relação ao entorno. Como Millgram definiu

As cidades são, *per excellence*, os produtos de atividade social intensiva e prolongada, contendo material não apenas de seus contemporâneos, mas de decisões, valores e trabalhos acumulados de gerações anteriores. Além disso, a cidade não é somente produto da atividade social, é a forma através da qual se expressa o mais essencial da atividade humana (MILLGRAM, 1984, p. 293)

Dentre as conclusões, Millgram enfatizou que “a cidade é um fato social”, e a percepção da cidade também o é; assim, “a cidade é tanto uma representação coletiva como é uma montagem de ruas, praças e edifícios” (MILLGRAM, 1984, p. 301) Reforçando as ideias previamente representadas, eles constataram que as pessoas constroem representações sociais da cidade a partir de suas experiências pessoais concretas, incluindo as relações, sob influência dos meios de comunicação e de informações advindas de outros grupos, e da história do lugar, cumprindo para elas a clara função de estruturação social e uma função simbólica. Além disso, o bairro foi percebido como o elemento mais importante da representação social de uma cidade

O próprio conceito de bairro reflete modos mais gerais de como nós organizamos conhecimento da vida social: bairros são ou bons ou maus, elegantes ou indesejáveis e sempre conotam algo acerca das características econômicas, étnicas e raciais de seus habitantes. A partir de uma simples ideia de localização espacial, o conceito de bairro vem a ser imbuído com propriedades derivadas de ideias fundamentais de hierarquia social (MILLGRAM, 1984, p. 305).

Dessa maneira, os bairros e suas construções simbólicas se tornam componentes da identidade social do indivíduo, e as representações sociais urbanas ajudam a definir a ordem social da cidade e os lugares dos indivíduos e grupos nesse espaço (MILLGRAM, 1984). Como nessa pesquisa se investigam cidades com características diferentes, os conteúdos das representações devem auxiliar a refletir a cultura e a história do lugar, de maneira intrínseca à sua natureza. Além disso, podem apontar para percepções fundamentais da

população e revelar o processo de recepção de novas ideias diante do já estabelecido, tais como os padrões de comportamentos ou valores locais.

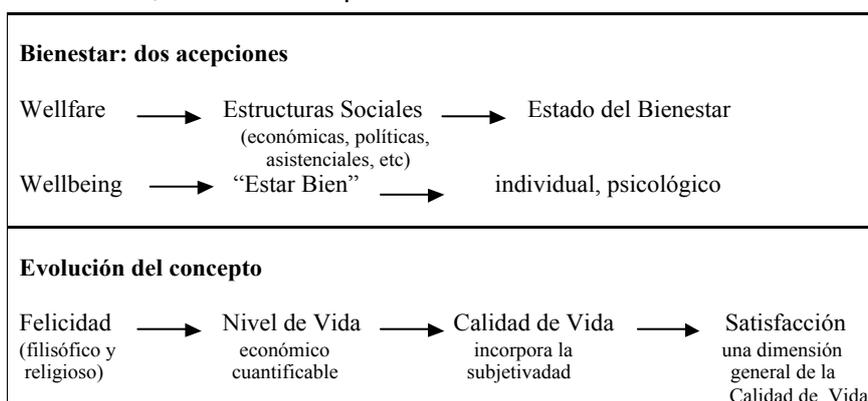
Acredita-se que seja possível construir uma nova ordem - sempre que almejada - a partir do conhecimento das bases simbólicas de uma sociedade, ao mesmo tempo que se respeite os valores significativos existentes. Consequentemente, as noções de identidade social urbana, apropriação do espaço e representações sociais são como “ferramentas” que auxiliam a compreender as relações dos habitantes com seus vizinhos, com seu bairro e cidades, buscando “calçar seus sapatos”, evitando visões técnicas ou estereotipadas. De fato, os temas psicossociais estão no cerne das experiências em prol do desenvolvimento urbano, pois refletem a compreensão de fenômenos que atravessam o cotidiano desde a perspectiva dos habitantes, que trazem para os lugares desejos, valores, frustrações e maneiras de viver que influenciam diretamente a constituição das realidades.

7.5 Qualidade de vida significa felicidade?

Considerando o objetivo dessa pesquisa, que envolve, entre outras proposições, apreender maneiras para melhorar a qualidade de vida urbana na perspectiva do desenvolvimento sustentável amplo, pareceu importante estudar o conceito “qualidade de vida”, utilizado como uma das referências centrais. Questionou-se, pois, o que significa qualidade de vida, motivando outras perguntas: “Qual a relação entre qualidade de vida, felicidade e bem-estar social?”, e “Qualidade de vida significa felicidade?” Além disso, no uso coloquial, é comum as pessoas substituírem felicidade por qualidade de vida, o que suscitou outra dúvida: “O aumento dessa qualidade resultaria necessariamente em pessoas mais felizes?”

Moreno e Pol (1999) revisaram a literatura para descrever a evolução dos conceitos de bem-estar, nível de vida e qualidade de vida, que têm seus antecedentes na ideia de felicidade. Segundo os autores, as ciências sociais foram, progressivamente, adotando os sentimentos de felicidade a partir de noções supostamente mais mensuráveis cientificamente, como bem-estar social, satisfação, qualidade de vida, o que significou também uma passagem da esfera individual de observação para outra, a esfera social e pública. O “bem-estar” possui na literatura anglo-saxã dois termos diferentes, “*welfare*” e “*well-being*”. O primeiro tem relação com a literatura sociológica, econômica e política do Estado de bem-estar, incluindo seu papel e suas ações, enquanto o segundo termo assume uma conceitualização mais psicológica, de bem-estar individual. Porém, ambos possuem matizes objetivos e subjetivos, o que aumenta a complexidade desses conceitos.

Quadro 5: Felicidade, bem-estar e qualidade de vida



Fonte: MORENO; POL, 1999, p.30

A partir dos anos 1960 e 1970, os conceitos de bem-estar e qualidade de vida passaram a ser muito utilizados em contraposição aos critérios vigentes nos estudos de nível de vida - mais quantitativos e econômicos. Em um estudo da ONU, de 1954, foi proposta uma série de indicadores na qual figuravam como componentes do nível de vida medidas sobre saúde, alimentação, condições habitacionais, tempo livre, segurança, meio ambiente e educação, sendo ligeiramente modificado em outro estudo de 1961 (CASAS, 1996 *apud* MORENO; POL, 1999), ou seja, o conceito utilizava indicadores objetivos e quantificáveis que não consideram a percepção individual de bem-estar e a satisfação que as condições de vida experimentadas proporcionam. Logo, felicidade e bem-estar não necessariamente se referem aos indicadores de nível ou qualidade de vida.

Nos últimos 30 anos foram realizadas mais de 3.300 pesquisas sobre a felicidade no mundo, listadas no *World Database of Happiness*, sediado na Holanda, acompanhadas de grandes investimentos na medicina e na indústria farmacêutica para aliviar sintomas da “infelicidade” (VEENHOVEN, 2003). (sobre o conceito de felicidade, ver o apêndice B).

Figura 106: Felicidade



Fonte: Foto Telemig Celular, s.d.

Muitos teóricos defendem a impossibilidade de se medir graus de felicidade ou a própria qualidade de vida porque acreditam que, em sendo construções culturais e sensíveis à uma

avaliação subjetiva, não podem ser mensuradas quantitativamente. (ROMANINI; UMEDA, 2004). No entanto, o sociólogo holandês Ruut Veenhoven e seus colegas (2003) discordam, acreditando que a felicidade é definida como resultado da vida de cada indivíduo – diferente de condições de vida boa ou qualidade de vida: como a felicidade é um estado consciente da mente, sugere o autor, pode ser medida perguntando-se aos indivíduos; se pode acessar essas respostas por pesquisas ampliadas sob um matiz subjetivo. Além disso, Veenhoven (2003) ressalta que, ao contrário do que o senso comum diria, a felicidade não é resultado de avaliações cognitivas, mas de um estado afetivo espontâneo.

Veenhoven é editor do *Jornal de Estudos da Felicidade* e conceitua a felicidade como “simplesmente o grau de avaliação positiva que uma pessoa faz de sua vida” (*apud* ROMANINI; UMEDA, 2004, p.41) que, em geral, pode ser avaliada em três níveis: no nível macro estão as características da sociedade onde a pessoa vive, como a riqueza, a justiça e a liberdade e, nesse sentido, as políticas sociais podem melhorar essas condições; no nível médio, “estar feliz depende do grau de autonomia e respeito” que o indivíduo desfruta diante das instituições com as quais convive diariamente. Nesses casos, avanços organizacionais podem melhorar essas condições. O terceiro nível significa que estar feliz depende de capacidades pessoais como habilidades técnicas, intelectuais e independência emocional e financeira, que podem ser melhoradas através da educação e de terapias.

Segundo esse pensamento, investir em melhorias sociais, políticas e outras ações similares tem potencial para melhorar a percepção dos indivíduos com relação à sua felicidade. Esses mesmos estudos demonstram que “pessoas felizes adoecem menos, são mais produtivas no trabalho, participam mais da vida pública e se tornam líderes naturais” (ROMANINI; UMEDA, 2004, p.42). Ressalva-se, todavia, que a avaliação do nível de felicidade depende do momento de vida individual, auxiliando-se na compreensão dos resultados alcançados pelas políticas públicas no atendimento às necessidades básicas dos beneficiários.

Apenas recentemente fatos externos vêm sendo avaliados como influentes na percepção da felicidade. O economista inglês Oswald e equipe (2003) desenvolveram estudos para medir como fatores econômicos incidem sobre a felicidade, conforme diferenças individuais, influências internas e/ou eventos de vida. Através de mensuração estatística, eles constataram que variáveis como nível de inflação, desemprego, aumento de produção doméstica e valores de seguro desemprego mudaram significativamente a percepção dos participantes, tanto como um padrão individual como do grupo (DI TELLA *et al.*, 2001 *apud* Oswald, 2005). Conseqüentemente, há formas de incrementar a qualidade de vida podendo, eventualmente, aumentar a percepção de felicidade dos habitantes, ainda que esta não seja uma relação linear determinante, mas dependente também de avaliações subjetivas.

O conceito de “qualidade de vida”¹⁴² surgiu na década de 1960, abrangendo as condições mínimas de sobrevivência que proporcionem ao indivíduo condições adequadas de vida. O Informe Brundtland (1987), por exemplo, destacou parâmetros para uma vida digna: condições de alimentação, vestuário, habitação, emprego, como necessidades dos cidadãos a serem alcançadas nos países em desenvolvimento, ainda que naquele momento ainda não envolvessem questões básicas como educação, lazer e saúde, observou Maciel (1998).

Moreno e Pol (1999) diferenciaram “felicidade” e “qualidade de vida”, e esse último foi sendo quantificado ao longo dos anos por meio de diferentes dimensões e sistemas de indicadores em inúmeras pesquisas. A qualidade de vida possui duas vertentes, que podem ou não envolver felicidade: para muitos, a qualidade de vida é a capacidade de aquisição/acumulação de bens, conectada ao paradigma dominante capitalista, cumulativo, reforçado pelo próprio *modus operandi* do sistema financeiro. Assim, um alto nível de vida envolveria os resultados econômicos, condições de habitação e lazer alcançadas por um indivíduo ou grupo, acompanhado de um alto índice de satisfação individual e bem-estar, ainda que esta concordância não seja biunívoca, como já mencionado.

Por outro lado, se pode definir qualidade de vida como um estado de equilíbrio, social e pessoal, essencial para o bem-estar individual, apresentando alguns condicionantes objetivos, em “ajuste” ou coincidência com as características da situação vivida e as expectativas, capacidades e necessidades desse indivíduo, tal como ele mesmo as percebe (LEVI; ANDERSON, 1980 *apud* Moreno; Pol, 1999). Ou seja, o ajuste às necessidades e expectativas é o que, para esses autores, caracteriza e distingue a qualidade de vida dos demais conceitos, pois pressupõe tanto avaliações objetivas como a inclusão de aspectos psicossociais na avaliação dos indivíduos sobre seu bem-estar, incluindo aspirações e satisfações, igualmente respeitando os limites dos recursos disponíveis. No entanto, a acumulação continuada que, para muitos, representa qualidade de vida apresenta um paradoxo com a noção de sustentabilidade porque, como manifestam Moreno e Pol (1999), a verdadeira qualidade de vida não envolve obrigatoriamente acumulação, e sim equilíbrio, porque o consumismo excessivo só vem causando perdas irreparáveis para todos.

¹⁴² Aula do Professor Enric Pol no Doutorado Espaço Público e Regeneração Urbana: Arte e Sociedade, em dezembro de 2001.

Figura 107: Recreio no jardim de infância, São Paulo e criança na pediatria, Porto Alegre



Fonte: RI, 2004, p. 10; Revista Porto Alegre, 2003, p.31.

Ao considerar todos esses conceitos vinculados, a sustentabilidade ampla que se utiliza aqui está conectada com a promoção de um nível de vida adequado e, conseqüentemente, com a noção de bem-estar social e qualidade de vida, o que implica na utilização respeitosa dos recursos objetivos e na percepção de satisfação dos indivíduos. Assim, “o moderno conceito científico de qualidade de vida resulta inseparável da experiência pessoal vivida pelos cidadãos, das condições físicas e sociais de que dispõe”, apontaram Moreno e Pol (1999, p.31-36). Mais ainda, “a qualidade de vida, entendida como o ajuste entre as características da situação ou realidade e as expectativas, capacidades e necessidades do indivíduo tal como os percebe ele mesmo e o grupo social, aponta a necessidade de estabelecer um *standard* coletivo”, que, por sua vez, apenas é válido no momento concreto e específico de seu estabelecimento. (MORENO; POL, 1999, p.33).

Bem-estar e qualidade de vida possuem, então, dimensões subjetivas e objetivas, envolvendo o nível de vida e também a sustentabilidade, que se relaciona ao “equilíbrio” pessoal, social e ecológico, pressupondo que as pessoas incluam em suas necessidades e expectativas a capacidade de consumir recursos naturais e produtos sem excesso. O alcance de uma vida de qualidade, com equilíbrio, também sofre a influência de elementos externos, como das formas urbanas, da disponibilidade de recursos e infraestrutura adequadas para as pessoas. No entanto, mais relevante para a sustentabilidade é a construção de uma rede social vertebrada, com coesão, que promova a dimensão de equilíbrio social, compatível com a felicidade e com a redistribuição de riquezas^{143, 144}.

Outro estudo que contribui para esse tema vem sendo realizado pela revista inglesa *Monocle* (BRÛLÉ; DAVIES, 2010), que classifica anualmente as 25 cidades do mundo com melhor qualidade de vida. Ainda que não seja uma publicação acadêmica, suas propostas são

¹⁴³ Conceito discutido na aula do Professor Enric Pol na aula do Master em Intervenção e Gestão Ambiental: Pessoas e Sociedade, Qualidade de Vida e Sustentabilidade. Universidade de Barcelona, 2002.

¹⁴⁴ Pesquisas da Rede CIS revelam que as dinâmicas das redes vertebradas e coesas resultaram mais significativas no estabelecimento de atitudes pró-sustentáveis que os atributos físicos do lugar, como descrito no Apêndice C.

coerentes com esse propósito de equilíbrio. Os critérios de avaliação incluem, em termos objetivos, quantidade de metros quadrados de espaço verde por habitante; agilidade na abertura de novos negócios; existência e extensão de rotas para pedestres e bicicletas; avaliação do sistema de transporte público; avaliação da segurança, a partir de taxas de homicídio/ano e taxas de invasão domiciliar; capacidade de conexão urbana e qualidade dos aeroportos. São valorizadas também ideias inovadoras aplicadas às cidades e propostas de desenvolvimento, bem como líderes que conseguem abordar uma ampla variedade de temas aplicáveis às cidades como a preservação ambiental, a cultura ou as políticas sociais. Outros critérios, mais subjetivos, incluem a avaliação de oportunidades de lazer para os cidadãos; a beleza de sua arquitetura e de sua geografia e uma vida social fluida - significando boa socialização entre eles -; bons restaurantes e lojas que abrem até a noite para seu conforto. A combinação dessas variáveis resulta no ranking mundial *the liveable cities index* das 25 melhores cidades do mundo para se viver. São apresentadas ainda as justificativas de melhora ou piora dos resultados apresentados por cada cidade em comparação com o ano anterior, baseados em seus aspectos ambientais, socioeconômicos, culturais, geográficos e estéticos. Em 2010, Munique, Copenhague, Zurique, Tóquio e Helsinque foram as cinco cidades melhor classificadas em termos de qualidade de vida (BRÛLÉ; DAVIES, 2010).

Munique já havia se classificado em primeiro lugar por dois anos consecutivos, devido a um conjunto de fatores: conectividade ampliada com um aeroporto confortável e eficaz; centros culturais, economia crescente e as taxas mais baixas de desemprego e crimes violentos da Alemanha; cuidados médicos de qualidade – incluindo tempo de resposta dos serviços de emergência - e abundância de espaços verdes. A qualidade da arquitetura e a restrição em se construir arranha-céus também foi favorável na avaliação. Com o *slogan* “Munique te Ama”, a cidade realizou uma série de ações para o cidadão: uma rede de ciclovias, novos espaços de lazer e regras de trabalho que determinam férias de sete semanas por ano: “uma das coisas que nunca se fala nas pesquisas de qualidade de vida é que as melhores cidades sempre fecham aos domingos”, defende um dos entrevistados, sobre a importância da vida social, do lazer. Ambientalmente, a cidade buscava cortar as emissões de CO₂ pela metade, até o ano de 2030. Munique recebeu também um grande número de corporações globais, incluindo sete das dez maiores companhias alemãs e tem duas grandes universidades de qualidade elevada, com quase 90 mil estudantes, complementando a equação de sucesso. Assim, “a tecnologia e o pensamento verde continuam balanceados pelas artes, e a cena nessa metrópole dinâmica está prosperando”, incluindo uma taxa de natalidade crescente, que vem diminuindo no resto do país, segundo a reportagem (BRÛLÉ; DAVIES, 2010)

As cidades que não se classificaram como melhores, mas apresentaram bom desempenho e atratividade em vários aspectos expuseram, também, problemas: taxas elevadas de crimes,

má qualidade do ar, déficits habitacionais ou engarrafamentos. Por outro lado, sintetiza a reportagem: “as cidades que chegaram no topo não eram somente boas, mas representam lugares que são ‘pontos de referência’ para o renascimento urbano e a reinvenção rigorosa de tudo, desde a política ambiental aos transportes” (BRÛLÉ; DAVIES, 2010, p.34).

Nota-se, portanto, que o estudo da *Monocle* (BRÛLÉ; DAVIES, 2010) traz em suas avaliações aspectos cotidianos para entender quais são melhores lugares do mundo para se viver, como qualidade da comida, democratização de espaços de arte com qualidade, política para os imigrantes, qualidade dos meios de comunicação; alguns desses ainda não considerados sistematicamente e pouco encontrados em estudos acadêmicos, ainda que gerem diferenças expressivas nas percepções dos próprios habitantes referente às suas cidades e que possivelmente influenciem sua visão de felicidade. Dessa forma, para compreender a relação e percepção dos cidadãos com seu ambiente e outras questões importantes como qualidade de vida e felicidade, são utilizados na tese os temas da identidade social urbana, apropriação do espaço e as representações sociais, buscando trazer sua visão subjetiva, as construções psicossociais de uma cidade, sugerindo boas maneiras de atuar naquele território.

8 RECURSOS DAS CIDADES E DAS PESSOAS: EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO CIDADÃ, NOVAS CENTRALIDADES, ESPAÇO E ARTE PÚBLICA

“[...] uma comunidade que perca sua capacidade crítica perde junto sua identidade, vê dissolver-se sua substância espiritual e extraviar-se seu destino”.

Nicolau Sevcenko, 2001, p.19.

Após discorrer sobre alguns temas que têm papel fundamental na constituição e funcionamento das cidades e, complementarmente, abordar aspectos psicossociológicos de seus habitantes, buscando traçar um panorama amplo, são apresentados em seguida alguns recursos que têm potencial para melhorar a vida urbana, incluindo o bem viver das pessoas.

Jaime Lerner defendeu em um de seus livros, *Acupuntura Urbana* (2003), a realização de acupunturas urbanas, significando metaforicamente que tratando-se ou mudando-se um ponto da cidade, isso pode irradiar para outras áreas, promovendo crescimento, uma nova mudança, a formação de uma imagem positiva. Esse princípio da acupuntura relaciona-se com a revitalização de um ponto ou área para recuperar a energia ao seu redor, por meio de um toque. “Tocar” uma área urbana pode criar reações positivas em cadeia, como um despertar que faz a cidade reagir, uma pequena flutuação que tem o potencial para promover mudanças, o que o autor chamou de uma “boa acupuntura urbana”, verdadeira.

Para Lerner (2003), a acupuntura pode ser uma música, como *New York, New York* - que permite fazer uma leitura da cidade, similar à uma fotografia, ou a construção de um grande museu que vai demarcar um espaço e modificar a imagem urbana, como no caso do *Guggenheim Museum*, em Bilbao, a revitalização de áreas emblemáticas, como o centro de Lisboa e mesmo pequenas intervenções. Outros exemplos são a reciclagem de *Cannery*, em São Francisco, o *Parc Guell*, em Barcelona, as vezes uma mudança cultural, como o Centro *Pompidou*, em Paris. Essa acupuntura pode vir com um toque de genialidade, como a pirâmide do *Louvre*, o Conjunto Moderno da Pampulha, concebido por Oscar Niemeyer, em Belo Horizonte ou grandes obras como o Museu do Holocausto, *Holocaust-Denkmal*, de Daniel Libeskind, em Berlim (LERNER, 2003). Em determinados casos as intervenções acontecem mais por necessidade do que por desejo, sugeriu Lerner (2003, p.9), são para “recuperar feridas que o próprio homem provocou na natureza”. Nem sempre a acupuntura se traduz em obras, mas na introdução de novos costumes, um novo hábito, a recuperação de um rio, a diminuição do uso de veículos e aumento dos transportes coletivos ou das gentilezas urbanas.

Figura 108: Museu Guggenheim em Bilbao, Espanha



Fonte: Foto¹⁴⁵.

Entre essas, em Curitiba a Prefeitura plantou cerca de um milhão de árvores em menos de duas décadas, sendo que os habitantes podiam escolher qual árvore frutífera desejavam que fosse plantada em sua casa e, para garantir seu crescimento, foi pedido o apoio da população através da campanha: “a Prefeitura dá sombra e você, água fresca”. Outra ideia defendida por Lerner foi a integração das funções de cada área urbana: se existe somente atividade econômica, mas poucas pessoas, é essencial incentivar a habitação naquele local; se o que acontece é a falta de atividades, é importante incentivar o comércio, e assim sucessivamente. Pessoas agregam o som, o cheiro, o colorido nas cidades e isso mantém a identidade: “são principalmente as pessoas que atraem as pessoas. O homem é ator e espectador desse espetáculo diário que é a cidade” (LERNER, 2003, p.47). Segundo Touraine, todas as mudanças das sociedades pós-modernas podem ser agrupadas numa mesma característica fundamental, que é a capacidade de projetar o futuro, em vez de se acreditar no acaso, na divina providencia ou nas circunstâncias. Quem o faz é inovador, não apenas se opondo ao projeto de outros, mas apresentando seu próprio projeto (TOURAINÉ *apud* De Masi, 2000).

Ambas essas perspectivas, de Lerner e Touraine, apontam para ações em favor de mudanças que sejam necessárias ou desejadas, com poderes de transformação. Algumas ideias apresentadas na sequência são elementos das acupunturas urbanas, que foram chamados de *recursos*, capazes que auxiliá-las, sejam novos agentes ou estratégias, sejam transformações na forma de participação de grupos sociais, nas tecnologias ou melhor utilização de teorias.

8.1 A educação

A educação tem um papel fundamental desde os primórdios da civilização e sempre foi um dos recursos mais poderosos para os habitantes, porque atua em sua própria constituição, na formação de sua identidade. Assim, possui valor indiscutível quando se almeja o desenvolvimento da população e a ampliação de suas capacidades de participar e

¹⁴⁵ mason.gmu.edu/cobra/bbrown/photos/photos.htm.

compreender suas realidades, pois através da aquisição de conhecimentos pode-se promover uma capacidade crítica; eles desenvolvem recursos próprios para serem cidadãos ativos no mundo onde vivem.

No entanto, Apple (LINHARES; GARCIA, 1996) ressalta que até pouco o saber das escolas era um saber da elite, não de crianças pobres, que frequentemente não podiam compreender do que tratavam os livros. A luta a favor da liberdade, disse, é também uma luta que deve conectar a escola à comunidade, o que demanda mudanças curriculares para incluir os problemas, valores e costumes significativos daquela comunidade. Ainda, o conhecimento considerado “sério” era separado dos valores, dos sentimentos, das sensações corporais: a cultura popular não pertencia à escola, assim como a emoção humana e o saber relacionado aos sonhos e lutas, levando Apple a questionar porque os currículos não tratam de problemas sociais das comunidades, situações reais nas quais os alunos vão precisar daquele precioso conhecimento que não estava nas aulas? Conseqüentemente, é preciso ser democrático em relação ao currículo e à pedagogia. Criticar e ser criticado para transmitir aos alunos o poder da crítica, a compreensão de como criticar e ensinar-lhes que existem diferentes perspectivas, e não apenas uma única verdade. Deve-se contar com a participação da comunidade, incluindo sua história e memórias, para que os conhecimentos transmitidos lhes interessem. A educação se torna inclusive mais importante do que antes, defendeu o autor, ao potencializar as capacidades das pessoas, ressalta Apple (LINHARES; GARCIA, 1996).

Outro estudioso do tema, o sociolinguista Gunther Kress (LINHARES; GARCIA, 1996, p.180) assinalou que a educação, fundamental para “inspirar os seres humanos a construírem novas relações sociais”, é como um espaço de trabalho, assim como o espaço da televisão e dos meios de comunicação em geral, que também apresentam forte influência nas ideias construídas. O currículo da educação transmite um modelo para o futuro, proporcionando aos alunos recursos para seu enfrentamento, a partir da construção de um modelo de ser humano, de organização social e do pensamento sobre as relações. Kress defendeu, então, que a formação das subjetividades dos jovens deve ser central no currículo, pois a educação reflete em seu microcosmo as relações sociais exteriores; subjetividades ativas e produtivas, através do ensinamento aos alunos sobre formas críticas de pensamento, acreditando ainda no envolvimento dos pais no processo educativo: “estou interessado em deslocar as grandes fronteiras em volta da escola ou as divisões abstratas em torno do currículo ou da pedagogia”, diz Kress (LINHARES; GARCIA, 1996, p.180).

Villasante (1974) defende uma mudança de mentalidades: o avanço com relação aos valores pode ser decisivamente realizado na escola, não apenas em seus conteúdos como nos métodos de ensino, pois a escola é o primeiro agente de ecologia, de responsabilidade e de

autonomia, sugerindo que os meios de comunicação incentivem essa tomada de consciência, o que permite que cada sociedade “invente sua concepção de progresso”.

Figura 109: Alunos trabalhando na rádio comunitária, escola Cidade de Osaka, São Paulo¹⁴⁶



Fonte: Revista Fórum, 2004, p.13.

Nessa perspectiva existem algumas metodologias ou modelos que reverenciam o contexto dos alunos, como a pedagogia empreendedora, de Fernando Dolabella, que vem sendo implementada há alguns anos nas escolas de Santa Rita do Sapucaí, apresentada posteriormente, o ensino das emoções, a pedagogia de John Dewey e a de Paulo Freire. A educação sócioemocional – que possui outras denominações, dependendo do programa - foi introduzida em algumas escolas de ensino integral da rede pública de São Paulo e do Rio de Janeiro e revelou ser transformadora para todos os envolvidos: a equipe pedagógica, os alunos e suas famílias. Essa pedagogia “incorpora o desenvolvimento de habilidades relacionadas a como cada um enxerga o mundo, se relaciona e reage a ele”, entendendo que as habilidades de personalidades “podem ser aprendidas, aprimoradas e redesenhadas”, não para modificar a personalidade, mas equilibrar aspectos que sejam muito acentuados, como timidez ou impulsividade, ampliando o potencial de aprendizado e bem-estar da pessoa (OSHIMA, 2015, p.64). Alunos entendem melhor suas motivações e comportamentos, melhorando comprovadamente seu comprometimento com as tarefas escolares e com a própria vida: em uma pesquisa, os alunos do ensino médio que estudaram com essa didática tiveram desempenho de 30% superior em notas, reiterando as pesquisas internacionais nessa área (OSHIMA, 2015).

Por sua vez, a pedagogia de Dewey é considerada “a expressão da democracia na educação”, atendo-se à reconstrução do conhecimento desde a perspectiva do aluno, em uma abordagem construtivista, para formar indivíduos capazes e criativos, o que se assemelha à pedagogia de Paulo Freire (SIMON *et. al*, 2014).¹⁴⁷ Freire entendia que o aluno participa

¹⁴⁶ Como a reportagem enfatiza: “participar do cotidiano da comunidade e abrir os espaços das escolas é chave para integrar alunos e habitantes” e, ao discutir na rádio temas da vida comunitária, os alunos repensam seus conceitos. (Revista Fórum, 2004, p.12-13).

¹⁴⁷ Em 2012 Paulo Freire recebeu o título de Patrono da Educação Brasileira” e seu trabalho é reconhecido internacionalmente, figurando como o terceiro autor mais citado em termos de ciências humanas e o brasileiro que recebeu mais títulos de Doutor *honoris causa*, em 48 universidades internacionais, como Harvard, Cambridge e Oxford. Em 2021, ele faria cem anos (TENENTE, 2021).

ativamente na validação e reconhecimento do conhecimento através do processo ensino-aprendizado, a partir dos seus conhecimentos e de seu cotidiano, validando-se também a relação dos alunos com o educando (SIMON *et. al*, 2014). A professora da USP, Walkyria Monte-Mór, destacou que Freire defendia a formação de cidadãos críticos: “os estudantes precisam ter essa consciência sobre ponto de vista, para aprenderem a ter outras perspectivas de um mesmo fato e chegarem ao desenvolvimento do senso crítico”. (TENENTE, 2021, s.p.).

Segundo o professor da UNB Kleber Silva, Freire defendia a “pedagogia do afeto”, e dizia que “o professor deveria ser sensível a história de vida dos alunos, resgatando seus sofrimentos, mazelas e cicatrizes. A partir dessa vivência, o conhecimento seria construído” (TENENTE, 2021, s.p.). Freire defendeu, assim, a educação para a liberdade”, publicando o livro clássico *Pedagogia do Oprimido* (2005), realçando que a educação pode conscientizar o povo e libertá-lo da opressão trazida pelo capitalismo (SIMON *et. al*, 2014) e, ainda, que a educação é para todos, referindo-se aqueles que estavam a margem da sociedade, promovendo seu empoderamento através da educação (TENENTE, 2021, s.p.).

Como Maciel (1998, p.30) conclui, referindo-se ao papel da educação nos países do sul, ela é “um nervo central de um sistema que nos conduzirá ao padrão digno de qualidade de vida necessário à sobrevivência, que seja adequada” aos habitantes. Logo, diante dos enormes desafios contemporâneos, é fundamental seguir uma nova direção, que inclua a prática da solidariedade, a autonomia e a prática ecológica, como defendido por Lipietz (1991), de maneira que cada um se encarregue de seu destino, o que pode ser aperfeiçoado através de um processo de educação crítica, afetiva e envolvida com os conteúdos e contextos das pessoas.

8.2 A participação cidadã

“Se não escutamos a nós mesmos e aos outros, como poderão nossas atividades, nossas ideias, nossas políticas ter um tom de autenticidade, de um lado, e de necessidade, de outro? [...] Seja o que encontrarmos e por mais distantes que possamos estar da visão política, as aspirações populares constituem o contexto e o mediador de qualquer política – seja na dimensão de pequenas experiências ou de linhas de ação”.

Anne Sasson

A participação dos cidadãos é uma característica intrínseca aos regimes democráticos e, como tal, figura nos direitos reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNITED NATIONS, 1949) e em diferentes conjuntos legislativos de vários países como valor fundamental. Apesar de reconhecida no âmbito legal, a participação cidadã tem sido “esquecida” ou desconsiderada durante longos períodos, especialmente quando há uma diminuição na qualidade da democracia praticada. Durante um longo período, de um lado estava o estado e seus governantes, de outro a economia e o mercado. O terceiro setor foi

deixado de lado na tomada de decisões, anulando as vozes das instituições que serviam às propostas públicas e a própria sociedade civil (ANHEIER, 2000, p.16).

O terceiro setor surgiu na primeira metade do século XX, nos Estados Unidos, nome dado aos grupos de população em geral e a empresários, organizações voluntárias e instituições que não representam os atores do setor público. A terceira via, ou setor, é uma renovação da democracia social, participativa (MELO NETO; FRÓES, 1999), e substitui ou complementa a ordem da burocracia estatal – o primeiro setor, e a ordem econômica do mercado, o segundo setor. Como defende Claus Offe, é uma ordem social que nasceu da desordem social vigente e supera em vitalidade, legitimidade e harmonia os outros dois setores (OFFE *apud* MELO NETO; FRÓES, 1999, p.5). Segundo Dimenstein, o papel do terceiro setor é “experimentar e prover alternativas baratas e eficientes ao setor público, de quem se deve ser companheiro constante” (DIMENSTEIN, 2003, p.1).

O surgimento do terceiro setor se deveu em parte à queda da supremacia do estado, revelando sua incapacidade para solucionar todos os problemas coletivos. As crises financeira, fiscal e política, dentre tantas outras, vêm demandando não apenas projetos políticos que aportem novos formatos para as administrações públicas como, mais ainda, a de-construção dos projetos dominantes, concordes com o clientelismo, a burocracia e interesses individualistas. Logo, como reação ao *status quo*, em cidades de diferentes continentes acontecem transformações na cultura política, e o poder é lentamente redistribuído, como relatado anteriormente com os movimentos sociais e insurgentes. Para Rebollo (2000, p.15), “tanto na empresa (Mercado) como nas políticas públicas (Estado) e nos movimentos sociais (Sociedade Civil) há uma espécie de redescoberta – sempre esteve aí - da ‘implicação pessoal’ como recurso estratégico para enfrentar os novos desafios”

Para Fischer (1996), a reconfiguração de poder é a marca diferencial da cidade contemporânea o que, de maneira similar, foi descrito por Ladislau Dowbor (2001, s.p.) como a constituição de um caminho renovado, que “vem sendo construído através de parcerias envolvendo o setor estatal, organizações não-governamentais e empresas privadas. Surgem com força conceitos como responsabilidade social e ambiental do setor privado”. Observa-se, então, movimentos que unem instituições voluntárias, sem fins lucrativos e a própria sociedade civil, para atuarem em direção à problemas comuns.

Como questionou o sociólogo Torres (2011)¹⁴⁸, seriam essas “redes” um modo emergente de governança urbana no século XXI? Anteriormente, Castells (2003) já havia apontado que a organização em rede é marca distintiva da sociedade contemporânea. A partir de sua

¹⁴⁸ Apresentação de Torres, N.R. no XVII World Congress of Sociology, Sociology on the move, 11-17 julho de 2011, Sweden. Book of Abstracts, p.489.

investigação desses movimentos no Brasil, a princípio mais eficazes em contextos nos quais a intervenção pública se ausentou ou falhou, Torres (2011) concluiu que em ambientes formais o planejamento pode se tornar um instrumento de poder e obstruir qualquer processo de mudança, mas em ambientes informais, *ad hoc*, a planificação pode trazer uma construção democrática e neutralizar as forças que tentam distorcer as formas de diálogo correntes. O autor (TORRES, 2011) ressaltou ainda que essas redes, constituídas por diferentes agentes e acontecendo de maneira informal e colaborativa, podem atuar contra a manipulação, ao prover informações e capacidades técnicas: elas permitem às pessoas aprenderem, se adaptarem e trabalharem de maneira independente, ainda que interativa, em ambientes sociais complexos, diante de conflitos e confrontos.

Figura 110: Participação cidadã em diversos momentos



Fonte: Compilação do autor, 2021.¹⁴⁹

Dessa forma, na organização social existe uma mudança crescente com relação aos graus de poder manejados pelos diferentes grupos. Surge também a noção de co-responsabilidade, cada agente social detendo uma “parcela” de trabalho, diante dos desafios do desenvolvimento sustentável. Conforme Fernandes

Tudo indica que, na luta pelo futuro da cidade, mais do que nunca a sociedade civil entrou na disputa, seja resistindo à intrusão tanto do estado como das corporações econômicas na vida das comunidades, seja trabalhando com o setor privado na gestão dos assuntos urbanos e ambientais (FERNANDES, 2000, p.41).

O segmento do terceiro setor se expande, mas a mudança é desafiadora. Ainda em situações nas quais prevaleçam fortes ideologias dirigidas ao discurso participativo nos processos governamentais, o que se observa, a curto prazo, é que o poder dos governos se sobrepõe às manifestações participativas, inclusive em condições do desenvolvimento da cidadania, *stricto sensu*, compartilhar o poder de liderança costuma encontrar resistências, devido às práticas habituais das democracias incompletas. Quando se inclui a mobilização e a participação social na arena política da administração pública, emergem com grande intensidade questões das estruturas do poder, o que suscita divergências e disputas entre dirigentes e entre dirigentes-terceiro setor, prejudicando o exercício da democracia. Assim, a

¹⁴⁹ www.wetlands.hud.ac.uk, www.fao.org, e foto da autora, em Taiobeiras, Minas Gerais, 2007.

democracia participativa necessita transpor os limites do modelo dominante, colocados na economia e no mercado, praticando-se a cidadania ativa, onde os setores sociais são mais do que meros convidados para dar suporte nas áreas social e ambiental (ACSERALD; LEROY, 1999). Giddens (2000)¹⁵⁰ descreve que para a realização da terceira via de desenvolvimento, que representa maior participação, existe um conjunto de mudanças necessárias: a reforma do Estado, a melhoria do estado civil, mais investimentos no “humano” e na educação, mudanças no sistema de previdência social, uma estabilização da economia mundial e o tratamento do grave problema da exclusão social.

Nessa linha de raciocínio, Vainer (2002) aponta que os objetivos para uma “mudança de rumo” incluem a redução das desigualdades, a melhoria das condições de vida das classes e grupos sociais oprimidos, e o avanço e a radicalização de dinâmicas sociais, políticas e culturais que propiciem organização e lutas populares e o enfraquecimento de grupos e coalizões dominantes com a desmontagem de mecanismos de reprodução de poder, enfatizando o poder da população nesse processo de mudança. Dessa forma, sem a participação popular

qualquer alternativa será frágil e superficial. É preciso garantir, no entanto, todo um conjunto de empoderamentos que tornem essa participação a mais esclarecida possível, tais como a educação, a democratização de informações, o fortalecimento substantivo das instituições democráticas, etc. O conceito de cidadania e direito de participação, além disso, tem que ser inclusivo em termos sociais, políticos, sexuais e étnicos (PÁDUA; LEROY; SCHLESINGER, 1999, p. 56).

8.2.1 O processo participativo

Na década de 1990 Hart estudou a infância e propôs a metáfora de uma escala para refletir diferentes graus de participação das crianças, com oito degraus, agrupados em dois setores: degraus de não participação e degraus da participação (*apud* Eires, Menezes, Flor, 2020), que podem ser úteis para entender os graus de implicação das pessoas na colocação de um problema, suas ações e decisões (MORENO; POL, 1999). Hart considerou que a participação cidadã é “o processo de compartilhar decisões que afetam a vida de um e a vida da comunidade que esse um vive” (HART, 1992, p. 8).

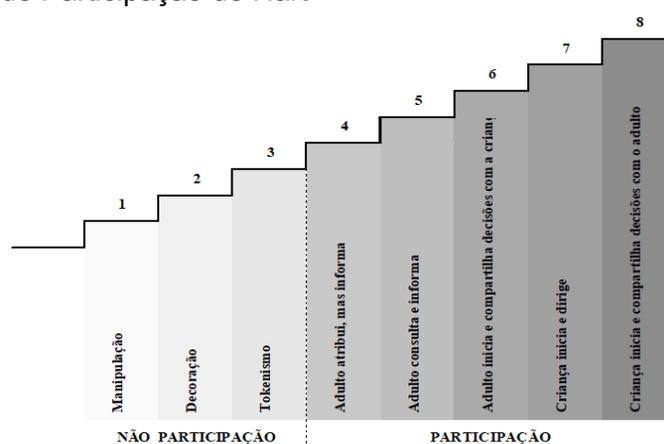
Nessa escada¹⁵¹, os níveis de participação variam de maneira crescente e, adaptado para os adultos, conforme adaptação de Moreno e Pol (1999), os degraus são manipulação, decoração, política de “fachada”, difusão da informação, coleta da informação, trabalho compartilhado, decisão conjunta, até o seu empoderamento. Os três primeiros degraus representam processos que se assemelham à participação, mas formas de manipulação, pois os participantes não participam verdadeiramente. Segundo Hart (1992 *apud* Eires, Menezes

¹⁵⁰ Entrevista do sociólogo Anthony Giddens no Programa Roda Vida, Rede Bandeirantes de Televisão, em 31/07/2000.

¹⁵¹ Aula com Carme de la Madrid, Participação na Gestão Ambiental e Agenda 21, em fevereiro de 2002, na Pós-graduação Gestão Ambiental na Empresa e na Administração Pública, na Universidade de Barcelona.

e Flôr, 2020, p. 11), os outros cinco degraus correspondem a diferentes níveis participativos – no quarto degrau, os participantes começam a compreender o problema e a solução proposta e aumentam seu comprometimento relativo às consultas e à consideração de suas opiniões. O próximo nível corresponde ao compartilhamento das decisões tomadas com os interessados e no seguinte, os cidadãos podem iniciar e conduzir o processo decisório até que, no último nível, eles tomam a iniciativa do processo, compartilhando com os gestores suas decisões.

Figura 111: Escada de Participação de Hart



Fonte: Adaptado de HART, 1992 *apud* Eires; Menezes; Flôr (2020, p.8).

Falando de uma participação inclusiva, duas concepções básicas são consideradas, ressaltam Moreno e Pol (1999): a participação relacionada ao estado ideal de envolvimento social, no compartilhamento de experiências ou decisões, ao sentir-se parte de algo; e a participação como forma organizada e coletiva de co-gestão, orientada para a modificação de determinadas condições, assemelhando-se a um tipo de participação colaborativa os atores cooperam entre si para alcançar objetivos comuns, mais dinâmica que a primeira forma.

Essa noção se contrapõe à participação *pro forma*, que se propõe apenas para satisfazer alguns requisitos participativos de um processo, em geral incluídas em “planos de escritório”, deslocados do contexto no qual pretendem atuar, para se evitarem contradições e discussões junto aos habitantes, especialmente porque podem ir contra seus interesses políticos e econômicos. Ao contrário, no caso de uma participação efetiva, que considera os últimos degraus participativos de Hart, acontece uma transferência de poder efetiva das administrações e ou autoridades políticas para os habitantes, que se envolvem nos processos de mudanças com um compromisso visível, concreto. Como assinalou Rebollo (2000, p.17), falando sobre participação cidadã, é importante saber se existe interesse em dar poder as pessoas ou se os governos ou autoridades somente querem estar melhor informados ou mais seguros sobre o que elas pensam, ou seja, importante saber claramente o porquê e o para quê se propõe a participação.

Considerando-se que, atualmente, as relações desiguais de força estão mais acentuadas e, conseqüentemente, têm promovido maior segregação espacial, social, econômica e política das populações pobres – precariamente incluídas nesses processos – se torna mais fundamental “assegurar a identidade e a cidadania da população menos favorecida e sua participação no processo de desenvolvimento social e econômico do país, o que faz com que esses grupos locais se encontrem por suas necessidades específicas, transformando-se em movimentos sociais de resistência, de “contra correntes” (BRITO, 2006, p.102).

Precisamente, defende Rebollo (2000, p.17,19), “a participação cidadã não se improvisa [...] a tarefa mais urgente é armar um projeto político transformador que a dê significado [...] (pois), são necessários mecanismos, métodos” que permitam que ela repercuta ativa e efetivamente na construção e regeneração da democracia participativa, distinta da democracia representativa.

Figura 112: Grupos discutindo sobre seu trabalho em Janaúba



Fonte: Fotos da autora, 2006.

Para promover essa participação cidadã existem diversas metodologias que, segundo Marchioni (1999, p.9) não são neutras, destacando que cada uma “deve ser coerente com as abordagens teóricas, os princípios inspiradores e as finalidades intrínsecas” do trabalho. Dentre várias estão a pesquisa-ação participativa, o núcleo de investigação participativa, a árvore de decisão, campos de força e a técnica DAFO (debilidades, ameaças, fortalezas e oportunidades) (REBOLLO, 2000) e a metodologia de redes, já apresentada (AUN, 1996, 1999, 2001).

A pesquisa-ação participativa, por exemplo, se baseia na proposta de Kurt Lewin (1978) e foi muito importante na psicologia e na sociologia comunitária na América Latina no pós-guerra. Segundo Lewin (1978 *apud* Mello *et al*, 2016, p.16), a pesquisa-ação é “um tipo de pesquisa de ação, uma pesquisa comparativa acerca das condições e resultados de diversas formas de ação social e pesquisa que leva à ação social”. Ao longo das últimas décadas, a investigação-ação se expandiu em diferentes tipos de processo, de acordo com os objetivos e áreas de trabalho. A ação e a pesquisa se constituem em um processo contínuo que envolve

a população de forma ativa “onde, a partir de reflexões e de atividades práticas vão se constituindo novas ações, impulsionando outro ciclo de planejamento, ações e reflexões”. (MELLO *et.al*, 2016, p.17). Logo, ela é ao mesmo tempo uma metodologia de pesquisa e um processo de intervenção social: Os grupos se encontram continuamente para refletir e trabalhar sobre determinados temas e explorar coletivamente soluções. Inicialmente pesquisam-se problemas que o grupo reconhece, formando-se grupos de trabalhos e discutindo-se propostas de análise, para o início do trabalho de campo. Depois, os conhecimentos gerados são compartilhados e elaboradas propostas concretas, reiniciando-se o processo de nova pesquisa e ações, através de um ciclo contínuo.

O Núcleo de Intervenção participativa, NIP, proposto por Dienel, é outra técnica para trabalhar com a população. Os cidadãos se reúnem em um workshop intensivo, para discutirem algum projeto complexo. Existem organizadores que os guiam e, em geral, mais de um grupo é formado para complementar a discussão, mas a figura do *expert* é desmistificada, pois são os cidadãos que sugerem soluções, estabelecendo fortes compromissos com as decisões eleitas. Outra metodologia bastante utilizada especialmente em diagnóstico estratégico, é a matriz FOFA: Fragilidades, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades, que possibilita a discussão sobre fatores de risco e fatores de sucesso de diversas ações e ideias dirigidas à determinada questão, que pode ser elaborada a partir do uso de diferentes métodos como encontros em grupos, entrevistas, questionários e “chuva de ideias”.

Uma proposta clássica já comentada baseia-se nas ideias de Kevin Lynch (1997), utilizada para investigar temas como a percepção do espaço urbano e a identidade cultural conectada ao uso do espaço. Junto à população, se trabalham mapas e planos do território e os cidadãos expressam sua visão espacial. Com isso, se determinam coletivamente as transformações que um espaço necessita segundo a visão dos participantes, potencializando sua co-responsabilidade e democratizando as atuações públicas.

Além disso, diz Rebollo (2000, p. 21), “estas metodologias, bem aplicadas, ao mesmo tempo que ‘informam’ também ‘mobilizam’, são educadoras, desvendam possíveis atores e podem comprometê-los com o processo e, por fim, trazem à tona contradições e conflitos; condição necessária para poder gerenciá-los”, algo fundamental para o processo, pois “ao consenso se chega gerenciando o conflito” (REBOLLO, 2000, p. 24).

Existem também formas de incentivar a participação que, seguindo a via eleita por órgãos internacionais de âmbito mundial como a ONU ou a UNESCO, são parte de programas amplos de desenvolvimento. Os trabalhos incluem grupos privados, instituições governamentais (ou não), que se unem para planificar oficinas informativas, qualificar habitantes, estruturar e disponibilizar banco de dados locais, formando redes para ajudar às pessoas. Muitas vezes

são sem fins lucrativos e funcionam virtualmente, o que pode romper barreiras nacionais geográficas e estabelecer novas conexões e possibilidades, ampliando-se as fronteiras de atuação. Alguns casos são a União de Cidades Capitais Iberoamericanas (UCCI), o Observatório Urbano Global (GUO, da ONU-Habitat), a *Cities Alliance* (Banco Mundial, ONU Habitat) e a Associação das Agências Europeias de Desenvolvimento (EURADA), com sede em Milão. Essa última, por exemplo, é uma organização sem fins lucrativos, segundo relatou seu diretor Renato Galliano (2004), que nesse ano possuía 150 membros investindo em desenvolvimento regional, em 25 países europeus. Seus objetivos centrais eram a promoção de desenvolvimento econômico local, o estabelecimento de diálogo e cooperação entre as instituições participantes, mantendo fortes conexões internacionais entre seus membros.

Ressalta-se também que o processo participativo se inicia primordialmente com os recursos já presentes na comunidade, considerando suas condições sociais, identidades, ideias, valores, ou seja, é fundamental respeitar a cultura para compreender as pessoas e ser capaz de promover intervenções ali, inclusive para coordenar e conectar os recursos. Marchioni (1999) entende que para o sucesso de um plano comunitário é necessária a relação entre os diferentes atores, em um processo de “permanente concertação”: as transformações sociais somente ocorrem respeitando-se as semelhanças e diferenças em uma sociedade.

Os processos participativos, portanto, se envolvem nessa diversidade, como defende Villasante¹⁵² (1974, p.66), pois “as potencialidades não estão na unificação, mas na diversidade, capaz de se entender para realizar práticas comuns e assim abrir caminhos de emancipação”. Mais que aproximar o estado dos cidadãos para melhorar a gestão, diz Villasante (1974), deve se modificar a gestão por aquela dos cidadãos diretamente, pois “o que queremos é a emergência da sociedade. A sociedade deve recobrar papéis de protagonismo [...]”. Nesse sentido, ele sugere a realização de orçamentos econômicos, para que as iniciativas saiam do mundo das teorias para o da operatividade, sobretudo pelo cansaço provocado por tantos planos não cumpridos.

Entre os diversos recursos disponíveis para o desenvolvimento urbano se encontram, portanto, novas visões, métodos, formatos e projetos que incluem os cidadãos na vida pública, variando-se os graus de participação ensejada. No entanto, uma preocupação genuína é que a participação não seja paliativa, ou que governos permitam a participação atrelada a seus interesses próprios. Também não se deve super responsabilizar o terceiro setor, diminuindo a responsabilidade que cabe aos governos, que seguem com seu papel e deveres. A grande maioria ainda acredita que o estado deve seguir encarregando-se das demandas sociais

¹⁵² Villasante (1974) propunha o conceito de melhor-viver, alternativo ao de bem-estar, porque “bem” lhe parecia surgir na oposição bem-mal e “estar” lhe parecia passivo, sugerindo que a comunidade era dependente do estado.

básicas da população e conduzir os rumos do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que acolhendo uma participação verdadeiramente popular.

8.2.2 A participação das empresas

As empresas também vêm modificando suas áreas de atuação conforme as demandas do mercado. Muitas não sobreviveriam no longo prazo se centradas apenas em sua própria existência, seguindo com exploração de mão de obra e destruição ambiental; outras vêm trazendo uma atuação ética que busca antecipar-se a esses problemas, ganhando o título de empresas “cidadãs”, “responsáveis” e nomes similares. Segundo Dowbor (2001, s.p.), elas vêm passando do “simples marketing social, frequentemente com objetivos cosméticos, para uma atitude construtiva onde o setor privado pode ajudar a construir o interesse público [...] como uma alternativa de organização que pode, ao se articular com o Estado trazer respostas inovadoras.”

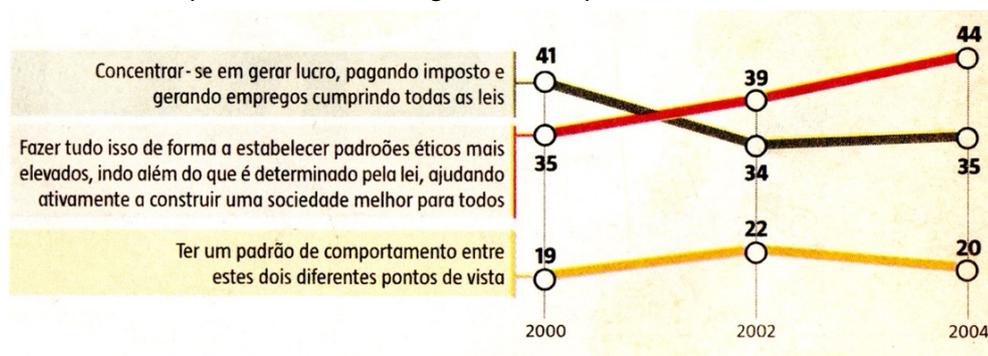
Logo, a responsabilidade social corporativa passa a ser um compromisso permanente na adoção de um comportamento ético e contribuição para o desenvolvimento econômico melhorando, simultaneamente, a qualidade de vida de seus funcionários, da comunidade e da sociedade. As forças do mercado sugerem que se preserve o meio ambiente e se invista no bem-estar dos funcionários, criando-se um ambiente saudável para eles, junto à uma imagem positiva para os clientes e consumidores, conforme observado por Almeida (*apud* (MELO NETO; FRÓES, 1999, p.88). Como descreveu o presidente da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, no final dos anos 1990, Antônio Polanscsyk, os investimentos nos seus empregados são base para o sucesso das empresas do grupo, “porque para gerar negócios, dar lucro e crescer a empresa depende que seus empregados cresçam junto com ela, tanto pessoal como profissionalmente.” (REVISTA BELGO MINEIRA, 1998, p.2).

Existem muitas pesquisas que apontam para o retorno positivo destes investimentos em questões sociais e culturais, agregando valor às empresas e criando um diferencial competitivo, pois os consumidores dão maior valor a essas empresas e priorizam seus produtos. Segundo uma pesquisa realizada em 2004 no Brasil, pelo Instituto Ethos e a empresa Indicador GFK (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2004), a percepção de que as empresas devem contribuir para a construção de uma sociedade tem se cristalizado entre os brasileiros, como apresentado em seguida, a partir de seus resultados.

Em 2004, 44% dos entrevistados acreditava que as empresas deveriam atuar mais do que propõem as leis brasileiras, para alcançar padrões éticos elevados e realizar de maneira plena seu papel na sociedade, mostrando um índice crescente de aprovação para aquelas empresas responsáveis, que subiu de 35%, em 2000 para 39%, em 2002. Além disso, o Informe apontou que 76% dos brasileiros era consciência que, por meio de suas atitudes de

consumo, podia interferir na gestão das empresas, e 72% demonstrou interesse em conhecer mais os meios que as empresas adotavam para serem socialmente responsáveis.

Gráfico 3: “Desde seu ponto de vista, as grandes empresas deveriam...”

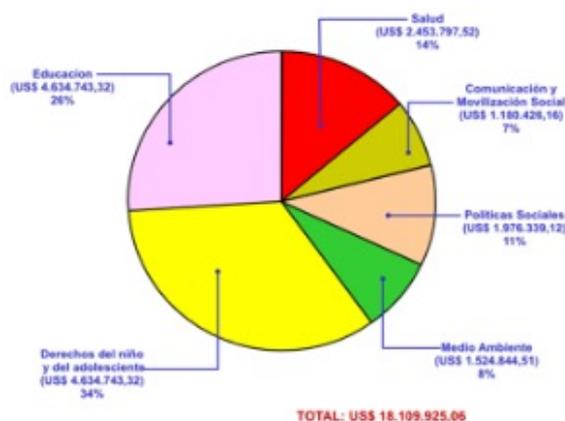


Fonte: Jornal Estado de Minas, 2004, p.10.

Outras conclusões dessa pesquisa foram que 70% dos entrevistados pensava que as empresas deveriam envolver-se diretamente na resolução dos problemas sociais e 54% acreditava que as grandes empresas desenvolviam um bom trabalho nesse sentido, enquanto 57% acreditavam que o governo deveria promulgar leis que obrigassem as empresas a irem mais além de seu papel tradicional. A prioridade dos investimentos, conforme os resultados, devia ser em saúde, com 25% da preferência e em educação, com cerca de 23% dos votos. Em 2002, a prioridade havia sido a luta contra a pobreza, com 34% da preferência dos entrevistados, ocupando o terceiro lugar em 2004. (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2004).

Em outra pesquisa realizada em 1998 pela Universidade John Hopkins, dos Estados Unidos, havia alguns campos de serviços comunitários que mais cresciam, com os seguintes índices de mão de obra empregada, educação, 29%, saúde, 20%, serviços sociais, 18%, cultura e lazer, 15%. (MELO NETO; FRÓES, 1999, p.20). Esse panorama se reflete em vários países, onde é frequente a participação empresarial em ações de responsabilidade social e desenvolvimento da cidadania. Em Brasil participam desse processo ONGs e fundações empresariais que promovem ações sociais, culturais e ambientais. Um documento publicado pela UNICEF no Brasil sugerira que os poderes locais exercessem sua responsabilidade social, sendo que a própria UNICEF vinha investindo primordialmente nas áreas “direitos das crianças”, 34%, seguido da “educação”, 26% e da “saúde”, 14%, como visto no gráfico a seguir.

Gráfico 4: Os investimentos da UNICEF no Brasil, 1998



Fonte: “UNICEF em ação”, maio de 1998 *apud* MELO NETO; FRÓES, 1999, p.21.

Outras possibilidades são os investimentos que as empresas realizam em arte ou no marketing cultural, se utilizando de incentivos fiscais e apoiando essa área. Entre 1994-2004 no Brasil sextuplicou o número de empresas investindo em cultura, na promoção da visibilidade da marca através de uma forma de comunicação alternativa, demonstrando sua postura social. José Eustáquio Souza¹⁵³, diretor cultural da Gerdau Açominas, uma grande importadora brasileira de aço, relatou que a empresa era, em 2004, a segunda investidora nacional em projetos culturais (a Petrobrás era a primeira), refletindo que

a Gerdau buscava fazer o melhor, com agilidade e qualidade e, para que isso ocorra, a empresa deve pensar em sua permanência. Para que se permaneça é necessário que o país permaneça, que haja educação para seus trabalhadores, que o país desenvolva sua identidade, pois a sociedade está junto da empresa e é através dos projetos de sustentabilidade que se pode obter uma sociedade de riqueza. (SOUZA, 2004).

Souza (2004) também defendeu que a cultura vem junto à educação, promovendo o aumento da cidadania e o acesso a novos conhecimentos, pois ambas são civilizadoras. A empresa praticava várias ações sociais, como a construção de um centro de educação ambiental desenvolvido há mais de dez anos, ofertando cursos sobre temas ambientais, visitas técnicas, capacitações, além de atividades de pesquisa (GERDAU..., 2004). Grande parte de seus empregados recebia formação educativa e participavam de atividades sociais e de lazer. Também eram realizados muitos patrocínios em exposições culturais, como o apoio à Universidade de Música Popular Bituca – apelido do artista Milton Nascimento – em Barbacena, coordenada pelo grupo Ponto de Partida, com repertório de música de compositores brasileiros que, muitas vezes, lecionavam em seus cursos.

¹⁵³ Apresentação de José Eustáquio Souza no Projeto Ototoi, em Belo Horizonte, na mesa redonda “Porque as empresas investem (ou deveriam investir) em cultura”, em 25 nov. 2004.

Figura 113: Sede da Bituca - Universidade de Música Popular Ponto de Partida, Barbacena



Fonte: GERDAU... 2004, p.10.

Os investimentos nas áreas socioculturais realizados pelas empresas geram, assim, vários benefícios diretos e indiretos para a população, o que se espera, continue incentivando novas empresas a compreenderem seu papel no entorno onde atuam, para estabelecerem um ciclo virtuoso, que podem se somar aos outros recursos apresentados em seguida, em favor da ampliação do desenvolvimento sustentável.

8.3 A revitalização de áreas urbanas

A revitalização das cidades, seja em seu centro ou em áreas periféricas, tem sido cada vez mais frequentes e vem ao encontro das demandas locais, sendo um recurso de melhoria de vida local. Entre as várias denominações dadas a este processo estão regeneração, revitalização, renovação, requalificação, ainda que haja diferenças entre elas. Independente dos termos utilizados, há uma necessidade permanente de que estas intervenções sejam realizadas por grupos multidisciplinares, pois eles aportam uma abrangência de saberes para lidar com problemas e soluções também amplos. Considerando que o *locus* destas ações é a cidade ou uma parcela da mesma, isto implica realidades complexas, com inúmeras características interconectadas e em constante atualização, como já observado.

Estes processos de melhorias devem ocorrer de acordo com esta perspectiva “dilatada” e demandam enorme flexibilidade, pois o ritmo das transformações é muito mais rápido do que o ritmo das ações “corretivas” urbanas. O que motiva as estratégias de intervenção são problemas como a degradação do edificado, seja ele habitacional ou comercial, dificuldades de circulação automóvel e de estacionamento, decréscimo de população na área e/ou seu envelhecimento e a falta de recursos econômicos, desertificação pós laboral e a crescente terceirização - fenômenos muito comuns nas grandes cidades e em seus centros históricos.

Entre os objetivos centrais destas ações estão a requalificação física dos espaços públicos e/ou dos edifícios, ampliando-se a capacidade comercial e habitacional da área, a preservação do patrimônio cultural e ambiental, a recuperação da sua centralidade e o desenvolvimento da identidade local, buscando que a zona se torne dinâmica e atrativa.

Distingue-se, primeiramente, as diferentes designações utilizadas nestes casos. A renovação, de acordo com Maricato, é

[...] uma ação cirúrgica destinada a substituir edificações envelhecidas, desvalorizadas, que apresentam problemas de manutenção, por edifícios novos e maiores. A renovação acontece frequentemente com a demolição e o remembramento de parcelas nos terrenos existentes, acompanhada de uma intensa ocupação do solo (MARICATO, 2002, p.125).

Isto pressupõe mudanças como a instalação de novos serviços na área central - como grandes centros comerciais, redes de comércio e sedes de grandes corporações. Além do edificado, podem ocorrer renovações nas áreas públicas. Lerner ilustra que a partir dos anos 1970, as reciclagens começaram em todo o mundo, com grandes projetos em espaços públicos, tais como nas estações de trem de Londres, onde edifícios ociosos frequentemente foram transformados em importantes equipamentos culturais (LERNER, 2003). Todavia, estas intervenções habitualmente “expulsam” os pequenos negócios e a própria população, especialmente devido à conseqüente valorização imobiliária local, resultando na “gentrificação urbana”.

O termo “gentrificação” foi utilizado primeiramente por Ruth Glass, em 1964, para designar a mobilidade residencial de habitantes locais de classe média para áreas mais populares de Londres (ZUKIN, 1987 *apud* Mendes, 2008). Nas décadas de 1970 e 1980 o termo passou a definir o novo processo de recomposição social verificado no espaço urbano, conectado à ações de renovação em habitações centrais, a partir de inversões estatais e/ou privadas. Neste caso, acompanhando as melhorias ocorre o processo de “emburguesamento” de alguns bairros - aumento de uma conotação residencial burguesa - ou mesmo a transformação de bairros antes conotados de outras maneiras (MENDES, 2008).

Esta tendência reflete uma nova organização espacial e reforça uma estrutura fragmentada, típica da cidade pós moderna, como explica Mendes (2008), pois se encontra associada à recomposição do sistema produtivo, cuja evolução se pauta por uma crescente terceirização e pela emergência de um novo modelo de acumulação capitalista mais flexível, que reconhece na reinversão do centro histórico – em capital imobiliário e em sua circulação – uma mais valia, ainda que haja perdas expressivas para alguns grupos de habitantes. A gentrificação frequentemente é o problema mais grave nesses processos, pois a população se muda devido ao encarecimento do preço do solo e das habitações e aumento do custo de vida na região, “forçando-lhes” a se mudar para as periferias. Este fato acarreta novos problemas para os habitantes, como acessibilidade reduzida, baixa qualidade construtiva, afastamento de suas referências cotidianas, com ruptura de suas redes sociais, que possuem o papel fundamental de oferecer-lhes apoio, segurança e bem-estar emocional.

Por outro lado, os conceitos reabilitação, requalificação ou regeneração têm sido utilizados como sinônimos e representam uma ação que busca preservar ao máximo o ambiente construído - as pequenas propriedades, edificações antigas e, conseqüentemente, os usos do espaço e a manutenção da população residente, incrementando zonas degradadas para aumento de seu bem estar e segurança. Como descrito na Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011/2024, a reabilitação é “um componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos, de uma habitação condigna”. (LISBOA..., 2011, p.7).

Maricato (2002) complementa que, neste caso, a reforma deseja preservar as características do ambiente herdado e sua história, realizando-se intervenções “mínimas” que garantam o conforto ambiental e a acessibilidade, sem perder sua personalidade espacial. A participação social e a solidariedade sobressaem diante dos valores de mercado. Os principais beneficiários são os habitantes e os profissionais conectados à história e memória urbanas, pois valorizam e compreendem os valores dos lugares, construídos ao longo do tempo.

Ainda assim, na maioria dos casos de reabilitação há a necessidade de novas construções, porque parte dos edifícios se encontra em estado de degradação avançado resultando, todavia, em uma escala de substituição edificada bem menor do nos processos de renovação. Parte da população residente na área também pode se mudar, devido ao inevitável aumento do preço dos imóveis beneficiados, tornando a venda destes bens uma opção financeiramente atrativa. Outras conseqüências constatadas são a perda do pequeno comércio, que dificilmente sustenta condições de competir com as grandes redes e investimentos que representam o capital intensivo, como comenta Maricato (2002), ou se vão devido à elevação dos preços praticados nestes espaços, inviabilizando o custeio das despesas.

Para evitar essas perdas, Maricato (2002) sugere que nestes processos se deve defender o pequeno negócio como estratégia para a manutenção de empregos e proteção das características do patrimônio construído; e promover o uso residencial no centro, contra a ociosidade e seu abandono em algumas horas do dia, o que representa o melhor “trampolim de recuperação” das áreas centrais, através de programas de habitação.

Logo, entre os dois tipos básicos de intervenção – renovação e requalificação - existem fundamentalmente interesses centrais distintos, algumas vezes opostos, que regem as estratégias adotadas. A diferença de interesses/estratégias foi visível na experiência de Jacobs (2000) que, na década de 1950 vivia em Nova York e conseguiu, a partir de uma série

de ações, mobilizar a comunidade e lutar contra um plano de renovação que previa a construção de uma supervia cruzando o seu bairro, incluindo a demolição de uma série de edifícios e a destruição de seu tecido social. Sua campanha foi bem sucedida e propôs alternativas ao planejamento, caracterizando uma requalificação respeitosa às condições de vida e aos valores locais (LORES, 2016). No entanto, apesar de há tantas décadas, em 1960 Jacobs (2000) haver defendido a apreensão dos significados presentes nos contextos e o incentivo às relações funcionais entre os habitantes, as renovações amiúde refletem o protagonismo do capital e dos proprietários imobiliários privados, e forças externas à comunidade “decidem” seu futuro, dinamizando o mercado, o que promove o contrário de sua aspiração: diminui as relações locais, aumenta a solidão urbana e promove gentrificação.

Um dos exemplos bem sucedidos de reabilitação foi o primeiro programa público de Reabilitação Urbana de Lisboa, de 1985, criado pela Secretaria Estadual de Habitação (ESTRATÉGIA..., 2011). Seu centro urbano era uma área com elevada densidade populacional, apesar de possuir grande quantidades de moradias vagas. A requalificação realizada nos anos 1990 voltou-se principalmente para este centro e seguiu três objetivos: promover a diversidade, valorizar a identidade de Lisboa e valorizar suas atividades econômicas.

Este processo tornou-se o principal objetivo municipal e assumiu uma importância estratégica para o desenvolvimento. Inicialmente os gestores revisaram o Plano Diretor Municipal, em busca de maior flexibilidade. Em termos de habitação, um problema local grave sob diferentes aspectos (baixa qualidade, edifícios muito degradados e escassez, preços elevados), foram promovidos seis concursos internacionais para a reabilitação, criando-se novas áreas de moradia. Foram instituídos também os Gabinetes Locais que, por serem instalados nos bairros, criaram uma dinâmica de intervenção próxima à população, que pôde participar das discussões. Estes Gabinetes acompanharam moradores e proprietários, realizaram intervenções dispersas em bairros históricos e reabilitaram praças centrais, adquirindo edifícios para sua reabilitação. Paralelamente, ocorreram muitas obras e a instauração de programas como isenções fiscais para a aquisição de moradias - voltadas para a população de baixa renda - a recuperação de fachadas, além de ações complementares como a geração de trabalho e a valorização cultural.

Figura 114: Centro de Lisboa



Fonte: www.portugalurlaub.net

Entre 2002-2007 a dinâmica escolhida foi a concretização de grandes intervenções concentradas em eixos urbanos pré-definidos, além de intimações sistemáticas aos proprietários de prédios degradados e a realização de obras coercitivas (LISBOA..., 2011). Alguns dos programas desenvolvidos neste período não foram bem sucedidos devido à operações economicamente inviáveis. A partir de 2008, a escassez de recursos financeiros suscitou uma mudança na estratégia considerando-se, entre outros fatores, o decréscimo populacional ocorrido em Lisboa e a necessidade de regenerar a cidade existente e qualificar a cidade consolidada, visto que ela se encontrava em elevado estado de degradação e os esforços anteriores não conseguiram acompanhar às demandas contínuas.

Em 2011, a Estratégia de Reabilitação para Lisboa era uma prioridade de intervenção da Câmara Municipal, plasmada no Plano Diretor Municipal, no Plano Plurianual de Investimento e no Programa Local de Habitação (PHL), construída com base no levantamento efetuado sobre estado de conservação do edificado, do espaço público e em uma estimativa dos investimentos disponíveis para este fim, articulando-se com todas as outras políticas municipais. Os princípios básicos da Estratégia foram definidos após um diagnóstico prévio, quais sejam: reabilitar a cidade, aumentar a coesão social, rejuvenescer o centro, atrair novas famílias, fixar empresas e emprego na área – similar a proposta do primeiro Plano; reocupar e reutilizar o edificado existente, compactar a cidade consolidada, aumentando a qualidade ambiental e a eficiência energética; dar prioridade a conservação periódica do edificado; reabilitar o edifício degradado atendendo ao risco sísmico e de incêndio; manter a memória da cidade, restaurar o património histórico, arquitetónico e paisagístico de Lisboa; manter recuperar, valorizar e requalificar os equipamentos coletivos e o espaço público; regenerar ou requalificar os Bairros de Intervenção Prioritária e Zonas de Intervenção Prioritária (LISBOA..., 2011).

A partir desses princípios, observou-se que o novo Plano de Lisboa se baseava em uma visão mais sistêmica do processo de reabilitação local, expandindo a perspectiva voltada para

transformações urbanísticas e espaciais, incluindo questões econômicas, ambientais, sociais e de mobilidade ao defender, dentre outros, a criação e/ou recuperação de espaços públicos e a manutenção da coesão social, objetivando regenerar a cidade sob uma “perspectiva integrada”. (LISBOA..., 2011, p.41). Nos últimos anos, algumas destas ações foram realizadas e se aprovaram novos instrumentos de gestão territorial e financiamento, com iniciativas legislativas correlatas e a reorganização de serviços municipais.

Outro exemplo é o Programa de Reabilitação do centro de São Paulo, que desde 1960 vinha perdendo população e atividades econômicas. Ressalta-se que, apesar da megalópole ser responsável pela produção de aproximadamente um terço do PIB brasileiro e ter a mesma fração do total de empresas do país, as estatísticas revelavam uma população muito pobre e sem serviços básicos adequados. Dessa forma, desde a década de 1980 vinham sendo elaborados diferentes programas para solucionar seus problemas, destacando a importância vital do centro, por onde circulavam cerca de dois milhões de pessoas/dia, resultando na formação do Programa de Requalificação Urbana e Funcional da Área Central, Procentro, objetivando reverter sua degradação funcional, ambiental e paisagística. (NOBRE, 2008)

Logo, entre 2001-2004 foi lançado um grande debate sobre o centro urbano e o Procentro lançou o Plano Reconstruir o Centro, para revitalizar vários de seus distritos, observando-se as questões de habitação, emprego, cultura, lazer e educação, contemplando também sua diversidade social e funcional. Em 2003, segundo a arquiteta e urbanista Nadia Somekh¹⁵⁴, Presidente da Empresa Municipal de Urbanização naquele momento, responsável pelo Plano Reconstruir, lançou o Programa de Reabilitação da Área Central, baseado em cinco linhas de ação: reversão da desvalorização imobiliária e recuperação de sua função residencial, através do Programa Morar no Centro, no qual constaram um Programa de Arrendamento Residencial, a reurbanização da favela do Gato e a instituição de algumas Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS, no Plano Diretor Municipal; transformação do perfil socioeconômico local, incentivando o uso do centro pelas classes média e alta, incluindo isenção fiscal para a atração de novos negócios, atenção a grupos vulneráveis de habitantes da região, controle e fiscalização do trabalho informal e requalificação de ruas comerciais; recuperação do ambiente urbano, incluindo a requalificação de espaços públicos como o Parque Dom Pedro I, o Largo do Arouche, edifícios e outros patrimônios históricos; melhoria na circulação, através de uma reorganização do transporte público, em especial dos coletivos. Foram construídos novos ônibus, estacionamentos subterrâneos e melhoraram-se as calçadas para os pedestres; fortalecimento institucional, contando com um projeto de mobilização da sociedade civil para valorizar-se os funcionários desta área, estabelecimento de novas parcerias com a

¹⁵⁴ Apresentação de Nadia Somekh na URBIS 2004, em São Paulo, sob o título “Revitalização do Centro de São Paulo”, em 17 jun. 2004.

iniciativa privada, incentivando a reabilitação e mudança de várias Secretarias Estaduais para edifícios vagos da região.

Estavam envolvidos neste Programa seis entidades da sociedade civil que acompanharam e avaliaram o impacto das mudanças, resgatando a afetividade, a memória e o valor histórico e social do centro, conforme relatou Somekh (2004). Em 2005, a nova administração pública modificou a estratégia, focalizando apenas no entorno da Estação da Luz. Foi elaborado então um Programa de Incentivos Seletivos para investidores interessados na região, englobando a elaboração de projetos, aquisição de terrenos, melhoria de instalações incorporáveis ou inerentes aos imóveis, concedendo-lhes também benefícios fiscais (NOBRE, 2008).

De maneira similar aos exemplos de São Paulo, Lisboa e Barcelona têm sido frequentes regenerações de frentes marítimos, ou frentes de água, os *waterfronts*, em cidades como Buenos Aires, Sydney, Londres, entre outras, enfatizando o valor do rio ou do mar em suas particularidades excepcionais, passando a ter a sua importância vital reconhecida. Um projeto emblemático foi a recuperação da zona portuária londrina, os “*docklands*”, que a transformou em local nobre da cidade. Grandes operações renovaram edifícios residenciais, aumentando sobremaneira o valor do solo, foram efetivadas reformas no comércio e nos armazéns portuários, incluindo a instalação de equipamentos culturais notáveis, lojas e restaurantes, que multiplicaram o movimento de pessoas e destacaram a visão privilegiada do rio Tâmsa.

Figura 115: Foto da região de *Canary Wharf*, em Londres



Fonte: www.arquiva.com.uk

Constata-se que em todos os casos apresentados os desafios são enormes, como o fato das mudanças urbanas ininterruptas estarem ocorrendo em um ritmo maior do que o tempo das intervenções corretivas ou construtivas, ampliando-se a lacuna entre o que está sendo feito e o que precisa ser feito. Observa-se ainda que, acima de tudo, seja em projetos de renovação, de requalificação urbana ou mistos, ainda que hajam interesses múltiplos e frequentemente conflitantes, é condição essencial que a população afetada participe ativamente do processo, o que ainda não se tornou uma prática corrente. No entanto, mudanças são necessárias. Em

processos de renovação e requalificação as mudanças são inerentes, e observam-se perdas e ganhos. Os ganhos já descritos são a melhoria da qualidade construtiva, das áreas comerciais e dos espaços públicos, aumento do valor do solo, novas áreas verdes e equipamentos sociais, obras viárias, melhoria na acessibilidade, entre outros. Por outro lado, surgem também os fenômenos da gentrificação, aumento dos preços locais, exclusão do pequeno comércio, demolição inadequada de construções e, considerando os processos simbólicos espaciais de apropriação e constituição da identidade social urbana, possíveis rupturas nas redes sociais, perda de referenciais significativos e desestabilização das identidades conectadas ao lugar.

Neste sentido, mudanças sem um planejamento cuidadoso podem ser desastrosas, pois desconheciam as demandas dos envolvidos e ignorariam que a constituição das redes sociais e a apropriação espacial requerem tempo e investimentos humanos de grande porte: “As pessoas investem muitos anos em relações significativas com outras pessoas únicas e são, no mínimo, insubstituíveis.... Se as relações que levaram anos para se desenvolverem forem rompidas de repente, pode ocorrer todo tipo de dano nos bairros – um dano, uma instabilidade e uma impotência tal que às vezes parece que o tempo nunca mais irá recuperar seu ritmo”. (JACOBS, 2000, p.149).

Porém, a cultura pública ainda é muito mais curativa do que preventiva. Desconsidera uma série de cuidados prévios que aparentam ser mais onerosos do que a resolução posterior dos problemas, que as vezes se tornam insolúveis. O “preço” que se paga em ignorar as questões simbólicas espaciais é elevado, podendo gerar resistências às mudanças, abandono e degradação espacial, destruição ambiental e, inclusive, problemas pessoais. Ao contrário, maiores graus de participação cidadã nas renovações ou requalificações ampliam o alinhamento das demandas com suas soluções e possibilitam a identificação do indivíduo/grupo com o “novo” lugar, para que ele seja “re-apropriado” e propicie significados positivos para o seu cotidiano.

Assim, as intervenções devem ser democráticas, promovendo “à cidade para todos”, como defende Maricato (2002). É preciso escutar os indivíduos e manter, na medida do possível, suas referências de lugar e práticas sociais; aceitar os movimentos intensos do mundo contemporâneo, através da constituição de formas que possuam sentido; valorizar suas histórias, tradições e valores simbólicos existentes; dar condições de vida dignas, buscando-se a “reconciliação” contínua entre as mudanças intrínsecas aos processos de requalificação. Desde uma perspectiva ampla, o planejamento urbano deve ser permanente, inclusivo e definir objetivos claros e indicadores de sustentabilidade socioeconômicos, ambientais e culturais que acompanhem estas requalificações.

8.4 Novas centralidades, arte e espaço público

“Sentimos a importância de viver em um universo poeticamente habitável e, portanto, reencantado, buscando a magia da arte em um mundo de razões enlouquecidas”

Hamilton Faria; Pedro Garcia, 2002, p.6.

A noção de novas centralidades tem sido utilizada como um recurso aplicado em cidades de médio e grande porte, e pretende reforçar a estrutura tradicional de um bairro – as vezes incluindo suas áreas de interseção - através de um processo de revitalização. Isso reflete a ideia dos policentros, em que um bairro é desenvolvido em vários aspectos, regenerando e constituindo pontos referenciais e a articulação de uma região com outras regiões, junto a mudanças nos sistemas sociais, como descreve Busquets (1992). Se busca, assim, modificar o entorno, as vezes de baixa qualidade, criando-se espaços pluridimensionais e com diversidade de usos, como espaços de convivência, parques e jardins qualificados e atrativos para os usuários. Essas áreas são chamadas de novas centralidades, “pois cobrem a demanda potencial de usos centrais e serviços nos bairros tradicionais na coroa suburbana”, centralizando os núcleos periféricos para solucionar ou incrementar a urbanização desses espaços físicos, tornando-os atraentes (BUSQUETS, 1992, p.394).

Essas centralidades se tornam eixos aglutinadores da cidade, irradiando sua influência e se convertendo em espaços adequados para a formação de novos centros financeiros e de serviços. Como consequência, espera-se aumento da qualidade de vida de seus habitantes e diminuição das assimetrias centro-periferia. Esse foi um recurso utilizado frequentemente em Barcelona (discutido no apêndice E), onde algumas áreas se converteram em palco para inversões maciças, a partir do estudo de suas potencialidades. Em São Paulo também foram criadas novas centralidades geográficas e produtivas, como descrito por Márcio Pochman (2004), Secretário de Desenvolvimento da Prefeitura, criando-se áreas aglutinadoras na periferia. A Prefeitura priorizou melhorias na educação e na saúde, somadas a programas sociais e estradas de conexão entre estes centros expandidos¹⁵⁵. Conforme Pochman (2004), isso significou um modo de enfrentamento da exclusão social, incluindo a geração de empregos: a constituição de centralidades gerou sete entre os dez postos de trabalho formal da cidade entre dezembro de 2001 a fevereiro de 2004, a maioria em serviços, logística e atividades de pequeno porte, associadas tanto ao mercado interno como externo.

No entanto, as áreas de novas centralidades são concebidas não apenas desde os ganhos econômicos proporcionados, mas podem tornar-se referência no imaginário popular a partir de mudanças na imagem espacial e maior aglutinação social, benefícios que justificam uma inversão considerável no espaço público [...] (SUBIRÓS, 1987).

¹⁵⁵ Márcio Pochman apresentou seu trabalho na URBIS 2004, São Paulo, sob o título “Geração de Emprego e Renda, Participação Cidadã e Desenvolvimento no Mercosul e no Chile”, em 17 jul. 2004.

Além disso, a intenção em tornar mais bela uma cidade é uma constante na história: a capacidade de proporcionar-lhe uma imagem sintética e bela é fundamental e pode construir ampliando um determinado aspecto ou fazendo eternas características de algum período histórico; sua notoriedade se baseia também em sua capacidade de gerar acontecimentos (AMÉNDOLA, 2000). Recentemente, pois, o mundo sofre uma “culturalização”, onde a imagem é supervalorizada em todos os domínios da vida, a partir do predomínio visual. As metrópoles mundiais incrementam seu patrimônio cultural-artístico¹⁵⁶ como um dos pilares do desenvolvimento - com investimentos na preservação de seu patrimônio edificado, em espaços públicos, costumes, arte e artesanato - como fator de inovação para o crescimento econômico e mesmo para a qualidade de vida dos habitantes, suscitando reflexões e conectando-se com questões econômicas, sociais, políticas, ambientais e educacionais.

A arte é social em primeira instância: a obra de arte pode preencher certas necessidades sociais, posicionada como se estivesse acima dos conflitos, sugere Deutsche, entendendo que o espaço de referência da arte é considerado um “involucro” e o social é um “pano de fundo”, para o qual a obra se dirige indiretamente. (DEUTSCHE, 1996). Para a artista Fayga Ostrower, todas as formas de arte incorporam conteúdos existenciais que se referem

[...] à experiência do viver, a visões de mundo, a estados do ser, a desejos, aspirações e sentimentos, e aos valores espirituais da vida. Enfim, são conteúdos gerais da própria consciência humana. Atravessando séculos, sociedades e culturas, tais conteúdos continuam válidos e atuais para cada um de nós. Por isso, a arte tem esse estranho poder de nos comover tão profundamente. Ela fala a nós, sobre nós, sobre o nosso mais íntimo ser (OSTROWER, 2002, p.11).

É nesse sentido que a arte pública pode paliar o impacto das constantes agressões aos artefatos urbanos nos espaços públicos “e atuar aí como contraponto a essa realidade, ajustando-se à sua capacidade criativa e transformadora” (ROY; ROY, 1995, p.125). Ela pode se equiparar a um trabalho “social”, envolvendo em seus propósitos estéticos o trato com significados sociais que lhes rodeiam, devido aos seus modos de tematização cultural e político, conectados ao contexto.

Um dos investimentos culturais frequentes se pratica nos espaços públicos, polivalentes, que estão no cerne da discussão atual. O protagonismo da dimensão física de um projeto se recupera, em parte devido à ênfase que o espaço público recebe como um lugar privilegiado nas cidades modernas (BUSQUETS, 1999), onde novos espaços são necessários e antigos

¹⁵⁶ Integra esse processo a conservação do patrimônio histórico, um grande desafio expresso em vários documentos internacionais, como a Carta de Amsterdã, de 1975, que naquela ocasião já conclamava a responsabilidade dos poderes locais e solicitava a participação cidadã. Esta concebeu o princípio da conservação integrada, ampliando o campo da restauração para áreas urbanas e territórios, a partir da utilização dos recursos disponíveis, para a valorização histórica de seus bens simbólicos.

reabilitados. Ali se desenvolvem atividades sociais como encontro, lazer, festas ou mercados; lugar de socialização por excelência, onde se pode encontrar a diversidade humana.

Por outro lado, cada pessoa “experencia” o espaço conforme as potencialidades que se apresentam para ela e segundo sua representação do mundo. A existência de espaços públicos nos bairros, de locais para descanso e lazer, obras de arte, espaços verdes, afetam a vida cotidiana, porque os usos ofertados se tornam parte de práticas e valores individuais e coletivos. Portanto, “as atuações no espaço público devem harmonizar sua essência estética com componentes funcionais de utilidade e uso, elementos que convergem forçosamente nesse espaço” (ROY; ROY, 1995, p.126). Subirós (1989) também ressaltou que tão importante como a qualidade estética de novos espaços e monumentos é a funcionalidade cidadã, através de sua capacidade como espaço de encontro, festa ou passeio, e entende que um dos grandes problemas da cidade moderna – a manutenção ou o agravamento das desigualdades sociais – pode ser minimizado com a presença de espaços de qualidade.

Figura 116: Feria popular em Taiobeiras, Minas Gerais e espaço público em Toronto, Canadá



Fonte: Compilação do autor, 2006¹⁵⁷.

Em Barcelona (ver apêndice E), cidade que vem transformando seus espaços públicos nas últimas décadas, Bohigas (1986) destacou que a criação e atribuição de significados ao espaço livre são dois fatores decisivos na reconstrução de um bairro antigo, cujos valores culturais e sociais devem ser conservados. A cultura é, assim, uma das “pontas de lança” de seu plano de desenvolvimento, baseando-se no “esponjamento do centro e higienização do bairro, uma maior aglutinação social do setor afetado diante dos processos de significação e monumentalização, e a generalização de transformações sucessivas, a partir do foco constituído pelo novo espaço livre (BOHIGAS, 1986, p. 40). Subirós (1989, p.17) complementa que “uma cidade se apoia na existência ou não de uns espaços públicos de alto valor simbólico, que ao constituir pontos centrais de referência na vida e na história da comunidade, delineiam o perfil e a atmosfera da cidade”, criando características que possam identificá-la.

¹⁵⁷ Foto da autora, 2006 e www.spacing.ca.

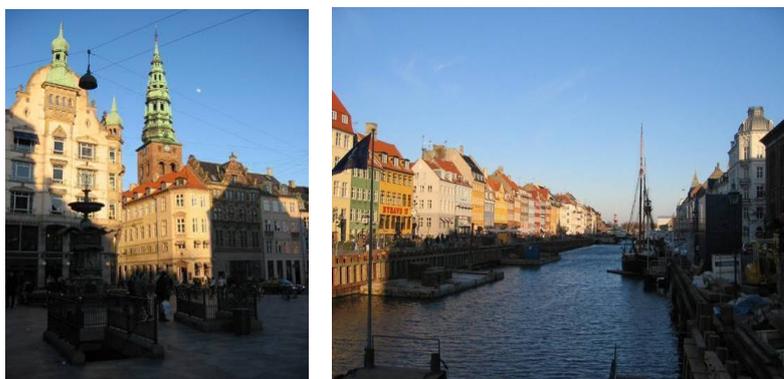
Figura 117: *Puerto Viejo* em Barcelona



Fonte: Foto da autora, 2003.

Lerner (2003) ressaltou que uma boa acupuntura urbana é trazer as pessoas para as ruas e, principalmente, fazer com que cada função catalise o encontro: quanto mais se entende a cidade como integração de funções, melhor, mais vida ela terá, disse: o desenho do espaço público é importante nesse sentido, como a *Plaza del Sol*, em Barcelona, *La Gammel torv*, em Copenhague, a *Tsuluba Centre Square*, em Japão - ótimos exemplos de como criar bons espaços públicos, receptivos aos encontros, e gerar uma transformação positiva na cidade.

Figura 118: O *Gammel torv*, no centro urbano e o rio, em Copenhague



Fonte: Fotos¹⁵⁸.

Frequentemente complementam essas intervenções nos espaços públicos as práticas artísticas, a arte urbana, como resumiu Pallamin

[...] em meio aos espaços públicos as práticas artísticas são apresentação e representação dos imaginários sociais. Evocam e produzem memória podendo, potencialmente, ser um caminho contrário ao aniquilamento de referências individuais e coletivas, a expropriação de sentido, a amnesia cidadina promovida por um presente produtivista. É nesses termos que, influenciando a qualificação de espaços públicos, a arte urbana pode ser também um agente de memória política (PALLAMIN, 2000, p.57).

Nessa mesma linha de raciocínio, Bohigas (1986, p.103) defendeu que um monumento “dá significado permanente a uma unidade urbana, desde a escultura que preside e aglutina até a arquitetura que adota um caráter representativo e, de maneira especial, aquele espaço

¹⁵⁸ www.ac-versailles.fr.

público se carrega de significados”¹⁵⁹. Devido ao seu caráter de permanência, explica o autor (BOHIGAS, 1986), a identidade visualizada se converte no fator fundamental do monumento, superando inclusive a função de recordação do personagem ou do fato histórico que se deseja rememorar. De fato, existem esculturas públicas que se tornam emblemáticas, integrando o simbolismo espacial e o imaginário popular, pois

[...] a escultura atua como elemento de sinalização do espaço e começa a formar parte da identidade do lugar. Dessa maneira, o elemento escultórico se assenta na porosidade da trama urbana e faz sentido como elemento identificador do espaço (ROY; ROY, 1995, p.130).

Assim, a arte está em relação contínua com as pessoas e com o entorno, evocando a constituição de relações simbólicas e de identificação: os habitantes se adaptam a arte pública, possibilitando que novos laços espaciais sejam estabelecidos, porque “a arte pública entra em contato com a vida cotidiana da cidade criando vínculos de reciprocidade [...] e incide na vida do cidadão e no microcosmo urbano, como espaço de representação e caixa de ressonância” (ROY; ROY, 1995, p.127). Remesar (1995, p.8) sugeriu também que a arte no espaço público pode se encaixar nos princípios de Milizzia, referentes aos monumentos: os objetos de arte devem ser significativos e expressivos, possuir uma estrutura simples e transmitir uma interpretação clara e concisa, para que possam produzir o efeito público esperado. Para Pallamin

[...] sob o ponto de vista processual, a relação entre arte pública e espaço urbano não é de justaposição nem de inserção nesse, de ‘objetos ilustrativos’ de valores culturais [...] Antes, sua inscrição aí se dá no transcórrer das transformações do urbano, alterando sua amplitude qualitativamente [...] Além disso, como espaço de representações, a obra de arte é também agente na produção do espaço e pode se alinhar com interesses destacadamente distintos na produção da cidade (PALLAMIN, 2000, p.17).

¹⁵⁹ Intervenções artísticas públicas podem exercer o papel de porta voz de determinada gestão para expressar seus valores. Em Barcelona, a escultura *Via Júlia* é um dos casos bem sucedidos de monumentalização da periferia, para efeito de requalificação urbana. A edificação do setor ocorreu primeiro. Se urbanizou paralelamente a Plaza Luc Major e outras avenidas do entorno. Ali, onde ocorria uma separação entre bairros, o governo investiu no aumento da acessibilidade com a construção do metrô, melhorando as condições de vida dos habitantes. Construiu-se uma *Rambra*, que significou a reativação socioeconômica do lugar. A área remodelada está simbolizada por essa escultura, que representa renovação.

Figura 119: *Forma y Espacio*, de Eudald Serra, 1992, e *Julia, (Homenaje a los inmigrantes)*, Sergi Aguilar, 1986, em Vía Julia, Barcelona



Fonte: Fotos da autora, 2002.

Nessa direção, Deutsche (1996) destaca quatro tendências nos discursos sobre arte/cidade: a cidade como conteúdo para a arte; a arte pública “na” cidade; a cidade como obra de arte; o ambiente urbano como influência que é exercida sobre a experiência sensível de artistas, expressa nos trabalhos artísticos.

Por outro lado, o significado das obras de arte urbana e sua consolidação no espaço inclui contradições e conflitos, pois carrega as relações de força exercidas entre os grupos, entre os grupos e os espaços, nas diferentes interpretações do cotidiano que envolvem a memória, a história e os valores patrimoniais associativos. Outra questão relevante é que a arte se torna em alguns casos uma senha prestigiosa, um instrumento econômico dos gestores, e a apropriação do espaço se legitima pelo *upgrading cultural* nas cidades revitalizadas. A estética é acentuada como um valor na obtenção de singularidades, como uma via privilegiada na “produção de distinção” entre as cidades (PALLAMIN, 2000). Como exemplo, a autora aponta os museus de vanguarda que se proliferam, como o MACBA, projeto de Richard Meyer, em Barcelona e o Moma, em São Francisco, de Mario Botta – ambos favorecendo a cidade para os turistas e a gentrificação local dos moradores. Logo, o artista Bené Fonteles (2002, p.19-20) acusa que o mercado capitalista reduz a arte a uma “fútil banalidade”, e diz que “o sistema cultural gerado pela indústria do entretenimento encara aos artistas como brinquedos marginais, que devem ser usados através da mídia no momento oportuno”. Sevcenko (2001, p.80) também destaca que a cultura estava sendo redefinida “por um processo de comercialização, transformada num campo de investimentos, especulação e consumo como qualquer outro”.

De forma ampla, os projetos de megacentros e grandes museus não são destinados à população local, mas aos turistas, transformando a cultura em uma mercadoria, segundo Sevcenko

[...] é a reciclagem das cidades, esvaziadas de sua vida local e reduzidas a estereótipos destinados ao consumo de multidões turísticas cosmopolitas, atraídas pelo marketing do refinado ou do exótico e confiantes na legitimidade que a posse de moedas fortes atribui a juízos culturais, a sua ansiedade por lazer e a seu poder de compra (SEVCENKO, 2001, p.128).

Figura 120: Edifícios mantidos ao redor do Museu de Arte Contemporânea de Barcelona (MACBA), no *Raval*, centro urbano



Fonte: Fotos da autora, 2010 e panorâmica de André Paoliello, 2010.

Remesar (1995, p.6) complementa que o uso da cultura com o objetivo de incrementar a atividade econômica “pode ser [...] uma arma perigosa. Usar instalações culturais para promover o turismo e atrair negócios, em geral, significa estar promovendo exatamente o mesmo tipo de cultura prestigiosa para a classe alta que a arte subsidiada promove atualmente”. Conseqüentemente, se faz necessário cuidar para que a hegemonia das classes dominantes não seja sustentada através de um acesso privilegiado e excludente à arte e a determinados espaços urbanos, mantendo desigualdades e reduzindo a qualidade de vida dos menos favorecidos, visto que esses investimentos são frequentemente realizados com o próprio recurso público.

No entanto, se utilizada de maneira respeitosa com o contexto, a arte pública pode ser um instrumento de revitalização valioso, ultrapassando sua própria valia como arte e criando uma situação simbólica capital, impulsionando mudanças para os habitantes e seu entorno.

8.5 O marketing urbano

Nas últimas décadas o marketing urbano, ou marketing territorial, tornou-se central em processos de desenvolvimento e, apesar de sua importância prévia, tem sido considerado um diferencial para enfrentar os desafios das cidades. Segundo Mendes (2008), em um contexto de fortíssima competição entre cidades e regiões, o investimento na imagem da cidade ganha contornos decisivos como vantagem comparativa. A imposição de cenários na competição global entre os lugares e territórios não apenas levando as cidades a adotar estilos

empresariais de governança, como também tem incrementado a pressão para a mediatização das políticas urbanas.

Nesse caso, se supervaloriza a cidade como uma *commodity* – ideia apontada por Arantes, Sevckenko e Vainer - como se fosse um objeto à venda, não exatamente para se efetivar uma venda real, ainda que uma venda simbólica, onde a cidade deve preparar seu espaço conforme as demandas mercadológicas, os protocolos de “boa qualidade” urbana e com grande participação de elementos atrativos, potencializando seus atributos. Isso resulta nas questões já apresentadas da reabilitação do espaço, arte pública e investimentos no turismo, esperando criar-se uma imagem positiva da cidade, cobrindo o planejamento, a gestão e o controle de suas relações de intercâmbio com o mercado.

Baseado nessa perspectiva surgem críticas, pois como observa Arantes (2000), a cidade deve se tornar impecável em sua aparência, através do que a autora chamou de cidade-empresa-cultural, uma tríade perversa que coloca a cidade como uma mercadoria rentável para grandes empreendedores. A cidade-empresa possui duas possibilidades: ser objeto ou ser ator nesse processo, buscando se adaptar ao mercado ou à demanda exterior, representada pelos senhores do dinheiro e do poder (VAINER, 2000), transformando-se em marca com valor *em si* e é, inequivocamente, uma cidade espetáculo. Para tal, o discurso criado é tão coerente que vende a si mesmo, ou seja, primeiro de “manufatura” o discurso da cidade como o lugar pátrio de seus habitantes, sem diferenças internas ou partidárias, apontado para as discordâncias com possíveis atos antipatrióticos, sugere Arantes (2000), que vê o processo como um “aprisionamento” da população, através desse discurso “coerente”, onde o espaço que resta para as diferenças praticamente desaparece. O consenso generalizado, ou o “pensamento único” - se torna globalizado, é a própria arrogância totalitária do consensualismo”, ressalva Vainer (2000).

A “nova” configuração urbana representa ainda a ideia do “tudo se negocia”. O retorno às cidades também deu origem ao já apresentado processo de gentrificação, ou revitalização urbana excludente, em grande parte desencadeados pelo reencontro glamoroso entre a Cultura (urbana ou não) e o capital (ARANTES, 2000). Ainda que agudas, essas críticas são fundamentais para escapar-se da cegueira acrítica que assola muitos governos e fugir do estabelecimento de uma planificação estratégica feita exclusivamente por gestores, destinada aos donos do capital e turistas, pois o bem-estar cidadão e sua participação são condição *sine qua non* nesse processo.

8.6 O turismo

O marketing urbano frequentemente acompanha um amplo processo de crescimento econômico, que tem sido amiúde baseado no turismo, uma atividade relativamente recente

na história. Ainda que diversos grupamentos humanos tivessem o costume de se mudar desde os primórdios, como os povos nômades, funcionários dos impérios, soldados e navegadores, isso não caracterizava uma forma de turismo.

Como atividade organizada, o turismo surgiu em 1840, com o inglês Thomas Cook, que constatou seu grande potencial econômico, criando em 1851 a Agência de Viagens *Thomas Cook and Son*, seguido pela criação da Abreu Viagens, em Portugal, o que incentivou o surgimento de promotores internacionais e o desenvolvimento de grandes companhias de trem (TRIGO, 2005). Segundo Luque (2007), no princípio da Primeira Guerra Mundial, no verão de 1914, acredita-se que havia aproximadamente 150 mil turistas americanos na Europa, o que foi temporariamente interrompido pela guerra. Em seu final, algumas mudanças influenciaram o crescimento da atividade, como a fabricação em escala dos ônibus, carros e do avião, que pouco a pouco substituíram as companhias navais. Se desenvolveu também a tendência de realização de eventos desportivos, clubes alpinos, um trabalho primitivo de propaganda e a criação de espaços informativos (LUQUE, 2007). Nessa época, as praias e rios se converterem em centros de turismo na Europa, caracterizando o turismo costeiro. No entanto, explicou Luque (2007), a Grande Depressão do Estados Unidos, de 1929, repercutiu negativamente e, com a Segunda Guerra Mundial, o setor se paralisou novamente até o final da guerra, quando surgiu o turismo em massa, culminando com um *boom* turístico em várias partes do globo, entre 1950 e 1973.

Logo, o turismo internacional cresceu em um ritmo superior ao de toda a sua história até aquele momento, consequência da recuperação de inúmeros países no pós guerra, de uma nova ordem internacional que garantia estabilidade social e do desenvolvimento da cultura do entretenimento, no mundo ocidental. A isso se somou o surgimento da sociedade do bem-estar e o aumento do nível de vida de uma parcela importante da população, que desenvolveu o desejo de conhecer novas culturas, de fugir da rotina das grandes cidades, que cresciam aceleradamente (LUQUE, 2007). Conseqüentemente, se sucedeu uma estandarização do turismo, com a normalização de produtos a custos menores: as grandes operadoras passaram a lançar no mercado milhões de opções idênticas, realizando acordos com hotéis, companhias aéreas e outros grupos, que tornaram a atividade acessível para as classes média e baixa.

O turismo representa um fenômeno amplo, envolvendo um conjunto de atividades, como gastronomia, comércio, cultura, esportes, lazer, negócios e outras. Acredita-se que ele possa movimentar até 50 setores da economia, beneficiando suas cadeias produtivas. Fazem parte do processo o desenvolvimento das tecnologias, dos transportes e de outras infraestruturas, dependendo fortemente das redes globais de informação e da mídia especializada para se ampliar, integrando o marketing urbano já descrito. Se constata, portanto, que seu êxito está intimamente conectado às variações das condições de consumo dos viajantes e, em paralelo,

às questões financeiras mundiais e a eventos específicos, como guerras e pandemias, revelando-se uma atividade muito dependente do contexto.

Assim, o turismo se tornou importante fator produtivo nas sociedades pós industriais e agente ativo na globalização, intensificando alguns processos globais que promovem proveitos econômicos. Muitas cidades possuem o turismo como principal fonte de renda, responsável pela geração majoritária de empregos, além de induzir ganhos indiretos como investimentos em habitação, lazer, transportes, cultura. Em 2004, o turismo era a atividade do setor terciário que mais crescia no Brasil – entre suas tipologias mais frequentes estava o turismo ecológico, o turismo de aventura e os cruzeiros marítimos – e no mundo, movimentando direta ou indiretamente mais de USD 4 bilhões/ano, criando também cerca de 170 milhões de postos de trabalho/ano, o que representou um de cada nove empregos criados no mundo em 2009 (NAÇÕES UNIDAS, 2010), tamanha a relevância alcançada pela atividade. Outra vantagem, segundo o Plano Nacional do Turismo do Brasil é que a criação de empregos no turismo

exige investimentos de menor vulto se comparados com outros setores da atividade econômica; ao mesmo tempo a agilidade com que se processa a qualificação dos recursos humanos, a impossibilidade da substituição da prestação de serviços por máquinas e equipamentos, faz do turismo um setor fundamental para o cumprimento das metas estabelecidas pelo governo (BRASIL..., 2003, p. 5).

Essas metas são, no caso, a necessidade de criar empregos, gerar divisas para o país, reduzir as desigualdades regionais e distribuir melhor a renda, colocando o turismo “como uma das grandes prioridades do governo” (BRASIL..., 2003, p.6). De acordo com as estimativas da Organização Mundial do Turismo (UNWTO) (WORLD..., 2010) as receitas mundiais geradas pelo turismo internacional alcançaram USD 942 bilhões (€ 641 bilhões) em 2008, mas devido à crise econômica de 2008-2009 os ganhos diminuíram para USD 852 bilhões (€ 611 bilhões), em 2009, representando queda de 5,8%. A região europeia foi a mais afetada pela crise, com redução de 5,6% no número de turistas, ainda que de 2006 a 2009 os países europeus tenham se mantido como os mais visitados pelos turistas internacionais, com a França em primeiro lugar (WORLD..., 2010). Os países com maior arrecadação advinda do turismo internacional continuavam se concentrando na Europa, ainda que, em 2009, os Estados Unidos tiveram maior arrecadação, com USD 94,2 bilhões, seguido por Espanha e França (WORLD..., 2010). Ainda assim, a atividade revelava sinais de recuperação e, em todo o mundo, os turistas internacionais aumentaram 7% nos primeiros oito meses de 2010, comparado com o mesmo período de 2009, com resultados positivos em todas as regiões.

Ressalta-se ainda que, antes, o turismo sobrevinha sistematicamente em cidades tradicionalmente conhecidas por sua cultura, arquitetura ou belezas naturais, formando um rede de negócios formais ou informais para responder às demandas de seus visitantes, em cidades como Paris, Roma, Rio de Janeiro ou Buenos Aires, e grandes centros como

Washington D.C. ou Tóquio, metrópoles globais que utilizam a atividade com fonte econômica substancial, oferecendo diversos tipos de turismo: negócio, lazer, cultural ou ecológico. As cidades, todavia, estão “aprendendo” a desenvolver atrações não “inatas” aos locais, como exposições de arte e outros eventos culturais, a criação de uma rede de negócios eficiente, a valorização de seu patrimônio material ou imaterial, para criar ou dar visibilidade a um diferencial que possa atrair visitantes e gerar lucros.¹⁶⁰ Essa proposta se relaciona com a cidade espetáculo criticada por Arantes e Vainer (2000), e outros autores, conectando-se com a visão da cidade contemporânea expressa por Améndola (2000), pois o que se vende não é mais o lugar, mas a experiência, justificando que qualquer lugar possa ser projetado para criar experiências “simulacro da realidade depurada de seus aspectos negativos”.

Nesse caso, um dos grandes desafios é a forte competição das cidades para adquirirem proeminência em nível nacional ou mundial. Outro desafio é que, comumente, este movimento é feito de maneira amadora e sem conexão com a salvaguarda do patrimônio significativo, segundo as referências das comunidades implicadas no processo, criando-se apenas o “reflexo” de algum bem ou espaço relevante o que pode, conseqüentemente, ser temporário. Esse tipo de fenômeno promove um “turismo de fachada” que, apesar de gerar benefícios econômicos, não observa o bem-estar da população no longo prazo, podendo ser prejudicial. Para evitar essa dificuldade, Gupta (2011, p.183)¹⁶¹ defende o “turismo responsável”, seguindo os pilares do turismo sustentável, sob integridade ambiental e justiça social. Entre suas características, discutidas em 2002, na *Cape Town Declaration of Responsible Tourism Destination*, estão a geração de benefícios econômicos revertidos para os habitantes e ampliação de seu bem-estar; melhoria das condições de trabalho e acessibilidade a indústrias, envolvimento dos habitantes em decisões que afetem suas vidas; contribuição positiva para a conservação do patrimônio natural e cultural, abarcando a diversidade, incentivo ao respeito entre os atores envolvidos na atividade, construindo orgulho e confiança local.

Assim, o turismo se tornou fundamental na agenda contemporânea, ampliando a atividade através da captação de novos mercados e regulação de sua sazonalidade, tornando-se uma tendência mundial potente no desenvolvimento de cidades, regiões e países.

8.7 Planos e Projetos de Desenvolvimento

Como constatado anteriormente, uma grande quantidade das cidades cresceu sem planejamento, ocupando territórios conforme as condições geográficas, funções e necessidades dos habitantes ao longo do tempo. Para controlar crescimentos desordenados,

¹⁶⁰ Todas essas mudanças promoveram inclusive o estudo sistemático do turismo entre as ciências sociais aplicadas, nas universidades, há poucas décadas.

¹⁶¹ Apresentação de Gupta. A.K. no XVII *World Congress of Sociology, La Sociología en Marcha*, 11-17 julho de 2011, Suécia. *Book of Abstracts*.

especulações do solo e problemas infraestruturais, alguns teóricos passaram a implantar planos estratégicos na ordenação urbana, outro recurso em prol do desenvolvimento. A planificação estratégica foi inicialmente um modelo utilizado para a melhoria das empresas e se aperfeiçoou muito e desenvolveu maneiras criativas de atuar nesse ambiente. Na década de 1980, segundo Maricato (2002, p.60-61), os gestores urbanos, atentos à diminuição da força do estado, buscaram recursos fora do sistema tradicional, tais como a planificação estratégica, que surgiu como uma saída diante do aumento de demandas resultantes do desemprego, das questões sociais e a diminuição de recursos públicos nacionais.

Assim, planos e projetos estratégicos passaram a ser aplicados visando analisar e solucionar problemas urbanos. A planificação frequentemente possui uma vertente física, realizada por geógrafos, arquitetos urbanistas para planejar o espaço, realizar seu zoneamento, parcelamento e a urbanização territorial, conectados com questões do meio ambiente. Há também uma vertente econômica, com a avaliação dos setores produtivos, das condições de geração de emprego e renda, junto à situação financeira do município, somada à vertente social, para compreender o bem estar dos habitantes, abordando políticas públicas, o sistema de saúde, educação, as ações assistenciais, serviços, condições habitacionais, segurança pública, e podem incluir no trabalho questões mais subjetivas, como os níveis de satisfação popular. Nos planos se considera inicialmente os dados locais, analisando-os e permitindo a concepção de alguns cenários de futuro, que idealmente deve considerar a participação e conscientização da população, propondo soluções para diferentes momentos. Diante das mudanças constantes de contexto, são necessários ainda mecanismos contínuos de revisão.

De tal modo, através do plano é possível otimizar os investimentos e melhorar as estruturas existentes, além de traçar estratégias de desenvolvimento. Como ressaltou Josep Maria Pascual¹⁶², um dos responsáveis por planos estratégicos em Espanha e em outros países, realizar-se um plano “é o uso eficiente de um conjunto de recursos de uma cidade e seu território, orientado por objetivos compartilhados de desenvolvimento humano [...] é administrar a interdependência entre as partes” (PASCUAL, 2004). As cidades espanholas que mais evoluíram foram, em geral, aquelas que realizaram planos estratégicos, como Barcelona, Valença e Sevilha, observou Pascual, ressaltando que vários aspectos são importantes no processo, como a redefinição da relação público-privado, a importância referencial do mercado, critérios de retorno dos investimentos e a eficiência dos custos.

¹⁶² Apresentação de Josep Maria Pascual em evento do Instituto Horizonte, Belo Horizonte, sob o título “Plano Diretor de Belo Horizonte, em 17 mar. 2004.

Figura 121: Vista de Sevilha e Museu da Ciência, Valencia



Fonte: Compilação do autor¹⁶³.

Segundo Pascual (2004), o setor público passa a funcionar também como uma empresa, refletindo sobre mudanças em seu próprio modelo de organização: a tarefa da administração pública é de vanguarda; deve realizar projetos que se integrem com os investimentos públicos, finalmente mostrando confiança para a população. No entanto, isso aponta para uma direção bem diferentes do esqueleto teórico intelectual do estado de bem-estar, que gerou a burocracia de procedimentos e uma estruturação conduzida primordialmente ao reconhecimento, legitimação e mensuração das necessidades sociais. Além disso

Como o projeto estratégico é um instrumento de organização que deve responder às crises e aos desejos de inserção em novos espaços econômicos e culturais globais, no momento em que a cidade articula forças sociais, se converte em ‘cidade estratégica’ e estabelece organizações a serviço de estratégias pactuadas entre parceiros” (FISCHER, 1996, p.17).

Portanto, “a adoção dos critérios de mercado na gestão pública atende não apenas a necessidade de submeter-se ao funcionamento dos serviços coletivos às leis de acumulação, mas vai mais além, pois a atenção às necessidades sociais deve dirigir-se também pela noção de benefício como economia de custo” (RIBEIRO; CARDOSO, 2003, p.18). Além disso, é necessário fazer coincidir as estratégias dos diferentes atores envolvidos nos projetos urbanos, ou seja, orquestrar a ação como um conjunto, pois não se defende uma planificação que cumpriria o papel de desorganizar, fragmentar e dar ao mercado espaço absoluto. Como concluiu Pascual (2004), “a planificação urbanística é necessária, mas não suficiente para que seja colocada em marcha o conjunto de uma cidade. O importante é a densidade e a qualidade das relações de interdependência interna e externa”, ou seja, saber organizar os fluxos e a estratégia que produz valor agregado à qualidade urbana.

Uma das críticas comuns dirigidas ao planejamento é que, como a ação estatal frequentemente pressupõe uma sociedade igualitária e não deve reconhecer e incorporar os conflitos que estão na base produtiva urbana, este pode ganhar uma conotação negativa, especialmente em oposição ao poderoso capital imobiliário, o que comprometeria sua

¹⁶³ Site: http://www.corusgroup.com/file_source/Images/General/Media/museum_valencia_large.JPG;
<http://www.casavaria.com/travel/wlp/Sevilla.JPG>.

validade e/ou eficácia (FERNANDES, 2000, p.39). Outro aspecto criticado é que os planos podem enfatizar a noção organizacional de eficiência, sobretudo a qualidade total, o que seria incongruente com a complexidade das cidades, onde esses critérios não seriam aplicáveis.

Existem muitas maneiras de gerir um plano estratégico urbano. Uma descreve o processo de desenvolvimento exógeno: trata-se a cidade como se fosse uma entidade virtual, que requer reorganização de poderes e melhor articulação dos atores. Parte do plano é uma recopilção de dados, realizando-se debates junto ao poder público, que aponta as diretrizes, ajustadas no plano. Sua construção se faz com pouca ou nenhuma participação popular, os habitantes são, no máximo, questionados sobre algumas soluções pré-concebidas, o que traz muitas críticas. Uma proposta alternativa é que plano propicie o desenvolvimento endógeno, trabalhando com os habitantes em sua elaboração, junto ao poder público e às instituições locais, buscando-se satisfazer as necessidades reais da coletividade, promover a flexibilização do poder público e seu bom funcionamento desde o ponto de vista técnico. Existe ainda um modelo de plano estratégico que se inicia apenas com a participação popular ou a partir de instituições independentes, para posteriormente se convidar os outros elementos do sistema a se envolverem. Ainda assim, problemas com planos realizados apenas com os governantes são muito comuns. Quando a população assume para si o plano, desde o início, existem mais oportunidades de acordos sobre as práticas e efetividade nas ações. A cooperação bilateral gera na população um sentimento de pertencimento ao “novo” contexto e se cria um sistema simbólico positivo ao redor das mudanças, contando com a população como partícipe ativo e defensora do processo transformador.

Considerando o êxito urbano, para Pascual (2004) a constituição de um plano é fundamental, definindo algumas etapas: “dotar-se de uma estratégia, através do sistema de redes, com participação e suporte cidadão – com cultura de ação cidadã e civismo – é básico, somado à liderança local, com capacidade de inserção no sistema regional (e nacional e internacional), com habilidade para se posicionar no futuro”, ou seja, deve-se incluir todo o tecido social que seja impactado com o plano e propiciar à cidade sua inserção na rede de cidades.

A partir do estudos de elementos que propiciam mudanças positivas no cotidiano das cidades e de seus habitantes - o processo educacional, a participação cidadã, ações de responsabilidade social das empresas e de grandes organizações internacionais, a criação de novas centralidades, a arte e o espaço público, o marketing urbano, o turismo e a elaboração de planos e projetos de desenvolvimento - foram estudadas algumas cidades (ver apêndice E) que conseguiram solucionar fragilidades urbanas em temas de estruturação territorial, segurança alimentar, sistema de saúde, social, entre outros, com o objetivo de apontar para uma diversidade de propostas, que mantiveram como denominador comum a aplicação de soluções bem sucedidas.

9 INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DE CASO

Começando os estudos de caso, são realizadas primeiramente algumas comparações entre os três municípios, apresentando-se alguns indicadores quantitativos como o IDH-M, o IMRS e a renda per capita, com o objetivo de constituir uma visão preliminar de diferentes áreas municipais. Após essa introdução, serão apresentados os três estudos de caso, em dois momentos: no seu próprio capítulo e, posteriormente, na Discussão, que agrupa e discute conjuntamente aspectos centrais quantitativos e qualitativos dos estudos, visando uma análise comparativa que respondesse às questões centrais do trabalho.

Dos três municípios, em 2010 Janaúba era o mais populoso, com 66.803 habitantes, seguido de Santa Rita, 37.754 habitantes e Maria da Fé, 14.216 habitantes. O IDH mais elevado foi o de Santa Rita, 0,721, seguido pelo valor de Maria da Fé, 0,702 e de Janaúba, bem próximo ao de Maria da Fé, 0,696, todos dentro do perfil de desenvolvimento humano médio (IDH entre 0,5 e 0,8), segundo classificação do PNUD. Destaca-se que Santa Rita apresentou IDH bem próximo ao IDH brasileiro, 0,727, e um pouco menor que o de Minas Gerais, 0,731.

Os valores do IMRS (que não apresentou em 2010 um valor para Minas Gerais) repetem a mesma relação entre esses municípios que ocorreu com o IDH, sendo que o melhor avaliado foi Santa Rita, 0,626, seguido por Maria da Fé, 0,591 e Janaúba, 0,536. Segundo os dados de renda per capita (em R\$), Santa Rita continuou se destacando, com valor de R\$ 738,40, bem superior à renda dos outros dois municípios, sendo que a renda per capita de Janaúba, de R\$ 468,29 foi um pouco melhor do que o valor medido em Maria da Fé, de R\$ 445,11.

Tabela 1: Indicadores de população total, IDH-M, IMRS e Renda per capita (em R\$) de Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba, Minas Gerais e Brasil, 2010

Localidade	População Total	IDHM	IMRS	Renda per capita (em R\$)
Santa Rita do Sapucaí (MG)	37.754	0,721	0,626	738,40
Maria da Fé (MG)	14.216	0,702	0,591	445,11
Janaúba (MG)	66.803	0,696	0,536	468,29
Minas Gerais	19.597.330	0,731	-	749,69
Brasil	190.755.799	0,727	-	793,87

(-) Não se aplica.

Fonte: PNUD; IPEA; FJP, 2020.¹⁶⁴

Comparando-se os componentes do IDH-M, nos três municípios os valores mais elevados se referiram à Longevidade, apresentando mais contribuições para o IDH total, com o maior valor

¹⁶⁴ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. / Fonte: Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>; Fundação João Pinheiro, 2020.

medido em Maria da Fé, 0,842, seguido por Santa Rita, 0,830 e Janaúba, 0,796, sugerindo que a Saúde teve bom desempenho nos três. Santa Rita destacou-se com um valor positivo da Renda 0,727, que foi bem maior do que nos outros dois municípios, com aproximadamente 0,650 cada. Já a Educação foi melhor avaliada em Janaúba, 0,649, seguido pelo valor de Maria da Fé, 0,637, por 0,620, em Santa Rita, sendo que essas três medidas foram próximas.

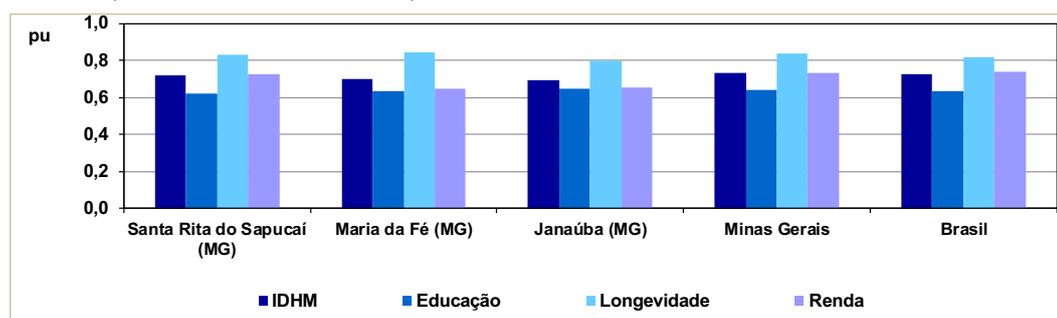
Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano nas cidades, com seus componentes, número de habitantes e dados de Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba, Minas Gerais e Brasil, 2010

Índice de Desenvolvimento Humano, 2010					
Localidade	População Total	IDHM	Educação	Longevidade	Renda
Santa Rita do Sapucaí (MG)	37.754	0,721	0,620	0,830	0,727
Maria da Fé (MG)	14.216	0,702	0,637	0,842	0,646
Janaúba (MG)	66.803	0,696	0,649	0,796	0,654
Minas Gerais	19.597.330	0,731	0,638	0,838	0,730
Brasil	190.755.799	0,727	0,637	0,816	0,739

Fonte: PNUD; IPEA; FJP, 2020.¹⁶⁵

No gráfico a seguir se visualiza a contribuição dos componentes do IDH na composição do IDH total, em 2010: o valor total de Santa Rita se aproximava daquele de Minas Gerais, a longevidade estava bem em todos os municípios e Educação e Renda estavam equiparadas em Janaúba e Maria da Fé, se encontrando mais elevada em Santa Rita.

Gráfico 5: Comparação do IDH total e seus indicadores de Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba, Minas Gerais e Brasil, 2010



Fonte: PNUD; IPEA; FJP, 2020.¹⁶⁶

Com relação ao IMRS, havia expressivas diferenças nos valores entre os 853 municípios mineiros, em 2010, e de posições dos municípios estudados, quando Santa Rita ocupou o 111º lugar, com o valor de 0,626, seguido por Maria da Fé, 0,591, no 347º lugar e Janaúba,

¹⁶⁵ Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados. Disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. / Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Diretoria de Pesquisas – DPE, Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS

¹⁶⁶ Fontes: Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>

0,536, 692º lugar, sendo que Extrema foi a referência estadual, com o melhor valor total, 0,701. (FJP, 2010).

Nesse ano, decompondo o IMRS em seus componentes, nos três municípios, o pior índice foi o da Cultura, em Janaúba, 0,297, bem inferior aos encontrados nos outros dois municípios. Igualmente, seus indicadores apresentaram variação numérica maior e outros de seus valores baixos foram Esporte, Turismo e Lazer, igual ao da Cultura, Saneamento, Habitação e Meio Ambiente, 0,409 e Segurança Pública, 0,471. Um pouco melhores foram as avaliações da Educação, Renda e Emprego, e Finanças Municipais, destacando seu desempenho no índice Saúde, 0,708. Esses valores sugerem um conjunto de dificuldades em várias áreas, ainda que Saúde, Finanças Públicas, Saneamento, Habitação e Meio Ambiente tenham mostrado índices próximos aos dos outros dois municípios estudados.

À exceção da Renda e Emprego, todos os outros componentes foram melhores em Maria da Fé do que em Janaúba, este último com renda de R\$ 0,583 e Maria da Fé de R\$ 0,567, que apresentou também um maior equilíbrio entre os componentes do IMRS, 2010, sendo o melhor valor encontrado em Saúde, 0,716 e o pior em Esportes, Turismo e Lazer, 0,303, bem baixo. Além disso, alguns de seus componentes performaram melhor do que os outros dois municípios: Educação, com valor de 0,673, Saneamento, Habitação e Meio Ambiente 0,475, quase igual à Santa Rita, 0,474, Segurança Pública, 0,638 e Finanças Municipais, 0,623.

Santa Rita, que teve o melhor IDH total, destacou-se com ótimos valores em quatro dos seus oito componentes, Saúde, 0,741, Renda e Emprego, 0,792, Cultura, 0,681, Esportes e Lazer, 0,716, todos esses mais elevados que aqueles de Janaúba e Maria da Fé. A Educação, 0,579 ficou bem abaixo de Maria da Fé, a Segurança Pública também, com 0,595 e a Finanças Públicas recebeu o pior valor entre os três, 0,550, apesar de ter sido similar ao de Janaúba.

Tabela 3: Índice Mineiro de Responsabilidade Social em Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba, com referência à Extrema, 2010

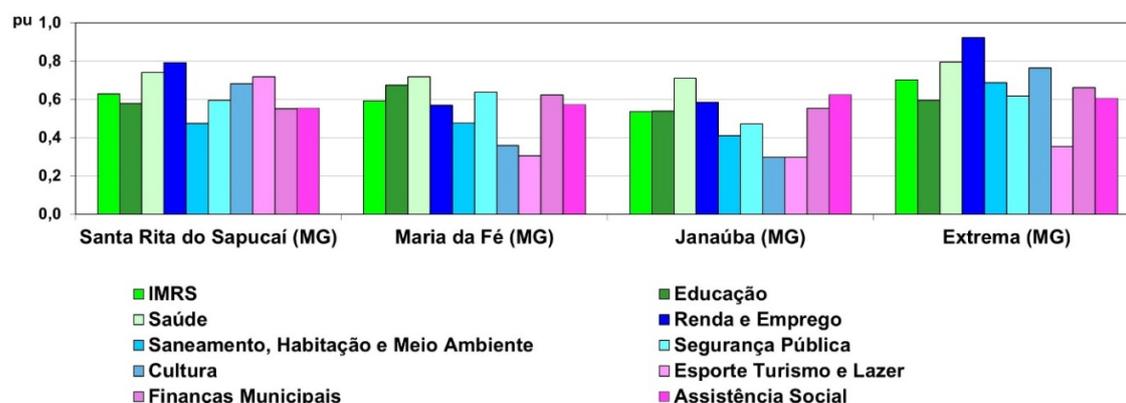
Município	População 2010	IMRS Total, 2010	Educação	Saúde	Renda	Habitação e Meio Ambiente	Segurança Pública	Cultura	Esporte e Lazer	Gestão
Santa Rita do Sapucaí (MG)	37.754	0,626	0,579	0,741	0,792	0,474	0,595	0,681	0,716	0,550
Maria da Fé (MG)	14.216	0,591	0,673	0,716	0,567	0,475	0,638	0,357	0,303	0,623
Janaúba (MG)	66.803	0,536	0,537	0,708	0,583	0,409	0,471	0,295	0,297	0,553
Extrema (MG)	28.599	0,701	0,593	0,794	0,923	0,686	0,616	0,762	0,352	0,661

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010.

Conforme esses dados, se considera que, entre os três municípios, Santa Rita se destacou em 2010 com quatro índices bem avaliados, apresentando mais dois índices médios e três

em condição inferior: Saneamento, Habitação e Meio Ambiente, Assistência Social e Educação. Esse último valor suscitou dúvidas, visto que a cidade possui um protagonismo educacional. Maria da Fé, por sua vez, também teve alguns bons desempenhos, destacando-se em Educação, Segurança Pública – sendo seus valores melhores inclusive do que aqueles de Extrema -, e Finanças Municipais, apesar de constarem avaliações negativas em Esporte, Turismo e Lazer, e Renda e Emprego. Janaúba, entre os três, obteve as piores avaliações, apesar de ter tido bom desempenho na Saúde, com valores bem aquém do desejado. O gráfico abaixo mostra essas diferenças, destacando que Extrema se sobressaiu em alguns componentes, como Renda e Emprego, Saneamento, Habitação e Meio Ambiente, Cultura.

Gráfico 6: Comparação do IMRS total e seus componentes em Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba, e Extrema, 2010



Fonte: FJP, 2011.

Completando essa abordagem inicial, observou-se a renda per capita média, em 2010, que foi de R\$ 738,40 em Santa Rita, com um valor bem superior, seguido pelo valor de Janaúba, R\$ 468,29 e pela renda de Maria da Fé, de R\$ 445,11, ambos valores próximos entre si.

Tabela 4: Renda per capita média de Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba, 2010

Municípios	Renda per capita média (R\$)
Santa Rita do Sapucaí (MG)	738,40
Maria da Fé (MG)	445,11
Janaúba (MG)	468,29

Fonte: PNUD, 2010.

Conjuntamente, esses dados avaliados, IDH-M, IMRS e Renda per capita média indicam melhor desempenho de Santa Rita do Sapucaí, em termos de saúde, renda e outros indicadores, sendo bem avaliado também em Deporto e Lazer, Segurança Cultura e Cultura. Maria da Fé ocuparia, conforme esses indicadores, uma posição intermediária em termos de desenvolvimento sustentável, apresentando alguns índices bem avaliados – Saúde, Educação, Segurança Pública e Gestão - e outros inferiores, como Renda, Cultura e Deporto

e Lazer. Janaúba teve, no geral, os piores valores entre os três municípios, em especial na Segurança Pública, Deporto e Lazer e Cultura.

Completando essa análise, apresenta-se a evolução dos dados demográficos desses municípios, do IDH-M e do IMRS através de uma avaliação longitudinal, que considera aproximadamente três décadas, de 1990 a 2010.

9.1 Santa Rita do Sapucaí

Entre 2000-2010, em termos de população, houve uma taxa média de crescimento de 2,01%/ano, passando de 26.317, em 1991 para 31.264, em 2000, com densidade demográfica de 88,7 hab./km², e aumentando para 37.754 habitantes, em 2010, 20,7% de crescimento, com taxa de 1,9%/ano na década. Nessa década, a taxa de urbanização cresceu 4,3%, bem como a densidade demográfica, que se elevou para 107 hab./Km².

Em 2000, do total de 10.462 habitações quase todas eram particulares, 10.454, e 80% destas estavam ocupadas, sendo que 13,05% estavam vazias e 7,25% eram ocupadas ocasionalmente. Em 2010, o número de habitações subiu para 13.338, com taxa de ocupação de 85%, um pouco maior que em 2000, e as habitações desocupadas diminuíram de 20,4% para 14,9% e havia menos vagas em 2010, 8,2% do total, sugerindo um dado positivo para a econômica local.

Tabela 5: Indicadores Gerais de Santa Rita do Sapucaí, 2000

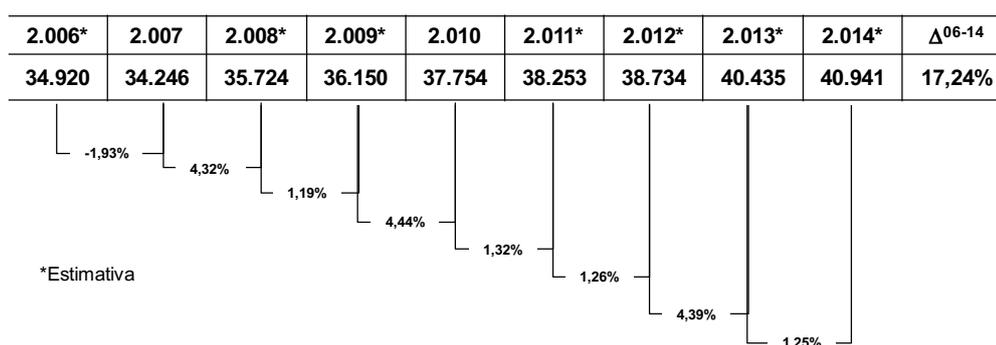
População	31.264	hab	Domicílios	10.462	
• Sede	25.519	hab	• Particulares	10.454	
• Rural	5.745	hab	• • Ocupados	8.284	
Taxa de Urbanização	81,62	%	• • Não Ocupados	2.170	(20,74 %)
Área	351,8	km ²	• • • Vagos	1.412	(13,50 %)
Densidade Demográfica	88,7	hab/km ²	• • • Ocasionais	758	(7,25 %)
			• Coletivos	8	

1.970	1.980	1.991	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	Δ ⁷⁰⁻⁰⁶
18.920	22.212	26.317	31.264	31.794	32.305	32.788	33.802	34.363	34.920	84,57%

Fonte: PNUD, 2003.

Tabela 6: Indicadores Gerais de Santa Rita do Sapucaí, 2010

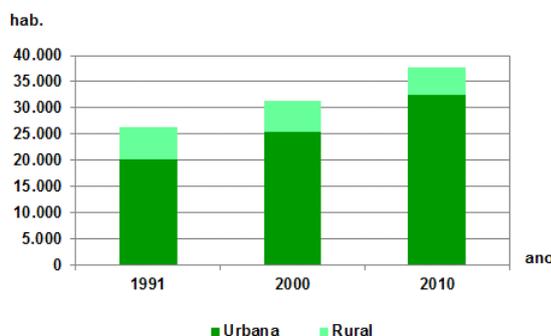
População	37.754	hab	Domícilios	13.338	
• Sede	32.458	hab	• Particulares	13.264	
• Rural	5.296	hab	•• Ocupados	11.267	
Taxa de Urbanização	85,97	%	•• Não Ocupados	1.997	(14,97 %)
Área	351,8	km ²	••• Vagos	1.098	(8,23 %)
Densidade Demográfica	107	hab/km ²	••• Ocasionalis	899	(6,74 %)
			• Coletivos	74	



Fonte: PNUD, 2010.

De 1991-2000 as populações urbana e rural apresentaram elevação na quantidade de habitantes apenas na área urbana, passando de 20.091 para 25.519 mil, um aumento de 27,02%, sendo que na área rural houve redução de 6.226 para 5.745 mil habitantes, perda de 7,73%. Entre 2000-2010, a comparação entre população urbana e rural revelou um aumento expressivo de habitantes na sede, de 25.519 para 32.458 mil, com crescimento de 2,43%/ano, enquanto a população rural teve perda pequena de 0,81%/ano, ficando com 5.296 habitantes. Avaliando-se esses 30 anos não houve perda percentual importante de população rural, mas o aumento da população urbana foi importante.

Gráfico 7: População Urbana e Rural de Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000 e 2010

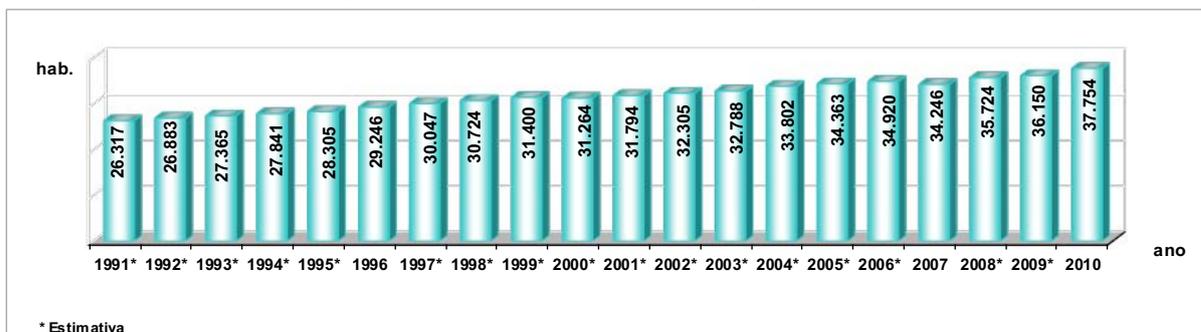


Fonte: PNUD, 2010.

A população municipal total cresceu gradualmente de 1991 a 2006, passando de 26.317 habitantes para 34.920 em 2006, um aumento de 32,69%. No período de 2006 a 2014, houve perda pequena de população apenas entre 2006 e 2007, recuperando-se os ganhos nos anos

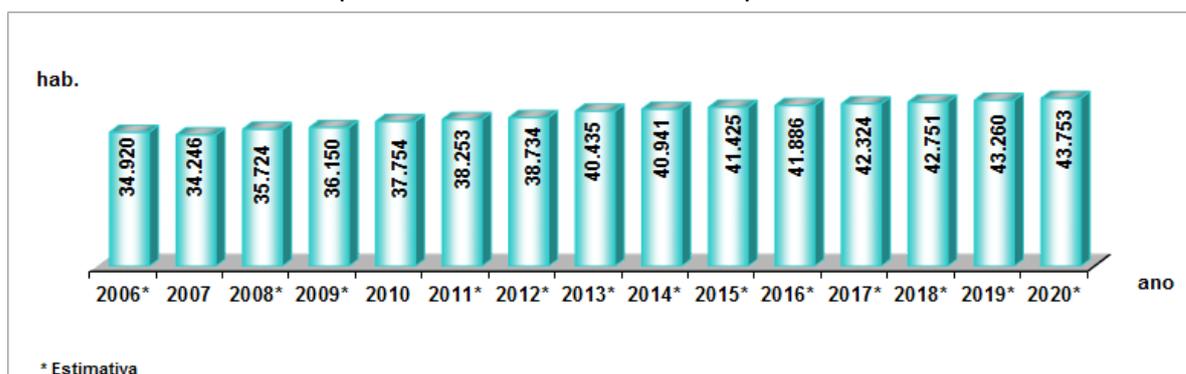
seguintes, com 40.941 habitantes em 2014, aumentando 17,2%/ano entre 2006-2014. Nos anos subsequentes o crescimento seguiu uma linha contínua, terminando 2020 com 43.753 habitantes, revelando que a cidade não tem experimentado aumentos exponenciais de população, que poderia trazer desequilíbrios, mantendo um padrão regular de crescimento.

Gráfico 8: Crescimento Populacional de Santa Rita do Sapucaí, 1991-2010



Fonte: IBGE; COPIS, 2020.

Gráfico 9: Crescimento Populacional de Santa Rita do Sapucaí, 2006-2020



Fonte: IBGE; COPIS, 2020.

Com relação aos grupos etários, de 1991 a 2000 houve aumento na quantidade de habitantes em todos os grupos – menores de 15 anos de idade, adultos e de população idosa, conforme verificado na tabela abaixo. O grupo da população entre 15 a 64 anos apresentou o crescimento mais expressivo. Entre 2000 a 2010 houve acanhada diminuição de pessoas menores de 15 anos, e pequeno aumento de habitantes nos outros dois grupos, entre 15 e 64 anos e acima dos 65 anos, representando pequeno envelhecimento da população. Essas modificações ficam claras nas figuras da pirâmide etária a seguir, revelando uma pirâmide achatada em 1991, devido ao predomínio dos grupos mais jovens, sendo que em 2000 é visível o aumento de jovens e adultos, enquanto em 2010 há diminuição de crianças e jovens.

Tabela 7: Faixa etária de Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000 e 2010

Estrutura Etária, 1991, 2000 e 2010			
Santa Rita do Sapucaí			
	1991	2000	2010
Menos de 15 anos	8.314	8.594	8.357
15 a 64 anos	16.435	20.471	26.514
65 anos ou mais	1.568	2.199	2.883

Fonte: PNUD, 2010.

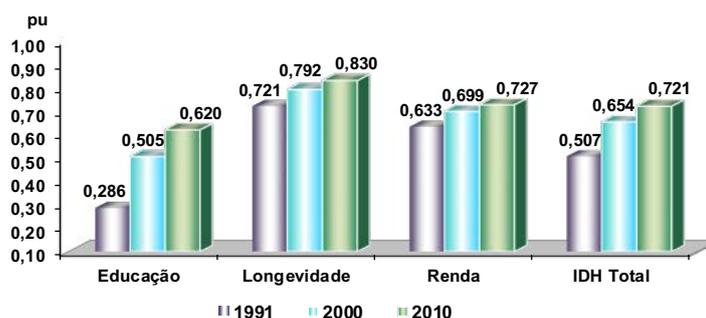
Figura 122: Pirâmide Etária de Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD, 2010.

Referente ao IDH M de Santa Rita houve um avanço geral. Entre 1991-2000 o índice cresceu 10,20%, passando de 0,716 para 0,789, em 2000, próximo ao valor do alto desenvolvimento. Conforme verificado no gráfico seguinte, a dimensão que mais contribuiu para esse crescimento foi a Educação, 0,84, com 39,7% do total, seguida pela Longevidade, 0,79, com 32,4% e pela Renda, 0,73, com 27,9%, e todos os componentes apresentaram melhorias proporcionais ao período anterior. Nessa década, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, 1) foi reduzido em 25,7%.

Gráfico 10: Composição do IDH de Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000, 2010



Fonte: PNUD, 2010.

Em 2000, comparando-se com os outros municípios brasileiros, Santa Rita apresentou uma situação bastante favorável: ocupou a 817ª posição, enquanto 4690 municípios (85,2%) estavam em situação igual ou pior. Em comparação com os municípios mineiros, sua classificação também foi positiva: ocupou a 71ª posição, sendo que 782 municípios (91,8%) estavam em situação igual ou pior. Em sua microrregião, o IDH de Santa Rita foi o mais elevado, apesar de todos apresentarem um valor de desenvolvimento humano médio.

Para o Atlas 2010, o IDH-M foi recalculado, a partir da metodologia adotada para os anos de 1991 e 2000, buscando-se uma minuciosa compatibilização das áreas municipais entre 1991, 2000 e 2010 - incluindo as divisões administrativas ocorridas nesse período - para possibilitar “a comparabilidade temporal espacial entre os municípios.” (FJP, 2010). Assim, a comparação dos dados de Santa Rita com Poços de Caldas – com o maior IDH estadual em 2000 - realizou-se a partir dos novos cálculos. Santa Rita apresentou valores similares na maioria das categorias, de aproximadamente 90% ou mais dos índices de Poços em Expectativa de Vida, Frequência Escolar, Índice de Educação, à exceção da Alfabetização de Adultos e da Renda per capita, esse último bem inferior em Santa Rita, com 71,57% do valor medido em Poços de Caldas.

Tabela 8: Comparação entre os indicadores do IDH, Santa Rita do Sapucaí e Poços de Caldas

Comparação entre os Indicadores de IDH, 2000				
Natureza da Atividade	ID	Indicador Santa Rita do Sapucaí ⁽³²⁾	Indicador Poços de Caldas ⁽¹⁾	(%)
Expectativa de Vida	A	72,50	75,98	95,42
Alfabetização de Adultos	B	85,14	92,82	91,73
Frequência Escolar	C	86,57	88,79	97,50
Renda per capita	D	621,02	867,68	71,57
Índice de Longevidade	E	0,792	0,850	93,18
Índice de Educação	F	0,505	0,574	87,98
Índice de Renda	G	0,699	0,753	92,83
IDH	H	0,654	0,716	91,34

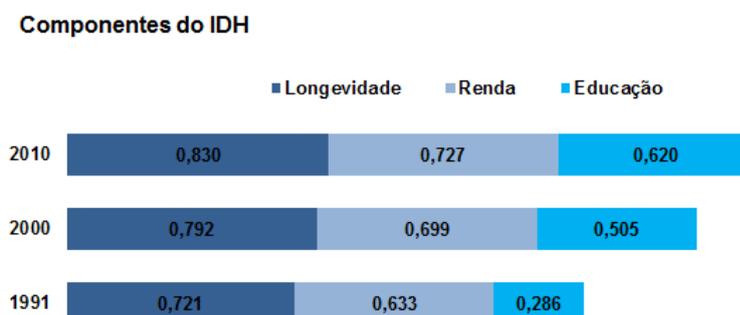
Fonte: PNUD, 2010.

* Observação: dados de 2000 foram atualizados em 2010 e constam na tabela com o valor corrigido. Frequência escolar é a taxa de frequência líquida no ensino básico (média entre o número de indivíduos de 06 a 17 anos estudando no Ensino Fundamental ou Médio), em relação à população dessa faixa etária.

Em 2010 também se observou melhoria desses dados. Com o valor do IDH recalculado, ele aumentou de 0,65 para 0,72 e Santa Rita foi classificada no grupo de municípios com desenvolvimento humano alto (IDH-M entre 0,70 a 0,79) e o hiato entre o limite máximo do índice reduziu-se em 80,64%, entre 2000-2010. A dimensão que mais contribuiu para o IDH-M foi a Longevidade, aumentando de 0,79 para 0,83; seguido da Renda, que subiu de 0,69 para 0,72, e da Educação, ainda que esta tenha tido o maior crescimento absoluto, de 0,50

para 0,62. O gráfico seguinte mostra esse aumento ininterrupto dos três componentes ao longo dos vinte anos avaliados, e o mais expressivo foi o salto da Educação de 1991-2000, mais que duplicando seu valor e apresentando novo aumento entre 2000 a 2010, o que confirma sua importância e a capacidade de reinventar-se, mesmo diante de obstáculos.

Gráfico 11: Composição do IDH, Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD, 2010.

Nova Lima foi o município melhor avaliado no Estado em 2010 e, na comparação, os indicadores de Santa Rita ficaram próximos aos seus, com destaque positivo para sua Expectativa de Vida e Frequência Escolar, havendo grande defasagem apenas na Renda per capita, que em Santa Rita foi apenas 42,6% do valor de Nova Lima.

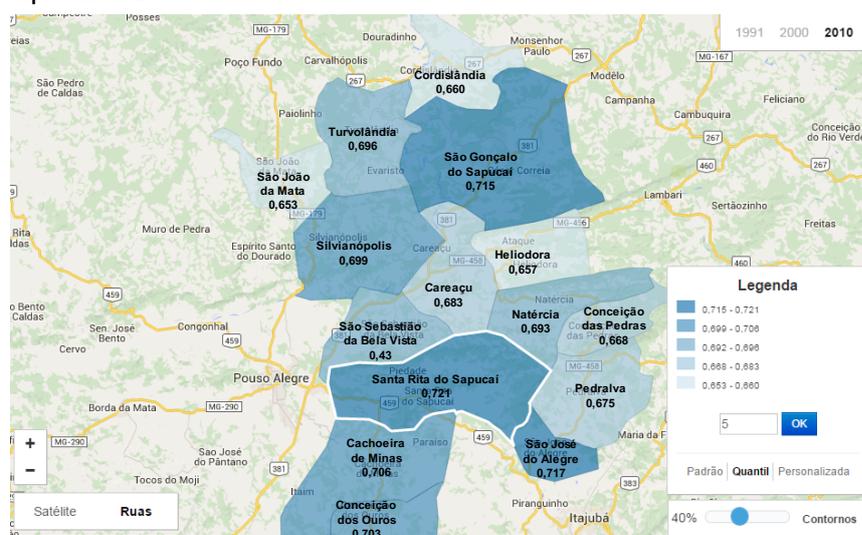
Tabela 9: Comparação entre os Indicadores do IDH, Santa Rita do Sapucaí e Nova Lima

Comparação entre os Indicadores de IDH, 2010				
Natureza da Atividade	ID	Indicador Santa Rita do Sapucaí ⁽⁵⁷⁾	Indicador Nova Lima ⁽¹⁾	(%)
Expectativa de Vida	A	74,80	78,10	95,77
Alfabetização de Adultos	B	89,22	96,51	92,45
Frequência Escolar	C	90,48	90,44	100,04
Renda per capita	D	738,40	1.731,84	42,64
Índice de Longevidade	E	0,830	0,885	93,79
Índice de Educação	F	0,620	0,704	88,07
Índice de Renda	G	0,727	0,864	84,14
IDH	H	0,721	0,813	88,68

Fonte: PNUD, 2010.

Em sua microrregião Santa Rita já ocupava uma posição de destaque na década de 2000, referente ao valor do IDH-M e em 2010 manteve o melhor valor regional. No Estado, Santa Rita melhorou sua classificação entre 2000-2010, passando do 72º para o 57º lugar.

Figura 123: Mapa IDH 2010



Fonte: PNUD, 2010.

Observando-se o Índice Mineiro de Responsabilidade Social, IMRS, em 2000 ocorreram algumas diferenças entre os indicadores de Santa Rita e Ouro Branco –classificado com o melhor valor estadual do IMRS: Segurança Pública e Educação apresentaram valores similares, outros indicadores ficaram um pouco abaixo e as maiores diferenças foram para Renda e Emprego, Finanças Públicas, Cultura - apesar de que esse último valor foi elevado em ambos os municípios, e Saneamento, Habitação e Meio Ambiente. Essa última discrepância pode refletir a opinião dos entrevistados sobre a necessidade de mais investimentos nas questões ambientais. Em sua microrregião, assim como na avaliação do IDH-M de 2000, Santa Rita apresentou o melhor valor regional do IMRS, 0,621.

Tabela 10: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Santa Rita do Sapucaí e Ouro Branco, 2000

Índice Mineiro de Responsabilidade Social, 2000		
Índices	Santa Rita do Sapucaí ^{64°}	Ouro Branco ^{1°}
Índice Mineiro de Responsabilidade Social	0,621	0,708
Cultura	0,800	0,902
Educação	0,623	0,649
Finanças Municipais	0,642	0,773
Saneamento Habitação e Meio Ambiente	0,315	0,473
Renda e Emprego	0,729	0,898
Saúde	0,549	0,613
Segurança Pública	0,693	0,671

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

No Estado, entre 2000-2010¹⁶⁷ houve mudança no cálculo desse indicador e os valores totais não podem mais ser comparados, apenas suas subcategorias. O município melhor pontuado no IMRS foi Extrema e, comparando-se os resultados de ambos, Santa Rita se aproximava de alguns de seus valores, como Saúde, Educação, Segurança Pública, Ação social e foi melhor avaliada no componente Esportes, Turismo e Lazer, 0,716. Os outros componentes foram mais baixos, como Finanças e Cultura. A maior diferença foi encontrada nos índices Renda e Emprego, de 0,92 em Extrema, e de 0,79 em Santa Rita (-0,13) e Saneamento, Habitação e Meio Ambiente, 0,686 em Extrema e 0,474 em Santa Rita (-0,21).

Tabela 11: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Santa Rita do Sapucaí e Extrema, 2010

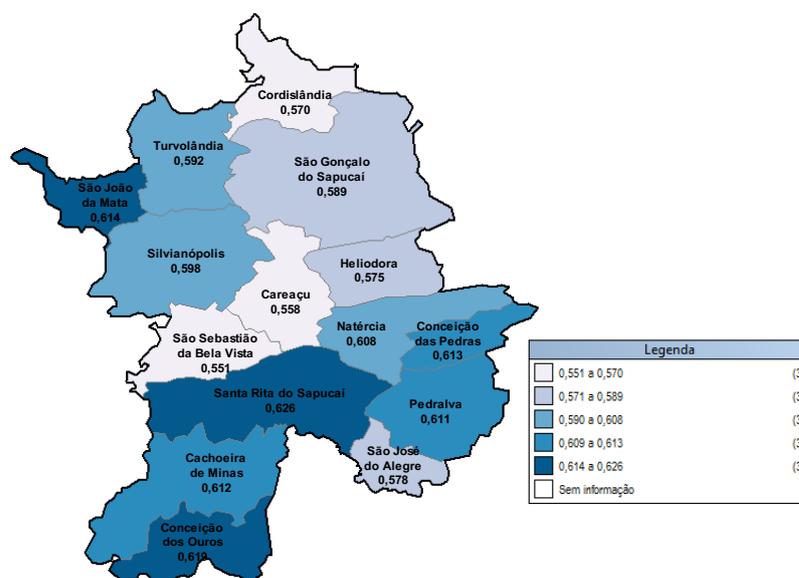
Índices	Santa Rita do Sapucaí ^{111°}	Extrema ^{1°}
Índice Mineiro de Responsabilidade Social	0,626	0,701
Renda e Emprego	0,792	0,923
Saúde	0,741	0,794
Educação	0,579	0,593
Saneamento Habitação e Meio Ambiente	0,474	0,686
Segurança Pública	0,595	0,616
Cultura	0,681	0,762
Esporte Turismo e Lazer	0,716	0,352
Finanças Municipais	0,550	0,661
Assistência Social	0,555	0,605

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

Em sua microrregião, em 2010, Santa Rita obteve o melhor IMRS, 0,626.

¹⁶⁷ Em 2010 os componentes desse índice foram um pouco modificados, acrescentando-se o indicador “Saneamento” ao indicador “Habitação e Meio Ambiente”, para indicar a quantidade de habitações com saneamento. Os dados sobre “Esportes e Lazer” foram acrescidos ao “Turismo”, o componente “Gestão” foi substituído por “Finanças Municipais” e acrescentou-se um novo componente, “Ação Social”. Além da introdução de novas dimensões, houve mudanças nas prioridades e programas de governo ou, ainda, o fato de que metas estabelecidas em anos anteriores terem sido atingidas. As alterações resultaram de seminários realizados pela equipe com especialistas, para aperfeiçoar o IMRS em termos da operacionalização do conceito de responsabilidade social. Os pesquisadores também modificaram a maneira de se calcular os valores de cada uma das nove dimensões do Índice, atribuindo a seus subcomponentes pesos diferentes dos anteriores. No entanto, com essas mudanças, não se pode mais comparar o valor total antigo do IMRS de 2000 com o de 2010, segundo os pesquisadores, apenas se comparar os 60 subcomponentes do Índice. Salienta-se que os indicadores com valores monetários são apresentados a preços correntes e para a sua comparação no tempo é necessária a prévia conversão desses valores em valores constantes, em uma mesma data (Fundação João Pinheiro, 2018).

Figura 124: Mapa do IMRS regional de Santa Rita do Sapucaí e entorno, 2010



Fonte: FJP, 2000.

Em 2016 os componentes do IMRS foram novamente modificados, mas a comparação entre 2000-2016 permite uma leitura que confirmou a melhoria expressiva dos dados de Santa Rita, que havia saído do 64º lugar para o 111º e depois se recuperou, ficando em 9º lugar no Estado. Renda, e Vulnerabilidade Social não foram medidos em todos esses anos, mas a Saúde apresentou melhora positiva entre 2000-2016, bem como o Saneamento e Habitação e Meio Ambiente, revelando maior aumento entre todos os índices. Educação e Cultura, Esporte e Lazer apresentaram queda em seus valores entre 2000-2010, mas se recuperaram em 2016. O único índice que não aumentou nesse período foi a Segurança Pública.

Tabela 12: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Santa Rita do Sapucaí 2000, 2010, 2016

Índices	2000 ^{64º}	2010 ^{111º}	2016 ^{9º}
Índice Mineiro de Responsabilidade Social	0,621	0,626	0,727
Renda	0,729	0,792	-
Saúde	0,549	0,741	0,794
Educação	0,623	0,579	0,677
Vulnerabilidade Social	-	-	0,810
Segurança Pública	0,693	0,595	0,604
Saneamento e Habitação e Meio Ambiente	0,315	0,474	0,626
Cultura, Esporte e Lazer	0,800	0,716	0,850

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2016.

Em 2016, comparando-se valores de Santa Rita com o município melhor classificado no Estado, Uberlândia, Saúde e da Segurança Pública foram melhores em Santa Rita, enquanto Vulnerabilidade Social, Cultura, Esporte e Lazer foram similares, e os valores que ficaram abaixo foram o da Educação e o de Saneamento e Habitação e Meio Ambiente, esse último

apresentando a maior diferença, ainda que tenha havido uma melhoria bem positiva entre 2000-2016 no próprio valor municipal.

Tabela 13: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Santa Rita do Sapucaí e Uberlândia, 2016

Índices	Santa Rita do Sapucaí ^{9º}	Uberlândia ^{1º}
Índice Mineiro de Responsabilidade Social	0,727	0,744
Saúde	0,794	0,738
Educação	0,677	0,747
Vulnerabilidade Social	0,810	0,820
Segurança Pública	0,604	0,483
Saneamento e Habitação e Meio Ambiente	0,626	0,809
Cultura, Esporte e Lazer	0,850	0,870

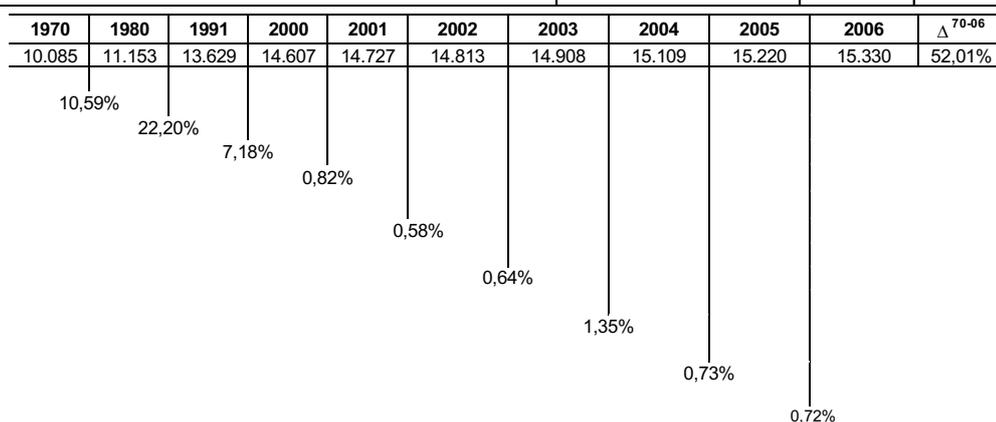
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2016.

9.2 Maria da Fé

Entre 1991-2010 a população de Maria da Fé aumentou pouco, passando de 13.629 em 1991 para 14.607 habitantes em 2000, aumento de 7,18% e para 14.216 habitantes, em 2010, com perda de -2,68%, revelando pequeno aumento de 4,31% populacional no período total. A densidade demográfica era de 71 hab./Km² em 2000 e baixou ligeiramente para 69 hab./Km² em 2010. Nessa década, a taxa de urbanização elevou-se de 53,48% para 58,97%, 5,49% a mais. Além disso, em 1991 sua população rural já era menor que a urbana, diminuindo para 6.795 habitantes em 2000 e para 5.833 habitantes em 2010, ou seja, mantendo o modelo de ocupação predominantemente urbano. Em 2000, a maioria dos domicílios era particular, 4.123 do total de 4.129, com apenas 06 desses coletivos e 85% de ocupação total, 3,9% de ocupações ocasionais, enquanto em 2010 houve pequeno aumento de domicílios, para 4.620, com 86% do total sendo ocupado e apenas 07 desses desocupados, com 6,13% para ocupações ocasionais, mantendo um padrão de ocupação muito elevado nesses vinte anos.

Tabela 14: Indicadores Gerais de Maria da Fé, 2000

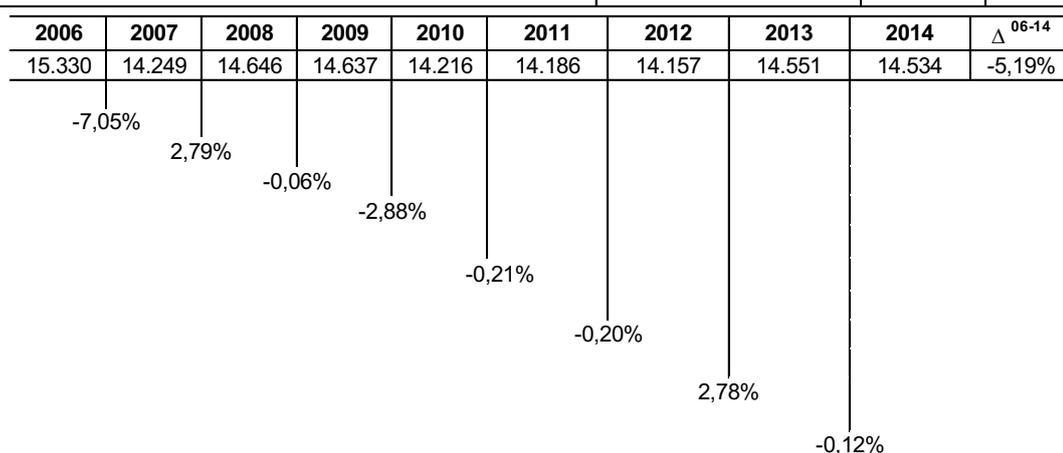
População	14.607	hab	Domicílios	4.129	
• Urbana	7.812	hab	• Particulares	4.123	
• Rural	6.795	hab	• • Ocupados	3.472	
Taxa de Urbanização	53,48	%	• • Não Ocupados	651	15,77%
Área	204,30	km ²	• • • Vagos	490	11,87%
Densidade Demográfica	71,5	hab/km ²	• • • Ocasionalis	161	3,90%
			• Coletivos	6	



Fonte: IBGE, 2000.

Tabela 15: Indicadores Gerais de Maria da Fé, 2010

População	14.216	hab	Domicílios	4.620	
• Urbana	8.383	hab	• Particulares	4.613	
• Rural	5.833	hab	• • Ocupados	3.965	
Taxa de Urbanização	58,97	%	• • Não Ocupados	648	14,03%
Área	204,60	km ²	• • • Vagos	365	7,90%
Densidade Demográfica	69	hab/km ²	• • • Ocasionalis	283	6,13%
			• Coletivos	7	

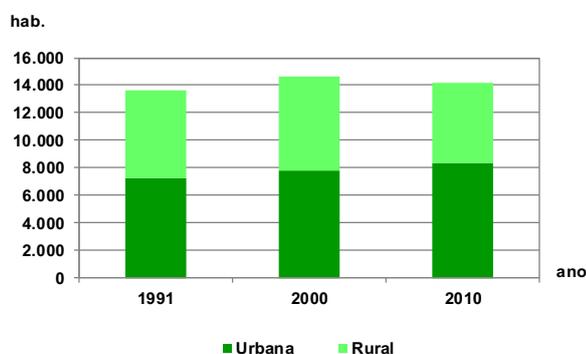


Fonte: IBGE, 2000.

Nesse período houve aumento em ambas populações urbana e rural. A urbana elevou-se de 7.266 para 7.812 habitantes, 7,51% a mais, enquanto a rural subiu de 6.363 para 6.795 habitantes, 6,79% maior, com percentuais de crescimento similares. No entanto, entre 2000-2010 apenas a população urbana aumentou para 8.383 habitantes, crescimento de 7,31%, e

a rural diminuiu para 5.833, uma perda de (-14,16%), que impactou na perda total de população no período. Nesses 30 anos, entre 1991-2010, a população urbana aumentou 15,37% e a rural teve decréscimo de (-8,33%), como se pode visualizar no próximo gráfico.

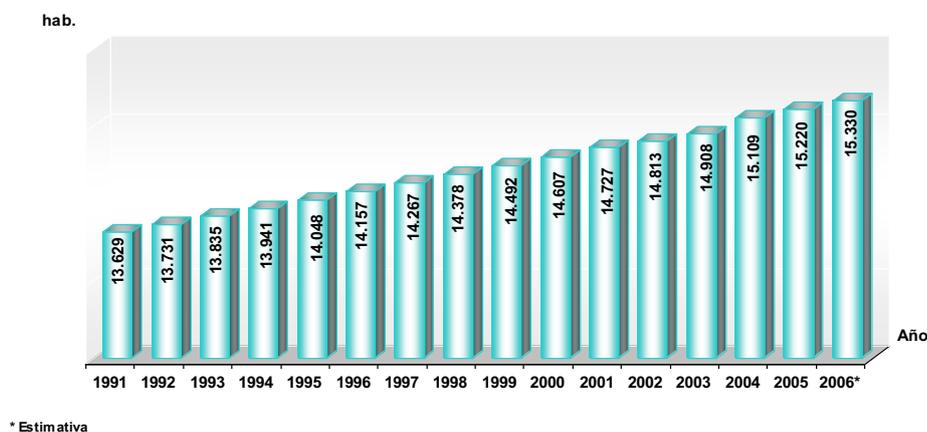
Gráfico 12: População Urbana e Rural de Maria da Fé, 1991, 2000 e 2010



Fonte: Atlas PNUD, 2010.

De 1970 a 2007 a taxa de crescimento da população foi de 52%, 0,80%/anual, passando de 13.269 habitantes para 14.607, em 2000, o que não era muito grande em comparação a cidades brasileiras de porte maior, que tiveram acréscimo populacional de até 300% naquele momento. O gráfico abaixo revela crescimento estável de 1991 até 2006, através de um padrão constante.

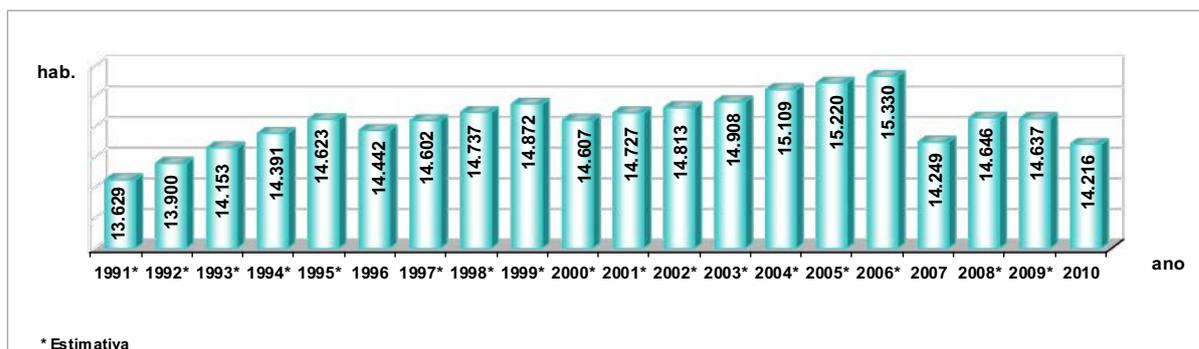
Gráfico 13: População total de Maria da Fé, 1991-2006



Fonte: IBGE, 2006.

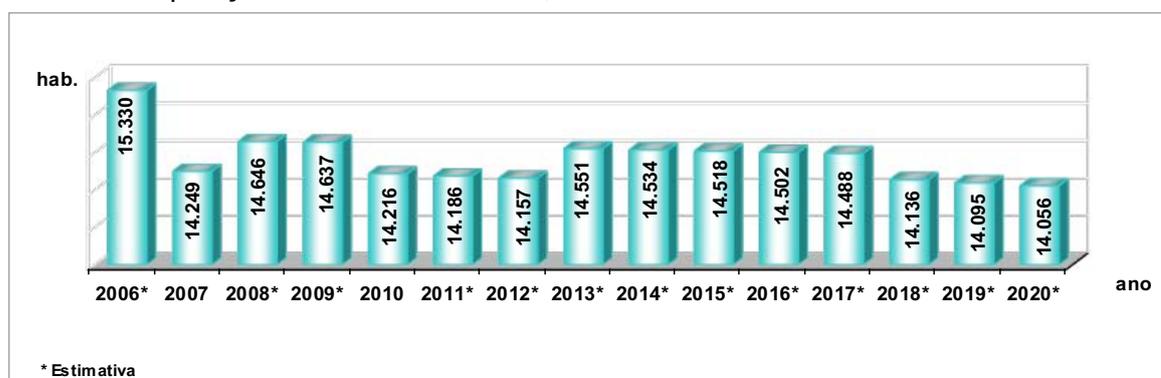
No entanto, Maria da Fé apresentou grandes variações de população a partir de 2006, quando enfrentou forte perda habitacional, de -5,19% entre 2006-2014, que ainda não havia sido recuperada até 2020, através de um movimento intenso formado por pequenas perdas e ganhos populacionais. Os gráficos abaixo revelam esse crescimento instável, possivelmente relacionado às dinâmicas internas do município, que merecem atenção.

Gráfico 14: População total de Maria da Fé, 1991 – 2010



Fonte: IBGE; COPIS, 2020.

Gráfico 15: População total de Maria da Fé, 2006 – 2020



Fonte: IBGE; COPIS, 2020.

Na tabela seguinte se constata que, de acordo com a distribuição de grupos etários, entre 1991-2000 houve aumento da população adulta, 11,50 % e da idosa 46,83 %, e decréscimo contínuo dos menores de 15 anos. Esse mesmo padrão se repetiu entre 2000-2010, sendo que no período total 1991-2010 as variações foram de 17 % a mais de população adulta, 97,94 % a mais de idosos, e 29,56 % menos de jovens, sugerindo possivelmente diminuição da taxa de fertilidade 1991-2010 e/ou êxodo de jovens. Se pode visualizar essas mudanças nas pirâmides etárias abaixo, pois em 1991 a pirâmide era achatada na base e estreita no outro extremo, revelando muitos jovens e poucos idosos, o que se modificou em 2000, com decréscimo de nascimentos e pequeno envelhecimento dos habitantes, enquanto em 2010 a pirâmide revelou menos crianças, aumento de adultos e grande quantidade de idosos.

Tabela 16: Faixa Etária de Maria da Fé, 1991, 2000 e 2010

Estrutura Etária, 1991, 2000 e 2010			
Maria da Fé			
	1991	2000	2010
Menos de 15 anos	4.730	4.479	3.332
15 a 64 anos	8.316	9.272	9.730
65 anos ou mais	583	856	1.154

Fonte: PNUD, 2010.

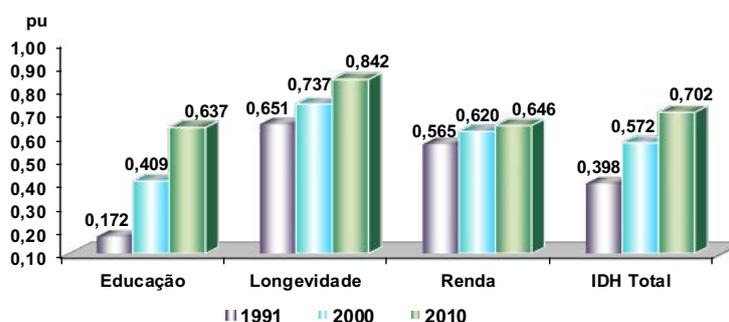
Figura 125: Pirâmide Etária de Maria da Fé, 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD, 2010.

Considerando o IDH-M entre 1991-2000, seu valor elevou-se 11,40%, passando de 0,658 para 0,733, em 2000. Segundo classificação do PNUD, o município ocupava uma posição considerada de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Conforme o gráfico seguinte, a dimensão que mais contribuiu para esse aumento foi a Educação, apresentando um salto qualitativo, de 0,172 para 0,409, em 2000, 51,8% a mais, seguida pela Longevidade, com 25% de aumento em seu valor, para 0,737, e pela Renda, mais 23,2%, 0,646 em 2000. Nessa década, o hiato de desenvolvimento humano reduziu em 21,9%. Se mantivesse essa taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 18 anos para alcançar São Caetano do Sul, SP, com melhor IDH-M do Brasil, 0,919 e 11 anos para alcançar Poços de Caldas, MG, o melhor IDH-M estadual, 0,841. Comparando-se com outros municípios mineiros, Maria da Fé estava em situação intermediária, ocupando a 399ª posição, sendo que 398 municípios, 46,7%, estavam em situação melhor e 454 municípios, 53,3% em situação igual ou pior.

Gráfico 16: Composição do IDH de Maria da Fé, 1991, 2000, 2010



Fonte: PNUD, 2010.

Como mencionado antes, o IDH-M foi recalculado no Atlas 2010 e a comparação com Poços de Caldas, com maior IDH estadual em 2000, segue esses novos cálculos¹⁶⁸. Primeiro observa-se que pelos novos cálculos, Maria da Fé subiu da 399a para a 90a posição, uma situação mais favorável. Nessa comparação, a Frequência Escolar foi seu melhor índice, quase igual ao de Poços, representando 96,22% do seu valor, seguido pelos também bem avaliados indicadores de Expectativa de Vida e Alfabetização de Adultos, sendo que a renda per capita foi muito inferior em Maria da Fé, R\$ 379,90, apenas 43,8% do valor de Poços, R\$ 867,88, sugerindo que a renda per capita da população se encontrava muito abaixo do necessário.

Tabela 17: Comparação entre os Indicadores do IDH de Maria da Fé e Poços de Caldas

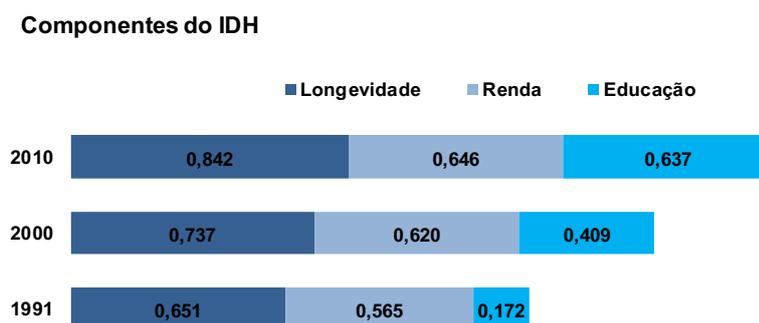
Comparação entre os Indicadores de IDH, 2000				
Natureza da Atividade	ID	Indicador Maria da Fé ⁽⁹⁰⁾	Indicador Poços de Caldas ⁽¹⁾	(%)
Expectativa de Vida	A	69,20	75,98	91,08
Alfabetização de Adultos	B	83,84	92,82	90,33
Frequência Escolar	C	85,43	88,79	96,22
Renda per capita	D	379,90	867,68	43,78
Índice de Longevidade	E	0,737	0,850	86,71
Índice de Educação	F	0,409	0,574	71,25
Índice de Renda	G	0,620	0,753	82,34
IDH	H	0,572	0,716	79,89

Fonte: PNUD, 2010.

De 2000 a 2010 houve melhoria nos três componentes do IDH. A Educação apresentou novamente maior aumento, de 55,75%, passando de 0,409 para 0,637, sendo que a Longevidade também elevou seus números, de 0,737 para 0,842, 14,25%, e terminou com um valor considerado de alto desenvolvimento humano, e a Renda continuava aquém do desejado, apesar de ter se elevado de 0,620 para 0,646, com pequeno aumento de 4,19%. A partir desses aumentos, o IDH total de Maria da Fé foi de 0,702, posicionando-o no grupo de municípios de médio desenvolvimento humano (IDH-M entre 0,70 a 0,79), e o hiato entre o limite máximo do índice reduziu-se em 69,63%, entre 2000-2010. Como se observa no gráfico abaixo, a dimensão que mais contribuiu para o IDH-M em 2010 foi a Longevidade, seguido pela Renda e Educação, apesar dessa última ter tido maior evolução no período total avaliado.

¹⁶⁸ IDH, Metodologia, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010.

Gráfico 17: Composição do IDH, Maria da Fé, 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD, 2010.

Na comparação com Nova Lima, o município melhor avaliado no Estado em 2010, os indicadores de Maria da Fé ficaram próximos para a Expectativa de Vida, 96,67% e Alfabetização de Adultos, 93,41% de seus valores, e a Frequência Escolar foi praticamente igual, havendo grande defasagem apenas na Renda per capita, que em Maria da Fé foi $\frac{1}{4}$ do valor de Nova Lima, apontando novamente para o que parece ser uma de seus problemas.

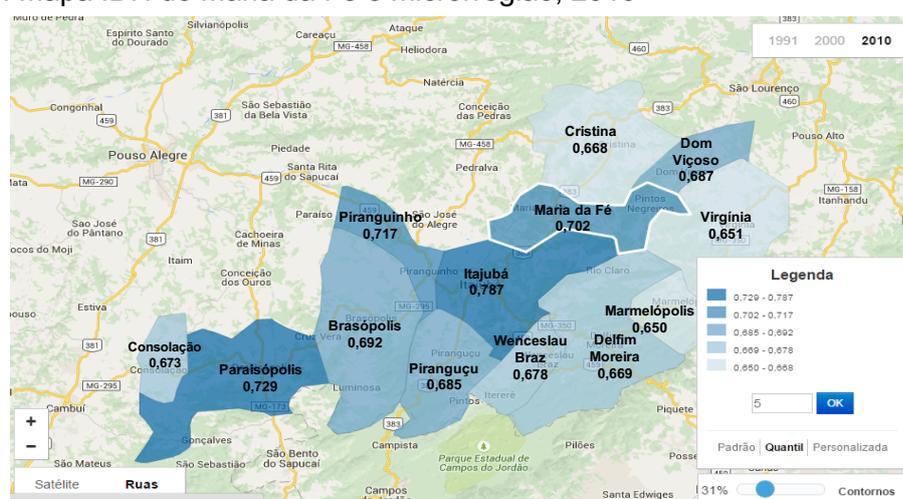
Tabela 18: Comparação entre os Indicadores do IDH de Maria da Fé e Nova Lima

Comparação entre os Indicadores de IDH, 2010				
Natureza da Atividade	ID	Indicador Maria da Fé ⁽⁷³⁾	Indicador Nova Lima ⁽¹⁾	(%)
Expectativa de Vida	A	75,50	78,10	96,67
Alfabetização de Adultos	B	90,15	96,51	93,41
Frequência Escolar	C	90,36	90,44	99,91
Renda per capita	D	445,11	1.731,84	25,7
Índice de Longevidade	E	0,842	0,885	95,14
Índice de Educação	F	0,637	0,704	90,48
Índice de Renda	G	0,646	0,864	74,77
IDH	H	0,702	0,813	86,35

Fonte: PNUD, 2010.

Com relação à sua microrregião, Maria da Fé ficou no segundo grupo melhor avaliado com IDH, 0,702, sendo os melhores valores aqueles de Itajubá, 0,787 e Paraisópolis, 0,729 e os valor mais baixo o de Marmelópolis, 0,650. No Estado, o valor do IDH-M de Maria da Fé ocupou a posição 90ª em 2000, e em 2010 melhorou sua classificação para a 73ª posição.

Figura 126: Mapa IDH de Maria da Fé e microrregião, 2010



Fonte: PNUD, 2010.

Relativo aos dados do IMRS, conforme visto na tabela a seguir, em 2000 os índices com pior avaliação foram Saneamento, Habitação e Meio Ambiente, com 0,326; e Cultura, com 0,410, ambos muito abaixo do valor de Ouro Branco, que havia sido o município mineiro melhor conceituado. Outros índices que também estavam baixos eram Renda e Emprego, 0,536 e Educação, 0,565. Os melhores valores de Maria da Fé foram para a Saúde, 0,606 – quase igual ao valor de Ouro Branco – Finanças Municipais, 0,642 e Segurança Pública, 0,648. O valor total do IMRS foi 0,549, posicionando o município no 405º lugar estadual.

Tabela 19: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Maria da Fé e Ouro Branco, 2000

Índice Mineiro de Responsabilidade Social, 2000		
Índices	Maria da Fé 405º	Ouro Branco 1º
Índice Mineiro de Responsabilidade Social	0,549	0,708
Cultura	0,410	0,902
Educação	0,565	0,649
Finanças Municipais	0,642	0,773
Saneamento Habitação e Meio Ambiente	0,326	0,473
Renda e Emprego	0,536	0,898
Saúde	0,606	0,613
Segurança Pública	0,648	0,671

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

Como já comentado, visto que o cálculo desse indicador sofreu mudanças entre 2000-2010, seus valores totais não podem ser comparados, apenas as subcategorias. Em 2010 o valor do IMRS foi de 0,591, posicionando Maria da Fé no 347º lugar estadual, sendo Extrema o município melhor avaliado. O índice municipal mais alto foi o da Saúde, 0,716, seguido pela Educação, 0,673, que se elevou muito desde 2000, e Segurança Pública, 0,638, ambos apresentando melhor desempenho do que Extrema. As Finanças Municipais, com valor de 0,623 e a Assistência Social, 0,571 também apresentaram bons números, sendo que os piores

valores foram de Saneamento, Habitação e Meio Ambiente, 0,475, seguido por Cultura, 0,357, e Esportes, Turismo e Lazer, 0,303, todos baixos. No entanto, observam-se melhoras expressivas em alguns dos índices do município, entre 2000-2010.

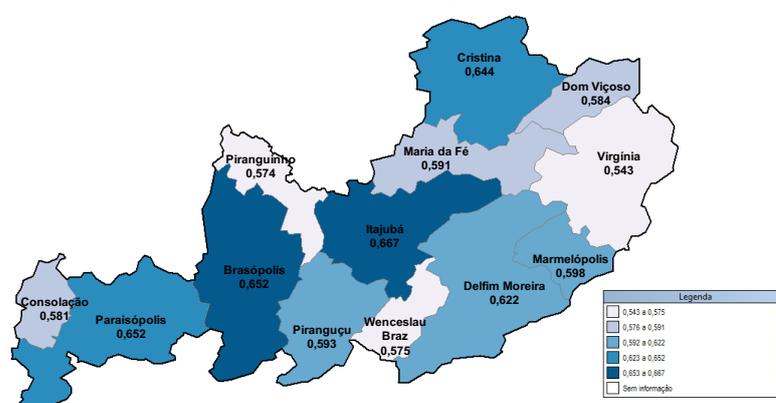
Tabela 20: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Maria da Fé e Extrema, 2010

Índices	Maria a Fé ^{347º}	Extrema ^{1º}
Índice Mineiro de Responsabilidade Social	0,591	0,701
Renda e Emprego	0,567	0,923
Saúde	0,716	0,794
Educação	0,673	0,593
Saneamento Habitação e Meio Ambiente	0,475	0,686
Segurança Pública	0,638	0,616
Cultura	0,357	0,762
Esporte Turismo e Lazer	0,303	0,352
Finanças Municipais	0,623	0,661
Assistência Social	0,571	0,605

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010.

Em sua microrregião, em 2010, o IMRS de Maria da Fé se encontrava na posição intermediária com relação aos municípios vizinhos, 0,61, sendo que os melhores índices foram os de Itajubá e Paraisópolis, 0,69 e o pior foi o de Piranguinho, 0,57.

Figura 127: Mapa IMRS de Maria da Fé e microrregião, 2010



Fonte: FJP, 2010.

Recentemente, em 2016, os componentes do IMRS foram modificados de novo: Maria da Fé havia ocupado o 405º lugar em 2000, melhorando em 2010 para o 347º lugar e piorando um pouco em 2016, ao ocupar o 387º lugar. Observando seus índices, o melhor em 2016 continuou sendo o da Saúde, 0,791, elevando seu valor anterior e apontando que a área segue bem no município. A Segurança Pública também se elevou e foi bem pontuada, 0,722, bem como a Vulnerabilidade Social, 0,680, que não havia sido avaliada nos dois outros anos, seguido pela Educação, 0,646, que piorou pouco seu valor. Os componentes com piores

dados foram novamente Saneamento, Habitação e Meio Ambiente, 0,433, e Cultura, Esporte e Lazer, 0,330, que possivelmente influenciaram a perda de posições do município no Estado.

Tabela 21: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Maria da Fé, 2000, 2010 e 2016

Índices	2000 ^{405°}	2010 ^{347°}	2016 ^{387°}
Índice Mineiro de Responsabilidade Social	0,549	0,591	0,614
Renda	0,536	0,567	-
Saúde	0,606	0,716	0,791
Educação	0,565	0,673	0,646
Vulnerabilidade Social	-	-	0,680
Segurança Pública	0,648	0,638	0,722
Saneamento e Habitação e Meio Ambiente	0,326	0,475	0,443
Cultura, Esporte e Lazer	0,410	0,357	0,330

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2016.

Na comparação com Uberlândia, o município mineiro melhor classificado, a Saúde e a Segurança Pública se destacaram em 2016, com valores mais elevados em Maria da Fé, enquanto os valores Vulnerabilidade Social e Educação estão abaixo. No entanto, as grandes discrepâncias se encontram nos valores pior classificados em Maria da Fé: Saneamento, Habitação e Meio Ambiente, e Cultura, Esporte e Lazer, bem abaixo dos dados de Uberlândia.

Tabela 22: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Maria da Fé e Uberlândia, 2016

Índices	Maria da Fé ^{387°}	Uberlândia ^{1°}
Índice Mineiro de Responsabilidade Social	0,614	0,744
Saúde	0,791	0,738
Educação	0,646	0,747
Vulnerabilidade Social	0,680	0,820
Segurança Pública	0,722	0,483
Saneamento e Habitação e Meio Ambiente	0,443	0,809
Cultura, Esporte e Lazer	0,330	0,870

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2016.

9.3 Janaúba

Em 2000, a população total de Janaúba era de 61.651 mil pessoas com população urbana de 53.891 mil habitantes e rural de 7.760 mil habitantes, apresentando uma taxa de urbanização muito elevada de 87,41%, com densidade de 27,9 habitantes/km². No período de 1991-2000, sua população apresentou uma média de crescimento anual de 2,42%, passando de 50.132, em 1991, para 61.651 em 2000. A taxa de urbanização aumentou apenas 0,65%, passando de 86,85% para 87,41%, em 2000, ou seja, há muito a população é predominantemente urbana. Entre 2000-2010 a população aumentou para 66,803 habitantes, com maior elevação na área urbana, para 53.891 habitantes, e 7.760 na área rural. A taxa de urbanização elevou-se cerca de 3%, para 90,67%, em 2010 e a densidade demográfica subiu pouco, para 30

hab./Km2. Todos esses dados se elevaram, incluindo o número de domicílios, que foi 21.329 em 2010, estando a maioria ocupados, 18.432, com percentual de vagos menor do que em 2000, passando de 17,3% para 13,4%, em 2010, e aumentando o número de domicílios coletivos para 31 (IBGE, 2010).

Complementando, a tabela seguinte revela um crescimento populacional alto entre as décadas de 1970 e 1980, 36,22%, com diminuição expressiva para menos da metade nas décadas de 1980 a 1990, 16,51% e uma retomada até 2000, de 22,98%. Nos últimos 30 anos, de 1970 até 2006 a população mais que duplicou, 121,90%, passando de 31.587 habitantes para 70.093 habitantes, em 2006, promovendo um “inchaço”, que demandou infraestruturas básicas não atendidas e aumento contínuo nos serviços públicos de saúde, educação, assistência social e outros, exigindo eficácia do poder público. No entanto, entre 2006-2014 houve anos de perdas populacionais, em especial entre 2006-2007 (-6,71%) e entre 2009-2010 (-2,2%), sendo que na maioria dos outros anos o aumento foi menor que 1%, totalizando crescimento ínfimo entre 2006-2014, de 0,54%, o que sugere que algum fator (es) vem interferindo em seu padrão de crescimento, somado à diminuição da taxa de natalidade.

Tabela 23: Indicadores Gerais, Janaúba, 2000

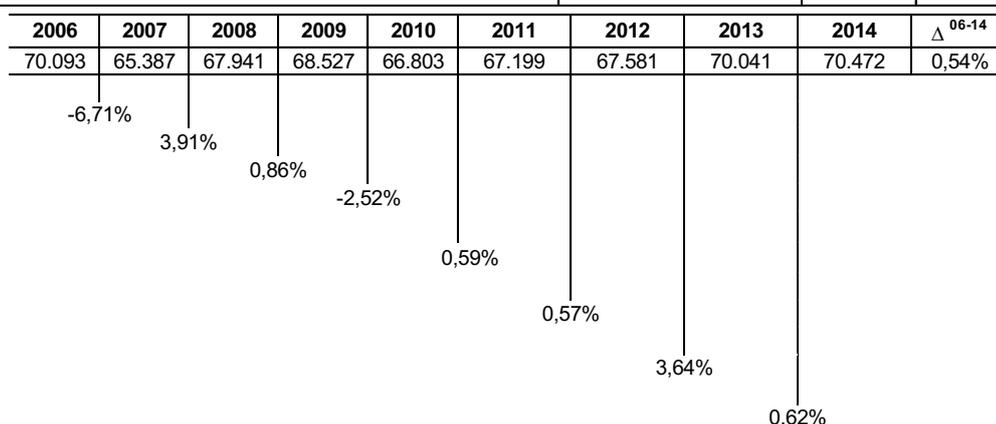
População	61.651	hab	Domicílios	17.306	
• Sede	53.891	hab	• Particulares	17.285	
• Rural	7.760	hab	• • Ocupados	14.289	
Taxa de Urbanização	87,41%	%	• • Não Ocupados	2.996	17,31%
Área	2.196,50	km ²	• • • Vagos	2.363	13,65%
Densidade Demográfica	27,9	hab/km ²	• • • Ocasionalis	599	3,46%
			• Coletivos	21	

1970	1980	1991	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Δ^{70-06}
31.587	43.028	50.132	61.651	63.651	64.928	65.170	67.511	68.807	70.093	121,90%
	36,22%									
		16,51%								
			22,98%							
				3,24%						
					2,01%					
						0,37%				
							3,59%			
								1,92%		
									1,87%	

Fonte: PNUD, 2003.

Tabela 24: Indicadores Gerais, Janaúba, 2010

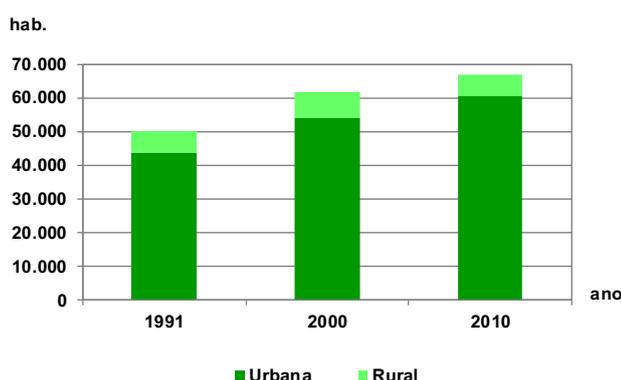
População	66.803	hab	Domicílios	21.329	
• Sede	60.570	hab	• Particulares	21.298	
• Rural	6.233	hab	• • Ocupados	18.432	
Taxa de Urbanização	90,67	%	• • Não Ocupados	2.866	13,44%
Área	2.197,99	km ²	• • • Vagos	1.764	8,27%
Densidade Demográfica	30	hab/km ²	• • • Ocasionais	1.102	5,17%
			• Coletivos	31	



Fonte: PNUD, 2010.

Entre 1991 a 2000 a população urbana aumentou 23,7% e a rural 17,7%, representando diferenças entre os grupos, enquanto entre 2000-2010 a urbana aumentou 12,39%, e rural diminuiu muito (-19,6%), resultando que, no período total avaliado, de 1991 a 2010, a urbana aumentou 39,1%, de 43.540 para 60.570 habitantes, e a rural abaixou (-5,4%), de 6.592 para 6.233 habitantes.

Gráfico 18: População Urbana e Rural de Janaúba, 1991, 2000, 2010

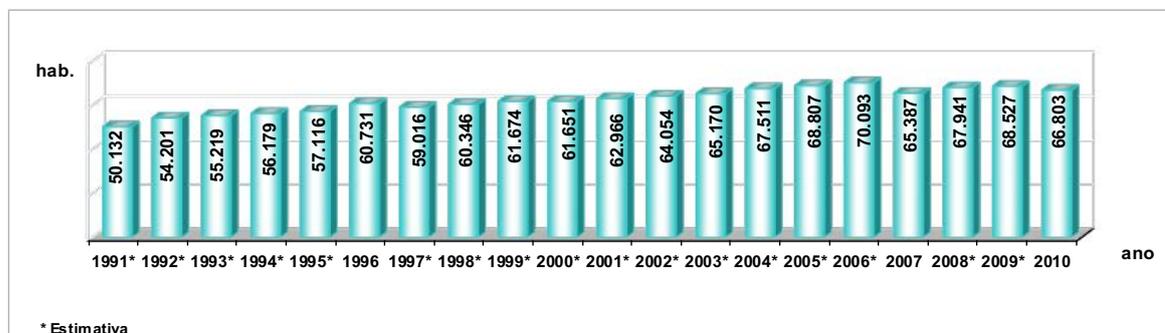


Fonte: PNUD, 2010.

Os números do gráfico abaixo revelam essa forte variação populacional janaúbense. A população total teve um crescimento regular até 1996, com decréscimo em 1997, para 59.016 habitantes, apresentando novo aumento entre 1998-2006, quando alcançou seu maior valor, 70.093 habitantes, variando posteriormente até 2010, com 66.803 habitantes, similar aos anos de 2003-2004. Entre 2006-2020 essa variação se seguiu, com perdas e aumentos entre 2006

e 2012, voltando a recuperar seus habitantes do início desse período em 2013, 70.041. Depois, à exceção de pequena perda em 2018, houve aumento contínuo de 2013 a 2020, terminando esse ano com 72.018 habitantes.

Gráfico 19: População total de Janaúba, 1991-2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; COPIS, 2020.

Gráfico 20: População total de Janaúba, 2006-2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; COPIS, 2020.

A estrutura etária da população revelou que a maioria da população tinha entre 15 a 64 anos em 2000, e que este foi o grupo que mais aumentou na última década, de 27.938 habitantes para 37.957 habitantes, 35,86% maior. A população idosa era bem menor, proporcionalmente às outras faixas etárias, com 1.804 habitantes acima de 65 anos, em 1991, chegando a 2.748 habitantes em 2000 o que, no entanto, representou a maior elevação, de 52,33%. O menor crescimento foi da população de menos de 15 anos, de 20.390 habitantes, em 1991 para 20.946, em 2000, 2,73%. De 2000-2010 a população menor de 15 anos diminuiu para 17.488, (-16,5%), enquanto a população de 15 a 64 anos aumentou para 45,022, 18,61% maior e a idosa também, para 4.293, seguindo percentual similar ao crescimento da década anterior, 56,22% a mais. Essas modificações significam um envelhecimento da população, refletido principalmente nos grupos de adultos e idosos, que aumentaram de 1991 a 2020 61,1% e 137,9%, respectivamente, contra perda dos habitantes menores de 15 anos, de (-14,2%). Ou seja, em 1991 essa pirâmide tinha sua base maior, dos jovens, sendo que em 2000 sua base começa a se afunilar, seguindo essa tendência em 2010 com a base mais estreita e parcelas do topo da pirâmide mais largas.

Tabela 25: Faixa etária de Janaúba, 1991, 2000, 2010

Estrutura Etária, 1991, 2000 e 2010			
Janaúba			
	1991	2000	2010
Menos de 15 anos	20.390	20.946	17.488
15 a 64 anos	27.938	37.957	45.022
65 anos ou mais	1.804	2.748	4.293

Fonte: PNUD, 2010.

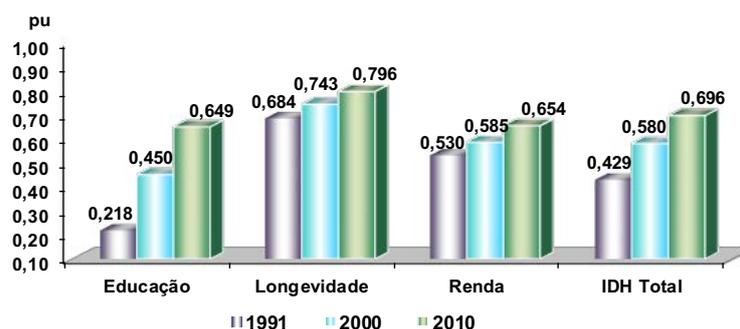
Figura 128: Pirâmide etária de Janaúba, 1991, 2000, 2010



Fonte: PNUD, 2010.

Relativo ao IDH-M de Janaúba houve aumento de 11,70%, de 0,641 em 1991 para 0,716 em 2000. Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1) foi reduzido em 20,9% que, segundo a classificação do PNUD, era de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, 48,4%, seguida pela Longevidade, 26,2% e pela Renda, 25,3%, como representado no próximo gráfico. O índice da Educação apresentou maior elevação em termos absolutos, de 0,681 para 0,790, valor próximo aquele considerado alto desenvolvimento humano, enquanto a Longevidade cresceu de 0,684 para 0,743, em uma posição mediana e a Renda aumentou de 0,641 para 0,716, apresentando o menor valor dos três componentes.

Gráfico 21: Composição do IDH de Janaúba, 1991, 2000, 2010



Fonte: PNUD, 2010.

Como ressaltado anteriormente, os valores do IDH-M foram recalculados em 2010, gerando novos índices para 1991 e 2000, e compatibilização entre esses e os índices de 2010 (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Metodologia, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010). Segundo os novos cálculos, comparando-se Janaúba com Poços de Caldas, todos os seus componentes foram inferiores, em 2000, apesar da expectativa de vida em Janaúba ter representado 91,5% do valor de Poços e a frequência escolar ter sido similar, com quase 97% do seu valor. As maiores diferenças se encontraram no Índice de Renda e, especialmente, na renda per capita, sendo R\$ 304,07 em Janaúba, 35% do valor de Poços de Caldas, R\$ 867,68, o que aponta para um déficit importante no município.

Tabela 26: Comparação entre os indicadores do IDH de Janaúba e Poços de Caldas, 2000

Comparação entre os Indicadores de IDH, 2000				
Natureza da Atividade	ID	Indicador Janaúba ⁽⁸²⁾	Indicador Poços de Caldas ⁽¹⁾	(%)
Expectativa de Vida	A	69,57	75,98	91,56
Alfabetização de Adultos	B	73,01	92,82	78,66
Frequência Escolar	C	86,09	88,79	96,96
Renda per capita	D	304,07	867,68	35,04
Índice de Longevidade	E	0,743	0,850	87,41
Índice de Educação	F	0,450	0,574	78,40
Índice de Renda	G	0,585	0,753	77,69
IDH	H	0,580	0,716	81,01

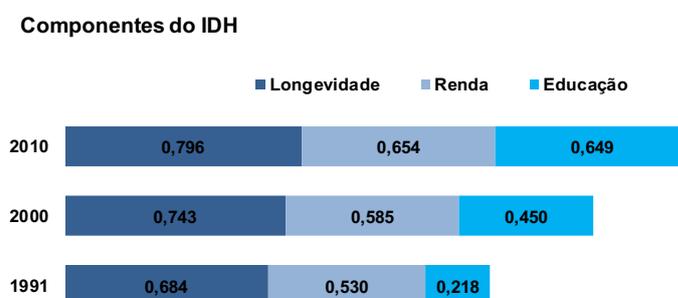
Fonte: PNUD, 2010.

*Observação: dados de 2000 foram atualizados em 2010 e constam na tabela com o valor corrigido. Frequência escolar é a taxa de frequência líquida no ensino básico (média entre o número de indivíduos de 06 a 17 anos estudando no Ensino Fundamental ou Médio), em relação à população dessa faixa etária.

Entre 2000 e 2010, conforme os novos cálculos, o IDH-M elevou-se de 0,580 para 0,696 em 2010 apresentando aumento de 20%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDH-M do município e o limite máximo do índice foi reduzido em 72,38% entre 2000 e 2010, uma melhora bem expressiva, sendo que novamente o índice com maior crescimento em termos absolutos foi a Educação, passando de 0,450 para 0,649, seguida

pela Renda, que se elevou para 0,585 e pela Longevidade, subindo de 0,743 para 0,796. Como se vê no gráfico seguinte, houve aumento contínuo dos componentes ao longo dos vinte anos estudados, com um salto educacional entre 1991-2000, seguido do maior aumento entre 2000-2010, e os outros componentes tiveram aumentos menores em cada década.

Gráfico 22: Composição do IDH, Janaúba 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD, 2010.

Além disso, de 1991 a 2010, o IDH- M do município aumentou de 0,429 para 0,696, enquanto o IDH-M do Estado passou de 0,478 para 0,731. Isso significou taxa de crescimento de 62,24% para Janaúba e de 52% para Minas Gerais, e redução do hiato de desenvolvimento humano de 53,24% e 53,85%, respectivamente. Comparando-se com Nova Lima, melhor IDH-M estadual em 2010, houve melhorias expressivas, pois Janaúba obteve índices similares na expectativa de vida, no índice da educação, destacando sua frequência escolar, com 92%, maior do que em Nova Lima. O grande déficit foi na renda per capita, de R\$ 468, 29 em Janaúba, apenas 27% do valor de Nova Lima, sugerindo que o problema anterior dos ganhos da população persistia.

Tabela 27: Comparação entre os Indicadores do IDH de Janaúba e Nova Lima

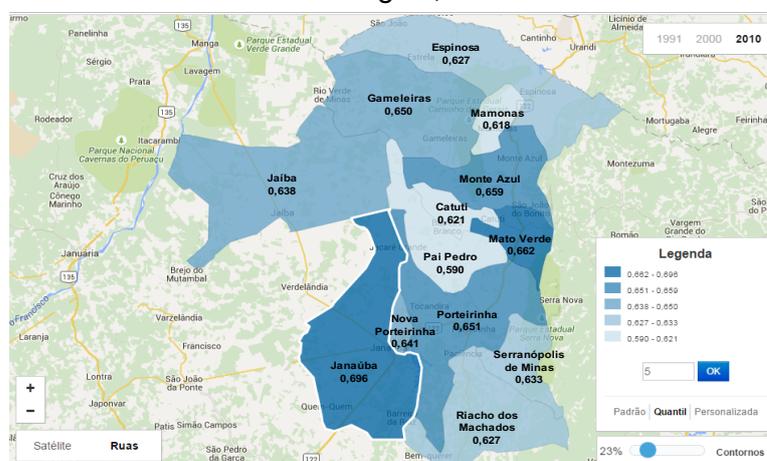
Comparação entre os Indicadores de IDH, 2010				
Natureza da Atividade	ID	Indicador Janaúba ⁽⁷⁹⁾	Indicador Nova Lima ⁽¹⁾	(%)
Expectativa de Vida	A	72,70	78,10	93
Alfabetização de Adultos	B	81,25	96,51	84
Frequência Escolar	C	92,04	90,44	102
Renda per capita	D	468,29	1.731,84	27
Índice de Longevidade	E	0,796	0,885	90
Índice de Educação	F	0,649	0,704	92
Índice de Renda	G	0,654	0,864	76
IDH	H	0,696	0,813	86

Fonte: PNUD, 2010.

Em 2010, Janaúba apresentou situação intermediária superior, em comparação com outros municípios mineiros: 247 estavam em situação melhor e 607 estavam em situação pior ou igual, e obteve o melhor IDH de sua microrregião, de 0,696, como se vê no mapa a seguir.

No Estado, entre 2000-2010 melhorou pouco sua classificação, passando do 82º lugar para o 79º lugar.

Figura 129: Mapa IDH de Janaúba e microrregião, 2010



Fonte: PNUD, 2010.

A partir da análise do IMRS, comparando-se com o melhor município avaliado no Estado, Ouro Branco, em 2000, os melhores índices de Janaúba foram a Segurança, a Educação e a Saúde, apesar de todos os valores estarem abaixo. As discrepâncias mais fortes se mostraram nos índices Cultura, de 0,400 para 0,902, Finanças Municipais, de 0,394 para 0,773 e Renda e Emprego, de 0,495 para 0,898. Saneamento, Habitação e Meio Ambiente não foram bem pontuados em ambos os municípios. Em sua microrregião, em 2000, Janaúba estava no segundo melhor grupo de valores do IMRS, pois o melhor foi o valor de Porteirinha, 0,512, e no estado o município ocupou o 678º lugar.

Tabela 28: Índice Mineiro de Responsabilidade Social, Janaúba e Ouro Branco

Índice Mineiro de Responsabilidade Social, 2000		
Índices	Janaúba 678º	Ouro Branco 1º
Índice Mineiro de Responsabilidade Social	0,486	0,708
Cultura	0,400	0,902
Educação	0,532	0,649
Finanças Municipais	0,394	0,773
Saneamento Habitação e Meio Ambiente	0,383	0,473
Renda e Emprego	0,495	0,898
Saúde	0,540	0,613
Segurança Pública	0,595	0,671

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

Como observado antes, o cálculo desse indicador sofreu mudanças entre 2000-2010, o que impedia a comparação entre seus valores totais, apenas entre as subcategorias. Em 2010, o melhor IMRS foi o de Extrema, 0,701, e o valor de Janaúba ficou bem abaixo, 0,536, no 692º lugar estadual. O melhor índice municipal foi o da Saúde, 0,708, seguido pela Assistência Social, 0,624 e pelas Finanças Municipais, 0,553. Seus piores índices foram Esporte, Turismo

e Lazer, 0,297, Cultura, 0,295, e Saneamento, Habitação e Meio Ambiente, 0,409. Muitos de seus valores estavam abaixo, sendo que uma das maiores discrepâncias estava no índice Renda e Emprego, quase a metade do valor em Janaúba - similar ao visto nos resultados do IDH -, e Cultura, um terço do valor de Extrema, enquanto resultados de Saúde e Educação estavam próximos, e Assistência Social foi melhor em Janaúba.

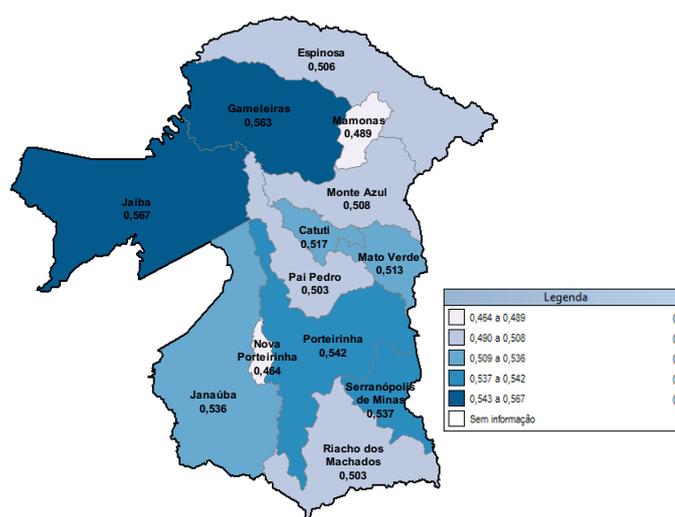
Tabela 29: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Janaúba e Extrema, 2010

Índice Mineiro de Responsabilidade Social, 2010		
Índices	Janaúba ^{692º}	Extrema ^{1º}
Índice Mineiro de Responsabilidade Social	0,536	0,701
Renda e Emprego	0,583	0,923
Saúde	0,708	0,794
Educação	0,537	0,593
Saneamento Habitação e Meio Ambiente	0,409	0,686
Segurança Pública	0,471	0,616
Cultura	0,295	0,762
Esporte Turismo e Lazer	0,297	0,352
Finanças Municipais	0,553	0,661
Assistência Social	0,624	0,605

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010.

Em 2010, em sua microrregião, o IMRS de Janaúba se encontrava na posição intermediária com relação aos municípios vizinhos, 0,536, sendo que os melhores índices foram os de Jaíba, 0,567, Gameleiras e Porteirinha, ainda assim todos com valores similares.

Figura 130: Mapa IMRS de Janaúba e microrregião, 2010



Fonte: FJP, 2010.

Em 2016, os componentes do IMRS foram modificados de novo, e com a comparação entre 2000-2016 foi possível perceber que Janaúba piorou um pouco sua colocação em 2010, em relação à 2000, apesar de ter elevado seu valor em 7,4%. Em 2016, no entanto, sua colocação melhorou, ficando no 605º lugar estadual, sendo que entre 1991-2010 apresentou 18,5% de

aumento no IMRS. Observando seus componentes, o melhor avaliado em 2016 foi Saúde, 0,780, seguido pela Educação e pela Vulnerabilidade Social. Cultura, Esporte e Lazer, e Segurança apresentaram valores muito baixos, perto de 0,260, mas, à exceção desses dois, os outros índices trouxeram melhoras entre 2010-2016.

Tabela 30: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Janaúba, 2000, 2010 e 2016

Índice Mineiro de Responsabilidade Social, Janaúba, 2000, 2010, 2016			
Índices	2000 ^{678°}	2010 ^{692°}	2016 ^{605°}
Índice Mineiro de Responsabilidade Social	0,486	0,536	0,576
Renda	0,495	0,583	-
Saúde	0,540	0,708	0,780
Educação	0,532	0,537	0,724
Vulnerabilidade Social	-	-	0,700
Segurança Pública	0,595	0,471	0,289
Saneamento e Habitação e Meio Ambiente	0,383	0,409	0,578
Cultura, Esporte e Lazer	0,400	0,295	0,260

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2016.

Comparando-se com Uberlândia, o município mineiro com melhor IMRS em 2016, a Saúde teve melhor valor em Janaúba e seu índice Educação foi próximo. No entanto, Segurança Pública foi bem abaixo, 0,289, e as maiores diferenças se encontraram em Saneamento, Habitação e Meio Ambiente, e em Cultura, Esporte e Lazer, com cerca de um quarto dos valores de Uberlândia.

Tabela 31: Índice Mineiro de Responsabilidade Social de Janaúba e Uberlândia, 2016

Índice Mineiro de Responsabilidade Social, 2016		
Índices	Janaúba ^{605°}	Uberlândia ^{1°}
Índice Mineiro de Responsabilidade Social	0,576	0,744
Saúde	0,780	0,738
Educação	0,724	0,747
Vulnerabilidade Social	0,700	0,820
Segurança Pública	0,289	0,483
Saneamento e Habitação e Meio Ambiente	0,578	0,809
Cultura, Esporte e Lazer	0,260	0,870

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2016.

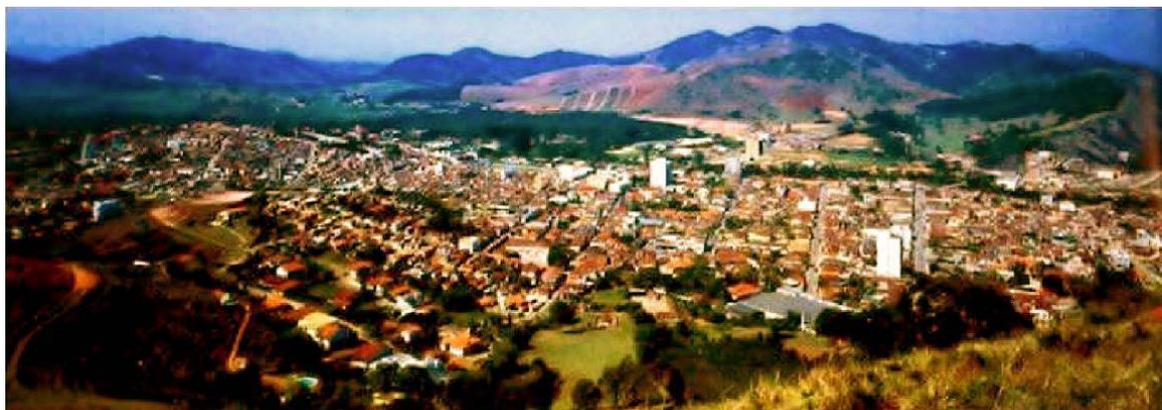
10 SANTA RITA DO SAPUCAÍ, CIDADE EMPREENDEDORA

“Nada grandioso no mundo foi realizado sem paixão”

Hegel

10.1 Introdução

Figura 131: Vista aérea de Santa Rita do Sapucaí

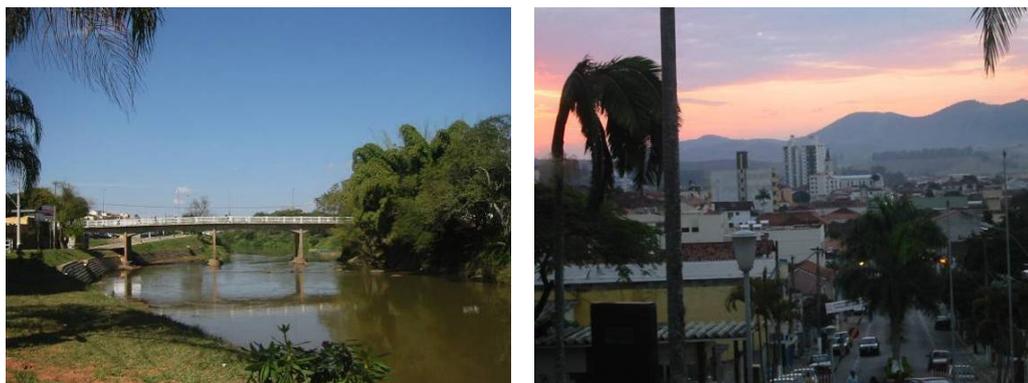


Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí, s.d.

A possibilidade de estudar Santa Rita do Sapucaí ocorreu a partir da busca por uma cidade no Brasil que pudesse apresentar características sustentáveis. A pergunta central daquele momento era: seria possível que a sustentabilidade ampla, descrita e desejada por tantos estudiosos, não passasse apenas de uma “preciosa” utopia? Assim, buscou-se entre várias cidades uma que fosse considerada bem-sucedida em diferentes aspectos e que possibilitasse avaliar a existência ou não de pautas sustentáveis. Diferente da maioria das cidades brasileiras, Santa Rita apresenta um nível de segurança muito elevado, não existem mendigos em suas ruas e seu nível de desemprego é baixo. Inspirada no Vale do Silício, Califórnia, Estados Unidos da América, a cidade e suas vizinhas constituíram o “Vale da Eletrônica”, devido à sua vocação na área tecnológica. Atrativos como esses foram a motivação para escolhê-la como o primeiro estudo de caso da tese.

Durante a pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas e conversas informais, com pessoas que atuam em diferentes áreas - saúde, educação, cultura, entre outras - e de diferentes classes, idades, sexo, buscando satisfazer o critério de representatividade descritiva e compreensiva dos dados, complementados com informações de pesquisas locais e dados secundários.

Figura 132: O rio Sapucaí e foto parcial do centro urbano



Fonte: Fotos da autora, 2003.

A primeira visita à cidade durou uma semana e se buscou caminhar pela cidade, utilizar seu transporte público, frequentar restaurantes e o comércio, visitar áreas rurais, praticando uma espécie de “observação participante”. Antes da viagem foram contatados dois professores de uma universidade local, tendo sido agendadas três entrevistas. O parâmetro da sustentabilidade já estava pressuposto, e era questionada a distribuição local de riquezas – a justiça social (observando aspectos de inclusão-exclusão) que permeia o equilíbrio social, econômico e ambiental, investimentos em infraestruturas, a existência de uma comunicação funcional, a geração de empregos e uma educação de qualidade. Outras questões específicas investigadas foram a condição do meio ambiente, dos habitantes mais pobres, a satisfação dos habitantes com a cidade.

Cheguei de ônibus às cinco da manhã e como o hotel ficava perto da parada, fui caminhando e tirando fotos: a cidade adormecida parecia muito acolhedora. Seu aspecto de cidade do interior, com edifícios baixos e ruas de pedra transmitiam a sensação agradável de uma vida calma. Mantinha minha curiosidade científica relativa aos princípios conducentes da vida urbana, seus recursos e problemas, a qualidade de vida local e outros aspectos que envolvem a sustentabilidade.

10.2 Sua história

O município foi fundado no final do século XVIII por um agricultor devoto de *Santa Rita de Cássia* e lhe atravessa, em sentido longitudinal, o rio *Sapucaí*¹⁶⁹, responsável pela outra parcela de seu nome, confirmado em 1892 como Santa Rita do Sapucaí, quando a então vila foi promovida à condição de cidade (PINTO, 1991). Localizada no sul do Estado de Minas Gerais, na Serra da Mantiqueira, seu porte é pequeno, possuindo aproximadamente 42.751 habitantes em 2018 (IBGE, 2019). Sua área total é de 353.00 Km², divididos em área rural:

¹⁶⁹ Sapucaí significa “água que grita”, em alusão às cascatas que formam sua nascente. Grande parcela da história se encontra na tese de Pinto (1991).

335,91 Km² e perímetro urbano, 12,83 Km² (mancha urbana: 4,55 Km², área não ocupada: 8,28 Km²) (IGA, IBGE, 2003).

O município possui tradição agrícola, praticada em suas terras férteis, destacando-se o cultivo do café e a agropecuária. Apresenta também a grande vantagem de estar próximo dos grandes centros urbanos brasileiros, segundo parâmetros brasileiros: fica a 200 km de São Paulo e Campinas, a 170 Km de São José dos Campos, a 350 Km do Rio de Janeiro e a 400 Km de Belo Horizonte.

Para situar a história municipal, faz-se uma síntese do contexto econômico do país e sua conexão com a situação educacional no início do século XX, que influenciou sobremaneira sua trajetória. Como conhecido, no Brasil, até 1930, a articulação da economia com o restante do mundo se dava através do sistema de câmbios, com o país exportando matéria prima e recebendo produtos manufaturados. Seu principal produto exportador era o café, o que incentivou o crescimento do mercado interno e um acelerado processo de urbanização. Além disso, a Grande Depressão e a Revolução dos anos 1930 criaram um novo modelo de acumulação de capital, dinamizando a agricultura mercantil e influenciando o crescimento das indústrias de bens de consumo, cimento e aço (PINTO, 1991). É nesse mesmo período que surge, tardiamente, - se comparado ao surgimento das universidades europeias - a primeira universidade brasileira.

Segundo Pinto (1991), essa política produtiva funcionou com sucesso até o início dos anos 1960, mas começou a declinar devido à ausência de investimentos públicos. Ainda que em um contexto em mudanças, o país gerou alguns setores industriais maduros, o que demandou instituições de educação equivalentes, que começaram a ser valorizadas a partir da década de 1950. Apesar disso, o desenvolvimento industrial ocorreu de maneira concentrada em algumas regiões, e aconteceu de maneira desequilibrada em termos da geração de níveis de emprego, escolaridade, saúde e distribuição de renda. Com a recessão dos anos 1990, enquanto a maioria das nações capitalistas buscavam melhorar as relações entre indústria, governo e universidades, na América Latina, incluindo o Brasil, o processo foi diferente e a crise econômica provocou diminuição das dotações destinadas à educação, sendo muito inferior àquelas dos países ditos desenvolvidos, o que gerou fortes críticas à falta de apoio governamental às universidades, às atividades de ciência e tecnologia.

No entanto, em Santa Rita do Sapucaí a narrativa vem sendo diferenciada dessa realidade hegemônica. Educação, indústrias e geração de tecnologia participam ativamente de sua constituição há algumas décadas, revelando mudanças positivas e indivíduos inovadores em seu momento. Um exemplo foi o Coronel Francisco Moreira da Costa, que ampliou as terras herdadas do pai - imigrante português da segunda metade do século XIX - adquirindo mais

terras em outros estados e fundando o Banco Santarritense. Em uma de suas viagens, o Coronel conheceu o proprietário de outro banco e ambos fundaram o Banco da Lavoura, que posteriormente se tornou o Banco Real, de grande valor para o país. Sua vida próspera e suas realizações influenciaram a história, ultrapassando política e economicamente as fronteiras do estado. A princípios do século XX, destacaram-se também dois habitantes da região, eleitos Presidente da República, Delfim Moreira e Wenceslau Brás, e outros conterrâneos foram governadores, mantendo influência política no cenário brasileiro.

O município inaugurou seu Cinema em 1909, data considerada precoce para o país, e nesse local ocorreram eventos significativos. Em 1912 foi fundado na cidade o Instituto Moderno de Educação e Ensino, pelas famílias aristocratas, destinado à formação de seus filhos, destacando-se pela qualidade do ensino.

Figura 133: Patrimônios locais: antiga edificação e o Cinema



Fonte: Fotos da autora, 2003.

Além desses destaques, sua história recente de sucesso começa em 1959, segundo relataram todos os entrevistados, com a criação da Primeira Escola Técnica de Eletrônica do Brasil no município, que historicamente possuía base agropecuária, com destaque para a produção do leite e do café. Uma habitante ilustre, Senhora Luiza Renó Moreira, mais conhecida como Sinhá Moreira (1907-1963)¹⁷⁰, filha do Coronel Francisco e sobrinha de um dos políticos mais respeitáveis daquele período, Delfim Moreira, foi a responsável por esse projeto (INATEL, 2002).

Conforme relato dos habitantes, como uma mulher “avançada” para a época e de grandes posses econômicas, filha de senadores da região e dona de uma “visão de futuro”, Sinhá Moreira desejava trazer para seu município um investimento que promovesse o desenvolvimento e, desde cedo, demonstrou um caráter visionário e desafiador que distinguiu

¹⁷⁰ Em 2007 foi lançado novo livro em sua homenagem, “Sinhá Moreira, Uma Mulher à frente do seu Tempo”, de Lilian Fontes, enfatizando que “a importância dessa pioneira transcende os limites da cidade do sul de Minas”.

suas ações. Ela somou ao poder de sua família aristocrata¹⁷¹ seu próprio poder, legítimo, devido a seu carisma e visão, iniciando uma nova ordem social local, segundo os entrevistados. Eles relataram que, além dela ter conhecido muitos países na Europa e na Ásia, em uma das viagens com seu marido, um diplomata, Sinhá visitou o Japão nos anos 1930 e, nessa oportunidade, foi aconselhada a investir na área educacional. Lá, ela “viu o papel que as escolas técnicas estavam desempenhando na renovação econômica do país” e passou a acreditar que poderia replicar esse fenômeno em Santa Rita (ETZKOWITZ, 2011). Ela começou a oferecer, então, bolsas restituíveis para os melhores alunos do colégio que quisessem continuar seus estudos fora da cidade (forma adotada posteriormente como a política de bolsas do Ministério da Educação), pois acreditava na responsabilidade educacional dos jovens, que voltavam à cidade natal com conhecimentos expandidos, para contribuir e inspirar a força participativa da população.

Figura 134: Sinhá Moreira de quimono, depois de conhecer o Japão



Fonte: LOPES *apud* Jornal Estado de Minas, 2007, p.1.

Ela desenvolveu também projetos comunitários para a população de baixa renda, nos anos 1950, criando uma empresa que oferecia a construção de casas populares com juros muito baixos, para que os habitantes pudessem adquirir suas propriedades, fundando um programa habitacional (LOPES, 2007). Segundo um dos entrevistados, o Professor Ely Kallás (1991), esse era um conceito “avançadíssimo” para a época, similar ao Sistema Habitacional Nacional, que foi resgatado anos depois e estendido para todo o país, o Banco Nacional de Habitação, BNH. Conforme sua perspectiva, “Sinhá criou as bases da mudança mobilizando seus recursos na concepção, desenvolvimento e implantação de projetos de ação comunitária, cujos resultados a longo prazo iriam se opor, necessariamente, aos interesses de sua classe”.

¹⁷¹ Aristocracia é o termo utilizado localmente para se referir às famílias de alto poder aquisitivo no município, conectadas principalmente à produção cafeeira.

No final dos anos 1950, Juscelino Kubistchek assumiu a Presidência do país e uma de suas metas era a consolidação do ensino técnico brasileiro, e Sinhá Moreira aproveitou essa oportunidade. Como contaram alguns professores entrevistados, sua ideia inicial era construir uma Escola Química Industrial. No entanto, conta a história, em conversa com um amigo que acabara de chegar dos Estados Unidos, ele lhe relatou uma conferência que assistira, de Albert Einstein, na qual o nobre pesquisador enfatizou que o futuro do mundo decorreria do desenvolvimento da eletrônica. Ela visitou então a Petrobrás, recém fundada empresa brasileira de petróleo, reforçando o investimento em uma escola técnica de eletrônica, proposta que foi a eleita.

Assim, Sinhá se encontrou com o Presidente Juscelino, à época forte opositor político de sua família, com o objetivo de discutir a aprovação da escola, justificada por sua dimensão inovadora. Tendo conseguido, um novo Decreto Oficial foi criado para incluir legalmente um curso técnico de eletrônica no país. A Escola Técnica de Eletrônica Francisco de Moreira Costa, ETE - cujo nome homenageia seu pai - foi fundada em 1959, em uma área de 200 mil m² doada por Sinhá Moreira, responsável também por sua manutenção (SARAIVA, 2000). Sua proposta educacional surpreendia, como contaram os entrevistados: era uma escola diferenciada, em tempo integral, com moradias destinadas aos estudantes e contando com os jesuítas em sua direção, em consonância com o caráter educacional humanista que ela desejava. Ela escolheu então a Companhia de Jesus¹⁷², reconhecida em escala internacional, para dirigir a ETE e Sinhá firmou convênios com o Ministério da Educação e da Cultura para receber subsídios destinados à construção e aquisição dos equipamentos escolares.

Figura 135: A ETE, Escola Técnica de Eletrônica



Fonte: Foto da autora, 2003.

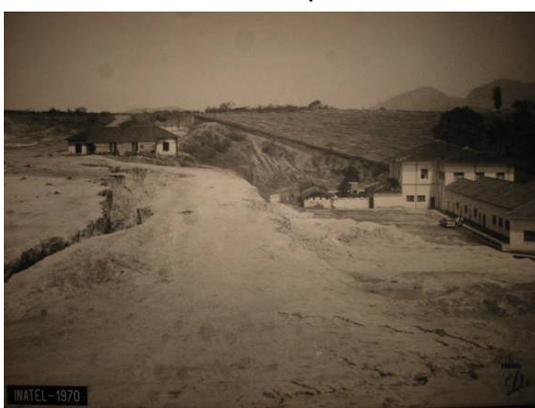
¹⁷² A direção da escola ficou a cargo do Padre Alexandre Collallero y Garcia-Barba, graduado em Salamanca, Barcelona e Madrid e de outro jesuíta, o Padre Javier Afonso Gil de Gijon que foi, na opinião de professores e ex-alunos da escola, o principal responsável pela consolidação municipal da experiência da eletrônica. Sua conferência de chegada à Santa Rita tratou, com muita atualidade, sobre o impacto da mudança na base técnica produtiva sobre a vida econômica e social da humanidade, na segunda metade do século XX. (PINTO, 1991).

Sinhá foi reconhecida como responsável pelo salto municipal, onde veio a “desempenhar um papel crucial”, inspirando a cidade e sendo homenageada com a frase “tudo começou com ela”, presente em vários painéis da ETE e nas celebrações estudantis (SARAIVA, 2000, p.81).

Sete anos após a criação da ETE, em 1965, foi fundada na cidade a primeira instituição de ensino superior de telecomunicações do Brasil, o Instituto Nacional de Telecomunicações, INATEL. Como apresentado pelo Professor Navantino (SARAIVA, 2000, p.88), um de seus fundadores e diretores, a ETE foi a inspiração e uma das bases de sustentação para a fundação do INATEL: “mais que ascendente, esse foi o exemplo vivo [a ETE] que acabou movendo outras pessoas, predispondo a comunidade a projetos dessa natureza. A comunidade passou a aceitar quase que naturalmente projetos como esse. E aí é que foi bem aceito o projeto do INATEL.”

A ideia original era criar o Instituto em Itajubá, cidade vizinha (na primeira década do século XX três escolas de ensino superior haviam sido inauguradas na região). No entanto, por razões políticas, como o Golpe Militar de 1964, e a falta de requisitos básicos como infraestrutura, o INATEL foi para Santa Rita, contando com o apoio fundamental do professor e engenheiro, o senhor José Nogueira Leite, seu primeiro diretor. O senhor Nogueira já havia elaborado um projeto original para uma escola de telecomunicações e, segundo os amigos, manteve seu sonho por mais de trinta anos. Também participaram ativamente de sua criação muitos outros professores, associações locais e habitantes da cidade e região.

Figura 136: Vista do prédio do INATEL, em seus primórdios



Fonte: Acervo do Inatel, 1970.

Seu curso inicial, técnico, foi engenharia de operações, que logo ampliou-se com as demandas do mercado e a partir de questões burocráticas do Sistema Nacional de Ensino, SNE. Surgiu assim o curso de Engenharia Plena, através do precursor, Engenharia Elétrica, com ênfase em Eletrônica e Telecomunicações, em 1971. Nesse período ETE e INATEL se articularam, compartilhando o uso de equipamentos, instalações e corpo docente, propiciando uma troca contínua de conhecimentos e experiências. Desde sempre, comentou um entrevistado, “houve uma preocupação em capacitar bem aos alunos, desde uma visão

humanista e com conhecimentos que possam ser aplicados aos problemas concretos”. Ao mesmo tempo, nas décadas de 1960/1970 foi estruturado o sistema de telecomunicações brasileiro, criando-se a Empresa Brasileira de Telecomunicações, EMBRATEL, junto ao Ministério das Telecomunicações, que apoiou o crescimento das escolas de Santa Rita.

Em 1971, a partir da percepção de alguns professores sobre a necessidade de desenvolver-se também a área de administração, foi criada a terceira grande escola da cidade, o Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação, FAI, oferecendo cursos superiores em administração de empresas e análise de sistemas, que se revelaram um suporte para o desenvolvimento. Novamente toda a comunidade participou de sua construção, incluindo participações de associações, que arrecadaram recursos através da realização de eventos, e também doação de políticos. Complementarmente, o sul do Estado de Minas Gerais já havia começado um processo de industrialização projetado e iniciou um planejamento estatal para atração de empresas paulistas para a região, que naquele momento contava com 35 instituições de ensino superior, apoiando as empresas. Logo, o governo, que até então tinha estado ausente do processo de crescimento educacional, decidiu investir na expansão dos sistemas de ensino buscando superar a estagnação, e esse movimento atraiu mais estudantes de fora, criando-se um novo sistema socioeconômico regional.

A partir dessas mudanças, na década de 1980 Santa Rita possuía um conjunto de escolas de elevado nível educacional em áreas de alta tecnologia, motivando a criação de um polo tecnológico. Seu cotidiano girava em torno da eletrônica e da educação, apresentando uma modernidade tecnológica que passou a incluir também conexões internacionais. Conviviam lado a lado as plantações de café, herança do período prévio, as empresas de eletrônica, em pleno crescimento, e as instituições de ensino. Observa-se que esse processo não foi realizado sem conflitos, especialmente porque abalou a hegemonia política dos aristocratas do café, e foram surgindo novos candidatos à Prefeitura, pertencentes a grupos políticos identificados com a renovação e estudantes vindos de outros estados, em sua maioria homens jovens com menos de 40 anos. Apesar dessa questão, segundo um entrevistado, os conflitos não afloraram de maneira tão contundente, pois escolas, produtores de café e poderes público e privado seguiram mais uma política de cooperação do que de competição.

De tal modo, nesse período sobreveio maior abertura política e os partidos locais se multiplicaram. Os “novos eletrônicos” se sobrepuseram ao poder das elites dos proprietários rurais. Em 1977 foi eleito o primeiro candidato de oposição a romper com o poder oligárquico, o Prefeito Ronaldo Carvalho, que governou entre 1977-1982. Segundo os habitantes, ele e seu vice-prefeito prepararam a cidade para se tornar o Vale da Eletrônica. Nesse cenário se

configurou o polo tecnológico¹⁷³ municipal, nomeado como Vale da Eletrônica, advindo de uma proposta inovadora do vice-prefeito, Paulo Frederico Toledo (que posteriormente foi eleito prefeito), junto a alguns professores do INATEL. Como relatou o Professor Navantino, diretor do Instituto naquele momento: “eu disse que ele poderia contar com o apoio irrestrito do INATEL. O INATEL seria um parceiro neste projeto. E eu passei a ter isso como uma segunda missão” (SARAIVA, 2000, p.97), destacando que sua primeira missão era o desenvolvimento do próprio INATEL, sua “abertura para o mundo”.

O início do processo inspirou-se na constatação de um grande número de graduados com saberes especializados, que começaram a construir e idealizar produtos e pequenas empresas nos laboratórios das escolas e na “garagem de sua casa”, como uma empresa que começou dessa maneira simples e se tornou muito bem-sucedida no mercado, relatou um entrevistado. Assim, existia um ambiente extremamente propício de acumulação de saberes que havia se constituído durante as três últimas décadas. Complementando, disse Kallás (2001, p.34), “a implantação de um regime aberto do uso dos laboratórios, tanto para os alunos como para os empresários foi um fato decisivo para estimular o desenvolvimento dos projetos tecnológicos”. No entanto, o Professor Mário Augusto observou que “a coisa era tão informal que ninguém sabia que aqui tínhamos um polo tecnológico”. Além disso, acreditavam que a localização de Santa Rita foi favorável: na cidade vizinha, em Itajubá, já existia a Escola Federal de Engenharia Elétrica e Mecânica, EFEI, reconhecida nacionalmente por sua envergadura e São Paulo se localiza à apenas 200km de distância, o grande centro econômico nacional e principal mercado consumidor para a produção local.

Ambos, o poder público e o INATEL, souberam aproveitar esses potenciais naquele momento de recessão, no qual havia um número mínimo de empregos, e começaram a incentivar o processo criativo local. Conforme o vice-prefeito, senhor Paulo Toledo, era importante manter seus “gênios” de eletrônica na cidade e não “lhes exportar” para outros mercados. Ele acreditava que, melhor que caber à Prefeitura gerar empregos era que o poder público fosse o agente multiplicador, incentivando iniciativas responsáveis pela criação desses empregos. O professor Navantino reforçou que Toledo dizia: “A Prefeitura não tem que dar emprego. A política tem que gerar o emprego” (SARAIVA, 2000, p.103). Kallás descreveu Toledo¹⁷⁴ como

¹⁷³ Um polo tecnológico possui, de acordo com Medeiros e outros autores, quatro características básicas: instituições de ensino e pesquisa especializadas em alguma nova tecnologia; um conjunto de empresas envolvidas em seu desenvolvimento; projetos conjuntos de inovação tecnológica de ambas a instituição de ensino e as empresas, às vezes com apoio governamental; e uma estrutura organizacional apropriada para esses propósitos, ainda que seja simples (MEDEIROS, 1992 *apud* Saraiva, 2000). Ao longo da pesquisa, todas essas características foram verificadas em Santa Rita.

¹⁷⁴ Ele faleceu prematuramente há alguns anos. Suas ideias podem ser mais conhecidas na tese de Pinto (2001).

Profissional de Odontologia, de formação humanística ampla, político hábil e atento aos desafios do seu tempo, ele percebeu a importância e o potencial de repercussão do fenômeno de industrialização da cidade, criando leis que lhe permitiram apoiar as indústrias com a doação de terrenos, com isenções fiscais e desenvolveu intensa atividade de lobby junto ao Governo Estadual, ora com o mesmo objetivo de obter outras isenções fiscais. ora buscando financiamentos junto ao BDMG para a construção e instalação das plantas fabris. (KALLÁS, 1991, s.p.).

Com sua visão inovadora e “personalidade carismática e aglutinadora”, Toledo preparou de maneira intuitiva e quase informal uma articulação notável entre escolas, governo e entidades financeiras, comunidade e empresas, engendrando uma grande combinação desses elementos ao estabelecer parcerias entre os diversos atores e reforçar “os mecanismos de participação cidadã, na medida em que gerou um ambiente de circulação democrática da informação, a partir de uma discussão ampliada de suas ideias [...]” (SARAIVA, 2000, p.111). Em entrevista à Saraiva, o professor José Geraldo contou que “Paulinho era uma pessoa muito popular. Ele discutia esses projetos em qualquer ambiente. Ele falava muito, se divulgada muito [...] informalmente, mas com uma intencionalidade [...] Ele sempre falava com as pessoas de baixa renda: ‘Vocês têm que ter trabalho’” (SARAIVA, 2000, p.111).

O INATEL percebeu, nesse contexto, a oportunidade que buscava para se integrar à comunidade e, junto ao poder municipal, o professor Navantino e outros profissionais realizaram a Primeira Feira Industrial em Santa Rita, em 1985, com pouco suporte financeiro. Conseqüentemente, foi revelada a existência de mais de trinta projetos desconhecidos, o que resultou em uma incubadora de base tecnológica nas áreas vagas do INATEL e a abertura da cidade para os negócios externos.

Uma nova fase começou. O senhor Toledo havia sido eleito prefeito (1985-1989) e contratou uma das maiores agências de publicidade do país, a MCM, para a campanha de promoção de material de divulgação, criando-se o Vale da Eletrônica, nome sugerido pela agência. A campanha foi muito bem-sucedida, atraindo novos empresários, enquanto a Prefeitura oferecia apoio às novas empresas, alugando ou doando espaços e infraestrutura básica, e oferecendo incentivos fiscais. (SARAIVA, 2000). Outras vantagens eram a existência das escolas locais, ademais de mão de obra mais barata que nos grandes centros. Houve também percalços, como contou à Saraiva o engenheiro Marcos Gular, proprietário da empresa Leucotron

No início, não existia nada aqui. Nós fizemos essa opção porque queríamos morar em Santa Rita. Na época, quando nós viemos de São Paulo, só havia a Linear e outra empresa [...]. Então o pessoal falava: ‘Mas, você tava desempregado? E quando eu falava que não, eles falavam: “Você tá louco! Arrumar uma firma de eletrônica, isso é uma fria danada! Não havia ainda essa imagem (de sucesso)....’ (SARAIVA, 2000, p.104).

Figura 137: Circuitos eletrônicos de alarme feitos por alunos, incubadora de empresas Inatel



Fonte: Fotos da autora, 2003.

No entanto, a imagem positiva de Santa Rita foi crescendo nos meios de comunicação e passou a ser reconhecida nacionalmente. Conversando com Saraiva, o Professor Navantino disse: “quando eu estava dando aula, abro a porta da sala e dou de cara com o repórter do Jornal Nacional. Pra uma cidade do interior, esses fatos são extremamente significativos. Todo mundo ficou orgulhoso e a comunidade encampou aquilo. Todo mundo torcia, todo mundo remava” (SARAIVA, 2000, p.108). A história revela que grande parte de seus habitantes acreditaram no processo de mudança e o defenderam desde o começo; eles foram co-responsáveis pelos sucessos.

De acordo com outro entrevistado, se procurou incentivar desde a origem do Polo¹⁷⁵ a criação de empresas complementares, para que os consumidores pudessem adquirir ali um “pacote tecnológico”, além de evitar a concorrência. Um grupo informal de participantes do INATEL e da ETE, empresários e poder público avaliava coletivamente a entrada de cada empresa no Vale, segundo seu perfil e complementaridade com as empresas já estabelecidas.

Pouco depois, o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais, INDI passou a coordenar a implantação de novas indústrias e, junto ao crescimento das instituições de ensino superior, o Vale da Eletrônica se expandiu¹⁷⁶. Em 1987 o Vale possuía 45 empresas (PINTO, 1991), em sua maioria de propriedade de ex-alunos das escolas. No final de 1988, quando Toledo deixou a Prefeitura, o Polo Tecnológico e Industrial de Santa Rita já contava com 54 empresas de pequeno e médio porte nas áreas de eletrônica, comunicação e informática, criando cerca de 1800 empregos diretos. Em cinco anos desde seu início, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias de Santa Rita, ICMS, passou do 270º para o 60º lugar entre os municípios mineiros (de um total de 853 municípios) (KALLÁS, 1991, s.p.), um indicador que reflete forte crescimento econômico.

¹⁷⁵ A noção de Polo, diferente de um Parque Tecnológico, está baseada na distribuição dispersa das empresas pelo território, no perímetro urbano e adjacências, reduzindo os fluxos entre elas e aumentando as oportunidades de trabalho, vantagens apenas válidas no caso de empresas limpas, como aquelas de alta tecnologia.

¹⁷⁶ A Linear foi a primeira empresa do VALE (1976) e surgiu na ETE, utilizando suas salas de aula e equipamentos emprestados pelo INATEL. Nos anos 2000 ela produzia retransmissores de televisão e receptores de satélites, acompanhando as demandas mercadológicas, pois suas pesquisas tecnológicas começam no próprio mercado.

10.3 Décadas recentes

Como apresentado, por um lado as empresas introduziram novos graus de inovação na cidade e, por outro, ocorreu o fortalecimento da atitude empreendedora de seus habitantes a partir das feiras tecnológicas e dos programas de incubação. Posteriormente foram criados grupos de iniciação científica em áreas tecnológicas, a partir dos primeiros sinais de demanda do mercado para essa especialização. Tudo isso, somado à implantação do Laboratório de Gerência de Redes no INATEL, transformou radicalmente a estrutura de transferência de serviços da faculdade ao mercado, em Santa Rita (KALLÁS, 2001).

Em 1993 foi eleito um novo Prefeito, mas ele foi deposto por corrupção, assim como seu sucessor, o que se refletiu em um período político complexo. Jefferson Gonçalves Mendes, *Jeffinho*, que já havia sido prefeito de 1989 a 1992 foi então reeleito, de 1997 a 2000, novamente no período de 2001 a 2004, 2013-2016 e havia sido eleito novamente para seu quinto mandato, 2017 -2020, mas veio a falecer em abril de 2018 devido a problemas de saúde. Inicialmente, Jeffinho adotou uma visão mais clientelista e sua prioridade inicial não era a consolidação do Vale da Eletrônica. Nesse período, destacando-se o final dos anos 1990, fatores externos à cidade também afetaram seu desempenho, como as reformas econômicas vividas no país, a crise mundial, uma mudança abrupta no cambio monetário, a ausência de apoio governamental com relação a seu desenvolvimento científico, entre outros, segundo Saraiva (2000, p.116,172), consequência tanto de questões macroeconômicas como da turbulência política local e falta de apoio governamental ao Polo.

Alguns entrevistados acreditam que a força do processo de desenvolvimento diminuiu com essas mudanças, como descreveu um deles: “o processo possuía um poder tão grande que desacelerou, mas não parou: era o espírito empreendedor presente. O paradigma não era mais para ser somente empregado, mas poder ser dono”. Logo, vários constataram que mesmo em situações nas quais a sintonia com o processo diminuiu, as instituições e a própria população deram continuidade ao desenvolvimento iniciado desde a fundação do ETE.

Outro evento foi que outras cidades buscaram atrair empresas de Santa Rita, e algumas foram para Ilhéus, na Bahia, oferecendo-lhes ótimas oportunidades de negócio. O fenômeno não foi muito amplo, mas “serviu como alerta a ser considerado”, contou um entrevistado, ou seja, pôde impulsionar ações. Esse fato, somado às mudanças sentidas a partir do fenômeno da globalização - representando a abertura dos mercados, movimentos urbanos internos e a diminuição do número de empregos - foi responsável por incentivar o prefeito a valorizar o Vale da Eletrônica em sua segunda gestão, inaugurando a Incubadora Municipal, o Centro Comercial e manter apoio político contínuo a esses empreendimentos (SARAIVA, 2000).

Mais ainda, sob a égide de um projeto de cooperação internacional, a administração fortaleceu o Polo e, junto ao financiamento do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, BDMG, construiu um Parque de empresas com 13 unidades, que gerava no final da década de 1990 cerca de 600 empregos para a comunidade, segundo Kallás (1997, 2001). Esse projeto internacional foi uma parceria firmada em 1995 com a Agência de Cooperação Técnica Alemã, GTZ, que realizou a divulgação e apoio técnico do Vale, com participação da Agência Brasileira de Cooperação e apoio operacional do INATEL. No projeto foram realizados treinamento de professores, consultoria técnica para as empresas, modernização dos laboratórios e planificação estratégica, envolvendo também a ETE, a FAI, a Associação Comercial Local, o Sindicato das Empresas, o Colégio Tecnológico Delfim Moreira e a Prefeitura. De acordo com Kallás (1997, 2001) - um dos grandes responsáveis pelo estabelecimento desse convênio - ao final se almejava que as empresas fossem mais competitivas, nacional e internacionalmente, com maior volume de vendas e aumento do nível médio de faturamento municipal o que, segundo alguns relatos, foi exatamente o que ocorreu. Segundo Heron Antloga, empresário e consultor

Desse projeto surgiram laboratórios nas escolas que seriam utilizados pelas empresas do Vale da Eletrônica de forma que poderiam complementar os recursos existentes em cada uma delas. Agregados a estes laboratórios ocorreram diversos cursos de altíssimo nível, que as empresas na época não teriam condições de frequentar, vários deles ocorreram na própria Alemanha, um sonho ainda mais distante. As visitas às Feiras de Hannover e Munique começaram, o que se mantém até hoje, porém foi a iniciativa do projeto que as apresentou aos empresários. Nessas viagens havia inclusive a preocupação de aprender-se como as empresas poderiam se apresentar nas feiras realizadas aqui no Brasil, 'conhecimento' pouco presente [...] Tenho uma visão muito grata desse período e ainda desfruto do aprendizado adquirido em cada ação que participei (JORNAL..., 2015).

Outra entrevistada relatou que o Vale da Eletrônica vem recebendo apoio e consultoria de algumas instituições como a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, FIEMG, enquanto a Fundação do INATEL cede infraestrutura e profissionais para o empreendimento. Paralelamente surgiram outras escolas, como a Escola Técnica de Comércio, com o objetivo de formar técnicos em contabilidade e o Colégio Tecnológico Delfim Moreira, complementando o quadro educacional do município.

Na dissertação "Sistemas Locais de Inovação no Brasil: O caso de Santa Rita do Sapucaí, Centro de Desenvolvimento Sustentável", de Adriana Coelho Saraiva (2000), que estudou o impacto das inovações tecnológicas em Santa Rita e em outras cidades, a autora constatou um fenômeno: "Vai, assim, se delineando a ideia de que parece ter se criado um padrão de comportamento na cidade, que permite e estimula os indivíduos a terem iniciativas, ousarem, ocuparem espaços antes não ocupados" (SARAIVA, 2000, p.74), o que sugere a atuação do mecanismo de *feedback* negativo, que auto reforça um padrão, um comportamento e amplifica

o movimento de desenvolvimento local. Seria esta uma cidade auto organizada, com forte grau de participação cidadã?

A meados dos anos 2000 observou-se o retorno de algumas empresas à Santa Rita e a instauração de novas, motivadas por benefícios como seus centros educacionais de excelência, a continuidade dos incentivos municipais e sua qualidade de vida, iniciando-se novo processo de crescimento. Em 2001 a cidade conquistou o Prêmio Mario Covas de Prefeito Empreendedor da região sudeste, com o Prefeito Jefferson Mendes, segundo o Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor (SEBRAE..., 2003), devido às suas ações educativas e empresariais, dando visibilidade a seu Polo Tecnológico Vale da Eletrônica. O ensino do empreendedorismo no ensino básico foi expandido para a toda a rede de ensino, o número de incubadoras também iria aumentar e havia um Laboratório Móvel de Informática, montado em uma micro-ônibus, acessível aos alunos e seus pais (para cursarem o ensino profissionalizante) - modelo que se tornou referência estadual e foi seguido pela Secretaria de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (SEBRAE..., 2003).

O Vale da Eletrônica foi integrado à Rota Tecnológica 459, que representa a unificação de esforços e recursos na criação de um “*cluster*” tecnológico regional, constituído por uma cadeia de produção disjuntiva - sendo uma centralidade ao redor de determinados produtos e uma forma de economia policêntrica - que possui encadeamentos produtivos distribuídos por várias cidades, oferecendo a vantagem da ampliação dos potenciais humanos e das condições concretas de vida no território onde o *cluster* se localiza. A motivação inicial para esse *cluster* foi a existência local dos centros de pesquisa, incluindo escolas, incubadoras, institutos tecnológicos, além dos incentivos estaduais e municipais ofertados, e associações empresarias e governamentais ativas na região: “existe uma tendência muito saudável na comunidade acadêmica de Santa Rita de estender a configuração do Vale da Eletrônica para mais além dos limites da cidade. De fato, a região do médio Sapucaí absorveu a influência de todas as escolas técnicas e de engenharia ali localizadas” (KALLÁS, 1992, p.328). As cidades vizinhas que participam da Rota estão localizadas no traçado da BR 459 (entre as rodovias do Rio de Janeiro a São Paulo e de Belo Horizonte a São Paulo, conforme mostrado no mapa a seguir).

Figura 138: Mapa do Brasil destacando Minas Gerais e desenho da Rota 459, do Vale da Eletrônica (em cor cinza), que vai de Lorena até Poços de Caldas (fora desse mapa)



Fonte: Adaptação do autor no *site* www.gtz.org.br, 2005.

O enfoque da Rota é investir em eletrônica, tecnologia da informação e telecomunicações. Seu objetivo inicial foi a atração de pequenas empresas, por necessitarem de maior quantidade de mão de obra e, geralmente, serem ambientalmente responsáveis. Nos primeiros anos o complexo possuía aproximadamente 300 pequenas e médias empresas, estando 107 delas localizadas no Polo Tecnológico de Santa Rita, como descreveu Kallás

[...] são empresas, proprietários e gerências muito jovens. Surgem num ambiente da escola, de uma forma muito espontânea e descontraída. A sua instalação e a sua consolidação gradativa se dão à base em um ritual quase que heroico, desprovido de racionalidade gerencial (KALLÁS, 1991, p.7)

Os empregos diretos gerados somavam quase 10.000 pessoas e sua organização ocorria através de grupos temáticos. No final dos anos 1990, seus investimentos em P&D foram em média mais altos do que os 9% investidos nas empresas de telecomunicações localizadas em São Paulo, ou os 5% investidos no Rio¹⁷⁷, contou um entrevistado. Em 2019, segundo dados de 2019 do SINDIVEL, o percentual de investimento em P&D das empresas seguia elevado sendo, em média, de 9% do seu faturamento, desenvolvendo produtos em informática, telecomunicações, segurança, automação industrial, equipamentos industriais e prestação de serviços (SEBRAE, 2020, p.113). Além disso, até 2001 outros projetos regionais foram articulados entre empresas, instituições educacionais e poder público, envolvendo a erradicação do analfabetismo, treinamento para trinta empresas na elaboração de seus planos de negócios, treinamentos para obtenção da licença ambiental, inclusão digital para todas as escolas do ensino fundamental, entre outras ações.

¹⁷⁷ Segundo Galina e Plonski (2005), no Brasil os investimentos das companhias fabricantes de equipamentos em P&D eram geralmente cerca de 5%, o que “coincidia” com o valor mínimo exigido pela Lei de Informática.

Também foram fundadas no município incubadoras e centros empresariais. A Incubadora Municipal Sinhá Moreira, IME, foi criada e é mantida pela Prefeitura desde 1999, juntamente com o Programa Municipal de Incubação Avançada de Empresas de Base Tecnológica - PROINTEC. Como disse um entrevistado, em associação com a ETE, o INATEL, a FAI, o SEBRAE¹⁷⁸, o Projeto GTZ e outros parceiros, a Incubadora prepara novas empresas em termos de capacidade gerencial, comercial e criação de produtos, proporcionando-lhes treinamento, troca de experiências entre empreendedores, apoio na divulgação e desenho de produtos, facilidade no acesso às linhas de crédito e consultorias realizadas através do SEBRAE, oferecidas a custo reduzido. Na primeira década de 2000 sua capacidade era para dez empreendimentos, a cada ciclo de três anos, incluindo projetos inovadores de base tecnológica, em especial nas áreas de telecomunicação, eletrônica e informática. Em 2005 havia nove empresas incubadas e três graduadas, passando a atuar independentes no mercado¹⁷⁹ (RIEVERS, 2002, p.84). Em 2003, ela recebeu o prêmio de “Incubadora do Ano” da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (ANPROTEC), no segmento incubadoras de base tecnológica, tornando-se referência em termos de qualidade e recebendo visitantes externos: “ela está no cenário nacional, transbordou as fronteiras”, relatou um empresário entrevistado. Posteriormente foi aberta uma unidade de pré-incubação, destinada a projetos desenvolvidos pelos alunos das escolas municipais.

Interessante observar que as empresas desenvolviam seus produtos nas incubadoras, e esses são, muitas vezes, similares a outros já existentes no polo, mas havia o cuidado para eles não serem concorrentes com aqueles que estavam sendo incubados no momento: “entretanto, quando ocorre alguma concorrência nos produtos, empresas geralmente se tornam parceiras” (SARAIVA, 2000, p. 137), indicando a predominância da cooperação sob a competição.

Outra iniciativa surgiu a partir da implantação do Vale da Eletrônica: o presidente da Associação Industrial, Roberto Pinto, idealizou um condomínio de empresas, o Centro Empresarial, uma parceria entre o poder privado e a Prefeitura, que doou um terreno de oito

¹⁷⁸ O Serviço Brasileiro de Apoio as Pequenas e Médias Empresas, SEBRAE, é uma instituição técnica, sem fins lucrativos, que tem como objetivo apoiar e fortalecer o desenvolvimento da atividade empresarial de pequeno porte. O SEBRAE defende as políticas de apoio aos pequenos negócios, pois trazem grande retorno econômico, criando empregos descentralizados e de baixo custo e promovendo socialmente a população. Atende prioritariamente o segmento privado e promove cursos como Gestão Empresarial, Programas de Desenvolvimento e Emprego, Turismo, Artesanato, Agronegócio, Incubadora de Empresas. (REVISTA SEBRAE, s.d.). Seu papel em Santa Rita é apontado como muito significativo nas entrevistas, auxiliando a Prefeitura em termos de organização, questões legais e conceituais relacionadas a investimentos e negócios.

¹⁷⁹ De acordo com o SEBRAE – MG, enquanto 60% de pequenas empresas fecham no segundo ano, a taxa de sobrevivência das incubadas é de 80%. No Brasil, em 1999, o Sebrae apoiava 35 projetos de incubadoras, em 2001 eram 81 projetos, em 2002, 237 e em 2004 já eram 270 incubadoras, mostrando o crescimento desse processo no Estado (Paulo Alvim, gerente da unidade de Inovação e Acesso à Tecnologia do Sebrae MG. Apresentação na Conferência MINASTEC, out. de 2004).

mil metros quadrados e infraestruturas básicas, por sua vez financiadas em acordo com o BDMG, gerando inicialmente mais de 700 empregos diretos. Para a implantação do Centro foi escolhida uma área próxima aos bairros mais pobres, visando gerar oportunidades de emprego para seus habitantes e atrair investimentos infraestruturais (SARAIVA, 2000), criando-se uma nova centralidade, experiência que foi realizada de maneira similar em várias áreas da cidade de Barcelona. Essa iniciativa foi considerada “piloto” no Brasil. Algumas empresas construíram ali suas sedes próprias e todas não são de cunho contaminante, realizando ações ambientais protetivas. No Centro existem uma área de lazer e uma unidade do sistema FIEMG, SESI, SENAI que, junto à Associação Industrial apoiam a participação do empresariado em cursos, feiras, outros eventos e missões internacionais. A Associação também administra a Banca de Empregos Sebrae, que oferta cursos de profissionalização aberto aos santarritenses.

Nesses empreendimentos se pode constatar a formação de um ciclo completo entre ensino, incubação e instalação de empresas graduadas no mercado; mão de obra qualificada, mediante a construção de um conjunto de infraestruturas em favor do empreendedorismo, com a participação de todos os atores sociais existentes. Os alunos se preparam para se tornar mão de obra qualificada, a comunidade se envolve e apoia e as empresas crescem com o apoio dos diferentes atores e do poder público, possuindo espaços de suporte para o desenvolvimento dos negócios, como o Vale da Eletrônica, as Incubadoras e os dois Centros Comerciais que, segundo a análise de Fischer (2002), representam um entorno territorial inovador. Reconhecendo-se esse potencial, em 2003 o município foi escolhido como sede do projeto da primeira televisão digital brasileira, em associação com o governo estadual e o INATEL. Uma grande equipe de professores, alunos de mestrado, consultores e engenheiros da Linear Equipamentos Eletrônicos – integrantes do Grupo Executivo do projeto - desenvolveram a implantação do sistema de transmissão digital.

O conjunto desses movimentos bem-sucedidos local e nacionalmente reforça a identidade de Santa Rita como cidade empreendedora e com alto nível educacional, ao mesmo tempo em que fortalece para seus moradores essas características, que lhes estimulam a acreditar e colocar em prática ações desenvolvimentistas. Complementarmente, foram observados também alguns temas fundamentais para ampliar a compreensão do município.

10.4 Uma visão dos sistemas urbanos: economia, educação, saúde, gestão pública, habitação, meio ambiente e assistência social

O conhecimento do sistema econômico local é fundamental para a compreensão dos processos urbanos, sob o qual incidem fatores internos e externos vinculados ao sistema econômico nacional e mundial. Acompanhando alguns de seus indicadores, a renda per capita

média de Santa Rita cresceu 79,55% entre 1991-2010, passando de R\$ 411,24 para R\$ 621,02, em 2000, e para R\$ 738,40, em 2010, equivalente a uma taxa média anual de crescimento de 3,13% no período (com taxa média anual de crescimento de 4,69%, 1991-2000, e 1,75%, 2000-2010). (ATLAS..., 2010).

Entre 1991-2010, a pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar inferior a R\$75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu de 37,16 para 13,87, e para 4,96 em 2010, quedas importantes que se relacionam ao processo de crescimento relatado. Conseqüentemente, houve melhor distribuição de renda para a população, como revelado nos valores do Índice GINI, que diminuiu de 0,61 para 0,59 no primeiro período, e abaixou significativamente para 0,48, em 2010.

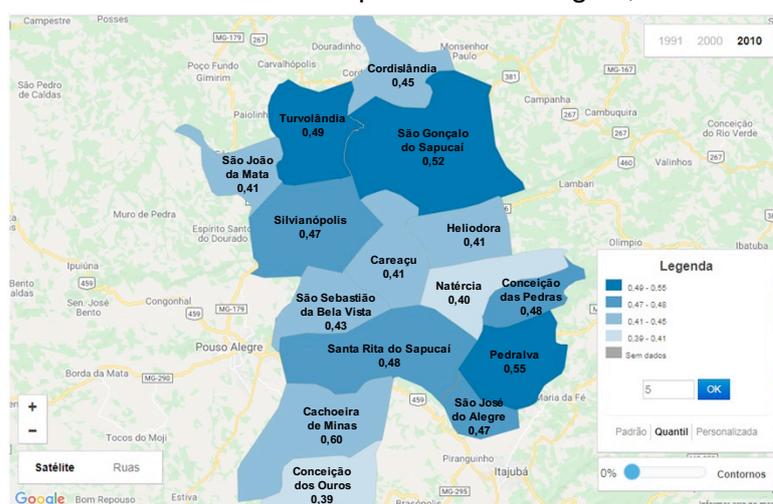
Tabela 32: Indicadores de renda, pobreza e desigualdade, Santa Rita do Sapucaí, 1991-2000-2010

Indicadores	1991	2000	2010
Renda Per Capita Média (R\$)	411,24	621,02	738,40
Proporção de Pobres (%)	37,16	13,87	4,96
Índice de Gini	0,61	0,59	0,48

Fonte: PNUD, 2010.

Em sua microrregião, em 2000 Santa Rita possuía o maior índice Gini, de desigualdade, 0,59, enquanto em 2010 seu valor havia diminuído para 0,48, posicionando-a no grupo de municípios com valor médio.

Figura 139: Mapa GINI de Santa Rita do Sapucaí e microrregião, 2010

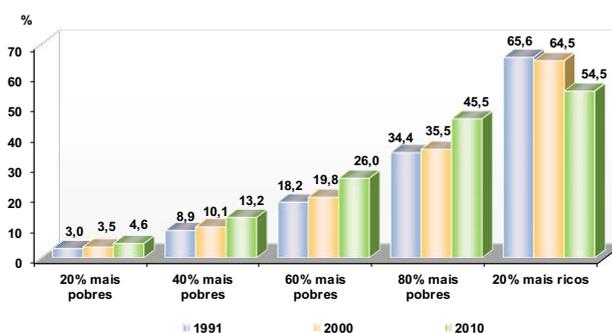


Fonte: PNUD, 2010.

Essa diminuição do índice Gini na última década pode ser confirmada no gráfico abaixo, onde se constata que, de 1991 a 2000, em todos os grupos mais pobres houve pequena melhoria da distribuição de ganhos, aumentando pouco a distribuição de 34,4% para 35,5% entre os 80% mais pobres, enquanto o grupo dos 20% mais ricos, que antes detinha 65,6% da riqueza

gerada, deteve 64,5% dessa em 2000, o que significa que essa renda agora está sendo distribuída um pouco melhor para a população. Em 2010 essa situação evoluiu, com aumento da porcentagem de renda apropriada por grupos de população em todos os grupos avaliados, enquanto a renda dos 20% mais ricos diminuiu.

Gráfico 23: Porcentagem de renda apropriada por grupos de população, Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD, 2010.

Ao verificar a evolução dos dados de Santa Rita ao longo desses vinte anos, constata-se expressiva diminuição dos indicadores de renda e pobreza, diminuindo-se em mais de 87,96% a indigência, em 86,65% a pobreza, enquanto os percentuais de crianças em domicílios com renda menor que R\$ 140 e R\$70, respectivamente, de 85,47% e 79,70%, apresentaram redução contínua. Ainda assim, comparando-se com os valores de Nova Lima – melhor município mineiro em termos de IDH, esses foram menores do que os de Santa Rita nos anos avaliados. Em 2010, a porcentagem de crianças em habitações com renda *per capita* menor do que R\$ 140 e do que R\$ 70 (que caracterizavam níveis de pobreza e indigência das famílias) em Santa Rita abaixou cerca de 30% em ambas as categorias, de 27,07 para 10,28 no primeiro caso, e de 9,13% para 2,73% no segundo, representando aproximadamente o dobro dos percentuais de Nova Lima.

Tabela 33: Indicadores de Renda e Pobreza, 1991, 2000 e 2010, Santa Rita do Sapucaí e Nova Lima

Pobreza	Santa Rita do Sapucaí			Nova Lima			
	Ano	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Intensidade de Indigência		10,22	2,43	1,23	7,04	2,91	0,51
Intensidade de Pobreza		37,16	13,87	4,96	22,21	10,48	2,84
Percentual de crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$ 140,00		18,79	4,8	2,73	10,87	5,77	1,26
Percentual de crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$ 70,00		50,65	23,19	10,28	30,46	18,37	5,53

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2020, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Indigente: se considera indigente (ou extremamente pobre) quem vive com menos de 1/4 do salário mínimo do país (\leq R\$127, salário mínimo, em agosto de 2010, R\$ 510).

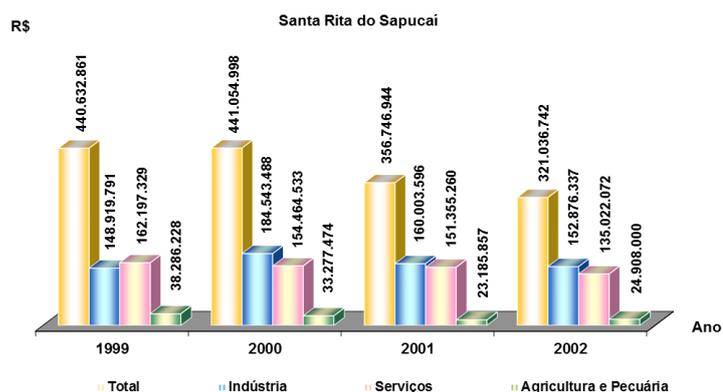
Pobre: se considera pobre quem vive com renda familiar *per capita* igual ou abaixo de R\$ 255 mensais, equivalente a meio salário mínimo, em agosto de 2010.

Na próxima comparação realizada, as fontes de dados disponíveis em cada momento eram distintas, da Fundação João Pinheiro e do IBGE, o que não prejudicou a avaliação, visto que as informações dos ganhos de cada área produtiva são fixas. O PIB subiu entre 1999-2000 e apresentou queda expressiva em 2001-2002, diminuindo de 1999 a 2002, de R\$ 440.632.861 para R\$ 321.0366.742, possivelmente refletindo os problemas políticos comentados que, segundo entrevistados, foram superados nos anos seguintes. Assim, entre 2002- 2009 o valor do PIB mais que dobrou para R\$ 833.542 milhões, e seguiu crescendo: em 2010 totalizou R\$ 1.007 milhões, mantendo-se estável nos dois anos seguintes.

Houve também mudanças representativas relativas aos ganhos de cada setor produtivo. A agricultura e a pecuária recuperaram força desde 2002, quando geraram R\$ 24.908 milhões, sofrendo variações nos últimos anos, produzindo em 2009 R\$ 58.369 milhões e alcançando R\$ 70.633 milhões em 2011. A indústria, que também enfrentava variações nos últimos anos, em 2000 teve um bom ano, produzindo R\$ 184.543, com aumento da arrecadação para R\$ 262.110, em 2009. Seu melhor ano foi 2010, com produção de R\$ 389.380 e depois sofreu uma queda, arrecadando R\$ 306.655, em 2012. Nos últimos anos estudados, os resultados da indústria foram aproximadamente cinco vezes maiores do que os da agricultura e pecuária.

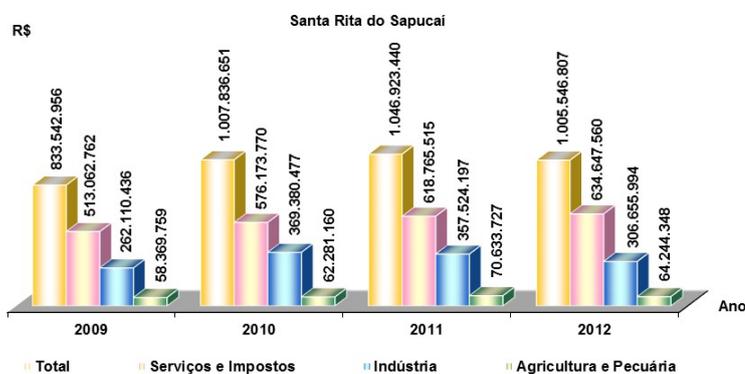
Já o setor dos serviços, que em momentos anteriores havia gerado ganhos menores do que a Indústria, ultrapassou seus valores anuais, quase duplicando seus ganhos de 2009 a 2012 com relação ao setor industrial. Em 2002, os Serviços apresentaram PIB de R\$ 153.022, se elevando para R\$ 513.062, em 2009 e melhorando mais entre 2011-2012, para cerca de R\$ 600 milhões, representando um salto importante para a economia local. Dessa maneira, os serviços se tornaram protagonistas em termos financeiros o que, como comentado, tem sido frequente em várias partes do mundo. A participação da agricultura e da pecuária foi menos expressiva e houve forte queda em sua participação no PIB total, em um município historicamente agrícola.

Gráfico 24: PIB a Preços Constantes, Santa Rita do Sapucaí, 2005



Fonte: FJP, 2002.

Gráfico 25: PIB a Preços Constantes, Santa Rita do Sapucaí, 2014

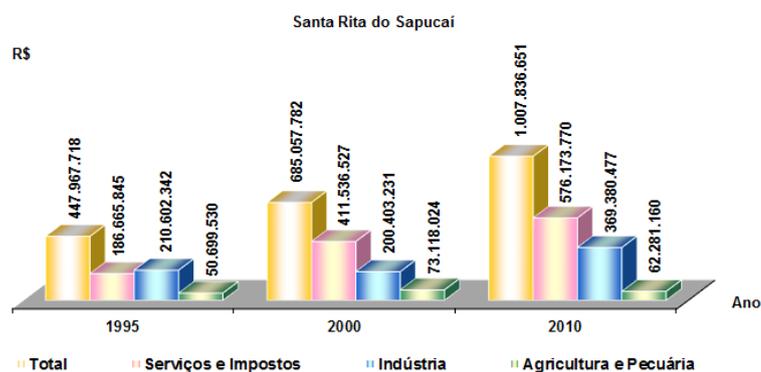


Fonte: IBGE, 2015.

Taxas sobre produtos líquidos de subsídios: impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou, de outra forma, disponibilizados por seus proprietários.

Referente ao PIB a preços constantes, ao se comparar os anos de referência não foram encontrados dados disponíveis para 1991 e, então, nesse quesito, foram utilizados valores de 1995. No gráfico abaixo verifica-se aumento contínuo do PIB entre 1995 a 2010, de 125%, sendo que esse foi maior na primeira década dos anos 2000. O setor serviços mais que duplicou seu PIB entre 1995-2000 e seguiu crescendo, enquanto a indústria sofreu perda no primeiro período, mas se recuperou bem até 2010. Agricultura e pecuária tiveram participação pouco expressiva no PIB total, com aumento em 2000, seguido de queda em 2010.

Gráfico 26: PIB a Preços Constantes, Santa Rita do Sapucaí, 2014



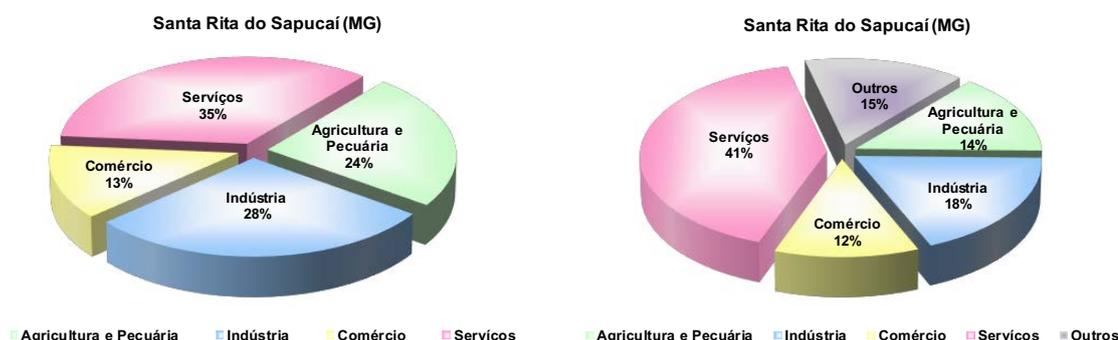
Fonte: IBGE; FJP; CEI, 2014.

Assim, apesar de algumas perdas e entraves, o município vem seguindo um caminho de crescimento econômico, gerando renda para sua população, que elevou seus ganhos, refletidos em índices bem menores de pobreza, indigência e desigualdade social.

Referente à população ocupada por setores econômicos, a População Economicamente Ativa, PEA, também foi necessária mudança nas fontes de dados, devido à Assembleia não mais publicá-los. O gráfico abaixo revela que, em 2000, a maioria da população estava ocupada no setor serviços, 34%, seguido pela indústria, 29%, e com percentual próximo de ocupação na agricultura e pecuária, 24%. O setor que menos empregava em Santa Rita era o comércio, 13% da população. Isso aponta para a mudança de uma sociedade historicamente agrícola para uma população ocupada nas áreas de tecnologia e conhecimento, gerando mais empregos nos setores serviços e industrial.

Em 2010 a distribuição seguia um perfil similar. Do total da PEA, 41% trabalhava nos Serviços, apresentando um aumento de 7% desde 2000, e empregando quase a metade desse grupo. O setor indústria foi o segundo maior empregador, com 18% dos habitantes, sofrendo uma perda de 8%, valor equivalente ao aumento do comércio, sugerindo a “migração” de trabalhadores de um setor a outro. Houve 15% dos habitantes ocupados em Outros, descritos como “órgãos internacionais e outras instituições extraterritoriais e atividades mal definidas”, seguido por 14% ocupados em agricultura e pecuária, também sofrendo perda importante de trabalhadores, com 10% a menos em 2010, sendo que 12% trabalhava no Comércio, que sofreu menos mudanças em termos de população ocupada.

Gráfico 27: População ocupada por setores econômicos, Santa Rita do Sapucaí, 2000, 2010



Fonte: ASSEMBLEIA, 2010.

Fonte: ATLAS, PNUD Brasil, IPEA; FJP, 2020. Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Em 2010: Serviços = construção, mais utilidade pública, mais serviços; Indústria= Indústria extrativa, mais indústria de transformação.

Ressalta-se que o setor agropecuário, originário na constituição municipal, seguia muito produtivo no início dos anos 2000, com cerca de 850 produtores locais dedicados à cultura do café. Segundo Kallás (2001), ainda que a mudança na economia fosse recente, resultante de um rápido processo local de industrialização, o setor agropecuário ainda “sustentava invejosa solidez” e era responsável por 50% do PIB municipal, em 2000. À diferença de outras cidades que se industrializaram, o setor não havia diminuído seus ganhos: “a sua cultura, tão centenária quanto a própria cidade, está presente também em muitos dos jovens capitães de indústria que, formados nos laboratórios de eletrônica e de telecomunicações não abdicaram, contudo, da condição de terem nascido e se criados à sombra dos grandes cafezais”. (KALLÁS, 2001, p.42).

A atividade de pecuária leiteira em Santa Rita também era uma das mais respeitáveis da região e introduziu novas tecnologias para o manejo dos rebanhos, em especial junto aos médio e grandes produtores, ainda que houvesse resistência de alguns em modernizarem sua forma tradicional de trabalhar. Muitos entrevistados observaram que a agricultura e a pecuária são uma “saída parcial para os desempregados temporários”, inclusive porque a colheita do café absorve grande quantidade da mão de obra menos qualificada no campo.

Figura 140: Vista de uma plantação de café localizada no limite do centro urbano

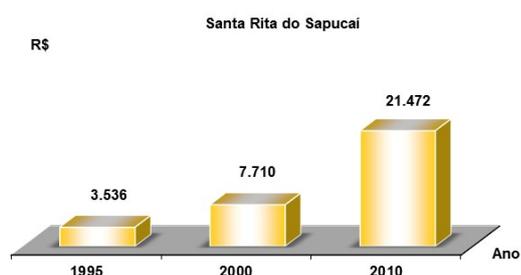


Fonte: Foto da autora, 2003.

As mudanças também parecem caminhar, pouco a pouco, da cidade para o campo. Existem órgãos como a EMATER trabalhando com P&D e apoiando os produtos rurais. Através do uso de novas tecnologias, os técnicos ensinam sobre conservação de alimentos e outros conhecimentos para incrementar a produtividade e o processo de comercialização. Os produtores aprendem a fazer hortas para consumo familiar e recebem noções de higiene, artesanato e indústria caseira de produção de alimentos. Seus profissionais também vêm desenvolvendo um trabalho de conservação ambiental, incluindo temas como tratamento adequado do lixo, preservação da água e das florestas. Um dos entrevistados da Emater contou que esse é um processo complexo, visto que os agricultores, acostumados às suas práticas nem sempre coerentes com a preservação, às vezes resistem às mudanças. Na década de 2000, através de um programa semanal na rádio, a Emater se comunicava com a população rural, falando das novas tecnologias, financiamentos rurais, entre outros assuntos.

Além disso, como explicado, em Santa Rita existem ao menos dois alicerces para a econômica, além da tradicional agropecuária – o sistema educacional e seu Polo Tecnológico, integrante do Vale da Eletrônica. O Polo foi o grande responsável por seu crescimento econômico nos anos 1990 e 2000, refletindo-se no PIB per capita a preços correntes (valores válidos no ano em que foram identificados, sem correção monetária), que saltou de R\$ 3.169,45, em 1995, para R\$ 7.581,00 em 1999¹⁸⁰, um desempenho superior ao apresentado no Estado que teve, no mesmo período, aumento no PIB per capita de RS 3.062,97 para R\$ 4.904,58. Já em 2010 o PIB per capita foi de R\$ 21.472,48, enquanto o estadual totalizou R\$ 17.930,04, ambos representando bom aumento para esse período.

Gráfico 28: PIB per capita, a preços correntes, Santa Rita do Sapucaí, 2014

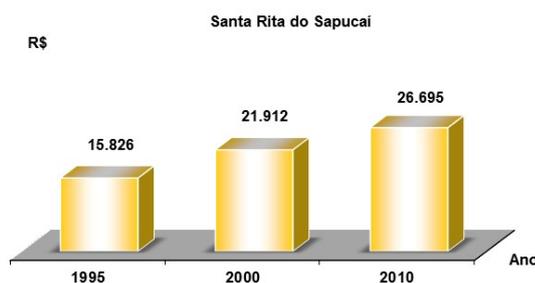


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus. Fonte: FJP; CEI, 2014.

Ao se atualizarem os valores de anos anteriores de acordo com os índices monetários de correção, o PIB per capita a preços constantes também apresentou aumento de 1995 a 2010, de 68,6%, sendo 38,4% do crescimento ocorrido entre 1995-2000 e 21,83% entre 2000-2010.

¹⁸⁰ <https://www.inatel.br/impressao/noticias/casa-viva/157-impressao/nemp-artigos/2894-o-programa-de-milhagem-uma-experiencia-na-divulgacao-do-empendedorismo>.

Gráfico 29: PIB per capita, a preços constantes, Santa Rita do Sapucaí, 2014



Fonte: IBGE, 2014.

Logo, vem ocorrendo no município forte articulação entre os integrantes de sua cadeia produtiva tecnológica, unificando a criação de produtos em sua montagem, fabricação e comercialização. Além disso, o custo de vida em uma cidade de pequeno porte é menor e os salários acompanham este quadro, resultando em custos menores com pessoal e a possibilidade de se investir mais em qualificação para os funcionários, através da realização de parcerias com as escolas, e maiores investimentos em P&D – todos esses representando os principais fatores de atração de Santa Rita.

O crescimento populacional de 2,2%/ano entre 1991-1996, superior à última década e duas vezes maior que o estadual também sugere atratividade local, possivelmente relacionada ao mercado de trabalho equilibrado, somado a ganhos médios familiares mensais melhores do que a média do Estado. Outro aspecto relevante é o apoio que os governos municipal e estadual dão a novos empreendimentos, através de incentivos fiscais e, em alguns casos, da doação de terrenos. A dedução do pagamento de alguns impostos durante dois anos para novas empresas, por exemplo, se baseia em uma política econômica de longo prazo, contando-se com uma compensação posterior.

Não existem empresas muito grandes no município e, em sua maioria, predominam as pequenas e médias empresas, *PMEs*. Comparando-se com às grandes empresas, suas desvantagens são que não possuem escala de venda e é difícil manterem a inovação tecnológica, além da dificuldade frequente de acesso ao capital de risco. Por outro lado, são muito mais flexíveis, geram mais empregos, possuem um custo operacional menor e o nível de sobrevivência do conjunto é maior, porque quando uma se fecha muitas outras seguem atuando, promovendo-lhes mais estabilidade. Além disso, para garantir competitividade, as *PMEs* podem se unir e constituir cooperativas. Assim, baseado em dados e práticas, o poder público ressalta que “as pequenas empresas ocupam mais postos de trabalho a um custo menor, portanto, seu impacto social e econômico é mais importante que aquele causado pelas maiores” [empresas] (CADERNO DA PREFEITURA, 2001, p.22), com o custo de emprego gerado em uma empresa incubada sendo menor ainda. Nesse contexto, o Centro Empresarial

e a Incubadora Municipal são centros de apoio ao empreendedor, bem como o próprio sistema de pré-incubação oferecido nas instituições de ensino. Já nos primórdios dos anos 1990, relatou Kallás

as economias regionais, montadas sobre polos geradores de tecnologia e de recursos humanos especializados, como é o caso de [...], e agora também de Santa Rita do Sapucaí parecem possuir melhores oportunidades, tendo em conta os desafios da produtividade, da qualidade e competitividade que marcaram o novo cenário e a tradição que já construíram, de integração permanente com as estruturas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (KALLÁS, 1991, s.p.).

Complementarmente, de acordo com o “Projeto Cresce Minas” (SARAIVA, 2000, p.121), se detectou forte crescimento nacional na indústria de eletrônicos, cerca de 12% ao ano, observando-se um crescimento de 18% nessa região específica, nos anos de 1999, 2000.

Com esse panorama, a economia local segue crescendo. Em 1999 Santa Rita possuía cerca de 70 empresas (e mais quase 30 incubadas), a metade de base tecnológica e com alto nível de investimentos em P&D, absorvendo os pesquisadores no mercado de trabalho. De acordo com o Censo de 2000 (IBGE), a metade das empresas ativas em Santa Rita havia sido estabelecida a partir de 1995, empregando cerca de 6.300 do total de seus 32 mil habitantes naquele momento, com uma população economicamente ativa em torno de 13 mil pessoas, disse Kallás. Não existiam indicadores secundários para ratificar essa observação, no entanto outros entrevistados confirmaram que a taxa de desemprego era pequena, como disse o gerente de um dos hotéis locais

Aqui não tem desemprego, se houver é um ou outro que não deve querer trabalhar, porque se não tem emprego na cidade, têm muitas fazendas e se pode trabalhar no campo [...] Semana passada teve formatura do Inatel e a cidade encheu de gente. A educação tem sempre que estar presente.

Além disso, seu setor industrial - como vinha acontecendo no país - enfrentava nos anos 2000 (e segue enfrentando na atualidade) “a concorrência da indústria estrangeira, num ambiente de mercado aberto, fora da vigência dos mecanismos protetivos” (KALLÁS, 1991, s.p.), e o setor terciário apresentava condições mais informais que o secundário.

Atualizando os dados, desde 2015 a cidade é sede do HACKTOWN¹⁸¹, um festival de inovação, empreendedorismo e criatividade, oferecendo palestras, workshops e *showcases* que acontecem simultaneamente em diversos locais: auditórios, bares, teatros e outros espaços inusitados (SEBRAE, 2020). Nos últimos anos foi constituído também um “cluster

¹⁸¹ Considerado o principal festival de inovação e criatividade da América Latina, teve sua 5ª edição em 2019, com mais de 700 atividades em quatro dias de evento e um público de mais de 25 mil pessoas do Brasil e da América Latina. Devido a pandemia do COVID-19, em 2020 os organizadores criaram uma plataforma *online* para entrega dos conteúdos, “sempre sobre o ângulo da inovação”, abordando temas como negócios, impacto social, tecnologia, cidades e outros, e oferecendo um conjunto de bate-papos *online*. Eles também ofereceram aos participantes mentorias com “profissionais inspiradores de todo o mundo com negócios e projetos estabelecidos” na cidade, além de comercializarem uma caixa de cafés produzidos em Santa Rita, em parceria com uma *startup* local, constatando que o público valorizava muito essa produção (PORTAL DA CIDADE, 2020).

eletroeletrônico”, consolidado como o Arranjo Produtivo Local (APL) de Santa Rita do Sapucaí¹⁸², tendo como um dos grandes diferenciais o trabalho em sinergia das empresas. (ANTROTEC, 2020, p.113). Em 2019 o APL de Santa Rita possuía cerca de 153 empresas (SINDIVEL, 2019 *apud* ANPROTEC, 2020, p. 113; SINDIVEL, 2020), sendo 90% destas microempresas e 8% de médio porte, com faturamento anual de R\$ 3,2 bilhões e geração de aproximadamente 14.700 empregos.

A Incubadora Municipal de Empresas também apresentou resultados muito positivos em 2019: tinha graduado 49 empresas, com 10 em fase de incubação que, juntas, apresentaram um faturamento de R\$ 13 milhões, somado ao faturamento de R\$ 80 milhões de 14 empresas condôminas. Esse processo já havia gerado 800 postos de trabalho e a criação de 160 novos produtos, sendo que 24% das empresas de base tecnológica instaladas em Santa Rita são provenientes do PROINTEC, que criou também a Casa do Empreendedor do Vale da Eletrônica (CEVE), oferecendo informações econômicas, sobre legislação e gestão de negócios, entre outras, para apoio das empresas. (SEBRAE, 2020).

Outras ações muito relevantes são as Feiras Tecnológicas. A Feira Industrial do Vale da Eletrônica (FIVEL), na sua 15ª edição em 2019, reúne compradores e representantes das empresas do APL para a apresentação de produtos e negócios. A Feira de Tecnologia (FAITEC), promovida pela FAI, segue apresentando suas inovações, oportunidades de negócios, empregos e estágios, estando em sua 29ª edição e a mais antiga delas, a Feira Tecnológica do INATEL (FETIN) oferece visitas ao INATEL, workshops, competições, entre outras experiências. Há também a Feira da ETE, onde são expostos anualmente cerca de 200 projetos por edição, com protótipos de produtos inovadores desenvolvidos pelos alunos.

Em 2020, segundo informações do Sindvel (SEBRAE, 2020), o município estava se preparando para desenvolver um *cluster* no setor da saúde, que funcione em paralelo ao APL local de eletromédicos, constituído por 22 indústrias especializadas nesses produtos, além de uma nova incubadora de empresas, com profissionais qualificados e foco em P&D e inovação, bem como vários cursos de graduação e pós-graduação na área da saúde, somado o investimento em infraestrutura hospitalar local. Essas informações se complementam com a produção de 14.500 produtos desse segmento, sendo que das 153 empresas locais, 94 eram associadas do Sindivel e havia mais 31 *startups* incubadas, em 2019. Mais ainda, as empresas do Vale da Eletrônica receberam mais estímulos à exportação e aumentaram expressivamente seu volume produtivo, passando de U\$ 12 milhões, em 2011 para U\$ 47 milhões, em 2015. (SEBRAE, 2020, p. 113).

¹⁸² Como já discutido anteriormente, um APL significa que no município existe uma cadeia operacional completa, envolvendo o processo de pesquisa, o desenvolvimento e a fabricação do produto.

Segundo jornal *online* o Portal da Cidade (2020), de Santa Rita, seu polo tecnológico apresentava a maior concentração de empresas do ramo eletrônico na América Latina, com cinco empreendimentos para cada mil habitantes, totalizando mais de 200 empresas de tecnologia entre startups e indústrias, com faturamento de R\$3,2 bilhões/ano. Outro dado importante é que o salário médio dos trabalhadores formais em Santa Rita foi de 2,4 salários mínimos, R\$ 2.248,80, em 2017, segundo o IBGE (PORTAL DA CIDADE, 2020), enquanto em Minas Gerais o rendimento mensal domiciliar per capita foi de R\$ 1.322, 00, em 2018. Além disso, algumas gigantes multinacionais têm estabelecido parcerias com empresas do Vale da Eletrônica para a realização de projetos, como o *Google*, a *Tim*, o *Facebook* e a *BMW*.

Figura 141: Foto de rede de recarga inteligente para veículos elétricos, parceria *BMW* e *startup* do Vale da Eletrônica



Fonte: PORTAL..., 2020.

A melhoria dos dados secundários reflete esse espírito empreendedor, e acompanhando esse processo está o valor dado à formação humana. A riqueza local parte de um esforço coletivo e individual de habitantes com espírito empreendedor, que trabalham buscando inovações em produtos, métodos, divulgação, estratégias de relacionamento com o mercado externo. Nesse sentido, a cultura empreendedora ganhou em Santa Rita “uma importância extraordinária e um caráter estratégico” destaca o Caderno da Prefeitura (2001, p.22), fundamentada na educação e no universo empresarial.

Em 2019, por exemplo, aconteceu na cidade o evento internacional XVIII *Workshop* Brasil *Red* Empreende SUR (PORTAL..., Polinize.com, 2020) com o tema Cidades Criativas, Cidades Felizes, para abordar experiências inovadoras da América Latina e do Caribe, a partir de dois eixos temáticos: Educação para Empreendedorismo e Inovação, e Promoção e Apoio ao Empreendedorismo e Inovação, uma parceria da Rede EmpreendeSUR, Inatel, Prefeitura e Sebrae.

De acordo com as ideias de Jacobs (2001) apresentadas anteriormente, Santa Rita está a caminho de uma economia “equilibrada”, pois gera diversificações a partir das generalidades, ou seja, cria novos produtos e serviços a partir dos produtos já existentes, gerando ganhos.

Uma vez que muitas de suas empresas se diversificam e constituem cadeias produtivas, o município pode substituir gradualmente as exportações por produtos locais e exportar suas produções, promovendo a circulação de mercadorias que gera mais trabalho e riqueza. Logo, seu capital humano - considerado um dos bens mais importantes de desenvolvimento - é precioso, constituído por pessoas participativas e empreendedoras. As adaptações necessárias no processo se realizam conforme as demandas, revelando que nesse ambiente se criam respostas aos *feedbacks* do sistema econômico local, nacional e mundial.

Constata-se ainda que, historicamente, ocorreram em Santa Rita dois grandes momentos de bifurcação, ou saltos qualitativos, tal como delineado nos estudos de Bertalanfy (1967): quando Sinhá Moreira inaugurou a ETE e quando o prefeito Toledo incentivou a formação das primeiras empresas locais de tecnologia, ambas as ações impulsionando novas fases na trajetória urbana. Por sua vez, a análise do SEBRAE (2020) destacou que “muito do protagonismo e desenvolvimento da região se deve ao sucesso da hélice tríplice em que o poder público proporciona estímulos, como a Lei da Informática na esfera federal, o tratamento tributário diferenciado na esfera estadual e os incentivos municipais, como o aluguel de galpões e terrenos e a incubadora municipal”, complementada com o papel da academia, que forma capital humano e produz pesquisas, estimula a criação e exploração comercial de seus inventos, seja nos laboratórios de P&D, incubadoras e eventos.

Nesse mesmo sentido, em 2015, Souza *et al.* (2015) realizaram uma pesquisa com 82 empresas locais para verificar os “constructos explicativos das relações de cooperação entre as empresas integrantes do arranjo produtivo local (APL). Suas conclusões apontam para a liderança do poder público no estímulo empresarial, por meio da participação da prefeitura e dos empresários, do Sindicato das indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Vale da Eletrônica (SINDVEL), além da existência de “componentes geográficos, seu histórico social, a exploração de um setor econômico, a multiplicidade de firmas concorrentes e complementares inter-relacionadas e a base educacional”, junto à ação de pessoas visionárias e de empresários que assumiram riscos.

Marlene Garcia, como contaram alguns entrevistados, no mesmo estilo inovador de Sinhá Moreira, foi outra “visionária” que fundou escolas e defendeu pessoas excluídas no seu tempo, apesar de não possuir grandes recursos financeiros; e Maria Garcia Jardim Borsato também fundou várias escolas, e a essas senhoras se soma a participação de muitos outros habitantes que investiram em um desenvolvimento pactuado de maneira coletiva.

Percebe-se, portanto, que o processo segue esse caminho de desenvolvimento, destacando-se o impulso gerado pela Educação. Todos os grupos sociais existentes transformaram suas perspectivas para acomodar a introdução de uma nova área de conhecimento - a eletrônica,

e a agropecuária seguiu sendo praticada de forma paralela, em uma cidade marcada por novas premissas educativas e tecnológicas, com ampla participação cidadã. A democratização do conhecimento para seus habitantes transformou Santa Rita ao longo dos anos, como contou um entrevistado “é comum aqui se ter muito conhecimento”. Outro morador comentou: “pergunte a qualquer criança que esteja na rua como ligar um computador e ela vai saber, a tecnologia é parte da vida”. Pinto ressalta que

A própria dinâmica da vida urbana municipal se transforma em um laboratório de aprendizagem para alunos, professores e empresários. As distinções entre os diferentes segmentos ainda são tênues. Este é o movimento de superfície do município (PINTO, 1991, p.185).

Parte expressiva do seu cotidiano gira em torno da Educação, em vários âmbitos. Estudantes mobilizam o comércio, o sistema alimentar, os transportes e serviços como o aluguel de casas, que se transformam em “repúblicas”, ou vivem junto às famílias que oferecem esse serviço. Também incentivam eventos culturais e esportivos, em um movimento que, junto aos moradores, estimula o crescimento. Mais empregos são gerados e aumenta-se a circulação da renda, inclusive porque muitos graduados permanecem na cidade e começam ali seus negócios, comumente em parceria com professores e colegas.

Figura 142: Crianças de uma escola rural e o recreio



Fonte: Fotos da autora, 2003.

Logo, o sistema educacional se desenvolve através de ações conjuntas, revelando que a cooperação se sobressai à competição. Existem na cidade três instituições centrais de ensino técnico ou superior, ETE, FAI e INATEL, com visões voltadas para o setor produtivo, realizando feiras para expor projetos empresariais e aplicações tecnológicas desenvolvidas por seus alunos (SARAIVA, 2001).

A Escola Técnica de Eletrônica (ETE), pioneira no Ensino Médio de eletrônica no país, tem um papel fundamental na vida de Santa Rita, através da formação dos alunos, projetos e ações entre as escolas, empresas e comunidade, como já apresentado. Um dos diretores da ETE comentou em entrevista que: “realizamos as coisas por um sentimento dos professores, que agora tem um nome” (que é empreendedorismo). Sua abertura é um marco na história

local, movida pelo sonho e perseverança de Sinhá Moreira e pela condução dos jesuítas, que imprimiram sua marca de competência a partir de um ideal cooperativo, relataram alguns entrevistados. Eles contaram também que a construção do INATEL foi inspirada na visão inovadora da ETE, responsável ainda pelo primeiro exemplo de incubadora, que auxiliou posteriormente na criação do Polo Tecnológico, em 1974.

A Escola ocupa um terreno de 24 mil metros quadrados e é reconhecida nacionalmente pela qualidade de ensino, o que atrai muitos estudantes de fora da cidade, que costumam graduar-se na ETE e depois ingressarem no INATEL. Um professor da instituição contou que eles “são jovens de 15 a 18 anos que chegam e se transformam, e aqui se forma o ser humano de maneira integral”, em parte porque os alunos participam de um regime de horário integral e aprendem a viver longe dos pais. Segundo o professor, a base do trabalho é a aprendizagem prática, através das chamadas “aula-ambiente” - espaços com capacidade para realizar práticas através do manejo de diferentes materiais eletrônicos, unindo-se teoria e prática, atualizadas constantemente com o surgimento das novas tecnologias.

Figura 143: Circuitos eletrônicos feitos pelos alunos da ETE



Fonte: Foto da autora, 2003.

Desde 1996 foi criado o Centro de Projetos, CEDEN, ampliando a troca entre Escola e empresas, que vêm contratando grande parte dos alunos como parte do seu aprendizado. De sua parte, a Escola acompanha mensalmente o desempenho desses alunos, para avaliar a eles e a si mesma, promovendo um processo de *feedback* planejado. Em 2003 a instituição criou a primeira incubadora de empresas do município, destinada a ampliar a capacidade gerencial dos alunos.

Também são desenvolvidas ações de integração da ETE com a comunidade. A Escola atrai uma grande quantidade de alunos para o município e seu auditório é frequentemente cedido para eventos em geral, gerando uma proximidade com a sociedade. Em 2020, os cursos

técnicos oferecidos pela ETE tinham duração de três anos e eram realizados junto ao ensino médio, em período integral. São eles técnico em desenvolvimento de *games*, técnico em eletrônica, técnico em telecomunicações e técnico em equipamentos biomédicos.

O Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação, FAI, segue o espírito idealista das outras escolas e de seu primeiro diretor, padre Ramón Villar Paisal. O Centro foi concebido nos anos 1960, a partir do sonho de alguns professores, que constatavam as evidências do desenvolvimento industrial no sul do Estado e desejavam a continuidade da Escola Técnica de Comércio, mantida pela Fundação Educandário Santarritense. Dois de seus professores buscaram apoio junto ao Prof. Ramón Vilar Paisal, que relatou à Souza

Estava em “posto de sossego, quando me apareceram dois jovens professores que, no meu íntimo, sonhavam angelicamente iludidos com seu projeto – pouco viável – de criar um Faculdade de Administração em Santa Rita. Sempre pensei que é crime matar a ilusão de um jovem. Santa Rita contava então com 12.000 almas e já possuía uma Escola Técnica de Comércio, uma bela Escola Normal, o parâmetro nacional em Escola Técnica de Eletrônico e o Inatel. Caberia mais uma escola superior de Administração, em tão diminuta comunidade notabilizada pela produção de café e apenas três indústrias: sabão, latas e curtume? É claro, Pouco Alegre e Itajubá ficavam ali perto, mas... (PAISAL, 2000, p.1 *apud* Souza, 2000).

Ainda assim, a partir desse sonho, surgiu o primeiro curso de administração do sul de Minas, com objetivo de preparar profissionais que atuassem nas empresas. A construção da Faculdade mobilizou toda a população, que fez doações, festas e quermesses para arrecadar recursos e auxiliou como possível (SARAIVA, 2000). Em 1978 iniciou-se o curso de tecnólogo em processamento de dados e em 1997 ele transformou-se em ciências da computação - o primeiro curso desse segmento no interior do país, e pouco disseminado nos grandes centros.

Segundo um dos entrevistados dessa instituição, a escola vem ensinando o empreendedorismo desde 1997 e em 2009 criou a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica, INTEF (2016), incentivada pelo sucesso das outras existentes, apoiando alunos, professores da universidade e região. Esse fato retrata um encadeamento entre as práticas e áreas de conhecimento, que vêm se influenciando e se complementando, para tornar o sistema produtivo mais completo. Em 2019 a INTEF possuía quatro empresas residentes, duas associadas e três em modalidade *coworking*. (SEBRAE, 2020)

Figura 144: FAI



Fonte: Foto da autora, 2003.

Em 2019 a FAI oferecia cinco cursos de graduação, 11 cursos de pós-graduação, com 1200 alunos, 90 professores e 50 colaboradores, tendo formado mais de três mil profissionais. Em 2008 a FAI recebeu o prêmio nacional ABRAIC de inovação em inteligência competitiva e em 2012 foi a única instituição de ensino superior de Minas Gerais (com três ou mais cursos) a receber nota máxima do MEC em todos seus cursos. Em 2014 foi a única instituição de ensino superior do sul de Minas (com três ou mais cursos) a receber 4 estrelas do Guia do Estudante em todos seus cursos.

Sobre a história do INATEL, como contou um entrevistado, desde os anos 1960 o professor José Nogueira Leite, habitante de Santa Rita, desejava criar ali um curso de telecomunicações. Ele era professor na Escola Federal de Engenharia de Itajubá, EFEI, na cidade vizinha, reconhecida como uma das melhores escolas de engenharia do país. Nessa época foi elaborado o Primeiro Plano Nacional de Telecomunicações que demandaria, segundo cálculos do Governo Federal, aproximadamente 20 mil engenheiros graduados. Diante dessa oportunidade, o professor convidou seus colegas de Santa Rita para uma reunião, apresentando a proposta de constituir a escola, e todos aceitaram.

A partir de alguns entraves ocorridos em Itajubá, a escola veio para Santa Rita. Sua construção ocorreu com a dedicação desse grupo, que possuía um sonho. Outro entrevistado relatou que o Instituto Nacional de Telecomunicações, INATEL, nasceu sem espaço físico ou recursos financeiros. Inspirada na ETE - que havia proporcionado uma nova filosofia baseada na valorização do conhecimento - destacaram-se o trabalho do próprio professor Nogueira e de outros professores, como do senhor Navantino, da Associação dos Amigos de Santa Rita e do Clube Feminino da Amizade e de muitos habitantes.

As aulas foram inicialmente improvisadas em espaços da ETE, áreas emprestadas pelo Exército e em uma casa doada por Sinhá Moreira para o Instituto. Os professores vinham de Itajubá e trabalharam por um longo período sem remuneração. Alguns funcionários também passaram por essa mesma situação, contou um habitante: “Faltava infraestrutura e material,

mas ninguém se dava por vencido!"; e frequentemente os professores emprestavam componentes eletrônicos de suas próprias empresas para as aulas. Essas informações constituem um conjunto de histórias que demonstra a força dos habitantes para garantir o sucesso do projeto e o próprio desenvolvimento, como ressaltou um participante. Ele contou também que, devido à elevada qualidade educacional do Instituto, todos os alunos das primeiras turmas foram rapidamente absorvidos pelo mercado de trabalho, começando a solidificar sua "fama de ensino de qualidade".

Figura 145: Vista aérea do INATEL, com seu edifício central e espaços desportivos ao fundo



Fonte: Foto do arquivo do Inatel, s.d.

A década de 1970 representou a consolidação do INATEL. Novos professores com alto grau de competência se uniram aos anteriores, vieram novos alunos e parcerias foram firmadas, estabelecendo a escola no cenário nacional. Quando a situação financeira se estabilizou foi criada a Fundação FINATEL, entidade privada sem fins lucrativos, responsável por suas condições técnicas e econômicas, e que tem por objetivo captar recursos através de atividades próprias. Essa se compõe por professores, funcionários, representantes da comunidade e dos alunos, visando uma administração democrática.

Nas décadas de 1980 e 1990 surgiram novos desafios. O INATEL precisou reformar sua política de ensino, em parte como resposta à crise mundial do petróleo, que agitava o país e afetava indiretamente o sistema educacional. Paralelamente, foi realizada uma pesquisa sobre suas condições de ensino, diagnosticando uma fragilidade no seu modelo inicial, estritamente acadêmico. Isto motivou novas parcerias, ampliando-se o foco educacional que, ao invés de visar apenas na competência técnica dos alunos, incluiu conhecimentos culturais e humanísticos no sistema (PINTO, 1991, p.185). Houve paralelamente renovação dos conhecimentos ofertados pois, como seus professores defendem, o campo tecnológico se modifica muito rapidamente e o profissional precisa desenvolver ambos o espírito empreendedor e a responsabilidade social para acompanhar essas mudanças.

Nessa nova fase, em 1982 foi criada a Feira Tecnológica do INATEL (FETIN), anual, para que seus alunos desenvolvessem projetos em contato direto com as necessidades

mercadológicas. Ao mesmo tempo, o Instituto lhes oferece a estrutura, como espaço físico, supervisões, materiais de divulgação e apoio administrativo, através do Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP). O evento recebe a cada edição representantes de empresas locais e nacionais e logo se tornou referência na área.

Em 1991 o INATEL começou a realizar consultorias e foram contratados alguns executivos de empresas associadas, como o professor Ely Kallás, responsável pelo desenvolvimento de projetos nacionais e internacionais. A partir dessa iniciativa foi estabelecida sua primeira parceria internacional com a agência alemã GTZ, com apoio do governo brasileiro, através de sua Agência de Cooperação Técnica, (ABC) e do Ministério de Relações Exteriores. O professor Kallás (2001, 2002), a cargo desse projeto, relatou que o objetivo central da aliança foi a consolidação do Polo Tecnológico de Santa Rita, aprovado em 1994. O GTZ delineou cinco linhas de ação e apoiou, além do INATEL, diversas empresas locais, atualizando os profissionais através de cursos, treinamentos e viagens dedicadas ao aprendizado, buscando criar mecanismos de auto sustentação, modernizar a infraestrutura de ensino e realizar estudos técnicos relativos à infraestrutura urbana (SARAIVA, 2000, p.142). Os professores reconhecem essa parceria como a principal responsável por estabelecer a posição do INATEL junto à administração pública e transformar seu perfil socioeconômico, trazendo perspectivas para sua ampliação mercadológica e constituição de uma visão internacionalizada.

Logo, naquele momento, o Instituto participou ativamente da criação do Vale da Eletrônica e esse esforço conjunto aproximou a Prefeitura do projeto, focado no desenvolvimento sustentável regional. Criaram-se também núcleos de apoio internos, como o Núcleo de Empreendedorismo, NEMP e foram implementados no Inatel seus primeiros cursos de pós-graduação, começando com o curso *latu sensu* para telecomunicações, solicitado por indústrias e operadoras da área, ao mesmo tempo preparando a base para o programa de mestrado, para as atividades de pesquisa e produção acadêmica que foram realizadas na última década. (KALLÁS, 2001, p.35).

Em 1985 o INATEL criou sua Incubadora, privilegiando as inovações de base tecnológica e o empreendedorismo. No início o programa possuía a capacidade para incubar cinco empresas, durante dois anos cada, oferecendo capacitações e acompanhando seus avanços. Os professores apoiam as empresas continuamente e a maioria de seus cursos são abertos à comunidade, inspirando um ambiente de crescimento e a crença na potencialidade dos habitantes. Em 1993 sua Incubadora estava na quarta fase do processo - orientando tecnicamente a recém-inaugurada Incubadora Municipal - e foi uma das primeiras do país a receber a Norma ISO 9001/2000. Muitas empresas “nascidas” do INATEL (mais de 15 em 2003, gerando mais de 400 empregos diretos) se consolidaram e prestam serviços para outras empresas nacionais e multinacionais.

Figura 146: A Incubadora de Empresas INATEL e propaganda dos projetos do Instituto



Fonte: Fotos da autora, 2003.

Em 2015/2016 a Incubadora¹⁸³ havia se ampliado: ocupava uma área de 1000m² com salas, laboratórios de prototipagem rápida de Placas de Circuito Impresso e impressão 3D e oferecia acesso aos outros laboratórios do INATEL, equipamentos, serviços de aproximação com investidores, treinamento, consultorias, suporte gerencial, mensuração sobre a evolução das empresas incubadas e apoio a gestão de negócios das graduadas, até se tornarem autônomas. Havia sete empresas incubadas e oito graduadas que geravam cerca de 800 empregos diretos e receita de R\$ 220 milhões/ano.

Há poucos anos foi criado também o Centro de Desenvolvimento e Tecnologia, CEDETEC-INATEL, e o Departamento Nacional de Telecomunicações, que oferece cursos de curta duração para grandes empresas nacionais e internacionais, e o INATEL *Competence Center*, ICC, que funciona como uma extensão das áreas de PD&I das empresas, sendo o maior responsável pela arrecadação institucional, através do trabalho de uma equipe de especialistas no desenvolvimento de projetos nas áreas de software e hardware, atendendo empresas de grande porte, nacionais e multinacionais. Outra “conquista” foi o intercambio destinado a seus alunos, com a Universidade Tecnológica de Compiègne, na França, como já havia sido estabelecido anteriormente com a Universidade de Esslingen, na Alemanha (KALLÁS, 2001).

Atualmente, o INATEL ocupa 19 mil m², com edifícios modernos e bem cuidados, cercados por vegetação, amplo espaço poliesportivo e biblioteca com acervo físico e eletrônico, o Teatro INATEL, o Centro de Competências para PD&I e a Incubadora de Empresas, em uma área de 75 mil m² (INATEL, 2020). Um dos professores contou que

¹⁸³ Essa Incubadora foi a que mais graduou empresas no Estado, sendo reconhecida pela Rede Mineira de Inovação (RMI), e recebeu certificação na norma ISO 9001. Recebeu também prêmio do melhor Projeto de Promoção da Cultura do Empreendedorismo Inovador do País, pela Anprotec, em 2005 e da melhor Incubadora de Empresas Orientada para Desenvolvimento Local e Setorial, pela Anprotec, em 2014 (SEBRAE, 2020, p.118).

O cuidado com o ambiente se promove de maneira natural e as vezes silenciosa, através de atuações respeitosas. Na escola eles constroem uma cultura de quem respeita a própria “casa”: suas dependências estão sempre bem cuidadas e os alunos aprendem observando os outros.

O professor disse perceber diferenças nos comportamentos dos graduandos entre o início e o final dos cursos, porque os mais antigos ensinam o cuidado ambiental, transmitindo-lhes a “cultura do lugar”. Isso reflete conclusões da pesquisa da rede CIS, citada anteriormente, segundo a qual somente ampliar as informações sobre sustentabilidade para as pessoas seria insuficiente na formação de atitudes ambientais sustentáveis, pois a satisfação dos habitantes, uma identidade social positiva e a qualidade de suas relações são “chave” para mudanças, aspectos encontrados em Santa Rita. Além disso, esse fato aponta para o poder da transmissão da cultura local através de comportamentos, e não apenas de falas.

Nos anos 2000, o Instituto oferecia cursos de graduação, pós-graduação e mestrado, consultorias e cursos de idiomas, tendo 1200 alunos na graduação. A Escola buscava realizações de excelência acadêmica, investindo na formação de alunos e docentes através de “tecnologias modernas da informação e comunicação digital” (INATEL, 2002), além das atividades extracurriculares, como artes, feiras, debates, esportes. Complementarmente, o projeto de *marketing* consolida suas ações junto à comunidade e para o exterior.

Os estudantes entrevistados relataram que gostam muito da forma de ensinar da Escola, “que portas são abertas”, pois eles têm oportunidade de praticar em empresas do setor e essa aprendizagem ampla possibilita atuações em diferentes áreas. As entrevistas revelaram respeito e cumplicidade grande dos habitantes com o INATEL, considerado um “integrante” fundamental da vida urbana e responsável em grande medida por seu desenvolvimento, sentimentos que se repetem em relação a ETE e a FAI. De fato, constata-se como fator de facilitação uma rede de comunicação informal entre os que integram seu dia a dia. Como alguns contaram, um estudante, por exemplo, consulta seu professor sobre um projeto para a Feira, enquanto um empresário convida outro estudante para conhecer seus produtos e estabelecerem parcerias, enquanto os habitantes são informados sobre inovações, constituindo uma comunicação fluida e eficaz que, logo, resulta em um processo inovador.

Ainda assim, em 2003, o Instituto resolveu expandir sua relação com a comunidade, segundo um de seus profissionais: “o Instituto deseja dar – de forma positiva – à sociedade tudo aquilo que a cidade realiza para ele [...] investindo na inclusão social, em cidadania e ética”. Uma das iniciativas implantadas foi a escola de idiomas CEDEL, para estudantes e habitantes, que nos primeiros anos já possuía 400 alunos.

Outras ações foram a constituição de um coral, aberto à comunidade, a manutenção de uma rádio educativa e o Projeto de Responsabilidade Social Cas@ Viva, “voltado para minimizar a exclusão social digital, que distancia esse universo do cotidiano dos mais carentes por falta

de recursos tecnológicos, o que pode se refletir em menos oportunidades ou participação na sociedade” (INATEL, 2002). Assim, o Cas@ Viva promove alfabetização tecnológica para a inclusão social de adolescentes carentes, em geral da zona rural, matriculados nas escolas municipais e que apresentem bom desempenho escolar. Segundo seu coordenador, eles desenvolvem condições para os adolescentes compreenderem a sociedade onde vivem e lhes possibilitam oportunidades semelhantes àquelas de grupos favorecidos, com acesso crescente aos processos tecnológicos, através de aulas de informática, cidadania e ética. Também utilizam o teatro como meio pedagógico e os adolescentes recebem acompanhamento psicológico, odontológico, reforço escolar e alimentação. À medida que eles frequentam os cursos, começam a se sobressair em suas escolas e famílias, motivando outros colegas a participarem. Trabalham no Centro estudantes, profissionais e cidadãos voluntários, que atuam sob a coordenação do INATEL.

Figura 147: A sede do Projeto Cas@ Viva e seu Centro de Idiomas



Fonte: Fotos da autora, 2003.

Tendo a Educação sempre presente, o Professor Kallás (2002, p.4) acredita que houve três momentos especiais para o fenômeno do Polo Tecnológico de Santa Rita. Primeiro, a criação das escolas na área de eletrônica, que foram bem recebidas pelo mercado e deram à cidade, rapidamente, a “notoriedade de um centro de excelência, formador de recursos humanos para as indústrias do setor especializado”; segundo, o processo ocorrido no início dos anos 1970, como requisito do MEC, com a transformação dos cursos de engenharia de operações em cursos de engenharia plena, e o INATEL passou a oferecer a possibilidade de complementação acadêmica. Isso que propiciou a integração entre alunos muito jovens com profissionais muito capacitados e inseridos no mercado, promovendo um ambiente que se tornou desafiante e absorveu a cultura de um mercado em crescimento; e terceiro, o perfil dos alunos, motivados por uma atitude empreendedora, resultando na criação de pequenas empresas de base tecnológica.

Atualmente, de acordo com estudo do SEBRAE (2020, p.115), o INATEL “é um centro de excelência em ensino e pesquisa na área de Engenharia, e tem se consolidado cada vez

mais, no Brasil e no exterior, como um celeiro de grandes talentos”¹⁸⁴. Ele oferece cursos de graduação em Engenharias Biomédica; Elétrica; Controle e Automação; Computação; Produção; Telecomunicações; *Software*, e mais oito cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, um mestrado e um doutorado em Telecomunicações. Sua infraestrutura de pesquisa se compõe dos “Centro de Referência em Radiocomunicações (CCR), junto ao Governo Federal, que investiga e desenvolve tecnologias de telecomunicações; Centro de Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia Assistida (CDTTA) que, em parceria com o governo estadual se destina à P&D de tecnologias que facilitem a vida de pessoas com deficiência; Laboratório de Robótica e Inteligência Artificial, que realiza P&D nessas áreas e o *IoTGroup*, que se destina a P&DI das tecnologias de informação e comunicação para a internet das coisas (IoT) e redes de aplicativos de próxima geração (SEBRAE, 2020). Complementam essa infraestrutura seus laboratórios, como a Rádio Cognitivo, o *WOCA – Wireless and Optical Convergente Access*, o *Information and Communications Technologies*, o de Computação Gráfica, Jogos e *Apps* Móveis e o de Robótica e Inteligência Artificial. Outra iniciativa foi o lançamento do *CrowdVale* da Eletrônica, para capacitar empreendedores e apoiar o desenvolvimento de projetos e startups inovadoras, através de ações conjuntas do Inatel, da Telefônica Open Future e da Ericsson. (SEBRAE, 2020).

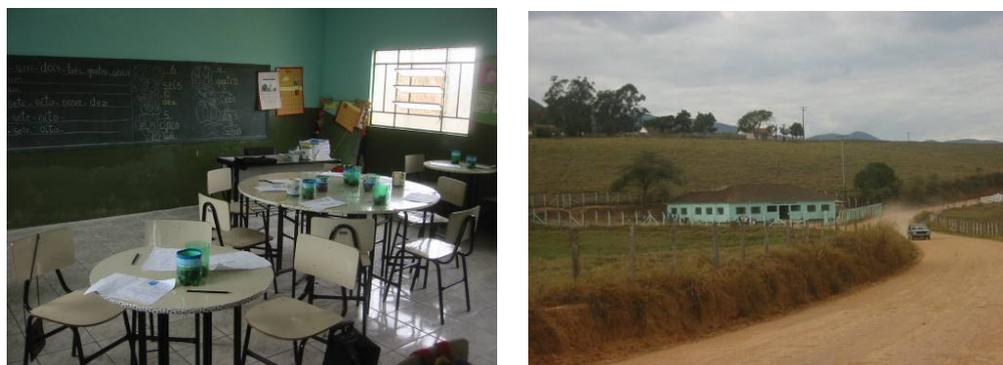
Dessa forma, o INATEL e as outras instituições de ensino superior de Santa Rita representam pilares de desenvolvimento local. Essa filosofia não ficou restrita ao nível superior, mas se “espalhou” para as escolas de crianças e jovens, como apresentado em seguida.

A Secretaria de Educação é responsável não apenas pela Educação, mas pelas áreas de esportes, lazer, cultura e turismo do município. Em meados dos anos 2000 o sistema educacional de Santa Rita se compunha por catorze escolas municipais, um supletivo, quatro unidades pré-escolares, duas creches, um Centro Municipal de Formação Profissional e Atenção à Crianças e Adolescente, CEEMPAC, um Museu, uma Biblioteca, uma escola de futebol e uma escola de música. A infraestrutura foi considerada adequada pela equipe de Educação: na década de 2000, onze das doze escolas haviam sido reformadas com auxílio de mão de obra comunitária, em mutirões. Várias possuíam computadores e a Prefeitura doava uma parcela da alimentação ofertada pelas escolas, através de um centro de produção própria de alimentos hidropônicos, e havia uma nutricionista para acompanhar a alimentação.

¹⁸⁴ O Inatel está credenciado pela EMBRAPPII (Unidade EMBRAPPII INATEL) para atender à área de Comunicações Digital e Radiofrequência, Sistemas de Monitoramento Remoto e Arquiteturas e dispositivos de redes de alta densidade, na concepção, desenvolvimento de protótipos e ensaios e testes, para projetos com indústrias. (SEBRAE, 2020, p.115). Destacam-se dois projetos realizados em parceria com a EMBRAPPII: soluções de cidades inteligentes, *smart cities*, com a empresa Ericsson, e solução de localização de pessoas, com a empresa *Foxconn*.

Complementa o sistema educacional o CEEMPAC, onde alunos com poucos recursos podem morar e receber ensino básico e formação profissional, preparando-os para o mercado¹⁸⁵.

Figura 148: Sala de uma escola rural e Escola Rural



Fonte: Fotos da autora, 2003.

Um dos pontos centrais que impulsionou a cidade a receber o Prêmio Mario Covas, em 2003, foi sua pedagogia escolar, aplicada desde 2002, que leva o ensino do empreendedorismo às crianças de todas as idades para as escolas municipais, algumas estaduais e particulares, totalizando cerca de 3000 alunos. A implantação do empreendedorismo se baseia na metodologia concebida pelo professor mineiro Fernando Dolabela, que acredita nas potencialidades de cada ser humano, tais como sua capacidade de sonhar e buscar a realização de seus sonhos, ter autoconfiança e estabelecer redes de contato. Sua pedagogia pretende provocar uma mudança no contexto educativo, promovendo um ambiente propício e um elemento catalisador e facilitador do processo, que é o professor, e “o ambiente de aprendizagem extrapola a sala de aula e passa a ser o mundo, repleto de desafios e oportunidades” (CADERNO... 2001, p.22).

Essa filosofia coincide com a visão de Bateson (1972), descrita anteriormente, que enfatiza a necessidade de contextos adequados para se criarem processos de aprendizagem, pois um contexto bem desenvolvido é como um “fertilizante” para que os indivíduos possam aprender e se transformar, através das relações entre si e com o meio, impulsionando mudanças estruturais. Von Foester (1981 *apud* Goolishian; Winderman, 1989) também defendeu que a introdução de uma variável pode mudar todo um contexto, a partir das relações entre os indivíduos, e a mudança no sistema de ensino de Santa Rita mudou seu contexto e tem sido uma ferramenta potente de transformação social ampla. Além disso, Apple (Linhares; Garcia, 1996) defende a educação como um recurso primordial de desenvolvimento, uma educação que considere os problemas reais, os valores e sonhos das

¹⁸⁵ A cidade também possui o SENAI, que oferece ensino técnico em aprendizagem industrial, e curso em eletrônica, para jovens de 14 a 24 anos; e o SEBRAE que, segundo um entrevistado, como um “elo que une todos os pontos do sistema, academia, governo, classe empresarial, entre outros, para fortalecer a rede e disseminar novos conhecimentos”. (SEBRAE, 2020).

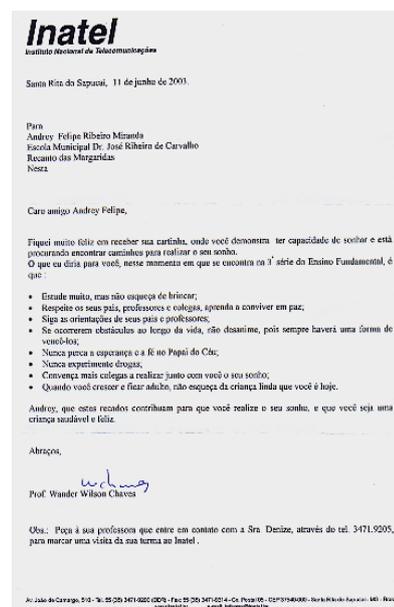
comunidades e que auxilie os alunos em sua formação cidadã, propostas que estão em realização no município.

Através de uma disciplina que combina jogos e técnicas adaptadas de acordo com a idade das crianças e adolescentes, lhes é transmitida a noção do “empreendedorismo”. Para crianças muito pequenas, por exemplo, existe uma atividade que começa com desenhos dos “trabalhos” que eles mais gostam e, dentro de suas capacidades, são discutidos seus sonhos de futuro. Um dos exercícios se compõe de duas questões básicas feitas às crianças: Qual é seu sonho (em geral?) O que você pode fazer para realizar seu sonho? Existem várias experiências das crianças contando seus sonhos e inspirando aos professores e às suas famílias com a possibilidade de sonharem e serem ativos diante de suas realidades.

Figura 149: Desenho do exercício “A cara do meu sonho...” (ou “meu maior sonho”)



Em outra dinâmica destinada às crianças mais velhas, elas enviam cartas para alguém que admiram ou que trabalham na área de atuação de seus sonhos, com o objetivo de começaram a conhecer como seus sonhos funcionam na prática, como se vê abaixo.



Santa Rita do Sapucaí, 26 de maio de 2003

Para o professor Wánder W. Chaves

Caro professor Wánder,

Meu sonho é ser engenheiro, gostaria de saber o que uma pessoa precisa para ser um bom engenheiro. Sei que o senhor é bom, generoso e humilde e que pode me ajudar. Por favor, responder a minha carta.

Obrigada.

Um abraço

André Felipe B. Miranda - Jansô

Figura 150: Carta-resposta

S^a Rita do Sapucaí, 18 de junho de 2003

Caro João

Eu gostaria de ser pintora, pintura é uma arte.

Sei que eu mais quero é ser pintora.

Você poderia me ajudar a realizar o meu sonho?

Se espera sua resposta.

Denise Brito

Sebastião

Santa Rita do Sapucaí, 09 de junho de 2003.

Denise,

Recebi sua carta, fiquei satisfeito em saber que você quer ser pintora.

Pintura é uma arte muito bonita que requer muita paciência, capricho e muita observação em tudo que nos rodeia.

Denise, você só poderá matricular aqui na escola com 14 anos de idade. Gostaria que você viesse aqui na escola para conhecer os trabalhos dos alunos, e também para trocarmos idéias sobre pintura.

Até lá, e um grande abraço.

Professor Joaquim João de Abreu.

Figura 151: Outra carta-resposta

Caro João, eu gostaria de ser pintora. Pintura é uma arte. João o que eu mais quero é ser pintora. Você poderia me ajudar a realizar o meu sonho? Eu espero sua resposta. Denise.

O professor Joaquim lhe responde que a pintura é uma arte muito bonita e que requer paciência, dedicação e observação do entorno. Lhe explica que ela poderá se matricular em sua escola de arte quando fizer 14 anos e espera sua visita para que eles possam conversar mais sobre a pintura e para que ela conheça os trabalhos realizados ali.

A metodologia também pretende suscitar uma consciência frente à novos hábitos e valores de consumo, o estímulo à autonomia e à inovação, sempre considerando as condições do contexto e buscando romper com o paradigma paternalista predominante: “a criança não

precisa ser passiva, pode ser pró ativa e isso termina a relação vertical que acontece frequentemente entre as pessoas”, observou a Secretária de Educação, Sra. Marlene.

De acordo com essa metodologia, o processo de alfabetização segue o ritmo da criança, pois se pretende seu desenvolvimento completo, composto do conhecimento escolar somado à qualidades como musicalidade, plasticidade, esportes, pintura¹⁸⁶. A escola é fortalecida como um espaço sociocultural, de lazer e apoio familiar. Também investem em uma mudança na concepção de tempo e espaço. Cada criança pode sonhar e realizar coisas ao seu alcance no momento, ainda que seja bem jovem, aprendendo a “administrar” seu tempo e, por possuir um ideal, desenvolve uma perspectiva de vida que envolve experiências no espaço concreto e no tempo, possibilitando a compreensão do que é possível realizar em cada etapa de vida.

A partir da introdução dessa maneira inovadora de educar, ricas experiências têm começado a acontecer, relatou a Secretária. Em uma escola da zona rural, uma aluna de 11 anos escreveu-lhe uma carta, relatando as dificuldades de sua escola, que se assemelhava a um diagnóstico, acompanhada de desenhos de seus colegas e de um pedido de ajuda. Diante dessa “nobre atitude”, a Secretária se emocionou e atuou imediatamente: reuniu os interessados para solucionar os problemas e as crianças foram convidadas a participar com propostas e buscar soluções. Em quatro meses as soluções foram implementadas: o grupo plantou jardins, o material didático foi complementado e pintaram a escola, com a participação de pais, amigos, vizinhos e das crianças, cada um fazendo o que estava a seu alcance.

Entende-se que a experiência é resultado direto desse processo pedagógico inovador, através do qual crianças e adolescentes aprendem a ser criativos; encontrar soluções para seus problemas se torna um hábito. As professoras dizem que o processo também tem provocado uma mudança profunda em suas vidas, a partir da aquisição de novas perspectivas no processo de capacitação e treinamento para transmitirem a pedagogia, e da própria prática com os alunos. Como conta a professora Maria Madalena Mendes, que ensinava alunos da 3ª série do Fundamental, na Escola Municipal Rodolfina Zordan, segundo arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita do Sapucaí, de 2003

Quando comecei o trabalho com as atividades da metodologia empreendedora percebi que despertou ainda mais o desejo de aprender, a iniciativa, a inventividade, a criação, a responsabilidade e a pesquisa, favorecendo a construção da aprendizagem significativa. As aulas apresentam um conjunto de procedimentos metodológicos de média ou longa duração, com tarefas que atendem a um envolvimento individual e social progressivo do aluno nas atividades feitas, voluntariamente por ele e pelos colegas, sob minha mediação.

¹⁸⁶ Outros objetivos específicos da metodologia são a conscientização dos indivíduos com relação a reciclagem e contribuição para a preservação ambiental, o oferecimento de oportunidades de qualificação profissional aos pais e adolescentes, o aproveitamento de espaços vazios para jardins e hortas.

A professora Felícia Antônia de Faria, da 1ª Serie do Fundamental, na Escola Municipal Maria José Raposo disse: “Devido às aulas que são mais prazerosas, os alunos, cada dia que passa se interessam mais, já perguntam pela próxima aula, que vai ser, como vai ser” e Rita de Fátima P.M. Neves, da 3ª série da Escola Municipal João de Camargo relatou: “a cada aula vejo os olhos das crianças brilharem, o entusiasmo e uma grande esperança e, principalmente, que eles realmente acreditam em seus sonhos. Essas aulas me aproximaram mais dos alunos”. Já a professora Rita Lucilene R. Mendes, da 2ª série do Fundamental, na Escola Municipal Mariquinha Capistrano aponta para uma mudança em sua própria vida

Minha vida pessoal também sofreu alterações a partir do momento em que passei a acreditar que o sonho é importante e que, para buscar o novo, é necessário não temer a mudança, não ter medo de errar, compreender que sempre existe uma maneira de olhar e fazer as coisas de forma diferente, melhor.

Outra docente descreve que “é como se tivessem nos entregado uma chave que abre as portas dos processos. Temos mais fibra e sabemos que nossos desejos podem e devem ser prioritários” (RIEVERS, 2002, p.80), ou seja, para que possam realizar o trabalho, elas necessitam acreditar em seus sonhos também, passar elas mesmas por um processo de introjeção da filosofia empreendedora, de forma que possam acompanhar os alunos no mesmo tipo de aprendizado, ou seja, precisam se transformar para então poderem se relacionar de uma forma inédita com eles. Aos poucos a pedagogia vem se transmitindo para as famílias que, interessadas, desejam entender as mudanças de seus filhos, que se tornam mais críticos e entusiasmados, vibrantes. Logo, acontece uma verdadeira transformação educacional, espalhando “sementes ao vento”. A Secretaria visualiza o processo a longo prazo, que ajuda a formação integral dos habitantes em profissionais e cidadãos capacitados

Mais que a globalização econômica, vivemos uma globalização cognitiva. No futuro, não sabemos qual será o mercado de trabalho que essas crianças encontrarão, mas para a iniciativa, o talento e a competência sempre haverá um lugar (RIEVERS, 2002, p.80).

De fato, a educação do município pretende preparar as crianças e jovens para as mudanças velozes das sociedades contemporâneas e para eventuais percalços. Como um processo inovador, o ensino do empreendedorismo ainda não possui uma avaliação prévia no Brasil e os envolvidos na experiência, em especial as crianças e os adolescentes, são os que deverão, dentro de algum tempo, refletir os resultados desse processo.

As estatísticas reafirmam as melhorias educacionais. Segundo o Atlas de 2000, a taxa de analfabetismo havia diminuído em todas as faixas etárias, ainda expressiva para crianças de 07 a 14 anos, 4,8%, e 3,7% nos jovens de 18 a 24 anos, em 2000. No entanto, estava próxima a zero para jovens de 10 a 17 anos, diferente da realidade brasileira, que apresentava índices bem maiores de analfabetismo, de 7,3% entre 10 e 14 anos e de 13,6% entre os maiores de

15 anos, em 2000 (IBGE, 2011). Nesse mesmo período o percentual de jovens de 07 a 14 anos que iam a escola elevou-se para 98%, e para 71,5% entre os jovens de 18 e 24 anos.

Tabela 34: Nível educacional da população jovem, Santa Rita do Sapucaí, 1991 e 2000

Nível Educacional da População Jovem, 1991 e 2000								
Santa Rita do Sapucaí								
Faixa Etária (anos)	Taxa de analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% frequentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14	16,5	4,8	-	-	-	-	83,2	97,6
10 a 14	10,4	0,4	67,7	39,9	-	-	79,6	97,2
15 a 17	6,9	1,6	28,1	10,0	84,2	52,6	51,8	71,5
18 a 24	7,5	3,7	20,1	14,3	63,5	42,2	-	-

-" = Não se aplica'

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2003.

Assim, segundo o Atlas antigo, de 2000, 98% das crianças frequentava a escola que era, de acordo com a Secretaria de Educação, um centro educacional e de convivência para toda a comunidade. Comparando-se com Poços de Caldas, em Santa Rita o percentual de analfabetismo foi um pouco superior, sendo maior apenas entre os jovens de 18 a 24 anos, e entre maiores de 25 anos, apesar de serem bem inferiores aos indicadores nacionais.

Tabela 35: Índices de analfabetismo por faixa etária, Santa Rita do Sapucaí e Poços de Caldas, 2000

ANALFABETISMO	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	POÇOS DE CALDAS
% crianças de 7 a 14 anos analfabetas	4,82	3,22
% adolescentes de 15 a 17 anos analfabetas	1,65	1,27
% pessoas de 18 a 24 anos analfabetas	3,69	0,87
% pessoas de 25 anos ou mais analfabetas	13,64	7,26

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2003.

Em 2010 os grupos etários foram alterados e o grupo de crianças de 7 a 14 anos foi modificado para abarcar crianças de 11 a 14 anos e, além disso, houve mudanças nos valores mensurados para os grupos etários de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos. Com os novos dados, observando-se a próxima tabela, houve melhorias expressivas na taxa de analfabetismo entre 1991-2010, ficando próxima a 1 em todas as faixas etárias, em 2010. Não foram medidos dados dos jovens com menos de 4 e 8 anos de estudos em 2010, mas se constatou aumento de frequência escolar para os grupos de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos, entre 2000-2010.

Tabela 36: Nível educacional da população jovem, Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000 e 2010

Nível Educacional da População Jovem, 1991, 2000 e 2010						
Santa Rita do Sapucaí						
Faixa Etária (anos)	Taxa de analfabetismo			% frequentando a escola		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
11 a 14	8,34	1,93	1,19	-	-	-
15 a 17	9,09	2,85	0,78	51,87	71,40	84,77
18 a 24	7,95	3,61	1,23	22,62	32,47	41,97

-" = sem informação'.

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2020, dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Dados de Taxa de analfabetismo e % frequentando escola constavam do Novo Atlas, 2010 e % com menos de 4 e 8 anos de estudo constavam do Atlas antigo, 2000.

Pelo Atlas antigo (2003), a população entre 18 e 24 anos que possuía menos de 4, 8 e 12 anos de estudo diminuiu significativamente nesse intervalo, e houve aumento dos habitantes que frequentavam curso superior, de 6,6% para 10,4%, em 2000 e para 23,2%, dado do Atlas 2010. Em 2010, o nível educacional da população entre 18 e 24 anos e para a população de 25 anos ou mais não foram publicados no Atlas.

Tabela 37: Nível educacional da população entre 18 e 24 anos, Santa Rita do Sapucaí, 1991-2000

SANTA RITA DO SAPUCAÍ		
NÍVEL EDUCACIONAL (POPULAÇÃO ENTRE 18 E 24 ANOS)	1991	2000
% pessoas com menos de quatro anos de estudo	20,12	14,3
% pessoas com menos de oito anos de estudo	63,54	42,17
% pessoas com doze anos ou mais de estudo	6,87	5,65
% pessoas que frequentam curso superior	6,62	10,37

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2003.

Referente à população adulta – 25 anos ou mais, a média de anos de estudo em 2000 era de 6,11%, diminuindo o percentual de 4 e 8 anos de estudo entre 1991-2000, e aumentando de 9,05% para 10,84% o percentual de 12 anos de estudo ou mais e em 0,4 pontos percentuais os que frequentavam curso superior, que em 2010 aumentou para 13,46%, único dado disponível no Atlas 2010 para esse grupo de população.

Tabela 38: Nível educacional da população de 25 anos ou mais, Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000

SANTA RITA DO SAPUCAÍ		
NÍVEL EDUCACIONAL (POPULAÇÃO DE 25 ANOS OU MAIS)	1991	2000
Média de anos de estudo das pessoas	5,16	6,11
% pessoas com menos de quatro anos de estudo	40,21	28,74
% pessoas com menos de oito anos de estudo	70,87	63,80
% pessoas com doze anos ou mais de estudo	9,05	10,84
% pessoas que frequentam curso superior	0,86	1,20

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2003.

Como explanado anteriormente, a Secretaria Municipal de Educação também é responsável pelas áreas de esportes, lazer, cultura e turismo – o que geralmente, no Brasil, costuma se organizar em diferentes secretarias. Segundo a Secretária, ela declarou publicamente “seu compromisso com a Educação”, enfatizando que esses temas seriam enfocados apenas em integração com o trabalho educacional e convidou um colaborador para coordenar essas áreas, mas ainda assim a cultura e o turismo ficaram em segundo plano e alguns entrevistados apontaram para lacunas nas infraestruturas destinadas ao lazer, a cultura e ao turismo, no início dos anos 2000. Estudantes, por exemplo, relataram que as únicas diversões existentes eram as festas organizadas por eles mesmos, ou simplesmente ir a bares e restaurantes e que sentiam falta de atividades culturais. Nessa área havia uma Escola de Música para todas as idades, além do Coral do INATEL, uma Feira Anual de Folclore e Artesanato, teatro e gincanas para as crianças. Em termos de dança existiam apenas escolas privadas. Em 2003 os artesãos constituíram uma Feira de Artesanato e passaram a comercializar seus produtos no Mercado Municipal (Mercadão), que é um ponto de encontro para visitantes e habitantes.

Em termos de esportes, as ofertas existentes, ainda que em quantidade insuficiente, “funcionam bem”, segundo os habitantes. Existia uma Escola de Futebol, que organizava jogos e campeonatos, com cerca de 450 alunos. Sua meta era promover o crescimento dos alunos como indivíduos e não “deixá-los nas ruas” evitando, entre outros, problemas com drogas, disse o professor responsável. A Escola realiza também acompanhamento do desempenho escolar e transmite noções de alimentação e higiene. Outros esportes praticados na região eram o voo livre, asa delta, *paraglider* e *motocross*.

Figura 152: Estádio de futebol na sede



Fonte: Fotos da autora, 2003.

Em se tratando da saúde, o sistema de Santa Rita atende a diferentes níveis de complexidade. Há o Programa de Saúde de Atenção Comunitária, PAC, descentralizado, que apresenta vantagens sobre um sistema centralizado, pois ocorre com os agentes de saúde orientando a população, visitando todos os bairros em caráter permanente. Eles tratam problemas de menor gravidade e acompanham os habitantes em vários temas, como saúde da mulher, diabetes, doenças sexualmente transmissíveis (DST), odontologia. Já a Atenção Primária Básica é parte do programa realizado nas quatro Unidades de Saúde, que oferecem maior nível de complexidade de procedimentos, envolvendo médicos de diferentes especialidades. A atenção médica e odontológica também é oferecida nas escolas da zona rural, sendo cômodo para os pacientes e diminuindo a demanda no hospital. Para atendimentos de média complexidade e emergências existe o Hospital Antônio Moreira da Costa, enquanto os de alta complexidade são encaminhados para hospitais de cidades vizinhas, e desde 2002 foi implementado o Programa de Epidemiologia preventivo.

Figura 153: Consultório odontológico na zona rural e o Hospital central



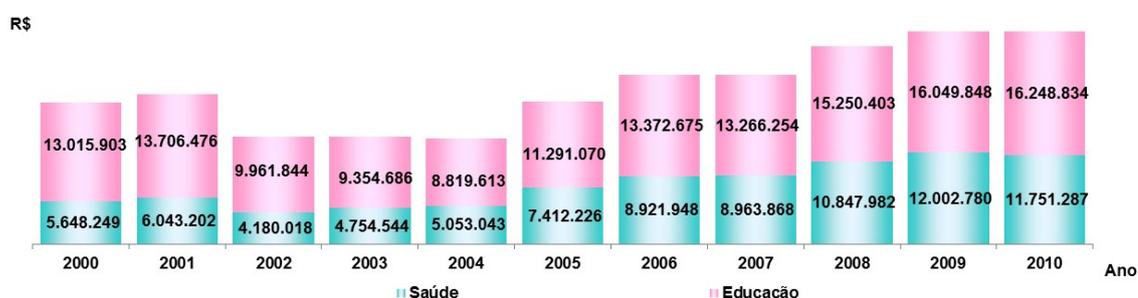
Fonte: Fotos da autora, 2003.

Um novo hospital particular (PORTAL DA CIDADE, 2020, s.p.), Maria Thereza Rennó, foi construído na cidade e seria uma referência regional, destinando-se à atenção e procedimentos de alta complexidade, e com expectativa de criar novos postos de trabalho diretos e indiretos. O Hospital foi inaugurado em julho de 2013, com 140 leitos, mas depois de 8 meses foi fechado devido a “rombo nas finanças”. Ele atendia também funcionários do

IPSEMG e estava em processo de cadastramento junto ao SUS. Em 2020, o prefeito Wander Chaves tentou reativá-lo com apoio do governo federal, mas sem sucesso, apesar de seguir tentando a reabertura. Em 2020 foi construído também o Hospital Centenário, com 70 leitos/Hospital Escola, e município passou a oferecer o nível de alta complexidade em seu sistema próprio de saúde. (SEBRAE, 2020).

Em termos orçamentários, conforme o gráfico seguinte, seu orçamento havia aumentado de 2000 para 2001 e diminuído entre 2000-2004. Foi a partir de 2005 que houve recuperação e crescimento desses valores até 2010, quando foram realizados R\$ 11.751.287 de investimentos na Saúde. Os gastos com Educação foram superiores ao longo do período 2000-2010, ampliando-se cerca de 25%. Os volumes foram bem maiores nos anos 2000-2001, diminuindo de 2002 ao 2004. A partir de 2005, no entanto, aconteceu melhora expressiva e os investimentos passaram de R\$11.292.070 para R\$ 16.248.834, ou seja, houve perdas seguida de uma alta expressiva de 54% no orçamento, de 2005 a 2010. Essa perda de valores para ambas as áreas entre 2002 a 2005 pode se justificar, possivelmente, devido à uma diminuição no orçamento municipal – visto que de acordo com a legislação brasileira 25% desse se destina à Educação e 15% à Saúde.

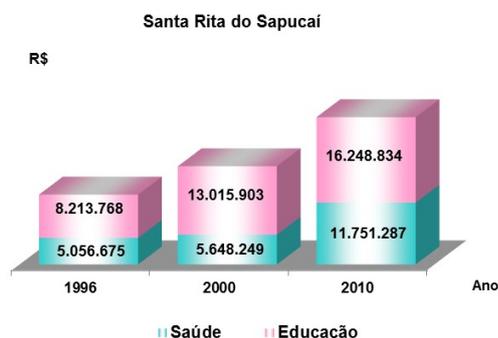
Gráfico 30: Evolução dos orçamentos anuais com educação e saúde, Santa Rita do Sapucaí, 2000 a 2010 (a preços constantes, 2014)



Fonte: BRASIL, 2020.

No próximo gráfico se observa essa evolução desses investimentos entre 1996-2010 (os dados do FINBRA, do ano base 1991, não estavam discriminados por área, impossibilitando sua utilização nesse estudo), revelando que nos orçamentos da Saúde houve 132% de aumento e para a Educação aconteceu alta de 98%. Entre 2000-2010 destaca-se que o maior aumento foi no orçamento da Saúde, 108%, sendo que na Educação foi de 25%, aproximando os valores dos investimentos realizados em ambas as áreas, nesse período.

Gráfico 31: Evolução dos orçamentos anuais com Educação e Saúde, Santa Rita do Sapucaí, 1996, 2000, 2010 (a preços constantes, 2014)



Fonte: BRASIL, 2020.

Complementando, como se pode observar na próxima tabela, os indicadores de longevidade apresentaram expressiva melhora entre 1991-2010. No primeiro período observado, a mortalidade até um ano de idade diminuiu de 28,8 para 21,6, caindo 25,05%, o que representava para a Organização Mundial de Saúde, (OMS) um valor médio desse indicador¹⁸⁷, próximo ao valor baixo. A esperança de vida ao nascer aumentou de 68,3 anos para 72,5 em 2000, crescendo 4,25 anos, enquanto a taxa de fertilidade se manteve estável. Em 2010, a mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos) diminuiu de 21,6 para 15,6. Na UF, essa taxa passou de 27,75 para 15,08 óbitos no mesmo período. No entanto, com a taxa de 2010 o município ainda não cumpria a meta 3.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 12 óbitos (por mil nascidos vivos) até 2030. Já a esperança de vida ao nascer aumentou de 72,5 para 74,8 anos, e a taxa de fecundidade total diminuiu um pouco, de 2,4 para 2,0 filhos/mulher, seguindo uma tendência nacional.

Tabela 39: Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade, Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000 e 2010

Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade			
Santa Rita do Sapucaí			
	1991	2000	2010
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	28,8	21,6	15,6
Esperança de vida ao nascer (anos)	68,3	72,5	74,8
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	2,5	2,4	2,0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD Brasil, IPEA e FJP, 2020.

Na opinião dos entrevistados que trabalham nos serviços de saúde, a incidência de enfermidades estava equiparada à média nacional. O que ocorre de mais significativo na área,

¹⁸⁷ As taxas de mortalidade infantil foram classificadas como altas, de 50 mortes/ 1.000 nascidos vivos; médias, de 20-49 mortes/ 1.000 e baixas, com valores abaixo de 20/1.000 mortes por nascidos vivos, segundo a OMS (2020, <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2000/fqc01.htm>).

segundo alguns médicos, são as campanhas educativas realizadas em escolas, comunidade e empresas, discutindo-se temas como planejamento familiar, prevenções e outros, segundo as demandas. Nos anos 2000, os funcionários acreditavam que os serviços se sobressaíam entre os melhores da região, em termos de prevenção de enfermidades.

O município não apresentava epidemias há muito e a qualidade da água para consumo é boa. Os médicos ressaltaram ainda o ótimo trabalho educativo realizado pela EMATER-MG junto à população rural. O serviço odontológico atendia à todas as crianças de Santa Rita nas escolas municipais e estaduais, além de possuir dez consultórios em diferentes instituições, para adultos e idosos. Os medicamentos eram adquiridos pelo governo municipal e encaminhados para as Unidades de Saúde, com a única dificuldade de ocorrerem alguns atrasos das distribuidoras. Dessa forma, em geral a saúde se encontrava em situação favorável, segundo os funcionários. Existia uma organização interna funcional e a população vinha sendo atendida em suas necessidades médicas e odontológicas. Os casos de violência doméstica eram isolados, mas uma situação difícil era o uso de drogas entre os jovens com menos de trinta anos. Outro problema que vinha afligindo os entrevistados era a situação dos idosos pois, apesar da existência de clubes da terceira idade e do Asilo (que recebeu vários elogios ao seu trabalho) “ainda existem muitos casos de abandono que acontecem com aqueles idosos carentes”. A epidemiologista concluiu que não tudo está bem, mas “a chave de Santa Rita, bom..., não sei se é a chave, é a escola, a educação. Esta nos deu um presente para a cidade, fez tudo”, confiando que estavam trilhando um bom caminho.

Referente à atuação da gestão pública, em 2003 o prefeito Jefferson Gonçalves Mendes estava em seu terceiro mandato (1989-1992, 1997-2000, 2001-2004). Segundo ele, sua administração se preocupava muito “com o bem-estar das camadas mais necessitadas da população”. Ele e seus colaboradores acreditavam que ao considerar as necessidades básicas da população de baixa renda, poderiam minimizar a possibilidade e conflitos, o que explicaria parcialmente o baixo nível de violência em Santa Rita.

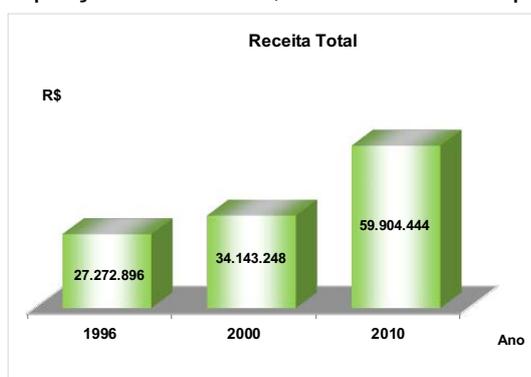
O prefeito contou que entre as ações das quais mais se orgulhava estavam a criação do Centro Empresarial e os investimentos na área habitacional, com a construção de habitações e bairros populares¹⁸⁸. Recentemente, a Prefeitura havia feito uma reserva estratégica de capital para custos de emergência, segundo seu Secretário de Finanças, o Senhor César. Ele acredita que isso representava uma evolução administrativa, pois as reservas tendiam a ser escassas naquela época, afetadas ainda pela diminuição de repasses de dotações econômicas desde os Governos Estadual e Federal.

¹⁸⁸ Nesse sentido, os entrevistados avaliaram a administração pública como boa para os mais carentes, enquanto insuficiente para os que possuem melhores condições financeiras.

Como sugestão do Secretário, a Prefeitura realizou um novo cadastro imobiliário, triplicando a arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano, IPTU, ainda que o Prefeito tenha relutado em realizar esta ação, pois achava que poderia afetar negativamente muitos habitantes. Ainda que o prefeito fosse sempre bem votado, vários entrevistados apontaram a necessidade de se realizarem políticas públicas mais atuantes e outros ressaltaram que já se investiu bastante em tecnologia no município e que se poderia mudar o âmbito, e incentivar mais os negócios tradicionais existentes.

Relativo à receita total da Prefeitura, observa-se no gráfico abaixo que houve importante crescimento entre 1996-2010, um aumento de 120% de arrecadação, sendo 25% entre 1996-2000 e 75,5% entre 2000-2010, demonstrando que nesse último período foram realizadas ações que promoveram essa ampliação significativa da receita pública.

Gráfico 32: Receita Total, a preços constantes, Santa Rita do Sapucaí, 2014



Fonte: BRASIL 2020.

A partir das inquietações do Prefeito diante da desigualdade social, foi implantada uma política de doação de terrenos para a construção de habitações populares, que incluiu uma parcela do material construtivo, e o sistema de água e esgoto. No início dos anos 2000 foram construídas aproximadamente 1.500 casas populares, em três novos bairros e a proposta era construir 1.200 mais, com previsão de 20% da população municipal sendo beneficiada por essas ações. Posteriormente, esses bairros foram dotados de infraestrutura básica, comércio e transporte público e como já esclarecido, a maioria dos habitantes possuía imóvel próprio.

Outras informações que auxiliam na compreensão da qualidade de vida se relacionam com o acesso da população a serviços básicos. Conforme a tabela abaixo, a maioria das habitações em Santa Rita melhorou suas condições entre 1991-2000, ano em que 98,3% de seus habitantes possuía água potável. Situação similar ocorreu com a existência de sanitários, faltando cerca de 2% para alcançar o total de domicílios, enquanto menos de 4% da população não possuía coleta de lixo em Santa Rita. Em 2010 esses indicadores se mantiveram muito favoráveis, apesar do percentual de habitantes que recebia água potável ter diminuído para 96,81%. O percentual de pessoas que vivia em habitações urbanas com

banheiro aumentou para 99,3% e aqueles que recebiam serviços de coleta de lixo aumentaram para 99,6%, ambos os índices alcançando quase a totalidade da população. Todos esses valores foram superiores aqueles alcançados em Nova Lima.

Tabela 40: Indicadores de Habitação, Santa Rita do Sapucaí, Nova Lima, 1991, 2000 e 2010

Acesso a Serviços Básicos	SANTA RITA DO SAPUCAÍ			NOVA LIMA		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	88,56	98,32	96,81	95,83	95,79	94,76
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	86,56	98,15	99,30	93,69	97,00	97,72
% da população em domicílios com coleta de lixo	95,23	96,80	99,60	82,08	97,49	99,58

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Depois da construção de alguns edifícios de maior altimetria na praça central, no final dos anos 1990, surgiu uma preocupação em adequar as leis de uso e ocupação do solo, pois até então seu território era ocupado apenas por casas e edifícios baixos. Assim, uma nova lei foi aprovada pela Câmara Municipal em 2012, para manter a configuração municipal original.

Considerando o trabalho da Assistência Social, em entrevista com sua Secretária, a pobreza existente na cidade era “diferenciada, porque era menor do que em outras cidades brasileiras”: os habitantes pobres eram aqueles que trabalhavam temporariamente na colheita do café e ficavam alguns meses por ano desempregados, significando que havia pouco desemprego “permanente” na cidade.

A Assistência Social gerenciava ações, capturava recursos e prestava consultoria técnica para sua rede executora de serviços, formada por creches, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), centros espíritas e outras igrejas, o Asilo para Idosos – elogiado por vários entrevistados – grupos de jovens, associações de bairro e outras entidades que atendiam às demandas de habitantes carentes. Os entrevistados na Secretaria enfatizaram o significado positivo da ação do Prefeito para esse grupo, auxiliando com alimentação e aluguel de casas, quando necessário. O trabalho prioritário da Secretaria eram os idosos que recebiam aposentadoria insuficiente para se sustentarem, e os jovens que viviam em situação de risco, devido a pais violentos ou famílias com poucos recursos. Para estes últimos, havia um projeto visando o resgate da cidadania, transmitindo-lhes conhecimentos ambientais e de saúde, para que eles fossem agentes multiplicadores em suas comunidades.

Nos anos 2000 funcionava no município o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do Governo Federal, coordenado pela Secretaria, mas só existia trabalho infantil na área rural e não era numeroso, como relatou um entrevistado. Outro projeto desenvolvido junto à

EMATER era a fabricação de doces caseiros, feita por produtores de frutas para complemento da renda familiar, e havia um Programa de Estudo da Arte, além dos programas governamentais que ofereciam bolsas de estudo, alimentação e outros benefícios. Alguns entrevistados que não trabalhavam na área relataram que a demanda da Assistência Social era pequena, porque existia em Santa Rita um nível tão grande de solidariedade que a comunidade sozinha já superava a maioria de suas necessidades, inclusive cuidando dos menos favorecidos, como parte de sua cultura.

Os indicadores confirmaram essas ideias e apontaram para melhorias no panorama geral. O percentual de mulheres, chefes de família sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos havia diminuído de 7,23 em 1991, para 5,05, em 2000; as crianças que trabalhavam ou estavam fora da escola diminuíram muito, para cerca de 2,65%, enquanto o percentual de professores do ensino fundamental com curso superior se elevou de 13,31% para 26,22%. Esses dados não foram disponibilizados no Atlas de 2010, à exceção do percentual de crianças de 10 a 14 anos fora da escola, que diminuiu de 2,79 para 1,29, em 2010.

Tabela 41: Dados de vulnerabilidade social, Santa Rita do Sapucaí, 1991-2000

SANTA RITA DO SAPUCAÍ		
	1991	2000
% mulheres, chefe de família sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos	7.23	5.05
% pessoas que vivem em famílias com razão de dependência maior que 75%	42.43	36.58
% crianças de 10 a 14 anos que trabalham	13.48	2.61
% crianças de 10 a 14 anos fora da escola	20.43	2.79
% professores do fundamental residentes com curso superior	13.31	26.22

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2003.

Considerando os dados disponíveis em 2010, na tabela a seguir se constata expressiva diminuição do percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola, de 19,3% em 1991 para 1,9% em 2010, bem como a taxa de trabalho para crianças de 10 a 14 anos, que em 2010 era de 4,72. Observa-se que, no entanto, este valor foi bem maior do que o apresentado no Atlas de 2000, de 2,61, se supondo que sua forma de cálculo deve ter mudado. A razão de dependência também diminuiu continuamente, de 60% para 52%, no primeiro período avaliado, e para 42,3% em 2010, significando que existem menos jovens e idosos dependentes do grupo de população economicamente ativa no município, o que diminuiu a demanda por algumas políticas públicas. Conforme estudos da Rede Interagencial de

Informações para a Saúde, RIPSA, a razão de dependência¹⁸⁹ é um indicador de grande importância para a calibragem das políticas públicas não só previdenciárias, mas também no campo de educação, saúde e trabalho. Este indicador não só acompanha a evolução do grau de dependência econômica de uma população, como também sinaliza o processo de rejuvenescimento ou envelhecimento populacional (REDE..., 2008; Organização Pan Americana de Saúde, 2008).

Tabela 42: Dados de vulnerabilidade social, Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000 e 2010

SANTA RITA DO SAPUCAÍ			
Vulnerabilidade Social	1991	2000	2010
Razão de dependência	60,13	52,72	42,39
Taxa de atividade (trabalho) - 10 a 14 anos de idade	-	5,12	4,72
% de crianças de 6 a 14 anos de idade que não frequentam a escola	19,39	3,54	1,97

'-' = sem informação'

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Razão entre a população considerada inativa (menores de 15 anos e maiores de 60 anos de idade) e a população potencialmente ativa, ou disponível para atividades produtivas (de 15 a 59 anos de idade).

Outros indicadores avaliados entre 1991-2010 demonstraram melhoria no acesso dos habitantes a bens de consumo para a maioria dos itens. Em 2000, 97,69% da população possuía energia elétrica e televisão e em 2010 esse valor diminuiu cerca de 1%, para 96,73%, sendo que 38,81% possuía telefone, diminuindo em 2010 para 35,88% (possivelmente devido a sua substituição por telefones celulares), e 38,86% possuía carro, o que se elevou para 47,20% em 2010. Já 92,65% de habitantes vivia em habitações com energia elétrica e geladeira em 2000, elevando-se para 96,69% em 2010, e 14,21% possuía computador, índice que não havia sido quantificado em 1991, e em 2010 subiu positivamente para 43,86%. Mudanças como diminuição do número de telefone fixo e aumento substancial de habitantes com computador refletem as próprias mudanças tecnológicas das sociedades.

¹⁸⁹ Valores elevados dessa razão de dependência indicam que a população em idade produtiva deve sustentar grande proporção de dependentes (crianças, adolescentes e idosos), enquanto redução desse valor aponta para um maior peso relativo da população potencialmente envolvida em atividades produtivas (população de 15 a 64 anos de idade), o que representa mais encargos para a sociedade e merece a atenção dos formuladores de políticas públicas, segundo os indicadores básicos para a saúde no Brasil. (REDE..., 2008).

Tabela 43: Acesso a bens de consumo, Santa Rita do Sapucaí, 1991, 2000 e 2010

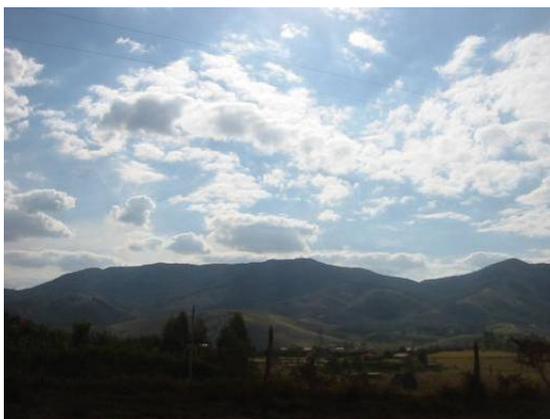
SANTA RITA DO SAPUCAÍ			
Acesso a bens de consumo	1991	2000	2010
% da população que vive em domicílios com energia elétrica e televisão	85,68	97,69	96,73
% da população que vive em domicílios com telefone	14,43	38,81	35,88
% da população que vive em domicílios com carro	22,82	38,86	47,20
% da população que vive em domicílio com energia elétrica e geladeira	74,42	92,65	96,69
% da população que vive em domicílio com computador	-	14,21	43,86

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2010. Fonte: IBGE. Resultados da Amostra – Domicílios. Censo Demográfico 2010.

Esse panorama se complementa com um número elevado de associações e exemplos de participação comunitária, deixando de lado modelos formais associativos, pois neste caso elas têm se dedicado a solução de questões práticas, contou um entrevistado. A Sociedade dos Amigos de Santa Rita foi uma instituição civil criada na década de 1950 que teve papel fundamental na criação do INATEL. O Prof. José Leite, membro dessa Sociedade, contatou outros professores para promover seu projeto, objetivando a criação do INATEL, promoveu conferências entre os professores locais e os de Itajubá e pediu apoio de um político influente naquele momento, Bilac Pinto. Participou ainda do estabelecimento da aliança entre a ETE e o INATEL (SARAIVA, 2000). Depois de alguns anos ativos, a Sociedade se desarticulou, após falecimento de seu presidente. Há também o Clube Feminino da Amizade, fundado poucos anos depois da Sociedade, atuando na prestação de serviços, apoiando também as escolas e entidades sociais. Nos anos 2000 possuía cinquenta membros que seguiam seu projeto. Outra instituição é a Academia Santarritense de Ciências e Letras, que começou com os esforços de D. Ediméia de Carvalho (mãe do ex prefeito Ronado), com quarenta postos. Alguns de seus membros são pesquisadores e se reúnem regularmente para a realização de palestras, lançamento de livros e ações que incentivem o desenvolvimento da cultura local (SARAIVA, 2000).

Com relação ao meio ambiente, a população tem muito orgulho da paisagem natural do município, segundo os entrevistados. O centro urbano está cercado por montanhas e é atravessado pelo rio Sapucaí, que tem preservadas suas matas virgens e nas serras circundantes existe uma reserva biológica.

Figura 154: Vista da área rural



Fonte: Foto da autora, 2003.

Mesmo com as belezas naturais, a sustentabilidade ambiental possivelmente foi o tema menos focado diretamente nas entrevistas. No Diagnóstico Municipal de 1996 o meio ambiente *per se* apresentava um conjunto de problemas, em especial referente à contaminação dos recursos hídricos e do solo, provenientes dos usos urbanos, agropecuários e industriais praticados na região, não apenas no âmbito municipal. Essa contaminação se relacionava principalmente ao uso indiscriminado de defensivos agrícolas na lavoura e era difícil de ser revertida, devido aos costumes tradicionais de cultivo dos agricultores e os custos mais elevados das soluções alternativas para a substituição desses produtos. O rio Sapucaí se encontrava contaminado, recebendo esgoto; havia dragas temporárias para a extração ilegal de areia, o que destrói a mata ciliar e diminui a flora e fauna subaquáticas, ou seja, se interrompe seu equilíbrio natural. Nesse caso, o desafio era maior, pois esse rio cruza 143 cidades em seu trajeto e sua conservação requer um esforço conjunto dos afetados, a um custo de descontaminação elevado. O problema do lixo também era complexo, pois a administração não promovia seu tratamento.

Como exceções, alguns habitantes comentaram que no estabelecimento do Vale da Eletrônica consideraram a preservação ambiental de maneira fundamental, ao estabelecerem critérios de sustentabilidade que orientaram a escolha das empresas integrantes, incluindo apenas atividades produtivas não depredadoras, ambiental e socialmente. Saraiva (2000, p. 113) também apontou que “a preocupação com o desenvolvimento sustentável parece ter entrado de uma forma discreta e insuspeita, compondo um conjunto de critérios que orientavam as escolhas a serem feitas”, mas não explicitada. No INATEL também foi possível constatar ações pró-ambientais, que inspiravam esse *modus operandi* em outros ambientes: as casas e espaços públicos são bem cuidados e a paisagem urbana limpa e ordenada. Em 1998, o Projeto do Polo Tecnológico local contratou uma consultoria em gestão e no relatório final o “meio ambiente” recebeu a sugestão de três programas a serem implementados, pelo recém instaurado Conselho de Meio Ambiente e Recursos Hídricos: a revitalização de rio

Sapuçaí; a educação ambiental e a coleta seletiva e reciclagem do lixo. No entanto, nos anos 2000 essas ações ainda eram incipientes e não eram prioridade da administração municipal. Naquele momento a educação ambiental era a ação mais forte da área, reforçando a qualidade da Educação. Existia uma preocupação em transmitir a professores e alunos uma filosofia de respeito com o meio ambiente. Eram realizadas atividades não apenas nas instituições de nível superior, mas nas escolas municipais visitadas também ensinavam sobre questões ambientais e era visível o cuidado com seus espaços.

Figura 155: A coleta seletiva em uma escola municipal infantil



Fonte: Foto da autora, 2003.

Em 2020 alguns habitantes – especialistas, alunos e professores da área ambiental e cidadãos - se uniram, formando o Iniciativa Ambiental SapucaEco para “disseminar a consciência coletiva de cuidados com o meio ambiente” na cidade. (PORTAL DA CIDADE..., 2020, s.p.). No período pré-eleitoral o grupo elaborou uma Carta com Propostas de Políticas de apoio ao Meio Ambiente e ao Desenvolvimento Sustentável, destinada a todos os candidatos à Prefeitura e à Câmara dos Vereadores, solicitando seu comprometimento com as formulações da Carta, divididas em 13 temas. Sua elaboração teve ampla participação da sociedade civil, tanto através das redes sociais como em reuniões presenciais, reunindo críticas, sugestões e denúncias relativas ao meio ambiente.

Em se tratando dos fluxos e transportes, movimentar-se em Santa Rita é simples, pois a maioria do seu território é plano e a área urbana não tão extensa para ser necessário o uso constante de veículos. Os ônibus são o transporte coletivo local e, segundo os habitantes, eram pontuais e cruzavam todo o território, promovendo comodidade para seus habitantes. Existiam também ônibus para os bairros mais distantes, e o transporte escolar era ofertado para todas as crianças e adolescentes, incluindo na área rural.

Figura 156: Rua central com um meio de transporte ainda utilizado, a carroça e estacionamento de bicicletas em uma das escolas locais



Fonte: Fotos da autora, 2003.

Nos anos 2000 o uso de bicicletas era extremamente comum, principalmente entre os estudantes, o que é excelente pois, como notório, as bicicletas são meios de transporte que causam mínimo impacto ao meio ambiente. O centro urbano apresentava grande movimento de pedestres em horários distintos, inclusive a noite, visto que se podia caminhar tranquilo em qualquer horário, devido a um nível muito baixo de violência.

A crítica que alguns entrevistados apresentaram foi que, devido ao crescimento desordenado de uma determinada área urbana, o fluxo elevado de veículos pesados, que passavam dentro do perímetro urbano, causava sérios danos à pavimentação, apesar de poderem circular em suas margens. Além disso, a construção recente de bairros mais afastados do centro aumentou a circulação de coletivos, o que pede novos cuidados com a pavimentação. Alguns também desejavam um sistema de transportes intermunicipal eficaz, e a construção de um aeroporto destinado a viagens interestaduais, vontade essa reforçada pela baixa qualidade das estradas que realizavam as conexões com o município. Ainda assim, a acessibilidade local era uma conveniência para seus habitantes, integrando diferentes bairros, e área urbana e rural, sem representar custos elevados, necessitando apenas planejar o crescimento da circulação de veículos e uma melhor conexão para outros municípios.

Para fechamento desse estudo de caso, buscando compreender a relação dos habitantes com a cidade, bem como sua identidade social urbana e representações desse espaço, foram feitas algumas perguntas para os entrevistados, tais como: “O que você pensa de Santa Rita? Como é para você viver aqui? Quais são os problemas e benefícios da cidade?”

As respostas com relação à satisfação em viver ali foram quase unânimes. Praticamente todos possuíam muito orgulho da cidade, inclusive alguns que não eram nativos e agora viviam ali se diziam muito satisfeitos com a qualidade de vida, ressaltando a tranquilidade, a segurança e o desenvolvimento alcançado através do trabalho das empresas e escolas. O sentimento de orgulho se conectava principalmente aos seus habitantes visionários. A história de Sinhá Moreira foi relatada por quase todos - de diferentes formações profissionais e grupos sociais

- com muita satisfação. Se constatou que todos conheciam a história urbana e atribuíam valor a esses “heróis”, como eram consideradas a própria Sinhá, os primeiros diretores do INATEL e da ETE e muitos outros que apresentaram ao longo de sua trajetória o que eles chamaram de “espírito inovador”, e tiveram a coragem de mudar os padrões vigentes. Como descreveu um professor que ensinava em duas universidades locais, sobre o êxito e a participação coletiva

A aristocracia mobiliza bem a comunidade; as grandes lideranças nunca estiveram sós. Sinhá Moreira, Capistrano e outros sempre tiveram o apoio comprometido da comunidade, ou seja, projetos foram assumidos com responsabilidade.

Esse fenômeno permitia aos habitantes uma identificação efetiva com indivíduos que demonstraram força, apostaram em mudanças e constituíram uma história reconhecidamente bem-sucedida. Como modelos de inovação, eles criaram perspectivas positivas para as gerações vindouras, trazendo para a comunidade novas configurações de “futuro”. O orgulho e a satisfação de desenvolverem a si mesmos e ao município, todos estes foram sentimentos fortes na comunidade e fizeram parte da maioria das entrevistas e conversas informais. A comunidade estava muito envolvida no processo, como contou um habitante: “inclusive as famílias mais pobres do município assumiram as mudanças como mérito pessoal” e “todos participam tanto dos movimentos espontâneos que afetam a cidade, como, às vezes, buscam criar-lhes desde suas próprias atuações”.

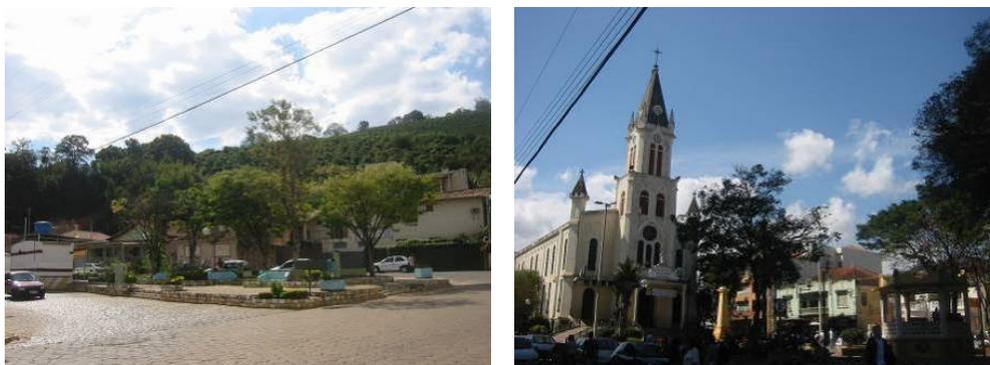
Outra percepção das vivências na cidade foi a de não haver habitantes que demonstrassem sentimentos de insatisfação ou trabalhassem sem entusiasmo; ao contrário, eram simpáticos, acolhedores e demonstraram interesse em participar da pesquisa. Eles relataram que os laços afetivos pessoais na cidade são fortes, e gostavam do convívio social. O nível de comunicação pareceu muito grande entre os diferentes grupos: os indivíduos, sem distinção de classe, sabiam o que ocorria nas escolas, na Prefeitura, nas empresas, ou seja, não se encontrou um “fechamento” de informações em suas próprias áreas de atuação, demonstrando fluidez na troca de conhecimentos, diferenciando Santa Rita de vários municípios onde pessoas e instituições funcionam de maneira isolada e não colaboram entre si, seja devido a desconhecimento ou questões de competição.

Como sabido, trabalhar com tecnologia requer criatividade dinâmica e comunicação ágil, em sintonia com a velocidade de mudança dos acontecimentos globais. Essa troca de experiências, ideias e infraestruturas vinha atuando em conjunto, em Santa Rita, através de uma “cultura da informação” que atravessava todas as esferas sociais: as pessoas transmitiam conhecimentos e práticas, ideias, intenções e desejos. Isto promove um tipo de participação popular mais intenso e incentiva que se troquem recursos disponíveis e que seja construída uma representação relativamente coerente do município.

De acordo com essas ideias, foi muito expressivo o nível de identificação pessoal com a paisagem e também o nível de coesão e vertebração social local que, de acordo com as teorias identitárias apresentadas, revelaram que a identidade social urbana dos habitantes é capaz de sustentar mudanças significativas, inclusive envolvendo a introdução ou ampliação de valores sustentáveis. Consequentemente, a identidade social urbana se constituía por valores positivos, envolvendo cuidados com o ambiente, a percepção dos habitantes de possuírem expectativas favoráveis com relação ao futuro, promissor, conectadas à uma representação social de Santa Rita como uma cidade onde o conhecimento é seu bem maior, onde as novas tecnologias e suas escolas, empresas e habitantes sustentam um espírito empreendedor que traz aos habitantes confiança, mesmo durante períodos adversos.

A paisagem urbana apresenta locais que carregam um simbolismo positivo, como a praça central, que foi ressaltada várias vezes como local agradável, ponto de referência e de encontros, espaço fundamental no cotidiano, assim como a Igreja Católica central, que foram os dois lugares mais citados nas entrevistas. Esses espaços simbólicos integram a representação social, que auxilia no estabelecimento da identidade social urbana, ou seja, fazem parte da concepção que os habitantes constroem da cidade.

Figura 157: Praça central e a Igreja Católica



Fonte: Fotos da autora, 2003.

O processo de apropriação do espaço também se pode supor pelas observações de práticas, e nesse sentido foram observadas a limpeza dos espaços públicos, das instituições visitadas, e seus jardins bem cuidados e casas pintadas¹⁹⁰. O INATEL e a ETE possuem um forte aspecto simbólico para a população, que vê as escolas como inspiradoras e com um papel fundamental no desenvolvimento municipal, além de estarem sempre abertas e interagindo com a comunidade.

¹⁹⁰ Realizar uma confirmação sobre essas visões seria muito enriquecedor, no entanto demandaria tempo e novas vivências na cidade, e poderia acontecer através de imagens, desenhos e dinâmicas similares.

10.5 Valorações do caso

“O verdadeiro desenvolvimento é o desenvolvimento humano”

Edgar Morin

O livro lançado no início dos anos 2000 sobre a história do INATEL aponta que em Santa Rita do Sapucaí um milagre aconteceu, através de suas conquistas e de seu crescimento ímpar: “Sem dúvida, esse milagre possui um nome: educação, e seus respectivos apelidos: trabalho, visão, firmeza, persistência e convicção” (INATEL, 2002). A ideia se reproduz aqui, pois reflete o que foi constatado na cidade. Em uma entrevista, o Professor Navantino Barbosa, do Instituto, disse que “os caminhos que levam às grandes descobertas, as soluções dos grandes problemas são, como regra geral, simples” (BARBOSA, 1991, p.13) explicando que os resultados obtidos não foram resultado dos recursos financeiros adquiridos a partir de um grande apoio do governo estadual ou federal ou devido à elaboração de um programa muito bem elaborado tecnicamente, nem tampouco porque haviam descoberto uma fórmula mágica

Foi exatamente porque utilizamos a mais antiga das fórmulas: reunimos um grupo de pessoas dispostas a simplesmente trabalhar com dedicação e, sobretudo, com desprendimento. Isto sim, conseguiu levar o chamado Projeto Vale da Eletrônica a ultrapassar qualquer expectativa que pudéssemos formular o seu início... (e também) por colocar os interesses dos outros acima dos interesses próprios, quer a nível pessoal, quer a nível institucional. Decidir firmemente começar pequenininho como começaram aqueles empreendimentos que hoje são grandes. Não se preocupar em precisar um tempo para se tornar grande e estabelecer uma política de continuidade. Ter sim, a pretensão de ser grande, o que irá alavancar o desenvolvimento. Mas ser grande amanhã e não hoje. Estabelecer uma velocidade de caminhada compatível com o tamanho das próprias pernas. Não tomar como base as pernas dos outros, pois elas poderão nos faltar. Se sujeitar, é claro, às instabilidades que um equilíbrio dinâmico oferece, sem se conformar com a estabilidade do equilíbrio estático. Caminhar seguro, ainda que devagar, mas sempre em linha reta, em direção ao próximo ponto. [...] A questão nem sempre é de tempo. Muitas vezes é de energia. O caso sob análise é, fundamentalmente, de energia. (BARBOSA, 1991, p.14-15).

A reflexão do professor revela grande sabedoria traduzida em uma filosofia pragmática, que sintetiza os processos de mudança e desenvolvimento locais, onde estavam e estão envolvidas pessoas com energia e foco suficientes para realizar transformações, a seu tempo, imbuídas de um ideal em prol de um propósito coletivo, suplantando demandas individuais. É incomum no Brasil que uma cidade apresente um nível de qualidade de vida tão elevado, contrastante com o cenário repleto de problemas arraigados. Nesse caso, não existem na cidade espaços luxuosos ou grandes riquezas; ao contrário, a cidade possui espaços simples, bem cuidados e pessoas hospitaleiras. Essa simplicidade, unida à persistência, energia e ao trabalho com propósito de seus habitantes são as características diferenciais em Santa Rita.

Figura 158: Praça no centro e uma de suas ruas, com casas de arquitetura simples e pavimentação antiga



Fonte: Fotos da autora, 2003.

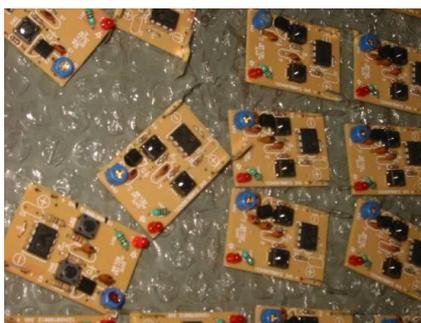
O que seus habitantes chamam de empreendedorismo revela a insígnia local, que tem o vigor para mobilizar a população, como já defendia Saraiva nos anos 2000

O recorrente realce na história passada e presente de Santa Rita das participações individuais, de caráter inovador e participativo, com o poder de romper com algumas condições da realidade e transformá-la, fazem supor a permanente possibilidade da existência do *autor* (no sentido de criação e invenção de novos mundos culturais inovadores) na vida social e comunitária da cidade (SARAIVA, 2000, p.101).

Dessa maneira, a autora encontrou junto à população, afeita às mudanças criativas, um ambiente propício para a expansão de suas próprias ideias e práticas, pois ela foi se tornando responsável pela busca de um equilíbrio entre o crescimento econômico e questões concernentes ao bem-estar social, incluindo em suas demandas a preservação ambiental.

A comunidade, explica Kallás (2001, 2002), superou o obstáculo da ausência de uma estrutura de pesquisa local, devido à visão de alguns líderes e a realização de arranjos institucionais para sua sustentação. Seus valores adquiridos ao longo de décadas envolvem o empreendedorismo, a aprendizagem contínua e a cooperação, que se encontram implícitos e arraigados nas práticas. O criar e sonhar se complementam. Como o professor Mário Augusto, um dos ex-diretores do INATEL contou em entrevista; “o empreendedorismo nasce do sonho, aquele que é estruturador” (SARAIVA, 2000). E nessa cidade os sonhos são muitos.

Figura 159: Produção de circuitos eletrônicos por um grupo de alunos na Incubadora do INATEL, para comercialização



Fonte: Foto da autora, 2003.

A economia, a saúde, a educação e a infraestrutura constituem sistemas em equilíbrio, revelando sustentabilidade. No entanto, a sustentabilidade ambiental era ainda incipiente nos anos 2000, apesar de um professor do INATEL apresentar, naquele momento, uma perspectiva alentadora, pois entendia que cada administrador público possui um enfoque prioritário e acreditava que se o próximo prefeito desse prioridade às questões ambientais, isso complementaria as ações já efetuadas, que privilegiavam os déficits dos mais carentes, em especial as demandas habitacionais e o desenvolvimento do Vale da Eletrônica. Existe também a ameaça de que em algum momento se constitua na cidade uma “fissura” entre os que estão extremamente especializados em tecnologias modernas e aqueles que não possuem preparo para o mercado de trabalho. Para se evitar esse problema, o incentivo a novas áreas produtivas pode desencadear resultados eficazes, aumentando os postos de trabalho em espaços diversificados.

Mesmo assim, os impactos econômicos, sociais e culturais das mudanças definitivamente foram avaliados como positivos, sobretudo porque, além dos resultados estatísticos, a amostragem dos habitantes entrevistados demonstrou grande satisfação e orgulho da cidade, que segue o mesmo caminho começado há mais de quarenta anos. Um processo social tão duradouro é singular e representa o melhor *feedback* que uma cidade poderia receber.

Segundo Pinto (1991, p.192), esse é um exemplo clássico da economia da educação, onde o investimento no capital humano representa um fator de progresso: “a modernidade educacional [...] passa a constituir-se em fator de modernidade econômica”. Ela acredita que a diferença entre Santa Rita e outras cidades é que a experiência industrial vem do projeto da escola, produzindo um saber para além das fronteiras tradicionais. Esse movimento começou, além disso, com as forças comunitárias e vem garantindo a alta qualidade educacional, através da relação entre mercado, ensino e os habitantes. Desenvolvendo um estudo sobre a cidade, Maciel entendeu

a democratização da sociedade e do conhecimento como um fator essencial na mais moderna concepção de inovação [...] as ‘janelas de oportunidade’ abertas pela força transformadora do desenvolvimento da Ciência e Tecnologia revelam não apenas novos caminhos possíveis em termos de relações econômicas internacionais, mas também um potencial de transformação social (MACIEL, *apud* Saraiva, 2000, p.6).

O professor Kallás também abordou alguns desses pontos em sua análise, através de uma entrevista muito rica. Ele começou perguntando quais eram as questões básicas e lhe foram feitas duas perguntas: “Como se explica o êxito de Santa Rita?” “Quais são as chaves ou as características responsáveis para que este êxito esteja ocorrendo ao longo do tempo, com continuidade?” Ele explicou que o “êxito” se deu a partir de algumas características básicas, como a existência de uma aristocracia rural do café que, diferente das oligarquias dominantes em outras localidades, possuía uma visão ampla de mundo – através inclusive de sua

participação no mercado internacional exportador – mais aberta, e que convivia bem com as mudanças, inclusive considerando certas incertezas intrínsecas ao processo agrícola. Eles possuíam uma visão de abertura e, como exemplo, se vê Sinhá Moreira e seu apoio comprometido com a comunidade. Ela e outras pessoas de projeção respondem em grande parte pelo inusitado da experiência, havendo em comum o compromisso definitivo com um projeto de educação técnica inovadora. O segundo ponto ressaltado pelo professor foi o êxito do projeto acadêmico do INATEL, introduzindo um novo paradigma no município, comprometido com o saber. Nas aulas, os jovens conviviam com profissionais capacitados e exigentes com relação ao ensino profissional, o que constituiu um ambiente favorável para a criação das empresas. Além disso, com a crise do petróleo nos anos 70, o mercado se fechou para a tecnologia externa e os profissionais locais tiveram que “inventar” seus próprios negócios (nesse sentido, a crise foi transformada em oportunidade). Ele também destacou a percepção desenvolvida pelas escolas sobre a importância histórica do fenômeno de surgimento de novas empresas locais; bem como a “solidariedade funcional” que sempre existiu entre as empresas, baseada na crença em seus negócios a partir de uma perspectiva cooperativa, tanto entre essas como entre as escolas e a comunidade. A isto se soma o trabalho da administração municipal, se observando que os três setores sociais se envolvem em um processo comum de desenvolvimento.

Além disso, Kallás observou o movimento de aproximação fértil entre escolas e gestores públicos, através do qual o poder local não lhes dá recursos, mas é o articulador, promovendo a atração de novos negócios, devido à iniciativa “de ponta” do prefeito Toledo, que criou novos postos de trabalho, a partir da organização de Feiras Tecnológicas; e o desenvolvimento de uma consciência profissional sobre a importância do que se estava realizando, desde o final dos anos 1980. A escola passou não apenas a interagir com o setor produtivo, mas apresentou potencial para ser sua fonte geradora. Assim começaram as associações com outros atores, incluindo os órgãos de fomento de maior porte, as pesquisas profissionais e cooperações internacionais, que propiciaram a inserção dos sistemas educacional e empresarial no mundo globalizado. Por fim, ele constatou como sendo fundamental a capacidade de seus habitantes de gerarem críticas e avaliarem o fenômeno das universidades, escolas e empresas, motivando perguntas como “que tipo de empresas produzimos? Ou seja, é significativo avaliar se as empresas são apenas acumuladoras e concentradoras do capital ou se possuem outros ideais, para compreender melhor as mudanças locais.

Dessa maneira, inúmeros fatores se combinaram na configuração do processo urbano, dentre os quais a participação comunitária verdadeira, através de seu apoio continuado, seguido posteriormente pela participação da administração municipal, favorecendo a parceria com o

Estado e a União, o acordo de cooperação técnica internacional e uma postura de profissionalismo entre suas instituições de ensino e o mercado, implantando as estruturas que sustentam o Polo Tecnológico, sintetizou o professor Kallás. Existem, portanto, alguns elementos estruturantes na cidade, como também ilustram Cunha e Santos

O esforço de busca e luta competitiva centradas no processo inovador depende de duas dimensões fundamentais: 1) a capacidade empresarial de identificar novos produtos e processos e 2) a capacidade local de aprender, no sentido de criar uma atmosfera de transformação e progresso para a aprendizagem regional e coletiva (CUNHA; SANTOS, 2009, p.26).

Durante as entrevistas foi expressiva a repetição desse padrão representado pela valorização do desafio contínuo, por parte da população, expressando o desejo de inovar, junto à educação. Ocorre a democratização de conhecimento nos diversos grupos sociais, que continuam definindo seu futuro, não esperando passivos que o poder público apresente soluções “salvadoras”. Um dos participantes, o Senhor Roberto de Sousa Pinto expôs também à Saraiva a presença de um processo de auto-organização urbana: “é esta postura pró-ativa, preme de um caráter comunitário, que faz com que, mesmo tendo sido alteradas as condições iniciais de existência do polo, cada segmento busque suas alternativas, isoladamente (enquanto segmento) ou em conjunto com outros” (SARAIVA, 2000, p.154-155).

Logo, comparando essas condições com inúmeras cidades brasileiras, é visível o diferencial do modelo de desenvolvimento de Santa Rita, onde o saber é extremamente valorizado e sua qualidade educacional elevada. Além disso, o progresso tecnológico continua sendo uma grande vertente do desenvolvimento econômico contemporâneo e o setor tecnológico-eletrônico um dos mais promissores da economia ¹⁹¹. Segundo estudo do SEBRAE

Apesar de ser uma pequena cidade do interior, Santa Rita do Sapucaí destaca-se por possuir todos os elementos de um ecossistema de inovação. Constatou-se a presença do apoio e estímulo governamental com incentivos fiscais, formação de recursos humanos altamente qualificados, destacando as três principais instituições de ensino e pesquisa (INATEL, ETE e FAI), desenvolvimento científico, constituição de empresas estabelecidas e conectadas globalmente, a produção de mais 14.500 produtos por meio de 153 empresas, além de uma forte promoção à cultura empreendedora a partir de diversas feiras que mobilizam a cidade (SEBRAE, 2020, p.124).

Constata-se ainda que município sempre esteve conectado a seus arredores e às questões do mercado, buscando soluções para se adaptar às demandas contínuas. A educação recebe grandes investimentos e as empresas crescem, o que minimiza as influências negativas do cenário externo, como as crises, a desregulação do mercado, entre outros fatos.

O professor Kallás (2001, p. 44) disse que “ao final, foi nada mais que mexer com a cabeça das pessoas, criar uma nova cultura e estabelecer um marco de identidade social”. E a

¹⁹¹ As empresas de base tecnológica, segundo Alvim, possuem maior valor agregado, geram postos de trabalho de qualidade, avançam o nível de conhecimento de uma sociedade, além de criarem um ambiente que pode desencadear novos negócios, através do chamado efeito multiplicador. (ALVIM, out., 2004).

identidade social urbana refletiu um “apego positivo” dos habitantes com o entorno, uma vontade comum de crescer e agir pela coletividade, demonstrando valores de coesão e identificação com o patrimônio material e com seus valores simbólicos integrantes de seu patrimônio imaterial. Existe também uma valorização simbólica privilegiada na organização da sociedade com relação às instituições de ensino, empresas e educação praticada e esse grau de satisfação elevado dos habitantes.

Em 2020 realizou-se um estudo que listou as cinco melhores cidades do mundo para se viver depois da pandemia do Coronavírus, usando diferentes medidas de qualidade de vida e outros fatores que podem influenciar a decisão das pessoas a se mudarem. As cidades melhor classificadas na América Latina foram Medellín, Santa Rita do Sapucaí, Montevideu, Santiago e Curitiba (ROSS, 2020). Os fatores avaliados foram a habilidade de se trabalhar desde casa, densidade populacional, acessibilidade habitacional, número de cafeterias na cidade, concentração de empregos criativos, incubadoras e aceleradoras de negócios, somado a um ambiente que apoia mentes criativas e a proporção de residentes com idade de 25 anos ou mais que possuem no mínimo o diploma de bacharel. A escolha de Santa Rita revela que vem sendo mantida a qualidade de vida para seus habitantes, após muitas décadas de desenvolvimento, representando um salto qualitativo. O estudo enfatizou que vêm acontecendo também na cidade os melhores festivais de criatividade da América Latina, como o *HackTown* (ROSS, 2020), que em 2017 foi escolhido pelo Google para sediar sua primeira *Casa Google Developers* fora dos Estados Unidos (PORTAL..., 2020).

Na entrevista com o professor Kallás analisou-se também outra questão fundamental: “Como podemos avaliar se as mudanças ocorridas em Santa Rita representam uma mudança de paradigma?”, “O paradigma mudou ou continua reproduzindo o sistema acumulativo que almeja somente ganhos predatórios?” Segundo suas constatações, Santa Rita tem vivido mudanças profundas em muitas áreas: melhores condições para os trabalhadores foram adquiridas, aumento da riqueza com melhor distribuição de renda para a população, novas direções dadas para os investimentos locais.

Essas perguntas se relacionam à classificação de mudanças proposta por Watzlawick (1967,1978), com uma mudança feita pela autora, sendo de primeira ordem as mudanças pequenas que mantêm as mesmas premissas anteriores; de segunda ordem se estas já têm o poder de gerar uma mudança de paradigma, e de terceira ordem quando promovem um ou mais saltos paradigmáticos que revolucionam sem volta uma situação ou sistema, de maneira que este consiga manter sua direção e se adaptar através de recursividades, mesmo diante de grande adversidade. Se observou que as práticas iniciadas em Santa Rita há muitas décadas são mudanças de primeira ordem. Os processos que promoveram a mudança econômica, por exemplo, da predominância agrícola para a educacional e que posteriormente

originaram a constituição de empresas de base tecnológica e se baseiam em uma nova concepção, mudando o cotidiano dos habitantes, suas relações e uma nova maneira de governar revelam mudanças de segunda ordem.

O mais desafiador de se alcançar, as mudanças de terceira ordem, representam uma aprendizagem contínua e uma ausência de pressupostos rígidos, possuindo critérios de avaliação mais complexos. Supõe-se que existem instituições e áreas da cidade que já iniciaram essa mudança de nível, porque incluíram em seu paradigma a complexidade dos sistemas e suas ações são respostas às experiências que se apresentam a cada dia, frequentemente sem modelos pré-concebidos, propiciando capacidade para se adaptarem a situações inusitadas. Isso se fez claro em algumas entrevistas, quando os habitantes expressaram que, ainda em momentos de crise, os processos de desenvolvimento não se interromperam, apenas diminuíram seu “ritmo”.

Desde uma perspectiva ampla, se constata em Santa Rita alguns padrões, similares às características descritas por Johnson (2003) e também mencionadas na dissertação de Saraiva (2000, p.165), observando vários episódios “que levam a crer na presença de um padrão específico na região que, fundado numa lógica de participação comunitária incentiva uma certa capacidade arrojada de agir – combinando uma dose visão antecipatória com ousadia na ação.” Ou seja, são padrões de auto-organização da população, da sociedade civil, dos governantes e profissionais praticando atitudes co-construídas em torno de um projeto comum, similar a um movimento contínuo de forças descentralizadas que inicialmente começou com a população - sem interferência dos governos - chamado “*bottom up*”.

No entanto, isso não significou a ausência de governo ou líderes locais, ainda que exista uma descentralização de forças, que aconteceu de maneira espontânea, mas poder público e outros líderes começaram a participar há algumas décadas e representam as forças *top-down* atuando também. Cada um desses atores trabalha para acompanhar as demandas e a “engrenagem” funciona: “a ênfase no conhecimento local é também a chave para o modo como determinadas cidades “orgânicas” se desenvolvem no tempo [...], segundo Johnson (2003, p.188), o que começou com o sonho de Sinhá Moreira, sem prescrições de um futuro determinístico, se encaixando na ideia de Mumford (*apud* Johnson, 2003, p.188-189)

o planejamento orgânico não começa com um objetivo pré-concebido: ele se move de necessidade em necessidade, de oportunidade em oportunidade, em uma série de adaptações que se tornam cada vez mais coerentes e intencionais, de modo que geram um complexo projeto final, dificilmente menos unificado que um padrão geométrico pré-formado.

Ações de continuidade também são planejadas, como a transmissão da pedagogia empreendedora desde a infância para suas crianças, lhes permitindo sonhar e acreditar em sua criatividade, ao mesmo tempo em que lhes preparam para “enfrentar” o mundo com

atitude crítica, para sua inserção na contemporaneidade. Este fato é significativo, pois garante a transferência dos pressupostos que apoiam a cultura particular da cidade para as gerações vindouras, proporcionando-lhes condições de perpetuação dos valores, alimentando de maneira duradoura o mecanismo de feedback negativo. Logo, ações e ideias são concebidas em sintonia umas com as outras, porque se encontrou em Santa Rita um fio condutor que envolve o valor do conhecimento, das relações e das tecnologias, enraizado na cultura que vem sendo construída coletivamente ao longo de sua história.

11 MARIA DA FÉ: ARTESANATO, DESIGN E TURISMO EM MINAS GERAIS

Figura 160: Detalhe de um prato do artista Domingos Tótora, feito com fibra de banana



Fonte: Foto da autora, 2004.

Para um segundo estudo de caso se buscava conhecer uma cidade que vivesse um processo de transformação a partir do setor econômico secundário, e que apresentasse preferencialmente uma atividade econômica predominante diferente das especializações tecnológicas e educacionais, em contraposição ao contexto de Santa Rita do Sapucaí. De acordo com esses critérios, Maria da Fé foi escolhida devido a algumas características interessantes: possuía atividades recém instauradas baseadas no turismo, no artesanato e na plantação de frutíferas e oliveiras, sendo essas iniciativas de mudança quase exclusivas da população, ainda sem apoio contínuo do poder público. Assim, propunha-se ali uma diversificação econômica expressiva em direção a produtos até o momento desconhecidos pela comunidade, refletindo um processo embrionário de desenvolvimento *bottom up*.

O caso foi apresentado na Conferência do *Minastec*, em 2004, em uma mesa redonda que discutia o estado da arte do artesanato mineiro. A coordenadora do Projeto de Artesanato Sebrae, Dorotéia Barros, abordou as melhores iniciativas desenvolvidas nos últimos anos, que aliavam novos conhecimentos à produção artística, para a valorização dos produtos artesanais, expandindo ambas, produção e vendas. Os processos indicados estavam acontecendo em Araxá, Nova Lima e Maria da Fé. Essa última apresentação emocionou, relatando o percurso corajoso de um grupo de artesãos que, a partir do acompanhamento do Sebrae, começou uma nova história, elaborando produtos únicos, que envolviam descobertas constantes relativas ao uso de materiais e formas de trabalhar, aliadas ao desenho de qualidade. Maria da Fé se tornou, assim, o “projeto piloto” do Programa Sebrae de Artesanato.

Este panorama foi decisivo para incluirmos a cidade na pesquisa, e as visitas ocorreram em 2005. Foi possível ver uma cidade que estava se transformando, buscando saídas para uma grande crise econômica local, decorrente do declínio da cultura da batata, com conseqüente

desemprego dos habitantes. Como contextualização do tema em questão., se apresenta inicialmente uma pequena descrição da produção artesã mineira e o Projeto do Sebrae.

11.1 O artesanato em Minas Gerais

O Brasil possui um artesanato muito expressivo, com características variadas dependendo das diferentes regiões e suas culturas, apresentando grande abundância de materiais disponíveis, sob influência dos diferentes povos que promoveram a miscigenação de seu povo, somado à riqueza dos costumes e artes dos povos originários. No estado de Minas Gerais não é diferente. Seu território ocupa uma área de 588.383, 6 Km² (similar a extensão da França) e de norte a sul se observa grande pluralidade no artesanato e em outras manifestações artísticas. O artesanato está representado por adornos, esculturas, pinturas, trabalhos com tricô, crochê e demais fios, artefatos indígenas, roupas e sapatos confeccionados de maneira especial, entre outros. Algumas técnicas utilizadas são segredos de família, passadas de geração em geração e possuem acabamento primoroso; outras são comerciais, resultando em acabamentos mais rudimentares. Independente dos resultados, a diversidade e beleza do artesanato vêm sendo reconhecidas por seus valores e significados, constituindo para muitos um sentimento de orgulho com relação à cultura nacional.

Nos últimos anos, o Sebrae MG¹⁹² vem buscando valorizar e, em alguns casos, incrementar o artesanato, desenvolvendo junto aos artesãos novas ideias e produtos, pesquisas sobre o mercado, logística, comercialização, permitindo a expansão e/ou manutenção da arte “viva”, garantindo a sobrevivência econômica dos produtores. Esse trabalho, integrado ao Instituto Euvaldo Lodi, IEL, abrange a noção dos arranjos produtivos locais, APLs, buscando agregar valor aos produtos e aglomerar empresas/produtores de um mesmo setor para que, juntos, recursos sejam maximizados através de cooperação e processos de aprendizagem coletiva.

Em um primeiro momento, a metodologia utilizada é a sensibilização, através do compartilhamento de casos, palestras, estudos. Em seguida se efetua o diagnóstico da situação vigente, pesquisando-se diversos aspectos como o produto e o mercado, novas tendências, e realizando-se um plano de ação específico para cada contexto. Para a avaliação do produto são realizadas, frequentemente, seis etapas: seleção de matéria prima; aplicabilidade do produto; tendências do mercado e público alvo; produção, envolvendo controle de qualidade, aproveitamento de matéria prima e espaço físico; mercado, concebendo alternativas de difusão e análise da identidade visual, propondo discussões sobre embalagem, transporte e soluções para obter o selo de origem (TAG); e o processo de análise

¹⁹² Maria Dorotéia Barros coordenava o Núcleo de Inovação e Desenho do Sebrae MG. Em 2004, a atividade artesã gerava emprego e renda para cerca de 8,5 milhões de pessoas no país, movimentando aproximadamente R\$ 28 bilhões/ano de recursos, de acordo com as estimativas do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

do produto em si, que pode envolver a incorporação de elementos locais às suas características, buscando a constituição de uma marca reconhecível.

Figura 161: Tenda Com Arte, com diversos produtos locais, Maria da Fé



Fonte: Fotos da autora, 2004.

Houve grupos que apenas reproduziam produtos e, a partir do aprendizado construído no projeto, passaram a compreender a importância do bom desenho, buscando personalidade para seus objetos, diferenciando-os da maioria. Em outros casos, o produto já apresentava alta qualidade, mas faltavam investimentos em embalagem, divulgação ou na construção de uma marca, o que o Programa busca desenvolver junto à artesã (o), ampliando sua visão de negócios. Há locais ainda em que ocorrem resgates culturais de modos produtivos tradicionais ou de ícones que haviam sido esquecidos, como técnicas, materiais, cores, desenhos representativos da memória e história cultural. Assim, a partir desse trabalho, os artesãos tendem a se desenvolver e, paralelamente, impulsionar outras tendências, como turismo, agronegócio, entre outras, sob a condição *sine qua non* que a espontaneidade envolvida no trabalho artesão seja mantida. Em 2005, o Projeto já tinha em seu histórico algumas cidades que vinham transformando suas realidades a partir dos investimentos no artesanato.

11.2 A chegada

Maria da Fé se localiza no sul de Minas Gerais e aparece frequentemente nos noticiários como tendo registrado as temperaturas mais baixas do Estado. Antes de visitá-la, organizei minha chegada junto à equipe da Associação Com Arte - apresentada na Conferência Minastec, à secretária do Prefeito e à Secretária de Turismo, apresentando a intenção de estudar a cidade. O restante do trabalho de campo ficou aberto às oportunidades que surgissem durante a visita.

Para chegar em Maria da Fé era preciso ir primeiro para Itajubá e trocar de ônibus. O motorista da empresa de ônibus intermunicipal, da primeira parte da viagem, era mariense e relatou a história local, pois ficamos na Estação Rodoviária aguardando a chegada do segundo ônibus. Ele contou do frio característico, de sua gente hospitaleira, da tranquilidade e beleza da

região. Como foi frequente em outras conversas, sua primeira reação quando contei meu destino foi: “Você vai gostar muito, é uma cidade muito boa”. No segundo ônibus, o motorista e seu auxiliar relataram que o principal atrativo local era o clima frio, que deixa a cidade muito bonita no inverno, com geadas e um pouco de neve: “quando nós viramos a montanha à noite, já sentimos, parece que conectamos um ar condicionado”, disse um deles.

Ao lhes perguntar qual o principal problema local, o outro respondeu: “É o desemprego, que atinge principalmente a população mais pobre, desde que o cultivo da batata sofreu uma forte crise sem perspectivas de recuperação”. Escutei os dois conversando entre eles: “[...] ela vai ver um povo desesperado, sem emprego”. Me falaram ainda que “se não fosse por Itajubá, a cidade já haveria acabado”, principalmente com a chegada de uma nova empresa que empregava, segundo eles, seiscentos marienses. Foi interessante perceber que eles não compreendiam o motivo do meu interesse em estudar sua cidade, mas após as visitas entendi que talvez fosse porque os habitantes, em geral, não percebiam seus potenciais. Mais tarde os dois me falaram sorrindo, com humor: “ali vai se tornar terra de aposentados e crianças. Na hora em que as crianças alcançarem essa altura (e um deles colocou a mão na altura da cintura), as pessoas vão embora...”; Maria da Fé, o último que sair apague a luz; “Maria da Fé, conheça antes que acabe”, disseram, satirizando seus próprios problemas. Depois das críticas, eles apontaram algumas soluções, sugerindo que “os proprietários rurais ricos podiam construir pousadas bonitas na Serra”, explicando que ali poderia ser similar a Campos do Jordão, ou seja, acreditavam, apesar das dificuldades, no seu potencial turístico.

Figura 162: Mares de morros em Maria da Fé, e geada em julho



Fonte: Foto de Eduardo Leão, 2004.

Um caminho bonito leva a Maria da Fé, com montanhas verdejantes e casas coloridas. Ao entrar no centro urbano, o motorista perguntou o local onde eu ficaria, porque não existia rodoviária e ele me deixaria perto do hotel.

Após essa primeira visita, voltei ao município, constatando que ainda faltavam dados importantes. Logo, a segunda visita possibilitou essa complementação, prevalecendo entrevistas mais diretas, para o aprofundamento de questões específicas e visitas a novos

locais. Interessante observar que nesse retorno os entrevistados com quem eu já havia conversado estavam mais à vontade e compartilharam ideias mais “sutis”, complexas ou de forma mais detalhada. Possivelmente isso ocorreu devido ao estabelecimento de uma relação de confiança e à percepção de que eu realmente me interessava por sua cidade. Nesse sentido, também já havia desenvolvido uma base de conhecimento e em várias conversas durante a segunda visita expressei minhas percepções sobre a realidade, propiciando uma co-construção de ideias junto aos entrevistados, o que auxiliou o fechamento dessa etapa do trabalho: frequentemente lemos juntos o que eu havia escrito sobre a área de interesse do entrevistado e enviei alguns “textos iniciais” para outros participantes, obtendo um *feedback* e, de alguma forma, uma validação interna. Foi muito positiva a oportunidade de desenvolver essa visão junto aos habitantes, através de suas leituras críticas dos “esboços” produzidos.

11.3 História recente

O processo de ocupação do território brasileiro se iniciou amiúde a partir das expedições na “corrida do ouro” e de outras riquezas mineiras. Nesse contexto, as terras denominadas Campos surgiram no sul de Minas Gerais como norteadoras da expansão da região. Quando subdivididas, parte das terras foram concedidas ao casal José Rodrigues Braga e Maria da Fé de São Bernardo, que haviam se estabelecido na Fazenda Nova dos Campos, onde atualmente é o município vizinho de Maria da Fé, Pedralva. José e Maria se casaram em 1778 e tiveram 11 filhas. Conforme a história, o proprietário morreu prematuramente e a responsabilidade de suas terras se transferiu para a esposa. Antes mesmo da morte de seu marido, Maria da Fé já estava acostumada aos trabalhos rurais, e a partir daquele momento ela conseguiu trabalhar e proteger sua propriedade, ampliando os negócios, como relatado historicamente: “Maria da Fé se dedicou magistralmente a um tipo de ofício pouco explorado pelas mulheres, que eram as práticas de agricultura e pecuária, algo que demandava muita perspicácia administrativa” (MARIA DA FÉ..., s.d.)¹⁹³.

Eduardo Leão, que trabalhava na área turística, contou que “a Senhora Maria da Fé se manteve firme diante das adversidades que surgiram em sua vida, revelando uma imagem de coragem”: diversas vezes, por exemplo, invadiram suas terras, alegando que uma mulher não poderia ser proprietária de terras por motivos legais, de acordo com a cultura masculina prevalente naquele momento. Não obstante, nessas ocasiões ela e seus “capatazes” de confiança à acompanhavam até a comarca, em São João Del Rey, e sempre conseguiram

¹⁹³ Relatório sobre dados do município, elaborado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Maria da Fé, (MARIA DA FÉ..., s.d.), recebido em 2004.

suas terras de volta. Viajavam durante muitos dias e voltaram “vitoriosos”, demonstrando sua força e determinação¹⁹⁴.

Em 1928, o professor Bressare de Lima (1928, p.2 *apud* MARIA DA FÉ..., s.d.) escreveu no jornal da cidade que “Maria da Fé era do tipo amazona, modelo de heroína, destemida, virtuosa e boa, respeitada e influente”. Assim, se destaca que a “imagem da proprietária rural bem-sucedida acabou por representar as próprias matrizes desse município mineiro”, e a cidade foi nomeada em sua homenagem. Ao longo dos anos muitos difundiram seu nome e qualidades, entre eles o Dr. Ferraz que, em um discurso emblemático na inauguração da Estação de Trem local, em 1891, chamou-a de uma mulher enérgica, corajosa e pioneira. Os registros documentais são poucos, mas a história foi transmitida oralmente pelos habitantes.

Com o passar das décadas novas divisões territoriais foram ocorrendo por seus herdeiros que, junto à chegada de outras famílias, dinamizaram a vida local. Em 1859, Campos de Maria da Fé foi reconhecida oficialmente como um distrito, pela Província de Minas Gerais. A partir de seu desenvolvimento agrícola, o território passou a oferecer boas condições de alojamento e, como também representava um eixo de rotas comerciais, se instalou aí a Estrada de Ferro do Sapucaí, “com o objetivo central de dinamizar o interior brasileiro, através de circulação de pessoas e mercadorias”. Junto à Estação surgiram novos comércios, edificações, novas escolas, a Igreja e outros símbolos de seu crescimento, trazendo mudanças no cotidiano da população. Sua elevação à categoria de cidade ocorreu em 1912, enquanto em 1923 foi confirmado o nome atual, Maria da Fé (MARIA DA FÉ..., s.d.). Apesar de experimentar momentos de apogeu e declínio, a cidade seguiu crescendo, investindo em obras infra estruturais, com a abertura de ruas e estradas, construção de praças e sistemas de abastecimento de água e eletricidade. As lavouras de batata foram as principais responsáveis por esse crescimento, ocupando a maioria de seus habitantes¹⁹⁵.

11.4 A atualidade

Maria da Fé ocupa uma área de 204,3 km², com densidade demográfica de 71,5 habitantes/Km², em 2000. Está a 46 Km de Santa Rita do Sapucaí, a 21km de Itajubá e a 55 Km de Campos do Jordão. O município está em posição privilegiada, entre os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, favorecendo em termos econômicos a produção, fluxo de produtos agropecuários e outros, negócios em geral e turismo. Fica também próximo

¹⁹⁴ Apenas na minha segunda visita, Eduardo Leão, que conhece bem a história municipal, foi o primeiro e único a me relatar essa história. Se pode perceber grande diferença entre a relação que a população estabelece com Maria da Fé e com Sinhá Moreira, em Santa Rita do Sapucaí, que em “cada rua” era citada orgulhosamente por todos. Foram consideradas algumas hipóteses para esse fato: ou as pessoas desconhecem sua história em Maria da Fé e se comunicam menos ou conhecem e não a valorizam tanto, e pode ser ainda que nessa cidade a comunicação seja menos fluida do que em Santa Rita.

¹⁹⁵ Para saber mais sobre a história de Maria da Fé, consultar o Projeto Piloto Turismo Rural – Módulo I, SEBRAE MG: História de Maria da Fé, Roteiro Cronológico, autoria Professora Mari Léa Zaroni Campos, 1999.

ao Circuito das Águas, um conjunto de cidades muito visitadas devido às suas águas naturais medicinais, parques e balneários, o que pode favorecer seu próprio desenvolvimento turístico. O Pico da Bandeira é um dos pontos visíveis do município, com 1.256m de altitude. Outro atrativo é a Pedra do Pedrão, onde são praticados saltos de asa delta, *paraglider* e esportes afins. Os chamados “Mares de Morros” também engrandecem a beleza da região, destacando esse conjunto de montanhas constituído por rica vegetação, composta por araucárias, pinheiros, eucaliptos e oliveiras, um de seus ícones, segundo a secretária municipal de cultura e turismo. As temperaturas no inverno variam entre 12° e 20° a máxima, e a mínima entre 05° e -08° centígrados, com geadas frequentes.

Figura 163: A Pedra do Pedrão e desportistas saltando de asa delta do Pico da Bandeira



Fonte: Fotos de Eduardo Leão, 2004.

Sua principal atividade econômica na primeira década de 2000 ainda era a agricultura. Seu cultivo mais expressivo foi o da batata, iniciado na década de 1970, alcançando seu apogeu produtivo nos anos 1980, quando a cidade se tornou a maior produtora de batata do país, com produção de 46 mil toneladas/ano. Grande parte da população se ocupava nas etapas de plantio, colheita, armazenamento e distribuição. Outras lavouras importantes eram as de cenoura, legumes, vegetais e frutas. Ainda em períodos de pouca abundância, disse um dos entrevistados, o município “era pobre, mas sem pobreza, porque as famílias sempre plantavam um mínimo para sua sobrevivência”.

Na década de 1990 a crise da batata prejudicou não somente Maria da Fé, mas todos os produtores brasileiros, consequência de sucessivas pragas em sementes utilizadas para o plantio, de cortes sistemáticos em investimentos governamentais, da baixa mecanização no campo junto à competição do mercado, em especial com o estado de Santa Catarina e com a Argentina. Somando-se ainda ao encarecimento da produção, essas dificuldades resultaram em grande perda de competitividade e o município enfrentou um colapso trabalhista que acentuou seus outros problemas, resultando em aumento de violência, alcoolismo e desnutrição infantil ainda que, como se verá posteriormente, todos esses em graus pequenos se comparados a municípios de maior porte, conforme Relatório da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (MARIA DA FÉ..., s.d.). Como contou uma funcionária da Saúde, Sra. Vera,

o “choque econômico foi muito grande, a quebra foi muito abrupta”, e os habitantes não tinham nenhum preparo educacional quando ficaram desempregados. Isso gerou uma perda de população nessa década, que provavelmente migrou em busca de trabalho.

Conseqüentemente, desde 1995, o município começou a buscar alternativas de crescimento econômico. Em 1996 se estabeleceu uma parceria entre a Prefeitura e o Sebrae-MG, com participação do Conselho Municipal de Turismo, COMTUR, a Empresa de Pesquisa de Agricultura e Pecuária de Minas Gerais, EPAMIG e a Cooperativa Regional de Produtores Rurais, COMFÉ, com o objetivo de iniciarem um Projeto Piloto de Turismo Rural, com a participação de oito propriedades. Logo, foi implantado o Programa Sebrae de Turismo para impulsionar a criação de novos negócios, valorizar a cultura local e, conseqüentemente, gerar mais postos de trabalho. Foi ampliada a infraestrutura turística, aumentando-se a quantidade de hotéis e pousadas, propriedades rurais turísticas, restaurantes, agências de turismo e algumas lojas de artesanato. Paralelamente se constituíram a Associação Com Arte e a Associação dos Artesãos Arte Livre; a APANFÉ, de agricultura orgânica, e a AMART, de turismo. Ocorreram também processos de tombamento do patrimônio edificado, para a preservação de edifícios históricos, a restauração da Igreja central, a promoção da Feira de Turismo e de outros eventos.

Em 2001, o município foi indicado ao Prêmio Mario Covas de Prefeitura Empreendedora, devido aos resultados alcançados nesse processo, se classificando em quarto lugar entre os 16 municípios premiados da região sudeste – tendo sido agraciada Santa Rita.

Apesar dos avanços, o problema do desemprego persistiu. Distinto do ocorrido em Santa Rita, onde esse prêmio refletiu uma situação de bem-estar para os habitantes, em Maria da Fé o reconhecimento não foi citado por nenhum dos entrevistados e foi verificado a partir de dados secundários, ou seja, não parece ter havido divulgação¹⁹⁶ desse reconhecimento municipal e/ou o processo não promoveu melhorias sociais, e sua população talvez não estivesse experimentando as mudanças a ponto de percebê-las ou celebrá-las.

11.4.1 Artesanato e Design

Nesse contexto surgiu também outra proposta, investir-se em artesanato. A história do artesanato evidencia a luta de um grupo que está disposto a melhorar seu futuro e o da própria cidade. Como relatado por Patrícia, administradora da Cooperativa Mariense de Artesanato, iniciada em 1998 - e por seu coordenador, Walter Santos de Alvarenga e pelo artista plástico Domingos Tótora, o processo começou influenciado pelo Projeto Piloto de Turismo Rural, cuja

¹⁹⁶ Nas entrevistas foram pesquisadas as formas de comunicação local. Em meados dos anos 2000, a rádio comunitária Morada do Sul ainda tinha grande audiência. Outra forma usual eram os recados transmitidos aos habitantes pelos padres da Igreja Católica central, muito frequentada, após as missas. Naquele momento a cidade ainda não tinha um jornal próprio.

primeira etapa aconteceu de 1996 a 2000. Em 1998 o Sebrae-MG, que já apoiava o turismo local decidiu, de maneira inesperada, convidar os artesãos para uma reunião, antevendo 28 participantes. No entanto, contaram, nesse dia choveu muito e compareceram apenas Tótora e mais cinco artesãs. Durante a reunião eles conversaram sobre a possibilidade de produzirem novos objetos artesanais, que refletissem sua identidade, pois até então eles eram majoritariamente reproduções. Como Tótora já desenvolvia um projeto autoral, inovador, ele demonstrou sua técnica artesanal no trabalho com a fibra de bananeira, papel reciclado e pigmentos naturais, incorporando os preceitos de proteção ambiental. Assim, na reunião foi lançado um desafio, como descreveu Patrícia em entrevista com a autora, em 2005

Dodôra, do Sebrae, perguntou a Domingos: Porque você não faz um trabalho com elas, que estão aqui? (de caráter permanente?). Domingos conta que eles se olharam desconfiados e as mulheres disseram: Nós? ... Como é o produto, quem vai querer? Onde vamos chegar? E Domingos respondeu que elas quisessem, porque não? Vale, vamos, afirmaram elas.

Ao final todos concordaram em unir desenho de qualidade às produções, a partir do uso da fibra de bananeira, ainda sem grandes pretensões e a título de desafio, como destacou Tótora. As cinco artesãs e ele começaram, então, a idealizar novos produtos e cresceram paulatinamente, enquanto obtinham mais informações sobre vendas, fabricação, criação de uma marca, nos encontros com a equipe do Sebrae. Tendo seu potencial reconhecido, o grupo pretendia formar uma cooperativa para estimular o artesanato. De acordo com Walter e Patrícia, o Sebrae acreditava que em Maria da Fé, além da necessidade de encontrarem novas alternativas econômicas, as ações aconteciam rapidamente, envolvendo boa participação popular. Três meses depois do primeiro encontro, esse pequeno grupo participou pela primeira vez da Feira Nacional de Artesanato, em 1998 e do sucesso de vendas conseguiram dinheiro para seguirem com o negócio e começaram a receber encomendas.

No início, contou Valéria Mendes - presidente da Associação com Arte – alguns habitantes as viam aproveitando material reciclado e perguntavam: “Lixo, vocês vão recolher e usá-lo? Quem vai comprar isso?” No entanto, seu crescimento foi contínuo. O programa Mãos de Minas, promotor do artesanato mineiro, dentro de poucos meses adquiriu seus produtos para revenda, estendendo seu reconhecimento e aceitação para um público mais amplo. O Sebrae continuou acompanhando o grupo, que se intitulou *Gente de Fibra*, apoiando-o. Devido ao crescimento dos ateliês e à necessidade de profissionalização maior nasceu a *Cooperativa com Arte*, em 1999. Em 2002 o Sebrae e a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), iniciaram um programa nacional chamado Via Design, em três cidades piloto: uma no Rio Grande do Sul, outra no Rio de Janeiro e a terceira era Maria da Fé. Constituíram o Programa de Oficinas a partir de “núcleos”, ampliado depois para outros municípios que

complementaram o núcleo de artesanato, com três divisões: oficina de tecelagem em Araxá, oficina de reciclagem em Nova Lima e oficina de fibras em Maria da Fé¹⁹⁷.

Naquele momento o Sebrae contratou um novo consultor, Sr. Elton, que incentivou a comunidade a gerir o Projeto de Fibras. Assim, em 2002 foram convidadas a participar do trabalho a Com Arte, a Epamig, a Apanfé e a Amarte. Juntos, eles criaram um pré-projeto para expandirem o artesanato com fibras e realizaram oficinas de planejamento, que foram consideradas muito importantes pelos entrevistados. As oficinas tiveram grande número de participantes, sob a coordenação de Dorotéia Barros, e eles discutiram profundamente o significado do processo de criação artesã. Por outro lado, relatam, houve também uma decepção, porque eles acreditavam que haveria outro grupo de fibras no Estado e eles desejavam compartilhar a responsabilidade, ainda que tenham sido o único grupo.

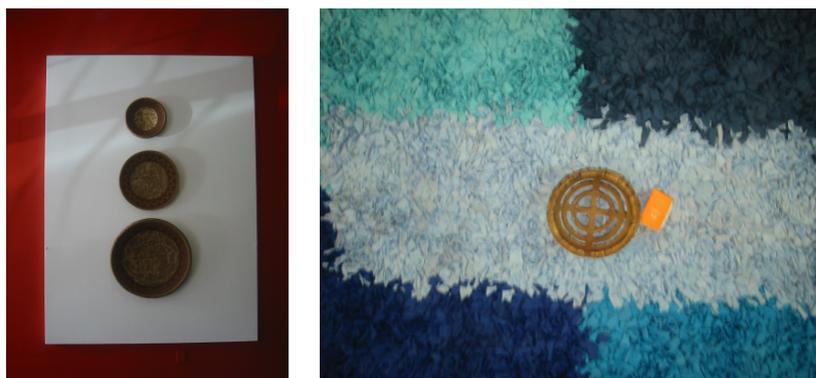
O Projeto de Fibras foi aprovado e a partir daquela ocasião começaram as reuniões com o Sr. Elton e com a artista plástica Gleice, nas quais se discutia sobre as condições ideais de vida para a população, melhores formas de trabalho, a auto-gestão. Durante as oficinas o grupo definiu que a meta do Gente de Fibra era construir para o futuro uma cidade melhor. Como reforçou um participante, ao trabalharem com a reciclagem de papel e fibras, preservam o patrimônio ecológico local: através da reciclagem realizada de maneira criativa eles criam seus produtos, conectando-os às suas referências e reproduzindo, por exemplo, o desenho dos ladrilhos da Igreja em algumas peças.

Elton seguiu “orientando o grupo a favor da liberdade criativa, auxiliando apenas na definição dos objetivos desejados”, relatou uma entrevistada, incentivando o grupo a dar um passo de cada vez, “a não dar um passo maior do que as pernas”. Buscou-se, assim, coerência entre as capacidades existentes, as demandas produtivas e os prazos. Com o estabelecimento da Associação, a nova demanda do grupo foi encontrar um coordenador com conhecimentos de artesanato e fluência entre as diferentes entidades parceiras. Escolheram Walter Alvarenga, o secretário de turismo naquele momento, o que lhe causou dúvidas em aceitar o convite, disse ele: “então, como uma estratégia pessoal, quando havia um encontro entre a Cooperativa e o Prefeito eu preferia não participar.” Como parte do processo foi criado o Conselho Administrativo da Com Arte, que trabalhava junto ao coordenador, a partir de três eixos: o artesanato, que tem como cerne a própria produção artesã, com o uso de diferentes matérias-primas; a pesquisa da tecnologia em si, realizada pela Epamig; e sua gestão, que possuía duas administradoras. Por sua vez, a Epamig passou a investigar diferentes tipos de fibra existentes no município, para diversificação do material utilizado, não por necessidade, mas para garantir a proteção ambiental. Assim, as fibras podem ser de outras árvores, não

¹⁹⁷ De acordo com o Projeto Sebrae, o trabalho de Maria da Fé foi pensado para ser a sede da oficina de fibras, de maneira que o *know how* ali desenvolvido fosse acessível a qualquer interessado no país.

só da bananeira, e novos processos de trabalho podem ser criados, incluindo o desenvolvimento de novas tecnologias. Nas fotos a seguir (figura 165), estão pratos feitos com fibra de bananeira e papel reciclado, pintados com mistura de terra e pigmentos naturais e a segunda foto mostra um cesto feito com a mesma técnica, encomendado pela empresa Natura Brasil, exportado com seus cosméticos para a França. Sob o prato há um tapete feito com retalhos de tecidos, de outra oficina “Com Arte”.

Figura 164: Peças artesanais na Tenda Com Arte



Fonte: Fotos da autora, 2004.

Muitas etapas foram superadas e sua dinâmica se tornou modelo para outras oficinas do Sebrae. Dois anos depois, em 2004, foi realizado novo encontro, com participantes de diferentes oficinas para a troca de experiências. Elton voltou à cidade para desenvolver o projeto Redescobrimto Rural, apoiando os líderes rurais na ampliação das capacidades produtivas. O trabalho do Gente de Fibra foi mostrado como exemplo, “de maneira que eles próprios pudessem visualizar as milhares de possibilidades que existem quando se produz a partir dos próprios conhecimentos”, contou outro participante.

Depois desse período, Walter e Patrícia sentiram “um choque no grupo”, devido à saída do consultor Elton, interrompendo-se alguns processos submetidos ao Sebrae. Como tanto o SEBRAE como a FIEMG mudaram os técnicos que apoiavam o projeto, ocorreu uma desinformação generalizada. O segundo impacto sentido pela Com Arte relacionou-se ao período eleitoral, em 2004, quando finalizou a aliança com o prefeito, inclusive porque o partido político aliado perdeu as eleições e o novo prefeito não poderia assinar contratos até sua posse, ocorrendo alguns meses de “lacuna”, sem apoio governamental, nos quais a Cooperativa continuou produzindo, mas sem a segurança política ou financeira habitual. A Associação também precisou esperar a disponibilidade da Prefeitura para apresentar seu trabalho a nova equipe, incluindo à Secretaria de Cultura e Turismo, SECULT.

Em 2005 a Associação possuía 58 cooperados, entre 20 e 60 anos de idade, em sua maioria mulheres - que utilizavam diferentes materiais em suas produções, como retalhos, corda, fios de iluminação, fibra de bananeira - além daqueles que seguem trabalhando diretamente com

Tótora. “Antes, alguns trabalhavam no campo ou tinham empregos temporários e a partir do artesanato sustentam suas famílias, se sentindo capazes”, ressaltou sua presidente. Ela contou que o número de associados vinha aumentando pouco a cada ano, pois o grupo não desejava “dar passos gigantes”. Eles idealizavam cinco novos produtos por vez e três eram escolhidos para lançamento. Os cooperados podem adquirir juntos a matéria prima e comercializar seus produtos através da Associação, em outras lojas ou pelo seu site, aproveitando também parcerias estabelecidas com o comércio local. A loja da Associação recebe uma variedade de produtos quase diariamente, totalizando cerca de cinquenta tipos, feitos manualmente. Nesse mesmo ano eles começaram a vender no mercado externo, para países como Portugal, Espanha e Itália, contou Patrícia, orgulhosa. Além disso, na oficina Gente de Fibra, Tótora era o principal responsável pela concepção das peças, apesar das sugestões serem coletivas. Três ajudantes participavam diretamente da produção direta e ele realizava um trabalho paralelo com outros artesãos na Associação.

Figura 165: Peças novas no atelier de Domingos Tótora, 2005, 2006



Fonte: Fotos da autora, 2005.

Entrevistando-o, Tótora trouxe a perspectiva da sua história junto ao Gente de Fibra: “minha escolha foi viver em Maria da Fé. Por que não?” Com grande simplicidade, disse que viver ali seria como estar em qualquer outro lugar do mundo, apesar de aquele ser o lugar que ele gostava e escolheu viver podendo, enquanto está ali, se colocar em contato com o resto do mundo e ainda fazer algo pela “gente do lugar”, incentivando e participando do desenvolvimento local. Em entrevista à Siqueira (2014), Tótora sintetizou sua escolha e respeito ao meio ambiente: “não quero imitar a natureza, mas sou influenciado pelas formas orgânicas dela. Aqui tem luz natural, qualidade de vida. Não preciso ir para outro lugar. O mundo é aqui perto, aqui do lado. E ainda, com o meu trabalho, faço com que um material que veio da madeira volte à sua origem”.

Essa perspectiva ilumina um dilema universal, o aparente paradoxo entre desenvolvimento local e global¹⁹⁸, muito debatido recentemente. Sua história pessoal revela como alcançar um

¹⁹⁸ Outros artistas também discutiram esse tema, que tanto lhes era caro, que é o desejo de ser único e ao mesmo tempo universal, em um mundo globalizado econômica e culturalmente que, segundo muitos autores, como Hall

equilíbrio “autêntico”, ao se reconhecer e valorizar os recursos e demandas locais e, em simultaneidade, manter-se conectado com o mundo, o que se tornou possível devido às tecnologias que geraram novas estratégias de comunicação, produção e comercialização. Antes, se algum profissional necessitasse de visibilidade em seu trabalho, deveria se deslocar para os grandes centros, ainda que sua aspiração pessoal fosse oposta. No entanto, Tótora se questionou: “Por que não Maria da Fé?” e encontrou estratégias para permanecer ali e manter a visibilidade de sua atividade produtiva. Sua escolha, ao mesmo tempo planejada e ousada, ressalta a valorização do “local” e de seus conterrâneos, cultivando um caráter inclusivo ao acolhê-los em sua arte, promovendo ainda um efeito multiplicador de trabalho e renda. Consequentemente, uma parcela crescente de pessoas pode fazer esse tipo de escolha, motivada por razões particulares, humanitárias ou solidárias: se tornou possível viver em uma cidade pequena ou em uma megalópole, desde que se mantenha a conexão com outros profissionais e com o mercado, ampliando-se as opções de vida.

Sua amiga, Maria Rita Simões, que vivia em uma cidade grande e se mudou para trabalhar com Tótora, declarou sua admiração: “ele é super contemporâneo em todos os aspectos”, se referindo tanto à arte como a seu desejo de beneficiar a comunidade: “me admira que Domingos possa caber em uma cidade assim, pequena e com ‘poucos recursos’, mas ele sabe viver muito bem ali”. Segundo outra entrevistada, uma das expressões que Tótora gosta de falar é que “se deve diminuir a distância entre a palavra e a ação”, e foi possível testemunhar que ele vinha praticando essa máxima, só construir um projeto que influi na vida dos artesãos da Associação e de seu próprio grupo, ao mesmo tempo respeitando o meio ambiente na utilização de materiais naturais e reciclados. O movimento vem gerando empregos diretos e indiretos para produtores de matérias primas, proprietários de hotéis, pousadas e comércios, formando uma cadeia positiva ou um ciclo virtuoso, que foi constatado também em Praia Grande, Barcelona e em Santa Rita, ao longo da pesquisa.

Além disso, em meados dos anos 2000 Tótora estava em ótimo momento profissional, alcançando reconhecimento nacional e internacional. Suas peças foram exibidas em vários programas televisivos de grande audiência, dando-lhe visibilidade, figurando também em revistas de arquitetura e design. Seu trabalho recebeu, entre outros, o prêmio recebido do Museu da Casa Brasileira SP, na categoria mobiliário e ele foi considerado um dos melhores profissionais do ano pelo *Design Museum of London* (SIQUEIRA, 2014), e participou da exposição realizada com peças de um grupo de artistas selecionado, em Paris, no ano do Brasil na França, em 2005, mesmo ano em que ele inaugurou seu novo atelier, “um espaço que integrava sua arte à natureza”, segundo suas próprias palavras.

(2004) aponta, revela a perda de uma identidade coesa tal como havia há algumas décadas atrás, baseada em tradições e costumes estáveis.

Figura 166: Artesãos que trabalham com Tótora em seu novo atelier e preparação das peças para a inauguração, em 2005

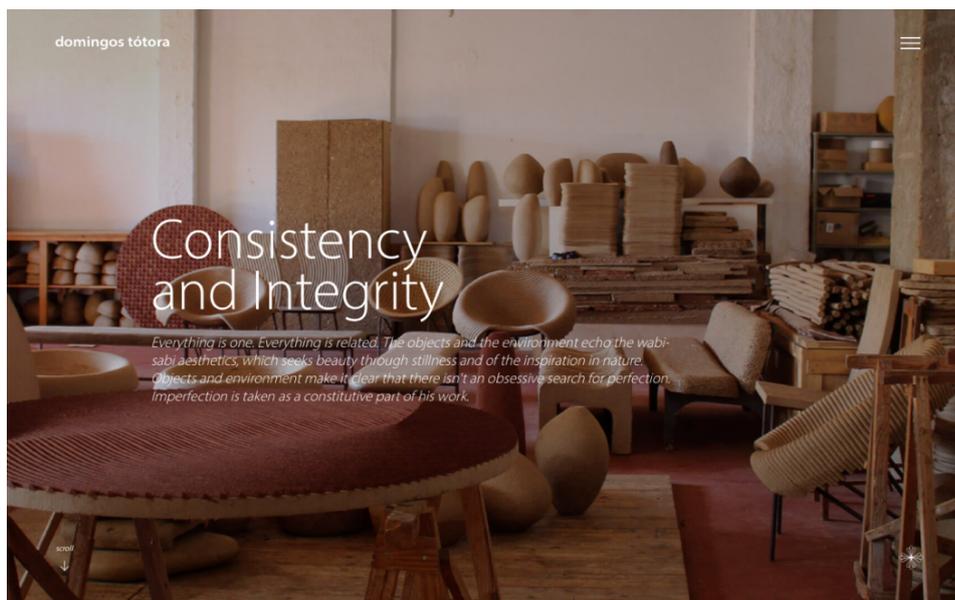


Fonte: Fotos da autora, 2005.

Em 2020, através de consultas às redes sociais, foi possível notar que seu trabalho artístico segue evoluindo, com a criação de novas peças, vendas para o Brasil e o exterior, sua participação em exposições e publicações, além de ter sido agraciado por alguns prêmios de design. Nas palavras de Tótora¹⁹⁹

O papelão ao entrar na oficina é desmanchado e recebe tratamento com cola e derivados de aglutinação e se transforma em massa de celulose moldável. Obtém-se 100% de re-aproveitamento. O papelão vem da madeira e volta à origem, volta a ser madeira novamente. O processo de criação se dá na manipulação e gestual livre com a matéria. Resulta em equilíbrio entre qualidade e estética gerando peças resistentes com imenso apelo tátil. Concepção e execução andam juntas e o trabalho é sustentável em todos os níveis – da matéria prima aos aspectos sociais e econômicos. Sustentabilidade é o que se faz e não o que se diz. (TÓTORA, 2018, s.p.).

¹⁹⁹ <http://viajantemaduro.com.br/maria-da-fe-minas-gerais-uma-cidade-mulher/>. 03 abril de 2018.

Figura 167: Foto do *site* de Tótorá, 2020

Fonte: Tótorá, 2020.

Nessa mesma linha de trabalho, Leonardo Bueno, outro artista integrante da Com Arte, que trabalha especialmente com madeira recicladas e materiais descartados, capacitava mão de obra local para a produção de suas peças e vivia no município. A meados dos anos 2000 ele vinha expondo suas peças em vários locais do país e, devido à grande demanda, contratou um grupo de habitantes para trabalharem juntos, auxiliando a alavancar a economia. Recentemente, Bueno inaugurou seu atelier na entrada da cidade e segue colaborando com o crescimento local, produzindo peças de uso cotidiano e esculturas, tendo exposto seu trabalho em vários países além do Brasil, como Londres, Paris, Praga, Frankfurt e também vem sendo agraciado com prêmios em reconhecimento a seu trabalho (BUENO, 2021).

Figura 168: Peças de Leonardo Bueno e reportagem dele na Revista Kaza



Fonte: BUENO, 2020; Revista KAZA, abril 2013.

Uma das mudanças promovidas pelo artesanato foi relatada quase como uma anedota, por Eduardo Leão. Em um bairro afastado do centro urbano, o Cafundão, onde a população era predominantemente agrícola, a crise havia afetado os homens e suas famílias, acentuando a pobreza. Com o desenvolvimento do artesanato, muitas mulheres passaram a tecer tapetes feitos com folha de bananeira preparada e se tornaram as provedoras financeiras da família. Consequentemente, sua posição mudou: uma delas, conversando com Leão, contou que antes quem mandava era o marido, mas agora era diferente: ela pediu ao marido que a levasse à cidade e ele se recusou, dizendo que a caminhonete era sua, ao que ela respondeu que “sim, ainda que quem coloca a gasolina sou eu”, disse rindo e feliz de “poder ter poder em sua família”. Na prática percebe-se a concepção desse ciclo virtuoso de crescimento para a região que, se bem aproveitando, tende a frutificar, através do artesanato e do turismo. Isso reflete também essa mudança na distribuição de poderes que, logo, promove novos valores, a serem gradualmente incorporados à cultura local, como o valor da arte e do artesanato, da educação e da própria construção coletiva de conhecimentos.

O apoio da administração ao artesanato continuou. Em 2018 foi terminada a construção do Villarte, o Centro de Comercialização de Produtos Artesanais de Maria da Fé, um conjunto de casinhas que foi disponibilizado como espaço de comercialização, através de um edital aberto aos cidadãos para uso das unidades comerciais, tornando-se também um ponto turístico.

Paralelamente, foram promovidos pela Secretaria de Cultura e Turismo cursos de capacitação em parceria com o Sebrae, de atendimento ao cliente, para aqueles que abriram seus negócios ali (MARIA DA FÉ, 2020) e surgiram novos artesãos, como João Paulo Raimundo, que trabalha com ferro revestido de *papier mache*, produzindo inúmeros objetos, de esculturas a móveis, sempre com o viés da sustentabilidade (RAIMUNDO, 2020).

Figura 169: Centro Villarte



Fonte: MARIA DA FÉ, 2019.

11.5 Uma visão dos sistemas urbanos: economia, educação, saúde, gestão pública, habitação, meio ambiente e assistência social

Complementando o panorama, são discutidos vários temas relevantes na estruturação do município e na vida da população. Tratando de questões econômicas se verificou, por exemplo, que entre 1991-2000 a renda per capita média cresceu 41,1%, passando de R\$269,14 para R\$379,90 em 2000, e se elevou em 2010 para R\$ 445,11, 17,1% a mais, mostrando que nesse segundo momento o aumento foi bem menor. No entanto, entre 1991-2000 a proporção de pobres diminuiu 9,4%, passando de 46,9% para 37,4% e melhorou mais na década seguinte, diminuindo 20,3%, sendo 17,14%, em 2010. A diminuição da pobreza pode se relacionar com os programas governamentais implementados nesse período e/ou com o próprio desenvolvimento local. Além disso, o Índice Gini, que havia aumentado de 0,55 para 0,59 entre 1991-2000, diminuiu expressivamente em 2010, para 0,48, refletindo melhora no grau de desigualdade social.

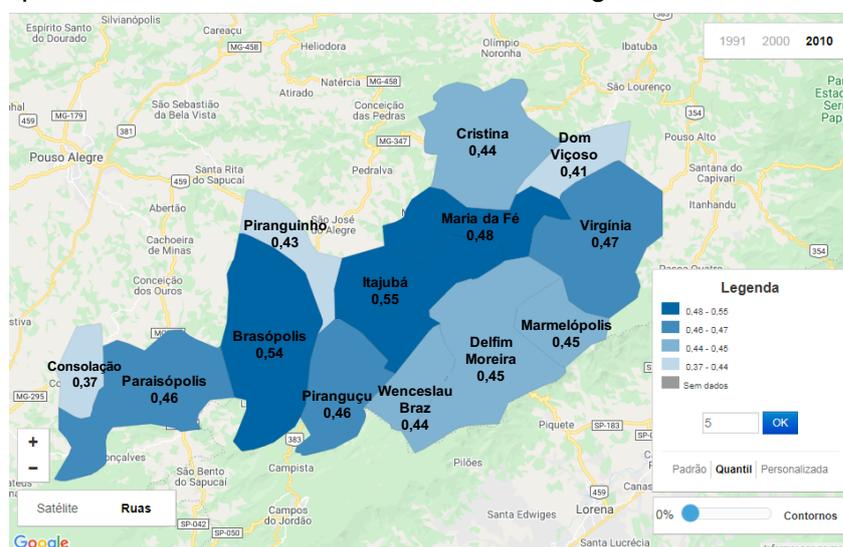
Tabela 44: Indicadores de renda, pobreza e desigualdade, Maria da Fé, 1991, 2000 e 2010

Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade			
Maria da Fé			
Indicadores	1991	2000	2010
Renda Per Capita Média (R\$)	269,14	379,90	445,11
Proporção de Pobres (%)	46,97	37,48	17,14
Índice de Gini	0,54	0,59	0,48

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2010.

Em sua microrregião, Maria da Fé ficou no grupo que apresentou desigualdade mais elevada com índice Gini 0,48, com os maiores valores encontrados em Itajubá, 0,55 e Brasópolis, 0,54, sendo que o menor valor foi medido em Consolação, 0,37, em 2010.

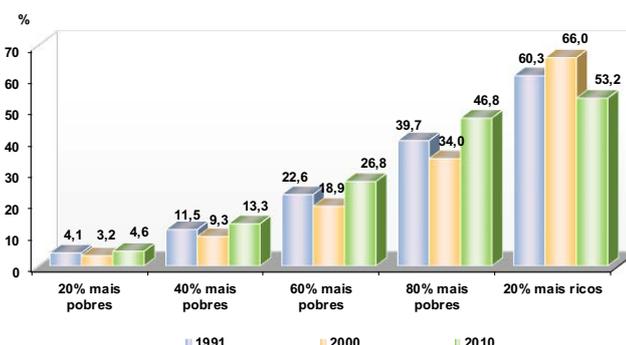
Figura 170: Mapa do Índice Gini de Maria da Fé e microrregião, 2010



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2010.

O gráfico a seguir reforça a visão de um pequeno desenvolvimento econômico local no período 1991-2010, sendo que entre 1991-2000 se acentuou a desigualdade, porque os 20%, 40%, 60% e 80% mais pobres diminuíram seus percentuais de renda apropriada, enquanto a renda dos 20% mais ricos aumentou. Em compensação, de 2000 a 2010 todos os grupos mais pobres ampliaram sua apropriação de renda, enquanto a renda apropriada pelos 20% mais ricos diminuiu, consequentemente melhorando um pouco a distribuição.

Gráfico 33: Porcentagem de renda apropriada por grupos de população, Maria da Fé, 1991, 2000 e 2010



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2010.

Ao acompanhar os vinte anos de dados em Maria da Fé, a melhoria para os menos favorecidos foi significativa. As intensidades de Indigência e Pobreza diminuíram muito de 1991 a 2000: a indigência abaixou de 13,7 para 3,28, e a pobreza de 46,97 para 17,14, sendo que em Nova Lima – o município com melhores valores estaduais - esses percentuais foram

ainda bem inferiores sendo, respectivamente, 0,51 e 2,84. Os percentuais de crianças em domicílios que recebiam renda per capita menor de R\$ 140,00 e R\$ 70,00 reduziram-se drasticamente e em 2010 foram 3,33 e 25,87, esse último ainda elevado, quase cinco vezes superior ao valor de Nova Lima.

Tabela 45: Indicadores de Renda e Pobreza, Maria da Fé, Nova Lima, 1991, 2000 e 2010

Pobreza	Maria da Fé			Nova Lima			
	Ano	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Intensidade de Indigência		13,7	9,79	3,28	7,04	2,91	0,51
Intensidade de Pobreza		46,97	37,48	17,14	22,21	10,48	2,84
Percentual de crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$ 140,00		20,15	15,58	3,33	10,87	5,77	1,26
Percentual de crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$ 70,00		60,46	53,51	25,87	30,46	18,37	5,53

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

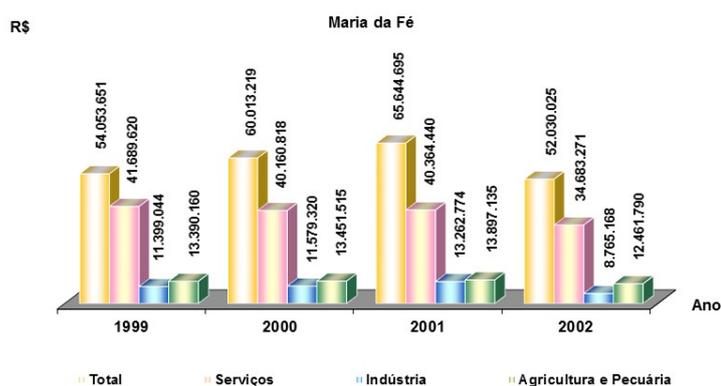
Indigente: se considera indigente (ou extremamente pobre) quem vive com menos de 1/4 do salário mínimo do país (\leq R\$127, salário mínimo, em agosto de 2010, R\$ 510).

Pobre: se considera pobre quem vive com renda familiar *per capita* igual ou abaixo de R\$ 255 mensais, equivalente a meio salário mínimo, em agosto de 2010.

Além disso, de 1999 ao 2002 os valores totais do PIB baixaram de R\$ 54.053.651 para R\$ 52.030.025, mostrando aumentos em 2000-2001, especialmente com melhora da indústria. A contribuição dos serviços para o PIB total diminuiu nesse período, de R\$ 41.689.620 para R\$ 34.688.271, em 2002, enquanto a indústria apresentou a queda mais forte, de R\$ 11.399.044 para R\$ 8.765.168, apesar de ter aumentado em 2001, e a agricultura e pecuária foi o setor mais constante, com uma pequena queda no período avaliado.

Entre 2002-2009 houve ótima evolução do PIB, elevando-se para R\$138.431.692, aproximadamente 150% de aumento, devido principalmente ao setor de serviços, que praticamente dobrou seu valor dos últimos anos, alcançando em 2012 o valor de R\$89.411.627, o que representou nesse ano cerca de 75% do total do PIB municipal. Ao mesmo tempo, a indústria teve um aumento nesse período, finalizando 2012 com produção de R\$ 15.448.386 e a agricultura e pecuária apresentaram recuperação referente aos anos anteriores – apesar de terem sofrido forte queda entre 2009-2012, ano em que gerou R\$ 24.664.635, bem acima do PIB industrial naquele momento. No entanto, entre 2009-2012 o PIB total diminuiu 6,43%, finalizando com R\$ 129.534.648.

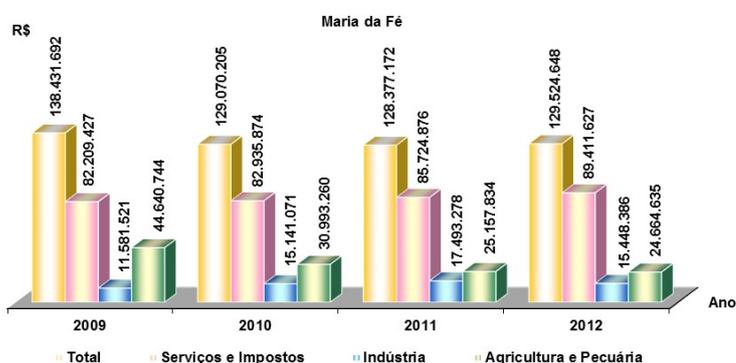
Gráfico 34: Evolução do PIB de Maria da Fé, 1999-2002, a preços constantes 2005



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2003.

Avaliando 2009 a 2012 por setores, o PIB dos serviços teve muito bom desempenho nesse período, com crescimento contínuo de 2,84%/ano e aumento total de 8,76%. O PIB indústria também apresentou aumento expressivo de 33,39%, apesar de seus valores estarem bem abaixo dos serviços, e ter diminuído seu valor entre 2011-2012. O setor agricultura e pecuária foi aquele que apresentou maior variação, tendo arrecadado em 2009 quase o dobro de 2012, mas refletindo perdas constantes que no período totalizaram (-44,75%).

Gráfico 35: Evolução do PIB de Maria da Fé, 2009 – 2012, a preços constantes, 2014

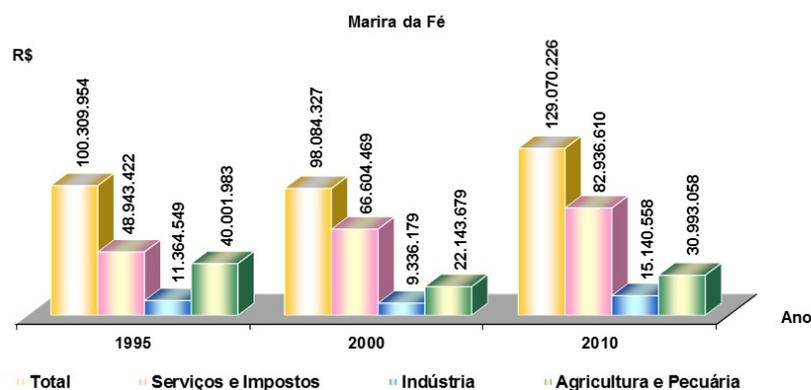


Fonte: IBGE, 2015.

Ainda considerando o PIB a preços constantes, os dados de 1991 não estavam disponíveis então, nesse quesito, foram utilizados valores de 1995. Como se observa no gráfico a seguir, houve pequena diminuição desse valor entre 1995-2000, de (-2,2%), seguida de recuperação até 2010, com aumento entre 2000-2010 de 31,59%. O setor serviços mais que duplicou seu PIB entre 1995-2000 e seguiu crescendo, enquanto a indústria sofreu perda no primeiro período, mas se recuperou bem até 2010. Agricultura e pecuária tiveram participação pouco expressiva no PIB total, com aumento em 2000, seguido de queda em 2010. O PIB dos serviços aumentou continuamente, 35% entre 1995-2000, seguido de aumento de 24,5% entre 2000-2010, um total de 69,4% a mais, responsável pelo aumento do PIB total a preços constantes. No setor indústria houve primeiro uma queda de resultados e depois melhora, com aumento de 33,2% no período total, enquanto agricultura e pecuária apresentaram perda

significativa entre 1995-2000, gerando um pouco acima da metade do valor anterior, R\$22.143.679, mas melhorando até 2010, apesar de não ter conseguido alcançar o valor de 1995, com perda de (-22.5%) no período.

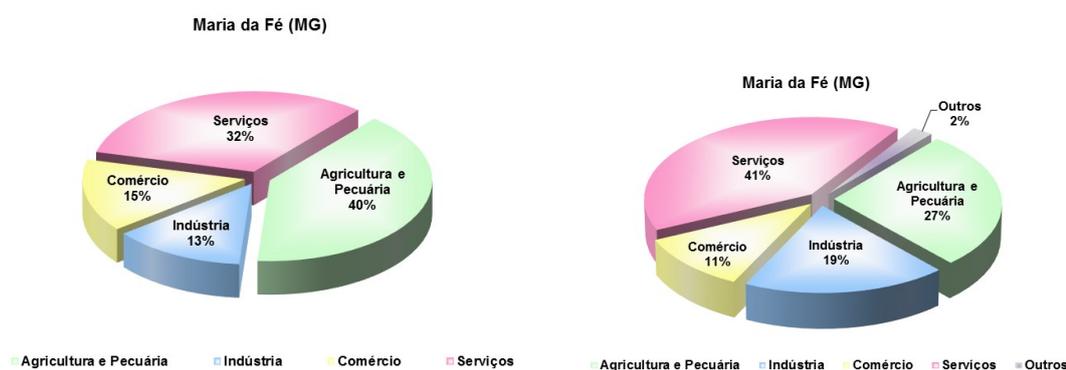
Gráfico 36: Evolução do PIB de Maria da Fé, 1995, 2000 e 2010, a preços constantes, 2014



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus. Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Cruzando os dados, se pôde confirmar diminuição na geração de riqueza nos setores indústria, e agricultura e pecuária, apesar que o setor serviços ampliou-se muito e, como se vê em seguida, concentrava grande parcela dos trabalhadores, em 2010, 41% do total. Ao mesmo tempo, houve diminuição de população ocupada na agropecuária, de 40% para 27%, apesar do setor também ter demonstrando grande importância no município. O comércio enfrentou perda de 4% de população ocupada e em 2010 empregava 11% dos trabalhadores e a indústria elevou seu percentual, de 13% para a ocupação de 19% dos trabalhadores.

Gráfico 37: População ocupada por setores econômicos, Maria da Fé, 2000 – 2010



Fonte: ASSEMBLEIA, 2010.

Fonte: ATLAS, PNUD Brasil, IPEA; FJP, 2020. Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Em 2010: Serviços = construção, mais utilidade pública, mais serviços; Indústria= Indústria extrativa, mais indústria de transformação.

Nesse período, a arrecadação municipal se compunha dos repasses da União, com o Fundo de Participação Municipal, FPM, como parte importante do montante e, em âmbito local, do

Imposto Predial e Territorial Urbano, IPTU, composto por 3.200 bens imóveis registrados, seguido pelos valores do Imposto sobre Serviços, ISS, e do repasse de 50% do Imposto sobre Veículos de Passeio, IPVA, recolhido pelo Estado.

Segundo estimativas da Prefeitura, a agricultura, que antes era responsável por até 80% da economia, por volta de 2005 gerava aproximadamente 40% das arrecadações, seguida pela pecuária, onde muitos investiram a partir da crise, perfazendo aproximadamente 30% dos ganhos municipais. O restante da economia era movido quase integralmente pelos impostos do comércio, variado, composto por lojas, fábricas e pequenas empresas. Andrea Santos, do Serviço de Proteção ao Crédito, relatou que “existe um pouco de tudo na cidade, apesar que o número de associados, 45, ainda é muito pequeno quando comparado à realidade”. O funcionário do Setor da Fazenda, Sr. Nil, não possuía cálculo do número de comércios, mas relatou que poderia contabilizá-los a partir do recolhimento dos impostos municipais, estimando que havia cerca de 250. Algumas lojas, como visto nas fotos a seguir, eram bem antigas e estavam “em extinção” nas grandes cidades, tendo como características manter grande diversidade de produtos em um único espaço e atender os clientes de maneira personalizada. Em meados dos anos 2000 havia também a produção de laticínios, sapatos, farinhas, rapadura, produtos derivados da batata, derivados do mel, dentre outras.

Figura 171: Lojas tradicionais de Maria da Fé, área central



Fonte: Fotos da autora, 2004.

No entanto, constatou-se que a melhoria de vários dos dados analisados - como IDH, índice de pobreza e índice Gini - não coincidia com a percepção apresentada pelos entrevistados, que descreviam uma situação muito desfavorável no município, inclusive em comparação com as cidades vizinhas, destacando um grande número de habitantes vivendo com recursos escassos, ocupados em subempregos ou em trabalhos informais. Talvez isso se justifique porque as mudanças relatadas ainda eram incipientes e não haviam elevado a qualidade de vida, ou porque era necessário mais tempo para seu reconhecimento. Segundo os habitantes, as perdas econômicas realmente necessitavam de um longo período de recuperação e mais, as perdas subjetivas pareciam tão grandes ou maiores que as econômicas, refletidas na

ausência de perspectivas futuras - ao contrário da experiência dos habitantes de Santa Rita – revelando-se um dos fatores mais contraproducentes nessa conjuntura.

Uma funcionária da Secretaria de Saúde, Vera, percebeu outro fenômeno significativo relacionado à essa questão, comentado também por outros habitantes, que era a falta de valorização dos jovens de aproximadamente 25 anos com relação à educação: os “filhos da cultura da batata” não davam valor ao aprendizado, devido à abundância de riquezas materiais que experimentaram, somado à sua desconexão com o processo educativo quando eles eram crianças e adolescentes. Em consonância, Eduardo Leão apontou que a geração de jovens nascida naquele momento não valorizava os estudos, sofrendo grande desilusão ante o fim do apogeu econômico porque, “por exemplo, a professora das crianças ganhava em um ano o que seus pais levavam uma semana para lucrar com a batata”, então, não havia nenhuma valorização educacional. Valéria Moraes compartilhava dessa visão, mas entendia que esse foi o lado positivo da crise, pois os jovens se voltaram para os estudos, apesar de existir agora no município um grupo sem formação para o trabalho, desempregado.

Vera constatou na sua prática que, hoje em dia, a maior força de trabalho local é formada pelas mulheres, e não mais pelos homens, e que o subemprego e o fluxo migratório estão muito elevados, resultado desse panorama. Em conversa com uma funcionária da Secretaria da Educação, ela reforçou essa percepção: “Agora você pegou a ‘chave’ da cidade: falta emprego. Os filhos de Maria da Fé estudam e se vão, sem opção”.

Outro exemplo dos desafios enfrentados em Maria da Fé foi verificado na fábrica da família Keppler, que revela como as mudanças produtivas podem ser de difícil assimilação para os proprietários de pequenas empresas. Senhor Keppler e seu irmão eram proprietários de uma fábrica há mais de cinquenta anos. Entendiam a fundo sobre a produção de derivados do milho, entre eles farinhas, creme de milho e rações para animais. No entanto, há alguns anos vinham sentindo intensamente a competição externa e, ao longo do tempo, diminuíram o número de empregados, devido à sérias dificuldades financeiras. Os produtos Keppler, elaborados de maneira tradicional e eficaz, possuem elevada qualidade, mas lhes falta, nesse caso, uma atualização de características como embalagem, marketing, e frequentemente, o mais desafiador, uma logística eficaz que, inexistente, tem impedido a ampliação da distribuição e vendas de seus produtos. Logo, nota-se uma competição “desleal”, quando um pequeno produtor concorre com multinacionais que apresentam fortes investimentos tecnológicos e financeiros, resultando, por fim, na monopolização dos mercados.

Figura 172: Fábrica do Sr. Mauro Keppler, com sacos de milho e maquinário (à esquerda) e pequena fábrica de batatas fritas



Fonte: Fotos da autora, 2004.

O Sr. Keppler pensou em algumas alternativas, como investir em novos mercados, mas sente que “necessitaria de sangue novo (como um novo empresário) para gerenciar seu negócio”, acreditando que seria importante ter ao seu lado pessoas jovens com ideias inovadoras, entendendo que ainda existe demanda local para seus produtos. Do contrário, seu negócio se extinguiria. Outra opção seria ceder o espaço físico para uma futura e possível fábrica de azeite, o que remataria automaticamente seu negócio, o único da região nessa área, mas lhe deixaria o lucro advindo dessa negociação.

A partir desse caso, se constata como primordial que negócios de tamanhos variados se adaptem continuamente às demandas mercadológicas e invistam na logística do processo de comercialização. Em cidades de pequeno porte como Maria da Fé, onde as negociações acontecem de maneira “amigável” e por vezes amadora, é comum a substituição de pequenos negócios por grandes produtores, agravando o desemprego. Isso revela que os fatores analisados anteriormente, como a diminuição de barreiras para a importação de produtos, no mundo globalizado, o aumento da competição com a entradas de novos produtos a preços mais competitivos, entre outras transformações, têm tornado a inserção das empresas no mercado tão ou mais importante do que a própria qualidade do produto.

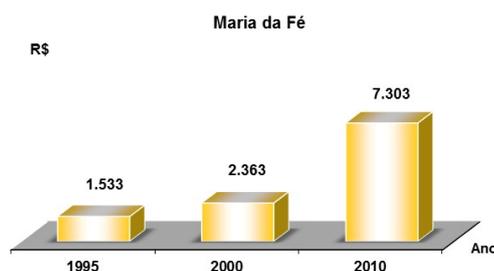
Ainda que tenha havido uma avaliação quase unânime dos entrevistados sobre a gravidade do desemprego, na primeira década dos anos 2000, o senhor Nil, da Secretaria da Fazenda, questionou se o desemprego apresentava grau tão acentuado porque, de acordo com seus cálculos, a população economicamente ativa, PEA, era de aproximadamente 7 mil habitantes, e uma parcela expressiva estava trabalhando, pelos dados da Prefeitura. Naqueles anos havia trabalhos principalmente em construção, agropecuária e comércio. Muitos habitantes eram autônomos, de acordo com o cadastro municipal, com cerca de 400 habitantes, apesar de menos de 40% deles estarem cadastrados, e 350 mais trabalhavam na Prefeitura. Além disso,

como entrevistados contaram, a empresa Mahle, de Itajubá, que começou a funcionar no final dos anos 1990, foi uma “salvação” para os marienses, que viajam diariamente para trabalharem lá, gerando cerca de 300 empregos diretos (do total de 7 mil empregados). Mais 300 estavam empregados também em Itajubá (pelo cálculo dos entrevistados), em serviços domésticos, indústrias e comércio. O somatório de todos os números disponíveis totalizou, então, cerca de 2000 trabalhadores oficiais no município, bem abaixo da PEA calculada.

Devido à essa visão distinta da questão, na segunda visita o tema foi novamente investigado. Conversando com muitos habitantes, foi possível confirmar que o grau de “reclamações” coincidia com os números do desemprego ainda que, sem dúvida, o impacto sentido pelos habitantes devido à crise agrícola tenha sido muito forte e vários habitantes se encontrassem em situação de risco, sem condições adequadas de sobrevivência, mesmo na ausência de dados secundários sobre o tema. Os habitantes sofreram também com a perda subjetiva comentada, a ausência de ganhos rápidos em atividades que eles sabiam controlar, demonstrando dificuldade em buscarem novas fontes de renda. Prevaleceu, assim, a perspectiva de elevado desemprego: o número de trabalhadores ocupados era menor do que o necessário, e a qualidade dos empregos em termos de salários e condições foram apontadas como baixas, dado inferido através da renda média da população. Nesse sentido, para esquivarem da crise, gradualmente alguns habitantes/grupos expandem suas qualificações, solução discutida por vários economistas que defendem a diversificação produtiva como importante estratégia de sobrevivência financeira.

Observou-se também que o PIB per capita a preços correntes (valores válidos no ano em que foram identificados, sem correção monetária) aumentou de R\$ 1.553,00 em 1995, para R\$ 2.363,00 em 2000, 54%, o que já foi positivo, enquanto no Estado ocorreu, no mesmo período, aumento no PIB per capita de R\$ 3.062,97 para R\$ 4.904,58. Depois, até 2010 o PIB municipal se elevou para R\$ 7.303,00, 209% a mais, o que, espera-se, tenha melhorado a renda recebida pela população, e o PIB per capita estadual totalizou R\$ 17.930,04, sendo que entre 1995 a 2010, o PIB elevou-se 376%, excelente aumento para o período.

Gráfico 38: PIB per capita a preços correntes, Maria da Fé, 1995-2010

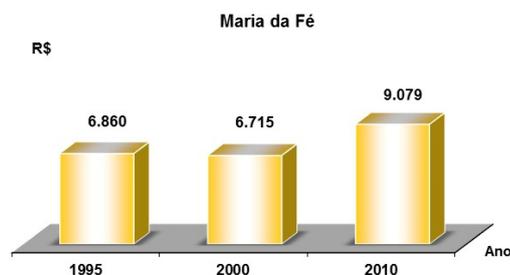


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Ao se atualizarem os valores dos anos anteriores de acordo com os índices monetários de correção, o PIB per capita a preços constantes também apresentou aumento de 1995 a 2010, de 32,36,6%, passando de R\$ 6.860,00 para R\$ 9.079,00, com (-2,11) de perda ocorrida entre 1995-2000 e 35,21% de aumento entre 2000-2010.

Gráfico 39 - PIB per capita a preços constantes, Maria da Fé, 1995-2014



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Conforme mencionado, o cultivo da batata foi central para o desenvolvimento regional durante décadas. Seu ciclo produtivo é curto, de três ou quatro meses, enquanto o lucro é alto e quase imediato. O clima frio é ideal para essa lavoura e as terras devem ser inclinadas, exatamente as qualidades presentes em Maria da Fé, apesar de outras localidades terem realizado adaptações inovadoras à essas condições. No entanto, essa cultura apresenta o grave problema de utilizar quantidades elevadas de agrotóxico, causando contaminação humana e ambiental, e enfrentou várias dificuldades. Para minimizar as perdas, “na última década, os produtores locais diversificaram sua lavoura, com o cultivo de hortaliças, em especial frutíferas, que são beneficiadas pelo clima frio”, como disse Deovaldo Silva, da Cooperativa Rural local, a COBATA. Segundo ele, a região possui grande diversidade agrícola, e na pecuária se destaca o gado de corte e leite, e grande parte dos proprietários rurais não possuía preparo educacional, aprendendo a ser empresários através da prática e que seus filhos (de pais ricos) não pensavam no futuro, acostumados à vida cômoda, confirmando a percepção dos entrevistados de que: “alguns começaram a estudar somente a partir da crise, o que foi um benefício, ainda que outros não mudaram, acostumados com o dinheiro ganho ‘fácil’. Os agricultores não faziam uma reserva financeira, ou plantavam apenas uma lavoura pequena, quer dizer, a vida ‘era uma loteria’, sem planificação.”

Continuando sua entrevista, Silva relatou que, em meados dos anos 2000, dentre os principais problemas agrícolas estavam o alto custo da mão de obra e a falta de informação do produtor, talvez por comodidade, pois o objetivo da COBATA era capacitar-lhes conforme suas demandas. A Cooperativa havia estabelecido um acordo com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, SENAR, e o instrutor visitava os agricultores para solucionar dúvidas e

transmitir-lhes novas formas de trabalho. Localmente, não havia uma cooperativa que funcionasse efetivamente, e os próprios produtores não a valorizavam o suficiente. O advento das novas tecnologias trouxe outro problema, que foi a diminuição do número de empregados necessários e aumento da competitividade diante da maior oferta de produtos. Por outro lado, esses fatores influenciaram o aumento da produção agrícola e de sua qualidade. Outro fator significativo foi que as leis ambientais se tornaram mais rigorosas, fazendo com que muitos passassem a investir na pecuária, que também era praticada, sediando inclusive exposições e eventos de agropecuária, como a EXPO Maria da Fé (MARIA DA FÉ..., 2020).

O Sindicato Rural, por sua vez, é responsável pelas questões administrativas da área, mas seus funcionários descreveram que não eram frequentes problemas trabalhistas graves. Nos anos 2000 havia aproximadamente 250 agricultores sindicalizados, e outros 150 não, além daqueles que vendiam sua produção sem documentação – a maioria desses sendo pequenos proprietários, com até dois funcionários.

Na década de 1990 foi construído um grande centro de distribuição de produtos agrícolas, Ceasa, próximo ao centro urbano, mas, de acordo com o proprietário de uma loja agrícola, esse foi desativado e abandonado devido à falta de incentivo e também à construção de outro Ceasa na cidade vizinha, tornando-o obsoleto, o que exemplifica a falta de planejamento regional. Se realizada, teria evitado a construção de dois centros com objetivos idênticos, quando um era suficiente para o abastecimento microrregional. Por outro lado, uma boa iniciativa da Secretaria Municipal de Agricultura foi a organização da Feira Livre do Produtor Rural, para comercialização de sua produção, todos os sábados, no centro urbano (MARIA DA FÉ..., 2020).

Na cidade foi estruturada a Associação de Produtores da Agricultura Natural, APAN-FÉ. Através da Fundação Mokiti Okada, os interessados recebiam capacitação para desenvolvimento da agricultura orgânica em suas propriedades, e converteram as suas terras até 2004, ocasião em que receberam a certificação de orgânicas. De acordo com seu fundador, o princípio motor dessa prática é que um solo saudável equivale à plantas e animais saudáveis e, conseqüentemente, ao ser humano saudável, promovendo-se uma “corrente natural”. (ASSOCIAÇÃO..., s.d., p.1). Inicialmente a APAN-FÉ produzia oliveiras e frutíferas, para atacado, varejo e venda direta ao consumidor. A partir dos bons resultados, seus integrantes estabeleceram várias parcerias, como com o SEBRAE-MG, que ofereceu “capacitação gerencial da agricultura orgânica”, formando aí o grupo piloto no Estado. Os agricultores também participaram de um programa do Centro de Assessoria Sapucaí e outro da ONG Mãos Unidas, espanhola, com 80 famílias participantes do sul de Minas.

Em 2005, eles produziam 1.8 toneladas de orgânicos semanalmente e a expectativa era dobrar a produção no ano seguinte e seguir crescendo.²⁰⁰ (2006) A partir de 2012 eles se uniram a outros grupos que apoiam a constituição de uma nova agricultura ecológica em Minas Gerais, a Comunidade Agrícola, e seu nome passou a ser CSA Apan-Fé *Community Supported Agriculture*. Cerca de quatrocentas pessoas, de 150 famílias, contribuem mensalmente para que os agricultores produzam verduras, legumes, ervas, pães, leite e queijos orgânicos, de alta qualidade e recebem os alimentos semanalmente. A intenção do Projeto é ainda expandir a produção para a microrregião²⁰¹ (2021).

Outra instituição na área, a Epamig, foi a principal responsável pela pesquisa realizada para a implementação de novos cultivos no município. Como relatou Luiz Augusto da Silva, seu agente administrativo, a Epamig mantém em Maria da Fé o cultivo de mudas em sua Fazenda Experimental, que se transformou também em local turístico. Segundo ele, as principais frutas cultivadas ali são as de clima temperado, como pêssigo, ameixa, figo e marmelo. Nos últimos anos, ele constatou uma expansão produtiva da agricultura familiar regional: “Enquanto grande parte dos homens ainda cultiva a batata, as mulheres aprenderam a cultivar as frutas, que são boas para o consumo ‘*in natura*’ e para geleias” e essa iniciativa teve continuidade, por exemplo, através do Projeto Frutifica Minas, oferecendo acompanhamento e eventos com alternativas para a fruticultura de montanha²⁰². (EMPRESA..., 2015). A produção de flores também se destacava e alguns habitantes pensavam em instalar fábricas de perfume para exportação, cuja prática ocorria apenas em São Paulo e no sul do país, podendo se criar um novo mercado produtor. A atividade gera um número expressivo de mão de obra e a Epamig estava disponível a colaborar no processo de adaptação e plantio de espécies.

Uma das inovações que vem se expandindo nacionalmente é a produção local de oliveiras, como descreveu Luiz Augusto, Apesar da azeitona europeia ter sido trazida para o Brasil pelos imigrantes por volta de 1820, apenas na década de 1960 foi introduzida para plantio no sul de Minas, região que possui todas as características necessárias para seu cultivo: o clima frio e a altitude (EMPRESA..., 2002). O principal responsável por esse feito foi o engenheiro agrônomo Washington Alvarenga Viglione, diretor da subestação experimental de Maria da Fé de 1941 a 1961, atual EPAMIG, que pesquisou sobre o cultivo da batata, outros legumes, frutas e, percebendo o bom desempenho das oliveiras nas praças urbanas²⁰³, iniciou seu cultivo pela primeira vez no Estado. (SILVA, 2017). O ciclo das oliveiras é muito maior do que

²⁰⁰ <http://www.agrisustentavel.com/san/motriz.html>

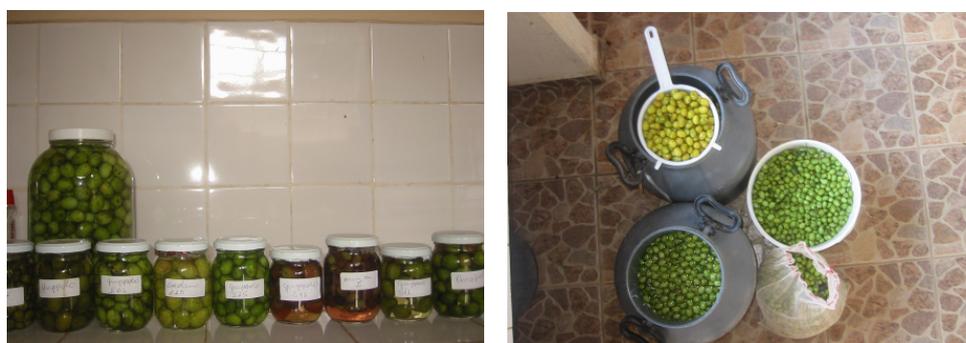
²⁰¹ <https://csaapanfe.wordpress.com>

²⁰² <https://epamig.wordpress.com/2015/11/09/frutifica-minas-em-maria-da-fe-destaca-o-cultivo-de-pequenas-frutas/>

²⁰³ As oliveiras das praças centrais são muito antigas e foram trazidas pelo português Emídio Ferreira dos Santos, que se instalou em Maria da Fé na década de 1930. Em 1950 outro português, Joaquim Oliveira e Silva, doou mudas de oliveiras para o município. <http://viajantemaduro.com.br/maria-da-fe-minas-gerais-uma-cidade-mulher/>

o de várias outras espécies, mas o custo-benefício é positivo. Além disso, o consumo de azeite no país vem crescendo continuamente nos últimos anos, sendo que o Brasil era totalmente dependente da importação, em especial dos grandes produtores como Espanha, Argentina, Portugal e Itália, ou seja, existe um mercado expressivo e em expansão no país. Da azeitona se aproveita tudo, falou Luiz Augusto: o óleo, o azeite de mesa, as azeitonas e outros subprodutos. Segundo pesquisas da Epamig, que estava acompanhado o plantio de muitas variedades, as de melhor adaptação e produtividade local são a “*grappolo*”, destinada a extração de azeite e a “*ascolana*”, para a produção de azeitonas de mesa.

Figura 173: Vidros e baldes para curtir os diferentes tipos de azeitonas produzidas na Fazenda Experimental da EPAMIG, Maria da Fé



Fonte: Fotos da autora, 2004.

Em Maria da Fé, relatou Luiz Augusto, foram plantados inicialmente 25 hectares de oliveiras em 2004, por seis produtores, que pretendiam constituir uma cooperativa para compartilharem o trabalho e os custos, como aquisição de maquinário destinado à produção do azeite, de valor relativamente elevado. Depois de plantadas as árvores, se esperam quatro anos, quando as azeitonas estão prontas para serem colhidas e são mergulhadas de 90 a 120 dias na salmoura, em processo de cura. Já o azeite é fabricado no momento da colheita e passa por três fases: moagem, prensa e centrifugação. Cada árvore produz até 26 litros de azeite e o segundo ano de produção é praticamente de lucros, pois a conservação das árvores tem baixo custo. Os investimentos são altos, mas no primeiro ano produtivo já se espera o retorno desses valores.

As inversões no cultivo de azeitonas e derivados podem ser entendidas a partir da perspectiva econômica desenvolvida por Jacobs (2001), que defendia a diversificação e o aumento produtivo com potencial de substituir as importações, aumentando o nível de riqueza gerado localmente e podendo se transformar em *commodities* para exportação. A partir do momento em que se substitui a importação e se produz para consumo próprio, se ganha devido à geração de mais riqueza interna, pela criação de mão de obra e valoração da identidade local.

Em 2011, recebi o convite para visitar o I Festival Gastronômico de Maria da Fé, promovido pela Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. O evento marcou o

início da comercialização do azeite extra virgem de oliva mariense, parceria entre os produtores e a EPAMIG, classificado como “mais que especial”, devido ao seu grau de acidez de 0,39%, sendo que outros azeites considerados excelentes alcançam acidez de 0,5%. O convite dizia que Maria da Fé foi o primeiro município brasileiro a extrair azeite e, naquele ano, possuía mais de 70.000 mil árvores plantadas, com expectativa produtiva de aproximadamente 250 mil litros de azeite/ano. O Festival contava com outros produtos municipais, como doces, geleias, biscoitos e pães típicos, cosméticos produzidos com azeite, além dos produtos orgânicos da APAN-FÉ e da única cachaça de frutas do Brasil, produzida pela Musa. O artesanato e seus bens culturais também eram parte do sucesso do Festival.

Figura 174: Cachaça de frutas Musa



Fonte: Foto, 2013.²⁰⁴

O Festival confirmou que os processos de desenvolvimento locais estavam em andamento, revelando também a participação da Prefeitura junto às associações produtivas da comunidade refletindo, portanto, mudanças positivas, a partir dessa unificação de forças e da continuidade dos processos mencionados, refletindo generalizações vindas de diversidades, como analisaria Jacobs (2001), e que geram mais riquezas e renda.

Em 2018 o azeite extra virgem de Maria da Fé foi reconhecido como um dos melhores do Brasil, em pesquisa da Universidade Federal de Lavras, UFLA “com características químicas e sensoriais” comparáveis aos melhores azeites do mundo, produzindo 80 mil litros nesse ano e reunindo 160 produtores regionais (AZEITE..., 2018). Logo, atualmente existe um conjunto de produtores de azeite da Serra da Mantiqueira, de vários municípios.

Através de uma parceria público-privada, em abril de 2019 foi realizada a 1ª Festa do Azeite Novo de Maria da Fé, integrando a 14ª Edição Dia de Campo Olivicultura e a 4ª Mostra Tecnológica, que “tem como objetivo impulsionar a cultura do azeite, envolvendo toda a cadeia produtiva da agricultura à gastronomia e do turismo na região da Serra da Mantiqueira e seu entorno” (MARIA DA FÉ..., 2019). Foram duas semanas de evento, sendo a primeira técnica produtiva e a segunda semana cultural e gastronômica. A Mostra Tecnológica foi

²⁰⁴ <http://andrezagoulart.com.br/blog/2013/03/30/festa-do-azeite-maria-da-fe-mg-postdiario/>

promovida pela Epamig, discutindo-se conhecimentos sobre a cadeia produtiva do azeite, e na semana seguinte aconteceram apresentações musicais e teatrais, em um pavilhão montado no centro urbano, com espaço de restaurantes, cervejarias, cafés e expositores, degustação de azeite, além do 1º Concurso Gastronômico.

Figura 175: Azeites produzidos em Maria da Fé e região



Fonte: Compilação do autor, 2013²⁰⁵.

Na década de 2000, outra proposta incipiente era a produção da mamona, que surgiu a partir de conversas com o Doutor Geraldo Amaral, agrônomo que trabalhava no Projeto Bio Fé, um Centro de Produção de Azeites Vegetais. A Cobata organizou um encontro com o Dr. Amaral, pois soube da adaptação da mamona ao local e convidou os agricultores, quando ele lhes explicou as possíveis vantagens do cultivo dessa espécie, que tem “1001 utilidades”, como enchimento de cadeiras e cosméticos, realizando-se uma experiência em Maria da Fé, para verificar sua adaptabilidade às condições presentes. Em 2016 foram plantados também os primeiros vinhedos, orgânicos, e em breve serão produzidos vinhos no município²⁰⁶ (2018)

Em termos da Educação, em visita à sua Secretaria, a assessora Valeria Villas Boas Moraes e a secretária Maria de Lourdes Torres, que trabalhavam há aproximadamente vinte anos na área, relataram que a situação educacional em Maria da Fé estava favorável, citando como exemplo os resultados elevados que seus alunos obtiveram em alguns exames estaduais, refletindo um bom nível de aprendizagem, também visível no componente Educação, do IDH, classificado como de alto desenvolvimento.

Nos anos 2000, o quadro de ensino era constituído por três escolas estaduais, sendo duas urbanas e uma rural, e dez escolas municipais, sendo quatro urbanas e seis rurais, somadas às creches municipais e à duas escolas privadas. Esse sistema atendia, em 2004, aproximadamente 7.200 crianças e adolescentes. Existiam também cursos noturnos públicos, oferecidos pela Teleclasse do Estado, que funcionava através da Fundação Roberto Marinho, além dos cursos privados da Universidade Presidente Antônio Carlos, UNIPAC²⁰⁷ que, desde 2003 oferecia magistério superior, chamado normal superior, com o objetivo de “melhorar a

²⁰⁵ <http://andrezagoulart.com.br/blog/2013/03/30/festa-do-azeite-maria-da-fe-mg-postdiario/>

²⁰⁶ <http://viajantemaduro.com.br/maria-da-fe-minas-gerais-uma-cidade-mulher/>

²⁰⁷ Naquele momento, a UNIPAC tinha mais de cem unidades e era a maior universidade “multicampi” do país, com 15 cursos de graduação e alguns de pós-graduação.

qualidade de educação de base no Estado, preparando profissionais de nível superior para alfabetizar crianças e enfrentar o analfabetismo de jovens e adultos” (UNIPAC, 2005, p.6). O curso funcionava em parceria com a Prefeitura, que cedia o local e parte do material didático utilizado. A Lei de Diretrizes Básicas da Educação, LDB, exigia essa ampliação de capacitação dos professores, como explicou sua diretora, Rosana Ribeiro.

Na zona rural oferecia-se somente o nível primário e, em seguida, as crianças completavam o secundário na sede. Todas elas de 07 a 14 anos frequentavam a escola, inclusive as de bairros distantes, pois o transporte escolar era eficaz, havendo grande frota que atendia a demanda, segundo as entrevistadas. A merenda escolar, contaram, melhorou muito porque, com apoio do novo prefeito, sua dotação dobrou e foi introduzido mais um lanche para os alunos, maior variedade de alimentos e os produtos orgânicos da Apan-Fé, aumentando sua qualidade, através de um programa do governo que restituía esse tipo de iniciativa municipal.

Durante a gestão 2017-2020 várias escolas foram revitalizadas. Em 2019 realizou-se uma pesquisa com seus funcionários sobre as necessidades de equipamentos de cada uma, e estes foram adquiridos e entregues em 2020. Vinham ocorrendo também processos de capacitação para a equipe e projetos educativos junto aos alunos, como o Projeto Educação Alimentar e Nutricional, realizado pela nutricionista do município, com orientações para os pais sobre alimentação, o projeto de saúde mental, de segurança no trânsito, entre outros.

A prática desportiva fazia parte do currículo escolar e a escola de futebol era a maior demanda dos alunos, que também podem optar por outros esportes. O Estádio Municipal foi reformado em 2003 e havia também o ginásio poliesportivo. No entanto, havia poucas opções desportivas para adultos, e as existentes se relacionavam principalmente à natureza, como *paraglider* e trilhas de moto. Até 2017 não havia um orçamento específico para a área. Foi criada, então, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Maria da Fé, que em 2018 conseguiu obter o 87º lugar no ICMS esportivo estadual, apresentando em 2019 o 26º maior ICMS do Estado, com a realização de mais de 50 programas/projetos desportivos nesse período, incluindo eventos e torneios. Foi construída também uma quadra poliesportiva junto ao Estádio Municipal, que há muito era solicitada pela população e o ginásio seria revitalizado para utilização das crianças e adolescentes do município e região. Em 2020 teve início a Escolinha de Futebol, Futsal, Vôlei e Handball, que foi interrompida devido à pandemia, quando a Secretaria passou a ofertar diversas aulas *online* gratuitas, como dança, alongamento, futebol²⁰⁸ (MARIA DA FÉ, 2020).

Na década de 2000, os recursos financeiros da Secretaria Municipal de Educação advinham principalmente da União, que legalmente perfaz 25% do orçamento, somados a subsídios

²⁰⁸ <https://www.mariadafe.mg.gov.br/noticia/190/CMS-ESPORTIVO-RECURSOS-GARANTIDOS-PARA-2021>

municipais, repassados à medida que os projetos são aprovados. Ainda não existiam parcerias educacionais regulares fora do âmbito público, bem favorável para fortalecer seu trabalho, refletiram as entrevistadas. Como observado, ocorreu um avanço educacional expressivo em Maria da Fé, que pode ser visto nas próximas tabelas. Em relação à situação educacional, de 1991 a 2000 a taxa de analfabetismo diminuiu significativamente entre os jovens de 7 a 24 anos, erradicando-se entre os jovens de 15 a 17 anos. Os anos de estudo aumentaram em todos os grupos, e aproximadamente 95% das crianças e jovens de 7 a 14 anos estavam na escola – situação privilegiada no país, e entre os jovens de 15 a 17 anos o aumento de frequência escolar foi representativo, 170,8% a mais, totalizando 63,1%, apesar de ainda estar longe do ideal.

Tabela 46: Nível Educacional da População Jovem, Maria da Fé, 1991 e 2000

Maria da Fé								
Faixa Etária (anos)	Taxa de analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% frequentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14	12,4	10,1	-	-	-	-	81,3	95,3
10 a 14	6,5	2,8	62,9	33,8	-	-	72,9	93,3
15 a 17	5,7	0,1	26,0	5,4	92,6	61,0	23,3	63,1
18 a 24	5,3	2,2	27,4	18,8	81,2	54,6	-	-

-' = Não se aplica

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, PNUD, 2003.

Comparando-se com Poços de Caldas, em Maria da Fé o percentual de analfabetismo foi superior para crianças de 7 a 14 anos, 10,14%, no entanto, apresentou percentual inferior ao de Poços para adolescentes de 15 a 17 anos, 0,14%, quase inexistente, e pouco maior para pessoas de 18 a 24 anos, sendo o dobro para pessoas de 25 anos ou mais analfabetas.

Tabela 47: Índices de Analfabetismo por Faixa Etária, Maria da Fé, Poços de Caldas, 2000

ANALFABETISMO	MARIA DA FÉ	POÇOS DE CALDAS
% crianças de 7 a 14 anos analfabetas	10,14	3,22
% adolescentes de 15 a 17 anos analfabetas	0,14	1,27
% pessoas de 18 a 24 anos analfabetas	2,16	0,87
% pessoas de 25 anos ou mais analfabetas	14,86	7,26

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Como já mencionado, em 2010 os grupos etários foram alterados e o grupo de crianças de 7 a 14 anos se tornou a categoria “crianças de 11 a 14 anos” e os valores foram recalculados nos outros grupos etários. Segundo os novos dados, expostos na próxima tabela, houve melhorias expressivas na taxa de analfabetismo entre 1991-2010, decrescendo nos três anos de referência e ficando próxima a 1 em todas as faixas etárias, em 2010. Não foi medido o

percentual de jovens entre 11 a 14 anos frequentando a escola, mas aumentou-se a frequência escolar para o grupo de 15 a 17 anos, 86,74%, apesar de entre os jovens de 18 a 24 anos a frequência ter diminuído entre 2000-2010, para 25,46%.

Tabela 48: Nível Educacional da População Jovem, Maria da Fé, 1991, 2000 e 2010

MARIA DA FÉ						
Faixa Etária (anos)	Taxa de analfabetismo			% frequentando a escola		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
11 a 14	7,16	1,87	1,31	-	-	-
15 a 17	4,70	1,97	0,71	21,54	62,67	86,74
18 a 24	5,98	4,38	1,28	7,37	28,49	25,46

-" = sem informação'

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Dados de Taxa de analfabetismo e % frequentando escola constavam do Novo Atlas, 2010 e % com menos de 4 e 8 anos de estudo constavam do Atlas antigo, 2000.

Com relação ao nível educacional da população entre 18 e 24 houve pequena evolução, pois houve diminuição de pessoas com menos de 4 e 8 anos de estudo, e aumentou um pouco o grupo daqueles que possuíam, em 2000, mais de 12 anos de estudo. O percentual de habitantes que frequentavam curso superior subiu de 2,51% para 6,68% nesse período e para 12,5% em 2010 (ATLAS..., 2010), único dado publicado referente ao nível educacional dos grupos entre 18 e 24 anos e de 25 anos ou mais.

Tabela 49: Nível Educacional da População entre 18 e 24 anos, Maria da Fé, 1991 e 2000

MARIA DA FÉ		
NÍVEL EDUCACIONAL (POPULAÇÃO ENTRE 18 E 24 ANOS)	1991	2000
% pessoas com menos de quatro anos de estudo	27,45	18,79
% pessoas com menos de oito anos de estudo	81,23	54,61
% pessoas com doze anos ou mais de estudo	3,06	4,00
% pessoas que frequentam curso superior	2,51	6,68

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2003.

A situação dos adultos também progrediu pouco, pois sua média de anos de estudo foi de apenas 4,47, enquanto 41% possuía menos de 4 anos de estudo e 82% tinha menos de 8 anos de estudo, o que significa que a maioria da população não havia finalizado o segundo grau, e apenas 0,44% frequentava curso superior.

Tabela 50: Nível Educacional da População Adulta, Maria da Fé, 1991 e 2000

MARIA DA FÉ		
NÍVEL EDUCACIONAL (POPULAÇÃO DE 25 ANOS OU MAIS)	1991	2000
Média de anos de estudo das pessoas	3,69	4,47
% pessoas com menos de quatro anos de estudo	54,39	41,42
% pessoas com menos de oito anos de estudo	86,25	82,80
% pessoas com doze anos ou mais de estudo	2,95	3,90
% pessoas que frequentam curso superior	0,30	0,44

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, PNUD, 2003.

No final dos anos 2000, a Secretaria elaborou um projeto sobre a história municipal, em parceria com a Secretaria Municipal de Turismo, com o objetivo de desenvolverem referências para os alunos sobre suas origens e memórias. Outros projetos pedagógicos são o da Aceleração da Aprendizagem, para alfabetização de adultos e o projeto do Meio Ambiente, para ensino dos valores ambientais nas escolas. Também foram incluídas aulas de educação física na área rural, onde se instalaram computadores para uso didático e foi ampliado o Setor da Psicopedagogia no município. Além disso, os professores recebiam capacitações continuadas e alguns cursavam faculdades em cidades vizinhas. Nesses casos, a Prefeitura arcava com a acomodação e o transporte. Algo que precisava ser melhorado no sistema educacional, comentaram Valéria e Maria de Lourdes, era a implantação de mais cursos profissionalizantes, porque “é comum que os filhos de Maria da Fé estudem aqui e se marchem” e esse foi um pedido frequente de outros entrevistados. Consequentemente, a Secretaria realizou um inventário para pesquisar o curso mais desejado e o escolhido foi “técnico em enfermagem”, implementado em 2006.

Na área da saúde, em meados de 2005, o sistema municipal se constituía por uma Unidade de Saúde urbana e cinco Unidades de Saúde rurais, três equipes de PSF e um Hospital Municipal Ferraz e Torres que ofertava níveis de atenção primário e secundário, ou seja, de baixa à média complexidade, incluindo o Serviço de Emergência. Cada habitante possuía um cartão individual e estava cadastrado no sistema, podendo marcar consultas médicas por telefone, ou pela Unidade de Saúde urbana, onde são realizados todos os exames básicos de laboratório. Em casos complexos ou na necessidade de especialidades não ofertadas pelo sistema público, algumas parcerias são estabelecidas com médicos particulares e dentistas sendo que, dependendo da situação, como urgência ou condições financeiras do paciente, o próprio Sistema de Saúde arca com parte dos custos.

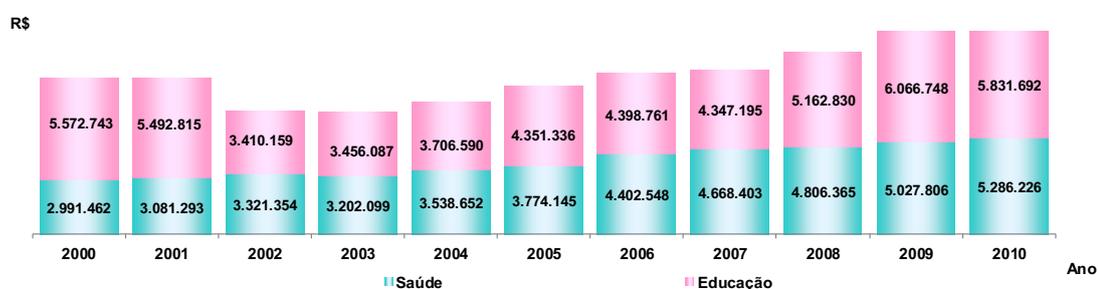
As três equipes do Programa de Saúde da Família, PSF, atendiam à cerca de 40% da população, nas residências. Os outros 60% eram atendidos nas unidades de saúde urbana ou rurais. O PSF oferecia programas de pré-natal e acompanhamento em questões de

higiene, doenças sexualmente transmissíveis, DST e outras, além de visitar as escolas conforme as demandas. As especialidades oferecidas nas Unidades de Saúde eram: clínica, cirurgia, psiquiatria, cardiologia, pediatria, ginecologia e obstetrícia e ortopedia, além de odontologia.

O Hospital e o Centro de Cirurgia foram fechados na gestão de 2000, mas nenhum entrevistado sabia o real motivo: alguns achavam que era contenção de gastos ou problemas administrativos. Apenas a Emergência esteve funcionando naqueles anos e, conseqüentemente, não foram registrados novos nascimentos na cidade, mas nos hospitais regionais próximos. Algumas vezes não havia tempo suficiente da grávida chegar ao hospital e o bebê nascia em casa ou na ambulância. O Hospital se encontrava no processo de reabertura, ofertando procedimentos de nível primário, enquanto os casos de maior complexidade eram encaminhados para Itajubá.

A verba destinada pelo Governo Federal era suficiente para os custos médios do Sistema de Saúde. Havia também uma verba municipal complementar quando preciso e, com isso, a Saúde se encontrava em situação favorável, de acordo com Juliana Zaroni, enfermeira e Maria Helena Gonçalves, ambas funcionárias antigas da Unidade de Saúde central. Os dados a seguir reforçam essas informações. Entre 2000-2010 o orçamento destinado a saúde apresentou um aumento de 76,71%, chegando a R\$ 5.286.226,00, elevando-se de 2000 a 2002, com queda inexpressiva em 2003, mas recuperando-se em 2004 e apresentando crescimento até 2010. A educação, desde 2000 tinha um orçamento bem maior do que a saúde, superior inclusive quando comparado aos melhores valores orçamentários da saúde nesses anos. Contudo, sofreu queda expressiva em 2002 e seu valor se elevou entre 2003-2006, com pequena queda em 2007, para depois se elevar até 2010. No período 2000-2010 o aumento foi de apenas 4,67%, inferior ao percentual de acréscimo no orçamento da saúde.

Gráfico 40: Evolução dos orçamentos anuais com educação e saúde, 2000 a 2010, Maria da Fé (a preços constantes, 2014)

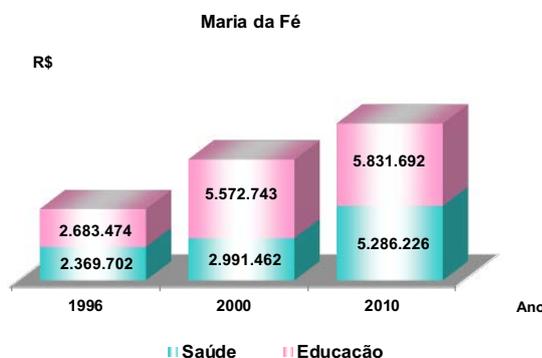


Fonte: BRASIL, 2020.

Ao se considerar a variação 1996-2010 - porque não havia dados disponíveis para 1991 - as variações orçamentárias foram ainda maiores. Na saúde, o aumento foi de 123% e na educação de 117,3%, mostrando percentuais similares de crescimento e refletindo melhorias

entre 1996-2000, de 26,2% na saúde e 107,6% na educação, ou seja, vê-se um grande salto da educação nesse período, coincidente com o ocorrido nos cálculos do IDH-M.

Gráfico 8: Evolução dos orçamentos anuais com educação e saúde, Maria da Fé, 1996, 2000, 2010 (a preços constantes, 2014)



Fonte: BRASIL, 2020.

Além disso, os dados da tabela refletem que a saúde da população progrediu nos últimos vinte anos. De 1991 até 2000, a taxa de mortalidade infantil até 1 ano de idade diminuiu 10,55%, passando de 41,42 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 37,05 (ainda que fosse elevada), e foi 14,5 em 2010, sendo que a meta 3.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável preconiza que a mortalidade infantil deve estar abaixo de 12 óbitos (por mil nascidos vivos) até 2030, ou seja, o município estava próximo de alcançar essa meta. A esperança de vida ao nascer também aumentou 3,35 anos, passando de 64,07 para 67,42 anos, e para 75,5 em 2010, um aumento de 11,5 anos, enquanto a taxa de fecundidade total, que permaneceu igual entre 1991-2000, abaixou em 2010 para 1,9 filhos/mulher.

Tabela 1: Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade, Maria da Fé, 1991, 2000 e 2010

Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade			
Maria da Fé			
	1991	2000	2010
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	41,4	37,0	14,5
Esperança de vida ao nascer (anos)	64,1	67,4	75,5
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	3,0	2,9	1,9

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2003.

De acordo com Vera, funcionária da Secretaria de Saúde, na primeira década dos anos 2000 não havia uma enfermidade mais frequente na cidade e os dados acompanhavam as médias regionais, à exceção dos casos de insuficiência respiratória aguda, que eram mais comuns em virtude da altitude e do frio. Desde 2001 a equipe de Saúde passou a sistematizar os dados municipais, melhorando a compreensão e controle sobre seus pontos fortes e frágeis. Além disso, eles se reúnem anualmente para avaliarem o desempenho global da área.

Quando perguntadas sobre a satisfação da população referente à saúde, Juliana e Maria Helena contaram que sempre existiam reclamações e esta era uma atitude “esperada”, ainda que acreditassem que o Sistema de Saúde estivesse funcionando efetivamente. Juliana ressaltou que, em uma “cidade do interior o povo não espera, a eficiência tem que ser imediata!”, concluindo que “aqui você é vizinha do prefeito ou do vereador, ou seja, todos se conhecem e isso tende a promover um controle e uma eficácia maiores”.²⁰⁹

Em termos gerais, ela concordou com outros habitantes que o desemprego era o principal problema, causando outros desequilíbrios como alcoolismo, uso de drogas e desnutrição infantil. Por exemplo, quando o Governo Federal disponibilizou o benefício da Bolsa Alimentação, a Secretaria de Saúde foi responsável pela triagem das famílias que iam recebê-lo, avaliando as crianças em seu aspecto nutricional e a situação financeira familiar, e quinhentas famílias se registraram para 195 bolsas. Em alguns casos a equipe verificou a falta de informações sobre nutrição, mas a maioria das famílias realmente não possuía recursos suficientes, segundo Juliana, expondo um indicador muito grave de pobreza.

Outro trabalho que a Secretaria realizou ocorreu mediante a observação do fluxo migratório anual que ocorria para Santa Rita do Sapucaí, na época da colheita do café. Algumas famílias que tinham filhos tratando de desnutrição se mudavam e as crianças já se encontravam no período de recuperação. Quando voltavam, “estavam magérrimos”, contou Vera, “malnutridos, porque os pais haviam levado os filhos para a lavoura, sem terem um lugar para deixá-los”. Entraram em contato, então, com as enfermeiras de Santa Rita e, em parceria com a Pastoral da Família e com a equipe de saúde de Maria da Fé, começaram a tratar as crianças em Santa Rita, construindo inclusive uma creche para recebê-los ali. O problema foi parcialmente revertido – pelo menos em relação à desnutrição, porque o êxodo seguia forte, em busca de trabalho.²¹⁰ Nesse caso, também foi importante a melhoria da rodovia que conecta as duas cidades, a BR 459, e muitos pais passaram a ir e voltar diariamente, evitando o deslocamento de toda a família.

Recentemente, na gestão pública 2017-2020, foi renovada a frota de veículos da saúde para atendimento dos pacientes, expandindo a cobertura da área rural e ampliando o transporte para tratamento em outros municípios, o que melhorou a logística de prestação de serviços. Nesse período foram reformadas as 09 UBS urbanas e rurais, incluindo a construção de

²⁰⁹ Vera e outros habitantes comentaram que as “fofocas” faziam parte da vida, reforçando o senso comum de que em uma cidade pequena “todos” se conhecem. Em termos de Saúde existia uma vantagem, como ela apontou, pois era mais fácil identificar os parentescos entre os pacientes e poder acompanhar de perto os casos, aumentando inclusive a eficiência das pesquisas na área.

²¹⁰ Como contou Vera, esse fluxo migratório para outras cidades era maior para Santa Rita, como comentado, e também para as fábricas em Itajubá, para Aparecida do Norte, que possui um comércio intenso e para São José dos Campos, que possui grande quantidade de indústrias. Esses dados foram obtidos porque, como o Sistema de Saúde acompanha o histórico das crianças do município, foram capazes de mapear também as migrações das famílias marienses.

alguns consultórios odontológicos. Em 2018 foi criado também o Núcleo de Apoio à Saúde da Família, NASF, constituído por uma equipe de profissionais de diferentes áreas, o que permite “a construção conjunta de projetos terapêuticos”, promovendo uma atenção integrada tanto nas unidades de saúde como nas visitas domiciliares. Vem se somando a esse trabalho um conjunto de campanhas de prevenção e conscientização da população em relação a temas sanitários, como combate à dengue, alimentação, vacinação, entre outros (MARIA DA FÉ, 2020).²¹¹

Em 2005, as avaliações dos habitantes sobre a gestão pública e o antigo prefeito foram controversas. Alguns disseram que sua administração foi “fraca”, pois ele concretizou pouco no setor turístico, conseqüentemente “atrasando o desenvolvimento”. Outros acreditavam que seu trabalho foi bom, focado na melhora da imagem da cidade, revitalizando as praças, valorizando o artesanato e o turismo. Um de seus projetos, de 2002, o “Conjunto Paisagístico Canteiros da Alma” incrementou os jardins urbanos com reformas e paisagismo, reformando e ampliando os espaços de lazer. Acompanhando a linha de trem está o jardim urbano central, preservado e “formado por plantas nativas, inclusive as oliveiras, algumas cinquentenárias, o que fortalece a identidade local. Seu valor é histórico e cultural, preservando a memória como parte do acervo turístico”, contou Maria Rita, secretária da cultura.

Outro mérito da gestão do ex prefeito, disseram alguns, foi a reversão da dívida pública, deixando um saldo positivo e as finanças equilibradas. O funcionário responsável pelo setor financeiro da Prefeitura há alguns anos, Eduardo Ferreira, informou que o balancete recebido pela nova administração não apresentava dívidas, mas um saldo para o orçamento de 2005. Em 2006, portanto, as iniciativas públicas puderam ser realizadas, como pavimentação de ruas e conservação do patrimônio edificado. No entanto, devido ao volume pequeno de arrecadações era difícil realizar grandes investimentos, demandando a atração de novos negócios e/ou busca de parcerias com órgãos de fomento para melhorar sua economia.

²¹¹ <https://www.mariadafe.mg.gov.br/noticia/200/RENOVACAO-DA-FROTA-DE-CARROS-DA-SAUDE-DE-MARIA-DA-FE>

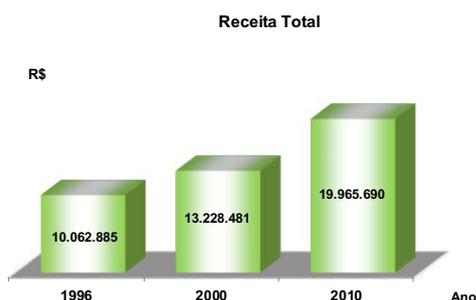
Figura 176: Rua central, com casas coloridas, jardins com oliveiras e detalhe do leiteiro a cavalo, entregando jarros de leite para os habitantes



Fonte: Fotos da autora, 2004.

Em 2014, a receita total do município, como visto no gráfico seguinte, apresentou crescimento significativo entre 1996-2010, um aumento de 98,4% a mais de arrecadação, sendo 31,4% entre 1996-2000 e 50,9% entre 2000-2010, demonstrando que em ambos os períodos houve iniciativas que ampliaram a receita pública.

Gráfico 41: Receita Total, a preços constantes, Maria da Fé, 1996-2010



Fonte: BRASIL, 2020.

Em janeiro de 2004 o Sr. Walter Mussoline Sarno foi reeleito prefeito para seu segundo mandato. A Prefeitura possuía cinco Secretarias: Obras, Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura e Turismo, com 270 funcionários permanentes e 80 com contrato provisório, alguns deles oriundos da gestão anterior. A partir de entrevistas com todas as Secretarias, se pôde constatar que os novos funcionários ainda estavam conhecendo os problemas e buscando solucioná-los, e frequentemente não possuíam um planejamento a longo prazo, apenas a perspectiva do curto prazo. Os funcionários antigos, ao contrário, apreendiam a situação e possuíam diretrizes futuras. Essa mudança de gestão que ocorre no sistema político brasileiro a cada quatro anos, amiúde interrompe ou reduz o ritmo dos processos em andamento, trazendo atenção apenas para questões urgentes, o que parece inevitável diante do tempo necessário para que os funcionários compreendam os desafios. Contudo, é fundamental manter planejamento e desenvolvimento em um horizonte amplo.

Os entrevistados estavam, em sua maioria, insatisfeitos com o poder público daquele momento (2005/2006), especialmente com o “nepotismo demonstrado nesses primeiros meses de governo”, disseram, “porque os gastos com a folha de pagamento são muito elevados”. Alguns enfatizaram ainda o fato de que a população não desejava a reeleição e “não foi o prefeito que ganhou, mas o outro candidato é que perdeu”, porque “seu concorrente era muito incompetente”, dando-lhe a oportunidade de ganhar. Outros contaram que a campanha do Prefeito apresentou grandes promessas dirigidas à população de baixa renda e que “tantas promessas são impossíveis de se efetivarem concretamente”. Alguns evidenciaram que, nessa gestão, existiam pessoas sem qualificação adequada para seus cargos gerando, assim, uma preocupação com o futuro da cidade, incluindo sua possibilidade real de crescimento. Um participante disse que havia um “problema político forte em Maria da Fé, a partir da ausência de uma mentalidade desenvolvida para a atividade turística”, expondo “uma situação difícil de se tratar”.

Nessa mesma direção, durante a segunda visita os entrevistados ressaltaram a competição política e as lutas de poder locais, relacionadas ao poder público e à outras esferas, o que as vezes impede ou atrasa o progresso, devido à supervalorização de questões pessoais ou profissionais em detrimento do desenvolvimento coletivo.

Por outro lado, o Secretario de Governo, Walter Mussoline Júnior, defendeu que o social era o viés central da gestão, resultando no Projeto Pro Cidadão, que englobava a distribuição de cestas básicas, material de construção e medicamentos para os necessitados. O Sr. Walter explicou que a equipe estava se adaptando, pois possuía poucos meses de atuação e ainda não havia planejamento a longo prazo, à exceção do projeto social, o que sugeria o “caráter populista” criticado por muito habitantes. Segundo ele, outra preocupação da administração era com a geração de empregos, motivando a atração de indústrias limpas para o município, como o cultivo de flores para a produção de perfumaria e o incentivo à produção artesanal, que seguia crescendo. O Prefeito defendeu também a criação de um circuito turístico, a partir da valorização das riquezas municipais, como o artesanato e as belezas naturais, ainda que não tenham sido especificadas ações para esse fim.

Do ponto de vista da manutenção urbana, o chefe da Secretaria de Obras, Rovani Marchetti Cardoso, desejava investir no saneamento e na urbanização e conservação de praças e ruas, inclusive “viabilizando o acesso a alguns sítios de força turística na zona rural”. O projeto de saneamento seria viabilizado através de uma parceria estabelecida com a COPASA, firmando um contrato a ser pago pelo município parceladamente. Esse projeto, disse a Sra. Valéria Moraes, funcionária da Educação, era prioritário e necessitava ser refeito, dada “a época da fundação da cidade e o mal estado do sistema atual”, causando mau cheiro o que, sem dúvida, prejudicava o turismo e causava contaminação ambiental.

De fato, o turismo, urbano e rural, tem sido uma das grandes promessas de desenvolvimento municipal e os atrativos têm relação com a história, o artesanato, a boa culinária, a bela natureza de Maria da Fé e o clima frio da região. Ainda assim, para alguns, o turismo vinha acontecendo de esporadicamente, com consistência apenas durante o inverno. A Secretaria de Cultura e Turismo foi criada em 1996, junto ao início do Projeto Sebrae de Turismo Rural, como informou sua secretária, Maria Rita Sales Marcheti. Sua sede fica no edifício da antiga estação ferroviária, datada de 1891 e localizada na praça central. A edificação foi restaurada no final dos anos 1990, e em sua área exterior há uma antiga locomotiva a vapor Baldwin no 225, chamada de “Maria Fumaça”, similar à que era utilizada nos primórdios do município.

Figura 177: A antiga Estação Ferroviária de Maria da Fé



Fonte: Fotos de Eduardo Leão, 2003.

Durante os anos 2000 a Secretaria não tinha orçamento próprio e seus recursos eram aprovados a partir dos projetos apresentados à administração pública, que as vezes arcava com todos os custos de algum evento ou estabelecia parcerias com instituições privadas. Com o objetivo de investir crescentemente no turismo, eram realizados inúmeros eventos que compunham uma agenda anual, como a tradicional Festa de Santo Expedito, o Carnaval – que em 2005 propiciou a ocupação total dos leitos - a Feira de Turismo, o Encontro dos Jipeiros, a Festa de Junho, o enduro de *mountain bike*, as festas de bairro (22) organizadas pelos próprios habitantes, o Rodeio, diversas celebrações religiosas e exposições pecuárias, verificando-se encontros de cunho desportivo, religioso e social. Ressalta-se que o município também integra a Estrada Real.

No entanto, em 2005 a quantidade de turistas se reduziu durante alguns meses, aumentando apenas por ocasião das festas populares e que, apesar de movimentarem a cidade, como relatou uma habitante descontente, “era de indivíduos que se divertem, mas não apresentam respeito com o lugar, estando mais interessados em beber cerveja e irem embora”, refletindo a necessidade de se investir em um outro tipo de turismo, “saudável, de qualidade”.

Recentemente, na Gestão da prefeita Patrícia Santos Almeida Bernardo (2017-2020), a Secretaria de Cultura e Turismo, sob nova gestão, realizou um trabalho de melhoria da

mesma, destacando-se a recuperação dos fundos municipais de turismo, FUMTUR e dos fundos municipais de cultura, o FUMPAC, por meio de pontuação do ICMS. Em 2018 a Secretaria elaborou o Plano Municipal de Turismo, participativo, e iniciou os trâmites para tombar as áreas das praças que se constituíram ao longo do trilho do trem, “protegendo bens que são parte da identidade local”, disseram. Além disso, outras praças foram revitalizadas, seu mobiliário e paisagismo, em parte com recursos do Fundo Municipal de Patrimônio Cultural, FUMPAC. Desde 2009 a cidade vinha promovendo também o Festival de Inverno de Maria da Fé, unindo “gastronomia, música, cultura, arte, design e azeite”.

Existiam também associações locais que trabalham em prol do turismo, como a Associação Mariense de Turismo, a AMART. Baseadas nas premissas de equidade, justiça e preservação ambiental, as metas da Associação eram: garantir a continuidade do Projeto de Turismo Rural para gerar e ampliar renda, agregando valor às atividades produtivas, rurais e urbanas; promover a elaboração de um Plano Integrado de Turismo; exercer a representação dos associados diante de organizações estaduais ou federais relacionadas ou não com o setor turístico; antecipar a execução da política turística municipal e servir às autoridades como órgão consultivo, quando solicitado; desenvolver campanhas de publicidade para promover a imagem do município diante da comunidade municipal, regional e nacional, incluindo elaboração de material promocional; e fazer parcerias com entidades públicas e privadas, colaborando com a administração pública (MARIA DA FÉ....., s.d.).

Figura 178: Desportistas saltando do Pico da Bandeira, com o centro urbano de Maria da Fé ao fundo



Fonte: Foto de Eduardo Leão, 2003.

Por sua vez, a Associação dos Monitores de Turismo de Maria da Fé, AMOTUR, constituiu-se com o objetivo de transmitir para os turistas a história municipal. Nos anos 2000 a Amotur possuía 20 jovens, que iniciaram sua aprendizagem na escola, recebendo treinamento para acompanhar turistas, recepcionar eventos e organizar atividades escolares, atendendo também a contratos particulares. À medida que os monitores se graduavam e estabeleciam

uma profissão, as vezes relacionada ao turismo, novos iam se formando. Como Eduardo Leão recordou, para a formação do primeiro grupo não houve interesse e os professores precisaram indicar alguns alunos para participar, mas depois dessa experiência, eles passaram a ser respeitados e reconhecidos – considerando ainda a ausência de trabalho para essa faixa etária – e, assim, o segundo processo seletivo teve mais de 200 inscrições.

Nos últimos anos a infraestrutura turística se ampliou, havendo 12 hotéis e pousadas em 2005, com capacidade de 160 leitos, somados a restaurantes e opções de lazer. No entanto, Maria Rita Simões destacou que, naquele momento, ainda faltava profissionalismo nos serviços ao turista. Nascida em outra cidade, ela reconhecia a qualidade de vida local mas, ao mesmo tempo, entendia que não é necessário perder a hospitalidade para que um estabelecimento se desenvolva: “esse profissionalismo é o que faz falta, e representa o aumento da qualidade dos produtos e serviços ofertados, em especial para o turismo, como a conservação dos locais, sua limpeza e mais refinamento, que faltam para que se atenda também a um público mais exigente.” Nessa direção, ela constatou a real necessidade de uma transformação social voltada para a concepção dos habitantes sobre suas potencialidades e a autoimagem, vistas como limitadas por eles mesmos, limitando suas ações. Para os administradores do Projeto Gente de Fibra “a comunidade ainda não compreendeu o potencial do artesanato e do turismo, não, porque não é uma característica daqui. Eles precisam ver para crer.”

Naquele período, a cidade possuía três agências de turismo. Uma delas vinha buscando oferecer um serviço diferenciado, a BASE, Grupo de Apoio ao Turismo, de Paulina Almeida e Eduardo Leão. Essa agência era uma ONG de turismo, algo inédito na região, e suas propostas partiram da percepção inicial de que faltavam atividades turísticas na cidade, até mesmo por falta de informação, observou Leão. Começaram, então, a organizar cavalgadas, caminhadas e trilhas de *mountain bike*. Os turistas podiam alugar bicicletas incluindo guias no trajeto, para conhecer as matas, cachoeiras e praticar o turismo rural que, segundo Leão, se encontrava em melhores condições que o urbano. A BASE estabeleceu parcerias com a Secretaria de Cultura e Turismo e com outros estabelecimentos, elaborando um site e um jornal *on-line*. Eram sido realizadas também exposições de fotos, que costumavam surpreender os habitantes com a beleza regional, devido a seu próprio desconhecimento de diversos sítios. Gradativamente, a BASE esperava contribuir para que eles valorizassem mais suas riquezas e o turismo, colaborando ainda com a geração de empregos.

Figura 179: Turistas em passeio ao Pico da Bandeira, de bicicleta, o “aquaride” praticado na Central Hidroelétrica Luiz Dias e passeio a cavalo



Fonte: Fotos de Eduardo Leão, 2003.

As estações do ano propiciam diferentes atrativos. No verão são feitas caminhadas, *picnics* em áreas verdes, visitas às montanhas para se ver o pôr do sol. No inverno é possível participar da colheita das nozes brasileiras, das festas juninas e feiras de turismo, com barracas de produtos locais. Um dos trajetos oferecidos é a visitação às belas fazendas históricas, como a *Nova Esperança*, relatou Leão. Inicialmente, quando a BASE propôs esse trajeto, os proprietários não acreditavam no potencial, mas desde as primeiras visitas foram muito elogiados. O passeio inclui um almoço elaborado com receitas típicas, decorado com produtos artesanais, e caminhadas pelas araucárias. Na alta temporada alguns fazendeiros têm ainda alugado suas casas, no estilo *bed and breakfast*. Recentemente, há outras fazendas que oferecem refeições e/ou hospedagem, como a Fazenda Maria da Fé, que comercializa produtos locais e produz também o azeite *Nuovo*²¹² (2018).

Outro projeto foi uma parceria estabelecida com a Universidade Federal de Itajubá, UNIFEI, e com a Cemig, responsáveis pela Central Hidroelétrica Luiz Dias, que foi construída com equipamentos alemães. A Central continua em operação, gerando a energia para o município, com produção excedente. Em termos acadêmicos, esta é uma espécie de “laboratório em escala real e se destina a estudos e pesquisas de graduação, pós-graduação e desenvolvimento tecnológico na área de geração de eletricidade”, envolvendo diversos cursos e um parque de ciências (PCH, 2003, p.4).

²¹² <http://viajantemaduro.com.br/maria-da-fe-minas-gerais-uma-cidade-mulher/>

Figura 180: Edificações da Central Luiz Dias e sua queda d'água



Fonte: Fotos de Eduardo Leão, 2003.

Por iniciativa de um dos professores de física da UNIFEI, Geraldo Lúcio Tiago Filho, se criou o Parque de Alternativas Energéticas para o Desenvolvimento Auto Sustentável, PAEDA, em Itajubá, uma parceria do Centro Nacional de Referência em Pequenas Centrais Hidrelétricas, CERPCH, com a UNIFEI e o Ministério de Minas e Energia. Seu objetivo é difundir vários conhecimentos sobre fontes alternativas de energia: solar, eólica, hidráulica e de biomassa e tração animal, oferecendo visitas para alunos e para o público em geral, propiciando uma integração teórico-prática. Com essa perspectiva, foi criada na Central a “casa energética autossuficiente”, em que água, luz e outros recursos são utilizados de maneira ambientalmente sustentável. Existem também instalações como o aerogerador e a bomba de corda, demonstrando a produção de energia limpa e o processo pode, segundo o professor, incentivar os visitantes a valorizarem mais a energia. (FÓLDER PAEDA, s.d.). Posteriormente, uma mestranda da UNIFEI sugeriu realizarem parcerias com agências turísticas, para ampliar o público do PAEDA e foram convidadas a BASE e a agência *Triboo*, de Itajubá. Ambas promoviam visitas à hidroelétrica desde 2005, oferecendo caminhadas, visitas às instalações da Usina, além de práticas desportivas como a tirolesa, que é a descida nos canais aquáticos de boia.

Apesar dessas ações, Leão entendia que o turismo ainda se restringia ao circuito de hotéis/restaurantes e demandava maior participação popular, na construção de um pensamento coletivo que envolvia “uma mudança de paradigma, porque antes, com o cultivo da batata, era tudo individual, cada um na sua casa. Com o turismo, todo mundo necessita do outro”, então, “necessitam aprender a conexão, a comunicação, não apenas do setor que trabalham diretamente, mas com as pessoas em geral, até com os outros setores da Prefeitura, porque a própria população ainda não entendeu isso.”

Além dessa visão individualista, que limitava o desenvolvimento, com a cultura regional agrícola afeita aos ganhos imediatos, era preciso que a população aceitasse o ritmo mais lento do retorno financeiro do turismo. Mais ainda, os habitantes não tinham autoconfiança, alguns pensavam que a cidade não era atrativa, sendo necessário “ver para crer”, ou seja,

eles precisavam ver a mudança para acreditar nela, sugeriu o artista plástico Leonardo Bueno, proprietário junto com sua família da primeira “casa de hóspedes” local. Leonardo avalia que nos anos 2000 o turismo se planejou muito, mas não se desenvolveu tanto, pois destacou-se mais o planejamento do que as práticas. Logo, ele propôs outro processo: “não seria construir toda a infraestrutura primeiro e esperar que os visitantes viessem, mas à medida que a demanda surgisse, os habitantes se organizariam para atendê-la. É a partir do movimento que os habitantes vão acreditar no turismo como atividade econômica possível.” Ainda que sua pousada começasse a ser conhecida, seus pais destacaram a falta de incentivo ao turismo. Como disse sua mãe, a Sra. Regina, “o povo está muito sofrido, sem dinheiro. Quando a pousada está cheia eu contrato mais duas funcionárias: mais gente, o outro ganha, tudo funciona”, complementando que “o turismo não é assim, como posso falar, um sonho... é uma necessidade”. Assim, algumas pousadas estabelecidas com o projeto Sebrae fecharam por falta de demanda; as que se mantiveram desejam maior apoio governamental. Outro entrevistado contou que o turismo perdeu, para muitos, a credibilidade, refletindo o que se discutiu antes sobre o ciclo virtuoso de desenvolvimento

apesar de interessante, faltou continuidade para o Projeto de Turismo Rural do Sebrae. Depois da primeira reunião, em 1998, todos ficaram extremamente entusiasmados, foi uma experiência de grande força e participação, mas que acabou aí: ocorreu um vazio e as pessoas se perguntavam: ‘Mas, e agora, o que nós fazemos?’, ‘Quais são os próximos passos?’”

A assessora do prefeito, Ana Lúcia de Souza, concorda com a necessidade de se repensar o Projeto, que estagnou: “o turismo se elitizou, não ‘moveu’ a população com a questão social... durante oito anos o Sebrae apoiou o turismo, mas ainda não ocorreu o salto necessário, a população ainda não viu os frutos”. Outros explicaram que parte da comunidade temia a mudança, porque o turismo poderia eliminar seu ambiente tranquilo, atraindo violência e desorganização, o que justificaria a inoperância da nova atividade produtiva. No entanto, os gestores e outros habitantes defendiam a atração de um turismo de qualidade, implantando leis e outros mecanismos protetivos, para evitar o turismo depredatório.

No final dos anos 2000 estava em curso outra iniciativa potencial, o Circuito Turístico “Caminhos do Sul de Minas”, através da união entre cidades vizinhas e Maria de Fé. A população total desses municípios era de 160 mil habitantes e o grupo contava com representantes do poder público e da iniciativa privada, resultando na criação da “Agência de Desenvolvimento do Circuito Turístico Caminhos do Sul de Minas”. No município se pretendia implementar a sinalização intermunicipal e material publicitário, para unificar recursos e aumentar a credibilidade dos habitantes no turismo, como sugeriu Leão.

Outra proposta para crescimento foi apresentada durante uma conferência que aconteceu em Campinas, em 2005. Valéria Moraes relatou que o grupo de turismo de Campos do Jordão

havia realizado uma pesquisa e constatado que Maria da Fé, no Circuito da Serra da Mantiqueira²¹³, apresentava o maior potencial turístico regional, devido a um clima favorável, vegetação e belezas naturais que se assemelham a Campos do Jordão. O grupo buscava uma parceria para seus empreendimentos turísticos porque percebia que Campos do Jordão não comportava mais a quantidade de visitantes, conseqüentemente piorando a qualidade dos serviços, e propondo à Secretaria de Cultura e Turismo de Maria da Fé uma parceria.

Complementando, em relação ao lazer o município possuía dois clubes, o Nevada, social, que promove diversas atividades e o Ivema, campestre. Não existiam teatros na cidade, ainda que houvesse grupos de teatro, coral, banda e um grupo de cantoras da maior idade.

Com relação a seus bens, uma das entrevistadas relatou que o patrimônio histórico edificado apresenta valores conectados à comunidade e também tem potencial turístico. Nos últimos anos têm sido restaurados alguns edifícios de valor histórico - em parceria com a empresa Memória Arquitetura, de Belo Horizonte - que integraram a lista do inventário cultural mariense, como a Igreja, o Centro Cultural, a chácara São Benedito, a escola Arlindo Zaroni e a casa do antigo Banco da Lavoura. Complementam os potenciais a visitação à Igreja de São Expedito, uma das mais famosas do Brasil em relação a devoção a Santo Expedito, expondo a pintura eclética de Domingos Tótorá no interior, segundo alguns entrevistados, e a Igreja Matriz Nossa Senhora de Lourdes, padroeira da cidade. Segundo a empresa Memória Arquitetura, essa Igreja “é o grande ícone do conjunto arquitetônico de Maria da Fé”.

A Igreja teve sua construção iniciada em 1908, depois da demolição da antiga matriz, mas foi incendiada 23 anos depois, restando apenas uma de suas imagens sacras. A construção da nova igreja foi interrompida algumas vezes e terminou em 1940, contando com os esforços do Padre Lauto de Castro e contribuições da comunidade: os habitantes doaram as campanas, o altar, o relógio e outros objetos de valor, refletindo nessa reconstrução sua conexão com o bem, a grande admiração e o apreço dos habitantes por “sua igreja”, conforme a descrição deles, e o seu significado como local de encontros sociais. Como estudado por Throsby (2001), uma das maneiras de compreender a relevância de se investir em algum bem seria realizar-se uma pesquisa através da qual a comunidade revele sua inclinação, ou não, para contribuir financeiramente na conservação de determinado bem, o que pode revelar o benefício intangível de um patrimônio cultural e seu valor simbólico para ela, o que, nesse caso, ficou nítido, pois a significância e conexão com a Igreja perduram há muitas décadas.

²¹³ <http://www.caminhosdamantiqueira.tur.br>

Figura 181: O antigo Banco de Itajubá (posterior Banco da Lavoura) e a Igreja Matriz Nossa Senhora de Lourdes – exterior e interior



Fonte: Fotos da autora, 2004.

As pinturas do interior da Igreja Matriz são em estilo renascentista, realizadas por Ulderico e seu irmão Pietro Gentili, convidado a pintar ali um quadro. No entanto, quando ele chegou ao município se encantou e pintou toda a Igreja. Tendo liberdade temática, ele buscou referências locais como inspiração e constatou dois eixos: a religiosidade e a história da senhora Maria da Fé, que batizou suas onze filhas de Maria, acrescido a outro nome de cunho religioso, reconhecendo assim a força feminina. “O homem mandava, mas a mulher era a alma”, concordava Leão. Com essas referências, Gentili pintou quadros com os nomes de cada uma das filhas de Maria da Fé, que em seu nome articulava Maria e Fé, os dois significados centrais. Posteriormente, o artista declarou que essa era a obra de sua vida, apesar de ter realizado várias outras pinturas admiráveis. No final da década de 1990, suas pinturas foram restauradas por técnicos da Fundação de Artes de Ouro Preto, FAOP e, externamente, foi reposta a cor original da edificação. Em 2018 ela vinha sendo novamente restaurada²¹⁴. O interior possui um conjunto de objetos valiosos, com 44 peças registradas no IPHAN.

Em 2019 se constatou que o projeto de turismo local segue evoluindo. A prefeita Patrícia Almeida apoiava a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, e sua equipe vinha organizando palestras sobre a história e cultura locais para grupos de visitantes, realizando uma série de iniciativas em prol do turismo, como participação em vários eventos turísticos, gastronômicos e de artesanato, em Belo Horizonte, São Paulo e Tiradentes, para a divulgação do município, sendo que, em alguns desses, a Secretaria de Maria da Fé participou como integrante do Circuito Turístico Caminhos da Mantiqueira. Esse Circuito reúne 13 municípios e promove vários eventos, como o Enduro a Pé das Oliveiras Maria da Fé, em 2019. Produziram também um vídeo institucional sobre sua identidade turística, divulgado nas redes sociais. Outra iniciativa significativa foi o plantio de 400 mudas de cerejeiras em alguns bairros, em 2019,

²¹⁴ Blog Viajante Maduro: <http://viajantemaduro.com.br/maria-da-fe-minas-gerais-uma-cidade-mulher/>. 03 abril 2018.

que se uniram as já representativas oliveiras e araucárias do município (MARIA DA FÉ..., 2020).

Figura 182: Stand dos produtos de Maria da Fé, em evento em Belo Horizonte



Fonte: Foto MARIA DA FÉ..., 2019²¹⁵.

Em relação aos transportes, o sistema municipal era modesto, em parte devido à pequena dimensão da mancha urbana, permitindo a ausência de transporte coletivo regular, à exceção dos ônibus escolares, que funcionavam com eficiência, conectando as áreas urbana e rural. Grande parte das ruas não era asfaltada e a pavimentação principal ainda era feita com pedras, à moda antiga. Para se locomover, a maioria da população caminhava ou andava de bicicleta. Não havia carros em abundância e esses eram pouco utilizados na vida diária.

As estradas de conexão com outros municípios, como a BR 459, foram reparadas recentemente, e as MG 383 e MG 354 estavam em péssimo estado de conservação, segundo os entrevistados. Assim, a melhoria das estradas era a questão crítica nessa área, considerando também a acessibilidade como fator fundamental para o turismo. Eles também criticaram a ausência de transporte coletivo direto das grandes cidades para o município, pois os passageiros tinham que desembarcar em Itajubá e trocar de ônibus para chegarem em Maria da Fé, o que prejudicava o desenvolvimento turístico. Desde 2018 a prefeita vinha realizando obras de recuperação e manutenção das estradas rurais, realizando calçamentos e reformas. Outra ação significativa foi a criação do Projeto Meu Bairro Melhor, que “reúne um mutirão de servidores de todos os setores da Prefeitura, trazendo inúmeros benefícios a população do bairro”, melhorando-os em inúmeros aspectos (MARIA DA FÉ, 2020).

No município o meio ambiente natural é privilegiado por suas belezas, formado por montanhas, vales, cachoeiras, rios e matas virgens. Entres as referências da região estão as araucárias, que se encontram em extinção, e “esse patrimônio tem que ser preservado”, defendeu um habitante: 20% da espécie de todo o mundo está na região sul do Brasil e na Serra da Mantiqueira, incluindo Maria da Fé. Mesmo mantendo seu clima frio, alguns perceberam uma alteração climática no município, nas últimas décadas, causadas

215 <https://www.mariadafe.mg.gov.br/noticia/143/RETROSPECTIVA-DA-SECRETARIA-DE-CULTURA-E-TURISMO-2019>

especialmente pela deflorestação para a plantação de grandes cultivos, mudando do clima frio úmido para o frio seco, e fazendo desaparecer a neve eventual de seus invernos.

Figura 183: Turistas de bicicleta visitando a Cachoeira Vêu da Noiva



Fonte: Fotos de Eduardo Leão, 2003.

Outro problema ambiental relatado pelos moradores foi a contaminação e o assoreamento do rio que passa próximo ao centro urbano, mas que, de acordo com o Secretário de Obras, seria limpo em breve. O lixo não era tratado, com previsão de vida útil do local de descarte até 2020. Os resíduos para reciclagem começaram a ser separados a partir dos anos 2000, com coleta residencial realizada por um serviço terceirizado. O Secretário pretendia promover também essa coleta nas escolas, “o que promove um aprendizado para toda a família e constrói uma cultura protetora do ambiente”, ressaltou. Valeria Moraes era a responsável pelo projeto, através de uma parceira entre a Prefeitura e a empresa Mahle. Apesar dessas ações pontuais, naquele período não havia sistematização em prol do desenvolvimento da sustentabilidade ambiental ampla em Maria da Fé.

Em 2017, na nova administração, foi reativada a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, e buscou-se ajustar a gestão dos resíduos à legislação vigente, com o consequente fechamento do “lixão” e estabelecimento de parceria, para que os resíduos sólidos urbanos fossem depositados no Aterro Sanitário de Itajubá. Paralelamente, foi adquirido um caminhão compactador de lixo e realizada uma campanha de conscientização para a separação dos resíduos, iniciando-se a coleta seletiva. Criou-se também o Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente, CODEMA, que 2019 organizou uma Audiência Pública, para que a população opinasse sobre a versão preliminar do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (MARIA DA FÉ, 2020).²¹⁶

Desde a perspectiva da segurança, os entrevistados declararam que o município era muito seguro, e eles possuíam sete policiais militares, que em breve seriam dez, e não havia policiais civis. De acordo com o Sargento Lopes, apesar da população em geral ter uma

²¹⁶ <https://www.mariadafe.mg.gov.br/noticia/104/Convite-para-Audiencia-Publica-com-a-funcao-de-colher-subsidios-para-elaboracao-do-Plano-Municipal-de-Gestao-Integrada-de-Residuos-Solidos>

sensação de segurança, aumentaram-se as ocorrências nos últimos anos. Em 2002 foram aproximadamente trezentas ocorrências/ano, e em 2005 esse número já havia sido alcançado em março, apesar da maioria dos casos ser de pequena gravidade. Ele reconheceu que isso foi expressivo, ainda que “estava controlado e deveria ser melhorado”, complementando que o principal problema enfrentado era com o abuso de bebida alcoólica, que as vezes terminava promovendo brigas e roubos sem violência. Já em 2019, a administração pública registrou ótimos resultados na área, com redução de 80% dos crimes violentos no município, nos últimos dois anos (MARIA DA FÉ, 2020).

Na área da Assistência Social, as entrevistas com a secretária municipal Valdete Sauro Martins e sua assessora, Maria Nazareth Gonçalves foram adiadas algumas vezes, porque no escritório delas havia sempre muitos habitantes esperando para serem atendidos. Nas visitas realizadas ocorreu o mesmo, com uma grande fila se formando ali. Durante a primeira entrevista aconteceu um grande número de interrupções devido à telefonemas e conversas com a população, que apresentava pedidos como bolsa escola, dificuldades com alimentação ou consultas médicas de urgência. Na segunda visita havia aproximadamente quarenta habitantes esperando e pedi a elas que lessem o rascunho das impressões iniciais e modificassem o que achassem necessário, pois não foi possível conversar com elas. Esses fatos sugeriram que havia um grande volume de demandas, algumas bastante urgentes, ou seja, seu trabalho pareceu ser o de “apagar incêndios” continuamente.

Ambas as entrevistadas concordaram que o principal problema na cidade era o desemprego, que ampliou o índice de depressão e problemas afins. O mercado de trabalho interno, segundo elas, estava muito reduzido e “por isso a Mahle (empresa local) foi uma benção”. Outras opções de trabalho eram a colheita do café em Santa Rita, as fábricas e possibilidades que despontavam com o artesanato. Os pedidos mais frequentes para a Ação Social eram para recebimento de cesta básica e medicamentos. A Prefeitura concedia benefícios aos que comprovadamente necessitavam, integrando o Projeto Pro Cidadão, que incluía a doação de cestas básicas, órteses, próteses e materiais de construção civil, nesse caso destinadas à habitações em áreas de risco.

Outros programas do Governo Federal administrados pela Secretaria eram o de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além de apoio às entidades de assistência, como a APAE, a Casa da Criança e as creches. O Conselho Tutelar, contaram, era muito eficaz. Funcionava também no município a Pastoral da Família, Social da Criança e da Saúde, pertencentes à Igreja Católica, e como iniciativa da Prefeitura havia as cozinhas comunitárias (duas urbanas e duas rurais), que serviam sopa às tardes e atendiam a um grande número de pessoas diariamente. A Igreja Presbiteriana também se comprometia com o bem-estar social, contribuindo com alimentação e roupas para pessoas carentes. O Asilo de São Vicente

desenvolvia um trabalho para idosos, habitantes sem família e alcoólatras. Assim, o movimento de cuidados com as pessoas que estavam em condições desfavoráveis, somado ao trabalho da própria Secretaria de Ação Social, pareceu ser bastante eficaz.

Nesse tema, uma das preocupações de Valéria Moraes se relacionava à pobreza e sofrimento das famílias rurais, o que poderia ser justificado conforme a seguinte análise: nos dados de 2004, do total de 14.607 habitantes, haviam sido concedidos 1.197 benefícios do Governo Federal, como bolsa escola, bolsa família, vale gás e auxílio alimentação (IBGE, 2004). Considerando que uma família média possua cerca de cinco pessoas (estimativa da autora, baseada nas médias de outras cidades brasileiras de pequeno porte), isso significaria que aproximadamente 40% da população estaria recebendo benefícios, direta e indiretamente. Ainda que esses não sejam dados absolutos, ou seja, não significam que todo esse percentual esteja desempregado – pois alguns dos benefícios são parciais - o dado é alarmante, indicando que a riqueza produzida estava aquém do necessário.

Os dados estatísticos confirmavam problemas, e também melhoras. Conforme a tabela abaixo, de 1991 a 2000 houve pequena diminuição de mulheres chefes de família sem conjuge, com filhos menores de 15 anos, que em 2000 foi 4%, e o percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalhavam melhorou, mas ainda foi de 10%. Aqueles fora da escola diminuíram de 27,9% para 6,6%, enquanto houve aumento do percentual de professores do Ensino Fundamental com curso superior, para 8,89%, reforçando que a educação vinha recuperando seu protagonismo, devido a um trabalho bem realizado na área.

Tabela 51: Indicadores de Vulnerabilidade Familiar, Maria da Fé, 1991-2000

MARIA DA FÉ		
Vulnerabilidade social	1991	2000
% mulheres, chefe de família sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos	5,09	4,13
% pessoas que vivem em famílias com razão de dependência maior que 75%	46,12	43,26
% crianças de 10 a 14 anos que trabalham	13,11	10,00
% crianças de 10 a 14 anos fora da escola	27,09	6,65
% professores do fundamental residentes com curso superior	3,15	8,89

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2003.

Razão de Dependência: Razão entre o nº de pessoas com 14 anos ou menos e de 65 ou mais (pop. dependente) e o nº de pessoas com idade de 15 a 64 anos (potencialmente ativa).

Razão entre o nº de pessoas entre 10 e 14 anos que não frequentava, mas já frequentou creche ou escola e o nº de pessoas entre 10 e 14 anos.

Esses mesmos dados não foram disponibilizados no Atlas de 2010, à exceção do percentual de crianças de 10 a 14 anos fora da escola, que diminuiu de 2,79 para 1,29, em 2010. Nesse caso, observou-se que os valores de 1991 e 2000 foram recalculados e, de toda forma, continuam mostrando forte progresso relativo a esses dados de vulnerabilidade. A razão de dependência também diminuiu, passando de 63% para 57,5% em 2000 e para 46% em 2010,

ou seja, existem menos jovens e idosos dependentes do grupo de população economicamente ativa no município, diminuindo a demanda por certas políticas públicas.

Tabela 52: Dados de vulnerabilidade social, Maria da Fé, 1991, 2000 e 2010

MARIA DA FÉ			
Vulnerabilidade Social	1991	2000	2010
Razão de dependência	63,89	57,54	46,1
Taxa de atividade (trabalho) - 10 a 14 anos de idade	-	14,73	2,83
% de crianças de 6 a 14 anos de idade que não frequentam a escola	21,94	4,47	1,12

'-' = sem informação'

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Razão entre a população considerada inativa (menores de 15 anos e maiores de 60 anos) e a população potencialmente ativa, ou disponível para as atividades produtivas (de 15 a 59 anos de idade).

Além disso, indiretamente, o quadro abaixo aponta para melhora do poder aquisitivo dos habitantes, com acréscimo da população que possuía os bens de consumo avaliados nos últimos vinte anos. Em 2010, a maioria de habitantes vivia em domicílios com energia elétrica e televisão, 96,6%; sendo que 90% possuía geladeira. A população com telefone diminuiu de 18% para 12,6%, possivelmente devido ao uso de celulares - e os que possuíam carro totalizavam 35% da população; ampliando-se de 6,9% para 27% aqueles que tinham computador em seus domicílios.

Tabela 2: Acesso a Bens de Consumo, Maria da Fé, 1991, 2000 e 2010

MARIA DA FÉ			
Acesso a bens de consumo	1991	2000	2010
% da população que vive em domicílios com energia elétrica e televisão	79,49	93,54	96,69
% da população que vive em domicílios com telefone	7,28	18,14	12,67
% da população que vive em domicílios com carro	20,15	28,40	35,09
% da população que vive em domicílio com energia elétrica e geladeira	49,55	69,74	90,00
% da população que vive em domicílio com computador	-	6,79	27,42

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2010

Fonte: IBGE. Resultados da Amostra – Domicílios. Censo Demográfico 2010.

Outro tema estudado, o déficit habitacional, não era um problema expressivo em Maria da Fé. De acordo com dados do IBGE, 67,64% dos marienses possuía domicílios em terrenos próprios e quitados, valor maior do que Poços de Caldas. As assistentes sociais confirmaram que essa não era uma demanda frequente em seu trabalho com a população carente.

Tabela 3: Indicadores de Habitação, Maria da Fé, Poços de Caldas, 2000

SUB CONDIÇÃO DOMICILIAR	MARIA DA FÉ	POÇOS DE CALDAS
% de pessoas que vivem em domicílios próprios e quitados	67,64	58,87
% de pessoas que vivem em domicílios subnormais	0	0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2003.

Nota-se também na próxima tabela que, em comparação dos serviços locais com os de Nova Lima – que atendia a quase a totalidade de suas habitações em 2000, Maria da Fé oferecia água encanada para 79,5% dos habitantes, o que não era positivo, sendo que houve aumento de domicílios com banheiro e água encanada, aumentando de 93,7% para 98% em 2010 (valor melhor do que Nova Lima) e de 96,6% para 98,6% que recebiam coleta de lixo, em 2010, ou seja, era possível atender à quase toda a demanda, ainda que muitos expressaram descontentamento com a má qualidade ou ausência do sistema de saneamento básico.

Tabela 4: Indicadores de Habitação, Maria da Fé, Nova Lima, 2000

Acesso a Serviços Básicos	MARIA DA FÉ			NOVA LIMA		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	82,57	74,65	79,52	95,83	95,79	94,76
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	80,32	93,75	98,07	93,69	97,00	97,72
% da população em domicílios com coleta de lixo	88,98	96,69	98,61	82,08	97,49	99,58

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Além desses temas analisados, incluíram-se no estudo de caso ideias sobre a relação dos habitantes com Maria da Fé, abordando a identidade social urbana e as representações do espaço, a partir de questionamentos sobre sua vida cotidiana, problemas, sonhos e grau de satisfação. As entrevistas e conversas informais com os habitantes sugeriram satisfação da população com a cidade. A maioria elogiou seu clima frio, a vida tranquila e os moradores amigáveis. Alguns contaram que já tentaram “viver em outro lugar, mas não gostaram e voltaram.” Outros disseram que familiares que passam algum tempo na cidade não querem mais retornar às grandes metrópoles, que apresentam um conjunto de problemas inexistentes em Maria da Fé.

O sentimento geral, à exceção da angústia causada pelo problema do desemprego, foi de amor à cidade. Por exemplo, uma funcionária da Unidade de Saúde urbana elogiou a tranquilidade, “ótima para ver crescer meus filhos aqui”. Sua colega completou que gosta muito da cidade, que seus filhos podem brincar na rua e os vizinhos “tomam conta deles”, além de adorar que eles estejam sempre conversando entre si. A funcionária de uma loja antiga também elogiou a tranquilidade que sente por conhecer a todos, enquanto outra

senhora disse que ainda que viva em Itajubá, devido ao trabalho, seu “ideal” é viver em Maria da Fé. Nesse sentido, o sentimento de apego à cidade foi frequente na comunidade.

Além da tranquilidade, outros valores locais muito apreciados foram a amizade, a segurança e a solidariedade entre os habitantes. A religiosidade, em especial relacionada ao credo católico, estava muito presentes no cotidiano e a “força das mulheres parece ser ‘a alma’, de muitas famílias, e responsável por realizações significativas”, contou um habitante, como havia identificado o artista Gentili, o que se somou à importância de alguns homens muito respeitados na atualidade.

A identidade social urbana se conectava primordialmente à tradição agrícola: foram frequentes falas sobre o valor da terra, o orgulho promovido pelo plantio dos alimentos através do trabalho manual e o sucesso alcançado na área, seguido de histórias que incluem preocupação e insegurança econômica a partir da crise nas lavouras. Como o desenvolvimento municipal se conectava exclusivamente com esse setor econômico, seus habitantes resistiam em modificar ou expandir esse paradigma, mirando o passado mais do que o futuro. Nota-se ainda que esse elevado valor dado à agricultura é parte também da história brasileira, mas em Maria da Fé ocorreu o fato dele ofuscar o valor da Educação.

Com relação à apropriação do espaço público, se pôde observar uma cidade bem cuidada e limpa, com um fluxo contínuo de habitantes em todas as horas do dia e da noite, caminhando pelas ruas. Os edifícios públicos visitados estavam igualmente bem preservados. As casas eram pintadas e, quando havia espaço, os habitantes cultivavam jardins e hortas, supondo-se que um lugar que recebia esses cuidados, estivesse refletindo a satisfação dos habitantes e respeito com relação aos seus espaços de vida.

A Igreja Matriz foi, de acordo com as entrevistas, o espaço em destaque no imaginário popular. Independente de credo ou classe social, quando perguntados qual o local da cidade se deveria visitar, a primeira resposta era sempre: “Você já foi a Igreja? É linda!”, recomendavam, com orgulho. A Igreja de São Expedido também foi citada e os jardins com suas oliveiras receberam muitos elogios e, segundo os habitantes, “devem ser conservados por sua beleza” e importância simbólica.

11.6 Valorações do caso

Maria da Fé é uma cidade pequena e fértil. Floresceram nos últimos anos novos potenciais socioeconômicos, como o artesanato, a produção de azeite e o turismo. Existem muitas cidades pequenas no mundo, com menos recursos que Maria da Fé, mas que recebem visibilidade para além de suas fronteiras, devido a planejamento e investimentos bem executados, sugerindo que tamanho não necessariamente limita o desenvolvimento. Assim, esses potenciais podem auxiliar na superação da crise, o que pareceu essencial pois, como

alguns expressaram na primeira década de 2000, “o povo está muito sofrido, vivendo sem dinheiro e isso precisa melhorar”, o que possivelmente vinha influenciando no pequeno aumento populacional nas últimas décadas, incluindo períodos de perda de habitantes.

Em 2010, a renda per capita ainda estava baixa, apesar dos dados do IDH, de 1991 a 2010, confirmarem avanços, especialmente nos componentes saúde – que sempre obteve ótimos índices, com aumento da longevidade e diminuição da mortalidade infantil - e educação, que apresentou um salto positivo em seus valores, enquanto a renda melhorou pouco, havendo diminuição da pobreza e da indigência. No entanto, em meados dos anos 2000 os entrevistados não percebiam essa melhora, acreditando que sua vida estivesse muito ruim e enfatizando o desemprego, que se refletia na diminuição do PIB municipal, aumento da desigualdade social, e grande número de população recebendo os benefícios sociais do governo. Destaca-se ainda que, em sua microrregião, o IDH de Maria da Fé, em 2010 ocupava posição intermediária e, ainda, quando comparado às cidades brasileiras, seu valor não estava tão baixo como se poderia supor a partir das conversas com a população.

O IMRS 2010 também apresentou bons índices em vários de seus componentes, à exceção daqueles relativos ao meio ambiente, cultura, e esportes, turismo e lazer. Recentemente, segundo dados de 2020, essas áreas receberam da administração municipal 2017-2020 uma série de investimentos, programas e ações, que devem ter refletido em melhorias expressivas para a população, ainda que não haja dados estatísticos para comprovar essa perspectiva.

Nas visitas ao município, em meados dos anos 2000, um obstáculo expressivo constatado para o desenvolvimento econômico foi o desconhecimento da sociedade acerca de suas potencialidades, conforme descreveu um habitante: “a descrença popular parece ser um grande obstáculo para o crescimento; não acreditar em um recurso é como desconsiderá-lo, impossibilitando seu desenvolvimento, pelo menos parcialmente”. Dessa forma, se não se reconhece a possibilidade de mudança não são tomadas medidas para efetivá-la o que, em termos de *feedback*, significa que a cidade mantinha mecanismos de *feedback* negativo, que perpetuavam seu *status quo*, faltando “algo” que promovesse uma ruptura das premissas vigentes. Isso também reafirmava a visão de alguns segundo a qual o processo turístico ocorria de maneira elitizada, devido à desinformação, pois os habitantes não conheciam bem o espaço onde viviam, seus recursos e ações possíveis, consequentemente impossibilitando a constituição de uma rede em torno de um objetivo comum.

Uma expectativa frequente entre os habitantes era a instalação de uma indústria ou fábrica na cidade (assim como a Mahle, em Itajubá, falavam²¹⁷), almejando uma solução simplista e

²¹⁷ A comparação com Itajubá as vezes dificultava maior autonomia dos habitantes: talvez desconsiderando que Maria da Fé apresenta menor porte e desenvolvimento econômico, eles pareciam desenvolver um autoconceito de inferioridade relativo à cidade vizinha, em algumas situações.

nem sempre a mais desejável. Isso impedia que alguns investissem no turismo, atividade que envolve uma maior quantidade de mão de obra e diversificação de atividades. Além disso, parte das indústrias tem a desvantagem de ser contaminante ou criar dependência com os funcionários, como ocorreu com a cultura da batata. Por outro lado, não é difícil compreender porque os habitantes desejavam soluções imediatas, herança da cultura agrícola.

Figura 184: Senhores aposentados na Praça da Igreja



Fonte: Foto da autora, 2004.

Como Bueno sugeriu, talvez fosse necessário traçar o caminho inverso daquele que vinha se praticando nos últimos anos, o que significava a realização contínua de eventos de qualidade, sem pressupor a implementação de uma ampla infraestrutura turística, para impulsionar os habitantes a responderem às demandas, a partir da chegada dos turistas. Outra possibilidade seria realizar ambos os processos de maneira concomitante: investir em eventos e outros atrativos turísticos e no desenvolvimento da imagem municipal, ampliando-se a demanda e, ao mesmo tempo, capacitar os moradores e a cidade para recepcionarem os visitantes, o que parecia uma solução atrativa, pois à medida em que a atividade crescesse, haveria mais recursos para se investir nela, com a criação de um ciclo virtuoso local.

Colocando-se na perspectiva de um turista, seria significativo questionar: Se um visitante chega a Maria da Fé e não consulta uma agência de turismo, como saberá o que fazer?, entendendo que folders e divulgação eram insuficientes naquele momento. Parece importante, então, a realização de investimentos infraestruturais, na preservação e reconhecimento do patrimônio local, aliados a um projeto turístico coerente, com maior profissionalização dos serviços. Outra ação fundamental seria expandir o grau de conhecimento que a própria população possui de suas riquezas. Os habitantes se orgulham do clima, da paz e da convivência entre os habitantes logo, “porque não se orgulhar também do seu patrimônio edificado, de sua história, do artesanato, das festas e mesmo dos visitantes que vierem prestigiar a cultura local?”, exclamou um morador.

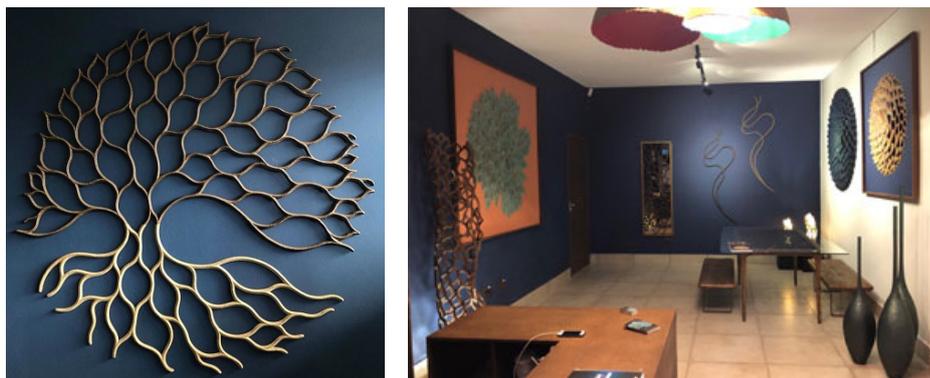
Como já acontecem em Maria da Fé vários processos paralelos nos quais os habitantes vêm desenvolvendo atividades inovadoras sem depender de uma liderança única, parecia

necessária a conexão entre esses diversos grupos, que poderão operar segundo uma “autonomia complementar”, atuando sozinhos e juntos, como proposto na teoria da auto-organização. O artesanato, por exemplo, conseguiu superar o pequeno apoio local recebido e outros desafios, ultrapassando a prática da reprodução de produtos para conceber novidades porque, como sintetizou Walter, “um dos segredos do trabalho da Com Arte foi a sintonia, a criação de uma identidade compartilhada, agregando pessoas e não as confrontando, formando-se uma ‘rede de fibras’”. Ele também ressaltou que o turismo era a base e “deve acontecer na dimensão da troca, com o resgate de valores da comunidade”.

Assim, apesar de tantas riquezas, a população e os gestores necessitavam de um denominador comum nesse amplo processo de mudança, que vinha ocorrendo sem um planejamento integrado. Necessitavam de um “norte”, comprometendo um grupo maior de habitantes, exercitando o olhar para uma direção comum. A falta de informação, então, coexistia lado a lado com dificuldades no estabelecimento de um projeto coletivo de cidade e mesmo de uma liderança que conseguisse propiciar um ou alguns objetivos comuns e sustentáveis para a maioria, possivelmente devido à influência das disputas políticas e da competição econômica herdada da cultura da batata, graves para o desenvolvimento de uma cadeia turística ou mesmo para outras atividades produtivas mais subordinadas a estratégias cooperativas. Ao revés, o cotidiano fundamentado nesse paradigma colaborativo potencializa recursos, conectando pessoas, instituições e perspectivas complementares ou contrárias, e que, diante das trocas, podem resultar em um processo de amadurecimento comunitário.

Considerando essa noção, tem sido fundamental o trabalho desenvolvido pelos artistas Domingos Tótorra e Leonardo Bueno, que refletem comportamentos novos em sua comunidade; e suas ações conectam simultaneamente o local e o global. No pequeno universo de Maria da Fé eles decidiram promover transformações, gerar empregos e acima de tudo, ensinar ofícios a seu próprio povo, o que reforça a possibilidade de inovação através de práticas humanas e sustentáveis, alheias ao padrão de desenvolvimento anterior. Tótorra pratica uma atitude coletiva e seu trabalho vai ao encontro do protagonismo alcançado recentemente pela arte, contribuindo também no coletivo Gente de Fibra, cruzando as fronteiras nacionais. Dessa forma, a identidade se torna global e, ao mesmo tempo, mais local, mais internalizada territorialmente, ancorada em suas origens, visto que os habitantes reconhecem em sua própria realidade valores e símbolos que possuem significados, e o transpõem para as peças produzidas. Foi nesse cenário que surgiram novos grupos e artistas como João Paulo Raimundo, e seu trabalho, sustentável e autoral, vem apresentando traços desse mesmo modelo de desenvolvimento.

Figura 185: Mandala de João Paulo Raimundo e ateliê do artista



Fonte: Raimundo, 2020.

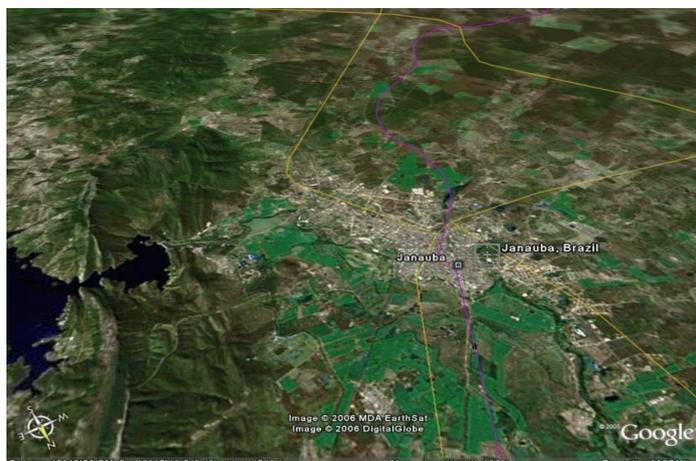
Recentemente soma-se ao artesanato o cultivo profissional de azeitonas e derivados. A primeira extração de azeite do país aconteceu em Maria da Fé e, desde então, o negócio cresceu regionalmente e segue em expansão, além de ser um atrativo turístico. A título de exemplo, existem cidades e regiões inteiras que recebem turistas para conhecer a produção de azeites, como no Norte da Itália. Dependendo do grau de sucesso e da capacidade de perceber e investir dos habitantes, esse potencial pode promover inclusive o resgate da identidade social constituída anteriormente, conectada à agricultura.

Em 2021 pode-se notar que o movimento de desenvolvimento em Maria da Fé segue intenso, através de inúmeras iniciativas nas áreas da educação, saúde, meio ambiente, cultura, esportes, entre outras. Segue-se o êxito do artesanato, apoiado pelo poder público, ampliando-se a visibilidade do trabalho. O turismo também vem, igualmente, recebendo muito apoio e tem se expandido, com aumento expressivo de divulgação municipal e realização de eventos de qualidade, como a Festa do Azeite, somada à sua participação em circuitos turísticos microrregionais, a retomada dos fundos da cultura, a restauração do patrimônio edificado, o plantio de cerejeiras, entre outras ações, que vão delineando de maneira mais clara o investimento no projeto turístico como uma de suas principais atividades econômicas, refletidas em práticas eficientes.

Quaisquer que sejam os eixos, deve existir uma ação construtiva de governança, respeitando-se a população, lhe informando e discutindo juntos expectativas no processo de desenvolvimento urbano. Nesse sentido, ainda se constata a ausência de um processo de mobilização social amplo, através do qual os habitantes possam construir sua visão de longo prazo, estabelecer parcerias, respeitar o tempo dos processos sociais. Assim, um dos princípios da sustentabilidade ampla é não apenas o desenvolvimento econômico, mas o aumento das conexões internas e externas, a reconstrução de esperanças e sonhos embrionários na sociedade mariense e de sua identidade coletiva.

12 JANAÚBA

Figura 186: Geofoto do município de Janaúba



Fonte: GOOGLE MAPS, 2006.

Na escolha do terceiro município para compor o conjunto de estudos, Janaúba se justificou por contrastar com os dois outros estudos de caso, apresentando uma atividade produtiva central diferente, a agropecuária, e indicando que seu processo de desenvolvimento vinha sendo conduzido principalmente pelo poder público. Em 2006, a Prefeitura Municipal de Janaúba contratou uma empresa para realizar seu Plano Diretor Democrático²¹⁸, PDD, do qual a pesquisadora participou, como responsável pela área de desenvolvimento social.

Os dados do estudo foram coletados durante entrevistas, conversas informais, reuniões e visitas de campo realizadas pela equipe técnica, somados ao trabalho realizado pelo Grupo Técnico Comunitário, GTC, constituído por alguns habitantes e acompanhado pela equipe, objetivando estudar determinados temas, divididos em quatro grupos de trabalho: histórico; urbanístico, territorial e ambiental; econômico; e social – para abordar aspectos históricos municipais; aspectos físicos e funcionais das áreas urbana e rural; analisar os serviços de atenção pública e coordenação da ação social; e potencialidades para seu desenvolvimento sustentável.

O GTC também foi responsável pela comunicação do Plano Diretor à população em geral, coordenado pelo assessor de imprensa da Prefeitura, Wagner Machado, que elaborou junto à equipe local e à equipe técnica uma Cartilha Informativa sobre o PDD. Desde o início o processo participativo foi intenso e envolveu representantes de diversos setores públicos e privados, contando com o apoio da Prefeitura, da Câmara Municipal, dos Conselhos locais,

²¹⁸ Conforme o Estatuto da Cidade, estabelecido no Brasil em 2001, o Plano Diretor é um instrumento básico para o desenvolvimento e ordenação de um território municipal, organizando seu crescimento nas áreas urbanas e rurais, nos aspectos econômicos, sociais e territoriais, de maneira integrada. O Plano Diretor era obrigatório no país para municípios que apresentassem determinadas condições como, por exemplo, ter população com mais de 20 mil habitantes e apresentar especial interesse turístico. (BRASIL..., 2008). No caso de Janaúba, seu Plano foi subvencionado pelo Ministério das Cidades e demandava alguns procedimentos metodológicos específicos, similar a outros já utilizadas nessa pesquisa, destacando-se a importância da participação cidadã.

do poder judiciário, de órgãos públicos diversos, entidades de classe e associações de bairros. Seguindo os requisitos do Ministério das Cidades, ocorreram três audiências públicas: uma na metade do processo, para avaliar o diagnóstico preliminar junto à população; outra para a apresentação das propostas de desenvolvimento baseadas no diagnóstico final; e a última, com o objetivo de os habitantes elegerem as propostas municipais prioritárias, que foram enviadas ao Ministério para receberem possíveis investimentos governamentais. Esse processo, acredita-se, prestou maior credibilidade aos dados, pois durante as audiências a população se expressou, confirmando ou complementando as análises realizadas.

Figura 187: Processos participativos em Janaúba, sob moderação da pesquisadora



Fonte: Fotos da autora, 2006.

12.1 Pequena história do povo gorutubano

Janaúba é um município localizado no norte de Minas Gerais; seu nome representa uma planta leitosa conhecida como “algodão de seda”. Em 1933 a vila se chamava Gorutuba, nome do rio que banha a região, sendo uma localidade simples formada por residências rurais. Segundo a história, o Sr. Santos Mendes doou as terras necessárias para a constituição inicial do povoado. O primeiro distrito foi criado em 1943, com o nome de Gameleira, ao receber uma linha férrea da Estrada de Ferro Central do Brasil. Em 1948, foi elevado à categoria de município de Janaúba, a partir da separação de seu território do município de Francisco Sá. O nome foi escolhido pelo Engenheiro Rockert, e também era sugestão dos moradores, pois janaúba – da linguagem indígena – é uma planta abundante na região, “extremamente resistente à seca e outras adversidades”, aludindo à força e resistência de seu povo (MOTA, 2020, p.27).

Nos relatos de Guigui Alcântara, artista plástica, em Janaúba “ocorreu o mesmo sincretismo de formação cultural que se deu em todo o país”. O município se constituiu em um eixo territorial às margens do rio, no qual se encontravam índios e negros, depois boiadeiros, pescadores e mercadores brancos que, através de sua miscigenação, deram origem ao povo gorutubano. Primeiro se juntaram os índios tapuias, moradores do Vale do Gorutuba desde o

século XVIII e os negros escravizados, fugidos de vidas de sofrimento, constituindo um quilombo e originaram o povo cafuso ou caburé. Durante décadas eles desenvolveram seus costumes, como uma linguagem que mesclava sotaques e dialéticos indígenas, africanos e portugueses, se dedicando ao plantio do algodão, conhecido como um povo trabalhador, que “tinha respeito à terra e ao rio”. Depois vieram novos moradores, em local adjacente chamado Gameleira, até que em 1930, motivado pela chegada da linha férrea, foi elaborado um projeto para elevar o povoado à condição de distrito, impulsionando novo crescimento (MOTA, 2020, p.15).

Nas palavras de Guigui, o gorutubano apresenta expressões culturais fortes, visíveis na produção de cerâmica e cestaria, herdada dos indígenas, dos trajes gorutubanos típicos - para as mulheres uma blusa branca rendada com uma saia preta, rodada e comprida, e para os homens trajes das mesmas cores. A blusa gorutubana inicia-se com a produção do algodão, no tear, e a renda é feita no bilro. Antigamente os gorutubanos também eram reconhecidos pelo costume de andarem descalços e utilizarem uma cabaça para carregar água sob a cabeça.

Figura 188: Mosaico na parede da Escola Américo Soares e duas de suas alunas



Fonte: Foto da autora, 2006.

Possuíam, portanto, uma forma de vida particular, com danças, cantos, culinária e celebrações típicas, com seus batuques vindos do candomblé, junto aos rituais de cura dos pajés, que posteriormente se uniram à religião católica com a chegada dos brancos e à Folia de Reis, herança dos portugueses e espanhóis (MOTA, 2020, p.15). Guigui também ilustrou que eles construíam suas casas com cipó trançado, mantendo o chão de terra batida, e as telhas eram feitas nas cochas. Nas casas gorutubanas havia sempre o pote de “Guarda Milho” e um varal localizado entrada para guardar a sacaria. A bacia era a medida utilizada para os cereais e sua culinária utiliza produtos como a mandioca e o milho, herança dos indígenas. Dos portugueses veio a tradição de fazerem biscoitos de biju, comerem farinha e carne de sol seca ou charque, trazida pelos tropeiros, guardando-a em latas com gordura (alguns ainda o fazem) para sua conservação, possuindo ainda uma espécie de farinha típica, produzida por

eles mesmos. Até aquele momento, eles não possuíam uma comercialização sistemática de seus produtos; tinham apenas uma barraca no Mercado Municipal. Em algumas feiras gorutubanas celebradas no município eles levam todo o seu arsenal para a produção clássica de biscoitos, cavando um buraco no solo para cozerem a massa.

No geral, os gorutubanos sentiam orgulho de sua origem e buscavam manter suas tradições. Entretanto, o encontro das duas culturas, a do gorutubano e a dos moradores novos de Janaúba tem resultado há muito em grande choque cultural, porque para os “estrangeiros” ser gorutubano significa “falar errado, ser matuto”, refletindo “uma ofensa grave”. Conseqüentemente, tem-se buscado nos últimos anos uma solução para esse problema, que se relaciona abertamente com a constituição da identidade local, destacou Guigui. Considera-se que uma das iniciativas nesse sentido foi a publicação, em 2020 do trabalho *Kurutuba, do Vale do Gorutuba à Janaúba* (MOTA, 2020) para o desenvolvimento da educação patrimonial e preservação da história local, que relata em detalhes a história gorutubana entrelaçada com o desenvolvimento do município, iniciativa da Secretaria de Educação com o seu Departamento de Cultura.

12.2 Anos recentes

Janaúba atualmente é referência regional e cidade-polo de sua microrregião, da Serra Geral. Está inserida na mesorregião do Norte de Minas Gerais, no semiárido e ocupa uma área de 2.196,50 Km², distante 132 km de Montes Claros e 547 km de Belo Horizonte, municípios sendo referenciados para alguns serviços de maior complexidade, como saúde e ensino superior. Seu relevo é dominado por planícies e, em função da altitude, o clima é sub-úmido e semiárido. O índice pluviométrico médio anual é de 1.074,9 mm, com regime sazonal muito concentrado e chuvas irregulares e mal distribuídas, sendo 85% de novembro a março, enquanto de maio a agosto chove apenas 2%, ocasionando longos períodos de seca, o que provoca uma deficiência profunda nos solos e diminui as águas dos rios a níveis críticos - agravando bolsões de miséria e outros problemas sociais.

Figura 189: Transporte de água em *Quem-Quem*, uma prática ainda comum ao povo de Janaúba, demonstrando a precariedade do sistema de abastecimento

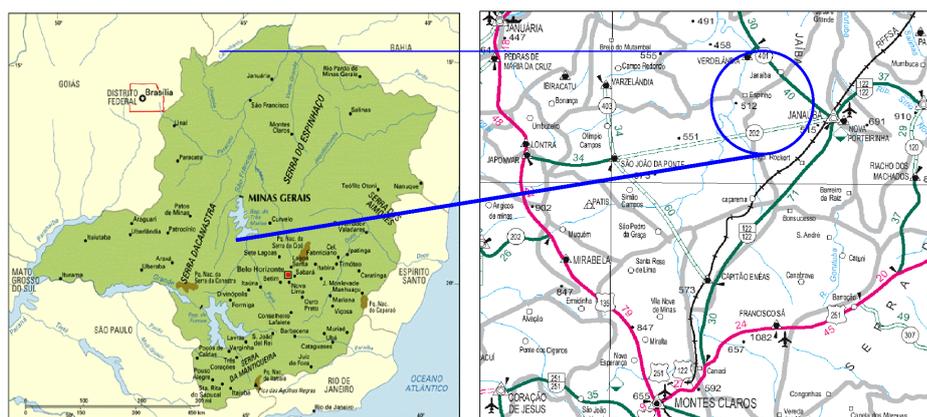


Fonte: Prefeitura Municipal de Janaúba, s.d. (primeira década de 2000).

Alguns recursos minerais se apresentam em grande quantidade, como a água na parcela norte do município, que é utilizada para abastecimento, consumo animal, lazer, piscicultura e irrigação. No início dos anos 2000 a areia era seu maior recurso natural, amplamente utilizada na construção civil, tornando Janaúba o maior exportador de areia do Norte mineiro. A argila também era abundante, utilizada nas olarias para a fabricação de tijolos, telhas, cerâmicas e peças de artesanato, havendo ainda o calcário, explorado para a produção de brita e pedras.

Na região, na primeira década de 2000, Janaúba era o município mais populoso e com menor percentual de população rural, devido a diversos fatores, como as dificuldades produtivas devido à falta de água para a agropecuária, reforçada pelos longos períodos de seca, somado a melhores oportunidades no setor terciário, ocupando grande parcela dos habitantes.

Figura 190: Localização de Janaúba em Minas Gerais e no mapa de estradas



Fonte: Relatório do GTC Histórico Janaúba, 2006a.

Em 2006 Janaúba possuía quatro distritos – a sede, Barreiro da Raiz, Quem-Quem e Vila Nova das Poções, mais sete povoados e diversas localidades, agrupadas por região e vinculadas a um distrito. Seu perímetro urbano é de 39,54 Km² e a área urbanizada de 20 km² (IBGE, 2000). O mapa abaixo dá uma visão geral do município, que tem grande extensão e ocupação esparsa, apesar de ocorrer maior concentração populacional na sede e em suas

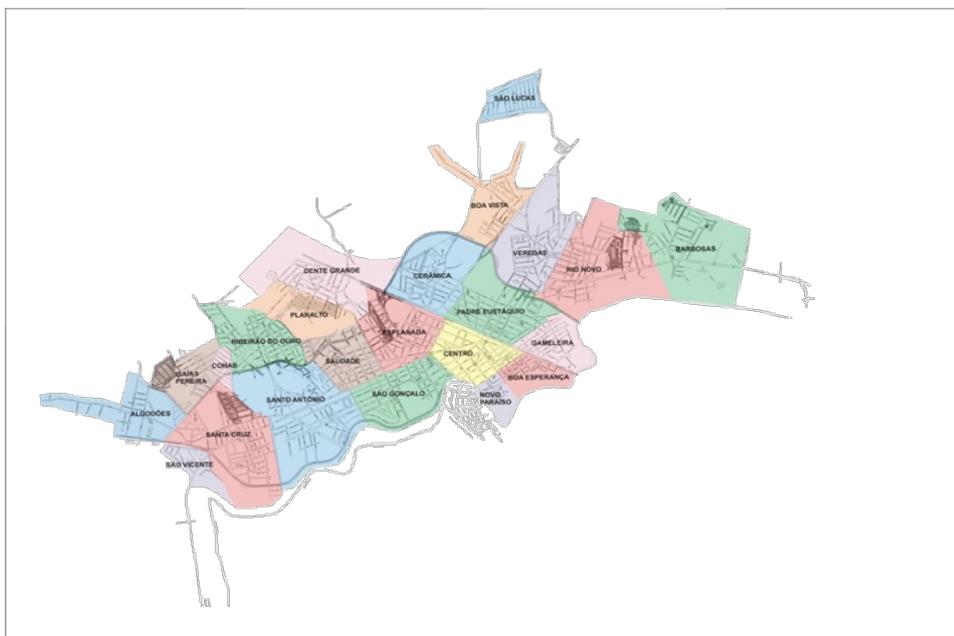
adjacências. Se distinguem também as estradas de acesso a outros municípios. No mapa seguinte pode-se visualizar a sede, constituída por 26 bairros, distribuídos em seis áreas.

Figura 191: Janaúba, suas localidades e principais estradas de acesso



Fonte: Prefeitura Municipal de Janaúba, 2006.

Figura 192: Bairros urbanos de Janaúba



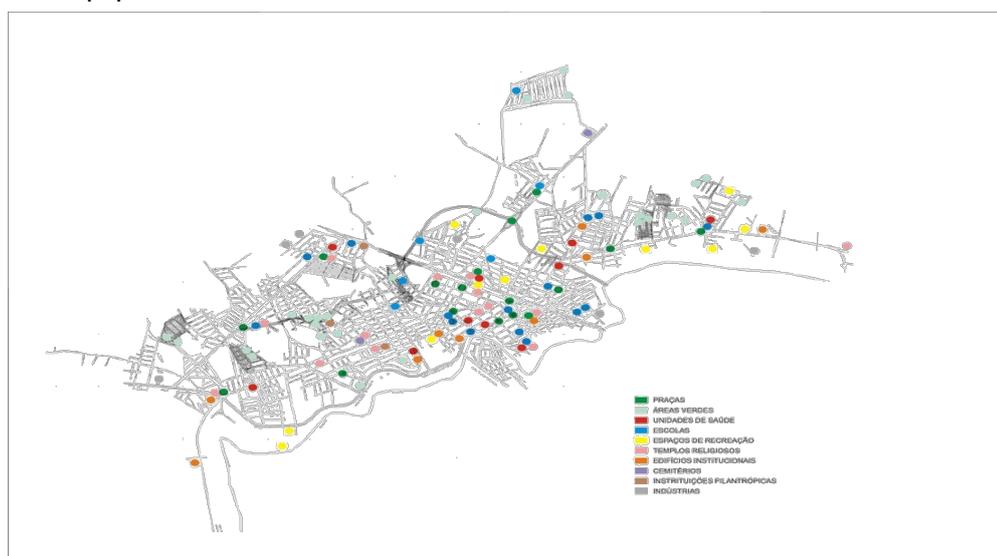
Fonte: Prefeitura Municipal de Janaúba, Anderson Ricardo dos Anjos, 2006.

12.3 Visitas de campo

A realidade social começou a ser compreendida a partir de várias visitas de campo, que revelaram um universo repleto de contrastes, cores, paisagens e estilos de vida. A percepção

geral foi que o município possuía, de certa forma, mundos distintos ao norte e ao sul da sede, apresentando muitas contradições internas. O Norte revelou situações mais numerosas de pobreza, seca e aridez, com famílias populosas, enquanto o Sul revelou uma paisagem mais verde, com maior capacidade aquífera e um grupo de habitantes menos empobrecido, incluindo diferenças nos recursos disponibilizados para essa população e atividades produtivas distintas, conforme as organizações espaciais de ambas as áreas. Notou-se, ainda, que grande parte dos bairros e povoados visitados possuía ao menos escola e posto de saúde, apesar da maioria carecer de reformas infra estruturais. Ainda havia algumas localidades sem posto de saúde, praças, espaços de recreação ou instituições filantrópicas. Conforme o mapa da área urbana elaborado pela Prefeitura, a área central possuía a maior concentração de equipamentos públicos, apesar das escolas estarem bem distribuídas pelo território, segundo sua avaliação

Figura 193: Equipamentos Urbanos de Janaúba



Fonte: Prefeitura Municipal de Janaúba, Anderson Ricardo dos Anjos, 2006.

Ao Norte fica Barbosa, o povoado mais antigo do município, que possui uma Igreja da mesma época de sua fundação. Nesta área havia um grande frigorífico, reaberto em 2005, gerando expectativa nos entrevistados de que ele gerasse muitos empregos, a partir de seu projeto de expansão. Também seria construído ali um matadouro para caprinicultura, outra oportunidade de trabalho, contou um morador. Aí se localizava grande parcela das pequenas propriedades rurais, com plantações de legumes, frutas e outros, incluindo algumas propriedades maiores que exportavam sua produção. A maioria das famílias lidava com a agricultura em pequenas lavouras, praticando a horticultura de subsistência, arrendando sua terra para outros ou trabalhando para alguma família com melhores condições produtivas. A gravidade do problema foi constatada especialmente nessas conversas com habitantes envolvidos no processo agrícola, ultrapassando a leitura estatística. Segundo um entrevistado, “o que mais

falta na minha terra é a água, porque apesar de ter de poços artesianos, tenho que pagar para usá-los”, contando que como muitas vezes eles não possuíam condições financeiras, trabalhavam para outros e ganhavam bem menos do que se trabalhassem em sua terra, significando que habitantes pobres exploravam outros ainda mais pobres, o que reforçava um ciclo continuado de pobreza.

A solução do problema de abastecimento de água potável e a irrigação eram prioritárias para muitos. Segundo Relatório do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (2006), várias comunidades rurais solicitavam a manutenção dos poços tubulares, o subsídio da energia elétrica consumida para a captação de água e a ampliação da rede de água da Copasa, enquanto outras pediam a construção de pequenas barragens para a captação das águas pluviais, para controlar as voçorocas e permitir a infiltração de água no lençol freático. Por outro lado, nessa área já havia sido implantado o Projeto de irrigação da Lagoa Grande, com previsão de ampliação para cobrir aproximadamente dois mil hectares e atender a um maior número de famílias, que ainda não possuíam água potável.

Perto de Lagoa Grande havia um Viveiro Florestal, de responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas, IEF, e uma grande plantação de mamona, destinada a um processo experimental para o processamento de biodiesel em Montes Claros o que, segundo alguns, “mudaria para melhor a realidade das famílias”. Ali funcionava também um Aeródromo - pequeno Aeroporto - com 44 hectares de área e pista de terra de 1.500 Km, homologado, faltando a instalação de linhas regulares e sendo utilizado por empresas menores, com aproximadamente seis voos diários.

Mais ao Norte fica o distrito de Vila Nova das Poções, constituído por uma praça central, um pequeno comércio, posto de saúde, Igreja, escola e ginásio poliesportivo, ou seja, com infraestrutura básica. Em Jacaré Grande foi visitada a Fazenda Vilyama, da empresa de frutas tropicais BRASNICA, que produzia manga e banana, além de outras plantações menores de cajá, pinha e seriguela – comercializadas em grandes centros. Em 2006, a empresa tinha 280 hectares plantados e 40 funcionários. Nessa área se localizava o maior assentamento do Movimento dos Sem Terra, MST, do Norte de Minas, TRACBEL, de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, com cerca de duzentas famílias, sendo trinta delas quilombolas. Este assentamento se encontrava em condições muito precárias e apenas em 2005 havia recebido energia elétrica e em 2006, abastecimento de água.

Figura 194: Caixa de mangas recém colhidas, da Brasnica



Fonte: Foto da autora, 2006.

Ao sul do município visitou-se Santa Cruz, onde estava uma das grandes empresas municipais, que processava polpa de tomate para exportação, a *Best Pulp* e uma filial da UNIMONTES, oferecendo os cursos de Normal Superior e Agronomia. A Universidade possuía uma estufa destinada ao cultivo de plantas medicinais, utilizadas em tratamentos fitoterápicos, como parte de um Projeto. Em local próximo fica o grande reservatório de água da Barragem do Bico da Pedra, “formado pelo represamento das águas do rio Gorutuba, objeto de uma iniciativa da CODEVASF, Prefeitura de Janaúba e Unimontes, para o lançamento de um projeto piloto, para a criação de peixes em cativeiro”, constituindo a estação de piscicultura da COVEFASF, como descreveu Walber de Oliveira, com dez tanques rede – sendo que o “piloto” estava no município vizinho, Nova Porteirinha. (Relatório de Meio Ambiente de Janaúba, 2006).

Figura 195: Duas formas de utilização do Rio Gorutuba: as lavadeiras e tanque rede da CODEVASF

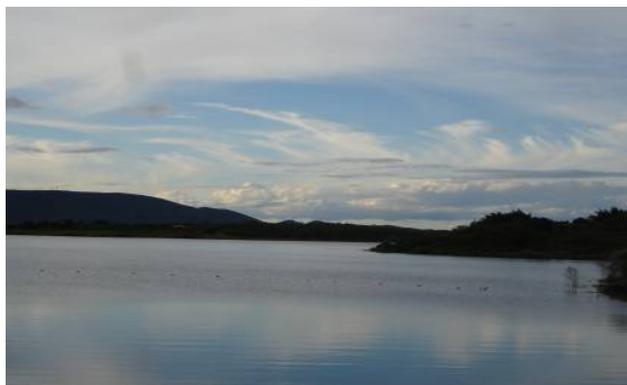


Fonte: Fotos da autora, 2006.

Na região se localizava também a *Dom Agrosience*, produtora de sementes para plantio, e a Avenida Ecológica (Sanitária), com sete Km de extensão, onde se previa a construção do Aterro Sanitário de Janaúba, pelo COPAM, inaugurando o tratamento de resíduos municipais. Seguindo este caminho chega-se ao Balneário, que possui um amplo lago, a Barragem do Bico da Pedra, com maior potencial turístico regional, conforme os moradores. A Barragem

foi construída em 1979 para minimizar os efeitos das enchentes e regularizar o rio e hoje, além de abastecer em 100% o consumo humano da cidade, ela ainda é fomentadora na geração de emprego e renda para os municípios de Janaúba e Nova Porteirinha, através de canais que levam água para irrigar 03 projetos agrícolas – o Gorutuba, o de Nova Porteirinha e o da Lagoa Grande, com 8.500 hectares irrigados (GTC Histórico, 2006a, s.p.).

Figura 196: A Barragem do Bico da Pedra, Janaúba



Fonte: Foto da autora, 2006.

Mais ao sul está o distrito de Barreiro da Raiz, “em uma região repleta de belezas naturais ainda pouco conhecidas, como cachoeiras e matas nativas, preservadas que representam o maior potencial turístico do futuro, municipal”, como opinou outro habitante.

Assim, como observado, nas visitas se constatou que norte e sul do município possuem territórios com elementos contrastantes, sobretudo devido à oposição vivida entre falta-abundância de água, promovendo fortes transformações na paisagem, nas atividades produtivas de suas populações e em suas demandas centrais, que refletem outra oposição, a riqueza-pobreza dos habitantes vividas nesses territórios, a despeito de um contexto comum de grandes dificuldades. Um dos principais problemas apresentados pelos moradores nessas visitas foi o desemprego, revelando muitos habitantes carentes e sem renda. A pobreza foi visível em várias áreas, com casas de baixíssima qualidade construtiva, esgoto a céu aberto, pessoas desocupadas nas casas durante o dia e bares cheios, sinalizando elevada falta de ocupação. Como sintetizou um habitante do bairro Rio Novo, ouvidor da Secretaria Estadual de Saúde e membro da Sociedade dos Amigos de Bairros de Janaúba: “Só existe capim e boi para os ricos, para os pobres não tem nada [...] A seca predominou e os pequenos (produtores) tiram a água clandestinamente, a água que passa, porque pagar seria caro demais. Mais, quem vem da área rural incha a cidade”.

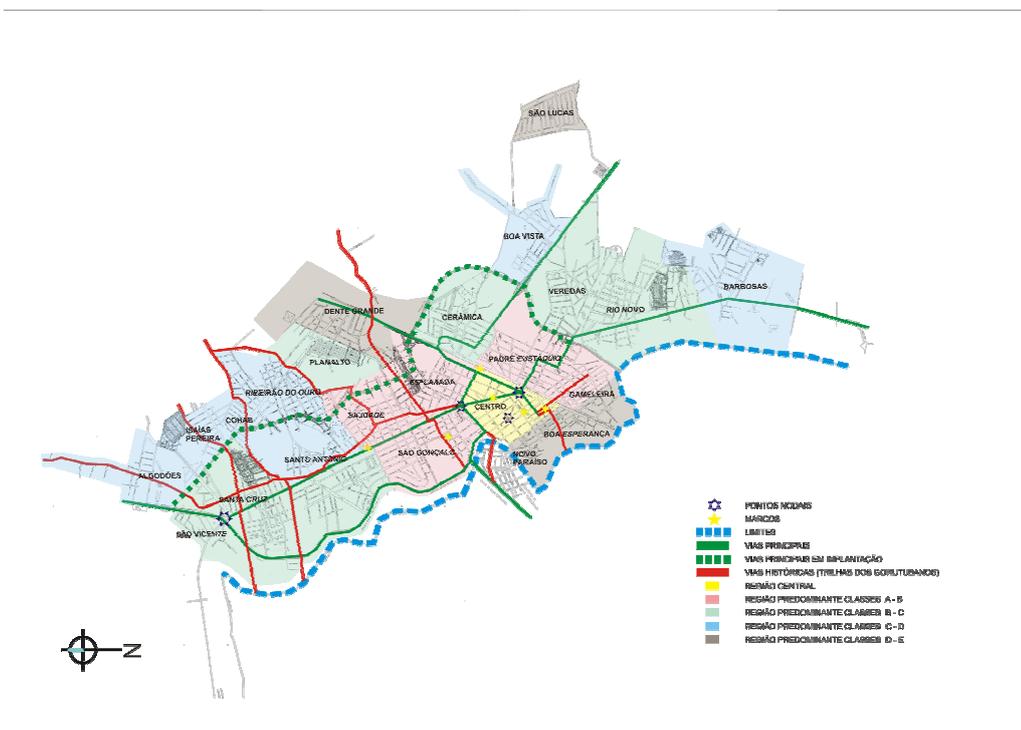
Figura 197: Rua do bairro Novo Paraíso, um dos mais carentes da sede



Fonte: Foto da autora, 2006.

O mapa a seguir revela que, no geral, os bairros ao redor no centro são os que possuem predominantemente as classes A e B e, à medida que os bairros se afastam do centro, tem habitantes com menor poder aquisitivo, à exceção de Gameleira, Boa Esperança e Novo Paraíso, que possuem classes D-E e cresceram ao lado do centro, causando problemas de segurança nesta região (JANAÚBA, 2006), discutido posteriormente. Nota-se também que, a partir das conversas com a população e do trabalho realizado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, CMDRS, os bairros mais afastados do centro são os mais carentes de infraestrutura e serviços, apresentando condições sociodemográficas deficitárias.

Figura 198: Classificação dos elementos urbanos e das classes sociais nos bairros de Janaúba



Fonte: Prefeitura Municipal de Janaúba, Anderson Ricardo dos Anjos, 2006.

12.4 Trabalhos do GTC Social

Além das visitas e entrevistas, o Grupo Técnico Comunitário, GTC Social²¹⁹, coordenado por Débora Zdradek de Mello, elaborou o Relatório de Desenvolvimento Social, a partir de análises de dados secundários oficiais, diversas reuniões e uma pesquisa de campo, realizada através dos agentes do PSF nas comunidades em que eles atuavam. Essa pesquisa constou de um formulário com 48 itens (ver anexo A), respondidos pela população, tais como os tipos de casa existentes, a ocorrência de enfermidades e um diagnóstico físico dos lugares, incluindo áreas esportivas, escolas, creches, lotes vagos e empresas daquele bairro/povoado, condições infra-estruturais de saneamento, abastecimento de água, pavimentação, coleta de lixo e outras.

Foram preenchidos 129 questionários, realizados nos 34 bairros/comunidades de Janaúba, com grande abrangência territorial. Suas respostas foram analisadas pelo GTC Social, resultando em diversos dados que serão incorporados ao texto. Os resultados mostraram precariedade na infraestrutura municipal, referente ao saneamento ambiental, como coleta de lixo insuficiente, inexistência de rede de água em diversos pontos, da rede de esgoto e drenagem insuficiente em córregos e lagoas. Entre as demandas da população estavam a construção de um Estádio Municipal esportivo e de quadras poliesportivas nos bairros, melhora da limpeza urbana, revitalização do Rio Gorutuba, expansão da rede elétrica, pavimentação e implantação de meio fio. Alguns participantes denunciaram também a carência de espaços urbanos qualificados, como praças, parques e jardins, junto à necessidade de expansão do sistema educacional.

A coordenadora e a equipe do GTC se mostraram preocupadas ainda com o aumento da prostituição infantil local, somado ao uso de álcool e drogas, destacando-se a pobreza. Outro dado alarmante apresentado na pesquisa foi a relação bares/quadras de esporte por habitantes, sendo que há um bar para cada grupo de 77,32 adultos, uma creche para 987 crianças e uma quadra de esportes para 3.641 crianças e jovens, revelando uma realidade defasada em termos das políticas públicas ofertadas à população, segundo sua apreciação.

²¹⁹ A partir da realização desse diagnóstico, o grupo do GTC Social desejou se organizar para implantarem posteriormente um projeto voluntário, buscando a reativação da Casa Caminho de Luz, que recebia crianças com problemas familiares, mas estava fechada devido à ausência de recursos financeiros. Pensaram, então, em constituírem uma rede de apoio junto à Assistência Social, às escolas e a outros parceiros, auxiliando o poder público na resolução da grande quantidade dos problemas constatados em seu trabalho.

Quadro 6: Estabelecimentos em Janaúba, 2006

TIPO	QUANTIDADE
BARES	493
RESTAURANTES	21
FARMÁCIAS	19
PADARIAS	57
SUPERMERCADOS	66
ARMARZÊNS	55
ASSOCIAÇÕES	48
CENTRO COMUNITÁRIO	15
QUADRA ESPORTE (comunitárias)	6
CAMPOS FUTEBOL	41
PRAÇAS	18
AREAS LAZER	4
CRECHES	13

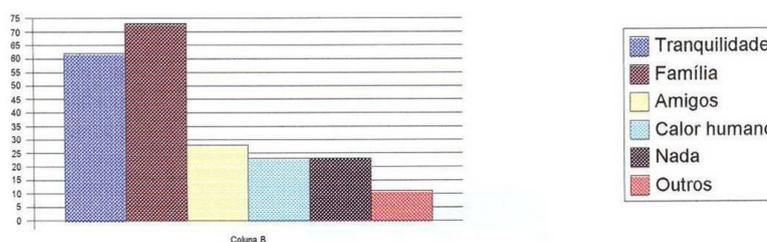
Fonte: GTC Social, 2006b.

Paralelo aos questionários foi realizada outra enquete envolvendo o Reconhecimento Urbano, considerando aspectos do simbolismo urbano, elaborada pela equipe técnica e repassada para o GTC. A enquete se dividiu em duas partes, uma que abordava a leitura do habitante do ambiente em que vivia e outra que buscava entender aspectos subjetivos de algumas de suas percepções. Assim, na primeira parte foram perguntadas quais as principais imagens, acontecimentos e atividades que o morador reconhece como aquelas que melhor caracterizam Janaúba, seus problemas mais graves, o número de bairros que ele conhece. A segunda parte abordou questões como o nome que melhor representaria a cidade em termos de sentimentos, grandes personalidades locais, seus símbolos e os sonhos do morador para a cidade no futuro.

Conforme as respostas, a maioria dos habitantes disse que o que os deixava mais felizes em viver no município eram sua família e a tranquilidade, seguido por respostas relacionadas a seus amigos e o calor humano. A tranquilidade foi traduzida por eles como facilidades que uma cidade pequena traz, como a pequena distância entre os espaços que frequentam diariamente e o trânsito calmo. Não houve respostas relacionadas ao espaço físico ou a outros atributos concretos, mas sentimentos e relações entre as pessoas o que, se por um lado é positivo devido às conexões entre os habitantes, por outro sugere que os moradores não reconheciam grandes atrativos físicos urbanos; e as respostas “nada” foram elevadas.

Gráfico 42: Respostas da População ao “que o deixa feliz de viver em Janaúba’

3. O que o torna mais feliz de viver em sua cidade?

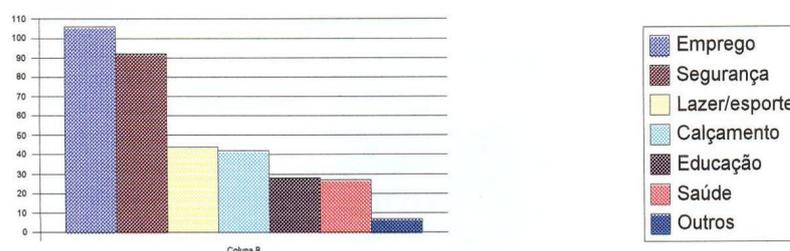


Fonte: GTC Social, 2006b.

Perguntados sobre “o que falta na cidade para que o morador seja mais feliz”, as respostas mais frequentes foram emprego, seguido da segurança - questão que também vinha preocupando muito. Outros dois temas, lazer e esporte, e calçamento foram citados aproximadamente com a mesma frequência, seguidos pela educação e saúde, com menos respostas, mas ainda assim surgindo como demandas. No lazer foi mencionada a falta de opções, como cinema, eventos culturais, *shopping*; na educação muitos desejavam mais cursos universitários; e na saúde gostariam de ter melhor distribuição de medicamentos e atendimento hospitalar mais abrangente.

Gráfico 43: Respostas da População sobre “o que falta em Janaúba para deixá-lo feliz”

4. O que falta em sua cidade para você ser mais feliz?

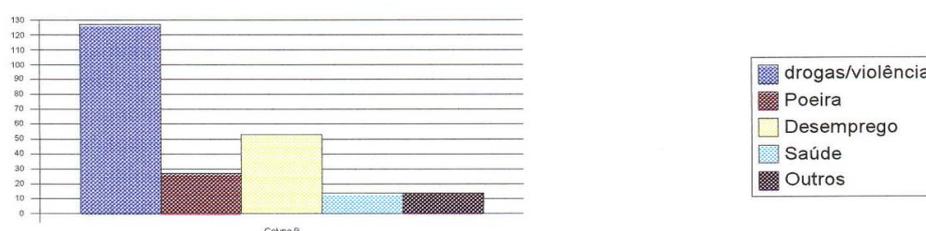


Fonte: GTC Social, 2006b.

Entretanto, nas respostas à pergunta seguinte, “o que mais incomodava o morador em Janaúba” não apareceu o desemprego em primeiro lugar, mas em segundo, e o problema das drogas e a violência foram os prioritários, seguido da poeira e de lacunas na área da saúde.

Gráfico 44: Respostas da população sobre “o maior problema que o incomoda para nela viver”

5. Qual o maior problema que o afeta ou incomoda para nela viver?



Fonte: GTC Social, 2006b.

12.5 Reuniões comunitárias

Outra ação importante na compreensão das dinâmicas locais foram dois encontros que a pesquisadora realizou com líderes comunitários, sobre a área urbana e a rural. No encontro da área rural compareceram quinze moradores que, inicialmente, apresentaram algumas questões e trouxeram o trabalho realizado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, CMDRS, em 2005/2006 (JANAÚBA, 2006) que havia feito um levantamento detalhado das necessidades de todos os povoados e núcleos rurais. Como eles apontaram,

visto ter acontecido uma ampla mobilização recente na área rural, não seria produtiva nova mobilização. Assim, os resultados foram incorporados ao longo do estudo. Após esse levantamento, o CMDRS pretendia descentralizar seus trabalhos para acompanhar melhor as comunidades rurais e implantar um sistema de cooperativismo e associativismo da agricultura familiar, visando aplicação de créditos para a cultivo e comercialização dos produtos.

Na reunião com lideranças da área urbana estiveram presentes cerca de 20 habitantes, de diferentes áreas de atuação, trazendo ampla representatividade para o processo. De acordo com eles, Janaúba apresentava lacunas significativas na infraestrutura desportiva, necessitando de maior planejamento e incentivo, praças esportivas e um estádio, apesar de saberem que havia poucos professores de esportes especializados. Faltava também a formação de mais mão de obra qualificada, inclusive na agricultura. Percebiam um déficit habitacional, agravado devido à proibição de construir em meio lote e eles enfatizaram a necessidade de legalização dos imóveis e terrenos que, em sua maioria, não possuía escritura. Um deles indicou a possibilidade de “realizarem estas legalizações em uma espécie de ‘mutirão’”, otimizando o processo.

No último Plano Diretor, elaborado por volta de 1980, eles acreditavam que havia mais disciplinamento do espaço urbano. Um deles disse que “Janaúba cresce, cresce desordenadamente em muitas coisas [...] mas existem muitas prioridades, como o trabalho, a falta de incentivo às feiras livres - para que os produtores agrícolas não tenham que ir lá na feira de Nova Porteirinha”, defendendo a descentralização do Mercado Central, que tinha uma feira muito frequentada nos sábados. Havia outras feiras, mas era preciso aumentar a geração de renda, inclusive para os jovens que, principalmente por falta de projetos destinados a eles, ficavam “à toa” e praticavam atos ilícitos, como furtos, disseram os participantes.

Figura 199: Senhora que trabalha há décadas no Mercado Central de Janaúba, no espaço herdado de seu pai; e vista externa do Mercado



Fonte: Fotos da autora, 2006.

Os habitantes também sugeriram a ampliação do trabalho da Assistência Social, que possuía poucos funcionários, contaram, porque existiam apenas dois CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, com duas assistentes sociais/cada, para uma área de abrangência com cerca de 10.000 famílias, o que demandaria muito mais profissionais. Além disso Paulo José,

o ouvidor na área da saúde apontou que vários distritos precisavam de mais moradias, incluindo o Assentamento dos Sem Terra, e faltava água para muitos. Visto que o pagamento de água era muito caro para grande parte dos moradores, disse, os pequenos produtores se utilizavam clandestinamente da água, especialmente nos anos em que a seca predominava.

Com relação à segurança, o grupo relatou que na área rural os problemas eram piores, como no caso de um bairro que possuía muitas casas abandonadas e pessoas eram assaltadas pela manhã. Dentre suas expectativas estava a implantação de cursos técnicos, para absorção da mão de obra, como uma Fazenda Escola de horário integral, onde os jovens aprendessem matérias básicas e ofícios técnicos. Sugeriram também a implementação de um Programa de Nutrição Infantil; melhoria da Casa de Passagem, destinada a jovens que enfrentam algum problema familiar; e a organização de sedes para várias associações comunitárias, que poderiam estabelecer parcerias com o poder público. Muitos moradores gostariam de ter um posto de saúde em seu bairro, da melhoria dos transportes públicos, manutenção das estradas de acesso e iluminação pública, pois sua ausência em certos locais aumentava a periculosidade. Também faltava no município, segundo eles, órgãos como EPAMIG, CEMIG e IEF. No bairro São Lucas estavam implantando a coleta seletiva de lixo, fundando a Associação dos Catadores, empregando-se 30 famílias (do total de 50), “pois é preciso focar não apenas na questão ambiental, mas também social”, falou um morador; e eles aguardavam a construção do Aterro. Outras preocupações era o número de meninas grávidas entre 12-14 anos, casos de prostituição infantil e o uso de drogas, muito elevado.

O grupo contou que a Barragem trouxe progresso, porém, “miséria junto”, consequência da desapropriação de muitos moradores. Alguns deles “enfrentaram histórias tristes depois de serem desalojados e nunca se acostumarem com a mudança”, falou um habitante. A desapropriação ocorreu em 1974, o chamado “Ano da Fome”, resultado de um longo período de seca. Os participantes acreditavam que naquela época o poder público deveria ter se organizado junto à população para minimizar o impacto do processo, que atingiu a mais de 1000 famílias²²⁰.

²²⁰ Outros entrevistados relataram que a relocação dos habitantes para a construção da barragem foi realizada sem o devido cuidado, lhes deixando em situação muito desconfortável e causando fortes impactos negativos.

Figura 200: Precariedade das moradias



Fonte: Foto da autora, 2006.

A Associação Comercial do bairro Ribeirão do Ouro (ASSOCIAÇÃO..., 2006) fez um diagnóstico próprio, com a participação comunitária, revelando que em 2006 ali residiam 2.238 pessoas, em 596 domicílios, ou seja, quase quatro moradores por família. Dentre suas necessidades estavam uma creche, indústrias, como na área de confecções, uma quadra esportiva e incentivo à cultura local, pois realizavam festas muito importantes. Em algumas localidades faltavam o ensino fundamental e o segundo grau, moradias e banheiros, rede de esgoto, asfaltamento e já havia ocorrido três alagamentos no bairro, deixando a população ilhada.

12.5.1 O turismo

Uma das potencialidades de Janaúba para a ampliação de seu desenvolvimento sustentável, segundo vários habitantes, era o turismo. Grande parte das atrações se relacionam com o Rio Gorutuba, que banha a cidade no sentido sul-norte. Esse rio nasce em Francisco Sá, a 40 km de Janaúba, percorrendo um caminho marcado por grandes pedras, cachoeiras, cânions e montanhas da Serra Geral, até chegar ao Lago do Bico da Pedra, formado após a construção da barragem. A Barragem está a 6 km da sede, com volume de 750.000.000 m³ de água, e irriga áreas do Projeto Gorutuba, com aproximadamente 5.500 hectares, abastece a cidade, serve como lazer e fonte de sustento para as lavadeiras.

Às margens do Lago se formou o maior complexo turístico do norte de Minas, composto pelo Pedra do Sonho Residencial Resort Hotel, late Clube Bico da Pedra, além de dezenas de sítios como os Sítio do Deba's, Sítio do Nivaldo, Portal das Aroeiras, Sítio do Eubert, e bares, restaurantes, pousadas e residências de verão, que são alugadas por temporada, finais de semana e feriados. O lago propicia a pesca amadora e subaquática, além da prática de todas as modalidades de esportes náuticos, agregando opções ao turismo. Os participantes do PDD defenderam que a intenção era a oferta esportes aquáticos limpos, não poluentes.

Figura 201: A Barragem de Bico da Pedra e o late Clube de Janaúba



Fonte: Foto da autora, 2006.

O late foi o primeiro empreendimento de lazer e turismo constituído no Lago e recebe visitantes de todos os estados, principalmente nos finais de semana. Sua estrutura possui piscina, píer e bar, e grande parte dos habitantes é sócia do clube, contou seu gerente. O Pedra do Sonho Residencial Resort Hotel era considerado um dos maiores complexos de esporte e lazer do estado, em termos de área, possuindo doze bangalôs em 2006 e vinte e sete casas em seu Residencial, que funcionava através do sistema de parceria: o proprietário investia a metade do valor e o Resort a outra metade, podendo alugar a casa sempre que disponível. O Resort oferecia um conjunto amplo de opções, como passeios de *jet-ski*, *windsurf*, lancha, mergulho, *wake boarding*, *banana boat*, caiaque, barco de pesca. Também havia uma gama variada de serviços como *spa*, sauna, academia, quadras de vôlei, peteca e tênis, campo de golfe, salão de eventos e centro de convenções, junto a um sistema de bares e restaurantes.

Figura 202: Folder do Pedra do Sonho Residencial Resort Hotel

Localizado a 14,44km de Janaúba e a 135km de Montes Claros, o Pedra do Sonho Resort Hotel está situado às margens do Lago do Bico da Pedra, num verdadeiro paraíso tropical.

Ocupa uma área de 109 mil metros quadrados. Completa ~~infra-estrutura~~ de esportes e lazer, lago com mais de 100 milhões de metros quadrados de espelho d'água, sendo 45 quilômetros navegáveis com vista para costões rochosos.

Campo de Golf

Chalés

Quadra de Tênis

Reservas:

Chalés acolchegantes e bem equipados. Clique aqui para saber mais sobre as acomodações do Pedra do Sonho Resort Hotel.

Residencial

Pense em um lugar onde seus...

Celular: 38 918-7492 Fax: 38 3212-3623 Tel: 3216-1267

Fonte: Folder Pedra do Sonho Resort, sem data.

O Hotel funcionou durante dois anos e meio, mas interrompeu suas atividades em 2005, aguardando o asfaltamento da estrada de acesso a ele, que estava em condições precárias. Neste ínterim, seu proprietário pretendia ampliar o Centro de Convenções e o número de apartamentos, pois o investimento já não comportava a demanda.

Figura 203: Pedra do Sonho Residencial Hotel



Fonte: Foto da autora, 2006.

Segundo alguns habitantes, os sítios ofereciam recepção turística buscando valorizar e conservar o patrimônio local rural e contribuir para o desenvolvimento financeiro desse grupo de habitantes, usualmente ocioso. Os sítios eram formados a partir de pequenas propriedades, transformadas em recantos atrativos à beira do Lago, onde famílias se divertiam e realizavam confraternizações. Habitantes e turistas também faziam passeios de barco e frequentavam as praias do rio Gorutuba, ou seja, há muitos locais turísticos, “além das potencialidades do distrito Barreiro da Raiz, que têm praia de rio e belas cachoeiras”, nas palavras de alguns habitantes.

Figura 204: Praia em Barreiro da Raiz, que atrai moradores e visitantes de outros municípios



Fonte: Prefeitura Municipal de Janaúba, s.d.

Com essa perspectiva, em 2001 foi realizado um encontro para o desenvolvimento do turismo regional, buscando-se integrar diversos segmentos da sociedade. Os participantes elaboraram um Marco Lógico - ferramenta que avalia o desempenho de um projeto em todas as etapas, especificando unidades de produção e indicadores de desempenho.

Paralelamente,²²¹ foram analisados o envolvimento das principais entidades municipais no desenvolvimento turístico, seus potenciais, limitações e suas preocupações referentes ao êxito do projeto.

Dentre os potenciais, eles apontaram as próprias parcerias do grupo, a oferta de turismo rural, o potencial hídrico municipal e outros potenciais naturais, a qualidade do folclore e dos artistas, a diversificação dos produtos artesanais. As principais limitações constatadas foram pouco envolvimento da população, poucos recursos financeiros, falta de infraestrutura turística, algumas estradas em condições precárias, a falta de empreendedores, parceiros ou financiadores de projetos e dificuldade na atração de novas indústrias. A maior preocupação do grupo foi “a não concretização do Plano Turístico”, somada à ausência de desenvolvimento sustentável, receio de não alcançarem resultados práticos, falta de saneamento básico, descomprometimento dos parceiros, morosidade no processo, enfim, “que tudo acabe em pizza”, resumiu um participante. Como citou outro habitante, melhorias na infraestrutura deviam ser a prioridade e ele se preocupava porque muitas promessas já tinham sido feitas sobre o asfaltamento da estrada para o Bico da Pedra, junto ao comprometimento do empresariado sobre investimentos no setor turístico, mas não houve ações nessa direção.

Os participantes também construíram uma Árvore de Problemas, apontando possíveis soluções, e definindo uma comissão responsável pelas ações para a “alavancagem do turismo” e um técnico para integrar o Conselho do Polo de Desenvolvimento Integrado de Turismo Caminhos do Norte de Minas. Entretanto, em 2006 não se percebiam muitas mudanças que refletissem uma organização integrada das instituições turísticas, apenas projetos isolados o que, como enfatizado, criava uma expectativa muito negativa relativa às planificações futuras.

Todas as informações até então apresentadas refletem parte significativa da realidade de Janaúba, que será complementada em seguida com a leitura de um conjunto de temas significativos, tanto em áreas já abordadas como em outras, surgidas no decorrer da pesquisa.

12.6 Uma visão dos sistemas urbanos: economia, educação, saúde, gestão pública, habitação, meio ambiente e assistência social

Em termos econômicos, a agricultura e a pecuária são os setores produtivos tradicionais de Janaúba, com destaque para cultura do algodão e a criação de porco e cabra, além da exploração de areia e a instalação de carvoarias, ambos processos que provocaram forte

²²¹ Estavam presentes a EMATER, o Lions, a ANA (Agência Nacional de Águas), Voar Turismo, Iate Clube Bico da Pedra, ACIJAN (Associação Comercial e Industrial de Janaúba), Sítio Deba's, Coordel, Rotary Clube, Associação dos Artesãos, COPASA, CEMIG, Associação Cultural, Grupo Aroeira (preservação ambiental), Sebrae, Secretaria de Ação Social e parte da equipe da Prefeitura. Apesar do grupo ser bem representativo, uma participante relacionou outras entidades que seriam imprescindíveis para o trabalho e estavam ausentes, a serem convidadas posteriormente.

degradação ambiental. Em tempos recentes vem ocorrendo forte ampliação do setor serviços, e muitos vêm investindo no turismo.

Janaúba também evoluiu economicamente com a cultura da mamona e da bovinocultura de corte, sendo recentemente influenciada pela fruticultura irrigada. Na década de 1970, o projeto de irrigação do Rio Gortuba, iniciativa do Governo Federal, através da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, CODEVASF, foi responsável por seu crescimento, viabilizando a agricultura e dinamizando o comércio. As principais culturas desenvolvidas no município na primeira década de 2000 eram algodão, milho, feijão, sorgo, mandioca, tomate, horticultura e, recentemente, a fruticultura irrigada. A agricultura seguiu expressiva, com 3.500 hectares irrigados no “Projeto de Irrigação da Margem Esquerda do Gortuba”, a partir da água captada do rio Gortuba e de poços tubulares, canalizada até as plantações. A agricultura irrigada permite essa diversificação produtiva o que, somado às terras férteis, à boa localização geográfica e aos empreendimentos privados, cria condições para o cultivo de grãos e frutas tropicais, que vinham tendo grande aceitação no mercado nacional, iniciando-se abertura ao mercado externo. Assim, Janaúba se destaca regionalmente como maior produtora de banana, coco da baía, laranja e uva, tendo ainda produção significativa de manga, mamão e limão. A ABANORTE – Associação dos Banicultores do Norte de Minas é bem forte. São relevantes ainda a produção de milho, tomate e cana de açúcar, avicultura, e sua produção de mel e leite são as maiores da região.

Figura 205: Agricultores no campo



Fonte: Fotos da autora, 2006.

Havia várias indústrias de laticínios no município. Em 2005, o laticínio de Barreiro da Raiz produzia em média 2000 litros leite/dia e possuía uma câmara fria, mas precisava de reforma em suas instalações, aquisição de equipamentos de pasteurização e laboratório para análise do leite. Outros laticínios necessitam de ampliação e várias comunidades solicitavam ao poder público a instalação de um tanque de resfriamento comunitário, que ampliaria suas condições de negociação. O PRONAF era uma opção para financiar a iniciativa, com linhas de crédito destinadas ao desenvolvimento rural. A disponibilidade de mão de obra, aliada à grande produção de leite e à grande produção de mandioca do Assentamento de Jacaré Grande eram

condições que favoreciam a instalação de um laticínio e de uma casa de farinha na localidade. Outra proposta foi a criação de uma central de comercialização de produtos agropecuários da Região da Serra Geral, para resolver problemas relacionados a transporte, comercialização, embalagem e demais serviços, concentrando as atividades em um local e ampliando o comércio (JANAÚBA, 2006).

Com sua localização privilegiada, o comércio de Janaúba se tornou bem significativo, fato que atraiu a população rural para a sede. Como visto anteriormente, a distribuição da população entre a zona urbana e a rural sofreu grande alteração, com 71% de população rural na década de 1970 e, atualmente, sendo apenas 11% de seus habitantes. Em 2006, a indústria ainda era um setor de pouco destaque, em termos de população ocupada. Os dados da Prefeitura Municipal (JANAÚBA, 2006) apontaram que as principais atividades industriais desenvolvidas eram as cerâmicas, produtos alimentares e o beneficiamento de sementes. O turismo tem sido visto como potencial econômico, destacando-se as belezas naturais, festas tradicionais e folclóricas e produtos locais.

Com relação à renda municipal, o valor per capita médio passou de R\$ 216,22, em 1991 para R\$ 304,07, em 2000, mais 40,63%, e para 468,29 em 2010, 54,01% a mais, com uma taxa média de crescimento anual de 4%. No período total 1991-2010 o aumento foi de R\$ 116,58%. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50; metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu (-29%), passando de 61,52% em 1991 para 43,66% em 2000, mas ainda presente para quase a metade dos habitantes, revelando grande pobreza. No entanto, em 2010 esse índice abaixou para menos da metade, 18,98%, uma melhoria expressiva de (-56,53%). Ao mesmo tempo, a desigualdade revelada pelo Índice de Gini se manteve igual entre 1991-2000, 0,58, diminuindo para 0,53, em 2010. Logo, todos esses indicadores econômicos avançaram, principalmente entre 2000-2010.

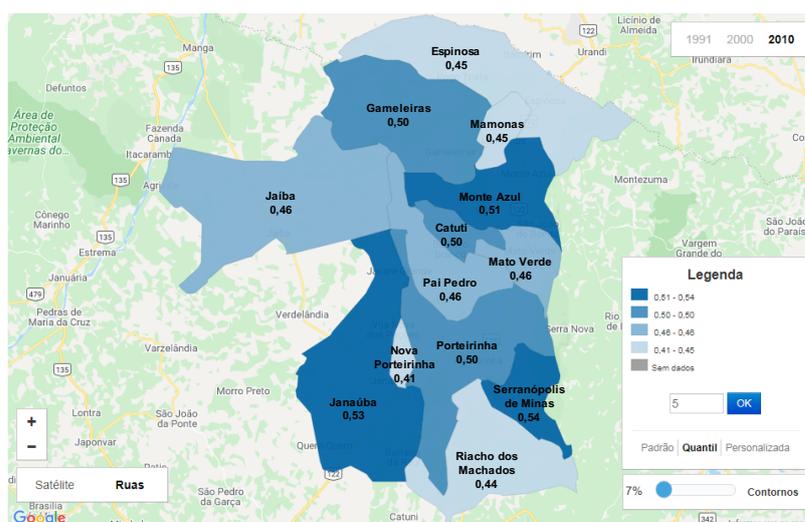
Tabela 53: Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade, Janaúba, 1991, 2000, 2010

Indicadores	1991	2000	2010
Renda Per Capita Média (R\$)	216,22	304,07	468,29
Proporção de Pobres (%)	61,52	43,66	18,98
Índice de Gini	0,58	0,58	0,53

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2010.

Em sua microrregião, Janaúba possuía em 2010 um índice de desigualdade elevado, 0,53, sendo que o pior índice foi o de Serranópolis de Minas, quase igual, 0,54 e o melhor o de Riacho dos Machados, 0,44, ainda que todos os valores estejam altos. Observando-se que a desigualdade está presente na microrregião, sugere-se a necessidade de investimentos nesse território, visto que pobreza e problemas com má distribuição de renda parecem generalizados.

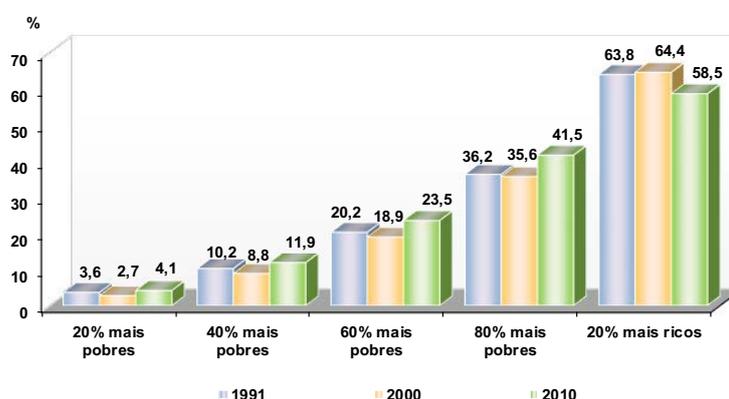
Figura 206: Mapa Índice de Gini de Janaúba e microrregião, 2010



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2010.

Seguindo essa análise se verificou a distribuição de renda por extratos da população, no gráfico a seguir, onde se observa que entre 1991-2000 a situação permaneceu similar, sendo que em 2000, os 20% mais pobres detinham 2,7% da renda, enquanto os 20% mais ricos, 64,4 % da renda distribuída, uma disparidade. No intermédio, estavam os 40% mais pobres, recebendo 8,8% da renda, com os 60% mais pobres recebendo 18,9% do valor e os 80% mais pobres com 35,6% da renda total. Em 2010 melhorou-se a renda para o extrato dos 20% mais pobres, para 4,1%, e diminuição do valor dos 20% mais ricos, 58,5% dessa renda, que foi melhor distribuída entre todos os grupos de população, com sua elevação nos outros extratos também.

Gráfico 45: Porcentagem de Renda Apropriada pela população, Janaúba, 1991, 2000, 2010



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2010.

Segundo dados da Prefeitura Municipal, de 2004, a população economicamente ativa era constituída por 37% de mulheres, 10.723 e 63% de homens, 15.876. A diferença na remuneração média entre homens e mulheres parecia se relacionar às atividades

desempenhadas por cada gênero e era muito expressiva, de R\$ 420 para os homens e cerca de metade para as mulheres, R\$ 262, sendo que, tradicionalmente, aquelas executadas por homens eram melhor remuneradas. Não havia dados para avaliar diferenças salariais entre homens e mulheres quando eles ocupavam o mesmo cargo ou atividade. A maioria dos homens exercia as atividades de agricultor, pedreiro, carpinteiro, comerciante, funcionário público, enquanto as mulheres exerciam sobretudo atividades como dona de casa, funcionária pública ou trabalhos manuais.

Quadro 7: Rendimento por Gênero, Janaúba, 2004

Total de homens com renda	15.876
Total de mulheres com renda	10.723
Rendimento médio mensal homens	R\$ 420,23
Rendimento médio mensal mulheres	R\$ 262,01
Rendimento médio mensal total	R\$ 356,45

Fonte: Prefeitura Municipal de Janaúba, 2004.

Os indicadores de renda, a despeito das melhorias dos valores de Janaúba entre 1991-2000, ainda eram bem piores em Janaúba do que em Nova Lima. Em 2000, a intensidade de indigência foi 18,25 em Janaúba e 2,91 em Nova Lima, diminuindo respectivamente para 4,07 e 0,51 em 2010, com ótima diminuição em Janaúba. Entre 2000-2010 a intensidade de pobreza foi de 43,66 para 18,98 em Janaúba e em Nova Lima diminuiu de 10,48 para 2,84. Nesse sentido, o percentual de pobreza ainda estava muito elevado em Janaúba, para quase 20% dos habitantes. Da mesma forma, a porcentagem de crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$ 140 foi de 28,2 % em Janaúba e 5,77% em Nova Lima, em 2000, e a porcentagem de crianças em domicílios com renda menor que R\$ 70,00 foi 59,46% em Janaúba e 1,8,3 % em Nova Lima, revelando forte vulnerabilidade para a faixa etária infantil no município, pois as crianças viviam em domicílios com a renda muito pequena. No entanto, em 2010 ambos os valores de Janaúba melhoraram muito, sendo que no primeiro caso diminuiu para 6,3% e para 29,12% o percentual de crianças em casas com renda menor de R\$ 70,00, o que, nesse caso, ainda era muito alto.

Tabela 54: Indicadores de Renda e Pobreza, 1991, 2000, 2010, Janaúba e Nova Lima

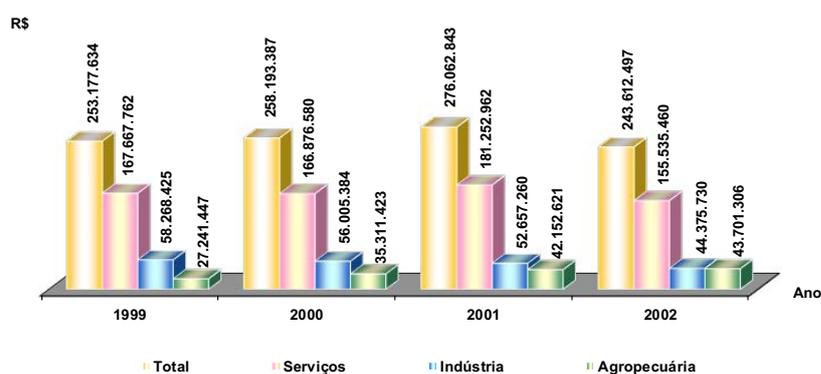
Pobreza	Janaúba			Nova Lima			
	Ano	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Intensidade de Indigência		29,04	18,25	4,07	7,04	2,91	0,51
Intensidade de Pobreza		61,52	43,66	18,98	22,21	10,48	2,84
Percentual de crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$ 140,00		38,46	28,2	6,3	10,87	5,77	1,26
Percentual de crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$ 70,00		72,19	59,46	29,12	30,46	18,37	5,53

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados.

Avaliando-se o PIB a preços constantes, houve um decréscimo de 1999-2002, de R\$ 253.177.634,00 em 1999 para R\$ 243.612.497,00. O setor que apresentou maior perda foi o industrial, diminuindo sua contribuição de R\$ 58.268.425,00 para R\$ 44.375.730,00, e que antes era, junto aos serviços, o maior contribuinte do PIB total, que também diminuiu, de R\$ 167.667.761,69 para R\$ 155.535.460,50. Por outro lado, a agropecuária, apesar de ter participação pequena quando comparada às outras atividades, aumentou de R\$ 27.241.447,00 para R\$ 43.701.306,00, em 2002, valor próximo ao PIB da atividade industrial.

Gráfico 46: Evolução do PIB de Janaúba, 1999-2002, a preços constantes



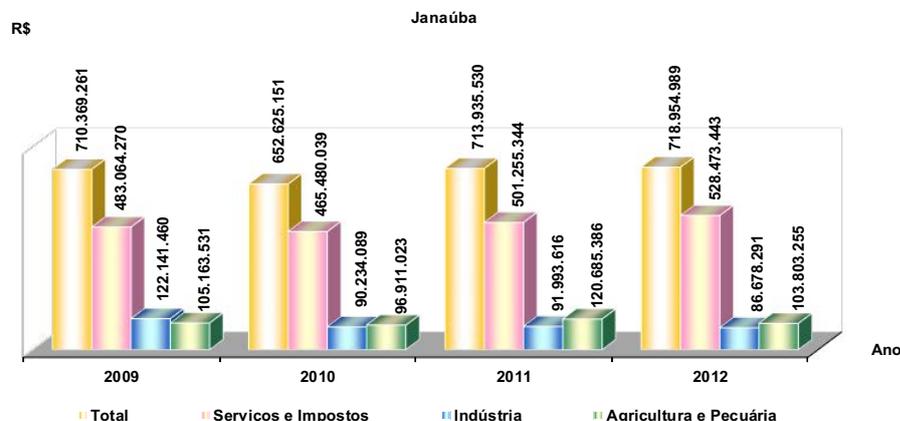
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus, 2005.

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Entre 2009 a 2012 houve um aumento do PIB total, passando para R\$ 710.369.261 para R\$ 718.954.989, com decréscimo apenas em 2010, mas voltando a subir em 2012. O maior aumento foi do setor serviços que, apesar de ter diminuído seus rendimentos em 2010 elevou-se nos anos seguintes e terminou com o valor de R\$ 528.473.443, aproximadamente cinco vezes maior que os valores da indústria e da agricultura e pecuária. Nesse período, a indústria

teve decréscimo no seu PIB e a agricultura e pecuária também, com valores respectivos de R\$ 86.678,291 e R\$ 103.803.255 em 2012.

Gráfico 47: Evolução do PIB de Janaúba, 2009 – 2012, a preços constantes

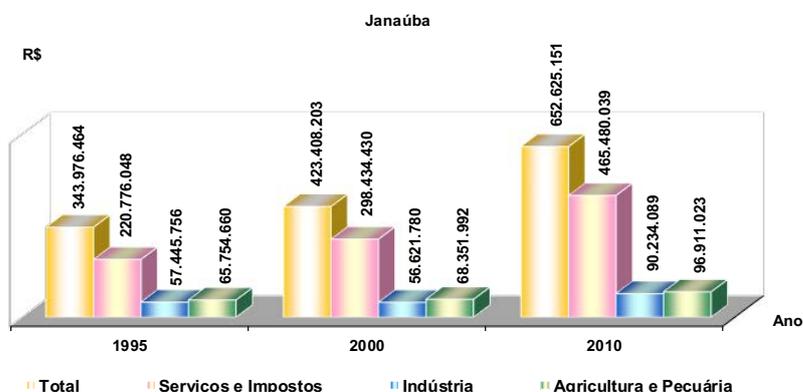


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus, 2014.

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Como não havia dados disponíveis para o PIB a preços constantes em 1991, foram utilizados dados de 1995. A evolução do PIB foi bem positiva, elevando-se de R\$ 343.976.464 para R\$ 423.408.203, em 2000 e para R\$ 652.625.151, em 2010, um aumento de 23,09% entre 1995-2000, e de R\$ 54,14% entre 2000-2010, mostrando grande progresso. No período total o aumento foi de 89,73%. A maior elevação foi dos serviços, de 35% entre 1995 e 2000, e de 55,97% entre 2000-2010, elevando-se 110,84% no período. Já o setor indústria teve perda entre 1995-2000, de (-1,43%), mas se recuperou bem entre 2000-2010, aumentando 59,36%, totalizando aumento de 57,08%. No setor agropecuário houve o menor aumento: 3,95% entre 1995-2000, e 41,78% entre 2000-2010, totalizando 47,38% a mais. Assim, os três setores expressaram elevações entre 1995-2010, destacando-se a contribuição dos serviços.

Gráfico 48: Evolução do PIB de Janaúba, 1995, 2000 e 2010, a preços constantes

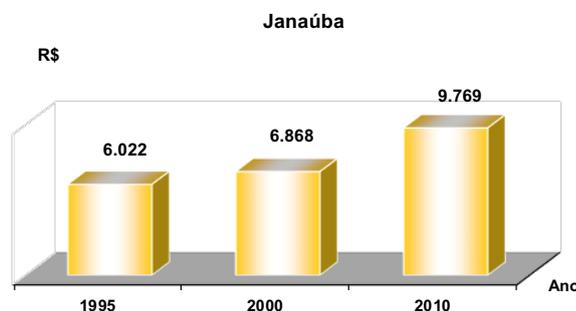


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus, 2014,

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Logo, o PIB a preços constantes se elevou de R\$ 6.022,00 para R\$ 6.868,00 em 2000, 14,05%, e para R\$ 9.769 em 2010, 42,24% maior, melhorando 62,22% nesse período.

Gráfico 49: PIB per capita a Preços Constantes, Janaúba, 1995, 2000, 2010

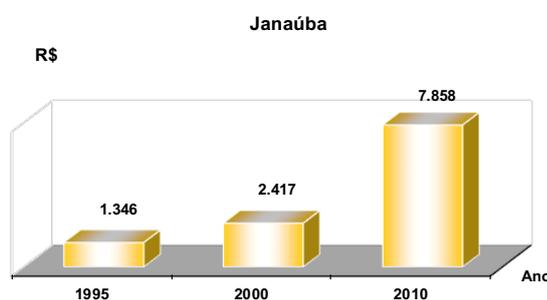


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

O PIB a preços correntes também aumentou, apresentando maiores variações, passando de R\$ 1.346,00 para R\$ 2.417,00, 79,57% maior, e para R\$ 7.858,00 em 2010, acréscimo de 225,11%, com elevação muito expressiva de 483,80% no período total.

Gráfico 50: PIB per capita a Preços Correntes, Janaúba, 1995, 2000, 2010



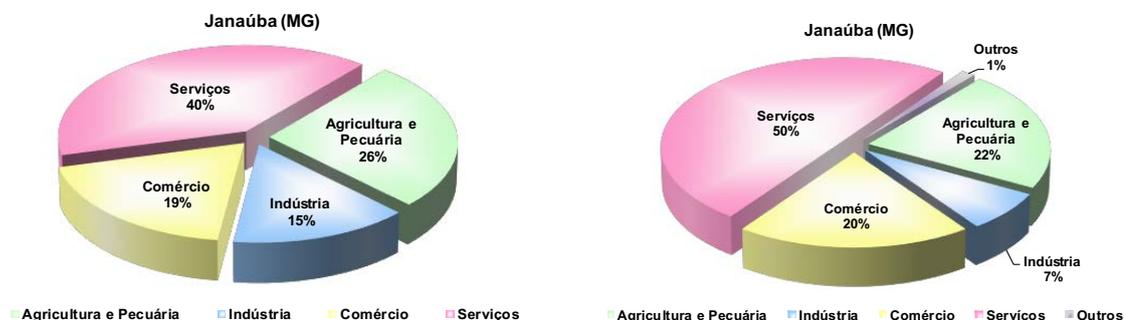
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Em 2000, em relação à ocupação, os serviços empregavam cerca de 40% dos habitantes, seguido do setor agropecuário, ocupando 26% da população, ambos suas principais fontes de ocupação. A diminuição da contribuição do PIB nos serviços, portanto, afetou muito a qualidade de vida local, visto que o setor era grande empregador. O comércio ocupava 19% da população e, por fim, 15% dos habitantes trabalhavam na indústria. Conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano (2010), nesse ano a maioria da população trabalhava nos serviços, 50%, um aumento de 10% relativo a 2000, com pequena diminuição no grupo trabalhando na agropecuária, de 26% para 22%, e o percentual de população ocupado no comércio foi praticamente igual, 19% e 20%, nos respectivos anos, mas houve grande perda de pessoas

que trabalhavam na Indústria, que diminuiu de 15% para 7% (0,15% na indústria extrativa e 6,99% na indústria de transformação).

Gráfico 51: População Ocupada por Setores Econômicos, Janaúba, 2000, 2010



Fonte: ASSEMBLEIA, 2010.

Fonte: ATLAS, PNUD Brasil, IPEA; FJP, 2020. Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Em 2010: Serviços = construção, mais utilidade pública, mais serviços; Indústria= Indústria extrativa, mais indústria de transformação.

No geral, nota-se que Janaúba melhorou grande parcela dos seus dados entre 1991-2010 em quesitos econômicos como renda per capita, distribuição de renda, destacando-se diminuição expressiva dos percentuais de indigência e pobreza, aumento do seu PIB total, PIB a preços constantes e correntes, que podem representar melhores condições de vida locais.

Considerando o contexto educacional, o município possuía na primeira década de 2000 educação infantil, ensino fundamental e médio, alguns cursos de ensino superior e uma APAE. Havia também oferta no ensino particular, que atendia a região. O quadro se complementava com a Educação de Jovens e Adultos, EJA, em sete localidades, o Telecurso e o Cidadão Nota 10, destinados a jovens e adultos analfabetos - índice muito elevado - 17 creches comunitárias municipais e 04 particulares, conveniadas com a Prefeitura, atendendo a 1.500 crianças. O quadro a seguir detalha o número de estabelecimentos de ensino em Janaúba, em 2004.

Quadro 8: Número de Estabelecimentos de Ensino, por Dependência Administrativa segundo a etapa/modalidade ministrada, Janaúba

Etapa	Total	Municipal	Estadual	Federal	Privada
Educação Infantil	21	14	0	0	07
1ª à 4ª série do Fundamental	47	30	12	0	05
5ª à 8ª série do Fundamental	23	08	10	0	05
Ensino Médio	08	0	05	0	03
Ensino Superior	03	0	01	01	01
Total de Estabelecimentos	102	52	28	01	21

Fonte: Atlas da Educação de Minas Gerais (2004).

A Secretaria Municipal de Educação possuía nove ônibus (seis terceirizados) e uma van para atender aos alunos do ensino fundamental e médio, apesar do MEC não contribuir financeiramente com este último. O ensino médio é responsabilidade do Estado, conforme deliberações legais mais recentes.

No ensino superior, em 2006 havia o Instituto Superior de Educação de Janaúba, ISEJAN e a Faculdade Integrada Jacarepaguá, UNOPAE, que oferecia pós graduação em Normal Superior e em Pedagogia, mas o ensino superior precisava ser expandido, segundo os moradores. A Unimontes também possuía uma filial no município, em um pequeno campus, com mestrado em Desenvolvimento. A Prefeitura oferecia transporte aos alunos, junto à uma Associação dos Universitários, mas a ampliação não foi continuada. Nova Porteirinha, município vizinho, recebia muitos janaúbenses na Faculdade Vale do Gortuba, FAVA, oferecendo cursos de direito, serviço social, administração, matemática e pedagogia. Alguns alunos também estudavam em Montes Claros que possuía a UNIMONTES e a FUNORTE. O Município não tinha ensino profissionalizante gratuito, sendo o único existente privado, da ISEJAN, com cursos de auxiliar de enfermagem e técnico de segurança do trabalho.

Em 2014 foi implementado no município o Instituto Federal Norte de Minas, Campus Avançado Janaúba, IFNMG, inaugurado em 2015. Eram oferecidos cursos técnicos concomitantes ao ensino médio e para alunos fora do ensino médio, como técnico em Agente Comunitário de Saúde, em Administração e Informática para Internet, além de cursos de idiomas, Formação Inicial e Continuada, FIC em espanhol, física, história, química, cuidador de idosos, recreador, entre outros, alguns em modalidade EAD e um PROEJA. Havia também a oferta de outros cursos técnicos e superiores em municípios vizinhos de Janaúba (SANTOS, 2021).

A Biblioteca Pública Municipal, localizada no Edifício do Centro Cultural Central do Brasil, apesar de organizada e conservada, tinha um espaço pequeno para atender à demanda e não possuía acervo dedicado ao ensino médio. Nesse espaço eram realizados cursos e havia uma loja da Associação dos Artesãos, para a comercialização de produtos locais.

Figura 207: Biblioteca Pública Municipal de Janaúba



Fonte: Foto da autora, 2006.

As entrevistadas da Secretaria acreditavam que a merenda escolar estava boa, planejada por uma nutricionista que cuidava do cardápio e treinava as funcionárias. Na área central não faltava merenda, mas na zona rural sim, devido à distância. A merenda era complementada com o Programa de Aquisição Alimentar, PAA, dos pequenos produtores locais, que possuíam uma cota anual adquirida pela Prefeitura. Um dos problemas enfrentados era a ausência de congelador em algumas escolas, dificultando a conservação dos alimentos. Havia ainda várias hortas na zona rural, mas nenhuma nas escolas da sede.

Em um dos encontros, as funcionárias contaram que naquele momento a equipe da Secretaria vinha efetuando “uma avaliação sistêmica da educação, a partir de um diálogo claro, para entender possíveis falhas pedagógicas”, nas palavras de uma delas. Um dado positivo, relatou, é que todos os professores já eram graduados, possibilitando capacitações posteriores à graduação. Para 2007, a equipe planejava oferecer novas capacitações; elaborar o Estatuto dos Servidores do Magistério; realizar novo Concurso Público e ajustar funcionalmente o Plano de Carreira Municipal, já defasado. Na zona rural ainda existiam escolas multiseriadas, apesar que muitas haviam sido fechadas e seus alunos transferidos para as escolas próximas. A previsão era que mais escolas fossem nucleadas, conforme o cadastramento realizado.

Outra professora destacou que “a integração das escolas com as famílias é boa, mas à medida que os alunos vão crescendo ela diminui”. No infantil as famílias participam muito, e no ensino médio a escola promove atividades que aproximam a família, como festas de família, jogos do JJA, enquanto no ensino médio a distância família-escola é geralmente grande. Como o município possui grande diversidade cultural, no calendário escolar estão incluídas a Feira Cultural Municipal - onde cada localidade apresenta suas histórias, realizando resgates culturais próprios – o São João Gorutubano e a Feira Municipal de Janaúba, de abrangência regional.

Em reunião com a equipe da educação participaram diretoras de escola, supervisoras pedagógicas, professoras e bibliotecárias de muitos estabelecimentos, totalizando 25 mulheres. Elas enfatizaram positivamente a elaboração do Plano Decenal de Educação, realizado em 2005 (de 2006 a 2015) (JANAÚBA, 2006) com a participação de todo o corpo docente, trazendo problemas, propostas e metas para a educação. A Superintendente Regional de Ensino, Débora expressou inicialmente sua preocupação com a qualidade da educação, apesar de acreditar que o Plano Decenal encaminhou alguns problemas. Segundo ela “a equipe está de acordo que o ensino deu um giro de 180 graus em suas condições físicas; se acabou com aquele professor despreparado e a comunidade se envolve mais com as escolas. Tanto a rede municipal como a estadual mostraram sua capacidade”. Além disso, muitas contaram sobre a situação da “sua escola” e o grupo defendeu que “a escola é a base do conhecimento”, assim, “todas as mudanças na comunidade devem começar na escola.”

A supervisora da Escola Estadual Mauricio Augusto Azevedo, Zulma Ferreira Souza e sua diretora Luciene relataram que a escola é referência da Superintendência Estadual regional, modelo para escolas locais e regionais, devido à capacitação contínua do corpo docente, incluindo muitas atividades de aperfeiçoamento. A escola possui Projeto de Teatro, Leitura, dança, fanfarra, artes, esportes, Grupo de Quadrilha, envolvendo os alunos com grande interesse.

Figura 208: Escola Estadual Augusto de Azevedo, seu pátio interno e trabalhos feitos pelos alunos após estudarem sobre pintores de diversas épocas



Fonte: Foto da autora, 2006.

Outro destaque é o CAIC Municipal, localizado no Rio Novo, implantado há alguns anos pelo Governo Federal como projeto piloto regional, ao ofertar o ensino integral para os alunos, junto a um grande número de atividades artísticas e desportivas, em instalações amplas e apropriadas.

Figura 209: CAIC e alunos apresentando um teatro



Fonte: Foto da autora, 2006.

A Escola Municipal Jacinto Mendes, em Vila Nova das Poções vinha realizando o projeto “A Cidade se Apresenta”, junto à Associação de Teatro da Escola e o Grupo Folclórico, para resgate da história de Janaúba. A Escola Estadual Rômulo era a mais antiga do Município, com 51 anos de existência, possuindo mais de 02 mil alunos, apresentando naquele momento um espaço disponível para a construção de um ginásio, que era o “sonho de muitos habitantes”.

Figura 210: JJA I, da educação infantil e uma de suas turmas da tarde



Fonte: Foto da autora, 2006.

Em reunião com a Secretária da Educação, Luzia, para a apresentação do Plano Decenal, participaram também a supervisora Elizabeth Cristina, a diretora e professora de algumas creches, Maria Doralice, e Rosimeire, professora, diretora e Coordenadora da Educação Inclusiva. Elas esclareceram que na preparação do Plano Diretor realizaram no município duas Conferências Municipais de Educação, em 2005, incluindo o corpo docente e a sociedade civil. No diagnóstico foram expostos problemas, propostas e metas para a próxima década, separadas por modalidade educativa, do ensino fundamental ao superior.

Uma das preocupações da equipe era evitar a formação de alunos que se graduassem com capacidades abaixo do seu nível formativo, defendendo mais capacitações para seus profissionais e a revisão dos projetos político-pedagógicos escolares. Segundo o Plano, a rede física do ensino infantil estava inadequada, sugerindo reformas e adaptações nas creches municipais, algumas já iniciadas. A demanda de vagas estava caindo na Rede

Estadual, enquanto na Municipal havia aumentado pouco, mas a tendência, segundo elas, era diminuir a procura e sobrarem vagas, algo preocupante, porque ainda havia crianças e jovens fora da escola e o analfabetismo era elevado. No ensino fundamental se constatou o problema da distorção idade-série, pois à medida que o ano escolar passava e alguns alunos ingressavam fora da idade - ficando em salas anteriores à sua faixa etária - a evasão aumentava. Propuseram então a universalização do ensino médio, trazendo os alunos para a sede, pois faltavam escolas na zona rural e não era possível inaugurarem escolas ali, devido à quantidade insuficiente de alunos. Entretanto, muitos alunos não queriam estudar e o deslocamento se tornava um empecilho a mais, somado à pobreza de muitas famílias, reforçando o problema do analfabetismo juvenil.

A pobreza, segundo elas, era um dos fatores negativos mais influentes na educação. Na época da colheita, por exemplo, o número de faltas aumentava, porque os pais necessitavam que seus filhos trabalhassem e/ou ficassem cuidando dos irmãos menores. Outro problema era a insegurança no horário noturno em algumas escolas, havendo cancelamento das aulas e piora da situação de alunos que trabalhavam durante o dia.

Dentre as melhorias desejadas, o grupo destacou maior investimento em seus potenciais, inclusão de todas as crianças, implantação de horário integral, melhora do sistema de transporte destinado ao ensino médio, melhoria infraestrutural das escolas estaduais e dos salários para o corpo docente. Propuseram que as escolas possuíssem um pedagogo, pois só havia um profissional para duas/três escolas, e apenas na área urbana. Também faltavam psicólogos efetivos para atuar no ensino médio, gerando muita insatisfação, e precisam rever os convênios já efetuados, por exemplo, com associações e Igrejas, que emprestavam espaços para as aulas, enquanto a Prefeitura cedia funcionários e merenda escolar. A Secretaria Municipal de Educação estava se capacitando para a obtenção do Selo Unicef, um sinal de reconhecimento da qualidade da educação infantil. No geral, a equipe acreditava que a qualidade do ensino havia melhorado muito, “deu uma guinada em suas condições físicas, terminou o professor leigo e a comunidade se envolve mais com as escolas”.

Complementando, no trabalho do CMDRS (JANAÚBA, 2006) listaram as principais questões relacionadas à educação na área rural. Faltava capacitação técnica para os agricultores familiares e cursos para alfabetização de adultos. Várias comunidades rurais solicitavam a extensão do segundo grau para escolas próximas, minimizando as dificuldades dos alunos concluírem o ensino médio, pois alguns interrompiam os estudos por ausência de transporte. Pediam a implantação de uma Escola Técnica e Agropecuária e Agroindústria devido ao potencial agropecuário regional, mas falta de mão de obra especializada e reforma de algumas escolas.

Figura 211: Crianças voltando da escola na sede



Fonte: Foto da autora, 2006.

Com relação aos dados estatísticos, no período 1991-2000 constatou-se redução na taxa de analfabetismo em todas as faixas etárias da população jovem, diminuindo de 24,5% para 11,3% na idade de 7 a 14 anos, para 4,4% na faixa etária de 10 a 14 anos, 4,3% dos adolescentes de 15 a 17 anos e diminuindo pela metade para alunos de 18 a 24 anos, com 6,3%, em 2000. Esses dados, ainda altos, refletiam a melhoria relatada nas entrevistas: percebeu-se um aumento na frequência escolar em todas as faixas etárias. Nesse mesmo período houve aumento de 81,7% para 94,7%, de crianças de 7 a 14 anos frequentando a escola; para os adolescentes de 10 a 14 anos a frequência aumentou de 79,7% para 93%, e de 18 a 24 anos ocorreu a melhoria mais expressivo, de 47,3% para 71,1%.

Tabela 55: Nível Educacional da População Jovem, Janaúba, 1991, 2000

Faixa etária (anos)	Janaúba							
	Taxa de analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% frequentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14	24,5	11,3	-	-	-	-	81,7	94,7
10 a 14	12,4	4,4	64,3	42,1	-	-	79,7	93
15 a 17	8,7	4,3	27,2	12,4	85,8	56,1	47,3	71,1
18 a 24	13,0	6,3	34,1	16,2	72,1	48,6	-	-

- = Não se aplica

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, PNUD, 2003.

Em 2010 houve nova distribuição das crianças por idades, formando-se grupos de 11 a 14 anos, e modificou-se os valores dos outros grupos etários, de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos. Avaliando os novos dados, expostos na próxima tabela, houve melhorias nas taxas de analfabetismo entre 1991-2010. Para alunos de 11 a 14 anos diminuiu-se o analfabetismo, de 12,64%, para 4,28, em 2000, e para 1,99 em 2010, e não houve cálculos da frequência escolar. Entre 15 a 17 anos também houve boa diminuição, de 11,65% para 3,67 em 2000, para 1,53%, em 2010, percentual pouco menor que do grupo anterior, de 1,99%, e o grupo de jovens de 18 a 24 anos apresentou menor redução, de 13,87% para 6,19%, em 2000, terminando 2010 com 2,34% de analfabetismo. Com relação à frequência escolar, houve

aumento do percentual em ambos os grupos, ainda que a melhoria expressiva foi para adolescentes de 15 a 17 anos, passando de 47,30% em 1991 para 85,18%, em 2010, enquanto o grupo de 18 a 24 anos dobrou seu valor de 13,14% em 1991 para 26,60% em 2010 o que, todavia, ainda representava poucos jovens frequentando a escola.

Tabela 15: Nível Educacional da População Jovem, Janaúba, 1991, 2000, 2010

Nível Educacional da População Jovem, 1991, 2000 e 2010						
Janaúba						
Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo			% frequentando a escola		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
11 a 14	12,64	4,28	1,99	-	-	-
15 a 17	11,65	3,67	1,53	47,30	70,90	85,18
18 a 24	13,87	6,19	2,34	13,14	23,00	26,60

'-' = sem informação'

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados.

Dados de Taxa de analfabetismo e % frequentando escola constavam do Novo Atlas, 2010 e % com menos de 4 e 8 anos de estudo constavam do Atlas antigo, 2000.

Logo, o índice de analfabetismo estava elevado, especialmente para crianças de 7 a 14 anos, com 11,35% e para habitantes com mais de 25 anos, 26,25%, dados de 2000. Comparando-se com Poços de Caldas, todas as faixas etárias possuíam mais analfabetos em Janaúba, sendo a maior diferença no grupo de pessoas de 18 a 24 anos, 0,87% em Poços, e 6,27% em Janaúba.

Tabela 56: Índice percentual de Analfabetismo em diferentes faixas etárias populacionais, 2000, Janaúba e Poços de Caldas

ANALFABETISMO	JANAÚBA	POÇOS DE CALDAS
% crianças de 7 a 14 anos analfabetas	11,35	3,22
% adolescentes de 15 a 17 anos analfabetas	4,29	1,27
% pessoas de 18 a 24 anos analfabetas	6,27	0,87
% pessoas de 25 anos ou mais analfabetas	26,25	7,26

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, PNUD, 2003

Neste período, a porcentagem de pessoas entre 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo abaixou de 34,06% para 16,24%, enquanto o grupo com menos de oito anos de estudo reduziu-se de 72,09% para 48,63%. O percentual de pessoas com doze anos de estudos ou mais aumentou apenas um ponto percentual, de 1,78% para 2,7% e aqueles que frequentavam curso superior eram poucos, 3,31 %, em 2000, elevando-se para 13,29%, em 2010, ano em que os outros dados desse grupo não foram publicados.

Tabela 57: Nível educacional da população entre 18 e 24 anos, Janaúba

JANAÚBA		
NÍVEL EDUCACIONAL (POPULAÇÃO ENTRE 18 E 24 ANOS)	1991	2000
% pessoas com menos de quatro anos de estudo	34,06	16,24
% pessoas com menos de oito anos de estudo	72,09	48,63
% pessoas com doze anos ou mais de estudo	1,78	2,7
% pessoas freqüentando curso superior	1,27	3,31

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, PNUD, 2003

Em 2000, a média de anos de estudo da população de 24 anos ou mais também não era satisfatória, apenas 4,5 anos. A porcentagem de pessoas com 4 e 8 anos de estudos diminuiu, e com doze anos de estudo também, para 3,49%, percentual muito pequeno. Em 2010 esses dados não foram publicados, à exceção do percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas, abaixando de 36,3% em 1991 para 27% em 2000, e para 18,8%, em 2010, uma melhora positiva (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; PNUD Brasil; Ipea; FJP, 2020).

Tabela 58: Nível educacional da população de 25 anos ou mais, Janaúba, 1991, 2000

NÍVEL EDUCACIONAL (POPULAÇÃO DE 25 ANOS OU MAIS)	1991	2000
Média de anos de estudo das pessoas	3,62	4,56
% pessoas com menos de quatro anos de estudo	56,75	46,24
% pessoas com menos de oito anos de estudo	82,26	74,07
% pessoas com doze anos ou mais de estudo	3,68	3,49
% pessoas que frequentam curso superior	0,19	0,51

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, PNUD, 2003

A despeito de todas as dificuldades, se comparado aos municípios da sua microrregião, em 2000 Janaúba era o que apresentava o menor índice de analfabetos, ainda que o analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais chegasse a 19,8%, e seu percentual de crianças de 07 a 14 anos nas escolas estivesse entre os melhores, 94,5% (IBGE, 2000).

Para se conhecer a situação dos esportes no município foi realizado um encontro com vários representantes da área, como professores, treinadores, coordenador pedagógico, entre outros. O grupo relatou que Janaúba possuía dois ginásios poliesportivos: um na periferia da sede e outro em Vila Nova das Poções. Existiam também escolas particulares de futebol, com cerca de trezentos alunos, uma quadra particular na sede e dois clubes particulares: o AABB e o Clube Campestre. Nas escolas que possuíam quadras não havia coberturas, o que prejudicava sua utilização em dias quentes ou chuvosos. Além da ausência de um centro esportivo, faltavam materiais e a oferta de esportes para quando os alunos se graduassem. Também não havia projetos nos bairros e periferias fora do horário escolar, salvo raras

exceções, no caso do CAIC. Antes de 2006 as escolas não possuíam professores de educação física, contratados nesse ano. Um habitante do bairro Ribeirão do Outro enfatizou a importância do esporte em sua comunidade e de investimentos públicos para os jovens: “No meu bairro duas coisas movem a comunidade, futebol e religião – são para mobilizar a comunidade. As pessoas que gostam de futebol não têm recurso e aí está o social (é onde o poder público deve investir). Existem jovens no caminho errado porque falta um projeto”.

Apesar das dificuldades, o esporte funcionava bem nas escolas e em algumas instituições, envolvendo treinamentos e competições, oferecendo xadrez, vôlei, futebol, e capoeira, “que era um destaque, muito procurada e um cartão de visita regional”, disse um professor. O projeto atendia a quase 1200 crianças e jovens em vários locais, como escolas municipais, programas sociais, creches e na APAE. Nos bairros, apesar de não haver instalações esportivas, o projeto funcionava em espaços improvisados.

Figura 212: Roda de capoeira no CAIC



Fonte: Foto da autora, 2006.

O professor de xadrez, Renato, havia sido campeão brasileiro e tri campeão escolar mineiro de 2002-2004, junto aos alunos de Janaúba. O Xadrez era oferecido no PETI e na Escola Municipal José Gorutuba. Em Vila Nova das Poções se oferecia futsal feminino até os 14 anos, mas sua professora, Cíntia, acreditava que o esporte no estado tinha perdido sua prioridade relativa à qualidade técnica, enquanto a socialização se tornou seu objetivo central.

Frequentemente eram realizados campeonatos amadores no município, contaram, “mas falta melhorar a distribuição de recursos, porque as lojas de esportes que contribuem são geralmente as mesmas, bem como os patrocinadores, o que gera uma carga pesada para a iniciativa privada”. Em 2006 o município sediou os Jogos Escolares, JENG, em sua fase regional. Janaúba foi bicampeã dos Jogos Intermunicipais, JIMI, em futebol de salão, e obteve outros bons resultados. O Handball masculino ficou em quarto no Brasileiro. Um janaúbense campeão mineiro de caratê foi classificado para o Pan americano, contaram os entrevistados com orgulho. Eles realizavam também campeonatos locais de xadrez e futebol, e possuíam uma Associação dos Atletas, que promovia vôlei na Praia do Copo Sujo onde, a partir da

limpeza recente do rio pela Prefeitura, a Associação pretendia criar áreas de lazer e reiniciar as práticas desportivas.

Segundo o grupo, um dos problemas mais sérios era a ausência de uma Secretaria Municipal de Esportes, pois a área não possuía autonomia e recursos próprios, mas verbas aprovadas para a educação. Desejavam, portanto, mais incentivo, espaços desportivos e materiais, apoio às competições e a constituição de um conselho. Todavia, como sintetizou um entrevistado, “levando em conta a escassez de recursos, os resultados que alcançamos são muito expressivos”.

Em termos culturais, o município possuía muitos bens históricos, ainda que vários se encontrassem em estado avançado de degradação. A maioria dos arquivos sobre sua história estava nas mãos de particulares, e a equipe do Patrimônio Histórico da Prefeitura buscava localizá-los para a criação de um acervo público. Os destaques de seu patrimônio edificado eram o conjunto arquitetônico da Avenida Brasil; Catedral Sagrado Coração de Jesus, Igreja de Bom Jesus; Capela de Santa Luzia, Capela de São Sebastião, Igreja Nossa Senhora da Saúde, casario da Rede Ferroviária Federal, Jardim de Infância Josefina Azevedo, busto da Gorutubana, busto de Vítório Evangelista e bens sacros, sendo estes tombados pela Diocese. Em termos de patrimônio ambiental de destacavam o rio Gorutuba, o Lago da Barragem do Bico da Pedra, a Serra do Taquaral, as cachoeiras e praias de Barreiro da Raiz.

Figura 213: Estação Ferroviária em Quem-Quem, a última do município



Fonte: Prefeitura Municipal de Janaúba, 2006.

Janaúba possui também um núcleo histórico em Jacaré Grande que, como comentado, é constituído pelos quilombolas do Assentamento Novo Palmares, descendentes de escravos brasileiros da Bahia, que chegaram ao município no final dos anos 1920.

Figura 214: Catedral Sagrado Coração de Jesus e Jardim de Infância Josefina Azevedo



Fonte: Prefeitura Municipal de Janaúba, s.d.

O calendário local de festas religiosas é muito extenso e revela a forte religiosidade da população que, desde a fundação do povoado teve como valor suas crenças religiosas, predominando por muitos anos a tradição católica. Entre as festas está a de Nossa Senhora da Saúde, dos quilombos, realizada através de parceria entre a Diocese e a Prefeitura, na qual participam aproximadamente dez mil pessoas, que caminham até dez km descalças para chegarem a Jacaré Grande. É uma Romaria que acontece desde 1914, pouco divulgada, mas muito respeitada pelos quilombolas, faltando-lhes infraestrutura para receber um grupo tão grande. Logo, a equipe da Prefeitura pretendia construir uma área para as estadias e um parque no local. Outras celebrações são a Festa do Sagrado Coração de Jesus (padroeiro da cidade); a Festa de Nossa Senhora Aparecida, diversas festas de padroeiros de comunidades rurais e igrejas de bairros, como a Festa de Santo Antônio e a Festa de São Sebastião.

Dentre as festas folclóricas havia a Folia de Reis e o tradicional Viva São João Gorutubano, realizado pela Prefeitura em praça pública, com apresentação de grupos de quadrilha e outras danças populares, como a Dança do Pote e a Dança da Roxa (passadas de geração em geração entre os gorutubanos), apresentações musicais, capoeira e barraquinhas de comidas típicas. Há ainda o tradicional Carnaval Já-Na-Folia; o Carnaval com Cristo (manifestação evangélica que reverencia o Momo); a Vaquejada Grotão da Saudade, onde competem vaqueiros de todo o país, com shows e leilões de gado; o aniversário da cidade; a Exposição Agropecuária, também com leilões de gado, concursos leiteiro, de animais e shows. Essa exposição iniciou-se em 1967 e é considerada uma das melhores do país em termos da qualidade do gado, atraindo comerciantes brasileiros e de países do Mercosul. Completava o calendário festivo o Dia do Gorutubano, homenagem aos nativos, celebrado e comemorado em sessão solene na Câmara Municipal, em eventos escolares e atividades nas comunidades tradicionais²²².

²²² Também existia em Janaúba uma Associação Cultural constituída a mais de 20 anos por voluntários, que instituíram algumas celebrações como a Festa do Umbu, de dimensão nacional. Desde 2001 três festas foram realizadas, em parceria com a EMATER, a EPAMIG, o IEF e outros grupos. O umbu é uma fruta do cerrado, do semiárido brasileiro, com possibilidades de aproveitamento no agronegócio.

Figura 215: 3ª EXPOJAN de 1970, Parque de Exposições de Janaúba, e EXPOJAN recente



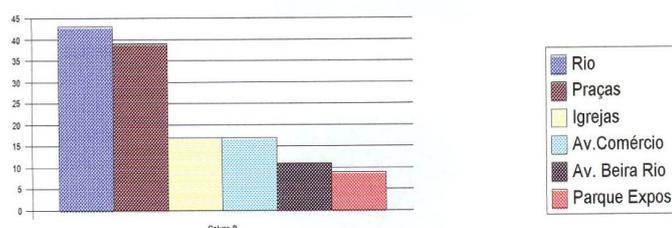
Fonte: Foto Heloísa Cruz, 1970; foto sem crédito (*apud* MOTA, 2020, p.38; p.61).

Em Janaúba existiam as danças do pote, da rocha, o sapateado, batuque, a catira, algumas destas adaptadas com a influência da cultura religiosa; e danças folclóricas tradicionais como a Danças do Jongo, Maculelê, Puxada de rede e o Samba de Roda, segundo relatado por um grupo dos artistas local.

Na enquete realizada com a população através do GTC Social, procurou-se compreender o simbolismo urbano, do ponto de vista do morador. Perguntados sobre quais os elementos físicos o morador mais se identificava e gostava em Janaúba, a maioria respondeu o Rio Gorutuba, seguido das Praças. O elogio ao rio relacionou-se principalmente às suas áreas de lazer como o Balneário, a Ilha do Caiçara e Barreiro da Raiz. As praças mais citadas foram a da Igreja Matriz e a Praça do Cristo Redentor. Outros elementos lembrados foram as Igrejas, a Av. Comercio, a Av. Beira Rio e o Parque de Exposições, que receberam aproximadamente o mesmo número de respostas, e os serviços de PSF e o transporte também foram citados, poucas vezes. Estas respostas demonstraram a importância do espaço público para os moradores, que identificaram alguns elementos como seus preferidos, relacionados principalmente ao lazer.

Gráfico 52: Resposta dos moradores com relação ao simbolismo do município, 2006

1. Com quais elementos físicos fixos ou físicos móveis você mais se identifica e gosta em sua cidade?



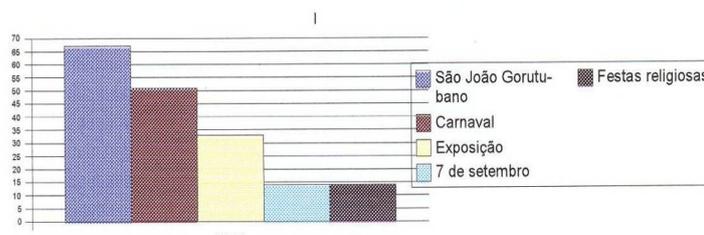
Fonte: Relatório do GTC Social, 2006b.

Essa percepção foi confirmada no gráfico a seguir, que revelou as principais imagens, atividades e acontecimentos que os moradores reconheciam em Janaúba, sendo os mais

citados, por ordem de frequência, o São João Gorutubano, o Carnaval, a Exposição (Agropecuária), o 7 de setembro e as festas religiosas.

Gráfico 53: Respostas dos moradores com relação as principais imagens e acontecimentos de Janaúba, 2006

2. Quais as principais imagens, sistemas, acontecimentos, atividades ou serviços você reconhece como os que mais e melhor caracterizam sua cidade?



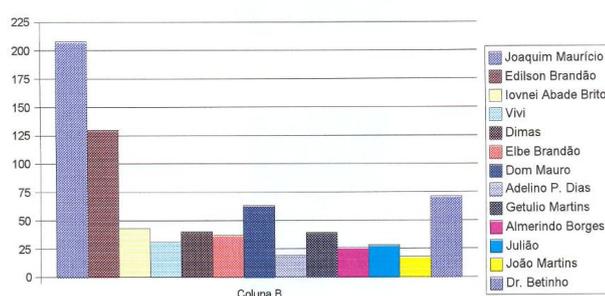
Fonte: Relatório do GTC Social, 2006b.

Quando perguntados sobre as grandes personalidades de sua cidade o mais citado foi Jackson Antunes, escritor, seguido de Edílson Brandão, político e do prefeito naquele momento, Ivonei A. Brito. Outras personalidades dividiram a atenção dos participantes: Dr. Betinho, Dom Mauro, Vivi, Dimas, Elbe Brandão, Adelino P. Dias, Getúlio Martins, Almerindo Borges, Julião e João Martins.

Gráfico 7: Resposta dos moradores com relação às personalidades locais reconhecidas, 2006

6. Quais as grandes personalidades que você se lembra que a cidade cultua e que nela nasceram, ou viveram. Ou sobre ela exerceram influência?

Na área cultural a unanimidade foi para **Jackson Antunes**, nas demais áreas, conforme gráfico abaixo:



Fonte: Relatório do GTC Social, 2006b.

O município possuía também vários artistas, como escritores, músicos, pintores, cozinheiros e muitos artesãos que trabalhavam com bordados, cerâmica, além de músicos, bandas, o Coral da Melhor Idade, e grupos de teatro. Dentre as crenças e mitos de Janaúba estão o “Bicho da Barragem” (um animal similar a um dragão que vive no lago), o Lobisomem da comunidade de Jacarezinho e a aparição de Nossa Senhora da Boa Viagem, em Jacaré Grande. No local existe um pequeno santuário, onde pessoas deixam ex-votos, lembranças

e moedas. Alguns habitantes destacaram ainda a culinária local, como a carne de sol, a feijoada e o arroz de carreteiro.

Figura 216: Temperos locais vendidos no Mercado Central



Fonte: Foto da autora, 2006.

Dentre os espaços culturais um dos principais era o Espaço Cultural Central do Brasil, público, onde funcionava a Biblioteca Pública e eram realizados cursos de cerâmica, artesanato, bordado, culinária e outros. Possuía cerca de 600 alunos, desde crianças até idosos. Seu professor, Alex Bruno, contou que vários alunos comercializavam seus produtos, o que ampliava a renda familiar, explicando: “É um projeto que valoriza os alunos, pois eles aprendem, produzem e têm um lugar para vender suas peças”, na loja ao lado. A Loja de Artesanato mantinha uma exposição permanente de artesanato e um de seus atrativos era a cerâmica Maria Buçu, resgatada a partir do Projeto da Fundação Ouro Preto, além dos trabalhos do Seu Adão do Pote, que produzia potes de cerâmica. Complementava o espaço um Centro de Informática, com cursos permanentes destinados à população e aos alunos de escolas públicas. O funcionário público Anderson dos Anjos contou que se pretendia realocar a Biblioteca para outro espaço, repassando sua sala para o Projeto do Artesanato e incrementar todo o Centro. Outros participantes sugeriram a construção de um Complexo Cultural ao redor da Linha Férrea, constituído por um Centro de Convenções, o Museu Municipal da Cultura Gorutubana e uma Praça de Esportes. Havia também o Centro Cultural Marly Sarney, com 400 lugares, pertencente ao Sindicato dos Produtores Rurais, onde eram realizados eventos como teatro, convenções e seminários, e o auditório da Prefeitura Municipal, com capacidade para 100 pessoas.

Em 2019 o Centro Cultural Central do Brasil foi reformado e reinaugurado, através de parceria entre a Prefeitura e o Instituto Federal do Norte de Minas - um “local de lazer, cultura e atividades recreativas”, disse o prefeito Carlos Mendes. A biblioteca continuou funcionando ali, em nova sala, três salas foram cedidas ao Instituto e existem também a sala da Diretoria de Cultura, palco para atividades recreativas, sala de informática, pátio e cozinha. Além dos cursos gratuitos já tradicionais do Centro seriam oferecidos yoga, dança, espanhol e humanidades em preparação para o ENEM (SANTOS, 2019, s.p.).

Figura 217: Parque de Exposições, uma adolescente em aula de cestaria, a lojinha do Espaço, grupo de bordadeiras na aula e meninas aprendendo a lidar com a fibra da bananeira



Fonte: Foto 01 da Prefeitura Municipal de Janaúba, 2006, e fotos da autora, 2006.

Para complementar estes dados, foi realizado um encontro com diversos artistas plásticos e responsáveis pelo Setor do Patrimônio Cultural da Prefeitura²²³. Relatando sobre a formação de seu povo, como já comentado, uma das participantes contou que “as duas culturas, aquela do gorutubano e a dos ‘novos’ habitantes de Janaúba vêm se enfrentando, porque para os mais jovens, ser gorutubano é falar mal, ser matuto [...]”. Há apenas 10 anos se realizava um resgate sistemático da cultura gorutubana, “para reverter o processo de desvalorização sofrido ao longo das décadas”, iniciando-se um processo de preservação e transmissão de sua cultura. No entanto, o grupo acreditava que as ações ainda eram insuficientes diante do grande potencial.

Nesse sentido, foi implantado o Projeto de Educação Patrimonial “Aulas Passeio pelas Ruas de Janaúba” em todas as escolas, visando “o desenvolvimento de atividades educacionais voltadas para o despertar do uso e apropriação dos bens culturais, destinados a estudantes do ensino fundamental e médio”, para que eles estabeleçam “vínculos afetivos entre sua história de vida e a memória da cidade” (JANAÚBA..., 2006). Alunos e professores visitaram os núcleos rurais para conhecerem sua cultura que, conforme o grupo, era melhor transmitida pela oralidade do que pela formalidade. Assim, eles desejavam estimular a comunidade a preservar seu patrimônio, considerando espaços que despertassem nos alunos a diversidade

²²³ Um dos professores de antropologia da Unimontes, de Montes Claros, realizou uma tese de doutorado sobre a cultura de Janaúba. Também foi feito um trabalho de graduação no Curso de Letras sobre a história do Município, que seria transformado em livro.

de manifestações cotidianas, identificando os bens e valores do acervo cultural, inclusive seu núcleo original. Após as visitas, os alunos expressavam suas experiências segundo as capacidades de cada faixa etária, através de desenhos, quebra-cabeças, elaboração de textos e mapas.

No início dos anos 2000 o poder público criou um Departamento para zelar pelo Patrimônio Histórico e Cultural, e sua equipe estava preparando a documentação para inventariar alguns bens junto ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, IEPHA. A Lei de Incentivo Municipal a Cultura e a Lei de Proteção Patrimonial foram aprovadas em 2001, criando-se o Fundo Municipal de Cultura, que vinha recebendo algumas doações, e estruturou-se um novo Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural. Em 1998 iniciou-se o tombamento da Igreja de Bom Jesus, mas esse não foi finalizado. Outros bens tinham potencial para serem tombados, contou o grupo, como as “praias”, a Igreja de Jacaré Grande e o Prédio do Jardim, e eles pretendiam realizar seus dossiês. Em 2018 foi finalizado o Dossiê de Tombamento do Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça Dr. Rockert, o da Capela do Senhor Bom Jesus, e o da Biblioteca Pública, bem com o registro do modo de fazer da blusa gorutubana e o inventário de vários bens municipais (JANAÚBA, 2020).²²⁴

Uma de suas propostas de futuro incluía oferecer cursos de arte e artesanato, para transmitirem conhecimentos e formarem grupos de trabalho, através da doação de materiais e financiamento do Fundo de Apoio ao Trabalhador, FAT. Anderson de Castro, responsável pelo Departamento Municipal de Cultura defendeu ainda que este deveria ser uma Secretaria, com dotação orçamentária própria, para promover as riquezas patrimoniais de maneira mais efetiva.

224 https://janauba.mg.gov.br/arquivos_publicos/documentos_cultura.

Figura 218: Igreja do Bom Jesus (1939), patrimônio imaterial, “Praia do Copo Sujo, ritual das lavadeiras” e Praça Central Dr. Rockert (1966), ambas do início da formação do distrito



Fonte: Primeiras fotos, Prefeitura Municipal de Janaúba, 2006, terceira foto, da autora, 2006.

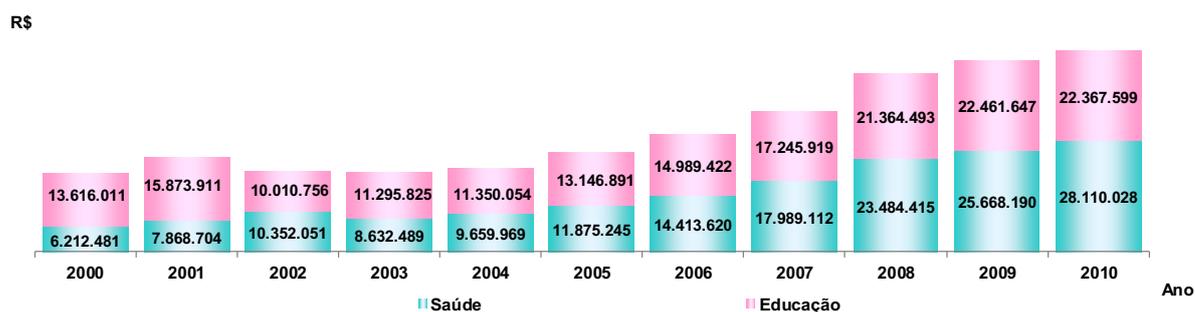
Em relação ao panorama da saúde, em 2006 sua Secretaria e Conselho estavam subordinados diretamente ao Prefeito, e o município integrava o Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS) da microrregião, com mais treze municípios, tornando-se um polo de atendimento, com ampla abrangência de atendimentos. Seu secretário era um médico muito respeitado e elogiado pela população nas entrevistas, Dr. Helvécio C. Albuquerque. Desde 2000 se praticava no município a Gestão Plena da Atenção Básica, com duas equipes de PSF, profissionais especializados para consultas e serviços diagnósticos e terapêuticos de média complexidade ambulatorial e hospitalar, referenciando os de alta complexidade para Montes Claros ou Belo Horizonte.

Os serviços na área se estruturavam em Coordenação, Serviço de Controle e Avaliação, Divisão Odontológica, Divisão Médica, Divisão Administrativa, PSF - Coordenadoria, Farmácia, Vigilância Sanitária e Almoarifado - cada qual realizando seu próprio planejamento, que depois era discutido pela Coordenação e apreciado pelo Conselho Municipal. Em 2006 havia 16 conselheiros e a função do Conselho era a ampliação do controle e da participação na gestão do Sistema Único de Saúde, SUS. A Secretaria Municipal estimulava o controle social através de reuniões mensais, incentivava a realização da Conferência Municipal de Saúde e capacitava os Conselheiros. Nos anos 2000 foi implantado o Sistema de Informação em Saúde, que ampliou os mecanismos de coleta, processamento, análise e transmissão das informações, para planejamento das ações. As informações eram obtidas nas Unidades Assistenciais Públicas e Privadas, contratadas e/ou conveniadas,

Centros de Saúde, Unidades de Atenção Básica e Ambulatórios. Introduziu-se também o Sistema de Controle e Avaliação Municipal, com informações de pessoas físicas e jurídicas para avaliar a qualidade, desempenho e grau de resolutividade das ações e serviços do SUS. Segundo o Sistema, as especialidades mais procuradas eram endocrinologia, reumatologia, urologia, dermatologia e neurologia.

Com relação às despesas na área, como visto no próximo gráfico, houve uma evolução expressiva das despesas com a saúde de 2000 a 2002, de R\$ 6.212.481 para R\$ 10.352.051, seguida de queda em 2003, para R\$ 8.632.489, e depois os valores subiram até 2010, para R\$ 28.110.028, sendo que entre 2006-2010 houve aumento muito expressivo de 100% nas despesas. Relativo às despesas educacionais, em 2000 o valor era de R\$ 13.616.011 e houve aumento no ano subsequente, para depois diminuir seu valor em 2002, para R\$ 10.010.756, que então elevou-se de 2003 a 2010, com investimento final de R\$ 22.367.599, ou seja, o aumento, positivo, não foi tão elevado quanto as despesas da saúde.

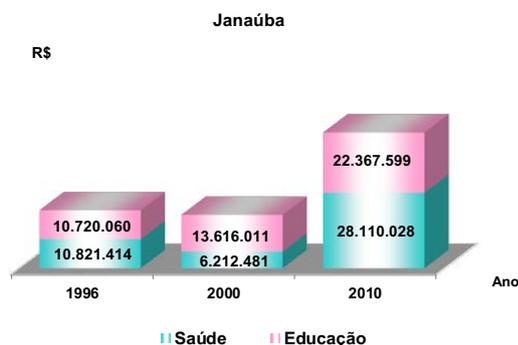
Gráfico 54: Evolução das Despesas com Saúde e Educação, a preços constantes, Janaúba, 2014



Fonte: BRASIL, 2020.

Considerando os três anos bases (utilizando-se 1996, pois os dados de 1991 estavam indisponíveis), em 1996 as despesas de saúde e educação estavam equiparadas, perto dos R\$ 10.800.000 cada, com queda expressiva nesse valor para a saúde em 2000 e aumento para a educação, sendo que entre 2000-2010 revelou-se impressionante aumento na saúde, para R\$ 28.110.028, e para a educação seu valor subiu para R\$ 22.367.599, ambos bem positivos.

Gráfico 55: Evolução das Despesas com Saúde e Educação, a preços constantes, Janaúba, 2014

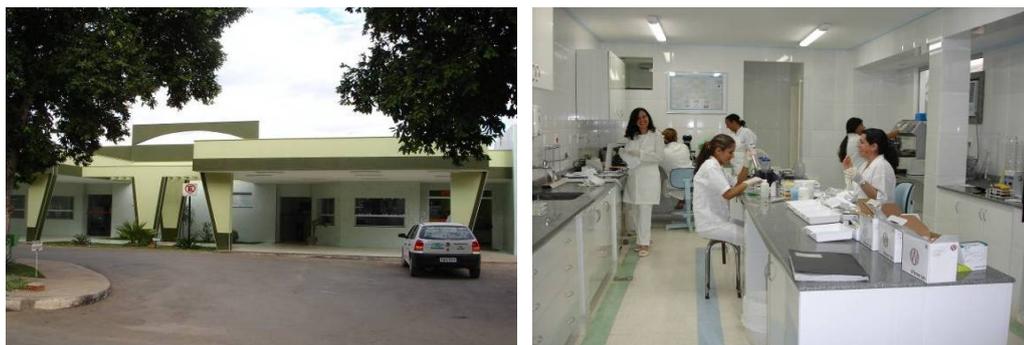


Fonte: BRASIL, 2020.

Em 2006 seu sistema de saúde possuía vários equipamentos: um Hospital privado e filantrópico, com UTI neonatal; um Hospital Regional; dez Unidades de Saúde da Família - USF (sete na zona urbana e três na zona rural); treze equipes de PSF; um Ambulatório de Unidade de Saúde (Hospital); cinco laboratórios privados e um público; doze consultórios odontológicos públicos (oito na rede urbana e quatro na rural); uma Unidade Móvel de Saúde, com consultório médico e odontológico; duas clínicas com exames de ultrassonografia e endoscopia conveniadas; duas clínicas oftalmológicas conveniadas; um Centro de Atenção Psicossocial, CAPS; e Vigilância Sanitária, formada por Vigilância Epidemiologia, Endemias e Controle de Zoonoses.

Em entrevista, José Batista Neto, o gerente geral da Fundação de Assistência Social de Janaúba, FUNDAJAN, criada em 1974, contou que esta possuía duas unidades hospitalares: o Hospital Regional e o Hospital Sagrado Coração de Jesus, filantrópico - onde fica a sua sede - que era uma referência microrregional. Para sua manutenção, havia carnês de auxílio oferecidos à população, com cerca de cinco mil colaboradores em 2006, mas alguns não pagavam frequentemente. Segundo José: “sem os carnes não seria possível existir o Hospital”, somando-se à contrapartida municipal, mas a FUNDAJAN ainda tinha prejuízos. O Hospital ocupava 6.000 m², com 1.900 m² de área construída, com 95% de atenção aos pacientes do SUS que, apesar de repassar os recursos em dia, não cobria inteiramente os gastos, ampliados devido à atenção aos pacientes de outros municípios. Possuía setenta leitos e tinha o déficit de 120 leitos, oferecendo serviços de Raio X, ultrassonografia, eletroencefalograma, obstetrícia, cardiologia, ortopedia, clínica geral e cirurgias.

Figura 219: Hospital Sagrado Coração de Jesus e seu laboratório, reformado



Fonte: Fotos da autora, 2006.

Atendia a referência da assistência médica hospitalar, ambulatorial, urgência e emergência (com os médicos plantonistas se revezando em escalas. No hospital regional, os plantões ocorriam com os médicos de sobreaviso), gestação de alto risco e UTI neonatal de alta complexidade – desde 2004 -, com custo elevado, pois a mão de obra era muito cara e o SUS arcava apenas com a metade do valor, sendo a outra metade do município. Financeiramente, a UTI gerava prejuízos que não eram repartidos com os demais municípios pactuados, mas era muito relevante, por ser a única UTI neonatal regional. Ela possuía cinco leitos e para cada recém nascido era necessário uma enfermeira 24 horas. Conforme a pediatra da UTI, Dra. Patrícia, não havia profissionais suficientes e os leitos estavam sempre ocupados, pois eram muitas as incidências de parto prematuro, mas a sobrevivência dos pacientes era alta. A médica se preocupava com a manutenção financeira da UTI e relatou que os equipamentos deveriam ser ainda melhores, sugerindo que o Hospital poderia estruturar um berçário, para ampliar a disponibilidade da UTI neonatal, para transferir os recém nascidos quando melhorarem. No mais, faltavam no Hospital alguns atendimentos de média complexidade como patologia clínica especializada, radio diagnóstico, anatomia patológica e citopatologia, radioterapia, quimioterapia, tomografia e ressonância magnética. Em geral, faltavam cirurgias de alta complexidade, uma UTI pediátrica e de adulto. Outro problema era a dificuldade de contratar mais médicos, devido a salários menores que em municípios próximos.

O outro Hospital, Regional, atendia aos casos de média complexidade, possuindo clínica, pediatria, ortopedia - inclusive traumática, cirurgia geral, cirurgias femininas e pediátrica, hemodiálise e um pronto atendimento. Em 2006 o Hospital ocupava cerca de 30% de sua área física e funcionava há apenas dois anos. Em entrevista com o enfermeiro geral, Alisson Alves ele disse que o enfoque da instituição eram as urgências regionais, incluindo atendimento às gestantes e crianças. Existiam ortopedistas para atendimento ambulatorial e um médico plantonista, insuficiente para atender às emergências, que chegavam a 80 pessoas/dia. Eles possuíam o Centro Cirúrgico, para cirurgias eletivas e a Clínica, mas faltava espaço para Internações. Dentre os novos atendimentos estavam a cirurgia de catarata e a

hemodiálise, que se tornou referência regional. Segundo Alisson, o PSF tratava os pacientes em suas próprias unidades e ele notou que “a resolutividade do sistema aumentou depois da implantação do Programa” e que “a melhora da FUNDAJAN foi muito grande nos últimos anos, mas a Saúde Pública deixa a desejar, pois a demanda é superior à oferta”. Os agentes do PSF visitavam as famílias constantemente e agendavam os atendimentos, diminuindo as demandas hospitalares.

Figura 220: Hospital Regional de Janaúba e um de seus consultórios



Fonte: Fotos da autora, 2006.

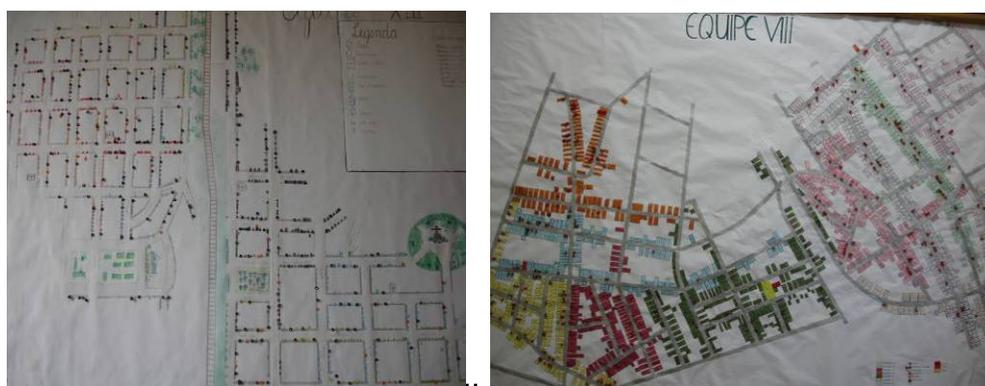
No Centro de Especialidades, localizado na sede, a auxiliar de enfermagem, Dora, contou que havia fisioterapia respiratória, neurologia, cardiologia, e pequenas cirurgias, com grande procura local e regional. Um dos atendimentos mais demandados era para tratamento de problemas de adenoide, considerado alto. Ela disse ainda que o espaço era provisório, pois estavam construindo um edifício próprio. Dr. Roberto, otorrinolaringologista que atendia no Centro, destacou que “minha equipe deseja aumentar a credibilidade da saúde municipal, aumentando seu grau de referência para as cidades circunvizinhas.”

Relativo às Unidades de Apoio ao PSF, Janaúba optou por um sistema que priorizava a atenção básica. O número de equipes aumentou de quatro para doze, acompanhando 100% da população em 2005. Cada Unidade tinha uma ou mais equipes de PSF e a transformação dos Postos em Unidades de Saúde da Família, USF, possibilitando às equipes uma melhor assistência. Assim, cada conjunto de famílias tinha sua equipe de saúde: médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem e agentes, que contam com apoio de outros profissionais como dentista, assistente social e psicólogo. A USF mais próxima de cada família tornou-se, assim, a porta de entrada para o sistema de saúde, atendendo do recém-nascido ao idoso e, quando necessário, encaminhando o paciente para outros níveis de complexidade. Esta estratégia permitiu a integração entre as atividades de promoção e assistência em saúde e uma ação profilática. Cada Equipe de Saúde da Família atendia entre 2.400 a 4.500 pessoas.

As equipes do PSF acompanhavam enfermidades e doenças crônicas, realizavam atendimentos de pré-natal; planejamento familiar; pediatria; vacinação; saúde da mulher, adultos e idosos; vigilância nutricional; educação das famílias, visitas domiciliares e atenção

odontológica. Cada PSF possuía sua própria farmácia, com dez locais de distribuição - a Farmácia Central, três nos distritos e mais seis nas USF. Um dos médicos do PSF, Dr. Marcelo disse que “um dos problemas enfrentados é a falta de informações de uma população muito carente, que em alguns momentos não acredita na efetividade dos serviços prestados pela equipe”. Para o gerente da USF de Dente Grande - que possuía duas equipes de PSF e atendia a cerca de dez mil pessoas/ano: “Falta estrutura familiar. Falta higiene. Não existe trabalho para as mães e lhes falta orientação. Sem estrutura psicológica da mãe, ela não aceita a ideia do agente (de saúde) [...] as mães vão nas reuniões e os pais não. O que mais existe entre eles é o alcoolismo”. Além disso, ele se preocupava porque quase a metade dos atendimentos era para jovens que se prostituíam, havendo muitos casos de aborto, HIV e ausência de preservativos para distribuição.

Figura 221: Mapas das equipes do PSF referenciadas na Unidade de Saúde Herlinda S. Dias Brito: território atendido e enfermidades das famílias



Fonte: Fotos da autora, 2006.

Recentemente desenvolveram um plano de vacinação, com campanhas para a manutenção da erradicação da poliomielite e do sarampo, vacinando-se todas as crianças menores de 05 anos. Outra iniciativa foi a pesagem das crianças até dois anos, ainda que a equipe pretendia estender essa idade para cinco anos, melhorando sua nutrição no caso de baixo peso.

Com o intuito de discutirem sobre o PDD (2006), houve reuniões em várias UBS nas áreas urbana e rural, e cada equipe apontou os problemas observados em suas regiões de atendimento, ressaltando que os agentes do PSF podem ter uma visão do entorno familiar e de suas residências, percorrendo grande parcela do território. Os resultados revelaram um conjunto expressivo de problemas frequentes em várias localidades e a sugestão de soluções.

As equipes da área urbana apontaram como problemas frequentes a falta de saneamento básico, animais soltos nas ruas, escoamento de esgoto e resíduos de curtume às margens do rio Gurutuba, falta de sanitários nas residências, moradias inadequadas; desemprego, ausência de pavimentação, dificultando acesso às residências e movimentação da população em geral, marginalização, prostituição, gravidez na adolescência, alcoolismo e drogas; alta

incidência de problemas dermatológicos e respiratórios; insuficiência de seringas, agulhas e medicamentos, principalmente para diabéticos e hipertensos; Ineficiência em atendimentos especializados, problemas infraestruturais nas próprias UBS e/ou falta de equipamentos, falta de segurança pública, falta de água encanada ou potável e/ou de energia elétrica na zona rural, muitos terrenos baldios e matagais, abertura de valetas para escoamento de esgoto e lixo nas ruas (coleta de lixo insuficiente); falta de controle da vigilância sanitária, necessidade de ambulâncias para localidades distantes do centro, analfabetismo, baixo nível de escolaridade, carência alimentar e desnutrição; existência de surtos de diarreia e catapora. Além disso, a extensão territorial é um problema à execução dos serviços; existe grande resistência aos tratamentos oferecidos, uma vez que as tradições oferecem tratamentos alternativos, mas nem sempre eficazes; baixas condições socioeconômicas; uso de métodos contraceptivos inadequados, ausência de transporte rural; dificuldade de atendimento à população no Hospital Regional na ausência de médicos nas USF.

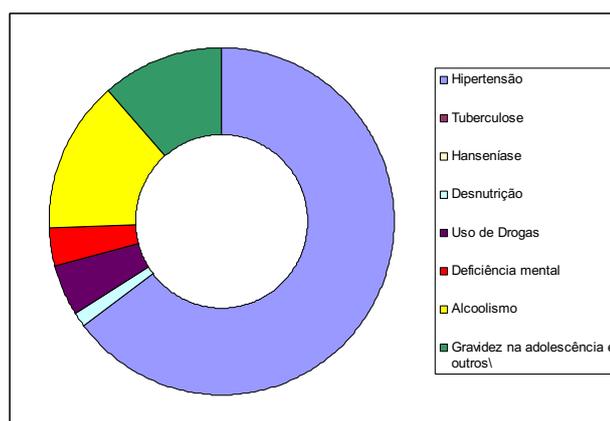
Como soluções, eles apontaram estruturar a coleta de lixo, inclusive a seletiva; implantar e /ou ampliar a rede de esgoto; construir banheiros populares para a população carente; pavimentar as ruas; criar casas de apoio e oficinas operativas para diminuir a marginalidade, prostituição e uso de drogas; implantar o aterro sanitário; contratar mais pediatras, dermatologistas e cardiologistas, ampliar os programas de alfabetização de adultos; implantar pavimentação asfáltica e manutenção das ruas após o período chuvoso; ter rondas policiais periódicas; iluminar todas as ruas; proibir e fiscalizar a criação de animais nos domicílios; implantar transporte coletivo em algumas áreas; aumentar a quantidade de medicamentos na farmácia básica; ampliar recursos para trabalhar em planejamento familiar; criar oportunidades de trabalho; investigar causas dos surtos de diarreia, catapora e problemas de pele; limpar o rio Gortuba; divulgar e implantar programas de métodos contraceptivos; construir postos policiais em certos bairros para garantir a segurança da comunidade; criar grupos de apoio para doentes crônicos, portadores de doenças degenerativas e deficientes físicos; construir uma quadra de desportiva.

Nos distritos foram reunidas três equipes do PSF, que sugeriram a realização de concurso público para preenchimento dos cargos na área de saúde, pois o vínculo empregatício precário e a alta rotatividade no setor prejudicam a qualidade dos serviços; melhoria operacional das equipes na área, com mais capacitações para realizarem mobilizações sociais; apontando para falta de transporte coletivo e má conservação das estradas, o que diminui a procura por tratamentos e, logo, aumenta a gravidade e incidência de doenças. É necessário melhorar a coleta de lixo rural, reparar a Unidade de Saúde Móvel, divulgar os trabalhos do PSF nas escolas, para conscientizar a população acerca do seu trabalho e cuidados com a saúde; melhorar a integração entre os setores da saúde para levantamento

de problemas e criação de um sistema de regulação eficiente; aumentar o envolvimento dos conselhos municipais em campanhas de higiene, educação sanitária e saúde em geral e investimento em programas que conciliem o sistema educacional e de saúde.

No trabalho do GTC as principais enfermidades locais citadas foram a hipertensão, seguida pelo alcoolismo, gravidez precoce, uso de drogas e deficiência mental.

Gráfico 56: Problemas de Saúde mais frequentes em Janaúba, 2006



Fonte: GTC Social, 2006b.

Outros dados revelaram que, entre 1991-2010, a taxa de mortalidade infantil diminuiu 14,85%, passando de 35,21 em 1991 para 29,98 (por mil nascidos vivos), em 2000, e para 19, em 2010, enquanto a esperança de vida ao nascer cresceu 6,7 anos, aumentando de 66,02 anos em 1991 para 69,57, em 2000, chegando a 72,7 anos, em 2010. A taxa de fecundidade total caiu de 3,8 para 2,24, em 2000, e para 2,1 em 2010, um pouco acima das médias estadual e nacional que foram, respectivamente, de 1,79 e 1,89 filhos/mulher, em 2010.

Tabela 59: Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade, Janaúba, 1991, 2000 e 2010

Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade			
Janaúba			
	1991	2000	2010
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	35,2	30,0	19,0
Esperança de vida ao nascer (anos)	66,0	69,6	72,7
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	3,8	2,3	2,1

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Com relação à Saúde Bucal, em 2004 o município possuía dezoito cirurgiões dentistas, quatro técnicos de higiene bucal e dezoito assistentes, atendendo nos consultórios instalados em seis Postos de Saúde: quatro escolares, um consultório na APAE e um na unidade móvel, atendendo à demanda espontânea e agendada. Os procedimentos realizados eram principalmente de ordem curativa, enquanto nas escolas os procedimentos realizados seguiam os modelos curativo e preventivo. Sob orientação da Secretaria Estadual de Saúde,

o tratamento preventivo se destacava, com o Programa de Prevenção, oferecendo orientações aos alunos sobre higienização e aplicação de flúor. Complementando, a equipe de Saúde Bucal participou de uma reunião para a elaboração do PDD, com a coordenadora da odontologia Lílian Miranda e vários cirurgiões dentistas e auxiliares. Eles relataram que ofertavam cobertura odontológica a todos os pacientes do PSF e que o serviço estava em transição, saindo do foco no tratamento da cárie para um modelo de Assistência Integral, através de práticas preventivas e promocionais. As Equipes de Saúde Bucal estavam sendo gradativamente integradas às equipes de PSF, e eles reforçaram o desconhecimento da comunidade sobre o tema da saúde, a necessidade de capacitação interna para trabalho em equipe e a baixa remuneração salarial.

Janaúba tem também o serviço de assistência ao portador de sofrimento mental, desde 1997, no Centro de Saúde Central, CAPS I. Após a implantação do PSF a demanda aumentou significativamente, apresentando déficit devido à carência de recursos humanos e problemas estruturais. O trabalho era desenvolvido por psicóloga, psiquiatra e assistente social, oferecendo atendimento individual (psiquiátrico, medicamentoso, psicológico, orientação); atividades em grupo (oficinas terapêuticas, reuniões com familiares, visitas externas, etc.), visitas domiciliares e atendimento familiar em grupo e individual, além de atividades culturais e comunitárias que visam a integração do usuário com a comunidade (JANAÚBA, 2006).

Figura 222: CAPS



Fonte: Foto da autora, 2006.

Segundo uma de suas coordenadoras, Leda, o CAPS I possuía pacientes-dia em dois turnos. Os mais graves ficavam durante o dia, em regime semi-intensivo e também havia plantão noturno, contando que “o índice mais elevado de enfermidades atendida era de esquizofrenia, seguido pelos transtornos de humor e utilização abusiva de substâncias como o álcool e as drogas”. Na época da construção da barragem, falou, houve diversos casos de suicídio, porém o problema havia sido revertido. Havia também um número significativo de transtorno mental nos quilombos, devido a muitos casamentos consanguíneos. O maior número de atendimentos era ambulatorial, com 1588 pessoas cadastradas (poucos pacientes de outros

municípios), apesar muitos terem abandonado o tratamento, tido alta, mudado ou falecido, não havendo muito controle desse dado. Ela contou também que a integração com as famílias era boa, e a implantação de reuniões semanais melhorou a resolutividade do processo.

Além disso, Leda disse que em 2001 o PSF realizou uma pesquisa para traçar o perfil epidemiológico da população e o transtorno mental foi a segunda maior incidência, um dado alarmante. As causas recentes de sofrimento mental “são especialmente as dificuldades financeiras enfrentadas por grande parte da população como o desemprego e os problemas com o semiárido, a seca”. Entre os projetos futuros estava a implantação do CAPS II AD - Álcool e Drogas, específico para esses problemas, e ampliações para atender a microrregião, demandando uma equipe mais completa e a reforma do edifício. Em 2020 já havia três CAPS no município, o II, o CAPS I, Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil e esse CAPS III AD, que estava entre as expectativas da entrevistada (JANAÚBA, 2021).²²⁵

A Secretaria Municipal de Saúde completava seu papel através de ações epidemiológicas e controle de enfermidades, sob a gerência do Departamento Regional de Saúde de Montes Claros. Em encontro com os funcionários dos setores de Vigilância Sanitária, Epidemiologia e Zoonoses, em 2006 (JANAÚBA, 2006) eles contaram que havia dez funcionários da Vigilância Sanitária, VISA, sete da Epidemiologia e sessenta do Setor de Zoonoses, sendo dezesseis destes oriundos da Fundação Nacional de Saúde, FUNASA. O trabalho da VISA era melhorar o sistema de notificação de doenças nas redes pública e privada, realizar investigações em hospitais, UBS, na própria comunidade e efetivar ações preventivas e educativas. O Controle de Endemias desenvolvia ações específicas, recebendo notificações compulsórias de algumas enfermidades, ainda que seus funcionários desejassem trabalhar mais próximos aos PSF. A Epidemiologia trabalhava com programas e ações preventivas, como a imunização (PNI), realização de exames de BAE – baciloscopia para tuberculose, HIV e esquistossomose (devido à proximidade de uma área endêmica), o que dependia totalmente do PSF, pois os agentes acompanhavam os dados dos pacientes que procuravam as UBS.

Os participantes contaram orgulhosos que Janaúba era a “menina dos olhos” no combate à leishmaniose no Brasil. Eles possuíam 25 agentes de saúde para este trabalho e aplicavam inseticida em diversas áreas. No combate à dengue havia 32 funcionários, além do combate à doença de chagas. Naquele momento eles realizavam as visitas em suas próprias bicicletas e necessitavam de apoio para seu transporte. Já a Vigilância Ambiental funcionava junto ao Controle de Zoonoses, pois ainda faltavam materiais para o seu trabalho. Alguns funcionários acompanhavam a qualidade da água e grande parte da população ainda tinha poços artesanais, sendo que outro grupo verificava possíveis contaminações no solo. Além disso,

²²⁵ https://janauba.mg.gov.br/cidadao/postos_de_saude_e_hospitais

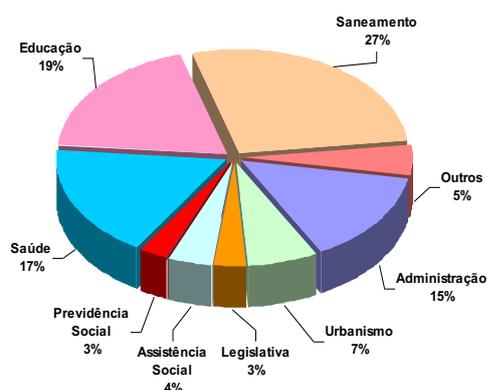
as metas pactuadas haviam sido cumpridas. Os setores atuavam em estabelecimentos comerciais, creches, entre outros, e a quantidade de funcionários era suficiente para sua classificação como alta complexidade, permitindo-lhes trabalhar em consultórios e hospitais. A coordenadora da VISA apontou que as ações realizadas geram receita para o próprio serviço, tornando ainda mais importante o cumprimento das metas. Para tal, eles necessitam da contratação de mais profissionais, incluindo pessoas que enfoquem a vigilância ambiental.

No geral, o grupo relatou receber uma grande variedade de demandas, como fiscalizar pocilgas, águas em via pública, agressão ao meio ambiente, coleta de lixo, ainda que sintam falta de profissionais específicos para cada área, bem como transportes para o setor, equipamentos e materiais. Entendiam que, apesar de melhorias visíveis nesses serviços, era necessário “desenvolver um trabalho de prevenção referente aos riscos e agravos junto à população de baixa renda e ampliar as parcerias com os diversos órgãos públicos”.

Em termos da gestão pública, em 2006 Janaúba possuía seis secretarias, de Administração; da Fazenda; de Educação; da Saúde; de Promoção Social; de Obras – esta subdividida em Projetos e Planejamento Urbano, Divisão de Trânsito, Cadastro Técnico Municipal e Seção de Serviços Urbanos. Os conselhos mais atuantes eram: Conselho Municipal de Meio Ambiente, CODEMA, Conselho da Comunidade, Conselho de Segurança e Nutrição, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle do FUNDEF, Conselho Municipal de Alimento Escolar - C.A.E, Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, CMDRS.

O gráfico a seguir revelava que as maiores despesas municipais em 2005 foram destinadas ao saneamento, 27%, à educação, 19%, à saúde, 17% e à Administração Pública, 15%. Outros órgãos e funções receberam orçamentos bem menores, de aproximadamente 5% cada, sendo a Previdência, a assistência social, o legislativo, o urbanismo e outros.

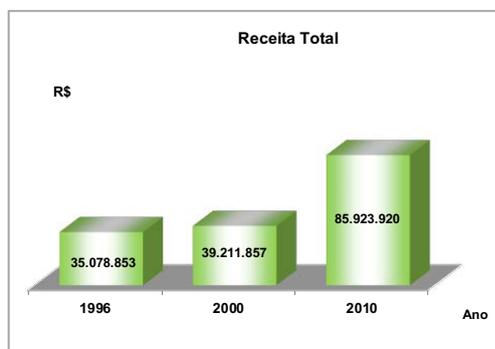
Gráfico 57: Evolução das despesas por Órgãos e Funções, Janaúba, 2005



Fonte: Prefeitura Municipal de Janaúba, 2006.

Sua receita em 1996 foi de R\$ 35.078.853, elevando-se para R\$ 39.211.857 em 2000, 11,78% a mais (2,8%/ano), e dando um salto até 2010, quando foi de R\$ 85.923.920, aumento de 119,13% (8,1%/ano), revelando acréscimo de 144,95% entre 1996-2010.

Gráfico 58: Receita Total, a preços constantes, Janaúba, 1996, 2000, 2010



Fonte: BRASIL 2020.

Em 2021 a gestão se dividia nas Secretarias Municipais de Fazenda, Administração e Recursos Humanos; Planejamento; Obras e Serviços Urbanos; Saúde; Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Desenvolvimento Econômico e Agronegócios; e Promoção Social, com poucas mudanças referentes à estruturação anterior. Sob condução do novo prefeito, José Aparecido M. Santos (gestão 2021-2024), a Prefeitura vinha levando caminhões pipa para abastecer as cisternas de comunidades rurais e executando, no estilo mutirão, limpeza nas vias públicas de vários bairros e distritos, além de recuperar estradas rurais e instalar a iluminação na rodovia de entrada no município, sendo que algumas dessas ações eram demandas antigas da população. (JANAÚBA, 2020).

Na área da mobilidade, os problemas de trânsito na sede haviam melhorado, conforme um morador, “mas ainda têm muitos problemas para um local muito pequeno”. Antigamente, disse, Janaúba era uma cidade com muitas bicicletas e, apesar de elas existirem em grande quantidade, hoje o número de motos aumentou e o trânsito não funciona bem, porque possui pouca sinalização e estacionamento. Outros participantes contaram que a linha férrea, antes útil, “atualmente apenas atrapalha, pois não há muitas passagens de um lado para o outro da cidade, em quatro ou cinco pontos apenas”, congestionando o trânsito e provocando acidentes. Outra questão que precisava melhorar era a conservação das estradas rurais, estando várias em estado precário, o que acarretava grandes dificuldades para o transporte escolar e o escoamento da produção agropecuária, agravado nos períodos chuvosos. A solução, segundo a população escutada pelo CMDRS seria “o patrolamento e encascalhamento dessas estradas”. A construção de pontes ou passagens molhadas era outra solicitação para a região rural, e a existência de grande número de cancelas trazia inconvenientes para quem transitava pela área, o que pode ser resolvido com a instalação de mata-burros (JANAÚBA, 2006).

Para compreender a área da Assistência Social foi realizado um encontro com a equipe da Secretaria Municipal de Promoção Social, SMPS, participando seu Secretário, José Benedito Neto e vários assistentes sociais. A Secretaria começou a funcionar em 2001 e, em 2006, havia quinze funcionários. O Conselho Municipal de Assistência Social foi fundado em 1995 e estava bem consolidado, junto ao Conselho da Juventude e o do Idoso.

Segundo o Plano Plurianual de Assistência Social de Janaúba, 2006 – 2009, a Secretaria visava reforçar “a assistência social como um direito de cidadania e dever do Estado, lutando contra as concepções ultrapassadas que motivaram práticas assistencialistas e clientelistas ainda presentes na área, concebidas a partir da filantropia”. Assim, a Secretaria se organizava em defesa da universalização e igualdade dos direitos sociais, do acesso a bens e serviços e do acesso ao atendimento e redução das desigualdades, priorizando os vulneráveis econômica e socialmente, em decorrência de condições próprias do ciclo de vida (crianças e idosos); condições de desvantagem pessoal - deficiência ou de incapacidades que limitassem ou impedissem o indivíduo de desempenhar atividades consideradas normais para sua idade e sexo; situações conjunturais como abuso e exploração sexual, trabalho infantil, migração, dependência química, incapacidade de obtenção de moradia e desagregação familiar.

A equipe declarou que grande parte da população vivia em situação de grande vulnerabilidade, - apesar de perceberem melhora no índice de violência - confirmado pelos dados, com alto índice de desigualdade de renda e baixos rendimentos para a maioria, mostrado no quadro seguinte. Pode-se notar que 45,1% da população não tinha rendimentos e 30,05% possuía rendimentos mensais de até um salário mínimo, ou seja, 75% da população se encontrava sem condições de vida adequada. Aqueles que tinham renda entre 10 a 20 salários mínimos eram apenas 0,6%.

Quadro 18: Renda por População, Janaúba, 2000

Renda	Nº de pessoas com 10 anos ou mais	%
Até 1 SM	14.287	30,05
De 1 a 2 SM	6.209	13,1
De 2 a 3 SM	1.996	4,2
De 3 a 5 SM	1.832	3,8
De 5 a 10 SM	1.470	3,1
De 10 a 20 SM	293	0,6
Sem Rendimento	21.451	45,1

Fonte: IBGE, Censo 2001.

De maneira alarmante, quase 5.000 famílias recebiam o benefício Bolsa Família, do Governo Federal, representando cerca de metade da população. No entanto, houve melhorias, indicadas nas próximas tabelas: a porcentagem de mulheres chefes de família sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos abaixou entre 1991-2000, de 6,87 para 5,34, e os que viviam em famílias com razão de dependência maior que 75% diminuiu de 57,08% para 45,60%. O

percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalhavam reduziu, de 8,44 % para 7,65 %. A maior mudança foi a porcentagem de crianças dessa mesma idade fora da escola, de 20,29% para 6,97% em 2000, ou seja, a área educacional revelou melhoria expressiva. Os professores também melhoraram sua qualificação: 10,77% possuía curso superior em 1991, e em 2000, 17,21%.

Tabela 60: Indicadores de Demografia, Janaúba, 1991-2000

Vulnerabilidade Social	1991	2000
% mulheres, chefe de família sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos	6,87	5,34
% pessoas que vivem em famílias com razão de dependência maior que 75%	57,08	45,60
% crianças de 10 a 14 anos que trabalham	8,44	7,65
% crianças de 10 a 14 anos fora da escola	20,29	6,97
% professores do fundamental residentes com curso superior	10,77	17,21

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Nota-se também, conforme dados atualizados da tabela a seguir, que a razão de dependência diminuiu bem entre 1991-2010, de 79,44% para 48,38%, e a taxa de trabalho infantil de 10 a 14 anos abaixou de 12% para 7,55% em 2010, mas ainda ocorria e era alta, sendo que de novo a maior melhora foi de crianças de 6 a 14 anos fora da escola, que abaixou de 23,17%, em 1991, para 1,55%, em 2010.

Tabela 61: Dados de vulnerabilidade social, Janaúba, 1991, 2000 e 2010

JANAÚBA			
Vulnerabilidade Social	1991	2000	2010
Razão de dependência	79,44	62,42	48,38
Taxa de atividade (trabalho) - 10 a 14 anos de idade	-	12,01	7,55
% de crianças de 6 a 14 anos de idade que não frequentam a escola	23,17	6,10	1,55

'-' = sem informação'

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Razão entre a população considerada inativa (menores de 15 anos e maiores de 60 anos de idade) e a população potencialmente ativa, ou disponível para atividades produtivas (de 15 a 59 anos de idade).

Também importante na compreensão da capacidade econômica local são índices de acesso dos habitantes a bens de consumo. Houve grande melhoria na porcentagem dos que possuíam energia elétrica e TV, passando de 53,58% para 83,65%, em 2000 e para 93,19% em 2010; aqueles com telefone domiciliar triplicaram, mas era de apenas 28,28% em 2000, valor que decaiu em 2010, possivelmente devido ao uso de celulares, enquanto a porcentagem de pessoas com carro se elevou de 10,91% para 16,53%, e em 2010 foi de 23,89%, e 92,32% possuíam energia elétrica e geladeira nos domicílios. Não registraram

habitantes com computador em 1991, mas em 2000 eram 4,06%, e em 2010 24,27% dos janaúbenses, apesar de ser um percentual ainda pequeno da população.

Tabela 62: Acesso a Bens de Consumo, Janaúba, 1991, 2000, 2010

JANAÚBA			
Acesso a bens de consumo	1991	2000	2010
% da população que vive em domicílios com energia elétrica e televisão	53,58	83,65	93,19
% da população que vive em domicílios com telefone	10,00	28,28	14,34
% da população que vive em domicílios com carro	10,91	16,53	23,89
% da população que vive em domicílio com energia elétrica e geladeira	46,97	71,18	92,32
% da população que vive em domicílio com computador	-	4,06	24,27

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2010.

Fonte: IBGE. Resultados da Amostra – Domicílios. Censo Demográfico 2010.

Neste mesmo período, o acesso a serviços básicos aumentou. O recebimento de água encanada passou de 60 % das residências para 73,8%, em 2000, e para 95,84%, em 2010, mais elevado do que em Nova Lima. O percentual da população com banheiro e água encanada subiu de 55,6% para 70% e em 2010 foi de 88,43%, bem abaixo dos 97% de Nova Lima, e a coleta de lixo cresceu de 62 % para 73,7%, e em 2010 para 92,98%, melhorando bastante nesse período, enquanto em Nova Lima quase todas as residências recebiam esse serviço. Ainda assim, tanto nas pesquisas realizadas pelo GTC Social (2006b) como no Relatório do CMDRS (2006), foram frequentes os pedidos de instalação de energia elétrica, coleta de lixo, saneamento, construção do aterro sanitário. Segundo dados recentes, o município vinha instalando usinas de energia solar - limpa e sustentável e pretendia ter uma das maiores gerações de energia solar do país, bem como foi construída uma rede de esgoto que atendia à praticamente todas as suas famílias (MOTA, 2020).

Tabela 09: Acesso a Serviços Básicos, Janaúba, 1991, 2000 e 2010

Acesso a Serviços Básicos	JANAÚBA			NOVA LIMA		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	60,05	73,87	95,84	95,83	95,79	94,76
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	55,62	70,02	88,43	93,69	97,00	97,72
% da população em domicílios com coleta de lixo	61,79	73,72	92,98	82,08	97,49	99,58

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

A SMPS, junto à rede sócio assistencial realizavam um amplo conjunto de programas e projetos. Seus recursos financeiros provinham do Fundo Municipal de Assistência Social e de

convênios, distribuídos em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A Básica se destina à população em situação de vulnerabilidade decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social e a Especial atende à famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social devido à violação de direitos.

O Programa de Atenção integrada à Família – PAIF era desenvolvido nos dois Centros de Referência da Assistência Social – CRAS²²⁶, localizados estrategicamente em áreas pobres. O programa buscava fortalecer a família, para romperem o ciclo de reprodução da pobreza, através de acompanhamento sócio assistencial e articulação dos serviços públicos disponíveis. Já o programa federal Bolsa Família associava a transferência do benefício ao acesso dos direitos sociais básicos – saúde, alimentação, educação e assistência social, atendendo à 4.752 famílias, com repasse mensal de R\$ 314.660,00, em 2005.

O Programa de Atenção à Pessoa Idosa pretendia garantir autonomia do público idoso, sua integração e participação social efetiva, através de duas formas de atendimento: o Clube da Terceira Idade, que desenvolvia trabalhos para os idosos e ajudava a prevenir o isolamento e o Asilo São Vicente de Paula, recebendo idosos em regime de internato, com prioridade para aqueles sem famílias e vulneráveis. Havia também o Programa Atenção à Criança de 0 a 6 anos, para crianças vulneráveis e suas famílias, incluindo orientação pedagógica nas creches, mantido pelo Fundo Nacional de Assistência Social e pelo Fundo Municipal de Assistência Social. Para os adolescentes de 15 a 17 anos o município oferecia o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, onde eles tinham capacitação teórico-prática e, posteriormente, atuavam em suas comunidades, preparando-os para futuras inserções no mercado. Cada CRAS tinha 75 Agentes Jovens, que recebiam uma pequena bolsa de R\$65,00 enquanto participavam do Projeto.

Figura 223: Teatro do Agente Jovem sobre drogas e ginástica no CRAS Sul



Fonte: SMAS e foto do Cras Sul, s.d.

²²⁶ Os CRAS funcionavam em parceria com o Projeto Crescer e com as Centrais Elétricas do Estado. Em visita ao CRAS Sul, a agente Andréia relatou que eles recebiam a aproximadamente 80 crianças – mas havia demanda não atendida -, oferecendo reforço escolar, refeição e banho, envolvendo também as famílias. Para elas havia o Projeto Padaria Itinerante, onde alunos e mães aprendiam a fazer pães e biscoitos e o Projeto Horta, que ensinava técnicas básicas de plantio, além de alguns cursos destinados aos idosos.

Outro Programa era Atenção às Pessoas Portadoras de Deficiência, visando sua autonomia, inclusão e participação social, através de ações de prevenção à deficiências, habilitação e reabilitação, equiparação de oportunidades e proteção social. O trabalho era realizado pela Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Janaúba, APAE²²⁷ e pela Associação dos Deficientes de Janaúba, ADEJAN. Ambas ofereciam atendimento domiciliar; apoio à reabilitação; prevenção e tratamento precoce; habilitação e reabilitação/atendimento parcial. Por sua vez, o Programa Federal de Erradicação do Trabalho Infantil, PETI, visava erradicar o trabalho infantil, especialmente os perigosos, penosos, insalubres ou degradantes, concedendo bolsa às famílias dessas crianças em substituição à renda que traziam para casa. Como contrapartida, as famílias tinham que matricular e acompanhar seus filhos na escola.

Já o Serviço de Apoio à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco em Janaúba atendia à crianças e adolescentes de 07 a 17 anos, que apresentavam carência socioeconômica e/ou qualquer outra situação de risco, frequentando a escola no contra turno, quando eram oferecidas atividades pedagógicas, culturais, recreativas, artísticas, esportivas e de lazer. A SMPS mantinha também um serviço de abrigo para crianças e adolescentes de 07 a 18 anos, vítimas de abuso e exploração sexual e/ou vivência de rua e que estivessem com o relacionamento familiar comprometido. Havia o Abrigo Esperança, para vítimas de abuso e exploração sexual; o Abrigo dos Meninos, para os que viviam na rua, e a APRISCO, para crianças com vínculos familiares rompidos por abandono ou negligência dos pais/responsáveis. Infelizmente, segundo declarações do Secretário, todas essas instituições careciam de apoio técnico e financeiro.

O município possuía ainda o Serviço de Apoio ao Migrante, dando-lhe atendimento emergencial para possibilitar à pessoa retorno ao seu local de origem ou continuidade da viagem; o Albergue, oportunizando abrigo temporário à população de e/ou na rua, bem como aos migrantes; e o Benefício de Prestação Continuada, BPC, para idosos a partir de 65 anos ou portadores de deficiência incapacitados para a vida independente e o trabalho, além de alguns benefícios eventuais, como auxílio funeral, auxílio aluguel social e auxílio alimentação. Segundo pesquisa do Diagnóstico Municipal de Janaúba (2001), confirmou-se o auxílio de muitas associações comunitárias urbanas e rurais a esses grupos, como associações de

²²⁷ Segundo sua coordenadora, Rita, a APAE de Janaúba era um exemplo a ser seguido. Possuía amplo espaço bem equipado, transporte diário para os alunos, equipe de atendimento multidisciplinar e apoio tanto das famílias como da sociedade, de forma geral. Em 2006 possuíam 264 matriculados. Além do apoio da Prefeitura, a APAE possuía um sistema de carnes no qual a sociedade civil colaborava. O município oferecia uma parceria com a área médica e odontológica para seus alunos e a equipe mantinha apoio constante às famílias. Lá funcionava o Clube de Mães, onde faziam biscoitos para vender e auxiliar na renda familiar, além de ofertar atividades artísticas. Segundo Rita, eles trabalhavam preventivamente e buscavam a inclusão dos portadores. Uma das iniciativas nesta direção era o Projeto Saída Social: uma vez por mês os alunos saíam do EJA para diversos ambientes, como restaurantes e sorveterias, “e o resultado tem sido fantástico”, contou. Outro Projeto era o “Proibido discriminar”, em que os alunos visitavam as escolas e contavam sobre a sua situação e seus sentimentos em relação às atitudes dos outros. A proposta de futuro da coordenadora era a implantação de um Núcleo de Apoio aos Alunos, para aqueles que apresentavam dificuldades de aprendizagem.

habitantes, de artistas e artesãos, religiosas, o Lions Clube, a Maçonaria, o Rotary Clube, a Associação Comercial e Industrial, ACIJAN, sindicatos e cooperativas.

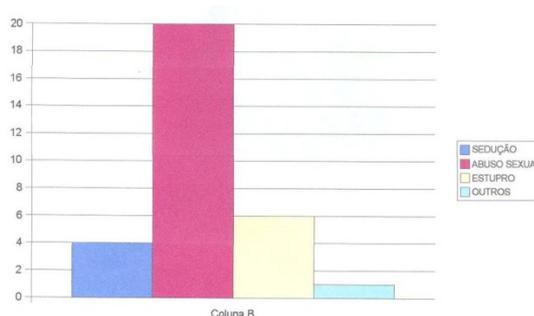
Além disto, dados complementares coletados pelo GTC Social (2006b) detalharam à situação de crianças e adolescentes vulneráveis, verificando que a prostituição infantil havia se agravado, a partir de uma rede articulada. Conforme o Conselho Tutelar, em 2004 foram identificadas 20 crianças em situação de rua, pedindo esmolas, furtando e usando drogas e o GTC acreditava que esse número devia ter aumentado até 2006. Os gráficos abaixo confirmavam casos especialmente de violência física, violência psicológica e sexual contra as crianças, sendo mais frequente a falta de documentos. Outros casos registrados foram aprisionamento, discriminação e práticas institucionais irregulares. Com relação aos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, foram mais frequentes abuso sexual, seguido de estupro, sedução e outros.

Gráfico 59: Violações e Violência Sexual, Janaúba, 2006



Obs.: Atos atentatórios ao Exercício da Cidadania referem-se à falta de documentos
 Fonte: Conselho Tutelar de Janaúba, no Relatório do GTC Social, 2006b.

Gráfico 60: Violência Sexual, Janaúba, 2006



Fonte: Conselho Tutelar de Janaúba, no Relatório do GTC Social, 2006b.

Portanto, ainda que a rede social de apoio fosse ampla e estivesse se articulando, existiam muitos problemas graves enfrentados pelos habitantes, em todas as faixas etárias. Os programas e instituições assistenciais revelaram uma ampla rede objetivando melhorar as condições de vida dos habitantes em situação de fragilidade, temporária ou permanente o que, se por um lado revelava boa capacidade de apoio, indicava um cenário com várias fragilidades sociais.

Com relação ao sistema habitacional, apesar dos dados revelarem um grande número de residências próprias, 74,22 %, contra apenas 58,87% em Poços de Caldas - grande parcela destas apresentava problemas graves, como muito baixa qualidade construtiva, ausência de sanitários ou sistema de esgoto, tamanho insuficiente para famílias numerosas, entre outros, além de haver loteamentos aprovados, mas sem registro ou irregulares, e clandestinos.

Figura 224: Prédio residencial e comercial situado à Rua Belizário



Fonte: Prefeitura Municipal de Janaúba, 2006.

O prefeito anterior construiu um bairro destinado à população carente, mas ainda havia déficit habitacional e casas de qualidade muito baixas. Esse déficit vinha sendo identificado através de um cadastro simples, onde o morador declarava sua renda e dificuldades relativas à sua moradia e, a partir da análise e autorização de sua Associação de Bairro, recebia uma doação pública direta, para melhorá-la no prazo de dois anos. Também era preciso investigar os loteamentos irregulares, construídos sem infraestrutura, que precisavam se adequar às normas. Mesmo com as melhorias, segundo as assistentes sociais o déficit habitacional era de aproximadamente 1.200 casas, em 2006. O Relatório do Polo do Desenvolvimento Integrado do Norte de Minas (JANAÚBA, 2003) apresentou para Janaúba um déficit similar de 1.000 casas e mais um número de 1.500 residências necessitando de reformas. Assim, a Prefeitura pretendia construir 300 casas, em parceria com a Caixa Econômica Federal e a Associação Pró Moradia, via Secretaria de Assistência Social. Outro dado relevante constatado no Relatório do GTC Social (2006b) foi que dos 22 bairros pesquisados (de um total de 34), com observação efetiva de 9.912 residências, 8.702 eram casas de alvenaria, 508 eram casas populares e 824 eram barracos, ou seja, ao menos 8,31% estavam em condições precárias, como visto no gráfico abaixo.

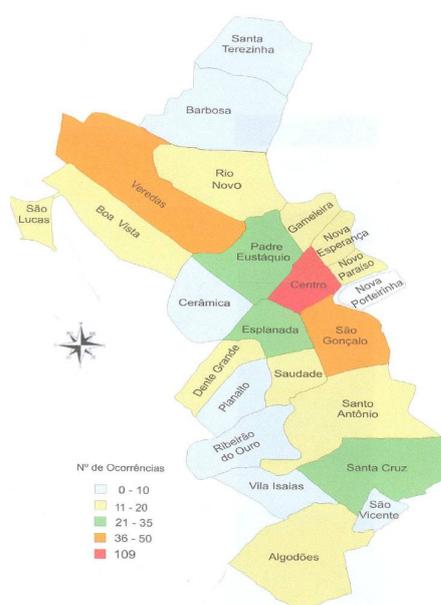
Gráfico 61: Localização dos barracos por bairros em Janaúba, 2006



Fonte: Relatório do GTC Social, 2006b.

Em se tratando da segurança, foi instalado o novo Corpo de Bombeiros no antigo Hospital São Lucas, em 2006, e o comandante, tenente Audrey, acreditava que o serviço seria muito útil como primeiro do município e da região. O pelotão era formado por trinta bombeiros, duas ambulâncias de resgate e dois veículos de combate a incêndios. A Polícia Militar local tinha um efetivo de cinquenta e cinco homens. A Cadeia Pública, segundo o tenente, era deficitária, com poucas celas, e os presos ficavam ociosos, sem nenhum trabalho de recuperação. Havia também a Delegacia da Mulher, a Guarda do Patrimônio e a guarda mirim, com cinquenta e quatro integrantes. No Relatório do GTC Social (2006b) também foram coletados dados relativos à segurança municipal. Os locais com maior número de ocorrências foram o centro (109), seguido de São Gonçalo e Veredas (36 a 50 cada), todos considerados locais em que a população que habitava ou transitava possuía maior poder aquisitivo do que outros, e no centro havia mais comércios.

Figura 225: Mapa Segurança Pública: Total de Ocorrências, Janaúba, março 2006



Fonte: GTC Social, 2006b.

Os bairros da área urbana com incidência de distribuição de drogas foram exatamente os mesmos em que reside a maioria dos presos, mostrando uma relação entre estas duas variáveis, segundo a análise do GTC Social (2006b). Os crimes contra o patrimônio, registrados em março de 2006 eram muito frequentes também no Centro, Veredas e São Gonçalo, locais com o maior número de ocorrências. As principais ocorrências foram o furto consumado de bicicletas (38), seguido por outros furtos (19) e o furto consumado às residências e a transeuntes em via pública (08). Segundo o Relatório, supunha-se que a quantidade elevada de roubos de bicicleta poderia associar-se ao consumo de drogas, por ser um bem de “grande liquidez”, vendável para a compra de drogas. Os crimes contra a pessoa se localizaram, não por coincidência, na área central e nas imediações dos pontos de distribuição de drogas, sendo principalmente lesões corporais, ameaças e agressões. O centro urbano foi, então, o principal foco de ações criminosas, como local com maior circulação de pessoas, volume de dinheiro, devido ao comércio, e proximidade com ao menos três regiões importantes no comércio de entorpecentes.

Complementando, o Relatório do CMDRS (JANAÚBA, 2006) levantou a incidência de marginalidade, consumo de drogas, prostituição e roubos em várias comunidades, demonstrando a necessidade da implantação de mais postos policiais e patrulhamento rural, também solicitados amiúde nas reuniões com os Agentes de Saúde das equipes do PSF.

12.7 Identidade Social Urbana

Como relatado, os habitantes originários do município são os gorutubanos, constituídos pela miscigenação de vários povos que ocuparam, juntos, o território à beira do rio Gorutuba - de grande valor para os habitantes - mesclando seus costumes e constituindo novos, o que revelou uma riqueza ímpar e uma cultura respeitosa ao meio ambiente e às pessoas, com forte valor atribuído à religiosidade, presente até os dias atuais.

No entanto, nas últimas décadas a identidade do “gorutubano” vinha recebendo fortes críticas, sendo desqualificada, o que os fez se isolarem, devido à uma imagem negativa criada e/ou reproduzida pelos mais jovens ou pelos “estrangeiros” que passaram a viver em Janaúba, constituindo-se um “outro” grupo social. Essa negação da história a partir de preconceitos vinha causando uma separação interna da comunidade, trazendo uma questão complexa de difícil solução. Não havia também estudos sobre os prejuízos que esse fato vinha causando, junto ao inegável sofrimento social suscitado. O projeto de Educação Patrimonial iniciado nos anos 2000, suas ações e a atual publicação de Mota (2020), narrando e valorizando a história municipal, atuam em prol da valorização do patrimônio de Janaúba e de seu povo originário

Ainda em 2006, uma parcela dos habitantes entrevistados não manifestou viver no município por escolha, pois apesar de gostarem de suas famílias e valorizarem a tranquilidade local,

não havia muitos atributos físicos percebidos na cidade. Nas pesquisas, houve poucas respostas dos habitantes relativas à sua satisfação com os atributos físicos do ambiente construído, apenas alguns espaços públicos como as praças do centro. Suas maiores identificações foram com os atributos naturais, como as praias do rio e as cachoeiras, consideradas como riquezas locais.

Figura 226: Praça do Cristo Redentor, na sede



Fonte: Foto da autora, 2006.

Nessas pesquisas, grupos de discussão, conversas informais e entrevistas foi citado um conjunto de problemas muito extenso relacionado a políticas públicas deficitárias, infraestrutura básica insuficiente, e a população apresentava muitas demandas e solicitações para que o poder público as solucionasse, revelando uma grande expectativa em relação às suas ações. Esses problemas causavam impactos profundos na população, revelando uma identidade relacionada à pobreza, à seca, retratados em vidas repletas de desafios, não apenas pessoais, mas socioeconômicos, culturais e ambientais para a coletividade. Assim, não havia uma representação social muito positiva do município, pois eles se ocupam principalmente com o cotidiano e sua sobrevivência.

12.8 Valorações do caso

Figura 227: Planta que se chama janaúba, ou Flor de Seda



Fonte: Foto da autora, 2006.

Janaúba apresentou um retrato típico, guardadas suas particularidades, de muitas cidades brasileiras que apresentam fortes contrastes, em termos ambientais, econômicos, culturais, sociais - abrigando múltiplas diferenças em um território único. Sua situação se assemelhava provavelmente a uma maioria das cidades brasileiras, que também possuem inúmeras cidades dentro da mesma, em espaços que apresentam forte segregação sócio espacial, segundo Moser, Ratiu e Fleury-Bahi (2002) e também Ribeiro e Cardoso (2003), que observaram como essas tendências de segregação das camadas superiores vinham se tornando um novo modelo de organização das cidades que, no caso de Janaúba se relacionavam à geografia do lugar, a seus recursos naturais e a sua história. Historicamente, o município possui problemas culturais como a desvalorização que vinha ocorrendo do povo gurutubano, sérios déficits infraestruturais, o problema especialmente grave da seca em um município predominantemente agrícola e o baixo nível de escolaridade da população que vinha, todavia, melhorando ao longo dos últimos anos.

As visitas de campo, as conversas e entrevistas com a população, o trabalho extenso realizado pelo GTC Social e o relatório do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável revelaram graves problemas e contrastes de cores, paisagens, recursos disponíveis e estilos de vida. São mundos diferentes ao sul e ao norte da sede, com características espaciais, geográficas e construtivas visivelmente distintas, que devem ser consideradas na compreensão de sua dinâmica, observando-se que nesse caso pôde-se ver claramente as influências das preexistências, das persistências e desígnios em sua conformação atual.

Ao Norte prevaleciam situações profusas de pobreza, seca, clima árido e famílias numerosas. Essa população se dedicava prioritariamente à agricultura, em alguns casos de subsistência e ao comércio ou empregos informais, além de grande parcela estar desempregada. Havia também o início de uma especialização produtiva maior, que poderia se traduzir em desenvolvimento, com a introdução de algumas plantações com técnicas mais modernas. Há pouco se produzia para exportação, investindo-se ainda em um frigorífero e na plantação de mamona. Os produtores de leite também buscavam incentivos financeiros para criar uma cooperativa e melhorar suas condições produtivas e de comercialização. Grande parte das melhorias se conectava ao projeto de irrigação, ainda que alcançasse um número insuficiente de famílias, fazendo com que houvesse agricultores explorando outros, devido à falta de água em muitos locais e a seu preço elevado. Além disso, mesmo com todos os esforços da irrigação, Janaúba periodicamente ainda era atingida pelo fenômeno das secas.

Figura 228. Norte municipal: moradia e pequenos sanitários no distrito de Vila Nova das Poções, que não possuía rede de esgoto, e agricultor que arrendava a terra irrigada para trabalhar



Fonte: Duas primeiras fotos, Prefeitura Municipal de Janaúba, 2006, terceira foto, da autora, 2006.

O Sul, por outro lado, revelava uma paisagem verde, com grande capacidade aquífera, e espaços onde a água se destacava como principal atrativo em termos produtivos e de lazer. Havia um grupo menos empobrecido de habitantes, incluindo uma pequena classe média/alta, proprietária de residências de veraneio. Essa configuração permitia conceber propostas turísticas, educacionais e outras, que elevavam o nível de vida. Ali se encontravam uma estação de piscicultura, indústrias, a barragem, um hotel de luxo destinado a visitantes de outros municípios, a Faculdade, praias de rio e pousadas, para diversão e descanso.

Figuras 229: Sul municipal: late Clube Bico da Pedra, vista da Barragem e um de seus hotéis, com padrão construtivo similar a outras construções dessa área



Fonte: Fotos da autora, 2006.

Em ambos os territórios as preexistências e configurações climáticas davam o tom à vida social local. Entre esses dois universos está a sede, onde vivia a maioria dos habitantes e que, de maneira “curiosa”, seguia um padrão similar ao restante do território, ao revelar em seu espaço grandes diferenças socioeconômicas: segundo uma equipe do PSF que trabalhava na sede, bairro considerado de maior poder aquisitivo “atrás dos muros das casas consideradas médias em termos de qualidade, têm muitos habitantes vivendo em condições precárias”, apresentando renda bem baixo do esperado, significando que aqueles que possuíam um bom poder aquisitivo em Janaúba eram uma ínfima minoria, sob condições de desigualdade social.

Observa-se que apesar de valores iguais do índice GINI em vários municípios, em alguns essa desigualdade é mais impactante para certas populações, como se seu valor devesse ser maior do que o mensurado, o que era o caso de Janaúba conforme observações da primeira década dos anos 2000. Nessa linha de raciocínio, apesar do IDH de 2000 não estar tão baixo, as observações de campo apontavam para uma população muito empobrecida, confirmado a partir da elevada quantidade de benefícios distribuídos pela Assistência Social e mais de 75% da população recebendo recursos insuficientes para sustentar à família. Essa constatação vinha confirmar uma das principais demandas dos habitantes, que era a geração de trabalho e renda. Via-se pobreza em quase todos os bairros periféricos, habitações sem qualidade construtiva, ausência de esgoto, água potável, coleta de lixo, entre outras lacunas, avistando-se muitos habitantes ociosos nas portas de suas casas ou nos bares, com famílias

numerosas, todo esse panorama reforçando uma alta taxa de desocupação. Entende-se que essas questões talvez estivessem na base da falta de segurança, uso de drogas e prostituição, frequentemente citadas nas entrevistas.

Os problemas sociais refletiam ideias desenvolvidas Pakman (1993), pois a pobreza estava intimamente interligada às várias formas de violência que vinham ocorrendo no município, e ao mesmo tempo aos problemas dos jovens, que foram uma preocupação citada em várias entrevistas como um grupo que não tinha atividades direcionadas para sua faixa etária nos esportes, economia, educação, conectando com prostituição infantil, drogas e gravidez precoce. Contudo, segundo dados de Mota (2020), foi instaurado no município a rede de saneamento e estavam implementando energia solar em grande escala o que, sem dúvida, representava expressiva melhoria que vinha ao encontro do pedido de muitos habitantes.

Ao mesmo tempo, o setor serviços, que representava a atividade econômica predominante e teve um crescimento impressionante nos últimos anos, sendo o maior contribuinte do PIB total e o que empregava 40% dos habitantes, representa um esgotamento das importações, pois não reflete em produções do lugar e não têm potencial para promover novos encadeamentos, impedindo a criação de uma cadeia contínua de desenvolvimento econômico. Baseado nas ideias de Jacobs (2001), representam a soma do capital humano a matérias importadas e seria relevante que as importações que entrem em uma economia não se transformem rápido em exportação, mas sejam reutilizadas para se tornarem multiplicadoras, diversificando-se a economia, quando aproveitadas pela comunidade. No entanto, esse fenômeno não ocorria no município, e a agricultura e pecuária representavam os principais produtores locais, apesar de que seus produtos, em geral, não geravam valor agregado, reprimindo o crescimento econômico. Ainda assim, a irrigação permitia aumento produtivo da fruticultura e Janaúba era o melhor município de sua microrregião em vários aspectos: situação econômica, serviços de saúde e infraestrutura, ou seja, os municípios do entorno que integravam o polígono da seca estavam em situação mais desfavorável, refletindo um contexto de múltiplas carências.

A situação era grave, apesar de existirem gestores que naquele momento estavam dedicados a mudar problemas profundos, historicamente instalados. Os serviços da saúde se tornaram referência regional, ainda que faltasse muito a ser realizado. A educação também passava por uma melhoria expressiva, com a elaboração do Plano Decenal e reuniões contínuas sobre a qualidade do ensino, elevando-se muito os dados da frequência escolar e os anos de estudo dos jovens. De maneira complementar, se observou um número expressivo de ações sociais e associações em prol dos grupos vulneráveis, ainda que lhes faltasse integração e melhor estruturação dos recursos. A ação social vinha implantando recentemente programas adequados às demandas, como a instalação dos CRAS, dando aos adolescentes

perspectivas para evitarem atividades ilícitas. Essa ação foi uma das primeiras destinada à essa faixa etária, que apresentava sérios problemas como gravidez precoce e uso de drogas.

Observando-se a distribuição territorial dos serviços públicos, grande parte dos bairros já possuía escola e unidade de saúde, apesar de estarem em condições inadequadas. Ainda assim, o centro urbano oferecia uma base nesse sentido para sua população, pois tinha os melhores serviços da região em saúde, educação, comércio e outros. Essas modificações recentes exemplificavam uma gestão pública diferenciada, fundamental nos casos em que a população não possui meios para mudar seu contexto, faltando-lhe competências devido especialmente à um nível baixo educacional e mesmo à uma postura paternalista em relação ao poder público. Em 2006, o Prefeito desejava conduzir um processo de planejamento amplo junto ao governo estadual, sustentando a integração regional como protagonista do desenvolvimento local, a partir da discussão de objetivos comuns entre os municípios, buscando solucionar seus problemas de seca e déficits socioeconômicos.

Por outro lado, notou-se que grande parte dos habitantes se encontrava isolado do processo de planejamento, começando sua participação mais efetiva a partir da elaboração do Plano Diretor, que trazia uma regulamentação sobre as formas de habitar no município, pautadas em um amplo processo participativo. Como comentado, na cidade havia tanto habitantes satisfeitos como muito insatisfeitos, não obstante a concordância de que havia mudanças prementes. Assim, havia potenciais visíveis no município, ainda que insuficientes se não for realizado um projeto de desenvolvimento e planificação integrada em diferentes áreas.

Um forte potencial encontrado foi sua rica cultura, admirada a partir de sua história e manifestações culturais singulares e patrimônio muito apreciado pelos habitantes, como as festas religiosas, a culinária, as danças que, somadas às belezas naturais, apontam para um potencial turístico. Todavia, nos indicadores do IMRS os componentes turismo, artesanato e esportes foram muito mal avaliados, reforçando a falta de investimentos nessas áreas. Da mesma forma, o processo de irrigação do norte municipal necessitava de ampliação para atender a mais propriedades e gerar emprego, continuar a atrair empresas para Janaúba, movimentando o setor econômico e, especialmente, valorizando seus habitantes. Nota-se a relevância de seguir ampliando a educação dos habitantes e de incluí-los em um projeto de futuro coletivo, que valorize sua identidade social a partir de uma unificação das diferenças identitárias, que possibilite a criação de uma representação social positiva da cidade e de seu povo, incentivando a valorização e introjeção de seus potenciais e buscando implantar melhorias infraestruturais urgentes - perspectivas de vital importância para o desenvolvimento sustentável local e regional.

13 DISCUSSÃO/ REFLEXÕES COMPARATIVAS

“Refletir sobre o modelo de sociedade que se quer implica em uma disposição para se pensar criticamente sobre o que se construiu até o momento e como foi construído, quem determinou os rumos seguidos e quem foi excluído, se o que se tem é o que se propõe, ou se é necessário que haja correção dos rumos”

Acserald; Leroy, 1999.

Foram comparados os três estudos de caso, primeiramente através dos eixos analíticos propostos, em Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba – quais sejam, suas diferentes atividades produtivas principais, os atores protagonistas responsáveis pelos processos centrais de desenvolvimento, resultando em uma combinação de variáveis, cujos resultados sintéticos se discutem conjuntamente, a seguir. Como foco principal da nossa análise observamos, portanto, as conexões entre muitas dessas variáveis, a partir de uma reflexão sobre as capacidades de manter e/ou ampliar o desenvolvimento sustentável em cada um dos municípios estudados, refletindo sobre qual sociedade se deseja construir, comparando-se e analisando primeiro seus dados estatísticos, para depois realizar-se uma análise qualitativa dos resultados.

Conforme os dados gerais e específicos que foram discutidos nos capítulos 9 a 12 e sintetizados na tabela abaixo, Janaúba possui a maior quantidade de habitantes e Maria da Fé a menor. O IDH municipal em 2010 foi maior em Santa Rita, 0,721, próximo ao valor do Brasil, 0,727 e o de Minas Gerais, 0,721, seguido pelo IDH de Maria da Fé, 0,702, apresentando grande melhoria nos últimos anos, seguido pelo valor de Janaúba, 0,696, também elevando-se. Referente ao valor do IMRS, disponível para os municípios mineiros, se segue o mesmo padrão do IDH, sendo o maior em Santa Rita, 0,626, seguido por Maria da Fé, 0,591 e por Janaúba, 0,536. Esses dados foram avaliados junto à renda per capita de 2010 que, em termos percentuais, apresentou a maior variação entre os três municípios, comparando-se com as duas outras variáveis. Em Santa Rita a renda per capita foi de R\$ 738,40, seguido pelo valor de Janaúba, R\$ 468,29 e o de Maria da Fé, R\$ 445,11, sugerindo que esse é um dos grandes diferenciais de Santa Rita, a renda bem superior de seus habitantes.

Tabela 63: Indicadores de população total, IDH-M, IMRS e Renda per capita (em R\$) de Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba, Minas Gerais e Brasil, 2010

Dados 2010				
Localidade	População Total	IDHM	IMRS	Renda per capita (em R\$)
Janaúba (MG)	66.803	0,696	0,536	468,29
Maria da Fé (MG)	14.216	0,702	0,591	445,11
Santa Rita do Sapucaí (MG)	37.754	0,721	0,626	738,40
Minas Gerais	19.597.330	0,731	-	749,69
Brasil	190.755.799	0,727	-	793,87

(-) Não se aplica.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020; Fundação João Pinheiro, 2020.

Seguindo com a avaliação dos indicadores econômicos, apresentam-se o PIB per capita e a receita total municipal, com dados disponíveis de 2014, e dois indicadores complementares, de indigência de pobreza, de 2010. Comparando-se o PIB per capita a preços constantes, em 2014, o de Maria da Fé, R\$ 9.079,00, foi um pouco menor do que o de Janaúba, R\$ 9.769,00, ambos com valores bem inferiores ao de Santa Rita, R\$26.695,00, cerca de três vezes mais elevado, e maior que o valor de Minas Gerais e do Brasil, o que indica que foi muito superior às médias municipais, refletindo seu grande potencial produtivo. Ao mesmo tempo, Janaúba ainda enfrentava problemas com a seca, déficits infraestruturais e carência educacional, e Maria da Fé estava se recuperando de mudanças produtivas com a introdução de novas atividades locais, melhorando significativamente seu valor.

A receita total a preços constantes, também em 2014, foi maior em Janaúba, R\$ 85.923.920, seguida pela receita de Santa Rita R\$ 59.904.444 e de Maria da Fé, R\$ 19.965.690, (o PIB per capita é calculado através da divisão da receita total pelo número de habitantes), observando que Janaúba possui mais habitantes do que Santa Rita e Maria da Fé. Esses dados se complementam com indicadores de pobreza e indigência, de 2010. Relativo à indigência, Janaúba apresentou o maior índice, 4,07, seguido por Maria da Fé, um pouco menor, 3,28 e por Santa Rita, com 1,23, quase quatro vezes menor do que em Janaúba, sendo que em Minas Gerais e no Brasil o valor foi de 3,49, similar ao encontrado em Maria da Fé. As diferenças municipais foram mais acentuadas no caso da intensidade de pobreza, sendo maior em Janaúba, para 18,98% de seus habitantes, seguido por percentual similar de Maria da Fé, 17,14%, e valor bem menor em Santa Rita, 4,96%, com cerca de 1/3 do valor da

pobreza dos outros dois municípios e bem menor do que em Minas Gerais, 10,97% e no Brasil, 15,20% de seus habitantes.

Tabela 64: Indicadores de população total, IDH-M, IMRS e Renda per capita (em R\$) de Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba, Minas Gerais e Brasil, 2010

Dados 2010				
Territorialidades	PIB Per Capita (a preços constantes 2014)	Receita Total ⁽¹⁾ (a preços constantes 2014)	Intensidade da Indigência ⁽²⁾	Intensidade da Pobreza ⁽³⁾
Janaúba (MG)	9.769	85.923.920	4,07	18,98
Maria da Fé (MG)	9.079	19.965.690	3,28	17,14
Santa Rita do Sapucaí (MG)	26.695	59.904.444	1,23	4,96
Minas Gerais	22.291	39.763.310.906	3,49	10,97
Brasil	24.571	398.253.240.620	3,49	15,20

Nota: ⁽¹⁾ Receita Total no Brasil não contempla o Distrito Federal.

⁽²⁾ % de extremamente pobres - Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

⁽³⁾ % de pobres - Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

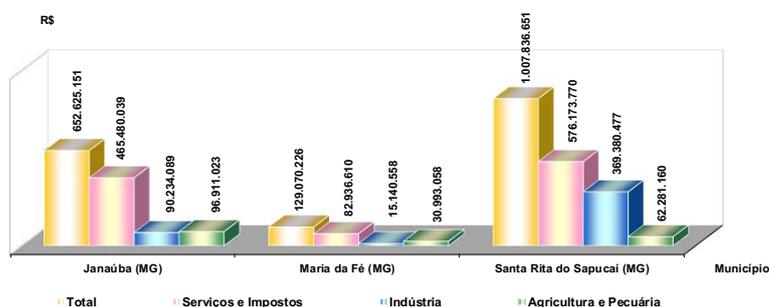
Fonte: BRASIL, 2020.

Fonte: IBGE, Produto interno bruto dos municípios: 2010 - <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=262930>

Fonte: ATLAS, PNUD, 2010

O próximo gráfico mostra o PIB total a preços constantes, em 2014, segundo os diferentes setores econômicos. Maria da Fé possuía o menor PIB total, com também o menor número de habitantes entre os três municípios, destacando-se seu setor serviços e impostos, que contribui mais para o PIB do que indústria, e agricultura e pecuária juntos. O PIB total de Janaúba foi de aproximadamente cinco vezes maior que o de Maria da Fé e, de igual maneira, os serviços e impostos foram responsáveis pela maioria dos rendimentos, cerca de 70%, sendo que indústria e agricultura, e serviços apresentaram contribuições similares. Santa Rita teve um PIB total muito superior, oito vezes maior do que o valor de Maria da Fé e 1,6 vezes maior que o de Janaúba. Sua composição prioritária também veio do setor serviços e impostos - quase a metade do valor -, mas a indústria, diferente do observado nos outros municípios, também se destacou e apenas a agricultura e pecuária tiveram menor contribuição.

Tabela 65: PIB Total Janaúba, Maria da Fé e Santa Rita do Sapucaí, a preços constantes, 2010



Fonte: IBGE, PIB, 2014.

Em relação à população ocupada por setores econômicos, representada no quadro seguinte, em Janaúba a metade dos habitantes trabalhava no setor serviços, seguido por agricultura e pecuária, que empregava quantidade de habitantes similar ao comércio, e a indústria teve o menor número de trabalhadores. Em Maria da Fé os serviços também empregavam mais, seguido pelo setor agricultura e pecuária, e indústria, sendo que o comércio empregava menos. Em Santa Rita os serviços ocupavam a maioria dos trabalhadores, e houve um equilíbrio um pouco maior entre o número de habitantes trabalhando na indústria, agricultura e pecuária, e comércio. Esse fato, somado à boa *performance* produtiva desse município, aponta para a importância da diversificação produtiva como um dos fatores de desenvolvimento econômico, segundo Jacobs (2001), observando-se em Santa Rita como suas diferentes atividades têm sido articuladas e gerado trabalho para seus habitantes, dando agilidade à sua economia.

Tabela 66: PIB Total 2010, Janaúba, Maria da Fé e Santa Rita do Sapucaí, a preços constantes, 2010

População Ocupada por Setores Econômicos, 2010						
Municípios	Setores					
	Agricultura e Pecuária	Indústria	Comércio	Serviços	Outros	Total
Janaúba (MG)	6.713	2.191	6.072	15.300	405	30.680
Maria da Fé (MG)	1.763	1.207	697	2.648	137	6.452
Santa Rita do Sapucaí (MG)	2.793	3.613	2.327	8.023	2.899	19.655

Serviços = construção + utilidade pública + serviços

Indústria = indústria extrativa + indústria de transformação

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010.

Considerando-se aspectos relevantes da educação, em 2010, a taxa de analfabetismo nos municípios foi de 1,99% em Janaúba, 1,31% em Maria da Fé e 1,19% em Santa Rita, sendo que nesses dois últimos municípios a taxa foi menor do que a mineira, que já era bem inferior

à brasileira, de 3,24% de seus habitantes. Ressalta-se que todos os três municípios melhoraram muito seus índices nas últimas décadas. No entanto, o percentual de jovens de 15 a 17 anos frequentando a escola foi pior em Santa Rita, 84,77%, seguido por Janaúba, 85,18% e Maria da Fé, 86,74%, sendo os três percentuais muito próximos e pouco maiores do que os valores de Minas Gerais, 83,55% e o brasileiro, 83,32%. Referente ao percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas, este foi menor em Maria da Fé, 9,85%, com índice de Santa Rita próximo, 10,78%, sendo quase o dobro em Janaúba, 18,75%, com os dois primeiros índices próximos aos de Minas Gerais e do Brasil. Outra informação relevante é o percentual desse grupo de população que frequentava curso superior, em 2014: o maior foi encontrado em Santa Rita, 13,46%, seguido por Janaúba, 8,27%, e Maria da Fé, 6,06%, enquanto no estado os percentuais eram de 10,57% e no país, 11,27%. Assim, não havia discrepâncias muito grandes entre os municípios, à exceção de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas, muito elevado em Janaúba e aquelas frequentando curso superior, bem positivo em Santa Rita.

Tabela 67: Nível Educacional da População, Janaúba, Maria da Fé e Santa Rita do Sapucaí, 2010

Nível Educacional da População, 2010				
Territorialidades	% Taxa de analfabetismo (11 a 14 anos)	% Frequentando a escola (15 a 17 anos)	% pessoas de 25 anos ou mais analfabetas	% pessoas de 25 anos ou mais que frequentam curso superior
Janaúba (MG)	1,99	85,18	18,75	8,27
Maria da Fé (MG)	1,31	86,74	9,85	6,06
Santa Rita do Sapucaí (MG)	1,19	84,77	10,78	13,46
Minas Gerais	1,52	83,55	10,36	10,57
Brasil	3,24	83,32	11,82	11,27

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010.

Na saúde, outro tema fundamental para o bem-estar dos habitantes, os dados de mortalidade infantil até um ano de idade (por mil nascidos vivos), em 2010, mostraram que o menor índice foi de Maria da Fé, 14,50, seguido por Santa Rita, 15,60 e por Janaúba, 19, sendo que em Minas Gerais foi de 15,08 e no Brasil, 16,70. Segundo a OMS, a taxa de mortalidade infantil considerada baixa é de 20/1.000 nascidos vivos (OMS, 2020), significando que os três municípios estavam dentro dessa classificação. Complementarmente, nesse mesmo ano o número de leitos por habitantes foi maior em Maria da Fé, 2,19, seguido por Santa Rita, 1,72

e por Janaúba, 1,08, sendo que Maria da Fé teve seu índice idêntico à Minas Gerais e um pouco menor do que o brasileiro, 2,45. A esperança de vida ao nascer também foi maior em Maria da Fé, 75,53, depois em Santa Rita, 74,80 e Janaúba, 72,74, e o índice mineiro foi de 75,30 e o brasileiro 73,94. No geral, os índices de Maria da Fé foram um pouco melhores do que os de Santa Rita - e Janaúba teve valores inferiores -, sugerindo que seu sistema de saúde deve estar bem estruturado e realizando um ótimo trabalho.

Tabela 68: Mortalidade até 1 ano de idade, no leitos/habitantes, Esperança de vida ao nascer, Janaúba, Maria da Fé e Santa Rita do Sapucaí, 2010

Saúde da População, 2010			
Territorialidades	Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	Nº Leitos por habitantes ⁽¹⁾	Esperança de vida ao nascer (anos)
Janaúba (MG)	19,00	1,08	72,74
Maria da Fé (MG)	14,50	2,19	75,53
Santa Rita do Sapucaí (MG)	15,60	1,72	74,80
Minas Gerais	15,08	2,20	75,30
Brasil	16,70	2,45	73,94

(1) CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010.

Ministério da Saúde. Caderno de Informações de Saúde.

Site: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/mg.htm>

A infraestrutura urbana também auxilia a entender a configuração das condições de vida locais. Em 2010, o percentual de domicílios com acesso à água encanada foi, em ordem crescente, de 79,52% em Maria da Fé, 95,84% em Janaúba e 96,81% em Santa Rita, enquanto em Minas Gerais o percentual foi de 94,44% e no Brasil de 92,72%, ou seja, havia um déficit significativo nessa questão em Maria da Fé, ao tempo em que estava bem em Janaúba e Santa Rita. A existência de banheiro e água encanada apresentou percentual menor em Janaúba, 88,43%, ainda insuficiente, com valores próximos entre Maria da Fé, 98,07% e Santa Rita, 99,30%, melhores do que o mineiro, 94,91%, mais elevado que o brasileiro, 87,16%.

Em relação à coleta de lixo, Santa Rita atendia à 99,6% da população, seguido pela atenção em Maria da Fé, 98,61% e em Janaúba, 92,32%, com os percentuais mineiro e brasileiro de, respectivamente, 94,86% e 93,68%. Os domicílios com energia elétrica e geladeira foram 90% em Maria da Fé, 92,32% em Janaúba e 96,69% em Santa Rita, com índice mineiro de 94,86% e brasileiro de 93,68%. Nestes, respectivamente, 27,42%, 24,27% e 43,86% da população possuía computador em 2010, sendo que este percentual era de 38% em Minas Gerais e no

Brasil, ou seja, Santa Rita tinha a proporção de domicílios com energia elétrica e com computador maiores do que no estado e no país. Observando o conjunto de dados, Santa Rita se destacou, sugerindo que sua infraestrutura municipal está organizada e atende bem a seus habitantes, ressaltando também que Janaúba e Maria da Fé, ao longo dos vinte anos, melhoraram significativamente os índices desses serviços ofertados a seus habitantes.

13.1 Avaliação comparativa sobre os critérios utilizados

A partir da comparação de todos os dados, quantitativos e qualitativos, se discute a seguir as hipóteses que foram pensadas para a seleção dos estudos de caso, acreditando-se que determinadas condições urbanas podem oferecer às cidades maior ou menor capacidade para ampliar seu grau de desenvolvimento sustentável. Essas ideias se complementaram com a análise dos eixos analíticos, como parâmetros de avaliação desses casos, que foram reforçados com outros estudos de cidades apresentados ao longo da tese e no apêndice E.

13.1.1 As vocações econômicas das cidades

Uma das hipóteses apresentadas na metodologia foi se o tipo de vocação econômica central de cada cidade pode influenciar decisivamente em seu desenvolvimento sustentável. Constatou-se que as atividades produtivas de Santa Rita são variadas. Historicamente constituído através da tradição agrícola, nas últimas décadas o município privilegiou a educação em diferentes níveis, desde a educação infantil até as pesquisas e práticas em ciência e tecnologia em suas faculdades e a implantação de incubadoras de empresas, investindo em tecnologias de ponta e serviços em áreas afins. Maria da Fé também possuía uma forte tradição agrícola, tendo sido a maior produtora brasileira de batata, e começou há pouco mais de uma década a investir em artesanato, turismo e na produção de azeite como alternativas econômicas. Janaúba seguia investindo especialmente em agricultura e pecuária - tendo explorado previamente seus recursos naturais como areia e madeira para a produção carvoeira – e havia propostas incipientes de melhorias tecnológicas para os processos agropecuários, junto a investimentos no turismo. Em termos da geração local de empregos, o setor serviços foi o mais expressivo nos três municípios, em 2010, confirmando uma tendência nacional que apontava para seu crescimento contínuo nas economias e em Santa Rita houve maior equivalência entre as contribuições de cada setor para o PIB total municipal.

Figura 230: Aula em Janaúba e crianças indo para a escola, em São Paulo



Fonte: Foto da autora; foto RI, Revista da Secretaria de Relações Internacionais, 2004, p.19.

Além disso, dos três municípios apenas Santa Rita não havia entrado na “moda” do turismo, como um dos investimentos mais valorizados na atualidade, devido à sua elevada capacidade de geração de empregos e à possibilidade de ótimos ganhos financeiros no segmento. O turismo também se conecta com o protagonismo do ócio, destacado por De Masi (2000) e da cultura e suas manifestações artísticas, ênfase esta criticada pela exacerbação do significado comercial dado à seara cultural, segundo Vainer, Arantes (2000) e outros estudiosos, como se a cultura fosse um produto e não um processo intrínseco às sociedades. Mesmo assim, como demonstrado por ações bem sucedidas em Barcelona e Praia Grande, tem sido uma atividade produtiva de grande dinamismo, que antes da pandemia do Coronavírus era muito significativa, inspirando municípios como Maria da Fé e Janaúba a investirem no turismo.

Diante desse quadro, foi observada nessa hipótese a dinâmica do Fluxo Circular de Renda, descrito por Troster e Monchón (1999), e a perspectiva econômica de Jacobs (2001). Discutidas no Capítulo 5.3, a diversificação econômica e as “diferenciações emergindo na generalidade” produziram mais riquezas em Santa Rita, conforme as ideias de Jacobs, fazendo circular melhor a renda local. Esta diversificação incluiu uma ampla utilização dos bens de produção – terra, trabalho e capital, resultando em melhor produção e fluxo da renda, pois à medida em que mais recursos são distribuídos, a população amplia seu potencial para adquirir bens e serviços desejados que, por sua vez, voltam a produzir mais riquezas. Em cidades onde a renda não possuía tanta circulação, no caso, Maria da Fé e Janaúba, devido a uma produção local pequena e retenção dos lucros nas mãos de poucos, os habitantes enfrentavam dificuldades, desgastando as produções no setor serviços, que não auxilia na circulação da renda.

Logo, Santa Rita foi a cidade com melhor distribuição de renda, a partir de uma produção de bens compatível com suas demandas internas e externas, tanto na educação como referente aos serviços tecnológicos, permitindo aos habitantes viverem adequadamente – com suas necessidades básicas satisfeitas - criando-se o que se chamou de ciclo de desenvolvimento positivo, ou virtuoso. Além disso, suas inversões centrais, tecnologia e conhecimento, estão entre as mais valorizadas na “era da informação” ou “era do conhecimento”, como enfatizado

por Hobsbawn e outros autores, aumentando suas possibilidades de sucesso, o que sugere que essas atividades podem trazer muitos ganhos sociais. Kress também defende que a educação inspira a constituição de novas relações que, junto à mídia, podem produzir novas formas sociais, o que se constata em Santa Rita, uma vez que as relações cooperativas predominam sob as competitivas, a despeito do paradigma dominante hoje em dia. Essas formas sociais originais também produzem novos contextos o que, como constatou Bateson (1972), é fundamental para promover processos de mudança.

Nesse ambiente de Santa Rita, o processo se realizou de maneira mais experimental, sem uma planificação inicial estruturada para o longo prazo, ainda que sempre almejando metas de sucesso através de um desenvolvimento paulatino, ou seja, houve muitos reforços contínuos em direção a uma meta que se tornou coletiva, no desenrolar do processo, através do *feedback negativo*, que significa o reforço de uma situação através de novas entradas em um sistema, propiciando um processo contínuo de manutenção do *status quo* que, quando favorável, pode ampliar-se de forma cíclica.

Por sua vez, Maria da Fé e Janaúba apresentaram menores diversificações econômicas. Antes, ambas dependiam inteiramente da agricultura e pecuária e, de acordo com a tese de Jacobs, sem diversificação econômica uma cidade está destinada ao fracasso. Dessa forma, nessas duas cidades seu bem principal não circulava o suficiente e, devido a uma capacidade exportadora pequena, havia pouca distribuição de lucros para a população que, por sua vez, tinha baixo poder do capital e não podia fazer a renda circular o suficiente para lhe gerar qualidade de vida. No entanto, a partir de investimentos no turismo, artesanato e agricultura modernizada, ambos municípios tentam criar novas especializações de suas diversificações, buscando-se diferenciais que aumentem a produtividade e a utilização de bens, gerando ainda mais trabalho. Outra possibilidade complementar é que se amplie a cadeia produtiva, aumentando o valor agregado dos produtos manufaturados em cada uma dessas cidades.

Enquanto em Santa Rita não havia desemprego e a renda era distribuída com mais equilíbrio, com uma produção que diversificava e tinha frequentemente o componente da criatividade, substituindo as importações e ampliando sua capacidade exportadora, como descrito por North (1974) e Martins (2003), Maria da Fé e Janaúba tinham uma circulação de renda ainda reduzida. No entanto, constatou-se que a finais dos anos 2020 ambos apresentaram indicadores econômicos bem superiores do que há vinte anos atrás, revelando que os novos investimentos vinham trazendo resultados positivos, não apenas em termos de geração, mas de distribuição de renda, visível pela melhoria expressiva da renda per capita, diminuição do Índice GINI, e por outros indicadores.

Em 2014, Janaúba tinha apresentado a maior receita entre as três cidades, possivelmente devido ao seu número bem maior de habitantes, mas a remuneração média mensal dos habitantes foi a menor, refletindo que sua geração de renda havia melhorado, mas ainda era incipiente, inclusive com um percentual de pobreza bem elevado em 2010. Seu setor de serviços também era muito forte, refletindo sua relevância regional como cidade polo que, conforme as teorias de Henderson, Christaller e outros, justifica sua posição hierárquica superior, em termos de serviços oferecidos para as cidades vizinhas, circulando mais renda e mantendo sua elevada participação da capacidade regional produtiva. No entanto, os serviços não geram novos produtos, eles se esgotam em si mesmos, o que impede a ampliação do crescimento local. Nos últimos anos, Janaúba vinha tentando superar suas deficiências, através da atração de novas empresas, criação de alianças regionais e federais, inclusive realizando seu Plano Diretor, em 2006, mas ainda não havia algo novo capaz de superar a expectativa da população por uma solução externa. Recentemente o município promoveu investimentos em infraestrutura, incluindo alguns serviços públicos urgentes, em saúde, educação e ação social, que vinham apresentando melhorias paulatinas nos primeiros anos dos anos 2000. Especialmente em Janaúba, que tinha graus elevadíssimos de indigência e pobreza, houve forte decréscimo desses dados que afligiam a grande parcela da população, e destaca-se que isso se relacionou também às políticas de incentivo progressistas implementadas no país, com os Programas do Governo Federal, destacando-se aqueles de cunho social, como o Bolsa Família, Fome Zero, Luz para todos e outros, que possibilitaram às famílias o rompimento do ciclo de pobreza em que viviam e, espera-se, possa ter sido para muitos uma “segurança”, de forma que encontrassem formas de sustento, com condições dignas de vida.

Assim, observa-se que Santa Rita apresentou mais diversificação produtiva, aliada à maior capacidade exportadora de bens, mais encadeamentos com outros setores, atraindo investimentos, população qualificada e promovendo uma distribuição mais equitativa de renda, com melhor grau de sustentabilidade socioeconômica. Essa análise poderia incluir também Curitiba e Barcelona, apresentadas no Apêndice E – pois todas as três conseguiram encontrar diferenciais rentáveis que, com o passar do tempo, foram conquistados ou introjetados pelos seus habitantes, formando parte da identidade social urbana local, que eleva seus potenciais e os perpetuam como bem imaterial a ser preservado. Em Santa Rita se viu o binômio educação-tecnologia; em Curitiba um conjunto de elementos representando um melhor viver e em Barcelona, a proposta de uma cidade turística e cultural, todas com articulação das iniciativas e qualidade de vida para seus habitantes.

13.1.2 Processos endógenos ou exógenos e a participação cidadã

Outra hipótese investigada foi se a existência de diferentes grupos protagonistas no processo de desenvolvimento em cada município estudado seria condição determinante no grau de sustentabilidade ampla alcançado. Importante ressaltar que nenhum grupo social trabalhava sozinho, apesar de que, no período pesquisado, ter sido o que estava defendendo ou conduzindo o projeto central de desenvolvimento. A participação foi classificada de maneira didática em poder público, iniciativa privada e da sociedade civil, além da possível combinação entre esses poderes.

Em Maria da Fé, inicialmente quem conduzia o que se passava em termos de futuro era exclusivamente o poder público, enquanto os agricultores e suas famílias se ocupavam da produção nos moldes tradicionais, até que, com a crise nessa área, alguns grupos passaram a investir no turismo, no artesanato e na diversificação agrícola, como na produção de oliveiras, flores e frutas, ainda que esse trabalho não tivesse sido expandido para grande parcela da população até 2010, pois ocupava apenas determinados grupos. Naquele momento também não se podia garantir se o governo seria um aliado permanente nesses processos, ou apenas apoiá-los pontualmente, inclusive porque diferentes direções políticas vinham influenciando as escolhas de cada grupo que ocupava o poder. No momento, o movimento local já conseguiu certo grau de transformação econômica-produtiva e social, refletida em uma melhoria positiva dos dados quantitativos municipais em 2010/2014, com ótimos resultados na educação, saúde, diminuição de indigência e pobreza, entre outros, e efetivando ações que davam sequência ao desenvolvimento do turismo, do artesanato e à produção de azeite, promovendo inclusive novos encadeamentos produtivos. No entanto, houve momentos em que a falta de apoio do poder público trouxe insegurança para certos grupos que ensejavam mudanças, e faltava também comunicação entre esses grupos produtivos, somada à pouca credibilidade do restante da comunidade em seus próprios potenciais, deficiências que frequentemente são graves o bastante para se perderem potenciais concretos de desenvolvimento.

Janaúba, de forma similar, sempre contou com o poder público para determinar seus rumos futuros, com pouca participação popular, e seus habitantes pareciam impossibilitados de vislumbrarem processos de longo prazo, imbuídos em sua necessidade de garantir a sobrevivência. Ocorria então esse protagonismo do poder público, e um modelo esvaziado de participação social, promovendo as tradicionais atitudes de espera passiva da população para que o poder público solucionasse seus problemas mas, em certas situações, como no caso da falta d'água regional, o governo era realmente o responsável por agir efetivamente e implementar novos projetos de irrigação para auxiliar a romper o ciclo de pobreza local. Pouco a pouco, no entanto, os janaúbenses começavam a participar das questões públicas, incluindo

ações coletivas na saúde, na educação e na elaboração do seu plano diretor, revelando-se mais ativos nos últimos anos, e o próprio poder público estava incluindo a população em alguns momentos, em nível consultivo, segundo a Escada de Hart (1992), apesar de distante de ser uma participação inclusiva. Maria da Fé, por sua vez, revelava mais associações de habitantes e um grau de organização social mais avançado, em termos da classificação da Escada (HART, 1992), por vezes sendo autônomos diante de suas demandas e ações, mas no geral sem alcançar mudanças de segunda ordem.

Em Santa Rita a situação tem sido diferente. O processo de mudança de paradigma começou há algumas décadas por alguns habitantes, como Sinhá Moreira, na área educacional, ampliando sua influência até a área empresarial tecnológica. Como Saraiva observou (2000, p.81-82), os gestos de Sinhá “[...] ousados e aparentemente isolados – fazem parte, na verdade, de uma cadeia, gerada a partir do estabelecimento de um padrão que tornou possível o surgimento de pensamentos e atitudes dessa natureza na localidade” [...] constituindo “as bases de uma nova ordem social”. Quando o processo já possuía uma base constituída pelos habitantes em geral e pelos professores, o poder público estreou sua participação, realizando então algumas ações essenciais como, por exemplo, a promoção das feiras tecnológicas, que deram visibilidade ao município em nível nacional e internacional, o que mostra como sua participação foi e segue sendo fundamental. Nesse caso, outro aspecto significativo é que, ainda em períodos nos quais a administração municipal interrompeu temporariamente seu apoio, devido à divergências ideológicas e/ou partidárias, houve a continuidade do processo, porque o paradigma local já estava introjetado pelos habitantes e por inúmeras instituições, em suas vivências, garantindo que a proposta de desenvolverem o município de maneira sustentável e de desenvolverem a si mesmos tem continuidade, mesmo em períodos turbulentos, com mudanças adversas.

A partir desse exemplo, se pode observar a evolução de padrões específicos de desenvolvimento, como defendido por Johnson (2003): seus habitantes se comunicam continuamente, percebem os *feedbacks* positivos e negativos, promovendo um macro comportamento adaptativo através da manutenção de um pensamento coletivo, que resulta maior do que os comportamentos individuais, ao redor do protagonismo dos conhecimentos, do saber tecnológico, da capacidade empreendedora e das inovações. Sem a unificação de potenciais e uma comunicação ágil e contínua, o processo não teria sido possível, mas, ao contrário, ocorreu com a conjunção desses elementos um salto qualitativo no sistema da cidade, como os estudos de Prigogine (1980) demonstraram. Habitantes e instituições caminham, então, juntos em uma direção comum, corrigindo desvios em suas metas, de acordo com a variação dos contextos e dos diversos momentos vividos, gerando um *quantum* de conhecimentos e de atividades que promoveram essa mudança de nível virtuosa.

Portanto, considerando essas três cidades, Santa Rita do Sapucaí foi aquela que alcançou maior grau de desenvolvimento sustentável, a partir das pesquisas, apresentando maior participação popular e uma melhor compreensão pelos habitantes em direção a ideais próprios de crescimento, refletindo a força de uma participação cidadã real, como diziam Rebollo (2000) e Villasante (1974), pois quando os habitantes se tornam primordiais no processo, o poder é redistribuído e eles se responsabilizam pelos projetos coletivos, agindo cotidianamente com um objetivo subjacente.

Por sua vez, em Maria da Fé e Janaúba a população esteve historicamente afastada dos processos urbanos, causando alienação, descrença nos gestores e, frequentemente, em seu próprio poder, sentindo-se inclusive desesperançosa com relação ao futuro. Nesses casos suas populações apresentavam dificuldades em explicitar e manter seus sonhos e, para alguns, em acreditar nas suas expectativas de desenvolvimento, especialmente quando essas representavam saltos qualitativos econômicos e/ou sociais, porque lhes faltavam recursos imprescindíveis para a sua concretização como, por exemplo, a falta de conexões, a dificuldade de comunicação entre os diferentes atores sociais ou a carência de recursos financeiros.

Outros exemplos de boa governança e participação também foram apresentados no trabalho, como defendido pela ONU Habitat, onde a gestão pública conduziu processos bem sucedidos e envolveu a participação efetiva da população, no caso da descentralização administrativa realizada em Campinas e em Vitória, as mudanças no sistema alimentar para os habitantes de baixa renda em Belo Horizonte e no sistema médico em Campo Mourão.

Assim, mesmo que um movimento de transformação possa iniciar-se em diferentes grupos, a participação cidadã segue sendo fundamental. Mais ainda, acredita-se que há um momento em que já não é mais tão importante reconhecer quem iniciou o processo, mas quais grupos estão verdadeiramente envolvidos, ou seja, é importante comprometer a todos evitando segregação social e promovendo inclusão, ou arriscar-se a interromper um bom processo, perder força e direção no movimento. Ao contrário, quando os habitantes se implicam, as mudanças e instabilidades políticas e contextuais são menos decisivas. Logo, em termos ideais, a população deve ampliar seus conhecimentos e estar consensuada com os poderes públicos e privados na definição de metas comuns, para que todos tenham noção ou ideias claras de seus objetivos, considerando-se também imprevistos e “inovações surpresa”.

13.1.3 Identidade social urbana, apropriação do espaço e representações sociais

Como todos os temas estudados se interligam e possuem pontos de interseção, a identidade social urbana e sua conexão com comportamentos sustentáveis se relaciona ao nível de

satisfação, identificação da população com o entorno e a sua coesão social, resultando em diferentes graus de vertebração social, de acordo com Pol e outros pesquisadores da Rede CIS (2002). Segundo esse estudo, nos sítios com melhor poder aquisitivo foi mais importante a identificação com o entorno, enquanto naqueles com menor poder aquisitivo se destacou a relevância da coesão social, apesar que ambas as variáveis têm uma influência positiva na satisfação dos habitantes com seu meio e podem aumentar sua predisposição à sustentabilidade.

Essas ideias se comprovaram nas realidades estudadas, uma vez que se constatou uma coesão social maior entre os habitantes em Santa Rita, que atuavam integrando diferentes áreas econômicas, sociais e ambientais, o que resultou em uma cidade bem cuidada por seus habitantes, com casas pintadas, jardins conservados e ruas limpas, ainda que lhe faltasse nos anos 2000 um programa oficial de proteção ambiental, implementado recentemente. Se pode observar que a população se apropriou do espaço de maneira efetiva, fazendo-o seu, atribuindo-lhe sentidos através da apropriação espacial, similar à ideia do *chez-soi* (POL, 2006) a cidade como sendo “a sua casa”, e promovendo um sentimento de pertencimento ao lugar, conseqüentemente tendo atitudes de conservação e proteção do seu patrimônio. Considerando-se a representação social de Santa Rita, para os habitantes ela é uma cidade bem sucedida, bonita e agradável, a partir dos investimentos educativos e tecnológicos dos quais eles participam, cada qual a seu modo, reconhecendo sua história, seus valores e sua memória relatados através de muitos casos, ressaltando habitantes de grande importância desde os tempos da aristocracia rural, iniciando-se o desejo de desenvolverem a si mesmos e à cidade, a partir de um espírito inovador, hoje chamado de empreendedor.

As representações de cada cidade se conectam, inequivocamente, com a forma como as pessoas conservam seus ambientes, uma vez que, como estudaram Moscovici, Farr e Jodelet, as representações são leituras da realidade e constituem a base dos comportamentos sobre si mesma. Representações positivas, então, tendem a gerar comportamentos de preservação ambiental o que, somado às conclusões da Rede CIS resultam que apenas a informação costuma ser insuficiente para promover a sustentabilidade ambiental, sendo necessário acrescentar um bom nível de vertebração e coesão social e mesmo características físicas positivas do lugar. Além disso, para Halbwachs e outros, o simbolismo espacial, ou a legibilidade e certas características espaciais estudadas por Lynch (1997), auxiliam os habitantes a valorizarem e organizarem o entorno para si mesmos, a se sentirem confortáveis e, como descreveram Turner e Tajfel, reiterado por Valera (1996), o espaço urbano identifica o grupo associado a esse entorno, permitindo-lhe se perceber como igual internamente e diferente dos grupos externos, configurando sua identidade. Sob esse enfoque, os habitantes de Santa Rita se percebem como sendo empreendedores, capazes, sonhadores, além de

possuírem elementos de identificação com espaços físicos como a ETE, o campus do INATEL e seus espaços públicos, que se tornam aporte físico de sua identidade grupal.

Em Maria da Fé a apropriação do espaço não foi tão marcante como em Santa Rita, ainda que tenha sido percebido um sentimento de pertencimento dos habitantes, que também cuidam do meio ambiente porque gostam da cidade, e existe essa identificação, por exemplo, com as igrejas, com os espaços públicos e áreas naturais do município, que lhes traziam um sentimento de orgulho. Também foi verificado um bom nível de coesão social entre seus habitantes, mas o grau de satisfação foi pequeno. No geral, eles demonstraram insatisfação com a gestão pública e com outros problemas sociais. A partir da administração, a proteção ambiental era praticamente inexistente e somente perto dos anos 2020 alguns grupos de habitantes começaram a promover ações em defesa do meio ambiente. Seu processo de identificação se conectava mais com o passado de sucessos do que com a primeira década dos anos 2000. No município, a representação social ampla dos habitantes se baseou no amor à cidade onde eles nasceram, similar à uma espécie de patriotismo, com valorização das suas belezas naturais e tranquilidade, chocando-se com desilusão diante dos governantes e medo de que no futuro não ocorressem os acontecimentos sonhados, destacando-se melhores condições de trabalho, logo, “o último que sair apague a luz”, como sintetizou um habitante. Existem também alguns elementos físicos da paisagem que auxiliaram a população a construir uma identificação urbana, como a Igreja central, os jardins das oliveiras e a Estação Ferroviária, favorecendo a leitura e introjeção desse ambiente espacial.

Em Janaúba, a coesão social constatada foi muito pequena, com habitantes e grupos vivendo de maneira mais individualizada ou mesmo em pequenos grupos, à exceção das associações locais. Isso parecia refletir um espaço físico que recebia menos cuidados, uma cidade mais suja, com lixo ao ar livre visto em alguns bairros. Também houve algumas identificações específicas com sítios da cidade, relacionando-se com suas belezas naturais e com as relações sociais construídas ali, o que foi o eixo central dessa coesão, mais relacionada às pessoas do que com o entorno propriamente dito. Os habitantes de Janaúba construíram uma representação social que, de maneira similar ao ocorrido em Maria da Fé, se conectava com o amor à sua pátria e com sua natureza – praias de rio e a Barragem, algumas praças – contrastando com a seca, a pobreza, o desemprego, revelando uma população muito insatisfeita, carente e, em muitos casos, despreparada. Consequentemente, faltavam elementos na paisagem que ampliassem a identificação de sua população com seu entorno, como mais marcos ou elementos simbólicos significativos, resultando em uma apropriação espacial frágil e que, segundo a Rede CIS, em sendo uma cidade com poder aquisitivo mais

baixo, lhe faria mais falta o processo da coesão social, que pode auxiliar nos processos de identificação e aumento da sustentabilidade local.

13.1.4 Níveis de mudanças e as dimensões do desenvolvimento sustentável amplo

Complementando a análise, outro parâmetro da pesquisa para auxiliar na avaliação de cada cidade foi a consideração dos níveis de mudança, inspirados nas ideias de Watzlawick (1967, 1977, 1994) e modificado pela autora, sendo então divididos como de primeira, segunda e terceira ordem. Essas diferentes graduações sobre os níveis de mudança urbano foram muito úteis como indicadores do nível de desenvolvimento sustentável alcançado em cada cidade, constituindo um parâmetro sobre suas capacidades transformadoras. Também se mostrou importante porque fixou limites sob uma perspectiva qualitativa, que frequentemente é difícil de se mensurar. Esse parâmetro pôde se complementar com as dimensões de sustentabilidade propostas por Sachs – social, econômica, ecológica, geográfica e cultural.

Santa Rita teve sucessivos progressos, começando devagar a partir de ações cotidianas, para alcançar o que hoje redonda em uma cidade bem estruturada. Co-existem na cidade mudanças de primeira, segunda e terceira ordem, essa última constatada a partir da mudança profunda de paradigma para um novo limite – inovador e dinâmico – que não parece se modificar, mas seguir avançando, ainda que algumas questões, como a proteção ambiental não estivesse tão presente e fossem necessários mais investimentos específicos para essa área. Além disso, se considerou que seus níveis mais avançados refletiram mais dimensões de sustentabilidade presentes, ou graus mais amplos da mesma, observando em Santa Rita elevada sustentabilidade social, econômica e geográfica.

Maria da Fé e Janaúba, por sua vez, ainda conviviam com níveis de mudança de primeira ordem, sem requerer mudanças em suas premissas básicas. Cada município possuía, devido às suas perspectivas de crescimento, o primeiro com o artesanato e o cultivo de oliveiras, produção de azeite e o segundo com a intenção de ser uma referência regional e ampliar a irrigação - com serviços de qualidade, indústrias, turismo e melhoria agrícola, a possibilidade de darem um salto qualitativo. No entanto, considerando que as cidades se encontravam ainda em um ciclo vicioso de problemas, onde atuava especialmente o *feedback* negativo, que mantinha a situação com estava, poderão enfrentar um nível crescente de problemas se não romperem esse ciclo ou criarem uma bifurcação, conforme Jacobs (2001) havia sugerido, que reflita a quebra em seus padrões de sub desenvolvimento, onde os ganhos não eram revertidos prioritariamente para garantir o bem-estar social. Em ambas existia, portanto, um grau menor de sustentabilidade ambiental, social, econômica e geográfica, apresentando desequilíbrios e refletindo que os diferentes âmbitos são historicamente subordinados uns aos

outros. Por exemplo, sem ganhos econômicos distribuídos para a maioria da população, os problemas sociais aumentam e as questões ambientais não são bem cuidadas, resultando que o poder político enfrente demasiados problemas e não consiga solucioná-los e assim sucessivamente, o que representa o ciclo vicioso.

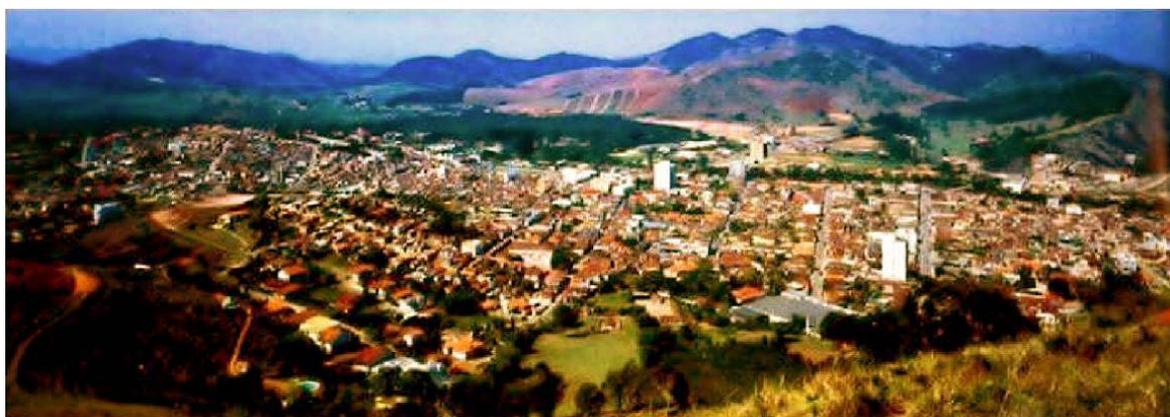
Dessa forma, os estudos de caso revelaram cidades alcançando graus diferentes de mudança e maturação, variando em ordem decrescente de Santa Rita, Maria da Fé para Janaúba²²⁸. Santa Rita obteve boas avaliações qualitativas e quantitativas, mesclando bem-estar com dados econômicos positivos. Maria da Fé revelou baixo grau de satisfação popular, com níveis econômicos de geração e distribuição de riquezas baixos, ainda que tenha grupos comprometidos com processos inovadores – mas, ao que pareceu, ainda isolados, enquanto Janaúba foi a cidade que apresentou a estrutura socioeconômica mais tradicional das três, gerando um grau de riqueza ainda insuficiente para atender a seus habitantes e com a distribuição de renda mais desigual, com o governo conduzindo o processo e a população pouco ativa.

13.2 Padrões de êxito das cidades

“O que é sempre difícil na vida não é tanto influenciar e mudar os outros, a questão mais difícil é mudar a si mesmo, de acordo com as condições que você enfrenta”

Nelson Mandela, 2000, p.7.

Figura 231: Vista aérea de Santa Rita do Sapucaí



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí, s.d.

A partir dos casos apresentados ao longo do trabalho e dos próprios estudos de caso realizados, foram constatados o que chamei de “tendências empíricas” ou “padrões de desenvolvimento urbano” que, apesar de terem acontecido em condições particulares daqueles lugares²²⁹, podem ser consideradas propostas aplicáveis a outros contextos, na

²²⁸ Durante a pesquisa, pode-se observar outras cidades que também sugeriram ter alcançado níveis de mudança diferentes. Curitiba, Praia Grande, Moscou e Barcelona parecem ter mudado amplamente suas realidades, enquanto outras conseguiram mudanças pontuais, como Campo Mourão e Belo Horizonte.

²²⁹ A dissertação de Saraiva (2000) também apontou para algumas dessas características, apesar de partir de uma postura teórica distinta, que enfatizou as tecnologias e os sistemas de inovação.

busca por mudanças significativas²³⁰. Na tese de Saraiva (2000), ela já apontava para a existência de um certo padrão que surgiu em Santa Rita do Sapucaí, descrevendo alguns responsáveis pelo processo de inovação e desenvolvimento local. Esses padrões se relacionam à proposta de Wiener que, à despeito de ter desenvolvido a Cibernética de maneira determinista, ressaltou a importância de se conhecer “as relações entre os elementos, o modo como estão acoplados ou as regras de conexão entre eles” (apud ESTEVES DE VASCONCELLOS, 2002, p.217-218), observando suas rotinas de *feedback* na compreensão de seu mecanismo de funcionamento, mecanismos de regulação, o que depois foi ampliado na Cibernética de segunda ordem, acrescentando-se a noção de circularidade.

Morin também ressaltou que é possível ocorrer um movimento “a partir do qual os fatos ou desvios podem ser corrigidos através das reações positivas ou negativas (individual ou coletivamente), resultando em adaptações ou transformações da realidade circundante” (SARAIVA, 2000, p.72). Validando essa proposição, observou-se que algumas características das cidades se repetem e refletem uma “rotina”, que chamamos de padrões de funcionamento. Alguns padrões foram constatados repetidamente em diferentes cidades contemporâneas estudadas e são como “funções essenciais” que podem auxiliar os sistemas urbanos a prosperarem e, conseqüentemente, melhorarem a vida dos habitantes, no sentido amplo do desenvolvimento sustentável.

Quando essas funções críticas são constatadas em algum contexto urbano, podem e/ou devem ser incentivados como valores elementares em prol do seu desenvolvimento. Se não estão presentes, podem ser estimuladas em concordância e respeito com cada contexto, por exemplo, em processos de planejamento, em políticas públicas contextualizadas, ou mesmo envolvendo gestores e grupos de população com vontade de modificar suas realizações em direção a novos patamares. Frequentemente, a combinação de dois ou mais destes padrões pode potencializá-los, para viabilizar mudanças de segunda ou terceira ordem, com condição de transformar uma sociedade na direção almejada. Apresentam-se em seguida os principais padrões constatados, que não eliminam a possibilidade da existência de outros padrões:

O desejo perseverante: significando que as ideias transformadoras dependem de uma intenção, seja esta de um indivíduo ou grupo que pratique ações com o poder de transformação da ordem corrente, como no caso de Sinhá Moreira, do prefeito Toledo, dos

²³⁰ No livro de Anne Mikoleit e Moritz Pürckhauer, *Urban Code* (2011), eles apresentam cem “lições”, máximas que observaram nas ruas do SoHo, em Nova York, ensinando sobre “como ler a cidade”. Os autores acreditam que essas lições possam ser verdadeiras em qualquer cidade, mostrando “as interdependências ocultas, as forças invisíveis e as leis não escritas que determinam porque as pessoas se movem, se reúnem, fazem uma pausa e adotam os comportamentos e posições que adotam no ambiente urbano [...] como modos normativos de ser e padrões de vida familiares [...] (esperando) ter revelado a lógica inerente à cidade - seu código urbano” (2011, p. 9) Esse exemplo revela que eles encontraram certos padrões no bairro, e entendem que estes possam “testados e validados” em outras cidades, assim como se propõe na tese, a ampliação de certos padrões para outras realidades.

professores, como Navantino, Kallás e Mário Augusto, e da população em Santa Rita do Sapucaí com suas associações atuantes, do grupo de artesãos e dos produtores de azeite em Maria da Fé, dos planejadores em Curitiba e dos gestores das Olimpíadas de Barcelona. No final, não se depende exclusivamente dos recursos materiais, mas do desejo determinado e forte de uma habitante ou grupo (s) para romper o paradigma dominante;

Sonho e liderança continuados, pois nessas cidades existem indivíduos/grupos com espírito empreendedor (ou qualquer denominação que reflita práticas realizadas sob uma visão de futuro inovadora) que investem no desenvolvimento, independente de qual caminho sigam. Esse “espírito sonhador” costuma vir acompanhado por uma resiliência dessas pessoas diante dos obstáculos. Esses indivíduos ou grupos – que posteriormente podem se tornar um modelo de identificação para a comunidade, possuem um objetivo (ou mais) e o persegue mesmo diante de dificuldades ou adversidades, porque está imbuído de uma meta, com o ideal de alcançarem algo maior do que si mesmo;

Triade contexto-pessoas-aprendizagem: como mencionado, as ideias de Bateson (1972) destacam que o contexto, somado a pessoas e suas interações propiciam um processo de aprendizagem, como base para o desenvolvimento. De maneira complementar, Aun (1996, 1998, 2001) pontuou que a co-construção do contexto e/ou dos significados pode mudar as pessoas, ou impulsioná-las a seguirem uma nova direção, resultando em atitudes transformadoras. Isso ocorreu visivelmente em Santa Rita, pois a educação é a base do processo de mudanças no qual seus habitantes, em um contexto fértil, vão introjetando o sonho, aprendem a empreender e expandem as iniciativas produtivas, circularmente, em um processo onde age o processo de *feedback* positivo. Hoje em dia, outras iniciativas revelam a continuidade do mesmo sonho de aproximadamente sessenta anos atrás, no entanto inteiramente contemporâneo. Seus habitantes seguem se identificando com o processo como uma possibilidade de evoluir e manter o sucesso municipal, incluindo demandas de renovação crítica, ou seja, adaptadas às necessidades atuais;

Envolvimento de um grupo, com densidade de conexões em rede, que trabalhe junto. Para trabalhar em busca de um objetivo ou missão se requer também espalhar as sementes da ideia, fazer com que um grupo maior de indivíduos comece a pensar conjuntamente com o mesmo “norte”, constituindo assim um trabalho coletivo. Por isso, é necessário a crença de que esse sonho “vale a pena” e merece esforços e investimentos, pessoais, financeiros, educacionais, de divulgação ou outros, principalmente, é fundamental a realização de um trabalho concreto para se efetivar, ou seja, em algum ponto do processo de crescimento deve se constituir um grupo/ uma rede que sonhe junto, que possibilite a acumulação do capital humano;

Crença no valor dos seres humanos, o estabelecimento de alianças e associações. Em termos práticos, a atuação da população envolvida é central em uma situação de desenvolvimento, construindo-se posturas locais cooperativas, mesmo que existam oposições. Isso pode ser percebido em uma situação reversa, em Janaúba, com a dificuldade local enfrentada diante da pouca participação da população no processo de desenvolvimento, observando-se, na realidade, processos isolados de produção e de ideias, sem muita conexão entre eles. No entanto, quando poder público, privado, população, instituições diversas como as ONGs e fundações somam forças através de alianças, tornam possível o crescimento, inclusive porque a responsabilidade, em graus distintos, termina sendo compartilhada;

Redes sociais fortalecidas, reforço à representação social, à coesão e constituição de apropriação espacial positiva, possibilitando ações sustentáveis são parte do processo. Para a construção de uma representação social positiva da cidade, é preciso promover o encontro entre as diferentes áreas da gestão urbana, o fortalecimento contínuo das redes e o trabalho de mobilização social, reforçando a qualidade de vida e os padrões de identificação com o entorno e a coesão social. Somando-se essas melhorias, se pode incrementar a apropriação do espaço e a motivação das pessoas em prol de atitudes sustentáveis;

Comunicação, uma linguagem comum e divulgação. Esse grupo de pessoas envolvido necessita de um processo efetivo de comunicação para que os possíveis potenciais, recursos e soluções sejam discutidos e solucionados de maneira conjunta, ou mesmo integrados- ainda que possam existir contradições. A comunicação deve funcionar, então, tanto internamente com a constituição de uma linguagem comum do grupo, como se manter eficaz para o exterior;

A causalidade e a construção de processos inesperados também são parte integrante desses padrões, ao mesmo tempo em que é importante a manutenção do foco. As causalidades acontecem e influem em diferentes situações. No entanto, quando há um sonho e pessoas que acreditam nesse sonho e trabalham para sua realização, ainda que ocorram eventos inesperados, por causalidade, esses integram o processo de aprendizagem e são assimilados; ao invés de se tornarem obstáculos intransponíveis;

Rede de conexões e abertura ao exterior, somada a um sentido continuado de atualização: também é importante a articulação da cidade em redes, como apontou Castells (1995, 2000, 2015), conectando-a com seu “exterior”, em escalas regionais, nacionais e internacionais. Isso pode propiciar sua inserção em outros âmbitos econômicos e de poder, desde que constatadas suas demandas e, ao mesmo tempo, mudanças externas contínuas, que envolvem as forças globais, dotando a cidade da capacidade de conexão e adaptação, para que possa mudar os seus próprios rumos;

Valorização dos micro-processos de desenvolvimento sustentável: através da valorização do local se apropriam às múltiplas possibilidades de atuação de grupos menores, mas não menos significativos, das singularidades que mudam o mundo com ideias inovadoras, seja lentamente ou como uma revolução. O pequeno pode alcançar o grande, “pois os grãos de areia formam uma duna”.

Finalizando a análise, fez-se um quadro comparativo (quadro 09), apresentado a seguir, baseado em reflexões da pesquisadora, que mostra a existência ou não desses padrões nos três municípios estudados, avaliando-os como “presente”, “ausente” e “parcialmente presente”, segundo o colorido que preenche o quadrado correspondente à cada município, destacando que essa representação não significa a quantidade percentual dessas características em cada um.

Quadro 9: Padrões de êxito presentes, parcialmente presentes ou ausentes em Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé e Janaúba

PADRÕES DE ÊXITO DAS CIDADES			
	Santa Rita Sapucaí	Maria da Fé	Janaúba
Desejo perseverante			
Sonho e liderança continuados			
Tríade contexto-pessoas-aprendizagem			
Envolver um grupo – densidade de conexões em rede			
Crença no valor dos seres humanos, estabelecimento de alianças e associações			
Redes sociais fortalecidas, reforço à representação social coerente, coesão e da apropriação espacial			
Comunicação, linguagem comum e divulgação			
Causalidade e construção de processos improvisados			
Rede de conexões e abertura ao exterior – atualização continuada			
Valorização dos micro-processos de desenvolvimento sustentável			

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Assim, a compreensão desses padrões pode facilitar e ampliar a capacidade de atuação nas cidades, considerando suas particularidades: mudanças podem ser incentivadas, focando nos desafios, através de planejamento, processos educativos, ampliações das redes sociais, enfim, utilizando-se os recursos apresentados e outros que porventura sejam identificados, criando-se contextos urbanos profícuos, sustentáveis, e pessoas e grupos melhor capacitados e com melhores condições de vida.

14 CONFLUÊNCIAS

“As teorias científicas são criações livres do espírito humano”

Albert Einstein

“As portas são incontáveis, a saída é uma só, mas as possibilidades de saída são tão numerosas como as portas”

Franz Kafka

Figura 232: O futuro em nossas mãos



Fonte: http://www.olemissbusiness.com/global_commerce-images-newimage.jpg

Chegando ao final dessa caminhada, observamos que as cidades contemporâneas revelaram suas complexidades, com universos visíveis e invisíveis convivendo lado a lado, constituindo um sistema aberto e vivo: bairros regulares, favelas, palácios e espaços proibidos estão conectados, desafiando-nos com sua imensa diversidade, congruências e paradoxos, inspirando novas caminhadas, sob os princípios que levem à sustentabilidade ampla.

As cidades estudadas e visitadas foram vistas como microcosmos que revelam simultaneamente características particulares e universais. O trabalho de campo inspirou-se, como comentado, na proposta de Jacobs em pensar sobre os processos, trabalhar por indução, raciocinando do particular para o geral, e guiar-se por pistas fora da média, de forma que os ensinamentos daí derivados pudessem ser observados comparativamente. Assim, como expressaram Hissa e Corgosinho (2006, p.17), “os lugares contém o mundo e, por isso, são a sua expressão”, admitindo um processo reflexivo na observação de muitas cidades com características diferentes, de forma que pudessem constituir um panorama diversificado e passível de ampliação para outros contextos.

No entanto, desde o início do trabalho houve dificuldades para localizar estudos que abordassem a conexão entre os diferentes elementos que constituem a vida urbana. Ao contrário, esses tendiam a focar áreas específicas, a partir da compartimentação dos conhecimentos ainda que, em tempos recentes, venham sendo realizados crescentemente estudos interdisciplinares, ou que buscam esse enfoque. O mais frequente, no entanto, ainda são explicações causais simples, lineares, que desconsideram parcelas importantes dos fenômenos psicossociológicos urbanos. Os instrumentos tradicionais se mostram insuficientes para descrevê-los, dando lugar a disciplinas de fronteiras e outros campos como a literatura e o cinema, capazes de sínteses pré-científicas, como sugeriu Améndola (2000). A complexidade, já incorporada ao vocabulário científico, ainda não está unificada às práticas correntes na abordagem das dinâmicas das cidades.

A direção proposta na tese sugere a superação da especialização científica e dos pressupostos ainda praticados pela ciência tradicional. Essa escolha em trabalhar integrando as diversas perspectivas da ciência permitiu uma congruência maior com as realidades vividas nesse ambiente – considerando que suas inúmeras características se desenvolvem concomitantemente, – incluindo também a compreensão de seus habitantes, além de possibilitar a ampliação da observação e análise diante dos objetivos. Ressalta-se que o processo aconteceu considerando a objetividade entre parêntesis da pesquisadora e mesmo dos participantes dos estudos pois, segundo Maturana, o que se vê depende dos diferentes domínios de realidade de cada um e de sua estrutura, bem como das dinâmicas dos acoplamentos estruturais que ocorrem entre os vários elementos de um sistema – entendendo ainda que as próprias explicações científicas são domínios da realidade que se reforçam para manter ou modificar suas congruências operacionais.

Sob essa perspectiva, a tese acompanhou experiências e estudos, buscando encontrar formas para a melhoria de vida dos habitantes e do meio ambiente, respeitando as diferenças culturais, na promoção de um maior grau de desenvolvimento sustentável amplo, como proposto por Sachs.

Nesse processo, foi fundamental entender contribuições de alguns domínios científicos que analisam as condições das cidades e a vida de seus habitantes. Os estudos da geografia têm evoluído muito e discorrem sobre a ocupação do território, compreendendo que o espaço geográfico inclui suas formas físicas, sua ocupação material e também os simbolismos aí construídos, que revelam seus significados sociais apontados por Lefebvre e Lynch, questões de poder e forças produtivas que ali atuam, conforme pesquisaram Santos, Harvey e outros. Há também possibilidades analíticas a partir de diferentes escalas, proposta defendida por Brito, Hissa, Corgosinho, e Vainer, auxiliando a compreender os mecanismos de apropriação e domínio do espaço. A arquitetura e o urbanismo apresentam estudos e práticas sobre a

ocupação do território, como as construções no uso do espaço privado e público, que vêm se modificando ao longo dos séculos de acordo com os interesses vigentes nas sociedades, materiais disponíveis, correntes de pensamento distintas que conformam os modelos de cidade, sob a ótica de diferentes princípios organizadores. Nesse sentido, uma mudança significativa foi a adoção crescente do planejamento urbano e da prática do zoneamento, junto à valoração de aspectos do simbolismo espacial, que refletem a relação dos habitantes com seu entorno.

Por sua vez, a economia, além de esclarecer como as pessoas empregam os recursos disponíveis na produção de bens e serviços e os distribuem entre si, tem estudado novas formas de orientação econômica que sejam sustentáveis, visto que a limitação dos recursos naturais ficou evidente e inquestionável nas últimas décadas motivando, por exemplo, estudos econômicos que discutem a dimensão espacial das cidades e as hierarquias entre elas, como apontado por Christaller, North, Martins, além de trazer reflexões sobre condições favoráveis para a diversidade produtiva, como a criação de novas generalidades que ampliem a produtividade, ao promoverem uma auto correção permanente dos caminhos seguidos, nas palavras de Jacobs. O marco legal também é essencial nessa conjuntura, porquanto traz um conjunto de normas que regula a vida social, definindo o que é ou não permitido e, conseqüentemente, influenciando e/ou determinando a relação das pessoas e grupos entre si e com o entorno, expandindo-se o direito urbanístico - o direito aplicado ao ambiente das cidades - que evolui à medida que as sociedades se modificam, englobando ao menos quatro momentos nesse processo, como diria Wolff (1973): planejamento, política do solo, urbanização e ordenamento das edificações. Estes atendem aos diferentes contextos socioeconômicos e culturais, destacando-se problemáticas distintas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, cujos territórios vêm sendo ocupados ilegalmente por favelas e outras tipologias de assentamentos precários, demandando instrumentos de controle diferenciados entre as ordens formal e informal, a cidade legal e ilegal, segundo Fernandes e Rolnik.

Os conceitos e práticas dessas disciplinas, entre outras, estão inextricavelmente interconectados, influenciando e frequentemente determinando parcela significativa das características urbanas, quais sejam, suas dinâmicas, experiências, organizações, usos e construções, tanto no espaço físico como no espaço simbólico.

Sob outro viés, os estudos advindos da psicologia e, especificamente, da psicologia social, contribuíram na constituição da visão da pesquisadora e em sua aplicação no trabalho, estabelecendo a importância fundamental das pessoas como protagonistas na vivência e compreensão de suas cidades, nos processos de conservação e transformação dos lugares, validando os métodos de escuta cidadã nos estudos de caso. Além disso, a compreensão do

processo de simbolismo espacial, das teorias de identidade e das representações sociais reforçaram o valor da relação entre as pessoas com seus ambientes de vida, a ponto de esses fazerem parte da identidade social individual e grupal, e influenciarem suas ações, inclusive a partir de suas representações sociais dos espaços. Assim, compreender as cidades pressupõe compreender também as relações pessoas-espaços, que envolvem as dimensões tangíveis e intangíveis, o que pode ampliar as possibilidades de mudanças.

Mais ainda, constata-se que o contexto contemporâneo, por si, apresenta inúmeros desafios. Principalmente após a Segunda Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XIX, com a mudança da matriz energética predominante, o consumo intensivo de bens e energia, o surgimento da eletrônica e o avanço das telecomunicações, o mundo vem caminhando para um modo insustentável de “desenvolvimento”. Para Bauman, nos encontramos no estado de interregno da modernidade líquida, caracterizado também por uma nova forma de organização da sociedade global, estruturada em redes, segundo Castells e Capra, trocando enormes fluxos de energia, informações, conhecimentos. Essa estruturação recente deriva do advento das novas tecnologias, do processo de globalização, das hierarquias quase inabaláveis entre os países e do poder que foi adquirido pelas grandes corporações - sobrepondo-se ao Estado - da passagem da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento, do aquecimento global e perda contínua da biodiversidade, junto às guerras e ditaduras que retornam uma e outra vez.

Entre essas problemáticas estão também a ruptura de identidades culturais homogêneas e relativamente coesas, resultando na perda de direção das pessoas, fenômeno relatado por Hall; junto ao excesso de individualismo e a sua culpabilização por problemas de caráter coletivo, como diriam Sennet e Bauman, sentidos inclusive por habitantes de cidades pequenas como Maria da Fé que, diante de uma crise econômica e social, vivenciou uma crise e precisou encontrar novas opções de desenvolvimentos, que surgiram com a singularidade criativa e identitária de seu artesanato e a produção de azeite.

Sob outro viés, complementar, os desafios da humanidade para as próximas décadas estão postos, em grande parte descritos pelos 17 ODS propostos pela ONU, em 2015, traçando um conjunto enorme e ambicioso de metas que precisam ser alcançadas em muito pouco tempo, todavia de vital importância para a continuidade da vida humana no planeta e para o alcance da sustentabilidade ampla, preconizado por Sachs e outros estudiosos. Ao longo do trabalho, nesses últimos anos, pôde-se constatar uma mudança de percepção das sociedades em geral, com relação a esses desafios, sobressaindo-se o tema da mudança climática. Esse talvez seja o problema atual mais premente, diante da probabilidade concreta de que a Terra se torne, em algum momento, inabitável, decorrente do efeito sistêmico da atividade humana

predatória e o conseqüente aquecimento global, determinando um movimento em cadeia com efeitos ainda pouco conhecidos.

Juntas, essas e outras condições aqui descritas demandam a construção de novos modelos de sociedade, inseridos nesse contexto que aporta forças imperativas: as mudanças, urgentes, devem ser cotidianas e coletivas. Diante dessa ideia, ao longo da elaboração da tese criaram-se dois níveis analíticos: o primeiro foi orientado para o processo de apontar saídas no alcance de melhores condições de desenvolvimento sustentável. No outro nível buscou-se uma comprovação documental de que era possível tratar as questões urbanas de maneira integrada – estabelecendo-se, então, uma metalinguagem – desejando-se romper barreiras e constituir inter-relações entre as diferentes disciplinas, concordando que “a reforma do pensamento necessária será aquela que gere um pensamento do contexto e do complexo”, preconizou Morin, ou seja, “a compreensão dos dados particulares somente pode ser pertinente para aquele que mantenha sua inteligência geral e a cultive, além de mobilizar a totalidade de seus conhecimentos em cada caso particular” (MORIN, 2010, p.45).

Propõe-se, portanto, a prática de um novo olhar, de uma nova área de estudos que chamei de *Psicossociologia das Cidades*, incorporando essa forma de pensar e conceber integradamente as experiências das cidades, sob o viés do paradigma científico descrito por Esteves de Vasconcellos. Essa perspectiva foi constituída ao longo do trabalho e inclui a complexidade e a multidisciplinaridade, que reflete a unificação dos saberes, com a capacidade de integrar, interrelacionar os diferentes conhecimentos sobre as cidades e os habitantes e, ainda que existam particularidades, respeitá-las e trabalhar juntos. Propõe-se uma visão que considere seus aspectos concretos e simbólicos, com a participação real dos habitantes, incluindo os processos psicossociais e a noção da sustentabilidade ampla, através de um pensamento que pratique as *confluências*, como sugere Ailton Krenak.

O termo “psicossociologia” representa a confluência desses aspectos. Etimologicamente, *psicologia* foi um neologismo incorporado nos trabalhos do teólogo alemão Felipe Melanchthon, em 1590, baseado nos elementos gregos *psycho*, relativo à alma e *logia*, *logos*, referente ao estudo ou ciência. Em seu sentido genuíno, a psicologia seria a ciência ou o conhecimento da alma (VESCHI, s.d). Por sua vez, *sociologia* é um neologismo de *socius*, de raiz latina, significando associação e do latim *sociētas*, somado à *logia*, do grego *logos*, igual ao sufixo de psicologia (SOCIOLOGIA..., 2021a, s.p.). O termo sociologia foi cunhado por Augusto Comte, em 1824, significando *ciência da sociedade*, que ocuparia para ele o primeiro lugar na hierarquia das ciências. Assim, sociologia é o estudo das “bases da pertença social ou análise da estrutura das relações sociais, constituídas por sua vez pela interação social” (SOCIOLOGIA..., 2021b, s.p.). Conforme o dicionário Michaelis (SOCIOLOGIA..., 2021a, s.p.), sociologia é a ciência que estuda a “organização e o funcionamento das sociedades

humanas e as leis essenciais que regem as relações numa determinada sociedade, atendo-se a descrição sistemática e a análise de certos comportamentos sociais, no seu conjunto e na sua generalidade.”

A Psicossociologia das Cidades significa, então, o estudo dos indivíduos e das sociedades humanas, enfocando as interações entre os indivíduos e dos indivíduos com os espaços, incluindo as características que regem a vida na cidade. Esta deseja representar não apenas as influências das cidades nos habitantes ou a influência dos habitantes nas cidades, mas ambos os aspectos sociológicos e psicológicos *na relação* entre os habitantes e o entorno onde vivem, envolvendo também a compreensão de processos e mecanismos que possam atuar sobre a permanência e a mudança no *status quo*, no intuito de trilhar novos caminhos quando necessário.

Fazendo uma analogia com a medicina, se um paciente tem, por exemplo, uma dor de cabeça constante, o médico deve começar realizando um diagnóstico diferencial e pode descobrir uma ou múltiplas causas, explicando-lhe, por exemplo, que o problema advém de vários fatores interligados, como *stress*, má alimentação e insônia. Ao entender essas causas, ele pode tratar o sintoma com medicamentos, terapias, exercícios, para promover a melhora duradoura do paciente, em vez de focar apenas na supressão dos sintomas.

Pode-se comparar o paciente com uma cidade adoecida, que apresente um conjunto de problemas como fome e miséria, ausência de saneamento, violência, desemprego, entre outros; todos esses interligados. Para resolvê-los, é preciso o comprometimento e trabalho de uma equipe de governo e/ou de consultores realizando um planejamento, junto à participação dos habitantes, ou seja, necessita-se de um ou mais grupos trabalhando em uma direção comum, buscando resolver as causas concretas dessas lacunas, como visto em cidades que revelaram alto grau de desenvolvimento sustentável - Curitiba, Barcelona e Santa Rita do Sapucaí. Esse processo inclui reconhecer os mecanismos que ali atuam: o *feedback* positivo, que permite mudanças no modo de funcionamento de um sistema ou o *feedback* negativo, que possibilita a manutenção de determinadas condições – positivas ou negativas - arraigadas no *modus operandi* das populações e que, se estiverem em direção à sustentabilidade ampla devem ser estimuladas.

Logo, para manter ou mudar determinadas condições, é possível identificar seus mecanismos reguladores: os ciclos de *feedback* são poderosos, mantendo as regras de um sistema e criando as comunidades mais fascinantes do mundo, através de ciclos virtuosos, assim como têm papel vital na auto perpetuação dos ciclos viciosos. Foi possível verificar através dos estudos que, quando um sistema se encontrava em desequilíbrio, o *feedback* negativo mantinha essa condição desfavorável. Nesse caso, é possível inserir deliberadamente novas

variáveis no sistema, para promover pequenas revoluções ou uma quebra mais radical, que acontece através *do feedback* positivo, aumentando e reverberando os comportamentos até ocorrer uma ruptura, o que amplifica as respostas do sistema e rompe o equilíbrio anterior.²³¹ Observaram-se, portanto, processos de *feedback* positivo e negativo em várias cidades, criando-se ciclos viciosos e virtuosos que refletiam mudanças de primeira, segunda e terceira ordem, importante em contextos e estruturas que estão “esclerotizadas”, segundo Maruyama (*apud* Morin, 2010) e que, conseqüentemente, precisam melhorar sua condição. Assim, na aplicação desses conceitos é interessante observar que podemos promover diferentes mecanismos nas cidades e criar novas modelagens, dependendo dos resultados almejados, com a introdução de novas variáveis, a ampliação de algum comportamento importante e a observação dos resultados, gerando aprendizados que permitem realizar ajustes de rumos.

Complementando as observações a partir das hipóteses iniciais, os estudos de caso realizados permitiram concluir que graus mais elevados de participação social resultaram em melhores condições quantitativas e qualitativas locais e em maior satisfação e qualidade de vida dos habitantes. As diferentes atividades produtivas também apresentaram resultados diversos em termos de graus de sustentabilidade: as cidades com maior diversificação produtiva, mais encadeamentos e condições de substituir suas importações obtiveram melhores indicadores socioeconômicos, enfatizando-se que, na atual “sociedade do conhecimento”, Santa Rita apresentou excelentes resultados, destacando-se o índice educacional elevado de seus habitantes e sua produção na área de eletrônica e outras tecnologias. O inverso também foi constatado, como no caso de Janaúba, que ainda está em um estágio similar à grande parcela das cidades brasileiras, dependentes da produção agrícola - tradicional no processo de crescimento econômico do país - gerando poucos encadeamentos produtivos, com forte dependência das importações e, simbolicamente, dependente do poder público devido à uma visão paternalista, somada à baixa qualificação educacional de seus habitantes que, dessa forma, não têm constituído condições suficientes para modificarem sua realidade. No entanto, em Janaúba, à medida que seja incentivada maior participação e envolvimento da população e ampliação do processo educacional, a cidade deverá ampliar suas capacidades produtivas e unificar potenciais para se desenvolver de maneira sustentável, assim como ocorreu em Santa Rita. Esse processo participativo também tem trazido mudanças importantes em Maria da Fé, que ampliou sua qualidade educacional e valorizou a capacidade criativa de seus habitantes, encontrando novas

²³¹ Apesar da ênfase que as mudanças, transformações e inovações receberam durante toda a pesquisa, parece fundamental recordar que a permanência, a repetição e os processos contínuos são tão importantes quantos estes: a grande maioria dos sistemas necessita de mudança e permanência, desenvolvimentos e estabilidade ao longo de sua existência.

alternativas econômicas como o artesanato e a produção de azeite, renovando o seu sentimento de esperança.

Em virtude do caráter longitudinal desses estudos, que permitiu acompanhar os três municípios ao longo de vinte anos, pôde-se notar algumas mudanças estruturais, às vezes ocorridas em várias áreas de uma cidade, através de ciclos de propagação que, como uma pedra arremetida em um lago, vai espalhando ondas desde a borda até superfícies mais distantes, reverberando seu impacto para uma grande área. Assim, quando expressivas, essas mudanças resultam nos “saltos qualitativos” descritos por Prigogine, permitindo a construção de um novo contexto. O contexto positivo é o “mapa” que propicia um “continente” para os processos urbanos; é uma base que possibilita a integração entre os aspectos físicos, ambientais, sociais, culturais e humanos. Consequentemente, alguns autores, como Bateson e Aun defendem que é mais importante ser um *expert* em contextos do que em conteúdos, incentivando o encontro de diferentes grupos sociais para a co-construção de ideias e ações e aumento do protagonismo dos cidadãos, como expressou Aun.

As mudanças ressaltadas ocorrem, portanto, a partir de acoplamentos estruturais inéditos entre os indivíduos e seu meio, apontando para a força de pequenos grupos que integram e propiciam o surgimento de novas dinâmicas, como o salto introduzido por Sinhá Moreira e perpetuado pelos vários grupos que seguem seu sonho inaugural; o que ocorreu também em Curitiba quando um grupo de arquitetos sonhadores propôs soluções inéditas em seu momento, protegendo o meio ambiente, a população, a cultura e seus valores significativos; e o trabalho realizado pelos artistas Domingos Tótorra e Leonardo Bueno e seus grupos de artesãos em Maria da Fé, junto às pesquisas da Emater, que incentivaram de forma inédita a plantação de oliveiras e a produção de azeite no Brasil. De tal modo também se caracterizam as grandes transformações impulsionadas pelo processo olímpico de Barcelona, que introduziram novas propostas de uso e ocupação do território e inauguraram novo período na cidade, envolvendo investimentos de grande magnitude em seu planejamento socioeconômico, cultural e infraestrutural.

Algumas dessas cidades conseguiram transformar seus padrões, a ponto de experimentarem uma mudança de terceira ordem - a reversão em seu modelo central de funcionamento - promovendo uma aprendizagem extensa, que lhes habilitaram para mais inovações, pois são agrupadas uma “coleção de experiências” que podem ser aproveitadas quando necessário. Isso inclui maior capacidade de auto-organização, visto que se diminui a distância entre a capacidade das pessoas mudarem as realidades e suas práticas.

Portanto, as cidades com graus mais elevados de sustentabilidade ampla apresentaram *determinados padrões de organização que influem ou determinam seu cotidiano, verificando-*

se transformações que refletem características positivas ininterruptas, as quais chamei de padrões, que refletem a existência de indivíduos e grupos com sonhos, sua perseverança em um projeto no qual eles acreditam, junto a investimentos nos potenciais existentes, além de vivenciarem um processo de aprendizagem e renovação continuados com a participação de grupos criativos, valorizando os seres humanos e fortalecendo as redes sociais, com potencial de comunicação e conexões entre si e com o exterior. Estes são elementos chave que, como ressaltado por Morin (1986, 1990, 1998, 2010), refletem a necessidade de uma reforma não apenas do pensamento, mas uma reforma do próprio ser humano, algo que provavelmente se encontra em um estágio preliminar, sob graves ameaças que impedem seu avanço, como a ambição, a sede de poder e outros aspectos viciosos do ser humano, chamados pelo autor de devassidão da ciência-técnica-indústria-lucro de quatro motores, que pode tanto trazer destruição como progresso. Essa “reforma do ser humano” representa as mudanças que vêm sendo defendidas, por exemplo, através da educação crítica, de novas formas relacionais de cada um de nós com o mundo, nos tornando responsáveis pelas nossas reflexões e práticas diante do cenário atual e dos sonhos futuros.

Todas essas ações realizadas incluem pensar e “gerar” o modelo de sociedade que se deseja, como disseram Acserald e Fischer (2002), e os padrões de sucesso observados nessas e em muitas outras cidades podem ser aplicados a outras realidades. No entanto, destaca-se que isso não representa uma fórmula única e, sim, qualidades que podem ser adaptadas e modificadas de acordo com os contextos urbanos respeitando-se, sobretudo, suas particularidades estruturais e funcionais. Quanto mais aprofundadas as mudanças, mais possibilidades de adaptação terá a cidade e melhor capacitados estarão os habitantes no processo, ou vice-versa: quanto mais capacidade de adaptação uma cidade demonstrar e melhor capacitados seus habitantes forem, mais chances terão de experimentar mudanças profundas.

Dessa forma, na pesquisa, o grande fator de mudança revelou ser a capacidade transformadora do ser humano sobre si mesmo e sobre seu entorno – aqui escendo com o pensamento do professor Navantino - as soluções dos grandes problemas, em geral, são simples: todas as cidades melhor sucedidas, com maior equilíbrio entre diferentes áreas e grau mais elevado de sustentabilidade ampla apresentaram processos de mudança conduzidos por indivíduos ou grupos criativos, “sonhadores”. Assim, “investimentos” no desenvolvimento das pessoas são fundamentais, destacando-se o verdadeiro processo educativo, que forme sujeitos críticos, pensantes e capazes para atuar em suas realidades. A educação crítica lhes permite sonhar, inovar e empreender, traçando caminhos singulares, individuais e coletivos. Logo, as mudanças ou a sustentação de processos bem sucedidos serão facilitadas quanto melhor capacitados estiverem os grupos sociais envolvidos, desde

que mantenham a comunicação contínua e se adequem aos desafios e flutuações inerentes à contemporaneidade. Por conseguinte, *podem constituir-se novos grupos sociais, aumentar-se a coesão e a vertebração social*, potencializando junto as condições materiais, o que propicia pensamentos e comportamentos coletivos. Isso lhes permite transpor a linha de sobrevivência para se orientarem em direção a objetivos de vida ampliados, criando sinergias e mudanças de ordem, conseqüentemente melhorando seu bem viver.

Assim, os aspectos psicossociais existentes na relação entre as pessoas e seus entornos são fundamentais no conjunto dessa pesquisa, visto que influem decisivamente nas pessoas, em suas identidades e na co-construção e apropriação que fazem do espaço, constituindo as representações sociais e o simbolismo espacial, que atuam de maneira determinante em seus comportamentos, tornando-os mais ou menos sustentáveis, afetivos, cuidados, identificados. Ao mesmo tempo, são as pessoas que modificam o entorno e precisam decidir nesse momento como desejam dar seguimento à vida no planeta. Conforme Maturana, a transformação se relaciona mais com o emocionar-se do que com a razão, pois é essa emoção que nos move em direção aos objetivos individuais e grupais e que prevalece nas mudanças e acoplamentos que fazemos uns junto aos outros, ou seja, essa decisão, coletiva, é primordialmente de caráter emocional.

Além disso, capacitando os habitantes para atuarem em sua realidade, foram constatados ainda inúmeros outros recursos e estratégias que podem impulsionar o desenvolvimento sustentável amplo, incluindo a participação cidadã e das empresas em projetos comprometidos, gestores públicos empreendedores que atuam como promotores de bem-estar, processos de descentralização administrativa, projetos e planos de desenvolvimento que indicam diretrizes necessárias, a criação de novas centralidades, a utilização de novas tecnologias inclusivas, legislações que acompanham as demandas de cada conjuntura, entre outros. Ocorrem também qualidades novas à contemporaneidade, dando novo valor ao espaço público e ao lazer, à arte, aos conhecimentos, às produções locais e suas manifestações culturais, à preservação do patrimônio e da história, das identidades locais, à educação e à criatividade.

Sob uma perspectiva ampliada da situação global atual, na qual o capitalismo em sua forma tradicional não conseguiu suplantar desafios prementes, há algumas propostas para a criação de uma sociedade “mundial”, constituindo-se um sistema que possa definir objetivos e ações coletivas e, ao mesmo tempo, conservar as subjetividades e identidades nacionais. Como analisa Morin

se o planeta constitui um território que dispõe de um sistema de comunicações, uma economia, uma civilização, uma cultura e uma sociedade civil de vanguarda, lhe faltam diversas disposições essenciais de organização, direito, instâncias de poder e regulação, para a economia, a política, as forças de segurança e da biosfera, de governo e de cidadania [...] Não existe, no entanto, uma sociedade civil mundial, e a consciência de que somos cidadãos da Terra-pátria está dispersa, é embrionária. (MORIN, 2010, p.64-65).

É nessa direção que Morin propõe os princípios do que ele chamou de “antropolítica”, uma “política da civilização” que concebe o desenvolvimento de maneira diferente, já que a visão corrente ignorava as qualidades da existência, da solidariedade, da vida, as riquezas humanas não calculáveis, como o dom, a honra, a consciência; visão que tem fortes semelhanças com a proposta do ecodesenvolvimento, de Sachs. A política da humanidade, diz Morin (2010), tem como “missão mais urgente a de solidarizar o planeta”, através de uma agência *ad hoc* das Nações Unidas, com fundos próprios para ajudar a humanidade desfavorecida, não substituindo as pátrias, mas englobando-as. As nações ricas deveriam mobilizar-se, e à sua juventude, para um serviço cívico planetário que atue em lugares do mundo onde as necessidades são prementes. Reitera-se, então, a necessidade de mudança nos sistemas humanos, aumentando sua capacidade solidária global, o que perfila novos desafios.

Na pesquisa foram encontradas também lacunas, como menos profundidade nos estudos de alguns temas propostos, devido ao grande volume de informações presentes no trabalho, a dificuldade em lidar com uma infinidade de combinações possíveis entre os temas e a formação específica da autora; e o desafio em conectar algumas áreas de estudo. Essas interseções também demandam, por vezes, pesquisas mais longas, com um custo mais elevado e uma equipe de atuação. Por outro lado, nessa direção abrem-se possibilidades de novas pesquisas transdisciplinares, coletivas, dando continuidade a esse trabalho já iniciado, o que poderá incrementar muito a qualidade das conexões e conclusões aqui encontradas sobre o processo de desenvolvimento sustentável amplo das cidades e seus habitantes.

A envergadura do trabalho é enorme e permanente, e envolve cada um e todos nós, diante das demandas da contemporaneidade e, conseqüentemente, reforça a relevância de integrar muitos saberes ao redor de objetivos comuns, na promoção de uma vida melhor para as populações, contígua à preservação do planeta Terra. A Psicossociologia das Cidades pretende contribuir nessa prática, em direção a um porvir mais equilibrado, pacífico, com mais equidade e justiça. Estamos mais uma vez começando, de novo: essa é a beleza e o desafio da vida, com seus ciclos sem fim.

Figura 233: O planeta vivo



Fonte: Foto Pacific Northwest National Laborator, s.d.

REFERÊNCIAS

- ACSERALD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, n.1, p. 79-90, maio, 1999.
- ACSERALD, Henri.; Leroy, J. P. **Novas premissas da sustentabilidade democrática: Brasil sustentável e democrático**. n. 1. Rio de Janeiro: Fase, 1999. Série: Cadernos de Debate.
- ACSERALD, Henri; HERCULANO, Selene C.; PORTO, Marcelo Firpo de Souza; FREITAS, Carlos Machado de (org.) **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: EdUFF, 2000.
- ACSERALD, Henri. Território e poder, a política das escalas. *In*: FISCHER, T. (Org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p.33-44.
- AGUILAR, M.A. La construcción de una psicología urbana. *In*: AGUILAR, M.A.; REID, A. (Coord.) **Tratado de psicología social: perspectivas socioculturales**. Barcelona: Anthropos, 2007. p. 397-417.
- A LIFE on our planet. Direção: Alastair Fothergill; Jonathan Hughes; Keith Scholey. United Kingdom: Netflix, 2020. 1 vídeo (83 min.) Disponível em: <https://www.netflix.com/title/80216393>. Acesso em: 12 ago. 2021. (Documentário)
- ALLANSDOTTIR, A.; JOVCHELOVITCH, S.; STATOPOULOU, A. Social representations: the versatility of a concept. **Papers on Social Representations**, Linz, n. 2, p. 3-10, 1993.
- ALMEIDA, Jéssica. A web transbordou. **Jornal Pampulha**, Belo Horizonte, ano 27, n.1195, p.3, 22 - 28 jun., 2013. Disponível em: https://issuu.com/otempo/docs/pampulha_36d0144098408f. Acesso em: 09 ago. 2022.
- ALVES, A.J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. São Paulo: Pesquisa, 1991.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. O recorde do desemprego e da subutilização da força de trabalho no Brasil. **Ecodebate**. [S.l.], 24 abr. 2019. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2019/04/24/o-recorde-do-desemprego-e-da-subutilizacao-da-forca-de-trabalho-no-brasil-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/> Acesso em: 20 ago. 2019.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda J. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Revista Múltiplas Leituras**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 18-43, jan. / jun., 2008.
- AMÉNDOLA, Giandomenico. **La ciudad post moderna**. Madrid: Celeste Ediciones, 2000.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia e prosa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1992.
- ANDRÉS, Nin. La ciudad de hoy y la de mañana. **Revista Orto - Revista de Documentación Social**, Valência, p. 40-42, 1932.
- ANDRÉU, Jaime A. **Las técnicas de análisis de contenido: una revisión actualizada. Documento de trabajo: S2001/03**. Centro de Estudios Andaluces. Sevilla, 2001. Disponível em: <http://public.centrodeestudiosandaluces.es/pdfs/S200103.pdf>. Acesso em: mar. 2009.
- ANHEIER, H. Can culture, market and state relate? **LSE Magazine**, London v.12, n.1, p.16-18, Summer 2000.
- ANTTIROIKO, AR-VEIKKO. **Networks in manuel castells' theory of the network society**. University of Tampere, Finland. MPRA, Munich Personal REPEc Archive. Munich, 15 jul. 2015. Disponível em: <https://mpa.ub.uni-muenchen.de/65617/> Acesso em: 29 set. 2019.
- ARANTES, Otília.; VAINER, Carlos.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. *In*: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p.11-74.

- ARAÚJO, Thiago Cássio d'Ávila. **Principais marcos históricos mundiais da educação ambiental**. Brasília: 11 set. 2007. Disponível em: <https://noticias.ambientebrasil.com.br/artigos/2007/09/11/33350-principais-marcos-historicos-mundiais-da-educacao-ambiental.html> Acesso em: 01 maio 2019.
- ARÍS, Carlos Martí (Ed.) **Las formas de la residencia en la ciudad moderna**. Barcelona: UPC, 2000.
- ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e ciências sociais: trânsito e atravessamento. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 739-766, set./dez. 2009.
- ARZALUZ, S.A. La utilización del estudio de caso en el análisis local. **Región y Sociedad**, Sonora, v. 17, n. 32, p.107-144, jan., 2005.
- ASHEIM, B.; COOKE, P.; MARTIN, R. The rise of the cluster concept in regional analysis and policy: a critical assessment. *In*: Asheim, B.; Cooke, P.; Martin, R. (Ed.) **Clusters and Regional Development: critical reflections and explorations**. United Kingdom: Routledge, p. 1-19, 2006.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Municípios Mineiros, 2000**. Belo Horizonte: ALMG, 2010.
- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E BENEFICENTE DO BAIRRO RIBEIRÃO DO OURO. Programa de Desenvolvimento Local e Integrado e Sustentável do Bairro Ribeirão do Ouro, Associação Comunitária e Beneficente do Bairro Ribeirão do Ouro, Janaúba, 2006.
- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Brasília, DF: PNUD, 2000.
- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Brasília, DF: PNUD, 2003.
- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Brasília, DF: PNUD, 2010.
- ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE AGR NATURAL DE MARIA DA FÉ. **Informativo**. APAN-FÉ: Maria da Fé. 1 folder.
- AUN, Juliana Gontijo. **O processo de co-construção como um contexto de autonomia: uma abordagem às políticas de assistência às pessoas portadoras de deficiência**. 1996. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.
- AUN, Juliana Gontijo. Processo de co-construção. Uma metodologia sistêmica para a “implantação” de políticas sociais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIA FAMILIAR, 3., 1998, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ABRATEF; ATF-RJ, 1998, p.24-28.
- AUN, Juliana Gontijo. A proposta de redes no atendimento em saúde mental. *In*: CONGRESSO MINEIRO DE PSIQUIATRIA, 9., 1999, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Associação Mineira de Psiquiatria, 1999.
- AUN, Juliana Gontijo. **Psicoterapia, terapia de família, atendimento sistêmico a família**: propondo uma diferenciação. Belo Horizonte, (texto interno da EQUIPSIS), 2001.
- AUSERWALD. E.H.D. Un trabajo de red poco razonable. **Sistemas Familiares**. Buenos Aires, año 11. n. 2, p.17-29, ago., 1995.
- AZEITE de Maria da Fé está entre os melhores do mundo, segundo pesquisa da UFLA. G1 Conheça Minas, 2019. [S.l.], 2019. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/videos/t/todos-os-videos/v/azeite-de-maria-da-fe-esta-entre-os-melhores-do-mundo-segundo-pesquisa-da-ufla/7159264/> Acesso em: 12 nov. 2020.
- BACCOCINA, Denise. Movimento anti-globalização ganha voz a partir de Seattle. **BBC Brasil**, São Paulo: 28 jan. 2002. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/economia/020125_fecprothistorico1.shtml. Acesso em: maio 2019.
- BARAN, Paul. **On distributed communications, Memorandum RM-3420-PR**. Santa Monica, California: RAND Corporation. Santa Monica: 1964. Disponível em: http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_memoranda/2006/RM3420.pdf Acesso em: fev. 2019.

BARBOSA, Navantino. *In: SEMINÁRIO REGIONAL SOBRE INTEGRAÇÃO ESCOLA-EMPRESA*, 1., Itajubá, p. 14, 15, 1991.

BARDIN, L. **Análisis de contenido**. Madrid: Akal Ediciones, 1996.

BARNADA, J.; LAVIÑA, E. L'espai public de les places als parcs. *In: Barcelona 1979-2004: del desenvolupament a la ciutat de qualitat*. Ayuntamiento de Barcelona: Impremta Municipa. p.242-248.

BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind**. New York: Ballantine Books, 1972.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Tiempos líquidos: vivir en una época de incertidumbre**. Barcelona: Tusquets Editores. 2007. 2009. 169p.

BAUMAN, Zygmunt; MAURO, Ezio. **Babel: entre a incerteza e a esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. 138 p.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BERMÚDEZ, Ana Carla; REZENDE, Constança; MADEIRO, Carlos. Brasil é o 7º país mais desigual do mundo, melhor apenas do que africanos. **Uol**, São Paulo e Brasília, 09 dez. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/12/09/brasil-e-o-7-mais-desigual-do-mundo-melhor-apenas-do-que-africanos.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BERTALLANFY, Ludwig Von. **Robots, hombres y mentes: la psicología en el mundo moderno**. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1967.

BESTRATÉN, Manuel B. **Gestión de la prevención y excelencia empresarial en la PYME**. Universidad de Barcelona y Universidad Autónoma de Barcelona, Les Heures, Fundación Bosch i Gimpera. Barcelona, 2002. (texto interno del Postgrado Gestión Ambiental en la Empresa y en la Administración Pública)

BETTO, Frei. Geração pós-moderna. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, p.8, 07 jun. 2001

BH CIDADE VIVA. **Informe Especial**. Belo Horizonte: Fundação Assis Chateaubriand, 2003.

BLUME, Juliana. **A reciclagem na Suécia é tão revolucionária que eles estão ficando sem lixo**. [S.l.]: Hypescience, 21 nov. 2016. Disponível em: <https://hypescience.com/reciclagem-na-suecia-e-tao-revolucionaria-que-eles-estao-ficando-sem-lixo/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

BOADA, Martí; CAPDEVILA, Laia. **Barcelona biodiversitat urbana**. UAB. Barcelona: Ajuntament de Barcelona, 2000.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e métodos**. São Paulo: Porto Editora, 1994.

BOHIGAS, Oriol. **Reconstrucción de Barcelona**. Madrid: Mopu, 1986.

BOHIGAS, O.; MARTORELL, J. **La Villa Olímpica Barcelona 92: arquitetura**. Parques. Puerto deportivo. Editorial Gustavo Gili, 1991.

BOHIGAS, O.; MACKAY, D.; MARTORELL, J.; PUIGDOMÈNECH, A. **Transformación de un frente marítimo**. Barcelona. La Villa Olímpica, 1992. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1988.

BOLÍVAR, Antonio B. Globalización e identidades (Des) territorialización de la cultura. **Revista de Educación**, [S.l.] Globalización y educación, n. 1 extra, p. 265-288, 2001.

BORJA, Jordi.; CASTELLS, Manuel. **Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. Madrid: Taurus, 1997.

BORJA, Jordí. Revolución y contrarrevolución en la ciudad global. *In: HARVEY, D; SMITH, N., Capital financiero, propiedad inmobiliaria y cultura*. Barcelona: MACBA i UAB, 2005. p.9-27.

BOTTA, Mario. **Políticas metropolitanas: requalificação dos centros urbanos**. CONFERÊNCIA URBIS, São Paulo, 17 jun. 2004.

BOWNER, Rick. As marcas da destruição do planeta. **El País**, São Paulo, 10 dez. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/13/album/1552476582_773089.html#foto_gal_4 Acesso em: maio 2019.

- BRANNEN, S. *et al.* **COVID-19 reshapes the Future**. Washington, DC: CSIS, 28 jul. 2020. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/covid-19-reshapes-future> Acesso em: 10 set. 2020.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano nacional do turismo**: diretrizes, metas, programas, 2003-2007. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 29 abr. 2003. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf Acesso em: 10 maio, 2019.
- BRASIL. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas. **Estatuto da cidade**: Dispositivos Constitucionais Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 Vetos Presidenciais Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979 Lei n. 8.245, de 18 de outubro de 1991 Decreto n. 5.790/2006. 3. ed. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf> Acesso em: 11 abril 2019.
- BRASIL. Ministério da Economia. **FINBRA: Dados Contábeis dos Municípios - 1989 a 2012**. Brasília, DF: FINBRA, 2020. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/finbra-dados-contabeis-dos-municipios-1989-a-2012/2012/26>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- BRESSAN, Rogério. **Evolução dos dados econômicos no Brasil**: evolução do PIB brasileiro e dos 20 maiores do mundo desde o Plano Real. Cenários 2013. Rio de Janeiro: jul. 2013. Disponível em: <http://evolucaodosdadoseconomicos.com.br/evolucao-do-pib-brasileiro-e-dos-20-maiores-do-mundo-desde-o-plano-real/> Acesso em: 20 ago. 2019.
- BRITO, Thiago M. A. A importância das escalas espaciais para a compreensão do processo de globalização. **Geografias - Revista do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia IGC-UFMG**, Belo Horizonte, v. 02, n. 01, p. 93-106, jan-jun., 2006.
- BROWER, S. Territory in urban settings. *In*: ALTMAN, I.; RAPOPORT, A.; WOHLWILLI (Eds.) **Culture and environment**: human behaviour and environment. Nova York: Wiley, v. 4, 1980. p. 179-207.
- BRÛLÉ, Tyler; DAVIES, Johnny. 25 most liveable cities. **Monocle**, issue 25, July/Aug, p. 22-41, 2010.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Report for the world commission on environment and development**: our common future. United Nations. Oxford, UK: Oxford University Press, 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- BRÛSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. **Paper do NAEA**, Belém, n. 13, nov. p.1-12., 1993.
- BUENO, Leonardo. **“É como se tivessem vida”**. *In*: BUENO, Leonardo. Maria da Fé, c2022. Disponível em: <https://www.leonardobueno.com>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- BUSQUETS, Joan G. **Barcelona**: evolución urbanística de una capital compacta. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.
- BUSQUETS, Joan G. Sobre la coherencia urbanística del Programa 92. *In*: **A.A.V.V. Barcelona, la Ciutat i el 92**. Barcelona: A.A.V.V. 1992.
- BUSQUETS, Joan G. La remodelación de los tejidos urbanos. *In*: **Barcelona 1979/2004**: del desarrollo a la ciudad de calidad. Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona, 1999.
- CALAVITA, N.; FERRER, A. Behind Barcelona’s success story: citizen movements and planner’s power. **Journal of Urban History**, Charlotte, v. 26, n. 6, p.793-807, sept., 2000.
- CALEIRO, João Pedro. Desigualdade dispar em países ricos e cai na América Latina. **Revista Exame**. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://exame.com/economia/desigualdade-e-a-maior-em-30-anos-da-pra-reverter/> Acesso em: 01 ago. 2021.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CÂMARA, Fernando Portela. Dinâmica não-linear e psiquiatria: a natureza dinâmica das doenças mentais. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 11, n. 1. mar., 2008.
- CAMPAÑA mundial de buena gobernabilidad urbana: Hacia una ciudad integradora. Nairobi: Habitat, Centro de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos, Oficina Regional para América Latina y Caribe. 2004.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Ed. Cultrix Amana Key, 2002.

CAPRA, Fritjof. **A sobrevivência do planeta dependerá de nossa alfabetização ecológica**. São Paulo, 15 agosto 2016. Disponível em: <https://vivagreen.com.br/blog/fritjof-capra-sobrevivencia-da-humanidade-dependera-de-nossa-alfabetizacao-ecologica/> Acesso em: maio 2019.

CAPRA, Fritjof. **The systems view of life**. The Economy of Francesco, Italia, nov., 2020.

CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M. O enfoque em sistemas produtivos e inovações locais. In: FISCHER, Tânia. (Org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 61-76.

CASTELLS, Manuel. **La ciudad informacional**. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. A comunicação em rede está revitalizando a democracia. [Entrevista cedida ao] Correio da Bahia. **Fronteiras do Pensamento**. São Paulo, 11 maio 2015. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/entrevistas/manuel-castells-a-comunicacao-em-rede-esta-revitalizando-a-democracia> Acesso em: jun., 2019.

CASTELLS, Manuel; HALL, Peter. **Las tecnópolis del mundo**: la formación de los complejos industriales del siglo XX. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

CATÃO, Marconi do Ó. A exclusão social e as favelas na cidade do Rio de Janeiro. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 03., p.1002-1045, 2015.

CATTANI, Antônio D. (Org.) **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 1997.

CHADE, Jamil. **Número de pessoas em favelas cresceu no mundo, mas no Brasil, caiu, diz ONU**. Genebra: 31 out. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/10/31/com-1-bilhao-de-pessoas-em-favelas-luta-contr-a-covid-19-mostra-limites.htm> Acesso em: jun. 2021.

CHESHIRE, P. The fall and rise of cities. **LSE Maganize**, London, v. 14, n. 2, p. 6-9, Winter, 2002.

CIAMPA, Antônio C. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CITIES ALLIANCE. **Cities without slums**: diretrizes para apresentação de projetos. [S./]. 1 folder.

CITIES ALLIANCE. **Cidades sem miséria**. Ed. Especial, Banco Mundial, ONU Habitat. [S./]. 1 folder.

CODOL, J.P; LEYENS, J. Ph. (Eds.) **The cognitive analysis of social behavior**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1982.

COMISIÓN EUROPEA. **Hacia un perfil de la sostenibilidad local. Indicadores comunes europeos**: Informe técnico. Luxemburgo: Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas, 2000.

COMTE-SPONVILLE, A. Retorno às origens da sabedoria. In: COMTE-SPONVILLE, A., DELUMEAU, J; FARGE, A. **A mais bela história da felicidade**: a recuperação da existência humana diante da desordem do mundo. Rio de Janeiro: Difel, 2006.

CORONA, Sonia. A resistência da praça do Black Lives Matter. **El País**. Internacional. Estados Unidos: 02 ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-08-02/a-resistencia-da-praca-do-black-lives-matter.html> Acesso em: 15 set. 2020.

CORRÊA, Sílvia. Gótica e moderna, a capital da Catalunha é pura arte. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 05 nov., p. 2-6. 2001.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? **R.B. Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 55-71, nov.,1999.

CUNHA, Altivo, A.; SANTOS, Mariana. O BH-Tec e o aprendizado da inovação. **Revista Diversa**, Belo Horizonte, n. 17, p. 26-27, ago., 2009.

- CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Curitiba na prática**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, IPPUC, 2002.
- CURITIBA. Prefeitura de Curitiba **Uma cidade sustentável**. Curitiba: Prefeitura de Curitiba, IPUR, 2005.
- DALBERA, Jean-Pierre. Maquete da Roma Antiga levou 35 anos para ser construída. 29 jul. 2019. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/05/maquete-da-roma-antiga-levou-35-anos-para-ser-construida.shtml> Acesso em: 05 mar. 2020.
- DAMÁSIO, Antônio. Emoção ou sentimento? Mental ou comportamental? Antônio Damásio explica a organização afetiva humana. **Revista Galileu**, São Paulo, 17 dez. 2015., 2015. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/entrevistas/emocao-ou-sentimento-mental-ou-comportamental-antonio-damasio-explica-a-organizacao-afetiva-humana> Acesso em: 15 fev. 2021.
- DATASUS. **Indicadores de mortalidade**: C.1 taxa de mortalidade infantil ficha de qualificação. Brasília-DF: Datasus, 2000. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2000/fqc01.htm>. Acesso em: out. 2021.
- DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. 272p.
- DELUMEAU, J. A invenção do paraíso. *In*: COMTE-SPONVILLE, A., DELUMEAU, J; FARGE, A. **A mais bela história da felicidade**: a recuperação da existência humana diante da desordem do mundo. Rio de Janeiro: Difel, 2006.
- DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DENKER, A. F.; DA VIÁ, S. C. **Pesquisa empírica em ciências humanas**. São Paulo: Futura, 2011.
- DENZIN, Norman K. **The research act**: a theoretical introduction to sociological methods. New York: McGraw Hill, 1978.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.) **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.
- DESGELO na Groelândia assusta cientistas da NASA. Lisboa: Expresso, 25 jul. 2012. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/degelo-na-gronelandia-assusta-cientistas-da-nasa=f742073#gs.dcuz72> Acesso em: 10 maio 2017.
- DESIGUALDADE de renda no Brasil atinge o maior patamar já registrado, diz FGV/IBRE. G1 Economia. [S.l.], 21 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/21/desigualdade-de-renda-no-brasil-atinge-o-maior-patamar-ja-registrado-diz-fgvibre.ghtml> Acesso em: abril 2020.
- DEUTSCHE, Rosalyn. **Eviction**: art and spatial politics. Cambridge Mass: MIT Press, 1996.
- DI LORENZO, Italo. **Diritto urbanistico**. Turim: Unione Tipográfico-Editrice Torinese (UTET), 1973.
- DI MASSO, Andrés T. **Public space in conflict**: place meaning as contested interaction and ideological action. 2009. Tesis (Doctoral Psicología Social) - Universidad de Barcelona, Barcelona, 2009.
- DIMENSTEIN, Gilberto. **Viver Green**. American Express. São Paulo, n. 2. maio, 2003. p.1.
- DINIZ, C.C. **Globalização, escalas territoriais e política tecnológica regionalizada no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. (texto interno).
- DIREITOS HUMANOS NO BRASIL. **Relatório da rede social de justiça e direitos humanos em parceria com global exchange**. São Paulo: Global Exchange, 2001.
- DOWBOR, Ladislau. Gestão social é a base do desenvolvimento. **Revista PUC Minas**, Belo Horizonte, jun., 2001.
- DUVEEN, Gerard. O poder das ideias. *In*: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigação em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003. p.7-28.
- ECHEGARAY, M. A. A globalização do gueto. *In*: FARIA, Hamilton; GARCIA, Pedro. **Arte e identidade cultural na construção de um mundo solidário**. São Paulo: Instituto Pólis, 2002. p.34-41.

- ECYCLE. **Especialistas defendem que conhecimentos indígenas são essenciais para enfrentar mudanças climáticas.** Monções: Ecycle, 01 mar. 2019. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/component/content/article/13-consuma-consciencia/7099-conhecimentos-indigenas-e-mudancas-climaticas.html> . Acesso em: 20 ago. 2019.
- EIRES, Wagner C.S.; MENEZES, Paulo Henrique D.; FLÔR, Christiane, C.C. Brincando, ensinando e aprendendo ciências nos anos iniciais do ensino fundamental com brincadeiras científicas investigativas. **Actio**, Curitiba, v.2, n.2, p.1-21, maio/ago. 2020.
- ELIAS, Nobert. **The society of individuals.** Great Britain: Basil Blackwell, 1991.
- EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS. **Informa:** informativo de circulação interna. Belo Horizonte: EPAMIG, 1ª quinzena jan. ano 2, n. 08, 2005.
- EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS. **Ofício circular Técnica da Epamig**, nº. 150. Belo Horizonte: EPAMIG, out. 2002.
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA BRASIL. **O que são cidades inteligentes e sustentáveis?:** o papel das cidades no uso da energia. 4 nov. 2020. Brasília, DF; Rio de Janeiro: Ministério de Minas e Energia. 2020. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/IT1%20-%20O%20que%20sa%CC%83o%20Cidades%20Inteligentes_rev2020_10_30%20%282%29.pdf Acesso em: 11 ago. 2021.
- ESCHER, Maurits C. **Icons.** Itália: Taschen, 2006.
- ESTEVES DE VASCONCELLOS, Maria José. Contextualizando o construtivismo no quadro da ciência novo-paradigmática. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 10, p. 37-47, ago., 1997.
- ESTEVES DE VASCONCELLOS, Maria José. **Pensamento sistêmico:** o novo paradigma da ciência. Campinas: Papirus, 2002.
- ESTEVES-VASCONCELLOS, Mateus. **A nova teoria geral dos sistemas.** Dos sistemas autopoieticos aos sistemas sociais humanos. São Paulo: Kobo Books, 2013. *E-book*.
- ESTEVES DE VASCONCELLOS, Maria José. **A Teoria geral dos sistemas autônomos e a metodologia de atendimento sistêmico.** Belo Horizonte, 2019.
- ESTEVES DE VASCONCELLOS, Maria José. **Systems thinking:** the new paradigm of science. São Paulo: Vorto Books, 2020. 326 p.
- ETIÓPIA enfrenta grave crise de fome, diz premiê. Folha de São Paulo. BBC Brasil: São Paulo, 11 nov. 2002. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021111_fomecs.shtml Acesso em: 09 ago 2019.
- ETZKOWITZ, H. Silicon Valley: **The sustainability of an innovative region.** [S.l.], 2011. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/3087/ad-df40b7ed3215423ca6286f0c4c0a7cad23.pdf>. Acesso em: 11 maio 2019.
- EUROPEAN COMMISSION. **Environment:** EU Ecolabel. [S.l.], 2003. Disponível em: http://ec.europa.eu/environment/ecolabel/index_en.htm . Acesso em: 15 maio 2019.
- FANCELLÍ, Agustí. Barcelona, adónde vás. **El País Semanal**, Barcelona, n. 1346, p. 48-59, 14 jul. 2002.
- FARIA, Hamilton; GARCIA, Pedro. **Arte e identidade cultural na construção de um mundo solidário.** São Paulo: Instituto Pólis, 2002. 140p.
- FARR, Robert M. Social Representations: a french tradition of research. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, Hoboken, v.17, n.4, p. 343-369, 1987.
- FARR, Robert M. Social Representations: their role in the design and execution of laboratory. *In:* FARR, Robert, M.; MOSCOVICI, Serge (Eds.) **Social representations.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 125-147.
- FARR, Robert M.; MOSCOVICI, Serge. On the nature and role of representations in self's understanding of others and of self. *In:* COOK, M. (Ed.) **Issues in person perception.** London: Methuen. 1984. p.1-27.

- FÁVERO, Altair A.; CENTENARO, Junior B. A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites. **Contrapontos**, Itajaí, v.19, n. 1, p. 170-184, 2019.
- FAYOS, Ricard. El frente marítimo. *In*: **Barcelona 1979-2004: del desenvolupament a la ciutat de qualitat**. Ayuntamiento de Barcelona: Impremta Municipal. p. 242-248.
- FERNANDES, Cláudio. **O nascimento da ciência moderna**. Goiânia: História do mundo, c2022. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/o-nascimento-ciencia-moderna.htm> Acesso em: nov. 2019.
- FERNANDES, Edésio (Org.) **Direito urbanístico e política urbana no Brasil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000. 630 p.
- FERNANDES, Edésio; ALFONSÍN, Betania. **A lei e a legalidade na produção do espaço urbano**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- FIGUEREDO FERRAZ, J. C. de. **Urbis nostra**. São Paulo: PINI, 1991.
- FIGUEIREDO, R.; LAMOUNIER, B. **As cidades que dão certo: experiências inovadoras na administração pública brasileira**. Brasília: MH Comunicação, 1997.
- FISCHER, Tânia. Gestão contemporânea: cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. *In*: FISCHER, Tânia. (Org.) **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 13-23.
- FISCHER, Tânia. (Org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013. 256 p.
- FONTELES, Bené. A Função da Arte? *In*: FARIA, Hamilton; GARCIA, Pedro. **Arte e identidade cultural na construção de um mundo solidário**. São Paulo: Instituto Pólis, 2002. p. 16-24.
- FONTES, Lilian. **Sinhá Moreira, uma mulher à frente do seu tempo**. Rio de Janeiro: Gryphus. 2007.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Growing Greener Cities. Cities of despair - or opportunity? Challenge: to steer urbanization from its current, unsustainable path and towards greener cities that offer choice, opportunity and hope**. Rome, Italy, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/en/whyuph/index.html>. Acesso em: 4 jul. 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 41. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- FRIEDMAN, Thomas L. O povo da praça contra Putin. Opositores usam tecnologia para agir de baixo para cima, estratégia estranha ao líder russo. **Estadão**. The New York Times/ O Estado de São Paulo. São Paulo, 20 de maio de 2014. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,o-povo-da-praca-contra-putin-imp-,1168918>. Acesso em: 04 fev. 2018.
- FROM MDGS to SDGs: what are the sustainable development goals? Iclei Briefing Sheet - Urban, Boon, Issues, n.01, nov. 2015. Disponível em: <https://www.local2030.org/library/251/From-MDGS-to-SDGs-What-are-the-Sustainable-Development-Goals.pdf>. Acesso em: set., 2019.
- FUCKS, Saúl I. **Diseños dialógicos en contextos psicosociales complejos**. Rosario/Argentina, 1995, 22 p. (recibido directamente del autor por la Internet, texto interno).
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO. **Sociedade 5.0: O que é, objetivos e como funciona**. São Paulo: FIA: 2019. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/sociedade-5-0/> . Acesso em: 16fev. 2020.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice mineiro de responsabilidade social, 2003, 2020**. Belo Horizonte: FJP, 2014 (Evolução do PIB).

- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **O índice mineiro de responsabilidade social – IMRS 2000, 2005, 2010, 2016**. Belo Horizonte: FJP, 2018. Disponível em: http://imrs.fjp.mg.gov.br/Content/Files/1IMRSGERAL_2018.pdf. Acesso em: 03 fev. 2020.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Centro de Estatística e Informações – CEI**. Belo Horizonte: FJP, c2022.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Situação da infância brasileira**. Brasília, DE: UNICEF, 2001.
- GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 64-89.
- GERDAU AÇOMINAS. **Jornal da Gerdau Açominas**. ano 12, n. 170, set., 2004.
- GIDDENS, Anthony. **The consequences of modernity**. Cambridge (UK): Polity Press, 1990.
- GIDDENS, Anthony. Programa Roda Vida, Rede Bandeirantes de Televisão, Entrevista com Paulo Markun e convidados. 31 jul. 2000.
- GIDDENS, Anthony; DAHRENDORF, Lord. After 11 September. **LSE Maganize**, London, p. 4-6, 2001.
- GIEDION, S. The heart of the city: a summing-up. *In*: TYRWHITT, J.; ROGERS, E.N; SERT, J.L. **The heart of the city: towards the humanization of urban life**, International Congress of Modern Architecture. London: Lund Humphries, 1952. p.159-168.
- GLOBAL CITIES INSTITUTE. 2018. Disponível em: <https://www.globalcitiesinstitute.org>. Acesso em: 16 abr., 2020.
- GOETZ, Judith P.; LECOMPTE, Margaret D. **Etnografía y diseño cualitativo en investigación educativa**. Madrid: Morata, 1988.
- GOLLISHIAN, H. A., WINDERMAN, L. Constructivismo, autopoiesis y sistemas determinados por problemas. **Sistemas Familiares**, Buenos Aires, v.5, n.3, p.19-29, dez., 1989.
- GOMES, Vitor H. F.; VIEIRA, Ima C. G.; SALOMÃO, Rafael P.; STEEGE, Hans Ter. Amazonian tree species threatened by deforestation and climate change. **Nature Climate Change**, [S.l.], v. 9, n. 7, p. 547-553, 24 jun. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1038/s41558-019-0500-2>. Acesso em: 02 ago. 2019.
- GONZÁLEZ, A; LACUESTA, R. **Barcelona: guía de arquitectura, 1929-2000**. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1999.
- GOOGLE MAPS. **Janaúba**, 2006. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Jana%C3%BAba,+MG,+39440-000/@-15.8113345,-43.3561153,12.5z/data=!4m5!3m4!1s0x753d06bdf6cb089:0x499da6e6df630c5!8m2!3d-15.8009305!4d-43.3094187>. Acesso em: 05 nov. 2006.
- GOTTDIENER, M. **O debate sobre a teoria do espaço: a produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993, p.120-158.
- GRAUMANN, C.F. The concept of appropriation (aneignung) and modes of appropriation of space. *In*: KOROSEC-SERFATY; Perla (Ed.) **The appropriation of space**. Third International Architectural Psychology Conference. Strasbourg: Louis Pasteur University, 1976. p. 113-125.
- GREEN, Brian E. Global governance for resource dispute resolution: connections between energy scarcity, ecological conflict, and the future of international regimes for addressing environmental crises. *In*: **World Congress of Sociology**, la sociología, 17. Book of Abstracts. Gothenburg, Sweden: International Sociological Association, 2011.
- GRUPO TÉCNICO COMUNITÁRIO HISTÓRICO DE JANAÚBA. **Relatório do GTC Histórico**. Janaúba, 2006a.
- GRUPO TÉCNICO COMUNITÁRIO SOCIAL DE JANAÚBA. **Relatório do GTC Social**. Débora Zdradek de Mello (Coord.), Janaúba, 2006b.

GUÀRDIA, Joan; POL, Enric. A critical study of theoretical models of sustainability through structural equation systems. **Environment and behaviour**, Thousand Oaks, California, v. 34, n. 1, p.137-149, jan., 2002.

GUÍA de Barcelona. Madrid: El País: Aguilar, 1992.

GUIA SESI/FIEMG. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. [S./]: SESI/FIEMG. [2017?], 45p.

GUIMARÃES, André Q. **Direito à cidade sob a perspectiva de resistência e luta democrática**. Brasília (DF), 19 jan. 2018. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/51255/direito-a-cidade-sob-a-perspectiva-de-resistencia-e-luta-democratica>. Acesso em: 12 dez. 2021.

GUIMARÃES, Roberto P.; FONTOURA, Yuna S. R. Rio +20 ou Rio - 20? Crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 15, n.3. p.19-29. set./dez., 2012.

GUPTA, A. K. *In: World Congress of Sociology*, la sociología, 17. Book of Abstracts. Gothenburg, Sweden: International Sociological Association, 2011.

HÁ 20 anos, projeto de cooperação entre Brasil e Alemanha transformava o Vale: Projeto GTZ, iniciado em julho de 1995, envolveu instituições de ensino, empresas e poder público numa causa comum. *O Vale da Eletrônica*, Santa Rita do Sapucaí, n.994, p.5, il., 29 ago. 2015.

HABITAT. “Campanha Mundial da Boa Governabilidade: por uma cidade integradora”. 2004. 1 folder

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARARI, Yuval. **Lições para o mundo pós-coronavírus**. Expert XP: [S./], 02 mar. 2021.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, v.6, p. 6-14 jun./set., 1982.

HARVEY, David. **Condição pós moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992. 349 p.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HAZEL Henderson 17 març. 2003. TV Cultura. Programa Roda Viva, [S./], 17 mar. 2003.1 video (85 min). Disponível em: https://tvcultura.com.br/videos/13151_hazel-henderson-17-03-2003.html. Acesso em: 05 ago. 2019.

HENDERSON, Hazel. **Hazel Henderson, lifelong futurist, author, and environmental thought leader**. Flórida, c2022. Disponível em: www.hazelhenderson.com. Acesso em: 11 abril, 2018.

HERCULANO, Selene. O Planeta Favela (Planet of Slums). **Interfacehs - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, v.3, n.1, Resenha 1., jan./abril, 2008. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/re-12008-6.pdf> Acesso em: 09 ago. 2019.

HICKEL, Jason. **Five reasons do think twice about the UN's sustainable goals**. London: LSE, Sept. 23rd, 2015. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/southasia/2015/09/23/five-reasons-to-think-twice-about-the-uns-sustainable-development-goals/> Acesso em: 02 set., 2019.

HISSA, Cássio E. V.; CORGOSINHO, Rosana R. Recortes de lugar. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 02, n. 1, p. 7-21, jan./jun., 2006.

HOBBSAWN, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOWARD, Ebenezer. **Tomorrow, a peaceful path to real reform**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

HUGO, Victor. **Nada neste mundo é tão poderoso como uma ideia cuja oportunidade chegou**. [S./]: Dicionário Criativo, c2022. Disponível em: <https://dicionariocriativo.com.br/citacoes/legisla/citacoes/autoridade/20385-nada-neste-mundo-cao-poderoso-ideia-cuja>. Acesso em: 19 ago. 2022.

- IANNI, Octavio. **La era del globalismo**. México: Siglo XXI Editores, 1999.
- IBÁÑEZ, G.T. Representations sociales: teoria y método. *In*: IBÁÑEZ, G.T. (Coord.) **Ideologias de la vida cotidiana**. Barcelona: Sendai, 1988. p.13-90.
- IBGE indica que analfabetismo cai menos entre maiores de 15 anos. 16/11/2020. G1. Brasília, 2020. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/11/ibge-indica-que-analfabetismo-cai-menos-entre-maiores-de-15-anos.html> Acesso em: 11 dez. 2020.
- IÑIGUEZ, Lupicínio. Estrategias psico-sociales para la gestión de los recursos naturales: del enfoque individualista al enfoque social. *In*: IÑIGUEZ, Lupicínio; POL, Enric (Org.) **Colleció Monografies Psico/SocioAmbientales**, Barcelona, v. 9, p.45-62, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1991, 2000, 2010** Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1991, 2000, 2010** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Santa Rita do Sapucaí**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santa-rita-do-sapucaí/pesquisa/23/47427>. Acesso em: 09 fev. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto interno bruto dos municípios**: Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=262930>. Acesso em: 3 fev. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados da amostra – domicílios. Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santa-rita-do-sapucaí/pesquisa/23/47427?localidade1=313990&localidade2=313510>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/apresentacao.html> Acesso em: abril, 2020.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desafios do desenvolvimento. O que é? Índice Gini**. Brasília: IPEA, ano 1, ed.04, 01 nov. 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=2 Acesso em: abril, 2020.
- INSTITUTE FOR ADVANCED STUDY., **IAS. foto**. Amsterdã, Disponível em: <https://ias.uva.nl/research/urban-complexity/urban-complexity.html> Acesso em: jun., 2018.
- INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE (IEP). **Global Peace Index 2019**: measuring peace in a complex world. Sydney, 2019. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/global-peace-index-2019>. Acesso em: jan., 2021.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA. Ministério da Educação. **Censo Escolar, 2000**. Brasília: INEP/MEC, 2000.
- INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Inatel**: sonho e realidade. Santa Rita do Sapucaí: INATEL, 2002.
- INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Santa Rita do Sapucaí**. 2020. Disponível em: <https://inatel.br>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- INTEF. **Histórico**. Santa Rita do Sapucaí: FAI, Santa Rita do Sapucaí, c2016. Disponível em: https://www.fai-mg.br/intef/index.php?option=com_content&view=article&id=99&Itemid=470). Acesso em: 15 ago. 2020.
- IUCN. **About IUCN**. Gland, 2019. Disponível em: <https://www.iucn.org/about> Acesso em: jul., 2019.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JACOBS, Jane. **A natureza das economias**. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.
- JACQUES, M. G. C. Identidade. *In*: STREY, M. N. *et al.* **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 159-167.

JAMALI, Hameed. Critical perspectives on the Sustainable Developments Goals: are universal indicators meaningful? **FLOWs**, Delft, 25 jun. 2018. Disponível em: <https://flows.hypotheses.org/1460> . Acesso em: 03 set. 2019.

JANAÚBA. Prefeitura Municipal de Janaúba. **Pólo do desenvolvimento integrado do Norte de Minas, Diagnóstico Municipal de Janaúba**. Janaúba: Prefeitura Municipal de Janaúba, out., 2001.

JANAÚBA. Prefeitura Municipal de Janaúba. **Ata do marco lógico do município de Janaúba**. Janaúba: Prefeitura Municipal de Janaúba, nov. 2001.

JANAÚBA. Secretaria Municipal de Saúde. **Plano municipal de saúde de Janaúba 2002 a 2005**. Janaúba, 2002.

JANAÚBA. Prefeitura Municipal de Janaúba. **Pólo do desenvolvimento integrado do Norte de Minas, Visão de Futuro, 2003: Banco do Nordeste, Governo Federal: Brasil para Todos**. Janaúba: Prefeitura Municipal de Janaúba, 2003.

JANAÚBA. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Relatório do polo do desenvolvimento integrado do Norte de Minas**. Secretaria Municipal de Assistência Social: Janaúba, 2003.

JANAÚBA. Prefeitura Municipal de Janaúba **Relatório demanda para o plano municipal de desenvolvimento rural, conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável de Janaúba**. Janaúba: Prefeitura Municipal de Janaúba, 2005/2006.

JANAÚBA: **Bases econômicas e informações sobre o Município**. Walber de Oliveira (GTC Histórico), abril de 2006a.

JANAÚBA. Secretaria Municipal de Saúde de Janaúba. **Fatores estratégicos do sistema de saúde de Janaúba**. Janaúba: Prefeitura Municipal de Janaúba, 2006.

JANAÚBA. Secretaria Municipal de Saúde. **Planejamento de saúde mental 2006-2009, CAPS**. Janaúba, 2006.

JANAÚBA. CAPS. Secretaria Municipal de Saúde de Janaúba **Matriz de fatores estratégicos de Janaúba**. Janaúba, 2006.

JANAÚBA. Setor de Vigilância Ambiental. Secretaria Municipal de Saúde de Janaúba. **Matriz e levantamento local**. Janaúba. 2006.

JANAÚBA. Prefeitura Municipal de Janaúba. Secretaria Municipal de Saúde de Janaúba. Centro de Atenção Psicossocial. **18 de maio, Dia Nacional de Luta Antimanicomial, Janaúba MG**. Janaúba: Prefeitura Municipal de Janaúba. s.d.

JANAÚBA. Prefeitura Municipal de Janaúba. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Setor de Patrimônio Cultural **Projeto de Educação Patrimonial "Aulas Passeio pelas Ruas de Janaúba"**. Janaúba: Prefeitura Municipal de Janaúba, 2006.

JANAÚBA. Prefeitura Municipal de Janaúba **Relatório de meio ambiente de Janaúba**. Janaúba: Prefeitura Municipal de Janaúba. 2006.

JANAÚBA. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Decenal de Educação de Janaúba, 2006-2009**. Janaúba, 2006.

JANAÚBA. Prefeitura Municipal de Janaúba. Secretaria Municipal de Promoção Social. **Plano Plurianual de Assistência Social, 2006-2009**. Janaúba: Prefeitura Municipal de Janaúba, 2006.

JANAÚBA. Prefeitura Municipal de Janaúba. **Secretaria municipal de fazenda, administração e recursos humanos**. Janaúba: Prefeitura Municipal de Janaúba, 2021. Disponível em: <https://janauba.mg.gov.br/governo/secretarias> Acesso em: fev., 2021.

JARDÍ, Enrique. **El planeamiento urbanístico**. Barcelona: Bosch. 1966.

JIMENEZ-DOMINGUES, B.; AGUILAR, R. M. L Identity and sustainability in two neighbourhoods of Guadalajara, Mexico. *In*: POL, Enric U. The theoretical background of the City-Identity-Sustainability Network. **Environment and Behaviour**, Thousand Oaks, California, v. 34, n. 1, p. 97-110, jan., 2002.

JODELET, Denise. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. *In*: MOSCOVICI, Serge (Ed.) **Psicología social**, Paidós, v. 2, 1984.

- JODELET, Denise. A representação: noção transversal, ferramenta da transdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 162, p. 1258-1271, 2016.
- JODELET, Denise. Ciências sociais e representações: estudo dos fenômenos representativos e processos sociais, do local ao global. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 423-442, maio/ago., 2018.
- JOHNSON, Steven. **Emergência**: a dinâmica de rede em formigas, cérebros, cidades e softwares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. Social Representations and the public sphere: towards a theoretical articulation. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, Lynchburg City, n. 25, p. 83-102, 1995.
- JUCÁ, Beatriz. Moradores das favelas sonham com casa e negócios próprios em 2020, mas sem otimismo por segurança. **El País Brasil**, Fortaleza, 31 dez. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2019-12-31/favelas-brasileiras-sonham-com-casa-e-negocio-proprios-para-2020-mas-nao-esperam-mais-seguranca.html>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- KALLÁS, Ely (Coord.). I Seminário Regional sobre Integração Escola-Empresa. UFMG, EFEI, INATEL. Santa Rita do Sapucaí. 1991.
- KALLÁS, Ely. Uma visão do pólo tecnológico de Santa Rita do Sapucaí e do papel que reserva ao administrador municipal (FAI). ENCONTRO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. 2, 1992, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo: USP-FEA, p.323-336, 1992.
- KALLÁS, Ely. **O projeto de consolidação do pólo tecnológico de Santa Rita do Sapucaí, MG. INATEL Prêmio Cidadania 1997**. Procuradoria Geral de Justiça. Belo Horizonte, 1997.
- KALLÁS, E. **A cidade incubadora**: relato de experiência de Santa Rita do Sapucaí, MG. SEMINÁRIO ANPROTEC, 7, [S.l.], out. 1997. 19p.
- KALLÁS, Ely. Pólos tecnológicos e cooperação técnica. *In*: LEAL, Sayonara; PIRES, Sheila O. (Org.) **As incubadoras de empresas pelos seus gerentes**. Brasília: ANPROTEC., p.27-51, 2001.
- KALLÁS, Ely. **A experiência de consolidação do pólo tecnológico de Santa Rita do Sapucaí, MG. A articulação dos arranjos locais no Projeto de Desenvolvimento Regional**. CONGRESSO ABIPTI, 2002. p.1-12.
- KAMM, Nicolas. **AFP/Getty Images, 2013. The use of GMOs in our food supply – a look at the debate**. Surrey, 25 de maio de 2013. Disponível em: http://www.ati.surrey.ac.uk_m_ati-images-2417-7836.jpg Acesso em: maio, 2019.
- KAPPEL, Dolores, B. Índice de desenvolvimento infantil no Brasil: uma análise regional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.12, n.35, p. 232–240, maio/ago., 2007
- KAUFMAN, Marcus. **What info was given on the Iphone**, 27. [S.l.], nov. 2020. Disponível em: <https://verbalizm.com/2020/11/27/what-info-was-given-on-the-iphone-13/> Acesso em: 09 jan., 2021.
- KHAN, Noor. **Resurgent Al Qaeda looking to carry out terror attack on passanger planes, airports**. [S.l.], 24 dez. 2018. Disponível em: <https://www.liveuttarpradesh.com/en/244942/resurgent-al-qaeda-looking-to-carry-out-terror-attacks-on-passenger-planes-airports/>. Acesso em: 23 maio 2019.
- KLINTOWITZ, Jaime. Aquecimento Global. Os sinais do Apocalipse. **Revista Veja**, Ed. ABRIL, ed. 1.961, ano 39, n. 24, 21 jun., 2006.
- KOETSE, Manya. “Bring out the heat” - Ginger Coca-Cola comes to China with some smart ying-yang marketing. [S.l.]: What’s on weibo. Reporting Social Trends in China. 16 abr. 2017. Disponível em: <https://www.whatsonweibo.com/bring-heat-cola-cola-ginger-comes-china-smart-yin-yang-marketing/> Acesso em: 2 maio, 2021.
- KOROSEC-SERFATY, Perla. (Ed.) **The appropriation of space**. Third International Architectural Psychology Conference France. Louis Pausteur University. Strasbourg, 1976.
- KRIPPENDORFF, K. **Content analysis**: an introduction to its methodology. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2004.
- KUHN, Thomas. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- LA CIUDAD DE LES PERSONES, Cap al Fòrum 2004. Folder. Barcelona: Ajuntament de Barcelona.1 folder

- LALLI, Marco. Urban identity. *In*: CANTER *et al.* (Ed.) **Environmental social psychology**. Behavioural and social sciences, v. 45. Dordrecht, The Netherlands: Kluwer, 1988. p. 303-311.
- LANE, Silvia.; CODO, Wanderley (Orgs.) **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LAUWE, P. Chombart de. Appropriation of space and social change. *In*: KOROSEC-SERFATY; Perla (Ed.). **The appropriation of space**. Third International Architectural Psychology Conference. France: Strasbourg: Louis Pasteur University. p. 23-30, 1976.
- LECOMPTE, Margaret D.; GOETZ, Judith P. Problems of reliability and validity in ethnographic resesarch. *In*: **Review of Educational Research**, Thousand Oaks, California, v. 52, n.1, p.31-60, Spring 1982.
- LE CORBUSIER. **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1961.
- LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 1974.
- LEFEBVRE, Henri. **A cidade e a divisão do trabalho: a cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. 180p.
- LEGNAIOLI, Stella. **O que é efeito estufa?** Monções: Ecycle, c2021. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/6215-efeito-estufa.html> Acesso em: 10 set. 2019.
- LEMAIRE, Sandra. How George Floyd's death has impacted american life. **VOA News**. [S.l.], 26 jun., 2020. Disponível em: https://www.voanews.com/a/usa_race-america_how-george-floyds-death-has-impacted-american-life/6191746.html Acesso em: 9 nov. 2020.
- LEMOS, Ada Pellegrini. Contexto Social, Contexto Familiar e Individualidade na Contemporaneidade. Texto para o IV Congresso Brasileiro de Terapia Família. Brasília, 06 a 08 ago. 2000. (texto interno).
- LERNER, Jaime. **Acupuntura urbana**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: B4, 1993.
- LEWIN, Kurt. **Problemas de dinâmica de grupo**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- LIMA, Mariana. Brasil tem 5,1 milhões de domicílios em favelas, segundo IBGE. **Observatório do Terceiro Setor**, São Paulo, 27 maio 2020. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-tem-5-1-milhoes-de-domicilios-em-favelas/> Acesso em: jun., 2021.
- LINHARES, C.F.; GARCIA, R.L. (Org.) **Dilemas de um final de século: o que pensam os intelectuais**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- LIPIETZ, Alain. **Audácia: uma alternativa para o século XXI**. São Paulo: Nobel, 1991.
- LIPOVETSKY, Gilles. **The empire of fashion: dressing modern democracy**. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- LISBOA. Câmara Municipal de Lisboa. **Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011/2024**. Câmara Municipal de Lisboa: Lisboa, 2011. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/reabilitacao-urbana/estrategia-de-reabilitacao-urbana>. Acesso em:12 ago. 2015.
- LOPES, Carlos H. Sinhazinha de fibra. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, 29 jun., 2007.
- LORES, Raul J. A aventura da ativista urbana Jane Jacobs. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 08 maio, 2016. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/05/1768525-a-aventura-da-ativista-urbana-jane-jacobs.shtml> Acesso em: 05 fev., 2019.
- LUQUE, Y. P. Turismo. Ayuda instruccional pra alumnos regulares y ocasionales – aprendizaje a distancia, Pruebas de Promoción Extraordinarias, Inscrito en el M.E.T., 359. **Instituto Educativo Metropolitano**. Caracas, 2007.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MACIEL, Tânia M. F. B. Contribuições da ecologia humana para a psicologia social moderna: perspectivas para uma ecologia social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro: Imago, v. 50, n. 4, p. 22-33, out./dez., 1998.

- MAGALHÃES, Célia Elisa Alves. Autoetnografia em contexto pedagógico: entrevista e reunião como locus de investigação. **Veredas online – Temática**, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, p. 16-33, 2018.
- MANDELA, Nelson. Mandela at LSE. An inspirational occasion. **LSE Magazine**, London, p. 4-7, Summer 2000.
- MANNING, A.; ROY, S. Culture clash or culture club? **LSE Magazine**, London, v. 19, p. 8-10, Summer 2007.
- MAPA de Minas Gerais. Disponível em: <https://mapasapp.com/brasil/minas-gerais/belo-horizonte-mg> Acesso em: fev., 2006.
- MARCHIONI, Marco. **Comunidad, participación y desarrollo: teoría y metodología de la intervención comunitaria**. Madrid: Editorial Popular, 1999.
- MARCU, Silvia Florentina. Algunas consecuencias geopolíticas de los procesos demográficos actuales. **Apuntes de Demografía**, Ayacucho, 12 ene., 2011. Disponível em: <https://apuntesdedemografia.com/2011/01/12/algunas-consecuencias-geopoliticas-de-los-procesos-demograficos-actuales/> Acesso em: 09 mar. 2020.
- MARES GUIA, Ana Rennó dos. Vila Ponta Porã: a questão da posse e da propriedade em favela de Belo Horizonte. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSÍN, Betania. **A lei e a legalidade na produção do espaço urbano**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- MARIA DA FÉ. **Retrospectiva da-secretaria de cultura e turismo**. Maria da Fé: Prefeitura Municipal de Maria da Fé, 2019. Disponível em: <https://www.mariadafe.mg.gov.br/noticia/143/RETROSPECTIVA-DA-SECRETARIA-DE-CULTURA-E-TURISMO-2019> Acesso em: mar., 2021.
- MARIA DA FÉ. **Torneio leiteiro da expo Maria da fé**. Disponível em: <https://www.mariadafe.mg.gov.br/noticia/114/20-TORNEIO-LEITEIRO-DA-EXPO-MARIA-DA-FE> Acesso em: fev. 2021.
- MARIA DA FÉ. **Festa do Azeite Novo**. Disponível em: <https://www.mariadafe.mg.gov.br/noticia/25/FESTA-DO-AZEITE-NOVO> Acesso em: abril 2021.
- MARIA DA FÉ. **Abertura do Villarte**. Maria da Fé, Disponível em: <https://www.mariadafe.mg.gov.br/noticia/213/FINALIZACAO-E-ABERTURA-DO-VILLARTE-CENTRO-DE-COMERCIALIZACAO-DE-PRODUTOS-ARTESANAIS-DE-MARIA-DA-FE> Acesso em: jan. 2021.
- MARICATO, Ermínia. Contradições e Avanços da HABITAT II. In: GORDILHO-SOUZA, Maria Ângela. **Habitar contemporâneo**. Salvador: FAUUFBA, 1997. p. 38-45.
- MARICATO, Ermínia. As Ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília.; VAINER, Carlos.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p 121-192.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2002. 204p.
- MARTIN, Ralf. The economics of climate change. **LSE Magazine**, London, v. 18, n. 2, p. 8-9, Winter 2006.
- MARTINHO, C. Redes. Uma introdução as dinâmicas da conectividade e da auto-organização. **WWF - Brasil**. Brasília, 2003. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/?3960> Acesso em: 06 ago., 2021.
- MARTINS, Nildred S.F. **Dinâmica urbana e perspectivas de crescimento – Itabira/Minas Gerais. 2003**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- MATURANA, Humberto R. **La objetividad: un argumento para obligar**. Santiago: Dolmen Ediciones, 1997.
- MATURANA, Humberto R. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- MATURANA, Humberto R. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. In: MAGRO, Cristina; PAREDES, Victor (Org.) Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

- MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. **Autopoieses and cognition: the realization of living**. Holland: D. Reidel Publishing Company, 1980.
- MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2001.
- McDONALD, K.; TIPTON, C. Using documents. *In*: GILBERT, N. (Ed.) **Researching social life**. London: Sage, 1993. p. 187–200.
- MEAD, George H. **Mind, self and society: from the standpoint of a social behaviourist**. Chicago: University of Chicago Press, 1934.
- MELLO, Ediméia M.R; NERY, Samantha O.; ALMEIDA, David, R.; COSTA, Jéssica, D. Economia solidária e segurança alimentar: pesquisa e intervenção em hortas comunitárias. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PESQUISA SOBRE ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA, 6., 2018, Manaus (AM). **Anais [...]** Manaus: UFAM, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ciriec/59167-economia-solidaria-e-seguranca-alimentar--pesquisa-e-intervencao-em-hortas-comunitarias/>. Acesso em: 09 ago 2019.
- MELO NETO, Francisco Paulo de.; FRÓES, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.
- MENDES, Luís Filipe G. O marketing urbano e a promoção imobiliária de novas formas de gentrificação. *In*: COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA, 11., 2008. Alcalá de Henares. **Anais [...]** Alcalá de Henares, out. 2008.
- MÉNDEZ, M. Autoethnography as a research method: advantages, limitations and criticisms. Colombia. **Appl. Linguist. Journal**, Bogotá, v. 15, n. 2, p. 279-287, 2013.
- MENDONÇA, Rosângela Míriam L. O. **Systemic network innovation and its application in the brazilian context of the “Estrada Real”**. Torino: Politécnico di Torino, 2014.
- MENDONÇA, Rosângela Míriam L. O. Transformando ideias em recursos de desenvolvimento. *In*: MENDONÇA, Rosângela Míriam L. O.; FIGUEIREDO, Márcia C. B. (Org.) **Economia criativa: inovação e desenvolvimento**. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2017.
- MESICEK, Roman. **Sustainable Development Goals (SDG) overview. Presentation: transforming our world: 2030 Agenda for sustainable development**. Vienna, 10 jan., 2017. Disponível em: <https://www.slideshare.net/mes0/sustainable-development-goals-sdgs-70859274>. Acesso em: jun., 2019.
- MIKOLEIT, Anne; PÜRCKHAUER, Moritz. **Urban code: 100 lessons for understanding the City**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2011. 111p.
- MILÊNIO: a fluidez do 'mundo líquido' do Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Globo News, 17 jan. 2015. 1 video (4 min) Disponível em: g1.globo.com/globonews/milenio/video/milenio-a-fluidez-do-mundo-liquido-do-zygmunt-bauman-4661254.ghtml. Acesso em: 25 ago. 2019.
- MILLGRAM, S. Cities as social representations. *In*: FARR, Robert, M.; MOSCOVICI, Serge (Eds.) **Social representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 289-309.
- MILLGRAM, S.; JODELET, D. Psychological maps of Paris. *In*: PROSHANSKY, H.; ITTELSON, W.; RIVLIN, L. (Eds.) **Environmental psychology: people and their physical settings**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1976. p. 104-124.
- MINEU. Charge. Globalização. Janaúba. Disponível em: www.mineu.zp.net.janauba. Acesso em: 11 out., 2006.
- MIRANDA, A.C. de.; PORTO, M.F. Reflexões sobre a Rio + 20, a Cúpula dos Povos e a saúde coletiva. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 36, n. especial, p. 68-76, jun., 2012.
- MITCHELL, W.J. **City of bits: space, place and the infobahn**. London: Cambridge, 1995.
- MONTANER, J.M. Ideas, ecodiseño. **La Vanguardia**, Barcelona, Martes, 14 jun., 1994, p. 61-62.
- MOORE, John. **Carring a giant Venezuelan flag, thousands of anti-government protesters march during a mass demonstration**. New York: The Independent, 7 jun., 2018. (1 fotografia). Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/most-dangerous-country-venezuela-safe-south-america-gallup-a8388736.html> Acesso em: maio, 2019.

- MOREIRA, LILIANE A. Os Movimentos Insurgentes e o Patrimônio: O surgimento do Espaço Comum Luiz Estrela em Belo Horizonte, Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável), Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.
- MORENO, Emília.; POL, Enric. Nociones psicosociales para la intervención y la gestión ambiental. **Colleció Monografies Socioambientales**, Barcelona: Publicacions Universidad de Barcelona, n.14, 1999.
- MORIN, Edgar. **O método: o conhecimento do conhecimento**. Lisboa: Europa-America, 1986.
- MORIN, Edgar. **Introducción al pensamiento complejo**. 3. ed. Barcelona: Gedisa, 1990.
- MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- MORIN, Edgar. **?Hacia el Abismo?** Globalización en el siglo XXI. Barcelona: Paidós, 2010.
- MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MOSCOVICI, Serge. Notes towards a description of Social Representations. **European Journal of Social Psychology**, [S./], v. 18, n. 3, p. 211-250, 1988.
- MOSCOVICI, Serge. The phenomenon of social representations. *In*: FARR, Robert, M.; MOSCOVICI, Serge (Eds.) **Social representations**, Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- MOSER; Gabriel; RATIU, Eugénia; FLEURY-BAHI, Ghazlane. Appropriation and interpersonal relationships: from dwelling to city through the neighborhood. **Environment and Behaviour**, [S./], v. 34, n. 1, p.122-136, jan., 2002.
- MOTA, Lílian Claudine M. G. **Koruatuba, do vale do Gorutuba à Janaúba**. Janaúba, Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Cultura/Patrimônio Cultural, ag. 2020.
- MOURA, Ana Clara M. O papel da cartografia nas análises urbanas; tendências no urbanismo pós-moderno. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, ano 2, n. 2, p. 41-73, ago., 1993.
- MUDANÇAS CLIMÁTICAS: Groelândia descongela. [S./], 18 set., 2015. Disponível em: <https://thoth3126.com.br/mudancas-climaticas-groenlandia-descongela/> Acesso em: maio, 2019.
- NAÇÕES UNIDAS. **Organização mundial de turismo**. [S./], 2010. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/organizacao-mundial-do-turismo>. Acesso em: 8 out. 2013.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Habitat III: países adotam nova agenda para urbanização sustentável**. Brasília, DF: ONU Brasil, 21 out., 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/habitat-iii-paises-adotam-nova-agenda-para-urbanizacao-sustentavel/>. Acesso em: 04 jun. 2019.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Brasil está entre os cinco países mais desiguais, diz estudo de centro da ONU**. Brasília, DF: ONU Brasil, 29 jan., 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/brasil-esta-entre-os-cinco-paises-mais-desiguais-diz-estudo-de-centro-da-onu/> Acesso em: 11 ago. 2019.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **FAO: fome aumenta no mundo e afeta 821 milhões de pessoas**. Brasília, DF: ONU Brasil, 11 set., 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-fome-aumenta-no-mundo-e-afeta-821-milhoes-de-pessoas/> Acesso em: 04 jun. 2019.
- NAIME, Roberto. Design ecológico ou ecodesign. **EcoDebate**, [S./], 11 abril, 2019. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2019/04/11/design-ecologico-ou-ecodesign-artigo-de-roberto-naime/> Acesso em: ago. 2019.
- NAREDO, J. M. Economía y sostenibilidad: la economía ecológica en perspectiva. Polis, **Revista Académica Universidad Bolivariana**, Caracas, v. 1, n. 1, p.1-27, 2001.
- NAREDO, J. M. **Raíces económicas del deterioro ecológico y social: Más Allá de los Dogmas**. Madrid: Editorial Siglo XXI, 2006.
- NEGREIROS, R.; SANTOS, S.M.M. Dificuldade da gestão pública do uso do solo. *In*: FERNANDES, Edésio (Org.) **Direito urbanístico e política urbana no Brasil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000. 630 p.
- NERY, E. M. Teixeira. Alternativas de “funding” para o desenvolvimento da energia elétrica brasileira em tempos de crise e potencial recessão mundial. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE REGULAÇÃO, ECONOMIA E MERCADOS DE ENERGIA ELÉTRICA. 1., 2011. Anais [...] [S./], SINREM, 2011.

- NOBRE, Eduardo A. C. Grandes projetos urbanos São Paulo: crítica da prática recente. **FAUUSP**. São Paulo, 2008, p. 1-11. Disponível em: http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/e_nobre/pos_grad/aula_10.pdf Acesso em: ago., 2015.
- OSHIMA, Flávia Y. Eduque suas emoções. **Revista Época**, Rio de Janeiro, Ed. 901, 14 set. 2015.
- OSTROWER, Fayga. Arte e artistas no séc. XX. In: FARIA, Hamilton; GARCIA, Pedro. **Arte e identidade cultural na construção de um mundo solidário**. São Paulo: Instituto Pólis, 2002. p.11-16.
- OSWALD, A. J. How much do external factors affect well-being? **The Psychologist**, London, v. 16, n.3, p.140-141, mar. 2003.
- PACIFIC Northwest National Laborator. Photo. [S.l.]. Disponível em: www.picturethis.pnl.gov. Acesso em: 5 dez., 2010.
- PÁDUA; José Augusto; LEROY; Jean Pierre; SCHLESINGER, Sérgio. ANEXO. Matriz analítica do Projeto Brasil Sustentável e Democrático. In: ACSERALD, Henri.; Leroy, J. P. **Novas premissas da sustentabilidade democrática: Brasil sustentável e democrático**. n. 1. Rio de Janeiro: Fase, 1999. Série: Cadernos de Debate. p.50-70.
- PAEDA. **Parque de alternativas energéticas para o desenvolvimento auto-sustentável**. Itajubá. 1 folder.
- PAKMAN, M. Terapia familiar em contextos de pobreza, violência, dissonância ética. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, p. 8-19, out., 1993.
- PALÁCIO DAS ARTES. **Vale: vozes e visões. A arte universal do Jequitinhonha**. nov./ 2006. Belo Horizonte: Palácio das Artes. 1 folder
- PALLAMIN, V. M. **Arte urbana: São Paulo, região central, obras de caráter temporário e permanente**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2000.
- PANDEMIA e crise climática colocam em risco crescimento econômico global, diz Fórum Econômico Mundial. **Climainfo**, [S.l.], 20 jan., 2021. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2021/01/19/pandemia-e-crise-climatica-colocam-em-risco-crescimento-economico-global-diz-forum-economico-mundial/>. Acesso em: 6 ago., 2021.
- PATTON, Michael Quinn. **Qualitative evaluation and research methods**. London: Sage, 1990.
- PCH. **Luis Dias, Quase um século de história e energia**. Itajubá. 1 folder
- PEDRA DO SONHO RESIDENCIAL RESORT HOTEL. Pedra do Sonho. Janaúba: **Pedra do Sonho**. 1 folder
- PENA, Rodolfo F. A. **Objetivos do milênio**. [S.l.], c2022. Disponível em: <https://alunosonline.uol.com.br/geografia/objetivos-milenio.html>. Acesso em: maio, 2021.
- PEREDA, C.; ACTIS, W.; PRADA, M. A. Flujos migratorios internacionales, Colectivo loÉ, **Revista Migraciones**, Madrid, n. 9, p.7-45, 20 abr., 2006. Disponível em: www.nodo50.org/ioe/. Acesso em: 6 ago. 2021.
- PEREIRA, Elson M.; CUNHA, Luís Felipe. Práticas insurgentes no planejamento urbano municipal: a experiência do Campeche em Florianópolis, SC. In: ENANPUR, 18, Natal, 2019. **Anais [...]** Natal: UFRN, 2019.
- PETIT, Vilela. Space as appropriated and appropriating. In: KOROSEC-SERFATY, Perla (Ed.) **The appropriation of space**. Third International Architectural Psychology Conference. France: Strasbourg: Louis Pasteur University, 1976. p. 218-225.
- PETITJEAN, Olivier. A arte, o artista e a identidade cultural na construção de uma Montreuil solidária. In: FARIA, Hamilton; GARCIA, Pedro. **Arte e identidade cultural na construção de um mundo solidário**. São Paulo: Instituto Pólis, 2002. p.42-63.
- PIBERNAT, O. Diseñar para un mundo más sostenible. **La Vanguardia**, Barcelona, Martes, 14 jun., p. 62-63, 1994
- PINHEIRO, Chloé. 16 iniciativas inspiradoras contra o coronavírus que dependem de doações. **Veja Saúde**, 18 ago., 2020. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/bem-estar/16-iniciativas-inspiradoras-contra-o-coronavirus-que-dependem-de-doacoes> Acesso em: jun., 2021.

- PINTO, A.M.R. **O mundo capitalista e as transformações do fordismo: a reabilitação da escola clássica na era das máquinas inteligentes**. 1991. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.
- PLA ESTRATÉGIC ECONOMIC I SOCIAL DE BARCELONA (en la perspectiva 1999-2005). Ajuntament de Barcelona. Edició: Associació Pla Estratégic de Barcelona. 1999.
- POL, Enric U.; MORENO, Emilia; VALERA, Serge. **Aspectos sociales en la evaluación del Impacto Ambiental, Máster en Intervención Ambiental**. Universidad de Barcelona. 1993.
- POL, Enric U. La apropiación del espacio. *In*: Iñiguez, L.; Pol. E. (Eds.) *Apropiación, cognición y representación del espacio*. **Monografies Socio/Ambientals** Barcelona, n. 9, p.45-62, 1996.
- POL, Enric U. The theoretical background of the City-Identity-Sustainability network. **Environment and Behaviour**, Thousand Oaks, California, v. 34, n. 1, jan., 2002.
- POL, Enric U. Mezcolanza (mixité), homogeneidad y guetización en la construcción del *Chez-Soi* (mi hogar) fuera de casa. Observaciones sobre las experiencias de las migraciones de corta y de larga distancia. *In*: SERFATY-GARZON, P. **Un Chez-Soi chez les autres**. Montreal/Canadá: Editorial Bayard, 2006. p. 199-270.
- POL, Enric U.; VALERA, Serge. Symbolisme de l'espace public et identité sociale. **Villes en Parallele**, Paris, n. 28, 29, p. 11-34, 1999.
- PORTAL DA CIDADE, Santa Rita do Sapucaí. **Covid-19: Hospital fechado há 6 anos pode ser alternativa para atendimentos**. Santa Rita do Sapucaí: Portal da Cidade, 2020. Disponível em: <https://santaritadospelucaí.portaldacidade.com/noticias/regiao/covid-19-hospital-fechado-ha-6-anos-pode-ser-alternativa-para-atendimentos-0612> Acesso em: fev., 2021.
- PORTAL DA CIDADE, Santa Rita do Sapucaí. **Polinize.com. 2020**. Santa Rita do Sapucaí: Portal da Cidade, Disponível em: <https://santaritadospelucaí.portaldacidade.com/noticias/cidade/santa-rita-do-sapucaí-sedia-seminario-internacional-de-empreendedorismo-5432>). Acesso em: set., 2021.
- PORTAL DA CIDADE. Santa Rita do Sapucaí. **HackTown realiza edição 2020 em formato inovador. Santa Rita do Sapucaí**. Santa Rita do Sapucaí: Portal da Cidade, 17 ago., 2020. Disponível em: <https://santaritadospelucaí.portaldacidade.com/noticias/cidade/hacktown-realiza-edicao-2020-em-formato-inovador-1146> Acesso em: dez., 2021.
- PORTAL DA CIDADE. Santa Rita do Sapucaí. **Plataforma inteligente da bmw tem origem no vale da eletrônica**. Santa Rita do Sapucaí: Portal da Cidade. 13 ago., 2020. Disponível em: <https://santaritadospelucaí.portaldacidade.com/noticias/economia/plataforma-inteligente-da-bmw-tem-origem-no-vale-da-eletronica-2503> Acesso em: mar., 2021.
- PORTAL DA CIDADE, Santa Rita do Sapucaí. **Santa Rita do Sapucaí conta com coletivo em prol do meio ambiente**. Santa Rita do Sapucaí: Portal da Cidade, 02 nov., 2021. Disponível em: <https://santaritadospelucaí.portaldacidade.com/noticias/cidade/santa-rita-do-sapucaí-conta-com-coletivo-em-prol-do-meio-ambiente-3656>. Acesso em: abril, 2021.
- PRAZER em ajudar. Comunidade Criativa. Consumo Consciente. Cresce Percepção no País **Jornal Estado De Minas**, Belo Horizonte, 28 dez., p.10. 2004
- PRESTES, Vanêsa Buzelato. A função social da propriedade nas cidades: das limitações administrativas ao conteúdo da propriedade. **Revista Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 11, n. 53, jan./fev. p. 277-312, 2009.
- PRIGOGINE, Ilya. **From being to becoming: time and complexity in the physical sciences**. Nova York: W.H. Freeman & Co, 1980.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Desenvolvimento Humano e IDH. 2010. Brasília, DF: PNUD. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em: 15 abril 2020.
- PROSHANSKY, Harold M. The appropriation and misappropriation of space. *In*: KOROSEC-SERFATY; Perla (Ed.) **The appropriation of space**. Third International Architectural Psychology Conference. France: Strasbourg: Louis Pasteur University, 1976. p.31-45.
- PROSHANSKY, Harold M. **Psicología Ambiental: aspectos conceptuales y metodológicos**. Madrid: Pirámide, 1998.

- RAIMUNDO, João Paulo. **Sobre o artista**. [S.l.] Disponível em: <https://www.joaopauloraimundo.com.br>. Acesso em 10 mar. 2021.
- REBOLLO, Óscar. **La participación ciudadana no se improvisa** (UAB). Barcelona, 2000, p.15-66.
- REDE 10. Luta Contra a Pobreza Urbana, Rede URB-AL 10, 1 folder.
- REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil**: conceitos e aplicações. Brasília: RIPSA, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/18248/mod_resource/content/1/RIPSA.pdf. Acesso: em 16 mar. 2020.
- REMESAR, Antoni. Public art on the crossroad: ethic introductory notes. *In*: Remesar, A. (Ed.) **Public space**: sites of public art. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1995.
- REVISTA BELGO MINEIRA, 1998.
- REVISTA DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. São Paulo. Prefeitura de São Paulo, jun., 2004.
- REVISTA FÓRUM. Um mundo em debate. Edição Especial Foro Municipal de Educación. São Paulo. 2004.
- REVISTA MILAN. Data and records of the Area, Central Department for Social and Economic Development. Economic Activity Office. Milan, 2003.
- REVISTA PORTO ALEGRE. Otro mundo es posible. Prefeitura de Porto Alegre, Administração Popular, Porto Alegre, 2003.
- REVISTA SEBRAE. Prefeito Empreendedor, Município Desenvolvido. Como chegar lá apoiando a pequena empresa.
- REVISTA SEBRAE, n.3., mar./abril, 2002.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Q., CARDOSO, Adauto L. **Reforma urbana e gestão democrática**: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Observatório IPPUR/UFRJ-FASE, 2003.
- RIBEIRO, Maurício A. **Tesouros da Índia**: para a civilização sustentável. Belo Horizonte: Rona, 2003.
- RIEVERS, Marina. Santa Rita aposta no ensino fundamental. **Revista Sebrae**, Brasília, n.3, p. 78-85, mar./abril, 2002.
- ROBERTSON, R.; GIULIANOTTI, R. Fútbol, globalización y glocalización. **Revista Internacional de Sociología** (RIS), Córdoba, v. 64, n. 45, p. 9-35, sept./dic., 2006.
- RODRIGUES, Léo; LAGES, Luiza. A reinvenção da favela. **Revista Diversa**, Belo Horizonte, ano 8, n. 17, p. 28-35, ago., 2009.
- RODRIGUES, Walter J. S. Cidade em transição. Nobilitação urbana, estilos de vida e reurbanização em Lisboa. 2008. Tese (Doutorado em sociologia), Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa. Dez. 2008. 380p.
- ROLNIK, Raquel. Para Além da Lei: Legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936). Em Fernandes, E. (Org.). **Direito Urbanístico**. Belo Horizonte: Del Rey. 1998.
- ROMANINI, Vinícius; UMEDA, Marjorie. Alegria, alegria. **Revista Terra**, [S.l.] p. 38-49, fev., 2004.
- ROSS, Jennifer. **Latin America's 5 best cities for creatives to live in after the pandemic**. The American Reporter. August 25, 2020. Disponível em: <https://www.theamericanreporter.com/latin-americas-5-best-cities-for-creatives-to-live-in-after-the-pandemic/> Acesso em: 8 set., 2020.
- ROTTA, Edegar. **A construção do desenvolvimento**: análise de um modelo de integração entre regional e global. A experiência da Grande Santa Rosa. Rio Grande do Sul: Editora UNIJUÍ, 1999.
- ROY, Virginia.; ROY, Josep. El artista y la ciudad: Antoni Roselló Til: propósitos y desequilibrios en el espacio urbano. **Diseño de Ciudad**, Madrid, n. 31, p. 124-130, 1995.
- RUBIN, Robert. E. No guarantees, real risks. Global economy: opportunities and risks. **LSE Magazine**, London, p. 12-14, Summer 2000.
- RUGGIERO, Roberto; MAROI, Fulvio. **Istituzioni di diritto privato**, Milão, 8. ed., v. 1, 1995,

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o Século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Studio Nobel - FUNDAP, 1993.

SACHS, Ignacy. Barricadas de ontem, campos de futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 25-38, 2010.

SALATI, Paula. Número de desempregados no Brasil dobrou em cinco anos, a 13,7 milhões. **DCI**, Diário, Comércio, Indústria & Serviços. São Paulo, 01 fev., 2018. Disponível em: <https://www.dci.com.br/economia/numero-de-desempregados-no-brasil-dobrou-em-cinco-anos-a-13-7-milh-es-1.680931> Acesso em: ago., 2019.

SALGADO, Sebastião. **Terra.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SALLY, R. History matters: the liberal international economic order today. **LSE Magazine**, London v. 14, n. 2, p. 12-13, Winter 2000.

SANDERS, Ronald. Globalization has left caribbean small states behind. The Round Table. **Commonwealth Journal of International Affairs**. Washignton, 31 jul., 2017. Disponível em: <https://www.commonwealthroundtable.co.uk/commonwealth/americas/caribbean/globalisation-left-commonwealth-caribbean-small-states-behind/>. Acesso em: 25 out., 2019.

SANSOT, P. Notes on the concept of appropriation. In: KOROSSEC-SERFATY; Perla (Ed.) **The appropriation of space**. Third International Architectural Psychology Conference. France: Strasbourg: Louis Pasteur University, 1976. p. 62-69.

SANTANA, P. R.; SANTANA, V. Voltar a morar no centro. Primeiro capítulo. São Paulo, Salvador. **Revista Casa Cláudia**, [S.l.], ano 27, p.100-106, jan., 2003.

SANTA RITA DO SAPUCAÍ. **Caderno da Prefeitura Santa Rita do Sapucaí.** Santa Rita do Sapucaí: Prefeitura Santa Rita do Sapucaí, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Milênio.** Programa Milênio. Rio de Janeiro: Globo News, fev. 2005.

SANTOS, Milton. O Meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 25, p.58-62, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade.** O caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton (Org.) **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1994. p.15-20.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Ed. Hucitec. 1996.

SANTOS, Milton. **De la totalidad al lugar.** Vilassar de Mar: Oikos Tau. 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2003.

SANTOS, Renata. **IFNMG e Prefeitura inauguram espaço cultural.** Janaúba, 03 out., 2019. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/noticias-jab/noticias-2019/22149-ifnmg-e-prefeitura-inauguram-espaco-cultural-em-janauba-2>. Acesso em: 27 abril, 2021.

SARAIVA, A. C. Sistemas Locais de Inovação no Brasil: O caso de Santa Rita do Sapucaí, Centro de Desenvolvimento Sustentável. 2000. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão de Ciência e Tecnologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

SASSEN, Saskia. **The global city: New York, London, Tokyo.** Princeton: Princeton University Press, 1991.

SASSEN, Saskia. **The global city: New York, London, Tokyo.** Princeton: Princeton University Press, 2001 (revised edition).

SAVASTANO, Flora. **VC no G1, 2009. Veja fotos do protesto no G20 em Londres.** Londres, 02 abril 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/VCnoG1/0,,MUL1068615-8491,00-VEJA+FOTOS+DO+PROTESTO+NO+G+EM+LONDRES.html>. Acesso em: maio, 2019.

SCHERER, André L. F. Globalização. In: CATTANI, Antônio D. (Org.) **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p.114-119.

- SEBRAE. **Conheça o Sebrae SP**. São Paulo: Sebrae. 1 folder
- SEBRAE. **Prefeito empreendedor**. Revista 3, Ed. Especial em homenagem ao IX Congresso Brasileiro de Municípios. Prêmio 2003, Brasília, 2003.
- SEBRAE. **Ecosistemas de empreendedorismo inovadores e inspiradores**. Brasília: Sebrae, 2020.
- SENNET, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SERT, J. L. Centres of community life. *In*: TYRWHITT, J.; ROGERS, E. N.; SERT, J. L. **The heart of the city**: towards the humanization of urban life. International Congress of Modern Architecture. London: Lund Humphries, 1952. p.3-16.
- SEVCENKO, Nicolau **A corrida para o Século XXI**: no loop da montanha-russa. Coleção Virando Séculos. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- SHEPARD, Roger. **Mind Sights**. San Francisco: WH Freeman&Co, 1990. Disponível em: <http://brainpages.org/the-elephant-illusion/> Acesso em: mar., 2006.
- SIQUEIRA, Juliana. Papelão cool. Inspiração na natureza. **Jornal Pampulha**, 11-17 jan., p. 35-36, 2014.
- SILVA, Arnaldo. O pioneirismo de Maria da Fé no plantio de oliveiras. **Conheça Minas**, [S.l.], 2017. Disponível em <https://www.conhecaminas.com/2017/01/o-pioneirismo-de-maria-da-fe-no-plantio.html> Acesso em: nov., 2020.
- SIMON, Eduardo; JEZINE, Edineide; VASCONCELOS, Eymard M; RIBEIRO, Katia, S. Q. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem e educação popular. **Revista Interface**, Guarapuava, n. 18, supl. 2, p. 1355-1364, 2014.
- SINDVEL. Vale da Eletrônica. Santa Rita do Sapucaí, 2020. Disponível em: <http://sindvel.com.br/o-vale-da-eletronica/> Acesso em: fev. 2021.
- SJOBORG, Gideon. Origem e evolução das cidades. *In*: DAVIS, Kingsley et al. **Cidades, a urbanização da humanidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 36-51.
- SLUZKI, Carlos E. **A rede social na prática sistêmica**: alternativas terapêuticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- SOCIOLOGIA. *In*: **Michaelis dicionário online**. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sociologia>. Acesso em: 15 fev., 2021a.
- SOCIOLOGIA. *In*: Infopédia. Porto: Porto Editora. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/\\$sociologia](https://www.infopedia.pt/$sociologia). Acesso em: 23 jun., 2021b.
- SOLÁ-MORALES, M. **Las formas de crecimiento urbano**. Barcelona: LUB ETSAB, 1974.
- SOPRANA, Paula. Aldeia global não se faz só com homens brancos do Vale do Silício, diz pesquisador. Rio de Janeiro, 24 ago., 2017. **Revista Época**. Disponível em: <http://epoca.globo.com/tecnologia/experiencias-digitais/noticia/2017/08/comunidade-global-nao-se-faz-com-poucos-homens-brancos-do-vale-do-silicio-diz-pesquisador.html> Acesso em: 11 maio, 2021.
- SOUSA, A. R. de, *et al.* Cooperação no APL de Santa Rita do Sapucaí. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 157-187, 2015.
- SOUZA, André Luiz Lopes de. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: uma reflexão crítica. **Papers do NAEA**, Belém, n. 045, ago., 1995.
- SOUZA, Carl de. AFP. **La selva amazónica pierde en un año una superficie equivalente a la Comunidad de Madrid**. [S.l.], 29/11/2018. Disponível em: <https://www.lavanguardia.com/natural/20181129/453229663247/la-selva-amazonica-pierde-en-un-año-una-superficie-equivalente-a-la-comunidad-de-madrid.html> Acesso em: 02 maio, 2019.
- SOUZA, Felipe. BBC Brasil. Maior favela de SP terá banco e moeda próprios. Leandro Machado, **BBC Brasil**, São Paulo, 7 mai., 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43954042> Acesso em: jul., 2019.

- SOUZA, J. G. de. Educação e desenvolvimento: uma abordagem crítico-analítica a partir do pólo tecnológico de Santa Rita do Sapucaí. Campinas, SP, 2000. Disponível em: http://www.bdae.org.br/bitstream/123456789/281/1/Souza_Jos%-C3%A9%20Geraldo%20de.pdf Acesso em: fev. 2010.
- STAKE, Robert. Case studies. *In*: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). **Handbook of qualitative research**. 2 ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2003. p. 134-164.
- STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet. **Basics of qualitative research**. London: Sage, 1998.
- STREY, Marlene N. *et al.* **Psicologia social contemporânea**: livro-texto. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SUBIRÓS, Pep. Notas para una Teoría de Barcelona. **Revista de Occidente**, Madrid, n. 97, Jun. 1989. Cataluña y Barcelona.
- SYSTEMIC. **Design toolkit guide**. 2018. 1 Folder
- TAJFEL, Henri. **Differentiation between social groups**: studies in the social psychology of intergroup relations. New York: New York Academic Press, 1978.
- TAJFEL, Henri. **Human groups and social categories**: studies in social psychology. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- TAJFEL, Henri. Social psychology of intergroup relations. **Annual Review of Psychology**, San Mateo, v. 33, n. 1, p. 1-39, 1982.
- TAJFEL, H.; TURNER, J. C. The social identity theory of intergroup behavior. *In*: WORCHEL, S.; AUSTIN, W. G. (Eds.) **Psychology of Intergroup Relation**. Chicago: Hall Publishers, 1986. p. 7-24.
- TAYLOR, Steven, J.; BOGDAN, Robert, C. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación**. La búsqueda de significados. Buenos Aires: Paidós, 1984.
- TEIXEIRA, RADAMÉS; AMORIM, O. Os transportes e a civilização. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, 11 de jul., 2000.
- TELEMIG CELULAR. **Belo Horizonte**, s.d. Disponível em: www.telemigcelular.com.br. Acesso em: mar., 2005.
- TENENTE, Luiza. 100 anos de Paulo Freire: veja 6 ensinamentos do educador que ainda são atuais. **G1**. [S.l.], 19 set., 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/09/19/100-anos-de-paulo-freire-veja-5-ensinamentos-do-educador-que-ainda-sao-atuais.ghtml> Acesso em: 15 jul., 2021.
- THE GLOBAL risks report 2021: insight report. 16th Edition. [S.l.]: World Economic Forum, 2021.
- THROSBY, David. Sustainability in the conservation of the built environment: an economist's perspective. *In*: US/ICOMOS International Symposium (4th: 2001: Philadelphia, Pa.) Managing change: sustainable approaches to the conservation of the built environment: 4th Annual US/ICOMOS International Symposium organized by US/ICOMOS, Program in Historic Preservation of the University of Pennsylvania, and the Getty Conservation Institute 6–8 April 2001, Philadelphia, Pennsylvania / Jeanne Marie Teutonico and Frank Matero.
- TILLIE, Nico. World council on city data, innovation in assessing and governing low carbon and smart cities. WCCD. **Scientific Joint Workshop**. Toronto, 2015. Disponível em: www.dataforcities.org Acesso: set., 2017.
- TOLOSA, E.; ROMANI, D. **Sculpture guide Barcelona**. Barcelona: Actar, 1996.
- TORRES, Nilton R. WORLD CONGRESS OF SOCIOLOGY. 17. 2011, Gothenburg. **Book of Abstracts**. Sociology on the move, 11-17 julho de 2011, Gothenburg, Sweden.
- TÓTORA, Domingos. **Arte e desing**: conheça o criador. Maria da Fé. Disponível em: www.domingostótora.com.br. Acesso em 15 nov. 2021.
- TOURAINÉ, Alain **Un nuevo paradigma**: para comprender el mundo de hoy. Barcelona: Paidós Estado y Sociedad, 2005.
- TRIGO, Luiz Gonzaga G. Turismo é um fenômeno Cultural. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte. 2005.
- TROSTER, R. L.; MOCHÓN, F. **Introdução à economia**. São Paulo: Makron Books, 1999.

- TURNER, J. C. Towards a Cognitive Redefinition of the Social Group. *In: Tajfel, H. (Ed.) Social identity and intergroup relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. p.15-40.
- TURNER, J. C. Social categorization and the self-concept: a social cognitive theory of group behavior. *In: LAWLER E. J. L. (Ed.) Advances in group processes*, Greenwich, v. 2, p. 77-121, 1985.
- TURNER, J. C.; HOGG.; M. A.; OAKES, P. J.; REICHER, S. D.; WETHERELL, M. S. **Rediscovering the social group**: a self-categorization theory. Oxford, England: Blackwell, 1987.
- TWI. **What is a smart city**: definitions and examples. Cambridg: TWI. Disponível em: <https://www.twi-global.com/technical-knowledge/faqs/what-is-a-smart-city> Acesso em: 02 maio, 2021.
- TYRWHITT, J.; ROGERS, E.N; SERT, J.L. The Heart of the City: Towards the humanization of urban life, **International Congress of Modern Architecture**, London: Lund Humphries, 1952.
- UCHOA, Pablo. Manifestação pré-g20 em londres abre semana de protestos. **BBC Brasil em Londres**. Londres, 28 mar., 2009. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/03/090328_g20protestoatualiza_pu_ac Acesso em: maio, 2019.
- UNIPAC. **Jornal da UNIPAC**. Barbacena, ano 3, n. 13, jan./fev. , 2005.
- UNITED NATIONS. **Universal declaration of human rights**. General Assembly, 1949.
- UNITED NATIONS. **Relatório sobre os objetivos do milênio**. Time for global action for people and planet. United Nations, New York, 2015. Disponível em: www.un.org Acesso em:06 fev., 2018.
- UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development A/RES/1. United Nations**. 41 p. [S.l.], 2015. Disponível em: sustainabledevelopment.un.org. Acesso em: mar., 2018.
- UNITED NATIONS. Shapping our futures together. [S.l.], Disponível em: www.un.org Acesso em: 02 mar., 2018.
- UNITED NATIONS Climate Change. **What is the Paris Agreement?** [S.l.], c2022. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/what-is-the-paris-agreement>. Acesso em: jun., 2019.
- UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs Population Dynamics. **Relatório World Urbanization Prospects**, 2019.
- UNITED NATIONS. **Coronavirus: reshape the urban world to aid “ground zero” pandemic cities**. [S.l.], 28 jul., 2020. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2020/07/1069041> Acesso em:03 set, 2020.
- UZZELL, David.; POL, Enric; BADENAS, David. Place identification, social cohesion, and environmental sustainability. *In: POL, Enric U. The theoretical background of the City-Identity-Sustainability Network. Environment and Behaviour*, Thousand Oaks, California, v. 34, n. 1, p.26-53, jan., 2002.
- VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In: ARANTES, Otilia.; VAINER, Carlos.; MARICATO, Erminia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p 121-192. p.75-104.
- VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, nº 2001-2/2002-1, p.13-32, 2002.
- VALERA, Serge.; POL, Enric. El concepto de identidad social urbana: una aproximación entre la psicología social y la psicología ambiental. *In: Anuario de Psicología: Facultat de Psicologia - Universidad de Barcelona*, Barcelona, 62, v. 3, p. 5-24, 1994.
- VALERA, Serge. Análisis de los Aspectos Simbólicos del Espacio Urbano. Perspectivas desde la Psicología Ambiental. **Revista de Psicología**, Tarragona, v. 18, n. 1, p. 63-84, 1996.
- VALERA, Serge. **Medio ambiente y representación social**: una visita a la ciudad como representación social. Barcelona, 2000. (Texto interno Universidad de Barcelona, Departamento de Psicología Social).

- VALERA, S.; GUÀRDIA, J. Urban social identity and sustainability: Barcelona's Olympic Village. *In: POL, Enric U. The theoretical background of the City-Identity-Sustainability Network. **Environment and Behaviour**, Thousand Oaks, California, v. 34, n. 1, p. 54-66, jan., 2002.*
- VALLES, M. **Técnicas cualitativas en investigación**: reflexión metodológica y práctica profesional. Madrid: Síntesis Sociología, 2000.
- VAN DE PAS, A. Barcelona, museu a l'aire lliure. L'espai públic de les places als parcs. *In: **Barcelona 1979-2004**: del desenvolupament a la ciutat de qualitat. Ayuntamiento de Barcelona. Impremta Municipal, 2004. p. 278-282.*
- VARELA, F.S.; THOMPSON, E., ROSCH, E. **A mente incorporada**: ciências cognitivas e experiência humana. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.
- VASCONCELOS, Pedro A. As metamorfoses do conceito de idade. **Mercator**, Fortaleza, v.14, n.4, n. Especial, p. 17-23, dez., 2015.
- VEENHOVEN, R. Happiness. **The Psychologist**, England: The Lavenham Press, London, v. 16, n. 3, p.128-129, March, 2003.
- VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: alternativas e impasses. *In: KEINERT, Tania M. M. (Org.) **Organizações sustentáveis**: utopias e organizações. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: Fapemig, 2007. p. 21-42.*
- VEIGA, José Eli da. **Essa tal de sustentabilidade. Página 22**. São Paulo, abril/mai. 2016, p.43. Disponível em: <http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2016/04/029-Essa-tal-de-sust-P22-101-abr-mai-2016.pdf> Acesso em: 7 set., 2019.
- VESCHI, Benjamin. **Etimologia**: origem do conceito. sociologia. [S.l.]. Disponível em: <https://etimologia.com.br/?s=sociologia> Acesso em: ago., 2020.
- VIDAL, T. M. La apropiación del espacio en el barrio de la Trinitat Nova (Barcelona). CONGRESSO DE PSICOLOGIA AMBIENTAL. 7, 2001, Barcelona. Human Habitats – XXI, mayo, 2001.
- VIDAL Toméu M.; POL, Enric. La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. **Anuario de Psicología**, Barcelona, v. 36, n. 3, p. 281-297, dez., 2005.
- VIEIRA, Anna da Soledade. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: fontes para compreensão do discurso político-ambiental do governo brasileiro. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n.1, 1992.
- VIEIRA, Ana Maria. Direito de quem? **Revista Diversa**, Belo Horizonte, ano 8, n. 17, p. 48-55, ag., 2009.
- VIEIRA, Euripedes F.; VIEIRA, Marcelo M. F. Geoestratégia dos espaços econômicos: o paradigma espaço-tempo na gestão de território globais. *In: FISCHER, T. (Org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 45-60.*
- VIEIRA, Ricardo Stanziola. Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: contexto, principais temas e expectativas em relação ao novo “direito da sustentabilidade”. *In: **Revista NEJ - Eletrônica**, Itajaí, v. 17, n. 1, p. 48-69, jan./abr., 2012. Disponível em: www.univali.br/periodicos Acesso em: ago., 2019.*
- VILLASANTE, TOMAS, R. **Cuatro redes para mejor-vivir**. Buenos Aires: Lumén Humanitas, 1998.
- WALTHER, Ingo F.; METZGER, Rainer. **Van Gogh**: obra completa de pintura. I volume. Köln: Taschen, 2006.
- WATZLAWICK, Paul, BEAVIN, J.H.; JACKSON, D. **Pragmática da comunicação humana**: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação. São Paulo: Cultrix, 1967.
- WATZLAWICK, Paul. **El lenguaje del cambio**: nueva técnica de la comunicación terapéutica. Barcelona: Herder, 1977.
- WATZLAWICK, Paul (Org.) **A realidade inventada**. Campinas: São Paulo: Editorial Psi, 1994.
- WERNER, Carol M.; ALTMAN, Irving.; OXLEY, Diana. Temporal Aspects of Home: A transactional perspective. *In: ALTMAN, Irving.; WERNER, Carol M. (Eds.) **Home Environments**: Human behaviour and environment. New York: Plenum Press, 1985. p.1-32.*

WOLFF, Joseff. El planteamiento urbanístico del territorio y las normas que garantizan su efectividad, conforme a la Ley Federal de Ordenación Urbanística. *In*: OROZCO, Joaquín H. **La ley federal alemana de ordenación urbanística y los municipios**. Madrid: Instituto de Estudios de la Administración Local, 1973. p.10-54.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **UNWTO Tourism Highlights**. Madrid, 2010. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284413720> Acesso em: mar., 2020.

WILLIAMS, Rogers. **Guia visual Barcelona e Catalunha**. São Paulo: PubliFolha, 1999.

WISNIK, G. Cidade moderna e contemporânea. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 jul., p.163., 2007,

YIN, Robert. **Case study research: design and methods**. 5 ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2014.

APÊNDICE A - A TEORIA SISTÊMICA E A CIBERNÉTICA: COMPREENDENDO A VIDA DESDE NOVAS PERSPECTIVAS

¿Que padrão une o caranguejo à lagosta, a orquídea à primula e todos os quatro a mim? ¿E eu a você? ¿E nós seis à ameba em uma direção e ao esquizofrênico retraído em outra?

Gregory Bateson.

A Teoria Geral dos Sistemas e a Cibernética são modelos fundados no século XX, que tiveram a intenção de serem interdisciplinares e se utilizaram de pressupostos da visão contemporânea das ciências e, apesar de apresentarem diferenças, possuem conhecimentos comuns. O biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy é considerado autor da Teoria Geral dos Sistemas e descreve que ela se constitui por duas vertentes: uma organicista, relacionada com sua própria Teoria Geral dos Sistemas ou Sistêmica; e uma mecanicista, relacionada com a Teoria Cibernética, do matemático americano Norbert Wiener. (ESTEVEZ DE VASCONCELLOS, 2002, p.186,187).

A Teoria Geral dos Sistemas, TGS, surgiu com o objetivo de explicar os princípios gerais da maioria dos sistemas vivos, a partir de princípios interdisciplinares, aspirando ser uma “ciência da totalidade”. A TGS trata da complexidade organizada, considerando que os sistemas vivos se mantêm por meio de mudanças, se conservam e ao mesmo tempo se transformam, coexistindo a estabilidade e a mudança. Além disso, os sistemas são influenciados pelo entorno e vice-versa. Sua noção central é a do sistema, como um “complexo de elementos em interação” (BERTALANFFY, 1967). A interação dá ao sistema coesão e caráter de totalidade e é responsável por tornar os elementos mutuamente dependentes. Assim, os elementos se influenciam de maneira bidirecional, desde a noção de circularidade ou causalidade circular. Outro aspecto fundamental da TGS é a noção de retroalimentação ou retroação, apesar de que a aplicação do princípio de retroação a processos fisiológicos (*feedback* e homeostase) seja reconhecidamente uma noção central da Cibernética (ESTEVEZ DE VASCONCELLOS, 2002).

A Cibernética surgiu com o objetivo de reproduzir os mecanismos de funcionamento dos sistemas vivos, projetando máquinas artificiais como simuladoras de vida. Seus idealizadores foram Norbert Wiener e o médico filósofo Rosenblueth, que buscaram traçar características comuns a diferentes sistemas, conectando fenômenos de áreas aparentemente independentes. Para Wiener, sua figura central, a Cibernética objetivava desenvolver uma linguagem e técnicas que abordavam o problema da comunicação e do controle em geral. Assim, ele pesquisou o modo de funcionamento das máquinas através das relações entre seus elementos, mecanismos e regras de conexão. Estas máquinas respondem às variações do meio e, neste sentido, são parecidas com os seres vivos. Wiener também desenvolveu

trabalhos com Bigelow e eles concluíram que um fator importante na atividade humana voluntária era o *feedback* que, nos sistemas cibernéticos, representa um dos mecanismos de regulação significativo, fundamental para a homeostase e responsável pela conservação dos organismos vivos. (ESTEVEES DE VASCONCELLOS, 2002).

Em seu início a Cibernética abordou a capacidade de estabilização dos sistemas que se mantinham perto do equilíbrio, sob o *feedback negativo*. Posteriormente, foi verificada a existência do *feedback* positivo que, em vez de reafirmar a direção do sistema, o conduz à transformação, como já apresentado. Wiener, Bigelow e Rosenblueth, estudando as redes de neurônios, que são sistemas distantes do equilíbrio, perceberam a emergência de padrões de funcionamento e de “processos circulares ou laços de realimentação”, publicando um artigo sobre essas descobertas, em 1934, considerado seminal da Cibernética, “Comportamento, intenção e teleologia” (ESTEVEES DE VASCONCELLOS, 2002, p.214).

Segundo a análise de Esteves de Vasconcellos (2002), considerando os três pressupostos da ciência, em seus estudos Bertalanffy aceitou a estabilidade e a complexidade, mas não a intersubjetividade, por acreditar que a realidade era objetiva e independente do observador. A Cibernética também não ultrapassou esses pressupostos, ainda mantendo o determinismo e a objetividade, empenhada no controle das máquinas artificiais, conduzindo a um tipo de reducionismo, apesar de ter alcançado a unificação de diferentes ciências.

O desenvolvimento de ambas as teorias, Sistêmica e Cibernética, ocorreu em paralelo durante o século XX e as duas evoluíram, em especial com a inclusão do observador em seus trabalhos, respectivamente a partir da Biologia do Conhecer, de Maturana, e da Cibernética de Segunda Ordem, de Von Foester. Assim, mediante a inclusão do *feedback* positivo, a Cibernética passou a ser chamada de Cibernética de Segunda Ordem ou Si- Cibernética, o que reflete uma mudança de nível lógico.

Von Foester se interessou pela Cibernética no pós-guerra, organizando em 1969 uma conferência sobre a cognição e convidou a Maturana, que nessa ocasião expôs a organização circular do sistema nervoso, identificando-o com a organização de todos os sistemas vivos. Ele abordou ainda o fechamento estrutural da rede neural, contribuindo e confirmando as noções de circularidade e *feedback*. Logo, Maturana (1997, 2001) contribuiu com o desenvolvimento da Cibernética, estudando a percepção dos fenômenos da cognição e do processo de viver.

Posteriormente, a Cibernética reconheceu, a partir de suas pesquisas com as entradas e saídas das máquinas, que as propriedades do pesquisador estavam relacionadas às observações feita por ele, inspirando a noção de “sistema observante”, de Von Foester, onde o observador se reconhece observando o sistema. Ainda assim, Morin criticou a Cibernética

por não desenvolver a noção de complexidade, subordinando a comunicação ao comando, propondo uma Si-cibernética que reconhecesse os pressupostos novo paradigmáticos, coincidindo com a visão defendida por Esteves de Vasconcellos. Por sua vez, a autora sugere que se chame este paradigma de sistêmico ci-cibernético, articulando e integrando as diferentes dimensões da ciência: a complexidade, a instabilidade e a objetividade entre parêntesis e, mais recentemente, vem chamando-a de Nova Teoria Geral dos Sistemas, segundo desenvolvimentos propostos por Matheus Esteves-Vasconcellos (2013), com o objetivo de orientar as práticas a partir do pensamento sistêmico novo paradigmático.

Figura 234: Um quadro de referência para as teorias sistêmicas

	Vertente das máquinas (mecanicista)	Vertente dos seres vivos (organicista)
Paradigma Tradicional	Teoria Cibernética	Teoria Geral dos Sistemas
Novo Paradigma	Cibernética da Cibernética ↓ Construtivismo e Si- Cibernética	Teoria da Autopoiese ↓ Biologia do Conhecer
		A Nova Teoria Geral dos Sistemas Teoria Geral dos Sistemas Autônomos

Fonte: Esteves de Vasconcellos, 2019, p.2.

APÊNDICE B: O SIGNIFICADO DA FELICIDADE

Figura 235: Espetáculo patrocinado pela Telemig Celular, “Palhaços”



Fonte: Site Telemig Celular, 2004.

Existem muitas perspectivas para o conceito de felicidade, que se modificaram ao longo dos séculos. Jean Delumeau, especialista em história das mentalidades religiosas, explica como o catolicismo, dominante na vida dos seres humanos por séculos, em grande parte do mundo ocidental, compreendia a ideia de felicidade: a vida sobre a Terra não trará felicidade, a alegria perfeita e duradoura, pois “o cristianismo e a maioria das religiões e filosofias concordam em afirmar que a vida cotidiana é capaz de proporcionar felicidades passageiras, que podem variar em quantidade e intensidade de acordo com os destinos individuais”. (DELUMEAU, 2006, p.104). Na doutrina cristã, diz Delumeau, o paraíso seria como “a felicidade no céu”: “o reino dos céus” sugeria uma intimidade com o Criador, um reencontro. A humanidade seria reconciliada com Deus depois que todas as injustiças e tristezas da Terra tivessem desaparecido.

No século XX houve uma pequena mudança nessa ideia; o cristianismo proclamou que o paraíso estava dentro e fora de nós e que todos os eleitos poderiam alcançar um estado paradisíaco. A felicidade passou a ser vista como pessoal, a partir de uma realização de si, e resultaria na comunhão entre os eleitos e Deus, através de uma “pirueta” sobre todas as situações dolorosas vividas na Terra. Para os fiéis, o *carpe diem* significava levar uma vida honesta, preocupando-se em encontrar a felicidade na eternidade. Assim, a filosofia contemporânea constatou um longo desprezo do cristianismo pelo mundo, concebendo a existência da felicidade somente no paraíso. No entanto, apesar de pregar esse ideal de desprezo em seus sermões, a caridade cristã sempre cuidou dos necessitados e procurou fazer com que os fiéis assumissem o dever de cuidar dos “sofredores”. (DELUMEAU, 2006).

Delumeau (2006) observou, então, que de uns cinquenta anos para cá, nos países ocidentais, os progressos da ciência e da tecnologia abriram possibilidades de conforto e bem-estar

inéditos na história, modificando o fatalismo das gerações anteriores, a resignação diante das infelicidades, enquanto as expectativas e demandas de felicidade concreta recentes desviaram as preocupações dos antigos com relação ao mundo mais além.

André Comte Sponville (2006) filósofo e estudioso de questões relativas à ética e à felicidade, destaca que existem tantas formas de felicidade quanto o número de indivíduos e seus momentos felizes, e entende que há pelo menos três maneiras de conceber a felicidade. A primeira é imaginada como uma alegria imutável e constante que resultaria na satisfação de todos os desejos, que ele chama de “ideal de felicidade”, de imaginação e não de razão, como afirmava Kant. A única relação verdadeira que se pode estabelecer com esse tipo de felicidade é deixar de acreditar: nunca conheceremos a felicidade na Terra, a não ser sob a condição de renunciá-la. A segunda concepção é relativa: é possível que alguém seja mais ou menos feliz ou quase feliz, sempre que a possibilidade de sentir alegria pareça imediata. A sensação aumenta quanto mais próxima e frequente for essa possibilidade, representando o sentido comum da palavra. Por fim, existe a felicidade do homem sábio, a felicidade comum (e não imaginada), verdadeiramente vivida em momentos de sabedoria, mesmo que não sejamos sábios. Quem sentiu essa bem-aventurança jamais a esquecerá, apesar da morte.

Para o autor

a sabedoria está no fato de amar a vida como ela é - frágil, mortal, passageira - em vez de esperar por outro tipo de vida (imortal) [...] é precisamente pelo fato de a vida não durar para sempre que o valor de um simples momento é insubstituível [...] A felicidade não está nem em ser nem em possuir. Ela reside na ação, no prazer e no amor (COMTE-SPONVILLE, 2006, p.167,169).

Para Comte-Sponville, a modernidade ensina que felicidade e virtude não caminham necessariamente juntas; as vezes caminham em direções opostas. A felicidade vai e vem, pertence ao imaginário, que faz parte da existência e da experiência real de vida, baseada no pensamento de Montaigne: "o objetivo da vida deve ser a própria vida" (MONTAIGNE, *apud* Comte Sponville, 2006, p.61). Logo, o objetivo da vida seria viver, e a maior felicidade reside na experiência de um momento, que poderia ser chamado de eternidade. Consequentemente, não é mais necessário dedicar-se à busca de sentido, mas viver a experiência do real, da verdade, da presença. Enquanto a vida existir em toda parte, enquanto formos pura atenção (e não mais espera), não haverá vazio, porque a vida é, *per se*, uma “auto experiência”, expressa Comte-Sponville. Portanto, não é a vida que é vazia, ela se torna vazia toda vez que desejamos algo diferente da própria vida. Se mesmo nos momentos infelizes permanecemos vivos, isso significa que ainda existe algo em nós que resiste, insiste, alguma capacidade de amar e, portanto, algo que amamos. A alegria real ou possível é o verdadeiro conteúdo da felicidade, conclui Comte-Sponville (2006).

APÊNDICE C - A REDE DE PESQUISA CIS E ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DA SUSTENTABILIDADE

Do ponto de vista dos aspectos sociais relacionados à sustentabilidade, um dos estudos realizados pela Rede de Pesquisa CIS, *City, Identity, Sustainability*, iniciada em 1996, revela a importância e influência de estratégias de intervenção social e ambiental para a promoção da sustentabilidade em onze cidades (POL, 2002), conectando temas psicossociais e a sustentabilidade. O projeto se iniciou com um grupo da Universidade de Barcelona, unindo-se depois seis grupos a partir de Caracas, Venezuela; Cidade do México e Guadalajara, México; *Surrey*, Inglaterra; Paris, França, *Villadecans* e *Villa Olímpica*, Barcelona, com a participação também da Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha. Para o grupo CIS, a sustentabilidade envolve a adoção de uma perspectiva holística e transacional, com todas as dimensões do ecossistema somadas aos comportamentos individuais e sociais, incluindo valores, estilos de vida, maneira de produção, tecnologias, políticas e estruturas sociais. Assim, o grupo defende que “a sustentabilidade de um sistema urbano pode ser entendida como a compatibilidade entre as dinâmicas social, econômica e culturais e os recursos ambientais no presente e futuro” (UZZELL; POL; BADENAS, 2002, p.28).

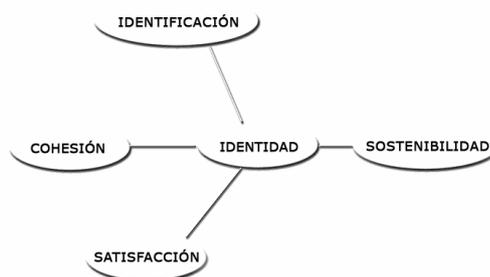
Para aceder à sustentabilidade, o modelo teórico geral do grupo CIS (POL, 2002) inspirou-se na noção de identidade social urbana e nos modelos de construção da identidade²³² de Turner, envolvendo o modelo de identificação e o de coesão social. Agrupando esses aspectos, o modelo geral da Rede CIS estabelece relação entre satisfação, identidade e sustentabilidade.

Como citado, identidade social, segundo Turner, é um aspecto do processo de coesão social, responsável pelo encontro de indivíduos com objetivos comuns, quando necessitam trabalhar em uma ação coletiva e/ou compartilham uma história comum. Esta identidade também pode ser construída a partir da identificação e conexão do indivíduo com determinados grupos. O indivíduo se identifica com as categorias mais acentuadas do grupo ao qual pertence e as semelhanças são realçadas com seus *in groups*, assim como as diferenças realçadas com seus *out groups*. Conotações valorativas e emocionais são associadas à essas categorias e o mecanismo de comparação promove cooperação interna, com potencial para aumentar a autoestima e a coesão, através da integração pessoa-grupo (TURNER, 1987).

Além da identidade, constituída a partir de processos de coesão social ou de identificação, a “satisfação” é outro aspecto da vida urbana incluída no modelo da rede CIS, baseada na proposição de Lalli (*apud* Uzzell; Pol; Badenas, 2002), que diz: quanto maior a satisfação residencial, mais forte será a identidade do lugar.

²³² Identidade é definida pelos autores como sendo a “expressão máxima de um tecido social bem estabelecido, envolvendo redes de suporte social formal e informal, coesão e identificação de grupo” (POL *et al.*, 2002, p.72).

Figura 236: Ilustração do modelo da Rede CIS.



Fonte: Pol, 2002, p.9.

Tendo esses conceitos como base, o objetivo da Rede CIS estudou um conjunto de fatores que deixaria as comunidades mais propensas à sustentabilidade, analisando se seria mais provável que comunidades com identidades sociais melhor definidas e conectadas com seu entorno – seja mais forte o modelo da coesão social ou o da identificação, possuem valores sociais que permitam mais hábitos e comportamentos sustentáveis do que comunidades que não possuem um tecido social estabelecido.

As pesquisas da Rede CIS verificaram a construção da identidade social desde o modelo da identificação ou do modelo da coesão, e avaliaram os níveis de satisfação das comunidades. A identidade foi um fator de segunda ordem, determinado pela identificação, coesão e satisfação com a realidade e sua estrutura urbana. Foram utilizadas entrevistas, questionários *standard*, mapas cognitivos e técnicas estatísticas para a análise dos dados, tratados primeiro em cada localidade e depois comparados e avaliados segundo um modelo de ajustamento.

Os resultados mostraram que cada um dos modelos de Turner se encaixou melhor conforme o nível de desenvolvimento encontrado nos diferentes espaços urbanos – o da coesão social foi predominante nos bairros com baixo desenvolvimento e o da identificação sobressaiu nos bairros com maior desenvolvimento (GUÀRDIA; POL, 2002). Logo, nas áreas de construção recente, com infraestrutura potente, essa identidade foi constituída pela identificação com os atributos dos bairros, que atuam como categoria social positiva de identificação (POL, 1998). Nos bairros com um nível sócio econômico baixo e problemas sociais significativos, a propensão para a sustentabilidade se relacionou à busca coletiva por melhorias urbanas. Em situações difíceis, os habitantes apresentaram uma predisposição para as mudanças, incluindo a conservação ambiental relacionada às suas estratégias de sobrevivência e hábitos (POL, 2002).

Consequentemente, constatou-se que para se alcançar a sustentabilidade em bairros mais frágeis, a identidade coletiva deve ser reforçada com ações que aumentem a coesão social e a difusão de informações, somada à promoção de condições adequadas de vida, enquanto em bairros mais ricos deve se investir mais na identificação, pois seus habitantes apreciam o

valor simbólico espacial, que estabelece uma imagem positiva. Guàrdia e Pol (2002) constataram que na construção da identidade o modelo de coesão a identificação tem uma influência direta na sustentabilidade, enquanto no modelo de identificação seu efeito sobre a sustentabilidade é indireto, necessitando da coesão para que funcione. A coesão social é, portanto, fator central a ser considerado nas estratégias de planejamento, e a identificação com o entorno torna mais viável o comportamento ecológico responsável.

Essa análise da Rede CIS permitiu algumas conclusões gerais: as campanhas de informação para a adoção de valores e comportamentos sustentáveis não são, por si só, efetivas. É importante a implementação de medidas que facilitem a consolidação dos grupos sociais, pois “os problemas sociais não são, na verdade, problemas entre pessoas e meio ambiente, mas sim problemas entre membros de um sistema social” (MOSLER, 1993, p.111 *apud* Uzzell; Pol; Badenas, 2002, p.49), ou seja, a sustentabilidade só é alcançada através de um tecido social estabelecido, onde as pessoas se reconheçam compartilhando características comuns, com um grau de coesão que constituirá sua identidade de grupo. Além disso, a aprovação do meio gera uma predisposição maior para sua preservação, e algumas características físicas podem incentivar esta aprovação, sem demandar uma estrutura monumental.

Logo, os processos orientados em prol da sustentabilidade devem se dirigir para ações que facilitem o suporte e o reforço das redes sociais. Os autores também acreditam que, mesmo quando os meios humanos são novos ou não possuem uma rede de suporte social consistente, identificação e coesão podem se desenvolver com intervenções bem planejadas, tão respeitadas com as redes sociais como com seus edifícios e monumentos de interesse arquitetônico, pois o tempo necessário para uma mudança social é muito superior e demanda custos sociais e econômicos bem maiores do que solucionar questões materiais.

Entre os custos da ruptura de uma rede social, aponta o estudo, estão o aumento do individualismo e a resistência a valores sustentáveis, pois “uma sociedade dominada por estratégias de sobrevivência individuais não pode alcançar a sustentabilidade. Esta implica em responsabilidade pelo seu meio, solidariedade humana e equidade” (POL, 2002, p.11). Mais ainda, defende Pol, devem ser considerados fatores que favoreçam a adoção de valores que caracterizam o desenvolvimento sustentável, como equidade, solidariedade inter e intrageracional, respeito, preservação e restauração ambiental. Acima de tudo, a satisfação, o bem-estar e uma identidade social positiva resultam chaves para promover esses comportamentos, que dependem mais da qualidade das relações na comunidade que do nível de riqueza local²³³.

²³³ Conceito apresentado pelo Professor Enric Pol, na aula do Master em Intervención y Gestión Ambiental: Persona y Sociedad, Qualitat de Vida y Sostenibilitat, Universidade de Barcelona, 2002.

APÊNDICE D: ENTREVISTAS E DOCUMENTOS UTILIZADOS NOS ESTUDOS DE CASO

	Entrevistas e visitas realizadas	Documentos utilizados
Santa Rita do Sapucaí	<p>Professores universitários, diretores das escolas e alunos – INATEL, ETE, FAE;</p> <p>Professores municipais, estaduais e alunos – 02 escolas rurais e 01 Urbana;</p> <p>Diretores de Incubadoras – Inatel e Municipal;</p> <p>Projeto Casa Viva;</p> <p>Sebrae;</p> <p>GTZ;</p> <p>EMATER;</p> <p>Prefeito e equipe, incluindo a Assessoria de Comunicação Social – Prefeitura Municipal;</p> <p>Secretaria de Educação; Secretaria de Infraestrutura e Diretoria de Meio Ambiente;</p> <p>Secretaria de Saúde – Policlínica de Saúde;</p> <p>Jornal local;</p> <p>Diretor de Esportes, Cultura e Turismo;</p> <p>Secretaria da Fazenda;</p> <p>Secretaria de Administração Pública;</p> <p>Diretoria de Assistência Social;</p> <p>Associação Comercial e Industrial;</p> <p>Centro Empresarial;</p> <p>Visita a área rural</p>	<p>Material GTZ;</p> <p>Material Prefeitura;</p> <p>Material SEBRAE – 02 Revistas;</p> <p>Material EMATER;</p> <p>02 Teses de Doutorado;</p> <p>03 folders diversos;</p> <p>Livro Inatel;</p> <p>Desenhos e cartas dos estudantes;</p> <p>03 Relatórios de jornais;</p> <p>Vídeo Institucional do INATEL;</p> <p>07 Publicações do Professor Elias Kallás;</p> <p>01 Relatório do Encontro Regional sobre Integração Escola-Empresa</p>
Maria da Fé	<p>Visita à Prefeitura – Prefeito e Secretários/as;</p> <p>Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; de Fazenda; da Saúde; de Educação; de Assistência Social;</p> <p>Visita a Universidade UNIPAC;</p> <p>Visita a Epamig/Fazenda Experimental;</p> <p>Visita a Casa da Cultura;</p> <p>Visita a Igreja de São Expedito;</p> <p>Visita a Associação Gente de Fibra/Loja e Associação Cooperativa Mariense de Artesanato;</p> <p>Grupo BASE de Turismo;</p> <p>Visita ao Posto de Saúde Central;</p> <p>Visitas ao Atelier de Domingos Tótora e ao Atelier de Leonardo Bueno;</p> <p>Visita a algumas fábricas, como das batatas fritas e a de produtos de milho;</p> <p>Antigo armazém sem uso, do CEASA;</p> <p>Serviço de Proteção ao Crédito;</p> <p>Sindicato Rural</p> <p>Cooperativa Rural -COBATA</p>	<p>Relatório sobre o orçamento mensal da Prefeitura;</p> <p>Relatório sobre diferentes especialidades médicas, da Secretaria Municipal de Saúde;</p> <p>Relatório sobre a Associação APAN-FÉ;</p> <p>Circular Técnica da EPAMIG-Maria da Fé sobre Cultivo de Oliveiras;</p> <p>02 folders da Usina PAEDA e PCH Luiz Dias (Pequena Central Hidrelétrica);</p> <p>Informe da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;</p> <p>Texto de Mestrado de Eduardo Leão;</p> <p>Power Point e fotos de locais turísticos e eventos – Agência BASE</p>
Janaúba	<p>Prefeitura – Prefeito e equipe;</p> <p>Secretaria Municipal de Obras; de Educação, Cultura, Esportes e Lazer; de Saúde; de Promoção Social e de Segurança Pública;</p> <p>Reunião com a área de Comunicação - Jornalistas e assessores;</p> <p>Encontros com o GTC Social;</p> <p>Visita ao 01 CRAS Sul - Centro de Ação Social;</p> <p>Visita à APAE;</p> <p>Visita ao CAIC- Escola Modelo;</p> <p>Reuniões com líderes comunitários da população urbana/população rural;</p> <p>Reunião na “Câmara dos Conselheiros”;</p> <p>Visita a escolas municipais e estaduais rurais e urbanas;</p>	<p>Relatório da Secretaria Municipal de Obras;</p> <p>Relatório da Fundação João Pinheiro/SEPLAG e Fundação João Pinheiro/CEI;</p> <p>Informe do GTC Social, 2006;</p> <p>Informe da Assembleia Legislativa do Estado de MG – Municípios Mineiros;</p> <p>Atlas de Educação de Minas Gerais;</p> <p>Relatório Diagnóstico Municipal de Janaúba, 2001;</p> <p>Folder Resort Pedra do Sonho;</p> <p>Cartilha do Plano Diretor, 2006;</p> <p>Relatório da Prefeitura Municipal, 2005;</p> <p>Folder do CAPS;</p> <p>Plano Municipal da Saúde, 2005 e Relatório da Secretaria de Saúde, 2001;</p>

	<p>Visita ao Centro Cultural Central do Brasil e Biblioteca Pública Municipal; Visita a 01 Unidade de Saúde Bucal; Visita ao Centro de Especialidades Médicas; Visita ao Centro de Saúde Mental; Encontro com Equipe de Vigilância Sanitária, Epidemiologia e Zoonoses; Visitas a 03 Unidades de Saúde; Encontro com artistas e artesãos locais; Reunião com a equipe de saúde e de saúde bucal; Visita à FUNDAJAN, Fundação da Saúde; Visita aos 02 Hospitais e a UTI Neonatal; Visita a bairros da periferia área Norte e Sul; Visita a propriedades agrícolas e a uma Fazenda Produtora de Frutas</p>	<p>Relatório do Turismo – O Marco Lógico; Diagnóstico do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável; Relatório do Polo de Desenvolvimento Integrado do Norte de Minas, 2003; Plano Decenal da Educação, 2005-2015; Projeto de Educação e Cultura: Ruas da Cidadania; Diagnóstico do Bairro “Ribeirão de Ouro”</p>
--	--	--

APÉNDICE E - PRÁCTICAS URBANAS EXITOSAS²³⁴

Curitiba

Internacionalmente, el ejemplo brasileño más reconocido en la gestión pública es el de Curitiba, destacándose su innovadora estructuración en el sistema de transportes, que se ha vuelto un modelo bastante eficiente, seguido por muchas ciudades alrededor del mundo. Sin embargo, la ciudad forma parte de la realidad brasileña y enfrenta el crecimiento desordenado y otros problemas de magnitud, como la duplicación de su población en sólo veinte años, totalizando en los años 1990 cerca de 1,5 millones de habitantes en el municipio y más de 2,0 millones en su región metropolitana. En aquel momento, Curitiba enfrentó los problemas decurrentes de fuerte flujo migratorio, sumado al crecimiento industrial incentivado por el capital externo, fruto del llamado “milagro económico brasileño”, a finales de los años 1960.

Figura 237: Curitiba



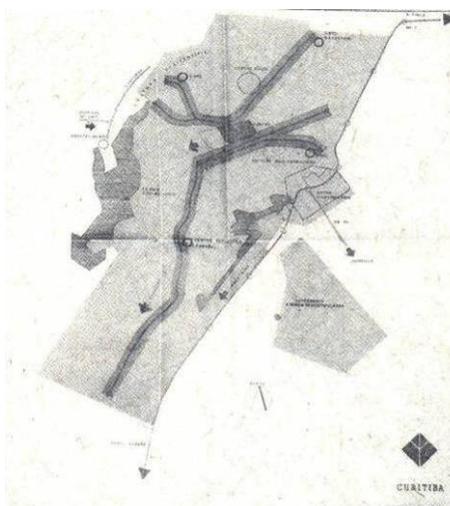
Fuente: www.pr.gov.br

A pesar de los problemas, la ciudad se distingue por presentar un conjunto de soluciones concretas en diferentes áreas, que tiene en la planificación su línea maestra. En esa época, un arquitecto recién graduado, Jaime Lerner, fue elegido alcalde por indicación del régimen militar y desde entonces gobernó Curitiba en tres mandatos, incluso por elecciones directas. Llegó a Gobernador del Estado en 1992-1996, al tiempo que su candidato y también arquitecto Rafael Greca se eligió como alcalde enseguida. Lerner cambió la historia urbana, pues intervino en el ritmo del crecimiento, orientando el flujo poblacional para las regiones con más infraestructura y reduciendo los efectos de la explosión demográfica, a partir de muchos estudios realizados, una vez que él y su equipo siempre creyeron en la planificación como manera de optimizar recursos o prevenir problemas complejos.

²³⁴ Este texto foi escrito pela autora como requisito para obtenção do Diploma de Estudos Avançados, DEA, do Doutorado *Espacio Público y Regeneración Urbana: Arte y Sociedad*, da Universidad de Barcelona, Espanha, em 2003, revisado em 2021.

El proceso estructurante de Curitiba ha empezado hace mucho: las primeras intervenciones son del 1853, cuando el estado del Paraná se emancipó y Curitiba se preparó para ser la capital. Durante la década de 1920, la ciudad siguió el modelo nacionalista del Brasil Moderno y se abrieron grandes avenidas, mientras en los años 1930, debido a la falta de recursos para grandes obras, se invirtió más en la planificación. En el 1941, cuando la ciudad poseía pocas industrias, su alcalde Leitão encomendó a Alfred Agache, arquitecto y urbanista francés, la primera planificación urbana de Curitiba. El Plan Agache trazó avenidas y proyectó la distribución de los sectores privados y públicos, separándoles por regiones destinadas a los órganos públicos, a las actividades intelectuales alrededor de un parque y a la actividad comercial a lo largo de su avenida más antigua. También se disciplinó el tráfico, a través de directrices y normas técnicas para ordenar su crecimiento físico. Ya en aquel momento, la concepción de Agache contempló la adopción del sistema radial de vías alrededor de su centro. Sus prioridades de acción fueron el alcantarillado, el tránsito y la estructuración de núcleos para el desarrollo comercial y social, sembrando la semilla de la planificación continuada, que ha orientado las autoridades municipales hasta el 1954 (CURITIBA NA PRÁTICA, 2002).

Figura 238: Dibujo del Plan Director de Curitiba, de 1966



Fuente: Curitiba na Prática, 2002, p. 11.

Este embrión resultó, en los años 1960, en la constitución del órgano de planificación de Curitiba, que ha propuesto cambios en el modelo de Administración Municipal. En el 1965, la institución se tornó el Instituto de Investigación y Planificación Urbana de Curitiba, el IPPUC, “cuna” de Jaime Lerner y de otros urbanistas, cuyo rol de coordinación en el proceso de desarrollo persiste. Junto al Instituto, fue adoptada sistemáticamente la práctica de la interdisciplinaridad e ínter institucionalidad en las acciones municipales, principios posteriormente defendidos y homologados por la Agenda 21. En ese mismo año el IPPUC concibió el primer Plan Director de Curitiba, efectuado posteriormente. En los años siguientes,

su equipo se centró en establecer una fuerte legislación del uso del suelo, en la recuperación de edificios históricos, aprovechados como teatros, museos e incluso para el comercio (IPPUC, 1997). Esta propuesta visionaria se anticipó a la toma de consciencia ecológica en escala mundial, en la Conferencia de Estocolmo (1972), en Suecia.

Sin embargo, como sucedió en la mayoría de las ciudades brasileñas, la situación cambió más de lo esperado y emigrantes empezaron la formación de las favelas. El Plan Director contempló el problema atrayendo los habitantes para áreas industriales ya instaladas y/o para la periferia, aunque dotadas de servicios públicos, ofertando condiciones de vida digna, legalizadas. Fueron construidos barrios populares de calidad y, para evitar especulación, cada barrio ha ganado función de un micro distrito. El Plan se ha vuelto el eje de crecimiento, efectuado e implementado por la administración Lerner y sus sucesores, inicialmente con recursos escasos. El territorio fue cruzado por vías estructurales de norte a sur y este a oeste, conectando los barrios más lejanos del centro, en un sistema con tres vías, cada una con cuatro pistas. Posteriormente, ese número ha aumentado para cinco grandes vías de flujo. En el medio de las vías hay una pista exclusiva para el autobús del transporte integrado mientras las vías laterales poseían una única pista para los coches, donde se ubican los comercios. Cerca del centro, en las primeras cuadras de las grandes avenidas, la legislación del uso del suelo ha previsto edificios sin límite de altura, aunque respetando el retiro de cinco metros y la relación área construida - área ocupada. De ahí en adelante, las construcciones deben disminuir su altura. De acuerdo con el presidente del IPPUC, el Plan no ha prohibido la construcción de edificios altos porque esto sería contrario a los deseos de la población de vivir en el centro, en los años 1970, cuando el país crecía aceleradamente. Eligieron, entonces, áreas donde podrían construirse estos edificios. Estos hechos enseñan la posibilidad de se realizar control eficaz del uso y ocupación del suelo, desde que órganos públicos planifiquen sus acciones, tengan directrices y mantengan sus concepciones legales, a pesar de las fuerzas especulativas y de otras presiones económicas que intentan adecuar las normas generales a sus intereses particulares.

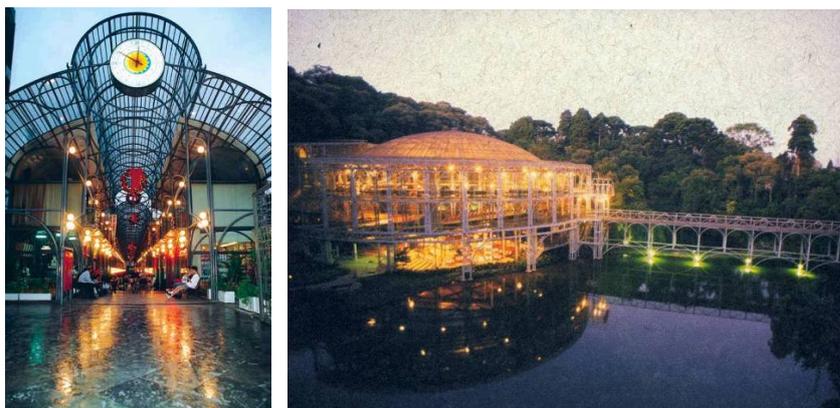
Desde el 1971 Curitiba empezó también a reforzar su dibujo y jerarquía viaria a través de la iluminación pública, realzando su estructura básica: por el tipo e intensidad de luz uno podía saber dónde estaba. Un tipo de luz era utilizado en las vías estructurales, donde había el transporte de masa. Las líneas alimentadoras tenían luz de otras tonalidades y, cuando uno llegaba al centro, dentro del anillo central, la iluminación cambiaba. Consecuentemente, el habitante puede hacer una lectura de la ciudad de forma sencilla (LERNER, 2003, p.69), una práctica que refleja ideas como la legibilidad del paisaje urbano, como desarrollada por Lynch (1997) en la década de 1960, cuyos barrios y vías deben ser fácilmente reconocibles y agrupados dentro de un modelo general legible para sus habitantes (IPPUC, 1997). Así, esto

posibilitaba al morador la construcción de una imagen mental de la ciudad, promoviendo la característica de un objeto físico que le daba alta probabilidad de evocar una fuerte imagen, además de ser visible, coherente y clara, lo que expresaba funciones fundamentales como circulación, uso del espacio y determinaba aún espacios clave, definiendo algunos lugares como notables y únicos, algo verificado en Curitiba.

Las directrices de la primera administración Lerner se basaron en cuatro transformaciones básicas simultáneas: física, económica, cultural y social (CURITIBA NA PRÁTICA, 2002). Son ideas que se ajustan a propuestas de encuentros mundiales como el Ciudades Saludables, el Hábitat y la Agenda 21 - adoptada como base de trabajo desde hace cuatro décadas.

La transformación física en la ciudad planteó descongestionar el área central, contener la población de Curitiba en sus límites territoriales, planificar nuevos ejes estructurales como alternativas para las viviendas en alta densidad e implantar un sistema de transporte de masa adaptable al adhesionamiento progresivo, como un inductor del desarrollo en esos ejes. El Plan también propuso crear inmensos parques, expropiando terrenos a lo largo de las décadas, protegiendo manantiales de agua existentes alrededor del centro e implementando el sistema de alcantarillado en áreas de riesgo de inundación, en vez de ocupar nuevos terrenos. En la transformación económica se implementó en el 1974 el proyecto Ciudad Industrial, integrado a los ejes estructurales existentes, demandando la captación de nuevas industrias. Ya la transformación cultural promovió una identidad propia, fundamentada en los referenciales urbanos. Se revitalizaron los sectores históricos tradicionales y existe un número expresivo de proyectos y espacios culturales, constituido por más de 100 unidades, como bibliotecas, museos y teatros. La Opera de Arame (Alambre) es, por ejemplo, una obra de bulto y bajo coste, en homenaje al poeta de la ciudad, Paulo Leminski, construida en un gran hueco formado por una minería, hoy palco para grandes eventos culturales. Junto con la Pedrera Paulo Leminski - un área a cielo abierto al lado de la Opera vuelta para conciertos de música - los dos sitios han resuelto la carencia de espacios culturales amplios y se volvieron atracciones turísticas de Curitiba.

Figura 239: Calle 24 horas y *La Opera de Arame*, en Curitiba



Fuente: www.revistadoseventos.com.br, www.curitiba-parana.com y fólter Curitiba, Una Ciudad Sustentable, 2005, Ayuntamiento de Curitiba, IPUR.

El antiguo centro urbano también ha sido remodelado, con el acogimiento al régimen de patrimonio histórico del área. A título de ejemplo, un caso difícil, según Lerner, ocurrió con la calle 15 de Noviembre, un sitio de encuentro que se tornó la primera manzana exclusiva para peatones en el país. El problema fue que nadie comprendía la novedad y los comerciantes preguntaban: “¿Para qué cerrar la calle a los coches?” “¿Cómo los clientes llegarán hasta nuestras tiendas?” Aunque se explicara que su cierre permitiría más circulación de los peatones, nadie lo aceptaba y fue realizada una operación compleja para ejecutar la primera parte de la obra. Se cerró la calle durante un final de semana, cuando los comerciantes no iban poder interrumpir judicialmente las obras. En la práctica, a lo largo de los años, la idea ha sido un éxito y fue adoptada en algunas otras calles. Como justificó Lerner, en una “buena acupuntura urbana” la picada debe ser rápida”. La velocidad de algunas operaciones exitosas objetiva “evitar que la inercia de los vendedores de complejidad, de la mezquines y de una política no hiciera viable momentos y obras fundamentales”. (LERNER, 2003, p. 106). La transformación social ocurrió a través de programas que permitieron el aumento de renta de la población, complementado con inversiones públicas en escuelas, centros de salud, programas de vivienda y la construcción de su red de promoción social, como la inclusión en la década de 1980 del emprendedorismo urbano y la implantación de procesos compartidos, asegurando más participación de la sociedad civil.

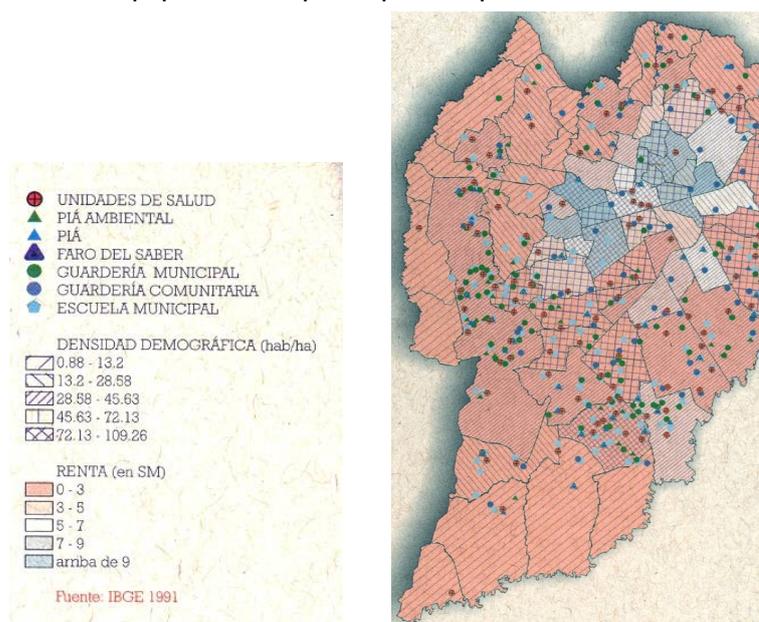
Figura 240: Calle preparada con un piso en alto relieve, aplicado a las aceras, con semáforos especiales para los deficientes visuales



Fuente: Curitiba na Prática, 2002, p. 50.

Con esa perspectiva, fueron creadas las Administraciones Regionales, divididas por áreas territoriales, posibilitando el enfoque de problemas específicos y sectorizados. El mapa a seguir representa a los equipos municipales en las áreas de salud, educación y medio ambiente, divididos en cada conjunto de barrios.

Figura 241: Mapa de los equipos municipales para la población



Fuente: Curitiba, Una Ciudad Sustentable, 2005, IPPUR.

Otro aspecto del cambio ha sido la implantación de la Política Ambiental de Curitiba, generándose en la ciudad dos tercios más de metros cuadrados de área verde por habitante, que es lo mínimo recomendado por la Organización Mundial de Salud, OMS. Su estructura ambiental está formada por parques, bosques, el Jardín Botánico, dos huertos municipales y dos áreas de preservación ambiental, además de plazas y jardines.

Figura 242: Parque Barigui, en Curitiba



Fuente: www.guiageo-parana.com

Como actividad complementaria, el Ayuntamiento lanzó en el 1989 una campaña de reciclaje de la basura, primera iniciativa municipal de ese tipo en una gran ciudad brasileña, con aumento creciente de la participación popular, incluyendo un Programa de Educación Ambiental desarrollado junto con la comunidad. Hoy día, más de 70 % de las residencias practican el reciclaje de la basura, parte de la Gestión Integrada de los Residuos Sólidos Urbanos. Otro es el Proyecto Cambio Verde que da alimentos para la población carente, a cambio de la limpieza de las áreas alrededor de sus habitaciones.

Había también áreas lejanas del centro con difícil accesibilidad para el camión de la basura, lo que causaba problemas de salud pública y contaminaba los manantiales de suministro del agua. Se empezó cambiando una bolsa de basura por una docena de huevos, después cada kilo recibido daba derecho a un ticket. Totalizando 60 bolsas, la familia tenía derecho a una canasta de alimentos, para cuatro personas, durante un mes. El funcionamiento era controlado por las asociaciones de habitantes locales, para que la comunidad fuese responsable por su éxito y se mantuviese la transparencia. En el 1997 eran cambiadas 200 toneladas de alimento/semana por 20 toneladas de basura recogidas, atendiendo 20 mil familias, con cambios especiales en Navidad, cuando los niños recibían juguetes.

Estas acciones exponen la posibilidad de tratar de manera creativa y rentable problemas sociales acentuados y a menudo de difícil solución, con la ventaja de involucrar la población en la resolución de sus propias dificultades, empoderándoles, reflejando cambios en el sistema administrativo brasileño, que habitualmente soluciona problemas sin un proceso de planificación.

El Sistema de Transportes Públicos

Marco en la historia de Curitiba reconocido nacional e internacionalmente, la remodelación del sistema de transportes es considerada un éxito y un modelo seguido por otras ciudades. En el 1971 las primeras avenidas estructurales fueron construidas cuando, por determinación del IPPUC, fue cerrado un trayecto de 20 Km en el eje urbano norte-sur, para implantar la

primera canaleta exclusiva para autobuses. Se vació el tránsito central de algunas docenas de líneas de autobuses y les ordenó el acceso, formando la Red Integrada de Transporte de Curitiba, transitando ahí el sistema Expreso, como una vía propia y cerrada para tránsito de una única línea. En cada trayecto los autobuses parten de las paradas finales de un barrio en dirección a un gran terminal, que centraliza las líneas de la avenida estructural.

Figura 243: Autobuses biarticulados con paradas especiales



Fuente: Curitiba, Una Ciudad Sustentable, 2005, IPPUR.

Desde el inicio funcionó la tarifa social, más barata, como un mecanismo subvencionado por el propio sistema. Las líneas y las distancias menores, que sirven más a las clases medias subsidian las líneas y usuarios de las distancias más grandes, que atienden a los barrios con menor poder adquisitivo. El sistema, administrado por la Compañía de Urbanización Curitiba, S.A. fue operado inicialmente por empresas privadas con base en el kilómetro rodado y no por número de usuarios. A lo largo de los años, nuevas soluciones fueron incorporadas, tales como las líneas entre barrios, que conectan lados opuestos de la periferia, cruzando avenidas perpendiculares. Hay también los micro autobuses que hacen viajes cortos alrededor del área central y, en algunos puntos, se conectan con la red. En el 1992, los nuevos autobuses bi-articulados han permitido el transporte de hasta 240 personas en un único coche, ahorrando espacio en las vías y promoviendo la reducción de contaminantes, resultado de una menor circulación de vehículos individuales, con 50% menos del consumo de energía requerido por esa misma flota.

El punto alto de la transformación del sistema de transportes ha sido la creación del autobús “Ligueirinho”, que agregó el ascensor para los minusválidos, la cobranza previa del billete y el embarque y desembarque de los usuarios en el mismo nivel del autobús, a partir de la construcción de las “estaciones tubo”. Largas distancias son conectadas, con pocas paradas, además de circular por la vía rápida, ahorrando casi una hora de tiempo libre por día a la mayoría de usuarios. En 1997, doce líneas del Ligueirinho transportaban diariamente igual número de personas que transportaba el metro en Río de Janeiro, y ese último costó U\$ 40 millones, mientras en Curitiba el costo fue de cerca de U\$ 1 millón/por Kilómetro implantado – hasta 100 veces más barato que un metro por kilómetro construido y diez veces más barato

que el tranvía o el metro de superficie. Ese sistema se considera uno de los mejores del mundo en términos de comodidad y costo. Se paga un billete único como si fuese un buen sistema de metro. El cambio, en ese caso, es la “percepción que el transporte colectivo puede ser utilizado como herramienta de planificación en el direccionamiento del crecimiento de las ciudades” (CURITIBA NA PRÁTICA, 2002, p.62), apuntando para nuevos ejes de crecimiento, conectando los lugares y mejorando el bienestar de los habitantes. A eso se ha añadido la construcción de dos tipos de carriles bici para el desplazamiento individual, que alcanzaba casi 170 k de extensión, como aquellas de acceso a parques y caminos deportivos y las vías planas, para quién utiliza la bici como transporte cotidiano.

Figura 244: Una de las estaciones de autobús más grandes de la ciudad, 1993

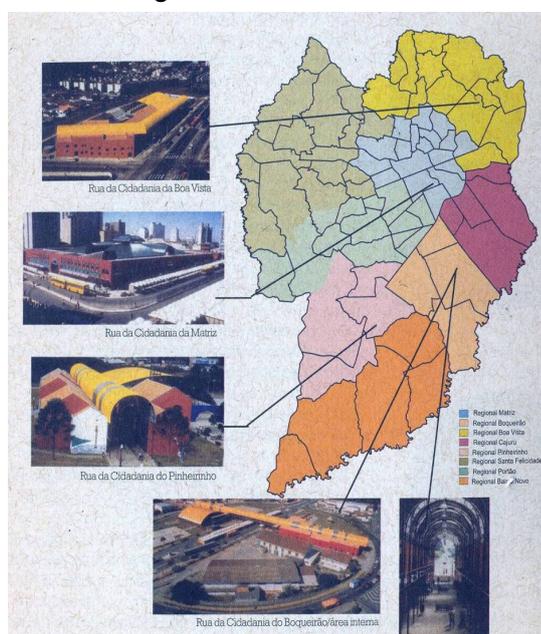


Fuente: www.ct.cefetpr.br

Hace una década, cuando Rafael Greca, el sucesor de Lerner empezó su gobierno en 1993, las inversiones se concentraron en los barrios y en el área social, destacándose obras como las “Calles de la Ciudadanía”, que han descentralizado los servicios del Ayuntamiento, a partir de la manutención de ocho administraciones distritales, en la periferia, que funcionaban como un micro Ayuntamiento. Cada distrito era responsable por la manutención de sus aparatos públicos, desde las escuelas hasta el suministro de almacenes y la conservación de sus parques. Las “Calles de la Ciudadanía” - edificaciones públicas construidas adyacente con los terminales de autobús – han representado la unificación de los servicios con la propia administración, en un sólo sitio, formando una administración regional distrital. La mayor parte de las Secretarías mantenían sedes allí, junto con los puestos de servicios, como las empresas de suministro de agua y de energía eléctrica. Solía haber también un sitio para eventos, donde eran ofrecidos cursos vocacionales para la población. Considerando ese conjunto, los habitantes iban menos al centro y sentían la presencia del poder público en su barrio, como comentó el director de una “Calle”, Arlindo Bruscato (FIGUEIREDO;

LAMOUNIER, 1997, p. 45), optimizando los servicios esenciales, similar a la descentralización administrativa ocurrida también en Moscú, encontró en ese sistema la solución para organizar un número enorme de cuestiones con la población, en un territorio muy extenso.

Figura 245: Curitiba – División en Regionales, 2000



Fuente: Curitiba na Prática, 2002. p. 18.

El sistema educacional también es ejemplo de éxito. En 1997, Curitiba figuraba entre las ciudades brasileñas con el menor índice de analfabetismo entre los niños de siete a catorce años, del 5,6%, con meta de mejorar más. Muchos programas forman parte del sistema, que posee escuelas de jornada entera, ofreciendo clases en artes, ecología y multimedia, incluyendo a los minusválidos. Otra acción ha sido la edición de una colección de libros con enfoque en temas de patrimonio urbano, para que los niños empiecen temprano a construir su ciudadanía. Al final de cada año, los libros son devueltos para que sean utilizados en los próximos uno o dos años.

Además, cuando los “curitibanos” nacen, reciben visitas domiciliarias del equipo de salud hasta que completen un año de vida, a través del programa de la Secretaría bautizado “Vale la vida nacer en Curitiba”, buscando reducirse la mortalidad infantil en el municipio. En el 1992, los datos de la UNICEF apuntaban un índice de 23,3 muertes para cada grupo de mil nacidos, mientras el promedio nacional era de 54 muertes por mil nacidos. En el 1996 el índice ya había bajado a 19 muertes. Ese trabajo se complementa con un sistema de salud amplio y la ciudad posee el mayor número de Unidades de Salud del país, proporcional a su población.

No obstante, todas estas iniciativas, dos problemas afectan a la población: el déficit habitacional y el desempleo. Hace 30 años que Curitiba formula políticas de habitación. Inicialmente, a partir del Plan de “Desfavelamento” (fin de las chabolas), el sistema ha

producido núcleos habitacionales de pequeño porte, insertados en la red urbana. Durante los años 1980, nuevas unidades fueron construidas y en la década siguiente fue creado el Fondo Municipal de Habitación, que mantiene programas para la población de bajo ingreso, pero estas acciones aún eran insuficientes. A la vez, para combatir el desempleo y haciendo frente al agravamiento de la crisis económica se ha incentivado la producción y comercialización de la artesanía, las frentes de trabajo organizadas para la limpieza de terrenos vacantes y el control de reventa del material reciclado. Han sido instalados algunos polos de actividades productivas con la incubación de pequeñas empresas, el llamado “Proyecto Línea de Empleo”, junto a la construcción de una avenida estructurante de 34 Km, que cruza 15 barrios periféricos para facilitar la movilidad.

En el 2002, una publicación del IPPUC describía los proyectos de Curitiba y presentaba sus indicadores. En el 1991 el IDH, Índice de Desarrollo Humano ha sido de 0,819, bien superior al Estado del Paraná y al brasileño. El Índice de Condiciones de Vida, ICV, 0,835, ha sido igualmente superior y el Índice de Calidad de Vida, IQV ha aumentado bastante en el período del 1996-2000.

Tabla 5: Valores del IDH-M, ICV y IQV en Curitiba

IDH-M					ICV				IQV	
REGIÓN	IDH				REGIÓN	ICV				
	1970	1980	1991	1997		1970	1980	1991	2001	
Curitiba	0,713	0,760	0,819	-	Curitiba	0,708	0,771	0,835	0,808	Curitiba
Paraná	0,440	0,700	0,760	0,847	Paraná	0,520	0,675	0,753	-	1996
Brasil	0,462	0,685	0,742	0,739	Brasil	0,532	0,655	0,723	-	2000

Fuente: PNUD

Fuente: IPPUC

Fuente: Del IDH y del ICV, PNUD; 1998/2001. Del IQV: IPPUC, 2001; Curitiba, Una Ciudad Sustentable, 2005.

Por lo presentado, la cantidad y calidad de realizaciones en Curitiba impacta positivamente, destacando las innovaciones en proyectos de bajo coste, la investigación y búsqueda de soluciones concretas, generando a partir de planificación en diferentes áreas. Los últimos alcaldes y sus equipos no hicieron milagros, sino han trabajado de acuerdo con la demanda y con propuestas que han optimizado las prácticas, algunas novedosas. La ciudad sigue en un camino de desarrollo, que mantiene las prácticas cotidianas de *feedback* negativo, en un ciclo evolutivo positivo, virtuoso.

Figura 246: El recién construido Museo de la Ciudad de Curitiba, de Oscar Niemeyer



Fuente: www.james.tipos.com.br

Belo Horizonte

En Belo Horizonte, capital del Estado de Minas Gerais, en la región sudeste brasileña, con cerca de 2,3 millones de habitantes, el alcalde Patrus Ananias (1993-1997) se ha dedicado a cuatro puntos centrales en su gestión: desprivatizar el poder público, subordinándole a los intereses de la colectividad; democratizar el poder, creándose instrumentos y/o espacios participativos, principalmente implantando el Presupuesto Participativo, a través del cual la población ha elegido sus prioridades, involucrando la construcción de escuelas y puestos de salud; practicar una concepción democrática de la ciudad, buscando disminuir las desigualdades entre centro y periferia, modernizando el sistema de transporte colectivo, solucionando conflictos entre el trabajo formal e informal y procurando atender a las demandas de ocio y convivencia en los parques públicos; incrementar la situación habitacional y mejorar el problema alimentar urbano, lo que será presentado en seguida.

Estudios llevados a cabo en Belo Horizonte habían apuntado que cerca de 280 mil habitantes vivían debajo de la "línea de la miseria" - lo que significa una familia que no alcanza un sueldo mínimo para su supervivencia - y que había cerca de 400 mil personas con algún tipo de déficit alimenticio, con 25% de los niños presentando algún grado de desnutrición. Por otro lado, la ciudad abriga gran parte del sistema administrativo del Estado, sedes de grandes empresas, universidades y centros de investigación. Según los objetivos del alcalde, este contraste entre potenciales y déficits precisaba disminuir, eligiéndose como una de sus prioridades la cuestión alimenticia, como dijo: fui elegido para "aplicar con prioridad los recursos disponibles para atender a las necesidades más urgentes. El suministro de alimentos es el primer paso del derecho a la vida". (FIGUEIREDO; LAMOUNIER, 1997, p. 73).

Figura 247: Panorámica de Belo Horizonte



Fuente: Foto de André Paoliello

Para tal, el Ayuntamiento invirtió en diferentes propuestas: se buscó cambiar los mecanismos de comercialización de productos, establecer alianzas y estimular la productividad de pequeños y medios productores. Se ha descentralizado la distribución alimentaria escolar, agregándoles alimentos perecederos como frutas, carnes y legumbres. La merienda se incrementó tanto que algunos niños volvían más delgados después del periodo de vacaciones, a falta de la merienda reforzada. Las compras fueron regionalizadas, para aumentar la generación de empleo y renta de los productores locales. A partir del Proyecto “Directo del Campo”, los productores han fijado puestos de venta estratégicos en la ciudad y, sin intermediarios, pasaron a vender sus productos por precios bien más accesibles y con la ventaja de recibir pagos al contado. Uno de los agricultores relató que ha podido ampliar su área plantada y comenzó a emplear 15 funcionarios regulares y aún ha firmado contratos provisionales con vendedores en las calles.

Además, se ha determinado un convenio con la Empresa de Asistencia Técnica y Extensión Rural, EMATER, para garantizar la calidad del agua en las plantaciones, sus condiciones sanitarias, así como incentivar el asociativismo. Otra iniciativa ha sido la formación de un plan de recolección de frutas y verduras de diferentes sitios, cada uno con su especialidad, aumentando así la calidad de los productos. En un radio de 80 Km desde el centro el programa estimuló el plantío de verduras, que son más sensibles. De 80 a 150 Km, venían las legumbres que necesitaban de envase, mientras que de 150 Km de lejos eran plantadas patatas y frutas. En los intervalos de los anillos de producción fue ubicada la producción de aves. La eliminación de intermediarios en la venta ha resultado en otros programas, como la “Campaña de la Cosecha”, que apoyaba la venta de determinados productos durante la época de cosecha, aprovechándoles mejor los alimentos.

También se encontró una desigualdad en el suministro entre los mercados del centro y de la periferia, pues en ese último había menos productos y con precios más caros, porque habían sido comprados en el centro. La Secretaría pasó, entonces, a ejercer fuerte control de los precios e implementó que los comerciantes se quedasen cinco días en el centro, algunos cerca de los terminales de autobús que iban hasta los barrios periféricos y que en los fines de semana ellos fuesen para la periferia. Eran vendidas siete toneladas de alimento/día, para

cerca de 1,4 mil personas; con esto se vislumbra la dimensión de su actuación. Otra acción significativa ha sido el “Proyecto Abastecer”, constituido de pequeños mercados con precios hasta un 50% más barato que los de la red privada, lo que ha sido un éxito, pues se ayudó en la regulación de los precios, aumentando la calidad de los productos y el volumen de venta que, por fin, bajó los precios más. En tres años de programa la actuación del Ayuntamiento ha funcionado como un “poder de irradiación positivo”, regulando el mercado a través de una política de formación de precios, fijados a partir de la búsqueda de precio más barato en la ciudad. (FIGUEIREDO; LAMOUNIERO, 1997, p. 80).

Los puntos de venta creados han promovido, pues, la regulación del mercado en un rayo de hasta 4 km, un ejemplo de romper un ciclo que tenía la operación basada en el beneficio máximo, para construir un ciclo económico de desarrollo virtuoso, bajo el mecanismo de *feedback* positivo que, si se mantiene, puede perpetuar el control de precios desde las fuerzas del mercado. Consecuentemente, durante 1996 el precio de la canasta de alimentos en Belo Horizonte, con 45 ítems - alimentos básicos para una familia de cuatro personas/mes - ha sido lo que menos aumentó en el país: el 0,86%, al tiempo que la inflación alcanzó 25%/año.

Figura 248: “Programa Abastecer”, con comida más barata



Fuente: BH Ciudad Viva, 2003, p.14.

Otro programa, la “Canasta Popular”, ha involucrado la comercialización de cerca de 20 productos básicos para poblaciones muy pobres, con un pequeño margen de subvención. Tres autobuses iban a diario a puntos de venta en barrios necesitados, poseyendo también puestos de venta fijos. Apenas las familias empadronadas podían adquirir los productos, sumando cerca de 40 mil beneficiarios. En esta perspectiva, ofrecer apenas una canasta de alimentos de bajo costo a los más necesitados no sería suficiente y el proyecto se completó con la distribución de harina enriquecida para las mujeres embarazadas y niños, en los centros de salud y la construcción del Restaurante Popular. El Restaurante ha sido un éxito, con la participación de cocineros profesionales y nutricionistas, ofreciendo comida de buena calidad a precio de costo. Cerca de la Estación de Autobuses en el centro urbano, servía a principio 600 comidas diarias y ya alcanzaba 3 mil comidas en el 1996. Consecuentemente, el precio de los restaurantes del entorno ha bajado.

Además, los Centros de Vivencia Agroecológica (presentado en la II Conferencia de la ONU sobre Asentamientos Humanos, Estambul, Turquía, 1996) fueron planteados por el Ayuntamiento como espacios comunitarios para la producción, reproducción y distribución de semillas y mudas. Ellos se han tornado un sitio de aprendizaje, capaces de sostener las huertas escolares y comunitarias, con uso de tecnologías agrícolas respetuosas con el medio ambiente. (FIGUEIREDO; LAMOUNIER, 1997, p. 79). Ha sido creado aún el programa “Pro Pomar”, expandiendo el plantío de mudas fructíferas, para alcanzar las poblaciones necesitadas, como alternativas de abono en el campo.

Figura 249: Restaurante Popular de Belo Horizonte, con menú balanceado y desayuno servido a los habitantes



Fuente: BH Ciudad Viva, 2003, p.14 y www.portal1.pbh.gov.br

Con la función reguladora de compra y venta establecida, el Ayuntamiento adquiere alimentos destinados a la merienda escolar, a la Canasta Popular y para el Restaurante. A la vez, empresas locales ha empezado a preocuparse más con el entorno donde están insertadas y han propuesto al Ayuntamiento la construcción de otro Restaurante Popular, en cooperación, para la comodidad de sus empleados. Este conjunto de acciones realizados en Belo Horizonte bajo la dirección de Ananias ha logrado un cambio en la estructura productiva y de comercialización de alimentos que, a través de mecanismos fuertes de control y regulación económica desde el poder público incrementaron el sistema alimentar. Se calcula que las iniciativas han alcanzado el consumo de alimentos del 20% de la población, beneficiando en especial los más necesitados, eliminando o amenizando distorsiones y mecanismos perversos que excluían parcela significativa de los habitantes de su derecho a alimentación.

Campo Mourão

Campo Mourão es una ciudad ubicada a 450 Km de Curitiba, en el estado del Paraná. En los años 1990 poseía cerca de 90 mil habitantes y una de las mayores deudas públicas proporcionales del Estado, cuando ha empezado la administración del alcalde Rubens Bueno. Primero se tomaron acciones de “choque” que a la mayoría de los votantes no les gustaría y serían impopulares, pero significaban la rotura del ciclo negativo en el cual la ciudad se encontraba. Las empresas que prestaban servicios a precios abusivos fueron removidas, empezándose la práctica de publicar los edictos también fuera de la ciudad, para romper el

ciclo de estancamiento en las obras públicas; se ha organizado la recaudación del Impuesto Predial y Territorial Urbano, IPTU. que era poco recogido. No obstante la insatisfacción inicial, las recaudaciones han sido revertidas para el bienestar de la propia población: fue construido el Teatro Municipal, un Parque que se ha vuelto centro turístico, nuevos puestos de Salud. El alcalde ha creado también una defensoría popular, implantando el Presupuesto Participativo, los consejos sectoriales y el Fórum Popular de la Cultura. Su intención ha sido fortalecer la participación social, aunque sólo aceptando solicitudes suscritas por asociaciones, eliminándose pedidos personales y la práctica del paternalismo. Conforme justificó el secretario de educación, José Maciel: “la creación de una necesidad común promueve la aglutinación, mientras el mecenazgo da paso a un sistema que divide los esfuerzos”. (FIGUEIREDO; LAMOUNIER, 1997, p. 125).

Figura 250: Fiesta tradicional con el “Ritual del Fuego” y el Teatro Municipal



Fuente: www.campomourao.pr.gov.br, 2003.

Acciones aparentemente sencillas han incrementado el escenario como, por ejemplo, la redefinición de las rutas de los autobuses escolares, que disminuyeron 1200 km cada día del recorrido, bajando significativamente los costos. Con 30% a menos de gastos, el Ayuntamiento ha comprado más autobuses. Alianzas con productores de legumbres, frutas y granjas locales y cursos de capacitación para las cocineras garantizaron una merienda mejor, además de la creación de huertas propias (algunos padres se quejaron que sus hijos ya no quieren comer en casa pues la comida en la escuela es mejor). El índice de evasión escolar ha bajado, a partir de clases escolares de refuerzo y reuniones con los padres.

La experiencia con relación al sistema médico fue otro éxito. Algunos médicos faltaban frecuentemente al trabajo sin motivo y el alcalde empezó a anunciar las faltas públicamente. Con esto, muchos médicos han renunciado al puesto y ningún candidato vino para el nuevo tierno. El Ayuntamiento, entonces, abrió una licitación para médicos como persona física y comenzó a pagarles por servicios prestados, como una forma de tercerización, mientras cedía el ambiente físico y la estructura de apoyo, en vez de la tradicional contratación de médicos para brindar servicios públicos. El profesional pasó a ganar por productividad y el salario mensual fijo sólo existe para las guardias. A la vez, en los puestos de salud el valor de la

consulta llega hasta el triple del anterior. Ahora exceden candidatos sin querer decir, sorprendentemente, mayores gastos para el Ayuntamiento, que se quedó libre de los impuestos sociales: los médicos prefieren pagarles, pues elegir sus planes. Actualmente los médicos ya no faltan o envían un sustituto cuando necesario y el número de consultas y su duración mínima es pactada, y ellos pueden marcharse desde que cumplido su tiempo de permanencia en los puestos. No obstante, dependen de una consulta de calidad para que el paciente regrese, elija a sus médicos e incluso les indiquen, lo que ha creado un ciclo virtuoso en el sistema de salud local diferente de la lógica anterior, y ahora la calidad de la atención es buena para todos, garantizando el funcionamiento adecuado del sistema.

Praia Grande

Otro ejemplo de buenas ideas ocurrió en el balneario de Praia Grande, un sitio en la costa de São Paulo, ubicado entre la Sierra del Mar y el Océano Atlántico. Su ocupación reciente empezó en el 1936, a partir de un emprendedor que anunciaba a los turistas la inmensidad de su playa limpia y blanca y las montañas verdes alrededor. Las primeras casas son de 1945 y su emancipación se dio en el 1967, cuando ya se había vuelto punto de artistas y políticos. Durante los años ochenta la población de Praia Grande ha aumentado de 82 mil para 120 mil habitantes. No obstante ser considerado uno de los sitios más atractivos de la región, presentando un crecimiento vertiginoso, éste estaba en quiebra desde 1992. Los habitantes y turistas reclamaban de todo: eran más de mil autobuses de turistas, que invadían la ciudad en los fines de semana, promoviendo aumento de la violencia, con los desagües alcanzando las playas, los comerciantes las ensuciaban constantemente y los administradores hablaban más que actuaban. De acuerdo a las estadísticas, los números empezaron a empeorar cuando la región metropolitana de São Paulo se hundió en un crecimiento desordenado, multiplicándose los problemas del litoral.

En la década de 1990, el nuevo alcalde Alberto Mourão logró aglutinar alrededor de una plataforma empresarios, constructores y la comunidad local. Para su elección tuvo que derribar el político dominante durante dos décadas, considerado uno de los responsables por la aversión popular a la administración pública. En un trabajo de diagnóstico, el nuevo equipo del Ayuntamiento destacó dos problemas centrales: la falta de un esquema urbanístico en el frente costero, ya que su uso restrictivo a las horas de baño dejaba el frente vacío, destinado a los frequentadores de sus tiendas precarias, sumado a falta de opciones de entretenimiento en el frente; y las malas condiciones de la cinta de arena, consecuencia del desagüe de aguas residuales y condiciones inadecuadas del agua del mar (FIGUEIREDO; LAMOUNIER, 1997).

Figura 251: Praia Grande, en São Paulo



Fuente: www.pousadadaprainha.com.br

El alcalde lanzó entonces el eslogan: “Praia Grande exige respeto”, buscando revertir el sentimiento de vergüenza que la población había relatado sentir hacia la ciudad, en una encuesta encomendada por él. Su primera actuación fue aprobar una ley punitiva que detuvo el flujo de líos. La ley se basó en la reglamentación del aparcamiento de vehículos provenientes de fuera del municipio y en el Derecho a la Propiedad – reflejando el valor fundamental de las reglamentaciones urbanas como manera para organizar e solucionar sus usos - ya que muchos de estos turistas de final de semana invadían las casas vacías para comer y ducharse, además de consumir alimentos en los supermercados sin que los pagasen. Con la regulación de aparcamientos pagados, muchos autobuses pasaron a ser multados y, en cada fin de semana, de 300 a 400 autobuses fueron aprehendidos por no pagar la tarifa. Fueron distribuidas copias de la nueva legislación y las Asociaciones de Turismo de São Paulo han auxiliado en la difusión del nuevo sistema. Más aún, como la situación era inaceptable, en los accesos a la ciudad fueron organizados bloqueos por la Policía. A partir de entonces, los turistas no podían entrar en la ciudad sin un destino pre definido, manera encontrada para evitar las invasiones. Por fin, los desordenados se retiraron y el turismo de calidad volvió a funcionar. Los bloqueos fueron suspendidos, aunque la tasa para los autobuses de fin de semana para turistas sin alojamiento seguir siendo cargada. El dinero recaudado es utilizado para la realización de eventos culturales. Hay también un teléfono para denuncias, con equipos de guardia, si los excursionistas abusan. Otros municipios vecinos se aprovecharon de la idea como forma de proteger a sus habitantes y a su patrimonio.

El número de ahogamientos también era el más grande del litoral; más de ochenta personas cada fin de semana, de un total de 600 mil turistas que, en su mayoría, bebían e se fueron a nadar. En 1996, el número de turistas dobló y los ahogamientos disminuyeron a menos de la mitad porque, de acuerdo con el capitán de los Bomberos, los turistas de un día tuvieron su acceso controlado mientras los bomberos ganaron nuevos equipos, un helipuerto y más puestos de rescate.

Otro choque fue con los dueños de las casetas de playa y, hasta Mourão, nadie les confrontaba con el miedo a perder sus votos. Los espacios eran caros y ellos enriquecían con el gran volumen de ventas, pero ensuciaban las playas. El alcalde logró revertir esta situación a partir de muchas reuniones, proponiendo que ellos trabajasen desde que cuidasen de la limpieza y todos pasaron a recoger su basura. La actitud se esparció por la ciudad, bajo un proceso de remodelación amplio: los comerciantes mejoraron las fachadas de sus casetas y el trato con los turistas. Con la revitalización del turismo, los empresarios empezaron a participar de nuevo en las cuestiones públicas. Más de una docena de ellos ayudó a construir el portal de entrada de la ciudad, apostando en la creación de una marca. Ellos donaron el material y el Ayuntamiento dio la mano de obra y la maquinaria. Su construcción tubo participación colectiva, con los habitantes visitando la obra para dar sus sugerencias. En el portal hay una escultura que simboliza la fuerza de esta alianza entre poder público, empresarios y población, a través de una figura con tres cuerpos y una cabeza, volviéndose un ícono del proceso de cambio y significando la nueva etapa para el municipio.

Figura 252: Portal de la Ciudad y carriles de bici en la costa



Fuente: www.praia grande.sp.gov.br

Para urbanizar el frente costero el alcalde invitó a muchos empresarios, que no se comprometieron de inicio a causa de la imagen urbana negativa. El alcalde Mourão hizo entonces una maqueta de su idea y esto ha resultado en alianzas con los constructores, urbanizándose 800 metros, con plazas, puestos de comida y paseo para caminar. A partir de entonces, 19 empresas han construido tiendas alrededor de la playa, otra calzada larga y un carril de bici y, así, el Ayuntamiento salvó dos de los once millones de la obra. Al total urbanizaron y descontaminaron diez de los 23 Km de las playas existentes. Además, se pidió a quién tuviese impuestos en retraso que les quitase, “adoptando” una plaza. Tres mil contribuyentes le hicieron y dos millones más fueron ahorrados. El Presupuesto Municipal creció cada día, alcanzando el doble del inicio del mandato, mientras la insolvencia cayó.

Praia Grande eligió el turismo como actividad económica central. La consideración de un polo industrial fue rechazada por su posible naturaleza contaminante y la ciudad se dotó de una infraestructura turística que, como discutido, es uno de las vetas económicas actuales. Con eso, el alcalde obtuvo recursos para las obras sociales que, según él, eran lo más urgente.

Figura 253: Vista aérea de la Playa de Guilhermina



Fuente: www.praia grande.sp.gov.br

En el área social fueron implementados autobuses más grandes y inaugurados nuevos terminales. Para celebrar, y como parte del marketing urbano, ha sido realizado un desfile en la avenida principal, pues esto era un tema de sumo interés para la población. Enseguida desarrollaron acciones para resolver el grave problema de la falta de señalización. Cada barrio ganó dos marcos de seis metros, con sus nombres pintados por colores característicos y al lado de los marcos fueron ubicados mapas de orientación, completándoles con más de 6.500 placas indicativas. Este hecho corresponde a la propuesta de Lynch sobre la imaginabilidad del espacio físico, permitiendo al observador evocar una fuerte imagen coherente de la ciudad. La potenciación de una imagen puede ser llevada a cabo reforzando la identidad de los barrios (con indicadores o señales distintivas), o instalándose marcos que promuevan identidad y estructura, definiendo el ambiente, lo que pasó en Praia Grande a partir de marcos, mapas e incluso con la construcción del portal de la ciudad.

Fue implementado aún el sistema de alcantarillado y suministro del agua en la periferia, junto con la pavimentación de más de 200 Km de calles²³⁵. La construcción de una avenida de conexión entre centro y barrios antes aislados en los días de lluvia también fue positiva, destinada al tráfico de los autobuses y coches de emergencia.

En la educación, las escuelas se encontraban en pésimas condiciones, sin vacaciones suficientes, y la enseñanza se concentraba en la esfera estadual. La solución fue aumentar los turnos, más que doblando el número de vacaciones en las guarderías y triplicando en la pre escuela. Cursos de suplementario fueron implantados e iban recibir una universidad, con el local definido como resultado de una ley municipal que ha exentado cinco años del IPTU para quién donase lo equivalente a los diez porcientos de una propiedad a una institución de enseñanza superior.

²³⁵ El alcalde, también constructor, salvó casi 60% del valor para la pavimentación utilizando un material eficaz y más barato - una limalla resistente que sobra de una empresa de producción mineral local.

En 1995 el alcalde fue reconocido con el premio ambientalista SOS Playas y Desarrollo Sostenible. A finales de su mandato, en una encuesta del 1996, mitad de los turistas se quedaban en vivienda propia y hubo unanimidad con relación a ganas de volver a la ciudad y recomendarla a amigos.

A partir de la urbanización costera, los edificios han valorado de 150% a 300%, aumentando mucho la demanda por pisos para clase media y en la periferia también hubo valoración inmobiliaria. En el 1996, la ciudad tenía el récord de inversión de la costa paulista. El desempleo disminuyó de 20% para 7% en la década de 1990, debido principalmente al turismo. Por ejemplo, durante 1997 fueron promovidos conciertos, campeonatos deportivos y otros eventos, figurando en la capa de una de las revistas más leídas del país, que decía: "Praia Grande: la buena sorpresa de verano" (REVISTA VEJA, 1997).

El sucesor de Mourão, Ricardo Akinobu, recibió el Ayuntamiento sin deudas, al contrario, con buen presupuesto. Para él ha quedado concluir los 12 Km restantes de urbanización del frente costero, la pavimentación de algunos barrios y duplicación de la capacidad hospitalaria, un pedido de la población. Él implementó el Centro de Tratamiento de Residuos, uno de las primeras del país, a través de alianzas privadas. Problemas siguen existiendo, especialmente cuando surgen autobuses clandestinos y también se necesita mejorar la calidad de restaurantes y hoteles. De manera permanente el ocio forma parte del ambiente urbano. En la playa hay espacios para pesca, paseos de barco y *jet ski*. Para comprar pescados frescos, la remodelada Boutique de los Pescados se tornó un sitio muy visitado y delante la playa hay cuatro acuarios ornamentales. Las redes de supermercados y tiendas también se incorporaron al cotidiano, que transformaron Praia Grande en un centro comercial de la costa, pues su ubicación es estratégica. Para integrarse con las playas vecinas fue creada la Región Metropolitana de la Bajada Paulista, entendiéndose que si una ciudad crece sus vecinas también pueden hacerlo, buscándose solucionar los problemas conjuntamente.

La ciudad está segura y bien cuidada. De acuerdo con el nuevo alcalde, el sueño de tornar la ciudad respetada se ha vuelto colectivo, más grande que el grupo que asumió inicialmente el proyecto soñado, generando una referencia en la construcción colectiva de una identidad social urbana de grupo, involucrando metas concretas y representaciones simbólicas de futuro colectivas. El siguiente paso parece que ser la consolidación de estos cambios.

Rosario

Rosario, en Argentina, ubicada a cerca de 300km de Buenos Aires, ha nacido como ciudad puerto y en la actualidad surgieron nuevas centralidades productivas, los *clusters*, con diferentes especializaciones. Con esto, la ciudad es considerada un importante sitio importador, destacándose la agricultura y las actividades portuarias y se está realizando allí

el Plan Metropolitano Estratégico de una región con 1,5 millones de habitantes. La extensión territorial involucrada es bastante amplia, con 56 municipios, aunque estos presenten algunas cuestiones comunes. Según el Secretario de Comercio Exterior argentino, Oscar Madoery²³⁶, el territorio se articula por distintas lógicas, algunas descentralizadas y otras no, con diferentes grados de comunicación. Las dimensiones de análisis utilizadas en el Plan son: el territorio metropolitano, representando su base física y ambiental, cómo se estructura y se vétebra y cómo se proyecta a otros espacios; la sociedad metropolitana - su composición, características, actores, lógicas de intervención; el sistema económico regional; y las instituciones de la región.

Figura 254: Verdulería con producción local y el complejo de General Motors, en Rosario



Fuente: www.linesoflight.net y www.autoenciclopedia.com

En concordancia con esta lógica, el Plan presenta cuatro objetivos centrales: integrar la región a través de la toma de decisiones comunes; fortalecer la gestión local de cada uno de los municipios; generar un sistema de gestión propio del área metropolitana; y buscar un proyecto político regional que contribuya a generar el desarrollo, con un marco regulatorio aprobado. A través del Plan se ha generado un espacio de conversaciones entre las instituciones, incluso aquellas con políticas distintas, posibilitando la creación de una agenda común, creándose un espacio de articulación, decisiones y elaboración de propuestas que sirve como un eje de construcción, conforme explica el Secretario, presentando, por lo tanto, la práctica del modelo de descentralización económica al tiempo que valora los potenciales locales, observándose también la efectuación de un marco legal común fundamental para integrar las iniciativas.

Moscú

En la ciudad de Moscú, Rusia, también fue realizada una gran reforma en la gestión y en sus respectivas pautas legislativas, con ampliación de planes locales hacia cambios estructurales, como señaló Valery Vinogradov, alcalde de la Región Sudoeste de Moscú²³⁷, que ocupa más

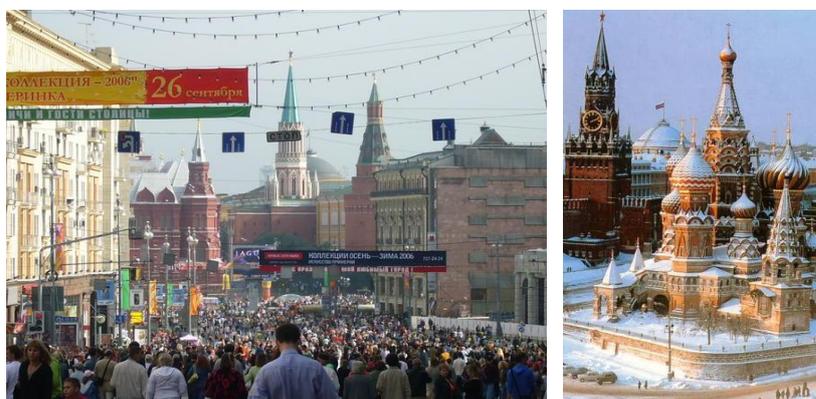
²³⁶ Presentación de Oscar Madoery, Secretario de Producción, Promoción de Empleos y Comercio Exterior de Rosario: "Regiones Metropolitanas: Marco Regulator", en la Conferencia URBIS 2004, São Paulo, en 16 jun. 2004.

²³⁷ Presentación de Valery Vinogradov, ministro del Gobierno de Moscú, con el tema "Regiones Metropolitanas: Marco Regulator", en la Conferencia URBIS 2004, São Paulo, en 16 jun. 2004

de 100 Km cuadrados y posee 1 millón de habitantes, con la densidad poblacional más grande de la ciudad y que, hoy día, se presenta como una de las más funcionales y lucrativas. En su territorio están presentes más de 160 instituciones científicas, algunas de ellas muy reconocidas. Esta Circunscripción también es líder en términos habitacionales, con más de un millón de metros cuadrados en construcciones, constituyéndose como prioridad la calidad de las habitaciones e infraestructuras. Ellos tienen una lista de los habitantes que necesitan de subvenciones habitacionales y comerciales.

De una estructura única de poder, ahora han creado un sistema con órganos de gobierno funcionales, con diez circunscripciones administrativas – como se fueran ayuntamientos locales, que responden a las necesidades distritales, conectándoles tres niveles de poder: el Centro Administrativo, las Circunscripciones Administrativas y los Distritos. Según el alcalde, el proceso es complejo, realizado a través de aciertos y errores. Luego, en el gran proceso de cambio realizado se consolidó un marco regulatorio congruente, promoviendo ese nuevo ordenamiento territorial. El afianzamiento de la auto gestión local fue introducido en la legislación federal, a partir de la votación para concejales, junto a talleres comunitarios, buscándose cooperación entre los órganos gestores. El alto grado de centralización que todavía experimentan es provisorio, mientras fortalecen los eslabones de gestión del nivel básico, aproximándoles de la población.

Figura 255: Moscú en diferentes épocas del año



Fuente: www.travelblog.org y www.bluesapphires.net

Los órganos territoriales de poder, las Circunscripciones, son responsables por mejoras en la vida de los habitantes; limpieza de los edificios, protección social, aparcamientos y otros. Cada año son planificados programas socio-económicos, específicos por áreas. La nueva economía se orienta hacia las prioridades de los moscovitas: seguridad, salud, educación, empleo, condiciones cómodas de vida en las viviendas, calles y barrios.

Específicamente en su mandato, el Plan de Desarrollo de la Circunscripción ha buscado invertir en un conjunto de necesidades locales. El Programa “Mi quintal, mi vivienda” mejoró cerca de 20% de los quintales/año. Los habitantes participan junto con cerca de 1.500

estudiantes en concursos anuales que eligen los mejores proyectos. En el 2004 se recuperó el conjunto arquitectónico y de parques públicos y otro programa es el desarrollo de las pequeñas y medias empresas, creándose más de 200 empresas/año y generando 2.000 nuevos puestos de trabajo. La salud también ha mejorado con la contratación de 60% más de médicos y enfermeros, sumado a inversiones en tecnología. En la educación se crearon órganos de gestión. El área cuenta con un gran número de estudiantes, cerca de 150 mil. Otras acciones importantes son las clases de educación física ofrecidas en las escuelas y los deportes en los barrios: muchas cuadras residenciales son reformadas en los edificios, junto a la elaboración de Proyectos como el “Deporte en Moscú” y “Salga al quintal y vamos brincar”.

En el conjunto, el nivel de vida del área es considerado bastante alto y son protegidos todos los grupos sociales: los pensionistas y veteranos de guerra reciben beneficios, hay programas de protección para minusválidos, huérfanos y son 12 centros sociales para jubilados, totalizando cerca de 12.000 mil personas atendidas. Súmanse casi 160 asociaciones y entre aquellas que más trabajan están las destinadas a los jóvenes y a los veteranos. Los trabajos llevados a cabo junto a la población son muy valorados dentro de la Circunscripción y hay programas en la tele donde los habitantes manifiestan sus cuestiones, realizase encuestas de opinión pública, encuentros del alcalde con la población, a partir de un diálogo constante: “es la reacción de la población que interesa al poder”, reforzó Vinogradov (2004).

La Circunscripción mantiene relaciones amistosas con 14 regiones cercanas. Toda la virtud que el alcalde expresa en narrativas y números es, según él, un ejemplo de la eficacia del sistema gestor, con la formación de nuevos mecanismos de poder que pueden, a lo mejor, ser ejemplo para otras regiones de Rusia.

Se observa que los dos planes, el de Rosario y el de Moscú traen matices relativos a las cuestiones particulares de cada localidad y que sus planificadores han escogido actuaciones distintas, el primero ocupándose más de cuestiones estructurales de la gestión y temas de reorganización económica como base del proceso y el segundo mezclando un nuevo modelo de gestión descentralizada a un gran número de inversiones sociales, donde el poder del gobierno se mezcla al de la población, activa en la vida pública. Además, ambos presentan escalas diferentes, puesto que en Moscú el Plan actúa en una región muy amplia dentro de la ciudad y en Rosario hay diferentes ciudades involucradas en el mismo Plan, generando cuestiones acerca de las articulaciones territoriales, cada uno con sus objetivos y actuaciones.

Barcelona

Figura 256: Panorámica de Barcelona



Fuente: Foto de André Paoliello, 2010.

La ciudad de Barcelona posee 1.595.110 habitantes (2007)²³⁸, distribuidos en 10 distritos administrativos. Es la capital de Catalunya, ocupando 100 Km cuadrados, en un territorio restringido geográficamente por el mar Mediterráneo, la montaña del Collserola y los ríos Besós y Llobregat. Barcelona es muy antigua, del siglo primer d.C. y se ha construido como una colonia romana organizada, que se ha consolidado durante los tres siglos siguientes. Durante ese período la Ciutat Vella se ha solidificado amurallada, y fue construida inúmeras veces a través de los siglos. A mediados del siglo XIX la ciudad necesitaba expandirse, pero las murallas dificultaban su conexión con los pequeños núcleos urbanos, construidos sin planificación fuera de las murallas. En un esfuerzo de planificar su expansión creciente, sus gestores realizaron un concurso para elegir un proyecto de mejoría y ampliación urbana, lo que resultó en el Plan Cerdá, de 1859. El ingeniero Cerdá concibió el Eixample, una larga área pensada de manera original, dibujada geométricamente con calles paralelas y perpendiculares, junto al trazado de algunas avenidas anchas y espacios verdes, como ejes de articulación entre ellas. Los barrios alrededor de ese núcleo histórico han surgido despaciosamente, como Sants, Gracia, Sant Martí y otros, presentando las primeras actividades industriales, que fueron incorporados en la ciudad solo a finales del siglo XIX.

Actualmente, el territorio de Barcelona está prácticamente todo ocupado y ese modelo de ciudad es reconocido y estudiado mundialmente, pues ha logrado superar una profunda crisis anterior a los años 1980 y reconstruirse, después del largo período dictatorial franquista. El énfasis en el turismo, en los eventos mundiales y la atracción continuada de nuevos negocios son marca de calidad y han esparcido su nombre y fortalecido su identidad mucho más allá de sus límites. Los cambios promovidos buscaron tanto el respeto a su historia como la creación de señas de modernidad, conforme ha destacado Subirós (1989), preservando gran parcela de su patrimonio material e inmaterial. Ese proceso de crecimiento ha mezclado mecanismos sociales, económicos e ideológicos, que actuaron en la historia y moldearon su forma construida a través de los siglos.

²³⁸ Departamento de Estadística, Ayuntamiento de Barcelona, enero del 2007.

Mirando hacia su pasado reciente, desde la Exhibición Universal de Barcelona, del 1888, la ciudad vivió algunas experiencias exitosas, principalmente a través de la realización de eventos internacionales impulsores de proyectos urbanísticos. Con esta Exhibición, sus planificadores lograron el cambio de la imagen negativa de la Ciudadela, un espacio que, con su historia de uso (y abuso) del poder militar cargaba un contenido simbólico desagradable para la población (BUSQUETS, 1999, p.74). A través de una remodelación urbanística muy expresiva, la Ciudadela se convirtió en un parque público, integrado a la vida urbana hasta los días de hoy. A partir de ese resultado positivo fue planificada la Exposición Internacional de Barcelona, en 1929, en la montaña de Montjuic, transformando también su imagen. Ésta era una gran área verde sin usar, de la edad de oro de la ciudad jardín. Puig i Cadafalch, uno de los arquitectos más importantes del Modernismo local, coordinó las obras, que ha beneficiado no a penas la montaña sino todo un sistema de avenidas, plazas y edificios construidos en su entorno, estructurando algunos ejes centrales de la ciudad (CALAVITA; FERRER, 2000), que también siguen muy relevantes.

Después de la Exposición, el Grupo de Artistas Catalanes y Técnicos para la Promoción de la Arquitectura Contemporánea, GATCPAC, ha presentado el Plá Maciá, que cambió el criterio central que conducía las transformaciones barcelonesas desde principios del siglo. El Grupo ha propuesto una acción en Ciutat Vella guiada por los principios del “esponjamiento urbano”, que representa la mejoría de las condiciones higiénicas de habitabilidad, reduciéndose la densidad del tejido urbano, a través de la creación de nuevos espacios verdes, bibliotecas y otras facilidades, programadas estratégicamente, tras un estudio riguroso de las áreas más afectadas de la ciudad antigua, conforme describió Di Masso (2009).

Sin embargo, con la Guerra Civil (1936-1939), la subida de Franco al poder y la instauración del régimen fascista se inauguró una fase oscura que ha tardado cuarenta años (de 1940 hasta casi finales de los años 80), y, mientras tanto, el Plá ha sido archivado. No obstante, en ese período acontecieron algunas mejorías, después del Plan de Estabilización del 1959, fortaleciéndose sus sectores industriales y financieros, aplicándose programas para creación de nuevos barrios y la auto-construcción de otros, además de enfrentaren un gran proceso de emigración de trabajadores para Cataluña. A finales de la dictadura, en el 1976, el Plan General Metropolitano fue aprobado, involucrando ya los principales elementos en la amplia transformación que la ciudad ha pasado, con la introducción de la democracia en los años 1980. Hasta hoy el Plan sigue como el marco normativo de sus intervenciones urbanísticas (VON HEEREN, 2002 *apud* Di Masso, 2009).

Siguiendo los pasos de las exposiciones anteriores, la designación de Barcelona como sede de las Olimpiadas significó una posibilidad de transformación sin precedentes. Sus organizadores han desarrollado un gran proyecto llamado “Modelo Barcelona”, según

algunos, inadvertidamente, “que consistió de un acuerdo entre la inversión pública y privada, bajo férreo control público”. (FANCELLÍ, 2002, p.58). El término “Modelo Barcelona” no ha sido acuñado expresamente por sus promotores, sino fue resultado del uso coloquial y/o periodístico, que ha cruzado las fronteras internacionales: “El Modelo comúnmente designa una genuina política de regeneración urbana local y de ‘hacer’ del espacio público que se ha vuelto ampliamente reconocida e internacionalmente premiada como ideal en la producción de la ciudad”, como ha subrayado Di Masso (2009). Marshall (2004 *apud* Di Masso, 2009) también acentúa que en los últimos diez o quince años Barcelona se ha vuelto un ejemplo de destaque de una determinada manera de mejoramiento de las ciudades, en ambos ese mundo Mediterráneo y en Europa.

De acuerdo con Calavita y Ferrer (2000), la reestructuración económica y la desindustrialización ocurrida en los años 1980 aumentaron la competencia económica y han conducido varias ciudades a una búsqueda más agresiva hacia el desarrollo económico. De igual manera, Barcelona ha luchado para transformarse de ciudad industrial en crisis a una ciudad exitosa. Según ellos, no ha sido sólo el dinero, la energía y el espíritu de cooperación de las Olimpiadas, junto a una estrategia política especializada y una planificación creativa que fueron responsables por un cambio que, en general, tardaría mucho más que diez años. Los autores creen que la fundación para un cambio de tal magnitud ha sido construida en la década anterior, cuando los años difíciles de transición de la dictadura presentaron circunstancias políticas, históricas y culturales únicas, que llevaron a movimientos colectivos y sociales fundamentales para el cambio; todo esto sumado a planificadores individuales que, en sinergia, crearon condiciones para la emergencia de la Barcelona de los años 1990. Sus promotores tuvieron, entonces, un terreno fértil para trabajar; había muchos grupos de ciudadanos contrarios al antiguo régimen dispuestos a cambiar la realidad. Esto ha sido clave para el éxito, creándose una “situación psicológica colectiva” favorable, con la ilusión de un avance posible, especialmente cuando se había todo por hacer, como resultado de la situación anterior muy adversa. En ese sentido, aquella situación difícilmente sería reproducible o exportable, pues ha sido única en aquel contexto, aunque haya siempre la posibilidad de “construirse” una “ilusión colectiva” a través, por ejemplo, del marketing, siempre que se base en potenciar cambios concretos.

De acuerdo con Castells (1983, 1997 *apud* Di Masso, 2009) estos movimientos sociales urbanos eran intencionales y organizaron procesos de movilización en territorios particulares, cuyos objetivos estaban relacionados a temas en tres dimensiones: demandas relacionadas a las condiciones de vida urbana y al consumo colectivo; reconocimiento de las identidades culturales locales; y conquista de una autonomía política local y de participación ciudadana.

Borja (2005, p.24) también enmarcó la importancia de los movimientos sociales²³⁹ declarando que, entre otros factores, en los primeros años de la democracia una “concepción igualitaria de espacio público y la legitimación de un urbanismo participativo construyó un consenso activo, que las fuerzas políticas no han podido mantener a un lado”. Así, los movimientos sociales urbanos determinaron, al final de la dictadura, la agenda política para los cambios gestados durante el declino del régimen franquista, conforme también defendieron Castells; Bonet y Domingo (*apud* Di Masso, 2009), pues fueron involucrados los pedidos popularizados en los movimientos impulsando, entre otras, una importante regeneración urbana en Ciudad Vella, con el objetivo de “higienizar” el área, ofertando instalaciones públicas y servicios a los más necesitados.

Por lo tanto, los años 1980 han marcado una pequeña mejoría en los espacios urbanos, tras pequeñas intervenciones, probando que la ciudad podría recuperarse después del largo período de tinieblas, enfrentando los problemas heredados del gobierno (Busquets, 1992). Además, se había adquirido terrenos destinados a inversiones públicas y el coordinador del Plan, Oriol Bohigas (1986), acababa de realizar obras de acuerdo a las demandas de la población, aunque, arriba todo, su contribución central ha sido más conceptual que física. El arquitecto fue, en aquel momento, responsable máximo del urbanismo, poniendo las bases directrices para, enseguida, constituirse el proyecto olímpico. Conforme Borja, el urbanismo de aquel entonces “ha sido caracterizado por un conjunto de políticas públicas que han configurado algunas prácticas y discursos coherentes y que han reflejado ambas las formas físicas y los usos sociales del territorio” (BORJA, 2005, p.23), auxiliando la ciudad a volverse una plataforma de articulación óptima entre las dinámicas financieras globales y las prácticas locales del “hacer” espacio urbano, según Borja (2005) y Sassen (1991).

Así, con esa base establecida, la economía empezó a progresar crecientemente. La difusión industrial ocurrida vino acompañada del crecimiento de un terciario, aunque lo principal hecho ha sido la recalificación de zonas obsoletas o el aprovechamiento de espacios vacíos, o sea, se ha priorizado el acceso a espacios urbanos cualificados y sistemas de información bien alimentados, (BUSQUETS, 1992). Según el autor, a través de propuestas ambiciosas de intervención, Barcelona se ha quedado pionera a invertir en el concepto de desarrollo distribuido para toda una ciudad. De manera similar, Capel (2005 *apud* Di Masso, 2009) apuntó que la característica más aclamada de su modelo de “hacer-ciudad” es la capacidad de tratar y regenerar espacios centrales, especialmente interviniendo en la escala de calles y plazas, abarcando un enorme número de proyectos que han sido extendidos para la ciudad

²³⁹ Estos movimientos “civiles y de vecinos” han alcanzado alto grado de organización y alto poder en influenciar las decisiones que afectaban tanto el patrimonio municipal como la mejoría de la calidad de vida local. (PROCIVESA, 1995 *apud* Di Masso, 2009).

como un todo, con el dibujo de operaciones de gran alcance. Se resalta también que la vida de sus habitantes ha sido a menudo incrementada, a distinción de algunos procesos de regeneración ocurridos en otras ciudades. Por lo tanto, dice Subirós, en Barcelona se combinó

[...] satisfactoriamente un proyecto de monumentalización y dignificación estética de la ciudad con una voluntad política más atenta a los valores democráticos que a la magnificación y sacralización del propio poder político [...]. Los nuevos monumentos y espacios no han de representar otra cosa que la reconquista de la ciudad por parte de los ciudadanos (SUBIRÓS, 1987, p.13-14),

Las Olimpiadas del 1992

El cambio procedente de las Olimpiadas viene al paradigma vigente de grandes eventos mundiales como soportes definitivos para la superación de deficiencias urbanísticas acentuadas, definiendo las prioridades de un programa de actuación urbanística a corto y medio plazo y promoviendo la aceleración de transformaciones locales. Como Borja defendió

El éxito del modelo es 'incuestionable', habiendo sido testigo de la construcción de más de 300 proyectos de espacio público e instalaciones de alta calidad; la creación de nuevas centralidades; la transformación de su frente litoral y de la parte oriental de la ciudad (donde instalaciones industriales obsoletas fueron regeneradas); la regeneración integral de barrios; la descentralización administrativa hacia los distritos; una oferta cultural diversificada; la nueva evaluación del patrimonio arquitectónico; el reconocimiento del importante rol de los actores sociales en la elaboración de políticas urbanas; y la interconexión entre diferentes partes de la ciudad a través de la creación de nuevas infraestructuras. (BORJA, 2005, p. 24).

Por lo tanto, las Olimpiadas del 1992 "repiten" la estrategia exitosa de los eventos anteriores. Según Saramanch, entrevistado por Fancellí

Los juegos han constituido el hito más importante en toda la historia de Barcelona. No sólo por lo mucho que cambió la ciudad, sino porque ésta se recuperó de muchas carencias históricas. Barcelona se puso en el mapa. Incluso cambió la característica de su gente: la hizo más positiva, más emprendedora, más orgullosa de pertenecer a la ciudad. (FANCELLÍ, 2002, p.50,55).

Figura 257: El *Port Vell* regenerado, con vistas a la ciudad y al mar



Fuente: Fotos de la autora, 2003.

Bajo el pretexto impulsor de las Olimpiadas, se ha hecho de la planificación un escaparate mundial de Barcelona. Estas grandes transformaciones han renovado la fórmula de

planificación urbana pues, a través de su marketing, el evento propició cambios de gran escala, no apenas puntuales. (ARANTES, 2000). Las cuatro “áreas olímpicas” - Pedralbes, Vall d’Hebron, Villa Olímpica y la propia montaña de Montjuic pasaron por reformas que afectaron el conjunto. A título de ejemplo, el Estadio de Montjuic fue recuperado y a su lado se erigió el Palau Sant Jordi, proyectado por el arquitecto Arata Isozaki. Las piscinas se ampliaron y fue construida una nueva Universidad del Deporte, por Ricardo Bofill y una torre de comunicaciones del autor valenciano Santiago Calatrava, es decir, se conformó un conjunto completo que culminó con la reforma del Palau Nacional y otros emplazamientos culturales cercanos, como la reconstrucción del Pabellón Alemán del 1929, del arquitecto Mies van der Rohe (GUÍA DE BARCELONA, 1992, p.22).

Figura 258: Foto del Anillo Olímpico de Montjuic, para las Olimpiadas del 92, con el Estadio a la izquierda y el Palau Sant Jordi a la derecha



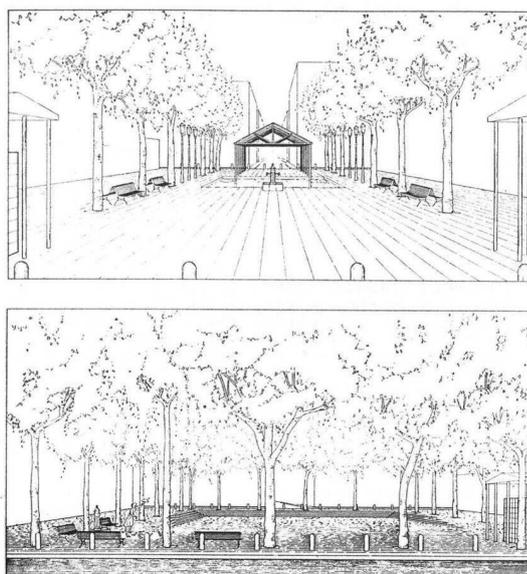
Fuente: Guía de Barcelona, 1992, p.161.

Barcelona construyó nuevos cinturones de ronda, elaborando un anillo de circunvalación y se dotó de infraestructuras importantes para una ciudad que deseaba ser competitiva con sus homólogas europeas, erigiendo aún la torre de comunicaciones de Collserola, del arquitecto Norman Foster y el nuevo aeropuerto, diseñado por Ricardo Bofill (GUÍA DE BARCELONA, 1992), revelando el reconocimiento de la importancia que la accesibilidad humana y de las informaciones ha adquirido en la actualidad.

Las inversiones llevadas a cabo en las “áreas olímpicas” crearon nuevas centralidades en varios núcleos periféricos, atrayendo un proceso de revitalización continuado, creando ejes aglutinadores en la gran metrópoli (BUSQUETS, 1999, p.394). Más aún, Barcelona invirtió fuertemente en cultura, arte público y en espacios abiertos: delante la carencia de esos espacios, en la década de 1980 el Ayuntamiento de Barcelona ha dedicado atención especial a la construcción o regeneración de nuevos espacios, a través del Servicio de Proyectos, profundizando la definición de sus sistemas públicos como impulsor y estructurador de la misma. (BARNADA; LAVIÑA, 1999). El arquitecto jefe de la ciudad, Josep Anton Acebillo ha dicho a Fancellí: “Entre el 1980 y el 1987 intervinimos en 140 espacios públicos: proyectos pequeños en calles y plazas, porque las arcas municipales no daban para más. La consigna

era refuncionalizar el centro y monumentalizar la periferia [...] recuperamos monumentos históricos [...] Fue un trabajo de acupuntura” (FANCELLÍ, 2002, p.58), como se observa en los dibujos a seguir, de dos plazas pequeñas, que fueron revitalizadas conforme el objeto expuesto.

Figura 259: Proyectos de las plazas de la Unificación y del Diamant, desde el plan general de reestructuración de las plazas de Gracia



Fuente: BOHIGAS, 1986, p.86.

Las propuestas han funcionado, pues en Barcelona “el dibujo de la rambla es el escenario ideal para la vida urbana. Durante la madrugada, ella ya está animada. Y la fiesta que acontece durante el día revela lo que es un buen punto de encuentro. Allí, las personas son actores y espectadores de ese espectáculo que es la ciudad”, observó Lerner (2003). Quedar en algún espacio central permite a los visitantes y moradores formar parte de un espectáculo al aire libre, pues empiezan presentaciones o desempeños, lo que encanta a todos. Luego, Barcelona se destaca por su gran vitalidad en sus calles y una mezcla de usos en los diferentes núcleos, propuesta defendida por Jacobs (2001), que defendía la mezcla del uso residencial, comercial y de negocios como condición para permitir el convivio de grupos diferentes, en horarios distintos, generando esa sensación de vigor con interacciones sociales continuas y facilitando mecanismos de autorregulación urbanos.

Figura 260: Músicos en la Calle Ferrer y la danza Sardana, frente a la Catedral de Barcelona



Fuente: Fotos de la autora, 2002.

Villa Olímpica, una transformación en el waterfront de Barcelona

Villa Olímpica fue la piedra angular de recuperación del frente marítimo, una clave de modernidad, marca registrada de 1992 que ha transformado sus playas, como “la primera apertura al mar de Barcelona”, subrayó Saramanch, hablando con Fancellí (2002), a época presidente del Comité Olímpico Internacional, COI. Ese proyecto posee distintas facetas: las playas, el paseo marítimo, un área de actividades costeras, la avenida costera, los parques y el núcleo urbano, constituyendo un espacio residencial en el barrio (BOHIGAS; MARTORELL, 1991). El proyecto realizado ahí fue precedido por algunas ideas previstas en planes anteriores, aunque

esa fachada marítima del área metropolitana acompaña toda la ciudad y por muchas razones nunca ha sido una fachada, sino una barrera solidificada por el puerto, por las implantaciones industriales o por las líneas de ferrocarriles y degradada física y socialmente por lo anticuado de muchas instalaciones y por la falta de control urbanístico” (BOHIGAS, 1986, p. 69).

El proyecto del Grupo GATPAC, de los años 1930, ya sugería nuevas formas para el barrio delante del sitio de Villa Olímpica, el Poble Nou, y su frente costero. En el Plan Comarcal de 1953 y en el Plan General Metropolitano de 1976, los usos del suelo costero mantuvieron su destino anterior, con pequeños cambios propuestos en el Plan de Enlaces Ferroviarios del 1976, pero que resultaron en propuestas no aprobadas (FAYOS, 1999).

El primer intento de proyectar el litoral ocurrió con el Plan de La Ribera, en 1970, que preveía una fuerte privatización del área y, por su carácter, no fue efectuado. Aprovechando el debate ciudadano sobre la costa, el Colegio de Arquitectos convocó un concurso de proyectos alternativos, en el 1972. El ganador fue el plan redactado por el LUB, de la Escuela de Arquitectura de Barcelona, que se quedó como una herencia para las obras del 1992, pues privilegiaba la vocación pública de la costa, sugiriendo un parque litoral, las operaciones de vivienda para apoyar el cuerpo social local y la potenciación de la línea costera, ejecutadas en el período olímpico (FAYOS, 1999). En 1987, la Corporación Metropolitana ha elaborado también el Plan de Costas, que contribuyó ideas al futuro.

El proyecto de Villa Olímpica Pla del Front Maritim representa, pues, la realización de algunas propuestas de planes anteriores, definido bajo un marco estratégico conjunto que valoró grandes espacios intersticiales entre los barrios, en las nuevas centralidades (BUSQUETS, 1999, p.161). Definieron primeramente el diseño de la estructura urbana, junto a los criterios generales de edificabilidad y reserva de sistemas, para después abrirse una consulta a seis equipos de arquitectos que aportaron soluciones futuras, explicó Fayos (1999). El proyecto ganador, empezado en el 1985, tubo como arquitectos Oriol Bohigas, Josep Martorell (1991) que, junto a Mackay y Puigdomènech (BOHIGAS; MACKAY; MARTORELL; PUIGDOMÈNECH, 1988) coordinaron una gran cantidad de trabajo durante casi diez años. El plan de coordinación fue redactado por Lluís Cantalops y equipo, superando desequilibrios físicos y sociales locales, con consecuente mejora del barrio cercano, Poble Nou. Como describió Bohigas (1986), la operación ha tenido muchas vertientes: construir la infraestructura de las playas, la reubicación de la antigua línea del tren, la recuperación de grandes espacios y el enlace orgánico entre áreas residenciales y áreas equipadas junto al mar.

Figura 261: Fotos de las playas de Barcelona



Fuente: www.bcn.cat/platges.

Uno de los puntos básicos del proyecto fue la eliminación de los residuos industriales obsoletos y de la línea de ferrocarril, mientras fueron construidas las rondas (BUSQUETS, 1992), permitiendo un cambio en los flujos. Bohigas (1986) observó también que la franja litoral era un lugar idóneo, no sólo por razones objetivas de accesibilidad y disponibilidad, sino por la creación de referencias simbólicas de una línea equipada y ajardinada en el Mediterráneo, proyecto con una consciencia histórica que había sido propuesto para la montaña de Montjuic, imposibilitado debido a guerra civil. Como Fayos (1999, p.204) sintetiza, el proyecto ha tenido tres aspectos importantes, que propiciaron su elección: la negación del frente marítimo como frente edificado continuo. No se han planteado edificios de primera línea del mar, que dejarían atrás el resto del barrio y su concepción de viviendas con vistas al mar se hace de manera más compleja; todas las calles de la malla Cerdá llegan al mar, lo que posibilita una permeabilidad visual y funcional desde el interior de la ciudad y el proyecto ha respetado esa concepción; la dimensión de las intervías de la malla Cerdá es tomada como

unidad básica de ordenación, menos en la Villa Olímpica, que rompe el esquema y la percepción visual del mar.

Según Matorrell *et al.* (1992) los usos del área estaban desequilibrados, formando una especie de vacío urbano que, por su vez, era ideal para hacerse una renovación a fondo. Así, la estructura urbana básica ha sido diseñada con cinco fajas sucesivas y paralelas al mar, que involucran las playas, el paseo marítimo, el área de las actividades costeras, la avenida litoral y el núcleo de viviendas. El conjunto fue complementado por un sistema de cinco parques, representando ejes vertebradores de los barrios, destinados especialmente a sus comunidades.

Estos cambios de gran envergadura fueron realizados a través de alianzas entre iniciativa pública y privada. Como era el momento de las Olimpiadas, fue posible la adquisición y promoción del suelo urbano. La administración participó con una parcela financiera y otra se ha reservado para la promoción cooperativa, canalizando parte de la inversión privada mediante planificación previa de las características establecidas para las viviendas (FAYOS, 1999). A lo largo del proyecto participaron 35 equipos de arquitectos que se encargaron de distintas unidades, espacios y edificios, involucrando modificaciones necesarias. La eficacia de tal tarea compleja parece haber sucedido principalmente debido a las competencias de los equipos y por el hecho de que el equipo redactor le coordinó todo.

Buscando recomponer también todas las infraestructuras para hacer el sector habitable, el proyecto se fundamentó en cuatro criterios: proyectos para las playas; soluciones del ferrocarril; la circulación del cinturón del litoral y la red de grandes colectores. El equipo central de la planificación buscó también una integración infraestructural, plasmando el barrio al tejido continuo de la ciudad: Busquets defendió un plan urbanístico capaz de ofrecer a la ciudad un barrio socialmente diversificado que, a través de la expropiación a bajo precio y grandes inversiones en infraestructura pública, permitirían evitar una plusvalía especulativa del área. Pero, en el 1988, lo que se produjo fue todo lo contrario, cuando el sector privado entró en la promoción. Con un gran despliegue publicitario han sido presentados los precios y prototipos de vivienda en los 1990, compitiendo con los del libre mercado, sin ofrecer una estratégica urbanística elaborada para atender a la demanda socialmente diversificada, intención inicial de los gestores.

En su conjunto, el núcleo urbano está formado por ocho superunidades, algunas como variantes de la propuesta de Cerdá y otras con tamaños bastante mayores, que permitieron nuevas tipologías y dimensiones (BOHIGAS; MARTORELL, 1991). Fueron construidas cerca de 2000 viviendas, resaltando el uso residencial, aunque también compatibles con otros usos, recuperando suelos industriales obsoletos. La existencia de la malla del Eixample fue la

referencia para el desarrollo litoral en la organización de la red viaria local. Redactado por el Ayuntamiento, había pautas para integrar nuevos proyectos al sistema viario y, en concreto, organizar el área de integración de las Rondas y sus enlaces urbanos (FAYOS, 1999). Luego, la estructura ha resultado una malla de calles del patrón Cerdá un poco deformada. Las manzanas de la malla interior se quedaron irregulares, caracterizadas por una densificación general baja. En el Puerto Olímpico se ha creado un paseo elevado con vistas, a un lado, sobre el puerto y al otro, sobre el mar y la playa, además de poseer restaurantes y comercios, un centro permanente destinado a deportes náuticos y a competiciones de medio y alto nivel.

Figura 262: Los dos edificios más altos de Barcelona, con esculturas en primer plan



Fuente: Fotos de la autora, 2002.

Ahí también fueron construidos los dos edificios más altos de Barcelona, ocupados por un hotel de lujo y un edificio de talleres, creándose un foco de actividad permanente y atracción centralizadora con muchas actividades. Estas torres, que antes serían más numerosas y de menor altura, fueron al final definidas como densas y de menor superficie, buscando mantener una gran parcela de espacio abierto y ofrecer señas de identidad e innovación locales.

Luego, en Villa Olímpica hay muchas características que facilitan su reconocimiento, sea por sus torres emblemáticas, esculturas y parques o las memorias conectadas a algún acontecimiento olímpico. Turistas y visitantes de diversos países también relacionan el área con la imagen de una Barcelona olímpica, creándose un fuerte simbolismo y un reconocimiento inmediato del entorno, reforzando los sentimientos de éxito del 1992, con fuerte presencia del arte público. Sus esculturas son referencias, representando un aporte importante que califica el lugar, añadiéndole al espacio un nuevo valor simbólico. (BARNADA; LAVIÑA. 1999, p.247). Obras como el David-Goliat, (Antoni Llena) o la Sin Título (Auke de Vries), conectan la mejoría de la frente costera con la construcción del Puerto Olímpico²⁴⁰. (TOLOSA; ROMANÍ, 1996). El arte y las esculturas están no sólo en la Villa Olímpica, sino en

²⁴⁰ Se resalta aún el cuidado con el mobiliario urbano como, por ejemplo, las luminarias del escultor Antoni Roselló, de 23 m de altura, visibles desde una larga distancia, ubicadas en el frente litoral, en los cruces del paseo marítimo con las calles. (ROY; ROY, 1995).

toda la ciudad, de manera más significativa (también por la cantidad) que en la mayoría de otras grandes ciudades mundiales. Se concentran tanto en el área central como en los barrios, especialmente los que fueron palco de algún gran evento.²⁴¹

Figura 263: *El Pez*, 1992, de Franz Gehry, en el Puerto Olímpico y *Mujer y Pájaro*, 1983, de Joan Miró, en el Parc del Escorxador, Barcelona



Fuente: Foto de la autora, 2002 y Guía de Barcelona, 1992, p.149.

Desde otra perspectiva, Oriol Nel.lo (1998 *apud* Boada; Capdevila, 2000) ha realizado un análisis de la evolución urbana de Barcelona a lo largo del siglo, en especial de sus últimos 50 años, proponiendo que sus tendencias de transformación se han basado en tres grandes dilemas: primer, compactidad-difusión: la ciudad es compacta, con densidad mayor que 1.500 habitantes/Km², lo que está disminuyendo en las dos últimas décadas, caracterizando una difusión territorial de población y actividades, que debe controlarse para no fragmentar los espacios significativos; segundo: complejidad-especialización: la ciudad también se caracteriza por una complejidad de funciones, como usos residenciales, actividades productivas y servicios, importante en la disminución de desplazamientos, preservando recursos y favoreciendo la seguridad y la interrelación ciudadana. No obstante, a principios de los años 60/70 fue iniciada una especialización progresiva de partes del territorio, con grandes conjuntos residenciales, perímetros industrializados especializados y modelos de comercios de gran superficie. El tercer dilema es integración-segregación: a inicios del siglo XX se inició en la ciudad una especialización social de diversas áreas que crecían y se empieza a considerar que los barrios históricos tienen la posibilidad de recibir población nueva y variada, acompañando las políticas de rehabilitación de Ciutat Vella, que intentan evitar la aparición de guetos.

Así, su territorio se encuentra en un momento de transición entre dos modelos, dirigiéndose de un núcleo potente, compacto y complejo a un modelo difuso, segregado y especializado,

²⁴¹ En la ciudad la cultura se mezcló intensamente al proceso de transformación. Muchos recursos son revertidos en bibliotecas, danzas, cines, teatro, museos, junto a la preservación de sus costumbres, mantenidas con orgullo por los catalanes.

oponiéndose al ideal defendido en muchas ciudades, que buscan mantenerse compactas, con núcleos referenciados y sin segregación socioespacial. El uso territorial misto permite la existencia de un tejido social diversificado, con ocupación constante en diferentes horas del día, incrementándose las relaciones sociales, la seguridad espacial, resultando además en una ciudad eventualmente más democrática.

Otro aspecto a destacar en la ciudad es su amplio proceso de marketing, traducido en una movilización continua de la opinión pública, invitando los ciudadanos a participar y promoviendo la constitución de un “patriotismo” local. Se ha planteado un refuerzo a su identidad como fuerte y positiva, explorando y potencializando “características por las cuales la ciudad es prontamente identificada”, enfatizando sus atractivos artísticos, arquitectónicos y bellezas naturales (ARANTES, 2000, p.54). El marketing del Plan siempre ha sido impactante. En el 2000, por ejemplo, había carteles en las calles enmarcando una “Barcelona guapa y atrayente” (*BCN posat guapa*), eslogan de una campaña para el incremento del paisaje urbano, involucrando una serie de acciones como la restauración de fachadas y jardines. Así, planificación, remodelaciones urbanas, recuperaciones infraestructurales y desarrollo económico se han sumado a la creación de nuevas centralidades, a la participación popular y al marketing interno y externo, impulsando cambios innovadores y fundamentales en gran parcela de su territorio.

No obstante, una de las críticas realizadas al proceso olímpico fue la poca participación ciudadana en su planificación e implementación. La Federació d'Associacions de Vecinos Barcelona, FAVB, ha lamentado la falta de involucración de los ciudadanos, considerando que su organización ha ocurrido entre el alcalde de aquel momento y los arquitectos, únicamente. Algunos contestan que lo realizado ha sido mucho más grande de lo que uno podría suponer y que es discutible si hubiera tenido más participación si todo hubiera sido posible, debido el tiempo escaso para realizarse las Olimpiadas. Calavita; Ferrer (2000) contestan que, de todas formas, fueron mejoradas las tendencias de segregación en el centro histórico y en la periferia, según datos que apuntan disminución de la desigualdad económica urbana entre 1985-1995 (BOADA; CAPDEVILA, 1998).

Otra crítica surgió con la caída del crecimiento demográfico en el período de 1986 a 1996, perdiéndose 200.000 habitantes, apuntado antes. La dispersión de la población, de las actividades y servicios ha implicado en una movilidad forzada, que hizo aumentar la práctica de transportes privados, dificultándose la implantación de los transportes públicos (BOADA; CAPDEVILA, 1998). Según Garcia Espuche (1998 *apud* Boada; Capdevila, 2000, p.60), algunos de los factores que han empeorado esta situación fueron “el triunfo espectacular de la ideología de segunda vivienda, la degradación ambiental de los núcleos urbanos”, el aumento de casas unifamiliares, el aumento del uso de vehículos y el peso exagerado a los

sectores de construcción y turismo. Algunos autores también acreditan que el modelo oficial de ciudad, bien intencionado, ha entrado en una crisis estructural después de los Juegos. Como Borja (2005) planteó, aunque en aquel momento la ciudad hubiese prosperado económicamente, su administración estaba insolvente y eran necesarias nuevas alianzas público-privadas para perpetuarse el proceso.

Los años pós olimpíadas

Dos décadas se pasaron desde la celebración de los Juegos Olímpicos y Barcelona nunca más fue la misma, cambiando su imagen permanentemente, aunque el nuevo desafío sea mantenerla. ¿La ciudad ha conseguido conservar el ritmo de desarrollo y aprovechar el salto urbano realizado, siguiendo el éxito del 1992? Aproximadamente, la respuesta es positiva para muchos estudiosos y los trabajos continúan, mientras nuevos frentes se abren. Conforme sugerido por Borja (2005), el Modelo Barcelona viene atrayendo nuevos participantes, con la incorporación más fuerte del sector privado y la ciudad ha pasado para las manos de los diseñadores de marketing urbano, para competir en la red internacional de ciudades globales (SASSEN, 1991).

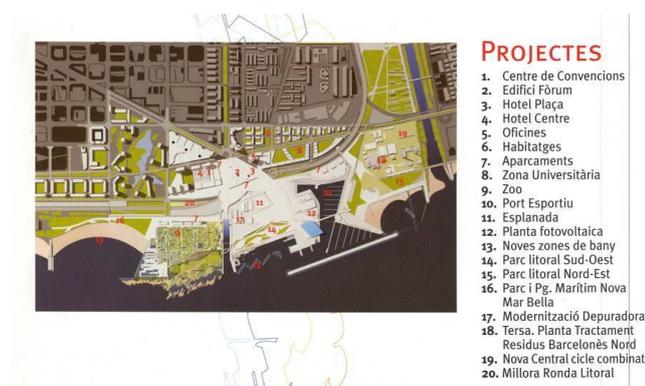
En la tercera edición del Plan Estratégico Económico y Social de Barcelona, en la perspectiva del 1999 hasta el 2005 se mantuvo su misión en alcanzar mayor cohesión social y potenciar la participación ciudadana, bajo la aplicación de criterios básicos de sostenibilidad. Los planificadores han sostenido también la intención de impulsar procesos de transformación económica, social y urbana para “situarse en el grupo de las regiones urbanas líderes de la nueva sociedad del conocimiento y de la información del siglo XXI...”, vinculada a la red mundial por “sus especificidades y su identidad propia” (PLA ESTRATÈGIC I SOCIAL DE BARCELONA, 1999, p.68,72).

El III Plan (PLA ESTRATÈGIC..., 1999) contenía cinco líneas estratégicas: Barcelona cohesionada y sostenible, con prioridad al transporte público; mejoras en el mercado de trabajo e inserción laboral, especialmente para los menos favorecidos, con la creación de nuevas actividades económicas; seguir siendo una ciudad del conocimiento, a través de sus recursos humanos, universidades, tecnologías; estímulo a la cultura participativa: cuidados con la gente mayor, fomento a la vivienda social y ciudad de peatones; región que impulsa su posicionamiento en España y quiere jugar un rol activo en la consolidación de la Unión Europea, con infraestructuras de conexión internacional básica y actividades de soporte.

Con estos objetivos, Maldo (2004, p.13 *apud* Di Masso, 2009) ha descrito que “la coyuntura de las instituciones públicas y del capital privado ha propiciado la integración de Barcelona dentro de los circuitos del capital multinacional”, resultando en grandes operaciones infraestructurales en su puerto, aeropuerto y carreteras y creando nuevos eventos. Así, el

rastró de los eventos anteriores resultó en la celebración del Fórum Universal de las Culturas, en 2004, dando continuidad al turismo, a la atracción de negocios y potenciando ejes urbanos, incluso porque faltaba terminar la apertura de la avenida Diagonal hasta el océano y afrontar los graves problemas sociales en aquella región (BUSQUETS,1999). El Proyecto (figura abajo) planteó actuaciones urbanísticas como el Centro de Convenciones, hoteles, talleres, viviendas, zona universitaria, parques, una planta de tratamiento de residuos. La prolongación del frente constituyó una nueva centralidad en un área urbana degradada económica y socialmente, siguiendo los mismos preceptos preliminares. Según Acebilllo, explicando a Fancellí (2002, p.59): “Ahora ya no se trata de recuperar el orgullo barcelonés, sino de convertir a la ciudad en un gran centro de atracción económica, operando firmemente en las periferias para que no se degraden.”

Figura 264: La actuación urbanística. Frente litoral Bésos-Barcelona 2004



Fuente: Fólder “La Ciudad y las Personas, Fórum 2004”, Ayuntamiento de Barcelona.

Mientras el Fórum era planificado, otros eventos forman parte de la agenda. El 2002, por ejemplo, marcó el Año Internacional de Gaudí, en su centenario, con exhibiciones, estudios y seminarios en memoria al gran arquitecto catalán. En el 2003 ocurrieron competiciones deportivas internacionales, o sea, para que la ciudad salvaguarde sus referencias nacionales e internacionales debe distinguirse constantemente.

Tras lo discutido, las evaluaciones del Modelo son ambivalentes. Conforme explica Di Masso (2009, p.132), para una versión crítica moderada Borja (2005), Capel (2005) y compañías de desarrollo urbano municipal público-privado diferencian entre el primero período exitoso de reconstrucción de Barcelona (1980-1995) y el segundo período de déficit público, compensado a través del aumento de ganancias y recapitalización de Barcelona como una “marca”, formando parte del marketing urbano. La primera fase ha reestructurado la ciudad y la segunda ha enfocado en la exploración del “ícono Barcelona”, basado en la espiral de dependencia en inversiones privadas, haciendo del suelo más vulnerable, conforme la lógica de la especulación de la más valía y cuestionando el carácter público del espacio urbano. Por otro lado, de acuerdo con críticas más severas, el progreso de la primera fase ha sido negado,

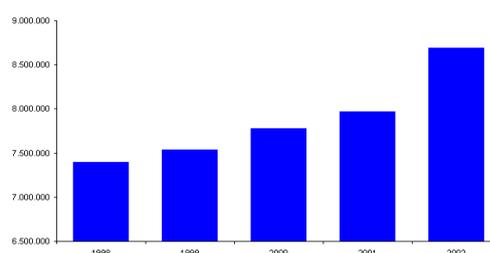
enfatiéndose la connivencia de los poderes públicos que han utilizado capital privado en negocios especulativos del suelo urbano. Consecuentemente, los programas de espacios públicos son interpretados como instrumentos subsidiarios a la lógica del mercado, resultando en espacios hyper-dibujados, monótonos y socialmente alienados que permiten el consumo masivo de la ciudad como un *commodity*, según analiza Di Masso (2009). Forman parte de estas evaluaciones dos otros temas, la habitación y el turismo, esenciales en ese proceso de crecimiento de la ciudad.

En ese caso, el futuro dirá si los procesos de marketing y la utilización del arte urbano serán suficientes para regularse a sí mismos y darle la vuelta a los procesos de exclusión presentes, si lograrán la manutención del éxito alcanzado y una atención continuada hacia sus problemas sociales más graves, lo que demanda un conjunto permanente de inversiones financieras y sociales, que a menudo pueden ser consumadas cuando una ciudad logra construir y mantener un ideal simbólico para los turistas y para los competidores internacionales, recaudando recursos para defender los intereses de su población y de los más debilitados que allí se encuentran.

El Turismo

Conforme tendencias de la última década, la actividad turística se fue descubriendo y perfeccionando en Barcelona, substancialmente a partir de las Olimpiadas. Según el objetivo de los planificadores el resultado ha sido positivo, pues la ciudad se puso en el ranking de las más valoradas con un conjunto de atractivos. Su número de visitantes ha doblado en la última década y sigue creciendo (VAN DE PAS, 2004, p.279), representado en el gráfico abajo.

Gráfico 62: Número de Visitantes/año, en Barcelona



Fuente: www.bcn.cat/estadística. Departamento de Estadística de Barcelona. Ayuntamiento de Barcelona. Anuario Estadístico de la Ciudad de Barcelona, 2003.

La importancia de la actividad turística también se confirma en el cuadro siguiente: el número de turistas subió 31,52% de 2003 al 2005, así como el número de pernoctaciones, 20,21% más. La oferta de alojamientos permaneció prácticamente estable, mientras que el número de hoteles se elevó 7,69% y los asalariados de los sectores de hostelería y restauración subieron 11,18%, lo que significa que el sector sigue moviendo la economía.

Cuadro 1: Datos de Turismo, 2003-2005.

Turismo			
	2003	2004	2005
Oferta total de alojamientos	432	417	435
Número de hoteles	195	196	210
Asalariados de los sectores de hostelería y restauración	51.664	52.776	57.440
Número de turistas	3.848.187	4.549.587	5.061.264
Número de pernoctaciones	9.102.090	10.148.238	10.941.579

Fuente: www.bcn.cat/estadística. Departamento de Estadística de Barcelona. Síntesis de los Datos de la Ciudad de Barcelona, Economía

Además, en 2002/2003 Barcelona figuraba en la séptima posición según pernoctaciones, con respecto a otras ciudades turísticas europeas, aumentando su desempeño basado en el aumento de pernoctaciones creciente, que ya era bastante expresivo, figurando entre las ciudades más visitadas del mundo, por encima de Praga o Ámsterdam.

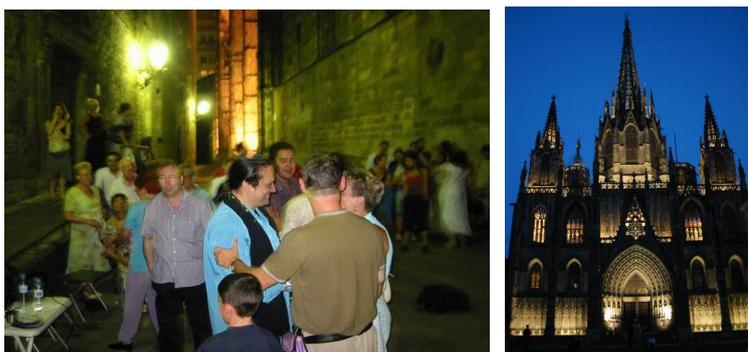
Tabla 6: Ciudades turísticas europeas según pernoctaciones, 2002-2003

Otra información turística		
Posición de Barcelona respecto a otras ciudades turísticas europeas según pernoctaciones. 2002-2003		
Ciudad	2002	2003
Londres	110.800.000	114.800.000
París	32.984.231	30.879.656
Dublín	18.634.000	19.000.000
Roma	14.655.947	14.466.045
Madrid	12.331.120	12.232.312
Berlín	11.015.564	11.329.459
Barcelona	8.694.770	9.102.090
Praga	6.824.268	8.424.567
Viena	7.655.391	7.955.078
Ámsterdam	8.023.000	7.474.000

Fuente: www.bcn.cat/estadística. Departamento de Estadística de Barcelona. Anuario Estadístico de Barcelona, 2005. Turismo de Barcelona. European Cities Tourism, ECT.

Entre innumerables acciones, han sido reformadas las construcciones arquitectónicas del modernismo y el frente litoral, nuevos centros comerciales y artísticos de nivel internacional fueron construidos y eventos forman parte del calendario de actividades - gran parte de las inversiones se dirigieron hacia la conservación de sus espacios antiguos, añadiéndole valor a la historia, mientras brechas infraestructurales han sido resueltas.

Figura 265: Cantante de ópera en un espectáculo detrás de la Catedral de Barcelona y vista parcial de su fachada



Fuente: Fotos da autora, 2003.

Desde otra perspectiva, entre sus sitios de interés, del 2000-2004 el número de visitantes de la Sagrada Familia ha aumentado en aproximadamente 60%, así como el Centro Cultural La Caixa y muchos otros museos y equipamientos culturales, otros han obtenido un incremento menor de visitas, como el CCCB, el MNAC y el Museo de Historia de la Ciudad y pocos sitios han enfrentado disminución en sus visitas. Igualmente, la mayoría de los transportes turísticos ha tenido aumento de usuarios, especialmente el *Barcelona Bus Turistic* (www.bcn.cat/estadística. Departamento de Estadística de Barcelona. Anuario Estadístico de Barcelona, 2005. Fuente: Turismo de Barcelona). Hay enorme cantidad de sitios atractivos, además de opciones como caminadas, visitas a iglesias y catedrales, tiendas de productos típicos, restaurantes, la playa, las exhibiciones en sus calles, constituyendo alternativas para diferentes gustos, edades y tiempos.

Además, como ha señalado Lerner, la presencia de genios ha marcado muchas ciudades del mundo como Gaudí (1852-1926) enmarcó Barcelona, uno de los arquitectos más admirados mundialmente. Sus obras en la ciudad no son tantas, pero son de gran significancia y presencia: el Parque Güell, la Casa Milá, la Casa Vicens, la Casa Battló y la Iglesia de la Sagrada Familia - todos bienes protegidos por la UNESCO y son parte del Patrimonio Histórico de la Humanidad.

Figura 266: Materiales utilizados por Gaudí: azulejos en El Capricho, Porta de Hierro de la Casa Vicens, Vitral de la Sagrada Familia y Mosaico de azulejos del Parque Güell



Fuente: Guía Visual Folha de São Paulo. Barcelona e Catalunha, 2001, p.23.

Sus construcciones son todas muy visitadas, como el edificio apodado La Pedrera – Casa Milá (erigida entre 1906-1912), inspirada en las olas del mar. El sitio más visitado de Barcelona, la Sagrada Familia, ha recibido a partir del 2002 más de 2 millones de personas/año y su construcción sigue ampliándose.

Figura 267: Fotos del Edificio la Pedrera, detalle de la Casa Batlló y fotos de la Sagrada Familia



Fuente: Fotos de la autora, 2002.

A pesar de las críticas, Barcelona vista desde el exterior es un éxito y el turismo es una de sus grandes fuerzas, generando una parcela significativa de sus empleos directos e indirectos. En uno de los diarios más leídos de Brasil, en el apartado semanal de turismo, la ciudad es frecuentemente el destino sugerido²⁴². En uno de esos números estaba el llamado: Gótica y moderna, la Capital de Cataluña es pura arte: Barcelona. Para ilustrar ese pensamiento, se ve la escultura “Mujer y Pájaro”, de Miró, en el Parc de L’Escorxador y el texto enfatiza el arte público y elogia grandes artistas catalanes, como Gaudí y Dalí (CORRÉA, 2001). Como fuerza económica fundamental, la propuesta es que el turismo continúe ampliándose, donde el marketing forma parte esencial del proceso.

Habitación

La cuestión habitacional en Barcelona es compleja, según su propia historia. Contando con más de 2000 años, la ciudad se fue construyendo informalmente, hasta cuando se realizó una planificación inédita del espacio, a partir del Plan Cerdá, dotando parte del territorio de infraestructuras adecuadas, trazados regulares y una lógica en la manera de “hacer ciudad”, en el Eixample. Mientras tanto, nuevos barrios se han ido construyendo alrededor y hoy día son los más necesitados de infraestructura. Como gran parte de éstos es habitado por la parcela más pobre de la población, hay por lo menos dos situaciones (CALAVITA; FERRER, 2000, p.796): barrios pre fabricados - conjuntos habitacionales que desde su construcción

²⁴² El texto está lleno de elogios, enfatizando el arte: “Atemporal y contemporánea, la metrópoli creció exprimida entre las montañas y el mar Mediterráneo, aunque conectada por las Ramblas y se ha vuelto un museo a cielo abierto”. El reportero apunta que, en una investigación de la Oficina de Turismo de Barcelona, el principal atractivo es su oferta arquitectónica y elogia también sus calles, como espacio de convivencia y para caminadas. (CORRÉA, 2001, p.2)

poseen deficiencias debido a la utilización de materiales de baja calidad y durabilidad, ya naciendo para que fuesen posteriormente fijados; y barrios construidos por sus propios habitantes, sin infraestructura, con habitaciones hechas sin planificación.

Además de esta historia constructiva compleja, Barcelona posee una geografía que delimita su crecimiento, confinada por las montañas al fondo, por los ríos a sus lados y por el océano. El sumatorio del proceso natural y aquel de una larga historia de ocupación desigual ha promovido grandes problemas habitacionales, aunque haya ocurrido un desarrollo reciente en el área, con la remodelación de un gran número de pisos y la construcción de nuevos. Entre 1996 y 2003 el Ayuntamiento ha propuesto construir 12.000 viviendas de protección oficial y darle un nuevo impulso a la revitalización de las áreas históricas, pues una de sus prioridades era garantizar buena oferta de vivienda asequible y de calidad. (LA VANGUARDIA, 2002). El Nuevo Plan de Habitación se utilizó de terrenos de equipamiento para la construcción de pisos de alquiler asequible para jóvenes y apartamentos con servicios comunes para la tercera edad. Han sido planificados también pisos protegidos para afectados urbanísticos, la construcción de nuevas viviendas, como para la revitalización de zonas en el Poblenou y la rehabilitación de viviendas antiguas en los cascos históricos. Los nuevos proyectos de urbanización pretendieron aportar miles de metros cuadrados de vivienda y fueron construidas aproximadamente 7.500 viviendas. Aquellas para los jóvenes funcionan en régimen de alquiler, con precios accesibles a su situación económica y de uso temporal, mientras los pisos para los mayores que viven solos y con recursos limitados también son adaptados, ofreciendo servicios comunes, propios de una residencia especializada.

Además, en todos los proyectos de creación de nuevos barrios se ha reservado parte del suelo para construir viviendas protegidas, principio expreso en la Carta Municipal y han sido edificados un gran número de pisos nuevos en los antiguos polígonos de viviendas, construidos entre los años 1950-1970 y que necesitaban afrontar un proceso de remodelación. El Plan también buscó soluciones para ciudadanos cuyo inmueble había sido afectado por obras urbanísticas, posibilitándoles trasladarse a una vivienda de protección oficial, cercana a su antiguo domicilio.

Entre las potencialidades del éxito de Barcelona están las políticas de regeneración de barrios de autoconstrucción o de barrios obreros como, respectivamente, los casos de Nou Barris y Trinitat Nova. En los años 1980 Nou Barris fue regenerado, bajo el lema de Bohigas (1986) "monumentalizar la periferia y funcionalizar el centro". Se consideraba que un barrio degradado requiere servicios sociales lo que, coordinado con la monumentalización y la dignificación del espacio tiene un efecto multiplicador y dinamizador de la economía local y también de las dinámicas sociales civiles, revitalizando el barrio. Bohigas ha planteado que el reto es que el barrio marginal, de periferia, entrara en el imaginario colectivo de los ciudadanos

de manera positiva, incluyendo nuevas condiciones regeneradas de las habitaciones y de los espacios públicos. En términos de aumento de la calidad de vida Nou Barris fue un ejemplo exitoso porque la economía local y sus infraestructuras han progresado, lo que es una base significativa del Modelo Barcelona, reflejando intervenciones sociales efectivas previas, que posteriormente han sufrido “desfiguraciones” y se han centrado más en el marketing urbano que en la regeneración real.

Al mismo tiempo, la población barcelonesa de clase alta, que inicialmente vivía en Ciudad Vieja y seguía una tendencia de cambiarse para barrios más lejanos a mediados del último siglo, en las últimas décadas empieza a hacer el “camino de vuelta”, al tiempo que la población más pobre siempre ha estado alejada, viviendo en áreas menos estructuradas, apartándoseles cada vez más. Con la valoración reciente de áreas próximas al centro, con un proceso amplio de mejorías, ellos venden sus propiedades y se cambian para la periferia más lejana, en los límites urbanos.

Así, en áreas codiciadas para los nuevos negocios, promueve en gran parte por la apropiación legitimada a través del “*upgrading cultural*”, como decía Arantes (2000) empresas y gobierno se ofrecen para comprar los terrenos, incrementarles y la población local se desplaza. Con el dinero adquirido tras la venta de sus pisos, los habitantes a veces se quedan económicamente garantizados y se cambian sin reclamaciones, al contrario, contentos: es el proceso especulativo actuando en favor del crecimiento económico. Aunque el pago que las familias reciben disminuya el impacto social y económico provocado, ellos pasan a vivir en una ubicación lejana del centro y comúnmente sufren con el rompimiento de su red social. Esta pérdida suele ser el aspecto más complejo del proceso pues, como mencionado, el establecimiento de las redes y la apropiación espacial son procesos que demandan tiempo e inversiones humanas de gran porte para que puedan producirse

Las personas invierten muchos años en relaciones significativas con otras personas únicas y son, como mínimo, insustituibles. [...] Si las relaciones que llevaron años para desarrollarse fueren rotas de repente, puede ocurrir todo tipo de daño en los barrios – un daño, una inestabilidad y una impotencia tal, que a veces parece que el tiempo nunca más irá recuperar su ritmo”. (JACOBS, 1961, p.149).

Luego, a pesar de las grandes remodelaciones, la promoción económica en detrimento de la calidad de vida de una gran parcela de la población es prueba de la fuerza estruendosa del sistema capitalista. La especulación transforma la ciudad en mercancía, resultando en un proceso cruel y de difícil solución, justificándose como consecuencia del progreso, aunque sea uno de los grandes responsables del establecimiento de una exclusión social disfrazada, la “*gentrification*”. Los más pobres pasan a tener “menos derecho” a su calidad de vida, mientras los lucros van para los inversores, que eligen las mejores ubicaciones para sus negocios, multiplicándoles el valor de sus inversiones. Es difícil discernir si lo más complejo

es el proceso per se, que envía las personas para sitios lejanos, dejando los espacios mejor calificados para los más favorecidos o si lo peor es la presumida naturalidad como todo pasa, como si fuesen todos ganar, habitantes y emprendedores. Para algunos estudiosos, la gentrificación es un proceso inevitable en algunos procesos de regeneración, especialmente cuando son áreas urbanas representativas del territorio, justificándose que una ciudad con su “corazón - centro” degradado es una ciudad desestructurada y que se necesita de un eje vertebrador, estructurante, que al revés debe generar cohesión e identidad.

Lo que impera, no obstante, es en gran parte (sin juzgar específicamente la situación en Barcelona, lo que demandaría un estudio profundizado de la situación) el poder de las ganancias. Ese hecho parece reflejar una crisis de sobre acumulación que emergió en el capitalismo contemporáneo a partir de los años 1960, como subrayado por Harvey (1982, 1992, 2004), cuando una gran fracción de los “sobrantes” del capital ha buscado nuevas frentes de acumulación. El espacio mercantil-inmobiliario pasa, pues, por un proceso de acumulación de capital e internacionalización, lo que anteriormente estaba en manos de pequeños y medianos inversores locales. En muchos países se asocia capital internacional en operaciones urbanas, que articulan la construcción de grandes conjuntos inmobiliarios, lo que sucedió a menudo en el crecimiento barcelonés, con expropiaciones y cambios de población para la periferia, debido a las inversiones de gran porte. No se puede mensurar el nivel de ganancias y pérdidas de su población, aunque este sea uno de los problemas apuntados en el Modelo Barcelona. Borja (2005) acentuó los “efectos perversos” del Modelo, particularmente refiriéndose al aumento del precio del suelo urbano y de viviendas, tras la venta de parcelas de la ciudad a promotores privados, la creación de “parques temáticos”, la destrucción del patrimonio arquitectónico y la baja densidad de extensión urbana hacia las periferias.

Figura 268: Conjunto de edificios que han sido mantenidos en el antiguo Raval, al lado de otros derribados para dar lugar a nuevas construcciones



Fuente: Boada; Capdevila, 2000, p.65.

Al revés, al nivel ideal Busquets (1999) indica que el objetivo general de los proyectos progresistas tiende a buscar un reequilibrio entre unas partes y otras de la ciudad, es decir, se debe crear una ciudad justa que ofrezca un nivel de servicios y disfrute bastante

homogéneo, a partir de estrategias generales sobre los índices del suelo y plusvalor, bajo un marco legal que respalde ese proyecto. ¿Sería posible que el sector inmobiliario actuase de manera que conservara o protegiera más la población local? ¿Hay maneras de evitar la *gentrification*? ¿Será que éste es el precio a pagar para la mejoría de las ciudades? Si creemos que éste es un precio justo para el desarrollo de las metrópolis, compartiremos la idea de exclusión social, contraria a los valores tan caros de sostenibilidad social, o necesitamos políticas fuertes para evitar la exclusión.

Evaluaciones de Barcelona

En las últimas décadas, los períodos áureos de Barcelona están relacionados a inversiones y eventos de gran porte, basados en una planificación estructurada, sumada a grandes cantidades de trabajo desde diferentes áreas. Dentro del cuadro presentado, la cuestión económica representada en el Flujo Circular de Renta, de Troster y Monchón (1999), auxilia a comprender la estrategia reciente de Barcelona. A lo que todo indica, los promotores del cambio han encontrado una forma de invertir en el espacio construido sin haber en el inicio un volumen proporcional de recursos con relación a los beneficios generados; se utilizaron de recursos parciales, para posteriormente obtenerlos a través de nuevas inversiones.

Así, los recursos escasos de “tierra, trabajo y capital” se han resuelto de tal manera que generaron ganancias, aunque inicialmente fuesen insuficientes. Las inversiones realizadas consideraron lo que ya existía como recurso un punto de partida y se comprendió su encaje en el territorio más amplio, conforme ha puesto Busquets (1992), cuando las alianzas entre los sectores público-privado fueron determinantes en el proceso, viabilizando económicamente sus transformaciones. Con esto, reformaron lo prioritario, como las obras modernistas, los espacios deportivos y construyeron donde creían ser más imperativo. Así, la cuestión de la tierra, como un bien necesario, aunque escaso, se solucionó, como los recursos financieros escasos. Mas aún, el proceso de proporcionarse trabajo para la población también se ha resuelto, pues los cambios han demandado gran cantidad de mano de obra, resultado considerablemente significativo, pues mejoró la economía interna a través del aumento de su capacidad de producción y consumo.

Figura 269: Espacio olímpico remodelado en Montjuic, con vista para la ciudad



Fuente: Foto André Paoliello, 2002.

Además, el turismo como una actividad productiva no ha demandado de los planificadores un volumen de “tierra/recursos” (primero bien del Flujo) tan grande como si estuvieran empezando “de cero”. Como ya había atracciones, fue necesaria la regeneración o revitalización de las construcciones que, añadido al aumento de participación de inversores privados en la economía y a la visibilidad generada, garantizó la continuidad del proceso pos Olimpiadas, pues ya estaba sembrada la semilla del interés internacional hacia Barcelona como uno de los puntos turísticos más visitados del planeta. Creándose un ciclo virtuoso en el que, a grandes rasgos, actúa el mecanismo de *feedback* negativo, los empleos de diversas naturalezas continuaron a ser generados, incentivándose la utilización del capital (el tercer bien del Flujo) a partir de la expansión del sector de servicios, ampliándose la cadena productiva. Así, parte de las inversiones en infraestructuras, a medida en que la ciudad progresaba se realizó, aunque al principio no había recursos financieros suficientes por lo que paso. Como algunos autores criticaron, los planificadores siguieron la lógica del mercado, utilizándose de capital privado para actuar en procesos de especulación del suelo.

No obstante, el proceso ha probado que el éxito no se basó a penas en los recursos concretos, sino fue fundamental el desarrollo de una planificación amplia y del proceso de marketing: o construcción de un sueño colectivo. En ese aspecto, el imagen inicial creada ha tenido importancia clave, un imagen casi ilusorio, mayor que la realidad presentada, reflejo de un deseo proyectado para el futuro, como una apuesta, sólo que no a ciegas, porque los promotores han realizado lo esperado: Una apuesta muy optimista se realiza, porque con la circularidad de capital, agregado a los planes y al trabajo responsable, el ciclo se perpetua y se moviliza continuamente una población dispuesta a mantener la “Barcelona guapa”, no apenas para los turistas como también para sí propios. La identidad social urbana, pues, fue reforzada de muchas maneras, construida junto a la propia visibilidad que la ciudad ha recibido, construyéndose una representación social más positiva del entorno. Como resultado, las cuestiones concretas y simbólicas que forman parte de la identidad urbana cambian junto con la vida de las personas, influyéndose mutuamente. De ahí es de donde sale el poder de las formas de comunicación, involucrando su proyecto de marketing para la construcción y

manutención de una identidad social urbana positiva. Los medios de comunicación han estado muy presentes a lo largo de ese ambicioso camino, invitando agentes públicos y privados a participar y la propia población a apoyarles.

Los eventos, el marketing y el Plan Estratégico reflejaron una mejoría concreta para la población, a través de inversiones concordantes con sus necesidades, involucrando algunos movimientos sociales. Son proyectos como la mejoría de la red de transportes interna y externa (PLÁ DE BARCELONA, 1999, p.97), la instalación de nuevas empresas, la construcción de una cultura participativa para el aumento de “la cohesión social” y otros conceptos que incrementaron la relación de las personas con el entorno. Grupos de población de diferentes edades reciben atención desde muchas áreas, como ocio, actividades comunitarias, salud, educación y otras. El problema habitacional, acentuado en la ciudad compacta, es tratado a través de diferentes programas y infraestructuras básicas, como el suministro de agua y sistema de alcantarillado fueron trabajados para corregir fallas históricas. No obstante, la elevada demanda de recursos financieros y de tiempo revelan problemas complejos y de lenta resolución.

Mucho se puede aprender con el Plan y con el Modelo Barcelona, en especial cómo coordinar un trabajo de magnitud, elegir puntos clave de actuación y hacer un buen uso de los recursos locales. Una observación empírica construida durante un año de vida en Barcelona fue que las cosas en general funcionan bien, como si se hubiese construido a lo largo de los años un ciclo virtuoso de trabajo y crecimiento, de manera que cada integrante del sistema desempeña su rol. En “mi barrio”, noté el uso frecuente del parque local por familias y personas mayores, encuentros de la Asociación de Vecinos, el buen funcionamiento del metro, todo junto constituyendo sucesos funcionales. Los jardineros venían cada semana cuidar el jardín; si pasaba algo como la caída de un árbol, los llamaban y venían antes del día señalado. Las fiestas están en el calendario anual y el grupo de vecinos se encarga de organizarlas, el equipo del supermercado conocía a sus clientes y así sucesivamente.

Comparando esta experiencia con mi ciudad en Brasil, percibí que lo que pasaba ahí era frecuentemente y desafortunadamente lo opuesto: los jardineros no tenían un día fijo para cuidar de la plaza, donde ahora viven mujeres sin techo, la Asociación de Vecinos lucha para que la gente participe, porque no suelen venir a los encuentros. Inversamente, hay un ciclo vicioso de problemas, por falta de organización o planificación, a menudo añadidas a una non estructuración, ineficacia de los gobiernos y a la tradición histórica de no-participación lo que, a través del mismo mecanismo de *feedback* negativo refuerza los problemas. Esta constatación parece ingenua debido a su sencillez, aunque refleja procesos urbanos reforzados por el *feedback*, pues si funcionan bien o no, tienden a mantenerse a través del *feedback* negativo. Si hay grandes dificultades y desestructuración, hace falta la introducción

de actitudes que rompan con el status quo. Al revés, los procesos evolucionan más en una situación que ya tiene buen funcionamiento, reverberando tras el *feedback* negativo, pues cada uno trabaja hacia las mejorías desde una base sólida, con herramientas adecuadas y, más relevante, según hábitos y comportamientos ya establecidos.

Jacobs (2001) expresa que los ciclos viciosos y virtuosos son ambos gobernados por el *feedback* negativo, es decir, la información recibida siempre causa intensificación y refuerzo en el funcionamiento del sistema, significando que si él funciona bien tiende a perpetuarse y viceversa. Por el contrario, si un sistema funciona mal y está dentro del ciclo vicioso tenderá a repetir el patrón experimentado, hasta alcanzar un límite que provocará su extinción o colapso. Para las ciudades que tienen más ciclos viciosos en sus procesos, cuesta mucho más cambiarles e insertar nuevas ideas que optimicen las tareas diarias, pues como visto las costumbres y representaciones de los habitantes guían su cotidiano, forman parte de su identidad individual y social y regulan además sus relaciones, resultando muy complejo un cambio en estos significados esenciales. En casos de dificultades, es difícil determinar quiénes son responsables por los problemas repetitivos: a lo mejor no sea tan importante culpabilizar a los actores involucrados en situaciones inoperantes incluso porque, desde una visión compleja y circular, las causas y soluciones suelen ser múltiples. Indudablemente, si las prácticas no funcionan bien son muchos los factores causantes y, con el reto de promover cambios hay que empezar desde algún punto y tal vez lo más significativo sea poner en marcha el proceso. En ese sentido es importante introducir un hiato en sus ciclos, utilizando el *feedback* positivo para desestabilizar el sistema y rechazar los comportamientos habituales y provocar una bifurcación, con el consecuente cambio del sistema. Sintetizando esa realidad amplia y compleja de Barcelona, se ha quedado una experiencia marcada por grandes apuestas muy bien elaboradas, alcanzando muchos ciclos virtuosos de acciones y un marketing excepcional, con cuidados necesarios a los procesos de exclusión y gentrificación parcialmente enfrentados.

Además, la casuística presentada por todas las ciudades comentadas ilustra la capacidad que un buen gobierno y equipos de planificación poseen para incrementar la vida de sus habitantes, muchas veces con pocos recursos, aunque con creatividad y trabajo. Otro punto es la confianza que estos gobiernos lograron conquistar de la comunidad, promoviendo la participación popular en la formulación y ejecución de proyectos, cuando los ciudadanos cambian su postura de espectadores tornándose partícipes, de forma a revertir situaciones de fragilidad económica, social y/o ambiental y establecer equilibrios al alcance de la sostenibilidad amplia.

TENDENCIAS ACTUALES EN EL DESARROLLO URBANO

“Lo que confiere atractivo a una ciudad es la combinación de la belleza física de su estructura urbana, de sus espacios públicos, de su arquitectura, con la riqueza, la variedad y la libertad de su vida cívica”

Subirós, 1987, p.25

Complementando el recogido teórico-práctico se presentan tendencias constatadas en el espacio urbano, algunas ya comentadas anteriormente.

- La revalorización del ocio, del espacio público y del arte/cultura

Ocurre un aumento en la valoración del llamado “ocio creativo”, que acompaña la disminución del protagonismo del trabajo como razón del vivir humano. El trabajo sigue como una de las actividades más importantes de la vida, aunque no sea excluyente del ocio, acarreando una serie de cambios diarios. Consecuentemente, la ciudad debe prepararse para atender a las demandas crecientes de entretenimiento, además de considerar los cambios en la noción del tiempo y espacio inducidos, entre otras causas, por los nuevos ritmos de trabajo. Tiendas y servicios acompañan ese ritmo y pasan a funcionar 24 horas cada día, los transportes públicos deben adaptarse y surgen nuevos trabajos, mientras algunos desaparecen.

Además, ocurre una valoración de los espacios públicos y del arte. La recuperación del valor del espacio público revitaliza los lazos comunitarios, conforme defendía Jacobs, aumenta la cohesión social y el concepto original de democracia. Luego, procesos de transformación socioeconómica pueden empezar con cambios potencializadores en el paisaje, con resultados extremadamente positivos, auténticos creadores de un nuevo simbolismo espacial. La revalorización de la artesanía, hecho a mano, acompaña ese proceso. Hoy día, objetos que reflejan personalidad y que son de alguna manera referencia a la identidad local, que huyen de la masificación y de la despersonalización de las sociedades industriales son revalorados. Esto tiene que ver con las roturas sufridas en las identidades nacionales que, para mantenerse cohesas y fuertes han impulsado, al revés, el protagonismo de lo local, de los productos de fabricación artesana, de la cultura popular. El movimiento viene de encuentro al fenómeno discutido de la glocalización, a través del cual se plasma la noción de consumo y competitividad, con el protagonismo de la creatividad en grupos y/o iniciativas pequeñas, singulares y únicas, como muestreo de alternativas económicas más sostenibles para el sistema productivo y de identidad local.

Figura 270: Bordado de una señora que complementa la renta familiar y jóvenes separando la fibra de plátano como materia bruta para la artesanía, ambas en Janaúba



Fuente: Fotos de la autora

- La búsqueda de la vocación urbana

Buscar la vocación de una ciudad o región es explorar un dominio diferencial, según características y o actividades productivas particulares. La propuesta es invertir en un área que sea fuerte en la ciudad o elegir nueva inversión como prioritaria, caracterizándole frente a sus vecinas o al exterior, tornándose una “diferenciación en la generalidad”, conforme diría Jacobs. Hay ciudades que naturalmente tienen algo que las distingue, sea su historia, elementos originales, su medio ambiente. Otras no tienen identidad anterior constituida y buscan, compatible con esa tendencia, encontrar un diferencial económico que, por su singularidad e innovación, les distinga. En ese caso, la construcción de una identidad colectiva es fundamental, tras esa construcción intencional. Esa idea enmarca el pensamiento contemporáneo, influenciando gestores, políticos y sociedad civil en la búsqueda y mantenimiento de las vocaciones elegidas. Sin embargo, según los preceptos de la complejidad y ejemplos fallidos de dependencia económica a causa de una única actividad productiva se cuestiona ese supuesto, defendiendo bien más la existencia de algunas actividades productivas fuertes en cada ciudad, aunque exista una que, simbólicamente, sea aquella con la cual la gente se identifique y forme parte del sistema simbólico. Se resaltar aún que entre estas vocaciones adquirió protagonismo el turismo, como uno de los filones recientes, debido a gran amplitud de su cadena productiva y consecuente creación positiva de trabajo.

A eso se agrega frecuentemente inversiones culturales de diversas naturalezas, como la construcción de museos, promoción de espectáculos, conciertos de música, danza y otras expresiones artísticas, junto con revaloración del arte público y de los espacios urbanos, como parte del marketing urbano, que “vende” a las ciudades para sus habitantes y para el exterior. Por lo tanto, el objetivo es volver las ciudades atractivas. La cultura se ha descubierto un “negocio” privilegiado hoy día, conquistando visitantes e incrementando actividades productivas locales.

- Nueva tendencia de ocupación del territorio urbano

Algunos fenómenos urbanos territoriales también suceden en las últimas décadas, no apenas en ciudades de gran expresión mundial, pues se verifica una revalorización de las ciudades y un retorno gradual a sus centros, como espacios de vivienda.

En los años 70 los geógrafos han cuñado el término “desurbanización” y los economistas urbanos han cuestionado la supervivencia de las ciudades. Los sociólogos, a la vez, se preocupaban si a penas las clases bajas vivirían allí, en los barrios centrales, pues las clases altas desplazaban para lejos, en regiones con calidad urbanística elevada. (CHESHIRE, 2002). Sin embargo, estas hipótesis han sido refutadas, pues las ciudades crecen ininterrumpidamente – a menudo cuanto más los países se desarrollan, más las ciudades crecen. Simultáneamente, la actividad económica central en ese entorno presenta una propensión a volverse una economía terciaria, donde servicios, conocimientos y entretenimiento predominan, exigiendo un esfuerzo de reaprendizaje y adaptación de grandes poblaciones; sin esto se produciría (y suele pasar) una tasa de desempleo y una inestabilidad social crónica. Luego, en muchos países desarrollados (y a veces en países en vías de desarrollo), ciudades experimentan retorno a sus funciones históricas, lugar de cambio de ideas, servicios, comercio y convivencia de culturas, bien como sitios de vivir, resultado del retorno a una posición anterior, que sucedió al modelo industrial. (CHESHIRE, 2002).

De nuevo lo urbano se ha vuelto chic, dice Cheshire (2002), trayendo Londres como ejemplo de este fenómeno. Después de haber perdido población entre los años 1930 hasta mediados de los 1980, su población se ha estabilizado y en los 1990 experimentó un crecimiento en todo su territorio. Esto se relaciona con el ofrecimiento de opciones de ocio, trabajo y su gran capacidad de conexión con otros centros, lo que no representa la “cura” del estrés social, pues las privaciones han aumentado para muchos en los años 1980 y 1990, aunque revele también la oferta de más oportunidades para una parcela de sus habitantes. Asimismo, según el autor (CHESHIRE, 2002), las ciudades más grandes crecen más que las pequeñas, en parte debido a estas oportunidades, atrayendo parejas que buscan desarrollo profesional, asociadas también con disminución del tamaño de la familia, participación mayor de las mujeres en el mercado laboral y en la educación. Las economías de aglomeración adquieren protagonismo, porque aún necesitan de la accesibilidad. Con el crecimiento de las telecomunicaciones, las empresas pueden trabajar en los entornos que les sean más favorables y, así, gran parte de sus funciones de control y dirección se concentran en grandes ciudades, según investigación de Duranton y Puga (*apud* Cheshire, 2002, p.8). Si las empresas que dependen de la internet no están ubicadas en nodos con alta capacidad de conexión, sus costos productivos aumentan. Todavía, Cheshire (2002) defiende que el retorno a la urbe no es universal. Hay casos en Europa y en América del Norte que la población declina, especialmente en ciudades que vivieron fuertemente la revolución industrial. Detroit o Liverpool son ejemplos que no

lograron un cambio exitoso, a diferencia de aquéllas que poseen servicios industriales avanzados y competitivos, junto a funciones administrativas, centros turísticos y culturales.

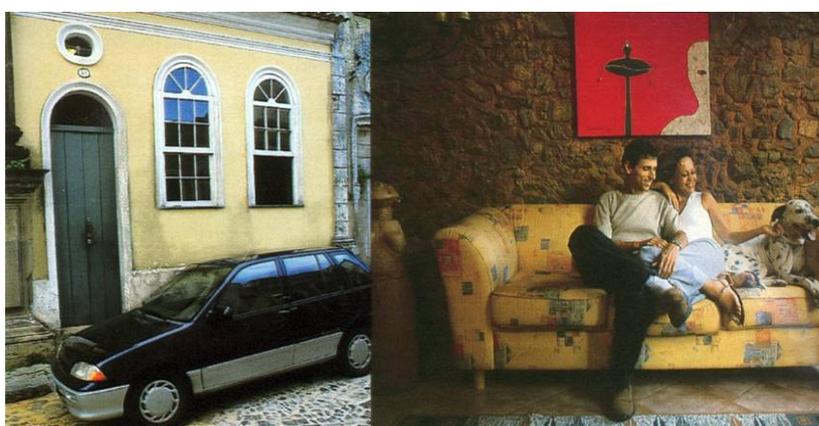
Figura 271: Londres

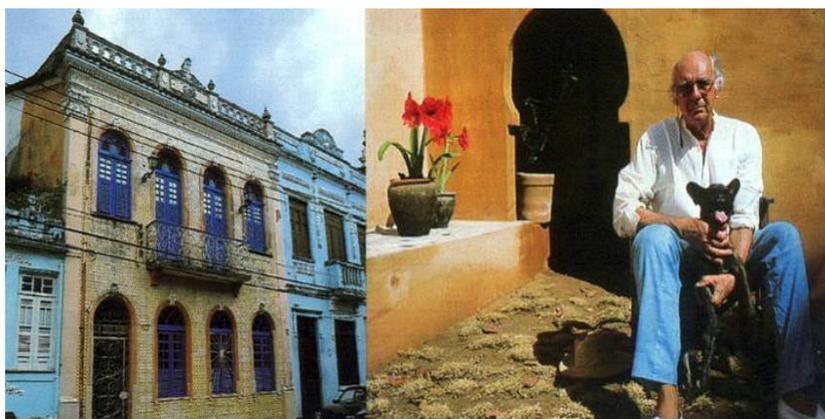


Fuente: <http://homepage.ntlworld.com/mark.j.smith/MyPhotos/11%20Oct%2003%20London>

Además, ese resurgimiento económico y cultural no siempre refleja la eliminación de los males sociales. Al contrario, hay áreas de pobreza y desequilibrios sociales que pueden acompañar ese crecimiento. En Brasil, por ejemplo, las zonas centrales han sido degradadas y abandonadas durante las últimas décadas del siglo XX, ocupadas por el uso intenso de la población comercial y viviendas para habitantes de bajo ingreso. (SANTANA; SANTANA, 2003). Todavía, habitantes de diferentes clases sociales retornan despaciosamente para áreas centrales, promoviendo regeneración social. Entre las ventajas están alquileres más bajos, la existencia de gran infraestructura y accesibilidad, mayor seguridad, pisos amplios y una belleza arquitectónica singular. Eso pasa en el centro de Salvador, por ejemplo, a muchos habitantes: a una pareja les encanta trabajar y vivir ahí, en una vivienda del siglo XVII, o al francés Señor Dimitri Ganzevich, que se ha instalado allí hace 20 años, justificando que “traje conmigo el hábito europeo de vivir en el centro. Cuando miré Salvador, me enamoré”.

Figura 272: Dos ejemplos de viviendas en el centro de Salvador, Brasil





Fuente: Fotos Márcio Lima, Almir Blindilatti; Fernando Vivas, *apud* Santana; Santana, 2003, p.104.

São Paulo (y otras ciudades brasileñas) también plantea proyectos de revitalización de su área central, a través de iniciativas públicas y privadas, con intervenciones urbanísticas propuestas por la Escuela de la Ciudad o bajo actuaciones del gobierno estatal, que en el 2004 planificaba un conjunto de propuestas involucrando, entre otras acciones, la reforma de la Pinacoteca del Estado, mejoría en el sistema de transporte público, la construcción de aparcamientos subterráneos para disminución del uso de coches. Estos trabajos actúan en frentes distintas, sea en los espacios públicos, con la remodelación del Parque Don Pedro, de la estación de ferrocarriles más grande del país y del Mercado Municipal, creándose también nuevas instalaciones de cines y otros espacios culturales, llevadas a cabo por empresas privadas. (SOMEKH, 2004)

Pirondi, director de la Escuela de la Ciudad de São Paulo, apunta la importancia simbólica de la revitalización, pues en este espacio central están guardadas la memoria urbana, a través de sus edificios y monumentos, preservándose el patrimonio y las historias ancoradas en el territorio. Relevante considerar también que tras ese reacercamiento se aprovecha la infraestructura ya existente, ahorrando la necesidad de construirse y invertir más recursos naturales en nuevos proyectos, mientras así se reciclan los recursos disponibles. Las ciudades que experimentan ese fenómeno de revalorización y retorno de los habitantes al centro tienden al uso territorial más mixto; luego los barrios interconectan zona residencial con comercios, un retorno a la propuesta histórica de la urbe. Al igual que Pirondi, el arquitecto italiano Mario Botta²⁴³ resalta el valor extraordinario del centro, como marco inicial de construcción urbana que guarda su historia. Sin embargo, apunta para un cambio reciente, pues la condición de centro que se expandía en relación continuada hasta su límite - la frontera agrícola - casi desapareció. La ciudad no termina, su urbanización llega hasta los límites de otras ciudades, construyéndose nuevos barrios en el área metropolitana. Como comentado,

²⁴³ Presentación de Mario Botta en la URBIS 2004, en São Paulo, en la discusión "Políticas Metropolitanas: Recalificación de los Centros Urbanos".

surgen las ciudades policéntricas, a ejemplo de la Ciudad del México, que demanda mega-inversiones en infraestructuras y un sistema de transportes de elevada eficacia, que conecte la población en un territorio muy amplio.

Todas estas propuestas apuntan a un cierto modelo de planificación que incluye no sólo las cuestiones urbanísticas como también involucran el contexto simbólico, histórico, social, cultural y económico, que deben considerarse en la realización de procesos de desarrollo. A esto se deben añadir las directrices políticas que los gobernantes desean seguir y las demandas y objetivos de grupos de habitantes que, juntos, deben comprobarse en prioridades. Como ha puesto de manifiesto Rebollo (2000), es necesaria la regeneración de la democracia participativa. Villasante (1974) complementa esta idea defendiendo que los procesos participativos deben involucrar la diversidad existente en la sociedad, para abrirse caminos emancipadores, tras la emergencia de la comunidad, para que todos los grupos sociales tengan voz en el proceso.

ANEXO A: QUESTIONÁRIO DO GTC SOCIAL, REALIZADO EM JUNHO/JULHO DE 2006 JUNTO À COMUNIDADE, APLICADO PELOS AGENTES DO PSF EM TODO O TERRITÓRIO

NOME DO BAIRRO/DISTRITO/COMUNIDADE _____

Nº de Habitantes(total) _____
Nº de crianças _____
Nº de adolescentes _____
nº de adultos _____ homens _____ mulheres
CARACTERÍSTICAS
BAIRRO TÍPICAMENTE () COMERCIAL () INDUSTRIAL () RESIDENCIAL
QUANTIFICAR TIPO DE RESIDÊNCIAS
_____ ALVENARIA _____ CASAS TIPO POPULARES _____ BARRACOS
DIAGNÓSTICO DA SAÚDE (quantificar casos)
DIABETES _____ HIPERTENSÃO ARTERIAL _____ TUBERCULOSE _____
HANSENÍASE _____ GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA _____
DESNUTRIÇÃO _____ ALCOOLISMO _____ USO DE DROGAS _____
DEFICIÊNCIA MENTAL _____ SAÚDE BUCAL (CPOD) _____
DIAGNÓSTICO FÍSICO
Nº DE IGREJAS _____
QUAIS _____

Nº DE BARES _____ Nº DE RESTAURANTES _____ Nº DE FARMÁCIAS _____
Nº PADARIAS _____ Nº SUPERMERCADOS _____ Nº ARMAZÉNS _____
EXISTEM ASSOCIAÇÕES? _____
QUAIS _____

EXISTEM CENTROS COMUNITÁRIOS? _____ QUANTOS? _____
EXISTEM QUADRAS DE ESPORTES? _____ QUANTAS _____
EXISTEM CAMPOS DE FUTEBOL _____ QUANTOS _____
EXISTEM PRAÇAS? _____ QUANTAS? _____
EXISTEM OUTRAS ÁREAS DE LAZER? _____ QUANTAS? _____ QUAIS _____

EXISTEM ESCOLAS? _____ QUANTAS ESTADUAIS _____ QUANTAS PARTICULARES _____ QUANTAS MUNICIPAIS _____
QUANTAS EMPRESAS EXISTEM? (madeireiras, olarias, fábricas, cerâmicas....) _____
QUAIS _____

DIAGNÓSTICO FÍSICO
EXISTEM CRECHES? _____ QUANTAS _____
HÁ ORGÃOS PÚBLICOS? _____ QUAIS? _____
QUANTOS ORELHÕES EXISTEM? _____
EXISTEM LOTES VAGOS? _____ QUANTOS? _____
HÁ LOTES VAGOS COM ACÚMULO DE LIXO? _____ QUANTOS? _____
HÁ CONSTRUÇÕES ABANDONADAS? _____ QUANTAS? _____
SANEAMENTO BÁSICO
Nº DE RESIDÊNCIAS SEM SANITÁRIOS _____
Nº DE RESIDÊNCIAS SEM FOSSAS _____
HÁ ÁGUA TRATADA? _____ EM QUANTAS CASAS? _____
HÁ LUZ ELÉTRICA: () EM TODO BAIRRO () NA MAIORIA DAS CASAS () EM ALGUMAS CASAS
AS RUAS SÃO PAVIMENTADAS: () NA MAIORIA DO BAIRRO () EM PARTE DO BAIRRO () MINORIA DO BAIRRO
FILTRO NAS RESIDÊNCIAS: () NA MAIORIA DAS CASAS () EM PARTE DAS CASAS () EM ALGUMAS CASAS
HÁ ÁGUA PROVENIENTE DE POÇO: () NA MAIORIA DAS CASAS () EM PARTE DAS CASAS () EM ALGUMAS CASAS
HÁ COLETA DE LIXO? _____ FREQUÊNCIA _____
HÁ ANIMAIS NOS QUINTAIS (porcos, galinhas...) _____
EXISTE ESGOTO A CÉU ABERTO? _____

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO _____

TELEFONE DE CONTATO _____

DATA _____

Assinatura

Fonte: Relatório do GTC Social, 2006b.

O Homem: As Viagens

O Homem, bicho da Terra tão pequeno
 chateia-se na Terra
 lugar de muita miséria e pouca diversão,
 faz um foguete, uma cápsula, um módulo
 toca para a Lua
 desce cauteloso na Lua
 pisa na Lua
 planta bandeirola na Lua
 experimenta a Lua
 coloniza a Lua
 civiliza a Lua
 humaniza a Lua.

Lua humanizada: tão igual à Terra.
 O homem chateia-se na Lua.
 Vamos para Marte - ordena a suas máquinas.
 Elas obedecem, o homem desce em marte
 Pisa em Marte
 experimenta
 coloniza
 civiliza
 humaniza Marte com engenho e arte.

Marte humanizado, que lugar quadrado.
 Vamos a outra parte?
 Claro - diz o engenho
 sofisticado e dócil.
 Vamos a Vênus.
 O homem põe o pé em Vênus,
 Vê o visto - é isto?
 idem
 idem
 idem.

O homem funde a cuca se não for a Júpiter
 proclamar justiça junto com injustiça
 repetir a fossa
 repetir o inquieto
 repetitório.

Outros planetas restam para outras colônias.
 O espaço todo vira Terra-a-terra.
 O homem chega ao Sol ou dá uma volta
 só para tever?
 Não-vê que ele inventa
 roupa insiderável de viver no Sol.
 Põe o pé e:
 mas que chato é o Sol, falso touro
 espanhol domado.

Restam outros sistemas fora do solar a colonizar.
Ao acabarem todos
só resta ao homem
(estará equipado?)
a difícilíssima dangerousíssima viagem
de si a si mesmo:
pôr o pé no chão
do seu coração
experimentar
colonizar
civilizar
humanizar
o homem
descobrimo em suas próprias inexploradas entranhas
a perene, insuspeitada alegria
de con- viver.

Carlos Drummond de Andrade, 1992.